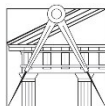




LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA



**FACULDADE DE ARQUITETURA**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O ESPAÇO PÚBLICO NO PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
MORFOLOGIA, REGULAÇÃO E GESTÃO EM VILA NOVA DE GAIA

Doutoramento em Urbanismo

Diana Solange de Almeida Silva

Orientador: João Carlos Vassalo Santos Cabral

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor

Outubro, 2019



## O ESPAÇO PÚBLICO NO PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO MORFOLOGIA, REGULAÇÃO E GESTÃO EM VILA NOVA DE GAIA

Doutoramento em Urbanismo

Diana Solange de Almeida Silva

Orientador: João Carlos Vassalo Santos Cabral

Provas de Doutoramento em 7 de outubro de 2019:

**Presidente:**

Doutor João Rafael Marques Santos, Professor Auxiliar,  
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

**Vogais:**

Doutor Fernando Manuel Brandão Alves, Professor Associado com Agregação,  
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;

Doutor João Carlos Vassalo Santos Cabral, Professor Associado com Agregação,  
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Doutor Álvaro António Gomes Domingues, Professor Associado,  
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto;

Doutor Pedro Filipe Pinheiro de Serpa Brandão, Professor Auxiliar com Agregação,  
Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa;

Doutor João Miguel de Sousa Carvalho Ribeiro da Silva Leite, Professor Auxiliar Convidado,  
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor  
Outubro, 2019



*À Isabel  
Ao António,  
que me deram à luz,  
e jamais a apagaram.*

<b>ÍNDICE</b>	ii
<b>AGRADECIMENTOS</b>	vi
<b>RESUMO</b>	viii
<b>ABSTRACT</b>	ix
<b>ÍNDICE DE ABREVIATURAS</b>	x
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b>	xii

<b>INTRODUÇÃO</b>	1
- OBJETO E PERTINÊNCIA	3
- QUESTÃO, OBJETIVOS, HIPÓTESE	4
- ESFERA PÚBLICA E ESPAÇO PÚBLICO COMO OBJETOS DE INVESTIGAÇÃO	7
- O ESPAÇO PÚBLICO COMO OBJETO DE PRODUÇÃO URBANA	10
- ORGANIZAÇÃO E PROCESSO ANALÍTICO	16
- O ESPAÇO PÚBLICO EM VILA NOVA DE GAIA	18

## **PARTE I \_PROBLEMATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA**

### **CAPÍTULO. I – A TERRITORIALIZAÇÃO PÚBLICA DO ESPAÇO POLÍTICO E CIVIL**

<b>I.I A CONSTRUÇÃO DO PÚBLICO</b>	20
- A REINVENÇÃO DO PÚBLICO	21
- A NATUREZA LIBERAL DA ESFERA PÚBLICA	22
- ESFERA PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA	24
- ESFERA PÚBLICA DESCONSTRUÍDA	27
- O PÚBLICO LÍQUIDO DA GLOBALIZAÇÃO	41
	51
	59
<b>I.II FUNÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO NAS TEORIAS DO URBANISMO</b>	
- AS FUNÇÕES PÚBLICAS NAS PRIMEIRAS TEORIAS DO URBANISMO	77
- AS FUNÇÕES PÚBLICAS NO ESPAÇO URBANO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO	81
- AS FUNÇÕES PÚBLICAS NO ESPAÇO URBANO MODERNO	93
- AS FUNÇÕES PÚBLICAS DO ESPAÇO DEMOCRÁTICO	105
- AS FUNÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO NO ESPAÇO GLOBAL	129

### **CAPÍTULO. II – MORFOLOGIA, REGULAÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO**

<b>II.I ESPAÇO PÚBLICO NA MORFOLOGIA URBANA</b>	197
- ESPAÇO PÚBLICO NA LEITURA DA FORMA URBANA	199
- ESPAÇO PÚBLICO NA LEITURA DA FORMA URBANA EM PORTUGAL	201
	221
<b>II.II ESPAÇO PÚBLICO NA REGULAÇÃO URBANA</b>	231
- ESPAÇO PÚBLICO NA REGULAÇÃO URBANA	233
- O DIREITO DE PROPRIEDADE NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	235
- REGULAÇÃO URBANÍSTICA DO ESPAÇO PÚBLICO EM PORTUGAL	252
- A DOMINIALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO EM PORTUGAL	282
<b>II.II ESPAÇO PÚBLICO NA GESTÃO URBANA</b>	294
- GESTÃO URBANÍSTICA DO ESPAÇO PÚBLICO NO PARADIGMA DA GOVERNANÇA TERRITORIAL	296
- ESPAÇO PÚBLICO NA GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL EM PORTUGAL	312
- ESPAÇO PÚBLICO COMO INDICADOR URBANO	331

### **CAPÍTULO. III – METODOLOGIA**

<b>III.I PROCESSO METODOLÓGICO</b>	356
- OBJETO	359
- PROCESSO DE ANÁLISE	359
- CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS ÁREAS DA MICROANÁLISE	360
<b>III.II DADOS E PRODUÇÃO DE ELEMENTO EMPÍRICOS</b>	361

<b>III.III MÉTODOS ANALÍTICOS SELECIONADOS</b>	368
- ANÁLISE MORFOLÓGICA	370
- CRITÉRIOS DE ANÁLISE MORFOLÓGICA	373
- CRITÉRIOS DE ANÁLISE DA REGULAÇÃO	374
- CRITÉRIOS DE ANÁLISE DA GESTÃO	

## **PARTE II\_ ESPAÇO PÚBLICO EM ANÁLISE – VILA NOVA DE GAIA**

### **CAPÍTULO. IV – ANÁLISE DO ESPAÇO PÚBLICO EM VILA NOVA DE GAIA - MACROANÁLISE**

<b>IV.I DIAGNÓSTICO DO ESPAÇO PÚBLICO EM VILA NOVA DE GAIA</b>	378
- TIPIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	380
- AVALIAÇÃO DA QUANTIFICAÇÃO DA TIPIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	384
- SÍNTESE – AVALIAÇÃO MUNICIPAL DO ESPAÇO PÚBLICO	389
	394

<b>IV.II FORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM VILA NOVA DE GAIA</b>	398
- ANÁLISES MORFOLÓGICAS EM VILA NOVA DE GAIA	400
- MODELAÇÃO DIACRÓNICA DO ESPAÇO PÚBLICO EM VNG	408
- ANÁLISE DIACRÓNICA	437
- ANÁLISE SINTÁTICA NO CONTEXTO METROPOLITANO	454
- SÍNTESE - FORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	479

<b>IV.II.II PLANEAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO EM VILA NOVA DE GAIA</b>	481
- POLÍTICAS TERRITORIAIS E OBRAS MUNICIPAIS	483
- ANTEPLANO REGIONAL DO PORTO DE 1946	485
- ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DE 1949 (PGU)	490
- PLANEAMENTO URBANO ATÉ 1974	501
- URBANIZAÇÃO DE CABO-MOR DE 1953 A 1969	499
- PLANO GERAL DE DESENVOLVIMENTO DO LITORAL ENTRE VILA NOVA DE GAIA E ESPINHO	503
- URBANIZAÇÃO DA QUINTA DO CEDRO DE 1958	507
- ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DO PLANALTO DA AFURADA DE 1962	507
- PLANO REGIONAL DE 1963	511
- ANTEPLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO DO NOROESTE PORTUGUÊS DE 1964	511
- ARRANJO PARCIAL DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO LICEU DE 1967	514
- PLANO PARCIAL DA QUINTA DE MARAVODI E DO CAMPO DA CUF DE 1967	514
- PLANO REGULADOR DO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA DE 1967	515
- LOTEAMENTO DA LAVANDEIRA DE 1968	518
- ARRANJO DA ZONA ENVOLVENTE À QUINTA DAS CAMÉLIAS DE 1968	519
- ARRANJO URBANÍSTICO DA VERTENTE SUL DO MONTE DA VIRGEM DE 1968	519
- ORDENAMENTO DO NÓ DOS CARVALHOS DE 1969	522
- PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DA REGIÃO DO PORTO DE 1973	523
- PLANEAMENTO URBANO E OPERAÇÕES URBANÍSTICAS POR PARTICULARES ATÉ AO PDM	531
- PLANEAMENTO URBANO SOB A FIGURA DO PDM E DOS IGT	535
- PP DO CENTRO HISTÓRICO	547
- FRENTES MARÍTIMA E FLUVIAL	547
- PU DO CENTRO CÍVICO	547
- PU DA BARROSA	548
- OUTRAS AÇÕES DE PLANEAMENTO E OPERAÇÕES URBANÍSTICAS POR PARTICULARES	550
- PANORAMA ESTATÍSTICO EM VNG	556
- TIPOLOGIA SOCIOECONÓMICA	556
- TIPOLOGIAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO	563
- TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS	566
- SÍNTESE - PLANEAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO	576

<b>CAPÍTULO. V – ANÁLISE DO ESPAÇO PÚBLICO EM VILA NOVA DE GAIA - MICROANÁLISE</b>	589
<b>V.I PLANEAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO EM VILA NOVA DE GAIA - MICROANÁLISE</b>	590
- IDENTIFICAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO	591
- DETERMINAÇÃO E LEVANTAMENTO DE CRITÉRIOS	594
- ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	598
- ENQUADRAMENTO DO PLANEAMENTO ID 001 – CABO-MOR	600
- ENQUADRAMENTO DO PLANEAMENTO ID 003 – CEDRO	604
- ENQUADRAMENTO DO PLANEAMENTO ID 004 – AFURADA	606
- ENQUADRAMENTO DO PLANEAMENTO ID 005 - LICEU	614
- ENQUADRAMENTO DO PLANEAMENTO ID 006 - MARAVODI	620
- ENQUADRAMENTO DO PLANEAMENTO ID 007 – QUINTA DAS CAMÉLIAS	628
- ENQUADRAMENTO DO PLANEAMENTO ID 008 – VILA D'ESTE	632
- ENQUADRAMENTO DO PLANEAMENTO ID 012 – CENTRO CÍVICO	644
- SÍNTESE DOS CASOS DE ESTUDO	656
- MORFOLOGIA	658
- MEDIÇÃO	658
- EDIFICADO	670
- PERFIL FUNCIONAL	680
- REGULAÇÃO	682
- CONTEXTO JURÍDICO	682
- GESTÃO	687
- PLANEAMENTO E EXECUÇÃO	687
- INDICADORES	688
- SÍNTESE ESTATÍSTICA	692
 <b>PARTE III - CONCLUSÕES E CONTRIBUTOS</b>	 696
<b>CAPÍTULO. VI - CONTRIBUTOS PARA O PLANEAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO</b>	697
<b>VI.I CONCLUSÕES</b>	698
- ESPAÇO PÚBLICO COMO PARADIGMA EM CRISE	698
- DO PÚBLICO COMO PRODUTOR DO ESPAÇO	704
- MACROANÁLISE EM VILA NOVA DE GAIA	708
- PLANEAMENTO TERRITORIAL EM VILA NOVA DE GAIA	713
- MICROANÁLISE DO ESPAÇO PÚBLICO EM VILA NOVA DE GAIA	721
- DA FORMA	723
- DA REGULAÇÃO	725
- DA GESTÃO	729
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	 733
- PROPOSIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO	746
 <b>BIBLIOGRAFIA</b>	 750
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	751

## VOLUME ANEXOS

<b>REFRÊNCIAS</b>	2
<b>VILA NOVA DE GAIA</b>	32
DAS OBRAS MUNICIPAIS AO PGU	33
SÍNTESE EVOLUTIVA	63
SÍNTESE DA MACROANÁLISE (23 ESQUEMAS COM ESCALA)	75
<b>MICROANÁLISE</b>	99
<b>CRITÉRIOS MORFOLÓGICOS</b>	100
- ID 001	103
- ID 003	107
- ID 004	116
- ID 005	120
- ID 006	124
- ID 007	127
- ID 008	131
- ID 012	134
<b>CRITÉRIOS DA REGULAÇÃO</b>	134
- ID 001	134
- ID 003	135
- ID 004	139
- ID 005	141
- ID 006	142
- ID 007	142
- ID 008	144
- ID 012	145
<b>CRITÉRIOS DA GESTÃO</b>	145
- ID 001	146
- ID 003	147
- ID 004	148
- ID 005	149
- ID 006	150
- ID 007	151
- ID 008	152
- ID 012	
<b>SÍNTESE DO LEVANTAMENTO DE CRITÉRIOS DA MICROANÁLISE</b>	153
<b>CRONOLOGIA DE OBRAS MUNICIPAIS E LOTEAMENTOS</b>	157
<b>FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO</b>	165
ID 001	166
ID 002	174
ID 003	175
ID 004	181
ID 005	193
ID 006	199
ID 007	205
ID 008	209
ID 009	217
ID 010	218
ID 011	219
ID 012	220
ID 013	224
ID 014	225

## **AGRADECIMENTOS**

A investigação resulta do comprometimento para com o mundo. Várias pessoas e instituições colaboram para que o trabalho se desenvolvesse e continue a desenvolver. Nomeio-as, no maior agradecimento.

Ao Professor João Cabral, como orientador científico, por toda a disponibilidade e paciência permanentes e incansáveis, na orientação, na discussão e no confronto necessários ao desenvolvimento da investigação. Pela exigência na objetividade, posição crítica e apoio nos momentos mais árduos, sentida dádiva.

Ao Curso de Doutoramento de Urbanismo da FAUL, nomeadamente colegas e professores, que potenciaram a discussão e alargaram fronteiras, num âmbito académico e científico tão socialmente útil e eminente.

Às instituições públicas. Da FAUL, da FAUP e da FLUP, nomeadamente as Bibliotecas, o Arquivo e o Centro de Documentação. À equipa do Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner, nomeadamente a Dr.<sup>a</sup> Alda Temudo e a Dr.<sup>a</sup> Débora Ramalho. À Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, pela cedência de informação, pela possibilidade de discussão e pelo trabalho, de pesquisa e divulgação, realizado nos últimos anos, sobre Vila Nova de Gaia. AO IGEOE, pela cedência módica de cartografia recente. À GAIURB, nas diferentes pessoas e divisões que sempre se disponibilizaram a ceder informação, cartografia e a responder às nossas dúvidas, um forte bem-haja. Esperamos continuar a colaborar por ampliar o conhecimento científico deste concelho. Finalmente, ao Eng.<sup>o</sup> Marco Lima, às Urbanistas Fátima Laranjeira e Conceição Fernandes, ao Eng.<sup>o</sup> Mota Silva, ao Arq.<sup>o</sup> Adalberto Simões.

Ao Professor Dr. Álvaro Domingues, FAUP, pelo apoio moral e científico, pela discussão, pela partilha de posições e pelas sugestões bibliográficas.

À Professora Dr.<sup>a</sup> Paula Pereira, FLUP, pelo apoio científico no âmbito filosófico do espaço público.

Às Professoras Dr.<sup>a</sup> Fernanda Paula Oliveira e Dr.<sup>a</sup> Dulce Lopes, pelo apoio científico no âmbito do direito do urbanismo.

Ao Dr. Arq.º Nuno Travasso, pela franca disponibilidade e interesse para responder às nossas dúvidas.

Ao Professor Dr. Arq.º Pedro Brandão, pela crítica inicial a este trabalho e pela sua entrega a um tema que nos é tão vital.

Ao Dr. Arq.º Miguel Serra, pela partilha do extraordinário trabalho de investigação científica, disponibilidade e todo o tempo e material emprestados à nossa investigação, sem os quais não poderia ter tido o mesmo rigor.

Ao Amigo, Mestre e Investigador José Tenreiro, pelo aconselhamento e partilha naquilo que se refere ao maior conhecimento histórico da arquitetura portuguesa. Por tudo aquilo que me dá a saber.

Ao Amigo, Professor Dr. Arq.º Ricardo Ruivo, pela amizade profunda, pelo entendimento teórico e ideológico. Por tudo aquilo que me dá a saber.

À Amiga Linda, profunda estima, que encorajou e esteve, sempre.

Aos meus Pais, por aquilo que sempre me deram, incondicionalmente.

Ao meu Irmão, pela motivação e disciplina.

Ao Tiago, meu querido companheiro, amor maior, por tudo valer a pena.

## RESUMO

Avaliamos o espaço público na produção urbana e no seu enquadramento nos instrumentos de planeamento territoriais, no século XX, em Portugal. As mais recentes investigações sobre o espaço público reintroduziram o seu posicionamento no âmbito das políticas territoriais nacionais, que, como veremos, contradizem os diagnósticos da condição material do espaço público, como é exemplo Vila Nova de Gaia. Distinguimos três linhas de investigação que sustentam o pendor do desenho urbano, no qual se enquadram a maioria dos autores da morfologia urbana: a que indaga o papel do projeto urbano; a que avalia o uso dos espaços urbanos, explorando, na medida do inquérito, da análise topológica e de metodologias digitais, a otimização formal e social dos espaços públicos; e, mais recentemente, a que se debruça sobre a integração dos sistemas ecológicos, denunciando lacunas que a produção urbana contemporânea operou quanto à supressão de territórios fundamentais para a resiliência do meio urbanizado. Salvo exceções pontuais, todas assumem a natureza pública do espaço como benéfica, naturalizando historicamente o espaço público, definindo-o como lugar de construção cívica e política, e fazendo coincidir o desenvolvimento da democracia ocidental com a promoção daquele no planeamento urbano. Consideramos esta hipótese incompatível tanto com a condição geral do espaço público encontrada na produção urbana, como com a constituição de uma noção homogénea e universal de público numa sociedade particularmente hierarquizada e diferenciada. Consideramos que aquela contradição traduz a dificuldade fundamental em expor os processos de produção urbana sob a ótica da produção e reprodução socioeconómicas que originam a transformação do solo em espaço público. Assim, colocamos a questão: Para que serve o espaço público, a quem, ou como? Criticamos a formulação de público e do espaço público na mesma medida, entendendo a estruturalidade entre sociedade e território na construção teórica e física do espaço público, e verificando processos de produção territorial na medida dos processos de produção socioeconómica em contexto de economia capitalista. Demonstramos que a produção de espaço público traduz uma condição estrutural da organização social baseada na propriedade privada, no direito particular de transformação do solo, relativizando a desigualdade material dos espaços urbanizados, a natureza social da propriedade e produzindo efeitos contrários à coesão territorial, num contexto de liberalização das mais-valias nas políticas territoriais. Fazemo-lo através do estudo da forma do espaço público, em diferentes momentos históricos e económicos daquele concelho; através de regulação, expondo o quadro legal e regulamentar que estabeleceu o espaço público, considerando o enquadramento da propriedade do solo e da dominialidade; através da gestão, averiguando como os instrumentos de gestão territorial promoveram a produção, uso e concessão do espaço público. Para tal, realizamos a diagnose do atual espaço público em Vila Nova de Gaia, através do levantamento tipificado do mesmo, quantificando as áreas de cada tipo produzidas em cada período. Seguimos uma metodologia de análise a duas escalas – concelhia e local, tendo como suporte as bases cartográficas existentes, o levantamento axial do espaço público da AMP e o levantamento dos instrumentos de planeamento desenvolvidos para o concelho, no século XX. A avaliação do espaço público é realizada quantitativamente e qualitativamente, nessas duas escalas, servindo-nos da análise diacrónica da mancha de espaço público, da análise topológica e da análise estatística para contextualizar posteriormente oito áreas alvo de instrumentos de planeamento. Da comparação das oito áreas selecionadas com o concelho, segundo critérios correspondentes à morfologia, à regulação e à gestão urbanas, expomos a situação efetiva do espaço público concelhio. Vila Nova de Gaia ilustra esta distância entre políticas territoriais e produção urbana, particularmente no que se refere ao entendimento defendido para o espaço público concelhio, nas diferentes conjunturas de planeamento que o promoveram.

**Palavras-chave:** Espaço Público, Políticas Territoriais, Produção Urbana, Morfologia, Vila Nova de Gaia



## ABSTRACT

We evaluate the public space in the urban production and its integration on territorial planning, in the 20th century, in Portugal. Investigations on public space have reintroduced their position in the context of national territorial policies, which, as we shall see, contradict the diagnoses of the material condition of the public space, on which Vila Nova de Gaia is an example. We distinguish three lines of research that support the tendencies of urban design, in which most of the authors of urban morphology fit: the one that questions the role of urban design; the one that evaluates the use of the urban spaces, exploring, as far as the inquiry, the topological analysis and digital methodologies, the formal and social optimization of the public spaces; and, more recently, the one that deals with the integration of ecological systems, denouncing gaps that contemporary urban production has operated regarding the suppression of specific territories, essential to the resilience of urbanized environment. Exceptions apart, they all assume the public nature of space as valuable, a historical condition, defining it as a place of civic and political construction and its promotion as result of Western democracy advances.

We consider this hypothesis incompatible both with the general situation of the public space found in urban production and with the constitution of a homogeneous and universal notion of public in a social and economic differentiated society.

We consider that this contradiction shows the fundamental difficulty in exposing the processes of urban production from the perspective of the socioeconomic production and reproduction that originate the transformation of the land into public space. So, we ask: What is the public space, to whom, or how? We criticize the formulation of public and public space to the same extent, understanding the structural connection between society and territory in the theoretical and physical construction of the public space, and verifying processes of territorial production measuring socioeconomic production processes in the capitalist economy context. We demonstrate that the production of public space reflects a structural condition of social organization based on private property, on the private law and land market transformations, that neglects the material inequality of urbanized spaces, the social nature of property and produces conflicting effects, demanded by a context of liberal formulations in urban policies.

We do it through the study of the form of the public space, in different historical and economic moments of that county; through regulation, exposing the legal and regulatory framework that established the public space, considering the land ownership; through management, examining how the territorial management promoted the production, use and concession of the public space. We performed the diagnosis of the current public space in Vila Nova de Gaia, through a typified survey, quantifying the areas of each type produced in each period. We followed a methodology of analysis both regional and local scale based, using cartography, a syntactic analysis of the AMP and the planning agenda developed for the county along 20th century, specifically the last sixty years.

The evaluation of the public space is performed quantitatively and qualitatively in these two scales, using diachronic analysis of the public space area, topological analysis and statistical analysis to contextualize eight target areas that were considered by local urban policies. From the contrast with the county public space, using criteria regarding to morphology, law and urban production, we present the current state of the public space. Vila Nova de Gaia illustrates this distance between planning and execution, between territorial policies and urban production, particularly regarding the understanding of the public space, within the different urban policies that promoted it.

**KEYWORDS:** Public Space, Urban Policies, Urban Production, Morphology, Vila Nova de Gaia

## ÍNDICE DE ABREVIATURAS

ACRRU – ÁREA RECUPERAÇÃO RECONVERSÃO URBANÍSTICA  
ADUNP – ANTEPLANO DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO DO NOROESTE PORTUGUÊS  
AE – AUTO ESTRADA  
AHDGT – ACERVO HISTÓRICO DA DGT  
AMP – ÁREA METROPOLITANA DO PORTO  
AMSMB – ARQUIVO MUNICIPAL SOPHIA DE MELLO BREYNER  
APU – ANTE PLANO URBANIZAÇÃO  
ARU – ÁREA REABILITAÇÃO URBANA  
ArqMP – ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO  
AUGI – ÁREAS URBANA GÉNESE ILEGAL  
AUMG – ANTEPLANO URBANIZAÇÃO MONTE GRANDE  
AUP – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE URBANISTAS  
APUPA – ANTEPLANO URBANIZAÇÃO DO PLANALTO DA AFURADA  
APRP – ANTEPLANO REGIONAL DO PORTO  
AUVSMG – ARRANJO URBANÍSTICO DA VERTENTE SUL DO MONTE DA VIRGEM  
AVENIDA – AVENIDA DA REPÚBLICA, EM VNG  
BISE - BIODIVERSITY INFORMATION SYSTEM FOR EUROPE  
CC – CÓDIGO CIVIL (1966, ATUALIZADO)  
CRP – CONSTITUIÇÃO República PORTUGUESA  
CNA – 1º CONGRESSO NACIONAL DE ARQUITECTURA (1948)  
CNU – CONGRESS FOR NEW URBANISM  
DUDNU – DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DAS NAÇÕES UNIDAS  
CIAM – CONGRESSO INTERNACIONAIS DE ARQUITECTURA MODERNA  
CCDR – COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
CCDRN - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE  
CMVNG – CAMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA  
CUF – COMPANHIA UNIÃO FABRIL  
CRP – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA  
DG – DIRECÇÃO GERAL  
DGAL – DIRECÇÃO GERAL ADMINISTRAÇÃO LOCAL  
DGT – DIRECÇÃO GERAL TERRITÓRIO  
DGOTDU – DIRECÇÃO GERAL ORDENAMENTO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO  
DGSU – DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO  
DL – DECRETO-LEI  
EAUH – EUROPEAN ASSOCIATION FOR URBAN HISTORY  
ESPN - EUROPEAN OBSERVATION NETWORK, TERRITORIAL DEVELOPMENT AND COHESION  
FFH – FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO  
GAIURB / GAIUR EEM – GABINETE DE URBANISMO E HABITAÇÃO MUNICIPAL (VNG)  
GTL – GABINETE TÉCNICO LOCAL  
ICCP – INTERNATIONAL CLIMATE CHANGE PARTNERSHIP  
ICN – INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA  
IGAPHE – INSTITUTO GESTÃO ALIENAÇÃO PATRIMÓNIO HABITACIONAL ESTADO  
IGEOE – INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO  
INE – INSTITUTO NACIONAL ESTATÍSTICA  
INH – INSTITUTO NACIONAL HABITAÇÃO  
IVA – IMPOSTO VALOR ACRESCENTADO  
JAE – JUNTA AUTÓNOMA DE ESTRADAS  
JN – JORNAL DE NOTÍCIAS  
LBOTU – LEI DE BASES DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE URBANISMO  
LBGPPSOTU – LEI DE BASES GERAIS DA POLÍTICA PÚBLICA DE SOLOS, DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE URBANISMO  
MEA - MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT  
MAOT – MINISTÉRIOS DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

MOPC – MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES  
 OA – ORDENAÇÕES AFONSINAS  
 OF – ORDENAÇÕES FILIPINAS  
 OM – ORDENAÇÕES MANUELINAS  
 ORU – OPERAÇÃO REABILITAÇÃO URBANA  
 OT – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
 PBH – PLANOBACIA HIDROGRÁFICA  
 PER – PLANO ESPECIAL REABILITAÇÃO  
 PDM – PLANO DIRECTOR MUNICIPAL  
 PGDL VNG – PLANO GERAL DE DESENVOLVIMENTO LITORAL ENTRE VILA NOVA DE GAIA E  
 ESPINHO 147  
 PGU – PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO (Ante Plano de Urbanização)  
 PMOT – PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
 PNPOT – PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
 POAC – PLANO ORDENAMENTO ORLA COSTEIRA  
 POOC – PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA  
 POAAP – PLANO DE ORDENAMENTO DE ALBUFEIRAS E ÁGUAS PÚBLICAS  
 PP – PLANO DE PORMENOR  
 PPU – PLANO PARCIAL URBANIZAÇÃO  
 PR – PLANO REGIONAL / PLANO REGULADOR  
 PROT – PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
 PRN – PLANO NACIONAL RODOVIÁRIO  
 PS – PLANOS SECTORIAIS  
 PU – PLANO DE URBANIZAÇÃO  
 QUERCUS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA  
 QCA – QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO  
 QREN – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL  
 RAN – RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL  
 RECREIA - REGIME ESPECIAL DE PARTICIPAÇÃO NA RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS  
 ARRENDADOS  
 RCAPCE - REGULAMENTO DA CONSERVAÇÃO, ARBORIZAÇÃO, POLÍCIA E CADASTRO DAS  
 ESTRADAS  
 REHABITA - REGIME DE APOIO À RECUPERAÇÃO HABITACIONAL EM ÁREAS URBANAS ANTIGAS  
 REN – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL  
 RGEU – REGULAMENTO GERAL EDIFICAÇÕES URBANAS  
 RJGT – REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL  
 RJPI – REGIME JURÍDICO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO  
 RJRU – REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA  
 RJUE – REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO  
 RNT – REDE NACIONAL DE TRANSPORTE DE ENERGIA ELÉTRICA  
 RSEU – REGULAMENTO DE SALUBRIDADE DAS EDIFICAÇÕES URBANAS  
 RTP – RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL  
 SIPA – SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO  
 SRU – SOCIEDADE REABILITAÇÃO URBANA  
 UE – UNIDADE DE EXECUÇÃO  
 UIA – UNIÃO INTERNACIONAL DE ARQUITECTURA  
 UNEP – UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME  
 UOPG – UNIDADE OPERATIVA PLANEAMENTO GESTÃO  
 VNG – VILA NOVA DE GAIA

## ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 Pormenor do palácio público na pintura "Efeitos do bom governo", da autoria de Ambrogio Lorenzetti, cerca de 1338 a 1340.	2
Fig. 2 Café Procope em Paris: Condorcet, La Harpe, Voltaire, Diderot e outros.	21
Fig. 3 Tabela publicada na obra "A transformação estrutural da esfera pública".	22
Fig. 4 Cópia da Constituição dos Estados Unidos da América, de 17 de setembro de 1787.	28
Fig. 5 Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão, de 1789. Pintura de Jean Jacques François Le Barbier, de 1789.	34
Fig. 6 O triângulo de Foucault.	40
Fig. 7 Mapa de Londres, produzido pelo médico inglês John Snow, com a localização dos casos de cólera, em 1854.	49
Fig. 8 História da Prostituição e Polícia Sanitária do Porto.	50
Fig. 9 Cartaz da autoria de Almada Negreiros, de 1933, acerca da Constituição de 1933.	57
Fig. 10 Eleições de 1975, em Portugal. Fila para a urna. Mulheres na urna.	58
Fig. 11 They live. Filme de 1988, de John Carpenter.	60
Fig. 12 Publicação de Thomas R. Malthus, sob anonimato, de 1798.	79
Fig. 13 Símbolo do Serviço Público de Saúde Estadunidense, criado em 1798.	80
Fig. 14 Publicação de Saint-Simon, em 1817. Publicações de Charles Fourier – "O novo mundo", em 1829 e "A arquitectura das cidades", extraída da revista social "Phalange", em 1849".	84
Fig. 15 Publicação de Victor Considerant (1808-1893), "Bases da política positiva – Manifesto da escola societária fundada por Fourier", de 1841. Publicação de J.B. Godin (1819-1888), "Mutualismo nacional contra a miséria", de 1883. Publicação de William Morris. "Sonetos socialistas", de 1885. Publicação de Pierre Kropotkin (1824-1921), "A conquista do pão", de 1892.	85
Fig. 16 Publicação da cidade da saúde Hygeia, da autoria do médico sanitarista Benjamin Ward Richardson (1828-1896), de 1876. Publicação da "Land Nationalisation Society, de 1892. Segunda edição da publicação "Cidades-Jardins do futuro", da autoria de Ebenezer Howard, de 1902, publicada primeiramente em 1889, sob o título: "Amanha: uma via pacífica para a reforma real" ("To-Morrow: a peaceful path to real reform"). Publicação de Raymond Unwin (1863-1940), urbanista inglês, de 1909. Unwin associou-se a Barry Parker na projeção de Letchworth, seguindo os princípios propostos por Howard.	86
Fig. 17 Fotografia do fotógrafo Eugen Atget, de 1877, de uma coluna publicitária em Paris, cuja primeira concessão foi atribuída a Gabriel Morris, em 1868. Projeto de urinóis no plano da Via Pública de Paris, sob direção de Adolphe Alphand. Projeto de perfil das ruas e avenidas, no plano da Via Pública de Paris, sob direção de Adolphe Alphand.	96
Fig. 18 Plano de parte da Paris com as triangulações com a Avenida da Ópera e respetivas expropriações, em 1876.	96
Fig. 19 Fotografia do fotógrafo Charles Marville (1813-1879) da Rua do Rivoli, depois das disputas da comuna, nas traseiras do edifício do Município de Paris, em Maio de 1878.	98
Fig. 20 Desenho do Atlas do AnteProjecto Tipo de Barcelona, publicado em 1855, propondo o serviço central de recolha de águas nas avenidas de 35 m de largura.	102
Fig. 21 Esquemas publicados em "Urbanisme", por Le Corbusier, em 1924.	108
Fig. 22 "Grossstadt Architektur", por Hilberseimer.	116
Fig. 23 Broadacre City, por F L Wright, em 1958.	124
Fig. 24 O New Deal na transformação do território.	128
Fig. 25 Discurso de Lenine, na Praça Vermelha, Moscovo, em 7 de Novembro de 1918.	128
Fig. 26 Manifestação pelos direitos civis, em Washington, em 1963.	128
Fig. 27 Ilustração da proposta hipotética das "placas giratórias" em "Naked City", de 1957.	142
Fig. 28 Planta do Parque La Villette, em Paris, de 1983. Projeto supervisionado pelo arquiteto Bernard Tschumi, acompanhado por Jacques Derrida e Peter Eisenman. Dentro de um programa de renovação urbanística pública, o parque urbano corresponde ao antigo lugar de matadouros.	146
Fig. 29 Fotografia de uma rua na América Latina.	158
Fig. 30 A produção e a reprodução da natureza. Esquema produzido por Harvey e apresentado em Janeiro de 2017, em aula proferida na Faculdade de Geografia e Ambiente na Universidade de Oxford, acerca da produção e reprodução do capital.	160
Fig. 31 Número de utilizadores de bicicleta em Copenhaga, desde 1970. Gráfico do tráfego pedestre depois de encerrada a circulação automóvel numa rua em Elsinor, Dinamarca.	178

Fig. 32 A dimensão oculta, em Hall.	178
Fig. 33 Manifestação em Nova Iorque, contra o projeto para a autoestrada central, em 1968, promovida por Jacobs.	190
Fig. 34 Proposta de esquematização da preexistência de circulação no tecido urbano em Florença. Levantamento de cadastro em Como, revelando a relação entre a cidade existente e a divisão fundiária da organização centuriar da periferia e os limites originais da expansão da cidade.	202
Fig. 35 Krier, classificação morfológica do espaço urbano.	208
Fig. 36 Organização espacial do povo Ambo e sintaxe espacial do mesmo.	209
Fig. 37 Plantas de praças italianas, por Sitte.	210
Fig. 38 Componentes urbanos, na sua relação entre espaços privado e público, por Krier (Léon).	216
Fig. 39 Esquema dos insurgentes, em Paris, em 1848, por Benevolo. Benevolo, em "História da Cidade", desenvolve uma análise da cidade e da forma da cidade que evidencia os factores externos na produção do espaço público. Não enquadrável na linha morfo-tipológica italiana, Gauthier e Gilliland colocam-no num quadrante externalista e cognitivo. Esta posição deve-se ao carácter político da sua análise, relevando na análise da forma urbana a espacialização do confronto entre as necessidades socioeconómicas de cada classe. Benevolo traz uma narrativa da forma urbana apoiada na eficácia económica do espaço urbano e na gestão política do espaço comum através da configuração do espaço público.	217
Fig. 40 As diferentes partes do tecido urbano, no centro antigo de Cairo. As vias e os edifícios públicos em Istambul, por Panerai.	218
Fig. 41 "A emergência do espaço público coletivo como função pública. Dos direitos coletivos ao direito público." Esquema de Cerasi da formação do espaço público por detrimento da delimitação da propriedade privada.	220
Fig. 42 "A Praça de Grève e a cidade de Paris nas suas transformações desde 1770 até 1843. É evidente a diferenciação tipológica na emergente reconhecibilidade obtida mediante a colocação e o isolamento formal dos elementos públicos."	220
Fig. 43 Acessibilidade topológica no concelho do Porto, segundo Oliveira, através dos critérios da Morpho.	222
Fig. 44 A persistência dos traçados no caso da baixa de Lisboa. Decomposição morfológica da N376, segundo Leite.	222
Fig. 45 "Tábua Comparativa – O Plano de Água como Elemento de Agregação", no caso do Porto e Vila Nova de Gaia, entre outras cidades documentadas.	224
Fig. 46 Mapeamento das variações formais da tipologia de cave, no vale das caves em Vila Nova de Gaia, antiga Vila Nova, a norte do concelho.	228
Fig. 47 Tratado da Polícia, de Nicolas de la Mare, publicado em 1705.	230
Fig. 48 Projeto de abertura de rua em Alumiara, em VNG, de 1876, para ligação ao engenho.	236
Fig. 49 Diagrama teórico das ruas de Paris, Moscovo, Berlim e Londres, por Eugène Hénard.	246
Fig. 50 Modelo da rua do futuro, por Eugène Hénard, apresentada na Town Planning Conference, em 1910, em Londres.	246
Fig. 51 Desenhos publicados em "A expansão urbana", de Stubben, em 1907. Expropriações, linhas de cruzamento e entroncamento, inclinações de ruas e plantações urbanas.	248
Fig. 52 Plano metro em Viena, por Otto Wagner, de 1901. Plano de Otto Wagner, para Die Grossstadt, de 1911.	250
Fig. 53 Plano para o Rio de Janeiro, de Agache, de 1928 a 1930. Esquema dos cinco dedos. Para o Rio de Janeiro, de Agache, de 1930.	250
Fig. 54 Esquemas constantes da Lei 2037, de 19 de Agosto de 1949.	251
Fig. 55 Portaria 1182/92, de 22 de Dezembro.	271
Fig. 56 Portaria 1136/2011, de 25 de Setembro.	272
Fig. 57 Quadro I e II da Portaria 216-B/2008, de 3 de Março.	273
Fig. 58 Guia das acessibilidades e mobilidade, de 2006, publicado pelo Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.	275
Fig. 59 Capa do "Tratado do domínio público", de Jean-Baptiste-Victor Proudhon (1758-1838), publicado em 1833.	282
Fig. 60 Artigo 380º do Código Civil de 1867.	287
Fig. 61 Quadro 1. EDEC — Princípios Directores, publicado por Ferrão em "Ordenamento do território: 25 anos de aprendizagem".	297
Fig. 62 Custos e benefícios da ocupação dispersa.	323
Fig. 63. Deslocações casa-trabalho ou estudo na AML, por modo de transporte.	329
Fig. 64 Valores de qualificação do espaço público, segundo a PSS.	330

Fig. 65 Interação entre uma cidade e sua região de fornecimento de energia e materiais.	342
Fig. 66 Roetman e Daniels (2008) ilustram princípios de dimensionamento, forma e estrutura para promover a biodiversidade em áreas urbanas.	343
Fig. 67 Roteiro para a gestão do processo de identidade no espaço público.	348
Fig. 68 Funções, usos e benefícios dos espaços verdes urbanos. Projeto URGE.	349
Fig. 69 e 70 Imagens de espaço público em meio urbano.	355
Fig. 71 Rácios de áreas para espaços e equipamentos coletivos referentes ao Programa Polis de 10 cidades, num conjunto de 563 ha, cuja intervenção global foi de 1700 ha. Acresce 27 km lineares em frente marítima e 10 km lineares em frente fluvial.	355
Fig. 72 Planta do Plano Geral de Desenvolvimento da Zona Litoral entre Vila Nova de Gaia e Espinho, 1957.	363
Fig. 73 Carta Militar de VNG, nº 122, 2013, adquirida ao IGEOE.	363
Fig. 74 Taxonomia de padrões de espaço público, por Marshall.	367
Fig. 75 Representação de rede de ruas segundo uma modelação convencional por grafos (à esquerda) e uma modelação axial (à direita). Adaptado por Serra, de Marshall, 2005.	367
Fig. 76 Mapa axial da AMP, onde se insere o mapa axial de VNG, fornecido pelo autor.	369
Fig. 77 Mapa Administrativo de Portugal Continental e Ilhas, com a indicação a vermelho da área correspondente aos limites administrativos de VNG.	377
Fig. 78 Mapa Administrativo de Portugal Continental e Ilhas, com a indicação a vermelho da área correspondente aos limites administrativos atuais da AMP.	377
Fig. 79 Ortofotomapa do concelho de VNG, 2012.	377
Fig. 80 Esquema das estradas municipais, de 1930 (?).	379
Fig. 81 Mapaficiação do espaço público, em VNG.	381
Fig. 82 Ocorrências de espaço público por tipo e Tipificação de espaços públicos.	387
Fig. 83 Mapificação do espaço público, em área urbana e área não urbana.	397
Fig. 84 Mapificação do espaço público, por tipos.	399
Fig. 85 Quantificação relativa do espaço público por tipos, por total do concelho e por total da área de espaço público.	399
Fig. 86 Proposta de evolução morfológica de VNG e Porto. Romanização, Idade Média, 1834, 1870, 1910.	405
Fig. 87 Análise topológica, por Serra, da AMP.	409
Fig. 88 Espaço público, em VNG, por tipos, exceto tipo viário.	411
Fig. 89 Percentagem de área de cada tipo, em área urbana e no total da área urbana.	411
Fig. 90 Conjunto de ocorrências de maior dimensão de espaço público exceto viário, por tipo, em VNG.	413
Fig. 91 Ocorrência de maior dimensão de espaço público, por tipo, exceto viário, em VNG.	413
Fig. 92 Média, máxima e mínima dimensão por tipo de espaço público, exceto viário, em VNG.	419
Fig. 93 Adjacências de ocorrências de espaço público, exceto tipo viário, em VNG.	
Fig. 94 Esquema de localização do espaço público viários de maior dimensão, por nível de rua, avenida e autoestrada, em VNG. Respetivamente, os segmentos de cor rosa, carmim e azul.	422
Fig. 95 Dimensão do comprimento das avenidas em VNG.	426
Fig. 96 Dimensão do comprimento de 85 ruas seleccionadas, em VNG.	426
Fig. 97 Dimensão da área das avenidas, em VNG.	427
Fig. 98 Dimensão da área das 85 ruas seleccionadas, em VNG.	427
Fig. 99 Percentagem relativa da área de cada autoestrada, em VNG.	428
Fig. 100 Localização das vias interrompidas, descontinuidades e com passagem, em VNG.	430
Fig. 101 Fotos várias do espaço público e respetivas patologias e desconformidades, nomeadamente heterogeneidade do perfil viário e incompatibilização das intervenções executadas nos limites de propriedade e dominialidade, em VNG. Das alíneas a), espaço público do tipo viário, anterior ao século XIX. Das alíneas b), espaço público do tipo viários, de nível de avenida, a mais larga (Avenida Republica), só realizada no século XX. Das alíneas c), espaço público do tipo viário de nível ruas, com origem em estrada municipal, realizadas ou alargadas no início do século XX. Das alíneas d), espaço público do tipo viário, respeitante a frentes de urbanização de edificação depois de meados do século XX. Das alíneas e), espaço público do tipo alameda, de três períodos diferentes (meados século XX, finais do século XX e início do século XX. Das alíneas f), cruzamentos desnivelados em tipos viários de nível autoestradal e ferroviários. Das alíneas g), espaços públicos do tipo jardim. Das alíneas h), espaço público do tipo ferroviário. Das alíneas i), desconformidades várias dos perfis e compatibilização dos mesmos do espaço público dos tipos viário, jardim, mistos, praca e	434

terreiro. Das alíneas j), patologias frequentes em todas as áreas fotografadas, nomeadamente nas oito áreas analisadas em sede de microanálise. Das alíneas k), exemplos de ruas sem saída.	
Fig. 102 Cartas Militares de 1945/48 e 1975/76, respetivamente, do concelho de VNG.	440
Fig. 103 Planta do espaço público do tipo viário estimado para 1948.	441
Fig. 104 Plantas dos espaços públicos, do tipo viário e sem o tipo viário, entre 1948 e 2012, em VNG.	441
Fig. 105 Evolução do espaço público, por período, em VNG. Os primeiros três esquemas apresentam a diferença entre o espaço público existente e o espaço público registado à data de cada carta militar, respetivamente entre 1948 e 1975, 1975 e 1997 e 1997 e 2012. Os segundos três esquemas apresentam apenas o novo espaço público do tipo viário, para as mesmas datas. O último esquema apresenta a diferença global, entre 1948 e 2012, para todos os tipos de espaço público.	442
Fig. 106 Estimativas de evolução das áreas de espaço público por tipos, por período, em VNG.	449
Fig. 107 Seis estimativas de áreas de espaço público por tipo, por período, per capita e por fogos, em VNG.	450
Fig. 108 Mapas axiais de VNG, por período, respetivamente, em 1948 (castanho), 1975 (verde escuro), 1997 (verde lima) e 2012 (laranja).	457
Fig. 109 Mapa axial de VNG, em 2012, com a sobreposição dos quatro mapas axiais de cada período respetivamente 1948, 1975, 1997 e 2012.	457
Fig. 110 Mapas axiais de VNG, sobrepostos, respetivamente de 1948 e 1997.	459
Fig. 111 Mapas axiais de VNG, sobrepostos, respetivamente de 1975 e 2012.	459
Fig. 112 Mapa axial com os eixos demolidos (amarelo) e os eixos estendidos (vermelho), no total dos períodos analisados.	461
Fig. 113 Evolução de cada transformação, em cada período.	461
Fig. 114 Contagem do número e comprimento dos eixos transformados, por período, em VNG.	463
Fig. 115 Contabilização do número de eixos, por período, na AMP e em VNG.	465
Fig. 116 Dimensão do comprimento, parcial e total, dos eixos produzidos, por período, em VNG.	466
Fig. 117 Proporção da dimensão pelo número de eixos produzidos, por período, em VNG.	469
Fig. 118 Valores máximos, médios e mínimos da dimensão dos eixos produzidos, no total dos períodos, em VNG.	469
Fig. 119 Mapificação das ruas sem saída, em 2012, em VNG.	470
Fig. 120 Mapificação de ruas sem saída, por período, em VNG.	470
Fig. 121 Contabilização de ruas sem saída, por período, em VNG.	471
Fig. 122 Contabilização de ruas sem saída, por período e por freguesia, em VNG.	471
Fig. 123 Fotografias retratando situações de espaço público em área urbana e não urbana e industrial, em VNG, em 25 de Agosto de 2018.	472
Fig. 124 Mapa axial síntese da qualificação segundo os cinco níveis de qualidade do espaço público.	473
Fig. 125 Representação gráfica do mapa da qualificação dos eixos, segundo a mesma legenda cromática.	473
Fig. 126 Representação gráfica da qualificação dos eixos, tendo em conta a sua data de produção, correspondentes aos quatros momentos levantados por Serra.	474
Fig. 127 Representação estatística da distribuição por período dos eixos qualificados.	476
Fig. 128 Extrato de Plano Topográfico do Porto, de 1832.	482
Fig. 129 Caves de VNG, em cerca de 1850.	482
Fig. 130 Ponte Pênsil, na margem de VNG, em 1880.	484
Fig. 131 Rua Direita a General Torres, em 1890 e Projeto de alargamento da Rua Direita, em 1889.	484
Fig. 132 Estrada de Lavadores a Alumiara, em 1876.	484
Fig. 133 Planta da margem esquerda do Rio Douro, de 1893.	
Fig. 134 Antepiano Regional do Porto, 1945, de Antão de Almeida Garrett. Gráfico de concentração de fogos e desenho do antepiano.	486
Fig. 135 Peça desenhada pertencente ao Antepiano de Urbanização de VNG, de 1949. Planta do conjunto urbanização.	488
Fig. 136 Planta de urbanização de Cabo-Mor, relativo à proposta de Losa e Barreiros, de 1948, em VNG.	502
Fig. 137 Peças desenhadas do PGDLVNGE, de 1957.	504
Fig. 138 Esquema Geral de Giovanni Muzio para VNG, em 1941. Carta do engenheiro Almeida Garrett dirigida a Giovanni Muzio acompanhando o envio de várias plantas dos concelhos de Matosinhos e Gaia. Maço 22: estudos de Vila Nova de Gaia e de Matosinhos: enviado a 3 de fevereiro de 1942.	506

Fig. 139 Fotografia obtida durante a construção da Ponte da Arrábida, em 1961.	506
Fig. 140 Estrutura de povoamento em VNG, no Plano Regional de 1963, e respetiva legenda ampliada.	510
Fig. 141 Estrutura de Povoamento em VNG no ADUNP, de 1964 e respetiva legenda ampliada. A população calculada para este concelho, em 1991, foi de 248565 habitantes.	512
Fig. 142 Plano Regulador do Concelho de Vila Nova de Gaia, de 1967.	516
Fig. 143 Ordenamento urbanístico entre Santo Ovídio e os Carvalhos, em 1969, em VNG.	521
Fig. 144 Loteamento da Lavandeira, de 1969, na frente da EN222, em VNG.	526
Fig. 145 Loteamentos vários em VNG. Respetivamente de 1956, 1959 e 1950.	526
Fig. 146 Loteamento particular, de 1958, em Vilar do Paraíso, em VNG.	526
Fig. 147 Urbanização Mariani, na proximidade da estação das Devesas e da Urbanização Maravodi, em VNG, de cerca de 1972.	527
Fig. 148 Loteamentos vários em VNG. Respetivamente de 1950, na Gândara, de 1951, em Mafamude (Quinta da Tapada), de 1958, na Madalena (Aguim).	528
Fig. 149 Loteamentos vários, em VNG. Respetivamente, de 1967, em Laborim de Baixo (Mafamude), de 1961, em Avintes e de 1963, em Gervide (Oliveira Douro).	
Fig. 150 Pormenor do loteamento da Quinta da Bela Vista, pela Urbicoope, em 1987, em VNG.	529
Fig. 151 Planta de infraestruturas do loteamento da CHE Tripeira, de 1987, na Rua do Emissor, em VNG.	529
Fig. 152 Planta do loteamento da Simopre, na Afurada, de 1981, em VNG.	530
Fig. 153 Planta da primeira proposta de urbanização do loteamento de Vila D'Este, então Quinta do Monte Grande, de 1968, em VNG.	530
Fig. 154 Planta Síntese dos estudos para o PDM, do final da década de 1980. Planta de Ordenamento do PDM, de 1994, Planta do Plano da VL8.	540
Fig. 155 Fotografias da maquete do plano para a VL8.	542
Fig. 156 Planta de Condicionantes do PDM de 1994.	542
Fig. 157 Carta de execução do plano. Planta de Ordenamento.	544
Fig. 158 Plantas de condicionantes e de zonamento do plano de urbanização da Barrosa, entre a A1 (Rasa) e as Devesas, na continuidade da VL8, em vigor desde 2008.	549
Fig. 159 Processos submetidos em áreas abrangidas por PU e PP, desde a data de vigor até 2010.	555
Fig. 160 Plantas de localização dos tipos de processos de licenciamento de operações urbanísticas, na revisão do PDM. Verde – Loteamentos; Vermelho – PIP; Azul Claro – Equipamentos; Rosa – Comércio e Serviços; Azul escuro – Grandes empreendimentos.	555
Fig. 161 População de VNG, segundo o PGU, de 1949.	
Fig. 162 Distribuição da população de VNG pelas novas unidades residenciais, segundo o PGU, de 1949.	559
Fig. 163 Distribuição da variação de população de VNG, por freguesia, entre 1981 e 2001.	560
Fig. 164 Fator diferenciador de grupo socioeconómicos. Tipo de edifícios e densidade.	561
Fig. 165 População residente empregada, segundo nível de instrução. População residente empregada, por setor de atividade, por freguesia.	561
Fig. 166 Repartição da população empregue no concelho do Porto, por concelho de residência, segundo setor de atividade. Dados do INE, referentes a 2003.	561
Fig. 167 Localização das empresas sedeadas no concelho de V. N. Gaia, relacionadas com as Atividades Industriais, em 2003, indústria licenciada pelo ME, em 2003 e 2004, edifícios industriais e das áreas industriais definidas no PDM de 1993. Dados do INE, ME e Energia/InfoPortugal.	567
Fig. 168 Localização das atividades económicas presentes em V.N. Gaia, em 2003. Dados do INE, ME, DGCC e Energia/InfoPortugal.	567
Fig. 169 Distribuição da variação de população de VNG, por freguesia, entre 1981 e 2001.	568
Fig. 170 Planta com a localização das formas edificadas em Vila Nova de Gaia, antes e depois de 1994.	568
Fig. 171 Dimensão e evolução das classes socioeconómicas na AMP, entre 2001 e 2011.	569
Fig. 172 Implantação do serviço de trolley-carros, segundo pedido dirigido à DGTT, em 1958.	573
Fig. 173 Esquema de localização das linhas de operadoras privadas, e da STCP (laranja).	574
Fig. 174 Esquema de localização das linhas da STCP. Esquema do Metro do Porto, antes da extensão da linha amarela até Santo Ovídio.	574
Fig. 175 Extensão das linhas de metro e implantação de novas, em VNG, por fase de programação.	575
Fig. 176 Serviços Públicos, por freguesia, em VNG.	575



Fig. 177 Mapas axiais referentes a 1949 e 1977, respetivamente, com a localização das funções assinaladas em legenda, em VNG. (Para verificar a legenda numérica no primeiro mapa, ver anexo.)	577
Fig. 178 Mapas axiais referentes a 1997 e 2012, respetivamente, com a localização das funções assinaladas em legenda, em VNG.	579
Fig. 179 Fotografias de várias urbanizações. Das alíneas a), Aguda e Miramar; Das alíneas b), Simopre. Das alíneas c), respetivamente, Mariani, Cooperativa Tripeira e Cabo-Mor. Das alíneas d), respetivamente, loteamento nas Ruas de Bustes e Espinheiro. Das alíneas e), respetivamente loteamento da Quinta da Vera Cruz (2005), loteamento dos Jardins d'Arrábida e loteamento na Madalena.	585
Fig. 180 Localização das áreas da microanálise, em planta de espaço público, em VNG.	589
Fig. 181 Vista tridimensional, orientada a norte, das áreas de microanálise, em VNG.	597
Fig. 182 Ortofotomapa de 1988, da área do PPUCB. Já se encontravam executados os blocos a poente da Avenida Infante Dom Henrique.	599
Fig. 183 Planta de localização e perspetivas parciais constantes do Arranjo Parcelar da Quinta de Cabo-Mor, de 1966.	599
Fig. 184 Planta da urbanização da Quinta do Cedro.	603
Fig. 185 Planta do APUPA, constante do sítio electrónico da GAIURB, Fotografia da maquete do APUPA.	605
Fig. 186 Perfis das vias, constantes do APUPA.	611
Fig. 187 Ortofotomapa de 1988, da área do APUPA. É possível identificar à direita da A1, a implantação do loteamento de Simopre. À esquerda da A1, os trabalhos de urbanização dos Jardins D'Arrábida.	613
Fig. 188 Processos de loteamento disponíveis para consulta, na área ID 004.	613
Fig. 189 Planta Geral da Urbanização da Quinta do Monte (Simopre), em 1981 e Planta de Implantação dos Jardins D'Arrábida, de 1990, ambos relativos à área ID 004. Respetivamente, Alvará nº73/81 e Alvará nº 20/90. O loteamento de 1981 é particularmente específico das áreas afetadas ao espaço público.	613
Fig. 190 Planta do Plano Regulador do Concelho de Vila Nova de Gaia, de 1967. Zona ampliada do PPUZL.	615
Fig. 191 Planta do levantamento da área do liceu.	615
Fig. 192 Sinopse de ocupação da área do Liceu, ID 005.	617
Fig. 193 Cortes de conjunto do PPUZL, de 1967.	617
Fig. 194 Planta do PPUZL, de 1967. Ortofotomapa da área do liceu, de 2012.	618
Fig. 195 Planta do Alvará de Loteamento de 1984, que deu origem à ocupação da parte norte desta área, acima da Rua Raimundo de Carvalho.	618
Fig. 196 Arranjo da Zona do Liceu, relativo à zona envolvente da Biblioteca, de 1979.	618
Fig. 197 Planta do PPUQMCC, de 1967.	619
Fig. 198 Perfil da via cul-de-sac, no PPUQMCC, de 1967.	619
Fig. 199 Ortofotomapa de 1988, da área do PPUQMCC.	622
Fig. 200 Perspetiva e legenda do PPUQMCC, de 1967.	622
Fig. 201 Planta e legenda do PPUQMCC, de 1967.	623
Fig. 202 Processos de loteamento disponíveis para consulta, na área ID 006. Loteamento com o Alvará nº 35/91, referente à implantação dos edifícios existentes a norte da Avenida António Ferreira Gomes.	627
Fig. 203 Planta do Loteamento com Alvará nº 30/76, de 1976, que deu origem à Praceta Alferes Pereira, e assinalada na anterior Fig. 198.	627
Fig. 204 Planta da Carta Militar de 1948. Ortofotomapa de 1988.	629
Fig. 205 Planta do loteamento da Quinta das Camélias, de 1968, na qual é possível identificar as diferenças entre o espaço público proposto e o atualmente existente.	629
Fig. 206 Planta de localização da área de intervenção, na Quinta do Monte Grande, da proposta de 1969.	633
Fig. 207 Perspetivas da Quinta do Monte Grande, antes da intervenção, constante do plano de 1969.	635
Fig. 208 Primeira proposta de implantação da Quinta do Monte Grande, do plano de 1968.	635
Fig. 209 Fotografia da maqueta da proposta de 1970, constante do processo do APPAUMG, e da autoria de José França e Carlos Garcia. Planta da mesma proposta.	637
Fig. 210 Perfis de arruamentos no APPAUMG, de 1970.	639
Fig. 211 Tipologia edificada, segundo a associação de fogos e número de pisos.	639

Fig. 212 Ortofotomapa de 1988, onde é possível verificar a execução da primeira fase da urbanização da Quinta do Monte Grande.	641
Fig. 213 Planta do espaço público atual.	641
Fig. 214 Planta do Alvará nº 102, de 1981.	641
Fig. 215 Perfil constante do Antepiano de Urbanização da Quinta do Monte Grande de 1970.	643
Fig. 216 Extrato da planta do Loteamento com o Alvará nº 06/99. Indicação do corte a vermelho.	643
Fig. 217 Corte referente à figura anterior.	643
Fig. 218 Conjunto de processos municipais relativos à área do Centro Cívico, ID 012.	645
Fig. 219 Foto da Rua Álvares Cabral, vista da Avenida da República.	647
Fig. 220 Foto da Rua Álvares Cabral, vista de poente, para sul. É possível identificar o referido palacete, bem como a estação da Mobil, ali instalada em 1964.	647
Fig. 221 Proposta de implantação, cêrcea e programação de áreas livres do AZEPC, de 1969.	649
Fig. 222 Planta constante do Alvará de 1979, referente ao Centro Cívico.	653
Fig. 223 Planta constante do Alvará de 1984, referente ao Centro Cívico.	653
Fig. 224 Fotografia da Rua Álvares Cabral, vista do Hospital.	654
Fig. 225 Planta constante do Regulamento do PPNCC, de 1992, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 77, de 1 de Abril.	654
Fig. 226 Caracterização da dimensão relativa entre as oito áreas.	655
Fig. 227 Caracterização do dimensionamento das áreas, por tipo, nas oito áreas.	657
Fig. 228 Caracterização do dimensionamento do espaço público do tipo viário, nas oito áreas.	659
Fig. 229 Caracterização do dimensionamento das ocorrências dos diferentes tipos de espaço público, nas oito áreas.	659
Fig. 230 Contabilização eixos produzidos, por período, nas oito áreas.	663
Fig. 231 Dimensionamento total dos eixos produzidos, por período, nas oito áreas.	663
Fig. 232 Mapas axiais das oito áreas, diferenciados por período. Aplica-se a mesma legenda que a da Fig. 108. De 1948 (castanho), 1975 (verde escuro), 1997 (verde lima) e 2012 (laranja). A mancha bege representa a área da intervenção do primeiro plano proposto.	663
Fig. 233 Contabilização de ruas sem saída, nas oito áreas.	665
Fig. 234 Rácio de número de ruas sem saída por eixo, nas oito áreas.	665
Fig. 235 Planimetria das oito áreas selecionadas. Orientação a norte, conforme norma.	667
Fig. 236 Planimetria do espaço público total, nas oito áreas.	668
Fig. 237 Planimetria das oito áreas selecionadas, por tipo de espaço público. Orientação a norte, conforme norma. Legenda semelhante à da Fig. 88.	669
Fig. 238 Planta síntese de espaço público e edificado, segundo as funções e tipos identificados em legenda, para a área ID 001, Cabo-Mor.	671
Fig. 239 Cortes síntese com a marcação do volume de espaço público, segundo as funções e tipos identificados em legenda. Identificados em planta síntese.	671
Fig. 240 Perfis das vias selecionadas e identificadas em planta síntese.	671
Fig. 241 Planta síntese de espaço público e edificado, segundo as funções e tipos identificados em legenda, para a área ID 003, Cedro.	672
Fig. 242 Cortes síntese com a marcação do volume de espaço público, segundo as funções e tipos identificados em legenda. Identificados em planta síntese.	672
Fig. 243 Perfis das vias selecionadas e identificadas em planta síntese.	672
Fig. 244 Planta síntese de espaço público e edificado, segundo as funções e tipos identificados em legenda, para a área ID 004, Afurada.	673
Fig. 245 Cortes síntese com a marcação do volume de espaço público, segundo as funções e tipos identificados em legenda. Identificados em planta síntese.	674
Fig. 246 Perfis das vias selecionadas e identificadas em planta síntese.	674
Fig. 247 Planta síntese de espaço público e edificado, segundo as funções e tipos identificados em legenda, para a área ID 005, Liceu.	675
Fig. 248 Cortes síntese com a marcação do volume de espaço público, segundo as funções e tipos identificados em legenda. Identificados em planta síntese.	675
Fig. 249 Perfis das vias selecionadas e identificadas em planta síntese.	675
Fig. 250 Planta síntese de espaço público e edificado, segundo as funções e tipos identificados em legenda, para a área ID 006, Maravodi.	676
Fig. 251 Cortes síntese com a marcação do volume de espaço público, segundo as funções e tipos identificados em legenda. Identificados em planta síntese.	676
Fig. 252 Perfis das vias selecionadas e identificadas em planta síntese.	676

Fig. 253 Planta síntese de espaço público e edificado, segundo as funções e tipos identificados em legenda, para a área ID 007, Quinta das Camélias.	677
Fig. 254 Cortes síntese com a marcação do volume de espaço público, segundo as funções e tipos identificados em legenda. Identificados em planta síntese.	677
Fig. 255 Perfis das vias selecionadas e identificadas em planta síntese.	677
Fig. 256 Planta síntese de espaço público e edificado, segundo as funções e tipos identificados em legenda, para a área ID 008, Vila D'Este.	678
Fig. 257 Cortes síntese com a marcação do volume de espaço público, segundo as funções e tipos identificados em legenda. Identificados em planta síntese.	678
Fig. 258 Perfis das vias selecionadas e identificadas em planta síntese.	678
Fig. 259 Planta síntese de espaço público e edificado, segundo as funções e tipos identificados em legenda, para a área ID 012, Centro Cívico.	679
Fig. 260 Cortes síntese com a marcação do volume de espaço público, segundo as funções e tipos identificados em legenda. Identificados em planta síntese.	679
Fig. 261 Síntese estatística nas oito áreas analisadas, em VNG.	691
Fig. 262 Qualificação dos eixos das oito áreas analisadas.	693
Fig. 263 Síntese estatística relativa ao espaço público, nas oito áreas analisadas, em VNG.	693
Fig. 264 Fotografia do viaduto da linha férrea, no limite norte do Centro Histórico de VNG, fotografada sobre a Via Rosa Mota.	732

*Cada coisa existe na sua  
pertença a um determinado  
conjunto, nada pertence só a si  
mesmo.*

Badiou em Vidal, 2015, p.57

# INTRODUÇÃO

*Para os estudiosos da natureza do governo,  
do que é cada uma de suas formas e de quantas são  
elas, a primeira pergunta a fazer se refere à cidade:  
o que é uma cidade?*

Aristóteles, Política, Leis, Livro III, 1275a



Fig. 1 Pormenor do palácio público na pintura "Efeitos do bom governo", da autoria de Ambrogio Lorenzetti, cerca de 1338 a 1340.  
Fonte: Arte, 2006, p.409.

## INTRODUÇÃO

### Objeto e Pertinência

*Quando o sangue deixa de circular o corpo morre.*

Harvey, 2012, p.11

A nossa investigação avalia a produção do espaço público em Vila Nova de Gaia, tendo em conta o seu enquadramento nas políticas territoriais, em Portugal, no século XX. A abordagem foi determinada pela análise integrada da forma, da regulação e da gestão do espaço público considerando a morfologia urbana, o direito do urbanismo e do ordenamento do território e os instrumentos de gestão territorial.

Esta complementaridade disciplinar advém do facto de serem estes os campos de conhecimento que se debruçam sobre a produção urbana, a sua evolução e a sua análise segundo diversos e progressivos processos metodológicos, tendo em vista os processos de planeamento de transformação do solo. Estes três campos não foram propriamente seleccionados *à priori* por nós. Foram extraídos do enquadramento do espaço público que aqueles três campos formulam como objeto. Consideramos serem estes campos aqueles que traduzem melhor, ou em maior dimensão de publicações e autoria, o trabalho desenvolvido nas últimas três décadas sobre a cidade e sobre o território, num contexto de especialização e segmentação disciplinar no âmbito do urbanismo, da arquitetura, do paisagismo e do direito. Assim, convém-nos abarcar aquilo que são as posições ideológicas e científicas que legitimaram o planeamento urbano e o desenvolvimento das políticas territoriais, direcionadas para o espaço público, e das quais resultou a apropriação dos recursos físicos, bem como os processos jurídicos e técnicos da edificação e da urbanização. Nessa apropriação participa a conceção e a concretização do espaço público, que se traduz em formas e usos diferentes, que são constituídos como objetos de investigação e gestão naturalmente distintos, tutelados quase sempre sem compatibilização e explorados com agendas políticas que sustentam essa incompatibilização.

Deve-se o desenvolvimento da nossa análise à necessidade de avaliar os processos – jurídicos, socioeconómicos, técnicos, que deram origem à existência física do espaço público no território, contrapondo, a algumas crescentes narrativas sobre o espaço público e a sua arrogada crise no contexto da urbanização, desde o final do século XX, a análise da efetiva condição material do espaço público. Nomeadamente, porque as políticas territoriais mais recentes, correspondentes à transição dos séculos, especificamente direcionadas para a requalificação do espaço público constituem-se em intervenções específicas e pontuais,

ignorando, algumas vezes, a integralidade física do espaço público e a condição territorial no modo capitalista de produção urbana. Procuramos avaliar como foi concebido e promovido todo o espaço público, considerando a sua abrangência tipológica e territorial, em diferentes contextos históricos, políticos e socioeconómicos, e estabelecer um entendimento, para a sua operacionalidade no planeamento territorial, mais próximo da sua realidade e das suas características particulares. Entendemos que a análise do espaço público permite traduzir a racionalidade das formações urbanas emergentes, menos estudadas e “**menos consensuais**” (Portas, 2011, p11), e que essas racionalidades respondem à nossa questão, indo de encontro a nossa hipótese.

### Questão, Objetivos, Hipótese

*Dessacralizar os espaços públicos é condição para a existência da cidade e, sem espaço público, as únicas coisas que restam são o ambiente rural e os castelos.<sup>1</sup>*

Solá-Morales in AAVV, 2010, p. 32

A propósito do prémio europeu para o espaço público, em 2010, Sòla-Morales colocava a questão: “**O que é que constitui o espaço público como uma experiência real?**”, admitindo à cabeça, a “**impossibilidade do projeto do espaço público**”<sup>2</sup>. Antes, colocamos a questão: Para que serve o Espaço Público?, promovendo a problematização do paradigma contemporâneo de valorização do projeto urbano orientado para a intervenção exclusiva no espaço público já assim dominializado.

Para lá da retórica sobre a natureza coletiva do espaço público, que abordaremos, e do que Sòla-Morales definiu como o “**interesse natural**” sobre o mesmo, tanto pela academia como pelos profissionais (AAVV, 2010, p.26), consideramos existir uma estruturalidade do espaço público na produção urbana moderna e contemporânea, ou seja, uma razão transversal, que se constitui como um facto material (assim referida por este autor), mas que raramente é assim entendida. Consideramos que essa estruturalidade também não é reconhecida pela maioria dos estudos da forma urbana, nomeadamente quando ao realizar o exercício do

---

<sup>1</sup> Tradução da autora de: “Desacralised public spaces is the condition for the city's existence and without public space the only things left are the rural setting and castles” AAVV, 2010, p. 32.

<sup>2</sup> Tradução da autora de: “To go still further, what is it that constitutes public space as real experience? Over and above sociological, political and functional reflections, what has just made public space recognisable is a material fact. A fact where aesthetics is frequently distorted and distorting, yet where expression and communication pass through a particular material configuration.” AAVV, 2010, p.25-26.



planeamento, surgem padrões e modelos de territórios, cujas dinâmicas de urbanização emergentes fogem ao que se define como inteligível (Cavaco, 2012, p.2), e para os quais ainda se procura uma racionalidade possível. Assim, esta abordagem ao espaço público propõe-se a apresentar evidências dessa estruturalidade do espaço público com o esclarecimento dos processos de urbanização recentes, nomeadamente quando enquadrados num território metropolitano, alargado e de forma essencialmente suburbana (Cavaco, 2009, p.2).

A nossa investigação começou preocupada com a defesa do espaço público nos instrumentos de gestão territorial em Portugal, e acabou por se posicionar antes disso. Um dos motivos para este reposicionamento está relacionado com a crítica realizada aos paradigmas modernos de urbanização feita durante o final do século XX, onde, acima de tudo, o espaço público foi entendido como fim em si mesmo na organização da sociedade moderna. Cremos que é preponderante reconsiderar este posicionamento na produção urbana moderna, tendo em vista uma nova e mais profunda perspetiva daquilo que foi o planeamento desenvolvido segundo os princípios modernos da Carta de Atenas, no território português. Outro motivo, foi o da dificuldade em compreender a diferenciação que alguns autores fazem relativamente aos espaços públicos e espaços coletivos. Cremos que esta diferenciação atesta já de si a contradição inerente tanto à apropriação privada do solo, como ao papel da administração em regular essa apropriação tendo em vista a função social daquele. Contradição que remete para o compromisso assumido entre o regime de uso público e a propriedade privada daquilo que são os espaços ditos coletivos, e que também expomos e criticamos no subcapítulo da regulação urbanística em Portugal.

Objetivamente, com a investigação empírica realizada e a crítica às posições atuais sobre o espaço público, pretendemos:

- apresentar um novo quadro teórico e prático de formulação do espaço público na produção urbana contemporânea;
- apresentar evidências da natureza funcional do espaço público, respondendo à nossa questão **“para que serve o espaço público?”**;
- apresentar relações entre o processo de produção social e o processo de produção urbana, na qual o espaço público desempenha uma estruturalidade que raramente é assumida na sua plenitude, nomeadamente através de relações entre a conjuntura socioeconómica e o planeamento territorial;

Decorrente da nossa investigação, apresentamos:



- uma leitura morfológica segundo o espaço público, representando a sua forma, volumetria e dimensão, além do edificado;
- o impacto da regulação e da gestão territoriais na produção do espaço público;
- reenquadrarmos o espaço público nos instrumentos de gestão territorial, tendo em conta a programação municipal, face aos diplomas genéricos de cedências;
- aprofundamos o papel das políticas urbanas na produção do espaço público, considerando áreas específicas exemplificativas de Vila Nova de Gaia, medindo a produção de espaço público, segundo os tipos definidos pelo diagnóstico e situando historicamente o planeamento do concelho, desde meados do século XIX;

Consideramos que a nossa investigação deve procurar:

- usar uma metodologia combinada e integrada que nos permite realizar a leitura da forma urbana segundo perspetivas disciplinares diferentes e complementares;
- avaliar a formação do espaço público, para informar a futura produção urbana, atendendo às especificidades do território em análise, sem perder de vista a escala ampliada e o contexto metropolitano;
- propor uma hipótese de evolução do espaço público do concelho até 1949;
- propor uma hipótese de evolução do espaço público do concelho desde 1949;
- avaliar a relação entre a produção do espaço público e a produção urbana e socioeconómica, nomeadamente com a combinação fatorial e de critérios de análise diversos;
- ampliar o conhecimento efetivo desse território, também segundo os modelos de urbanização que para este se desenvolveram, e que são ainda, em grande parte, desconhecidos.

Em síntese, pretendemos reposicionar a teorização e prática do espaço público quanto à hipótese de que é o espaço público que caracteriza uma sociedade organizada coletivamente e que é na qualificação daquele que se verifica a natureza do planeamento. Apresentamos evidências que demonstram a tese de que a condição do espaço público, estando afeta à produção urbana capitalista, participa da desigualdade territorial e da exploração da transformação do solo, contribuindo para reduzir a inteligibilidade da urbanização (Portas, Domingues, Cabral, 2011, p.187) e limitar o potencial de uso plural. Ou seja, propomos a hipótese de que o espaço público corresponde a uma racionalidade de organização territorial e social exclusiva da generalizada apropriação particular do solo, e que determina, à partida, uma tendencial desigualdade territorial, contrária ao paradigma de democratização e da coesão territorial.

## Esfera Pública e Espaço Público Como Objetos de Investigação

*O pretexto do bem público é sempre o  
látego mais perigoso para o povo.*

Rousseau, 2003, p.21

A constituição do comum é transversal à história da organização humana, mas é particularmente na construção do público como o que é comum que se insere a formação política, social, intelectual e científica da sociedade liberal, que se consolidou nos últimos três séculos e que produziu o território atual. A investigação sobre o público foi desenvolvida desde meados do século XX, no âmbito da economia política, mas foi no início do século XXI, que se verificou um novo posicionamento radical sobre a natureza do público, num contexto de reação à organização socioeconómica em mercado livre, que dominou o século XX, particularmente na sociologia e na geografia.

Podemos perceber três momentos de produção teórica que têm a esfera pública como objeto. A primeira, tem início na década de sessenta, consubstanciada por Habermas, ao introduzir a questão da análise da esfera pública à luz da sua evolução recente, na dificuldade do seu entendimento sob a formação do Estado e da democracia, num contexto de massificação da comunicação. Entre a década seguinte e o final do século XX, Sennett enfatiza a perda do mito da natureza pública da sociedade ocidental, nomeadamente pela transformação das relações humanas estabelecidas em meio urbano de alta densidade populacional. Mas, desde o final do século XX até à primeira década do Século XXI, a problematização da esfera pública, da organização e gestão coletivas foi reposicionada pela crítica de Ostrom, quanto às tentativas de demonstrar a impossibilidade técnica de se estabelecer formas comuns de gestão, e, sob a crítica de Harvey, que expôs a falha dos **“direitos da propriedade privada individualizada para realizar interesses comuns, na forma que é suposta”** (Harvey, 2012, p.75)<sup>3</sup>.

Em 2006, Neil Smith e Setha Low advogavam o imperativo da discussão sobre o espaço público, face à retórica institucional da segurança e da concessão dos espaços urbanos coletivos, afeta à lógica dos direitos e deveres dos cidadãos no uso coletivo do espaço. Ou seja, um paradoxo integrante do espaço público, no qual se verifica mais do que o exercício de poder e controlo de alguns sobre outros, a condição de classe do espaço partilhado. Assim, consideramos pertinente o reenquadramento teórico daqueles autores sobre a idealização histórica da noção de público ao longo do século XX. Relembrando a ágora ateniense, Smith e

---

<sup>3</sup> Tradução da autora de: “but the failure of individualized private property rights to fulfill common interests in the way they are supposed to do.” Harvey, 2012, p.75.

Low sublinham que este espaço estava afeto exclusivamente ao uso por uma esfera pública coeva, elitista restrita. Quer isto dizer que, os protótipos ou paradigmas de público e de espaço público têm de ser situados historicamente, considerando não só a natureza específica desse público em cada sociedade, como a relatividade do que é legitimado como público por aquela, sendo, naquele caso específico, uma parte ínfima da população. Se é o público que pode e deve gerir o que se insere no interesse comum, quem é esse público, quais são os interesses comuns e qual o regime de usufruto desses comuns. Assim, segundo estes autores, debater o espaço público é debater sobre o que é público, ou, diríamos nós, qual é a natureza desse público ou dessa esfera pública.

A discussão sobre o que é público foi reposta pela cultura teórica que se tornou dominante no pós-guerra, colocando em causa o papel do Estado e das instituições na produção socioeconómica. **“A tragédia dos comuns”**, publicado em 1968, por Hardin, revela esta viragem no posicionamento dos estados nacionais quanto à sua suposta natureza humanista, providencial e assistencialista que deriva da revolução burguesa, apresentando a dificuldade do mesmo no governo do território, na distribuição de bens e da impossibilidade técnica em criar recursos suficientes para uma população crescente, num contexto de mundialização do capital e do trabalho. Se os Estados não serviram à pacificação social e à distribuição efetiva da riqueza, dos direitos e dos deveres constitucionais, a solução apontava para a constituição do indivíduo e de grupos de indivíduos agindo particularmente em função dos seus interesses. O contexto político e económico deste período exige precisamente a construção ideológica em favor da liberdade individual absoluta e da apropriação privada dos recursos, contra a impossibilidade da visão de que a gestão comum não faz uma eficiente utilização dos recursos dos quais depende a vida.

Habermas traduz essa dificuldade ainda antes, quando, em 1962, define o limite operacional do Estado Providência, depois de dois séculos de formulação burguesa do que é público, especialmente traduzidos na condição do cidadão e do homem individual com direitos iguais e inalienáveis (Habermas, 1991). Cem anos antes, Engels bem sublinhava que com a formulação do indivíduo livre e igual perante a lei surge a transição daquilo que Maine descrevera como a **“ordem de coisas herdada para outra livremente consentida”**, permitida pela figura do contrato (Engels, 1984, p.87).

Em Sennett, assistimos ao desencantamento com o anunciado declínio da natureza pública do homem, consumada, segundo aquele autor, na ritualização da relação formal entre o cidadão e o Estado, no esvaziamento da utilidade a que se prestam os espaços públicos urbanos

e no isolamento que a circulação e a mobilidade pessoal de longa distância promoveram (Sennett, 1977, p.14).

Innerarity vem conformar não propriamente esta visão terminante da esfera pública, mas reposicionar a sua expressão nos moldes do século XXI, especialmente quando assume a diluição dos lugares de debate tradicionais ou a esterilidade dos comunitarismos (Innerarity, 2010, p.16), traduzida na crise da representação política. Essa tradução é particularmente visível na abordagem diferenciada à esfera pública perante a esfera civil, que se tornou notória com a separação da administração e das organizações institucionais relativamente à criação progressiva dos atores empresariais e comerciais civis, numa ascensão da sua capacidade económica e política. Aquilo a que Habermas chamou de política de “**neomercantilismo**” a par de uma “**refeudalização**” da sociedade (Habermas, 1991, p.142) que tem lugar desde o final do século XIX. Quer isto dizer que, o público resultou de relações mediadas por uma racionalidade sustentada na universalização daquilo que é o bem comum, que atingiu o seu limite, dada a possibilidade limitada da propriedade privada do solo e da sua comercialização. A par daquela universalização ocorreu todo um conjunto de dispositivos necessários à publicidade e legitimação, nomeadamente pela criação dos espaços físicos onde fosse passível a “**ação comunicativa**” (Habermas, 1985), inclusive via meios digitais da era da cidade informacional (Castells, 2002). Conforme Sennett, a crença na proximidade entre pessoas como um bem moral é, de facto, uma ideologia afeta à produção capitalista que se sustenta na ideologia da intimidade (Sennett, 1977, p.259).

Para Rose, o Estado, ao garantir, através dos regimes constitucionais, o acesso à propriedade por indivíduos, enquanto garante a propriedade pública, assume a contradição do público contra o comum, e a constituição de um oxímoro (Rose, 1986, p.712). Assim, a constituição da propriedade pública, nomeadamente na sua forma territorial, concorre com a propriedade privada na mesma medida, uma vez que, e segundo Rose, se sustenta na perspectiva da exclusão de uns do acesso aos recursos ou bens existentes, e por isso, “**a propriedade pública não é mais do que uma variante da propriedade privada**” (Rose, 1986, p.730).

Em pleno século XXI, Harvey contrapõe, às demonstrações de Ostrom sobre a possibilidade efetiva e bem-sucedida da gestão local e comunitária, baseada em processos democráticos de participação direta (Ostrom, 1990), a fragilidade contida neste discurso e num qualquer revivalismo teórico sobre os bens comuns. Harvey sublinha, a exemplo, a descentralização e a liberalização municipal como parte de um processo de crescimento que resulta no aumento da desigualdade entre comunidades (Harvey, 2012, p.83), ao contrário do que seria desejável com uma formulação coletiva, responsável pelo governo dos recursos

necessários. Segundo este autor, é particularmente nos bens comuns urbanos que esta contradição se tornou mais evidente, nomeadamente pela incapacidade que verifica em estabelecer-se acordos de gestão comum entre entidades locais e regionais, tendo em conta a tendência para a competição num contexto de policentrismo (Harvey, 2012, p.82).

Hoje, mais do que a prossecução do estabelecimento de uma razão pública, ou até mesmo do tão propagandeado pluralismo de ideias e hipóteses coletivas, resiste a aparente informalidade da razão, ou a liquidez da modernidade em Bauman (2001), que mais não fazem do que ocultar ou naturalizar uma condição globalizada da manutenção dos interesses corporativos e particulares de grupos dominantes, sob o espectro largo da democracia ocidental e da garantia de direitos básicos ao cidadão (Bastos, 2015).

Para Innerarity, a recriação do ágora contemporâneo constituiu a **“nostalgia pelo espaço público”**, deixando-nos a questão: **“somos todos os que aqui estamos ou estamos aqui todos quantos somos?”** (Innerarity, 2010, p.161). Na natureza pública da política atual reside a sua legitimidade, alcançável, segundo este autor, pela maior abrangência populacional, pela sua igualdade material, intelectual e social. Se quisermos, pela politização ativa daquilo que ainda se pode designar por sociedade civil, ou pela socialização da política.

Veremos que definir o que é público é passível de se debater com a contradição inerente à atual produção material da vida, baseada na especialização do trabalho, na desregulação do mercado e na destatização e privatização das funções institucionais (Harvey, 2012, p.74), face a um contexto de desconstrução socialista no final do século XX. Isto porque a natureza da esfera pública é estruturalmente liberal, e é em função de interesses de classe, num contexto de exploração neoliberal dos recursos, antes dominializados no Estado, que a utilidade da noção original de público se foi desmistificando. A nossa abordagem ao espaço público passa pela crítica a estas posições, e de outros autores, que consubstanciam na área da filosofia, geografia e sociologia, a formulação do público e da crise do público.

### **Espaço Público Como Objeto de Produção Urbana**

*O território é uma construção política: exige avaliação, decisão e legitimação sobre o modo de penar territorialmente, sobre quais são os assuntos relevantes e as prioridades.*

MDT, 2015, p.184

Com a **“terceira modernidade”**, assim referida por Ascher (2012, p.60), introduziram-se as mais recentes alterações fundamentais nas cidades herdadas da **“segunda revolução**

**urbana**” (Ascher, 2012, p.29), corroborando alguns dos princípios que se forjaram quanto à territorialização do capitalismo, pelos desenvolvimentos da sociologia e da geografia na década de 60 e 70 do século passado. Harvey cunhou como a **“urbanização do capital”** (Harvey, 1989, p.17) os processos socioeconómicos do capitalismo com o território, estabelecendo uma crítica materialista que marcou a disciplina do urbanismo desde a sua primeira publicação **“Explanation on Geography”**, em 1969, um ano depois de Lefebvre ter publicado **“Le droit à la ville”**. Em 1972 Castells publica **“La question urbaine”**<sup>4</sup> apontando uma classe que protagonizaria a ideologia da urbanização que acompanha a produção do território. No ano seguinte, Tafuri publica **“Progetto e utopia: Architettura e sviluppo capitalístico”**, apresentando uma crítica moderna à ideologia moderna do urbanismo e do desenvolvimento económico. Desde o final do século XX até hoje, estabeleceu-se uma nova consolidação da prática e da teoria do planeamento marcada pela crítica pós-moderna da cultura pós-industrial, subsistindo diferentes perspetivas sociais, geográficas e económicas sobre o desenvolvimento urbano e a capacidade prospetiva das entidades que planificam o território.

Desta forma, torna-se determinante enquadrarmos o papel das funções públicas espaciais do território urbanizado atual, tendo em conta uma evolução dos métodos de planeamento e da teoria do planeamento. Dentro das teorias de defesa e luta pela sociabilização do espaço urbano no último século, destaca-se, hoje, uma transformação da natureza pública do espaço que serve diferentes grupos, etnias, géneros e ideologias correspondente a uma globalização e metapolização dos processos de relacionamento físico entre pessoas, bens e atividades (Ascher, 2012).

Consideramos que a necessidade de identificar e territorializar o espaço público resulta da necessidade da apropriação do território segundo a organização coletiva do trabalho, do capital e da população em geral, que tem particular expressão na cidade liberal e que foi resgatada mais recentemente a favor daquilo que Montaner e Muxi denominam de **“cidade tematizada”**, apropriada para o consumo global (Montaner, Muxi, 2014, p.152). Assim, torna-se necessário enquadrar, na crítica literária do espaço público, as funções públicas do espaço urbanizado, especialmente, no contexto das regiões metropolitanas atuais.

Sabemos que este enquadramento foi particularmente realizado no final do século XX, partindo de novas metodologias de análise empíricas, nomeadamente direcionadas para a avaliação do uso individual do espaço público (Gehl, 1996) (Borja, Muxi, 2003). Revelam estas metodologias uma tentativa de democratizar as formas de conhecimento partindo da realidade

---

<sup>4</sup> Tradução da autora: “A questão urbana”. Publicação do sociólogo espanhol Manuel Castells.

visível e vivenciável do espaço público, especialmente tendo o utilizador como epígrafe, mas também de procurar esses mesmos espaços, no sentido da sua nova abrangência a meios físicos digitalizados. Integrar esta abordagem de base nas políticas territoriais, na sua vertente de planeamento e gestão, constituiu o avanço que o paradigma de produção do espaço público conhece, e que tem vindo a ser traduzido nos instrumentos de gestão territorial. Mas os instrumentos de gestão territorial reforçam a tendência jurídica da execução urbanística, na qual o espaço público tem um protagonismo indefinido, num contexto orgânico de autonomia formal das regiões e dos municípios portugueses. Assim, temos um conjunto de alguns autores entre a teoria do planeamento, a regulação e a gestão que traduzem o crescimento multidisciplinar do urbanismo e a reintrodução do espaço público como causa própria do planeamento territorial contemporâneo.

Em 1990, Cerasi coloca a noção de espaço coletivo na sucessão da dissolução do espaço público pelo capitalismo monopolista (Cerasi, 1990), propondo a questão – **“qual é o material para a constituição de um espaço coletivo novo?”** (Cersasi, 1990, p.89).

Em 1996, Gehl coloca a importância do espaço livre, contrapondo às análises tipológicas, a urgência de estudar sobre o que é conformado também pelos edifícios, colocando em exemplo os efeitos da produção urbana da Carta de Atenas na produção dos espaços livres.

Em 2003, Portas, em **“Políticas Urbanas”**, atentava para a hipótese de que a intervenção no espaço público se se traduzisse em efeitos positivos poderia ser facilmente rebatida com a condição da urbanização extensiva, nomeadamente porque ocorrem **“renovações positivas da imagem do Espaço Público (ruas, passeios, jardins, praças...) que não se complementam (ou articulam) com os sistemas de mobilidade mais extensivos”**, e que se referem à **“cidade consolidada, esquecendo que a produção ou a renovação do espaço colectivo também é um instrumento prioritário para estruturar a reurbanizar a ex-urbia que não o teve à partida”** (Portas, Domingues, Cabral, 2003, p.103). Apesar disso, sublinha a centralidade do espaço público nas políticas públicas, quando afirma que nem sempre isso se revela particularmente visível no **“momento em que se desenha”** (Portas em Brandão, Remesar, 2003, p.16).

No mesmo ano, Borja e Muxi sublinham a reconstrução da cidade como espaço público realizada no século XIX, que veio a tomar outros modelos no século XX, com Sitte e Le Corbusier (Borja, Muxi, 2003, p.10). Para estes autores a atribuição de urbanidade e de referência cidadã deve corresponder à introdução do espaço público, contra a guetização. Borja e Muxi projetam na existência do espaço público **“o direito a exercer-se como cidadão que**

têm todos os que vivem e querem viver nas cidades”<sup>5</sup> (Borja, Muxi, 2003, pp.13-14). Assumindo esta relação como natural, entre espaço público e cidadania, são estes autores que fazem o maior apanágio teórico do espaço público nas políticas territoriais e na produção urbana contemporânea, nomeadamente referenciando mais autores do que os outros aqui referidos. Para nós, a contradição inerente ao seu discurso é o da necessidade em estabelecer a pluralidade de usos do espaço público, nomeadamente quanto ao acesso a **“diferentes coletivos sociais e culturais, de género e de idade”** (Borja, Muxi, 2003, pp.13), quando na verdade, e por outro lado, reconhece que se **“os direitos de centralidade e de mobilidade não são universais, a cidade não é democrática”** (Borja, Muxi, 2003, pp.13). Este posicionamento revela um decrescente compromisso com a realidade económica que Borja apresentava na década de setenta do século passado, particularmente quando coloca em evidência as diferentes relações estabelecidas entre a administração e o monopólio do capital imobiliário sobre o solo, a pequena propriedade e os moradores estáveis e os das zonas degradadas naquela década (Borja, 1976, p.42)<sup>6</sup>. Ao reforçar a procura de garantias dos direitos urbanos, face a estas relações que ainda se mantêm, ou agravam, Borja e Muxi, redundam, também, numa diluição da organização capitalista da produção urbana e no ataque à mesma na prossecução daquela.

Em 2011, Fernanda Paula Oliveira sublinha a indefinição do espaço público no enquadramento jurídico das cedências, e a redução destas no que se refere ao cumprimento mínimo estabelecido pelos diplomas (Oliveira, 2011, p.272). Três anos mais tarde, Machado discorre sobre a discricionariedade municipal em preterir as áreas de cedência perante o pagamento de compensações (Machado, 2014, p.61).

Em 2012, em **“Os tempos das formas”**, Ivo Oliveira refere-se ao posicionamento de Marcus Zeff, quando este sublinha que o espaço público poderia vir a ser o único objeto do urbanismo, num contexto de modelos liberais de produção do solo (Portas, 2012, p.315).

Em 2012, Ferreira apresenta a **“Construção de espaço público, Porto, Século XX”**, apresentada à FAUP, por investigação em doutoramento. Nesta, Ferreira critica o entendimento polarizado nos estudos da forma do espaço urbano da cidade do Porto, seja pela história urbana, pelas tipologias edificatórias e pela **“sistematização topológica”** (Ferreira, 2012, p.149). Traduz também uma visão unívoca do espaço público daquela cidade, preconizando a aplicação

---

<sup>5</sup> Tradução da autora de: “El derecho al espacio público es en última instancia el derecho a ejercer como ciudadano que tienen todos los que viven y que quieren vivir en las ciudades.” Borja, Muxi, 2003, pp.13-14.

<sup>6</sup> Referimo-nos ao seu artigo publicado no número 19 da Revista “Espaços e Sociedades”, de 1976, no âmbito da crise urbana e das lutas democráticas em Espanha, intitulado “Os movimentos sociais urbanos em Espanha”, tradução da autora de: “Les mouvements sociaux urbains en Espagne”.



de ferramentas SIG no tratamento de dados e o estabelecimento de critérios passíveis de definir padrões morfológicos na evolução temporal do espaço público e torná-los operativos nos instrumentos de planeamento local.

Em 2014, Muxi e Montaner reposicionam o carácter político da arquitetura, da legislação, da gestão, **“ao projeto e à construção das moradias e dos bairros como espaços para os novos modelos de vida e para a felicidade das pessoas”** (Montaner, Muxi, 2014, p.15), complementando o crescente idealismo sobre a capacidade da política em atender a um **“mundo melhor”**, com a contextualização do desenvolvimento económico do final do século XX. Assim, e conforme os mesmos, a urbanização constituiu, neste período, um modo de investimento face ao excedente de capital, para obter maior rentabilidade e **“dentro de um predomínio total da ideologia neoliberal, essa rentabilidade baseava-se no controle da propriedade do solo e no domínio de seus preços sempre em alta e se tornava visível em imensas obras urbanas ditadas pelos interesses da especulação mobiliária”** (Montaner, Muxi, 2014, p.19). Ainda segundo estes autores, e no que se referem à delimitação entre o público e privado em capítulo próprio, a situação de monopólio do solo é exponencial, apesar de conservarem a ideia do papel do estado na garantia de que a propriedade privada **“não trouxesse consigo abusos por parte de quem acumula riqueza e concentra a propriedade dos solos e dos bens imobiliários de um modo antissocial”** (Montaner, Muxi, 2014, p.29). Ora, como veremos, esta posição revela a idealização sobre a orgânica do estado moderno e das suas capacidades regulatórias. Referenciando-se em Arendt e Habermas (Montaner, Muxi, 2014, p.30), estes autores redundam na mesma noção de público, mesmo depois de caracterizarem como crítica a situação disciplinar da arquitetura perante a mercantilização do solo e o crescente surgimento de **“servidores do poder e dos interesses imobiliários”** (Montaner, Muxi, 2014, p.38).

No ano seguinte, a publicação **“Território Casa Comum”** sublinha a falta de **“leituras consensuais do território”**, nomeadamente com a tendência para a condição do cidadão ser assegurada por **“um conjunto abstracto de direitos e deveres que regula o lugar do indivíduo na sociedade.”** (MDT, 2015, p.182). Assim, urge a invenção do comum, plural, coletivo, na continuidade da prática. Consideramos esta proposta legítima, por ser enquadrada numa abordagem socioeconómica e política, que tem em consideração um processo prático e teórico de **“construção coletiva”**, com **“um debate abrangente”** onde o processo de urbanização pertence a todos os habitantes (MDT, 2015, p.182), descontinuando um discurso sobre a defesa do espaço público nos moldes existentes.

Em 2018, Harvey, em entrevista a Richard Wolff<sup>7</sup>, reforça aquilo que é a mercantilização na produção urbana capitalista, nomeadamente pela condição básica da troca se ter de processar com o território e com a produção urbana. Em **“Dezassete contradições e o fim do capitalismo”**<sup>8</sup>, publicado em 2014, Harvey sublinha que é na possibilidade de dispor absolutamente do bem, inclusive em perpetuidade (Harvey, 2014, p.40), para realizar essa troca que se funda a possibilidade de exploração tendencialmente infinita. Harvey atesta, mais uma vez a contradição absoluta entre estado e mercado, relembrando a necessidade do Estado como suporte de reprodução do capital (Harvey, 2014, p.47), nomeadamente na promoção de políticas públicas que minimizem uma outra contradição – a relação entre produção e realização, na qual compete o território primordialmente. Não estabelecendo propriamente uma preocupação com o espaço público como objeto da produção urbana, Harvey redireciona a problemática desta para a organização mundial do capital, especialmente financeiro, onde as limitações à superação das crises capitalistas se tornam mais frequentes e mais difíceis de contornar, sem provocar a revolta e a reação das massas populacionais (Harvey, 2014, p.264). O exemplo preferido e recorrente deste autor, naquilo que constitui o espaço público como fator de valorização de ativos imobiliários, é a transformação urbana de Paris operada segundo Haussmann. Para Harvey, a produção urbana deve ser encarada na perspetiva de organização da produção económica e reprodução social, onde a urbanização e edificação constituem parte da reprodução, providenciada pelo Estado até à instalação do **“consenso neoliberal”** (Harvey, 2014, p.23), depois da 1970. No mesmo sentido, Forquet e Murand atentam para a necessidade de o estado intervir na necessidade de habitação, promovendo a economia privada. Ou seja, auxiliar a não-produção na produção e na demanda (Fourquet, Murand, 1978), através da capitalização da produção urbana.

Podemos balizar duas linhas preponderantes que influem a produção do espaço público. Uma, que se consolidou com um crescente número de planeadores urbanos, em prol da sua existência, verificada a ausência de modelos de espaço público em urbanizações emergentes, mesmo que essa ausência se sustente no mito dos espaços públicos canónicos e da urbanidade perdida. Outra, que defende a impossibilidade do estado neoliberal em concretizar uma política pública de natureza social ou coletiva, porque atuaria em contraposição à exploração e à acumulação de capital financeiro. Nesta, enquadra-se não apenas a produção urbanística, que passa a ser paulatinamente transferida para a execução por particulares, desde o final do século

---

<sup>7</sup> Economic Update: Criticizing Capitalism. Prof. Richard D. Wolff interviews David Harvey. *Democracy at Work*, July 4, 2018, em <http://davidharvey.org/>, em 6 de Julho de 2018.

<sup>8</sup> Tradução da autora de: “Seventeen Contradictions and the End of Capitalism”.

XX, como a produção de espaços públicos, equipamentos públicos e todo um conjunto de antigas competências que conservavam a natureza coletiva e socializante do Estado.

### **Organização e Processo Analítico**

A investigação sobre o espaço público não partiu de modo algum de um conceito prefigurado daquele, da cidade ou dos campos disciplinares assinalados. Antes, da necessidade de atestar a coerência dos juízos e noções afetos ao urbanismo face ao que de facto é o espaço público nas circunstâncias específicas em que se apresenta em Vila Nova de Gaia. Não seria possível analisar um território, e particularmente o seu espaço público, sem primeiro estabelecer o debate sobre o que é ou o que configura o público, especialmente na realidade portuguesa. Assim, a investigação organiza-se em **três partes complementares**, dividindo-se, no total, em seis capítulos.

A primeira parte consiste no enquadramento teórico do espaço público nos campos da morfologia, da regulação e da gestão. Posteriormente, apresentamos a situação formal do espaço público em Vila Nova de Gaia, com um diagnóstico e análise geral do concelho - macroanálise, à qual se segue uma análise particular de oito áreas, que foram objeto de projeto ou plano de urbanização – a microanálise.

O processo analítico do espaço público revelou-se-nos uma tarefa particularmente difícil na medida em que, não existindo precedentes neste tipo de investigação, foi preciso desenvolver uma metodologia útil e aplicável ao concelho, que combinasse os três campos de análise. Assim, determinámos um conjunto de critérios ou indicadores pertencentes a cada um daqueles, descritos no **Capítulo III – Metodologia**, que pudéssemos comparar quantitativa e qualitativamente, verificando qual o espaço público que cada plano permitiu produzir, comparando estas áreas também com o diagnóstico geral do concelho e da AMP.

A primeira parte, com três capítulos, diz respeito à crítica literária e aos posicionamentos sobre o público e o espaço público. Ou seja, apresenta toda a problematização do lugar do espaço público na cidade contemporânea, e do espaço público na organização da sociedade.

No primeiro capítulo, **Capítulo I**, apresentamos a territorialização pública dos espaços político e civil, em dez tópicos. Os primeiros cinco, referem-se à evolução da noção de público desde meados do século XIX até ao século XXI, e, os últimos cinco, às funções que os espaços públicos foram apresentando no mesmo período. Consideremos pertinente fazer esta retrospectiva para sublinhar os motivos tecnológicos e sociais que estiveram na origem do desenvolvimento formal e tipológico do espaço público, e de como os principais autores desse desenvolvimento transformaram o território.

No segundo capítulo, **Capítulo II**, explanamos os discursos que cada um dos campos da morfologia, regulação e gestão realizou sobre o espaço público. Assim, dividido em oito subcapítulos, temos o espaço público na morfologia urbana, na regulação urbana e na gestão urbana. Segundo a morfologia, colocando em crítica o estudo da forma urbana, pelo estudo da forma do espaço público, nomeadamente em Portugal. Segundo a regulação, tendo em conta a evolução do direito da propriedade, a evolução das normas e regulamentos aplicáveis à via pública e ao uso da mesma, sem esquecer o regime dominial. Segundo a gestão urbana, enquadrando juridicamente a execução do espaço público e a avaliação do mesmo pelos indicadores urbanos.

O terceiro capítulo, **Capítulo III**, refere-se à metodologia da análise empírica, subdividido em três momentos. Um primeiro, onde descrevemos os processos metodológicos. Um segundo, onde esclarecemos a forma de recolha de dados e as fontes físicas dos mesmos. Um último, onde apresentamos os critérios de análise selecionados.

Uma limitação fundamental na investigação é a reduzida disponibilidade de cartografia e de dados de arquivo, bem como de estudos sobre o concelho, que são, neste âmbito, muito poucos e territorialmente delimitados a áreas específicas. Assim, todas as informações que não detetámos existir em outros trabalhos parcialmente desenvolvidos para o concelho, integramos no **Capítulo IV**, dividido em três subcapítulos que fazem a avaliação, o reconhecimento e a crítica do espaço público segundo a situação existente e os planos coevamente desenvolvidos. Neste capítulo apresentamos dados recolhidos através de desenho digital, construção de mapa axial e contagem manual e automática, fornecida por programas SIG e CAD.

No penúltimo capítulo, o **Capítulo V**, introduzimos os contributos para o planeamento do espaço público, tendo em conta os resultados obtidos nas oito áreas - microanálise.

Na terceira parte, temos o último capítulo, o **Capítulo VI**, subdividido em três partes, e onde apresentamos a síntese crítica e conclusiva.

Orientámo-nos por um processo analítico indutivo, descritivo, quantitativo e qualitativo, que exigiu tarefas múltiplas, complementares e realizadas em simultâneo, para que pudéssemos construir os dados com rigor, e realizar com estes uma síntese crítica em cada um dos subcapítulos da análise empírica, intitulados “**Síntese**”. Recorremos a levantamentos fotográficos, observação cartográfica, leitura e levantamento de documentos escritos e de peças desenhadas, a par de uma observação presencial, nomeadamente para aferir contagem de alguns dos elementos referentes aos critérios de análise.

## O Espaço Público em Vila Nova de Gaia

*Foros romanos não podem conceder-se senão a Gaia, a antiga Cale. Segue-se-lhe o rasto, como o nome de Portucale, através de suevos, visigodos, árabes e, cristãos, desde o século V a X. E vulgarmente sabido que desta povoação veio o nome do nosso país.*

Herculano, Hist. Porto, v. 1º, p. 445

A seleção do município de Vila Nova de Gaia, doravante designada VNG, como objeto empírico é justificada pela capacidade de requalificação urbana de que foi exemplo na última década. Da descrição multifator que nos é apresentada por ocasião de revisão do PDM, a realidade urbana atual constitui resultado de um esforço e investimentos públicos e privados na recente promoção de espaço público.

O seu contexto periférico durante os anos oitenta e noventa, permitiu viabilizar a instalação de vastas áreas habitacionais monofuncionais, que surgiram por especulação sobre um cadastro de origem rural agrícola ou sobre áreas de manutenção ecológica, que colocam em perigo o edificado, a população humana e os recursos físicos. Assim, torna-se determinante abordar este concelho, dentro do seu âmbito territorial e regional alargado e na sua relação intrínseca de suporte social ao desenvolvimento do concelho vizinho e da conurbação metropolitana do Porto.

As propostas mais recentes de planos ou de programas decorrem da realização do PDM entre 1989 e 1993 e respetiva revisão de 2009, sendo de destacar o papel da vereação de Nuno Portas naquele período, como promotor do desenvolvimento da cidade a que o mesmo chamou de **“espécie de terceiro mundo dentro da área Metropolitana do Porto”** (Portas, 2012, p.430). Vários autores estudaram recentemente Vila Nova de Gaia. Existem teses académicas direcionadas para a abordagem ao Programa Polis, às características paisagísticas e biofísicas das marginais fluviais e marítimas, dentro do tema frentes de água e ainda quanto aos serviços municipalizados e às infraestruturas viárias. Contudo, são escassas as abordagens a todo o vasto concelho, constituído por quinze uniões de freguesias<sup>9</sup>, numa extensão de até 20 km para o interior do país, apresentando diferentes polos de atracção económica, com características populacionais e de ocupação do solo específicas e muito diversificadas.

---

<sup>9</sup> Diário da República, 1.ª série — N.º 19 — 28 de janeiro de 2013, p. 552-(135).

VNG é um concelho do norte do país, pertence ao distrito do Porto e à Área Metropolitana do Porto, que inclui atualmente dezassete concelhos, correspondendo a 47% da população da região norte. É o terceiro concelho no país com mais população residente, estimando-se segundo os valores dos censos de 2012, um total de 302 295 habitantes, o que corresponde a 18% da AMP. Entre 1970 e 2008 assistiu a um crescimento de três vezes a população, sendo que 53% do edificado existente foi construído neste período. Coincidentemente, nesta época, registam-se as primeiras descidas de valores de população no concelho do Porto (Pinho, 2000, p.26).

Internacionalmente, segundo os critérios definidos pela ESPON, o concelho insere-se numa área considerada Mega Fraca de importância reduzida, em comparação com a Mega Potencial da região de Lisboa (Portas, Domingues e Cabral, 2011, p.70).

VNG constitui um exemplo de diferenciação geográfica, topográfica, geológica, social, económica, cultural e morfológica, marcado por infraestruturas viárias de velocidade alta que a atravessam, de sul a norte, em área urbana, proporcionando objeto de análise empírica complexo e amplo no que se refere às diferentes intervenções territoriais ali planeadas.

Geograficamente, constitui-se como uma região diversificada, com bacias hidrográficas importantes que permitiram a sua colonização humana ao longo das margens fluviais do Rio Douro. Conta com uma área de superfície de 169 km<sup>2</sup>, 15 km de costa marítima e 25 km de margem fluvial. As suas cotas altimétricas variam entre 0 e 260 m, ponto alto onde se situa o Mosteiro da Serra do Pilar, a norte do concelho.

Dentro dos estudos arqueológicos de Alarcão, até às atuais compilações históricas de João Silva, Catarina Gomes e José Costa, passando por José Mattoso, Armando de Matos e António Machado pode encontrar-se referências sobre a importância política e económica do concelho. Quanto à análise urbana, social, topográfica ou fotográfica, pode destacar-se Alda Temudo, Álvaro Domingues, Diogo de Macedo, Fernando Gonçalves, João Azevedo, Joaquim Guimarães, Nuno Portas, Nuno Travassos, Paulo Pinho e Raquel Paulino. Quanto à AMP, destacam-se os estudos técnicos realizados em função das obras públicas da VCI, do Metro do Porto, das pontes sobre o rio Douro, das ligações viárias das A1, A29 e A44.

VNG e Porto constituem uma relação social e económica decisiva no contexto da região norte, com uma dependência importante nos eixos viários principais e complementares com perfil e dinâmica nacional e internacional.

# Parte I

PROBLEMATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA



Fig. 2 Café Procope em Paris: Condorcet, La Harpe, Voltaire, Diderot e outros.  
Fonte: <https://jarconsian.wordpress.com/tag/voltaire/>, em 28 de junho de 2016.

# CAPÍTULO. I

## A TERRITORIALIZAÇÃO PÚBLICA DO ESPAÇO POLÍTICO E CIVIL



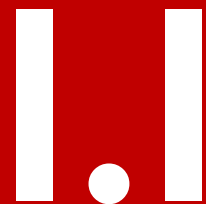
*The line between state and society, fundamental in our context, divided the public sphere from the private realm.*

Private Realm		Sphere of Public Authority
Civil society (realm of commodity exchange and social labor)	Public sphere in the political realm	State (realm of the "police")
Conjugal family's internal space (bourgeois intellectuals)	Public sphere in the world of letters (clubs, press) (market of culture products) "Town"	
		Court (courtly-noble society)

Fig. 3 Tabela publicada na obra "A transformação estrutural da esfera pública".

Tabela publicada na obra "A transformação estrutural da esfera pública".

Fonte: Habermas, 1991, p.30.



A CONSTRUÇÃO DO PÚBLICO

*o entrelaçamento da existência individual com as formas de vida colectiva obriga-nos a pensar um sujeito integrado na vida pública porque a realização humana é impensável fora do espaço comum.*

Innerarity, 2010, p.21

*Public space and the public sphere represent conjoined arenas of social and political contest and struggle.*

Smith and Low, 2005, p.12

*The process of economic restructuring underway in the 1980s is challenging one of the cornerstones of post-1945 industrial democracies: the welfare state. A particular type of state in recent history, characterized by the fact that one of its fundamental principles of legitimacy lies in its redistributive role in delivering goods and services through public institutions, outside the rule of the market, to citizens entitled to such delivery simply by being citizens.*

Castells, 2002, p.229

*The history of the words "public" and "private" is a key to understanding this basic shift in the terms of Western culture.*

Sennett, 1978, p.16

*Civil society came into existence as the corollary of a depersonalized state authority. Activities and dependencies hitherto relegated to the framework of the household economy emerged from this confinement into the public sphere.*

Habermas, 1991, p.19

*O primeiro que, tendo cercado um terreno se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastantes simples para acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil.*

Rousseau, 1999, p.91

## A REINVENÇÃO DO PÚBLICO

*É a consciência cívica da “casa comum” – a representação e a acção através da qual se definem modos de partilhar a esfera pública – que se designa a territorialidade e o grau de conflito em torno das coisas pensadas territorialmente.*

Domingues, 2016, p.37

No contexto da territorialização da esfera pública, a afirmação de Domingues enceta duas problemáticas relacionadas com a formulação do comum, traduzida na produção de cidade, ou, na transformação contemporânea do território. Domingues identifica a ideia transversal da necessidade de se estabelecer o funcionamento comum entre indivíduos; por outro, consagra a ideia do espaço territorial como representativo e operativo dessa comunalidade, sustentada pela referida consciência cívica. A primeira ideia remete para uma longa evolução do comum na modernidade ocidental, associada ao nascimento da sociedade organizada em indivíduos e respetiva regulação das atividades socioeconómicas. Na sua origem está o desenvolvimento das instituições que a suportam e reforçam, apoiadas por um objetivo de construção global dos interesses que divergiriam do Estado. A segunda ideia diz respeito a um reconhecimento dos efeitos territoriais que as ciências geográficas e morfológicas foram introduzindo nas políticas territoriais nas últimas décadas, consolidando correspondências entre os processos de desenvolvimento social e os processos de transformação territorial.

Aquelas duas ideias são representativas da discussão retomada por Habermas, na década de sessenta do século XX, colocando em evidência uma crise do sentido do público, ao nível das instituições político-administrativas e da sociedade civil, questão que foi posteriormente reforçada por Sennett em **“O declínio do homem público”**<sup>10</sup> em 1977, quinze anos depois da **“A transformação estrutural da esfera pública”**<sup>11</sup>. Em 1993, Bruce Robbins colocou novamente em debate a legitimidade de uma esfera pública dentro da sociedade globalizada, assinalando a natureza autoritária de um único conteúdo discursivo exercido sobre a sociedade plural no seu **“O fantasma da esfera pública”**<sup>12</sup>. Já no século XXI, em 2006, Innerarity escreve **“O novo espaço público”**<sup>13</sup> e coloca em hipótese a contingência da identidade coletiva e do **“futuro como uma realidade indisponível”** (Innerarity, 2010, p.24). Estes autores tornam-se, portanto, centrais na problematização do conceito de esfera pública – expressão repescada por

<sup>10</sup> Tradução da autora de: “The fall of the public man”, de Richard Sennett.

<sup>11</sup> Tradução da autora de: “Strukturwandel der Öffentlichkeit”, de Jurgen Habermas, nascido em 1929.

<sup>12</sup> Tradução da autora de “The phantom of public sphere”.

<sup>13</sup> Tradução da autora de “El nuevo espacio público”. Publicação do filósofo espanhol Daniel Innerarity, nascido em 1959.

Habermas<sup>14</sup> para definir a natureza pública de parte da sociedade que se constrói através do exercício de exteriorização da sua representação, diferentemente de Innerarity, que utiliza “espaço” público, retirando-lhe uma eventual essência centralizadora.

De que serve a formulação do comum para a construção do território? Em que medida a natureza pública do espaço construído é efeito de uma natureza pública do aglomerado social? De quem são os discursos que constroem a natureza comum da esfera pública?

*O espaço público é um lugar onde os problemas são assinalados e interpretados, onde as tensões são experimentadas e o conflito se converte em debate, onde é encenada a problematização da vida social.*

Innerarity, 2010, p.10

Em função da tendência reflexiva das ciências<sup>15</sup>, situação que Ascher<sup>16</sup> definiu como sintoma de uma terceira revolução urbana moderna, o espaço público, físico, constituiria lugar de representação dos grupos, dos coletivos e da “reprodução social”<sup>17</sup>.

Habermas e Innerarity nomearam especificamente a questão da esfera pública.

*The usage of the words “public and “public sphere” betrays a multiplicity of concurrent meanings. Their origins go back to various historical phases and, when applied synchronically to the conditions of a bourgeois society that is industrially advanced and constituted as a social-welfare state, they fuse into a clouded amalgam.*<sup>18</sup>

Habermas, 1991, p.1

*Outra dificuldade para a configuração do espaço público provém do embotamento do sentido do comum, problema para o qual o comunitarismo é, sem dúvida, uma má solução.*

Innerarity, 2010, p.17

Innerarity reforça a natureza da lógica política como sendo a da “representação e síntese” (2010, p.59), na qual se deve evitar negligenciar a mediação (Idem, p.75), criticando

---

<sup>14</sup> Segundo Habermas, a epistemologia da expressão alemã “Offentlichkeit” terá origem no adjectivo “offentlich”, do século XVIII, que significaria de natureza pública ou publicidade. (Habermas, 1991, p.2).

<sup>15</sup> Ascher, 2012, p.33.

<sup>16</sup> Idem, p.31.

<sup>17</sup> Tradução da autora de: “social reproduction”. Em “The politics of public space” Cindi Katz refere-se à ideia de reprodução social e da relação desta com o espaço de vida. Setha e Low, 2005, p.111.

<sup>18</sup> Tradução da autora: “O uso das palavras publico ou esfera pública revela a multiplicidade de significados simultâneos. As suas origens remontam a várias fases históricas e, se aplicadas sincronicamente às condições de uma sociedade burguesa industrialmente avançada e constituída sob um estado social, aquelas fundem-se numa amálgama nebulosa.”

a posição de Habermas quanto à suposta neutralidade da sociedade colocada em oposição com as instituições que daquela se desvirtuam<sup>19</sup>. Esta diferenciação entre público e coletivo é-nos particularmente relevante, uma vez que apesar de ser fundamental integrar a abrangência do segundo conceito, o carácter de público na política territorial traduz-se numa responsabilização, do decisor e do técnico, que pretendemos utilizar para justificar relações entre discurso e prática no planeamento territorial.

Consideramos que a formação de uma natureza pública da sociedade significa a valorização, em contexto democrático, de necessidades materiais, respeitantes a diferentes grupos, que se enquadram ideologicamente na superestrutura. Ou seja, construir uma nova relação de coletividade significa atacar um sistema político, que se adaptou juridicamente às várias correlações de forças económicas ao longo de mais de duzentos anos. Por isso, se encontram hoje em crise de problematização, em fase de reestruturação, modelos de governação apoiados numa miragem de liberdade e individualidade formal e jurídica, uma vez que despojados da propriedade própria dos meios materiais para a sua continuidade, acabam por se situar fora dos lugares de decisão efetiva. A nosso ver, a destituição do comum não nasce pela deslegitimação do comum, do coletivo ou de ações comunitárias que se revigoram nas últimas duas décadas, mas pela incapacidade de a representatividade pública liberal se constituir fora do sistema vicioso e circular a que pertence. Ou seja, a natureza burguesa e liberal do público. Assim, como Badiou aceita a democracia liberal como responsável pela manutenção pacífica do capitalismo, também reforça que a fase imperialista do capital só foi possível pela ação política daquela. E nesta fase imperialista, como já afirmara Poulantzas, em 1974, o capital desenvolve-se precisamente pela assimetria do desenvolvimento e o incremento das desigualdades materiais entre regiões capitalistas e regiões dependentes (Poulantzas, 1975, p.45).

Onde se situa o comum, o coletivo ou o público como sintomático de uma organização materialmente democrática, que defenda um caminho igualmente produtivo, num período de alargamento da capacidade comunicativa e argumentativa, mas apresenta a maior disparidade material de sempre no acesso aos recursos dos quais todos dependemos?

---

<sup>19</sup> “No fundo, isso é um velho preconceito romântico, com a sua ideia de alienação, no qual está a origem da oposição do espaço interior genuíno à esfera pública falsificadora, da autenticidade à convenção, (...). Contra o ideal simplista de representação por semelhança está a síntese democrática do diverso. (Innerarity, 2010, p.60)

## A NATUREZA LIBERAL DA ESFERA PÚBLICA

*Traçar as fronteiras entre o público e o privado tem sido uma preocupação desde a antiguidade clássica (...)*

Innerarity, 2010, p.29

Habermas e Innerarity identificam a formação da esfera pública com a formação de uma opinião pública proferida nos lugares vocacionados para a sua própria publicidade.

Segundo Habermas, a ideia de esfera pública atravessou três períodos históricos maiores – o da cultura grega, o do feudalismo e o do burguês. Este último, conducente da modernidade, traduz uma construção da cultura burguesa, que encontra o seu paradoxo entre a liberdade individual de expressão política e filosófica e o crescente controlo da esfera privada sobre a economia pública. Como que existindo um paralelismo entre os objetivos económicos entendidos pelos indivíduos burgueses e a finalidade económica da sociedade, Habermas reforça essa visão interna que foi estabelecida, sublinhando a institucionalização própria da prática económica burguesa **“como que convertendo de forma natural vícios privados em virtudes públicas”**<sup>20</sup>. Anterior a esse estágio de lugar público instituído como um domínio reconhecido entre todos, Habermas identifica a publicidade garantida pelo meio literário, precedente da formação da burguesia mercantil, desde o século XV, e referente à representatividade da corte<sup>21</sup>. A construção da esfera pública moderna, depois do século XVIII, era inerente da condição estrutural da família burguesa, organizada sob uma hierarquia patriarcal que permitia a disponibilidade temporal e económica dos seus constituintes, dentro da qual se produzia uma primeira ordem de discursos livres, autónomos e subjetivos. Habermas distingue a primeira esfera pública privada da esfera pública política (*politische Öffentlichkeit*). Habermas identifica a esfera pública política como a reunião pública<sup>22</sup> (Idem, p.27) desses

---

<sup>20</sup> Tradução da autora de: “as the ordre naturel converting private vices into public virtues”. Habermas, 1991, p.116-117.

<sup>21</sup> “The public sphere in the world of letters (literarische Öffentlichkeit) was not, of course, autochthonously bourgeois; it preserved a certain continuity with the publicity involved in the representation enacted at the prince’s court.” Idem, p.29. Tradução da autora: “A esfera pública no mundo literário não foi, evidentemente, exclusivamente burguesa; ela preservou uma certa continuidade com a presença e aparição pública do príncipe na corte.”.

<sup>22</sup> Ver referência a Habermas, em anexo.



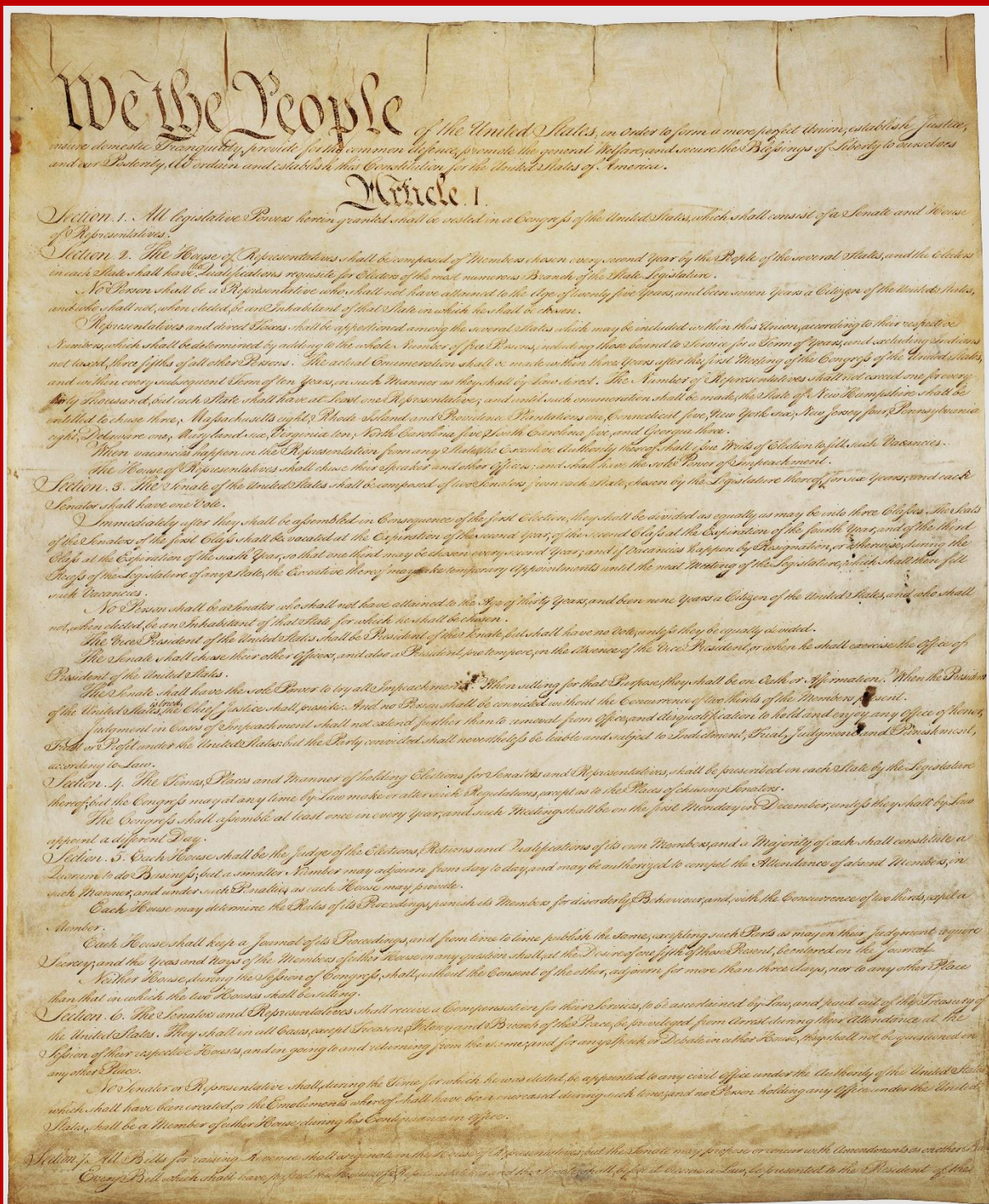


Fig. 4 Cópia da Constituição dos Estados Unidos da América, de 17 de setembro de 1787.  
 Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o\\_dos\\_Estados\\_Unidos#/media/File:United\\_States\\_Constitution.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Unidos#/media/File:United_States_Constitution.jpg), em 11 de Agosto de 2016.

indivíduos privados, com objetivos claros em estabelecer um discurso regulado e legítimo, mas paralelo e interceutor do discurso político estatal. A criação desta esfera literária (*literarische Öffentlichkeit*), nascida do debate participativo presencial, é pertinente para a valorização do próprio conjunto de indivíduos presentes e para a manutenção da sua pertença ao grupo, uma vez que se destacariam de uma natureza fechada e inacessível quanto às questões que estariam em debate. A publicidade da discussão reforçaria o posicionamento do indivíduo perante as questões a debater, fora do alcance, ou, conforme Habermas, da jurisdição, da igreja e do estado (Idem, p.36). Assim, Habermas diferencia uma evolução histórica da representatividade real, baseada na publicidade demonstrativa do monarca, para a publicidade obtida em discussão, baseada na argumentação e explanação dos discursos operados entre aqueles que se apresentam para o efeito<sup>23</sup>. Coincide com o meio urbano, nos espaços de lazer e comércio, “**essa assembleia sem mediações**”, a qual “**continuará vigente nas assembleias suíças, tão apreciadas por Rousseau, ou nas townships estudadas por Tocqueville, mas pouco se parece com as nossas sociedades.**”<sup>24</sup>

A mercantilização dessa opinião pública (Habermas, 1991, pp. 37-38) é um ponto determinante para a primeira transformação do conteúdo e da estrutura da esfera pública burguesa identificada por Habermas. Habermas associou a formação do conceito de opinião pública com os diferentes momentos de evolução do liberalismo, pelos seus teóricos<sup>25</sup>, ultrapassada a fase mercantilista da sociedade europeia. Habermas destaca o papel das publicações periódicas e diárias no século XIX, com crescente carácter crítico e partidário dos seus autores para a manipulação e consolidação das retóricas argumentativas, tendo assumido o jornalismo uma demonstração facciosa dos acontecimentos. O espaço público burguês que corresponde à prática burguesa do discurso público, assumido como comum e vigente, produtor da opinião geral era o dos espaços que nasceram dessa relação urbana, comercial e de proximidade física.

Diferenciado do espaço físico institucional dos edifícios públicos, onde se reproduz a orgânica do Estado, os espaços da burguesia promovem uma informalidade da aparência e da forma retórica da comunicação em favor de uma racionalização dos factos e dos conceitos

---

<sup>23</sup> Habermas não esquece a limitação do espectro socioeconómico destes intervenientes, sublinhando a situação de subsistência de mais de metade da população na Grã-Bretanha, no século XVIII. Importa, por isto, reforçar o alcance da construção da opinião pública de natureza esclarecedora, até à obtenção desta parte da cultura como necessidade

<sup>24</sup> Innerarity, 2010, p.14

<sup>25</sup> Habermas, no capítulo “Ideia e ideologia” (1991, p.89), apresenta uma viagem epistemológica da opinião pública pelos diferentes filósofos que marcaram o fim do Antigo Regime, a pré-revolução e a revolução francesa, até à modernidade.



demonstrados para sustentar uma opinião com dissimulada pretensão a ser única. A possibilidade real destes indivíduos demonstrarem a construção da sua argumentação, produzindo uma teoria final, assente num confronto direto, racional e crítico, reforçava a legitimidade da razão, de um discurso racionalizado. Em suma, Habermas define originalmente três esferas distintas, na qual a esfera pública ocupa uma mediação entre a esfera familiar, privada e a esfera da orgânica estatal, enquadrada pela jurisdição.

Em Innerarity (2010, p.59), a esfera pública é apresentada dentro duma natureza romântica e idealizada quanto à sua crise ou degenerescência, uma vez que aquele considera que a transformação estrutural operou na esfera pública um desvio da sua pretensão original, supostamente espontânea e mediadora, para uma apropriação por grupos de representantes de interesses corporativos, com poder de influenciar diretamente o Estado. Na situação contemporânea, segundo Innerarity, estes grupos, afastados de uma perspetiva comum, constituem-se num **“modelo liberal”** onde um conjunto de autores **“concebe o espaço público como um equilíbrio entre grupos”** (Innerarity, 2010, p.63). Innerarity também encontrou em Habermas o conceito de refeudalização (Innerarity, 2010, p.15), que surge como um processo que se caracteriza por uma apropriação do debate, retirado do confronto direto e aberto, e o posiciona fora da sua validação por argumentos, **“instrumentalizada pela ação estratégica e burocrática”** (Idem, p.15). Como o próprio sustenta em **“Técnica e ciência como ideologia”**<sup>26</sup>, a **“discussão pública, sem restrições e sem coações, sobre a adequação e a desiderabilidade dos princípios e normas orientadoras da acção, à luz das ressonâncias socioculturais do progresso dos subsistemas de ação racional dirigida a fins – uma comunicação deste tipo em todos os níveis dos processos políticos e dos processos novamente politizados de formação da vontade, é o único meio no qual é possível algo assim como a “racionalização”**<sup>27</sup>. Habermas colocava-se nesta posição que encontra uma relação idealizada entre a ação política e o seu escrutínio pelos discursos produzidos pela ação comunicativa pró racional. Contudo, sem ignorar que essa ação comunicativa foi permanentemente amenizada pelo **“capitalismo estatalmente regulado”** (Habermas, 1987, p.76), Habermas admite que a divisão em classes económicas foi sendo dissimulada por uma dominação, diferente da dominação direta exercida pelo Estado, que resulta numa permanente **“latência das oposições de classe”** (Idem, p.78)<sup>28</sup>. Na argumentação mais recente, Habermas

<sup>26</sup> Publicação de 1968, sob o título original: "Technik und Wissenschaft als "Ideologie".

<sup>27</sup> Habermas, 1987, p.88.

<sup>28</sup> Ver referência a Habermas, sobre a substituição da autoridade pública pela condição jurídica, em anexo.

reforça a necessidade de se manter o discurso critico-racional, cuja operacionalidade permita emancipá-lo de forças constrangedoras ou desviantes da racionalidade, se não for comprometida a publicidade e se se mantiver a liberdade comunicacional. Innerarity define esta posição em Habermas do espaço público (esfera pública, para nós) como a de um lugar de deliberação **“de ser por princípio o que nunca está definitivamente encerrado.”** (2010, p.160).

***Na exposição pública de pessoas privadas comprometidas num debate critico-racional, tem-se o que em Kant foi denominado por acordo público e em Hegel opinião pública”*** <sup>29</sup>

Habermas, 1991, p.117

Habermas, em Hobbes identificou a correspondência de opinião com a consciência. Em Locke, a opinião como julgamento da virtude, consentida entre o grupo. Em Rousseau<sup>30</sup>, identificou a correspondência da opinião com a ideia de vontade geral. Em Kant, identificou a correspondência de publicidade como garante da relação universal e intrínseca da moral com a lei, dedicando um subcapítulo próprio. Em Hegel, identificou a sujeição da esfera pública à ideia de razão. Em Marx, identificou a contradição da natureza isenta da esfera pública dominada por indivíduos proprietários, expondo que a opinião pública traduziria uma falsa consciência<sup>31</sup> do que seria a universalidade do interesse público e do bem comum.

***Marx denunciou a opinião pública como consciência.***<sup>32</sup>

Habermas, 1991, P.124

Habermas sublinha a possibilidade da neutralidade da esfera pública burguesa contemporânea, apesar de Marx ter demonstrado como obsoleta a existência de uma sociedade civil, colocando a questão da constituição do Estado na relação paradoxal entre os interesses de classe e a suposta universalidade destes. Habermas demonstra uma evolução do espaço de construção política ocidental, determinado por um conjunto de fatores históricos que

---

<sup>29</sup> Tradução da autora de: “In the public of private people engaged in rational-critical debate, there came about what in Kant was called “public agreement” (das öffentliche Zusammenstimmen) and in Hegel “public opinion.” Habermas, 1991, p.117.

<sup>30</sup> “Public debate was supposed to transform voluntas into a ratio that in the public competition of private arguments came into being as the consensus about what was practically necessary in the interest of all.” Tradução da autora: “O debate público era suposto transformar em razão aquilo que derivado dos argumentos privados se tornava consenso acerca do que é que era praticavelmente necessário no interesse de todos.” Habermas, 1991, p.8.

<sup>31</sup> “Ser parte consciente de alguma coisa é lhe tomar, com consciência, uma parte, participar nela conscientemente. Sem essa consciência, o membro do Estado seria um animal.” Marx, 2010, p.132.

<sup>32</sup> Tradução da autora: “Marx denounced public opinion as false consciousness.” Habermas, 1991, p.124.

permitiram a transformação estrutural do indivíduo como homem, como burguês, posteriormente como cidadão e finalmente idealizado como ser humano privado. A condição socialista permitiria essa liberdade do exercício de funções fora das que são inerentes e necessárias ao sistema económico capitalista. Se é em Marx, que Habermas identifica a conceção do homem civil como político, com o entendimento marxista de classes, conclui que com **“a dissolução do poder político no poder público, a ideia liberal de uma esfera política pública se encontraria como a formulação socialista”**<sup>33</sup>.

Na argumentação de Marx na crítica aos **“Princípios da Filosofia do Direito”** de Hegel<sup>34</sup>, o Estado formou-se na relação interna com os interesses da burguesia, como a classe que os dirige. Por um lado, Hegel, recusando o direito jusnaturalista<sup>35</sup>, na qual se enquadrariam Hobbes, Locke, Rousseau<sup>36</sup> e Kant, apresentou a coisificação da sociedade pela necessidade inerente da sua constituição no Estado<sup>37</sup>. Para Hegel, o domínio da sociedade civil conduz ao Estado (Hegel, 1997, p.215). Segundo Hegel, o Estado materializa a moral objetiva, é razão de si mesmo e concebeu a sociedade civil fora da unidade familiar, assegurando a universalidade da liberdade individual, pois **“Como cidadãos deste Estado, os indivíduos são pessoas privadas que têm como fim o seu próprio interesse: como este só é obtido através do universal, que assim aparece como um meio, tal fim só poderá ser atingido quando os indivíduos determinarem o seu saber, a sua vontade e a sua ação de acordo com um modo universal e se transformarem em anéis da cadeia que constitui o conjunto.”** (Hegel, 1997, p.170-171). Hegel apresenta uma separação do interesse político do económico nos discursos produzidos pelo Estado e pela sociedade civil, que traduz a defesa da objetividade das instituições, e na natureza particular dos interesses. Esta conceção do destino do Estado ser meramente o de **“conferir direito ao fator de liberdade formal dos membros da sociedade civil que não participam no governo, informando-os sobre os assuntos públicos e sobre**

---

<sup>33</sup> “With the dissolution of “political” power into “public” power, the liberal idea of a political public sphere found its socialist formulation. (Habermas, 1991, p.128).

<sup>34</sup> “Zur Kritik der hegelschen Rechtsphilosophie”. Traduzido para “Crítica da filosofia do direito de Hegel”. Publicação do filósofo alemão Karl Marx, de 1843, nascido em 1818.

<sup>35</sup> “As concepções da inocência do estado de natureza, da simplicidade de costumes dos povos primitivos e, por outro lado, a sensualidade daqueles para quem a satisfação das carências, os prazeres e as comodidades da vida particular constituem fins absolutos, ambas têm o mesmo corolário: a crença no carácter exterior da cultura. Consideram-na, no primeiro caso, como corruptora, no segundo, como um simples meio. Opiniões uma e outra que denunciam o desconhecimento da natureza do espírito e das finalidades da razão.” Hegel, 1997, p.171 (nota do artigo 187).

<sup>36</sup> O fundamento do contrato social é a propriedade, e esta o fundamento da sociedade civil. Sendo que uma “das funções mais importantes do governo é impedir a extrema desigualdade das fortunas” (Rousseau, p.22). No Estado permanece o objetivo de igualdade que se dissolve pela morte natural da família. Assim, “é certo que o direito à propriedade é o mais sagrado de todos os direitos de cidadania.” Idem.

<sup>37</sup> Ver referência a Hegel, em anexo.

**eles os convidando a deliberar**”<sup>38</sup> foi sublinhado por Habermas como sendo uma perspectiva que valoriza a formalidade abstrata do Estado. Habermas refere que Hegel<sup>39</sup> faz coincidir a justiça com a felicidade como razão de Estado<sup>40</sup>, o que desta forma demonstra uma separação da natureza do Estado com a natureza da sociedade civil.

Estabelecendo uma análise histórica dos processos de produção social (Marx, 2008)<sup>41</sup>, Marx apresentou a sociedade determinada pela classe social e sua posição quanto à posse dos meios de produção, nomeadamente a propriedade territorial e os trabalhadores. Marx enquadra a sociedade pertencente às categorias de super-estrutura e infra-estrutura<sup>42</sup>. Marx demonstrou a necessidade de o discurso da esfera pública fazer coincidir os interesses da sociedade civil com os que seriam supostamente universais (Marx, 2010)<sup>43</sup>. Marx demonstrou a impossibilidade de existência de uma esfera pública neutral na suposta mediação entre a sociedade civil e o Estado. Por um lado, justificou a fragilidade dos argumentos morais que atribuíam à esfera pública um carácter eminentemente universal e humanista, próprios do liberalismo. Por outro, fundamentou, nas diferenças materiais e nas diferentes origens socioeconómicas, a ficção do acesso livre ao debate público, nomeadamente pela identificação da liberdade individual com a propriedade privada, da natureza do cidadão como Homem e como proprietário. Marx<sup>44</sup> revela na crítica a Hegel a redundância da vontade objetiva do Estado, estabelecido como bem público em si mesmo. Marx sublinhou os paradoxos que correspondem à relação entre essas divisões categóricas que Hegel propôs nos **“Princípios da Filosofia do Direito”** (Hegel, 1997).

---

<sup>38</sup> Hegel, 1997, p.288.

<sup>39</sup> Hegel, 1997, p.288

<sup>40</sup> Habermas, 1987, p.120

<sup>41</sup> “na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” Marx, 2008, p.47.

<sup>42</sup> Harnecker, 1976, p. 133.

<sup>43</sup> “Nenhuma classe da sociedade civil pode desempenhar esse papel sem despertar, em si e nas massas, um momento de entusiasmo em que ela se confraternize e misture com a sociedade em geral, confunda-se com ela, seja sentida e reconhecida como sua representante universal; (...) Para que “um” estamento seja “par excellence” o estamento da libertação é necessário, inversamente, que um outro estamento seja o estamento inequívoco da opressão.” Marx, 2010, p.154.

<sup>44</sup> “A constituição política é o organismo do Estado, ou o organismo do Estado é a constituição política. Que os diferentes lados de um organismo se encontrem em uma coesão necessária e oriunda da natureza do organismo é pura tautologia.” Marx, 2010, p.33.

Razão e interesse público encetaram a revolução; a intriga e a ambição impediram-na. Os vícios dos tiranos e dos escravos transformaram-na num estado doloroso de problemas e crise.<sup>1</sup>

Robespierre, 1792



Fig. 5 Declaração dos Direito do Homem e do cidadão, de 1789. Pintura de Jean Jacques François Le Barbier, de 1789.

Fonte: <http://faculty.georgetown.edu/spielmag/images/declaration1789.jpg>, em 11 de agosto de 2016.

<sup>1</sup> Tradução da autora de: "Reason and the public interest began the revolution; intrigue and ambition have halted it. The vices of tyrants and slaves have changed it into a painful state of trouble and crisis." Introdução de "Prospectus for "Le Défenseur de la Constitution"" em <https://www.marxists.org/history/france/revolution/robespierre/1792/defence.htm>, em 11 de Outubro de 2016.

Denunciada a natureza burguesa do Estado<sup>45</sup>, Marx propõe a construção da crítica sobre a sociedade partindo da sua aparência, da sua materialidade, das formas sociais e políticas que a construíam. Marx demonstra que a existência de uma sociedade de classes invalida a formação de uma suposta autonomia ideológica ante os princípios liberais<sup>46</sup> inerentes à formação da sociedade enquanto Estado. Marx e Engels<sup>47</sup> colocaram em causa a autonomia do Estado face à sociedade civil, que a seu ver, era parte integrante da relação entre a estrutura e superestrutura da sociedade organizada sob o capitalismo. Para Marx e Engels, a sociedade civil existia incorporada na infraestrutura, e o Estado surge como forma determinada por esta. Contrariando tanto as concepções idealistas de Kant<sup>48</sup> - da essência da lei como moral<sup>49</sup>, onde a sociedade civil se opõe a um suposto estado natural, como de Hegel - onde a sociedade civil se constitui fora da família, como domínio político, Marx, mais precisamente em **“A ideologia Alemã”**<sup>50</sup>, traduz o comprometimento tanto de parte da sociedade civil com os seus interesses materiais e económicos, como pelos meios desenvolvidos ao alcance desta para determinar os modos de reprodução da sociedade burguesa. Marx retira dos discursos liberais comprometidos com o progresso sistemático do capitalismo, a neutralidade da moral universal.

***A palavra sociedade civil [bürgerliche Gesellschaft] surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se libertado da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil, como tal, desenvolve-se somente com a burguesia; com este mesmo nome, no entanto, foi continuamente designada a organização social que se desenvolve diretamente a partir da produção e do intercâmbio e que constitui em***

---

<sup>45</sup> O moderno poder de Estado é apenas uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa." Marx, Engels, 1997.

<sup>46</sup> "O Estado existe "somente" como "Estado político". A totalidade do Estado político é o poder "legislativo". (...) Que, por conseguinte, a sociedade civil penetre no poder "legislativo massivamente, inteiramente", se possível, que a sociedade civil real queira substituir-se à "fictícia" sociedade civil do poder legislativo, isso não é senão a tendência da sociedade civil a dar-se uma existência "política" ou a fazer da "existência política" a sua existência real." Marx, 2010, p.132-133.

<sup>47</sup> "A sociedade civil é sociedade política "real"". Marx, 2010, p.133.

<sup>48</sup> "Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios, ou: só ele tem uma vontade. Como para derivar as acções das leis é necessária a razão, a vontade não é outra coisa senão a razão prática." Kant, 1995, p.47.

<sup>49</sup> "A moralidade consiste pois na relação de toda a acção com a legislação, através da qual somente se torna possível um reino dos fins." Kant, 1995, p.76.

<sup>50</sup> Aqui já se mostra que essa sociedade civil é o verdadeiro foco e cenário de toda a história, e quão absurda é a concepção histórica anterior que descuidava das relações reais, limitando-se às pomposas acções dos príncipes e dos Estados." Marx, Engels, 2007, p.30.

***todos os tempos a base do Estado e da restante  
superestrutura idealista.***

Marx, Engels, p.74

Em suma, qualquer reconhecimento da existência autónoma de uma esfera pública é limitado pela sua integração à estrutura económica e social geral. Marx confronta a formação de uma sociedade civil, que se poderia traduzir numa noção contemporânea de esfera pública, envolvida na sua condição material com o seu interesse de classe. Os mecanismos de exposição e formação de uma opinião pública servem a cultura própria da classe dominante, que se pode estabelecer em luta, mas sempre dentro da sua natureza liberal burguesa.

***Entre a estrutura econômica e o Estado com  
a sua legislação e a sua coerção, está a sociedade  
civil, e esta deve ser radical e concretamente  
transformada não apenas na letra da lei e nos livros  
dos cientistas;***

Gramsci, 199, p.324

Nas obras citadas, Innerarity e Habermas não se referem a Gramsci. No seguimento da conceção marxista de esfera pública, Gramsci apresenta uma visão materialista que enquadra a linha argumentativa que veio propor a legitimação da sociedade civil a seu tempo. Gramsci e, mais tarde, Althusser, traduzem, em contextos históricos diferentes, a congruência dos conceitos marxistas de classificação social da sociedade capitalista, atribuindo à partida um vício do discurso liberal sobre a suposta separação dos domínios do Estado e da sociedade civil. Em 1949, Gramsci escreveu sobre o que seria a sociedade civil<sup>51</sup>:

***Por enquanto, pode-se fixar dois grandes  
"planos" superestruturais: o que pode ser chamado  
de "sociedade civil" (isto é; o conjunto de  
organismos chamados comumente de "privados")  
e o da "sociedade política ou Estado", que  
correspondem à função de "hegemonia" que o  
grupo dominante exerce em toda a sociedade e  
àquela de domínio direto ou de comando, que se  
expressa no Estado e no governo "jurídico".***

Gramsci, 1982, p.10-11

Gramsci reforça a problemática da separação entre sociedade civil e Estado. Para Gramsci a sociedade civil seria a parte privada da sociedade que medeia a política e a economia,

---

<sup>51</sup> Em "Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura", tradução da autora para "Os intelectuais e a organização da cultura". Publicação do político Antonio Gramsci, nascido em 1891.

entendida pelo mesmo como uma relação dialética e inseparável. Desta forma, Gramsci define uma relação entre a hegemonia da classe, na figura da sociedade civil considerada como a parte privada da sociedade, e a economia. À sociedade civil<sup>52</sup> pertence, segundo Gramsci, a condução ideológica da sociedade, logo a opinião pública nasce da dominação dos órgãos de opinião pública<sup>53</sup> pela sociedade civil. Gramsci, enquadrado num contexto social diferente de Marx, onde se formavam grandes grupos privados de dominação e condicionamento ideológico em massa, atribui à formação política da opinião um ónus específico, próprio e autónomo do espaço económico. Em Gramsci, a esfera pública corresponde à sociedade civil que detém os aparelhos privados de hegemonia, obtidos para coerção e dominação da população. As formas de coerção são dissimuladas pelo consenso criado pelo grupo hegemónico a partir dos organismos de criação de opinião pública. No enquadramento de Gramsci, onde a direção ideológica da sociedade é operada dentro da relação entre o Estado e a sociedade civil, a opinião pública é instrumentalizada em favor do bloco hegemónico, difundindo uma conceção do mundo que abrange objetivamente o maior número de defensores. Gramsci caracteriza de consenso ativo e voluntário o estágio de maior correspondência entre o grupo social e a sua expressão (Gramsci, 1991, p.197). Assim, Gramsci coloca a sociedade civil na superestrutura, diferentemente de Marx que a insere na infraestrutura produtiva, definindo uma possibilidade de emancipação perante a classe política, especialmente pela educação da elite e dos intelectuais<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> "o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura económica, mas é preciso que o Estado "queira" fazer isto, isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura económica. Esperar que, através da propaganda e da persuasão, a sociedade civil se adapte à nova estrutura, que o velho homo oeconomicus desapareça sem ser sepultado com todas as honras que merece, é uma nova forma de retórica económica, uma nova forma de moralismo económico vazio e inconsequente." Gramsci, 1999, p.324.

<sup>53</sup> "O tipo geral, pode-se dizer, pertence à esfera do "senso comum" ou "bom senso", já que sua finalidade é modificar a opinião média de uma determinada sociedade, criticando, sugerindo, ironizando, corrigindo, remoçando e, em última instância, introduzindo "novos lugares comuns". Ainda que escritas com brio, com um certo senso de distanciamento (de modo a não assumir tons de pregador), mas com cordial interesse pela opinião média, as revistas deste tipo podem ter grande difusão e exercer uma profunda influência. Não devem ter nenhuma "vaidade", nem científica nem moralizante: não devem ser "filistéias" e académicas, nem se revelar fanáticas ou excessivamente partidárias: devem se colocar no próprio campo do "senso comum", distanciando-se dele o suficiente para permitir o sorriso de burla mas não de desprezo ou de altiva superioridade." Gramsci, 1982, p.177.

<sup>54</sup> "A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários". Poder-se-ia medir a "organicidade" dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima)." Gramsci, 1982, p.10.



A forma característica que assumiu na Alemanha o liberalismo francês, que se baseia em reais interesses de classe, encontramos novamente em Kant. Nem ele, nem os burgueses alemães, de quem ele foi o porta-voz eufemístico, perceberam que na base dessas ideias teóricas estavam os interesses materiais dos burgueses e uma vontade condicionada e determinada pelas relações materiais de produção; por essa razão, ele separou essa expressão teórica dos interesses que ela expressa, fez das determinações materialmente motivadas da vontade dos burgueses franceses puras autodeterminações da "vontade livre", da vontade em si e para si, da vontade humana, transformando-a, desse modo, em puras determinações conceituais ideológicas e postulados morais. Em consequência disso, os pequeno-burgueses alemães recuaram apavorados diante da práxis desse enérgico liberalismo burguês, assim que ele mostrou a sua face tanto no regime do Terror quanto na lucratividade burguesa descarada.

Marx e Engels em "A ideologia alemã", de 1845.  
Marx, 2007, p.294.

*Para ser um bom soberano, o soberano sempre deve se propor um fim, isto é, dizem regularmente os textos, o bem comum e a salvação de todos.*

Foucault, 2008, p.130

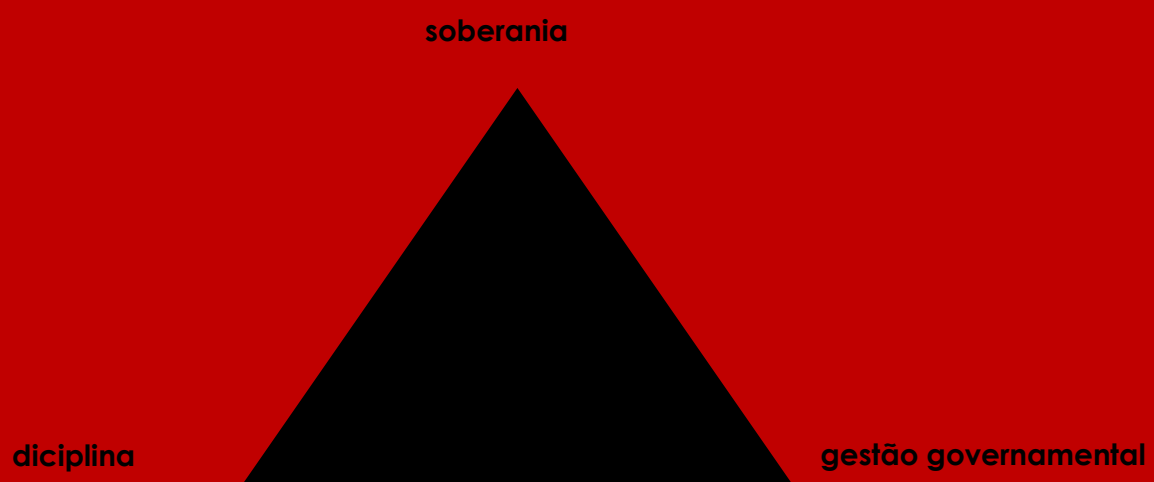


Fig. 6 O triângulo de Foucault.  
Fonte: Esquema da autora, segundo a obra "Segurança, Território, População." Foucault, 2008, p.143.

## ESFERA PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

*A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer. O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o factor fundamental; antes, é o facto de que o mundo entre elas perdeu força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las.*

Arendt, 2007, p.62

Innerarity enquadra Arendt como uma das autoras cujo “desejo de renovação da política está na origem das principais reflexões que acerca do público assinalaram a filosofia política do século XX” (2010, p.13). Arendt dedica um capítulo específico à esfera pública na publicação “A condição humana”<sup>55</sup>(2007), no qual apresenta a origem da esfera pública pelas relações compreendidas e vistas com e dos outros, onde as particularidades de cada um se conferem e confrontam dando significação e intemporalidade ao que se compreende ser comum<sup>56</sup>. Arendt apresenta na mesma obra a construção da polis perante a diferenciação do espaço político e do lar doméstico (*oikia*) sobre a qual se institui a nação política e a economia moderna<sup>57</sup>, igualando a esfera pública à *polis*. Quanto à cidade-estado, seria nesta que o homem adquiriria uma vida política (*bios politikos*) (Arendt, 2007, p.33), espaço de exercício da razão, longe do exercício de poder ou força natural no âmbito do lar. Ao fazer esta distinção, Arendt caracteriza o espaço social como pré-político, e este como uma solução para o estabelecimento da liberdade de cada um realizar a sua necessidade. Segundo esta posição, a evolução da esfera pública está relacionada com o conceito de sociedade, na qual a necessidade de sobrevivência individual requer relações de colaboração ou de permanência em grupo. Estas relações foram tornando-se distintas em função dos mecanismos sociais de satisfação das necessidades primárias ao longo da história.

---

<sup>55</sup> Publicação da teórica política alemã Hannah Arendt, nascida em 1906. Publicada primeiramente em 1958, com o título “The human condition”.

<sup>56</sup> “É o carácter público da esfera pública que é capaz de absorver e dar brilho através dos séculos a tudo o que os homens venham a preservar da ruína natural do tempo.” Arendt, 2007, p.65

<sup>57</sup> “O que chamamos de “sociedade” é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma política de organização é denominada “nação. Assim, é-nos difícil compreender que, segundo o pensamento dos antigos neste particular, o próprio termo “economia política” teria sido, de certa forma, contraditório: pois o que fosse “econômico”, relacionado com a vida do indivíduo e a sobrevivência da espécie, não era assunto político, mas doméstico por definição.” Arendt, 2007, p.38

A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenómeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional.”

Arendt, 2007, p.37

Ao contrapor a polis e a família, Arendt define a origem da sociedade clássica, assente no domínio da liberdade e no exercício dessa liberdade como o espaço destinado à classe política. Daí uma esfera política que mantivesse a realização do bem comum como forma de realização dos interesses acima de cada família, os quais, pelas suas quantidade e qualidade, **“assumem importância pública”** (Arendt, 2007, p.45). Na Idade Média, o Cristianismo asseguraria um **“substituto para a cidadania”** (Arendt, 2007, p.43); na sociedade moderna o lugar de igualdade formal e, na democracia, a própria circunstância da população estabelecida em liberdade material, subjacente à sucessiva socialização ou ao **“desenvolvimento das forças sociais”** (Arendt, 2007, p.54). Por outro lado, Arendt coloca-se distintamente de Marx, na medida em que vê neste a construção científica de uma evidência material, mas na qual se manifesta uma **“ficção comunística”** (Arendt, 2007, p.53), cuja consequência do desenvolvimento daquelas forças sociais seria a decadência do Estado. Assim, assume a posição idealista de que a realização de atividades em sociedade é resultado da intencionalidade inerente a cada indivíduo (Arendt, 2007, p.54), visto como sujeito próprio na realização do seu interesse e não determinada pela situação circunstancial no estágio de correlação de forças de diferentes classes.

Segundo Arendt **“o mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspeto e só se lhe permite uma perspetiva”** (Arendt, 2007, p.68), o que equivaleria à inexistência, desaparecimento ou desvanecimento do sentido da imortalidade e à perda do indivíduo coletivo no contexto familiar privado. Por um lado, sublinha a negação da natureza propositiva política, que encontrava na construção do futuro a necessidade de se estabelecer um conjunto de regras ou premissas que contrariem o orgulho pessoal. Por outro lado, Arendt reforça o papel da visibilidade dos homens, remetendo para a construção imortal do Eu a necessidade de um sistema de reconhecimento público que **“fosse mais permanente que as suas vidas terrenas”** (Arendt, 2007, p.65). Em suma, para Arendt a construção do comum só é possível considerando o acordo na pluralidade, e que este estará comprometido na medida da subjectivização da

sociedade enquadrada por contextos familiares mais satisfatórios, mas invisíveis. Arendt sublinha a perda do processo de objectivação da realidade, em prol da privação do mundo onde os outros existem precisamente por que são reconhecidos – o mundo comum, especialmente a esfera pública. Para Innerarity, Arendt sustenta esta perspetiva do mundo contemporâneo de deslegitimação de um método, forma ou *modus operandi* dirigido a todos como um todo, e que o mesmo chama de “fenómeno de correlativa privatização do público e politização do privado” (Innerarity, 2010, p.31). Ainda no seu “**A crise da cultura**”<sup>58</sup> (Arendt, 1972), Arendt sublinha a diferença entre a realidade e a ideologia, entre a verdade e a política, na medida em que é através desta que se procede à transformação da primeira, e dado que é também através desta que se definem as posições potencialmente tirânicas quanto ao mundo relativo. Arendt defende que apesar de se desenvolverem opiniões diferentes, as mesmas são legítimas à luz da verdade factual<sup>59</sup>. Podemos afirmar que Arendt reintroduz um humanismo do ponto de vista da essencialidade aristotélica gregária dos indivíduos, onde integra a diferenciação da conceção do homem social e do homem político como contraditórios.

***O anti-humanismo teórico de Marx no materialismo histórico representa a recusa a fundar a explicação das formações sociais e respectiva história num conceito de homem, pretensamente teórico – como sujeito originário das necessidades (homo economicus), dos pensamentos (homo rationalis), dos seus actos e lutas (homo moralis, juridicus, politicus).***

Althusser, 1977, p.169

Althusser concebe o argumento que coloca em causa uma conceção humanista da esfera pública uma vez que “**o Estado, que é o Estado da classe dominante, não é público nem privado, é pelo contrário a condição para qualquer distinção de público e privado.**” (Althusser, 1977, p.91). Com isto, Althusser define o papel tático da educação, da formação e da informação dos indivíduos pelo aparelho privado que acompanha a jurisdição do aparelho de Estado, atribuindo algum valor estratégico à luta ideológica da classe explorada, mas colocando em causa, por isto mesmo, a fragilidade e a contradição do sufrágio universal, da democracia parlamentar e da educação escolar acompanhados dos espaços não institucionais

---

<sup>58</sup> Publicado primeiramente em 1954, com o título “Between Past and future”. “La crise de la culture” consiste na tradução francesa, de 1968.

<sup>59</sup> « Les faits sont la matière des opinions, et les opinions, inspirées par différents intérêts et différents passions, peuvent différer largement et demeurer légitimes aussi long-temps qu'elles respectent la vérité de fait. » Idem.

que reforçam a ideologia vigente da classe dominante. Althusser propõe, através da constituição do indivíduo na sua realidade, diferentemente do conceito de cidadão, o de sujeito e como tal demonstra a dualidade da relação que verifica cada indivíduo como parte do sistema ideológico. Assim, como **“a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”** (Althusser, 1977, p.119) enquadra-os no sistema universal da classe dominante, criando-lhes o espaço de manobra que age por estes, dando-lhe a aparência de agirem livremente. Para Althusser, o **“comportamento concreto, material, não é mais que a inscrição na vida quotidiana”** (Althusser, 1977, p.124). Uma vida que está historicamente construída, cujas necessidades são organicamente criadas pela ideologia burguesa, apoiada na formulação do homem livre, contra a compreensão material do indivíduo dentro de uma relação permanente e inerente proposta pelos materialistas. Althusser descreve o indivíduo como portador de funções económicas na condição capitalista da reprodução social, sujeito, além da sua situação na infraestrutura, às influências da sociedade civil que o conduzem no espaço ideológico onde está fixado.

Retomando a afirmação inicial sobre o anti-humanismo de Marx, Althusser vem situar a discussão da construção da ideologia depois da Segunda Guerra Mundial. Para Althusser, a filosofia representa a luta de classes do povo na teoria, uma vez que a mesma subsistiu enquadrada pela exploração da ideologia burguesa que dissimula o papel das massas enquanto organização reunida, propondo o homem na sua subjetividade absoluta. Através duma posição crítica e ortodoxa que coloca em causa toda a conceção do homem, na sua natureza pública e política como essencial a um “humanismo” que se separa do “economismo” (Althusser, 1977, p.48), Althusser afirma ser necessário compreender o desenvolvimento da realidade material dentro da situação de classe em que se relaciona o indivíduo. O carácter público de determinado espaço de debate ou qualquer associação de indivíduos confirma a contradição inerente à luta de interesses estabelecidos de uns contra outros, ou de cada um contra outros. Althusser salienta a pretensão ingénua da **“omnipotência da liberdade ou do trabalho criador”** (Althusser, 1977, p.169). Esta vê razões importantes para manter a mistificação do conceito de homem, nomeadamente aquelas que Marx identificou quanto à imposição de vida sobre os indivíduos explorados, e que posteriormente Foucault determinou como estando relacionadas com o complexo funcionamento do que classificou como biopoder.

*Algo absolutamente especial: essa opção é a que consiste em governar e para a qual não se tem de buscar modelo, nem do lado de Deus, nem do lado da natureza. Essa emergência da especificidade do nível e da forma do governo - é isso o que se traduz pela nova problematização, no*

*fim do século XVI, do que se chamava de “res publica”, a coisa pública.*

Foucault, 2008, p.317

É em “Segurança, Território, População”<sup>60</sup> (Foucault, 2008) que a questão da esfera pública e a formulação de uma noção de público são produzidas por Foucault. Nesta obra, Foucault explicita como se formou um complexo de relações entre a sociedade e o Estado modernos, descrevendo parte da orgânica material que concretiza o poder no território desde o século XVII. Em substituição da “**pastoral das almas**” e da “**soberania do Rei**” (Foucault, 2008) surge a teleologia da governação política que tem fundamento na construção do domínio público, de uma direção determinada e tornada universal. Assim, para Foucault a criação do bem comum integra-se num conjunto de necessidades que se servem da operacionalização das relações entre indivíduos depois do Antigo Regime. Com a constituição do Estado e a integração do terceiro poder no domínio político, estas relações adquirem uma natureza de domínio dos indivíduos tomados como um conjunto – a população<sup>61</sup>, em detrimento de uma organização de famílias nobres. Para Foucault, a mudança da forma de governar introduzida pelo Estado moderno apoia-se na destruição da família com unidade estrutural (período medieval) e na instrumentalização dos indivíduos, tendo em conta a manutenção e gestão da população como um todo complexo a longo prazo<sup>62</sup>. A relação entre o saber e a governação constrói uma tecnologia nova de poder, baseada na maior capacidade de determinar a vida da população. Essa nova tecnologia, diferente da função pastoral, traduz-se através da soberania do governante, substituindo Deus nesse papel teleológico, criando o “**mundo antropocentrado**” (Foucault, 2008, p.317). Este sistema de soberania divina desaparece entre “**1580 e 1650, no momento da fundação da episteme clássica**” (Foucault, 2008, p.316). Foucault aponta este período como o da governamentalização da *res publica* e o do encontrar e fundar a nova racionalidade da governação, que denomina de razão do Estado (Foucault, 2008, p.318)<sup>63</sup>. Foucault faz coincidir com o surgimento do Estado a profissionalização dos que

---

<sup>60</sup> Publicação do filósofo Michelle Foucault, nascido em 1926, resultante do curso com o mesmo nome lecionado no Collège de France, entre 1977 e 1978 – “Sécurité, Territoire, Population”.

<sup>61</sup> “O público, noção capital no século XVIII, é a população considerada do ponto de vista das suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos.” Foucault, 2008, p.98.

<sup>62</sup> “Da espécie ao público: temos aí todo um campo de novas realidades, novas realidades no sentido de que são, para os mecanismos de poder, os elementos pertinentes, o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir” Foucault, 2008, p.99.

<sup>63</sup> “*Principia naturae e ratio status*, princípios da natureza e razão de Estado, natureza e Estado - temos aí, enfim constituídos ou enfim separados, os dois grandes referenciais dos saberes e das técnicas dados ao homem ocidental moderno.” Foucault, 2008, p.318.



governam – os políticos. Surge a autonomia disciplinar da política, cuja institucionalização é valorizada de forma positiva, por exemplo, ainda dentro do sistema de soberania da monarquia absoluta francesa.

Assim como Arendt (Arendt, 1997, p.51), Foucault sublinha a emergência da ciência do Estado – a estatística, que vai produzir e fornecer conhecimento quantitativo sobre este novo dado, que é **“portanto, de um lado, a espécie humana e, de outro, o que se chama de público.”** (Foucault, 2008, p.98). Mas, diferentemente de Arendt, que integra a questão demográfica como fator potencial para a criação da esfera pública (Arendt, 2007, p.50), Foucault define a contingência do indivíduo dentro da manipulação da população, nomeadamente com a atribuição de uma natureza política e económica ao sujeito social.

Foucault recoloca a idealização humanista do homem na necessidade material de construir a população da qual e através da qual se exerce e faz permanecer o poder. O Estado é indissociável do sujeito na sua condução pública, única hipótese para o exercício do poder de Estado sobre o sujeito, tornado parte da análise e do escrutínio deste, na sua conduta:

*o problema do público, quer dizer, que a razão de Estado deve intervir sobre a consciência das pessoas, não simplesmente para lhes impor um certo número de crenças verdadeiras ou falsas, como quando os soberanos queriam fazer crer em sua legitimidade ou na ilegitimidade do seu rival, mas de maneira que a opinião delas seja modificada e, com a opinião delas, a maneira delas agirem, seu comportamento como sujeitos económicos, seu comportamento como sujeitos políticos. É todo esse trabalho com a opinião do público que vai ser um dos aspectos da política da verdade na razão de Estado.*

Foucault, 2008, p.367

Segundo Foucault justifica-se a existência de uma natureza pública dos assuntos e dos interesses como método de instrumentalização uma vez que, a verdade se torna critério de legitimação da atuação do Estado perante o público abstrato na forma, mas concreto nos procedimentos. Através das regulamentações tornadas públicas, controla-se e transforma-se a atividade de cada um pelo policiamento do seu comportamento. Este policiamento, diretamente relacionado com a preservação da ordem pública e da manutenção segura e higiénica das trocas comerciais, constituirá a novidade relativamente à soberania do Antigo Regime baseada no direito, na fiscalidade e no exército. Esta polícia, interna à eficácia do Estado no território, contribui para a manutenção de uma moral sobre o trabalho e sobre a riqueza de cada um no

exercício da sua profissão, uma vez que é especificamente através da polícia que se recolhe o dado estatístico e se exerce o poder sobre os indivíduos, como coletivo e como corpo.

Na perspetiva de Foucault o conceito de polícia, na passagem do século XVII para o XVIII, estaria intimamente ligada à gestão das coisas, das pessoas e respetiva relação no espaço de acontecimento das mesmas, especialmente coincidente com a concentração de riqueza nos aglomerados urbanos. Nas cidades que se consolidavam em relação às periferias impunha-se a regulação e a punição quanto ao controlo das atividades humanas que eram necessários ao fortalecimento da razão de Estado, especialmente as que diziam respeito ao comércio. Associando ao objeto da polícia as principais normatizações do comportamento individual ou grupal, ou de uma determinada classe económica, por exemplo, corrigindo ou punindo atos realizados em público, Foucault, apresenta-nos uma visão bastante materialista da realidade histórica do século XIX. Foucault inúmera as situações de promoção urbana que tinham como objetivo a razão de Estado e que se fizeram acontecer por força do desenvolvimento do comércio e da produção de bens, relacionando a finalidade do desenho dos novos espaços urbanos com a finalidade da ordem<sup>64</sup>.

Assim, Foucault aparenta uma noção de Estado baseada na economia política e na orientação da população tomada como sujeito económico, uma vez que reúne para defini-la a relação entre a produção, a circulação e o consumo (Foucault, 2008, p.473). Ou melhor, do trabalho organizado com o território, para o qual seria fundamental a maior cientificização da governação. Foucault enquadra o bem público como fundamento moderno para a conduta, que se intensifica e toma meios específicos de racionalizar-se dentro de uma moral política que principalmente dirige a economia e que o mesmo denomina de governamentalidade<sup>65</sup>. Ou seja, para Foucault, o bem público é a obediência à lei, o respeito pelo regulamento e o cumprimento exclusivo das competências de cada cargo, que se faz cumprir publicamente sem arbitrariedade, a não ser a própria e necessária ao Estado. E é na natureza pública dos atos de poder e de direção da moral política, dependentes de relações inscritas nos corpos, que reside o principal fator de consolidação e manutenção do Estado. É no domínio público que a instituição é legitimada por

---

<sup>64</sup> "Donde os regulamentos tipicamente de polícia, uns que vão reprimir a vagabundagem, outros que vão facilitar a circulação das mercadorias nesta ou naquela direção, e outros que vão impedir que os operários qualificados possam sair do lugar onde trabalham ou, principalmente, possam deixar o reino. É todo esse campo da circulação que vai se tornar, depois da saúde, depois dos viveres e dos objetos de primeira necessidade, depois da própria população, o objeto da polícia." Foucault, 2008, p.437.

<sup>65</sup> "E é possível que, se o Estado existe tal como ele existe agora, seja precisamente graças a essa governamentalidade que é ao mesmo tempo exterior e interior ao Estado, já que são as táticas de governo que, a cada instante permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que é não-estatal. Portanto, se quiserem, o Estado em sua sobrevivência e o Estado nos seus limites só devem ser compreendidos a partir das táticas gerais da governamentalidade." Foucault, 2008, p.148.

todos os que lhe garantem legitimidade, segundo processos de vigilância, de observação, de inquirição, de exame, de registo, de fiscalização, de punição e de correção centralizadas e transversais a cada organização, que completa uma rede de poder partilhada. Em suma, a natureza pública dos assuntos e os discursos sobre a realidade é imprescindível para a maior instrumentalização do saber como poder. A eficácia da administração reside em enquadrar toda a realidade no domínio público, ou seja, apropriar-se dela para que seja possível controlá-la e dirigi-la. Em Foucault, a sociedade ocidental do século XX é o resultado de relações disciplinares, de veiculação do poder nos e pelos indivíduos, com início no século XVI. Para tal, exige-se a normalização das regras e condutas necessárias à eficácia do desenvolvimento socioeconómico e à expansão demográfica, apoiados na cientificização do conhecimento e na classificação dos indivíduos, das práticas e dos espaços. Diferentemente de Foucault, além dos métodos estratégicos e do **“como as peças foram dispostas”** (Foucault, 1975), interessa-nos o objetivo dessa estratégia, uma vez que o valor público da ação política reflete a construção da ideologia de que se serve a orgânica do Estado.

*Vai ser então o caso, principalmente nas cidades, do ar, do arejamento, da ventilação, estando tudo isso, evidentemente, ligado a teoria dos miasmas", e vamos ter toda uma política de um novo equipamento, de um novo espaço urbano que será submetido, subordinado a princípios, a preocupações de saúde: largura das ruas, dispersão dos elementos que podem produzir miasmas e envenenar a atmosfera, os açougues, os matadouros, os cemitérios. Portanto toda uma política do espaço urbano ligada a esse problema de saúde.*

Foucault, 2008, p.436

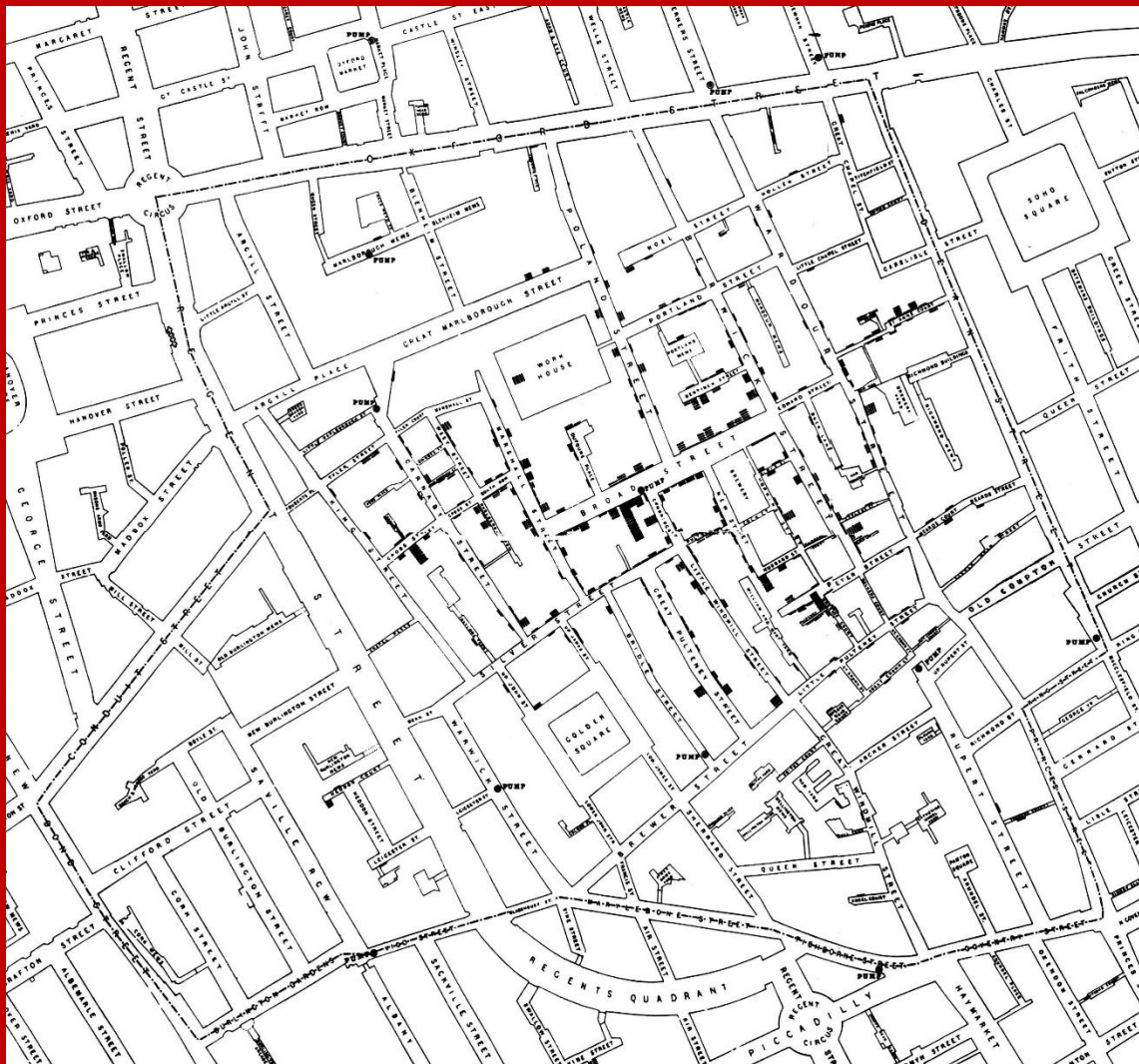


Fig. 7 Mapa de Londres, produzido pelo médico inglês John Snow, com a localização dos casos de cólera, em 1854.

Fonte: <http://www1.udel.edu/johnmack/frec480/cholera/snowmap.gif>, em 1 de Setembro de 2016.

*O espaço da circulação é portanto um objeto privilegiado para a polícia.*

Foucault, 2008, p.437



Fig. 8 História da Prostituição e Polícia Sanitária do Porto.  
Fonte: D'Azevedo, 1864, p.81.

## ESFERA PÚBLICA DESCONSTRUÍDA

*Gradualmente, a vontade de controlar e manipular a ordem pública foi corroída, e as pessoas passaram a proteger-se a si próprias, dela. A família é um desses escudos.*<sup>66</sup>

Sennett, 1977, p.19-20

Sennett coloca em evidência a relação da mudança estrutural da esfera pública com as mudanças físicas, no ambiente construído e na forma de transformação da propriedade territorial em meio urbano. Essa mudança traduz-se na perda de sentido unívoco e inequívoco da sociedade em contexto capitalista do qual, segundo Sennett, as cidades ocidentais de alta densidade populacional são exemplo. A manutenção do espaço privado como forma de construção de uma maior individualidade e forma de expressão pessoal ou, por outro lado, a homogeneidade procurada ou forçada por identidade de classe, ideologia ou atividade profissional contribuem para uma natureza isolada de comunidades ou indivíduos em espaços privados, ainda que em contexto de proximidade física forçada. Conforme a afirmação supracitada, a construção do comum decorre de uma cultura “psicofórmica” que tem como base uma “ideologia da intimidade” (Sennett, 1977, p.259), que procura sustentar a individualidade pessoal no conforto familiar ou identificar características pessoais na objetividade exterior. Sennett correlaciona a generalização de comportamentos em sociedade capitalista com a necessidade de desenvolvimento pessoal, destruindo, desta forma, estruturas de associação coletiva anteriores que se formaram com o Estado. A crença na proximidade entre pessoas como bem moral é, para Sennett, um produto do capitalismo (Sennett, 1977, p.259).

Sennett aborda o comportamento público na construção da esfera pública, materializada na expressão significativa dos corpos, seja no discurso seja na roupa. A ação dos corpos em espaço público insere-se na problemática do homem como ator, colocando em oposição Diderot e Rousseau<sup>67</sup> quanto à experiência urbana do espaço urbano. Para este autor, à semelhança de Habermas e de Foucault, o surgimento da expressão público na cultura francesa e inglesa, está relacionada com o discurso público da corte. Desta forma, Sennett associa o nascimento do sentido moderno do público com o fim do antigo regime e o desenvolvimento do cosmopolitismo. Para tal, aponta três forças vetoriais da nova conceção entre público e privado,

---

<sup>66</sup> Tradução da autora de: “Gradually the will to control and shape the public order eroded, and people put more emphasis on protecting themselves from it. The family became one of these shields.” Sennett, 1977, p.19-20.

<sup>67</sup> A este respeito, Sennett refere o facto de Rousseau considerar que o fim de um espaço público corresponderia a uma combinação prejudicial entre uma individualização da ação com uma forte repressão política. Sennett, 1977, p.108.

que segundo o mesmo surgiu com a emancipação do capitalismo industrial nacional. Primeiro, a relação económica que o capitalismo veio a ter com a cidade, uma vez que a produção industrial permitiu a massificação das mercadorias. A defesa do mercado aberto definiu uma tendência para a universalização dos bens, e que Sennett identifica, citando Marx, como a “fetichização” da mercadoria uma vez que **“o mercado oitocentista se diferenciava dos anteriores medieval e renascentista em escala e tipo de compradores, apoiados pelo crédito e formas de racionalização do investimento”**<sup>68</sup>. O estabelecimento de relações sociais foi, segundo este autor potenciada pela forma urbana e a mesma pelo investimento económico na infra-estruturação viária. Sennett, a exemplo deste argumento, critica a distribuição racional de Paris promovida por Haussman, uma vez que intenção da mesma seria a de homogeneizar áreas de urbanização que garantissem lucros semelhantes, segurando o interesse económico e a potencialidade máxima de cada zona. A segunda força vetorial diz respeito ao desenvolvimento das relações seculares do estado e da ciência, com a tendência para a laicização das instituições advindas também da generalização da imprensa, que abalaram as estruturas culturais da crença metafísica na produção de conhecimento. Por último, a decadência do antigo regime, relacionada com a forma de construção do indivíduo na esfera pública, que por se alargar a âmbitos diferentes dos critérios de credibilidade e legitimidade política individual<sup>69</sup>, causou uma tendência para a procura solitária da formação pessoal, apoiados na família.

***A busca por interesses comuns é destruída  
pela busca por uma identidade comum.***<sup>70</sup>

Sennett, 2006, p.261

A perspetiva amplamente diversificada nos exemplos de cidades que apresenta, na qual revela a relação entre o desenvolvimento do comércio, do lazer e das transações internacionais operadas nas cidades com a construção de um contexto que a estes é propício levam Sennett a argumentar sobre a cidade se ter constituído como um lugar de exclusão e manutenção da vida privada e de renúncia a um espaço coletivo único. Nesse processo de adição subjetiva, as cidades, com espaços de estar e habitar diferenciados e hierarquizados contribuíram para a destruição do interesse comum de natureza política, reforçando a procura individualizada de

---

<sup>68</sup> Sennett, 1977, p.18.

<sup>69</sup> Conforme Sennett, “No *ancien régime* a experiência pública estava relacionada com a construção da ordem social; no século passado tornou-se relacionada com a construção ou o culto da personalidade. Tradução da autora de: “In the *ancien régime*, public experience was connected to the formation of social order; in the last century, public experience came to be connected to the formation of personality.” Sennett, 1977, p.24

<sup>70</sup> Tradução da autora de: “The pursuit of common interests is destroyed in the search for a common identity.” Sennett, 1977, p.261.



bens e potenciando os lucros de venda dos mesmos. A forma urbana potenciou a diferenciação da esfera social de uma esfera pública, sendo que a primeira corresponde a uma mercantilização de todas as atividades urbanas<sup>71</sup>.

O contributo de Sennett para a evolução de um conceito de esfera pública reside na correspondência que o mesmo desenvolve entre os mecanismos de despolitização e aculturação e as formas de apropriação do espaço público dos habitantes urbanos que dispõem desse espaço público, nomeadamente na interação comercial entre transeunte e comerciante. A inovação de Sennett foi inclusive sublinhada por Zevi a seu tempo, que introduziu a abordagem sociológica deste autor como parte da tendência que defende a expressão democrática na cidade, na publicação periódica **“Chronache de Architettura”**. Comparando F. L. Wright e Sennett, Zevi enquadra o pensamento destes dois autores como representativo de uma noção de descentralização contra um coletivismo, reforçando a posição contrária à reação dos intelectuais vigentes. Sennett é colocado, desta forma, sob uma linha ideológica que defende, compreendendo os riscos, os benefícios da concentração urbana de culturas e grupos diferentes, que implicam interesses, espaço e tempo para a realização de ações diferentes.

Sennett revê a transformação de uma vida pública que se sustentava num princípio de visibilidade de bem comum dirigido por um corpo político, numa condição de ações e posições divergentes paralelas, sem capacidade unitária ou consensual, derivadas de uma individualização psicológica da sociedade ocidental que denomina de **“tirantias da intimidade”**<sup>72</sup>. Encontramos em Innerarity o que para Sennett é o processo de civilidade – o que define a construção tanto da personalidade do habitante como da impessoalidade do espaço público<sup>73</sup>, processo pelo qual é possível diferentes pessoas habitarem e usarem espaços físicos próximos, ainda que possam não existir relações sociais partilhadas entre as mesmas. Em Innerarity, esta **“liberalidade cidadina”**<sup>74</sup> implica reconhecer a estranheza dos outros, reforçando o acordo na diferença de identidade.

**As inovações institucionais e  
procedimentais da experiência europeia tem  
origem numa maneira de governar baseada na**

---

<sup>71</sup> Conforme Sennett, “o crescimento das frentes comerciais em vários pisos constituiu, ainda que pareça banal, uma formulação de um novo paradigma de relação da vida das pessoas com o espaço público que promoveu uma experiência publicista mais intensa e menos social”. Tradução da autora de: “The rise of the department store, mundane as it may seem, is in fact in capsule form the very paradigm of how the public realm as an active interchange gave way in people’s lives to an experience of publicness more intense and less sociable.” Sennett, 1977, p.141

<sup>72</sup> Sennett, 1977, p.40

<sup>73</sup> Segundo Sennett a cidade é o instrumento da vida impessoal. Tradução da autora de: “The city is the instrument of impersonal life”. Sennett, 1977, p.39

<sup>74</sup> Innerarity, 2010, p.117



*coordenação e na interdependência. Corresponde ao tipo de organização próprio de uma sociedade que já não tolera ser governada de um centro rígido, com uma hierarquia estrita e com o objectivo de produzir homogeneidade.*

Innerarity, 2010, p.284

Para Innerarity e Habermas a construção do espaço público é determinada pela visibilidade, difusão e acessibilidade reais de cada um à apresentação na discussão e na ação real. A procura da universalidade contemporânea, segundo Innerarity, segue a responsabilidade pelas diferenças, evitando o prejuízo da identidade única almejada pelos liberais e pelos discursos hegemónicos modernos e oitocentistas. O que se alcança pelo exercício de destruição dos limites da esfera pública e os privilégios da **“dominação histórica de certos grupos”**<sup>75</sup>. Para Innerarity, o espaço público não se compraz com uma generalização do conceito de interesse comum, sendo lugar de construção da democracia por processos de articulação e de correção permanentes.

Dentro desta perspetiva liberal, a esfera pública surge como a parte privada da sociedade que se confronta com a esfera política, cabendo-lhe o papel de discussão ativa e de introdução permanente dos interesses práticos no domínio político. Consideramos esta uma linha idealista, com origem em ideais humanistas que marcaram a modernidade ocidental. Esta caracteriza-se pela transformação sucessiva do indivíduo em cidadão, especialmente pela racionalização política do comum, da liberdade e da igualdade e que se formalizou no alargamento dos direitos abstratos a mais indivíduos, em processos de gradual democratização da população e de liberalização das relações contratuais, sob a ideologia do indivíduo igual.

Dentro da nossa perspetiva, qualquer distinção de um domínio privado do público pertence à manutenção da sociedade burguesa, organizada pela divisão social do trabalho e pela cada vez maior socialização do mesmo, para a qual a jurisdição desempenha um papel de permanência. A esfera pública tem uma natureza burguesa. Logo, pertence à mesma categoria estrutural da economia e das relações sociais, onde o Estado opera, segundo a ideologia da classe que o produziu, a fazer cumprir como interesse geral desta. Estabelecer a natureza burguesa da esfera pública ou de um espaço público social é compreender que a distinção entre público e privado é pertencente à própria conformação da sociedade capitalista em que vivemos. Em suma, situar a vontade geral, o bem comum ou o interesse geral do povo, das populações, das pessoas ou dos indivíduos no domínio do público é atribuir-lhe abstratamente uma natureza universal que não possui, nem pode possuir.

---

<sup>75</sup> Innerarity, 2010, p.82

*São os próprios princípios de neutralidade e universalidade que nos obrigam a rever o modo como temos pensado até agora o espaço público.*

Innerarity, 2010, p.82

Innerarity sublinha o que é passível de ser **“censurado ao liberalismo clássico”** (Innerarity, 2010, p.82), nomeadamente a tentativa de no conceito de universalidade estar implícito uma ingénua igualização dos indivíduos por necessidade de pertença a um grupo ou ainda uma possível liberdade arbitral de cada um, agindo isoladamente. A determinação de universalidade é colocada em causa por Innerarity, mas não por lhe definir a natureza de classe e sim por uma nova idealização do pluralismo cultural considerando a possibilidade do **“compromisso cívico, da cidadania ativa, da coesão e do capital social”** onde **“desaparece também a definição autoritária e hierarquicamente simplificada de bem comum ou interesse público.”** (Innerarity, 2010, p.211).

A complexidade teórica que abarca a construção contemporânea da definição de público intersecta doutrinariamente todas as ciências humanas de carácter prospetivo para a sociedade. Esta complexidade discursiva contemporânea corresponde a uma emancipação das dinâmicas socioeconómicas atuais, que colocou em causa a operacionalidade das diferentes definições de público ou a sua distinção relativamente ao coletivo. Essa operacionalidade viu-se comprometida com uma longa fase de crise epistemológica das ciências depois da Segunda Guerra, correspondendo à reconstrução pós-moderna do Estado, da Administração Pública, dada a relação nova entre a sociedade civil, a política e a produção de conhecimento<sup>76</sup>. Diferentemente de Innerarity que atribui à natureza fraca da política **“perante a poderosa competição dos fluxos financeiros e dos poderes de comunicação social”** (Innerarity, 2010, p.231), reconhecemos o papel de Hegel para estabelecer a realidade como ponto de partida para a origem do interesse particular e da necessidade geral, e não o contrário. Entre a ideia de público, como sendo toda a sociedade, e a realidade material, revela-se um paradoxo que se verifica no conflito da sociedade burguesa perante a universalidade do cidadão, no conflito de um interesse particular perante o outro<sup>77</sup>, e na construção económica fundada na competição.

---

<sup>76</sup> Habermas, em “Technik und Wissenschaft als “Ideologie” – “Técnica e ciência como ideologia”, publicado pela primeira vez em 1968, apresenta uma crítica à posição de Herbert Marcuse quanto à instrumentalização da técnica e do conhecimento, o qual sublinha o poder político oculto pela racionalidade capitalista. Habermas relembra o conceito introduzido por Marcuse de racionalidade da ciência moderna como uma “formação histórica” (Habermas, 1987, p.49). Assim, Habermas defende uma relação entre a comunicação crítica e uma razão de natureza pública com a criação do espaço onde esta se desenvolve – a esfera pública.

<sup>77</sup> Esta contradição é traduzida por Coutinho (1997) sobre as posições de Habermas e de Gramsci no que toca aos processos necessários para alcançar um nível de discussão pública, sublinhando o papel

---

da democracia no socialismo e do socialismo na democracia: "E Gramsci, além disso, parece-me mais realista do que Habermas: ele sabe que essa vitória do consenso sobre a coerção - a construção de um espaço público comunicativo livre de coerção, nas palavras de Habermas, ou de uma "sociedade regulada", nos seus próprios termos - depende de um complexo processo de lutas sociais, capaz de conduzir à progressiva eliminação da sociedade dividida em classes antagônicas, ou seja, do principal obstáculo para que os homens possam efetivamente regular de modo consensual as suas interações sociais. A imagem da "boa sociedade" proposta por Gramsci, desse modo, parece-me ao mesmo tempo mais radical e mais realista do que aquela proposta por Habermas." Coutinho, 1997.



Fig. 9 Cartaz da autoria de Almada Negreiros, de 1933, acerca da Constituição de 1933.  
Fonte: Republica, 2003, p.126.



Fig. 10 Eleições de 1975, em Portugal. Fila para a urna. Mulheres na urna.  
Fonte: [http://entreasbrumasdamemoria.blogspot.pt/2015\\_04\\_12\\_archive.html](http://entreasbrumasdamemoria.blogspot.pt/2015_04_12_archive.html), em 14 de Setembro de 2016.



## O PÚBLICO LÍQUIDO DA GLOBALIZAÇÃO

*O Povo são os trabalhadores, desde que estejam desorganizados. O Público, a Opinião Pública são os consumidores, contanto que se contentem em consumir.*

Baudrillard, 1995, p.87

O processo de individualização organizada para o consumo a que se referiu Baudrillard, em 1970, na sua publicação **“Sociedade de consumo”**, consta como um dos principais padrões das sociedades pós-modernas, apoiadas na mercantilização dos direitos, privilégios e serviços, que deixaram de ser suportados pela orgânica dos estados social-democratas na Europa. Com a divergência acentuada de interesses representados em democracia, coloca-se uma problemática essencial na transição do milénio, relativa à representatividade política: **“Somos todos os que aqui estamos ou estamos aqui todos quantos somos?”** (Innerarity, 2010, p.161).

O indivíduo é a condição do ser humano no século XX, que experimenta na crescente abstração da dignidade jurídica<sup>78</sup> dos indivíduos a contradição dessa dignidade na ação material. Dentro de uma sociedade capitalista as pretensões do discurso jurídico são estruturalmente divergentes de um programa de equidade e justiça aportados até aqui à função fundacional do Estado. Segundo Habermas (Habermas, 1987 [1981], p.185), o Estado de direito social e democrático é o conjunto de normas que delimitam o conflito de classes, cuja vocação é a de garantir liberdades. Consideramos que entre a ambivalência de garantir e restringir direitos, o Estado Providência atingiu o seu limite operacional, encontrou a sua contradição mais profunda situada entre a distribuição e a produção socioeconómica, refletidas na necessidade de reduzir o intervencionismo, promover a cultura da participação e do investimento individuais e remeter ao isolamento a atividade de cada um. Todo esse processo de individualização exige a orquestração do discurso da autonomia profissional e pessoal. A idealização da liberdade pessoal será relevante na construção do ideário humanista em garantir os mesmos direitos categóricos e a satisfação de necessidades para todos os indivíduos.

---

<sup>78</sup> “Democratiza-se o poder de Estado constitucionalizado: os burgueses (Bürger), agora cidadãos (Staatsbürger), são dotados dos direitos de participação pública. As leis entram em vigor apenas quando beneficiam de presunção democraticamente consolidada de corresponder ao interesse geral e de que todos os atingidos as poderiam aceitar. A satisfação desta exigência vai derivar de um processo que ligará a legislação à formação parlamentar da vontade e ao debate público. (...) De facto, o desenvolvimento que leva ao Estado de direito social e democrático pode ser entendido como a constitucionalização de uma relação de forças implicada na estrutura de classes.” Habermas, 1987, p.191.

A transformação da natureza do saber pode assim ter sobre os poderes públicos estabelecidos um efeito de retorno tal que os obrigue a reconsiderar suas relações de direito e de fato com as grandes empresas e mais genericamente com a sociedade civil. A reabertura do Mercado mundial, a retomada de uma competição econômica ativa, o desaparecimento da hegemonia exclusiva do capitalismo americano, o declínio da alternativa socialista, a abertura provável do mercado chinês às trocas, e muitos outros fatores, vêm preparar os Estados, neste final dos anos 70, para uma revisão séria do papel que se habituaram a desempenhar desde os anos 30, que era de proteção e guia, e até de planificação dos investimentos. Neste contexto, as novas tecnologias, pelo fato de tornarem os dados úteis às decisões (portanto, os meios de controle) ainda mais instáveis e sujeitas à pirataria, não podem senão exigir urgência deste reexame.

Lyotard, 1988, p.6

É na ágora que "o público" e "o privado" se encontram, são apresentados um ao outro, passam a se conhecer e aprendem, por tentativa e erro, a difícil (e útil) arte da coabitação pacífica. A agora é a terra natal da democracia.

Bauman, 2009, p.251



Fig. 11 They live. Filme de 1988, de John Carpenter.

Fonte:

[https://www.reddit.com/r/PropagandaPosters/comments/80e8od/consume\\_stay\\_asleep\\_work\\_conform\\_reproduce\\_obey/](https://www.reddit.com/r/PropagandaPosters/comments/80e8od/consume_stay_asleep_work_conform_reproduce_obey/), em 8 de Agosto de 2017.

Para Deleuze e Guattarri, antes de tudo, e colocando em causa os sistemas de leitura freudiana e lacaniana, o homem é ser desejante, o que tanto o impele à **“perversão do desejo gregário”** (1995, p.33) como à condição revolucionária contra o contexto de relações socioeconómicas que se estabeleceram com o capitalismo avançado. Em continuidade com esta posição, Bauman (Bauman, 2001, p.9) afirma que a sociedade capitaliza o desejo, através do comércio da invenção e propagação dos **“significados de vida”** (Bauman, 2001, p.11), cuja construção é o que constitui toda a cultura pós-moderna. Dentro de uma perspectiva neomarxista, Bauman considera que apesar de as escolhas perante a decisão sobre o quotidiano não serem definidas por todos como conjunto, afetam e são apropriadas por todos individualmente. Dá-se uma colonização do espaço representativo tradicional pelos desejos pessoais, que não conferem uma operatividade coletiva única<sup>79</sup>.

*E assim o espaço público está cada vez  
mais vazio de questões públicas.*

Bauman, 2001, p.50

Bauman, quando se refere à liquidez da sociedade moderna, atesta o fim do **“telos”** da sociedade justa ou boa (Bauman, 2001, p.37), informando da ingenuidade da condição asséptica da relação humana, onde a totalização anularia todo o conflito. A representatividade pública foi substituída pela invisibilidade, onde a **“fuga, evitação e descompromisso”** são condições estratégicas de sobrevivência no poder (Bauman, 2001, p.52). A construção da identidade do indivíduo converge com a criação do possuidor auto-determinado. O consumo dirige-se para a particularidade do indivíduo, apesar de o tornar idêntico a todos os outros. Para Bauman, a esfera pública sofre uma redefinição como **“palco em que dramas privados são encenados, publicamente expostos e publicamente assistidos”** (Bauman, 2001, p.83). Ao contrário das antevindências Huxleianas ou Orwelianas, os problemas pessoais, não confrontados politicamente no espaço público, destroem o potencial político tradicional da esfera pública (Bauman, 2001, p.83). A crença no papel da política é transferida para a crença do papel do homem político que desempenha um trabalho exemplar, essencialmente moral, de personalidade capaz, destituída do contexto e da ideologia que lhe garante a sua posição relativa. A proliferação de conselheiros e opinion makers redundando a finalidade do discurso

---

<sup>79</sup> “Conforme a esfera pública vem sendo colonizada, de maneira furtiva porém firme, pelos interesses privados, podada, descascada e limpa de suas conexões públicas e pronta para o consumo (privado), mas dificilmente para a produção de laços (sociais), esse efeito também pode ser descrito como uma descolonização da esfera pública.” Bauman, 2009, p.23.

“a criação de necessidades está tomando o lugar da regulamentação normativa, a propaganda substitui a doutrinação ideológica e a sedução ocupa o lugar do policiamento e da coerção.” Bauman, 2009, p.92.



argumentativo e o interesse operativo da esfera pública. Estabeleceu-se uma **“nova desordem”** (Bauman, 1997, p.33), onde a identidade é questionada, desconstruída e tomada como instrumento de observação (Bauman, 2009, p.184).

Em 1979, Lyotard (1998) define a condição pós-modern como a condição da fatalidade ou inutilidade das metanarrativas, dos discursos desoficializados e da deslegitimação dos **“grandes Relatos”**, olvidando que essa construção foi realizada sob um processo de aparente universalização dos indivíduos tomados como particulares e individuais, seguindo uma lógica humanista que recusou enquadrar as diferenças socioeconómicas de cada classe ou grupo. Se por um lado houve lugar ao desenvolvimento de uma cultura pós-moderna, pós-estado ou pós-keynesiana, reforçada pelos discursos da liberdade absoluta pessoal e do liberalismo económico<sup>80</sup>, a posição socialista, no contexto das democracias burguesas europeias defendeu a luta pela generalização dos direitos.

Salinas (2001) integra o século XX num dos períodos mais violentos da história ocidental, num contexto de luta ideológica, política e cultural contra o fascismo, o estalinismo e a guerra fria, desenvolvendo-se um conjunto de circunstâncias socioeconómicas que contribuíram para a autonomia de anteriores colónias, maioritariamente apoiadas pelo ideário marxista-leninista. A autodeterminação dos povos decretada na DUDNU constitui uma das consequências da luta entre nações, da correlação de forças pela apropriação de meios de produção numa escala global, mas que se intensificou no final do século XX. A formalização das democracias na Europa permitiu a articulação da produção com a distribuição acelerada daqueles cujas dinâmicas de comercialização e consumo foram associadas à noção de dignidade e bem-estar individuais, fabricando aqueles que Baudrillard definiu como o **“mito da felicidade”** e o da **“metafísica da abundância”**<sup>81</sup>.

***A república democrática é o melhor  
invólucro político do capitalismo.***

Lenine in Lefebvre, 1969, p.287

---

<sup>80</sup> “A justificação paternalista para a atividade governamental é a mais incómoda para um liberal; ela envolve a aceitação de um princípio - o de que alguns podem decidir por outros - que considera questionável em inúmeros casos e que lhe parece, muito justamente, o ponto característico de seus principais inimigos intelectuais - os prepotentes do coletivismo em qualquer uma de suas formas - quer se trate de comunismo, de socialismo ou do estado de bem-estar social.” Friedman, 1980, p.18.

<sup>81</sup> “Toda o discurso sobre as necessidades assenta numa antropologia ingénuo: a da propensão natural para a felicidade.” Baudrillard, 1995. P.47

Conforme Bastos, a ilusão da democracia<sup>82</sup> criou a concepção humanista da distribuição equitativa do poder através da lei e da regulamentação, **“herdeira, em essência, das linhas definidas na época Moderna por Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau”** (Bastos, 2010, p.284). A práxis da participação cívica colocou em evidência as lacunas dos governos democráticos e dos estados como formas justas de governação, surgindo grupos e interesses corporativos representados por fações cívicas. Estas fações representam um conjunto de indivíduos em luta particular, exigindo não apenas o reconhecimento de direitos individuais relativos ao trabalho e aos rendimentos, mas o reconhecimento de direitos cívicos como sejam a liberdade e igualdade sexual, a valorização cultural e ambiental e a defesa do pacifismo (Bastos, 2010, p.288). Para Bastos, a democracia resulta inicialmente do compromisso de máxima publicidade do ato de governação, mas que se vê afetada por antagonismos **“insuperáveis resultantes de interesses opostos”** (Bastos, 2010, p.296). Esta tensão entre maioria e as minorias é o que caracteriza o processo democrático de legitimação do poder, constituído num meio que tenderia a considerar o pluralismo, mas que se esbate na ação limitada da participação pública dentro da dificuldade de atender a todas as diferenças materiais e de efetivo acesso ao lugar de decisão coletivo sobre os bens necessariamente definidos. Esta avaliação de enfraquecimento do projeto comum é justificada pela variação da distribuição do poder, desconectada da necessidade de posse dos meios materiais para legitimar de facto esse poder, ou mesmo da transferência para a sociedade civil do exercício desse poder.

***O novo espaço público é multicultural e coloca em questão a dimensão universal dos direitos.***

Pereira, 2011, p. 21

A desconfiguração do “nós” e a inutilidade prática do espaço público de debate contemporâneo é uma das maiores problemáticas na discussão pela finalidade política da sociedade. Essa finalidade totalizante é colocada em causa e a cientificização dos processos históricos, que foi construída ao longo do último século, criticada. Os processos históricos que

---

<sup>82</sup> “Este processo participativo que surgiu no pós Segunda Guerra Mundial, e foi gradualmente crescendo, acabou por alterar a forma de actuação dos políticos em relação ao controlo dos indivíduos. A constituição de um sentido democrático no seio da sociedade civil e a conquista de vias de participação dos cidadãos na gestão pública (audiências públicas, referendos, plebiscitos, manifestações, protestos contra a guerra, a energia nuclear...) acabou por equilibrar a relação de poder entre a sociedade, dita civil, e o poder político. Mas o desequilíbrio rápida e eficazmente foi restabelecido através da criação de estruturas e de organizações que, surgindo ilusoriamente do seio dessa sociedade civil, não eram mais do que extensões artificiais criadas pelo próprio poder.” Bastos, 2010, p.305.

configuraram narrativas científicas da história<sup>83</sup> são interpolados pelo humanismo crente no ingénuo conceito de bem comum<sup>84</sup> e no kantiano exercício público da razão (Pereira, 2012), que dissimulando um interesse particular ou corporativo constrói uma retórica para se legitimar como poder (Innerarity, 2010)<sup>85</sup>.

*A partir do momento em que os indivíduos se aproximam, criam social e ordenam lugares o espaço da sobremodernidade, esse, é trabalhado pela seguinte contradição: só conhece indivíduos (clientes, passageiros, utentes, ouvintes), mas estes não são identificados, socializados e localizados (nome, profissão, local de nascimento, local de residência) excepto à entrada e à saída. Se os não-lugares são o laço da sobremodernidade, é necessário explicar esta paradoxo: o jogo social parece jogar-se alhures que não nos postos avançados da contemporaneidade.*

Augé, 2005, p.93

Compondo-se um panorama de identidade solipsista (Pereira, 2012, p.9), incrementado pela tecnologia da comunicação e hiperinformação, as cidades tornam-se aglomerados polimórficos de acumulação de capital, permitindo a maior exploração de recursos materiais e humanos. O papel económico do Estado-nação foi relativizado dentro de processos de autonomização local, de democratização política e de liberalização de fronteiras para bens e pessoas, mas, e mais importante do que nunca, conforme sublinha Harvey, para o capital sob a forma de dinheiro, sob a forma de mercadoria de si mesmo (Harvey, 2014, p.28).

*O resultado desse processo contraditório entre a globalização tecno-económica e a crescente especificidade das identidades é a crise sistémica dos Estados-nação.*<sup>86</sup>

Borja, Castells, 1997, p.13

---

<sup>83</sup> "O estado é o produto e a manifestação de antagonismos de classe irreconciliáveis" (Lenine in Lefebvre, 1969, p.286).

<sup>84</sup> "A sociedade democrática, defensora de um espaço público livre, é uma exigência que implica os direitos dos cidadãos como objectivo de desenhar o bem comum, o que supõe o uso público da razão." Pereira, 2012, p.10.

<sup>85</sup> O apelo para o bem comum é uma fórmula que serve para justificar, logo de começo, qualquer coisa: para dissimular um interesse particular, para assegurar a autonomia do poder político, para neutralizar um conflito de interesses..." Innerarity, 2010, p.199.

<sup>86</sup> Tradução da autora de: "The result of these contradictory process between techno-economic globalization and the growing specificity of identities is the systemic crisis of nation states." Castells, 1997, p.13.

Os serviços de necessidade básica são prestados ao cidadão na sua qualidade de consumidor e cliente. Num contexto plural, fragmentado e heterogêneo de experiências e reprodução socioeconómica, cada indivíduo vê-se confrontado com a manutenção do seu estatuto social dentro de exigências externas cada vez mais complexas, indeterminadas e inconstantes, mas escamoteadas do consumo material. Os conceitos de urbanidade aliam-se ao da condição de humanidade, alcançável segundo a participação na reprodução social passiva do ato de consumir, bens, serviços ou imagens de identidade. Conforme Bastos, a liberdade do cidadão reduz-se à liberdade para consumir, cujas condutas para o consumo são normalizadas sob o **“reforço pavloviano”** (Bastos, 2001, p.95). Bastos enquadra ainda a normalização da política para a economia, apesar daquela ser mediatizada fora do âmbito da outra, onde **“o valor económico sobrepõe-se, não só como discurso ou como praxis, mas como desígnio ético.”** (Bastos, 2001, p.100)<sup>87</sup> A condição do ser privado contraria a condição do ser público, na medida em que, e relembando Arendt, a privacidade do ato pessoal diminui a possibilidade do debate coletivo, afastado da natureza política do ato.

*Como consequência disso, dado que cultura é um sistema de comunicação e que nossa sociedade está cada vez mais organizada em torno da produção, distribuição e manipulação de símbolos, a arena política tem sido essencialmente engolfada na arena da media.*<sup>88</sup>

Borja, Castells, 1997, p.12

O espaço da esfera pública das sociedades globalizadas é exponenciado por uma distribuição da informação em massa que começa por se internacionalizar com os meios de comunicação e reprodução audiovisuais no final da década de 70. Associada ao conceito de publicidade moderna, sob a profissionalização e privatização crescente da propriedade dos media, a construção do espaço público assume na pós-modernidade um alargamento das bases de participação que antes estariam remetidas aos grupos dominantes do conhecimento científico e académico, nomeadamente aqueles que exercem a dominação cultural – homens brancos burgueses (Bourdieu, 2013). As lutas públicas pela emancipação racial e de género, pela

---

<sup>87</sup> “o espaço público não passa de espaço privado dos interesses particulares (corporativos). Contudo, esse espaço, sendo afinal privado, diz-se público para que possa ser legitimado pela propagandeada razoabilidade trans-subjectiva da retórica ocidental. Tal estratégia permite gerir benefícios que não pretendem garantir qualquer desígnio comum mas, bem pelo contrário, ser espaço de adequação doutrinária, de estabilidade e inércia onde a ideia de paraíso, prometida pela sociedade tecnológica, foi substituída pela mais presente desesperança.” Bastos, 2012, p.101.

<sup>88</sup> Tradução da autora de: “As a consequence of this, given that culture is a system of communication and that our society is increasingly organized around the production, distribution and manipulation of symbols, the political arena has essentially been engulfed in the arena of the media.”

igualdade incondicional e pelo direito ao trabalho constituem um dos exemplos mais efetivos de transformação social operada pela mediatização, no final do século XX. A emancipação da mulher como força de trabalho e posteriormente como indivíduo autónomo para o consumo e dotado dos mesmos direitos, mas principalmente, dos mesmos meios económicos que os homens, constitui uma das mais estruturais transformações da sociedade capitalista. Exigindo um lugar igual na ação política, a desconstrução da natureza privada da família enceta uma contradição ontológica da sociedade burguesa organizada nessa diferenciação entre o público e o privado, que conforme já citamos de Althusser, é a condição de existência do Estado.

***As mulheres são excluídas de todos os lugares públicos, assembleias e mercados onde normalmente se desenrolam os jogos de honra, considerados os mais sérios da existência humana.***<sup>89</sup>

Bourdieu, 2013, p.66

Em menos de uma década, Butler (1990), Bourdieu (1999), sem esquecer os contributos de Hayden (1980) (1996) e de Massey (2001), reforçam a luta social, económica e jurídica com as primeiras explanações da construção da identidade, particularmente através da linguagem e da reprodução simbólica. Ambos consolidam as teses de performatividade<sup>90</sup> e de determinação histórica e cultural da identidade, que têm origem na universalização da reprodução da linguagem, na economia dos bens simbólicos difundida nos meios de comunicação visuais. Se a abertura do espaço público aos grupos historicamente excluídos e dominados do debate público foi determinante para a sua visibilidade e para a operacionalização do “movimento de subversão simbólica” (Bourdieu, 2013, p.146), por outro lado, a tecnologia da comunicação em massa reforça o dualismo de representação simbólica de cada género, sob o interesse do consumo personalizado. Bourdieu, apresentando uma crítica ao posicionamento marxista da lógica binária da luta de classes entre proprietários e não proprietários (Bourdieu, 1989), distingue a importância das relações estabelecidas no campo social que constituem a reprodução simbólica do poder, para lá da relação económica estabelecida. Segundo o próprio “**a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, acção que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos**”, e desta forma permite “abusos de linguagem

---

<sup>89</sup> A citação continua: “E são excluídas, se assim se pode dizer, *a priori*, em nome do princípio (tácito) da igualdade na honorabilidade que exige que o desafio, que honra quem o faz, só é válido se for dirigido a um homem honrado, capa de dar uma mente honrosa. A circularidade do processo indica que se trata de uma atribuição arbitrária.” Bourdieu, 2013, p.66.

<sup>90</sup> Conforme Butler, na sua publicação “Gender Trouble”, de 1990, o género prova ser performativo. Tradução de: “gender proves to be performative” (Butler, 1990, p.25).

**que são abusos de poder”** (Bourdieu, 1989, p.159). Para o exercício da reprodução simbólica, cujo objetivo é a produção do senso comum ou do **“monopólio da visão legítima do mundo”** (sob monopólio da violência legítima) por um conjunto de agentes que informam um grupo, Bourdieu considera determinante o espaço de visibilidade que **“fundamenta a eficácia performativa do discurso”**. Neste inclui-se a própria produção do espaço de debate (Bourdieu, 1989, p.145). Bourdieu atenta desta forma para a diferenciação que existe tanto entre grupos dominantes e dominados historicamente, como para as relações internas entre os mesmos e os outros na construção de sinais diferenciadores dessa diferença, dentro de uma conceção necessária ao grupo legitimado no poder. A produção da cultura ou da ideologia é legitimada estruturalmente, por exemplo, pelo corpus jurídico (Bourdieu, 1989, p.210), onde está autorizado um corpo de textos, que será apropriado em função da relação de forças dos agentes envolvidos. No que concerne ao espaço público, existem mecanismos inerentes a essa luta que se sustentam na natureza visível do ato da relação de poder e que estão inscritos na morfologia das relações, cuja reprodução simbólica é mantida pela comunicação e pela construção do espaço, especialmente os espaços de consumo. O discurso dominante revela sintomaticamente o nível dessas relações. Daí que a procura pela centralidade do discurso e a resiliência contra o esquecimento dos interesses que são remetidos à periferia (constituída por todos aqueles que não se inserem na esfera dos proprietários, capitalistas ou políticos) constitua uma possibilidade atual inédita, especialmente no que toca à abrangência de mais agentes que até aqui não tinham lugar de expressão pública – mulher, escravo, negros, amarelos, orientais, latinos, judeus, muçulmanos, deficientes, transgéneros.

Para Castells, não há dúvidas de que a entrada de metade da população no mercado de trabalho constitui uma contradição fundamental no desenvolvimento do capital, que coloca em pressão o exército de desempregados gerados pela sobreprodução, enquanto amplia as possibilidades de mais um conjunto de indivíduos acederem à sua autonomia financeira (Borja, Castells, 1997, p.51). Mas essa introdução de mais mão-de-obra também permitiu relativizar os salários existentes, e, assim, diminuir a capacidade de ação das classes não capitalistas.

Com as reformas pela igualdade de género, o discurso da intimidade, antes restringido à vida familiar da casa, ganha um protagonismo público que produz um novo regime de sexualidade, de saúde individual e do controlo da expressão do corpo no espaço público, processo profetizado, décadas antes, por Foucault. Contudo, este regime discursivo, não sendo operado diretamente pelo Estado, constitui uma oportunidade para a economia de bens e serviços dependentes dessas expressões públicas da individualidade da identidade. A abertura do espaço público à visibilidade universal do sujeito é um dos mais determinantes processos de

transformação simbólica que o mercado global opera. Conforme Harvey, corporações, governos, líderes intelectuais e políticos estabelecem uma imagem cuja performance é mediatizada servindo para demonstrar uma aparente partilhada de valores comuns.

***A imagem serve para estabelecer uma identidade no mercado.***<sup>91</sup>

Harvey, 1990, p. 288

A identidade como paradigma social passa pela performance corporal, sexual, pela escolha e aquisição particular de objetos e de reprodução de hábitos, que traduzem a sua especificidade e aparente autonomia do consumidor no espaço público de representação digital. A manifestação do capital material, ideológico e intelectual do sujeito através do espaço público alargado traduz o paradoxo da manifestação pública dos assuntos antes pertencentes ao campo privado e a grupos remetidos para essa privação da visibilidade. A sua desconstrução por momentos de publicidade traduz a importância dos mecanismos históricos e políticos de controlo pessoal, que hoje são exercidos sob uma fórmula socioeconómica que se sustenta, necessariamente, na pulverização dos interesses privados (Bauman, 2009, p.257)<sup>92</sup> e na “cultura hedonista do consumismo” (Harvey, 2012, p.93). O anonimato, por reação à demanda da exploração da intimidade física, é uma exigência que contraria a velha prossecução humanista de um espaço público, construído, decidido e usado coletivamente.

***Num sistema organizado segundo o princípio do isolamento “suave”, os ideais e valores públicos não podem deixar de declinar, enquanto permanece apenas a demanda do ego e do seu interesse próprio, o êxtase da libertação “pessoal”, a obsessão do corpo e do sexo: híper-investimento do privado e, por conseguinte, desmobilização do espaço público.***

Lipovetsky, 1983, p.41

Diferentemente da posição de Bauman ou de Lyotard, para Innerarity, a condição pós-moderna do espaço público não extinguiu essa operatividade política do Estado. Consideramos que aquela foi transferida para outro tipo de expressão de poder que se reproduz nesta condição

---

<sup>91</sup> Tradução da autora de: “The image serves to establish an identity in the market place.” Harvey, 1990, p.288.

<sup>92</sup> Segundo Bauman, em “Sociedade individualizada”, obra publicada no início do século XXI, “Existe uma lacuna crescente entre os limites externos do controle político institucionalizado e o espaço onde as questões mais relevantes para a vida humana são, por planeamento ou omissão, estabelecidas. Esse espaço está fora do alcance do Estado soberano – até agora a única totalidade que corporificou e institucionalizou o procedimento democrático.” Bauman, 2009, p.254.

solitária, destituída da força da organização e assente na descredibilização mal fundamentada do ideário marxista da luta de classes<sup>93</sup>, onde a orgânica de Estado tem utilidade do ponto de vista da organização dos trabalhadores e distribuição do capital. Com o discurso constitutivo da perda do poder institucional, o paradigma da publicidade do indivíduo contribuiu para a desmobilização geral, para o declínio da grande associação engajada, para o aumento do comunitarismo, refúgio dos solitários, instituindo outras relações políticas baseadas na identificação comunitária e civil. A generalização da rede digital substituiu relações de poder e influência baseadas na proximidade e na dependência socioeconómica local por outras relações baseadas na identificação individual. O espaço público são vários espaços na rede digital destinados a ser públicos na sua natureza, porque estabelecem esse caminho comprido e complexo de paridade individual, mas que se demonstram impotentes como poder executivo perante o anonimato de cada grupo entre si.

**O poder se move livremente e na  
velocidade dos sinais eletrônicos, ignorando as  
limitações do espaço.**

Bauman, 2009, p.253

Em “Um ensaio sobre a constituição da europa”, Habermas sublinha a degenerescência de uma “**política simbólica**” europeia em acompanhar os mercados (Habermas, 2011, p.144), reforçando a ideia de que os estados europeus atuam na sua regulação, bem como se transformariam em função de novos modelos de governação flexíveis a novas exigências populares. Contudo, é o próprio Habermas a reconhecer a falência desta posição de ressuscitar o cosmopolitismo europeu, que segue “**a interdição dos cidadãos europeus à participação**” (Habermas, 2011, p.168), e reforça o monopólio político de elites.

Poderá formar-se um espaço global com efetividade política para determinar níveis de concertação plurais? Se, conforme Innerarity (2010, p.258), a “**desestatização corresponde à criação de um espaço público de livre discussão e de compromisso no qual todos somos testemunhas (...)**”, qual a natureza política do espaço de debate em rede e digitalizado? É ele comum, no sentido do entendimento ou da multiplicação dos confrontos? Onde se situam os utilizadores e os proprietários desse espaço? Em que medida, se existirem, atuam mecanismos

---

<sup>93</sup> “o individualismo contribuiu actualmente para abolir a ideologia da luta de classes. (...) A segunda “revolução” individualista, veiculada pelo processo de personalização, tem como consequência uma desafeção da massa da *res publica* e em particular das ideologias políticas: depois da hipertrofia ideológica, a desenvoltura perante os sistemas de sentido. (...) O processo de pacificação conquistou o todo colectivo, a civilização do conflito social prolonga hoje a das relações inter-pessoais.” Lipovetsky, 1983, p.201.



de policiamento e filtro desse espaço virtualizado? Se os espaços são digitalmente abertos e publicamente acessíveis que alternativa revolucionária abrirão contra a regulação dos espaços públicos de discussão tradicionais? Em suma, o que legitima o espaço público de discussão, além da imediata visibilidade?

*O espaço público internacional já é mais qualquer coisa que uma colecção de sondagens: já configurou instancias que se exprimem e interrogam; e, principalmente, está a formar-se um novo sujeito, a humanidade global, que é a última vítima avaliadora das práticas políticas.*

Innerarity, 2010, p.257

A mediatização, com a evolução tecnológica, construiu um espaço de representatividade novo, alternativo ao do debate e confronto, ao da violência física, por exemplo. Segundo Innerarity, a globalização do público assistente traduziu-se na conquista de um público aparentemente engajado, que produz a própria vigilância e exerce pressão **“como força reequilibradora das desigualdades de forças”** (Innerarity, 2010, p.257). Se por um lado, o espaço público adquiriu novos meios de interação digitais, por outro definiu a segregação pela inacessibilidade aos mesmos (Borja, Castells, 1997) e promoveu, por necessidade estrutural, a bênção da opinião pública através dos mesmos. Inerente à necessidade de colher a empatia eleitoral, a democracia em rede, segundo Innerarity, estimula a responsabilização da comunicação, uma vez que a ação reativa pode estender-se internacionalmente. Numa posição próxima à de Gramsci, a posição do sujeito histórico em Innerarity adquire uma natureza filosófica e política como nunca, que dispõe de rapidez e visibilidade no meio digital universalizado nas bases anteriormente não políticas e não constituintes do espaço público.

*Está aberta a via pela qual o Estado poderá entrar no ciclo da personalização, pôr-se de acordo com uma sociedade móvel e aberta, recusando a rigidez burocrática, a distância política, ainda que benevolente, como acontece no caso da social-democracia.*

Lipovetsky, 1983, p.125

Lipovetsky acentuou a pluralidade da abrangência democrática, considerando a necessidade da construção da natureza hedonista do indivíduo para o desenvolvimento do

capitalismo<sup>94</sup>. Assim, numa perspetiva pós-marxista, o processo de garantia crescente de direitos individuais permitiria o afastamento necessário das forças revolucionárias, numa manutenção pacificadora das tensões entre capitalistas e trabalhadores, diluindo o discurso da condição binária dos termos da luta de classes, mas dissimulando a propriedade oligárquica da produção socioeconómica, na qual a comunicação em rede é fenómeno constituinte. O espaço público invadido pela “**tiranía da intimidade**” (Sennett, 1977) demonstra as contradições da fase de crise e de transição a que está sujeito a identidade de Estado burguês. Se o discurso público se procrastina nos discursos individuais e grupais no espaço visível da rede digital, podemos considerar a universalização política de todo o discurso, ao contrário de uma deslegitimação do discurso único.

*A globalização representa o fim do público  
ou a consecução de um mundo definitivamente  
comum?*

Innerarity, 2010, p.259

Conforme Castells, pertencer hoje a um coletivo fictício é estar conectado digitalmente a uma rede, independentemente da razão ideológica ou afetiva dessa ligação ou do objetivo primário da sua existência, e inclusive do perfil dos restantes sujeitos. A ligação digital, em redes sociais gratuitas, pressupõe a conotação de usuários da rede e não de associados ou militantes. Castells defende que a possibilidade de conexão não retira a natureza democrática da sociedade, mas confere-lhe a oportunidade de se expressar anonimamente e sem intenções transformadoras, o que, segundo a nossa conceção, e diferentemente de Castells, consideramos que contraria ou arrefece qualquer ação de mobilização coletiva, desengajando politicamente os utilizadores. Essencial desse mecanismo de agrupamento hedonista é a possibilidade de desistir da ligação segundo o discurso da liberdade de escolha e da identificação, fenómeno identificado por Bauman como o estrutural da sociedade líquida e em rede. Ou seja, segundo o próprio, poder decidir sobre o fim da ligação é uma possibilidade de desresponsabilização imediata do vínculo, que se verifica em todas as dimensões das relações de poder e em todas as atividades, sintoma novo da transformação estrutural do compromisso entre o capital e o trabalho (Bauman, 2009, p.33).

---

<sup>94</sup> “Crítica do carácter gratuito dos serviços públicos, denúncia dos monopólios públicos, apelo à desregulamentação e à privatização dos serviços, tudo isto caminha no sentido da tendência pós-moderna para privilegiar a liberdade relativamente ao igualitarismo uniforme, mas também para responsabilizar mais o indivíduo e as empresas obrigando-os a mais mobilidade, inovação, escolhas.” Lipovetsky, 1983, p.125.

*Marx não mediu palavras no que diz respeito à necessidade de derrubar (ou 'dominar') as concepções burguesas individualistas do valor e de riqueza, a fim de libertar o potencial criativo que nos é latente, possível só sob formas coletivas.*<sup>95</sup>

Harvey, 2014, p.214

Harvey sublinha em **“Dezassete contradições do capital”**, publicado em 2014, o conceito marxista de alienação no contexto contemporâneo da sociedade capitalista avançada. Para Harvey, a relação entre a sociedade e o seu governo, sustentados numa relação instável e em movimento entre liberdade e dominação constitui uma das principais contradições atuais do capital. Segundo Harvey, há uma capacidade de o espaço de discussão se tornar propositadamente inútil, nomeadamente pela promoção de participação que, ainda que **“impressiva, é imposta e orquestrada por poderes estatais alienados e paternalistas”** (Harvey, 2014, p.209). Assim, Harvey estabelece uma relação entre a ideia humanista de liberdade, retomada em contexto liberal, e a de nova forma de alienação, uma alienação que se ocupa de preencher o espaço e tempo de cada indivíduo, retirando-lhe a possibilidade de se encontrar, decidir e agir coletivamente. A necessidade de reprodução e sobrevivência individual superou todos os entraves ideológicos e culturais baseados na união familiar e grupal, no qual o capital operou uma destruição estrutural, promovendo a individualização do tempo e espaço de cada um (Harvey, 2014, p.279).

Se o espaço público é forçado a reunir diferentes concepções de coletivo, sendo essa a sua natureza pós-moderna, semelhante, mas diferente, da natureza liberal e universal iluminista, é porque, e conforme Harvey (1990, p.355), a reprodução material e simbólica se apropria desse campo para nele explorar novas contradições que são úteis<sup>96</sup>. Por outro lado, Harvey considera que a cedência a favor de determinadas exigências acaba por se verificar apenas simbolicamente (Harvey, 2014, p.202).

---

<sup>95</sup> Tradução da autora de: “Marx does not mince words with regard to the need to overthrow (or ‘dominate’) individualistic bourgeois conceptions of wealth and of value in order to release the potential for creative but collective human flourishing that surrounds us latently at every turn.” Harvey, 2014, p.214.

<sup>96</sup> Na publicação de 1989, como o título “A condição da pós-modernidade”, Harvey identifica quatro pontos argumentativos quanto ao esgotamento da teoria marxista sobre o materialismo histórico na leitura dos processos pós-modernos da sociedade capitalista. Primeiro, a necessidade de considerar as diferenças de fé religiosa, de género e de raça como inerentes a um processo histórico que sempre acompanhou a luta de classes. Segundo, a necessidade de reprodução da imagética e da construção estética como parte fundamental da reprodução simbólica. Terceiro, a espacialização do capitalismo na construção e transformação territorial. Por último, a consideração de que as teorias do materialismo histórico não se esgotam nos termos que Marx enunciou, mas que permitem uma adequação ao funcionamento da sociedade se esta mantém uma produção capitalista. Harvey, 1989, p.355.

***A dificuldade com a tradição humanista, em suma, é que não internaliza uma boa compreensão das suas próprias e inalteráveis contradições internas, que se tornam mais evidentes na contradição entre liberdade e dominação. O resultado é de as tendências e os sentimentos do humanismo, muitas vezes, se apresentarem de forma um tanto estridente e confusa, exceto se sua posição é assegurada pela doutrina religiosa ou pela autoridade.***<sup>97</sup>

Harvey, 2014, p.285

Conforme Harvey, torna-se premente, depois de mais uma crise global de superprodução e quebra financeira em 2008, reafirmar uma direção coletiva dos meios materiais necessários à nossa vida boa. Reprofetizando esta posição Aristotélica, Harvey retoma a crítica às teorias políticas do compromisso, na medida em que os compromissos se realizam sempre, historicamente, sob um contexto de dominação e colonização, onde a defesa do bem comum não é mais do que a defesa de interesses corporativos. Num período histórico onde se procede à privatização do consumo, dos alimentos, onde se estabelecem monopólios máximos sobre os meios de produção agrícola e industrial, onde os recursos naturais estão dependentes de empresas privadas e os direitos humanos tornados mercadorias, Harvey considera ineficaz teorizações sobre a tolerância e os discursos anti violência direcionados para as populações em geral. Quando são os próprios governos, que em nome de uma abstrata ideia de igualdade e liberdade, decidem atacar militarmente determinadas áreas geoestratégicas e destruir qualquer natureza democrática ou soberana local. Persiste, pois, uma dificuldade para a posição pós-moderna identitária em definir estratégias próprias de liberdade de participação política, quando essa participação não acontece relacionada com a mobilização política de classe económica. Sem assumir uma dominação do capital sobre o trabalho, qualquer tentativa de ação política dentro dos sistemas democráticos torna-se redundante. Qualquer ação política e civil revolucionária é moralmente agredida e mediaticamente classificada como amoral. Trata-se, pois, de um novo fim de linha da liberdade abstrata da esfera pública e da sociedade civil que sustentaram uma diferenciação de classe através de mecanismos jurídicos.

---

<sup>97</sup> Tradução da autora de: "The difficulty with humanist tradition in short is that it does not internalize a good understanding of its own inescapable internal contradictions, most clearly captured in the contradiction between freedom and domination. The result is that humanism leanings and sentiments often get presented these days in a somewhat offhand and embraced way, except when their position is safely backed by religious doctrine and authority." Harvey, 2014, p.285.

***As contrapartidas de que goza o cidadão  
fazem mais pela opressão do que todas as guerras,  
censuras ou fuzilamentos do passado.***

Bastos, 2015, p.119

Conforme Bastos, “a democracia nunca esteve, nem está em crise, ela é apenas a expressão da sua própria incoerência na medida em que os postulados da sua constituição, são, desde sempre, metafísicos (...)” (Bastos, 2015, p.122). Assim, a proposta de uma nova publicidade ou de novo estatuto do público encontra-se na realização política do homem – onde o ser é um ser no evento, na circunstância contra a sua indeterminação futura e a presente alienação.

***A política não será pensável senão quando  
liberta da tirania do número, seja ele o número de  
eleitores ou o de manifestantes e grevistas. (...) O  
regime corrente daquilo que se apresenta como  
reflexão política é tipicamente o comentário  
eleitoral. Ora, nem o comentário nem as eleições  
podem ser as vias de acesso à essência da política.  
O comentário é o murmúrio da impotência, o  
próprio da democracia inactiva, ou seja, do  
jornalismo.***

Badiou citado em Vidal, 2005, p.32

Badiou integra uma concepção de verdade inerente à construção da vida “na forma de um processo intempestivamente aberto no real” (Vidal, 2005, p.36), que reposiciona ontologicamente a política fora dos mecanismos institucionais a que se viu sujeita nas últimas décadas e procura demonstrar a sua essência fora da filosofia, fora da formação de opinião (Vidal, 2005, p.60).

Badiou colocou-se contra a posição comunicativa de Habermas e atacou ferozmente o kantianismo de Arendt, posições que marcaram a construção teórica pós-moderna da filosofia, depois da Segunda Guerra e que reforçaram a necessidade teórica de reintroduzir a ideia de esfera pública, especialmente depois de Heidegger. A este respeito, Badiou afirma existir uma contradição na assunção liberal da sociedade contemporânea, por nesta se fazer coexistir apenas a manifestação plural dos desejos ou dos interesses, sem que isso se traduza numa material capacidade para decidir horizontalmente. Ou seja, as práticas democráticas encontram-se num plano fechado à política. Nesse sentido, afirma que a governação liberal é perversa, porque atende a um conjunto de objetivos que não são decididos coletivamente, mesmo que tenham tido lugar em espaço de discussão aberta. Para Badiou o entendimento da crise da

representatividade é a crise do partido, do parlamentarismo, da economia, da segurança (Vidal, 2005, p.69), e não da revolução, ou seja, a crise estrutural das instituições públicas, que se formaram durante o século XX contra a ideologia comunista, e que se sedimentam na elaboração de uma esfera pública que é somente opinativa. Segundo Badiou a política deve exercer-se livremente, ou seja, **“criar tempo e espaço”** (Vidal, 2005, p.66), contra a instrumentalização do voto, que nunca é realizado em liberdade, logo não é político – é estatal.

Para este filósofo, que reposiciona o marxismo no contexto do século XXI, a democracia opera num sistema jurídico de classe, que está submissa ao mercado e ao capital. Ao defender um caminho de redescoberta do comunismo, Badiou nega o novo niilismo contemporâneo, o desconstrutivismo e a democracia liberal, que defendem uma soma de opiniões democráticas e transformam o homem em sujeito do acontecimento. Pelo contrário, Badiou preconiza a ação do sujeito na relação com os outros, e não a relação filtrada triangular entre indivíduo, partido e Estado (Vidal, 2005, p.64). Para Badiou a acção e decisão colectivas sobre a natureza da política é a derradeira política; não a aceitação ou contraposição de opiniões que aparentam garantir a existência de heterogeneidade política (Vidal, 2005, p.72).

*Os poderes soberanos do estado sobre o capital e seus os fluxos erodiram-se nas últimas décadas. Isso não significa que o estado é impotente, mas sim que o seu poder depende mais do capital financeiro e dos detentores de títulos. Os poderes e as práticas do Estado têm sido cada vez mais direccionados para satisfazer as demandas das empresas e dos obrigacionistas, muitas vezes, em detrimento dos cidadãos.*<sup>98 99</sup>

Harvey, 2014, p.158

Conforme Harvey sublinha em Davis, a desigualdade é a realidade mais estatisticamente comprovada dos últimos dez anos. Depois de 2008, surgiram novos recordes de classes de bilionários na Rússia, na Índia, China, Brasil e México, para além dos EUA e do Japão (Harvey, 2014, p.168). Isto demonstra uma nova geografia do espaço público de debate, uma mudança fundamental do alargamento do espaço de decisão a territórios antes desconhecidos, ignorados

---

<sup>98</sup> Tradução da autora de: “the sovereign powers of the state over capital and Money flows have definitively eroded over the last few decades. This does not mean the state is powerless, but rather that its power is more contingent on that of finance capital and the bondholders. State powers and practices have been more and more directed to satisfying the demands of corporations and bondholders, often at the expense of citizens.” Harvey, 2014, p.158.

<sup>99</sup> Conforme Bastos, a propósito da posição de Harvey, o “multilateralismo democrático é atenuado por grupos plutocráticos que cotam os valores da dignidade humana, da cidadania do presente e do futuro, abaixo da importância endeusada das leis do mercado. Os cidadãos deixam de controlar as dinâmicas financeiras, ficando reféns dos apetites dos investidores, corretores e especuladores. Bastos, 2015, p.120.

ou escondidos pela esfera pública ocidental, europeia e norteamericana. Significa um reposicionamento da colonização e da exploração do capital que terá efeitos ainda desconhecidos para a organização da produção mundial, e que determinarão as novas funções operativas do sistema político organizado com o conjunto de países e governos.

Considerar um espaço público de debate é potenciar as possibilidades de participação equalitária num sistema de decisão política que a digitalização informacional pode permitir, sendo que para isso é estrutural a definição coletiva da propriedade dos bens comuns e dos próprios espaços de debate. Em suma, a revolução dos modos de produção e de organização social, onde a diferença entre a natureza do público e do privado deixe de constituir uma determinação constitutiva de grupos socioeconómicos, desequilibradamente concorrentes.



FUNÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO  
NAS TEORIAS DO URBANISMO



*La vida en los edificios y entre los edificios parece considerar se, en casi todas las circunstancias, más esencial y relevante que los propios espacios y edificios.*

Gehl, 2005, p. 37

*La difficulté de redéfinir l'espace public pose enfin la question du rôle de l'État dans la globalisation de l'économie.*

Mangin, 2004, p.14

*As cidades desenvolveram-se de uma maneira que chamamos espontânea, mas que, na realidade, era determinada pela evidência que a figura histórica da cidade tinha na consciência individual e colectiva.*

Argan, 1998, p.240

*En la ciudad de cualquier época Y de cualquier cultura, los elementos colectivos tienen una lógica propia de agregación.*

Cerasi, 1990, p. 97

*Baron Haussman was engaged in remaking Paris during the era in which Central Park was created. Haussmann confronted a congested city a thousand years old whose twisted streets were a breeding ground for, in his mind, the unholy trinity of disease, crime, and revolution.*

Sennett, 1990, p. 62

*A ideologia do público está efectivamente por nascer. Ela não passa de um momento da ideologia da cidade como unidade produtiva em sentido próprio, e simultaneamente como instrumento de coordenação do ciclo produção-distribuição-consumo.*

Tafuri, 1985, p.59

*Los grupos dominantes siempre han creado uno u otro espacio particular, el de las antiguas ciudades, el del campo. La novedad es la producción global y total del espacio social.*

Lefebvre, 1972, p. 160

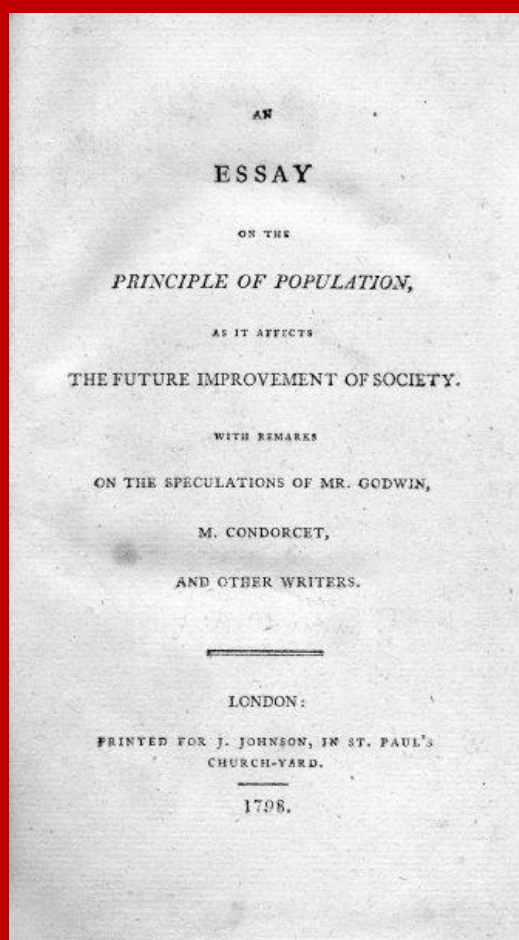


Fig. 12 Publicação de Thomas R. Malthus, sob anonimato, de 1798.  
Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/An\\_Essay\\_on\\_the\\_Principle\\_of\\_Population](https://pt.wikipedia.org/wiki/An_Essay_on_the_Principle_of_Population), em 11 de Outubro de 2016;



Fig. 13 Símbolo do Serviço Público de Saúde Estadunidense, criado em 1798.

Fonte:

[https://en.wikipedia.org/wiki/United\\_States\\_Public\\_Health\\_Service#/media/File:United\\_States\\_Public\\_Health\\_Service\\_\(logo\).svg](https://en.wikipedia.org/wiki/United_States_Public_Health_Service#/media/File:United_States_Public_Health_Service_(logo).svg), em 1 de Setembro de 2016.

## **AS FUNÇÕES PÚBLICAS NAS PRIMEIRAS TEORIAS DO URBANISMO**

***O sr. Malthus está contudo, certo, quando diz que a população do mundo se está constantemente a adaptar à quantidade de comida cultivada para o seu sustento; mas não nos disse quanta mais comida será produzida por um povo inteligente e activo, do que a que é produzida por um povo ignorante e mal governado.***

Owen, 1976, p.21

Para a ideologia pública do homem tornado cidadão urbano no desenvolvimento disciplinar do urbanismo, contribuíram decididamente as lutas entre formações sociais e um contexto de permanente instabilidade social e política que o século XIX preconizou a uma escala global. Até ao estágio de desenvolvimento da produção urbana em meados do século XX, o território próximo das principais cidades e vilas é transformado pelas etapas sucessivas da industrialização, expandindo-se fisicamente a ocupação urbana, passando a considerar-se esta como um fenómeno de estudo, análise, cientificização e planeamento. O nascimento do conceito de urbe, por diferenciação do conceito pouco operativo de cidade, é-nos trazido inicialmente pela engenharia mecânica, pela engenharia de vias e pela regulação higienista, diretamente relacionadas com a gestão e o controlo populacional e comercial no território.

***Nos anos da revolução industrial grande parte das infra-estruturas urbanas e territoriais – estradas, pontes, canais, portos – foram realizadas pela iniciativa privada, e o Estado, quando não era movido por razões estratégicas, preferia limitar a sua intervenção a uma vigilância genérica, mediante as formalidades das autorizações e das patentes.***

Benevolo, 1981, p.91

As alterações radicais a promover nos espaços urbanos das cidades europeias industrializadas não se reduziam às necessárias ao desenvolvimento da atividade burguesa, que viu inicialmente na revolução uma oportunidade, sustentada no comércio, na industrialização, na socialização do trabalho e na invenção e circulação da mercadoria, mas à manutenção da segurança das populações e do policiamento que ganham uma perspectiva científica no planeamento urbano. Importando métodos de policiamento urbano que surgiram

particularmente em França e depois em Inglaterra, nos EUA e nos países centrais da Europa entre o século XVIII e o século XIX, a promoção de abertura de ruas e de avenidas que estabeleciam exclusivamente a comunicação entre os centros administrativos e os centros de circulação comercial<sup>100</sup> exigia a salvaguarda por comissões policiais<sup>101</sup> que posteriormente se tornaram serviço público sob organização municipal. Outro fator determinante foi o condicionamento da população operária, das suas horas laborais e das horas não laborais, tendo em conta o problema eminente da habitação para as novas populações urbanas<sup>102</sup>.

Como Teixeira<sup>103</sup> relembra, o “**Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa**” foi realizado somente em 1873, depois de quase quarenta anos de forçado êxodo rural e do “**Primeiro Inquérito Nacional à Emigração**”, realizado por portaria de Julho de 1843. As políticas de desenvolvimento urbano, potenciadas pela necessidade transacional de produtos e pessoas, e que conduziram à instalação de infraestruturas e à construção de equipamentos públicos para albergar as principais funções administrativas, económicas e financeiras do Estado e dos municípios, permitiram diminuir o desemprego entre a população originalmente rural. De qualquer forma, no final do século XIX, a reestruturação dos meios de produção reduziu a necessidade de mão-de-obra industrial, diminuindo o seu custo, refletindo-se na diminuição dos salários. As atividades pós-laborais eram escassas para os trabalhadores fabris e a sua necessidade de habitação próxima do local de trabalho forçava ao arrendamento de espaços inapropriados para permanência nos centros urbanos durante os dias úteis.

A necessidade do planeamento urbano tomou uma direção prática depois de 1848, produzindo efeitos radicais na estruturação do tecido urbano das principais capitais europeias. Entre a necessidade de policiamento e a ameaça permanente à saúde pública, os Estados e

---

<sup>100</sup> “Mas a teia das interligações urbanísticas criadas pelo desenvolvimento industrial torna-se necessariamente evidente através da constatação dos inconvenientes de ordem higiénica causados pela desordem e a aglomeração das novas periferias. Quando estes inconvenientes se tornaram intoleráveis – devido às epidemias de cólera que proliferavam depois de 1830 – e se estudaram as primeiras providências para os eliminar, tornou-se clara a pluralidade das causas determinantes, pelo que as providências adquiriram necessariamente um carácter múltiplo e coordenado. Deste modo a legislação urbanística torna-se o precedente directo da moderna legislação urbanística e cedo se generalizou a noção de expropriação, estendendo-a a obras públicas a todo o corpo da cidade.” Benevolo, 1981, p.94

<sup>101</sup> Patrick Colquhoun, mercador e magistrado foi pioneiro na criação da primeira polícia em Inglaterra. Colquhoun constituiu um exemplo demonstrativo das necessidades comerciais e policiais no desenvolvimento do planeamento e policiamento urbano, estando em causa o controlo dos roubos e a manutenção da ordem comercial através do controlo e policiamento privados. A propósito do êxito dos seus métodos, a polícia passou a ser autorizada como força pública e desenvolveu-se a todo o país, inspirando o modelo orgânico de polícia noutras cidades de outros países.

<sup>102</sup> O primeiro censo populacional na Grã-Bretanha data de 1801, registando 9 milhões de habitantes.

<sup>103</sup> Acerca das populações migradas para o Porto e cidades vizinhas entre as primeiras décadas e o final do século XIX, Teixeira descreve: “Este movimento pendular deu origem a uma população urbana flutuante. Em breve esta população viria a instalar-se permanentemente na cidade ou a emigrar para o Brasil.” Teixeira, 1991, p.104.

**As ruas e as praças são convenientemente dispostas, seja para transporte, seja para abrigar-se do vento.**

More, 2001, p.82

**O trabalho de cada homem, mulher e criança que possua suficiente força física, pode ser vantajosamente empregado para o público. E talvez não haja prova mais forte da extrema ignorância e mentira encapotada dos sistemas que até agora têm governado o mundo, do que o facto de os ricos, os activos e os poderosos, por um acordo tácito, sustentaram os ignorantes no ócio e no crime, sem tentarem treiná-los para serem membros activos, inteligentes e valiosos da comunidade; embora os meios por que a modificação se poderia teroperado tenham sempre estado ao seu alcance.**

Owen, 1976, p.289

**Mais tarde vieram os três grandes utopistas: Saint-Simon, em que a tendência continua ainda a se afirmar, até certo ponto, junto à tendência proletária; Fourier e Owen, este último, num país onde a produção capitalista estava mais desenvolvida e sob a impressão engendrada por ela, expondo em forma sistemática uma série de medidas orientadas no sentido de abolir as diferenças de classe, em relação direta com o materialismo francês.**

**Pretendia-se instaurar um Estado racional, uma sociedade ajustada à razão, e tudo quanto contradissem a razão eterna deveria ser rechaçado sem nenhuma piedade. Vimos também que, em realidade, essa razão não era mais que o senso comum do homem idealizado da classe média que, precisamente então, se convertia em burguês.**

Engels, 1880

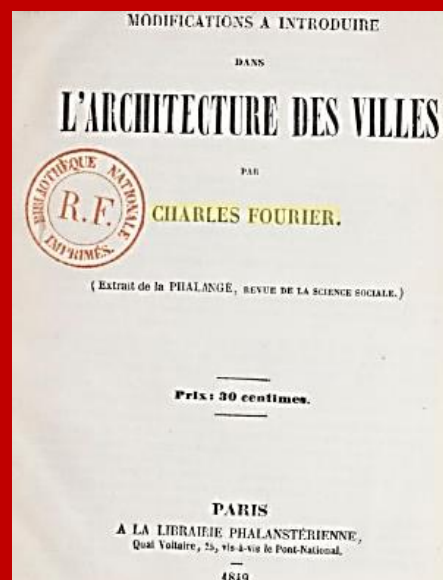
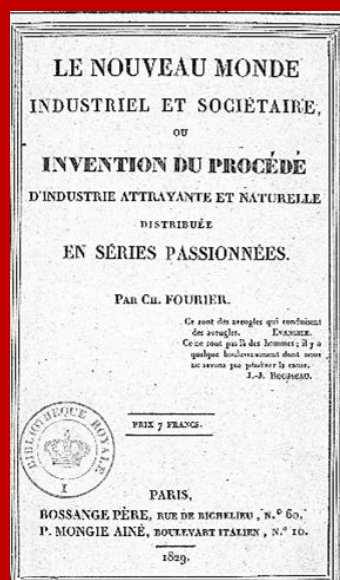
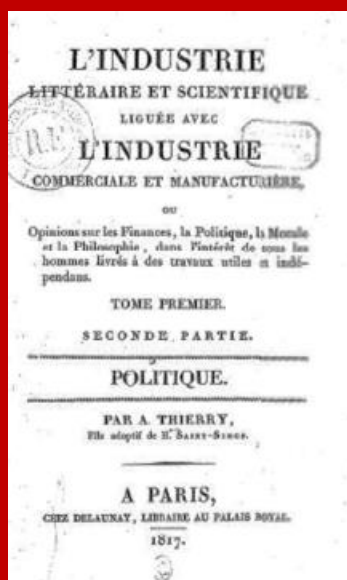


Fig. 14 Publicação de Saint-Simon, em 1817. Publicações de Charles Fourier – “O novo mundo”, em 1829 e “A arquitetura das cidades”, extraída da revista social “Phalange”, em 1849”.

Fonte: <http://www.luminarium.org/renlit/utopiadescr.htm>, em 22 de Setembro de 2016; <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b86221373/f11.item.r=Charles%20Fourier.zoom>, em 23 de Setembro de 2016; <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6111906m/f10.item.r=saint-simon.zoom>, em 23 de Setembro de 2016; <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6553113p/f9.item.r=charles%20fourier.zoom>, em 23 de Setembro de 2016.

**O reconhecimento e respeito ao direito de cada um levam à paz social e ao acordo universal.<sup>2</sup>**

Godin, 1883, p.71

**A propriedade da terra é incompatível com o melhor uso da terra.<sup>3</sup>**

George, 1887, p.376

**Os socialistas reclamam a arte como uma necessidade da vida humana que a sociedade não tem o direito de privar a nenhum cidadão.<sup>4</sup>**

Morris, 1891

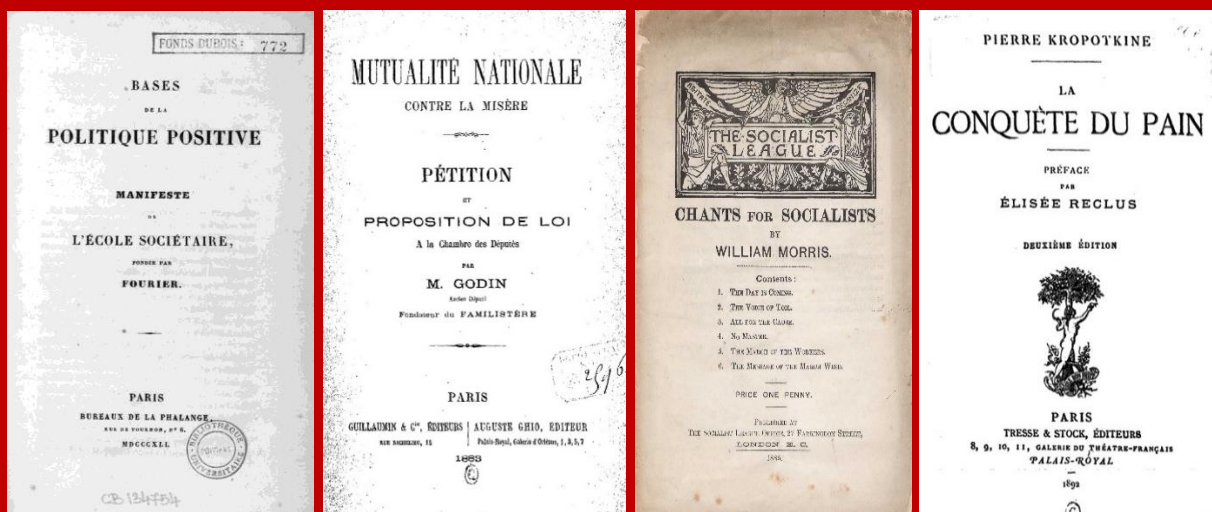


Fig. 15 Publicação de Victor Considerant (1808-1893), "Bases da política positiva – Manifesto da escola societária fundada por Fourier", de 1841. Publicação de J.B. Godin (1819-1888), "Mutualismo nacional contra a miséria", de 1883. Publicação de William Morris. "Sonetos socialistas", de 1885. Publicação de Pierre Kropotkine (1824-1921), "A conquista do pão", de 1892.

Fonte: [http://premierssocialismes.edel.univ-poitiers.fr/items/browse?advanced\[0\]\[element\\_id\]=49&advanced\[0\]\[type\]=is+exactly&advanced\[0\]\[terms\]=fre:%20Fouri%C3%A9risme; gallica.bnf.fr; http://www.wcm.org.uk/our-collections/creativity-and-culture/music/songs-and-songbooks/songs-of-william-morris/; https://pt.wikipedia.org/wiki/A\\_Conquista\\_do\\_P%C3%A3o#/media/File:La\\_conqu%C3%AAtte\\_du\\_pain.jpg](http://premierssocialismes.edel.univ-poitiers.fr/items/browse?advanced[0][element_id]=49&advanced[0][type]=is+exactly&advanced[0][terms]=fre:%20Fouri%C3%A9risme; gallica.bnf.fr; http://www.wcm.org.uk/our-collections/creativity-and-culture/music/songs-and-songbooks/songs-of-william-morris/; https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Conquista_do_P%C3%A3o#/media/File:La_conqu%C3%AAtte_du_pain.jpg), em 10 de Outubro de 2016.

<sup>2</sup> Tradução da autora de: "la reconnaissance et le respect du droit de chacun conduisent à la paix sociale et à l'accord universel."

<sup>3</sup> Tradução da autora de: "La propriété privée de la terre est incompatible avec le meilleur emploi de la terre."

<sup>4</sup> Tradução da autora de: "the Socialist claims art as a necessity of human life which society has no right to withhold from any one of the citizens;"



Toda a experiência que este livro descreve é de fato deste caráter; representa um trabalho pioneiro, que será realizado por aqueles que têm uma opinião interessada, mas igualmente a crença efetiva, nos domínios económico, sanitário, das vantagens sociais da propriedade comum da terra e que, portanto, não se satisfazem em defender que essas vantagens devem ser asseguradas à escala nacional, sendo chamados a dar forma à sua opinião, vendo no seu caminho outras consciências igualmente alinhadas.<sup>5</sup>

Howard, 1970, p.106.

Admitindo que, doravante, a sociedade tem a livre disposição do solo, ela ocupar-se-á do abastecimento de água, pão, carne, leite, medicamentos, em razão dos vários procedimentos que exigem esses produtos.<sup>6</sup>

Garnier, 1988, p.14

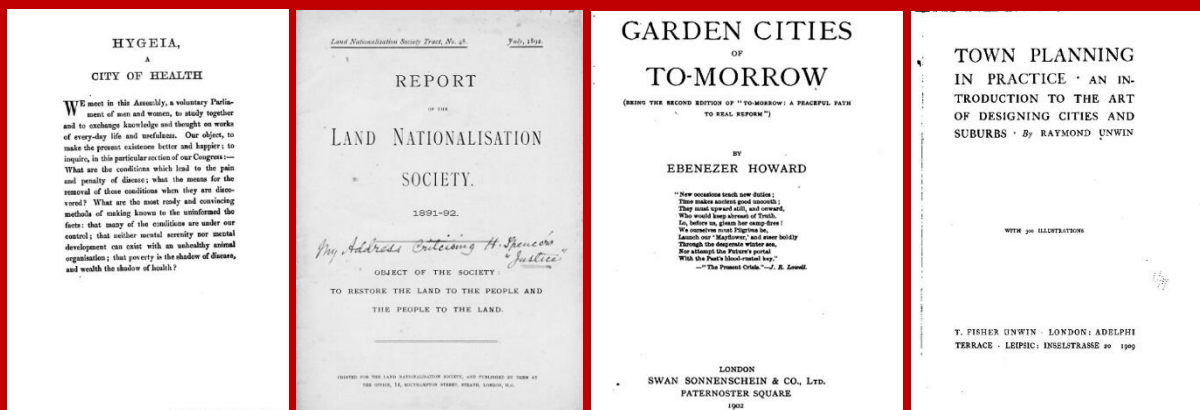


Fig. 16 Publicação da cidade da saúde Hygeia, da autoria do médico sanitarista Benjamin Ward Richardson (1828-1896), de 1876. Publicação da "Land Nationalisation Society", de 1892. Segunda edição da publicação "Cidades-Jardins do futuro", da autoria de Ebenezer Howard, de 1902, publicada primeiramente em 1889, sob o título: "Amanha: uma via pacífica para a reforma real" ("To-Morrow: a peaceful path to real reform"). Publicação de Raymond Unwin (1863-1940), urbanista inglês, de 1909. Unwin associou-se a Barry Parker na projeção de Letchworth, seguindo os princípios propostos por Howard.

Fonte: Bibliothèque nationale de France, département Littérature et art, 8-Tc40-94, em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1018511/f1.image>, em 18 de Outubro de 2016; <http://country-standard.blogspot.pt/2011/01/land-nationalisation-society-1881.html> em 21 de Outubro de 2016; <https://archive.org/stream/gardencitiestom00howagoog#page/n99/mode/2up>, em 17 de Outubro de 2016; <https://archive.org/details/townplanninginp00unwigoog>, em 18 de Outubro de 2016.

<sup>5</sup> Tradução da autora de: "The whole of the experiment which this book describes is indeed of this character. It represents pioneer work, which will be carried out by those who have a merely pious opinion, but an effective belief in the economic, sanitary, and social advantages of common ownership of land, and who, therefore, are not satisfied merely to advocate that those advantages should be secured on the largest scale at the national expense, but are impelled to give their views shape and form as soon they can see their way to join with a sufficient number of kindred spirits."

<sup>6</sup> Tradução da autora de: "Nous avons donc admis que la société a désormais la libre disposition du sol, et que c'est à elle à s'occuper de l'alimentation en eau, pain, viande, lait, médicaments, en raison des soins multiples que réclament ces produits."

municípios europeus estabeleceram acordos e ajudas financeiras para iniciativas de construção habitacional, além dos programas de obras públicas promovidos ao longo do século XIX. Nestes programas tornava-se evidente a necessidade de estruturar o espaço público de estar e permanência que servia as habitações, bem como enquadrar as novas áreas planeadas dentro do sistema de circulação existente e a criar<sup>104</sup>. Este processo tem particular exemplo na dimensão e complexidade do programa funcional e de espaço público que estava anexo à função habitacional primordial. Nestes casos, a programação dos espaços públicos determinaria a criação de praças, parques e sanitários públicos que reduziriam a propagação de doenças, limitariam a ação dos trabalhadores fora do horário laboral e condicionaria as práticas e atividades públicas e sociais dos operários.

***Assim, as “cités ouvrières” napoleónicas, as aldeias-modelo inglesas e as colónias dos Krupp são os primeiros anéis de uma cadeia de experiências que conduzirá à “cité industrielle” de Garnier, aos bairros de Berlage, à “Siedlugen” de Francfort e de Viena.***

Benevolo, 1981, p. 150

Benevolo introduz-nos as funções sociais, políticas e económicas que exigiram a transformação efetiva do solo, cuja defesa se pregou nas teses societárias que provinham do campo de investigação social desde o início do século XIX, especialmente as publicações dedicadas ao urbanismo social. O ideário socialista estabelecido por Owen e Fourier, do qual os falanstérios foram modelo, determinou e influenciou a construção teórica e prática socialista na arquitetura e no urbanismo, que efervesceu no final do século XIX pela ação de Ruskin<sup>105</sup> e Morris<sup>106</sup> na Inglaterra, por Kropotkin<sup>107</sup> no Império Russo e por Godin na França. Pela crescente organização dos trabalhadores, apoiados intelectualmente, em particular pela ação política de Proudhon, Marx e Engels, na qual a divulgação de imprensa radical teve importância decisiva, a perspectiva de uma reorganização social verificou uma crescente concordância nas principais cidades industriais, depois de meados do século XIX.

---

<sup>104</sup> Ver referência a Benevolo, em anexo.

<sup>105</sup> Contemporâneo de Turner, Ruskin publicou, entre outros, as suas aulas de “A política económica da arte”, lecionadas em Manchester, em 1857, na qual expõe as suas preocupações sobre a criação e distribuição do trabalho criativo, bem como o papel das instituições para a criação da educação artística pública. Ruskin, 1857.

<sup>106</sup> William Morris (1834-1896) publicou entre 1870 e 1896 vários artigos onde declara a sua aderência ao movimento socialista, justificada pela defesa da individualidade do corpo e da criatividade de cada ser humano.

<sup>107</sup> Peter Kropotkin (1842-1921) publicou em 1902 “Mutualismo: um fator de evolução”, no qual defende as teses anarquistas de aniquilação do Estado, em favor da organização económica mutual – práticas que observou na Sibéria, particularmente com as associações cooperativas na produção de manteiga.

*As relações societárias impuseram à arquitetura novas condições diferentes da anterior vida civilizada. Não se pretende construir o bairro operário, nem a casa burguesa, nem o hotel do explorador ou do marquês. Este é o palácio do HOMEM.*

Considérant em Choay, 1965, p.106

As tendências associativas e o desenvolvimento de grupos e organizações mutuais, promovidas principalmente pelos empresários responsáveis com o apoio de fações de esquerda, correspondia à reação perante a ineficiência da administração pública, num contexto de **“rápida radicalização dos movimentos populares de reforma.”** (Owen, 1976, p.9). Depois da antiga oposição legal da aristocracia fundiária e financeira, que estabeleceu leis contra formas associativas no Reino Unido<sup>108</sup>, no final do século XVIII, a burguesia reformista do final do século XIX **“estabelece um novo modelo de cidade, no qual os interesses dos vários grupos dominantes estão parcialmente coordenados entre si”** (Benevolo, 2005, p.573).

Na sua antologia **“Urbanismo – utopia e realidades”**<sup>109</sup>, publicada em França, em 1965, Choay reúne em categorias<sup>110</sup> os urbanistas que encetaram disciplinarmente o urbanismo, enquadrando Le Corbusier<sup>111</sup> num contexto de urbanismo progressista, depois de Owen e Fourier como pré-progressistas. No seguimento da sua análise antológica, Choay demonstra a crítica à sobreposição do modelo utópico sobre a realidade histórica morfológica das cidades que foram alvo de planos modernos ou teorização progressista no início do século XX. Choay destaca a necessidade da ação do planeamento do final do século XIX, visando a diminuição da arbitrariedade através de técnicas de previsão, sob a ilusão do controlo holístico, de base científica que caracterizaram o urbanismo progressista e a sua ação sobre contextos urbanos medievais. Choay apresenta a transformação do discurso urbanístico em objeto urbanístico, traduzido em modelos utópicos ou positivos da forma urbana, onde o homem público da unidade iluminista que chegou até à Segunda Guerra Mundial é traduzido na forma e estrutura do espaço público. O equacionamento do espaço público protagoniza esta passagem, uma vez que é através daquele que se realiza a pretensão da transformação social, operada, pelo governo, como um todo em simultâneo com a forma urbana e a distribuição da sociedade, essencialmente dividida entre as funções domésticas e as públicas.

<sup>108</sup> As “Combination Acts” de 1799 e 1800, no Reino Unido, tornaram ilegais associações e sindicatos, até 1825.

<sup>109</sup> Choay, 1965, p.447.

<sup>110</sup> Esta diferenciação propõe definir uma síntese disciplinar para o urbanismo depois de um período crítico da cultura e política económica no Ocidente do pós-guerra.

<sup>111</sup> Ao lado de Tony Garnier e Walter Gropius.

***A cidade é o símbolo da sociedade – de saúde mútua e cooperação amigável, de paternidade, maternidade, irmandade, de relações próximas entre homens – de ampla e expansiva empatia – das ciência, arte, cultura e religião.***<sup>112</sup>

Howard, 1898, p.5

***Vós sois o primeiro a consagrar o betão armado. Vós exprimistes o verdadeiro espírito da nossa época.***<sup>113</sup>

Le Corbusier a Tony Garnier. Garnier, 1988

Até à Primeira Guerra, dois autores substanciais tomam destaque na articulação das teorias sociais vigentes com a formulação teórica no planeamento urbano. Por um lado, Ebenezer Howard, no Reino Unido, por outro, Tony Garnier, na França.

Segundo Osborn<sup>114</sup>, a publicação do livro de Howard<sup>115</sup> coincidiu com as primeiras experiências em tração elétrica (Howard, 1970, p.15). É num contexto de de programação do trabalho e produção industriais que Howard descreve como o processo de urbanização sofreu uma expansão periférica pouco económica, com desvantagens socioeconómicas desumanizadoras, associada àqueles meios de transporte rápidos. Em colaboração tácita com as empresas privadas na implementação das vias de comunicação e transporte, as políticas urbanas nos Reino Unido, na transição para o século XX eram independentes de qualquer orientação socialista na organização geral. Fundada a Associação da Cidade Jardim (Garden City)<sup>116</sup> em 1898, Howard prosseguiu a luta política, social e jurídica pela integração de vários conceitos no planeamento da cidade, que não sendo inovadores, começavam a alcançar uma solidez disciplinar e científica que caracterizou as primeiras experiências urbanísticas, desenvolvidas em função das suas primeiras teorizações no planeamento urbano. No seu livro, dividido em treze capítulos, Howard aborda as questões do planeamento moderno, relacionadas com a industrialização das cidades, propondo novas formas administrativas e de gestão financeira, que incluía uma relação entre a administração pública e a sociedade civil local.

---

<sup>112</sup> Tradução da autora de: "The town is the symbol of society – of mutual health and friendly co-operation, of fatherhood, motherhood, brotherhood, sisterhood, of wide relations between man and man – of broad, expanding sympathies – of science, art, culture, religion." Hall, Ward, 2002, p.18.

<sup>113</sup> Tradução da autora de: "vous êtes le premier qui avez consacré le béton armé. (...) vous avez exprimé le véritable esprit de notre époque."

<sup>114</sup> Ver referência a Osborn, em anexo.

<sup>115</sup> Ebenezer Howard (1850-1928), urbanista inglês, apresentou o seu livro "Garden-Cities of tomorrow", em 1902, depois da primeira edição em 1898.

<sup>116</sup> Esta associação sem fins lucrativos corresponde à actual "Town and Country Planning Association" (TCPA).

***Segue que o reformador deve considerar em primeiro lugar como pode a terra ser melhor usada para servir o Homem. Mas, novamente aqui, os nossos amigos, os Socialistas, esquecem o ponto essencial. O seu declarado objetivo é fazer da sociedade a proprietária da terra e de todos os instrumentos de produção; mas tendo sido tão ansiosos em defender simultaneamente os dois pontos do seu programa, acabaram por ser um pouco lentos demais em considerar a importância especial da questão da terra, e, assim, perderem o verdadeiro caminho da reforma.***<sup>117</sup>

Howard, 1970, p.136

Howard, influenciado por reformadores agrários<sup>118</sup> georgistas que propunham a propriedade coletiva da terra (Howard, 1970, p.126), pela escola de Morris e Ruskin e pelas publicações socialistas<sup>119</sup>, desenvolveu uma proposta organigramática, enquadrando todas as vantagens de cada uma das teorias sociais emergentes no que se referiam à utilização do solo e respetiva transformação dos recursos naturais. Howard estabeleceu princípios de organização urbana, de natureza territorial, enquadrando índices e programas funcionais diferentes para uma determinada quantidade de população. Determinou a relação entre a capacidade produtiva e a satisfação das necessidades locais o que, segundo o próprio, implicava que cada cidade se desenvolvesse até ao seu limite ideal (Howard, 1970, p.142), obrigando, subsequentemente à implantação de outro polo urbano com os mesmos meios e edifícios institucionais (Howard, 1970, p.140). Propôs um método financeiro de recuperação das rendas para a criação de fundos de investimento em obras públicas, pagamento de pensões a idosos e manutenção de um estado de segurança social. Como Hall e Ward sublinham (Hall, Ward, 2002, p.26), o esquema formal

---

<sup>117</sup> Tradução da autora de: "it follows that the reformer should first consider how best the earth may be used in the service of man. But here again our friends, the Socialists, miss the essential point. Their professed ideal is to make society the owner of land and of all instruments of production; but they have been so anxious to carry both points of their programme that they have been a little too slow to consider the special importance of the land question, and have thus missed the true path of reform."

<sup>118</sup> Em 1879, Henry George (1839-1897), economista e político americano, publica "Progresso e Pobreza", na qual estabelece uma relação entre o investimento público e a rentabilidade do lucro dos privados, especialmente no valor do solo. Segundo George, quanto maior for o investimento das políticas públicas na implantação de equipamentos e serviços públicos maior será o valor do solo no mercado, criando condições para a maior especulação fundiária. Desta forma, George propunha, além da taxação desses lucros, em última análise, a obtenção desses lucros para reinvestimento público ou a redistribuição como dividendos pelos cidadãos. George considerava que a propriedade privada e exclusiva do solo produzia as condições para a manutenção da pobreza, reforçando os monopólios rentistas.

<sup>119</sup> Segundo Osborn, as influências de Howard foram particularmente as lutas pela nacionalização da terra, as reformas agrárias e a organização de sociedades de discussão sobre a utilização e rendimento da terra. Howard progressivamente apresentou os seus argumentos a favor da municipalização das empresas, cujo objetivo primordial seria a criação de uma comunidade ideal, cuja exploração dos rendimentos seria propriedade dos próprios trabalhadores. Hall, Ward, 2002, p.15.

da cidade jardim consistia num investimento vantajoso e seguro para propor aos investidores, que obteriam do investimento uma mais-valia proporcional ao crescimento do sistema. Afastando-se objectivamente do socialismo prodhoudoniano, Howard traduz uma alternativa cooperativa que integra as diferentes classes na manutenção do plano das novas cidades, com a regulação do mercado de solos e o incentivo da iniciativa privada alinhada com os objetivos da cidade-jardim. A visão policêntrica das cidades jardins organizadas circularmente no esquema dos três imanes, e denominada pelo próprio Howard como um “town clueter” (Howard, 1970, p.19), estabelece uma função elementar para o espaço público – interdependência e relação territorial, dividido em diferentes categorias as áreas circulares e concêntricas. Howard concebe que o espaço público corresponderia a todo o espaço entre edifícios, dividido em funções particulares que integram o mesmo sistema de ordenamento territorial. O espaço público ganha um protagonismo pioneiro no esquema de Howard, uma vez que este distingue as diferentes áreas ocupadas, sob formas e tipologias de espaços de circulação, de vegetação e de recreio, mas, por aquele, integrados. A relação geográfica entre o trabalhador e o local de trabalho permite a rentabilização das infraestruturas públicas e da utilização dedicada do espaço de recreio e de reunião pública, a manter como um todo sem divisão de propriedade. Segundo Howard, no capítulo “**Cidades Sociais**” (Social Cities), o novo sentido de reconciliação entre as liberdades individuais e a ação social concertada conduziriam à maior das liberdades jamais alcançada. Através de uma lógica de baixa densidade populacional, o esquema de organização socioeconómica de Howard para a cidade-jardim permitia relativizar o impacto do crescimento populacional e estabelecer uma maior coesão territorial (Howard, 1970, p.152)<sup>120</sup>.

As funções sociais e públicas estabelecidas para cada cidade reconduziram os paradigmas oitocentistas da rua-corredor, introduzindo valências de vizinhança e espaços de recreio alargados e destinados ao exercício exterior e à utilização pelos habitantes como parques. A apropriação pública do solo para a operacionalização do esquema de cinturas livres, permitiu o controlo da expansão física da ocupação urbana, que atribui a cada unidade familiar a possibilidade de ser proprietária da sua habitação, dentro de uma lógica eficiente de transporte interurbano ferroviário<sup>121</sup>. Em contrapartida, segundo Hall e Ward, ao fim de meio século de práticas urbanísticas baseadas na autogestão ou gestão associativa, os investimentos realizados na construção destas cidades, especialmente as da primeira fase (1948-1950), permitiram obter

---

<sup>120</sup> Ver referência a Howard, em anexo.

<sup>121</sup> Segundo Howard, no capítulo Cidades Sociais (“Social Cities”), entre cada cidade e a cidade central existiriam linhas de caminho-de-ferro que permitiriam deslocamentos em menos de cinco minutos. Howard, 1970, p.144.

lucros favoráveis, constatando-se ter sido um **“sucesso financeiro”** (Hall, Ward, 2002, p.67). Apesar do valor do solo ter pontualmente aumentado em função das áreas não construídas que constituíam, na perspetiva liberal dos proprietários, um obstáculo à construção contínua, Howard sublinha as consequências positivas da experiência realizada em Inglaterra, nomeadamente a desconstrução dos monopólios fundiários no centro de Londres e a promoção habitacional a baixo custo com espaço público e serviços coletivos partilhados.

Segundo Wiebenson<sup>122</sup>, Garnier explora as condições oferecidas pela investigação científica na aplicação do betão armado e da produção de eletricidade, sob uma formação académica francesa (Wiebenson, 195?, p.21) e num contexto de regionalização do planeamento territorial, influenciado pelos princípios de descentralização das atividades produtivas para as periferias (Wiebenson, 195?, p.16). Para Garnier<sup>123</sup>, no seu texto **“Uma cidade industrial”**, publicado em 1917, a cidade coincidia com o trabalho e a organização da produção industrial, segundo uma lógica de transporte ferroviário e de grande velocidade. Há semelhança de Howard, Garnier estabelece um modelo de cidade, que segundo o **próprio “é uma imaginação sem realidade”** (Garnier, 1988, p.14), no qual insere uma população de 35 mil habitantes. Garnier apresenta a cidade definida nas suas funções sociais e económicas, centralizando aquelas que se referem aos serviços e infraestruturas públicas, não definindo formalmente para estas uma expressão arquitetónica monumental<sup>124</sup>.

Garnier influenciará a construção de uma escola francesa de planeamento moderno, que a par das alemã e inglesa, sob um contexto intelectual e académico diferente, produzirão as primeiras teorias de urbanismo, como disciplina autónoma e metodologia própria. Segundo Choay, cada uma destas escolas destaca-se pela relação disciplinar da arquitetura e do planeamento urbano com a realidade científica da produção industrial e o redirecionamento da educação académica segundo os estilos formais. Entre as duas guerras, o modelo da cidade industrial repercutir-se-á, especialmente, na obra manifesto de Le Corbusier<sup>125</sup> e de Hilberseimer. Mais tarde, Frank Lloyd Wright, nos EUA, produzirá um discurso, de igual natureza holística, mas defendendo uma lógica de produção agrícola expansiva.

---

<sup>122</sup> Dora Wiebonson (1926-?), historiadora de arquitetura estadunidense, publicou “Tony Garnier – The Cité industrielle”.

<sup>123</sup> Tony Garnier (1869-1948), arquiteto e urbanista francês, desenvolveu um modelo de cidade industrial que exibiu em 1909, na Escola de Paris, e publicou em 1917, depois de finalizar os seus estudos e aceder à academia.

<sup>124</sup> Segundo Vidler, Garnier conheceu a obra “La république romaine: les conflits politiques et sociaux”, da autoria do historiador Gustave Bloch (1848-1923), publicada em 1913. Ver referência a Garnier, em anexo.

<sup>125</sup> Le Corbusier contactou com Garnier desde 1905. Weibonson, 195?.

## **AS FUNÇÕES PÚBLICAS NO ESPAÇO URBANO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO**

*Mas após a revolução industrial, na Europa como nos Estados Unidos e especialmente nas expansões burguesas europeias da segunda metade do século XIX, realizadas em cidades mediterrânicas de urbanização mais atrasada, vem a tornar-se no instrumento pragmático de um crescimento urbano explosivo, cilindrando os vínculos da propriedade fundiária tradicional e ampliando a oferta de solo urbanizável a favor da nova procura capitalista que descobre a actividade imobiliária como campo de eleição para acelerar a acumulação.*<sup>126</sup>

Portas, 2005, p.69

Em Paris, o novo espaço público planeado, entre as décadas de 1850 e 1870, revelaria o trabalho reformista das novas instituições públicas que estabeleceram o território urbano como espaço de conformação da finalidade primordial – o interesse público fundado na manutenção do Estado e na propriedade privada, apesar dos processos exaustivos de expropriação que garantiram o aumento de área pública dentro da malha urbana antiga.

Em “**Hausmann: Paris transformed**”, Saalman<sup>127</sup> descreve a construção da ética social do Estado francês sob o governo de Napoleão III, baseada na economia liberal e no conservadorismo político. O controlo das populações pobres pelas corporações industriais e o planeamento do espaço público, tendo o solo e o subsolo como infraestrutura de domínio público, representa uma solução técnica ao serviço de uma abordagem política que pretende produzir um tipo de público social, policiado e medicalizado. Simultaneamente, garantir meios de subsistência, evitando a revolta popular e reduzindo as tensões entre a pequena burguesia, que se opunha às propostas de esvaziamento e às expropriações forçadas nos perímetros parisienses.

Segundo Haussmann,

*O Serviço de Polícia tinha origem na aplicação do Decreto 12 de Messidor VIII, juntamente com a regulação e supervisão do tráfego em todas as vias públicas de Paris, e integrava também a limpeza, a rega e a*

---

<sup>126</sup> Texto publicado em 1980.

<sup>127</sup> Publicação do historiador alemão Howard Saalman, nascido em 1928, de 1971. Saalman, 1971.



***iluminação das lâmpadas de Paris, a decisão sobre os alvarás e os mostradores, etc., etc.***<sup>128</sup>

Hausmann, 1893, III, p.11

Com a extensão dos limites urbanos em 1860, Paris duplicou a sua área urbana (Hausmann, 1893, III, p.386). O plano de Paris idealizado por Hausmann contempla essencialmente a relação entre o centro administrativo e as novas periferias, estabelecendo uma máquina de controlo e gestão sanitária que integra valências técnicas territoriais, nomeadamente iluminação pública, abastecimento de águas<sup>129</sup>, saneamento, cemitérios, estacionamento e parques públicos. Segundo Choay (1975) e Saalman (1971) os espaços públicos destinados à vegetação constituiriam uma novidade perante a anterior utilização controlada dos jardins reais, pelos quais era devida taxa de utilização (Hausmann, 189, III, p.175).

***A criação de passeios, parques, jardins, praças, especialmente designados para o uso público estava sem exemplo, antes da segunda metade deste século. Constantemente preocupado com o que poderia contribuir para a melhoria da condição das classes menos favorecidas de fortuna, e particularmente consciente tanto das condições de saúde como de bem-estar das populações urbanas, o imperador Napoleão III deu o impulso que todos conhecem, a este empreendimento útil, do qual os resultados são visíveis e estão para admiração dos estrangeiros.***<sup>130</sup>

Hausmann, 1893, III, p.172

A criação de uma estrutura de parques e massas de vegetação constituíam um novo paradigma que deixava à população em geral a sua utilização e a propriedade ao município, estabelecendo anéis de espaços verdes entre as áreas habitacionais. Associado aos parques públicos, todo um sistema de controlo de fontanários, sanitários públicos e zonas de “mise en scène” que instituíam uma apropriação individual e social do espaço público, resultava do

---

<sup>128</sup> Tradução da autora: “La Préfecture de Police avait, par application du Décret du 12 Messidor na VIII, en même temps que la réglementation et la surveillance de la circulation sur toutes les voies publiques de Paris et du Département, le nettoyage, l'arrosage et l'éclairage de celles de Paris, la délivrance des permis de saillie, d'étalage et autres du même genre, etc., etc.”.

<sup>129</sup> Um dos canais de abastecimento de água até Paris provinha de Yonne.

<sup>130</sup> Tradução da autora: « La création de Promenades, parcs, jardins, squares, spécialement affectés à l'usage du Public, est à peu près sans exemple, avant la seconde moitié de ce siècle. Constamment préoccupé de ce qui pouvait contribuer à l'amélioration du sort des classes les moins favorisées de la fortune, particulièrement soucieux des conditions de santé, comme aussi, de bien-être, des populations urbaines, L'empereur Napoléon III donna l'impulsion que tout le monde connaît, à cette entreprise utile, dont les résultats sont visibles et font l'admiration des étrangers. » Hausmann, 1893, III, p.172.

<sup>130</sup> Ver referência a Jean-Charles-Adolphe Alphand, em anexo.

esforço criativo de uma geração de engenheiros e jardineiros, nomeadamente Alphand, Belgrand<sup>131</sup> e Deschamps<sup>132</sup> que tiveram na renovação da região de Paris o seu campo prático. A instalação de cemitérios constituiu outro ponto de conflito, uma vez que Haussmann propunha a implantação de cemitérios e equipamentos de inumação a vários quilómetros de Paris, servidos por vias próprias (Saalman, 1971, p.20).

Conforme Benevolo, Haussmann caracteriza-se pelo **“protótipo do urbanista como operador especializado”** (Benevolo, 1981, p.139), que, no sentido em que se inibe de politizar o plano de trabalhos urbanísticos, transfere dos decretos a transformação do solo, e propõe a revenda dos terrenos, de forma a obter compensação pelos investimentos realizados pelo erário. Esta situação é referida por Haussmann no segundo tomo das suas memórias<sup>133</sup>, o qual assume que tal proposta se revela inoperante tendo em conta a natureza do regime. Saalman define o trabalho de Haussmann como a expressão da sua idealização burocrática, assente numa conceção barroca do espaço urbano, que se distribui entre os principais edifícios de equipamentos públicos (Saalman, 1971, p.16).

***É à iniciativa do Imperador Napoleão III que são devidos as magníficas doações do Bosque de Boulogne e de Vincennes realizados pelo Estado à cidade. (...) A sua memória, entretanto caluniada, merece ser abençoada por toda a população da cidade que tem, nestes embelezamentos frutíferos, todos estes espaços verdes, provedores de saúde, defensores da vida humana, cuja influência benéfica se estende gratuitamente em áreas de descanso e de recreação para os trabalhadores e suas famílias.***<sup>134</sup>

Haussmann, 1893, III, p.173

No terceiro tomo das suas memórias, publicadas apenas em 1890, e um ano antes da sua morte, Haussmann encarrega-se de explicar a diferenciação administrativa das vias gerais e do Estado e as vias locais parisienses sob jurisdição do governo civil e da polícia. Haussmann explica como propôs a triangulação do solo da antiga Paris, para que as novas vias públicas

<sup>131</sup> Eugène Belgrand (1810-1878) foi um dos engenheiros responsáveis pelo sistema de esgotos em Paris, que quadruplicou em 17 anos a capacidade dos canais de saneamento, bem como o número de habitações servidas pelo abastecimento de água potável.

<sup>132</sup> Jean-Pierre Barillet-Deschamps (1824-1873) foi o jardineiro responsável pela divisão de “Passeios e plantações de Paris”, nomeado diretamente por Haussmann para colaborar com Alphand.

<sup>133</sup> Ver referência a Haussmann, em anexo.

<sup>134</sup> Tradução da autora de: “Sa mémoire, tant calomniée, mériterait d'être bénie par la population entière de la ville qu'il a dotée de ce féconds embellissements, de tous ces espaces verdoyants, dispensateurs de salubrité, défenseurs de la vie humaine que leur influence bienfaisante prolonge, offrant par surcroît, des lieux de repos et de plaisance aux travailleurs et à leurs familles.”

**Paris resulta de uma cidade envolvida numa efetiva colaboração entre os interesses urbanos comerciais e um estado incrivelmente centralizado.<sup>7</sup>**

Saalman, 1971, p.46

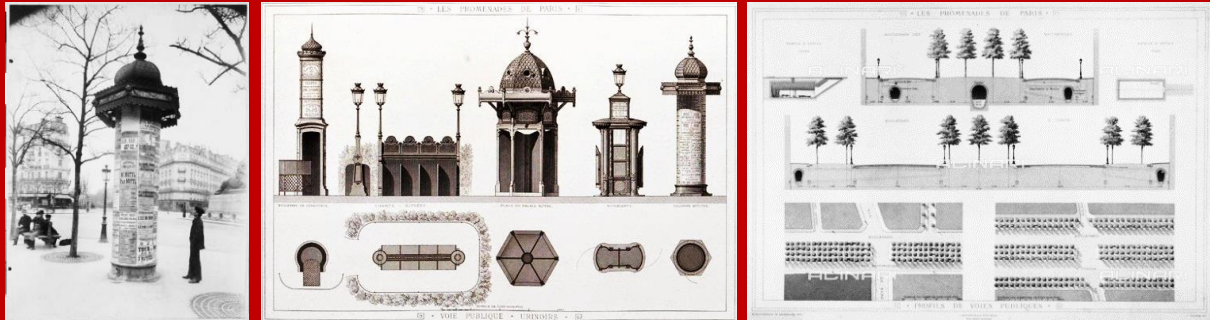


Fig. 17 Fotografia do fotógrafo Eugen Atget, de 1877, de uma coluna publicitária em Paris, cuja primeira concessão foi atribuída a Gabriel Morris, em 1868. Projeto de urinóis no plano da Via Pública de Paris, sob direção de Adolphe Alphand. Pojeto de perfil das ruas e avenidas, no plano da Via Pública de Paris, sob direção de Adolphe Alphand.

Fonte: <http://blogs.paris.fr/histoiresdeparis/2012/08/06/la-colonne-morris/>, em 7 de Outubro de 2016; <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2015/02/o-jardim-que-foi-primeiro-da-cidade-2.html>, em 7 de outubro de 2016; Sulpice, Hochereau, Emile Dardoize. "Les Promenades de Paris par A. Alphand, J. Rothschild, éditeur, 1868 - profils de voies publiques". Embossment. Paris, Musée Carnavalet., Roger-Viollet/Alinari, Musée Carnavalet em <http://www.alinariarchives.it/en/search?isPostBack=1&query=%22Sewer%22>, em 7 de Outubro de 2016.

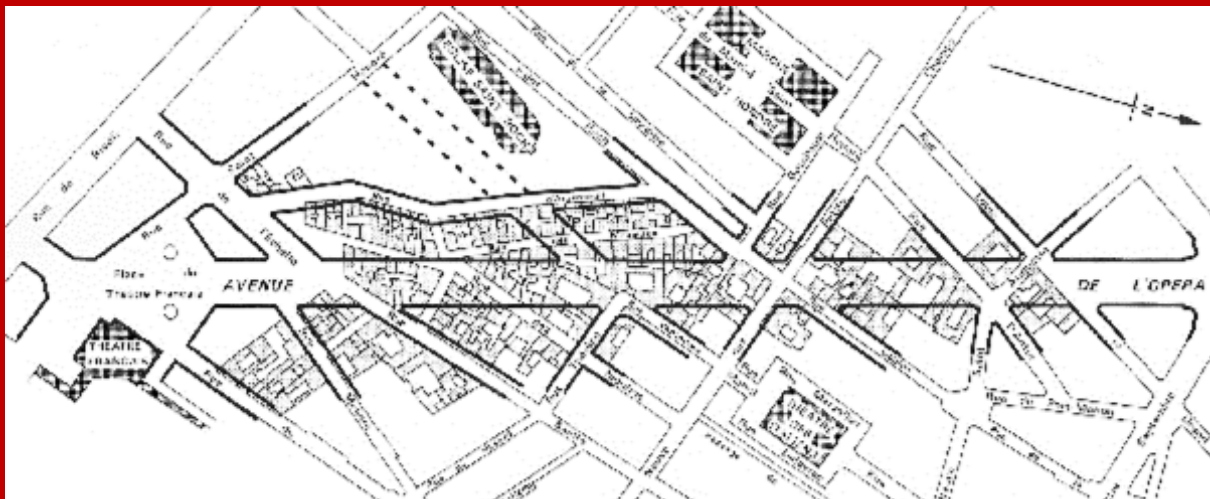


Fig. 18 Plano de parte da Paris com as triangulações com a Avenida da Ópera e respetivas expropriações, em 1876.

Fonte:

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/23/Proclamation\\_de\\_l'Empire,\\_%C3%A0\\_l'H%C3%B4tel\\_de\\_ville,\\_le\\_2\\_d%C3%A9cembre\\_1852.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/23/Proclamation_de_l'Empire,_%C3%A0_l'H%C3%B4tel_de_ville,_le_2_d%C3%A9cembre_1852.jpg), em 5 de Outubro de 2016; Benevolo, 2005, p.591.

<sup>7</sup> Tradução da autora: "Paris as a city evolved from the effective collaboration of urban commercial interests and an increasingly centralized state."

fossem integradas com as vias existentes num plano geral de conjunto, apesar da diferente jurisdição das infraestruturas e dos diferentes investimentos entre o município e o capital do tesouro nacional. No V capítulo do terceiro tomo, atribuído à “**Via Pública**”, Haussmann especifica a criação do “**Serviço de Via Pública**” (Haussmann, 1893, III, p.133), diferenciando-o do “**Departamento de Estradas de Paris**”, sendo que aquele estaria dividido em dois sectores com um engenheiro chefe cada e ao qual estaria destinado gerir as aquisições, determinar direitos de passagem, especificar os alinhamentos e as divisões subterrâneas, para efeitos de venda, acompanhar a manutenção de todo o tipo de vias, a limpeza destas bem como administrar a rega e a iluminação (Haussmann, 1893, III, p.18). Neste capítulo, Haussmann salienta exaustivamente a administração dos diferentes departamentos que gerem a concessão dos espaços públicos, a iluminação, a pavimentação e o tipo de material apropriado às calçadas para circulação de pessoas, carroças e cavalos, o abastecimento de água e as taxas de estacionamento, bem como os custos de construção e manutenção dos mesmos. Segundo o próprio, em 1870, no fim da sua administração, Paris contava com 845 km de via pública, correspondentes a cerca de 1300 hectares de área (Haussmann, 1893, III, p.14). Quanto à iluminação das vias públicas<sup>135</sup>, Haussmann propunha uma redução drástica dos preços praticados pelos fornecedores de gás, uma vez que estes deteriam um monopólio lucrativo, obrigados, por norma, à criação de uma associação de fornecedores. Outros serviços são extensivamente descritos nas suas memórias, nomeadamente os responsáveis pelas infraestruturas de subsolo, como as águas e o gás, associados aos planos de plantação de árvores ladeando os limites das vias públicas. Descrevem-se ainda a colocação de peças de mobiliário, candeeiros, quiosques, urinóis e mais tarde as colunas cilíndricas publicitárias e patenteadas por Morris<sup>136</sup>, a quem Haussmann entregou o monopólio de instalação por quinze anos. A publicidade comercial autorizada pelos serviços da polícia exigia a publicação de informação de carácter público e institucional, limitando as inscrições avulsas e tornando subversivos os danos causados pelas mesmas nas paredes confrontantes com a via pública.

Segundo Saalman, as operações imobiliárias proporcionadas pela extensão do espaço público e vias de comunicação constituíram uma necessidade intransponível de crescimento

---

<sup>135</sup> Segundo Haussmann, os pontos de iluminação pública em Paris aumentaram cinco vezes, entre 1789 e 1830. Durante o seu mandato, foram instaladas mais de 20 mil lâmpadas de gás. Haussmann, 1893, III, p.154.

<sup>136</sup> Em 1868, Gabriel Morris ganhou o concurso de concessão de um suporte publicitário para instalar no espaço público de Paris, promovido pelo diretor de espetáculos Félix Baciocchi, posteriormente diretor do Teatro do Império. Desde 1854, já existiam em Berlim, suportes cilíndricos para publicidade autorizada, concebido por Ernst Litfaß, cuja licença foi dada pelo chefe da polícia berlinense Karl Ludwig von Hinkeldey. Posteriormente, a patente das colunas Morris foi adquirida pela JCDecaux.

*Não a mais corpos na morgue, nem assaltos noturnos, e quase nenhum roubo. De facto, pela primeira vez desde 1848, as ruas de Paris são seguras, e sem qualquer tipo de polícia sequer.*<sup>8</sup>

Marx, 1871

*A perpétua reformulação da paisagem geográfica do capitalismo é um processo de violência e dor.*<sup>9</sup>

Harvey, 1989, p.193

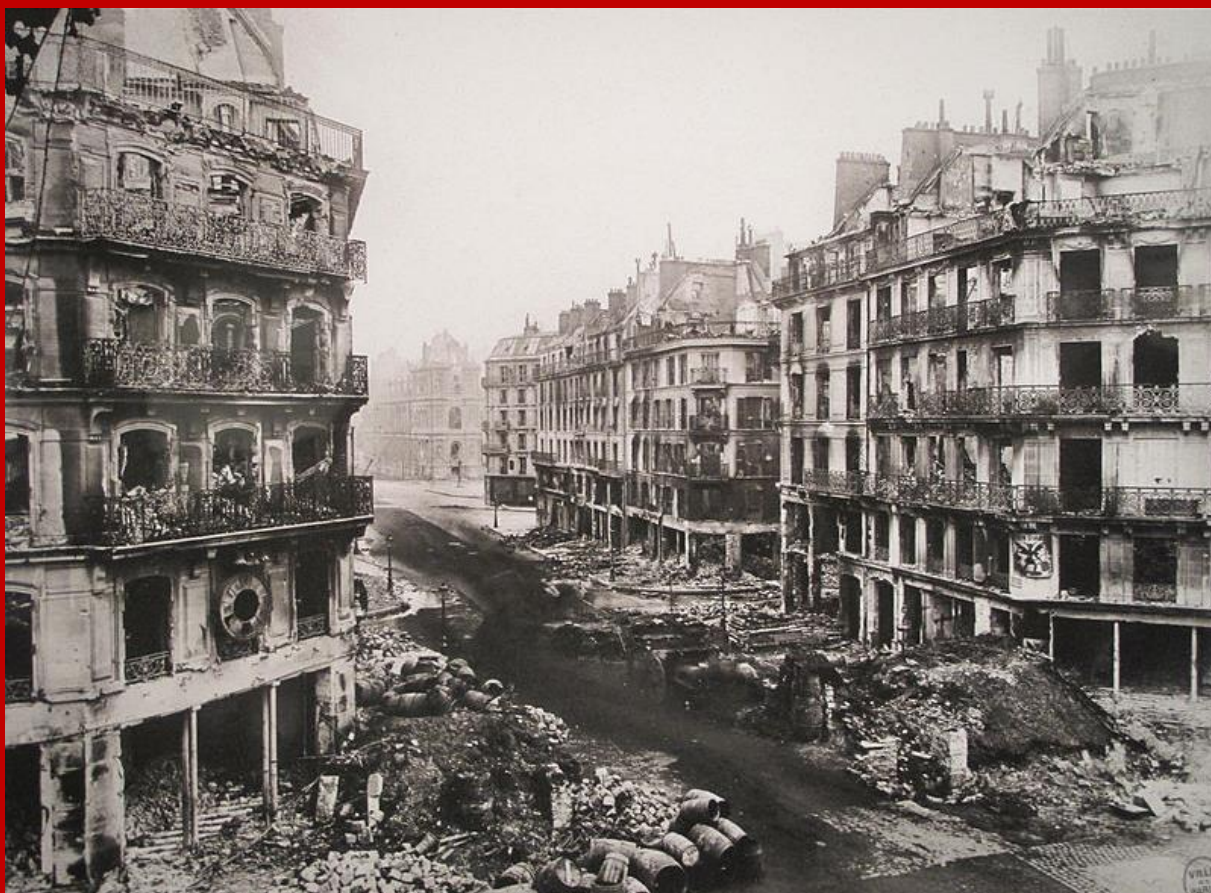


Fig. 19 Fotografia do fotógrafo Charles Marville (1813,1879) da Rua do Rivoli, depois das disputas da comuna, nas traseiras do edifício do Município de Paris, em Maio de 1878.

Fonte: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/54/Paris\\_Commune\\_rue\\_de\\_Rivoli.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/54/Paris_Commune_rue_de_Rivoli.jpg), em 6 de Outubro de 2016.

<sup>8</sup> Tradução da autora de: "No more corpses at the morgue, no nocturnal burglaries, scarcely any robberies; in fact, for the first time since the days of February 1848, the streets of Paris were safe, and that without any police of any kind."

<sup>9</sup> Tradução da autora de: "The perpetual reshaping of the geographical landscape of capitalism is a process of violence and pain"

capitalista, apesar das pressões dos ministros de Napoleão III sobre Haussmann, cujo interesse residia na rentabilização do solo periférico destinado aos bosques e jardins públicos. O espaço público da “**cabeça da civilização moderna**” da “**cidade modelo**”, da “**rainha do mundo**” (Haussmann, 1893, III, p.434) integrou parte de uma transformação morfológica urbana que o próprio Haussmann caracteriza de múltipla e necessariamente enquadrada numa visão global e regional para o espaço urbano. A transformação do solo privado em solo público, nomeadamente pela apropriação pública do cadastro e a criação de espaços acessíveis e de domínio público foi permanentemente contestada pelos interesses privatistas que Harvey sublinha como parte de um processo violento próprio da urbanização do capitalismo (Harvey, 1989, p.193). Limitada pelos acontecimentos da década de setenta, 60% da construção da Paris na atualidade teve origem na reformulação de Haussmann.

***O homem não vive para si: vive para a família, para a sociedade. Assim, ainda que ame e busque a certas horas e em certas ocasiões o retiro e o isolamento, ama também e busca a companhia, ora com os indivíduos da própria família ora com as pessoas fora desta, com quem une laços de amizade ou de interesse.***<sup>137</sup>

Cerdá, 1867, P.427

A publicação da “**Teoria Geral de Urbanização**” por Cerdá<sup>138</sup> constitui um marco histórico na produção de conhecimento sobre a cidade, colocando-se, como Choay o faz, no mesmo patamar de “**uma síntese estrutural das figuras do tratado, da utopia e do discurso científico,**” (Choay, 2007, p.254). Cerdá introduz um vocabulário próprio de uma disciplina cuja pretensão científica se constrói apoiada pela mecânica e as técnicas de comunicação, promovendo a segunda revolução urbana, à qual Ascher atribui a criação do urbanismo (Ascher, 2012, p.60).

---

<sup>137</sup> Tradução da autora: “El hombre no vive para si: vive para la familia, para la sociedad. Así es que, al paso que ama y busca á ciertas horas y en ciertas ocasiones el retiro y el aislamiento, ama también y busca hasta con afán la compañía, ora con los individuos de su propia familia, ora con las personas de fuera de ella, con quienes le unen lazos de amistad ó de interés.”

<sup>138</sup> Ver referência a Cerda, em anexo.



É no livro II que Cerdá aborda o carácter público das cidades gregas<sup>139</sup> e romanas<sup>140</sup>, associando às primeiras a formação de uma opinião pública e partilhada por força da natural congregação dos habitantes, onde a posterior formação de uma classe política favorecia a acumulação de riquezas, especialmente pelo fomento regulado e taxado do comércio. Sobre as cidades romanas, que denomina de “urbe”, Cerdá define-as como uma **urbanização “expansiva, liberal, ruralizada”** que identifica a liberdade política com a independência económica propiciada pela propriedade rural, pela produção própria, tomando como exemplo o caso considerado virtuoso de Cincinato, durante os primeiros tempos da República Romana. No Livro III Cerdá esclarece, quanto aos caminhos entre propriedades, a sua transformação em caminhos públicos de serviço e policiamento público, tendo em conta a sua regularização, uma vez que constituiria uma “ignomínia” a condição tortuosa de grande parte das vias municipais. Aqui também estabelece diferentes denominações para as vias tendo em conta o seu calibre, forma e função, atribuindo-lhes classes e descrevendo-as. (Cerdá, Livro III, p.279).

Para Cerdá, a programação da urbanização deve considerar fundamentalmente o espaço público destinado ao serviço de movimento da coletividade e suas relações recíprocas. Contudo, sublinha a dificuldade em encontrar vias em condições materiais para utilização, uma vez que as mesmas partiram de intenções primordiais que já não enquadram a realidade funcional coeva (Cerdá, Livro III, p.301). Sobre o subsolo, Cerdá categoriza ainda as diferentes infraestruturas existentes e a criar que devem constar da urbanização, com especial destaque para as condutas e condutores de água, gás e eletricidade (Cerdá, Livro III, p. 314). Sobre o solo, Cerdá enuncia a grande transformação introduzida pela iluminação exterior noturna elétrica e a gás, “situação desconhecida” aos antigos habitantes. Inicialmente, a colocação de iluminação exigia a utilização das paredes privadas, cuja taxa era realizada pelo município aos proprietários em função do seu préstimo ao público. A iluminação de rua, colocada no próprio leito das vias permitiu estabelecer uma regularidade que incrementou a segurança rodoviária. Cerdá critica ainda a taxação privada das casas de banho em espaço público como fonte de rendimento uma vez que as mesmas seriam implantadas por particulares.

---

<sup>139</sup> Para Cerdá, as cidades gregas, pela sua geografia e diferentemente dos aglomerados asiáticos, obrigavam ao encontro e ao estabelecimento de uma força colectiva, inclusive dentro de fortificações. (Cerdá, 1867, Livro II, p.148) Sobre Cartago, critica a distinção do espaço urbano de propriedade da aristocracia do dos restantes habitantes, sendo que naquele se reservava reduzida parte para o espaço público de uso comum (Cerdá, 1867, Livro II, p.150). Para Cerdá a abolição do poder monárquico constituiu uma necessidade de estabelecimento de instituições populares por força da revolta e da luta das populações que cresciam e se acumulavam.

<sup>140</sup> Sobre Roma, Cerdá descreve o crescimento do Estado com a manutenção da propriedade e a atribuição do voto aos plebeus. A construção de um espírito público verificava-se na manutenção de um espaço público de congregação, onde a decisão política era tomada segundo os interesses comuns. A praça pública servia esta reunião pública dos cidadãos, exclusiva aos decisores políticos.

Cerdá dá-nos uma visão pragmática e multidisciplinar do planeamento que deve conter na nova forma urbana que propõe princípios para o desenho do espaço público. É através da eficácia desse desenho que se proporcionará a circulação plena. Contudo, sublinha que a regularidade geométrica exigida pelos regulamentos para o desenho do espaço público se deve afastar do tecnicismo prático, uma vez que à teoria precede o bem público e a comodidade geral (Cerdá, Livro III, p. 322). É à administração municipal e estatal que cabe o papel de **“agente da grande família ou colectividade urbana”** (Cerdá, Livro III, p. 426), dentro da qual se distinguem claramente os espaços públicos e de utilização pública e os espaços da economia doméstica, reservados aos edifícios de habitação. Estes últimos devem ser igualmente organizados segundo a lógica da infraestruturação higienista, desde o subsolo até à cobertura, mas tal regulamentação só se aplica no caso de confinarem diretamente com a via pública, onde a administração exerce o seu poder de decisão.

***Encontramos nas urbes obras e atos que não procedem do indivíduo. Nem da família, nem do proprietário, nem do inquilino, e não se limitam à via pública, nem se dirigem exclusivamente às intervias públicas, mas que abarcam simultaneamente, sob sua influência, todas as entidades morais e materiais que a urbe inclui. Quem é a que se apresenta, por assim dizer, em todas as partes e procede pelo bem de todos, e para estabelecer a harmonia de todo o conjunto, pois quaisquer que sejam os resultados, essa é a sua intenção? Nós, que ao tratar do funcionamento urbano temos de combinar as diferentes performances que encontramos na urbe, não podemos deixar de nos encarregar dessa função, que pode dizer-se geral, e que precede de um ser invisível e protetor, por mais que se valha de agentes materiais, e produz efeitos muito palpáveis.***<sup>141</sup>

Cerdá, Livro III, p.651

---

<sup>141</sup> Tradução da autora de: “Encontramos en las urbes obras y actos que no proceden del individuo. ni de la familia, ni del propietario, ni del inquilino, y que no se limitan á la via pública, ni se concretan al intervias, sino que abarcan simultáneamente bajo su influencia á todas las entidades morales y materiales que la urbe encierra. ¿Quién es el que de esta suerte se presenta, por decirlo así, en todas partes, que así obra y procede en bien de todos, y como para establecer la armonía en todo el conjunto, pues cualesquiera que sean los resultados, la intención visible es esta? Nosotros, que al tratar de la funcionomia urbana, hemos de consignar toda suerte de funcionamientos que en la urbe encontremos, no podemos menos de hacernos cargo de ese funcionamiento, que puede llamarse general, y que se diría que procede de un sér invisible y protector, por mas que se valga de agentes materiales, y produzca efectos muy palpables.” Cerdá, Livro III, p.651.



*Uno de los objetos preferentes á que consagran su celo las Administraciones municipales, es á no dudarlo, la higiene pública.*

Cerdá, 1968, p.667

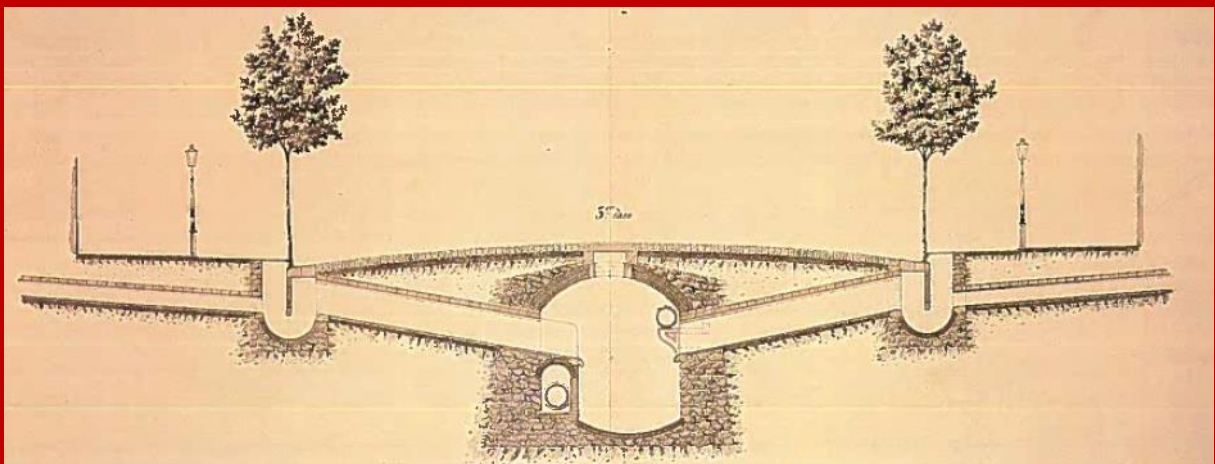


Fig. 20 Desenho do Atlas do AnteProjecto Tipo de Barcelona, publicado em 1855, propondo o serviço central de recolha de águas nas avenidas de 35 m de largura.

Fonte: <http://portoarc.blogspot.pt/2013/07/caracter-genio-e-costumes-dos.html>, em 19 de Setembro de 2016; Cerdá, 1994, p.75.

O contributo de Cerdá na construção teórica pré-urbanista corresponde ao empirismo da regulamentação urbanística pela administração pública como um precedente do planeamento da cidade em processo de metropolização e regionalização<sup>142</sup>. Neste sentido, Cerdá sublinha todos os elementos necessariamente complementares à manutenção do espaço de circulação e de comercialização, que lhe garantam segurança e conforto. Cerdá propõe regular a iluminação, o tipo de pavimentação e o conjunto de ângulos de curvatura adaptados ao automóvel, nomeadamente com a subjugação da forma dos edifícios ao perfil da rua, aos cruzamentos e aos diferentes tipos de circulação e inflexão realizados pelos peões e pelos veículos de tração. Cerdá sublinha ainda a correspondência entre o desenvolvimento da indústria de metalúrgica e de prefabricação de objetos e produtos com a sua implantação em grande escala no espaço próprio do domínio que se tornaria obrigatoriamente público. Atribuindo à indústria o interesse primordial de regularização das vias, Cerdá assume a precedência do interesse público nos interesses particulares de promoção industrial e imobiliária, para o desenvolvimento da cidade segundo os seus parâmetros e a sua necessidade de mercantilizar o processo de produção urbana. Conforme Cerdá, o espaço público deve ser um sistema de serviço às diferentes funções coletivas e privadas da sociedade, correspondendo no seu modelo urbanístico aos limites perimetrais da propriedade que com aquele confinam. Por outro lado, Cerdá assume que a função viária e a infraestrutural se sobrepõem a outras funções urbanas, verificando-se sempre na separação efetiva de áreas que assim resultam circunscritas<sup>143</sup>. A proposta de intervias, que permite a existência das “manzanas” ou das “islas” (Cerdá, Livro III, p.364) propõe conjugar a vida doméstica com o espaço público, definindo objetivamente a tipologia de rua e de avenida como formas primordiais de distribuição da circulação e da infraestruturização a todas as habitações que servem. A malha deste sistema reproduz o contexto socioeconómico que divide a família da vida pública, que estabelece a diferença entre o espaço privado e o espaço de sociabilização, proporcionando ao poder administrativo uma função central na organização das atividades humanas.

---

<sup>142</sup> Conforme Cerdá, sobre a expressão territorial da cidade na relação regional que as cidades estabelecem entre si: “Hemos dicho en otra parte que las urbes no viven exclusivamente por sí y para sí, sino que constituyen otros tantos elementos de la humanidad por la cual y para lo cual viven. Son grandes paradores de la economía viária universal, y por consiguiente, en su funcionamiento han de tener medios de comunicatividad con esa economía. Y los tiene en efecto, aunque por desgracia no tan espeditos ni tan buenos, como fuera de desear.” Cerdá, Livro III, p.649.

<sup>143</sup> Cerdá acerca da limitação física das vias: “Haremos notar aquí que las vías todas, cualquiera que sea su naturaleza y gerarquía, siempre producen con sus intersecciones ó incidencias el aislamiento de espacios mas á menos dilatados que circunscriben, espacios que por esta razon se llaman circunscripciones, grandes ó pequeñas, segun sea mayor ó menor la estension del territorio limitado.” Cerdá, Livro III, p.367)

***A nova época com os seus elementos novos, cujo uso e predomínio se estende todos os dias com novas aplicações, acabará por nos trazer uma civilização nova, vigorosa e fecunda, e transformará radicalmente a maneira de ser e de funcionar da humanidade, assim como da ordem industrial, como da económica, como da política e na social e acabará por se apropriar do mundo inteiro.***<sup>144</sup>

Cerdá, Livro I, p.7

O contexto de teorização urbanística de Cerdá corresponde à utopia do espaço público pré-moderno como parte da utopia da organização científica, com a demonstração qualitativa da capacidade do homem programador da sua organização coletiva, direcionada para a população como um novo dado, a gerir. Este processo de programação do quotidiano pelo planeamento do espaço atingiu o seu auge no início do século XX, tendo constituído todo um século de realizações posteriores que se demarcaram das concepções modernas, associadas aos princípios da urbanística moderna. Entre a utopia assente no utopismo humanista e a realidade dos planos desenvolvidos para Paris, Roma, Berlim e Barcelona (Saalman, 1971, p.25) o espaço público foi sempre planeado sob a natureza pública da sociedade acompanhado das funções administrativas do homem como grupo coletivo e do homem como corpo individual, na crescente reprodução social da divisão do trabalho e da especialização técnica.

***Hé aquí las razones filológicas que me indujeron y decidieron á adoptar la palabra "urbanización", no solo para indicar cualquier acto que tienda á agrupar la edificacion y á regularizar su funcionamiento en el grupo ya formado, sino tambien el conjunto de principios, doctrinas y reglas. que deben aplicarse, para que la edificacion y su agrupamiento, lejos de comprimir, desvirtuar y corromper las facultades fúüicas, morales é intelectuales del hombre social, sirvan para fomentar su desarrollo y vigor y para acrecentar el bienestar individual, cuya suma forma la felicidad pública.***

Cerdá, 1968, p. 30.

---

<sup>144</sup> Tradução da autora de: "La nueva época con sus elementos nuevos, cuyo uso y predominio se estiende todos los días con nuevas aplicaciones, acabará por traernos una civilizacion nueva, vigorosa y fecunda, que vendrá á trasformar radicalmente la manera de ser y de funcionar la humanidad, así en el órden industrial, como en el económico, tanto en el político, como en el social, y que acabará por enseñorearse del orbe entero."

## AS FUNÇÕES PÚBLICAS NO ESPAÇO URBANO MODERNO

*O homem caminha em linha reta porque tem um objetivo: sabe onde vai, decidiu ir a algum lugar e caminha em linha reta.*

Le Corbusier, 2000, p.3

Le Corbusier publicou esta afirmação na sua obra **“Urbanismo”**<sup>145</sup>, em 1924, traduzindo um conteúdo disciplinar histórico de reposicionamento da ação de planeamento territorial como o planeamento do espaço público, e, cuja pertinência é pretensa e incessantemente sublinhada pelo próprio autor<sup>146</sup>. Neste paradigma, o espaço público ganha um protagonismo inovador, diretamente relacionado com uma visão holística e organizadora do espaço de conformação das atividades humanas, nas quais a construção do novo coletivismo se constitui como o objeto do planeamento. As funções coletivas eminentes seriam estabelecidas pela relação do homem com o trabalho, condição moralmente inerente ao indivíduo urbano<sup>147</sup><sup>148</sup>, além do repouso, da circulação e do lazer. Logo, a rua, organizadora preferencial de parte da cidade existente, é entendida por Le Corbusier como forma de um conceito disforme à cidade moderna, cujas necessidades são alvo de avaliação e prospeção pelos primeiros tempos da que pouco antes se constituiu como a disciplina do urbanismo.

Conforme Tafuri, em **“Projecto e Utopia”**<sup>149</sup> o lema de Le Corbusier sobre o papel decisório e organizador do arquiteto é **“um imperativo, que liga iniciativa intelectual e “civilisation machiniste”**<sup>150</sup>. Tafuri esclarece a linha divisória entre o fim do utopismo e o assumir pelo planeador territorial do seu papel na programação da produção urbana **“com a finalidade de tornar o público sujeito activo do consumo”**.<sup>151</sup> Para Tafuri, Le Corbusier estabelece-se como o arauto dessa transferência da **“produtividade do espírito”** para a **“programação produtiva”** (Tafuri, 1985, p. 86), instrumentalizando a arquitetura para servir

---

<sup>145</sup> Publicação do teórico, arquiteto e urbanista francês Charles-Edouard Jeanneret, nascido em 1887, de 1924, sob o título original “Urbanisme”.

<sup>146</sup> “Atenção! Se encarmos o problema moderno da rua e enunciarmos a solução, as cidades tremerão sobre as suas fundações, e a era do urbanismo se abrirá, era das grandes obras, era de grandeza.” Le Corbusier, 2010, p.125.

<sup>147</sup> “O trabalho se concentra, acelera seu ritmo. De facto, trata-se exactamente de efectuar todos os dias as trocas de opiniões que fixarão o estado dos mercados e determinarão as condições do trabalho. Quanto mais rápidos forem os meios mecânicos de troca de opiniões, mais rápido se realizará a transação cotidiana. Pode-se admitir que as horas de trabalho diminuirão nos arranha-céus graças ao arranha-céus.” Le Corbusier, 2000, p.181.

<sup>148</sup> “A cidade é um instrumento de trabalho.”. Le Corbusier, 2000, p.VII

<sup>149</sup> Publicação do teórico Manfredo Tafuri, nascido em 195, de 1973.

<sup>150</sup> Tradução da autora: “civilização maquinista”.

<sup>151</sup> Tafuri, 1985, p.86.

a organização da produção socioeconómica, enquanto esta diz respeito a uma nova condição antropocêntrica no espaço humanizado. Esta condição inclui a promoção do indivíduo como sujeito público, como participante de produção e de consumo, tanto do produto imobiliário como utilizador do produto cidade, dos seus serviços e do comércio. Com Tafuri, define-se uma crítica a este contexto entre guerras e pós-guerra na Europa, que coincide com a procura de uma nova natureza pública da cidade, uma condição social do planeamento e a instrumentalização política do plano em favor da utopia realizada territorialmente.

*A arquitectura, chamando o público a compartilhar na planificação, dado que as novas formas já não pretendem ser valores absolutos mas propostas de organização da vida colectiva – a arquitetura integrada de Gropius – faz com que a ideologia do público dê um salto em frente. O sonho socialista romântico de Morris – uma arte feita por todos para todos – toma forma ideológica no interior das leis da mecânica do lucro.*

Tafuri, 1985, p.70

Para Tafuri, a obra de Le Corbusier insere-se no fim de um período extenso de construção teórica moderna, com objetivos revolucionários, onde **“a cidade é o último termo de comparação para a verificação das hipóteses teóricas”** (Tafuri, 1985, p.70)<sup>152</sup>, e no qual inclui contemporaneamente Gropius, Hilberseimer, Mies Van Der Rohe, Mendelsohn, Taut, Tönnies, Frank Lloyd Wright. Na obra teórica daquele modernista, Tafuri destaca o **“modelo urbano”** da propriedade pública do solo e da programação da produção industrial, fazendo depender as opções formais exclusivamente de variáveis da ciência arquitetónica. A dissimulação do conteúdo ideológico liberal é conseguida pela defesa ideal de um interesse público relacionado com a materialização da sociedade pública, da sociedade pretensamente democrática, para a qual a natureza pública do espaço é fundamental. Tafuri argumenta sobre este paradoxo, entre a construção da cidade como espaço próprio da concretização do sistema de produção e consumo e a procura de um espaço cuja **“totalidade do solo disponível para a reorganização unitária e orgânica”** construa a utopia herdada do iluminismo do século XVIII.

---

<sup>152</sup> “Se as primeiras respostas políticas a tal situação mergulham as suas raízes no resgate de um utopismo tradicional que o iluminismo parecia ter liquidado, as respostas específicas dos meios de comunicação visual introduzem um novo tipo de utopismo: a utopia implícita nos feitos realizados, na realidade das “coisas” construídas e verificáveis. É por este motivo que todo ofício do utopismo político oitocentista apenas terá relações mediatas – e abundantemente – com as hipóteses do “movimento moderno”. Tafuri, 1985, p.36-38.

Em Godwin<sup>153</sup>, em Wright<sup>154</sup> e em Lubove<sup>155</sup>, Tafuri identifica a construção destas teorias humanistas, relacionadas com a reaproximação ao território das práticas humanas individuais, num contexto comunitarista e naturalista, cuja sobrevivência e legitimidade **dessa “comunidade orgânica”** (Tafuri, 1985, p.83) foi colocada em causa pelas políticas territoriais do New Deal e, nas cidades europeias, pelo **“elo impessoal da sociedade organizada na e pela grande metrópole”** ((Tafuri, 1985, p.83).

Para Tafuri, deste movimento moderno das teorias de planeamento urbano e territorial, sobra uma estrutura formal de hipóteses de organização urbana que se perdeu na **“realidade do plano”**, onde a ideia deixa de ter capacidade para velar o seu “papel de mediadora entre a utopia e desenvolvimento.” ((Tafuri, 1985, p.93). É desta forma, que Tafuri, propõe realizar uma crítica à materialização do urbanismo moderno, particularmente o estabelecido entre guerras, nos EUA e na Europa, que se viu despedido da sua utopia, que conduzido pela natureza liberal dos agentes transformadores e da elite de técnicos se afastou sucessivamente da **“reestruturação da totalidade do espaço urbano e paisagístico correspondente à exigência de racionalizar a organização global da máquina citadina”** (Tafuri, 1985, p.88).

*No âmbito dos actuais esforços para realizar os desequilíbrios, para ligar indissoluvelmente crises e desenvolvimento, revolução tecnológica e mudanças radicais da composição orgânica do capital, uma perspectiva baseada na pacificação do ordenamento territorial não é “alternativa”, mas anacrónica.*

Tafuri, 1985, p.120

Na formação da cidade capitalista da primeira metade do século XX, o espaço público foi objeto de planeamento desse novo sujeito que é o indivíduo urbano, organizado e colocado no território segundo uma lógica de coletivização mais próxima da normalização dos hábitos, das rotinas e da regulação das atividades individuais e sociais, sob a orientação do planeador, do que da liberdade real e formal. A fidúcia atribuída ao plano, como instrumento de transformação e controlo da transformação, foi superada pelo fim da ilusão **“de uma arquitectura “para uma sociedade libertada””** (Tafuri, 1985, p.121).

---

<sup>153</sup> William Godwin publica “Enquiry concerning political justice” em 1793. Tafuri, 1985, p.82

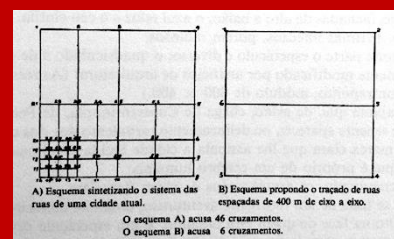
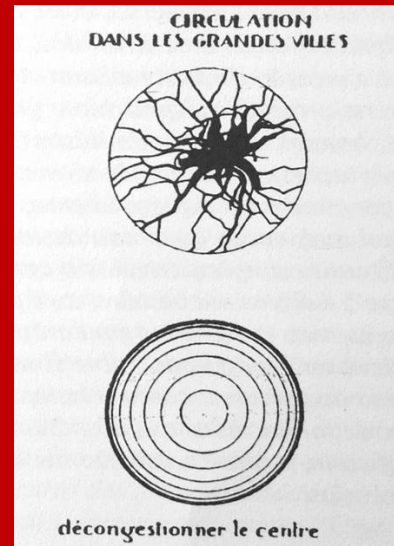
<sup>154</sup> Reiner Banham publica “The wilderness years of Frank Lloyd Wright”, em 1969. Tafuri, 1985, p.83.

<sup>155</sup> Roy Lubove publica “Community Planning in the 1920’s: the contribution of RPAA, em 1963.

Sabiam que os estorvos do trânsito fazem todos perder um tempo enorme; (...) E muitas vezes dentro do carro parado se encontram empresários, homens cujo trabalho proporciona trabalho aos outros homens.

Cumpramos de deixar de considerar o interesse de determinado grupo de habitantes da cidade ou do subúrbio para correr em socorro do interesse público gravemente ameaçado. O aumento do número de veículos é matemático; e ninguém pensa em se queixar disso, pois é sinal de prosperidade e de independência para as pequenas classes que cada vez mais aproveitam-se disso.

Le Corbusier, 2000, p.296-297



Mas os outros homens impelidos por essa força (que é o divino) a criar com o seu espírito e com as suas mãos, colocam a primeira pedra da solidariedade, rompendo com o fato pessoal, criam o fenómeno colectivo.

Le Corbusier, 2000, p.79

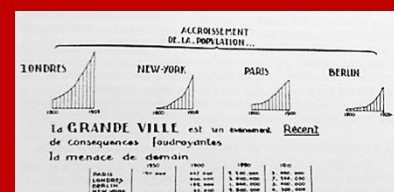


Fig. 21 Esquemas publicados em "Urbanisme", por Le Corbusier, em 1924.  
Fonte: Le Corbusier, 2000, p. 92; p. 165 ; p.77.

Mas, a produção de espaços, sob a idealizada natureza pública da sociedade urbana, tem origem no anterior contexto que Choay, na obra **“A regra e o modelo”**<sup>156</sup>, denomina de **“pré-urbanismo”**, no qual os processos de disciplina do corpo populacional<sup>157</sup> seriam inerentes, ainda que contraditórios, à afirmação do **“projecto ocidental”** (Choay, 2007, p.241). Este projeto é afeto a uma **“moral utilitária”** (Choay, 2007, p.244) que se expressa também na autoridade do espaço construído, formado para seguir regras estabelecidas em nome do bem comum, da saúde pública e da correção comportamental, segundo uma metodologia médica, que se montava disciplinarmente com as ciências naturais e físicas. O modelo da utopia socialista traduz-se em propostas formais, estéticas e construtivas e, posteriormente, de cidade no qual o **“paradigma moreano impõe o seu valor operatório e fundador”** (Choay, 2007, p.249), fundindo regras com modelos, utopia revolucionária com práticas urbanísticas, racionalidade de Estado com confronto de classes, organização holística da sociedade com plano territorial<sup>158 159</sup>. Estas propostas físicas do novo espaço público, cujas dimensões e proporções se tornam diferenciadoras da malha existente, revelam a transferência para a forma construída da idealização da sociedade organizada coletivamente em função das necessidades reinventadas, do utopismo iluminista<sup>160</sup>, para o contexto produtivo do início do século XX. Choay identifica esta transferência com a ficção da figura do tratado que penetra na figura da utopia – relação encetada pelos primeiros sociais utópicos que produziram a cientificização da cidade como urbanismo. Contudo, a cidade construída, segundo a lógica de espaço público e das funções coletivas, seria o território do espaço capitalista de base industrial que promovia a libertação da estrutura fundiária feudal e posteriormente organizava socialmente as classes. Segundo Choay, em **“Urbanismo e Utopias”**<sup>161</sup>, **“a rua seria abolida, não apenas a propósito da nova concepção higienista, mas essencialmente porque representava uma outra época de desordem circulatória”**. (Choay, 1965, p.36) A criação de tipos, protótipos e modelos praticáveis pela indústria da construção e facilmente transportáveis, permitia corresponder às necessidades dessa mesma indústria no que toca à disponibilidade de mão-de-

<sup>156</sup> Publicação de Françoise Choay, nascida em 1925, de 1980. Choay, 2007.

<sup>157</sup> Ver referência a Sociedade e Território, em Foucault, em anexo.

<sup>158</sup> Charles Fourier escreveu particularmente “Teoria dos quatro movimentos”, “Tratado da associação doméstica” e “Novo mundo industrial”, respetivamente em 1808, 1822 e 1829.

<sup>159</sup> O Falanstério seria o instrumento necessário à materialização da perspectiva de associação social de Fourier na sua obra “Teoria da unidade universal”, publicada em 1842.

<sup>160</sup> “das necessidades do consumo público e individual; e deixar a cada um o maior tempo possível para libertar-se da servidão do corpo, cultivar livremente o espírito desenvolvendo suas faculdades intelectuais pelo estudo das ciências e das letras. É neste desenvolvimento completo que eles poem a verdadeira felicidade.” More, 2001, p.97.

<sup>161</sup> Publicação de 1965, onde Choay expõe os textos daqueles que considera como teóricos fundamentais do urbanismo e da teoria do urbanismo.



obra e à disponibilidade de solo urbanizável. É neste complexo de contradições inerentes ao desenvolvimento da produção e à propriedade dos meios que se equilibram os processos de transformação do solo que garantem a espacialização do lugar público, da propriedade pública estabelecida para os interesses de uma comunidade projectada, idealiada.

***Mas se as modalidades da propriedade mudassem, e elas mudam (lei Ribot<sup>162</sup> para o operário, construção de edifícios de aluguel em propriedade de andar etc. ou todas as outras iniciativas privadas ou de Estado, mais ousadas, que pudessem intervir) poderíamos construir, estaríamos entusiasmados em construir e evitaríamos a revolução.***

Le Corbusier, 2002, p.201

Este paradoxo do planeamento do Estado e da natureza pública da cidade que Le Corbusier manobra indistintamente, foi primeiramente enunciado por Marx, no século XIX, especialmente por demonstração dos acontecimentos de 1848. Marx, criticando, entre outros, Owen<sup>163</sup><sup>164</sup> e Fourier<sup>165</sup>, retira do mesmo a crítica que o socialista utópico realiza sobre a realidade dos acontecimentos que o rodeiam no início do século XIX<sup>166</sup>.

***Esta parte da organização representaria sempre para aqueles que estão empregados uma perspectiva de repouso, conforto e felicidade. Consequentemente, as suas ocupações diárias seriam realizadas com mais alento e alegria e o seu trabalho pareceria mais leve e fácil.***

Owen, 1976, p.221

O processo que Choay relembra que Marx definiu como de proletarização e de superpopulação (crescimento da população urbana) (Choay, 1965, p.195), criado pelas crises de produção agrícola nos campos, irá contradizer as idealizações das cidades industriais organizadas, sendo estas, pelo contrário, lugares de degradação da condição material dos

---

<sup>162</sup> A Lei Ribot, publicada na França em 1908, permitia estabelecer sociedades de crédito imobiliário com o objetivo de alargar o acesso do crédito bancário ao pequeno proprietário de habitação.

<sup>163</sup> Owen propôs objetivamente métodos de enquadramento das classes operárias e excluídas da decisão sobre a produção socioeconómica apelando às instituições religiosas e ao Estado, contra os quais produziu críticas declaradas. Owen encetou as teorias societárias de organização comunitária e associação económica livre. Owen, 1976, p.113.

<sup>164</sup> "Robert Owen insere-se como reformista burguês, que tenta primeiro uma harmonização das classes, fazendo apelo aos seus interesses comuns;" Owen, 1976, p.9.

<sup>165</sup> Charles Fourier publicou "O novo mundo industrial e societário" em 1829, sob a influência de Owen. Em anexo, referência a Fourier.

<sup>166</sup> A este propósito vide o capítulo "1848 e as suas consequências" em "As origens da urbanística moderna", capítulo III, publicada em 1963, da autoria de Leonardo Benévolo. Benevolo, 1981, p.111.

indivíduos a que obrigavam os mecanismos do mercado imobiliário e da periferização do escasso alojamento proletário<sup>167</sup>. A cidade, nos seus espaços públicos foi o espaço de manobra destas disputas. Foi através do espaço público que se manifestaram, na condição de explorados, aqueles que exigiam o sufrágio universal, a dignidade do trabalho regulado, as condições de habitação mínimas. E foi esse espaço público que foi posteriormente tomado como objeto preferencial do planeamento urbano, cujas funções comerciais e administrativas foram suplantadas pela função bélica, durante um período de cerca de cem anos. As obras públicas encetadas pelos governos procuravam estabelecer, além de um cerco sobre a ação dos habitantes, uma amostra da capacidade política recentralizada nos governos que se formaram em reação ao processo revolucionário no centro da Europa, depois do final do século XVIII.

*Na realidade, a urbanística insere-se largamente no âmbito do novo conservadorismo europeu; Napoleão III em França, os jovens Tories guiados por Disraeli em Inglaterra, Bismark na Alemanha depressa se dão conta da importância que uma política orgânica de obras públicas pode ter para a estabilidade política dos respectivos países; as reformas parciais, mesmo as elaboradas pela oposição de esquerda, podem ser promovidas para evitar uma pressão demasiado forte sobre as instituições a conservar.*

Benevolo, 1981, p.113-116

É pertinente acrescentar que Tafuri descreve o processo de condução utópica desde o iluminismo como um **“utopismo humanitário”** (Tafuri, 1985, p.36), o qual se vê definitivamente desromantizado no início do século XX e onde **“o declínio da utopia social determina a rendição da ideologia à “política das coisas” realizada pela lei do lucro (...)”**<sup>168</sup>. A revolução da burguesia que marcou todo o século XIX, conduziu os processos de transformação das maiores cidades europeias, onde o espaço público ganhou formas inovadoras, sob **“um projecto objectivamente virado para a reorganização da produção, da distribuição e do consumo relativos à nova cidade capitalista.”** (Tafuri, 1985, p.40). É no próprio Le Corbusier que encontramos o argumento deste pragmatismo económico, que identifica o progresso com o desenvolvimento das forças produtivas industriais, onde **“A lei da economia gere imperativamente nossos actos e nossos pensamentos.”** (Le Corbusier, 2002, p.159). E dentro desse pragmatismo desenvolve-se um esquematismo da organização

<sup>167</sup> Ver referência a Engels, em anexo.

<sup>168</sup> “à ideologia arquitectónica, artística e urbana resta a “utopia da forma”, como projecto de recuperação da totalidade humana numa síntese ideal, como posse da desordem através da ordem.” Tafuri, 1985, p.38.

programada, que é antecedente da zonificação, da tipificação da habitação de iniciativa pública, das técnicas de ordenamento territorial. Dentro deste contexto de construção disciplinar do urbanismo moderno, o espaço público é revisto tendo em conta a sua função de circulação, mas igualmente de formação de cidadãos na sua participação coletiva e pública no espaço urbano construído. A racionalidade da necessidade, que permite integrar cada indivíduo na reprodução social, imagina-se fora do campo da ideologia. Da ideologia que cria e proporciona a vida urbana em detrimento do isolamento laboral. O espaço público moderno, de natureza universalizante, propõe-se alterar as condições de uma realidade socioeconómica que o remete a coexistir com a necessidade de padronização, de igualitarização e de controlo sob a vida pública de cada indivíduo urbano.

*Todos os homens têm o mesmo organismo, mesmas funções. O contrato social que evolui através das idades determina classes, funções, necessidades padronizadas, gerando produtos de uso padronizado.*

Le Corbusier, 2002, p.89

Os exemplos teóricos e práticos, que constituem as obras e os planos modernos, que Le Corbusier protagonizou na sua natureza utópica, traduzem as funções sociais que foram reestabelecidas para o espaço urbanizado e que são fundamentalmente a invenção de uma nova publicidade para esse espaço – uma reprodução da dimensão do Estado e das capacidades tecnológicas que, entretanto, a indústria alcançou. E a reboque dessa indústria, da manutenção de uma população produtiva, todas as disciplinas naturais e ciências sociais encetam um processo de cientificização, baseados no reconhecimento de características psicológicas e sociais comuns a cada indivíduo que se traduzem na elaboração do cidadão comum, ou melhor, do trabalhador comum, do consumidor imobiliário, feito homem urbano. A esse respeito, Choay relembra a definição que o próprio Le Corbusier estabelece na sua publicação “**Urbanismo**” para o Homem, enquadrando-o num conjunto de características que realizam todas as necessidades primordiais ao bem-estar pleno.

*Essa imagem do homem-tipo inspira a Carta de Atenas que analisa as necessidades humanas universais dentro de um quadro de quatro grandes funções: habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito.*

Choay, 1965, p.34

O Homem moderno, como medida de toda a criação, constituirá essa afirmação do modelo capitalista de produção, na era da reprodutibilidade técnica, projetando com o espaço a capacidade técnica de reunir através de novos modelos de arquitetura, toda uma cidade eminentemente pública e igualmente participativa. Para Le Corbusier o território constitui o novo conceito de urbanização e o novo campo de exploração do homem público. A cidade como espaço próprio da nova economia perde os limites concetuais e formais que a acompanharam até ao século XIX. A oportunidade de uma França, e posteriormente de toda uma Europa, destruídas fisicamente, revelou a capacidade limitada da utopia socialista do século XX em realizar essa cidade pública, segundo as conjunturas políticas regionais e nacionais que se desvirtuam tanto do plano como síntese liberal burguesa, como das suas potencialidades subversivas que introduziram melhorias na existência urbana dos indivíduos. Essas melhorias físicas correspondem a parte dos objetivos estabelecidos tanto pelo conjunto de doutrinas publicadas por Le Corbusier, na década de 20 e de 30 do século XX<sup>169</sup>, como pelas dos anteriores teóricos que o precederam, e que Choay, Tafuri e Benevolo especialmente nomeiam – Fourier, Cerdá, Garnier, Hilberseimer, Gropius. Nestes, a formulação do espaço público do homem urbano moderno originar-se-á da contradição entre o indivíduo e as exigências da sua conjuntura de cidadão, de trabalhador e de proprietário, integrados num sistema público de condicionamento coletivo que decide a localização geográfica e a função social em que opera<sup>170</sup>. Neste sentido, as formulações urbanistas utópicas, cuja pretensão seguia a construção humanista do homem moderno coletivo, conduziram à manutenção da diferenciação de classes, apoiada na diferenciação do espaço público introduzida nas novas áreas planeadas, **“onde o aparato tecnológico não é de forma alguma igualmente disponível para todos os grupos sociais”** (Argan, 1998, p.217).

*A perigosa contradição verificada aqui põe uma das questões mais arriscadas da época: a urgência de regulamentos por um meio legal, a disposição de todo o solo útil para equilibrar as necessidades vitais do indivíduo em plena harmonia com as necessidades colectivas.*

---

<sup>169</sup> Entre as quais destacamos a Carta de Atenas, resultante do quarto encontro dos CIAM, em 1933.

<sup>170</sup> “Quem fará a discriminação entre o que deve subsistir e o que deve desaparecer? O espírito da cidade formou-se no decorrer dos anos; simples construções tomaram um valor eterno na medida em que simbolizam a alma colectiva; são a armadura de uma tradição que, sem querer limitar a amplitude do progresso futuro, condiciona a formação do indivíduo tal como o faria o clima, a região, o hábito.” Carta de Atenas, 1948, ponto 7.

*O interesse privado será subordinado ao interesse colectivo.*

*O direito individual e o direito devem pois, sustentar-se, reforçar-se mutuamente e pôr em comum tudo o que comportam de infinitamente construtivo.*

*Deve ser tudo subordinado ao interesse colectivo, tendo cada indivíduo acesso às alegrias fundamentais: o bem estar do lar, a beleza da cidade.*

Carta de Atenas, 1949, Pontos 94 e 95

É particularmente nas disposições da Carta de Atenas<sup>171</sup>, a qual dedica as primeiras oito premissas ao contexto político e administrativo em que se inscrevem as cidades europeias, que confirmamos esta responsabilidade da arquitetura como transformadora do território, como espaço da coletividade. Um território construído para a coexistência possível entre os responsáveis pela produção e os meios de produção industrial, com o resultado de quase dois séculos de transformação morfológica radical, que destruiu as estruturas construtivas que reproduziam uma condição urbana pré-industrial e deram lugar aos primeiros modelos urbanos. As propostas de habitação de iniciativa pública promovidas depois da Primeira Guerra Mundial serão a resposta reativa ao contexto agressivo do desenvolvimento industrial, cuja organização da população lhe era fundamental.

*O planeamento da cidade é uma tarefa social.*

Hilberseimer, 1970, p.17

Até Hilberseimer, coexistia a tendência na produção teórica urbanística eminentemente socialista nos princípios do uso da propriedade do solo que, para efeitos de planeamento, deveria ser expropriado. Hilberseimer reforça aquela tendência, propondo a independência máxima do organigrama funcional do espaço público e coletivo das coexistências geográficas, definindo-o como o principal elemento a considerar no conjunto urbanístico (Hilberseimer, 1979, p.7). Hilberseimer define o espaço público como meio preferencial para atingir a eficácia do funcionamento da coletividade, especialmente da coletividade organizada pela relação habitação-trabalho na metrópole coeva.

---

<sup>171</sup> 95 artigos constituem a Carta de Atenas redigida em 1933. Os primeiros 29 artigos correspondem a uma identificação dos problemas de contexto socioeconómico e ao diagnóstico das condições formais e materiais urbanas detetadas à época nas principais cidades europeias e norte-americanas e onde se enquadram as primeiras regras gerais que revolucionam a conceção do urbanismo segundo a transformação da propriedade do solo. Os seguintes artigos estão organizados segundo a divisão das funções gerais da cidade capitalista: trabalho, circulação, descanso e lazer.

*A solução do problema da circulação não pode ser alcançada mediante um aumento das possibilidades de tráfego, mas somente tornando-o, quanto possível, supérfluo.*<sup>172</sup>

Hilberseimer, 1979, p.16

Segundo Hilberseimer a forma do espaço público e a forma do edificado existentes são partes do mesmo sistema urbano, ou seja, que se produziram segundo os mesmos princípios de formação urbana. Entre os quais destaca a necessidade de deslocação entre a habitação e o local de trabalho, uma vez que apenas uma parte da população urbana é proprietária imobiliária. Se o espaço de deslocação se expande, para simples redução da densidade do edificado no centro, apoiando-se numa infraestruturação global do território, para Hilberseimer traduzir-se-á num ineficaz controlo das atividades a longo prazo.

*O trabantenstadtsystem [173] se apresenta como um sistema de cidade completo, uma vez que considera no fator de localização do trabalho o lugar de residência.*<sup>174</sup>

Mengin em Hilberseimer, 1986, p.38

Hilberseimer aponta críticas aos princípios da cidade-jardim, uma vez que a urbanização satélite do território sob influência de um centro administrativo provém de um planeamento da polarização da cidade em baixa densidade, não solucionando os problemas de circulação no centro, ao qual acede grande parte da população trabalhadora. Hilberseimer sublinha que o ordenamento das novas cidades periféricas com as cidades de origem medieval deve passar pela reestruturação dos respetivos centros, nomeadamente pelo alargamento das vias existentes, tomando como exemplo a transformação promovida por Haussmann (Hilberseimer, 1979, p.9). No caso das cidades fundadas nos EUA, às quais Hilberseimer dedica posteriormente a sua investigação e planeamento, propõe introduzir soluções técnicas originais que permitam a separação entre o trânsito automóvel e pedonal, nomeadamente a cotas diferentes e contemplando a transformação da fachada dos edifícios para o efeito.

---

<sup>172</sup> Tradução da autora de: "La solución del problema de la circulación no se logra mediante un aumento de las posibilidades del tráfico, sino solo haciéndolo, en lo posible, superfluo."

<sup>173</sup> A expressão alemã "trabantenstadtsystem" refere-se aos aglomerados periféricos de uma cidade maior, surgidos ou incrementados pela descentralização e polarização das funções urbanas. Neste contexto, Mengin apropria-se da designação para se referir às cidades-satélites de Lechtworth e Welwyn, promovidas na Inglaterra, na periferia de Londres, pelo já referido diretor do Departamento da habitação no Ministério da Saúde, Raymond Unwin, que foram alvo de crítica de Hilberseimer.

<sup>174</sup> Tradução da autora de: "Il trabantenstadtsystem si presenta dunque come un systema di città completo poiché considera sia l'aspetto relativo di lavoro sia quello relativo al luogo di residenza."

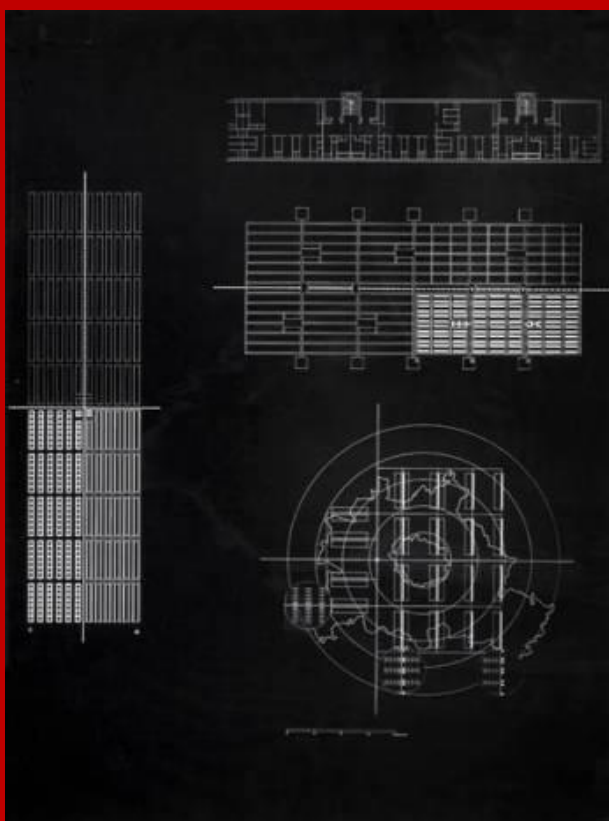


Fig. 22 "Grossstadt Architektur", por Hilberseimer.

Fonte: <http://digital-libraries.saic.edu/cdm/singleitem/collection/mqc/id/14837/rec/23>, em 8 de Agosto de 2016.

Hilberseimer refere-se a estas soluções como parciais e momentâneas, uma vez que não resolvem os problemas de congestionamento e apenas o incrementam, reproduzindo o processo que origina o problema – distância entre as atividades no território e inadequada distribuição da população urbana. Hilberseimer critica os processos de construção da cidade baseados no mercado de solos privado e na implementação de infraestruturas extensivas no território. Hilberseimer atribui ao zonamento um papel meramente performativo e que, segundo o próprio, foi defendido como hipótese reativa na Inglaterra e não como forma de evitar o aparecimento dos problemas das grandes cidades que se formavam na Europa e nos EUA. Avaliando a proposta de Le Corbusier para a cidade de três milhões de habitantes, Hilberseimer demonstra a falha do sistema de zonificação entre a alta concentração populacional no centro administrativo e a habitação periférica, servidos por um espaço público incrementado e apenas geometricamente definido. Segundo cálculos de Hilberseimer, a ordenação do espaço público e a organização dos edifícios não resolve o problema eminente de gestão da concentração populacional. Hilberseimer propõe antes a verticalização das funções, na já referida “**Hochhausstadt**”<sup>175</sup>, que publicou em 1924.

***A redução da superfície propriamente edificada, realizável por esta concentração, aumenta de forma importante a área de espaços verdes e parques de usufruto para os cidadãos.***<sup>176</sup>

Hilberseimer, 1979, p.20

Na “**Hochhausstadt**” Hilberseimer propõe uma solução crítica deste processo, invertendo a tendência de separação e zonamento, que significa construir uma nova situação de relação entre o trabalho, o comércio e a habitação coletiva (Hilberseimer, 1979, p.18). Ao espaço público do modelo da cidade vertical Hilberseimer atribui as funções essencialmente coletivas de circulação e de salubridade, tendo em conta a distribuição geográfica do edifício coletivo e multifuncional., apontando apenas um esquema organigramático, sem qualquer pretensão de se constituir uma realidade exequível no momento da sua apresentação.

***Tais demandas poderiam ser cumpridas em todas as metrópoles, sem ampliar a área da cidade e sem comprometer a base económica do sistema de transporte nacional e dos serviços públicos. Pode ser que o desenvolvimento social***

<sup>175</sup> Expressão alemã que designa “cidade vertical” ou “cidade de arranha-céus” referente à proposta de organização urbana de Hilberseimer, publicada em 1927.

<sup>176</sup> Tradução da autora de: “La reducción de superficie propiamente edificada, hecha posible por esta concentración, aumenta de manera importante el área de espacios verdes y parques usufructuados por los ciudadanos.”



***e económico futuro não exija concentrações urbanas de altas densidades populacionais, mas que, independentemente da dimensão dos aglomerados futuros, estes devam ser construídos de modo a cumprir, através da sua estrutura, as nossas demandas mínimas: insolação adequada, uma densidade populacional limitada e uma área mínima habitação.***<sup>177</sup>

Hilberseimer, 1949, p. 97

Especialmente preocupado com a insolação e a ventilação destes edifícios em altura, Hilberseimer estudou a relação entre a latitude e a densidade populacional, propondo, ao contrário do ideário da cidade-jardim, uma maior concentração habitacional sobre um mesmo território sem qualquer divisão de propriedade fundiária. Hilberseimer estabelece uma fórmula que equilibra três fatores essenciais representados no esquema por três construções elementares: a habitação mínima individual, a circulação e a utilização livre do solo.

***Qualquer solução permanente no planeamento da cidade deve, portanto, equilibrar as necessidades individuais com as necessidades da sociedade, solucionando, na medida do possível, o conflito inerente entre individualismo e comunitarismo.***<sup>178</sup>

Hilberseimer, 1949, p.56

Da mesma forma que Hilberseimer representa, no seu modelo da “**Hochhausstadt**”, a aparente contradição do contexto desregulado de produção capitalista, por contemplar uma proposta de planeamento territorial sob regulação coletiva, várias das produções urbanísticas, da vanguarda moderna, realizadas na Europa central representam igual desconexão disciplinar do urbanismo com a luta política pela socialização dos meios de fabrico da construção<sup>179</sup>. Segundo Tafuri (1971), a gestão social-democrata da República de Weimar expressa um primeiro momento de organização dos trabalhadores em função da construção socialista da cidade, que revela a tática social-democrata dentro do capitalismo (Tafuri, 1971, p.5). Neste contexto, o papel dos arquitetos e das cooperativas de construção, que se formaram a partir de

---

<sup>177</sup> Tradução da autora: “Such demands could be fulfilled in all the metropolises, without enlarging the city area and without jeopardizing the economic basis of the transportation systems and the public utilities. It may be that in the future, social and economic development will not necessitate urban mass concentrations with such high population densities, but no matter how small or how large may be the settlements of the future, they must be so built as to fulfill in their structure our basic minimum demands: adequate insolation, a limited population density, and a minimum dwelling area.”

<sup>178</sup> Tradução da autora de: “Any permanent solution in city planning must, therefore, balance individual needs with the needs of society, resolving insofar as possible the inherent conflict between individualism and communalism.”

1919, na Alemanha parlamentar, vai fortalecer a relação entre o capital e a planificação urbana, que apesar de seguirem objetivos exclusivos, complementam um quadro de experimentação mais propícia aos lucros da indústria da construção do que à organização social do território. Tafuri descreve as experiências urbanísticas de vanguarda alemã nas décadas de 20 e de 30 do século XX na Alemanha e na Europa central, como produtos insulares de racionalidade num território capitalista, que permitiu a concertação dos interesses através da manutenção da diferenciação geográfica das classes (Tafuri, 1971, p.14). Por um lado, permitiu-se o desenvolvimento da construção em modelos cooperativos com objetivos de apropriação coletiva do solo e redução dos preços de construção. Por outro, inseriu-se a lógica de construção da habitação de iniciativa pública em áreas destinadas à população operária, com limitações sectoriais que tornaram ineficaz qualquer racionalidade territorial no seu todo.

***Os conjuntos habitacionais realizados entre 1924 e 1933 por Otto Haesler em Celle e em Rathenow, por Bruno Taut, Martin Wagner ou Fred Forbat, projetadas pela CEHAG para Berlim, os de Riggahne Grod em Colónia, os de Karl Schneider em Hamburgo, os de Ernst May, Mart Stam e de Schwagenscheidt em Frankfurt, têm mais valor, de facto, como "utopias construídas", do que como intervenções de qualificação da nova dimensão económica da cidade e do território metropolitano em evolução.***<sup>180</sup>

Tafuri, 1971, p.13-14

A posição radical de Tafuri, sobre as propostas desenvolvidas por influência do associativismo de natureza sindical e corporativista do final do século XIX, e que vieram a edificar-se sobre uma reação romântica anticapitalista, expõe uma leitura próxima da posição crítica de Hilberseimer quanto à grande cidade capitalista. Segundo Tafuri, a obra de Hilberseimer manifesta a necessidade de organização coletiva no capitalismo, em detrimento da gestão sectorial, remetendo o problema do planeamento municipal e estatal para fundamentos meramente técnicos. Hilberseimer propõe construir a cidade coletiva que se pretende pública na totalidade da gestão dos processos de produção, mas que não se tornou efetiva no plano político alemão<sup>181</sup>. Desta forma, Tafuri sublinha a tensão entre a ideologia da natureza pública do planeamento em Hilberseimer e as experiências efetivamente realizadas

<sup>180</sup> Tradução da autora de. "Las Siedlung realizadas entre el '24 y el '33 por Otto Haesler en Celle y en Rathenow, as de Bruno Taut, de Martin Wagner o de Frd Forbat, proyectadas para la CEHAG de Berlín, las de Riggahne Grod en Colonia, las de Karl Schneider en Hamburgo, las de Ernst MAY, de Mart Stam y de Schwagenscheidt en Frankfurt, tienen más valor, de hecho, como "utopías realizadas" que como intervenciones calificantes de la nueva dimension económica de la ciudad y del territorio metropolitano en evolución."

<sup>181</sup> Ver referência a Tafuri, em anexo.

como expressão da racionalidade que foi possível operar dentro dos constrangimentos do mercado de solos na Alemanha social-democrata. Tafuri descreve como a Rússia soviética se viria a tornar campo praticável da efetiva luta social pela propriedade coletiva do solo e pelas políticas territoriais direcionadas para a organização coletiva da produção urbana.

***A crise política e económica do 1930-1933, que levará a "ascensão suportável" de Hitler, verá vencido um conjunto de tentativas generosas, cujos limites, acima de tudo políticos, já haviam sido evidenciados pelos protagonistas mais conscientes das vicissitudes dos avatares da arquitetura da frágil República de Weimar.<sup>182</sup>***

Tafuri, 1978, p.189

Para Hilberseimer, o público do seu modelo de cidade é contido na totalidade do coletivo, cujos indivíduos e cidade se veem representados na infinitude e no controlo global do sistema aberto. Hilberseimer considera que a tendência da concentração industrial e económica, dentro da cada Estado e entre Estados, produzirá complexos económicos globais que exigirão uma **“política orientadora do sentido produtivo”** na grande cidade (Hilberseimer, 1979, p.21) e provavelmente numa Europa polarizada. O público da cidade moderna é constituído como coletividade gerível e previsível, uma vez que depende da ação unificada de um estado coletivo como representante efetivo de todas as necessidades. Esta visão reflete um idealismo positivo na natureza da organização coletiva, orientada para as práticas socialistas e que se apresentam descritas principalmente nas considerações sobre a melhoria da circulação, tomada como acessibilidade plena. O espaço do público é, desta forma, o espaço de relação privilegiada, de interação direta e limitada apenas pelas circunstâncias naturais do solo que não podendo ser alteradas, podem ser ultrapassadas pela infraestrutura de grande escala. O espaço do público é o espaço que o público entender, na medida em que a ação individual não está determinada por aquele. Mas a cidade só se realiza na máxima expressão dessa racionalidade combinatória de todas as necessidades básicas dentro da proposição do Estado organizador que, segundo Tafuri, para Hilberseimer não admite alternativas (Tafuri, 1979, p.189). A vontade coletiva é traduzida nas formas do espaço público do modelo de cidade moderna que Hilberseimer defende teoricamente, mas traída nas experiências cooperativas que se construíram na lógica insular dos bairros habitacionais. Hilberseimer compreende a dinâmica económica e técnica que produz determinado resultado urbano e dessa forma entende o espaço público como o todo o território,

---

<sup>182</sup> Tradução da autora de: “La crisis político-económica de 1930-1933, que conducirá al “soportable ascenso” de Hitler, verá vencido un conjunto de tentativas generosas cuyos límites, ante todo políticos, ya se habían evidenciado a los protagonistas más conscientes de los tormentosos avatares de la arquitectura de la frágil República de Weimar.”

disponível para a realização das atividades. A proposta de Hilberseimer de planeamento urbanístico deslegitima os conceitos antiurbanos coevos que ainda separavam a cidade do campo, as teorias académicas que separavam o projeto urbano e arquitetónico das tecnologias construtivas e a ideologia que opunha o planeamento social da produção urbana e o planeamento social da produção económica. Será a grande cidade de Hilberseimer, o melhor representativo do paradoxo em que se veio a encontrar o urbanismo “**despolitizado**” de Choay (2003, p.18), sofrida uma pressão de liberalização da sociedade e uma reação conservadora contra os movimentos socialistas do final do século XIX?

*Vimos que os urbanistas progressistas, mesmo concebendo de modo novo o espaço global da cidade, não souberam assumir em sua plenitude as possibilidades que a técnica lhes oferecia e não realizaram a revolução tecnológica, que constituía um dos fundamentos de sua teoria.*

Choay, 2003, p.35

Diferentemente de Choay, que reforça a diferença contraposta entre a natureza técnica da disciplina do urbanismo e a sua condição ideológica, Tafuri admite que o ideário urbanístico de Hilberseimer se funda na dialética da técnica politicamente instrumentalizada e que se vê confrontada com a negação do socialismo nas contradições do capitalismo. Não sendo possível separar o problema da realização técnica dos compromissos sociais embandeirados pelo urbanismo moderno, o ordenamento da cidade, sob pretensões modernas, contraria as necessidades antieconómicas da produção urbana capitalista.

Apesar das contingências no campo da opção política para a sua efetiva realização, as propostas urbanas das escolas pré-modernas e modernas no centro da Europa, anteriores a 1933, encetam os princípios de organização urbana que estão contidos, em parte, na regulação urbanística e nas políticas territoriais contemporâneas. Com aqueles, o espaço público ganhou uma autonomia nos processos de transformação do solo, uma vez que foi considerado não somente como parte residualmente necessária para a estrutura comunicativa entre edifícios ou lugares, como passou a ser questionado sobre as suas função, forma e pertinência na organização das atividades no território. O espaço público foi questionado na sua natureza política e ideológica, dentro de um contexto cultural e científico que desconstruiu a conceção romântica do edifício de arquitetura e do espaço representativo canónico; que desconstruiu a conceção da propriedade fundiária e dos meios de construção; que desconstruiu a

desorganização capitalista do mercado de solos baseada na valorização fundiária em função do fator de centralidade da cidade.

No contexto de radicalização do idealismo fascista e a ascensão dos partidos nacionalistas na Alemanha e na Itália, os EUA recebem a influência direta dos autores europeus, especialmente dos alemães<sup>183</sup>, no que toca às práticas urbanísticas de concentração construtiva e de reordenamento regional sob orientação estatal e municipal públicas. Hilberseimer constituiu um dos seus expoentes, levando até ao continente do outro lado do Atlântico, uma experiência ampla na administração urbanística local, que partilhou com Gropius, Taut, Poelzig e Ernst May. Com Mies van der Rohe fundará a nova escala de Chicago no IIT e será responsável, junto de Louis Wirth, pelo desenvolvimento de propostas teóricas regionais para Chicago (Hilberseimer, 1944, p.50).

*(...) não é por acaso que as origens do planeamento americano revelam notáveis consonâncias com a tradição política do progressismo americano.*<sup>184</sup>

Tafuri, 1978, p.20

Conforme Choay, até aí a “tradição antiurbana” nos EUA é assumida juntamente com o “**empirismo político**” de Jefferson, na medida em que este propunha o retorno à individualidade rural como forma de sociabilização democrática, defendendo o ideário inglês da cidade descentralizada e de ocupação expansiva em aglomerados satélite. Em contextos diversos de especulação fundiária associadas a uma expansiva ocupação apoiada na implantação ferroviária, o vasto território estadunidense apresenta uma assincronia nos processos de produção urbana em meados do século XIX. No início do século passado as cidades dos EUA enfrentam condições de sobrepopulação e na década de 20, surgem nos EUA organizações para a planificação regional que vão intervir particularmente em Los Angeles, São Francisco, Filadélfia e Nova York.

Com a mobilização para a Primeira Guerra Mundial, Tafuri descreve a situação do planeamento urbano nos EUA sob duas tendências opostas: a planificação baseada na intervenção pública e a expansão de estruturas parcelares em contexto extensivo de ocupação territorial liberal. Segundo Tafuri, é através da necessidade de edificar bairros operários e

---

<sup>183</sup> Da Alemanha emigraram Gropius, Mendelshon, Mies van der Rohe, Hilberseimer. Da Hungria, Moholy-Nagy e Breuer. De Espanha, Sert. Gropius lecionará em Harvard. Luis Sert desenvolverá vários planos territoriais para a América do sul, como associado da Associação de Urbanistas em Nova York.

<sup>184</sup> Tradução da autora de:“(…) no es casual que los orígenes del “planning” estadounidense revelan notables consonancias con la tradición política del progressismo norteamericano.”

relocalizar os operários da indústria bélica que surgem os primeiros esforços de iniciativa pública de habitação operária do século XX (Tafari, 1978, p.221).

Entre as cidades de alta densidade construtiva, correspondentes à concentração exponencial de capital financeiro, e a descentralização da ocupação habitacional e industrial, Hilberseimer ocupou-se da estruturação do espaço público ao nível do ordenamento territorial em Chicago, propondo o conceito de "**Urbs in horta**" (Hilberseimer, 1944, p.149). Ao contrário do seu modelo da "**Hochhausstadt**", a planificação proposta para Chicago vem de encontro aos processos coevos de desmantelamento de áreas internas do centro, à acumulação de bairros de lata na periferia e à nova relação necessária entre a primeira ocupação urbana e o primeiro ciclo de desvalorização do solo, através de anéis de áreas verdes. Desta forma, Hilberseimer assume uma proposta gradativa similar à da cidade-jardim, que difunde a expansão urbana desde o centro até aos limites regionais da cidade. Apoiada em vias de comunicação de velocidade periféricas e eliminando, por outro lado, as linhas viárias anteriormente existentes em áreas que serão destinadas a habitação, Hilberseimer propõe criar zonas de estar e de recreio propícias às atividades públicas e à instalação de serviços promotores da fixação populacional em condições de nova salubridade. Nos EUA, Hilberseimer introduziu metodologias de análise baseadas nos ciclos de produção capitalista, apoiadas na melhor previsão estatística e demográfica, nas condições sociológicas e de produtividade dessa população, altamente segregada, do ponto de vista da classe económica e racial. Alargando a conceção do planeamento à escala da região, Hilberseimer assumiu posteriormente uma orientação da cidade para a descentralização, fundamentada pela necessidade de segurança, pela autossuficiência de cada área em relação com a prática agrícola e industrial e pela promoção da regeneração urbana. As situações de sprawl que se começavam a verificar na década de 40, sustentadas pela aquisição de automóvel e pela infraestruturação elétrica, estão a par de uma objetiva descentralização da produção industrial automóvel, associadas à nova administração empresarial e à procura de produtos diferenciados. O espaço público adquiriu uma natureza segregadora, longe da perspetiva holística de Hilberseimer para o planeamento regional, e a expansão física da ocupação habitacional acelerou processos de diferenciação socioeconómica com a obtenção de mais valia na transformação do solo. O espaço público das cidades subúrbio norte-americanas contrasta com o modelo da cidade de alta concentração, que através daquele reproduzem o contexto social que lhes deu origem.

Só se desenvolvendo como indivíduo (consciente ou inconscientemente), este irá, em primeiro lugar, construir a Broadacre City porque é com o sentido de dignidade e do valor da pessoa, como indivíduo, que se constrói essa cidade.<sup>11</sup>

Wright, 1958, p.18



Fig. 22 Broadacre City, por F L Wright, em 1958.

Fonte:

[https://www.reddit.com/r/MapPorn/comments/3wnygy/1958\\_broadacre\\_city\\_by\\_frank\\_lloyd\\_wright\\_his/](https://www.reddit.com/r/MapPorn/comments/3wnygy/1958_broadacre_city_by_frank_lloyd_wright_his/), em 8 de Agosto, de 2018.

<sup>11</sup> Tradução da autora de: "It is only the individual developing in his own right (consciously or unconsciously) who will go, first, to the Broadacre City because it is the proper sense of the dignity and worth of the individual, as an individual, that is building that city."

*A cidade Broadacre racionalizou, coordenou e discriminou a ordem de coisas existente na América. Wright simplesmente tornou visível e coerente a realização da divisão fundiária, da ocupação da terra e dos padrões de propriedade.*<sup>185</sup>

Zygas, 1995, p.19

Se as experiências de Hilberseimer nos EUA se traduziram na assunção do capitalismo na instrumentalização do planeamento público concertado com a indústria em processo de descentralização económica, a proposta da **“Broadacre City”**, publicada em 1932, por Frank Lloyd Wright<sup>186</sup>, encetava o caminho de teorização daquela tendência.

*A primeira e mais importante forma de renda que contribui para o crescimento excessivo das cidades, resultando em pobreza e infelicidade, é a renda do solo. (...) A segunda artificialidade: a renda do dinheiro.*<sup>187</sup>

Wright, 1932, p.33

Conforme Tafuri, Wright apresenta um modelo não desconhecido da lógica de subsistência individual (Tafuri, 1978, p.24) com origem nos princípios jeffersonianos de democracia, independência e autonomia de meios de produção agrária (Wright, 1958, p.34). É deste contexto teórico que Wright estabelece a relação entre a propriedade particular e a paz, segundo o qual se desenvolveria a verdadeira democracia, baseada no equilíbrio dos interesses pessoais com os comunitários (Wright, 1932, p.19). Conforme Choay, o modelo da **“Broadacre City”** caracteriza-se pela sua acentricidade (Choay, 2003, p.30), além da expansão territorial e do isolamento individual da habitação. A divisão fundiária não obedece a nenhuma grelha, respeitando apenas o limite de quantidade de terra atribuída a cada proprietário – um acre por pessoa.

Tafuri critica a negação ontológica de cidade que Wright apresenta, uma vez que aquele propõe a correspondência das funções produtivas a cada pessoa como responsável produtora, diretamente conectadas a uma rede de comunicação de alta velocidade para transporte de bens. Esta lógica de gestão liberal da propriedade, que Tafuri identifica como a **“poética do**

---

<sup>185</sup> Tradução da autora de: “Broadacre city rationalized, coordinated, and repackaged the American order of things. Wright simply made existing land division, land settlement, and land ownership patterns coherent and visible.”

<sup>186</sup> Frank Lloyd Wright (1867-1959) publicou em 1932 a “Disappearing City” (cidade desaparecida), na qual estabelece os seus princípios ideológicos de organização territorial.

<sup>187</sup> Tradução da autora de: “The first and most important form of rent contributing to overgrowth of cities, resulting in poverty and unhappiness, is rent for land. (...) The second artificiality: rent for money.”



**subúrbio**” (Tafari, 1978, p.243) é possibilitada pela franca deslocação individual, promovida pela mercantilização do automóvel nas primeiras décadas do século XX (Wright, 1958, p.81).

***O sistema de rodovias estava na sua infância, quando o Sr. Wright escreveu pela primeira vez sobre uma rodovia rural em 1932. Ele propôs faixas separadas para camiões, faixas separadas para automóveis, e um comboio de um carril no centro. Sugeriu que os camiões maiores que viajam através do país pudessem descarregar sua carga em armazéns situados próximos dessa rodovia. Camiões menores poderiam distribuir a carga pelos bairros através de estradas locais, eliminando dessa forma a acumulação de camiões gigantes dentro das comunidades.***<sup>188</sup>

Brierly em Zygas, 1994, p.39-40

O programa de investimentos do New Deal, entre 1933 e 1937, veio regular a superprodução e implementar reformas significativas no território estadunidense em plena Depressão. A humanização do território correspondeu a um processo de infraestruturização que se estendeu ao longo do século XX, introduzindo auto-estradas que atravessavam grandes distâncias e conectavam as áreas metropolitanas entre si<sup>189</sup>. Projetado durante este período, o modelo da Broadacre City constitui uma solução ética de reação ao contexto daquela crise económica entre guerras, nos EUA, promovendo uma nova apropriação do território que permitisse a democratização dos rendimentos e invertesse os níveis de desemprego da população urbana. Wright critica a jurisdicização da sociedade, a burocracia administrativa, a polícia (Wright, 1958, p.37) e o pensamento tecnocrata da política prostituída perante o contexto “**capitalicista**” da sociedade (Wright, 1958, p.77). Wright condena as formas de exploração que o Estado serve em função do interesse público, escamoteando os interesses dos proprietários e dos exploradores na renda fundiária e imobiliária.

***Este lar é para o cidadão da democracia Usoniana, nosso adolescente. Na sua própria casa o cidadão da Broadacre não seria apenas inexpugnável. Seria inviolável. A nação indestrutível! Seria o verdadeiro expoente da relação verdadeira de um homem entre os seus***

---

<sup>188</sup> Tradução da autora de: “So you see the highway system was in its infancy when Mr. Wright first wrote about a Broadacre highway in 1932. He proposed separate lanes for trucks, separate lanes for cars, and a monorail train in the center. He suggested that large trucks travelling through the country could unload their cargo at warehouses under the road. Smaller trucks could then distribute the cargo through the neighborhoods on local roads, thus eliminating the impediment of mammoth trucks in the communities.”

<sup>189</sup> Segundo Rowe, em 1950, existia um carro por cada família norte-americana e, depois de 1956, foram construídas 41 mil milhas de auto-estradas (Zygas, 1994, p.53).

***semelhantes, porque ele é um semelhante. Ele é o seu país.***<sup>190</sup>

Wright, 1958, p.208

Podemos considerar que o homem público de Wright é o homem livre das circunstâncias históricas da produção económica capitalista. É o homem cidadão atento (Wright, 1958, p.208), que se encontra em igualdade material e se revê nessa igualdade. Junto das teorias keynesianas do pleno emprego e do controlo estatal, os princípios progressistas que Wright adotou na sua vida teórica e prática revelam uma consonância com as adversidades introduzidas pela produção capitalista em contexto de guerra. As funções atribuídas por Wright ao espaço público são as funções essenciais ao desenvolvimento capitalista, que prossegue o caminho da individualização e da descentralização.

---

<sup>190</sup> Tradução da autora de: "This home is for the citizen of Usonian democracy, our teenager, in his own home thus the Broadacre citizen would be not impregnable. he would be inviolate. this nation indestructible! He would be true exponent of a man's true relationship to his fellow-men because he is his fellow-man. He is his country."

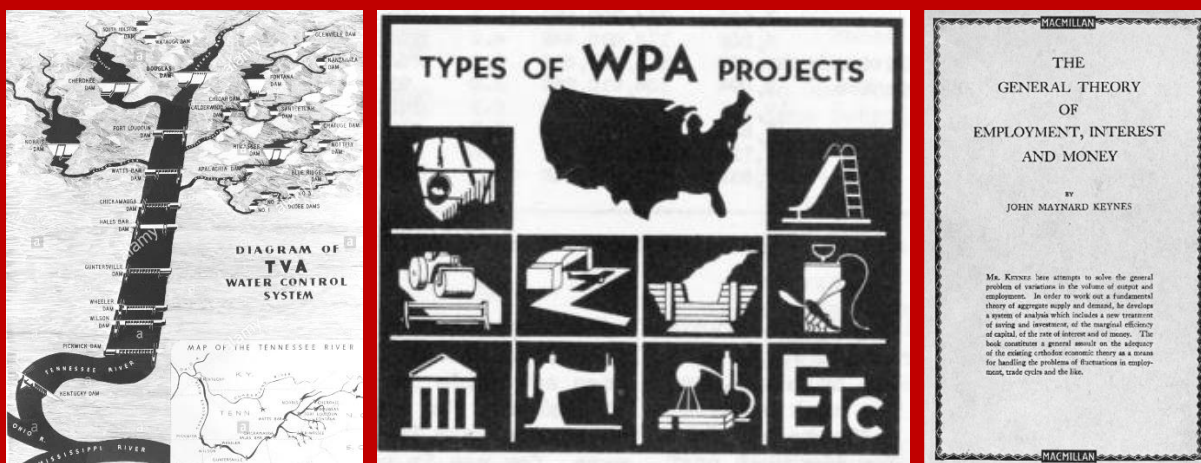


Fig. 24 O New Deal na transformação do território Norteamericano e a publicação de Keynes, "Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda".

Fonte: <http://www.alamy.com/stock-photo-map-diagrams-the-functions-the-new-deal-public-works-project-authorized-32388586.html>, em Junho de 2017; <http://socialwelfare.library.vcu.edu/eras/great-depression/wpa-the-works-progress-administration/>, em Junho de 2017; <http://www.christies.com/lotfinder/books-manuscripts/keynes-john-maynard-the-general-theory-5387204-details.aspx>, em Junho de 2017.



Fig.25 Discurso de Lenine, na Praça Vermelha, Moscovo, em 7 de Novembro de 1918.

Fonte: <http://www.gettyimages.pt/detail/fotografia-de-not%C3%ADcias/lenin-is-giving-a-speech-on-the-red-square-fotografia-de-not%C3%ADcias/56461162>, em 13 de Setembro de 2016.



Fig. 26 Manifestação pelos direitos civis, em Washington, em 1963.

Fonte: Photograph, Civil Rights March on Washington, DC, August 28, 1963, Miscellaneous Subjects, Staff & Stringer Photographs, National Archives, Records of the U.S. Information Agency, Record Group 306 (ARC ID 542045), em [http://guides.lib.uw.edu/research/american\\_ethnic\\_studies](http://guides.lib.uw.edu/research/american_ethnic_studies), em 8 de Agosto de 2018.

## AS FUNÇÕES PÚBLICAS DO ESPAÇO DEMOCRÁTICO

*Uma notável característica das utopias modernas era a atenção dedicada ao planeamento meticuloso dos cenários da vida cotidiana – o planeamento e o desenho do espaço da cidade, onde a grande maioria dos habitantes dos mundos futuros deveria viver. E esperava-se que a clareza e a uniformidade do cenário externo assegurassem uma clareza e uma uniformidade do comportamento humano, sem deixar espaço para a hesitação, a incerteza ou a ambivalência.*

Bauman, 2009, p.87

Relembra Innerarity que a Escola de Chicago, na década de vinte do século passado, apresentou como três futuras características urbanas a heterogeneidade, a espessura e o grande tamanho (Innerarity, 2010, p.109). A escola da teoria crítica e a escola de Chicago determinaram concepções díspares no urbanismo como disciplina científica, mas aceleraram o reconhecimento da prática de planeamento como instrumento de construção da cidade e do meio urbanizado, especialmente por introduzirem conceitos de ordenamento territorial que viriam a constituir parte da nova engenharia social depois de meados do século XX. Especialmente na Europa central, o contexto material em que subsistiram as populações sobreviventes à guerra mundial abriu campo para o renascimento do urbanismo como atividade de reabilitação urbana e promoção habitacional onde o espaço público constituiu meio de amenizar os efeitos de destruição massiva.

Numa primeira geração crítica do racionalismo funcionalista, a obra Aldo Van Eyck e de Ernest Hertzberger, particularmente o trabalho realizado por aquele ao serviço do Departamento de Obras Públicas em Amesterdão, entre 1947 e 1978, revela esta função operacional do espaço público na reabilitação urbana, atribuindo uma importância estrutural ao espaço entre os edifícios<sup>191</sup> como lugar de experiência social. A transformação dos espaços públicos decadentes ou inutilizados por apropriações indevidas para lugares destinados aos utilizadores sobreviventes – mulheres e crianças, constituiu um dos mais importantes contributos daquele autor no planeamento urbano pós-guerra. Criticamente, Eyck consolidou uma prática aberta a outras escalas urbanas, nomeadamente a das crianças, introduzindo

---

<sup>191</sup> Como discípulo de Aldo van Eyck (1918-1999), Herman Hertzberger (1932) conceitualizou o “espaço entre”, particularmente na sua publicação “Forum 7” e “Forum 8”, de 1959 (Hertzberger, 1991, p.32). Como percussores do estruturalismo holandês, propuseram a reflexão sobre a categorização dos espaços, opondo-se às diferenciações binárias dos espaços públicos e privados. Aldo van Eyck, fundador e porta-voz do Team X, contribuiu para a recuperação de um sentido material da prática da arquitetura, reposicionando o discurso da modernidade da arquitetura na relação estrutural com a cidade e os espaços exteriores de mediação.

preocupações materiais relativas a este conjunto de utilizadores, anteriormente descurados. Encetando uma primeira crítica à natureza metafísica do planeamento no movimento moderno, e juntamente com o casal Smithson, Eyck e Hertzberger promoveram a exploração de relações dos espaços entre si, diluindo fronteiras no espaço público e definindo novos desenhos dos espaços de estar exteriores<sup>192</sup>. Para Hertzberger, tomando as palavras de Buber, **“o coletivismo moderno”** representava uma barreira imposta ao próprio homem contra a sua inteligência, baseada numa **“falsa alternativa”**, a alternativa entre o **“individualismo e o coletivismo”** (Hertzberger, 1991, p.12), cuja polarização destruiu toda uma malha de relações espaciais ambíguas que não se estruturam nessa diferenciação, mas na sua combinação e tensão<sup>193</sup>. A par da mútua interferência dos espaços exteriores com a habitação, a cidade deve ser entendida na sua complexidade de usos e atividades respeitantes a diferentes idades, sexos, religiões e profissões, enquadrando a transformação e a apropriação que cada indivíduo possa fazer tanto pelo uso como pela manutenção e tratamento que lhe providencia. As funções do espaço público deixam de atender exclusivamente, e na perspetiva do homem universal, às necessidades contingentes do planeador ocidental, masculino e burguês para enquadrar funções de outra ordem, democratizando a utilização das cidades por outros membros. Existe, a esta fase da década de 50 e 60, uma procura projetual de soluções formais que permitam aumentar a conexão espacial, tendo em conta não apenas a deslocação do trabalhador masculino, mas a vida exterior das mulheres, jovens, idosos e crianças. As funções públicas do espaço urbano expressam a procura da abertura a formas de estar que estão além da relação estrita com o trabalho. O crescimento económico, num contexto de economia Keynesiana, gerou uma massa de trabalhadores médios que reproduziam um sistema de consumo massivo, do qual a produção urbana fazia parte estrutural. Assim, no desenvolvimento antropológico da cidade e da historiografia da cidade o espaço público vai redirecionar o urbanismo para as funções vitais dos seres humanos, enquadrando as dificuldades encontradas na mobilidade extensiva, na inexistência de espaços lúdicos de recreação e na densidade construtiva dos centros administrativos.

---

<sup>192</sup> Segundo Lefaivre a “estratégia de Van Eyck quanto aos parques infantis públicos foi a de manter-se no espírito situacional anti-sistema da época, em particular sob influência das publicações contemporâneas de Jean-Paul Sartre. [...] Ambos rebelar-se-iam contra o idealismo top-down dos sistemas autoritários.” (Eyck, 2002, p.27).

<sup>193</sup> “Por todo o mundo encontram-se gradações de domínios territoriais com reconhecido sentido de acessibilidade. Por vezes, o grau de acessibilidade é uma questão jurídica, mas frequentemente é exclusivamente uma questão de convenção respeitada por todos.” Tradução da autora de: “All over the world you encounter gradations of territorial claims with the attendant feeling of accessibility. Sometimes the degree of accessibility is a matter of legislation, but often it is exclusively a question of convention, which is respected by all.” Hertzberger, 1991, p.15.

*Tornou-se obvio que a construção de cidade estava para lá do enquadramento no puro pensamento analítico; o problema das relações humanas superou a síntese das Quatro Funções.*<sup>194</sup>

Smithson, 2005, p.24

Depois de um segundo período crítico ao urbanismo positivista, protagonizada, na década de 60, nos Estado Unidos da América, por Lynch (1960), Jacobs (1961), Bacon (1967), Venturi (1972) e Jencks (1977) e, na europa, por Zevi (1948), Cullen (1966), Eisemann (1976), Rowe (1978) e, mais tarde, Montaner (1997), surge na década de 70, uma mudança paradigmática de crítica social aos desenvolvimentos capitalistas na produção urbana. Lefebvre (1968), Marcuse (1972), Castells (1972), Harvey (1985), Smith (1979) e Saunders (1981), à luz do urbanismo, sociologia urbana e geografia, apresentam as primeiras críticas socioeconómicas sustentadas por dados estatísticos sobre as novas organizações sociais e económicas no espaço. Segundo estes autores, sublinhadas as diferenças dos casos de estudo analisados e a distância temporal dos mesmos, a produção urbana contemporânea apresenta as contradições das dinâmicas produzidas na demografia sob o sistema de produção capitalista. O incremento da ocupação habitacional urbana em condições clandestinas e especulativas, fora da ação do planeamento torna-se na maior evidência urbana nas cidades ocidentais, com a suburbanização crescente e o surgimento de morfologias urbanas novas para as quais ainda não haveria quadro metodológico de abordagem. Conforme Venturi, as “**manifestações urbanas do feio e do ordinário**” estariam próximas da ramificação e longe da megaestrutura urbana proposta pelos modernistas (Venturi, 1978, p.106). As propostas de planeamento moderno demonstravam as suas lacunas, perante o desenvolvimento socioeconómico avançado, produzindo ocupações urbanas que estavam fora do sistema de pensamento e racionalidade iluminista. Para Venturi, a cidade do “strip” correspondia ao do realismo social que os arquitetos dos planos formais negavam.

O espaço público realança uma função de luta pela democratização da sociedade, que corresponde à luta pelo direito à vida individual urbana<sup>195</sup>, expressa na defesa da habitação e dos espaços coletivos como direitos imanentes dos direitos humanos. É, pois, na reformulação da praxis do planeamento pós-moderno (Jencks, 1977)<sup>196</sup>, que cresce uma primeira reação à

---

<sup>194</sup> “It became obvious that a town building was beyond the scope of purely analytical thinking; the problem of human relations fell through the net of the Four Functions.” Smithson, 2005, p.24.

<sup>195</sup> “O direito à cidade não se pode conceber como um simples direito de visita ou de regresso às cidades tradicionais. Ele só pode formular-se como direito à vida urbana, transformada e renovada.” Lefebvre, 2012, p.119.

<sup>196</sup> Em 1977, na publicação “A linguagem da arquitetura pós-moderna” (The language of post-modern architecture), Jencks vulgariza o conceito. Mais tarde, em 1988, traduz a sua posição relativamente ao

morfologia urbana moderna, categorizada como mais um estilo com uma linguagem própria e autónoma<sup>197</sup> (Zevi, 2002, p.78) e responsabilizada pela causa das contradições da urbanização extensiva e da periferia desurbanizada. Apesar de apresentar resultados diferentes dos dois lados do Atlântico e dentro de cada país, visto na sua globalidade, o planeamento moderno protagonizou o advento do planeamento regional e do espaço de comunicação em escala nacional e internacional. O espaço público moderno conquistado outrora à propriedade privada, sob regimes políticos totalitários, como em Portugal, foi acusado de rejeitar as qualidades espaciais das formas canónicas da rua e da praça, quando apresentou intervenções radicadas na Carta de Atenas. A natureza pública do espaço exterior moderno foi pervertida por posteriores privatizações e apropriações que agravaram as diferenças económicas no território e solidificaram áreas tipologicamente diferentes. A conceção do território moderno, sob regimes totalitários, demonstrou a fragilidade dos sistemas de planeamento anteriores à Segunda Guerra, bem como a obsolescência da pequena elite burguesa perante o crescimento dos monopólios de produção urbana. Frente ao avanço da produção socioeconómica capitalista, que reduziu o habitante a trabalhador individualizado e o espaço público a uma condição formal de propriedade, o planeamento urbano institucional vê-se obrigado a coletivizar funcionalmente o espaço urbano.

Para Montaner<sup>198</sup>, sobre a retórica pós-moderna da cidade pró-democrática, **“a ideia de lugar diferencia-se da de espaço pela presença da experiência”** (Montaner, 2001, p.37), da mesma forma que a de ser da de existir. E nessa relação entre a arquitetura e a paisagem, especialmente a paisagem urbana, produz-se uma primeira crítica situacionista do planeamento (Montaner, 2001, p.194), com repercussões regionalistas na arquitetura e no planeamento urbano, da qual Burle Marx<sup>199</sup> e Niemeyer, no Brasil, são exemplo paradigmático e primordial. Os espaços públicos vão constituir a expressão dessa adaptação à ideia de lugar, recolocando o sentido do *genius loci* e da importância da experiência corporal própria a cada um na geografia.

---

contexto cultural da pós-modernidade, identificando-o com os modos de produção da sociedade capitalista avançada, onde a informação constitui a mercadoria privilegiada (Jencks, 1989, p.47).

<sup>197</sup> “A codificação da linguagem moderna não se arrisca a resultar numa nova academia?” Zevi, 2002, p.78.

<sup>198</sup> “A própria fenomenologia é uma constatação da crise do racionalismo.” Montaner, 2001, p.78. Ver referência a Pós-modernidade, em anexo.

<sup>199</sup> A propósito da obra deste autor, Montaner enquadra Burle Marx na terceira geração de arquitetos modernos, referindo-se à posição crítica e transformadora do planeamento do modernismo tardio, através da qual se fornece um sentido de lugar ao espaço ideal da modernidade positiva. Montaner, 2001, p.41.

A natureza será enquadrada no desenho do chão, tendo em conta as condições relativas do solo, do clima, da utilização humana dessa mesma paisagem construída<sup>200</sup>.

***O jardim ordenado, nos espaços urbanos de hoje, é um convite ao convívio, à recuperação do tempo real da natureza das coisas, em oposição à velocidade ilusória das regras da sociedade de consumo.***

Marx, 2004, p.75

Ao espaço público paradigmático da era moderna apontam-se as contradições do modo de produção capitalista que a libertação formal do território torna contraproducente. Perante a materialidade da propriedade privada e da cidade organizada segundo a massa edificada e encerrada pela rua, é na crítica ao espaço público moderno, sem fronteiras e ausente da realidade fundiária e dos modos de apropriação existentes, que se define a reação aos **“modelos de normalidade”** e à **“objetividade da necessidade”** (Fourquet, 1978, p.87).

***do ponto de vista urbanístico, se no diálogo entre espaço interior e exterior se encontra outro princípio do modernismo, é insólito que um prisma puro o alcance, porque tende a fechar-se em si, a constituir um objecto isolado do contexto da cidade, da qual reforça, ao mesmo tempo, a anacrónica rua-corredor ou a praça como vazio negativo.***

Zevi, 2002, p.134

Do ponto de vista do urbanismo, Zevi estabelece-se como um dos maiores teóricos na crítica estrutural ao modernismo, cuja produção teórica acompanha e reforça a produção teórica prévia ao pós-modernismo europeus. Como editor, Zevi sublinha a transformação radical do planeamento numa sociedade aberta, **“desfeita a ideologia do plano regulador estático”** (Zevi, 2002, p.154). Zevi assume-se com um dos principais críticos do aproveitamento especulativo da construção e transformação urbana dos princípios modernos, caricaturizando a apropriação moderna do território e desqualificando a atitude projetual do plano formal. A este propósito, Tostões define o papel programático que Zevi protagoniza, numa luta contra as ideologias deterministas, propondo um reposicionamento **“antropocêntrico”** do papel da

---

<sup>200</sup> “Em uma sociedade predatória, desprovida de recursos, como a nossa, o jardim, o espaço colectivo, induz os indivíduos a quererem preservar o que é de todos. Por solidariedade para com o quotidiano sofrido de tantos, é que constitui para mim coisa essencial abrir um espaço de verdes, áreas em que cada um que o deseje possa aliviar o peso do nosso tempo, pela busca ou pelo encontro de um pouco do paraíso perdido.”, Burle Marx em conferencia proferida em 1966. Marx, 2004, p.75.



arquitetura, que deveria corresponder a uma função social aberta ao “homem livre”, o “ser humano vulgar” (Tostões, 2015, p.137).

*A “cidade ideal” provocou lesões relevantes, durante séculos, na psique dos urbanistas. Os rectangulares, circulares, hexagonais e estrelados encontraram plena expressão nas instalações militares, dos castros em diante, e nas prisões, em suma, onde quer que os homens fossem arregimentados ou detidos: da romana Regina Coeli ao São Víctor de Milão. A cidade “ideal” só o é para o poder.*

Zevi, 2002, p.77

Zevi proclama a morte dos pais<sup>201</sup>, proclama a morte do CIAM<sup>202</sup>, opondo-se às tendências teleologistas, nas quais inclui, simultaneamente o marxismo e o historicismo. Zevi adota uma postura filosófica popeeriana para a ação de planeamento e para o projeto de arquitetura. Sob a influência da revolução científica que aquele operou, defende uma posição igualmente crítica e hipotética para o urbanismo, assente na procura de hipóteses, permanecendo abertas a um “**processo de formação, e não para a forma**” (Zevi, 2002, p.66). Zevi coloca nos mesmos termos, especialmente no que toca à linguagem arquitetónica, os vários totalitarismos que apropriaram o sistema de linguagem clássica, associando-lhe o carácter perverso do humanismo oitocentista e anunciadamente fracassado<sup>203</sup>, rebatendo particularmente o classicismo e o paternalismo das cidades fundadas na modernidade, como Brasília<sup>204</sup>. Zevi estabelece ainda uma depreciação do marxismo, tomado como dogma na compreensão da realidade, posicionando-se em defesa da observação e metodologia indutivas. Para Zevi, o urbanismo deve tornar-se tarefa democrática, à semelhança da sociedade aberta de Popper<sup>205</sup>, esta deveria participar “**na vida da cidade a partir do interior, não passivamente e sim intervindo em cada dia com extrema energia, mas sem iluminismo da ordem geométrica, autoritários e inflexíveis à priori.**” (Zevi, 2002, p.78).

<sup>201</sup> “Nos anos cinquenta e sessenta, porém, os pais – Wright, Le Corbusier, Gropius, Mies van der Rohe, Mendelsohn – morreram. [...] Portanto, já não há pais.” Zevi, 2002, p.69-70.

<sup>202</sup> “Na passada estação, a duas semanas de distância, o fim do CIAM foi decretado em Otterlo [ultimo encontro do CIAM, em 1959, como sessão plenária e de intervenção individual] e o Instituto de Itália de Arquitectura foi fundado em Roma. Estes dois eventos estão relacionados.” Tradução da autora de: “Last fall, at the distance of a new weeks, the end of the CIAM was decreed at Otterlo and Italy's Architectural Institute was founded in Rome. These two events are interconnected.” In “L' architettura – cronache et storia”, n 51, 1960, p.534.

<sup>203</sup> Lévi-Strauss, publica em 1967, na Revista Time. Jencks, 1975, p.127.

<sup>204</sup> “Porque Brasília não convence? Porque nasce de uma vontade política, de um ato paternalista, correndo o perigo de ser não uma cidade mas uma exposição cenográfica que custa muito e rende pouco.” Zevi, 1960, p.550.

<sup>205</sup> “Não necessitamos de holismos, mas de mecânica social”. Popper, 19??, p.141.

***O contacto público e a segurança nas ruas, juntos, têm relação directa com o mais grave problema social do nosso país: segregação e discriminação racial.***

Jacobs, 2009, p.77

Jacobs, em 1961, publica uma obra densa e de natureza pretensamente subjetiva – **“Morte e Vida da Grandes Cidades”**, que introduz um novo paradigma de análise urbanística que contraria a perspetiva idealista das estruturas suburbanas do território norte-americano quanto ao espaço público exterior. O espaço público para Jacobs, especialmente o associado aos bairros habitacionais e comerciais, adquire estatuto de objeto de luta política e cívica no paradigma do planeamento cultural. Depois de um período largo de pós-guerra, sob a já referida infraestruturação massiva nos EUA, o espaço público vem a absorver, na crítica teórica do urbanismo, todas as expressões sociais de decadência socioeconómica das classes trabalhadoras e marginalizadas por xenofobia. De forma combativa, Jacobs descreve a sociabilização, a que assiste em primeira mão, nas cidades onde vive, especialmente de Nova Iorque, desde o Bronx ao Greenwich Village, relatando experiências de relacionamento e comportamento social. Contraria a idealização do espaço público livre potenciar o aumento da sociabilização e de os espaços comuns em edifícios coletivos permitirem estabelecer laços afetivos de comunidade e partilha, se não houver conjunta uma reestruturação socioeconómica que acompanhe os interesses particulares nas relações pessoais e económicas<sup>206</sup>. Jacobs relaciona desta forma o grau de segurança no espaço público com a marginalização dos comportamentos em público, a destruição da vida pública e dos espaços de relação coletiva com todos os espaços públicos dos centros urbanos. Jacobs relaciona o estabelecimento dos laços sociais com as noções individuais de segurança, medo, tolerância e preconceito assumidos entre grupos e classes, simbolizados na cor da pele, nos bens próprios e na necessidade de vigilância. Jacobs entende a cidade dividida em dois espaços – o especial e o público (Jacobs, 2002, p. 291), sendo que o espaço público se torna condição essencial do planeamento urbano porque é neste que se estabelece uma continuidade de funções privadas que lubrificam as funções exteriores do espaço urbano especial. Entendendo que a vitalidade urbana é dependente desta tensão entre funções privadas e a acessibilidade e a visibilidade públicas, Jacobs demonstra que onde a vida social ocorre, inclusive com mais segurança **“é nos tecidos da cidade tradicional”** (Montaner, 2001, p.158), sublinhando a ingenuidade do esquematismo da Ville Radieuse e a ineficácia da grelha constante.

---

<sup>206</sup> Ver referencia a Jacobs, em anexo.

***No século XX, o único regime político que foi capaz de uma construção tão ingénua (o tipo de construção que a maioria dos arquitetos promoveram por razões de estabilidade) foi o tirânico e altamente centralizado sob uma de duas formas: fascista ou coercitiva, ou burocrática e conformista.***<sup>207</sup>

Jencks, 1975, p.80

A década de setenta constituiu um dos mais importantes movimentos na arquitetura pós-moderna (Jencks, 1975, p.9)<sup>208 209 210 211</sup>, coincidente com o avanço das pressões sociais e das revoltas populares contra uma visível expansão da urbanização ilegal periférica e o agravamento da pobreza nos centros das maiores cidades mundiais. Na publicação “Arquitetura 2000”, Jencks sublinha a tendência pro-revolucionária de contrariar a reação neofascista daquilo que o mesmo denomina de “nova esquerda”. Mais tarde, a academia de sociologistas e arquitetos tratará de apontar a destruição do carácter da cidade pela industrialização, nomeadamente pela sobreposição da megaestrutura<sup>212</sup> de comunicação no território, uma vez que o transporte individual e coletivo pendular de grande distância vem constituir um dos problemas mais iminentes do planeamento regional na década de 80. A relação do peão com o espaço público é substituída gradualmente pela relação do condutor com as grandes superfícies de comércio e estacionamento. Jencks e Venturi relembram a economia da terciarização nos centros urbanos, especialmente com a banca que se generaliza. O panorama do consumo massificado suporta toda uma lógica de relações territoriais que são materializadas num novo espaço público – o das superfícies de consumo, do estacionamento extensivo e da infraestrutura autoestradal, com demonstrações pioneiras e massivas em território norte-americano, sob políticas territoriais que financiam a construção e transformação urbana nesse sentido.

---

<sup>207</sup> Tradução da autora de: “En el siglo XX, el único régimen político que fue capa de una construcción tan ingenua (el tipo de construcción que la mayoría de los arquitectos fomentaron por razones de estabilidad) fue el régimen tiránico altamente centralizado, en una de sus dos formas: la fascista o coactiva, o la burocrática y conformista.” Jencks, 1975, p.80.

<sup>208</sup> “As condições objetivas que a justificavam continuaram a existir, a saber: a pobreza extrema em algumas partes do mundo, a supressão da participação minoritária e uma explosão da tecnologia da informação.”. Tradução da autora de: “Las condiciones objetivas de su justificación continuarán existiendo, a saber: una extremada pobreza en algunas partes del mundo, una supresión de interés minoritarios y una explosión de tecnologías de la información.” Jencks, 1975, p.69.

<sup>209</sup> Com Jencks a academia pós-moderna generaliza o termo depois da década de setenta.

<sup>210</sup> Ver referência a Jencks, em anexo.

<sup>211</sup> Acerca de como a década de 70 encetou uma desconstrução teórica e prática do planeamento territorial, sublinhamos a compilação de Jonathan Hughes e Simon Sadler – “Non-plan – essays on freedom participation and change in modern architecture and urbanism”, relembrando a publicação de Renner Bahnam, Paul Barker, Peter Hall e Cedric Price - “Non-Plan: an experiment in freedom”, de 1969. Hughes, Sadler, 2001, p.13.

<sup>212</sup> “Os arquitetos modernos contradizem-se ao defenderem a megaestrutura.” Tadução da autora de: “Los arquitectos modernos se contradicen cuando defienden el funcionalismo y la megaestructura.” Venturi, 1978, p.106.

***Las Vegas deve ao anúncio aquilo que  
Roma deve à praça.***<sup>213</sup>

Venturi, 1978, p.40

É precisamente neste panorama de desenvolvimento expansivo das cidades lineares norte-americanas, que Venturi vai justapor a sua crítica fenomenológica, reforçando o planeamento da cidade segundo critérios visuais novos de identificação no espaço público, onde a publicidade opera uma transformação fundamental na privatização do suposto espaço público. O espaço público é invadido pela publicidade das corporações produtoras que apresentam como coletivos bens de consumo direcionados aos particulares, fazendo, através da propaganda visual, simbolizar um paradigma de vida utilitário e benéfico à crescente classe média norte-americana. Venturi aproxima-se de uma posição populista do planeador perante esta cultura de comércio massificada<sup>214</sup>, defendendo que a publicidade presente e constante do espaço público, especialmente no de circulação, deve ser considerada pelo planeamento urbano como realidade intrínseca<sup>215</sup>. Venturi defende do ponto de vista do planeador como a perspetiva do utente, do consumidor primário, é legítima, porque corresponde à construção de uma da sociedade que potencia a satisfação individual, garantindo a possibilidade de consumir e adquirir meios para a mesma. Ou seja, no planeamento urbano, nomeadamente na definição e produção do espaço público urbano e territorial, defendemos que existe uma relação estrutural entre o crescimento modal das teorias gestaltistas, protagonizadas nos EUA por Lynch, e por Cullen, em Inglaterra, num contexto de reexploração da filosofia fenomenológica no urbanismo, e a utilização da propaganda em espaço público na organização coletiva da vida íntima familiar.

***A visão permitiu constatar que o movimento  
não é apenas uma progressão facilmente  
mensurável e útil para a planificação, mas se  
divide em duas componentes distintas: o ponto de  
vista e a imagem emergente. O homem tem em  
todos os momentos a percepção da sua posição  
relativa, sente a necessidade de se identificar com  
o local em que se encontra, e esse sentido de  
identificação, por outro lado, está ligado à  
percepção de todo o espaço circundante.***

Cullen, 2004, p.14

---

<sup>213</sup> Tradução da autora de: "Las Vegas es al Strip lo que Roma es a la piazza." Venturi, 1978, p.40.

<sup>214</sup> Segundo Nesbitt, Robert Venturi, Colin Rowe e Fred Koetter pertencem a uma formação teórica que enquadra o pluralismo na conceção de cidade, sob influência gestaltista, e insere-os no contexto filosófico pós-moderno formado por Habermas, Derrida e Lyotard. Nesbitt, 1996, p.267.

<sup>215</sup> "Já explicámos que para nós a arquitetura comercial vernacular é uma fonte viva e primitiva de simbolismo em arquitetura". Tradução da autora de: "Ya hemos explicado que para nosotros la arquitectura comercial era una fuente viva y primigenia del simbolismo en arquitectura." Venturi, 1978, p.106.

O entendimento da complexidade simbólica, que encerra a cidade constituída para o exercício do consumo, justifica a prática do planeamento direcionado para o público alvo, cuja comunicação explora a leitura essencialmente visual das formas construídas. A cultura da visibilidade simbólica é reforçada pela sua assunção a método de análise, que, apropriando-se do objeto urbano produzido pelo princípio do consumo facilitado, vai elevá-lo a paradigma de planificação da nova cidade. A perceção sensível de cada um, tomando a relação gestaltista do cheio/vazio e da forma/fundo na interpretação do ambiente vivido, torna-se a regra de exploração no planeamento do espaço público<sup>216</sup>. É através deste espaço físico – o espaço público das grandes infraestruturas comerciais e de circulação extensiva, que a natureza pública da referenciação simbólica do consumo integra o habitante no sistema de comunicação que depende deste. A sua pertença e significação como parte do processo revelam os contributos de uma exploração fenomenológica no planeamento destes espaços públicos que vão constituir paradigma teórico e historiográfico.

***A planificação era um dos instrumentos chave, a nível nacional, nas empresas, para o desenvolvimento urbano e o ordenamento do território. Entrou progressivamente em crise a partir do final dos anos sessenta.***

Ascher, 2012, p.50-51

Cresce, com a tendência fenomenológica da cidade, o relativismo do papel do planeador e do desenho como instrumentos de dominação. Os conceitos de participação<sup>217</sup> e auto-construção<sup>218</sup> disseminam-se durante as décadas de 70 e 80, impulsionados por uma reação à inoperatividade (Benevolo, 2005, p.725) (Hall, 1992, p.246) (Lefebvre, 2012, p.99) (Montaner, Muxi, 2014, p.115), das instituições de planeamento nacional e local em acompanhar as necessidades de construção habitacional das classes operárias e médias, especialmente em países em desenvolvimento (Hughes, 2011, p.178) (Venturi, 1978, p.188) (Hall, 1992, p.246).

Conforme Highmore (1968), a morte do autor em Barthes, traduz-se na morte daquele planeador urbano concertado com o conceito de planeamento direcionado para o bem comum

---

<sup>216</sup> Conforme Barthes, em "Semiologia e Urbanismo", de 1967, o ideário de Lynch aproxima-se mais de uma conceção de cidade gestaltista do que estruturalista, ou seja, persegue uma relação visual comunicante da realidade através da identificação de signos com as formas e cheios da morfologia urbana, mas não concebe a microestrutura da simbologia e da escrita dessa forma da cidade. Barthes, 1967, p.414-417.

<sup>217</sup> Ver referência a Hall, em anexo.

<sup>218</sup> Ver referência a Hughes e Slader, em anexo.

e para a expressão organizada da sociedade pública e comunitária (Hughes, Sadler, 2001, p.157). Acrescentamos nós, no nascimento do “leitor urbano”.

Na década de setenta, Venturi sublinha a recusa da academia em investigar sobre o simbolismo presente nesse “**idioma vernáculo**” comercial (Venturi, 1978, p.188).

McLeod sublinha, na década seguinte, que o repescamento de um novo humanismo impediu, à academia da arquitetura, qualquer leitura analítica e sistemática das condições ideológicas inerentes à formação de cidade e das condições materiais de produção (Ockman, 1985, p.9). Antes destes, Tafuri sublinha precisamente a obsolescência da programação e do programador nos moldes modernos do plano fechado no desenho, que coincidindo com uma fase de crise da produção capitalista, requer novo ajuste para sobreviver<sup>219</sup>. Nesta perspetiva, Tafuri revê a negação pós-moderna do plano estático, e do desenho final proposto pelo planeador, como parte de um processo estrutural de ajustamento da produção capitalista à teoria da “**decisão flexível**” e do permanente equilíbrio dos efeitos indesejados da ocupação territorial (Nesbitt, 1996, p.365), ou, nas nossas palavras, de ajuste das contradições entre o consumo e a produção.

A expressão do poder total no desenho formalizado do território é substituída pela intervenção cirúrgica e ad hoc em áreas particulares do território, que conta com a paradigmática idealização da participação pública direta e *in loco*. Os planeadores encarregam-se de destruir o seu papel ideológico no urbanismo, situando-o entre a técnica de organização, (a tal mecânica social a que Popper aludiu em “**Sociedade aberta e seus inimigos**”), e a função social do planeamento na luta pelo direito à cidade – não apenas a sua utilização, mas também a sua produção, revista na produção social de espaços públicos e habitação de promoção pública.

Relembrando Tafuri, a organização da vida material incrementa as contradições concetuais da cidade que se territorializa na expansão extensiva, nomeadamente a diferenciação entre centro e periferia, entre urbano e rural, entre circulação e habitação, entre “**planeamento e caos**” (Tafuri, 1973), entre espaço público e espaço privado. No mesmo ano, de “**Projeto e Utopia**” [1973], Fourquet e Murand, em “**Os equipamentos do poder**”<sup>220</sup> (1978), afirmam que a distinção binária entre as categorias de espaço público e espaço privado (Fourquet, 1978,

---

<sup>219</sup> Ver referência a Tafuri, em anexo.

<sup>220</sup> “A família conjugal já teria desaparecido há muito tempo se o Estado não tivera criado os equipamentos coletivos, que lhe servem de prótese” [...] “A família conjugal, condição silenciosa de toda a economia política.” Tradução da autora de: ““La familia conyugal habría desaparecido desde hace tiempo si el Estado no hubiera creado los equipamentos colectivos que le sirven de prótesis” “ [...] “La familia conyugal, silenciosa condición de toda la economía política.” Fourquet, Murard, 1978, p.73;140.

p.76) correspondem, no território organizado do século XX, à formalização dos espaços de produção económica e não-económica operados pelo Estado, onde a família é garantida e reproduzida como unidade de produção e de consumo. Assim, torna-se necessário salvaguardar a existência da família no momento da não-produção<sup>221</sup>. Os equipamentos coletivos correspondem a essa fundamental operatividade, onde o Estado cumpre com as diferentes exigências, que se tornam a cada momento mais inovadoras do ponto de vista da democracia urbana. Essas exigências ajustam-se ao sucessivo alargamento às bases de direitos assistidos estatalmente e localmente, que seriam inexistentes ou anteriormente exclusivos das classes capitalistas – habitação própria da família, assistência médica, acesso a equipamentos e infraestruturas desportivas, de lazer, de educação pré-primária e culturais.

*No plano político, é tudo uma questão de relações de força, mas neste ponto (aliás importante) o Estado democrático (burguês ou não) é sensível e acessível à pressão vinda de baixo e às reivindicações. O seu sistema contratual não pode imobilizar-se. Aparecem necessidades novas – necessidades sociais e individuais – a começar, como se sabe, pelas dos trabalhadores como tais, mas também as dos grandes grupos parciais, as mulheres, as crianças, os doentes e as pessoas idosas, os delinquentes, os doidos, etc. [...] Houve que aguardar o século XX, ou melhor, a segunda metade do século XX, para que aparecessem algumas opções, muito vagas e muito tendenciosas sob uma capa “objectiva”, e que não são tanto conceitos quanto imagens e metáforas: noções de urbanismo, de “equipamentos colectivos”, de ordenamento do território, etc.*

Lefebvre, 1972, p.147-148

A coletivização de novas funções que se realizam num determinado espaço ou equipamento público, corresponde, segundo aqueles autores, a uma necessidade de **“integração na sociedade, ou seja, é a configuração do modelo social que a família conjugal, impotente perante a quebra dos sistemas identificatórios, não pode assegurar”**<sup>222</sup>. Corresponde ainda a uma democratização do uso, ou seja, e conforme Deleuze, à classificação do **“habitante como usuário”** (Fourquet, Manard, 1978, p.118) para o planeamento. É, pois, desta forma, que, para

<sup>221</sup> Lefebvre refere-se este processo como a “consagração da ociosidade sem capacidade criadora”: “Se expande os tempos livres, só o faz subordinando-os à mais-valia através da industrialização e da comercialização desses mesmos tempos e dos espaços que lhes correspondem.” Lefebvre, 1972, p.171.

<sup>222</sup> Tradução da outra de: “se trata de una función de integración en la sociedad o, para decirlo de otro modo, se trata de la conformación de un modelo social que la familia conyugal, impotente por la quiebra de los sistemas identificatorios, no puede asegurar.” Fourquet, Murard, 1978, p.126.

Fourquet e Murard, a animação inerente as estas próteses da não-produção constitui alvo de progressiva programação urbanizadora na realocação da habitação moderna de grande escala, de forma a compensar o afastamento destas populações dos centros administrativos e comerciais antigos. Os espaços públicos e os equipamentos públicos, na sua utilização coletiva, realizados com os grandes conjuntos habitacionais durante as décadas de 60 e 70, vão propor-se à execução da idealização da qualidade de vida, que vê na **“produção da nova cidade o seu suporte”** (Fourquet, Murard, 1978, p.136).

O espaço público produzido em função de uma sucessiva democratização dos estados ocidentais, confere com a procura de satisfação de funções coletivas, mas que deixam de ser inicialmente públicas para serem privatizadas em contextos de rentabilidade. Naquele sentido, Fourquet e Murard, relembram a posição de Foucault quanto à sua explicação das cidades operárias terem sido substituídas pela HLM (tomando o exemplo da promoção de habitação de baixos custos em França), cuja promoção se mantinha exclusivamente de iniciativa estatal e produzia novas áreas de espaço público, tratadas pela edilidade (Fourquet, Murard, 1978, p.120). Foucault sublinha a inversão deste papel público do Estado que vai delegar na sociedade civil a concessão de serviços e atividades coletivas enquadrados pela promoção pública da habitação.

***Primeira função da estrada: produzir produção. [...] Segunda função: produzir demanda. [...] Terceira função: normalizar, ajustar a produção de produção à produção da demanda.***<sup>223</sup>

Foucault (Fourquet, Murard, 1978, p.117)

Num contexto de mundialização da produção capitalista, onde o consumo opera uma transformação estrutural da natureza das instituições públicas, o papel público do Estado como representante do grande capital promotor urbanístico entra em contradição com as exigências locais dos moradores e o planeamento dos espaços públicos afetos à cidade existente e à sua relação ambígua com a nova habitação de alta densidade. A justaposição das necessidades de habitação e de urbanização vai denunciar os limites do planeamento urbano moderno, ou melhor, a natureza liberal do planeamento que tinha predominado na racionalização sectorial do território.

---

<sup>223</sup> Tradução da autora de: “Primera función de la carretera: producir producción. [...] Segunda función: producir demanda. Tercera función: normalizar, ajustar la producción de producción a la producción de demanda.”



Em Paris, é atualmente recomendado frequentar: o Contrescarpe (Le Continent); o bairro chinês; o bairro judeu; o Butte-aux-Cailles (o labirinto); Aubervilliers (à noite); as praças do 70 Arrondissement; o Institut-Médico-Légal; a Rue Dauphine (Nesles); o Buttes-Chaumont (jogo); Saint-Merri; o Parc Monceau; a île Louis (a ilha); Pigalle; o Halles (Rue Denis; Rue du Jour); o bairro da Europa (memória); a Rue Sauvage.

Não é recomendado frequentar sob nenhuma circunstância: o 60 e o 150 Arrondissements; os Grands Boulevards; o Jardim de Luxemburgo; o Champs-Élysées; o Place Blanche; Montmartre; o École Militaire; o Place de la République; o Étoile e a Ópera; todo o 160 Arrondissement.

Debord, 1959, in

<https://www.marxists.org/portugues/debord/1955/11/24.htm>



Fig. 27 Ilustração da proposta hipotética das "placas giratórias" em "Naked City", de 1957.  
Fonte: Sadler, 1999, p.60.

O planeamento de promoção pública, tanto dos grandes conjuntos habitacionais, como dos espaços de recreio e mobilidade que os acompanham (ou deveriam acompanhar, em função do plano), vê-se confrontado com o equilíbrio entre os interesses afetos à produção e ao consumo, e, em simultâneo ao poder aquisitivo do crescente número de habitantes urbanos. A cidade da produção urbana pró-democrática vai procurar resolver este dilema estabelecendo-se em si mesmo como fenómeno mercantil, ou seja, alarga oportunamente nas bases o consumo urbano do espaço público e respetivas funções tornadas coletivas, mas eventualmente em ambientes cada vez mais privatizados. O ideário da melhoria de vida material dos habitantes urbanos, que no início corresponde à garantia de direitos básicos, como seja o da habitação e suas próteses domésticas (eletrodomésticos, automóvel), vai constituir um mercado de expansão para a produção imobiliária e uma frente para a massificação da infraestruturação e da indústria da construção, até ao final do século XX.

***A ideia mais revolucionária a respeito do urbanismo não é nem urbanística, nem tecnológica, nem estética. É a decisão de reconstruir o território segundo as necessidades dos conselhos dos trabalhadores, da ditadura anti-estatal do proletariado, do diálogo executório. E o poder dos Conselhos não pode ser efectivo senão transformando a totalidade das condições existentes, [...].***<sup>224</sup>

Debord, 2003, p.138

O crescimento e desenvolvimento das capacidades produtivas e da indústria tecnológica, que aumentam os processos de automatização, reforçando a crítica situacionista de Debord e Jorn<sup>225</sup> à alienação do trabalhador na produção, resultam desta massificação de direitos tornados oportunidades de acumulação de capital. Para os situacionistas, a cultura de massas que se estabelece depois da Segunda Guerra, condensada pela comunicação visual da televisão durante os anos 60 e 70, traduz as necessidades de crescimento do capital, forçando os trabalhadores à sua dependência material e à criação do espaço urbano direcionado para a privatização e o consumo privado. Segundo o manifesto situacionista, a sociedade do espetáculo é uma sociedade representacional<sup>226</sup>, onde uma forma de vida é reproduzida para manter a ordem da

---

<sup>224</sup> Guy Debord, mentor da Internacional Situacionista, escreve, em 1959, "Urbanismo" e, em 1960, publica o Manifesto da Internacional Situacionista". Este texto pertence ao capítulo "Ordenamento do território" da já referida publicação "Sociedade do espetáculo", publicada em Paris, somente em 1967.

<sup>225</sup> Asger Jorn, artista dinamarquês, nascido em 1914, fundador do grupo COBRA, em 1948. Ver referências Debord, em anexo.

<sup>226</sup> "O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens." Debord, 2003, p.14.

produção que aquela forma de vida apresenta. Nesse sentido, o papel da crítica social é a oposição à burocratização, à pseudo-realidade, e a criação de um estado de revolução apoiado nos conselhos de trabalhadores, restituindo o papel da luta de classes na produção social e total, onde o território pertença a todos e é nele que se exerce essa luta.

É assim que Fourquet e Murard vêem a materialização do novo cenário da vida urbana, nos esquemas periféricos onde predomina a habitação coletiva e que integram funções de lazer e de recreação em espaços exteriores que controlam a vida privada dos habitantes fora do horário de trabalho produtivo. Reforçando este argumento, Sadler relembra o situacionista Jorn, quando este diz que a automatização dos processos produtivos reduz a energia da atividade mental do trabalhador durante o período laboral, potenciando que a acumulação dessa energia venha a ser despendida no período de atividades recreativas (Sadler, 1998, p.36). O espaço público produzido em função da democratização dessas funções coletivas, onde se passa a inserir o consumo de novas mercadorias e serviços, não só realiza uma tarefa importante de controlo do habitante, como direciona a sua conduta para o consumo.

De que forma se enquadra a produção de espaço público nas teorias sociais, que se desenvolveram segundo um humanismo pró-democrático e uma globalização do sistema capitalista de produção?

***A problemática do urbano renova a problemática da filosofia.***

Lefebvre, 2012, p.135

O território da urbanização pró-democrática, visto sob esta ótica de apropriação por processos de desenvolvimento capitalista, apresenta-se como um campo teórico por explorar e de luta prática diversificada e ideologicamente divergente. A problemática da cidade renasce como problemática sociológica, filosófica, além da geográfica, onde o marxismo ganha protagonismo. Tanto como teoria explicativa tanto como método de intervenção e transformação do fenómeno urbano, o marxismo assume com Althusser uma posição de ciência do desenvolvimento da sociedade capitalista (a que Lojkin se contrapõe), e não apenas como filosofia, se considerarmos a direção de Lefebvre. Conforme Harvey, o problema disciplinar da geografia na década de 60 era o de apresentar o conhecimento fragmentado, resistindo a teorias sistematizadas, num contexto de **“refreamento da influência soviética”** ou pela **“cooptação ou supressão total de todos os movimentos políticos que buscavam um caminho socialista em vez de capitalista para o desenvolvimento económico”** (Harvey, 2005, p.11).

Camhis, em **“Teoria e filosofia do planeamento”**, publicado em 1979<sup>227</sup>, vem reforçar o renascimento teórico do planeamento, sublinhando o facto de, na segunda metade da década de setenta, se ter dado uma grande preocupação por parte dos **“planeadores na teoria do planeamento”** (Camhis, 1978, p.44), e um aumento do domínio teórico sobre o espaço que coloca em confronto vários pensadores com diferentes posicionamentos políticos e circunstanciais. (Camhis, 1979, p.127). Camhis introduz uma diferenciação dos modos de produção de conhecimento e ciência no planeamento, considerando a relação das metodologias com a formação da teoria do planeamento, entre as quais encontra proximidades, mas vê na marxista aquela que resolve a distinção epistemológica entre o objeto e o sujeito<sup>228</sup> em análise. Conforme o próprio, **“na abordagem marxismo-materialista, a teoria do planeamento só pode ser considerar como a teoria no planeamento”**<sup>229</sup>, uma vez que o que diferencia a teoria marxista de outras abordadas por este autor, não é a preocupação com o método ou o processo de análise, mas o que se decide estudar da realidade (Camhis, 1979, p.113).

***Para a teoria Marxista, entender o mundo é  
uma condição necessária, mas não suficiente,  
para mudá-lo.***

Camhis, 1979, p.119

Camhis encontra pontos comuns especialmente entre Lefebvre, Harvey e Castells, considerando o materialismo na análise da produção urbana, em contrapartida com o posicionamento dos arquitetos, urbanistas e historiadores que se dedicaram a descrever, apenas do ponto de vista das causas imediatas das consequências nefastas, a produção da forma urbana no final do século XX. É num quadro não apenas de crise epistemológica como ontológica (Camhis, 1979, p.112), onde o planeamento é requerido sob a perspetiva da ação revolucionária sobre a ordem da realidade, que o marxismo vai contribuir para a natureza científica do urbanismo. Ou seja, conforme Camhis, o planeamento, da ótica do marxismo, pressupõe uma relação dialética da teoria com a práxis, na medida em que a transformação do espaço se constitui numa relação intrínseca com os processos de produção socioeconómica. O marxismo propõe-se mostrar como o **“planeamento é político”** (Camhis, 1979, p.119).

---

<sup>227</sup> No artigo com o mesmo título publicado na revista de geografia crítica Antipode, em 1978, Camhis expõe a problemática de o planeamento procurar procedimentos em detrimento da substância, recuperando de Faludi a ideia de que se procura o que existe de científico no planeamento. Camhis, 1978, p.44.

<sup>228</sup> “Migione está certo quando defende que o conceito de classes é tanto o objeto como o sujeito da análise.” Tradução da autora de: “Migione is right when he argues that “classes” are both the method and subject of analysis (Mingione, 1974).” Camhis, 1979, p.113.T

<sup>229</sup> Tradução da autora de: “in a Marxist-materialist approach, theory of planning can only be the outcome of theory in planning”. Camhis, 1979, p.113.

*Este sentido de positivismo deslocado caracteriza certas percepções atuais do fracasso do humanismo dentro de um contexto cultural. Há também outro ponto, mais complexo, nesta situação. Não só o funcionalismo pode ser reconhecido como uma espécie de positivismo, mas, como o positivismo, pode agora ser visto como estando dentro dos termos de uma visão idealista da realidade.*<sup>12</sup>

Eisenman, 1976, p.237



Fig. 28 Planta do Parque La Villette, em Paris, de 1983. Projeto supervisionado pelo arquiteto Bernard Tschumi, acompanhado por Jacques Derrida e Peter Eisenman. Dentro de um programa de renovação urbanística pública, o parque urbano corresponde ao antigo lugar de matadouros.  
Fonte: <http://www.archidiap.com/opera/parc-de-la-villette/>, em 3 de Março de 2017.

<sup>12</sup> Tradução de: "This sense of displaced positivism characterizes certain current perceptions of the failure of humanism within a broader cultural context. There is also another, more complex, aspect to this predicament. Not only can functionalism indeed be recognized as a species of positivism, but like positivism, it now can be seen to issue from within the terms of an idealist view of reality."

***Na representação urbanística, o termo “zoning” implica já a separação, a segregação, o isolamento em guetos ordenados. O facto torna-se racionalidade no projecto.***

Lefebvre, 2012, p.104

No final dos anos sessenta, Lefebvre coloca pioneiramente, depois de um longo período de crítica política económica, a relação direta da sociedade com a construção da cidade, do século XX. Para Lefebvre a urbanização corresponde de facto a uma transformação do território em função dos processos sociais, defendendo uma relação dialética, mas não determinante entre o espaço e a sociedade, que respeita a antropologia do espaço. Resultado da economia política no espaço, a pressão das bases oprimidas e ostracizadas opera uma revolta contra a segregação periférica e contra a monopolização fundiária urbana, responsabilizados pela decadência funcional das várias urbanas nas principais cidades ocidentais e o crescimento exponencial de áreas suburbanas<sup>230</sup>. Na cidade modelada pelo conflito, cuja complexidade cresce e se torna universalizada, Lefebvre aponta os princípios marxistas que definem as relações sociais no espaço, numa posição engajada que defenderá académica e editorialmente<sup>231</sup>. Contrapondo-se à lógica do capital na produção moderna da cidade, Lefebvre sublinha a segregação e a exclusão urbanas como resultados operativos dos interesses dominantes, caracterizando **“o sentido político da segregação como estratégia de classe”** (Lefebvre, 2012, p.106) (Lefebvre, 1974, p.432) e da instrumentalização política e social do espaço urbanizado ao serviço da produção capitalista (Lefebvre, 1973, p.18). Lefebvre critica os processos de industrialização e de consumo que se revelam através das causas negativas de suburbanização das cidades existentes, nomeadamente no que toca às condições materiais das populações trabalhadoras e seus espaços de permanência e vida urbana, em oposição ao que seria a cidade no seu conteúdo humano numa fase anterior<sup>232</sup>.

***A economia política antiga se transforma em economia política do espaço.***

Lefebvre, 1973, p.18

---

<sup>230</sup> “Se definirmos a realidade urbana pela dependência em relação ao centro, os arredores são urbanos. Se definirmos a ordem urbana pela relação perceptível (legível) entre a centralidade e a periferia, os arredores são desurbanizados.” Lefebvre, 2012, p.32.

<sup>231</sup> Lefebvre publica, em 1968, “O direito à cidade”. Em 1971, “A revolução urbana”. Em 1972, “O pensamento marxista e a cidade”. Em 1974, “A produção do espaço”.

<sup>232</sup> “Dado que a sociedade não funciona de uma maneira satisfatória, não poderá haver uma patologia do espaço? Nessa perspectiva não concebemos o primado, quase oficialmente reconhecido, do espaço sobre o um indicador de uma patologia social: como um sintoma, entre outros, de uma realidade que engendra doenças sociais.” Lefebvre, 2012, p.53.

É, nesse sentido, que Smith relembra em Lefebvre a invenção do conceito de **“sociedade urbana”** (Lefebvre, 2003, p. XI). Tanto Castells como Merrifield evidenciam a divisão proposta por Lefebvre da forma urbana correspondente a três grandes épocas de produção social<sup>233</sup> – a agrária, da subsistência; a industrial, da produção e acumulação; e a urbana, do lúdico (Merrifield, 2002, p.116) (Castells, 2000, p.144).

Para Lefebvre a sociedade urbana resulta da revolução urbana, revolução como estado permanente de criação e destruição das formas urbanas existentes e das a produzir, onde se enquadram as infraestruturas que suportam a vida dos habitantes e trabalhadores urbanizados – a parte variável do aparelho produtivo que o capitalista tende a dominar indiretamente. A cidade é também mercado de mão-de-obra, e por isso, lugar de resolução da **“desarticulação e a dissociação no espaço e no tempo das condições do processo”** (Lefebvre, 1972, p.134). Se a manutenção da classe dominante, que neste caso é a burguesia, exige a continuidade da ordem ou do **“status quo”** (Camhis, 1979, p.118), então parte do processo de produção socioeconómica remete para a reprodução, que sobrevive sob a forma de expansão física, o que se torna expressivo, no caso da urbanização extensiva e na destruição da cidade. Que processo de produção urbana é esse? O processo de produção, venda e capitalização<sup>234</sup> através da mercadoria, que depende **“da propriedade do solo e da renda da terra”** (Lefebvre, 1972, p.146), do trabalhador e dos meios de produção e circulação que se constituem na transformação do território. A produção socioeconómica implica igualmente a produção dos meios para a sua reprodução, daí que parte do que se produz através do trabalho e realize pela circulação reverta para a manutenção das condições operativas existentes, apesar da tendencial necessidade de transformação.

***As contradições do espaço, ainda a ser descobertas na sua vastidão, contêm as do tempo, não sem lhes acrescentar novos conflitos.***<sup>235</sup>

Lefebvre, 1973, p. 17

---

<sup>233</sup> Lefebvre identifica o nascimento da cidade medieval com o processo de acumulação primitiva, e, a expansão da urbanização industrial, com a exploração da acumulação de capital e a resolução da contradição inerente à diminuição da taxa de lucro (Lefebvre, 1972, p.127).

<sup>234</sup> “O capitalismo não se analisa e não se expõe em oposições binárias: proletariado e burguesia, salário e lucro, trabalho produtivo e parasitismo. Ele comporta três elementos, três termos, três momentos: a terra, o trabalho, o capital, quer dizer: as rendas, os salários e os lucros, numa unidade global: a mais-valia.” Tradução da autora de: “le capitalism ne s’analyse et ne s’expose pas en oppositions binaires: proletariat et bourgeoisie, salaires et profit. Travail productif comporte trois éléments, trois termes. Trois moments: la terre, le travail, le capital, c’est-à-dire: les rentes, les salaires les profits, dans une unité globale: la plus-value.” Lefebvre, 1974, p.362.

<sup>235</sup> Tradução da autora de: “Les contradictions de l’espace, encore à découvrir dans leur vastitude, contiennent en les déplaçant celles du temps, non sans leur ajouter de nouveaux conflits.” Lefebvre, 1973, p.17.

***Este espaço urbano é contradição física. O estudo da sua lógica e propriedades formais levam a uma análise dialética das suas contradições.***<sup>236</sup>

Lefebvre, 2003, p.39

Para Lefebvre a urbanização constitui parte da globalização do capitalismo e das contradições sociais essencialmente manifestas na necessidade simultânea de construção e circulação, entre “**fluxo**” e “**fixação**” (Lefebvre, 1973, p.18), o que significa uma reformulação das categorias marxistas de classes com espaço e capital próprios e identificáveis. Uma vez que “**a cidade estende-se desmedidamente, e rebenta.**” (Lefebvre, 1972, p.170), a apropriação indefinida e episódica do território reflete as contradições inerentes ao funcionamento da circulação do capital que a reprodução das relações sociais suporta. Como o próprio, a reprodução social não existe num conflito permanente sem provocar contradições que se constroem no território, uma vez que nesta mesma construção a ampliação permanente dos meios de produção procura sectores novos para explorar: “**tempos livres, vida quotidiana, conhecimento e arte, e finalmente, a urbanização**” (Lefebvre, 1972, p.160). De forma a garantir a obtenção permanente do lucro, contrariando as próprias estruturas que permitiram a obtenção desse lucro, Lefebvre argumenta “**que a extensão do mercado está ligada à do fenómeno urbano**” (Lefebvre, 1972, p.137)<sup>237</sup>. Assim, Lefebvre constitui-se como pioneiro na defesa da teorização marxista da urbanização como motor do desenvolvimento e da luta de classes no espaço urbano<sup>238</sup>. A cidade não é neutra, nem técnica (Lefebvre, 1973, p.19), e para demonstrá-lo, desconstrói a idealização da técnica e da forma construtiva como pertencentes à ideologia do planeamento, uma ideologia que se constitui como ciência do urbanismo, reconsiderando que a discussão académica está ao serviço da ciência como instrumento de ordenamento da força de trabalho no território (Lefebvre, 1973, p.19). Lefebvre protagoniza uma teoria social do espaço como um produto das relações sociais (Lefebvre, 1974, p.35) e recoloca em perspetiva o humanismo<sup>239</sup> adjacente à direção do universal no urbanismo.

***A aptidão do espaço para a troca tem crescente importância na transformação das cidades, e a própria arquitectura dela depende: a forma dos edifícios provém dos loteamentos e da***

---

<sup>236</sup> Tradução da autora de: “This urban space “is” concrete contradiction. The study of its logic and formal properties leads to a dialectical analysis of its contradictions.” Lefebvre, 2003, p.39.

<sup>237</sup> “O capitalismo manteve-se, porque se estendeu a todo o mundo”. Lefebvre, 1972, p.169.

<sup>238</sup> “Todavia a luta de classe decorre na cidade.” Lefebvre, 1972, p.165.

<sup>239</sup> “O velho humanismo afasta-se e desaparece. [...] É, assim, para um novo humanismo que devemos tender e esforçar-nos, isto é, para uma nova praxis e um outro homem, o da sociedade urbana.” Lefebvre, 2012, p.110.



***aquisição de solo parcelado em rectângulos de pequenas dimensões.***

Lefebvre, 1972, p.155

Ao contrário da perspetiva que Castells crítica em Lefebvre<sup>240</sup>, a cidade é o lugar onde **“se desenrolam os ciclos da re-produção”** (Lefebvre, 1972, p.163), o que significa que **“comporta não apenas a reprodução das relações sociais mas também a de ideologias”** (Lefebvre, 1972, p.164) e de outras práticas sociais que divergem da produção imediata, mas substanciais para a permanência daquela. Assim, Lefebvre encontra na urbanização as contradições que encontra na imediata relação das forças produtivas com as relações de produção, considerando a oposição entre o capital e o trabalho (Lefebvre, 1972, p.169) (Lefebvre, 1974, p.445). A primeira é a oposição entre o espaço global e a propriedade local; outra é a separação social do espaço operada pelo Estado; outra é a destruição dos limites abstratos administrativos, dos quais a relação cidade-campo é sintomática; outra é o processo de **“troca orgânica entre a sociedade e a terra”** (Lefebvre, 1972, p.170); outra é a distância simbólica entre o centro e a periferia; outra é a destruição das barreiras físicas em função da redução do tempo de troca e circulação; outra é a automatização que substitui a mão-de-obra viva; outra é a socialização dos indivíduos e sua dependência ao sistema de produção, em estado isolado; outra é a diferenciação entre público e privado, entre o coletivo, o estatal e o social, cuja consequência é a marginalização das associações (Lefebvre, 1972, p.172). Se a organização do espaço assiste determinada forma social, ou melhor se o espaço é morfologia social (Lefebvre, 1974, p.112), para Lefebvre a primazia do indivíduo isolado e suburbanizado, formado em guetos, assiste a relativização das tensões entre grupos e diminui a liberdade de expressão ou melhor, a oportunidade de luta. Conforme o próprio, a cidade **“dispersa os elementos perigosos”** (Lefebvre, 1974, p.445), mas em contrapartida constrói os meios de expressão revoltosa que ocasionalmente e espontaneamente alteram a passividade civil, que faz Lefebvre dizer que o poder tem medo da rua (Lefebvre, 2012, p.19).

***E há consequências para a eliminação da rua: a extinção da vida, a redução da cidade a um dormitório, a aberrante funcionalização da existência. [...] Os eventos revolucionários geralmente ocorrem na rua.***<sup>241</sup>

Lefebvre, 2012, p.18-19

---

<sup>240</sup> Ver referência a Lefebvre e Castells, em anexo.

<sup>241</sup> Tradução da autora de: “And there are consequences to eliminating the street: the extinction of life, the reduction of the city to a dormitory, the aberrant functionalization of existence. [...] Revolutionary events generally take place in the street.” Lefebvre, 2003, p.117.

Lefebvre vê no planeamento um instrumento de interferência do Estado, como um meio ideológico da superestrutura, institucionalizado e representativo da classe hegemónica, a partir do qual se desenvolve uma relação dialética com a espacialização da produção<sup>242</sup>. A prática dessa instrumentalização atravessa, ou melhor, constitui-se em todos os momentos da vida particular de cada um que está no sistema, especialmente pela formação de uma política urbana e regional do território<sup>243</sup>, que tende a especializar os rituais de cada indivíduo segundo a regulação dos horários, do salário, da habitação e da sua localização relativamente ao lugar de trabalho. Não que Lefebvre atribua uma determinação exclusiva à forma urbana, mas sublinha que na relação dialética entre a organização da forma social e o espaço se entrelaçam condicionantes de conjuntura e, que, serão restritivas também do desenvolvimento de relações seguintes. Se o espaço não é um vazio, nem uma **“coisa limitada pela outra”** (Lefebvre, 1974, p.104), o espaço em si, nas suas diferentes e diversas manifestações formais, com as suas fronteiras e limites, não é abstrato, mas remete para relações de produção, de sociabilização que dependem da divisão do trabalho, da divisão binária e opositiva de estados e categoriais que servem determinados objetivos. Assim, revela-se a urgência da revolução das condições materiais, para que com estas, nas quais se inclui a morfologia do espaço, se obtenha uma revolução plena e socialmente eficaz. Se uma revolução tem de produzir um espaço novo para que se concretize (Lefebvre, 1974, p.68), é através da apropriação coletiva do território que se exerce essa transformação.

***A cada tipo de transferência corresponderá  
então uma expressão espacial distinta, mas que  
não poderá ser entendida em si mesma, e sim em  
função dos elementos que ela coloca em relação.***

Castells, 2000, p.202

Não muito diferente, em Castells<sup>244</sup>, o espaço público pode identificar-se em parte com o que o mesmo denomina de estrutura urbana (Castells, 2000, p. 275), mas numa posição materialista radical que revê o **“espaço como um produto material em relação com outros**

---

<sup>242</sup> “É verdade que a verdadeira ditadura não é apenas a dos tecnocratas: na França e em outros países é a dos financeiros. Quer dizer que a tecnicidade não é nada de mais e que os tecnocratas não são mais do que os servidores dos financeiros, sejam privados sejam do Estado.” Lefebvre, 1972 B, 14'5”.

<sup>243</sup> Não é por acaso que Foucault, em 1982, se vai referir ao crescimento de uma ideologia do espaço desde o século XVIII e que culmina com o liberalismo contra a rigidez das formas urbanas, uma vez que a sociedade coeva se apresenta densa, complexa e simultânea, cuja relação com o espaço é dialética. Foucault posiciona-se, desta forma, em relação à sociedade como fonte primordial da forma e função do espaço. Foucault, 1982, in revista Punkto, “Entrevista publicada na Revista Skyline, Março de 1982”. [http://www.revistapunkto.com/2015/04/espaco-saber-e-poder-michel-foucault\\_88.html](http://www.revistapunkto.com/2015/04/espaco-saber-e-poder-michel-foucault_88.html), Abril, 2015.

<sup>244</sup> Ver referência a Castells, em anexo.

**produtos materiais**” (Castells, 2000, p.181). Assim, de que forma Castells se coloca perante a nossa formulação sobre o espaço público?

Em “**A questão urbana**”, e no contexto da organização económica, Castells atribui um protagonismo à circulação, inserido no conceito de estrutura urbana, que é o de transferência. Para Castells, a transferência consiste na execução da relação produtiva e de consumo, que se expressa na “**troca entre os componentes do sistema urbano**” (Castells, 2000, p.276), ou seja, por exemplo, na circulação e na transição da mercadoria, que é o que constitui o capital. Podemos entender aqui uma proximidade do conceito de espaço público com o da circulação, uma vez que é através do espaço para efeitos de passagem livre que se pode operar a troca, processo que dependerá tanto do “**conteúdo circulante**” (Castells, 2000, p.276) como do tipo de “**relações entre o conjunto dos elementos da estrutura urbana**” (Castells, 2000, p.276). Assim, encontram-se formulações técnicas diferentes tendo em conta fatores próprios a cada circulação, nomeadamente a segurança, a rapidez, o custo e o conforto. Em contrapartida, cada um destes fatores tem uma determinação própria dentro do tipo de transferência a realizar, o que implica com a “**viscosidade do espaço histórico onde devemos circular**” (Castells, 2000, p.279). Castells atribui desta forma uma importância determinante no contexto de mundialização da produção à valorização material do trabalho vivo, onde o modo de produção socializado tende a evitar interrupções através da manutenção melhorada da força de trabalho e do consumo, providenciando o território para tal. É, pois, evidente, que para Castells, o conhecimento das leis sociais implícitas no modo de organização socioeconómica, estando dependente da conjuntura espacial existente e da divisão do trabalho, faz surgir as contradições do sistema de circulação, “**introduzindo assim à problemática da planificação (que tentará regulá-las) e dos movimentos sociais suscitados pela experiência vivida de tais situações.**” (Castells, 2000, p.280).

Já no contexto institucional, naquilo a que Castells chama de “**organização institucional**” (Castells, 2000, p.294), destaca-se a contradição entre o afastamento da divisão administrativa e das unidades estatísticas das próprias unidades de consumo coletivo. Como serviço público que prestam, as instituições, numa leitura marxista da superestrutura, vão fazer depender-se, apesar da sua autonomia em muitas situações, da formação das relações económicas, e por isso, conforme Castells têm tendência a ser “**reformistas**” (Castells, 2000, p.295), dentro da imposição, pela luta de classes, de um quadro de consagração dos “**interesses das classes dominantes a longo prazo**” (Castells, 2000, p.295). Assim, a orgânica jurídica e política vai expressar especialmente a regulação da classe que governa sobre o território, mantendo uma relação de tensão contra as classes trabalhadoras (neste caso), nomeadamente

pela centralização das decisões e a manutenção de esquemas hierárquicos verticais entre localidades e o estado (Castells, 2000, p.296). O consumo coletivo faz parte estrutural das funções orgânicas do estado, que garante **“um papel na luta do capital contra a baixa tendencial da taxa de lucro”** (Castells, 2000, p.575). Para o fazer, o processo de consumo sustenta-se por unidades urbanas, cuja reprodução apresenta exigências crescentes advindas das reivindicações das bases (Castells, 2000, p.578). Se há uma questão urbana, é a da interferência dos aparelhos de estado na conformação e organização destas unidades de consumo, nas quais o espaço público é parte integrante, tanto como espaço de salvaguarda dos interesses particulares, como de salvaguarda dos interesses da classe dominante adotados como interesses públicos. Se há um conflito ou problema eminentemente urbano, é o da expressão da luta de classes pela propriedade ou pela possibilidade de intervencionar no modo de vida económico, para que as bases sociais obtenham direitos sobre o fim do seu capital e do seu trabalho no espaço organizado. O que se revela na luta, por exemplo, pela manutenção de espaços públicos de recreio, de lazer e de circulação e pela implantação de equipamentos coletivos (Castells, 2000, p.579).

*Só existe imagem quando ligada a uma prática social.*

Castells, 2000, p.305

No contexto simbólico, Castells lembra Lynch, especialmente para atacar a falsidade da autonomia da forma, defendendo a prática social como origem da sua própria simbolização no espaço, que dela é intrínseca. Aqui, Castells reforça o papel da ideologia na manutenção da reprodução das práticas sociais e das suas representações pela sociedade. Assim, a simbolização da forma urbana remete para uma representação da classe dominante sobre a sociedade, pertencendo a um processo cultural todo o reconhecimento e a identificação dos indivíduos com as formas que os acompanham e os determinam no espaço. Castells propõe **“uma inversão em relação à semiologia estruturalista”** (Castells, 2000, p.310), procurando na prática e na relação socioeconómica a legitimidade cultural e etimológica de determinado espaço. Em **“A cidade informacional”**, de 1989, Castells refere-se ao papel determinante da ideologia na sociedade democrática, onde os processos ideológicos e políticos servem os interesses económicos, nomeadamente através da desregulação do estado, apoiada na reação à burocratização e às instituições regulatórias que impedem a livre atuação do indivíduo (Castells, 2002, p.231).

Na abordagem inicialmente estruturalista de Castells não existe uma conceção de espaço público, uma vez que esta categoria pertence ao discurso ideológico do urbanismo burguês.

Nessa posição, Castells propõe substituir a leitura da forma urbana pela leitura da sua origem económica e institucional expressa **“em termos de fluxo, de ritmos urbanos, de espaços vazios, de orçamentos-espaço”** (Castells, 2000, p.310), o que poderá constituir uma definição mais abrangente do espaço público existente em relação com a função que este estabelece no sistema de trocas, e por isso apto a realizar transferências de modos cada vez mais rápidos, mais seguros ou mais lucrativos. Se o espaço é produzido na medida da sua interação dialética com a prática, uma possibilidade de tornar operativo o conceito de espaço público em Castells é considerando a sua função na divisão fundamental da sociedade privatizada, que se materializa com a proteção da privacidade da família como unidade nuclear de reprodução da força de trabalho (Castells, 2000, p.337). O espaço público é uma contrapartida necessária de gestão urbana entre as unidades de consumo coletivo, que determina o seu maior ou menor afastamento, acesso e viscosidade dentro do sistema urbano. Ou seja, a prática urbana é mediada fisicamente pela presença de elementos espaciais que se apresentam sob uma determinada posição e forma na medida daquela prática, e cuja imagem se apresenta construída e assimilada por essa mesma prática. Daí as contradições que a morfologia urbana apresenta ao desenvolvimento do capital na produção urbana, visto que uma vez que esse capital fixo seja construído (que são as infraestruturas, estruturas e edificado), tornar-se-á obstáculo futuro à circulação do capital, bem como ao deslocamento de atividades dependentes das suas instalações físicas. Calha, segundo Castells, a tarefa árdua e contraditória de gerir localmente este processo às instituições municipais, que se vêem confrontadas com a produção urbana e os movimentos sociais (Castells, 1981, p.298). O espaço urbanizado, no caso de uma democracia e estado de direito, estando afeto, por isso, ao direito da propriedade privada, constitui uma das maiores contradições ao capitalismo monopolista (Castells, 1981, p.305). É na **“Crise urbana e mudança social”**, publicado em 1981, que Castells aborda mais especificamente esta questão da dimensão local da crise capitalista mundial, que se agrava a partir de meados da década de 70, nomeadamente pela crise de sobreprodução e estímulo ao consumo particular pelas políticas municipais. Quanto a isso, Castells diz que a base da estrutura urbana é precisamente a socialização espacial dos serviços coletivos (Castells, 1981, p.306), particularmente dos que oferecem vantagens ao consumo privado. Assim, os serviços reivindicados que não pertencem à esfera do lucro não são realizados, exponenciando a deterioração dos serviços municipais (Castells, 1981, p.307) e aumentando os desequilíbrios sociais entre diferentes áreas territoriais, que a administração pública local e central tenta equilibrar paliativamente.

***O que significa uma divisão do espaço, sob o domínio do modo de produção capitalista, em termos de divisão econômica? Significa, por um lado, uma organização do espaço específica para cada um dos elementos do processo de produção imediata (força de trabalho e reprodução da força de trabalho, meios de produção e reprodução dos meios de produção); por outro, uma organização do espaço específica à gestão do processo de trabalho; enfim, o espaço do processo de circulação do capital.***

Castells, 2000, p.555

Se a produção urbana de fato corresponde à contingência de aumentar a acumulação, e que nesse processo tenha de acontecer a concentração económica, social e espacial dos meios de produção e de unidades de gestão e consumo coletivos (Castells, 1981, p.319), será pois expectável que a crise da produção urbana condense as necessidades opostas entre os locais e os investidores, entre os residentes e os estranhos, entre os técnicos e os políticos, entre o planeamento do espaço e a sua estruturação para comercializar, entre a propriedade privada e a socialização do espaço. Assim, consideramos que para Castells o espaço público como categoria apropriada pela produção urbana capitalista terá um papel contraditório que coloca em causa a própria acumulação capitalista. Só na medida do necessário e da relação concreta das forças sociais, o espaço público constituirá parte fundamental da estruturação urbana, revestindo formas e dimensões relativas dentro desse processo. Podemos avançar que o processo de produção de formas sociais em modo de produção capitalista reforça a diferenciação material e jurídica entre o espaço privado e o espaço público, estando este último afeto exclusivamente à prática de planeamento e à decisão política, que dependem da prática económica e da expressão dessa prática na estrutura política, institucional e ideológica. Esta prática, sendo um processo, é determinada de forma ambivalente e interativa pelas características materiais dos envolvidos sociais e das capacidades e limitações materiais do território, gerando formas específicas de apropriação que se reveem nas diferentes formas espaciais, nomeadamente do espaço de propriedade e utilização públicas.

***A política urbana constitui o eixo do processo de urbanização.***<sup>245</sup>

Castells, 1981, p.73

---

<sup>245</sup> Tradução da autora de: "La política urbana constituye el eje del proceso de urbanización." Castells, 1981, p.73. Ver referência a Castells, em anexo.

Ao considerar a política urbana mais recente, Castells revê que a produção urbana capitalista, cujo espaço público se materializa nas infraestruturas e estruturas de comunicação que sustentam o fluxo das unidades de consumo coletivo, perdeu utilidade lucrativa para a produção capitalista. Para Castells, a mobilização das bases e os movimentos sociais são o que está na origem de uma nova organização territorial, e nessa medida, as relações de força entre grupos políticos é o que se constitui determinante para a decisão sobre a transformação do território e sobre a produção de formas espaciais. Esta mobilização é acompanhada de um processo que Castells denomina de globalização, apoiado pela informação digital e a criação de novas formas sociais em comunicação horizontal que, segundo o próprio traduzem uma nova realidade que se difere de toda a produção de conhecimento teórico sobre aquilo que designamos de cidade.

*Eu já sugeri antes que a urbanização serve para produzir novos modos de produção de novos modos de consumo e novas necessidades e desejos. O papel do proprietário rentista e do capitalista são cruciais para as dinâmicas de urbanização e, por isso, para manter uma demanda efetiva; e uma estrutura de mercados secundários, através da qual os monopólios de rendas possam realizar-se, promove o incentivo necessário para que aqueles o desempenhem com lucro.*<sup>246</sup>

Harvey, 1985, p.86

Harvey critica a posição de Castells, quanto às dúvidas que este último apresenta em **“A cidade e as bases sociais”**, da relação estrutural da forma espacial com o desenvolvimento do capital. Em **“A urbanização do capital”**, publicado em 1985, Harvey coloca em perspetiva a capacidade do ideário marxista em formular respostas atuais e contrariando nomeadamente Saunders, Castells e Mollenkopf (Harvey, 1985, p.125). Para Harvey, a renda do solo é o que liga o capital ao espaço, ou seja, a rentabilização da propriedade no modo de produção capitalista. Harvey, colocando-se numa posição crítica da teoria da revolução urbana de Lefebvre (Harvey, 1986, p.88), vem demonstrar como o processo de urbanização corresponde a uma dinâmica rentista, que faz circular o investimento entre um modo primário de produção, que foi a industrialização, e um modo secundário, que corresponde à urbanização e à construção de várias formas espaciais. Harvey coloca-se a meio caminho entre Lefebvre e Castells quanto

---

<sup>246</sup> Tradução da autora de: “I have already suggested that urbanization serves to produce new modes of consumption and new social wants and needs. The roles of speculator-landlord and speculator-developer are crucial to the dynamics of urbanization and therefore to the maintenance of effective demand; and a structure of submarkets through which class-monopoly rents can be realized provides the necessary incentive to play these roles with profit.” Harvey, 1985, p.86.

à questão da produção urbana ou formas espaciais, tomando uma abordagem relacional dos vários processos primários e secundários de produção socioeconómica que se estabelecem no capitalismo. Assim, segundo Saunders, para Harvey a industrialização continua a ser o principal setor de produção de capital e o principal motor de desenvolvimento das sociedades capitalistas (Saunders, 1984, p.181), diferentemente de Lefebvre que dá primazia aquela última.

Segundo Harvey, em “**A urbanização do capital**”, publicado em 1986, a procura de novas oportunidades de produção capitalista, em contramão da baixa de lucro, tem consequências no processo de urbanização, uma vez que é através deste que a procura do lucro promove uma competição ativa e resiliente na procura de localizações territoriais vantajosas. Esta procura produz uma contradição primária na estruturação do território que corresponde à resistência das formas construídas e das estruturas fundiárias existentes à nova geografia do capital. Assim, a realocação geográfica, para Harvey, é um processo próprio da competição capitalista e não uma escolha individual ou particular isenta de constrangimentos, tomada dentro de um conjunto complexo e muito localizado de fatores que se contradizem entre si. Um destes primeiros e essenciais constrangimentos é a renda de capital fixo do solo, tendo em conta a sua utilização como recurso esgotável. Assim, Harvey constrói uma argumentação económica marxista do modo de produção capitalista da geografia urbana, cujo mote principal é a espacialização de algumas das teorias enunciadas por Marx: a acumulação e a obtenção de mais-valia, considerando no que de territorial se pode expressar a contradição entre a propriedade fundiária e a mobilização do processo de produção capitalista<sup>247</sup>.

---

<sup>247</sup> Ver referência a Harvey, em anexo.



Desde a antiguidade mais remota, a cidade configurou-se como um sistema de informação e de comunicação, com uma função cultural e educativa. As viagens de Telêmaco ao Egeu demonstram que, já na época de Homero, a cultura era considerada, acima de tudo, conhecimento das cidades.

Argan, 1998, p.244

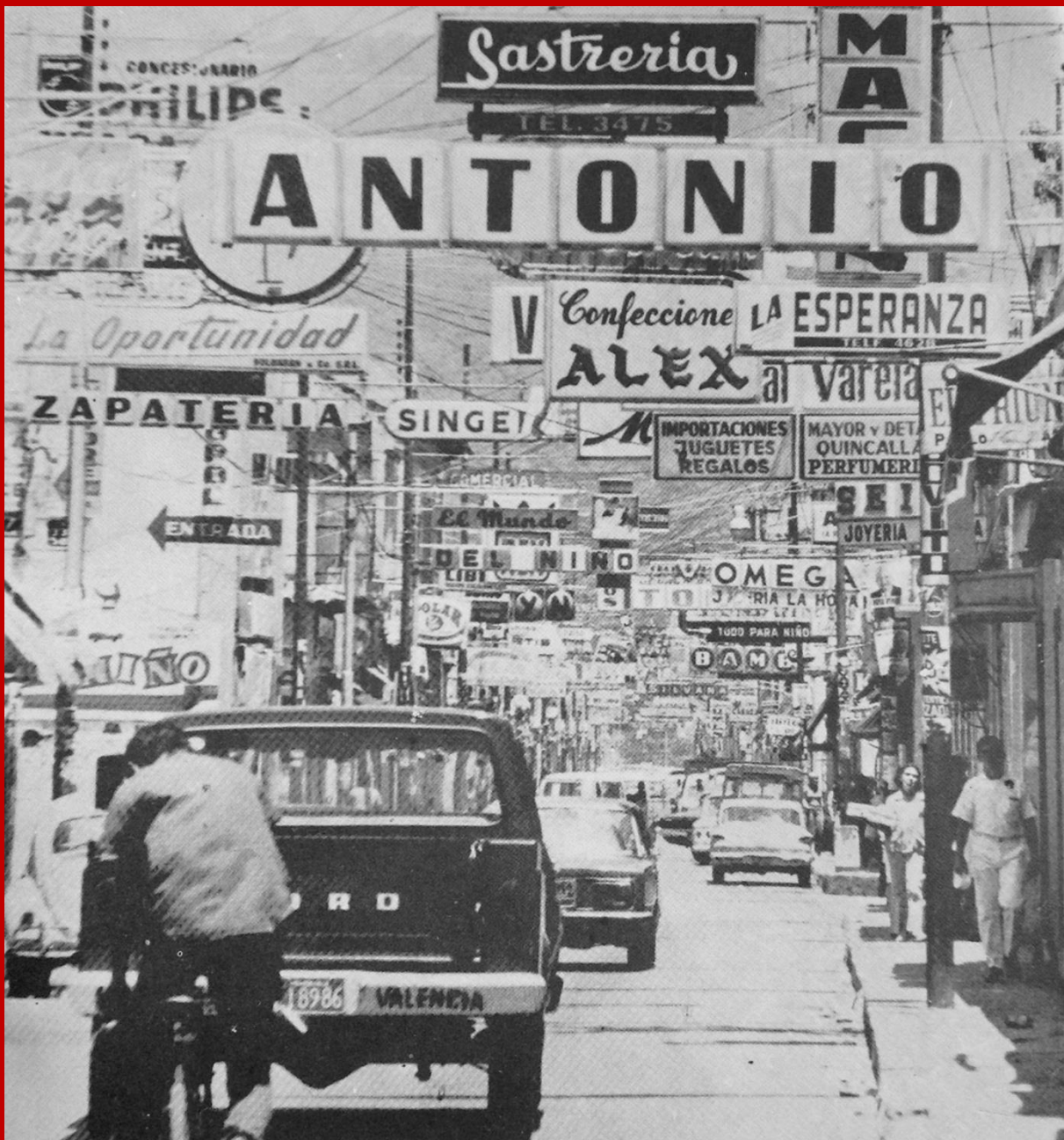


Fig. 29 Fotografia de uma rua na América Latina.  
Fonte: Benevolo, 2005, p.713.

Em 1975, na “**Geografia da acumulação capitalista**”, publicada na revista Antipode, Harvey demonstra como a “**teoria da acumulação se relaciona com o entendimento da estrutura espacial, e como a particular forma de análise da localização elaborada por Marx fornece o elo perdido entre a teoria da acumulação e a teoria do imperialismo**” (Harvey, 2005, p.43). Aqui, Harvey relaciona essencialmente o processo de expansão territorial com a acumulação do capital, que são estruturados pelo aumento do mercado de consumo e do embaratecimento dos lugares de produção. Esta correlação produz uma competição furtiva que promove a criação de espaços de circulação sempre dependentes das necessidades intrínsecas à disponibilização da mercadoria nessa geografia cada vez mais expandida.

É, pois, através do conceito de anulação do espaço-tempo<sup>248</sup> e da “**superação das barreiras espaciais**” (Harvey, 2005, p.68) que Harvey transporta a teoria do metabolismo da circulação (Harvey, 2005, p.58) para a geografia do capitalismo. A redução do custo de produção (Harvey, 2005, p.49), é assim determinante para a sobrevivência do modo de produção capitalista, que encontra noutras posições globais um lugar momentâneo e oportuno para a extração de mais-valia, transformando as estruturas sociais existentes e promovendo as novas que se tornarão autónomas na medida da sua própria necessidade de sobrevivência material. O espaço de circulação é consubstanciado em meios de comunicação e transportes mais rápidos ou mais seguros, o que permite incrementar o lucro associado à produção relocizada.

***O modo capitalista de produção fomenta a produção de formas baratas e rápidas de comunicação e transporte, para que “o produto direto possa ser realizado em mercados distantes e em grandes quantidades”, ao mesmo tempo que novas esferas de realização para o trabalho, impulsionadas pelo capital podem se abrir. Portanto, a redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para a acumulação do capital.”***

Harvey, 2005, p.50

Para Harvey, a produção e a circulação tendem a transformar o território, especialmente as suas características materiais fazendo depender as diferentes áreas mundiais entre si (Harvey, 2005, p.57).

---

<sup>248</sup> Em 1981, Harvey escreveu na “Social relations and spatial structures”: “Marx não estava necessariamente equivocado ao priorizar o tempo em relação ao espaço. Na circulação do capital, o propósito e o objetivo dos envolvidos deve ser controlar o tempo de trabalho excedente, e transformá-lo em lucro dentro do tempo de rotação socialmente necessário.” Harvey, 2005, p.129.



Este processo, segundo Harvey, justifica o surgimento de áreas urbanizadas periféricas nas cidades pré-capitalistas e nas cidades colonizadas, bem como a obsolescência de determinadas áreas em cidades que produziram anteriores configurações de produção capitalista e que agora não são mais úteis como lugar ou como meio em si mesmo de produção. A intervenção da administração pública concerta determinadas tensões resolvendo conflitos espontâneos ou agravando os conflitos através de regulação em prol do capital. A sua eficácia é determinável em função da capacidade em fazer manter a mais-valia no processo, o que tende a produzir situações de sobreprodução, excedente de mão-de-obra e **“destruição das relações familiares pré-capitalistas”** (Harvey, 2005, p.119). Num processo inerente a que Harvey chama de **“ajuste espacial”** que se traduz na **“expansão do proletariado por meio da acumulação primitiva”**, é da população que se retira a força de trabalho e o mercado de consumo (Harvey, 2005, p.119) (Harvey, 2005, p.135).

***A capacidade tanto do capital como da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infra-estruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande medida, inalteráveis. A capacidade de dominar o espaço implica na produção do espaço.***

Harvey, 2005, p.149

A mobilidade ou possibilidade ilimitada de circulação é o que Harvey considera estar na origem da necessidade de liberalização do espaço, de destruição de fronteiras e de desregulação, tendo em conta que a escravatura se tornou ausente e as populações têm de circular livremente e por meios próprios (Harvey, 2005, p.120). A mobilidade da força de trabalho, contudo é um processo muito mais difícil de espacializar do que a circulação de capital, uma vez que **“as infra-estruturas necessárias absorvem capital e mão-de-obra na sua produção e manutenção”** (Harvey, 2005, p.149), com repercussões na rentabilidade das formas espaciais de comunicação a médio prazo. Assim, as crises representam **“fases de intensa racionalização na transformação e expansão geográfica”** onde a **“dialética interna da sociedade civil é perpetuamente mitigada e reproduzida mediante o recurso constante ao ajuste espacial”** (Harvey, 2005, p.117) (Harvey, 2005, p.135).

***O conjunto espacialmente estabelecido dos processos sociais, que denomino urbanização, produz diversos artefactos: formas, construídas, espaços produzidos e sistemas de recursos de***

**qualidade específicas, todos organizados numa configuração espacial distinta.**

Harvey, 2005, p.170

Harvey destaca as relações dos arranjos institucionais depois da década de 70 do século passado com os promotores e os investidores em vários níveis, para a exploração da mais-valia entre as populações empregadas, com aptidão para serem alvo do crédito. O estímulo da atividade de promoção empresarial e privada serviu à capitalização da banca através de processos de produção urbana liberalizados pela desregulação estatal (Harvey, 2005, p.182), apoiados ideologicamente pela retórica do empreendedorismo individual e custeados nos espaços públicos e infraestruturas pelos poderes locais<sup>249</sup>. Aqui, ao contrário de Castells, Harvey sublinha o papel desta transição dos serviços públicos para a forma de mercadorias como parte de políticas neoliberais que servem à manutenção da produção capitalista em período de crise, especialmente pela garantia do crédito às classes trabalhadoras. Para Harvey, a produção urbana no final do século XX representa a fuga da produção capitalista à sua crise interna, que se apresenta sob a forma de promoções eventuais, casuais e esporádicas, cuja importância social para os residentes e trabalhadores é inexistente.

Harvey faz ainda uma crítica ao ideário urbanístico e arquitetónico pós-moderno como parte integral desta gestão *ad hoc* das contradições da produção urbana capitalista que se constitui na governança local, e cujas limitações se revêm, entre outras, no aumento das diferenças socioeconómicas entre as áreas intervencionadas e **“o mar circundante de pobreza crescente”** (Harvey, 2005, p.188). Para Harvey a proliferação de espaços comerciais e culturais, encerrados com praças de alimentação e atrações para consumo, enfocados na ideologia da qualidade de vida, constitui uma parte fundamental da regeneração urbana que acompanha o equilíbrio frágil da crise do capitalismo na produção de formas espaciais depois da crise do início da década de 70 do século XX (Harvey, 2005, p.176). Relembrando **“A condição pós-moderna”**, Harvey destaca o nascimento da condição pós-moderna como expressão de uma cultura homogeneizadora que comprime o tempo através da apropriação do espaço direcionado para a circulação e para a replicação de formas espaciais que transmitem uma certa segurança para o consumo, especialmente através do turismo urbano, reduto de nova

---

<sup>249</sup> Em “A arte da renda: a globalização e transformação da cultura em commodities”, preparada para a conferência “Global e local” realizada na Tate Modern, em Londres, em Fevereiro de 2001: “Por empreendedorismo urbano, entendo o padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional, supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, grupos comunitários, ONG's, etc.) e interesses privados (empresariais e individuais) formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou outro.” Harvey, 2005, p.230.

exploração industrial de áreas em decadência (Harvey, 2005, p.176). O papel fundamental da requalificação física dos espaços públicos destas formas espaciais sobreviventes é o de proporcionar o ajuste entre as necessidades latentes e o mercado proporcionado pelo espaço urbano em si, promovendo aquilo que Harvey denomina de capital simbólico coletivo (Harvey, 2005, p.232). Neste sentido, a tendência socialista de alguns agentes institucionais locais nas décadas de 70 a 80 do século XX é anulada pela pressão do capital monopolista mundial, o que se reverte num planeamento cuja base ideológica é a da negociação liberal com os agentes privados, constituindo para esse efeito parcerias público-privadas (Harvey 2005, p.174). Neste planeamento, a cidade constitui-se como objeto de marca, e, as formas construídas, símbolos de posicionamento competitivo de cada cidade dentro de um processo global especulativo, ou seja, uma perigosa **“reificação das cidades em combinação com a linguagem que considera o processo urbano aspeto ativo em vez de passivo do desenvolvimento político-econômico”** (Harvey, 2005, p.169).

***Este tipo de governança urbana se orienta principalmente para a criação de padrões de investimentos, não apenas em infra-estruturas físicas, como transportes e comunicações, instalações portuárias, saneamento básico, fornecimento de água. Mas também em infraestruturas sociais de educação, ciência e tecnologia, controle social, cultura e qualidade de vida. O propósito é gerar sinergia suficiente no processo de urbanização, para que se criem e se obtenham rendas monopolistas tanto pelos interesses privados como pelos poderes estatais.***

Harvey, 2005, p.232

A retórica agregada ao capital simbólico constitui um instrumento de condicionamento ideológico em favor da valorização fundiária e imobiliária, num contexto altamente competitivo de globalização da produção capitalista, que passa pela **“avaliação da singularidade, da autenticidade, da particularidade, da originalidade, e de todos os tipos de outras dimensões da vida social com a homogeneidade pressuposta pela produção de mercadoria”** (Harvey, 2005, p.238-239). Harvey acentua esta posição do desenvolvimento da produção do capital em mercado livre assumir novas formas geográficas e formas espaciais que contribuem para **“acumular marcos de distinção e capital simbólico coletivo”** (Harvey, 2005, p.235), traduzidos no aumento da renda como tentativa curta de escape ao processo de contradição entre a propriedade e o monopólio (Harvey, 2005, p.225). Nesse sentido, e par de Lojkin, Harvey admite que a estruturação urbana realizada pela planificação pública, em

última instância, apoia a concentração de capital que se espacializa na ocupação central das áreas urbanas dos centros de comando e poder, expulsando para a periferia destes centros a população desprovida de acesso económico a essa propriedade valorada. Conforme Lojkine, em **“O estado capitalista e a questão urbana”**, publicado em 1977, ao **“emaranhado urbano das atividades produtivas, comerciais e residenciais, sucede assim o imenso zoneamento das “megalópoles” onde a ocupação do espaço é determinada pelo mecanismo de selecção rigorosa da renda fundiária”** (Lojkine, 1981, p.322). Ao processo de produção capitalista no território corresponde uma segregação social<sup>250</sup> inerente que se constitui na relação económica contraditória entre classes e na divisão do trabalho, instrumentalizados pelo estado. Lojkine, explica assim, antes de Harvey, a importância económica da propriedade do território tanto na formação espacial, na medida em que a **“eliminação, pelo capital produtivo, do “obstáculo fundiário””** adia a contradição da **“fragmentação privada do solo”** (Lojkine, 1981, p.328), como na formação política, na medida em que esta evolui ora com relativa autonomia superestrutural, ora com processos contraditórios que se expressam na luta antimonopolista da urbanização (Lojkine, 1981, p.334).

*Forma mais desenvolvida da socialização capitalista, a planificação estatal representa com efeito a resposta mais coerente do modo de produção capitalista para “acertar” as contradições económicas e sociais que o solapam; mas na medida em que ela se mostra incapaz, a longo prazo, de dominá-las realmente, na medida em que a planificação estatal aparece subordinada não a uma lógica de controle racional, pela sociedade, de seu desenvolvimento coletivo mas sim à lógica de acumulação do capital privado, a planificação assim como o conjunto da política estatal agem menos como instrumento de regulação do que como revelador de uma sociedade retalhada pelo conflito de classes antagónicas.*

Lojkine, 1977, p.321

Um dos contributos de Lojkine é a sua diferenciação entre a planificação, as práticas políticas e os efeitos urbanos, tornando evidente que as medidas de planeamento urbano traduzem a ilusão de controlo do espaço, quando produzem determinados efeitos úteis para uma determinada formação política, que assegura a reprodução socioeconómica na produção

---

<sup>250</sup> Ver referência a Lojkine, em anexo.

capitalista, sem por isso se conseguir estabelecer uma relação direta entre ideologia e política<sup>251</sup>. Lojkin estabelece ainda duas relações fundamentais na produção urbana capitalista: a política urbana, que não se resumindo à planificação urbana, opera precisamente fora desta em função da dinâmica do capital em relação à propriedade; e o desfasamento entre a ideologia afeta àquela política e os reais desenvolvimentos na produção urbana, que dependentes de uma conjuntura complexa, jurídica e financeira, se articulam em fases de transformação diferentes e isoladamente (Lojkin, 1981, p.185). Isto produz resultados inesperados ou contraditórios no território, que coloca em causa as necessidades coletivas frente à irracionalidade do mercado fundiário e imobiliário, que tomou o protagonismo nos últimos anos do século XX.

A reestruturação do capital à expansão mundial é a da **“reestruturação e consolidação do poder de classe”** através de políticas neoliberais (Harvey, 2008)<sup>252</sup>, com a constatação empírica de que as formações espaciais, que surgiram no Pós-Guerra, enfatizam a pobreza, a segregação, a violência urbana e a poluição dos recursos territoriais, especialmente se considerarmos a extensão que atingem as ocupações metropolitanas, não apenas na Europa e norte da América, como nas cidades onde se instalou em maior escala a produção capitalista com a abertura mundial dos mercados.

---

<sup>251</sup> Lojkin adverte para a tendência estruturalista de Castells constituir um neopositivismo estruturalista, revendo em “fraqueza teórica” a noção dos aparelhos ideológicos de estado de Althusser no caso da sua análise de Paris. Lojkin, 1981, p.178.

<sup>252</sup> Tradução da autora de: “My version of neoliberalismo was that it was always about the restructuration on consolidation of classe power.” Citação proferida por Harvey, em 2008, na conferência “Urbanismo radical: o direito à cidade”, na City University de New York Grad Center, visitado em 28 de Baril de 2017, em <https://www.youtube.com/watch?v=DkKXt6ITD4>.



O que sabemos da ambiguidade da representação política e profissional de pequeno comércio só contribui para reforçar estes resultados nacionais: tanto em Rennes como em Lyon as monografias sociológicas mostraram o atual fracionamento das diferentes camadas de comerciantes e a tentativa das frações mais ricas de se aliarem com o grande capital comercial nas grandes operações de urbanismo da periferia e nas do centro da cidade.

Lojkine, 1997, p.298

Estudos históricos que estão fora de nosso alcance dirão um dia em que momento cessou na França o período de comprometimento social e político entre a burguesia monopolista e as outras frações da classe capitalista. Todos os documentos que conseguimos reunir parecem mostrar que os anos 60 aceleraram o fracionamento dos interesses da classe capitalista e contribuíram para reduzir a política estatal – no plano dos seus efeitos sociais reais – a uma política monopolista.

Lojkine, 1997, p.299

É por isso que não se pode esquecer os limites das reformas urbanísticas, no interior do atual sistema, quando, sob a pressão de movimentos de protesto maciços, o poder de Estado concede – contra sua própria lógica – algumas extensões de linhas de metro para o subúrbio ou a proteção do habitat urbano contra as auto-estradas ou os transportes em local próprio: esses limites capitalistas não devem ser atribuídos a uma opção urbanística nem a uma forma arquitetural peculiar, mas sim à segregação da qual são vítimas os trabalhadores com referência às zonas de concentração de equipamentos coletivos que permitem o pleno desenvolvimento das capacidades físicas e culturais da personalidade humana.

Lojkine, 1997, pp.300-301

Amputado de sua antiga base econômica, o "reformismo" urbano deve, então, ceder a vez ou a uma política urbana diretamente sujeita às exigências do capital monopolista, ou a um afrontamento político direto com a fração de classe dominante.

Lojkine, 1997, p.312

## AS FUNÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO NO ESPAÇO GLOBAL

***Esta combinação entre o espaço público urbano e o espaço cibernético é o que eu chamo de espaço autónomo.***<sup>253</sup>

Castells, 2014, p.94

Terá o alargamento plural do público nos espaços de representação e reivindicação digitais incrementado a autonomia das decisões políticas, conforme vem defendendo Castells, desde o final do século XX? Neste ponto, é determinante relembrar toda a literatura de resgate da cidade medieval e oitocentista, bem como a ofensiva teórica aos espaços residuais da modernidade e da pós-modernidade, constituídos como “**não-lugares**” (Augé, 2005), como espaços de vigilância permanente (Mangin, 2004), como resultado de um “**urbanismo de eventos**” (Bourdin, 2010) ou da “**cidade genérica**” (Koolhaas, 1995), relembrando ainda o conceito de agorafobia urbana recuperado por Borja e Muxí (2003).

***Não tenho nenhuma dúvida de que esta tendência explosiva e desordenada – descontínua – provém de um sistema de uso do solo imposto pelos interesses particulares do mercado acima das necessidades coletivas, cada vez mais privadas do suporte de um controlo urbanístico.***<sup>254</sup>

Bohigas em Borja, Muxí, 2003, p.11

É, pois, num contexto denominado por Harvey e Borja de contrarrevolução neoliberal (Harvey, 2014) (Borja, 2017), de liberalização das políticas públicas territoriais, que o espaço público como categoria de estudo próprio ganhou autonomia para autores fundamentais entre a geografia urbana, a teoria do urbanismo e as políticas territoriais. Em 1971, Gehl publica “**O espaço entre os edifícios**”, em 1996, “**Espaços públicos, vida pública**” e em 2010, “**Cidades para as pessoas**”. Em 1984, Kierschenmann publica “**Habitação e espaço público**”. Em 1990, Cerasi publica “**O espaço coletivo da cidade**”. Em 1995, Weber publica “**Cultura e vizinhança**”. Em 1996, Castells e Borja publicam “**Local e global: gestão de cidades na era da informação**”, e no mesmo ano Hayden publica “**O poder do espaço: a paisagem urbana**”

<sup>253</sup> Tradução da autora de: “What is specific about our society is that public space combines places and mobile networks. The interaction and reciprocal reinforcement of these two kinds of public spaces makes the space of deliberation much more powerful because you have at the same time the forms of being together in place with constant interaction in mobile communication networks. This combination of urban public space and cyberspace is what I call the space of autonomy.” Castells, 2014, p.94.

<sup>254</sup> Tradução da autora de: “No tengo esta tendencia explosiva y desordenada - discontinua- oviene de un sistema de uso del suelo impuesto por los intereses particulares del mercado por encima de las necesidades colectivas, cada vez más privadas del soporte de un control urbanístico.”

como **história pública**” e Mingione publica **“Pobreza urbana e as classes desfavorecidas”**. Em 2003, Borja e Muxí publicam **“Espaço público: cidade e cidadania”**. Em Portugal, no ano seguinte, Brandão publica em Portugal **“O chão da cidade”**. Em 2005, é publicado o inventário da praça em Portugal. Em 2006, Smith e Low publicam **“Políticas do espaço público”**. Em 2014, entre outros, Marcuse coordena e publica **“Cidades para as pessoas, não para o lucro”**. Durante as últimas três décadas, o espaço público ocupa as preocupações essenciais das análises empíricas realizadas sobre as principais cidades da europa e da américa, que em contextos de empobrecimento e decadência dos serviços coletivos e dos espaços exteriores, vai colocar em causa a **“condição urbana dos cidadãos”** (Cerasi, 1990, p.11) e o **“senso do lugar”** (Hayden, 1996).

A frase citada de Bohigas, a propósito da publicação **“Em defesa da urbanidade”** (Borja, Muxí, 2003), introduz a posição do projetista perante a liberalização da produção urbana, liberalização esta que reduz ou impede as apropriações coletivas dos espaços urbanos. Para esta linha teórica, o espaço público surge como bem público, como lugar de partilha e identidade comum perdidos ou desaparecidos dos espaços da urbanização. Ou seja, a concetualização o espaço público acompanha um discurso de perda da urbanidade relacionada com o desaparecimento das formas canónicas do espaço público no espaço urbano produzido contemporaneamente. Este novo humanismo do espaço público como parte do humanismo retórico da cidade pós-moderna afeta toda uma geração de políticas territoriais. Na transição do século, a revitalização e execução de espaços livres constitui um primordial mote para a transformação do solo e produção de espaço público na maioria das cidades ocidentais, que Borja e Muxí relembram ter surgido na europa, na américa latina e em outras metrópoles emergentes (2003). O espaço público surge como solução do espaço de identidade e como elemento urbano potenciador de coletivização do espaço urbano, especialmente em situações de urbanização precária.

Depois da década de oitenta do século XX, e como já referimos no capítulo anterior, a procura de modelos de desenho de espaço público e de regeneração urbana vão andar atrelados e constituir mote estratégico nas políticas urbanas na europa central e do Sul, sob as pressões municipalistas anti-crescimento expansivo e pró auto-gestão (Portas in Borja et al, 1990, p.280). Os discursos preparatórios do **“Novo urbanismo”** (Portas, 1990) apontam as deficiências do assistencialismo anterior na programação de habitação e dos seus espaços de circulação e estar, para uma população migratória, inclusive colonial, que se fez chegar às periferias urbanas das principais cidades europeias. Conforme Portas, a questão da democratização da habitação deve acompanhar um processo de desguetização que consiste na promoção cooperativa e na

financeirização aos grupos que pretendam organizar-se, devendo para isso, segundo o próprio, **“integrar-se na gestão municipal do solo e dos sistemas gerais e cumprindo um papel significativo no desenho urbano de continuidade espacial e da coesão social da cidade”** (Portas, in Borja et al, 1990, p.280)<sup>255</sup>. O planeamento procura caminhos diferenciadores dos anteriores modelos formais, de natureza estratégica, programática e de desenho (Portas, in Borja et al, 1990, p.280), com uma visão global do espaço urbano e longe de uma redutora parametrização, onde o plano se constitui de diferentes ações, para lá do plano. Aqui, o espaço público é entendido como fundamental na ideia urbana de união local e municipal, como canal de serviços e de transporte urbano (Portas, in Borja et al, 1990, p.278).

Conforme, Torres et al, a propósito da conjugação das várias modalidades de transporte, **“deve existir um conjunto de políticas destinadas à satisfação das necessidades de transporte das zonas periféricas”**<sup>256</sup> (Torres et al, 1990, p.416). O crescimento da conurbação amplia os problemas de tráfego existentes, contribuindo para degradar a utilização dos espaços públicos obsoletos da produção urbana oitocentista. Nesse sentido, o desenvolvimento de tecnologias de controlo e de gestão da mobilidade regional, objetivadas na descida dos preços dos transportes e das infraestruturas físicas, ganham ênfase relativamente ao planeamento local do espaço público relacionado com a habitação e os serviços, sua manutenção e recuperação. O desinteresse de uma promoção pública em obras municipais é ultrapassado pelo interesse internacional na promoção de obras públicas de bitola europeia e justificativas de investimento financeiro suportado publicamente a nível global.

A estratégia de desenvolvimento metropolitano, onde o transporte, o meio-ambiente, a habitação e a cultura constituem princípios orientadores, corresponde à naturalização política dos interesses globais de reorganização financeira e económica onde as cidades desempenham um papel primordial de inovação (Borja et al, 1990, p.727). Nesse sentido, a correspondência das práticas locais com as exigências de subordinação no que toca à mobilidade, à circulação de bens, mercadorias e pessoas, por exemplo, numa integração europeia alargada, traduz-se na polarização das atividades locais, reforçando a discriminação local das áreas não abrangidas pelo sistema de produção internacional.

---

<sup>255</sup> Tradução da autora de: “Integrándose en la gestión municipal del suelo y los sistemas generales Y cumpliendo un papel significativo en el diseño urbano de la continuidad especial y de la cohesión social de la ciudad.” “Um nuevo urbanismo”, Portas in Borja et al, 1990, p.280.

<sup>256</sup> Tradução parcial da autora de: “La política de transporte no debe limitarse a la mera atracción de empleo terciario Y cuaternario de alta cualificación. Lam;én debe existir un conjunto de políticas destinadas a la satisfacción de las necesidades de transporte de las zonas periféricas, cuyo deficit puede constituir un problema todavía permanente.” Torres et al, 1990, p.416.

Claramente, Borja, Castells, Dorado e Quintana assumem esse argumento da posição competitiva da cidade, na medida em que a metrópole, na sua relação cooperante e concertada com as outras metrópoles, se estabelece necessariamente como a grande **“unidade de produção”** (Borja et al, 1990, p.726) do século XXI. A metrópole, organizada para a sistematização internacional da produção e da distribuição de capital – capital, cultural, científico, tecnológico, limita a sua ação para a população habitante, especialmente no que toca às políticas territoriais locais.

***A conceção da cidade como lugar de presença conjunta, e de sobreposição de todos os aspetos da vida social e da construção cultural coletiva, desvaneceu definitivamente com a cidade capitalista.***<sup>257</sup>

Cerasi, 1990, p.175

Para Cerasi, em **“O espaço coletivo da cidade”**, publicado em 1990, o capitalismo monopolista é responsável pela dissolução do espaço público na cidade moderna (Cerasi, 1990, p.174). Cerasi utiliza as duas designações seguidas no título – pública e coletiva. Na explanação sobre os componentes urbanos, Cerasi enquadra também os espaços coletivos em categorias, mesmo reconhecendo a dificuldade em defini-las com precisão, e que são: os espaços público e edifícios públicos, as atividades centrais e respetivas áreas, os monumentos, os serviços urbanos, as áreas verdes e o espaço aberto. Assim, consideramos que a designação de público se atribui ao espaço juridicamente público, e o coletivo a todos os espaços intermédios, bem como os edifícios públicos e coletivos (ainda que privados), que formam a massa de espaço entre os elementos construídos para a habitação. É este último o que Cerasi considera na ótica da perceção do ambiente urbano, e este que é protagonista da construção do espaço coletivo da cidade moderna (Cerasi, 1990, p.89).

Redefinindo o interesse da arquitetura e do ambiente construído em função do proletário, Quaroni enquadra a publicação de Cerasi numa nova geração que deve retomar as formação e ação sociais do arquiteto, tendo em perspetiva a valorização da cidade existente e a consideração da **“não cidade”** que se tornou ausente de políticas públicas (Cerasi, 1990, p.7) e atacada pela academia.

---

<sup>257</sup> Tradução da autora de: “La concepción de ciudad como lugar de presencia conjunta y de superposición de todos los aspectos de la vida social Y de la construcción cultural colectiva, se ha desvanecido definitivamente en la ciudad capitalista.” Cerasi, 1990, p.175.

*A burguesia do século XIX tentou, conseguindo em parte, controlar todo o espaço público dirigindo-o pela finalidade do desenho, não exclusivamente especulativo, mas também como expressão cultural.*<sup>258</sup>

Cerasi, 1990, p.82

Para Cerasi, a terciarização das maiores cidades e a nova configuração dos elementos urbanos, segundo o próprio, já estaria contida na cidade do século XIX, **“com a formação de uma extensa periferia-dormitório”** (Cerasi, 1990, p.176). Ou seja, Cerasi identifica a formação do centro e da periferia como condições inerentes de um processo antigo e conhecido de polarização, mas enfatizado negativamente pelo contexto capitalista. Assim, e nas suas palavras, o que se distingue da antiga polarização **“na cidade capitalista metropolitana é a tendência de excluir dos núcleos centrais qualquer atividade e uso do solo que não sejam terciários”** (Cerasi, 1990, p.176). Cerasi coloca, desta forma, a problemática do espaço público relativamente ao espaço produzido até ao desenvolvimento capitalista, o que constitui uma perspetiva excludente e romântica de espaço público, que se resume ao espaço dos núcleos centrais medievais e oitocentistas. Deparando-se com o desaparecimento da morfologia e do contexto tipológico medieval e oitocentista, Cerasi descreve empiricamente como os novos distritos financeiros e as novas periferias habitacionais são lugar ausente de vida exterior, em detrimento dos centros históricos que acumulam cada vez mais funções de consumo massivo, e, cuja humanização seria inútil – **“assim são as realizações urbanísticas mais avançadas do mundo capitalista”** (Cerasi, 1990, p.176).

Para Cerasi, depois de **“A leitura do ambiente”**, publicada na década de setenta do século XX, o planeamento urbano deve atender à recuperação de valores ambientais e visuais na experiência fenomenológica com a cidade, nomeadamente pela humanização dos espaços centrais e das periferias introduzindo uma **“escala mais reduzida”** ao género da primeira geração das *new towns* inglesas (Cerasi, 1990, p.177). A humanização da cidade passa por respeitar seis princípios que considera essenciais ao carácter tipológico do espaço público, seja como elemento urbano aglomerador, seja como espaço autónomo coletivo – a homogeneidade espacial e arquitetónica, a continuidade das agregações das funções coletivas, a identificabilidade dos edifícios que pertencem à legibilidade do espaço coletivo, a dissolução burocrática da divisão jurídica do espaço privado, a representatividade das funções coletivas de

---

<sup>258</sup> Tradução da autora de: “La burguesía del siglo XIX há intentado, consiguiéndolo en parte, controlar todo el espacio público dirigiéndolo hacia la finalidad de un diseño que no es solamente especulativo, sino también expresión cultural.” Cerasi, 1990, p.82.

cada área e, finalmente, o reconhecimento da radicalidade do espaço, respeitando a sua permanência e a sua história local (Cerasi, 1990, p.99-114).

***Novos ou velhos mecanismos capitalistas não são tão incontrastáveis. Estão em marcha movimentos e lutas - como a manutenção da habitação social em áreas centrais, como a exigência de quantidades crescentes de áreas ligadas aos serviços coletivos - que podem dificultar significativamente a tendência espontânea descrita.*** <sup>259</sup>

Cerasi, 1990, p.181

Cerasi coloca-se numa posição única de crítica, na medida em que, apesar de compreender a formação da cidade metropolitana como efeito da especialização e da distribuição necessárias dos aglomerados de produção capitalista, e, de considerar que a “função do espaço coletivo na cidade moderna só se pode compreender como uma constante redefinição dos seus atributos” (Cerasi, 1990, p.140), incorre, como já referimos, num humanismo romântico que opõe a cidade capitalista monopolista à cidade burguesa da Revolução Francesa (Cerasi, 1990, p.176). Cerasi reconhece a inundação da primeira pela produção urbana capitalista e a destruição sistemática do tecido coletivo da cidade burguesa do final do século XIX, pela sobreposição de outras formas infraestruturais (Cerasi, 1990, p.94). Segundo o próprio, a par desta sobreposição, as destruições de uma hierarquia precedente de espaços públicos, que combinava, em séries de tipologias, funções coletivas diferentes, “**ajudam a esconder, atrás de falsas exigências técnicas, a dicotomia imposta ao sistema coletivo da gestão capitalista dos processos de urbanização**” (Cerasi, 1990, p.179). E, nessa medida, o primeiro espaço coletivo oitocentista, que resultava de uma abstração do coletivo no espaço urbano da cidade organizada para a burguesia, torna-se incompatível com os processos de comercialização das funções coletivas na cidade metropolitana, que com aquela “**mantêm uma relação ambígua**” (Cerasi, 1990, p.179).

Em suma, a posição de Cerasi consiste na preservação da natureza coletiva da cidade que se identifica com o controlo público dos serviços e dos equipamentos, para além do espaço público, sendo que na conceção burguesa do espaço público se concebem determinadas tipologias de espaço urbano categorizadas pela urbanística moderna centro-europeia, e que

---

<sup>259</sup> Tradução da autora de: “Los mecanismos capitalistas nuevos o viejos no son pues incontrastables. Están en marcha movimientos y luchas - como la del mantenimiento de la residencia popular en las áreas centrales, como la exigencia de vincular crecientes cantidades de áreas a los servicios colectivos - que pueden obstaculizar fuertemente la tendencia “espontánea” descrita.”

Cerasi não deixa de sublinhar – de Sitte a Stuebben, de Wagner a Hénard e Olmsted (Cerasi, 1990, p.162). O espaço público oitocentista é entendido como uma parte determinante de cultura e de representatividade institucional que se revela na dimensão, na proporção e na aceleração da perspetiva dos espaços vazios, especialmente nas cidades colonizadas, onde não existem restrições de propriedade privada, e como tal, **“não parecem oferecer resistência ao plano”** (Cerasi, 1990, p.173). No final do século XX, verifica-se a complexificação dos direitos de propriedade que se estendem a mais população, de luta pela habitação urbana e a uma diminuição do orçamento público para realizar uma estrutura formalista que identifique a representação abstrata do conceito de **“vida pública”** (Cersai, 1990, p.173). Segundo Cesari, a cidade oitocentista traduz uma lição que foi desconsiderada (Cerasi, 1990, p.180) pela cidade contemporânea. Essa lição prende-se com a concetualização do planeamento público da cidade, na medida em que a sua determinação, no planeamento contemporâneo, deixa de atender ao conjunto das necessidades locais e se reduz na medida da lógica de apropriação privada das mais-valias. Para Cerasi é necessário retomar a qualidade da cidade através do espaço público e do planeamento racional e articulado, contra a **“formação espontânea da cidade, submetida integralmente aos interesses de forças dominantes”** (Cerasi, 1990, p.182), mas sem ficar claro se, nessa espontaneidade, Cerasi considera o próprio papel da burguesia capitalista contemporânea para a destruição da articulação do espaço público em contexto capitalista monopolista.

***A vida entre edifícios não é somente tráfico de pedestres ou atividades recreativas ou sociais. A vida entre edifícios compreende todo o espectro de atividades, que se combinam para tornar significativos e atraentes os espaços comunais em cidades e áreas residenciais. Atividades necessárias, funcionais e atividades recreativas opcionais foram examinadas, ao longo dos anos, em diferentes contextos. As atividades sociais e seu entrelaçamento para formar um tecido comunal receberam, consideravelmente, menos atenção.***<sup>260</sup>

Gehl, 2010, p.14

---

<sup>260</sup> Tradução da autora de: “Life between buildings is not merely pedestrian traffic or recreational or social activities. Life between buildings comprises the entire spectrum of activities, which combine to make comunal spaces in cities and residential áreas meaningfull and attractive. Both necessary, functional activities and optional, recreational activities have been examined quite thoroughly over the years in different contexts. Social activities and their interweaving to form a comunal fabric have received considerably less attention.” Gehl



Com a publicação de **“Habitação e espaço público”**, onde Kirschenmann apresenta uma análise empírica dos espaços públicos e da habitação em Amesterdão, revela-se uma situação crítica, que retrata as deficiências do planeamento moderno da habitação em algumas das propostas executadas nesta cidade e em outras que refere, entre as décadas de 40 e 80. Não deixando de, simultaneamente, sublinhar a capacidade de outros projetos terem alcançado uma relação otimizada entre a tipologia construtiva e os espaços exteriores, públicos e privados, Kirschenmann deteta vários problemas, que não sendo circunstanciais, constituem pelo contrário, parte de uma rutura no entendimento da cidade como espaço coletivo. O anonimato da habitação massiva (Kirschenmann, 1985, p.30) e a alienação do indivíduo como trabalhador na sociedade capitalista pós-industrial identificam-se com evidência na dissociação entre o espaço urbano e as práticas sociais. Esta dissociação, segundo Kirschenmann, tem como causa imediata a facilidade de exercer o trabalho em qualquer local, veiculada não apenas pelo espaço material, mas pelo espaço digital. A importância da rua como espaço de comunicação foi substituída pela comunicação virtual ou telefónica, que, entretanto, se inundou de imagens da esfera privada (Kirschenmann, 1985, p.29). A descentralização urbanística, é, assim, entendida, como uma desmaterialização das estruturas edificadas, nomeadamente pela relação entre as novas tipologias de espaço público e as implantações dos edifícios de habitação. Por outro lado, Kirschenmann reforça a segregação ocorrida tanto no centro como nas periferias e nos bairros de habitação que o espaço público opera, uma vez que este foi constituído para práticas de vizinhança que, entretanto, não se verificam nos novos conjuntos habitacionais. Persiste, na avaliação do espaço coletivo moderno e contemporâneo em relação com a habitação, uma perda dos valores sociais que se idealizam ter existido na cidade pré-industrial, em contraponto com a produção de espaços coletivos que se constituem para dirigir e promover o consumo – galerias encerradas, corredores de metro, e organizados em total independência do espaço exterior da cidade. Segundo Kirschenmann, as propostas de conjuntos habitacionais na Dinamarca e na Holanda, executadas na década de 60, que promoviam implantações de habitações unifamiliares implantadas no solo, permitiam uma utilização particular das áreas de entrada e dos jardins traseiros. A limitação da circulação automóvel nestas áreas incrementou a sua utilização pedonal, bem como o estreitamento das faixas viárias. Estas propostas apresentam um equilíbrio entre o aceso direto à porta da habitação e a inexistência de qualquer divisão fundiária, simulando uma relação direta de cada casa com a rua e os espaços informais que permitem o acesso pedonal. A densidade da implantação é maior, ainda que a populacional seja menor. De qualquer forma, estas propostas são executadas em áreas periféricas e não centrais, constituindo núcleos de habitação com cerca de 400 habitações unifamiliares, dotados de

serviços e comércio local. As tipologias variam entre blocos individuais ou multifamiliares de até cinco pisos. Os espaços coletivos são maioritariamente pedonais, privilegiando áreas verdes permeáveis, pátios e zonas com água ou vegetação arbórea densa. Em contrapartida, estão garantidos lugares de estacionamento com sombra, zonas de circulação automóvel e percursos alternativos a estas de pessoas e bicicletas. Os espaços privados de jardim anexos às habitações são tratados particularmente pelos privados, o que constitui uma gradação da intimidade na utilização e apropriação do espaço exterior, cuja hierarquia é reforçada com as dimensões dos espaços e os materiais de pavimento.

Estas experiências de planeamento urbano contrastam grandemente com as cidades no sul da Europa, especialmente na medida em que constituem uma parte marginal da produção urbana do pós-guerra. Contudo, traduzem possibilidades de produção urbana, dentro do sistema capitalista, que valoriza a relação do espaço exterior com a habitação, promovendo a sua sistematização no tecido urbano existente. Estas demonstrações revelam a preponderância da seleção tipológica e morfológica do espaço público e coletivo para a integração material com o espaço urbano existente e o espaço natural. As hipóteses apresentadas demonstram a necessidade de recuperar modelos de cidade-jardim e modelos mistos de implantação construtiva, que têm, em primeiro lugar, a definição e programação do espaço público. Assim, e como Kirschenmann sublinha, **“recuperando formas urbanísticas históricas com variações sobre o tema da “habitação e rua”, que facilitam a apropriação social das ruas, praças e caminhos como uma extensão da casa, criam-se distintas modalidades de espaços exteriores.”** (Kirschenmann, 1985, capa).

***Uma série de investigações ilustram mais detalhadamente o interesse em estar em contato com outros.***

Gehl, 2010, p.25

Assumindo a defesa da vida entre os edifícios, as afirmações de Gehl, anteriores à publicação de Kirschenmann, vêm encetar uma nova preocupação teórica e científica no planeamento urbano no final do século XX, quanto ao espaço público. O planeamento urbano, segundo Gehl, deve respeitar três conceitos de sistematização do espaço público baseado na produção de **“condições favoráveis a atividades exteriores, alternativas e recreativas e ainda sociais”** (Gehl, 2010, p.51).

Ao longo de mais de trinta anos Gehl conduz experiências práticas, que se internacionalizam depois de 1987 com o estudo do espaço público desenvolvido em Oslo. Em 2004, Gehl exporta as suas metodologias de análise em espaço público para Londres, a primeira

megametrópole que analisa. E em 2007, no encalce do PlaNYC e do NYCDOT's (York, 2008, p.6), elabora um projeto piloto para a revitalização funcional dos espaços públicos de Nova Iorque. Em 2013, a Gehl Arquitetos publica **“Como estudar a vida pública”** (Gehl, 2010)<sup>261</sup>.

Segundo Gehl o estudo **“Espaços públicos e vida pública”**, realizado em Copenhaga, em 1996, pelo Departamento de Desenho Urbano, a Escola de Arquitectura e a Academia de Belas Artes Dinamarquesas, a propósito da cidade como capital europeia da cultura, vem constituir uma experiência pioneira de análise metódica do espaço público. A caracterização de determinada área central de Copenhaga demonstrou os benefícios do processo de pedestrianização (Gehl, 1996, p.12) de algumas ruas e praças ao longo de três décadas, o qual permitiu estabelecer espaços de estar e fixação em contexto público, incrementando as atividades aí decorridas. Segundo o sítio eletrónico do grupo Gehl, as intervenções realizadas em diferentes cidades aumentaram a frequência da passagem pedonal em praças, a utilização de bicicletas e a utilização exterior para exercício físico.

A par de uma construção discursiva sobre a necessidade de rever a necessidade do espaço público contemporâneo em espaço urbano e habitacional, Gehl vai colocar em destaque as relações empíricas entre o espaço e a vida vivida publicamente, que desenvolve tendo em conta a contabilização da frequência de encontro, do tempo de permanência e dos tipos de interação. As categorias que procura estudar, provar e medir, nomeadamente nas relações pessoais em público, consideram a proximidade, a proxémia, os estudos biométricos e toda a cunhada dimensão oculta, que contribuem para que determinados efeitos sociais ocorram. A perceção individual e as distâncias físicas tornam-se alvo de delimitação e classificação de acordo com correspondência destas com o potencial de relação consciente, ativa e inconsciente e passiva, entre as pessoas no espaço público. Na sua publicação mais recente, **“Como estudar a vida pública”**, publicada em 2013, Gehl faz equivaler a análise do comportamento das pessoas a outros organismos vivos. Podemos considerar que estes dimensionamentos correspondem a um neopositivismo na compreensão da organização material do espaço, nomeadamente se são considerados do ponto de vista do planeamento urbano e da modelação espacial exterior no final do século XX, que Hall, pioneiramente, considerou determinante estipular.

---

<sup>261</sup> No início do século XX, em Portugal, Brandão Alves assume a defesa do espaço público segundo o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação do mesmo. Segundo o próprio “cinco princípios fundamentais alicerçam o percurso metodológico desenvolvido – o espaço público deve ser coalescente, justo, significativo, formativo e sustentável” Alves, 2003, p. 298.

***O nosso sentimento do espaço resulta da síntese de numerosos dados sensoriais, de ordem visual, auditiva, quinestésica, olfactiva e térmica. Não só cada sentido constitui um sistema complexo (e assim, por exemplo, existem doze modos de apreensão visual da profundidade), mas cada um deles se encontra igualmente modelado e estruturado pela cultura. Não é possível, portanto, fugirmos do facto de os indivíduos educados no interior de culturas diferentes viverem também em mundos sensoriais diferentes.***

Hall, 1986, p.205

Relembrando Hall<sup>262</sup>, Gehl distingue essencial as diferentes distâncias de interação – desde a íntima à pública, passando pela pessoal e pela social. Nesse sentido, deve reconsiderar-se o estudo destas distâncias de interação onde atuam diferentes graus de percepção e sensores corporais, bem como as velocidades e as amplitudes visuais, os materiais e as inclinações dos pisos. Para Gehl, existe uma relação tipológica e quantitativa das relações em público que têm correspondência estatística com o tipo de espaço público, e, nomeadamente, com o tipo de elementos que estão presentes nesse espaço público. Ao estudar empiricamente Copenhaga, Gehl deteta uma lacuna de espaços de contato íntimo, em detrimento dos contatos modestos de cumprimento ou correspondência meramente visual. Para promover o contato comunicativo, ativo e interativo, são necessários espaços de recreio e espaços de lazer informais, que permitam sentar, reservar-se, conversar e discutir. Ou seja, realizar outras atividades para lá da circulação. Espaços seguros, protegidos do clima mais agreste, quente e frio, e com possibilidade de reduzir barulhos ou fazê-los. Gehl defende ainda a introdução de uma hierarquia de espaços, tendo em conta os graus de intimidade desejados, que possam sistematizar uma relação entre espaços privados e públicos, através da criação de espaços intermédios que o próprio denomina de “semi-privados” e “semi-públicos” (Gehl, 2010, p.59). Para Gehl, esta hierarquia permite que **“os espaços públicos se tornem parte do espaço residencial e sejam protegidos de vandalismo e do crime da mesma forma que os residentes o são”** (Gehl, 2010, p.59).

Segundo análise da cidade de Copenhaga, através do planeamento direccionado para a produção do espaço público de estar, entre 1968 e 1995, a área percorrível pedonalmente no centro urbano aumentou de 20 mil m<sup>2</sup> para 71 mil m<sup>2</sup>, o que significa um incremento de mais do triplo do espaço disponível em menos de trinta anos, e um aumento de mais do triplo da frequência registada em número de utilizadores (Gehl, 1996, p.59).

---

<sup>262</sup> Ver referência a Hall, em anexo.

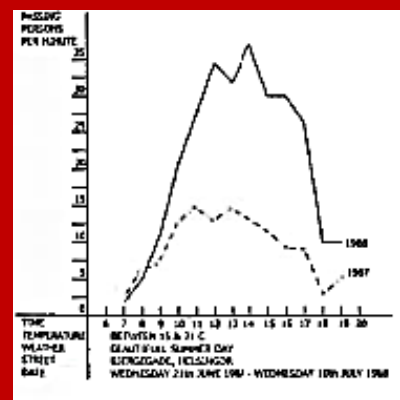
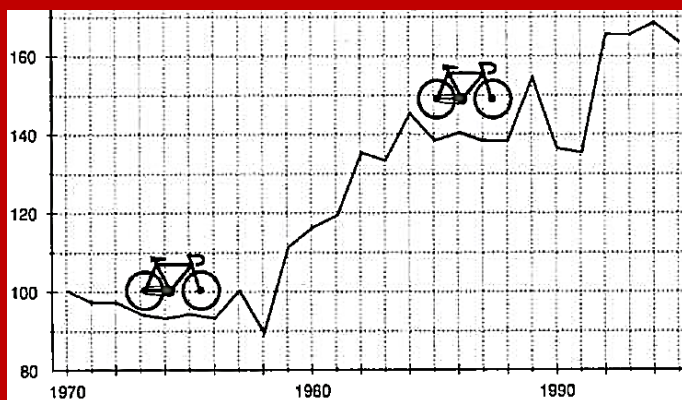


Fig. 31 Número de utilizadores de bicicleta em Copenhaga, desde 1970. Gráfico do tráfego pedestre depois de encerrada a circulação automóvel numa rua em Elsinor, Dinamarca. Registos em diário de Gehl, de 1968. Fonte: Gehl, 1996, p.42; 24. Gehl, 2010, p.33; <https://gehlpeople.com/story-article/copenhagen-as-the-laboratory/>, em 8 de Agosto de 2018.

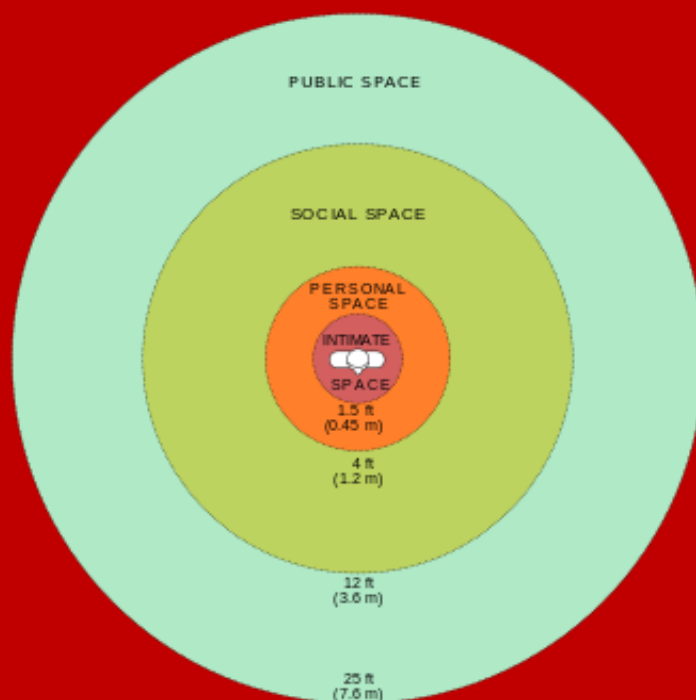


Fig. 32 A dimensão oculta, em Hall. Fonte: Hall, 1986.

Da mesma forma, Gehl defende, em circunstâncias relativas, a transformação de ruas de tráfego em ruas pedonais, reconquistando para outros utilizadores e outras formas de utilização do espaço, zonas que outrora eram exclusivas de passagem rodoviária. A permanência no espaço público deve ser promovida e associada a funções contínuas e de interesse transversal e diverso, tendo em conta os vários segmentos etários e as deficiências motoras de parte da população. Este último ponto pertence a uma mudança fundamental na democratização do desenho urbano dos espaços públicos no final do século XX, que a par dos estudos e guias técnicos que Goldsmith<sup>263</sup> publicou até 2000, vai privilegiar a adequação dos espaços de acesso coletivo, públicos ou privados, a utilizadores anteriormente privados de mobilidade ou acessibilidade total. As políticas urbanas na Europa, no final do século XX, passam a enquadrar mais este fator da acessibilidade física, confrontadas com a reação das populações afetadas pelo isolamento socioeconómico e pelas dificuldades em aceder a funções em espaços públicos, nomeadamente foyers e instalações sanitárias em equipamentos coletivos, institucionais, culturais, hospitalares e educacionais, bem como jardins e espaços de circulação e estacionamento. A dimensão pública do espaço exterior e dos espaços de serviço à totalidade da população ganha efetividade material, na medida em que se procede a uma contínua adaptação das condições físicas dos espaços a situações ignoradas pela esfera pública dominante no período histórico anterior.

Gehl contribuiu em larga escala e durante meio século para uma compreensão comportamental dos espaços públicos existentes, cuja experiência particular permitiu expandir para o planeamento urbano em contexto de revitalização de outras cidades metropolitanas. Do ponto de vista do planeamento do espaço urbano, as experiências levadas a cabo pela equipa de Gehl contribuem para a reivindicação de políticas urbanas direcionadas para o utilizador humano do espaço público. Em 2014, a Política Nacional de Arquitetura na Dinamarca<sup>264</sup>

---

<sup>263</sup> Em 1963, Selwyn Goldsmith, arquiteto, estadunidense, publicou "Planeando para os deficientes", introduzindo um conjunto de instruções que permitiu aconselhar técnicos projetistas e profissionais de saúde na promoção do espaço inclusivo. Em 2000, publicou "Design universal". Traduzindo as dificuldades da sua própria vivência como utilizador de cadeira de rodas, Goldsmith promoveu a mudança normativa para adequar os espaços à utilização por outros utilizadores com mobilidade reduzida, em contexto de construção do estado social no Reino Unido e nos EUA. As suas publicações expandiram as preocupações às regulações noutros países.

<sup>264</sup> "Assim, a arquitetura deve ser projetada para incentivar um comportamento mais consciente dos recursos e deve ajudar a criar edifícios e ambientes urbanos com espaço para as pessoas viverem, espaço para a vida urbana, locais de encontro público, experiências e estética – e para instalações de contingência climática. Proteger contra condições meteorológicas extremas." Tradução da autora de: "Therefore, the architecture must be designed to encourage a more resource conscious behaviour and should help to create buildings and urban environments with room for people to live, space for urban life, public meeting places, experiences, and aesthetics - and for climate contingency installations to protect against extreme weather conditions." In "Danish Architectural Policy Putting People First", publicado em Fevereiro de 2014.

assume como objetivo pioneiro uma estratégia que prioriza as pessoas, na sua globalidade e pluralidade, na vivência da cidade. Esta estratégia corresponde à integração democrática de cada cidadão na decisão sobre o ambiente urbano. Esta batalha antiga de Gehl pela constituição de um conjunto de metodologias de análise e de experiências piloto, demonstrou a possibilidade de enquadrar novos fatores materiais que anulam pontualmente barreiras físicas e simbólicas expressas na utilização pessoal do espaço urbano, tendo em conta a morfologia urbana do espaço público.

***Portanto, apesar dos muitos exemplos positivos da experiência recente, é necessário estar ciente de que o desafio do espaço público é um desafio presente e nunca poderemos considerar que está definitivamente ganho. Esta não é uma questão técnica ou um debate de planeadores urbanos; é uma discussão de valores culturais: convivência ou falta de solidariedade, justiça social ou de desigualdade, igualdade cívica ou anomia.***<sup>265</sup>

Borja, Muxí, 2003, p.19

Borja e Muxí, em contexto urbano da Europa do Sul, definem a produção de espaços públicos contemporânea como negativa, na medida em que nega a urbanidade, num contexto tripartido de dissolução, fragmentação e privatização (2003, p.30), apresentando críticas diretas às políticas territoriais do século XX. Na sua tese de doutoramento, publicada em 2012, Borja refere-se ao urbanicídio, à urbanização de Munoz e à incontinência urbana de Bohigas (Borja, 2012, p.62), como resultado de uma negação dos espaços coletivos e da cidade<sup>266</sup>. Para Borja e Muxí a urbanidade é adjacente de uma relação espontânea e diária das pessoas nos seus lugares de existência e permanência. A negação dessa dinâmica é realizada contemporaneamente pela privatização e pela polarização dos espaços (Borja, Muxí, 2001, p.18). E para isso concorre a divisão do espaço público, a sua fragmentação em função das áreas que serve, permitindo reforçar a divisão do espaço em zonas socioeconomicamente diferentes e evitando, com opções formais e tipológicas conservadoras, criar espaços livres e de estar públicos integrados entre si.

---

<sup>265</sup> Tradução da autora de: "Por lo tanto, a pesar de muchos ejemplos positivos de la experiencia reciente, es necesario ser conscientes de que el reto del espacio público es un desafío presente y que nunca podremos considerar que hemos ganado definitivamente. No se trata de una cuestión técnica ni de un debate de urbanistas; es un debate de valores culturales: convivencia o insolidaridad, justicia social o desigualdad, igualdad cívica o anomia." Borja, Muxí, 2003, p.19.

<sup>266</sup> "La reducción del espacio público es inherente a los productos urbanos de la dispersión segregadora. El afán de protegerse y de distinguirse comporta la privatización de los espacios de uso colectivo y a la "motorización" del espacio urbanizado no construido. Los barrios cerrados, tan frecuentes a América, ya menudean en nuestra casa. ¿Dónde queda la civitas o la polis, representada por el ágora, expresión del civismo?" Borja, 2012, p.62.

*Cidadania ou barbárie.*<sup>267</sup>

Borja, Muxí, 2003, p.131

Borja e Muxí conferem ao espaço público a expressão primordial da cidadania e do direito de viver na cidade, recuperando o manifesto de Lefebvre do direito à cidade. Por outro lado, anunciam a morte da cidade pela morte do espaço público, pois situam na utilização deste a crise da primeira (Borja, Muxí, 2003, p.43). Nesta perspetiva, e, como veremos, à semelhança de Cerasi, o espaço público, como espaço coletivo, é produtor de sentido e a natureza da conceção da cidade europeia, da cidade onde o espaço é lugar<sup>268</sup>. A construção de uma identidade subjetiva produz-se, segundo Borja e Muxí, desta relação com os espaços públicos, com a sua atividade social e económica. O espaço público, para lá de uma determinação jurídica, constitui-se na prática e na presença das atividades. Assim sendo, para estes autores há uma transformação radical operada pelos espaços da modernidade, que **“desqualificou o espaço público assim que lhe atribui usos específicos”** (Borja e Muxí, 2003, p.46). Por outro lado, e mais recentemente, as dinâmicas de cidade metropolitana e extensiva promovem a especialização dos centros e a degradação das áreas periféricas, onde o espaço público deixa de ter a utilidade que se espera ter afastado da **“participação dos assuntos de interesse geral”** (Borja, Muxí, 2003, p.30).

***O espaço público pode ajudar a nutrir esse sentido profundo, subtil e inclusivo do que significa ser um Americano.***<sup>269</sup>

Hayden, 1996, p.9

Quando Hayden, em 1996, se refere ao valor do espaço público como lugar de identidade no caso das cidades norte-americanas, coloca a questão do desenho da cidade para a utilização dos seus habitantes, onde o lugar de existência expressa a identidade dessa existência. É na prática das ações vividas e das escolhas efetuadas em conjunto e no espaço público, que Hayden revê a direção contemporânea do planeamento urbano. Uma prática associada à geografia do território, mas também ao significado simbólico que este mantém para a história coletiva de cada grupo ou povo. É nesse sentido, que Hayden, num outro continente, revela o que considera uma lacuna nas cidades afetas à renovação urbana – uma perda do **“senso de**

<sup>267</sup> Tradução da autora de: “Ciudadanía o barbarie.” Borja, Muxí, 2003, p131.

<sup>268</sup> “La ciudad actual ya no es ni la del ámbito municipal ni la llamada ciudad metropolitana, hoy es una ciudadregión, de geometría variable, de límites imprecisos, de centralidades confusas, de referentes simbólicos escasos. Es decir muchos no-lugares por pocos lugares proveedores de sentido.” Borja, 2012, p.63.

<sup>269</sup> Tradução da autora de: “Public space can help to nurture this profound, subtle, and inclusive sense of what it means to be na American.” Hayden, 1996, p.9.



pertença comum a uma sociedade americana” (Hayden, 1996, p.9)<sup>270</sup>. Se, a par dos autores europeus, Hayden coloca em correlação o lugar com a vida para a produção comum de uma identidade, é ao espaço público que Hayden atribui características de empoderamento local, onde se constitui a visibilidade da luta urbana, pela politização do planeamento e pela defesa de uma cidade alargada aos seus membros, independentemente das diferenças de género, de raça e de etnia. É no espaço público e na sua relação eminente com as práticas políticas que as comunidades ganham uma nova fase experimental no final do século XX. Experiências que Hayden relata como pertencendo a uma reação de exclusão de vários grupos ostracizados pelas políticas territoriais e urbanas centralizadas do pós-guerra. Para Hayden, existe uma confluência de interesses próprios a cada grupo que devem ser integrados num contexto de planeamento que demande por uma “cultura de cidadania” (Hayden, 1996, p.8), e não apenas uma multiplicação setária de organizações isoladas, temáticas (Hayden, 1996, p.45), em disputa por uma posição de poder político. A história coletiva e as narrativas da paisagem local devem ser confrontadas com as ações decorrentes no espaço próprio, para que os atores envolvidos no planeamento urbano tenham em vista a complexidade da cidade, como lugar de diferentes tempos e lutas passadas em prol da apropriação comum do território. É esta a definição de identidade pública da cidade para Hayden – a da história coletiva, que transformou o espaço em função de valores comuns, muitas vezes conflitantes.

*O espaço público supõe, pois, o domínio público, uso social coletivo e multifuncionalidade. Caracteriza-se fisicamente pela sua acessibilidade, o que o converte em fator de centralidade. A qualidade do espaço público poderá avaliar-se sobretudo pela intensidade e qualidade das relações sociais que facilita, pela sua força mescladora de grupos e comportamentos, pela sua capacidade de estimular a identificação simbólica, a expressão e a integração culturais.*<sup>271</sup>

Borja e Muxí, 2003, p.47

Borja e Muxí colocam a resolução dos conflitos e de parte dos problemas de fragmentação dos espaços urbanos na qualidade do espaço público e na revalorização do espaço

---

<sup>270</sup> Tradução da autora de: “sense of common membership in na American, urban society”. Hayden, 1996, p.9.

<sup>271</sup> Tadução da autora de: “O espacio público supone, pues, dominic público, uso social colectivo y multifuncionaüdad. Se caracteriza fisicamente por su accesibilidad, lo que lo convierte en un factor de centralidad: La calidad del espacio público se podrá evaluar sobre todo por la intensidad y la calidad de las relaciones sociales Que facilita, por su fuerza mezcladora de grupos y comportamientos; por su capacidad de estimular la identificaciön simbólica, la exoresiön y la integraciön culturales.” Borja, Muxí, 2003, p.47.

urbano como cidade. Essa valorização passa pela patrimonialização coletiva da cidade nos seus edifícios e no espaço público, pela emancipação do planeamento direccionado para as pessoas, para as suas representações e para as suas práticas simbólicas. Assim, a cidade que é tanto *urbs*, porque concentra população, como *civitas*, porque atende a realizar a coesão destas (Borja, Muxí, 2003, p.35).

Mas é no espaço público que a população nas suas diferentes fações consegue expressar-se politicamente, e também por isso, constitui um espaço de perigo, de crime, de manifestação e de violência física (Borja, Muxí, 2003, p.109), de demonstração do confronto entre condições materiais assimétricas das populações. Borja e Muxí salientam ainda a questão da vigilância e da segurança como critérios discursivos entre planeadores e promotores justificarem a guetização murada dos espaços condominiais, reduzindo teoricamente o fator de risco de assalto e de vandalização. Como Borja e Muxí escrevem – **“um discurso em que o cidadão se converte em consumidor e a vida urbana em produto imobiliário”** (Borja, Muxí, 2003, p.39). A utilização do espaço público torna-se incerta, na medida dos seus frequentadores e respetivas intenções. O medo do outro, do diferente (Jorda, Muxí, 2003, p.92), constitui argumento para sectorizar os espaços exteriores e promover a agorafobia. Promover a redução das áreas públicas exteriores e das áreas comuns privadas. O espaço exterior deixa de ser um espaço de mediação, de conflito e de amplitude dentro de uma planificação racional da produção urbana, e passa a ser um espaço de tensão e afastamento, agravado pela desigualdade social, por aquilo que Borja e Muxí chamam ingenuamente de injustiça social. Associado a este processo de temor pelo público, pelo espaço onde circulam e se expõe os outros, coexiste uma **“separação entre o local e o global”** (Borja, Muxí, 2003, p.43), onde o espaço público cada vez mais separado em níveis de circulação excludentes, promove também a exclusão dos utilizadores entre si. Para estes autores, a herança do movimento moderno e pós-moderno – o zonamento e a segmentação territorial da população, constituiu uma das principais causas da perda de articulação dos espaços exteriores, públicos, privados, mas de utilização coletiva, onde o espaço público **“passou a ser um elemento residual”** (Borja, Muxí, 2003, p.47), em contexto de políticas direccionadas exclusivamente para a promoção da habitação e das obras públicas de escala nacional. A perda ou redução da acessibilidade, o aumento das distâncias percorridas nos movimentos pendulares e o tempo dispensado na mobilidade precária aumentaram a dissolução dos espaços públicos como agregadores da coletividade, coletividade essa que se desvanece perante a exclusividade de atividades laborais e a disparidade de espaços de circulação tomados como espaços de lazer. Com uma crítica ampla ao conservadorismo e à reação aos processos de transformação física, os autores sublinham uma diferença fundamental entre o movimento

moderno e o simplismo do funcionalismo desenvolvimentista (Borja, Muxí, 2003, p.50), considerando o primeiro como produtivo e socialmente interessado na relação formal e funcional dos espaços entre a habitação e os espaços e equipamentos coletivos.

***A cidade metropolitana não está condenada a negar a cidade, mas pode antes multiplicá-la.***<sup>272</sup>

Borja, Muxí, 2003, p.61

Ou seja, Borja e Muxí diferenciam a produção de cidade daquelas políticas territoriais e consideram que o planeamento foi contrariado pela promoção imobiliária, como se se tratasse de processos paralelos e incompatíveis, o que a nosso ver é incorreto. Inclusive, Borja e Muxí distinguem espaço urbanizado de cidade (Borja, Muxí, 2003, p.57), como se o espaço produzido pelo desenvolvimento das relações socioeconómicas ocidentais capitalistas fosse naturalmente o espaço urbano idealizado segundo os critérios da democratização territorial e que a cidade fosse por si mesma o espaço de “**reconhecimento do direito à cidade**” (Borja e Muxí, 2003, p.57). Nesse sentido, os autores propõem o espaço público, ou o planeamento da cidade pela produção de espaços públicos, conectados entre si e relacionados com o tecido existente, optando por soluções de compromisso e sempre referenciadas ao contexto morfológico existente. As suas propostas de mobilidade e acessibilidade estabelecem-se contra a negação da cidade pela extensão e pela homogeneização dos tecidos urbanos. Em síntese, Borja e Muxí consideram essenciais que as operações urbanas tenham em conta esta produção de espaço público não residual ou anti orgânico, intervindo especificamente: na valorização dos usos compatíveis com os espaços públicos florestais, aquáticos, ecológicos e agrícolas; em espaços de tessitura nos espaços vazios ou expectantes; na valorização dos espaços de afastamento nas infraestruturas setoriais, permitindo a sua utilização por outros meios e contrariando a fragmentação funcional; a abertura de novos eixos nas áreas consolidadas e, finalmente, valorizar o desenho dos espaços públicos adjacentes às infraestruturas e equipamentos coletivos.

***Os espaços públicos requerem um debate público, a participação cidadã, ao longo do processo de conceção, produção e gestão.***

Borja, Muxí, 2003, p.66

---

<sup>272</sup> Tradução da autora de: “La ciudad metropolitana no está condenada a negar la ciudad, sino que puede multiplicarla.” Borja, Muxí, 2003, p.61.

Particularmente pelo trabalho teórico e prático desenvolvido por Borja, na defesa dos direitos de cidadania e na sua relação com uma vivência igualitária em direitos e deveres no espaço urbano, podemos enquadrar as perspetivas destes autores quanto ao espaço público em políticas territoriais democráticas, onde a valorização do utilizador como cidadão é defendida perante a apropriação especulativa do território. Como o próprio autor sublinhou, **“o desafio mais importante é reconstruir o discurso ético o moral sobre a cidade futura, a cidade desenhada”** <sup>273</sup>, contra a retórica das abstrações espontâneas dos conceitos que se referem à coesão, à igualdade e à sustentabilidade e se disseminaram na literatura urbanística desde o início do século. Assim, ao considerar o espaço público, Borja e Muxí assumem uma posição de defesa do estado e das instituições públicas na promoção da produção de cidade, além da regulação e da gestão, opondo-se à privatização dos espaços públicos que, a nosso ver, constituem resolução interesseira na promoção da segurança e da vigilância – novos negócios promovidos à custa da manutenção das desigualdades materiais. Conforme, os mesmos, **“a privatização do espaço público supõe a perda dos direitos de cidadania”** (Borja, Muxí, 2003, p.92), com recurso à ordem e ao papel militar da polícia na demarcação dos espaços privilegiados de cada grupo. Assim, tanto pobres como ricos, escrevem os autores, recorrem das suas próprias vigilâncias internas para reforçar os seus espaços de expressão coletiva, mas apartados entre si (Borja, Muxí, 2003, p.95). Para estes, o direito à segurança é, contudo, um direito democrático fundamental que deve atender aos grupos mais débeis (Borja, Muxí, 2003, p.96). Estabelecendo uma correlação entre a coexistência pacífica da população e a existência de espaço público sistematizado e universal, os autores defendem a produção de espaços públicos como solução urbanística, sociocultural e política (Borja, Muxí, 2003, p.107). Identificam, pois, uma relação ecológica entre o espaço público e a sua capacidade formal para realizar uma tarefa – a de comprometimento entre a vida prática e as necessidades coletivas, mas sem atender às causas estruturais da produção urbana contemporânea e daí conceber o porquê da destituição do espaço público e da sua redução nas promoções urbanísticas particulares. Por isso, são também adeptos de uma ideologia do projeto urbano como oportunidade de regeneração, apoiando-se em formulas jurídicas que permitem a contratação e a negociação, situação que constitui uma contradição na promoção pública e democraticamente definida, uma vez que se deixa em aberto a possibilidade da expressão política particular se sobrepor à representação política eleita.

---

<sup>273</sup> Tradução da autora de: “El desafío quizás más importante es reconstruir el discurso ético o moral sobre la ciudad futura, la ciudad deseada.” Borja, 2012, p.508.

É na fé dos direitos comprometidos à execução dos novos espaços públicos e no reforço de novos direitos urbanos que a “**aventura urbana**” se concretiza, longe da “**cidade ideal, utópica e especulativa**” (Borja, Muxí, 2003, p.131). Apesar desta defesa do estado, da representação plural e da participação popular na produção urbana, mas também da institucionalização de novos direitos legitimados pelas bases, há uma tendência de radicalização no discurso de Borja relativamente ao planeamento urbano. A perspetiva humanista burguesa torna-se menos expressiva nos discursos mais recentes e coexiste uma procura nas práticas da transformação do solo as evidências causais da especulação, da corrupção e da produção capitalista do espaço urbano. Esta radicalidade é a expressão aberta do seu posicionamento esquerdista perante as políticas urbanas – abertura, participação efetiva e luta política, mas que não se confunde com um posicionamento marxista, onde se revê radicalmente a posição do planeamento quanto à propriedade coletiva do território e aos espaços de existência coletiva do território transformado e espaços antropológicos.

***Por outras palavras, é preciso questionar se a nossa mobilidade relativa e o poder sobre a mobilidade e a comunicação constroem uma prisão espacial para outros grupos.***<sup>274</sup>

Massey, 2001, p.150

Quando Massey, em 1994, sublinha a relação entre a internacionalização do capital e a formação das cidades em contexto de financeirização da economia (Massey, 2001, p.146), reforça o argumento marxista da alienação do espaço-tempo, bem como o do aumento das desigualdades cristalizadas pela geografia do capital. Conforme Castells neste aspeto, Massey atribui a causa do desalinhamento do senso do lugar à implantação de outras funções exteriores, cuja proveniência é determinada pelo capital e pela homogeneização dos produtos e das funções. Ou seja, entendemos que Massey, ainda antes de Borja e Muxí, defende que a ausência de expressões identitárias antigas ou reconhecidas pelas gerações anteriores no espaço urbano é consequência de uma generalização hierarquizada de espaços de consumo instalados em todas as cidades onde o desenvolvimento capitalista tem lugar. E que na globalização do sistema de valores económicos, sociais e ideológicos o espaço deixa de ser tomado em outras grandezas que não na sua dimensão física ou potencial de maximização da circulação de capital. Há, pois, segundo Massey, uma correlação entre a perda de um sentido de pertença ao espaço tanto pela compressão do tempo despendido nele, como na alienação de funções que são tendencialmente

---

<sup>274</sup> Tradução da autora de: “We need to ask, in other words, whether our relative mobility and power over mobility and communication entrenches the spatial imprisonment of other groups” Massey, 1994, p.4.

excluídas numa sociedade capitalista – a política. Questiona Massey sobre como podemos encontrar determinada compreensão do lugar, se os espaços públicos e os espaços de consumo, que cada vez mais coincidem, se convertem aceleradamente em espaços semelhantes em milhares de cidades? (Massey, 2001, p.150). Para Massey coexiste uma relação reacionária entre o conceito de lugar e de comunidade (Massey, 2001, p.152), que força uma romantização do espaço que determina se este é ou não um lugar. Ao demonstrar o fetiche da geografia clássica em delinear o espaço segundo determinadas características em bloco, Massey sublinha a dificuldade em entender qualquer relação direta entre o conjunto social e o conjunto espacial no contexto contemporâneo das cidades capitalistas. Primeiro, porque, segundo a mesma, a classe estabelece-se pelas práticas em si, submetidas à relação individual entre o trabalhador e o local de trabalho. Segundo, porque estas e outras relações secundárias são hoje exequíveis à distância, sem que se estabeleça qualquer tipo de relação comunitária com o lugar de residência, mas antes com preferências individuais de outra ordem – religião, etnia, política (Massey, 2001, p.153).

***O poder teve sempre uma cartografia.***

Massey, 2013

Em suma, o contributo de Massey para o entendimento do espaço público é definir uma contraposição à idealização do espaço como gerador de sentido comum natural ou de potenciar automaticamente a politização das habitantes que o usam, nomeadamente a idealização realizada por Borja ou Gehl. Por diferentes fatores, nomeadamente as diferentes práticas individualizadas de consumo e o aumento das desigualdades materiais, as relações sociais tornam-se mais complexas, constituídas num processo de constelações desiguais e desequilibradas (Massey, 2001, p.154), que se desenvolvem num espaço maior do que apenas o lugar de trabalho ou o lugar de residência.

***O controlo do espaço público é uma estratégia central do neoliberalismo.***<sup>275</sup>

Setha, Smith, 2006, p.15

Todo o discurso neoliberal, do início do século XXI, sustenta-se na produção de discurso de desconfiança generalizada sobre a real necessidade do conjunto de instituições públicas que garantem direitos constitucionais, em detrimento da liberdade de escolha – argumento decisivo

---

<sup>275</sup> Tradução da autora de: "The control of public space is a central strategy of that neoliberalism." Setha, Smith, 2006, p.15.

<sup>275</sup> Tradução da autora de: "Suddenly nothing is immune from appropriation as an accumulation strategy." Setha, Smith, 2006, p.15.

e institutivo da privatização dos serviços comuns, entre os quais os urbanos e relacionados com a utilização pública do espaço e do território como bem coletivo. É neste sentido, que tanto Low como Smith verificam que o espaço público constitui uma velha categoria espacial agora reforçada pelo interesse de classe em contexto neoliberal, cuja natureza liberal foi transformada pela financeirização do quotidiano, onde **“nada é imune da apropriação como estratégia de acumulação”** (Setha, Smith, 2006, p.15) <sup>276</sup>. A regressão da natureza da esfera pública demonstra a inseparabilidade da sociedade civil com o Estado, onde a esfera pública deixa de representar um espaço de discussão liberal, conforme Habermas pretendia imaginar (Setha, Smith, 2006, p.15). Como se reflete esta conjuntura no espaço público? Segundo Setha e Smith, acompanhados de outros autores, o planeamento do espaço público no século XX ganha uma natureza de repressão, de lugar de força mais sofisticada, ainda que escondida sob a aparência da sua liberdade de utilização.

A publicação conjunta **“As políticas do espaço público”** fornece uma nova perspetiva sobre a importância do espaço público, do seu planeamento, da sua manutenção e estruturação nas cidades contemporâneas que sofrem o incremento do desemprego, das desigualdades materiais e da deslocalização industrial. Esta publicação não apresenta apenas as evidências estudadas por cada um dos autores, como reforça todo um discurso materialista sobre o desenvolvimento capitalista da urbanização. De certa forma, a posição dos autores demonstra a validade dos seus argumentos dentro do ideário marxista quanto à urbanização constituir um fenómeno de classe (Harvey, 2008, p.2), que se traduz no tipo de produção do espaço público e na sua relação formal, jurídica e financeira com o edificado.

***O carácter de espaço público conta pouco ou nada politicamente, a não ser que se conecte simbioticamente com a organização de espaços institucionais e privados. É a relação conectiva entre espaços públicos, semipúblicos e privados que interessa quando se trata de política na esfera pública.*** <sup>277</sup>

Harvey in Setha, Smith, 2006, p.31

Não é por acaso, que Harvey, em 2008 (Harvey, 2008), reafirma o direito à cidade como um direito que deve ser entendido coletivamente, depois de repescar os seus estudos sobre Paris

---

<sup>277</sup> Tradução da autora de: “The character of public space counts little or nothing politically unless it connects symbiotically with the organization of institutional and private spaces. It is the relational connectivity among public, quasipublic, and private spaces that counts when it comes to politics in the public sphere.” Setha, Smith, 2006, p.31.

na publicação **“Políticas do espaço público”**, em 2006. Harvey faz corresponder, à crise de 1848 e de 1868 em Paris, os mesmos processos de quebra da taxa de lucro, com desemprego excedente e desinvestimento capital no final da primeira década do século XXI. Da mesma forma que Haussmann se viu obrigado a encontrar soluções para resolver o excesso de capital através do investimento estatal em urbanização, nomeadamente pelo aumento brutal de espaço público, o *novo urbanismo* contemporâneo, apoiado apenas na perspectiva do desenho urbano reforça a valorização da propriedade privada e do consumo urbano (Setha, Smith, 2006, p.33), sem por isso, atacar a propriedade privada ou o monopólio fundiário de vários rentistas e capitalistas. Quase vinte anos depois de **“A experiência urbana”**, publicado em 1989, onde sublinha a parceria público-privada na gestão urbana sob o desenvolvimento capitalista na Paris do final do século XXI, Harvey vem propor um novo paralelismo entre a posição política de Haussmann e a de Moses, que, na medida das políticas territoriais desenvolvidas em larga escala, acederam à estabilização das crises de superprodução capitalista, nomeadamente através da criação de infraestruturas e de estruturas de mobilidade regional. Harvey sublinha a dificuldade em aplicar modos de produção coletiva locais ou organizações comunitárias a uma escala global onde funcionam hierarquias verticais. Assim, a horizontalidade organizativa tem limitações demonstradas para a prática de produção capital, uma vez que constitui uma contradição entre ideologia neoliberal e produção real dentro do próprio sistema hegemónico existente (Harvey, 2012, p.70). Depois, porque que se reproduz, sobre esta dinâmica económica e financeira da sociedade capitalista apoiada na urbanização e na mercantilização imobiliária, uma **“ética neoliberal”** (Harvey, 2008, p.8), que se define pela promoção do estilo de vida individual contra a desvalorização das vantagens comunitárias ou coletivas. Harvey sublinha que Zukin denominou este processo de **“pacificação pelo cappuccino”** (Harvey, 2008, p.8), onde cada pessoa é considerada como um potencial consumidor de si próprio, preocupado com a sua exclusiva sobrevivência e promoção social, em **“detrimento de formas coletivas de ação”** (Harvey, 2008, p.8), e que, para isso, desenvolve uma marca individual e diferenciadora. Os condomínios tendem a estabelecer-se isoladamente, com serviços próprios e destinados exclusivamente aos seus moradores, que detém a propriedade e o uso dos espaços exteriores que deveriam ser públicos. Há pois, conforme Harvey e Katz, uma alteração estrutural da reprodução social efetivada em lugares privatizados, segregados e paralelos, que definem uma separação de classe por espaço exterior comum, mas não público (Setha, Smith, 2006, p.113), e que demonstram que **“a geografia da privatização é desigual”** (Setha, Smith, 2006, p.114), assente na natureza excludente da política de propriedade privada (Setha, Smith, 2206, p.148).



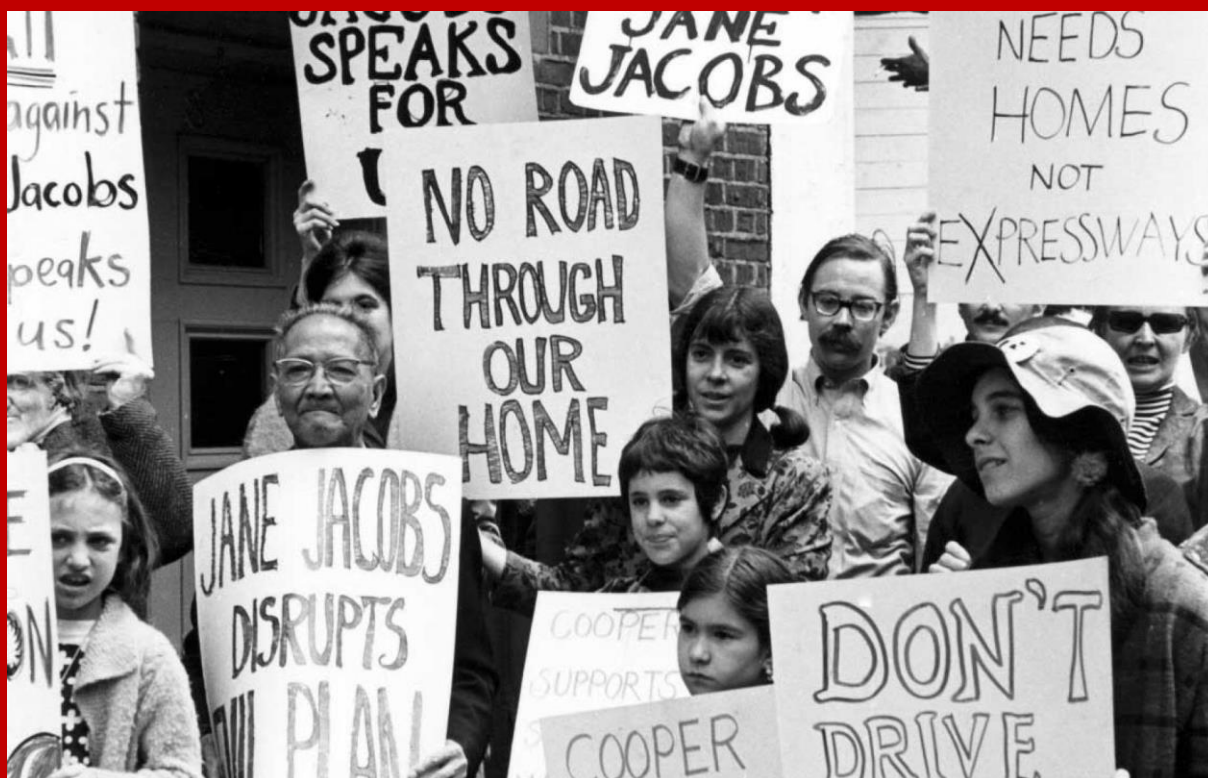


Fig. 33 Manifestação em Nova Iorque, contra o projeto para a autoestrada central, em 1968, promovida por Jacobs.

Fonte: <https://www.cnu.org/publicsquare/2016/12/27/if-jane-jacobs-were-alive-shed-be-fighting-preserve-affordable-housing>, em 8 de Agosto de 2018.

***A urbanização, pode concluir-se, desempenhou um papel crucial na absorção de excedentes de capital e tem-no feito com cada expansão das escalas geográficas. Mas com o preço de processos corrosivos de destruição criativa que implicam a expropriação das massas urbanas de qualquer direito à cidade onde quer que seja.***<sup>278</sup>

Harvey, 2008, p.12

Como Katz, sublinha, quanto ao Central Park em Nova Iorque, o investimento do erário nova iorquino, desde a década de oitenta, que foi destinado a este espaço público mediático, em localizações fundiárias mais caras, obrigou à diminuição brutal de todo o orçamento que deveria estar disponível para os restantes parques urbanos do município. Por outro lado, e conforme Mitchel e Staeheli, a par de uma cristalização de espaços exteriores privatizados, cresce a utilização dos espaços públicos remanescentes por desalojados, que passam a constituir parte do ambiente urbano público, e que demonstram a contradição da geografia dos sem-abrigo (Setha, Smith, 2006, p.150) em contextos de defesa dos direitos de privatização. Na manutenção do espaço público tornam-se necessárias medidas da higienização de classe, dada a variação dos valores imobiliários com a permanência dos desalojados no espaço público. Na mesma medida, para Harvey, a destruição de lugares de expressão pública e democrática e a transferência da construção e da infraestruturação para parcerias privadas, apoiadas financeiramente pela banca e pelas maiores companhias de seguros mundiais monopolizam as possibilidades de se reverter o controlo coletivo sobre a cidade. A privatização dos serviços públicos e o aumento de empresas especializadas em segurança e vigilância, bem como as alterações de desenho urbano para definir fronteiras exteriores entre edifícios e diminuir a utilização pública dos espaços evidenciam uma reação à natureza democrática e plural do espaço urbano conquistada no século XX. Essa reação conserva a reprodução social que Katz sublinha, dentro dos parâmetros ótimos para a acumulação de capital, diminuindo os lugares de expressão política e de contestação a uma democracia reclusa dos interesses dos maiores fundiários urbanos. Nos espaços intermédios exteriores circulam os criminosos, os desalojados, os insurretos e todos aqueles que por um motivo estrutural não podem pertencer a um lugar habitável, constituindo no território, na expressão que Dawson recupera de Davis – à “geografia do medo” (Setha, Smith, 2006, p.123).

---

<sup>278</sup> Tradução da autora de: “Urbanization we may conclude has played a crucial role in the absorption of capital surpluses and has done so at every increasing geographical scales but at the price of butgeoning processes of creative destrutction that entail the dispossession of the urban masses of any right to the city whatsoever.” Harvey, 2008, p.12.

***A urbanização não é mais do que um comum urbano, ou o espectro de espaços públicos e bens públicos, e a sua perpétua apropriação e destruição por interesses privados.*** <sup>279</sup>

Harvey, 2012, p.80

A produção urbana de iniciativa pública reduz-se ao exclusivamente necessário para ampliar a acumulação de capital, dispensando o planeamento de espaços públicos que favoreçam as comunidades e os habitantes locais, apoiando iniciativas de empreendedorismo urbano que valorizam o capital investido, nomeadamente em equipamentos destinados ao turismo de massas<sup>280</sup>. As políticas de regeneração costeira e de cidades portuárias na europa, na transição do século, traduzem precisamente este reajuste da acumulação à dinâmica de revalorização fundiária e do potencial edificativo, numa fase de nova crise capitalista, que afetou especialmente as áreas urbanas obsoletas de cidades, que protagonizaram um papel produtivo e comercial na europa, até meados do século XX. De acordo com Harvey, o aparato institucional local, desenvolvido sobre a retórica ocidental europeia da descentralização e da democratização (Harvey, 2012, p.83), desde a década de noventa passada, vê-se sujeito a estes processos internacionais de expansão antieconómica capitalista, promovendo localmente as falácias da ética neoliberal e do policentrismo urbano, sem determinar a apropriação coletiva das mais-valias na produção urbana ou fazer destinar aos habitantes, no seu conjunto, a riqueza gerada pela promoção estatal de urbanização ou requalificação de espaço público com impacto mediático e publicitário. Segundo Harvey, as intervenções urbanísticas passam a realizar-se em prejuízo de uma política coletivamente decidida, quando o monopólio da propriedade e das mais-valias se situa **“nas mãos de uma pequena elite política e económica, que está numa posição de construir a cidade cada vez mais em função dos desejos próprios”** (Harvey, 2008, p.13), sendo que **“a reprodução de privilégios de classe e poder no sistema policêntrico se ajusta às estratégias neoliberais de reprodução social”** (Harvey, 2012, p.82), reconstruindo de certa forma, a cidade dos burgos medievais. Assim, a agenda neoliberal das políticas territoriais, apesar de reforçar a problemática do espaço público, fá-lo, maioritariamente quanto a categorias de espaço público que potenciem lucros imediatos, descurando outras áreas urbanas, nomeadamente as cidades europeias e norte-americanas que sofrem um processo definitivo de desindustrialização, com suburbanização nas economias

---

<sup>279</sup> Tradução da autora de: “Capitalist urbanization perpetually tends to destroy the city as a social, political and livable commons. [...] But the land that we now inhabit is a product of collective human labor. Urbanization is about the perpetual production of an urban commons (or its shadow-form of public spaces and public goods) and its perpetual appropriation and destruction by private interests” Harvey, 2012, p.80.

<sup>280</sup> Ver referência a Mitchel e Staheli, em anexo.

desiguais no hemisfério sul (Harvey, 2014, p.148). A par da crise posterior a 2007, Harvey sublinha as medidas predatórias dos planos de austeridade que transladam para o mercado livre os bens públicos, privando a sua utilização para sociedade em modo livre, gratuito e universal, sob o engodo da reestruturação em favor da ativação do crescimento pela ação dos particulares (Harvey, 2012, p.87).

***A distinção entre bens públicos urbanos e comuns urbanos é simultaneamente fluída e perigosamente porosa. Com que frequência projetos de desenvolvimento são subsidiados pelo estado, em nome do interesse comum, quando os efetivos beneficiários são alguns proprietários, financeiros ou promotores?***

Harvey, 2012, p.79

Conforme Harvey, em “**Cidades rebeldes**” (Harvey, 2012), e Blackmar em “**Apropriação dos comuns – a tragédia do discurso dos direitos de propriedade**” (Setha, Smith, 200), Ostrom consegue demonstrar, contra Hardin, que alternativas de gestão coletiva são mais apropriadas à manutenção dos bens comuns, ainda que sejam sempre contraditórios e difíceis, e se constituam num processo de luta. Segundo Harvey (2014) (2012), não resiste outra forma de luta anticapitalista que não a luta pela coletivização da produção económica e da transformação do solo planificada, que obedeça aos critérios comumente estabelecidos e não aos ditames do mercado financeiro.

***Problemáticas dos bens comuns, temos de aceitar, são contraditórias e, por isso, sempre contestadas.***<sup>281</sup>

Harvey, 2012, p.71

Contudo, para Harvey é importante destacar uma diferença essencial entre espaços públicos, bens públicos e os bens comuns. Os espaços e os bens públicos sempre foram uma problemática de poder de estado e correspondem à necessidade de existência da administração pública e ao desenvolvimento capitalista do território (Harvey, 2012, p.72). A natureza comum dos espaços públicos é conseguida pela ação social do movimento revolucionário, que a dado momento se apropria dos bens públicos, por tempo e espaço relativos. O comum não constitui, portanto, uma coisa, mas uma relação, “**instável e maleável**”, que pode produzir mais-valias ao grupo que o estabelece, mas não ser coletivamente útil.

---

<sup>281</sup> Tradução da autora de: “Questions of the commons, we must conclude, are contradictory and therefore always contested.” Harvey, 2012, p.71

Harvey defende que a supressão de vários tipos de espaços públicos e da respetiva estruturação urbana nos processos de urbanização contemporânea nas cidades ocidentais, com predominância de estruturas de mobilidade, especialmente depois da década de setenta, corresponde à brutal assimetria da luta de classes atual nessa relação, onde o estado abandonou o cumprimento de direitos urbanos pelos quais a modernidade lutou, em contexto de alargamento universal dos direitos humanos como direitos urbanos. Construir uma linha férrea ou uma auto-estrada é extremamente custoso, exigindo um capital de investimento maior (Harvey, 2014, p.147), que só se justifica na medida da necessidade de superar benéficamente a relação espaço-tempo. Assim, dedicar esforços ao planeamento de outras categorias de espaço público significa perder lucro, uma vez que as áreas produtivas não se encontram nas anteriores localizações das cidades ocidentais, mas na periferia do avanço do capital, onde o investimento em urbanização permite escoar o capital financeiro disponibilizado pelo conjunto da banca e das seguradoras. A este respeito, Harvey relembra a tradição económica neoclássica, especialmente da teoria da propriedade natural privada em Locke (2007)<sup>282</sup>. Se a propriedade privada poderia constituir uma forma eficaz de desenvolvimento produtivo e de gestão comum do território no século XVIII, o mesmo não seria verdade na estruturação capitalista industrial, onde a apropriação dos meios de produção é continuamente monopolizada, nem tão pouco em contexto neoliberal financeiro. O trabalho coletivo, que constitui grande parte do trabalho realizado mundialmente, não constitui, por si só, condição para a gestão coletiva dos bens.

---

<sup>282</sup> "A razão natural explica-nos que, a partir do seu nascimento, os homens possuem direito à sua preservação, e, conseqüentemente, à comida e à bebida, e a todas as outras coisas que a natureza lhes oferece para a sua subsistência." Locke, 2007, p.55.

*O planeamento não é o conhecimento nem a antevisão de um fenómeno, mas uma componente que faz parte do fenómeno.*

Pardal, Lobo, Correia, 2000, p.1

# CAPÍTULO. II

MORFOLOGIA, REGULAÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

*Paradoxalmente, uma vez digerida a diversidade urbana da rua, da praça e do mercado, o interior dos shopping centres volta a simulá-los. As cenografias para centros de entretenimento – eufemismo que esconde o consumo como único sustento – são réplicas ou simulacros das situações urbanas perdidas.*

Montaner, Muxí, 2014, p.120

*The principles that such a city would incorporate can be set forth in general terms. They would include concepts such as justice, equity, democracy, beauty, accessibility, community, public space, quality, support for the full development of human potentials or capabilities, all according to their needs, from all according to their abilities, the recognition of human differences. They would include terms such as sustainability and diversity, but these are rather constraints on the pursuit of goals rather than goals in themselves.*

Marcuse, 2012, p.36

*El hecho de que el espacio público sea el elemento determinante de la forma de la ciudad ya es razón suficiente para atribuirle el rol ordenador del urbanismo y en primer lugar de la trama urbana.*

Borja, Muxí, 2003, p.90

*La ciudad como heche colectivo se manifiesta, fundamentalmente, en su red de espacios públicos.*

Noguera, 1998, p.31

*Only the existence of public spaces and facilities that are accessible, safe, versatile and possessing aesthetic quality and a symbolic import – ie culturally significant – creates centrality.*

Borja, Castells, 1997, p.161

*Life in buildings and between buildings seems in nearly all situations to rank as more essential and more relevant than the spaces and buildings themselves.*

Gehl, 2010, p.29

## **MORFOLOGIA, REGULAÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO**

*El diseño de la ciudad parte del control de los espacios públicos. Las ordenanzas de cada vial definen: su perfil, el gálibo de las edificaciones que los delimitan y la utilización del suelo.*

Panerai, Castex et Depaule, 1986, p.176

Abordamos o espaço público segundo a morfologia, a regulação e a gestão precisamente por serem estes campos aqueles que constituíram maiores e mais operativas formulações para a produção do espaço público. Conforme verificámos no complexo alargado de autores que problematizam e entendem o espaço público, é sobre a forma urbana e a organização territorial, a regulação e a constituição de regimes jurídicos sobre o solo e a edificação, a gestão e a programação urbanística que podemos encontrar os discursos operantes para a sua idealização e concretização. Assim, não podemos abordar o espaço público sem abordar as políticas territoriais, que estão contidas, defendidas, suportadas ou integradas precisamente nestes três campos, e particularmente, em Portugal, considerando que dentro da cada um daqueles existem matérias específicas que se traduzem em critérios passíveis de ser analisados em VNG. Para conseguir obter evidências à questão para que serve o espaço público, e para que serve defender o espaço público nos processos de produção territorial, temos de reconhecer como é este considerado não apenas do ponto de vista do estudo da forma, mas também do seu enquadramento jurídico e da sua efetiva concretização e manutenção.

Na finalidade de confrontar as relações entre a forma urbana, a regulação e a gestão urbanística para demonstrar a natureza funcional do espaço público nos processos de planeamento e de transformação do solo, parece-nos oportuno sublinhar os desenvolvimentos da massa crítica de autores que contribuem para um contexto de reformulação histórica, em Portugal, do papel do urbanismo e de densificação e complexificação das orientações das políticas urbanas, nomeadamente com um peso crescente da problemática do espaço público. Assim, se por um lado temos um conjunto de autores que se preocupa em garantir o estudo da forma urbana, apesar da dificuldade em estabelecer léxicos capazes de instrumentalizar aquilo que são os limites da cidade num contexto de obsolescência desses limites – administrativos, de propriedade, de dominialidade, também subsiste um conjunto de outros autores, no âmbito da ordenamento e da regulação urbanística, que verificam a tendência crescente do campo jurídico no planeamento e na gestão urbanística. Consideramos que desta especialização disciplinar advém um resultado particularmente gravoso para a prática urbanística,



nomeadamente quando assistimos a uma transição para processo de planeamento e gestão que colocam em contraposição, ao invés de complementaridade, os discursos produzidos por aquela.

Quanto à análise morfológica, importa sublinhar os paradigmas ou linhas de investigação morfo-tipológicas para a transformação urbana. Abordaremos sucintamente essas linhas e seleccionamos criticamente os critérios de leitura da forma que se desenvolveram na última década e particularmente no contexto português.

Quanto à análise da regulação e das determinações jurídicas do planeamento, importa sublinhar as influências dos códigos e dos regulamentos, considerando as situações de relação hierárquica entre planos ao longo de um período de mais de sessenta anos. Porque a conformação urbana existente foi igualmente imposta por lei de carácter universalista e por regulação particular, importa-nos compreender os critérios dessa regulação na produção da forma do espaço público local, bem como as limitações da regulação no alcance do planeamento urbano na produção de espaço público.

Quanto à análise da gestão, importa sublinhar o contexto de execução do espaço público nas políticas territoriais atuais, identificando as condições materiais atuais daquele, bem como o que consta dos instrumentos locais e nacionais acerca da sua programação. Paralelamente, avaliar, por critérios específicos que apresentamos a seguir, o estado do espaço público pelas funções que oferece, nomeadamente aquelas que estão para lá da circulação e da infraestruturação, nomeadamente com a disponibilidade de áreas arborizadas, equipamentos ou elementos vários que as assistam.



*Uma das principais características que identificam as cidades portuguesas, incluindo-se neste termo núcleos urbanos de diferentes dimensões e com diferentes funções, diz respeito ao modo como os seus traçados resultam da síntese das características físicas do sítio em que se implantam com um sentido de ordem e uma lógica geométrica que lhes está sempre subjacente.*

OLIVEIRA ET AL, 2015, P.25

*As relações entre os edifícios, e o espaço entre eles, são questões que imediatamente se afiguram importantes. Multiplique-se isto à escala de uma cidade e obtém-se a arte do ambiente urbano; as possibilidades de relação aumentam, juntamente com as hipóteses a explorar, e os partidos a tomar.*

Cullen, 2004, p.135

*O tipo vai-se construindo, pois, de acordo com as necessidades e as aspirações de beleza; único e contudo variadíssimo, em diferentes sociedades, está ligado à forma e ao modo de vida. É portanto lógico que o conceito de tipo se constitua como fundamento da arquitectura e que se vá repetindo quer na prática quer nos tratados.*

Rossi, 2001, pp.52-53

*A experiencia espacial própria da arquitectura prolonga-se na cidade, nas ruas e praças, nos becos e parques, nos estádios e jardins onde quer que a obra do homem haja limitado vazios", isto é, tenha criado espaços fechados.*

Zevi, 2001, p.25

*Ya hemos comprobado cómo los espacios urbanos están divididos en dominios distinguidos por reglas y símbolos. Su propósito es el de establecer fronteras entre nosotros y ellos, o entre lo privado y lo público, previendo los grados óptimos de interacción y las defensas necesarias.*

Rapoport, 1978, p.261

## **ESPAÇO PÚBLICO NA LEITURA DA FORMA URBANA**

***La magnitud de las plazas – salvo la regla anterior – está en relación con la de su edificio principal, es decir, que la altura de este – medida desde el suelo a la cornisa – debe proporcionarse con la de la plaza, tomada perpendicularmente a la fachada.<sup>283</sup>***

Sitte, 1927, pp. 55-56

O estudo da forma física da cidade constitui uma das disciplinas essenciais para a compreensão da evolução urbana e para a crítica aos modelos de espaço público adotados pelo planeamento urbano ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, considera-se importante o tratamento que foi dado à forma urbana pelos processos de planeamento e as regras formais que se pensa terem determinado o desenho formal do espaço público.

A abordagem à morfologia urbana reside, primeiro, na pretensão de compreender como pelas diferentes linhas de investigação se desenvolveu a análise do espaço público; segundo, quais as análises que nos fornecem melhores métodos e critérios para a nossa investigação. Consideramos que o nosso contributo reside na crítica literária às posições e às principais correntes de investigação que se formaram no final do século XX, direcionando-a para a forma como o espaço público foi analisado, especialmente em Portugal. Terão estas formas de análise implicado nos processos de planeamento urbano, assistido pela construção exponencial de uma narrativa das formas urbanas? Existe uma relação entre as estruturas formais de cidade e a forma do espaço público? Como foi entendido o espaço público nos métodos usados pelas análises da forma urbana?

***a cultura urbanística encontra-se em condições de proceder a uma profunda reflexão sobre os seus materiais, instrumentos e processos de trabalho, pesquisando novas formas e tipologias urbanas e ponderando as condições de utilização e de transformação da cidade existente – tanto a cidade tradicional como a cidade moderna.***

Lamas, 2004, p.537

---

<sup>283</sup> Tradução da autora de: "A dimensão das praças, à exceção da regra anterior, deve estar em relação com o seu edifício principal, ou seja, a altura deste, que medida desde o solo até à cornija deve proporcionar-se com a dimensão da praça, perpendicularmente à fachada." Sitte, 1927, pp.55-56.

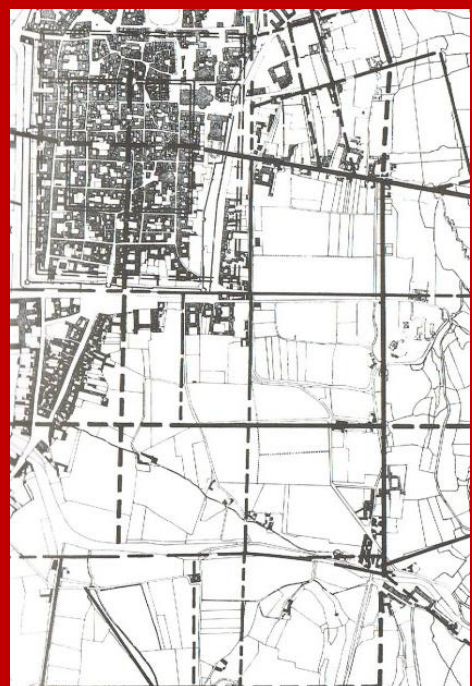
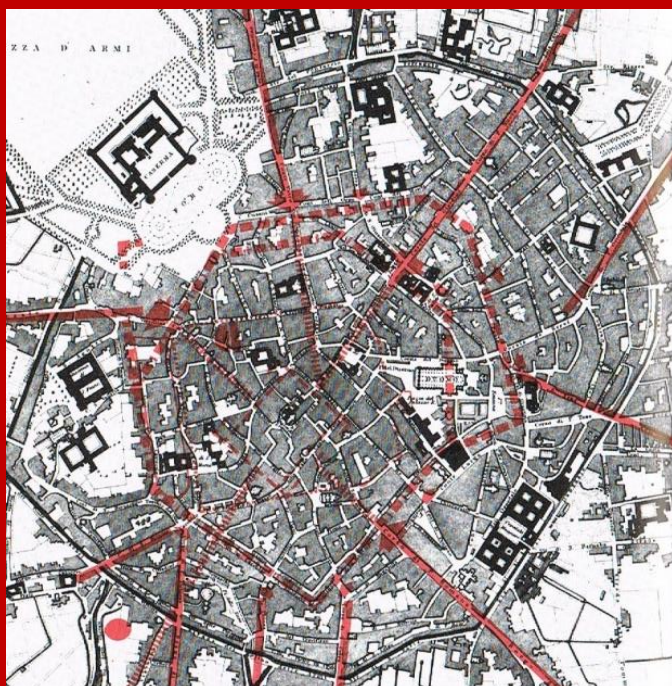


Fig. 3424 Proposta de esquematização da preexistência de circulação no tecido urbano em Florença. Levantamento de cadastro em Como, revelando a relação entre a cidade existente e a divisão fundiária da organização centuriar da periferia e os limites originais da expansão da cidade. Fonte: Cannigia, 1992, p.73 e 177.

Neste subcapítulo exploramos a utilização de métodos da análise da forma urbana, que se baseiem não apenas na forma do edificado, mas que considerem o espaço público, a sua sistematização e o desenvolvimento dos seus padrões.

A cada linha de investigação na morfologia urbana subsistiu um quadro histórico de desenvolvimento, das políticas urbanas, posterior à Segunda Guerra Mundial. Num contexto demorado de reconstrução urbana imposto pela imensa devastação bélica, desenvolveram-se estudos da cidade em diferentes lugares e academias, que Whitehand (Oliveira, 2015) engloba nas inglesa, francesa e italiana. Nestas experiências de reconstrução a especialização na teoria da arquitetura e urbana tomou protagonismo acentuado, tanto em reação às influências da idade moderna, como em contexto pós-moderno que o período pós-guerra encetou.

A evolução dos processos metodológicos utilizados pelos vários autores daquelas escolas, e não só, indica uma evolução das possibilidades tecnológicas e um aumento dos instrumentos de análise, nomeadamente da forma de produção e de utilização da cartografia em sistemas computacionais. Sem descurar os autores das escolas internacionais, frisamos a pertinência dos estudos de autores portugueses, dado os últimos progressos académicos nesta matéria. Sublinhamos a influência que a investigação e a atividade projetual que os autores internacionais dessas escolas tiveram na formação dos investigadores portugueses.

***Cada uma destas três escolas promoveu o estabelecimento da morfologia urbana, enquanto área de conhecimento científico, ancorada em contributos de diferentes origens disciplinares, tais como a história, a geografia e a arquitetura, entre outros. Apoiaram-se também em distintas abordagens metodológicas, mas também realidades geográficas, linguísticas e culturais próprias.***

Marat-Mendes et Cabrita in Oliveira et Al, 2015, p.66

Consideram Oliveira (2015), Whitehand (Oliveira et Al, 2015) e Rossi (2001) que o estudo da forma urbana constitui um fenómeno relativamente recente no estudo da história da cidade. Apesar das preocupações de organização urbana lhe serem muito anteriores e fundadas no desenvolvimento filosófico do planeamento, que tanto Rossi (2001) como Choay (2007) fizeram remontar a Aristóteles, consideramos que esta nova situação do estudo da cidade, inclusive em Portugal, confere uma maior solidez à nossa investigação urbanística particular.

***O temo morfologia encontrou aplicação em disciplinas tão diversas como a biologia, medicina, geologia, geografia e linguística, significando em cada caso o estudo da forma dos objetos de estudo do campo em questão.***<sup>284</sup>

Serra, 2013, p.7

O desenvolvimento multidisciplinar da morfologia urbana veio a constituir complementaridades, nomeadamente entre arquitetos, arquitetos paisagistas, urbanistas e geógrafos. Por influência da sociologia, e num contexto estruturalista e existencialista, deu-se uma evolução da morfologia urbana que revela a própria evolução da importância do espaço público no desenho da cidade.

***Amenizada entre os geógrafos a exclusividade dos temas e das perspectivas neopositivistas ou do contraponto da geografia radical, foram retomadas paulatinamente as abordagens à evolução urbana e ao estudo da morfologia urbana portuguesa, nomeadamente com o labor de orientação de mestrados e doutoramentos, desenvolvido por Pereira de Oliveira, a partir de meados da década de 1980, (...).***

Fernandes in Oliveira et Al, 2015, p.58

Este processo de cientificização da leitura da forma urbana portuguesa é particularmente visível nas recentes investigações de Coelho (2013), Oliveira (2013), Fernandes (2005), Lamas (2004), Rossa (2002) e Serra (2013). Oliveira apresenta-nos ainda uma síntese da genealogia dos diferentes autores internacionais, enquadrados na sua formação como arquitetos e geógrafos, distinguindo o trabalho de M.R.G. Conzen, de Muratori e de Castex. Em Portugal, Oliveira refere especialmente Rossa, Teixeira, Ferreira, Ferrão, Nonell, Duarte, Portas, Kruger, salientando o trabalho individual destes autores, sem o enquadramento de uma tradição ou escola contemporâneas. Sublinhamos ainda o trabalho antecessor de Orlando Ribeiro<sup>285</sup>, Amorim Girão<sup>286</sup>, Ilídio Araújo<sup>287</sup> na conceção territorial que apresentaram, tanto no levantamento das condições dos aglomerados urbanos e rurais portugueses, como na tipificação

<sup>284</sup> Tradução da autora de: "The term morphology has found application in disciplines as diverse as biology, medicine, geology, geograpgy or linguistics, meaning in each case the study of the form (and its eventual developmental processes) of the objects of the field in question." Serra, 2013, p.7.

<sup>285</sup> Revista Finisterra, Vol 1, N° 1, CEG, Lisboa, 1966

<sup>286</sup> "Esboço duma carta regional de Portugal", 2ª ed. - Porto : Portucalense, 1949-1951.

<sup>287</sup> "Problemas da paisagem urbana", Centro Estudos de Urbanismo, DGSU, MOP, Lisboa, 1961.

da territorialização das configurações socioeconómicas nesse território. Acrescentamos ao conjunto de conhecimentos da paisagem e da relação da cidade com a sua condição natural Francisco Caldeira Cabral e Ribeiro Telles. No âmbito da arquitetura e do urbanismo não esquecemos o precedente trabalho de análise particular da região do Porto, realizados por Antão, Auzelle e Losa, cujas propostas urbanísticas para VNG caberão na segunda parte da investigação. Transversalmente a todas as linhas de conhecimento que abordam a forma urbana, coexiste a tentativa permanente de encontrar regras e princípios geradores dessa forma urbana. Como refere Serra, **“encontrar regularidades”** (Serra, 2011), acrescentamos nós, nas transformações do solo.

*A natureza distinta das diferentes orientações de investigação foi ocasionalmente sublinhada por diferenças linguísticas entre os investigadores. O desenvolvimento isolado, ao longo de várias décadas, das escolas “Caniggiana” e “Conzeniana” é um exemplo disto mesmo.*

Whitehand in Oliveira et Al, 2015, p.15

Whitehand (2001) sublinha tanto **“o termo morfologia urbana ser usado num determinado número de diferentes tipos de investigação”**<sup>288</sup>, como a inexistência de uma sintaxe universal na morfologia urbana, apesar da tentativa encetada por M.R. Conzen (Whitehand, 2001) para estabelecer uma terminologia. Através do mapeamento de Gautier e Gilliland<sup>289</sup>, que propõe o posicionamento relativo de diversos autores e respectivas escolas da morfologia urbana (especialmente ao diferenciá-los entre internalistas e externalistas), compreendemos a relação entre o estudo da forma urbana e a procura de cientificização dos processos de investigação. Verificamos, especialmente na escola italiana, apesar das suas ramificações, uma predominância para identificar a autonomia operativa da forma, fundada na tipologia dos espaços construídos e nos espaços públicos. Identificamos uma categorização do

---

<sup>288</sup> Tradução da autora de: “applied to a number of different types of investigation.” (Whitehand, 2001, p.103).

<sup>289</sup> “Talvez o mais importante contributo do estudo da cidade na morfologia urbana seja o de que o ambiente construído constitui um sistema de relações submetido a processos regulados de transformação”.(...) e no sentido de melhor compreender um processo de formação física urbana assume-se que esta opõem o seu próprio peso e inércia aos factores sociais, económicos e políticos, ao mesmo tempo que é determinada por estes.”. Tradução da autora de: Perhaps the most important contribution of urban morphology to the study of cities has been to show how the built environment can be understood as a system of relations submitted to rules of transformation.(...) and in particular to better comprehend how the process of a city's physical formation has its own weight and inertia, that work to oppose social, economic and political factors, in the same way that it has been alternatively assumed that the physical development of the city is conditioned by these factors.” Gauthier et Gilliland, 2006, p.45.



espaço público, que assume a sua existência natural ao definir-se a formação urbana em termos de composição de tecido<sup>290</sup>, por exemplo, e que se funda na relação do lote com o espaço que não é o lote. Aqui, detetamos uma omissão generalizada entre as escolas italiana e inglesa sobre aquilo que faz constituir estas duas realidades de um mesmo fenómeno, apesar de verificarmos alguma concordância entre os vários autores na decomposição da forma urbana naquilo que denominam de elementos da forma urbana. Compreendemos que o estudo da forma urbana deve colocar em evidência a aparência da forma urbana, mas também recolher a essência desta que, consideramos nós, reside na dialética entre as construções ideológica e tipológica da forma urbana. Ruivo<sup>291</sup> esclarece a nossa crítica quanto à leitura da forma urbana:

***As nossas ideias de edifícios contêm  
abstracções sociais, e as nossas ideias de  
abstracções contêm ideias de edifícios.***

Ruivo, 2014, p.28

A exemplo, a tipificação canónica do espaço público, que o divide em alameda, praça, largo ou beco, poderá estar reduzida face às características do espaço público efetivamente existente, bem como de todos os elementos que o caracterizam e ainda na sua relação com o todo do espaço público. A esta observação sobre a categorização do espaço público acresce a frequência com que a representação planimétrica da forma urbana atribui ao edificado um carácter de cheio ou forma construída, maioritariamente representada com uma cor sólida em contraste com o branco do espaço exterior, como se esse branco correspondesse a uma entidade indefinida e inqualificável. As representações rigorosas, planimétrica e altimétricas da cidade são maioritariamente as representações da construção edificada, retirando interpretação própria à forma contínua do espaço público, que tem a sua própria tridimensionalidade. O espaço público é recorrentemente representado como vazio em relação ao edificado. A terminologia usada por diferentes autores assenta permanentemente na diferenciação entre a forma construída e o vazio, onde a forma da forma foi considerada positivamente em relação à forma do espaço livre. A cartografia concede à forma dos cheios vários níveis de dissecação, como

---

<sup>290</sup> Na introdução de "Os elementos urbanos", em nota de roda-pé: "Tecido urbano" faz hoje parte dos conceitos utilizados em Urbanismo, sendo particularmente recorrente na análise da cidade existente. A utilização desta expressão por Muratori, Panerai e outros autores, conferiu-lhe um estatuto que obrigou à sua integração nos próprios dicionários de urbanismo. Pierre Merlin (1988) considera-a uma "expressão metafórica, assimilando as células construídas e os vazios de um meio urbano à trama dos fios de um têxtil" e que "o tecido urbano é a expressão física da forma urbana. É constituído pelo conjunto dos elementos físicos que a constituem – o sítio, a rede viária, a divisão cadastral, a relação entre os espaços construídos e livres, a dimensão, a forma e o estilo das construções – e pelas relações estabelecidas entre estes elementos. (...)". Coelho, 2013, p.14.

<sup>291</sup> Ruivo, Catarina, "As formas sociais da arquitectura: o uso como base para uma análise formal da habitação colectiva portuguesa no século XX.", FAUP, 2014.

sejam o cadastro, o volume do edificado ou o alinhamento, entre outros. Quanto ao espaço público, considerado negativo desta construção nessas análises, tomam-no numa relação consequentemente direta da conformação da forma e da superfície que separa o interior do exterior, quando, muitas vezes, aquele surge como resultado primordial de uma determinada operação de transformação urbana.

Em Sitte e em Krier, por exemplo, volvidos cem anos entre cada um deles, surge, nas suas representações, um posicionamento quanto à forma urbana construída pela forma do edifício. O desenho do espaço urbano é o desenho da forma privada organizadora. A complexificação da organização urbana em Krier atende ao aumento de funções públicas, institucionais. E a tipificação do espaço público corresponde a variações geométricas, mais ou menos regulares de formas primitivas. Esta análise, fundamentalmente formal, que separa a “**res publica**” da “**res económica**” (Krier, 1984, p.40) no tecido urbano e que atribui ao espaço público o lugar de mediação entre aquelas, considera a naturalização da sociedade assente na diferenciação entre público e privado, entre economia e política. A análise de Sitte é a da conformação do espaço público pela fronteira da fachada. A fachada exterior define o carácter do espaço, privilegiando a influência da sua composição para o fenómeno de observação do meio urbano.

A proposta de Conzen (Whitehand, 2001) quanto à existência de regiões e períodos morfológicos<sup>292</sup> é a de estabelecer uma diferença morfo-tipológica que acompanha determinados períodos de planeamento e de transformação do solo. Conzen define a paisagem urbana entre o plano (que se estrutura em sistema de ruas, sistema de parcelas e sistema de edifícios), o volume construído e o uso do solo. Conzen relacionou períodos morfológicos com processos tipológicos, nomeadamente através da parcela burguesa. Para este autor, os processos de formação urbana relacionam-se com os processos de divisão fundiária e as dinâmicas económicas que fazem variar os preços do solo e que se traduzem na transformação do território, nomeadamente a alteração para uso urbano. O conceito de parcela burguesa constitui uma análise micromorfológica dum processo maior de produção urbana capitalista, que define períodos de ocupação de cada parcela urbana, relacionados com a necessidade socioeconómica de a utilizar ou dela retirar rentabilidade<sup>293</sup>.

---

<sup>292</sup> Segundo o glossário do Seminário Internacional de Morfologia Urbana, que aponta uma definição Coeziana, um período morfológico corresponde a qualquer período que apresenta uma influência morfológica distintiva relativamente ao todo ou a uma parte de uma cidade. Uma região morfológica corresponde a uma área de homogeneidade da forma urbana tendo em conta o desenho urbano, o tipo construtivo e o uso. In «<http://www.urbanform.org/glossary.html>», em 12 de Novembro de 2015.

<sup>293</sup> Estas transformações constituem um quadro morfológico que revela regularidades na forma de apropriação do solo e do edificado e que correspondem a períodos morfológicos distintos. Quanto aos

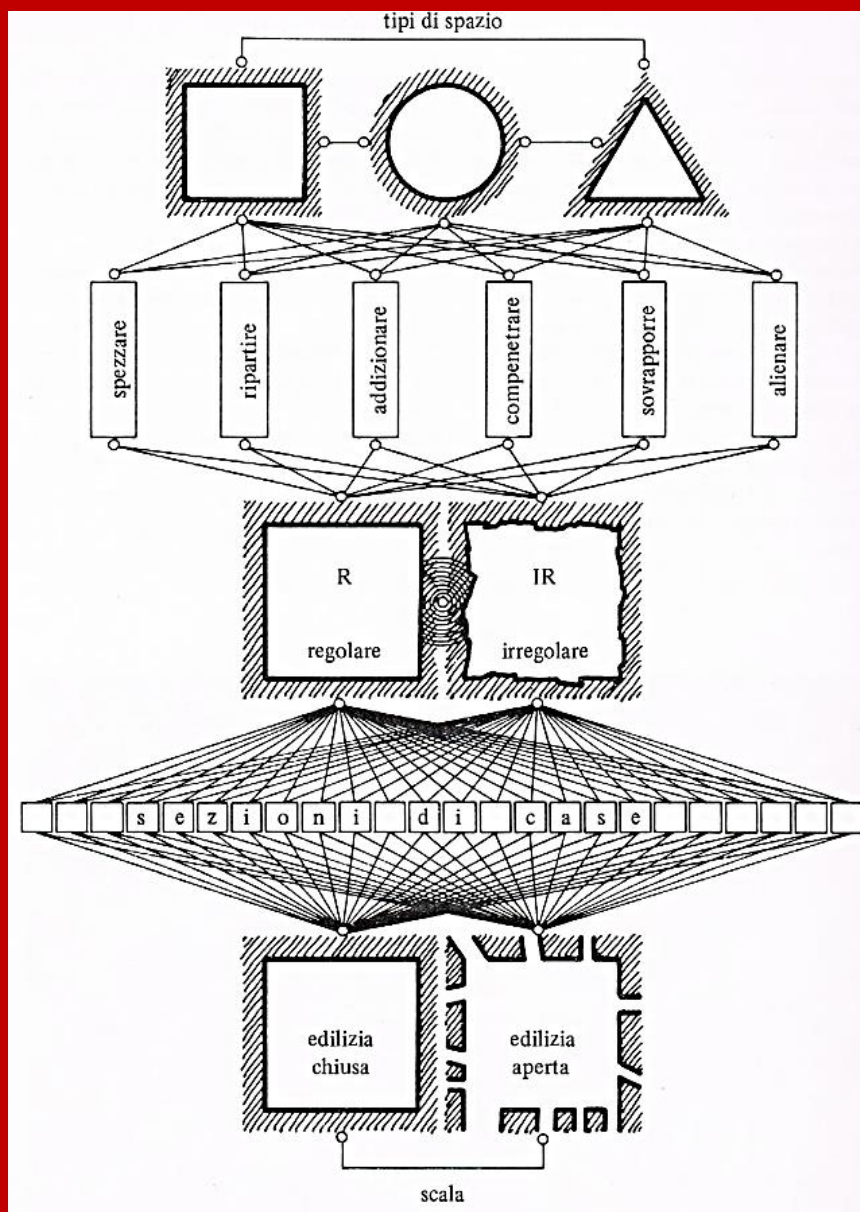


Fig. 35 Krier, classificação morfológica do espaço urbano.

"La classificazione morfológica degli spazi urbani si compone sinteticamente come segue: le tre forme fondamentali: il quadrato, il cerchio e il triangolo possono subire dei processi di trasformazione, quali ad esempio: spezzature, ripartizioni, addizioni, interpenetrações, sovrapposizioni, assemblage e "alienazioni". Tradução da autora: "A classificação morfológica do espaço urbano constitui-se sinteticamente da seguinte forma: as três formas fundamentais: o quadrado, o círculo e o triângulo sofrem processos de transformação, tais como: eliminação, partição, adição, interpenetração, sobreposição, combinação e alienações.

Fonte: Krier, 1982, p.42

períodos morfológicos, Conzen demonstrou que certos fatores relativos a ciclos de investimento e de recuo de investimento marcam heterogeneamente ciclos de desenvolvimento urbano em torno da centralidade administrativa, religiosa ou económica mais antiga ou primária, criando cinturas periféricas. A atuação da edilidade e a atuação dos particulares confrontam-se numa relação complexa e contraditória que impede, em certos momentos, a ocupação do território, determinando áreas formalmente distintas.

No espaço da tribo Ambo, o espaço do chefe é o de acesso mais difícil. É razoável assumir que as configurações segregadas, assimétricas e de acesso condicionado caracterizam ambientes construídos que àquelas recorrem como reforça das diferenças sociais que se querem manter.<sup>14</sup>

Dyke, 1999, p.462

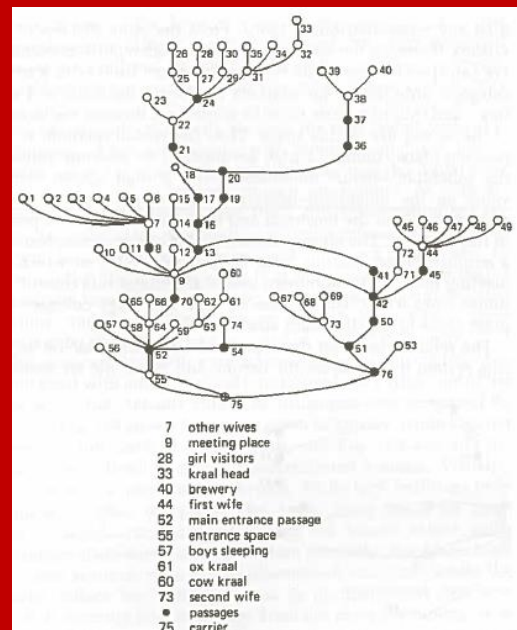
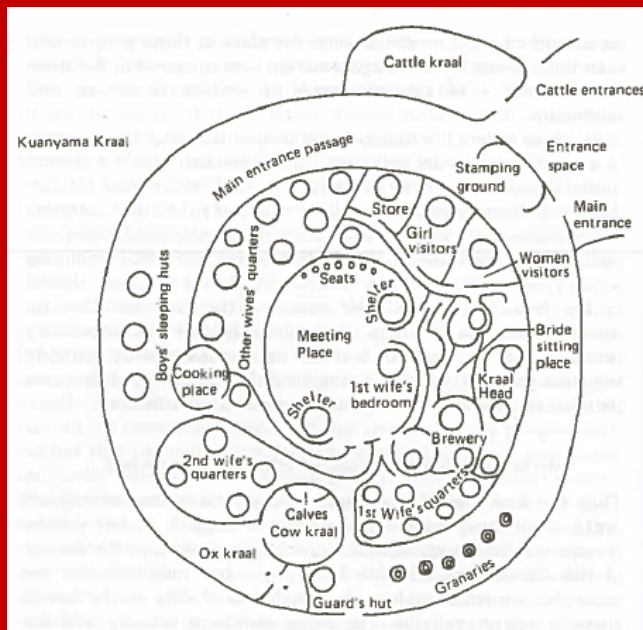


Fig. 36 Organização espacial do povo Ambo e sintaxe espacial do mesmo.

Através da quantificação do uso do espaço, podemos afirmar uma relação entre o utilizador e a configuração espacial, mais do que com um tipo ou mesmo um modelo de forma urbana.

Fonte: Hillier et Hanson, 1984, p.164-165

<sup>14</sup> Tradução da autora de: "(...) in an Ambo chief's kraal (Hillier and Hanson 1984: 163-168), the personal space of the kraal head is the most difficult to reach. It is reasonable to assume that spatially segregated, asymmetrical, nondistributed configurations should characterize built environments that are an interactive part of the creation or recursive reinforcement of social inequalities."

*Sitte domina com à-vontade a pequena escala, mas revela incapacidade poro controlar o organismo urbano e a grande cidade, a qual exigiria certamente outros métodos tais como elementos estruturantes e grandes traçados. O seu receituário serve pera pequenas sequências, mas torna-se de impossível utilização a grande escala.*

Lamas, 2004, p.252

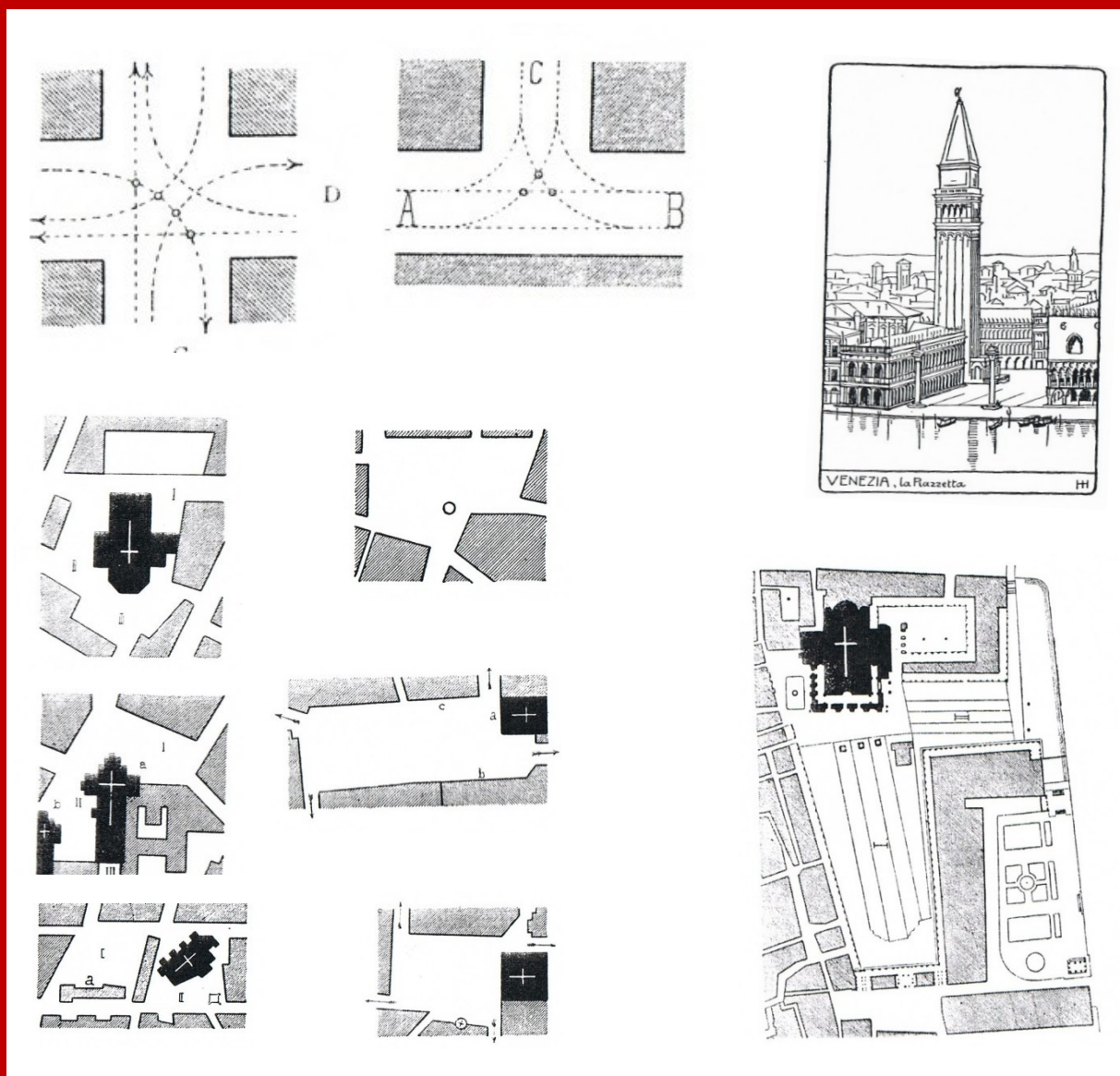


Fig. 37 Plantas de praças italianas, por Sitte.

Mântua, Ravena, Florença, Veneza; e praças germânicas – Kiel, Schwerin e Erzburgo. Percursos nos cruzamentos.

Fonte: Sitte, 1927, p.44-45, 74,115

Desta forma, podemos subentender uma relação temporal entre a forma urbana, os tipos construtivos e a prática de planeamento, tendo em conta a dinâmica existente entre as promoções pública e as privadas, autorizadas e as não autorizadas. Na relação dos agentes planeadores com a transformação do solo em solo urbanizado, são considerados a estrutura de espaço público existente e a criação de uma nova que atenda à valorização funcional do edificado que serve. Acresce-se as dificuldades da geografia natural da zona e as condicionantes da propriedade existente, cujos limites se podem impor durante um período morfológico ou vários períodos morfológicos. Para isso, e conforme Oliveira (2016), o espaço público atua como um elemento tanto de consolidação como de limitação a futuras transformações das parcelas privadas, que se mantêm até ciclos de investimento mais fortes. Harvey também sublinha a necessidade de a transformação, afeta a um novo investimento para criar eixos viários, estar limitada pela forma urbana existente, pelo que o planeamento lida com uma contradição permanente entre manter o existente e promover o novo (Harvey, 2014) de forma a potenciar as relações de conexão que são mais úteis a cada momento.

Rossi, em **“A arquitectura da cidade”** refere dois pontos de vista essenciais quanto ao estudo da cidade. Um que se define pela análise da cidade como sendo um resultado das dinâmicas socioeconómicas e outro pela análise da cidade como **“estrutura espacial”** (Rossi, 2001, p.35). Este autor sublinha ainda a importância que deve ser dada à tipologia e à existência do tipo como um prévio entendimento estrutural do espaço, do qual podem resultar modelos de forma urbana diferentes. Este posicionamento justifica o enquadramento do pensamento de Rossi na primeira linha que o mesmo refere. Revela, portanto, a perspetiva universalista da forma urbana, ou melhor, dos elementos urbanos que compõem o tecido urbano, que defendendo serem transversais e matematicamente determinados. À imutabilidade da estrutura primordial, denomina de tipo. O tipo é definido por Rossi como o **“momento analítico da arquitectura”** (Rossi, 2001, p.54), uma redução essencial do espaço às suas características reconhecíveis, em diferentes lugares e tempos.

Lynch, (Lynch, 1970), na década de setenta, apresenta uma preocupação com a visualidade individual e coletiva da forma externa da cidade. Num conceito que denominou de **“legibility”**, reforçado pelo de **“imageability”** (Lynch, 1970, p.2), Lynch defende a coerência das partes e a forma como a comunicação ao utilizador dessas partes contribui para o maior ou menor reconhecimento dum conjunto de elementos urbanos dependentes da sua relação intrínseca. Os conteúdos existentes em cada imagem da cidade são formas urbanas físicas que

sintetizou nos denominados **“paths, edges, nodes, and landmarks.”**<sup>294</sup>. Lynch, numa abordagem que o próprio<sup>295</sup> caracteriza de normativa, propõe a construção da imagem da cidade segundo estes critérios, que considera serem os determinantes para a leitura coerente da forma urbana e da cidade. De forma propositiva apresentou as principais qualidades formais que devem ser constantes na cidade e no seu planeamento – **“singularidade, simplicidade formal, continuidade, domínio, simplicidade das relações físicas, diferenciação, espaços visuais, movimento, perspectiva visual do utilizador, seriação, nomes e símbolos”**<sup>296</sup>. Convém situar a sua importância para a morfologia urbana numa conceção alargada do estudo da forma urbana e do interesse desse estudo para a atuação no planeamento urbanístico norte-americano. Sem descurar o contexto específico da sua análise, que se foca nos casos das cidades norte-americanas, revela uma dominante particularização do exercício urbanístico sustentado pela imagem visual e comercializável da cidade em contexto de expansão. Conforme abordámos no primeiro capítulo, Lynch enquadra-se num contexto de fenomenalização do planeamento urbano, que procura identificar causas próprias de um processo complexo, que, a nosso ver, é determinado essencialmente por uma nova relação socioeconómica dos modos de produção, consumo e reprodução social, e que tiveram lugar expressivo nas metrópoles norte-americanas, especialmente através da simbolização do espaço público como espaço de consumo.

***As proposições fundamentais da teoria da sintaxe espacial não são de que existe uma relação entre as formas dos espaços urbanos e as forças sociais, mas que existe uma relação entre os geradores das formas dos espaços urbanos e as forças sociais.***

Ruivo, 2014, p.82-83

Hillier e Hanson, em **“A lógica social do espaço”**<sup>297</sup>, apresentam uma abordagem que demonstra a existência sistémica da forma. Através da teoria da sintaxe espacial, ou da análise espacial sintática, experimentam uma quantificação do uso do espaço. Consideramos determinantes as conclusões destes autores, que apresentam uma relação entre a configuração espacial e a sua usabilidade, quantificando qualidades materiais desse espaço como sejam a

---

<sup>294</sup> Tradução da autora: “percursos, perímetros, cruzamentos, e objectos urbanos”. (Lynch, 1970,p.46).

<sup>295</sup> “Good city form”, (Lynch, 1981,p.37).

<sup>296</sup> Lynch, 1970, p.105-108.

<sup>297</sup> “The social logic of space”, Bill Hillier, Julienne Hanson, Cambridge, University Press, 1984.



conectividade<sup>298</sup> e a integridade<sup>299</sup>. Da relação entre a conectividade e a integridade pode quantificar-se o fator inteligibilidade, que pode significar a importância relativa de determinado espaço no sistema geral de espaços axiais. Assim, conforme sublinha Serra, a análise espacial sintática oferece formas de evidenciar características configuracionais e compositivas de uma estrutura de eixos, e, em função de uma conjugação de critérios métricos e angulares atribuídas a estes, calcular níveis de conectividade e integridade da rede de espaços públicos. Ao caracterizar a geometria da atividade humana, Hillier evidenciou que atividades estáticas ocorrem preferencialmente em espaços convexos, onde existe maior “**estabilidade visual**” (Serra, 211, p.361). Serra também aponta o fato de para Hillier a estrutura urbana constituir essencialmente uma rede espacial de comunicação dependente da economia do acesso. Assim desenvolvem-se ligações imediatas, onde a relação tempo-espaço-trabalho é otimizada segundo a noção de benefício da rede viária; e noutra a relação residencial garante a restrição através da segregação (Serra, 2013, p.35).

**Hillier e Hanson defendem uma teoria que considere uma autonomia descritiva para o espaço, e uma variedade morfológica capaz de reflectir as diferentes relações entre espaço e sociedade.**

Oliveira, 2013, p.36

Por outro lado, e mais recentemente, Marshall estabelece uma relação entre o padrão formal urbano e a via, tendo em conta a utilidade de um sistema de espaços públicos que se constituem para a conjugação contraditória entre a acessibilidade e a mobilidade. Marshall defende que a função de transporte não é apenas mais um uso do espaço público, mas que o espaço público se constitui hoje como espaço de mobilidade *per si* (Marshall, 2005, p.13) e que a sua natureza primordial é a da ligação universal da rede de comunicação. Marshall ataca uma perspectiva tecnológica da via, uma vez que o modo de conformar o espaço público corresponde a modos de vida e de apropriação humana do território construído, que implicam responder a necessidades de ligação a vários níveis. Para Marshall a consideração disciplinar do espaço público, especificamente o desenho de ruas como elementos constitutivos de padrões morfológicos, sobrevive no vácuo entre diferentes disciplinas e profissionais projetistas, contradizendo a necessidade assumida por estes em enquadrá-lo no processo de planeamento

---

<sup>298</sup> Segundo Serra, a conectividade refere-se ao número de conexões que cada nó, ou ao número de espaços a que cada espaço está conectado. Serra, 2011, p.361.

<sup>299</sup> Segundo Serra, a integração refere-se à distância topológica de cada espaço, ou seja, a relação de cada espaço com o sistema global. Serra, 2011, p.361. Sublinha Serra que a propensão para a integridade morfológica é tão maior quanto a sua importância estrutural no território, e inversamente proporcional à necessidade de mutação.



(Marshall, 2005, p.22). Conforme Marshall, a função arterial (Marshall, 2005, p.61) da rede viária representa uma estratégia designativa, mas que não se constitui objetivamente na realidade, uma vez que a utilização efetiva é tão variável quanto as variáveis subjetivas das populações que a usam, nomeadamente porque diferentes hierarquias estão sobrepostas e permitem essa variabilidade, ainda que o resultado seja antagónico. Ou, por outro lado, porque se acumulam designações de tipos de vias e se procuram associar padrões de vias que têm de corresponder a usos com diferentes níveis de segurança, velocidade e usabilidade pedonal. Assim, Marshall esclarece, na sua análise da via como elemento preponderante da comunicação territorial, uma relação entre hierarquias de redes com as hierarquias de interesses objetivos e subjetivos associados a cada rede, cuja combinação é conflituosa (Marshall, 2005, p.192). Num contexto de expansão urbana, torna-se preponderante reconhecer o papel do planeamento no ordenamento do espaço público, nomeadamente da relação da estrutura viária com espaços de estar coletivos, bem como com a habitação, uma vez que para este autor, o planeamento futuro deve passar por aquilo a que o próprio chama de **“street-based approach”** (Marshall, 2005, p.253). Esta perspetiva vem de encontro a uma reformulação do planeamento baseada no processo de sistematização dos espaços públicos, especialmente considerando o perfil das vias, diferentemente do processo de organização do zonamento do uso do solo (Marshall, 2005, p.254), propondo uma abordagem *bottom-up* do planeamento. Ou seja, considerar a efetiva relação do espaço público com o uso do solo e propor uma intervenção integrada na medida das necessidades existentes locais, tendo em vista a cidade como um momento no espaço e tempo global da produção urbana. Para Marshall, persiste esta tendência para retomar a importância do espaço público dentro de uma mudança paradigmática dos métodos do planeamento urbano.

***As expansões urbanas já não estão dependentes de áreas anteriormente construídas, mas podem existir em zonas menos acessíveis, ligadas entre as principais linhas de movimento. As franjas urbanas metropolitanas de hoje são territórios muito complexos, que atraem mais população e apresentam novos padrões de movimento (independentes do centro da cidade) com novas funções e novas formas.***<sup>300</sup>

Serra, 2011, p.359

---

<sup>300</sup> Tradução da autora de: “Urban expansions are no longer tied to areas that are already built up, but can lie in formerly less accessible zones, interdigitated between the main lines of movement (Jobnson, 1974). Today’s metropolitan urban fringes are very complex territories, attracting more (and more diversified) population and showing new patterns of urban movement (no longer dependent on the central city), with new functions and new urban forms (Domingues, 2008; GosPodini, 2006; Indovina, 2004).” Serra, 2011, p.359.

Na grande maioria das situações de promoção de operações de urbanização que tiveram lugar depois de meados do século XX, os espaços de circulação e permanência públicos ou coletivos são geracionalmente anteriores à construção do edificado, especialmente depois da constituição de um estado ou de um poder público determinante que interfere ou impõe uma eventual ordem local. Muitas vezes o espaço público apresenta-se sem forma definida ou fisicamente conformada por edificado antigo ou murado, mas de algum modo reserva-se-lhe uma delimitação administrativa que aponta uma decisão permanente sobre o processo futuro da ocupação ou do uso. Verifica-se uma constante estruturação do território que é antecedida pela utilização coletiva e pública de determinada área do território e que será apropriada, em função da regulação, para espaço público. Esta utilização permanente de uma determinada área ao longo do território subsiste, como observam Serra e Fernandes, como um dos elementos orientadores da fixação populacional e do crescimento urbano entre diferentes centralidades ou atividades fundamentais. Para Serra, torna-se determinante abordar a morfologia urbana do ponto de vista destas relações territoriais alargadas, considerando a importância de encontrar padrões de desenvolvimento urbano numa escala regional para o espaço público (Serra, 2011, p.360), especialmente em contextos metropolitanos.

No caso das expansões metropolitanas, assistimos à formação das referidas conurbações (Portas, Domingues, Cabral, 2003) que representam uma nova aparência de alocação dos recursos, de distribuição e relação entre bens, pessoas e serviços que se torna difícil padronizar do ponto de vista da forma, mas que se opera pela consolidação do espaço público. Serra sublinha que os esquemas de Burgess (1925) (que já referimos), de Hyot (1942) e Harris-Ulman explicativos da evolução da transformação do solo são paradigmas obsoletos para o contexto não linear e diferenciado de expansão urbana que se iniciou ainda antes da Segunda Guerra nas cidades norte-americanas. Daí que entre cada um daqueles esquemas se consegue identificar uma aproximação teórica e explicativa à nova condição da transformação do uso do solo, que deixa de ser concêntrica. Segundo Serra, as características morfológicas da expansão metropolitana não se tornaram concêntricas ou unidirecionais (Serra, 2013, p.12), nem respondem ao dualismo centro/periferia conforme Burgess previa, porque se desenvolveu uma **“perda da clareza diagramática”**, bem como da sua regularidade (Serra, 2013, p.12), contrariando a idealização da cidade se constituir num bloco unificado e compacto. Para nós, considerar um centro e uma periferia dentro de uma conurbação é relativizar uma relação de produção urbana que tem de gerir níveis de interesses diferentes, que se manifestam em níveis de espaços públicos diferentes, e por vezes, exclusivos entre si. E aí, o binómio manifesta-se materialmente no valor do solo.

*Para Léon Krier, ou a cidade é constituída por ruas, praças e outras tipologias de espaços identificáveis, ou não poderá conter vida social e humana.*

Lamas, 2004, p.433

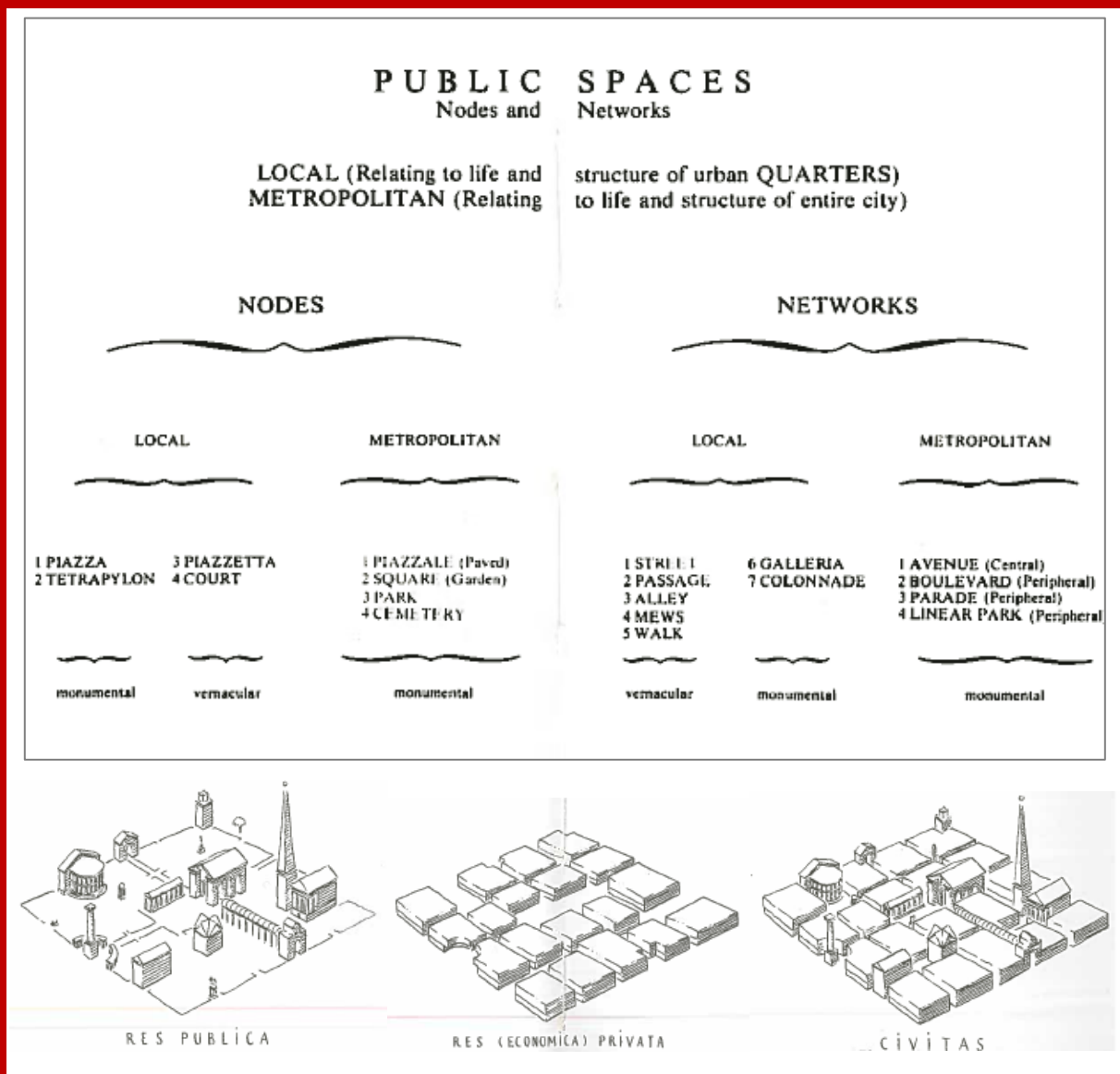


Fig. 38 Componentes urbanos, na sua relação entre espaços privado e público, por Krier (Léon). Para Krier, assumindo um radicalismo na busca pelas formas euclidianas, encara a formação da cidade como uma soma racional entre as partes tipo de espaços públicos e as partes tipo dos espaços privados. A tipificação dos espaços faz tanto parte de uma ideia de legibilidade e coerência dos elementos urbanos entre si, como de uma crítica à evolução e transformação.

Fonte: Krier, 1984, p.40.

A forma da cidade é a que toma máxima a renda imobiliária urbana. (...) O mecanismo urbano está sempre congestionado, porque os aparelhamentos públicos – ruas, instalações, serviços – são sempre insuficientes, ao passo que a exploração dos terrenos particulares alcança ou supera os máximos fixados pelos regulamentos.

Benevolo, 2005, p.589

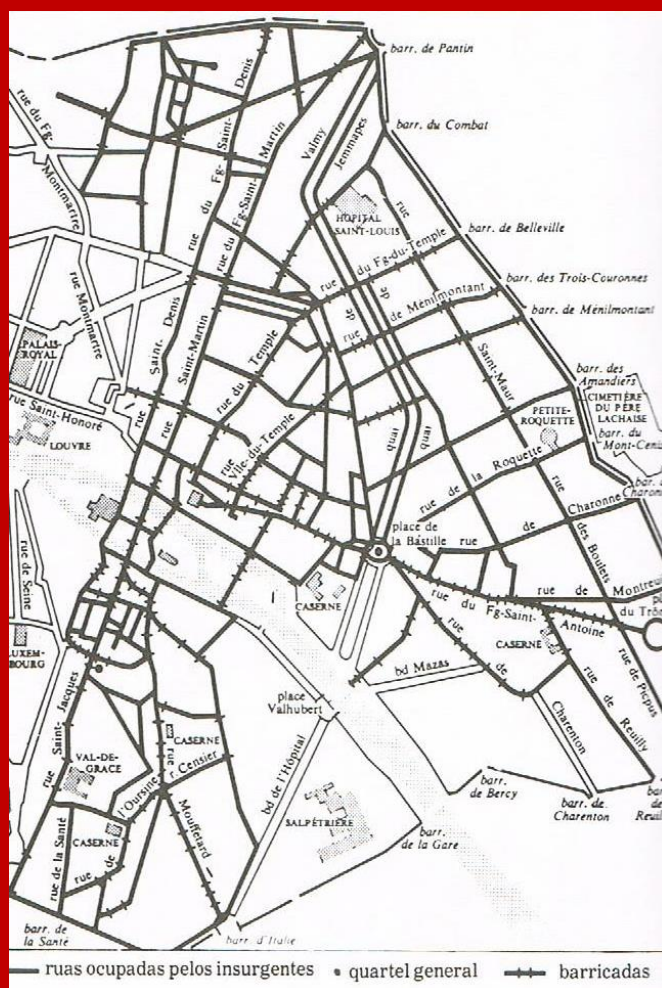


Fig. 39 Esquema dos insurgentes, em Paris, em 1848, por Benevolo. Benevolo, em "História da Cidade", desenvolve uma análise da cidade e da forma da cidade que evidencia os factores externos na produção do espaço público. Não enquadrável na linha morfo-tipológica italiana, Gauthier e Gilliard colocam-no num quadrante externalista e cognitivo. Esta posição deve-se ao carácter político da sua análise, relevando na análise da forma urbana a espacialização do confronto entre as necessidades socioeconómicas de cada classe. Benevolo traz uma narrativa da forma urbana apoiada na eficácia económica do espaço urbano e na gestão política do espaço comum através da configuração do espaço público.

Fonte: Benevolo, 2005, p.590

*Toda a estrada é o espaço público que em geral é aposto aos terrenos, normalmente privados e disponíveis para edificação.*<sup>15</sup>

Panerai, 2005, p.87



Fig. 4026 As diferentes partes do tecido urbano, no centro antigo de Cairo. As vias e os edifícios públicos em Istambul, por Panerai.  
Fonte: Panerai, 2005, p.590

<sup>15</sup> Tradução da autora de: "L'ensemble de la voirie constitue l'espace public auquel s'opposent globalement les terrains, généralement privés, offerts à l'édification." Panerai, 2005, p.87.

Benevolo traduz uma posição empírica, que encontra, numa leitura materialista da transformação do solo, razões produtivas para a produção urbana na sociedade capitalista. Para Benevolo, a apropriação do território decorre de uma posição política sobre a realidade (Benevolo, 2005, p.727), o que se traduz numa conquista de classe. Para Benevolo há uma relação dos processos históricos de organização da forma de produção social com a conformação da cidade, que surge nos últimos cem anos como fonte de rendimento especulativo e acumulação de capital. Benevolo atende para o facto de a maioria da população pobre e trabalhadora viver nas áreas excluídas de planeamento, que se desvalorizam economicamente face à **“parte regular da cidade”** que se apoiou de **“métodos da arquitectura e da urbanística moderna”** para criar privilégios e melhorar as condições de vida de uma minoria (Benevolo, 2005, p.707). Conforme o próprio sublinha, em 1962 **“metade da população da Ásia, África e América Latina não tinha casa”** (Benevolo, 2005, p.708).

O paradigma da resiliência da rede de espaços públicos é demonstrado pelos trabalhos mais recentes de Hillier e Marshall, onde as análises sintáticas se constituem como análises do espaço público, a um nível quantitativo. Conforme Serra, dentro da morfologia urbana, particularmente na análise espacial sintática, há uma preponderância para determinar os elementos básicos da forma urbana em rua, cadastro e edifício (Serra, 2013, p.8). A análise espacial sintática tem sido usada para a investigação do espaço público como elemento rua, na medida em que daquela decorre a identificação do esqueleto da estrutura que organizará, em teoria, o cadastro e determinará as possibilidades construtivas de cada um dos outros elementos no futuro. Nesse sentido, as análises quantitativas na área da análise espacial sintática mais recente, combinada com a utilização do SIG, têm vindo a evidenciar a resistência temporal da localização das ruas e dos sistemas de comunicação viária na estrutura urbana. As conclusões da análise sintática revelam algumas características da transformação territorial que os investigadores portugueses Domingues, Portas, Cabral, Fernandes, Oliveira, Pinho e inclusive Araújo, vêm sublinhando quanto à forma da organização e apropriação do território nas últimas décadas em Portugal, segundo os quais o espaço público confere rigidez à malha urbana e aufere de transformações muito limitadas ou sectoriais. O desenho do espaço público nasce de uma funcionalidade intrínseca à configuração, ainda que não dependa exclusivamente desta. Assim, ler o espaço público comporta também ler outros elementos que complementam a informação quantitativa que é dada pela axialidade sintática e a quantificação topológica: perfil, elementos existentes, direcção da circulação, existência de alargamentos, espaços de estar, pontos de água públicos ou paragens de transporte público, demografia e distribuição de actividades primárias, secundárias e terciárias, por exemplo.



Na cidade burguesa do século XIX, ou na fase helenística da cidade grega, assim como nas cidades do império romano, esta condição alcança-se com muito trabalho, através de um extenso processo de unificação da práxis coletiva, das formas de governo da cidade, do financiamento público e das concepções arquitetônicas.

Cerasi, 1990, p.105

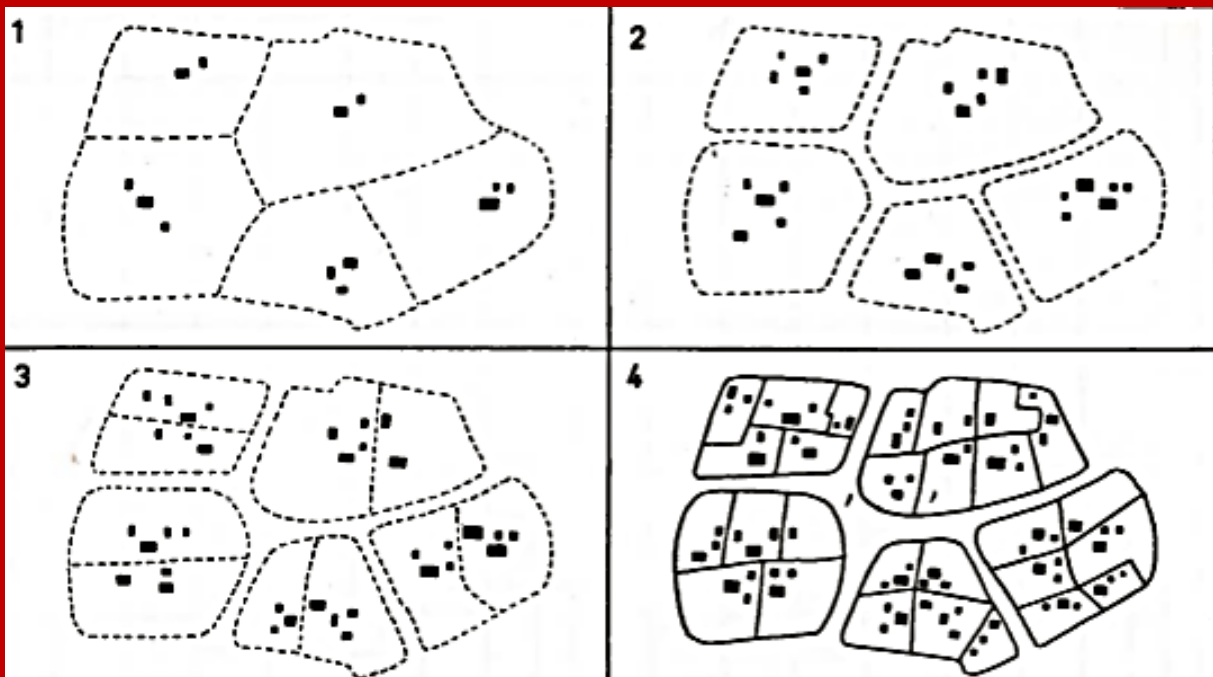


Fig. 41 "A emergência do espaço público coletivo como função pública. Dos direitos coletivos ao direito público." Esquema de Cerasi da formação do espaço público por detrimento da delimitação da propriedade privada.



Fig. 42 "A Praça de Grève e a cidade de Paris nas suas transformações desde 1770 até 1843. É evidente a diferenciação tipológica na emergente reconhecibilidade obtida mediante a colocação e o isolamento formal dos elementos públicos."

Fonte: Cerasi, 1990, p.105; p.105.

## **ESPAÇO PÚBLICO NA LEITURA DA FORMA URBANA EM PORTUGAL**

*Já não se trata, portanto, de construir narrativas urbanas generalizáveis, mas antes de trabalhar sobre os elementos capazes de atribuir significado territorial a partir de novos caracteres da paisagem metropolitana, em particular daqueles que podem ser lidos como denominadores comuns entre os diversos fragmentos que a caracterizam, ou, como propõe Bernardo Secchi (2003), a partir dos elementos de mediação e de caracterização do espaço público.*

Santos in Coelho, 2014, p.113-114

No atual quadro conceptual da morfologia urbana portuguesa persistem maioritariamente narrativas da leitura da forma urbana que, quanto ao espaço público, definem, quase sempre e primeiramente, tipos para os elementos urbanos, associados a uma abordagem morfo-tipológica, e que os classifica comumente como praça, rua, largo, avenida, alameda, por exemplo. Apesar desta diferenciação categórica do espaço público poder contribuir para a construção de políticas territoriais, ter a sua operatividade regulamentar e ainda permitir definir margens territoriais para operações de transformação urbanística pontuais, defendemos uma análise que reequacione a noção de espaço público. A nossa análise morfológica do espaço público traduz a proposta de reconsiderar a formação urbana na óptica da sua produção, ou seja, da sua materialidade física decorrer da materialidade produtiva e social. Colocamos o ênfase na questão do processo de transformação do território face ao produto em si, ou seja, a forma do espaço público resultante, questionando a necessidade da tipificação quando se reconhece um contexto de metropolização e perda da finitude do espaço urbanizado. Questionamos o facto de grande parte da análise morfológica se direccionar para naturalizar a forma construída como se fosse intransponível, onde o espaço público é tomado como parte fundamental da resignificação urbana que Secchi coloca como a nova questão – a reabilitação de extensas áreas produtivas abandonadas<sup>301</sup>. A forma como o espaço público é apresentado e defendido na leitura da forma urbana não traduzirá um conflito ainda premente entre cidade e território, entre a natureza disciplinar da arquitetura e do urbanismo, entre o promotor do plano e o promotor da produção urbana? Se assim for, que significado territorial resulta da produção do espaço público?

---

<sup>301</sup> Em 2007, Secchi assume no seu artigo "Wasted and Reclaimed Landscapes - Rethinking and Redesigning the Urban Landscape", que cada "renovatio urbis" enfrenta o problema da sua legitimidade. Secchi, 2007, p.7.





Fig. 43 Acessibilidade topológica no concelho do Porto, segundo Oliveira, através dos critérios da Morpho.  
 Fonte: Oliveira, 2015, p.199.

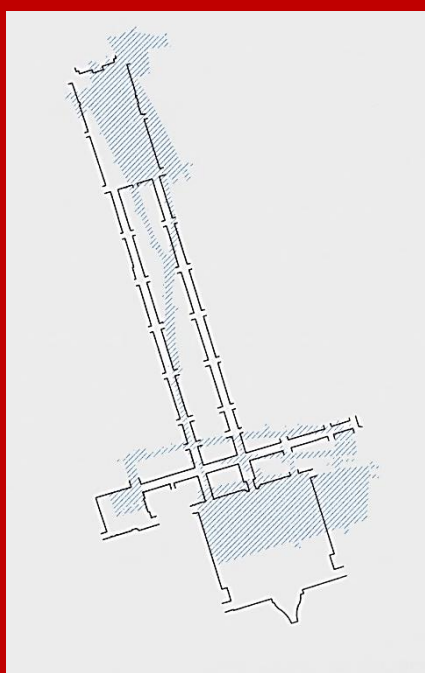


Fig. 44 A persistência dos traçados no caso da baixa de Lisboa. Decomposição morfológica da N376, segundo Leite.  
 Fonte: Coelho et Al, 2014, p.46; Coelho et Al, 2013, p.152.

Santos (Coelho, 2014) propõem uma ideia de transformação urbana a partir do suporte infra-estrutural. Consideramos pertinente esta perspetiva para a clarificação da definição abrangente que pretendemos de espaço público. Integramos o espaço público nesta categoria, tomando a ideia de infraestrutura como um elemento que garante continuidade ou produz continuidade futura no funcionamento das diferentes regiões urbanas. Ou seja, podemos considerar o espaço público como uma infraestrutura primária, que antecede a ocupação privada. A rede, assumida esta a forma que assumir do ponto de vista físico, será uma proposta de ligação entre diferentes áreas urbanas existentes ou que se revelam necessárias existir. Segundo este autor, o desenvolvimento de várias cidades periféricas à cidade de Lisboa resultou também da prévia extensão de infraestruturas para lá das fronteiras administrativas, produzindo ligações novas ou reforçando a fixação das populações nessas periferias<sup>302</sup>. Resultados semelhantes podem ser verificados nas proximidades das cidades com maior concentração populacional e de construção periférica em Portugal, que densificaram sucessivamente um conjunto de redes básicas, territoriais ou não, e criaram regiões continuamente ligadas, especialmente depois de estabilizado o período democrático<sup>303</sup>.

***Consideremos uma definição de espaço público: é o espaço que é fundador da forma urbana, o espaço “entre edifícios” que configura o domínio da socialização e da vivência “comum”, como bem colectivo da comunidade.***

Brandão, 2011, p.34

Segundo Proença, em “**A Resistência da forma urbana**” (Coelho, 2014), fortalecemos a nossa posição quanto à qualidade estrutural e de permanência dos traçados dos arruamentos, considerando essa estrutura como o espaço que se foi sistematizando, ao longo dos séculos, como de uso ou propriedade públicos.

***(...), a observação de um mesmo espaço da cidade em diferentes momentos no tempo permite uma leitura cronológica em que podem ser identificadas tanto a impressão da cidade em cada momento ou intervalo temporal, como a permanência de traços antecedentes, que correspondem a uma herança morfológica que atesta a resistência do objecto urbano à transformação.***

Proença in Coelho, 2014, p.33

---

<sup>302</sup> Setúbal, Corroios, Oeiras e Moscavide.

<sup>303</sup> Outro caso é o da região metropolitana do Porto. Pela história da evolução urbana desta região, conseguimos estabelecer semelhanças na infra-estruturação territorial e na forma como a localização das estruturas nacionais de comunicação produziram efeitos de realocização litoral da urbanização.

*Fisicamente as ligações entre as plataformas ribeirinhas tornaram-se mais fáceis no século XIX quando se iniciou a construção das pontes (ponte das barcas - 1806) que tornaram este conjunto morfológico definitivamente conectado, mas que paradoxalmente passou a ser administrado por diferentes entidades públicas.*

Fernandes, 2014, p. 486



Fig. 45 "Tábua Comparativa – O Plano de Água como Elemento de Agregação", no caso do Porto e Vila Nova de Gaia, entre outras cidades documentadas.

Em "Génese e Forma dos Traçados das cidades portuguesas", Fernandes caracteriza a forma do espaço público sob a perspectiva do traçado. A sua representação denuncia a continuidade física do espaço comum, bem como uma diferença significativa na ocupação desse espaço relativamente à construção privada.

Fonte: Fernandes, 2014, p.486.

Recuando aos princípios da monarquia constitucional, na investigação de Mário Fernandes (2005) sobre a morfologia urbana no norte de Portugal, verifica-se uma diferença na forma de redificação entre as cidades concelhias no interior relativamente às do litoral. Com o avanço político reformista em meados do século XIX, confirma-se uma necessidade premente de estabelecer vias de comunicação terrestres entre cidades fluviais, cujo paradigma económico se fundava na utilização dos recursos hídricos para a dinâmica económica entre aglomerados localizados ao longo das bacias.

Hoje, ainda resistem relações diretas de permanência das atividades económicas, com outro conjunto de preocupações relacionadas com a localização das unidades familiares fabris, como é o caso do Vale do Ave. Este foi também o caso de VNG e Porto, cuja relação prioritária foi estabelecida pelo aproveitamento do Rio Douro, condicionando a localização das atividades ao longo das margens e nas zonas de maior proximidade entre estas. Ou seja, na inexistência de outras formas de estabelecer trocas, seja por ausente investimento nas poucas estradas reais e nacionais que existiam em estado inútil, o espaço de circulação resistente era o leito dos rios. Por força da geografia no norte do país, estas linhas de comunicação, atravessam de nascente a poente o território, marcando uma ocupação e urbanização neste sentido. As fozes destes rios permitiram a localização das maiores atividades fabris e comerciais, num contexto, no final do século XIX, de forte industrialização da região do Porto<sup>304</sup>, especialmente depois da construção do porto de Leixões. A necessidade de incrementar o crescimento do capital, nomeadamente do capital europeu, introduziu vários investimentos infraestruturais que exponenciaram sucessivamente as relações norte-sul, beneficiando os territórios na faixa litoral entre Lisboa e Porto. A circulação de bens e pessoas fez-se com um agravamento substancial da edificação, em áreas afastadas dos novos espaços urbanos, que se implantaram desde o centro medieval para as novas áreas de expansão oitocentista, das quais Porto e VNG são exemplo.

***A unidade do traçado urbano, e consequentemente a unidade morfológica da cidade, é alcançada quando se estabelece a junção de partes distintas através de relações de continuidade, de estrutura e de articulação que, formando um objecto indivisível, se toma consequentemente complexo.***

Fernandes, 2013, p.38

Debruçando-nos sobre a investigação de Sérgio Fernandes (Fernandes, 2014), mais especificamente sobre a sua abordagem quanto à génese e forma dos traçados urbanos do Porto,

---

<sup>304</sup> Ver referência ao contexto industrial, por Guimarães, em anexo.

encontramos a mesma categorização que atribuímos ao rio. Considerado como uma forma de espaço público primordial, Fernandes aponta a importância partilhada do Rio Douro para a forma de ocupação do edificado no vale das caves em VNG e na baixa do Porto. Esta relação à cota baixa manteve-se até novas relações à cota alta lhe terem diminuído a função socioeconómica. Facilitada a transposição do Rio Douro, este gradualmente perde o papel de espaço público original, tornando-se num obstáculo na nova configuração das relações norte-sul, que, entretanto, se estabeleceram. Podemos acrescentar, por demarcação dos vários períodos de investimento urbano, que o desenvolvimento das duas cidades, apesar de resultados diferentes, é dualmente contagiante. Ou seja, apesar de diferenças significativas na ordem das condições geográficas e no tipo de concentração económica que cada margem tem, existiram processos de planeamento que se enquadram em momentos decisivos quase contemporâneos, para a conformação urbana de ambas as cidades. Desta realidade combinada com interesses de planeamento diferentes em cada margem, surgem as principais diferenças formais, apesar de se poder fazer um enquadramento num mesmo período morfológico. O efeito de contágio sobre a forma urbana produzida é simultâneo, justamente porque os processos socioeconómicos coexistiram e se faziam depender da organização territorial que em cada margem foi necessário existir.

***Para o Projeto Urbano se adaptar às exigências de uma sociedade cada vez mais complexa e à imprevisibilidade do seu futuro tem que assegurar uma visão que procura antecipar as transformações através de 'regras', processuais ou formais, e de 'âncoras' destacando, por esta razão e pela sua importância e perenidade, o Sistema de Espaços Coletivos, a que se atribui especial atenção, uma vez que o seu desenho estruturante assegura a coerência funcional e estética entre a urbanização e a edificação.***

Cálix et Sá, 2015, p.75

A par da proximidade física, a distribuição de funções que ocorreu nas duas margens condicionou a forma urbana, que se reviu em menor área disponível de espaço público em Vila Nova de Gaia, pela necessidade funcional deste espaço como espaço de transporte e armazenamento. Em sintonia com a afirmação de Fernandes sobre a ideia de unidade do traçado urbano, no caso de Vila Nova de Gaia, a forma urbana que se desenvolveu depois de meados do século XIX no vale entre Gaia e Vila Nova, veio sendo enclausurada por outras infraestruturas relativamente às novas áreas de expansão para sul, nomeadamente à cota alta e pela linha ferroviária. O espaço público, entendido na perspetiva do espaço contínuo entre

aglomerados funcionais, provavelmente corresponderá a uma conquista posterior do planeamento em pleno século XX, na medida em que durante décadas, estas intervenções se localizaram em detrimento das contingências técnicas e de interesses dispersos de cada promotor individual.

No caso de VNG, inclusive algumas antigas ruas existentes no vale das caves vnicas foram ocupadas por edificado privado ainda no século XVIII, resultando numa diminuição quantitativa e qualitativa da forma do espaço público posterior. Esta área viria a tornar-se fortemente polarizada por uma função singular, ao contrário do Porto, onde uma mescla de funções várias, nomeadamente edifícios e espaços públicos representativos foram implantados, a par de uma intensa demarcação de áreas de circulação perfiladas.

*Assim, é para nós claro que a Rua Direita de Vila Nova já existia, pelo menos, desde o século XII e, nos séculos seguintes, passou a deter uma grande importância comercial. Sobretudo no seu extremo norte junto ao rio. Importância visível ainda hoje pela dimensão exígua dos lotes de edifícios antigos. Este fenómeno urbano é típico das cidades medievais europeias e portuguesas em particular.*

Queiroz et Portela, 2009, p.136

Poderemos verificar estas alterações, quanto ao desenvolvimento da forma urbana de VNG no contexto de urbanização do Portodizem respeito à sistematização do espaço público entre áreas formalmente distintas, mas pertencentes à mesma dinâmica socioeconómica. Relembrando a definição de tipo em Muratori, trazida por Castex, de que o tipo é uma síntese ou a moda de um sistema que demonstra a “**maturidade cultural**” de uma sociedade (Castex, 1995, p.113), podemos realçar essa maturidade numa procura da eficiência da configuração urbana, na materialização física do espaço disponível para os novos movimentos físicos que se tornaram obrigatórios, em contexto de liberalização da ação individual e particularizada no território. Por outro lado, e segundo a análise de Serra, as áreas periurbanas da AMP apresentam um grande desafio ao planeamento urbano atual (Serra, 2011, p.380). Serra apresenta-nos resultados distintos entre duas áreas periurbanas da AMP, a norte e a sul do Rio Douro, contemplando em VNG uma parte significativa da freguesia central de Mafamude. Da análise sintática realizada entre períodos correspondentes a quatro cartas de 1948, 1974, 1997 e 2001, Serra demonstra ter existido um maior número de eixos criados no segundo intervalo, em todas as amostras da AMP (Serra, 2011, p.369).



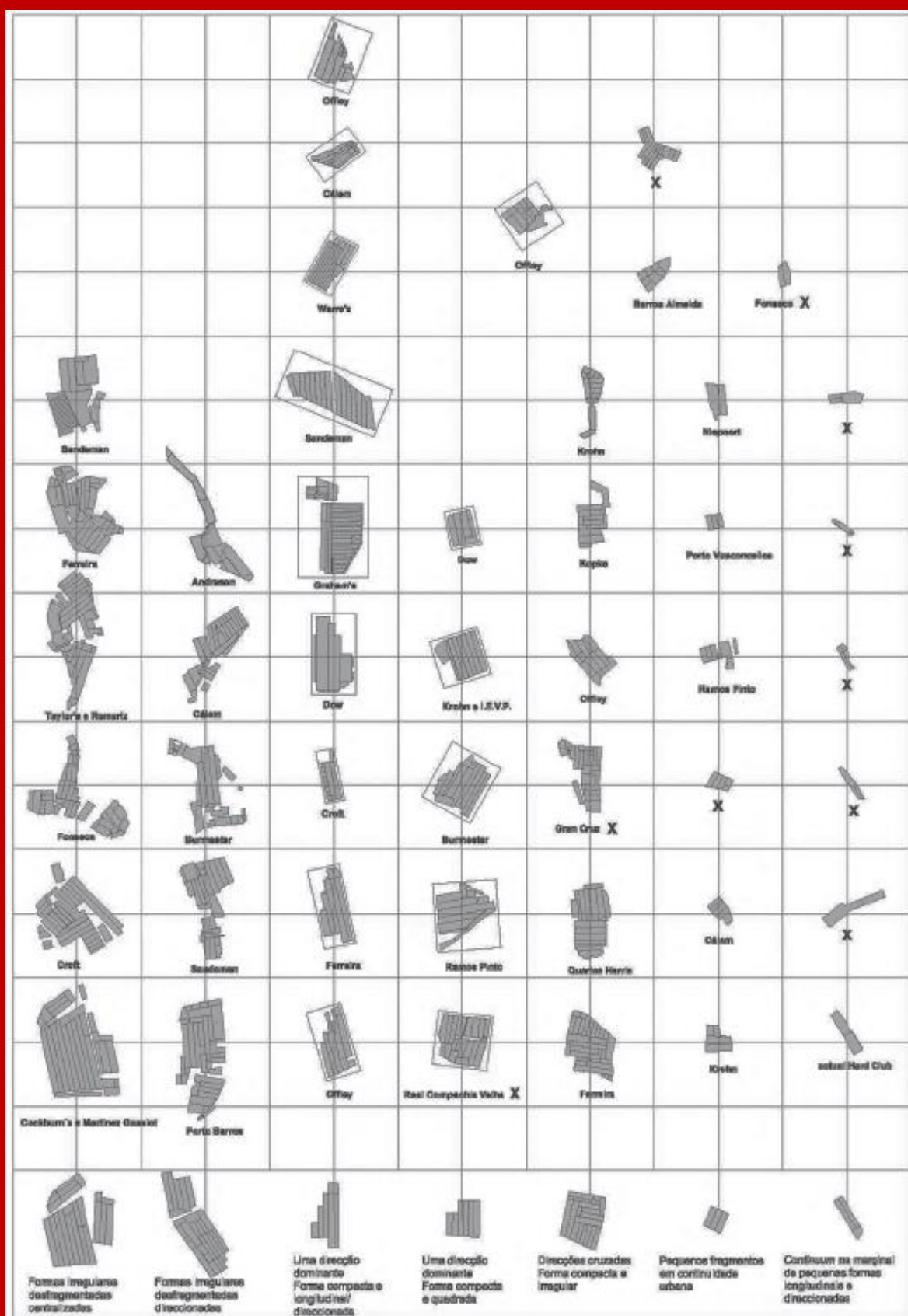


Fig. 46 Mapeamento das variações formais da tipologia de cave, no vale das caves em Vila Nova de Gaia, antiga Vila Nova, a norte do concelho.  
Fonte: Pereira, 2008, p.186.

Contudo, o layout de ruas demonstra uma resistência nas quatro cartas, e as alterações identificadas correspondem maioritariamente a adição de novos eixos ou segmentos. Segundo Serra, o crescimento observado não é isotrópico (Serra, 2011, p.378), nem no tempo, nem no espaço. Apesar de se considerarem áreas afetadas à pressão de crescimento da mesma área metropolitana, estas demonstram situações entre períodos não lineares que demonstram que existe um **“processo não explícito a conformar a inteligibilidade do sistema espacial”** (Serra, 2011, p.378). Estas áreas metropolitanas periurbanas apresentam diferenças nos padrões de crescimento dos eixos viários, bem como nos níveis de conectividade. A sul, o estudo revela uma maior incidência de expansão espontânea que não contribui para tornar o sistema de espaços públicos viário conectivo.

No caso da área estudada em VNG, a freguesia central de Mafamude, as intervenções novas são geralmente sinuosas e labirínticas sem introduzir quebras na malha rural (Serra, 2011, p.369). Assim, esta área de Mafamude é classificada quanto à densidade da grelha como dispersa, no primeiro período, e densa nos seguintes três. O território de Mafamude continha espaços que formavam um padrão coeso que se fragmentou posteriormente. A auto-estrada é apontada como uma das causas para a o crescimento de padrão disperso sem capacidade de produzir novos centros (373). Ou seja, o valor de integração perde elementos e acaba fragmentado. Serra deteta ainda que apesar do intenso crescimento as expansões da malha não criaram alterações significativas no padrão existente. Nas primeiras cartografias as malhas rurais mostram pouca correlação entre os valores da integração global e da integração local (Serra, 2011, p.373). De qualquer forma o caso da Mafamude apresenta clivagens maiores no diagrama de dispersão, relativamente às outras áreas periurbanas consideradas na análise sintática. Cruzando análises de integração e conectividade, Serra apresenta para VNG, na zona em questão, uma deformação crescente na produção de espaços inteligíveis, corroborada pelo gráfico de dispersão (i) (Serra, 2011, p.377). Serra deteta ainda que foi na fase em que as formas **“espontâneas”** (que traduzimos de “tributar”) excederam as conectivas que a inteligibilidade e a escala de sinergia descenderam. Assim, parece existir uma relação entre a quebra da inteligibilidade e a prevalência de formas ditas espontâneas, uma vez que este tipo de crescimento enfatiza o carácter suburbano do sistema, enquanto que a conectividade reforça o carácter urbano (Serra, 2011, p.380).



A "terra", entendida como local de pertença de uma família, de um clã, é diferente do "território", entendido como espaço submetido a um poder soberano, com estatuto para assegurar uma ordem jurídica e administrativa capaz de sustentar o respeito pelas regras económicas de apropriação do solo.

Lobo, 2005, p.23

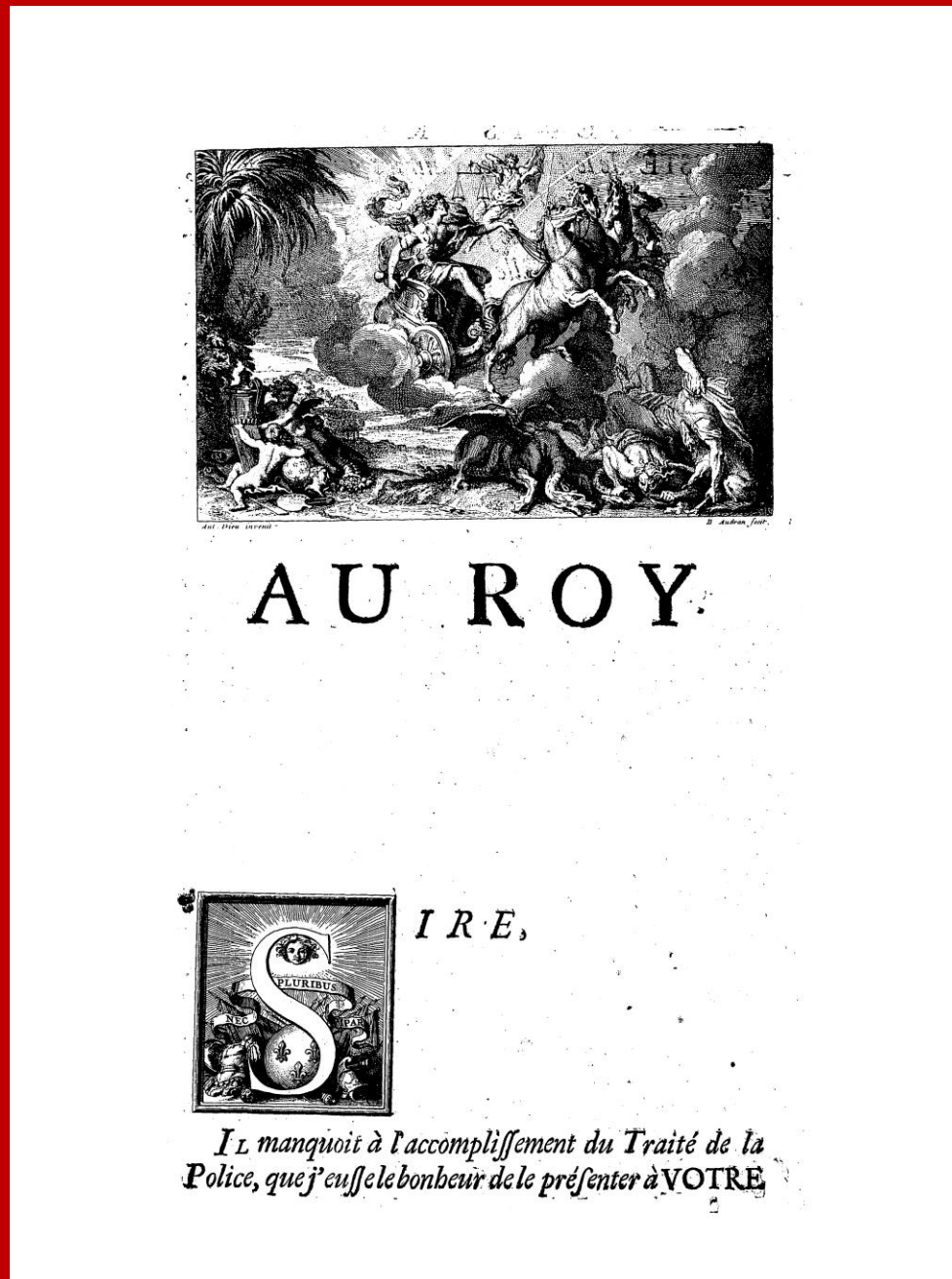
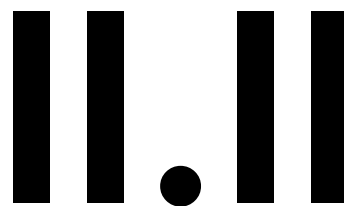


Fig. 47 Tratado da Polícia, de Nicolas de la Mare, publicado em 1705.

Fonte: Gallica,

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b85933297/f1.item.r=nicolas%20de%20la%20mare.zoom>, em 11 de Julho de 2017.



**ESPAÇO PÚBLICO NA REGULAÇÃO URBANA**

***Os critérios precedem os índices.***

Portas, 2012, p.80

***A propriedade nada tem de comum com a posse.***<sup>305</sup>

Digesto, 41,2,12, in Carrilho, 2010, p.282

***No que respeita ao movimento constitucional, deve assinalar-se que, até 1933, nenhuma Constituição se ocupou ex professo de enunciar um conjunto de bens que, tendo em vista as respectivas características ou utilização, ou ainda a circunstância de pertencer a um ente público, se encontrassem sujeitos a um regime especial de direito público, permanecendo inclusivamente uma certa indeterminação conceitual nesta matéria.***

Moniz, 2006, p.68

***Toda a pessoa, individual ou colectivamente, tem direito à propriedade. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.***

Art.17º da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948

***Nas ruas, praças e lugares públicos é proibido: (...) rodar pipas, barricas ou outros quaisquer cascos, rebatê-los ou depositá-los fora das portas, lavá-los e lançar fora as borres de vinho ou sarro, sob pena de 10\$;***

Código de Posturas do Município do Porto, 1905, nº25 do Art.193º

***Os proprietários que confinem com as vias públicas são obrigados a construir edificações nesses terrenos, segundo os projectos que forem aprovados, devendo começar as obras dentro do prazo de um ano, a contar da intimação que para esse fim lhes deva ser feita pela Câmara Municipal.***

Decreto 31-12-1864

---

<sup>305</sup> Tradução de Carrilho: "Nihil commune habet proprietas cum possessione.". Carrilho, 2010, p.282.

## ESPAÇO PÚBLICO NA REGULAÇÃO URBANA

*O povo não pode perder a via pública por não a usar.*

Digesto, 43, 11, 2, in Carrilho, 2010, p.446

O estudo da regulação urbana para o espaço público importa na medida da constituição do espaço no direito público. Nesse sentido, a regulação do espaço público expressa a forma e o processo de conformação e dominialidade do território, organizando a propriedade privada. Como se constituiu fisicamente o espaço público através da regulação? Como foi e é categorizado pelo ordenamento jurídico o espaço público em Portugal? Quais as funções jurídicas que são associadas ao espaço público, tendo em conta a a salvaguarda deste como coisa pública? Neste subcapítulo enquadrámos o contexto histórico em que surge a noção jurídica de espaço público, nomeadamente na construção e consolidação do papel do estado na produção urbana nos últimos cem anos. Desdobramos a nossa abordagem tendo em conta três tópicos que respondem àquelas questões.

Num primeiro ponto abordamos a questão da propriedade como fator histórico e politicamente definido, associando a sua necessidade socioeconómica no contexto moderno da apropriação do território, onde a consolidação jurídica do espaço público é fundamental. Num segundo ponto estabelecemos uma abordagem aos instrumentos jurídicos de base territorial que regularam urbanisticamente a formação do espaço público. Finalmente, consideraremos o conceito de dominialidade em Portugal associado à propriedade pública para efeitos de tutela da função pública do território. Nestes três pontos são cruciais nomeadamente os autores portugueses Moniz, Miranda, Monteiro, Correia, Castilho, Condesso, Oliveira, Gonçalves, Amaral, Moreira da Silva, Amaral, Portas, Ferrão, Pardal, Lobo, Paulo Correia, Nonell.

Através da abordagem a este campo pretendemos estabelecer evidências de uma correlação entre a produção urbana e o estudo da morfologia urbana com as imposições administrativas destinadas a disciplinar as relações dos privados com o espaço público. Assim, consideramos determinante esta relação entre a análise da forma e a análise da regulação urbana para a conformação do espaço público ao longo do desenvolvimento de políticas direcionadas para a urbanística. Se criticamos o mito de que a cidade não se fez por decreto, sublinhamos que a regulação constitui parte fundamental de um sistema de relações jurídicas que apoia determinada formação socioeconómica, e como tal, a sua efetiva materialização decorre de fatores que colocam limitações à real produção de espaço público. De qualquer forma, é na

regulação que as relações entre proprietários e estado se preconizaram, e, portanto, é sobre estas que poderemos demonstrar como o espaço público foi categorizado juridicamente e como foi definido o seu planeamento, tendo em conta estratégias de proteção e manutenção do território como coisa pública.

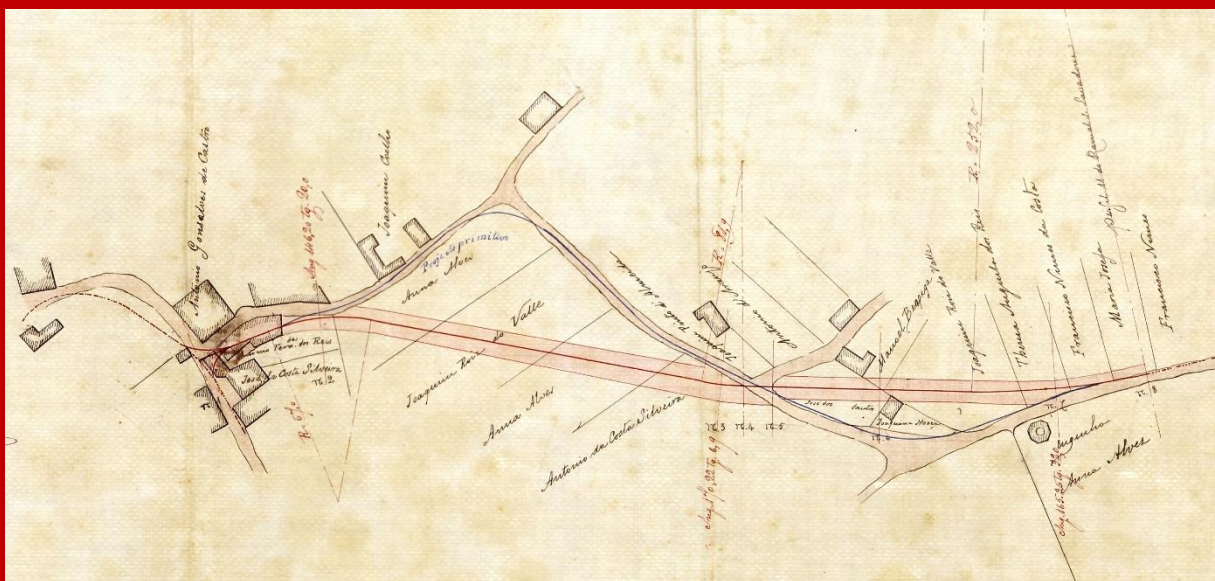
## O DIREITO DE PROPRIEDADE NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

*A procura de um ponto de equilíbrio entre os dois lados desta equação, que concilie o governo público da cidade com a apropriação privada do seu território é, em nossa opinião, o grande desafio que o tema da relação entre o urbanismo e o direito de propriedade coloca aos juristas neste princípio de século.*

Monteiro, 2010, p.13

Compreendendo a preocupação de Monteiro sobre a questão da propriedade se constituir no seio do governo do território, afirmamos que a relação entre o público e o privado é estrutural da produção socioeconómica capitalista, e, por isso, é muito anterior ao desenvolvimento disciplinar moderno da urbanística. Também a propriedade é anterior ao desenvolvimento capitalista da sociedade burguesa, mas com esta se formaliza sob uma estratégia material nova. Essa estratégia nova é a de estabelecer a propriedade como parte inerente do cidadão, ou seja, dentro de relações civis. Assim, o problema da propriedade é entendido como o problema da propriedade privada, particular, relativamente à propriedade pública.

A propriedade privada contemporânea nasce como um direito no direito privado afeto às limitações do direito administrativo, ou seja, constitui-se nas relações civis, limitadas consecutivamente pelo direito público e pelo direito privado, uma vez que, ao contrário do instituído no direito de propriedade romano, deixa de ser um direito absoluto. Estas limitações instituem-se no condicionamento das faculdades juridicamente inerentes à propriedade do solo: uso, fruição, edificação, destruição, expropriação, entre outras. Conforme Condesso, **“a lei não define o direito de propriedade, apenas o regula”** (Condesso, 1999, p.483), ou seja, a propriedade privada surge como direito alargado nas constituições e regulado nos códigos civis e posteriores normas jurídicas afetas ao urbanismo, considerando a função social da propriedade e do urbanismo. Contudo, a sua efetiva transformação é passível de proibição ou condicionamento negativo (*non facere*), como as servidões e restrições e ainda pelas limitações municipais. Na medida em que o direito público regula o direito privado, o direito urbanístico veio regular o exercício do direito de construir ou urbanizar em determinado solo. Assim, a propriedade integra-se como relação jurídica onde o urbanismo é **“o direito dos solos”** (Condesso, 1999, p.60).



*Como já vimos, a terra não é o único factor natural com capacidade produtiva, mas é o único, ou quase, em relação ao qual um grupo de pessoas se pôde apropriar com exclusão das demais e de cujas vantagens consequentemente pôde tirar proveito.*<sup>306</sup>

Ricardo, 2015, p.76

A questão da propriedade privada do solo foi colocada do ponto de vista das atividades produtivas e comerciais por vários autores que, a propósito dela, encetaram o pensamento económico moderno. Se para os fisiocratas a propriedade da terra constituía o desígnio material da liberdade e dever-se-ia desvalorizar o papel do comércio e da indústria contra a aristocracia financeira da terra (Quesnay, 1759, p.6), para Smith o trabalho sobre os recursos constituía a estrutural razão das dinâmicas de desenvolvimento económico, justificando a renda sobre a propriedade da terra como resultado da iniciativa da sociedade civil e consolidando o papel do estado na formação da sociedade de mercado (Smith, 1755). Conforme Correia, para Stuart Mill o estado deveria apropriar-se das mais valias do solo (Correia, 2002, p.194). Já George atribuía à renda a origem dos males sociais (Correia, 2002, p.195), na medida em que a exploração da terra é tendencialmente maior à medida que a população cresce e o solo se torna diretamente mais escasso.

À nossa investigação interessa a propriedade definida na modernidade, com a constituição do estado e da consolidação do sistema capitalista, que auferia a renda sobre a terra, e que, dessa forma, vem definir um paradigma de mercantilização da mesma para efeitos, nomeadamente, de urbanização e edificação. É nessa medida que é entendido o nascimento do espaço público da produção urbana burguesa, enquadrando a propriedade como direito de cidadania e de liberdade existencial. Assim, estabelece-se uma moral económica que suporta esse direito, e para tal exige o reconhecimento da liberdade de cada um, ou seja, da propriedade territorial de cada um, para sobre esta se exercerem outros direitos e deveres, nomeadamente o do imposto sobre a terra.

Da rentabilidade do solo relacionada com a propriedade privada, é particularmente importante a consideração de Harvey sobre a propriedade relativa e absoluta em Ricardo. Segundo Harvey, dá-se lugar à criação da propriedade absoluta pela divisão da terra, onde **“as jurisdições políticas definem espaços absolutos colectivos, que podem ser depois repartidos pela regulação burocrática do uso do solo”** (Harvey, 1985, p.79). A criação destas parcelas, que denomina de ilhas (relembrando a noção de Ricardo), são o que garante o domínio

---

<sup>306</sup> Nota de rodapé com referência ao *Économie Politique* por J. B. Say, Vol. II, p.124. Ricardo, 2015, p.76.



privado absoluto sobre o solo e dessa forma “**criam a possibilidade de realização das rendas monopolistas de classe**” (Harvey, 1985, p.79). Para Harvey, a economia política do urbanismo pertence a um interesse e estrutura de classe, que se verifica no circuito de produção, mas, também, de consumo em que entra a propriedade territorial depois do século XIX.

*Poder político, é, pois, o direito de legislar coercivamente, de ditar leis sancionadas com a pena de morte e, consequentemente, com todas as penas menores, com vista à regulamentação e à preservação da propriedade, e, bem assim, o direito de utilizar a força da comunidade para a execução da legislação desenvolvida e de defesa da comunidade de injúrias estrangeiras – tudo isto exclusivamente com vista ao bem público.*

Locke, 2007, p.34

O conceito de propriedade na modernidade coincide com a formação de um modo de produção e troca novos, para os quais é determinante estabelecer tanto uma nova doutrina económica e um corpo jurídico que sustente a intervenção do estado no território. Há, pois, um processo jurídico que atende a suportar a apropriação individual do solo, que implica a determinação material e jurídica do espaço público que a serve. Tendo já abordado esta questão no primeiro capítulo a propósito da natureza liberal da noção de público como moralidade do estado burguês, aprofundaremos a contingência do papel do estado na demarcação da propriedade para efeitos de transformação urbanística do solo. E produção do espaço público.

A noção de espaço público moderna vai formar-se dentro de uma nova conceção hegeliana do direito privado, onde a propriedade corresponde a uma relação com a “res”, ou seja, uma relação jurídica entre pessoas sobre a coisa, a propriedade ou a substância da coisa, e não a relação da pessoa com a coisa em si<sup>307</sup>. Para Hegel a lei constitui a relação contratual do indivíduo consagrado pela sociedade, na medida em que através daquela, os interesses particulares eram relativizados aos da comunidade como um todo. O contrato, como produto de relação de livre-arbítrio, é exterior e comum, mas não universal, e é através deste que se define a vontade sobre a propriedade da coisa (Hegel, 1997, p.72). O indivíduo é a personalidade que, por relação com outra personalidade, estabelece uma definição particular e subjetiva sobre a posse e o uso. A lei moderna representa a racionalidade do estado, onde a subjetividade da relação jurídica pode ter lugar. Da mesma forma, a cidade é o lugar da

---

<sup>307</sup> A este propósito diz Hegel, na questão da propriedade, nos Principios da Filosofia do Direito: “A matéria do direito abstracto é a pessoa como tal; (...) Tem o homem o direito de situar a sua vontade em qualquer coisa; esta torna-se, então, e adquire-a como fim substancial (que em si mesma não possui), como destino e como alma, a minha vontade. É o direito de apropriação que o homem tem sobre todas as coisas”. Hegel, 1997, pp.45-46.

“**indústria burguesa**” (Hegel, 1997, p.215) e onde se exerce a relação entre o dever e o direito de cada um constituído indivíduo com personalidade sobre o território. Assim, o estado moderno é a representação da universalidade que assegura a cada um a possibilidade abstrata de personalidade e, portanto, de se representar proprietário. Esta é a resolução burguesa da propriedade entendida como uma possibilidade contratual e jurídica, que pressupõe a emancipação abstrata de cada um. Assim, justifica a libertação da coisa para o comércio, bem como a intervenção da razão universal (estado) sobre a relação de propriedade da coisa, de forma a tornar objetiva a vontade individual e o exercício particular e civil do comércio (Hegel, 1997, pp.167-168).

Se através da investigação de Morgan sobre as gens, Engels e Marx demonstram relações estruturais entre a formação da família com a propriedade e o estado (Engels, 1984), é através da regulação sobre o território que se operam essas relações. Engels estabelece, na sua perspetiva materialista, a relação do início da hierarquia monogâmica da família e de separação das atividades económicas das populações indo-europeias e americanas, com o início da usurpação dos recursos físicos, incluindo a propriedade sobre o território. Pode acrescentar-se que o desenvolvimento da sociedade no meio urbano coincidiria com o desenvolvimento das possibilidades e forças produtivas e o desenvolvimento da família como estrutura de organização social mínima.

O espaço público surge na cultura ocidental com a própria cultura urbana ocidental, revelando, no processo de amadurecimento das relações urbanas entre classes, o nascimento dos lugares públicos e dos equipamentos sociais de representação e participação pública ou coletiva, defendidos por contraste com a massa da habitação privada. O espaço público representa o desenvolvimento da espacialização das hierarquias sociais, das suas entidades administrativas e das formas de regulação do solo, das atividades e da riqueza acumulada para efeitos de construção territorial. O espaço público nasce da necessidade de planificação, contra a luta económica da apropriação particular e da possibilidade material que o espaço público oitocentista traz à dinâmica produtiva industrial. Mas essa planificação é em si mesmo uma nova apropriação de classe, paradoxo ao qual Engels se refere do seguinte modo:

**(...), na realidade, desde a primeira até a última dessas chamadas revoluções políticas, todas elas se fizeram em defesa da propriedade, de um tipo de propriedade, e se realizaram por meio do confisco dos bens (dito de outro modo: do roubo) por outro tipo de propriedade. Tanto é assim que há dois mil e quinhentos anos não se tem**

*podido manter a propriedade privada senão com a violação dos direitos da propriedade.*

Engels, 1984, p.127

Destacando a afirmação de Engels, em Atenas, o espaço político desenvolveu-se por necessidade de estabelecer o domínio dos proprietários aristocratas sobre o território e o comércio dos seus produtos. O espaço público seria a coisificação da evolução dessa estrutura de instituições políticas, da sua hierarquia social e da restritiva cidadania, onde o estado se constituía inicialmente como representante da aristocracia oligárquica dominante que derrotara a monarquia. Até á revolução introduzida por Sólon, no século VI a.C., parte da população escravizada tinha origem na destituição da propriedade de si mesmo do devedor, depois de se destituir de toda a propriedade dos bens, hipotecada e em dívida. A apropriação do solo e das forças produtivas – os escravos e inclusive as mulheres, constituíram-se assim como propriedade privada, protegida pela lei, na figura do estado, e defendida pela guerra, na figura dos militares. As lutas políticas com influência da governação tirana na Hélade, e a herança das alterações jurídicas e políticas de Sólon enquanto tirano, além do crescimento económico de uma classe de comerciantes e mercadores, conduziram à oposição aos direitos absolutos dos oligarcas. Contra a concentração fundiária, em Atenas, diferentemente de Esparta, desenvolveu-se uma democracia aristocrata. A acrópole e a ágora concentravam as atividades públicas de acesso condicionado, legal e fisicamente, pela geografia do território e pelas muralhas. O espaço da ágora concentrava a função política, económica, judicial e religiosa, tendo tido alterações fundamentais até à ocupação romana, mas que se definia como um espaço amplo e organicamente associado ao espaço de circulação livre (Benevolo, 2005, p. 78).

Aristóteles, três séculos mais tarde, teoriza sobre a comunidade de bens materiais e de terras, bem como dos seus produtos, não constituir nenhum benefício para o desenvolvimento da sociedade, uma vez que a regulação comum sobre a propriedade privada traria benefícios dos dois campos que considera opostos naturais. Assim afirma que é **“claramente preferível que a propriedade seja privada, mas que a utilização seja comum; cabe ao legislador definir o modo específico de conseguir isso.”** (Aristóteles, 2016, p.117). Ainda na crítica a Hipodamo, Aristóteles faz coincidir a promoção de um regime perfeito com a definição do cadastro, atribuindo àquele a divisão da cidade ideal de dez mil habitantes em três partes: a sagrada, a privada e a pública, cabendo a esta última **“a manutenção dos combatentes”** (Aristóteles, 2016, p.143). Aristóteles opõem-se a uma organização comunitarista, mas propõe a natureza da cidade na virtude do homem público, que se nega à exploração pela regulação e pela educação. Assim, Aristóteles naturaliza a condição da propriedade privada na construção

de uma sociedade liberal direcionada para uma noção eminente de bem, nomeadamente o bem comum praticado pelo homem livre, o homem politicamente direcionado e publicamente ativo (Aristóteles, 2016, p.23).

Conforme Müller e Vogel o crescimento urbano em Atenas dispersou-se na periferia daqueles lugares cívicos, onde **“raras vezes se encontra um assentamento de forma exterior encerrada e determinada geometricamente, ou uma ordenação regular dos bairros urbanos”**<sup>308</sup>.

**(...), o heredium identifica-se com o próprio conceito de dominium, entendido enquanto modo de apropriação privada do território da cidade pelos quirites ou cidadãos romanos (dominium ex iure Quiritum), e contraposto à mera possessio do ager publicus. O lote urbano que está na base do heredium é, por isso, um elemento estruturante do conceito romano de propriedade privada, sendo em grande medida responsável pelo dualismo fundamental que caracterizou as relações jurídicas reais no direito romano até ao fim do período clássico, e que opõe a natureza individual da propriedade quiritária à natureza comunitária da propriedade gentilícia.**

Monteiro, 2010, p.38

O território romano estabelece-se com uma hierarquia de eixos, resultado do funcionamento hierárquico militar e da relação da cidade com as normas de campanha. O acampamento romano representa a ordem política e social fora da cidade-estado (Müller e Vogel, 1999, p.215), sem integrar espaço de habitação civil. Contudo, são consolidados com a construção de equipamentos que exerçam ação política sobre o público que os frequenta – teatros, termas, basílicas, fórum, coliseu, mercado, santuários e templos. A infraestruturação

---

<sup>308</sup> Tradução da autora de: “raras veces se encuentra un asentamiento de forma exterior cerrada y determinada geométricamente o una ordenación regular de los barrios urbanos.” Muller Y Vogel, 1999, p. 165. A necessidade de definir um âmbito público e criar o espaço da confrontação política deve-se à presença de forças particulares de apropriação do espaço, e desta forma, promover a redistribuição do solo aos colonos helénicos, definindo cadastros equitativos nas novas colónias. Anteriormente à cultura helénica pode referir-se a organização urbana mesopotâmica, que Müller e Vogel dividem em três grandes pólos de concentração populacional – os sumérios, os assírios e os babilónicos. O limite entre o espaço público e o privado constrói-se pela parede do perímetro externo da casa pátio (Müller e Vogel, 1999, p.89), que é a unidade de organização urbana e de subsistência familiar, dando acesso ao exterior por uma porta. Existiriam pontualmente infraestruturas primitivas de saneamento, que mantinham o interior dos lotes sofrível. No Nilo, a organização espacial do espaço público revela igualmente a diferenciação das classes, distinguindo a importância da divindade na pessoa do rei com a planificação dos espaços de rituais nas cotas mais elevadas. O lugar de troca comercial, nas zonas baixas de inundação do Nilo e nos meandros do delta, transforma-se na praça urbana, onde habita uma classe comercial, que depende dos meios de produção agrícola. A demarcação do lote e a confrontação do cadastro implicam uma relação mínima com o espaço de circulação, produzindo diferentes tipos urbanos.

territorial permitia a manutenção da cidade e a sua relação, por vias de comunicação, com outra. A dinâmica imperial e o seu reforço dependiam do funcionamento do espaço público como sistema territorial. A implantação era precedida de uma divisão convencional dos dois eixos de comunicação maiores, resultando numa centralização do fórum e na divisão do espaço entre limites em quadrantes. A normativa romana consolida a organização social. A Lex Duodecim Tabularum, ou Lei das XII Tábuas<sup>309</sup> identifica a regulação do espaço público por oposição ou negação de construir fora dos limites da propriedade privada. Referem-se ainda regras de dimensionamento das ruas e a obrigação de todos os terrenos serem servidos pelo menos por uma rua. Em caso de não ser realizada essa obrigação, todo o lote poderia servir de passagem.

Diferentemente da morfologia urbana oriental, mais especificamente aquela a que Monteiro denomina de muçulmana<sup>310</sup>, a linha legal que divide o território por centúrios correspondia a uma necessidade de mediar a atribuição de necessidades de produção, onde cada uma das igualmente áreas agrícolas serviria uma unidade familiar, sendo proibida a instalação do que mais do que uma.

***O referido plano nunca foi executado, pois César foi assassinado pouco tempo depois da promulgação da lei, mas muitas das suas preocupações com a falta de habitação, o congestionamento do centro da cidade e a insuficiência da rede viária viriam a ser retomadas mais tarde, nomeadamente pelos imperadores Nero e Trajano.***

Monteiro, 2010, p.65

A propriedade horizontal nas insulae propunha uma noção inovadora de partilha dos espaços comuns entre cada unidade privada. Este processo de transferência do direito de propriedade para a célula constituiu uma fonte de rendimento aos proprietários do edifício total, apesar de reduzir sucessivamente a qualidade e salubridade das insulae. A partilha comum de paredes divisórias e de paredes estruturais de meação, bem como de acessos verticais obrigou à criação de regras de servidão e de afastamentos entre edifícios, que desta forma evitava a propagação de incêndios, ou de derrocadas provocadas por uma construção estrutural maioritariamente deficiente.

***A análise histórica realizada revela que o quadro jurídico das relações de vizinhança urbana nas cidades da Antiguidade Clássica e da Idade***

---

<sup>309</sup> Ver referência, em anexo.

<sup>310</sup> Ver referência a Monterio, em anexo.

*Média foi dominado ao longo de quase vinte séculos pelas mesmas preocupações que estiveram na origem da autonomização das servidões prediais urbanas como direitos reais sobre coisa alheia distintos do direito de propriedade privada, o que, como vimos, ocorreu entre os séculos III e II a.C., na transição do direito romano arcaico para o direito romano clássico.*

Monteiro, 2012, p.109

O controlo da propriedade privada, estabelecido por lei romana referia-se aos afastamentos entre paredes vizinhas, ao afastamento entre edifícios opostos na rua, à proteção da entrada de luz natural, à obrigação de os edifícios terem pelo menos uma fachada para a rua pública, à limitação de altura (que oscilava entre 17 e 25 metros), à proibição da demolição total ou parcial, à limitação do direito de usar os materiais entre edifícios, evitando a desarmonia estética, à obrigação da continuidade e qualidade formal, à obrigação de afastamento a determinados edifícios públicos e ainda à servidão dos canais de águas sujas. Entre servidão, proibição e obrigação institui-se a lei como limitação da liberdade individual do proprietário sobre o objeto de propriedade, nomeadamente pela interferência na relação de vizinhança e pela manutenção do espaço público livre de corpos salientes ou perturbadores na estrutura de vias. O espaço público define-se materialmente e juridicamente porque é o espaço de liberdade de circulação e de controlo judicial e fiscal dessa circulação.

*Com a diluição da vida citadina caracterizadora do desmoronar do império romano e sobrevivência da Idade Média (até ao século X, em que o desenvolvimento do comércio faz renascer a vida urbana, com cidades formadas à volta de castelos e mosteiros), desaparece o espírito urbanístico mesmo que incipiente dos romanos. A partir deste milénio, de florescimento concelhio, de forais e governos autónomos, as posturas locais aparecem com as políticas económicas das urbes, tratando de polícia de abastecimento público, mercados, preços, pesos, exercício de profissões, etc. mas também de polícia de construções e higiene pública. A tradição portuguesa de atribuição de poderes regulamentares no plano da construção e urbanismo aos municípios data já desta época.*

Condesso, 1999, 21

Para Condesso, o liberalismo transporta consigo a liberdade de construção circunscrita à relação regulamentar com a rua, ou melhor, a consolidação da noção de alinhamento, e assim, para este autor, “**as normas urbanísticas começam com a criação de vias públicas**”, ou seja

“pelo alinhamento das fachadas dos prédios em relação à linha da via, sendo certo que até aí, como diz Georges Liet-Veaux, as construções não tinham regras e as passagens entre prédios não era retilíneas.” (Condeso, 1999, p.11). Segundo Gonçalves, a reconstrução pombalina marca o corte do plano jurídico com o Direito Romano e o uso da “**Constituição Zenoniana**” (Gonçalves, 1989, p.3). No que toca à burguesia liberal, este autor considera determinante sublinhar “**uma maneira de fazer cidade distinta do autoritarismo característico do Antigo Regime.**” (Gonçalves, 1989, p.3). Surge a necessidade de organizar o território militarmente que concede “**iniciativa aos particulares**” (Gonçalves, 1989, p.4) sob uma regulação policial local. A afirmação política de cada cidadão<sup>311</sup> é defendida pelo registo civil obrigatório e pelo registo dos seus estados civis, consagrado, em Portugal, no primeiro Código Administrativo, publicado em 1837. A liberdade de circulação e relação comercial constituídas em instrumentos legais promoveriam o aumento de riqueza, nomeadamente reduzindo todos os impostos devidos por transações comerciais nas exportações. A libertação da propriedade restrita dos morgados permitiu a mercantilização do solo, em plena liberdade de troca<sup>312</sup>. Em Portugal, outras alterações reformadoras foram instituídas no sentido da produção material de riqueza, concertadas com o contributo dos impostos de cada cidadão em proporção aos seus rendimentos. O estado crescia em função da libertação de todas as fontes de rendimento redirecionadas para a fazenda pública, particularmente pela extinção das ordens regulares. A livre associação e a livre condição do trabalhador potenciaram a mobilidade física e a mobilidade social. Desde 1834, foi imposta a obrigatoriedade de produzir matrizes prediais e de se fazer pagamento de imposto predial. Os planos de melhoramentos de Lisboa e Porto marcam um período de uma certa consonância com o contexto legislativo europeu, ainda que tenham tido relativo impacto nas transformações ocorridas nestas cidades. Os desenvolvimentos legais, quanto ao ordenamento territorial, em Inglaterra, França, Itália, Holanda, Luxemburgo e Dinamarca antecederam a situação portuguesa.

*Segundo Bardet, a Suécia foi o primeiro país europeu a declarar, na lei de 1874, que cada uma das suas cidades devia ter o seu plano de urbanização e expansão; a lei dos Países-Baixos sobre planos de urbanização foi promulgada em 1901; a prussiana, sobre colonização, data de 10 de Agosto de 1904; e a «Town Planning Act», inglesa, só surgiu em 1909.*

Silva, 1962, p.173

<sup>311</sup> Ver referência ao anuário de 1832, em anexo.

<sup>312</sup> “Sem a terra ser livre, em vão se invoca a liberdade política”, Mousinho da Silveira, Artigo 1.º do Decreto de 20 de Abril, p. 43.

O alinhamento constitui um conceito importante, que como refere Correia, surge como uma das técnicas mais antigas do urbanismo (Correia, 2012, p.38), ainda que Condesso o enquadre como medida policial mais do que urbanística (Condesso, 1999, p.12)<sup>313</sup>. Segundo Amaral (1989) e Castilho (2013), o Édito de Dezembro de 1607, de Henrique IV, constitui um dos importantes documentos referentes à noção de alinhamento das fachadas em França. Em detrimento desta regra, qualquer obra implantada fora do alinhamento de rua seria derrubada<sup>314</sup>. Em 1705, Nicolas de La Mare publica o Tratado da Polícia. Em 1725, surge a definição de cota de soleira e de nivelamento com a rua, e em 1783, no reinado de Luís XVI integra-se o conceito de cêrcea de rua e a proporção entre as dimensões das ruas e a altura das fachadas (Amaral, 1989, p.144). Em 1826, Stanislas Baudry torna-se pioneiro no transporte coletivo em França.

***A cidade no seu todo será atravessada por amplas estradas que irradiam do centro e parcialmente ocupadas por plataformas elevadas em movimento permanente, de modo que, por isso, será assegurada rápida intercomunicação entre diversas zonas. Essas plataformas terminam em praças giratórias, erguidas no ponto de interseção das principais ruas. Por fim, a cidade será plantada com grandes parques e jardins de flores, formando centros em que o descanso, a saúde e a beleza podem ser seguidos.***<sup>315</sup>

Hénard, 1910

A normativa francesa é internacionalizada em vários países europeus. A França constitui-se como um dos primeiros países a aplicar regras de policiamento da construção, além de exigir o licenciamento de obras privadas à autoridade real já desde meados do século XIII.

---

<sup>313</sup> "O Estado de Polícia em Portugal revelou a afirmação explícita do direito de propriedade, só limitado naturalmente por necessidade de conciliar os direitos dos outros, a quase inexistência de direito urbanístico territorial e a redução de um labor normativo por parte do poder local a questões de salubridade e segurança das construções." Condesso, 1999, p.13.

<sup>314</sup> Regulamento promovido por Maximilien de Béthune, ministro de Henrique IV, no âmbito das estradas, obras públicas e fortificações. Foi elevado a Duque de Sully, em 1605.

<sup>315</sup> Tradução da autora de: "The city as a whole will be traversed by wide roads radiating from the centre, and partly occupied by elevated platforms kept continually in motion, so that by this means rapid intercommunication between the several zones will be assured. These platforms will be terminated by revolving turn-tables, erected over the point of intersection of the principal streets. Lastly, the city will be planted with large parks and flower gardens, forming centres wherein rest, health, and beauty may each be pursued." Hénard, 1910 in Royal Institute of British Architects, Town Planning Conference London, 10-15 October 1910, Transactions (London: The Royal Institute of British Architects, 1911):345-367. Consultado no sítio electrónico: <http://urbanplanning.library.cornell.edu/DOCS/henard.htm>, em 5 de Janeiro de 2017.



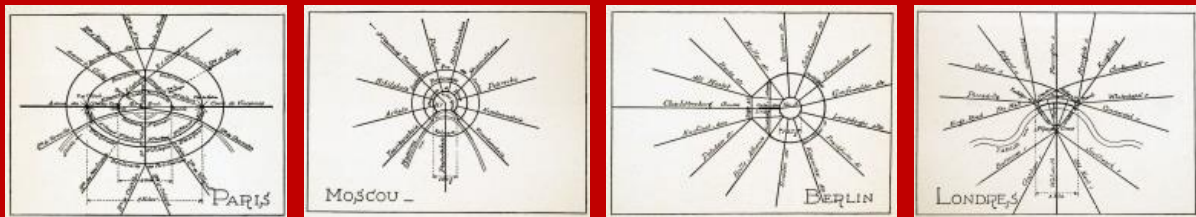


Fig. 49 Diagrama teórico das ruas de Paris, Moscovo, Berlim e Londres, por Eugène Hénard.

Fonte: Royal Institute of British Architects. "Town Planning Conference London, 10-15 October 1910" *Transactions*. (1911): 345-367. <http://urbanplanning.library.cornell.edu/DOCS/henard.htm>, em 7 de Junho de 2017; [http://images.lib.ncsu.edu/luna/servlet/view/search?QuickSearchA=QuickSearchA&q=h%C3%A9nard&sort=family%2Cgenus%2Cepithet%2Ccontributor\\_person&search=Search](http://images.lib.ncsu.edu/luna/servlet/view/search?QuickSearchA=QuickSearchA&q=h%C3%A9nard&sort=family%2Cgenus%2Cepithet%2Ccontributor_person&search=Search)

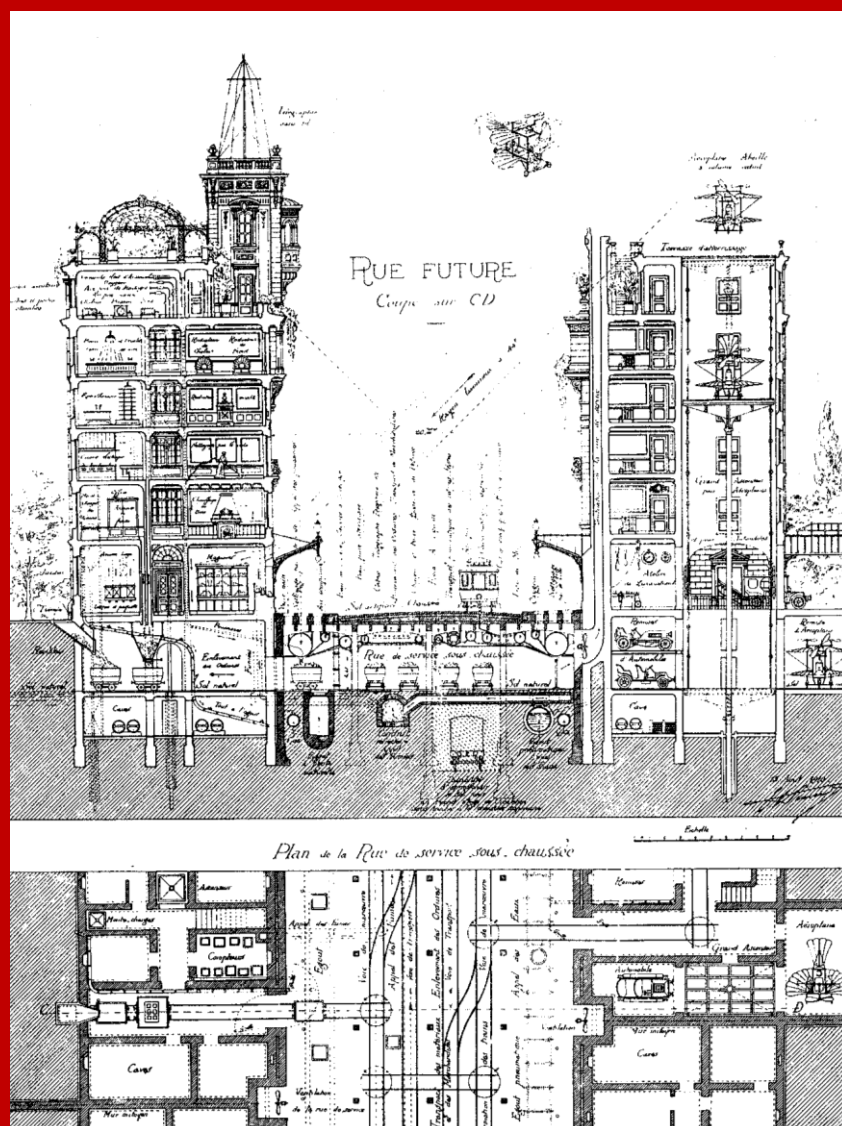


Fig. 50 Modelo da rua do futuro, por Eugène Hénard, apresentada na Town Planning Conference, em 1910, em Londres.

Fonte: Royal Institute of British Architects. "Town Planning Conference London, 10-15 October 1910" *Transactions*. (1911): 345-367. <http://urbanplanning.library.cornell.edu/DOCS/henard.htm>, em 7 de Junho de 2017; [http://images.lib.ncsu.edu/luna/servlet/view/search?QuickSearchA=QuickSearchA&q=h%C3%A9nard&sort=family%2Cgenus%2Cepithet%2Ccontributor\\_person&search=Search](http://images.lib.ncsu.edu/luna/servlet/view/search?QuickSearchA=QuickSearchA&q=h%C3%A9nard&sort=family%2Cgenus%2Cepithet%2Ccontributor_person&search=Search)

Sob influência dos escritos de Haussamnn, Hénard consolida as primeiras indicações técnicas francesas relacionadas com o alinhamento das ruas, as distâncias entre fachadas e os materiais de cobertura e fachada. No caso de Hénard é substancial a sua apresentação **“Cidades do futuro”**, de 1910, na Town Planning Conference em Londres<sup>316</sup>, na qual propõe um modelo de rua de vários níveis, combinando diferentes linhas de transporte viário e aéreo, introduzindo sistemas complexos de abastecimento de águas, recolha de gases e esgotos, e muito particularmente a recolha de águas pluviais, os cabos elétricos e a limpeza por aspiração central.

Para Hénard, a rua moderna oitocentista deveria considerar as pressões populacionais urbanas e prever o uso futuro das infraestruturas, tendo como proposta a integração de todas as possibilidades tecnológicas coevas e em desenvolvimento no espaço público. A rua é concebida do ponto de vista do canal de circulação, seja de pessoas, objetos, combustíveis ou materiais sujos, com ligação às condutas dos edifícios, para aquecimento, higienização atmosférica, limpeza do pó e comunicação telegráfica sem fios e estacionamento em garagem subterrânea. Hénard propõe o espaço público como albergue do conjunto de sistemas que servem cada habitação, tendo em conta todas as potencialidades de melhoria da salubridade e de um novo nível de conforto ambiental no interior dos edifícios. O controlo do ambiente urbano preside ao paradigma da engenharia, que vê nas propostas de Hénard uma oportunidade de incrementar o valor de cada unidade habitacional e de aumentar o número de pisos construídos nas áreas centrais da cidade de Paris. O espaço público ganha o protagonismo do ambiente urbano, definido pela funcionalidade múltipla da rua, pela verticalização da massa edificada e pelo parque urbano linear.

***O melhor angulo para a interseção ou  
cruzamento entre duas estradas é o angulo reto.***<sup>317</sup>  
Stubben, 1907, p.124

A normativa urbanística alemã e austríaca moderna, da qual Stubben é protagonista, é pioneira na tentativa de cientificizar o urbanismo, ainda antes do final do século XIX. A publicação de **“A expansão urbana”**, em 1880 e posteriormente em 1907, constitui um avanço pioneiro na reunião de técnicas e métodos de projeto urbano, tendo em conta o incremento da mobilidade e da infraestruturização subterrânea a nível concelhio.

---

<sup>316</sup> Nesta conferência estiveram presentes Stubben, Geddes, Unwin e Howard, entre outros. RIBA, 1910, p.15.

<sup>317</sup> Tradução da autora de: “Die für die Bebauung bequemste Kreuzung oder Verzweigung der Strafsen iff die rechtwinkelige.” Stubben, 1907, p.124.

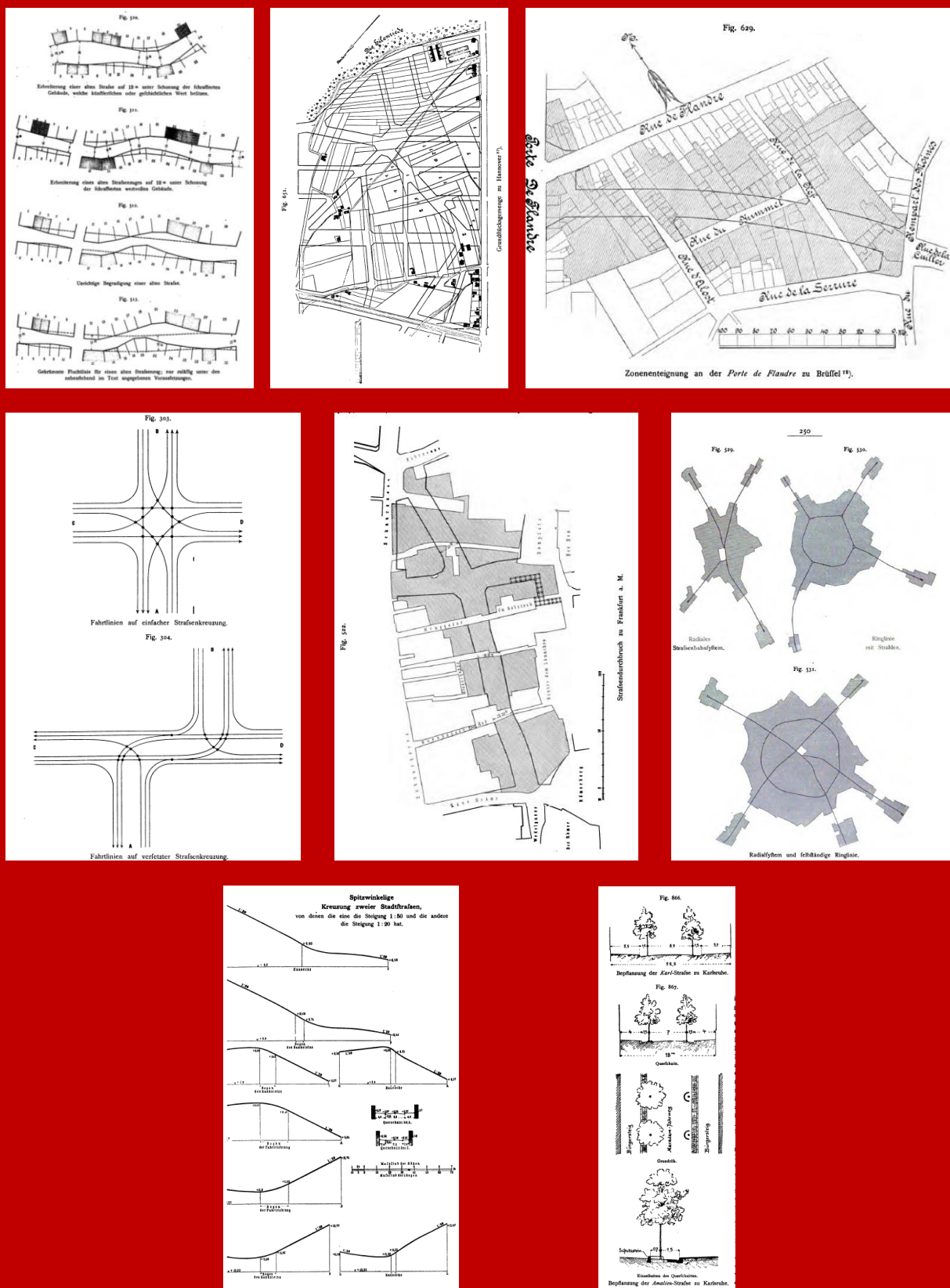


Fig. 51 Desenhos publicados em "A expansão urbana", de Stubben, em 1907. Expropriações, linhas de cruzamento e entroncamento, inclinações de ruas e plantações urbanas.  
 Fonte: Stubben, 1907, p.229; p.364; p.386; p.132; p.235; p.250; p.467; p.541.

Nesta publicação Stubben apresenta melhorias às propostas de Haussmann, antecedendo Hénard, na medida em que prevê ainda o zonamento do solo, o cruzamento de vias e a plantação científica da massa arbórea. A expropriação e o reparcelamento surgem como medidas jurídicas exemplares e necessárias ao alinhamento da rua e à retificação do plano de fachada, mas também como forma de redefinir o cadastro tendo em conta a distribuição dos prédios resultantes. Stubben apresenta centenas de exemplos no norte da Europa para a resolução dos entroncamentos, da introdução de novas vias sobre a massa edificada e ainda de regularização do espaço público tendo em conta a relação deste e dos edifícios de habitação com os equipamentos públicos e religiosos. Em Stubben verifica-se uma adequação dos tipos de perfil de rua com a sua utilização pedonal ou viária, considerando o escoamento das águas e a plantação de árvores, bem como da delimitação das áreas permeáveis e ajardinadas. Para Stubben é determinante a adequação das novas ruas ao seu uso, especialmente o uso rodoviário e ferroviário, o qual implica a provisão de espaço para os diferentes tipos de transporte coletivo e individual, bem como a sua definida rota. A morfologia do edificado define-se em função da necessidade do alcance visual das ruas tornadas alamedas ou avenidas, recuperando o conceito de Cerdá do gaveto facetado, associando o princípio de delimitação arbórea para os limites casuísticos do edificado e propondo avenidas curvas e circulares (Stubben, 1907, p.322). Para Stubben o cruzamento reto é preferencial no desenho do espaço urbano direcionado para a circulação. A segunda determinação principal do desenho urbano sobre o edificado é a propagação dos incêndios, para o qual são introduzidas regras de limitação à altura dos edifícios, à profundidade do lote e à cubagem interna da massa construída, sob a forma dos primeiros índices de edificação que propõe (Stubben, 1907).

Assiste-se a um reposicionamento jurídico da propriedade no início do século XX. Segundo Correia, **“um dos primeiros textos a consagrar o princípio da “função ou da obrigação social” da propriedade foi o artigo 153º, nº3, da Constituição de Weimar”** (Correia, 2012, p.813). Assim, impõem-se limitações ao exercício pleno de propriedade, que são determinadas, tanto pela regulação direta afeta aos proprietários, como pela publicação de instrumentos de planeamento que condicionam o uso, ocupação e transformação do solo e alteram os limites primordiais do cadastro, em função da formação de uma estrutura de espaços públicos de circulação e estar e da sua relação com a massa edificável.



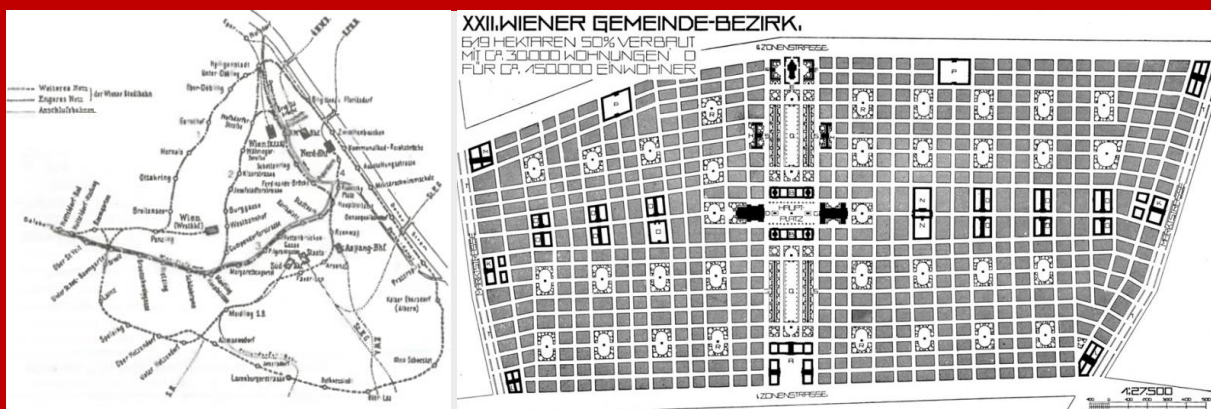


Fig. 52 Plano metro em Viena, por Otto Wagner, de 1901. Plano de Otto Wagner, para Die Groszstadt, de 1911.

Fonte: Wagner/Trevisiol, 1997, p.56; p.51.

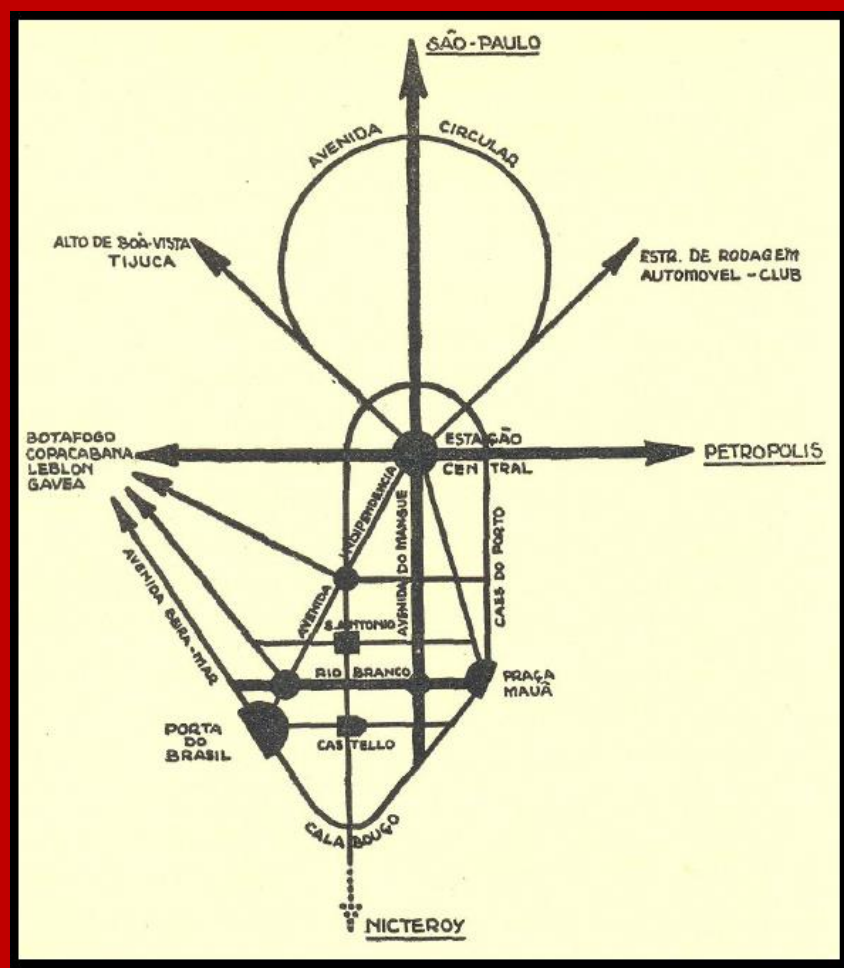


Fig. 53 Plano para o Rio de Janeiro, de Agache, de 1928 a 1930. Esquema dos cinco dedos. Para o Rio de Janeiro, de Agache, de 1930.

Fonte: <http://planourbano.rio.rj.gov.br>, 6 de Junho de 2017; <https://institutoparacleto.org/2013/06/14/cidade-do-rio-de-janeiro-maravilhosa-e-controlada-no-projeto-de-agache/>, em 6 de junho de 2017.

# Esquema da organização dos serviços da JUNTA AUTÓNOMA DE ESTRADAS

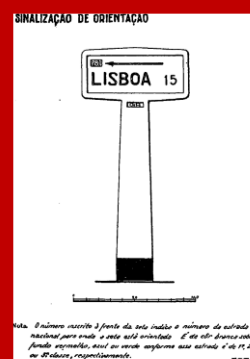
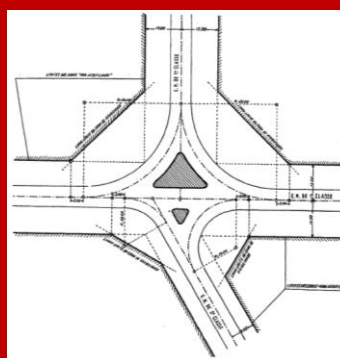
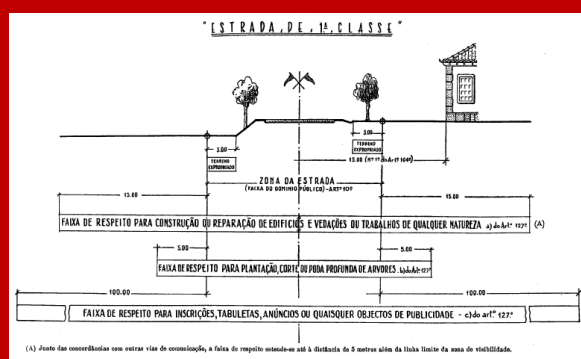
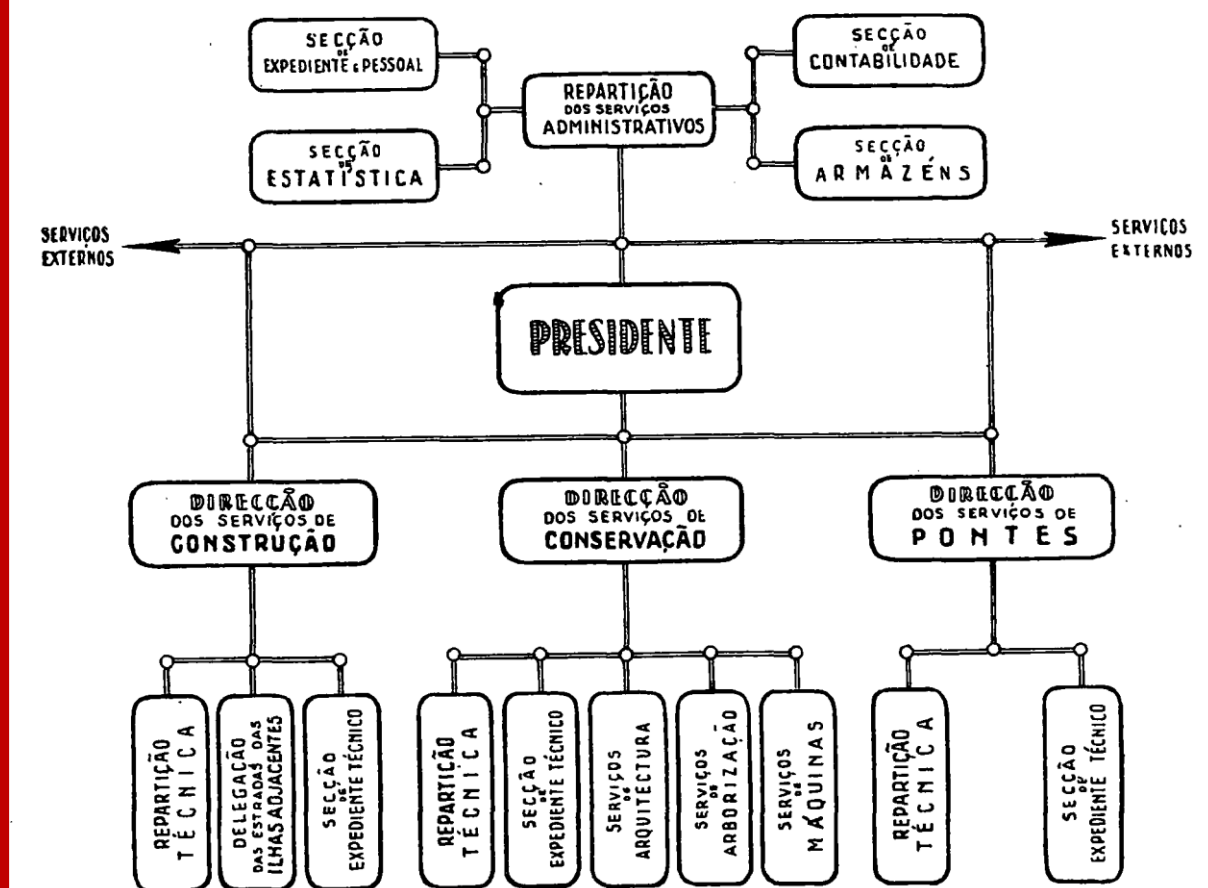


Fig. 54 Esquemas constantes da Lei 2037, de 19 de Agosto de 1949.  
Fonte: Diário do Governo, I série, número 184, 1949.

## REGULAÇÃO URBANÍSTICA DO ESPAÇO PÚBLICO EM PORTUGAL

***Em geral, a Camara regêla todos os  
objectos de polícia municipal tanto urbana como  
rural.***

Número IXº do Art.120º do CA, 1864, p.28

Em Portugal, entre os séculos XII e XVI, a administração real central atribuiu diversas Cartas de Foral<sup>318</sup> como direito público, estabelecendo aquela uma relação direta com o concelho. Ao retirar o domínio do feudal local, os forais aumentaram o poder real, reforçando o absolutismo e a transferência dos impostos para o governo real. Depois de 1755, a urbanística portuguesa ganha consolidação, tornando-se pública e regulamentar durante o século XIX. Já em 1796, através do Decreto de 11 de Março, se estabeleceu o regulamento para a conservação das estradas<sup>319</sup>. Em 1801 é lançado, por Alvará Régio, a obrigação de registo do cadastro e o pagamento de imposto sobre o título de propriedade. Mas apenas em 1848, através da Lei 26 de Agosto se dá início aos trabalhos cadastrais.

Em 1834 foram criadas as Guardas Municipais de Lisboa e do Porto. Depois de 1837, as posturas municipais de Lisboa e Porto tornaram-se obrigatórias. Inicialmente, estes documentos compreendiam um conjunto de regras de policiamento urbano, com um carácter assumidamente higienista, de controlo das liberdades individuais em espaço público e protetor das saúde e segurança públicas. Em 1839, as Posturas do Porto são compiladas e publicadas. No mesmo ano, com a Portaria de 29 de Setembro, ordenou-se às câmaras que se responsabilizem pelas estradas e caminhos da sua municipalidade. Na sequência dos decretos publicados depois da Regeneração é notória a preocupação com a via pública e com a infraestruturação viária nacional. Estabeleciam-se princípios estratégicos de organização do território nacional em relação com o centro das capitais de distrito, nomeadamente com a designação relativa de cada estrada e da sua classificação segundo o número de fogos que ligam ser 300 ou 500<sup>320</sup>. Em 1840, através do Alvará de 30 de Dezembro, institui-se a Companhia das Obras Públicas de Portugal e respectivos estatutos, entidade responsável pelos estudos dos

---

<sup>318</sup> Foral – de foro, latim foru, que significa praça pública, na antiga Roma. Moreno, 1997, p.781.

<sup>319</sup> Ver referência a Estradas Reais, em anexo.

<sup>320</sup> “vão-se facilitar as operações commerciaes, e diminuir as despesas de transporte, as quaes tem a mesma influencia directa sobre os preços que uma reducção no custo da produção (...) vai medrar a civilisação com o commercio reciproco das povoações, vão desenvolver-se os principios de sociabilidade, tolerancia, e liberdade pela communicação dos individuos (...) vai amenisar-se a face rude e escabrosa deste paiz (...) in Diário do Governo, de 13 de Maio de 1835. Pacheco, 2004, p.474.

futuros caminhos-de-ferro, que desde 1835 esperavam ser concretizados. O Código Administrativo de 1842 vem esclarecer as competências dos órgãos perante a via pública, bem como determinar o projeto das construções a submeter à câmara e ainda determinar o alinhamento de rua. Em 1844, a Companhia das Obras Públicas de Portugal propõe-se a **“fazer todas as grandes obras que forem legalmente autorizadas para o melhoramento das comunicações no paiz”** (Silva, 1962, p.99). Depois de 1851, segundo Condesso, a **“planta da cidade passa a ser exposta ao conhecimento dos cidadãos”** (Condesso, 1999, p.15). Este fato é determinante para o processo de desenvolvimento da urbanística como instrumento de mercantilização do solo, acompanhado de uma promoção pública de criação de espaço público, bem como de normalização deste e das frentes de rua. Em 1852 é publicada uma portaria que traduz a reforma da contribuição predial protagonizada por Fontes Pereira de Melo, o qual ordena a realização da carta corográfica à escala cem mil. Esta só estará completa em 1904.

A Lei 15 Julho de 1862 traz a Classificação Geral das Estradas do Reino e Ilhas. A Lei 6 Junho de 1864 estabelece o regime da Viação Municipal e o Decreto 31 Dezembro cria a matriz do moderno planeamento urbanístico (CEFA, 1989, p.121). Neste mesmo ano, em Espanha, é publicada a Lei de 29 de Junho de 1864, que regula o **“ensanche de las poblaciones”** (Gonçalves, 1989, p.4). No ano anterior, a Circular de 18 de Setembro fixa os tipos de largura das estradas. (Anexo 2, Súmula de legislação, repositório U.L.).

A a Lei de 1 de Julho de 1867 vem aprovar o Código Civil, dois anos depois do Decreto 10 de 31 de dezembro de 1864, publicado apenas em Janeiro do ano seguinte (Silva, 1962, p.33). Segundo o Diário de Lisboa de 13 de Janeiro de 1865, nas disposições relativas à construção, conservação e polícia das estradas, **“o máximo dos raios de curvas de concordância será de 30 metros”** e **“o máximo das declividades será de 5 centímetro por metro”** (Silva, 1962, p.98). Ainda **“nenhuma estrada será aberta ao transito público sem ser previamente examinada pelo modo e nos termos dos regulamentos”** e os **“proprietários de prédios confinantes com a via pública são obrigados a não edificar nem plantar arvoredo de grande porte n’uma faixa de terreno de 2 metros de largura”** (Silva, 1962, p.98).

Segundo Silva, o Código Civil de 1867 atendia, entre outros, ao fato de que entre cada edifício existisse uma distância mínima de meio metro, promovendo a duplicação de fachadas entre vizinhos (Art. 2327º). Esta medida denota uma clara dificuldade em regular as limitações da construção associada ao limite do cadastro, uma vez que a cada prédio corresponde uma edificação coincidente com o limite, e um ponto de confronto de soluções construtivas particulares, que colocam em causa a salubridade e manutenção dos edifícios. Assim, a



legislação urbanística portuguesa, inicialmente regulamentar, apoia-se exclusivamente em normas de controlo da interferência da propriedade privada para solucionar um problema que advém da propriedade ser entendida casuísticamente, para a qual se institui um quadro jurídico que impeça o conflito, apesar de o manter. Os conflitos espelham-se na adequação permanente das normas à limitação dos proprietários no seu direito de propriedade imobiliária e fundiária.

Outro mecanismo importante de exercício público sobre a propriedade é a expropriação e a expropriação com indemnização. Na França, a utilidade pública e o direito de expropriação surgem com os códigos civis. Correia situa a primeira lei de expropriações em 1810. No caso de Inglaterra, a expropriação continha o direito ao valor do terreno mais o expectável de ser realizado pela venda. No caso da Alemanha, em 1902 surgem as primeiras leis de reparcelamento e durante as primeiras décadas do século XX várias áreas foram municipalizadas constituindo, em 1939, em algumas cidades, mais de metade da área urbana, com uma média de 30%. (Correia, 2002, p.199). Através deste método são providenciadas áreas para espaços verdes e infraestruturas, garantindo ainda a diminuição dos benefícios e privilégios dos proprietários sem efetiva propriedade pública do solo (Correia, 2002, p.240).

***O Estado moderno levou à privatização da propriedade, rejeitando as orientações e confusões de patrimónios de entidades públicas ou “estatutos” de feudalismo, e veio simultaneamente desprivatizar o próprio Estado ou parcelas do Estado, que deixa de ser património privado de quem quer que seja, acabando a confusão entre poder público e propriedade privada de dirigentes políticos.***

Condesso, 1999, p.59

A propriedade privada do solo constitui uma propriedade diferenciada uma vez que este não se constitui como um objeto total, mas como parte desse todo que é o globo terrestre, limitado, que não se altera na sua constituição física (Correia, 2012, p.813). Condesso sublinha o fato de direito de propriedade, no código civil, ser definido pela porção aérea e do subsolo correspondente à superfície em posse (Condesso, 1999, p.484), definição esta que consta já do artigo 1344º do Código Civil de 1867. O artigo 2360º deste código já determina a expropriação por utilidade pública, bem como a Constituição de 1822, que o garantia em caso de necessidade pública e urgente, garantindo lugar a indemnização, no seu artigo 6º<sup>321</sup>, reforçado pela ainda pela Carta Constitucional de 1826. Em 1850 surge a lei que a regula. O direito da expropriação

---

<sup>321</sup> Constituição de 23 de Setembro de 1822, em nome da Santíssima e Indivisível Trindade.

foi-se alargando, desde 1864, por diferentes razões enquadrando, por exemplo, além da defesa militar, da segurança pública, da salubridade pública e da viação pública a construção de espaços para jogos e desportos. Segundo Monteiro, a expropriação constituiu-se como instrumento de execução dos planos de melhoramentos em Lisboa (Monteiro, 2014, p.326), prevista desde 1864. Assinalamos ainda a Lei de 9 de Agosto de 1888, na qual, segundo Lopo, se constitui o direito de expropriação das faixas adjacentes às áreas necessárias para a realização da Avenida da Liberdade em Lisboa (Lopo, 1989, p.73). No ano seguinte, as Posturas municipais do Porto vêm obrigar à manutenção das fachadas e à numeração de cada prédio.

***Antes de 1914 as regras urbanísticas limitam-se a definir alinhamentos e servidões “aedificandii” ou “altius tollendi”.***

Correia, 2002, p.197

O século XX traz a interferência administrativa nas construções privadas, definindo a relação de cada edifício com as infraestruturas públicas e o espaço público. Em 19 de Setembro de 1900 é publicado o Regulamento da conservação, arborização, polícia e cadastro das estradas (RCAPCE) que define os limites altimétricos de todas as obras à face das estradas (Silva, 1962, p.105). A publicação do Regulamento de Salubridade (RSEU) em 1903 marca a transferência para as autarquias das competências de fiscalização que o governo fez habilitar em 1864<sup>322</sup> relativamente às edificações. Vale resumir as na insolação, ventilação, impermeabilização, segurança contra incêndio, resistência estrutural e salubridade, mas também abastecimento e drenagem de águas (Vale, 2013).

Em 1912, “a Lei de 6 de Julho, regulamentada pelo Decreto de 15 de Fevereiro de 1913, introduziu a tributação indireta das mais-valias, ao prescrever no seu artigo 10º”: “Quando a abertura, o alargamento ou a regularização duma via pública determinar o aumento do valor locativo dos prédios que utilizarem desse melhoramento, os donos desses prédios pagarão, por uma só vez ou em anuidades, sua vontade, uma importância igual a 30 por cento do aumento do valor dos mesmos prédios.” (Lopo, 1988, p.76). A Lei 438 de 15 de Setembro de 1915 refere-se aos critérios que definem a utilidade pública das expropriações a efetuar pelas câmaras municipais, nomeadamente a expropriação por se negar o proprietário a edificar em terreno confrontante com a via pública (Edificações Urbanas, 1944,

---

<sup>322</sup> “O governo decretará num regulamento especial todas as providências indispensáveis para a execução deste título [Título III - Disposições relativas às ruas e edificações no interior das cidades, vilas e povoações], estabelecendo a fiscalização que deve ser exercida pelos empregados das câmaras municipais e pelos das direcções de obras públicas”. Artigo 61º do Decreto de 31 de Dezembro de 1864. OASRN, Parecer sobre o Anteprojecto de Revisão do RGEU.

p.30). Em 1916 é publicada a Lei 671 a propósito do despejo por motivos de obras. Em 1932, o Decreto 21875 de 18 de Novembro estabelece as zonas de proteção a edifícios públicos e em 1938 toda a intervenção em jardins, parques, matas ou arvoredo passa a ser autorizada somente pelo estado.

***Toda a propriedade urbana servida pela  
rêde do Saneamento, é obrigada a ter instalações  
sanitárias ligadas com as redes de esgotos,  
obedecendo ao presente regulamento.***

Porto, 1926, p.3

Se a Constituição de 1933 designava obrigação do estado a higiene pública, também atribuía ao estado a propriedade das nascentes de águas, ainda que a exploração pudesse ser concedida a particulares, colocando em plano relativo os direitos da comercialização face à necessidade universal de água. Entre 1931 e 1933, foram publicadas normas que consolidaram uma política efetiva de abastecimento e saneamento de águas públicas, financiadas pelo Fundo de Desemprego, pelo Fundo de Melhoramentos Rurais e por verbas extraordinárias incluídas no Orçamento Geral do Estado (Pato, 2011, p.123). Entre 1903 e 1972 foram realizados oito inquéritos a propósito da salubridade e do abastecimento e escoamento de águas. Em 1941, segundo inquérito da Secção Melhoramentos de Águas e Saneamento, somente 26% da população continental portuguesa tinha ligações às redes públicas domiciliárias, usando a restante população de fontes, fontanários e chafarizes (Pato, 2011, p.90). No caso da cidade do Porto foi publicado em 1943 o Regulamento do Serviço de Saneamento que define no artigo 1º a obrigação de ligação às redes públicas, realizada em conformidade com o disposto no restante regulamento municipal, nomeadamente o pagamento de taxas e custos de obras à responsabilidade integral do proprietário (Porto, 1954, p.3).

O desenvolvimento económico corporativista e a afirmação das culturas fascistas e nacionalistas materializam-se no investimento na infraestruturação e na criação de equipamentos e edifícios de carácter estatal. A política de obras públicas “**associada à legitimação política do regime**” (Gonçalves, 1989, p.5) que ocupa Duarte Pacheco no MOPC entre 1932 e 1945, constitui-se paralelamente aos interesses fundiários particulares. A criação dos Planos Gerais de Urbanização, em 1934, pela DGSU promove o levantamento cadastral de mais de duas centenas de cidades para estudo. Essa obrigação, que implicava aglomerados com uma população superior a 25000 locais, desvirtua-se do objetivo inicial por deficiências administrativas locais para a sua operacionalização. O pós-guerra e a morte de Duarte Pacheco traduzem-se numa abertura à negociação da administração com os particulares para efeitos de

construção. Nessa medida, e apesar dos esforços desenvolvidos do ponto de vista da conjugação de equipas de projetistas para fazer cumprir com o DL dos PGU, nenhum plano recebeu o estatuto de aprovado em conformidade com a lei. Desta feita, e nas palavras de Gonçalves, os bem-intencionados planos gerais de urbanização tornaram-se redundantes, exercendo-se uma prática administrativa das intervenções particulares, e com uma indefinição das atribuições municipais. A tutela e os princípios da especialidade redundavam numa descentralização que não tinha efeitos descentralizadores e contrariava a própria preparação dos planos de urbanização pelos municípios (Gonçalves, 1989, p.12). Já em 1929 o diploma N° 17813, de 30 de Dezembro, vem sublinhar a compensação pelo estado da extinção do imposto sobre a viação automóvel dos municípios. Segundo Gonçalves, o equilíbrio das finanças públicas foi conseguido à “**custa do descalabro das finanças locais**” (Gonçalves, 1989, p.15)<sup>323</sup>. Esta manutenção deficiente das estruturas administrativas que se prolonga pelo século XX, vem confirmar a natureza das políticas territoriais e da evolução normativa urbanística<sup>324</sup>, que se verificou com o exercício da função pública por particulares depois de 1965 e que Pardal denuncia desta forma:

***Se a legislação urbanística no início dos anos 40, lavrada ainda sob o pensamento político de Duarte Pacheco, tinha como instrumento operativo fulcral a gestão das mais-valias simples utilizadas como fonte de financiamento da qualificação e expansão urbana, a partir dos anos 60 todos os discursos disciplinares do Urbanismo, incluindo o do Direito e até mesmo o da Economia, omitiram qualquer referência à questão da formação do preço do imobiliário em geral e das mais-valias em particular.***

Pardal, 2006, p.11

Em 1936, volta a ser definido o licenciamento de edifícios marginais a espaços públicos, e em 1946 a todos os edifícios em aglomerados urbanos (Correia, 2002, p.201)<sup>325</sup>.

---

<sup>323</sup> Esta compensação adviria do Fundo de Melhoramentos Rurais de 1831 e do Fundo de Desemprego de 1932, em reação à depressão económica mundial de 1929. Este cerceamento da autonomia municipal demonstrava uma submissão à DG, agudizado pela diminuta receita fiscal própria dos municípios. Em 1948, o engenheiro Germano Venade chama a atenção para a conveniência da criação de um corpo de engenheiros municipais (a par de França). Nesse mesmo ano, em ocasião da Exposição de Obras Públicas, o engenheiro Ulrich argumentaria sobre a dificuldade encontrada nas camaras para a resolução dos problemas burocráticos associados aos processos urbanísticos (Gonçalves, 1989, p.20).

<sup>324</sup> Ver referência a Gonçalves, em anexo.

<sup>325</sup> Não é por acaso que o Decreto-Lei 28797, de Julho de 1938, declare de utilidade pública as aquisições e expropriações necessárias à execução das obras de melhoramentos do Aeroporto de Lisboa, das casas económicas em Lisboa e Porto, do arranjo envolvente ao castelo de São Jorge, da urbanização do Parque Eduardo VII, do arranjo do bairro de Alfama, da autoestrada Lisboa-Cascais,

À década de 40 a 50 correspondeu o período de maior elaboração legal até então, e em 1943 foi criado o LNEC. Em Decreto-Lei de 1944, todas as sedes de concelho do continente passam a ser dotadas de água potável, declarando de “**utilidade pública as pesquisas, os estudos e os trabalhos de abastecimento de águas potáveis ou de saneamento de aglomerados**” (Silva, 1962, pp.89-90). Neste ano foi publicado o Plano Rodoviário que vê retificação em 1945, na qual “**o traçado das estradas deveria ser estudado em harmonia com o plano de expansão, de urbanização ou de alinhamentos**” (Silva, 1962, p.104). Em 1949, a Lei 2037, sobre o Estatuto das Estradas Nacionais veio aplicar restrições de edificação em faixas de proteção às estradas relativamente às indústrias, além de proibir a plantação de árvores nas proximidades, e o cruzamento de nível com a linha férrea, obrigando a que as novas estradas circundassem exteriormente às povoações, mas nada refere à ocupação adjacente de outros edifícios. O PRN foi ainda revisto em 1985 e em 1998. Pereira de Oliveira descreve, na sua tese, uma dificuldade nas definições e conceitos atribuídos às infraestruturas rodoviárias, cuja evolução conta com 21 designações<sup>326</sup>, que integram desde a rede local à rede nacional. Depois da publicação do PRN de 1945, foram introduzidas as áreas *non aedificandi* (Portugal, 1945, I Série, 102, p.376) no que se refere à construção de estradas nacionais, obrigando à aplicação de expropriações para as áreas estritamente necessárias para cumprir as dimensões legais dos perfis aí dispostos, bem como a criação de servidões para as áreas imediatamente adjacentes ao perfil, até uma largura de 15 metros, segundo artigo 33º daquele diploma, o que no total obrigava a um perfil de quase cinquenta metros para estradas nacionais. Aos municípios pertencia a responsabilidade de manter os alinhamentos, segundo artigo 28º do PRN. É ainda no preâmbulo deste diploma que podemos ler que:

***constitue a carta de lei de 1862 o diploma de maior importância sobre o problema da viação ordinária. Mais tarde, em 1889, foi aprovada nova classificação (estradas reais e distritais), cuja rede totalizava 18:427 quilómetros. Mais recentemente, o plano elaborado em harmonia pelo decreto nº 13:969, de 20 de Julho de 1927, e rectificado pelo***

---

dos Palácios da Ajuda, da Assembleia Nacional e do Palácio das Carrancas (atual Museu Soares dos Reis) no Porto, da avenida marginal ao Tejo, da urbanização da Praça dos Jerónimos, e, entre outros, das obras do aeródromo e das estradas e arruamentos de acesso ao Porto, a menos de dois anos das Comemorações dos Centenários (Silva, 1962, p.51).

<sup>326</sup> No PRN de 1945 divide-se por: estradas nacionais (1º classe a 3º classe); estradas municipais, caminhos públicos (caminhos municipais e vicinais), que ficam respetivamente a cargo da JAE, das câmaras e das juntas de freguesia. Fonte: Portugal, 1945, I Série, 102, p.377. Conforme Pereira de Oliveira, as dimensões estipuladas para as plataformas rodoviárias não variaram substancialmente apesar do aumento histórico de tráfego motorizado (Pereira de Oliveira, 2015, p. 62) e da distinção de classes ou categorias, sucedendo-se inclusive uma aproximação, nos diplomas posteriores, entre medidas das diferentes classes, o que constituía uma dificuldade em hierarquizar a circulação rodoviária.

**decreto nº 16:075, de 30 de Setembro de 1928, agrupou as vias de comunicação terrestres em: estradas nacionais de 1º e de 2ª classes, estradas municipais e caminhos públicos. Pelo decreto-lei nº 23:239, de 20 de Novembro de 1933, esta classificação foi alterada para: estradas nacionais de 1ª e de 2ª classes, estradas municipais e caminhos vicinais. A extensão da rede de estradas nacionais classificadas por estes e outros diplomas que se foram publicando é actualmente de cerca de 16:900 quilómetros.**

Portugal, 1945, I Série, 102, p.374

A situação do ordenamento territorial existente, que o próprio diploma reconhece, impossibilitou em várias situações a manutenção de um perfil contínuo de via que cumprisse sumariamente com o dimensionamento legal<sup>327</sup>.

Em 1946, o código civil ampliou as responsabilidades urbanísticas ao “**conselho municipal**”, nomeadamente a abertura de novas ruas e praças nas povoações, bem como a discussão e votação do plano de urbanização e expansão (Silva, 1962, p.109). Depois, desta década, multiplicam-se regulamentos municipais que se destinam a limitar as construções particulares face à rua, identificando os deveres dos proprietários na manutenção destas.

**Regulamente-se tendo em vista novos materiais, novas técnicas e consequentemente novas ideias estéticas. “Procurar a escala humana, ou seja, em última análise definir as necessidades humanas”** <sup>[328]</sup>. **Cabe-nos a nós, arquitectos de hoje, o papel de chamar a atenção para este grave problema, que paralisa e define as nossas cidades e campos. Da sua solução não depende somente a nossa verdadeira missão, mas antes de tudo interesses da colectividade, dos homens, razão por si só suficiente para o nosso esforço desinteressado.**

António Matos Veloso em CNA, 2008, p.109

<sup>327</sup> Assim, e conforme Pereira de Oliveira, as margens das vias eram suprimidas, dificultando a existência de passeios pedonais, arborização e afastamentos mínimos ao edificado (Pereira de Oliveira, 2015, p.64). Situação que se repete em sede de publicação de portaria para parâmetros de dimensionamento em loteamentos, já no final do século, na qual se define um perfil de rua que comporta, além da circulação, estacionamento, arborização e passeio. Assim, a conformação legal de um sistema nacional de estradas e vias de comunicação rodoviária, que se denominavam de comunicações públicas rodoviárias, torna-se redundante na medida em que estas, segundo o próprio diploma, devem, sempre que possível, adaptar-se aos parâmetros. Provoca-se, com este diploma, uma incompatibilidade estrutural entre aquilo que são as determinações legais para a rede local e para a nacional, predominando a segunda em detrimento das condições materiais existentes, uma vez que a circulação rodoviária para fins industriais e comerciais de longo curso se sobrepõe à lógica municipal. Persiste uma dificuldade material em aceder ao cumprimento legal destas dimensões, cuja especialização do perfil é contrariada pela realidade – seja porque as vias existentes estão limitadas fisicamente, seja porque as novas propostas tendem a diminuir as áreas paralelas à via, retirando conteúdo funcional à mesma.

<sup>328</sup> Citação referenciada pelo próprio autor, constante do texto “Os regulamentos da construção urbana e a sua repercussão nas soluções modernas”: “Le Corbusier”. CNA, 2008, p.109.

Em 1951, com a publicação do RGEU, materializa-se a dependência das câmaras face aos PGU aprovados para licença de edificação ou execução de obras de construção. A influência do CNA<sup>329</sup>, em 1948, levou a que no preâmbulo daquele diploma se refira precisamente a necessidade de se adotarem novas técnicas construtivas e de se fazer o exercício crítico sobre a necessidade objetiva do alinhamento à face de rua<sup>330</sup>, deixando à discricionariedade municipal a forma de conformação do edificado face aos limites de propriedade<sup>331</sup>. Os artigos 76º, 119º incluem ainda a designação de logradouro como equivalente a espaço livre e logradouro público, respetivamente. Assim, fica dúbio tanto a propriedade do espaço resultante entre o limite do prédio e a via pública, como a forma de utilização, ou se eventualmente este espaço é comum aos prédios (resultando numa servidão) ou ainda se o espaço é público, e como tal deva respeitar os parâmetros de dimensionamento da via pública. Acrescenta-se que os logradouros, mesmo privados estão afetos a condicionamentos de ocupação e utilização, além de ser negada a supressão de árvores ou maciços de arborização que neles possam existir. Ainda segundo artigo 63º, somente com parecer favorável da respetiva comissão municipal de higiene as câmaras municipais podem consentir tolerâncias face ao disposto nos artigos imediatamente anteriores, estando garantidas as condições mínimas de salubridade.

Com este diploma inaugura-se um novo período relativamente à liberdade regulamentar no condicionamento da morfologia urbana que será, contudo, ignorada face ao disposto em

---

<sup>329</sup> Atentamos para a comunicação de Arménio Losa, autor do PGU de Vila Nova de Gaia, sobre as formas de ocupação do solo e a definição da propriedade: "A "rua corredor" continua a servir de guia aos novos traçados. A construção baixa, a sementeira de arruamentos, a pulverização da propriedade, o alastramento das cidades sobre o território que as cerca, a ocupação total do solo, o afastamento para grandes distâncias das áreas rurais, o isolamento ou desordem dos estabelecimentos industriais, são hoje ainda as bases em que assenta o Urbanismo em Portugal." CNA, 2008, p.125.

<sup>330</sup> "É de notar que não se julga conveniente que os municípios, quando não existam planos de urbanização regulando casos sobre que haja de tomar resolução, se arreiguem à ideia de dispor as construções sempre alinhadas ao longo das ruas, porquanto é indiscutível a vantagem de as orientar convenientemente em relação ao Sol e aos ventos dominantes. O regulamento que se promulga abstém-se propositadamente de prescrever quaisquer disposições taxativas neste assunto, sobre o qual as câmaras terão a liberdade de decidir, com subordinação apenas a condicionamentos de outra índole" Preâmbulo do Decreto-Lei nº 38382, de 7 de Agosto de 1951, que promulga o designado RGEU, que faz parte do decreto-lei. RGEU, 2005, p.6.

<sup>331</sup> O artigo 58º deste diploma, inserido no segundo capítulo que se refere à edificação em conjunto, define ainda uma regra de afastamento de 45º entre fachadas, o que determina que a largura do espaço público entre construções confinantes passaria a estar obrigado a ser igual ou superior à altura destas. O artigo 61º refere-se à compatibilização daquele artigo com o plano de urbanização, deixando à decisão local a fixação de eventuais recuos das fachadas, a natureza do arranjo dos mesmos, bem como o tipo de vedação dos terrenos livres entre o arruamento e as fachadas. O afastamento dos 45º aplica-se igualmente a edifícios multifamiliares ou coletivos que se estabeleçam individualmente, acrescentando a necessidade de se definir pelo artigo 62º, um logradouro comum ou próprio. Número 1 do artigo 62º do RGEU: "Para os efeitos do corpo deste artigo, sempre que não tenha sido organizado logradouro comum que assegure condição nele estabelecida, cada edificação deverá ser provida de um logradouro próprio, com toda a largura do lote e com fácil acesso do exterior."

outras normas<sup>332</sup> publicadas posteriormente, mas, principalmente, face ao fato de as preexistências urbanas condicionarem estruturalmente qualquer proposta que se diferencie da cidade oitocentista ou da malha de espaços públicos municipais e caminhos rurais. Acrescentamos que este diploma se constitui como o mais premente para a licença de obras de edificação ainda hoje, nomeadamente no que toca às normas de relação do edificado com a via pública e as infraestruturas públicas. Combinado com o RJUE e os regulamentos municipais que estão consagrados no seu artigo 3º, persiste uma contradição entre aquilo que são as novas possibilidades de conformação urbanística, o limite de propriedade e a edificação, uma vez que para efeitos informação se deve proceder à identificação dos muros de vedação no limite da propriedade, ou ainda, em cumprimento do RMUE, respeitar o alinhamento, bem como as alturas dos muros existentes ou vizinhos. Parece-nos, pois, que esta regulamentação urbanística que afeta as edificações, acarreta um condicionamento ideológico sobre a propriedade que não só veio prejudicar a relação espacial da propriedade pública com a privada, como reforçou fisicamente as diferenças entre uma e outra, agravando o potencial de utilização da dita área de logradouro. Além disso, persiste uma obrigação de condicionar o tipo de limite físico da propriedade ao alinhamento, ainda que este não seja coincidente com o limite do edifício. Ou seja, os próprios regulamentos, apesar de defenderem liberdade no que toca à implantação da edificação nas propostas de operações urbanísticas, consolidam uma prática de execução urbanística baseada no acantonamento da propriedade privada, com objetivos rotineiros de definir a gestão exclusiva da propriedade pública.

**Art.º 1º - Nas fachadas confinantes com arruamentos, são de admitir saliências, constituindo alpendres, corpos salientes, varandas, ornamentos, quebra-luzes e beirais ou cornijas, desde que obedeçam às regras constantes dos artigos deste Regulamento.**

Porto, 1958, p.1

Em 1958, a cidade do Porto publica o Regulamento de Saliências das Edificações Urbanas. Neste regulamento publicado pela câmara municipal, reforça-se a necessidade de controlar o limite de fachada, permitindo, contudo, a utilização de áreas para além do limite de propriedade sobre o espaço público, nomeadamente de varandas projetadas. Assim, a ocupação

---

<sup>332</sup> O RJUE, publicado em 1999, obriga a que, em sede de pedido de informação prévia, o requerente informe sobre os muros de vedação (artigo 14º). Também nos RMUE, tanto o do Porto, como o de Vila Nova de Gaia estão consagrados o alinhamento e a obrigação de identificar o muro de vedação. No caso de Vila Nova de Gaia o alinhamento surge como obrigação no caso de existir alinhamento dominante, obrigando à colocação de um elemento físico que faça essa separação.



do espaço público auferir de taxa, em conformidade com a regulação urbanística dos limites de propriedade<sup>333</sup>.

O Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais, publicado em 1961, pela Lei 2110, vem reestruturar o serviço de RCAPCE, de 1900, introduzindo regras sobre a demarcação, sinalização, balizagem e proteção da via pública, publicando em anexo as normas a que deve responder a criação de marcos e do serviço de cantoneiros. Esta lei vem reforçar as normas do código civil de 1867, e das da Lei 2037 de 19 de Agosto de 1949, relativamente às normas proibitivas aos proprietários quanto à arborização na via pública, por exemplo<sup>334</sup>. Ainda segundo este diploma, as câmaras municipais, em colaboração com a DGSU, são obrigadas a elaborar e manter atualizada uma carta de cadastro das vias municipais, à escala 1/25000, onde se identifique até aos limites do concelho as estradas nacionais, linhas férreas e principais cursos de água; as estradas municipais e a divisão em cantões, bem como os edifícios estatais e municipais afetos aos serviços de comunicações rodoviárias (Portugal, 1961, p.18).

***A formação do direito do urbanismo português ocorreu ao longo de vários séculos. Foi, porém, na segunda metade deste século, que, em consequência do fenómeno da explosão da urbanização, se foi constituindo um verdadeiro corpo de normas e de princípios jurídicos, em quantidade e complexidade crescentes, tendo por objecto específico a resolução dos problemas urbanísticos.***

Correia, 1998, p.10

Na década de 60 as áreas periféricas das principais cidades portuguesa cresceram fora do sistema de planeamento, na medida em que as previsões relativas à ocupação do solo foram ultrapassadas pelas dinâmicas particulares do mercado de solos. Por outro lado, nas promoções públicas ou sob planeamento urbano municipal ou estatal, o novo espaço público caracterizou-se por princípios de libertação do solo ou de afastamento do edificado às vias de comunicação. Abundam, em meados do século XX, exemplos de conceção moderna que dispõem da utilização livre do solo, e que sob a influência de urbanistas estrangeiros em Portugal, se vai

<sup>333</sup> O número 2º do artigo 10º deste diploma atenta para o fato de as montras não constituírem ornamento, e como tal “não podem formar saliência sobre o plano de fachada” (Porto, 1958, p.3). Ainda o artigo 17º faz referência à taxa de “200 escudos por metro quadrado ou fração e por pavimento”, aplicados aos corpos salientes que se projetem sobre as “vias, logradouros ou outros lugares públicos sob administração municipal” (Porto, 1958, p.4).

<sup>334</sup> Nos “Direitos e deveres dos proprietários confinantes com as estradas e caminhos municipais”, consagrados entre o artigo 43º e o 78º dispõem-se as normas pelas quais se devem reger os proprietários que confinam com estes espaços públicos, nomeadamente vedação de 1,2 metros a 2,5 metros, caso se trate de edifícios públicos (Portugal, 1961, p.24) e ainda o cumprimento das disposições do novo RGEU relativamente à altura da edificação (Portugal, 1961, p.33).

desenvolver, com uma nova escola de planeadores arquitetos e urbanistas portugueses, a figura do plano. Os planos de urbanização consubstanciam possibilidades construtivas e apresentam, no geral, um desenho integral do espaço a transformar. Assim, e dentro daquilo que seriam as áreas de expansão urbanas previstas, foram desenvolvidas soluções tipológicas novas relativamente à morfologia oitocentista das cidades portuguesas, onde o espaço público é considerado em relação com o espaço livre coletivo ou particular pertencente ao edificado. Conforme Gonçalves, **“nem um único regulamento foi aprovado e publicado”** (1989, p.33), tornando obsoletas as hipóteses levantadas para a regulação do solo e para a conformação do espaço público nas áreas afetas legalmente a urbanização e construção.

*A licença de loteamento será titulada por alvará do qual constarão as prescrições a que o requerente fica sujeito, e designadamente os condicionamentos de natureza urbanística, entre eles o traçado da rede viária, espaços livres e arborizados, parques de estacionamento, zonas comerciais ou industriais e desportivas, e as obrigações que, em face do estudo económico, deve assumir, tais como o encargo de mais-valia, ou a execução directa, sob fiscalização da câmara municipal, dos trabalhos de urbanização e cedência de terreno para equipamento urbanístico.*

Portugal, 1965

A abertura legal à urbanização por particulares, através do DL 46673, de 29 de Novembro de 1965, traduz uma nova limitação material e financeira das câmaras para promover a execução dos planos e limitar as intervenções particulares de transformação do solo. Gonçalves vê esta situação na perspetiva do modo concorrencial em que entraram os particulares face à ação da edilidade, através da figura dos loteamentos (Gonçalves, 1989). Apesar de consagrada nas normas, a cedência para efeitos de espaço livre nas operações de loteamento resumia-se à própria indicação neste diploma, sem normas complementares. A lógica de mercado imobiliário constitui-se como forma de vender habitação e terrenos às populações carentes de moradia. A técnica de reparcelamento ignorou a formação de espaço público conformado para outras práticas que não o acesso pedonal, e eventualmente automóvel, originando situações de urbanização baseadas no cadastro rural ou definindo arruamentos desproporcionados às necessidades de uma concentração construtiva densa. O interesse das mais-valias constituiu o mote de produção da iniciativa privada desregulada, apesar de várias transformações do solo rural em solo urbano serem ilegítimas. O espaço público constitui-se como o maior penalizado e desvalorizado, além de se ter produzido sem as infraestruturas

necessariamente eficazes, sem considerar áreas permeáveis, equipamentos coletivos e áreas de estacionamento.

Conforme Miranda, na definição do próprio diploma **“o loteamento caracterizava-se por ser uma operação exclusivamente privada, pautada apenas pela disciplina da lei civil aplicada ao direito de propriedade, e que se encontrava isenta de qualquer controlo administrativo”** (2012, p.214)<sup>335</sup>. Assim, aceita-se uma atuação meramente técnica de intervenção nos limites da propriedade privada, levada a cabo exclusivamente pelos objetivos do promotor, sem ter em conta o desenvolvimento económico, bem como o planeamento territorial associado a estes novos lotes, que pendiam sob acessos existentes e mantidos na sua formação antiga. Conforme Gonçalves, a proximidade material do loteamento e do plano de pormenor promove a desafetação da administração no desenvolvimento de propostas de conjunto e consolida **“os processos de urbanização particular, mediante o esvaziamento da capacidade de controlo municipal”** (Gonçalves, 1989, p.35). O loteamento como execução privada com fim público reduz-se à divisão da propriedade para efeitos de urbanização sem a conformação com o espaço público existente e necessariamente previsto para determinada área, apesar da transferência contratual do direito de urbanizar para o particular<sup>336</sup>.

***Também os elevados valores atingidos pelos terrenos levam ao seu máximo aproveitamento, quer ultrapassando os limites adequados na densidade de ocupação do solo - por uma construção em altura superior à conveniente e pela diminuição dos espaços verdes e dos destinados a serviços e equipamentos sociais, quer pela redução da área das habitações, com a generalização de fogos sem as condições necessárias para a média das famílias.***

Portugal, Decreto-lei 576, 1970

A problemática do loteamento não definir obrigatoriamente uma área identificada e proporcional de espaço público é considerada pela Lei dos Solos de 1970, na qual se reconhece a tendencial diminuição de áreas livres e espaços verdes nas operações de loteamento realizadas à época. Contudo, já a Lei 2030, de 1948, relativa às expropriações, vem considerar a possibilidade de expropriação de uma faixa adjacente de 50 metros, **“no caso de abertura,**

---

<sup>335</sup> “No âmbito da actividade de transformação urbanística, o loteamento urbano constitui o exemplo mais ilustrativo de desenvolvimento de uma acção privada de interesse público.” Miranda, 2012, p.214.

<sup>336</sup> “Em contrapartida, subjaz à realização da operação de loteamento uma finalidade pública, atendendo à relação estreita entre o planeamento público e a actividade de planejar um loteamento efectuada por sujeitos privados (836) ou que, numa forma sintética, se pode resumir no contributo dado por aquela acção para a criação de cidade” Miranda, 2012, p.216.

**alargamento ou regularização de ruas, praças, jardins e outros lugares públicos”** (Portugal, 1948, p.529), para garantir afetação do espaço livre ao domínio público, atendendo ao presente momento e a exigências futuras concretamente previstas. Assim, os conceitos de terreno para construção e para outros fins estão dependentes da sua relação com a via pública urbanizada e com a garantia dos processos de loteamento produzirem espaço público concertante com a malha existente<sup>337</sup>.

Em 1973, promulga-se a obrigação das áreas de cedência, que será eliminada em 1984. Segundo Correia, entre 1973 e 1975, nas operações de loteamento por particulares havia lugar apenas **“à cedência de uma área mínima para equipamentos colectivos.”** (2002, p.260). Em 1984, o DL 400 e a P 230 suprimem os valores mínimos para áreas de cedência para equipamentos coletivos, e introduzem a taxa municipal de urbanização, a pagar em numerário ou em área de terreno de valor equivalente (Correia, 2002, p.261). Neste contexto de discricionariedade, as câmaras agem em função da **“mobilização de meios financeiros para a expansão de capacidade das redes de infra-estruturas gerais concelhias”** (Correia, 2002, p.261).

A sucessiva descentralização administrativa e jurídica do planeamento em Portugal foi acompanhada da possibilidade legal das relações intermunicipais, estabelecendo princípios de planeamento regional. A relação horizontal com parceiros e a flexibilização, sob responsabilização dos agentes, constitui uma mudança de paradigma que acompanha a liberalização da economia anos depois do 25 de Abril de 1974. A evolução política que o ordenamento do território manifesta caracteriza-se pela tendência democrática da combinação de agentes. A Constituição Portuguesa de 1976 integra vários conceitos que determinam a manutenção legal da propriedade e em simultâneo uma responsabilização social da sua disposição. Assim, incluem-se, conforme Correia (2012), direitos constitucionais que sustentam o urbanismo como uma função pública, seja pela combinação de interesses de várias escalas – municipal, regional, nacional, internacional, seja pela combinação dos agentes do direito, seja pelo direito à participação pública, seja pelo princípio da publicidade, seja pela igualdade entre cidadãos e pelo direito à indemnização pela afetação dos direitos de propriedade a deveres comuns determinados publicamente. Neste enquadramento, o espaço público constitui-se pela necessidade de criar condições necessárias ao estabelecimento democrático dos direitos de

---

<sup>337</sup> Segundo aquela Lei de solos, um terreno para construção é aquele que se integre em aglomerado urbano e seja marginado por via pública urbana pavimentada e por pelo menos duas infraestruturas (Correia, 2002, p.99). Acresce que os terrenos para construção não poderiam exceder 50 metros de profundidade.

cidadania na produção urbana e no processo de regulação da apropriação territorial. O espaço público e sua manutenção constituem direitos estruturais do planeamento como ferramenta estratégica e operativa de equidade territorial. A entrada de apoios comunitários, pela Lei de 1986 do Q.C.A., a atualização da legislação nacional por força das diretivas europeias e a livre circulação económica voltam a promover, hoje e à semelhança do que se fez depois de 1965, a contratualização administrativa para efeitos de urbanização. Reduzindo o poder central em opção da autonomia municipal, nasce o regime das atribuições e competências das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, em 1991. Dois anos depois, 275 municípios têm o Plano Diretor Municipal aprovado, em sequência do regime que o estabeleceu em 1982 – Decreto-Lei 208 de 26 de Maio. Este nível de plano, constituído dentro dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, estabelece os princípios estratégicos e programáticos dos usos do solo, numa perspetiva de planeamento urbano e desenvolvimento económico-social baseado na operacionalização do mercado privado da propriedade.

***Ora, um dos instrumentos em que justamente melhor se apercebe essa relação entre público e privado é o plano urbanístico. Antes considerado uma manifestação de dirigismo sobre o território, hoje o seu conteúdo tende a ser cada vez mais o resultado de uma negociação prévia com os sujeitos privados. Mas o fenómeno de assunção de responsabilidades pelos particulares tem alastrado também aos domínios da execução dos instrumentos de planeamento e do controlo da edificação e da utilização dos solos.***

Miranda, 2012, p.18

Este contexto atual decorre de um processo de limitação administrativa que foi alterado no final do século XX, e que pretendia estabelecer obrigações aos particulares na produção urbana e nos processos particulares de loteamento, obrigando a que a propriedade privada fosse dotada de espaços livres, com vários tipos de utilização, além de garantir atempada municipalização de solo para regulação do mercado imobiliário. Já a Lei de Solos de 1976 se refere no seu preâmbulo à necessidade de tornar mais célere os processos urbanísticos, à diminuição da corrupção nos loteamentos, a evitar a especulação imobiliária e à questão da habitação como pontos críticos que vinha resolver e constituíam problemas económicos e sociais nas mãos da edilidade local. Aquele diploma impõe a expropriação de propriedade para execução de planos e cria o Fundo Municipal de Urbanização (MHUC, 1976, p.46), garantindo uma linha de empréstimos do estado central aos municípios, para aquisição de solo. No seu artigo 2º estipula a apropriação de solos pela administração para **“criação e ampliação de**

espaços verdes urbanos de protecção e recreio” (MHUC, 1976, p.22), bem como a obrigação de cedência “de determinadas áreas destinadas a equipamentos de interesse coletivo” (MHUC, 1976, p.37). O DI 400/84, de 31 de Dezembro, “tendo em vista uma mais vasta celeridade na apreciação de pretensões de diversa complexidade” vai obrigar que nas obras de urbanização se faça “o licenciamento municipal da construção de vias de acesso a veículos e infra-estruturas destinadas a servir conjuntos ou aldeamentos turísticos, quando essas obras sejam de iniciativa privada, ou a parques industriais”, e ainda que se revejam as compensações necessárias à câmara pela realização de obras municipais, bem como a cedência gratuita e obrigatória das áreas para espaços e redes públicos, a ficar estipulados em contrato de urbanização<sup>338</sup>.

***Para todas estas definições legais o punctum saliens das operações de loteamento encontrava-se no fracionamento ou na divisão de prédios para efeitos de construção. Diferentemente, com a entrada em vigor do RJUE, o loteamento urbano passou a assumir como característica essencial a transformação fundiária (ou recomposição predial), uma vez que passou a integrar, para além das já tradicionais operações de divisão fundiária (que aqui designaremos de loteamento em sentido estrito), também as de emparcelamento e de reparcelamento de prédios para efeitos de edificação urbana, passando, deste modo, a ter um carácter mais abrangente do que até aí havia tido.***

Oliveira, 2015, p.296

---

<sup>338</sup> “Será, pois, em sede de contrato de urbanização que se definirão as obrigações recíprocas da autarquia, do proprietário do terreno e de outras entidades públicas ou privadas que se entenda necessário associar, tendo em vista a prossecução de fins públicos pelos particulares contratantes.” Portugal, Diário da República n.º 301/1984, Série I de 31-12-1984. Este diploma estabelece ainda processos especiais, simples e ordinários, tendo em conta a manutenção das vias existentes e a relação dos lotes com os arruamentos públicos, definindo estas como “as vias de comunicação terrestre destinadas ao trânsito dentro do aglomerado urbano”. Para instruir processos especiais deve constar: estrutura viária e as suas relações com o exterior; zonamento primário, definindo as áreas destinadas à habitação, à indústria, ao comércio, à agricultura, a espaços livres públicos e a outros usos e referindo os principais índices urbanísticos das diferentes zonas, nomeadamente os coeficientes de ocupação do solo; localização e delimitação das áreas destinadas aos equipamentos gerais, incluindo aparcamentos, espaços verdes e outros espaços livres públicos; elementos essenciais das redes de abastecimento de água, de saneamento e de electricidade e indicação da sua viabilidade técnico-económica. Do pedido de aprovação do estudo preliminar da urbanização deve constar, na planta síntese, as parcelas destinadas a: praças, arruamentos, passeios adjacentes, baías de estacionamento de veículos e de paragem de transportes públicos e faixas arborizadas anexas; áreas públicas livres envolventes das edificações destinadas ao movimento e estar de peões; equipamentos públicos, tais como os destinados a educação, saúde, assistência, cultura e desporto, a superfícies verdes para convívio, recreio e lazer e bem assim a parques de estacionamento.

Com a introdução de legislação relativa às operações de loteamento, no qual se considera que as mesmas correspondem a operações urbanísticas, a regulação da propriedade para efeitos de produção de espaço público vai atingir especificamente estas situações, particularmente depois de 1991. É nesse sentido que Oliveira sublinha a diferenciação que os diplomas devem trazer para a figura da operação de loteamento, regido tradicionalmente por normas próprias quanto à dotação de áreas destinadas a espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva, porque **“ao contrário do que sucedeu durante anos, reconhece-se atualmente que os encargos urbanísticos não devem ser exigidos em função da tipologia urbanística em causa”**, uma vez que **“apenas os loteamentos estavam sujeitos a encargos (...) estando todas as restantes deles dispensados”** (Oliveira, 2015, p.299).

Com o Decreto-Lei 448/91, de 29 de Novembro, retoma-se, através do Regime Jurídico dos Loteamentos Urbanos, o conceito de áreas para equipamentos e infraestruturas<sup>339</sup>, seis anos depois do novo regime jurídico das operações de loteamento urbano que revogava o Decreto-Lei n.º 289/73, de 6 de Junho. O artigo 15º<sup>340</sup> daquele diploma destina-se a especificar as áreas dos terrenos para espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas e equipamentos, e o artigo 16º a especificar as cedências afetas ao processo de loteamento. O artigo 18º faz ainda referência à gestão dos espaços verdes e de utilização coletiva, que pode ser confiada a moradores ou grupos de moradores das zonas loteadas e urbanizadas, mediante a celebração de acordos de cooperação ou contratos de concessão do uso privativo do domínio público municipal com a respetiva câmara municipal. É no artigo 45º que se estabelece o dimensionamento destes espaços, a fixar por portaria. Ficava desta forma definido que a obra de urbanização que é implícita na execução do loteamento contempla a criação de espaços públicos para diferentes fins, que se foram reforçando desde 1976.

No ano seguinte, a Portaria 1182/92, de 22 de Dezembro fixa, em conformidade com o regime jurídico dos loteamentos urbanos (RJLU), e em tabela anexa, os parâmetros de dimensionamento das áreas dos espaços verdes e de utilização coletiva, os equipamentos de utilização coletiva e as infraestruturas (divididas entre os arruamentos e o estacionamento),

---

<sup>339</sup> “Uma das grandes preocupações do presente diploma foi proporcionar um conjunto de instrumentos que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações residentes nas urbanizações resultantes de operações de loteamento. Assim, em matéria de espaços verdes e de utilização colectiva integrados no domínio público municipal, prevê-se agora a possibilidade de os moradores terem acesso à gestão de tais espaços, através de mecanismos que poderão ir desde simples acordos de colaboração com as câmaras municipais até à celebração de contratos administrativos de concessão de uso privativo do domínio público municipal. Pretende-se, deste modo, contribuir de uma forma decisiva para que as zonas de recreio e de lazer desempenhem as funções que justificaram a sua criação.” Portugal, Diário da República n.º 275/1991, Série I-A de 1991-11-29.

<sup>340</sup> Ver referências ao artigo 15º, em anexo.

considerando os diferentes usos aí indicados (habitação, comércio, serviços). Na mesma está patente uma noção pouco clarificante de espaços livres, no qual se integra também a de praça:

***Espaços livres, entendidos como espaços que se prestam a uma utilização menos condicionada, a comportamentos espontâneos e a uma estada descontraída por parte da população utente (Lynch, 1990). Inclui, nomeadamente, jardins, equipamentos desportivos a céu-aberto e praças.***

Portugal, DR 294, 1992, p.5897

É de sublinhar que apesar do artigo 16º do RJLU se referir à integração automática no domínio público municipal das áreas de cedência com a emissão do alvará, esta circunstância podia reverter-se, caso houvesse desvio na finalidade ou nem sequer existir se, conforme o número 5, já existirem as ditas infraestruturas e equipamentos. Assim, não fica explícito pelos diplomas, que as áreas a ceder ao domínio público sejam sempre obrigatórias, a acrescentar ao fato de que as áreas para espaços verdes privados constituem partes comuns aos lotes resultantes, conforme número 3 do artigo 15º, que se refere ainda aos artigos 1420º a 1438º do Código Civil. Este é o entendimento de Duarte e outros, conforme Machado, acerca da efetiva materialização destas áreas, dependentes ainda do estabelecido em PMOT. Conforme posição desta autora, consideramos que fica comprometida a realização de espaços públicos novos, que passem a integrar o domínio municipal, e se os PMOT tiverem outro dimensionamento ou nenhum (Machado, 2014). Assim, entende-se que existe um grau de discricionariedade que remete para a subjetividade da operação de loteamento a consideração do dimensionamento das áreas a integrar no domínio público, tendo como única referência a portaria.

Os IGT promulgados pelo Decreto-Lei 380/99 de 22 de Setembro, representam a conjugação dos objetivos que estabelece o RJIGT, na sequência da publicação da Lei de Bases de Ordenamento do Território de 11 de Agosto de 1998. Em 16 Dezembro do ano seguinte, é publicado o RJUE, pelo DI 555/99, no qual se estabelece, no artigo 43º, que os projetos de loteamento devem prever áreas destinadas à implantação de espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos. O artigo seguinte, contudo, esclarece que se não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos no referido prédio, não haverá lugar a qualquer cedência para esses fins, ficando, no entanto, o proprietário obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, em numerário ou em espécie, nos termos definidos em regulamento municipal (RGEU, 2008, p.685).



*Espaços verdes e de utilização colectiva - trata-se de espaços livres, entendidos como espaços exteriores, enquadrados na estrutura verde urbana, que se prestam a uma utilização menos condicionada, a comportamentos espontâneos e a uma estada descontraída por parte da população utente. Inclui, nomeadamente, jardins, equipamentos desportivos a céu aberto e praças, com exclusão dos logradouros privados em moradias uni ou bifamiliares.*

Portugal, DR 44, 2008, p.1372-(5)

Em 2001, a Portaria 1136 de 25 de Setembro vem fixar os parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de **“utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos de utilização colectiva”** (DR 223, 2001, pp.6089-6090), que sete anos mais tarde é substituída pela Portaria 216-B/2008, de 3 de Março.

Nas sucessivas alterações ao RJUE (2001, 2007, 2010) encontra-se a referência da dotação de áreas livres e destinadas a integrar o domínio público no caso respeitante a operações de loteamento, não esclarecendo, contudo, a sua aplicação nas demais operações urbanísticas. Segundo Machado, a Lei 60/2007, de 4 de Setembro **“estabeleceu a possibilidade de, actualmente, as cedências tanto poderem ser feitas para o domínio público como para o domínio privado do município (...)”** (Machado, 2014, p.130), o que implica reconhecer que esta figura das cedências funcione **“como mecanismo de perequação compensatória, concretizando o princípio da justa repartição dos encargos públicos”** (Machado, 2014, p.48). Machado alerta ainda para o fato de as operações de loteamento e as consideradas com impacto similar estarem afetas a encargos que outras operações não têm, criando uma tendência para constituir propriedade horizontal em conjuntos urbanos cuja carga urbana será equivalente ou maior (Machado, 2014, pp.35-36) (Oliveira, 2011, p.265) (Oliveira, 2015, p.299). Esta situação, já anteriormente exposta por Oliveira, traduz-se numa necessidade de condicionar as operações urbanísticas, contemporâneas do RJUE, que nada garante quanto à sua dotação de áreas para produção de espaço público daquelas.

Tipologia de ocupação	Espaços verdes e de utilização colectiva (M)	Equipamentos de utilização colectiva (E)	Infra-estruturas T	
			Arruamentos (Z)	Estacionamento (#)
Habitação.....	25 m <sup>2</sup> /120 m <sup>2</sup> a. b. c. hab. (ou 25 m <sup>2</sup> /fogo no caso de moradias unifami- liares).	35 m <sup>2</sup> /120 m <sup>2</sup> a. b. c. hab. (ou 35 m <sup>2</sup> /fogo no caso de moradias unifami- liares).	Perfil tipo ≥ 9,3 m (*)... Faixa de rodagem = 6,5 m (Ω) [(2,0 m)(×2) est.]... Passeio = 1,4 m (×2).... (¶) [(1,0 m)(×2) árv.] ...	1,5 lugar/120 m <sup>2</sup> a. b. c. hab.
Habitação/comér- cio/serviços.	25 m <sup>2</sup> /120 m <sup>2</sup> a. b. c. hab. 25 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. b. c. com. 25 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. b. c. serv.	35 m <sup>2</sup> /120 m <sup>2</sup> a. b. c. hab. 25 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. b. c. com. 25 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. b. c. serv.	Perfil tipo ≥ 10,5 m (*) Faixa de rodagem = 7,5 m (Ω) [(2,25 m)(×2) est.]... Passeio = 1,5 m (×2).... (¶) [(1,2 m)(×2) árv.] ...	Habitação: Dois lugares/120 m <sup>2</sup> a. b. c. hab.  Comércio: Um lugar/50 m <sup>2</sup> a. b. c. com. para establ. > 200 m <sup>2</sup> e ≤ 1000 m <sup>2</sup> . Um lugar/25 m <sup>2</sup> a. b. c. com. para establ. de 1000 m <sup>2</sup> a 2500 m <sup>2</sup> . Um lugar/15 m <sup>2</sup> a. b. c. com. para establ. > 2500 m <sup>2</sup> .
Serviços e co- mércio (*).	25 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. b. c. com. 25 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. b. c. serv.	25 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. b. c. com. 25 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. b. c. serv.	Perfil tipo ≥ 11,5 m (*) Faixa de rodagem = 8 m (Ω) [(2,50 m)(×2) est.]... Passeio = 1,5 m (×2).... (¶) [(1,2 m)(×2) árv.] ...	Serviços: Três lugares/100 m <sup>2</sup> a. b. c. serv. para establ. ≤ 500 m <sup>2</sup> . Cinco lugares/100 m <sup>2</sup> a. b. c. serv. para establ. > 500 m <sup>2</sup> .  Indústria: Um lugar/150 m <sup>2</sup> a. b. c. ind.
Indústria.....	20 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. b. c. ind.	10 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. b. c. ind.	Perfil tipo ≥ 12 m (*)... Faixa de rodagem = 9 m (Ω) [(2,5 m)(×2) est.]... Passeio = 1,5 m (×2).... (¶) [(1,0 m)(×2) árv.] ...	

Fig. 55 Portaria 1182/92, de 22 de Dezembro.  
Fonte: Portugal, DR 294, 1992, p.5897.

Tipo de ocupação	Espaços verdes e de utilização colectiva	Equipamentos de utilização colectiva	Infra-estruturas — Estacionamento (a)
Habitação em moradia uni-familiar.	28 m <sup>2</sup> /fogo .....	35 m <sup>2</sup> /fogo .....	1 lugar/fogo com a. c. < 120 m <sup>2</sup> . 2 lugares/fogo com a. c. entre 120 m <sup>2</sup> e 300 m <sup>2</sup> . 3 lugares/fogo com a. c. > 300 m <sup>2</sup> . O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público.
Habitação colectiva .....	28 m <sup>2</sup> /120 m <sup>2</sup> a. c. hab. ....	35 m <sup>2</sup> /120 m <sup>2</sup> a. c. hab. ....	Habitação com indicação de tipologia: 1 lugar/fogo T0 e T1; 1,5 lugares/fogo T2 e T3; 2 lugares/fogo T4, T5 e T6; 3 lugares/fogo > T6; O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público.

Tipo de ocupação	Espaços verdes e de utilização colectiva	Equipamentos de utilização colectiva	Infra-estruturas — Estacionamento (a)
			Habitação sem indicação de tipologia: 1 lugar/fogo para a. m. < 90 m <sup>2</sup> ; 1,5 lugares/fogo para a. m. f. entre 90 m <sup>2</sup> e 120 m <sup>2</sup> ; 2 lugares/fogo para a. m. f. entre 120 m <sup>2</sup> e 300 m <sup>2</sup> ; 3 lugares/fogo para a. m. f. > 300 m <sup>2</sup> ; O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público.
Comércio .....	28 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. c. com. ....	25 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. c. com. ....	Comércio: 1 lugar/30 m <sup>2</sup> a. c. com. para establ. < 1000 m <sup>2</sup> a. c.; 1 lugar/25 m <sup>2</sup> a. c. com. para establ. de 1000 m <sup>2</sup> a 2500 m <sup>2</sup> a. c.; 1 lugar/15 m <sup>2</sup> a. c. com. para establ. > 2500 m <sup>2</sup> a. c. e cumulativamente 1 lugar de pesado/200 m <sup>2</sup> a. c. com.
Serviços .....	28 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. c. serv. ....	25 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. c. serv. ....	3 lugares/100 m <sup>2</sup> a. c. serv. para establ. ≤ 500 m <sup>2</sup> . 5 lugares/100 m <sup>2</sup> a. c. serv. para establ. > 500 m <sup>2</sup> . O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 30 % para estacionamento público.
Indústria e ou armazéns ...	23 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. c. ind./armaz.	10 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. c. ind./armaz.	1 lugar/75 m <sup>2</sup> a. c. ind./armaz. Pesados: 1 lugar/500 m <sup>2</sup> a. c. ind./armaz., com um mínimo de 1 lugar/lote (a localizar no interior do lote). O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público.

ANEXO II	
Parâmetros de dimensionamento	
Tipos de ocupação	Infra-estruturas — Arruamentos (b)
Habitação a. c. hab. > 80 % a. c.	Perfil tipo ≥ 9,7 m. Faixa de rodagem=6,5 m. Passeio=1,6 m (×2). Estacionamento=[(2,25 m) (×2)] (opcional). Caldeiras para árvores=[(1,0 m) (×2)] (opcional).
Habitação (se a. c. hab. < 80 %), comércio e ou serviços.	Perfil tipo ≥ 12 m. Faixa de rodagem=7,5 m. Passeios=2,25 m (×2). Estacionamento=[(2,25 m) (×2)] (opcional). Caldeiras para árvores=[(1,0 m) (×2)] (opcional).
Quando exista indústria e ou armazéns.	Perfil tipo ≥ 12,2 m. Faixa de rodagem=9 m. Passeios=1,6 m (×2). Estacionamento=[(2,5 m) (×2)] (opcional). Caldeiras para árvores=[(1,0 m) (×2)] (opcional).

Fig. 56 Portaria 1136/2011, de 25 de Setembro.  
Fonte: Portugal, DR 223, 2001, pp. 6089-6090.

Tipo de ocupação	Espacos verdes e de utilização colectiva	Equipamento de utilização colectiva	Infra-estruturas — Estacionamento (a)
Habitação em moradia unifamiliar . . . .	28 m <sup>2</sup> /fogo	35 m <sup>2</sup> /fogo	1 lugar/fogo com a. c. < 120 m <sup>2</sup> . 2 lugares/fogo com a. c. entre 120 m <sup>2</sup> e 300 m <sup>2</sup> . 3 lugares/fogo com a. c. > 300 m <sup>2</sup> . O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público.
Habitação colectiva . . . . .	28 m <sup>2</sup> /120 m <sup>2</sup> a. c. hab.	35 m <sup>2</sup> /120 m <sup>2</sup> a. c. hab.	Habitação com indicação de tipologia: 1 lugar/fogo T0 e T1; 1,5 lugares/fogo T2 e T3; 2 lugares/fogo T4, T5 e T6; 3 lugares/fogo > T6.  O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público. Habitação sem indicação de tipologia: 1 lugar/fogo para a. m. f. < 90 m <sup>2</sup> ; 1,5 lugares/fogo para a. m. f. entre 90 m <sup>2</sup> e 120 m <sup>2</sup> ; 2 lugares/fogo para a. m. f. entre 120 m <sup>2</sup> e 300 m <sup>2</sup> ; 3 lugares/fogo para a. m. f. > 300 m <sup>2</sup> .  O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público.
Comércio . . . . .	28 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. c. com.	25 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. c. com.	Comércio: 1 lugar/30 m <sup>2</sup> a. c. com. para establ. < 1000 m <sup>2</sup> a. c.; 1 lugar/25 m <sup>2</sup> a. c. com. para establ. de 1000 m <sup>2</sup> a. c. a 2500 m <sup>2</sup> a. c.; 1 lugar/15 m <sup>2</sup> a. c. com. para establ. > 2500 m <sup>2</sup> a. c. e cumulativamente 1 lugar de pesado/200 m <sup>2</sup> a. c. com.
Serviços . . . . .	28 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. c. serv.	25 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. c. serv.	3 lugares/100 m <sup>2</sup> a. c. serv. para establ. ≤ 500 m <sup>2</sup> . 5 lugares/100 m <sup>2</sup> a. c. serv. para establ. > 500 m <sup>2</sup> . O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 30 % para estacionamento público.
Indústria e ou armazéns . . . . .	23 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. c. ind./armaz.	10 m <sup>2</sup> /100 m <sup>2</sup> a. c. ind./armaz.	1 lugar/75 m <sup>2</sup> a. c. ind./armaz. Pesados: 1 lugar/500 m <sup>2</sup> a. c. ind./armaz., com um mínimo de 1 lugar/lote (a localizar no interior do lote). O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público.

Tipos de ocupação	Infra-estruturas — Arruamentos (b)
Habitação a. c. hab. > 80% a. c.	Perfil tipo ≥ 9,7 m. Faixa de rodagem = 6,5 m. Passeio = 1,6 m (× 2). Estacionamento = [(2,5 m) (× 2)] (opcional). Caldeiras para árvores = [(1,0 m) (× 2)] (opcional).
Habitação (se a. c. hab. < 80%), comércio e ou serviços.	Perfil tipo ≥ 12 m. Faixa de rodagem = 7,5 m. Passeios = 2,25 m (× 2). Estacionamento = [(2,25 m) (× 2)] (opcional). Caldeiras para árvores = [(1 m) (× 2)] (opcional).
Quando exista indústria e ou armazéns.	Perfil tipo ≥ 12,2 m. Faixa de rodagem = 9 m. Passeios = 1,6 m (× 2). Estacionamento = [(2,25 m) (× 2)] (opcional). Caldeiras para árvores = [(1 m) (× 2)] (opcional).

Fig. 57 Quadro I e II da Portaria 216-B/2008, de 3 de Março.  
Fonte: Portugal, DR 44, 2008, pp. 1372-(4)-1372-(5).

***Com efeito, e como referimos, a lei admite, no limite, que um loteamento ou operação com impacte similar, ainda que tenha de prever áreas para zonas verdes e de utilização colectiva, infraestruturas e equipamentos, não tenha de as ceder ao município, as quais, embora fiquem sujeitas a um estatuto específico (constante do n.º 4 do artigo 43.º), permanecem propriedade privada. Não deve, assim, confundir-se a existência de parâmetros de dimensionamento das áreas para zonas verdes, infra-estruturas e equipamentos com parâmetros de cedências, já que aqueles parâmetros são cumpridos ainda que as parcelas permaneçam propriedade privada sujeita a um estatuto especial (o do n.º 4 do artigo 43.º do RJUE).***

Oliveira, 2011, p.272

Segundo Oliveira e Machado, as cedências para espaços livres em sede de operações de loteamento inserem-se num quadro específico de gestão urbanística, quando as políticas territoriais devem apontar igualmente para uma conceção de criação desses espaços no território em geral. Assim é determinar evitar confundir, conforme já anteriormente referido, parâmetros de dimensionamento de espaço público em geral (noção alargada ao conjunto de espaços livres, coletivos juridicamente definidos nos diferentes diplomas) com aqueles constantes das áreas de cedência, promovendo a introdução de regras de áreas cedência para lá daquelas, nos respetivos regulamentos municipais (Machado, 2014, p.132).

É também nesse sentido que já a publicação do DI 163/2006, de 8 de Agosto<sup>341</sup> vem promover a noção de acessibilidade universal no espaço público em Portugal, através do estabelecimento de dimensões lineares e angulares apropriadas à circulação autónoma de pessoas com mobilidade reduzida, e que introduz alterações significativas na forma física do espaço público e respetivos espaços de ligação aos edifícios. É no artigo 2º que se define o âmbito de aplicação deste diploma, e que integra entre outros: passeios e outros percursos pedonais pavimentados; espaços de estacionamento marginal à via pública ou em parques de estacionamento público; paragens dos transportes coletivos na via pública; passagens de peões desniveladas, aéreas ou subterrâneas, para travessia de vias férreas, vias rápidas e autoestradas e instalações sanitárias de acesso público.

---

<sup>341</sup> Conforme o próprio diploma, "A matéria das acessibilidades foi já objecto de regulação normativa, através do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, que introduziu normas técnicas, visando a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitectónicas nos edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública." Portugal, DR I série, nº152, 8 de Agosto de 2006.

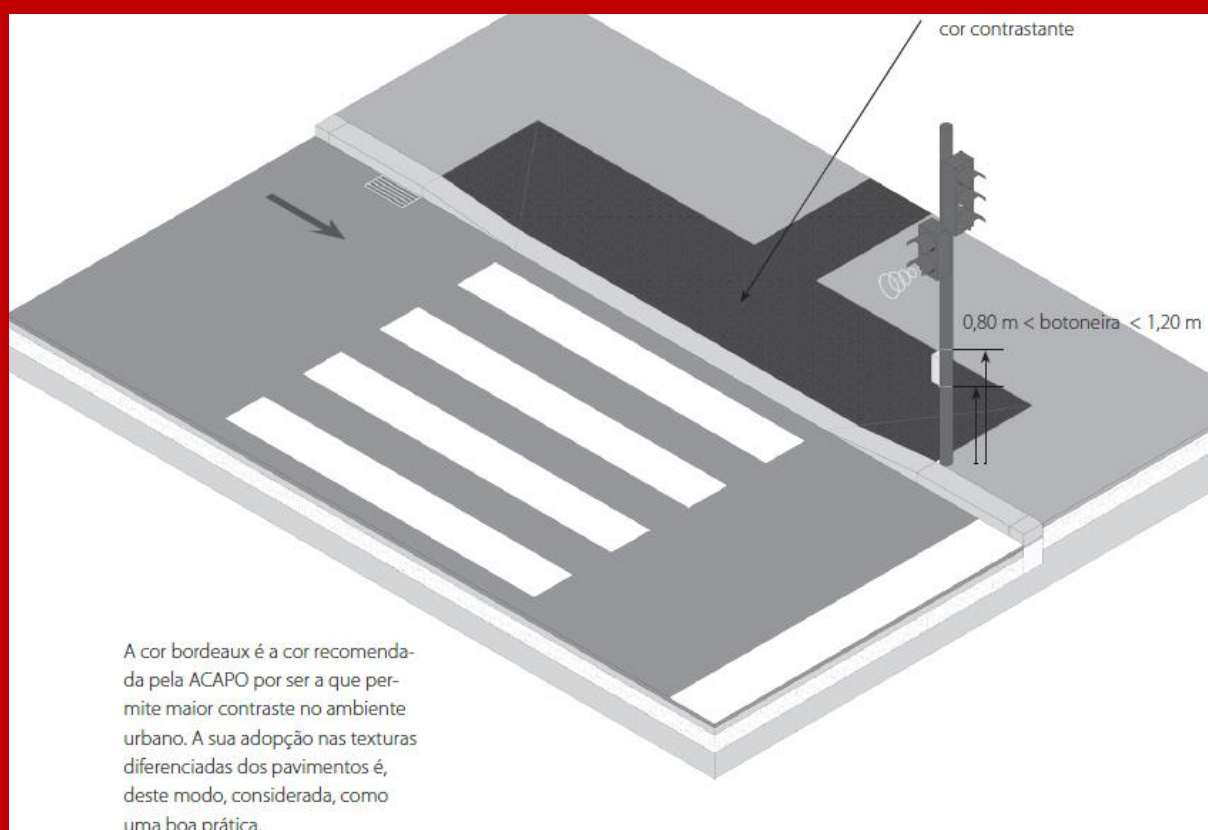


Fig. 58 Guia das acessibilidades e mobilidade, de 2006, publicado pelo Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.  
Fonte: Teles, 2007, p.85.

Em 2014, a Lei 31/2014, de 30 de Maio, revogou a LB POTU pela LBGPPSOTU, introduzindo esta uma maior materialização jurídica relativamente ao espaço público, aos espaços coletivos e de uso público, aos equipamentos coletivos, aos espaços verdes e a outros espaços de utilização coletiva no que se refere ao solo urbano e às operações urbanísticas<sup>342</sup>. Sublinhamos, contudo, que a denominação de espaços públicos surge apenas nos artigos 8º, 14º e 37º, e que os restantes artigos fazem referência a espaços e equipamentos de utilização coletiva, infraestruturas e espaços verdes. Persiste, pois, uma natureza coletiva dos espaços comuns e privados que continuam como propriedade dos prédios que lhes deram origem, sem com isso, e conforme Oliveria, haver lugar a qualquer limitação de uso público desses espaços (Oliveira, 2011, p.16)<sup>343</sup>.

***Entendemos que a opção de alguns municípios que se caracteriza pela não exigência de cedências, preferindo o pagamento de compensações, está a contribuir para que a cidade se feche e não se criem espaços verdes públicos, infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva, os quais contribuem amplamente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.***

Machado, 2014, p.61

É pertinente a posição desta autora quando afirma uma diminuição da produção de espaço público a propósito do desenvolvimento de uma gestão urbanística baseada na liberalização das operações urbanísticas, no final do século XX. A par de um alargamento jurídico no que toca à regulação urbanística do espaço público nas suas diferentes definições nas políticas de ordenamento territorial e nos instrumentos de gestão urbanística coexiste uma ausência de obrigação da sua execução do ponto de vista material. Assim, não sendo suficiente a sua previsão em portaria e em RMUE, coloca-se a questão do papel promotor da AP no

---

<sup>342</sup> Está contemplada nos artigos 2º, 6º, 7º, 8º, 14º, 18º, 19º, 21º, 22º, 23º, 32º, 37º, 43º, 65º, 66º, que se referem, respetivamente: aos fins primeiros da política pública de solos, de ordenamento e de urbanismo, no que toca a promover a acessibilidade; ao direito a aceder ao espaço público, nas suas diferentes conformações; ao dever de todos em usar sem lesa os bens de domínio público; ao dever do estado e das autarquias em garantir a existência de espaços públicos; aos deveres dos proprietários de ceder áreas para espaços públicos, bem como compartilhar na realização de infraestruturas, espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva; à reserva de solo para fins de produção de espaço público; à localização adequada das áreas de cedência obrigatória no que toca à estruturação da propriedade; à transferência de edificabilidade pelos PMOT, à propriedade pública e privada municipal; à celebração de contratos para gestão de espaços de utilização coletiva; à gestão territorial; à elaboração dos PMOT; à aplicação dos instrumentos equitativos.

<sup>343</sup> "Em regra, também, salvo as limitações a prever em diploma, os contratos não podem, sob pena de nulidade dessas cláusulas, proibir o acesso e utilização do espaço concessionado por parte do público. Colocar em causa esta proibição (ainda que admitindo que o uso dos equipamentos e instalações concessionadas possa sofrer alguns condicionamentos, desde logo em termos de pagamento de tarifas) equivale a desvirtuar a qualificação daqueles espaços como sendo públicos, acessíveis, por isso, à fruição por todos os membros da comunidade respectiva." Oliveira, 2011, p.16.

desenvolvimento de propostas com vista à execução, utilizando os IGT em vigor. Atualmente, as unidades de execução apresentam-se como instrumentos de gestão urbanística com capacidade material para a produção de espaço público. A regulação da produção de espaço público atravessou uma consolidação jurídica que reagiu às consequências prejudiciais da liberalização do mercado de solos e imobiliário. É nos atuais instrumentos legais, nomeadamente nos PMOT, que se encontram os parâmetros mínimos instituídos para a transformação do solo, na qual se estabelece nomeadamente uma nova área, e respetiva especialização funcional, pertencente ao espaço público. Contudo, esta situação, segundo vários autores, como Raposo, compreende várias limitações que a própria legislação não observa.

*Alguns municípios, quando não se conseguem efectivar as cedências para o domínio público, apostam na qualificação, plantando árvores nas vias, criando hierarquias viárias e ligações com a envolvente urbana e/ou intervindo em áreas próximas dos territórios de génese ilegal, criando equipamentos e espaços verdes. No caso de Cascais, as intervenções realizadas neste âmbito, após a legalização fundiária, são financiadas pelos proprietários, com o apoio da autarquia, nomeadamente na elaboração dos projectos de especialidade. Em Oeiras, as obras de qualificação, que antecedem a legalização fundiária, são financiadas pela autarquia, responsável pela elaboração dos projectos e pela sua execução.*

Raposo, Pasternak, 2011, p. 157

Temos uma fase primordial de crescente transformação do solo, que seguindo índices urbanísticos se propunha a realizar um determinado desenho de espaço público, o que implicava o cumprimento de um modelo fixo, segundo um “**monopólio da produção urbana**” (Pardal, Lobo, Correia, 2001, p.75). Posteriormente, surge uma fase de figuras jurídicas que acompanham a atuação dos particulares na execução de funções urbanísticas que caberiam ao estado e às autarquias. Finalmente, temos uma outra fase de reintrodução de condicionantes a esta ação, na medida em que se verificou uma diminuição significativa das áreas públicas nos processos de loteamento, por exemplo, bem como uma monofuncionalidade dos espaços criados e uma sobrecarga dos existentes. Com a publicação do PNPOT, em 1998, abre-se pela primeira vez uma lógica de enquadramento nacional das políticas territoriais quanto ao ordenamento e ao urbanismo. A regulação da produção do espaço público, fragmentada em instrumentos jurídicos de planos setoriais e planos municipais e regionais que contribuíram, durante a década de 80 a 90, para realizar a construção de infraestruturas gerais e de mobilidade,



passa a estar contemplada também no âmbito nacional estratégico, ainda que se constituiu-se como uma das preocupações na lei de solos de 1976. A articulação entre a regulação urbanística e as políticas de ordenamento fazem parte do próprio PNPOT, enquadrada no contexto europeu de políticas de base territorial. Apesar deste contexto de elaboração jurídica crescente, a produção de espaço público subsiste nas iniciativas dos particulares, ou quando muito, quando estes estabelecem contratos de urbanização com os municípios para efeitos de execução urbanística dos PMOT. Recentemente, e conforme Ferrão (2011, p.134), estão contempladas atualmente mais ferramentas jurídicas de gestão que podem potenciar a efetividade do planeamento, e que depende da capacidade discricionária de cada município colocá-las ao seu dispor para desenvolver novas áreas de espaço público e espaços coletivos<sup>344</sup>.

***A cidade produto de regulamentos administrativos, aquela em que os corpos teóricos de todas as matérias que constituem o urbanismo e os interesses que se movem em torno dele se sobrepuseram ao espaço e à forma, veio lentamente a impôr-se [sic] perante uma capacidade de defesa e afirmação dos valores do desenho urbano. A cidade regulamentar, esse novo modelo informe, é a causa de uma frustração urbanística generalizada.***

Pardal, Lobo, Correia, 2000, pp. 264-265

A posição, do início do século, destes autores, quanto ao espaço conformado pelo desenho, corresponde a uma crítica à dinâmica setorial e fragmentada que a consolidação jurídica ainda não resolveu hoje. Persiste um “**corte processual, temporal**”, entre o “**construtor e o promotor**”, ou seja, um “**corte entre o acto de conceber e o acto de construir**” (Pardal, Lobo, Correia, 2000, p.267) que coloca em causa a legitimidade da ação da AP perante a mudança paradigmática produção capitalista, baseada na incerteza do mercado. O processo de produção urbana que se instalou com o investimento keynesiano no planeamento territorial, baseado na racionalização dos meios de comunicação, dá lugar a uma complexidade

---

<sup>344</sup> Coloca-se ainda outro nível de responsabilidade mútua entre municípios para a materialização de um espaço público, que tenha consequências complementares e não conflitantes entre a escala local e a escala metropolitana das novas conurbações. É nesse sentido, que apesar de se contemplar do ponto de vista da regulação a autonomia jurídica do espaço público, através da prescrição regulamentar nos PMOT e em regulamentos municipais destinados à produção particular do espaço urbano, torna-se evidente uma contradição estrutural entre a prática particular da produção urbana e a produção de espaço público promovida publicamente. Essa contradição é a da natureza de mercado dos PMOT, especialmente do PDM, que definindo estrategicamente áreas de espaço público, seja pela realização de parques urbanos, seja pela criação ou alargamento de vias, seja pela implementação de uma infraestrutura de transporte coletivo ou pela proteção ambiental, limita-se a exercer um controlo casuístico das operações urbanísticas destinadas à habitação e às atividades socioeconómicas primordiais em determinada região.

de interessados que o ordenamento jurídico permitiu e promove, aumentando os níveis de incerteza em contextos de produção urbana acelerada, anti-económica. Conforme aqueles, a produção urbana traduz uma sociedade de consumo, que se estrutura na individuação do espaço territorial e numa privatização dos usos do solo (Pardal, Lobo, Correia, 2000, p.267).

O recente apelo a uma política pública de ordenamento do território e a uma execução urbanística plena que efetive as intenções dos PMOT, nomeadamente defendida por Ferrão (2011), é contrário ao desenvolvimento da produção urbana direcionada para práticas de economia liberal de solos, ainda que o papel do estado se tenha alterado em favor das dinâmicas do “**spatial planning**” (Ferrão, 2011, p.50), no contexto do crescimento da cultura da governança e “**de uma intervenção reguladora, estratégica, mediadora entre actores com interesses antagónicos e valores distintos e facilitadora dos processos de desenvolvimento**” (Ferrão, 2011, p.58). Contudo, a produção das diferentes categoriais de espaço público está comprometida com cada um destes níveis em níveis distintos de planeamento e de hierarquias administrativas, que vão para lá da urbanização. A produção de determinados tipos de espaço público fica comprometida perante a produção urbana, apesar desta se realizar. Se a existência de determinada dimensão, tipo e morfologia de espaço público interessar a um grupo do ponto de vista da rentabilização da produção urbanística, este poderá vir a ser executado. Caso contrário, se não for entendido esse interesse, a produção de espaço público fica retida na negociação e deixa de pertencer exclusivamente ao âmbito da deliberação política, inclusive porque os instrumentos jurídicos permitem a compensação<sup>345</sup>.

**Coloca-se, pois, a hipótese de as formas de governança em rede, que pressupõem mais troca de informação e conhecimento, promoverem novos modelos de aprendizagem, baseados em modalidades de “soft power” (persuasão, formação de consensos, etc.) que facilitam a transferência de políticas entre diferentes organizações e sistemas políticos e, por essa via, a convergência de culturas e sistemas nacionais.**

Ferrão, 2011, p.95

---

<sup>345</sup> A evolução da regulação territorial, especialmente a urbanística, traduz uma evolução nos objetivos estratégicos para o planeamento territorial que se manifestam direta e indiretamente na evolução da produção do espaço público. E essa manifestação significa uma relativização da execução efetiva do espaço público dentro dos interesses particulares dos grupos que procedem à promoção da produção urbana, em contexto de exercício colaborativo e aberto das funções urbanísticas. Nomeadamente, ainda, porque existem vários níveis territoriais de interesses – locais, regionais, nacionais, europeus, ou seja, autarquias, áreas metropolitanas, estado, instituições bancárias e instituições internacionais civis e políticas.

Apesar de se situar a produção do espaço público nas políticas territoriais como parte do seu âmbito público (Ferrão, 2011, p.55), e de se considerar que o papel do estado neomoderno (Ferrão, 2011, p.65) é o da promoção equitativa e mediadora do planeamento urbanístico e do ordenamento do território, cresce um padrão de processos urbanísticos direcionados para a competição territorial que cercam as necessidades gerais locais relativamente à existência de espaço público, ou, pelo menos, à relação física das intervenções realizadas com o existente ou entre si mesmas. Resulta uma dificuldade permanente de estabelecer prioridades para categorias diferentes de espaço público, que se verifica no incumprimento da regulação destinada a parametrizar índices urbanísticos e perfis de espaço público, quando prevalecem servidões administrativas para efeitos de infraestruturas públicas de outra ordem.

Ainda que Ferrão confie numa conceção **“mais integrada, estratégica, prospetiva e participada”** (Ferrão, 2011, p.62), ao contrário da dita posição (Ferrão, 2011, p.51) das políticas modernas que produziram os primeiros instrumentos jurídicos territoriais e promoveram alterações estruturais na morfologia urbana, e que defenda metodologias de planeamento colaborativas e de compromisso (Ferrão, 2011, p.52), consideramos que existe também uma natureza contraditória no conjunto de instrumentos jurídicos atuais para a produção de espaço público.

Por um lado, a descaracterização ideológica de processos de planeamento atuais, colocando-os num nível técnico, aparentemente neutro, e, onde as estratégias territoriais se apresentam dentro de uma conceção amiga do interesse público, circunscreve-se, contudo, aos atores intervenientes, ainda que se sigam metodologias participativas e se garanta a arbitragem. Ou seja, compreender o que significa integrado, estratégico, prospetivo e participado num contexto de diminuição da promoção pública da execução urbanística, seja por falta de recursos materiais e humanos, seja por alterações políticas, significa colocar em risco os direitos constitucionais à cidade, à habitação, permitindo que os deveres regulamentares de produção do espaço público sejam ignorados e não se considerem numa estratégia de conjunto do espaço público. Espaço público este que não se restringe à circulação, mas inclui zonas de proteção *non aedificandi*.

Por outro lado, a defesa da negação do projeto, na medida em que o mesmo se opõe à dita flexibilidade que é exigida pelo próprio processo de desenvolvimento capitalista da produção urbana, a nosso ver, corresponde a uma permissividade da AP num processo de compromissos que se afastam do interesse público geral. Esta posição não é mais do que a posição do pensamento iluminista quanto à idealização do público como sendo o resultado do

consenso alcançado (Ferrão, 2011, p.48); posição essa influenciada pela afirmação da teoria comunicativa habermasiana e da romantização da esfera pública, num contexto de defesa da democracia participativa e da pluralidade opinativa<sup>346</sup>.

A nosso ver, a evolução do ordenamento jurídico nas políticas de base territorial, que também é sublinhada por Ferrão (Ferrão, 2011, p.53), demonstra por um lado uma descentralização da promoção e execução dos planos e das operações urbanísticas, e, por outro lado, uma abertura do quadro regulamentar e legal para a flexibilização da transformação do solo<sup>347</sup>. Assim, a crítica aos processos de expansão urbana rizomática, passa pela crítica ao desenvolvimento de transformações do solo que produziram solo público desqualificado, fora dos parâmetros considerados necessários ou que o negaram, resultando em dificuldades permanentes na atual utilização física do espaço público, nomeadamente pela circulação, estadia e proteção civil. Acresce os encargos assumidos localmente com áreas de espaço público que não poucas vezes existem para uma utilização esporádica e exclusivista.

***Apesar dos urbanistas procurarem controlar os fenómenos urbanos na sua globalidade, nos modelos liberais de produção de solo, o peso dos actores privados faz com que autores como Marcus Zeft afirmem que o espaço público é, cada vez mais, o único objecto do urbanismo.***

Oliveira in Portas, 2012, p.315

Não serve colocar a questão apenas da natureza pública das operações urbanísticas levadas a cabo por particulares e pela AP, mas simultaneamente a natureza pública dos atos de decisão sobre a conformação do espaço público que dali advém. E nesse sentido, a crítica aqui realizada à regulação urbanística para efeitos de produção de espaço público é a de como devem ser reconsiderados os meios de execução efetiva dos programas territoriais, face à neutralização da liberalização urbanística, que, consideramos nós, representa um novo tipo de condicionamento ideológico e político na transformação do solo.

---

<sup>346</sup> . Conforme Ferrão, sublinhando Tasan-Kok (Ferrão, 2011, p.64), a flexibilidade do processo do planeamento não pode ser usada para fins "meramente oportunistas", mas sim, na promoção de um "estado neomoderno das políticas públicas, em emergência", que se diferencia do anterior estado de direito (Ferrão, 2011, p.65).

<sup>347</sup> Acerca da transferência do exercício da função urbanística para particulares, diz Miranda: "Todavia, a corrente que defende a impossibilidade constitucional da delegação de funções públicas em entidades particulares parece hoje desenquadrada face à complexidade que envolve a satisfação de necessidades colectivas públicas, a qual não pode dispensar a colaboração de sujeitos privados por isso, o debate actual não incide sobre a admissibilidade do exercício privado de funções públicas, mas sobre o âmbito e os limites desse exercício." Miranda, 2012, p.29.

## A DOMINIALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO EM PORTUGAL

*Perde-se o usufruto, na circunstância em  
que se perde a própria propriedade.*<sup>348</sup>

Digesto, 7,4,23 in Carrilho, 2014, p.50

Neste subcapítulo gostaríamos de explicitar os termos em que se inscreve o espaço público no domínio público<sup>349</sup> e de que domínios públicos estamos a falar quando utilizamos a expressão espaço público na contemporaneidade. Abordaremos três pontos essenciais: o objeto da dominialidade pública, os sujeitos públicos (domínio nacional e domínio municipal) e tutelas dominiais atuais e a sua evolução.

A problemática da dominialidade pública é difícil e ainda concebe diversas incertezas. A própria designação espaço público que está patente nos IGT, na LBPPSOTU e ainda nos RMUE (como no caso do de VNG) não está definida em glossário próprio publicado pela DGT, nem publicado por outra instituição académica ou ordem profissional. Nem tão pouco existe uma correlação direta entre o espaço de utilização pública se constituir em pleno no domínio público. Portanto, a utilização do termo espaço público é ampla e apresenta diferentes interpretações ainda que tenda a coincidir com o domínio público territorial e constituir-se como bem dominial público. Como já referimos, espaço público para nós abarca todas as áreas afetadas à propriedade pública da AP.

Compreende-se que a determinação do domínio público territorial acabe por estar relacionada com o contexto das relações materiais, e por isso está enquadrada num processo histórico de contínua atualização do direito, protagonizada por alguns autores mais proeminentes nesta matéria em Portugal, como seja Caetano, Freitas do Amaral, Fernandes e Moniz. Há, pois, uma adequação dos critérios **“que orientam a submissão de determinados bens a um regime específico”** (Moniz, 2006, p.16), o que corresponde a orgânicas institucionais diferentes e variáveis. Por isso, existem diferentes jurisdições públicas que o espaço público trespassa na medida em que a cada categoria pertence uma obrigação de dever e um proveito (do bem) por parte da entidade que é juridicamente responsável, ou seja, do sujeito de direito público.

---

<sup>348</sup> Tradução de Carrilho de: “Amittitur usus fructus, cum etiam ipsa proprietas eo casu amittatur. Carrilho, 2010, p.50.

<sup>349</sup> Na utilização da expressão domínio público, dominialidade e de bens dominiais públicos referimo-nos exclusivamente ao solo, não considerando todos os outros tipos de bem que também se integram no domínio público pela lei.

Quanto à noção de restrição de utilidade pública, esta distingue-se da de servidão administrativa. Por restrição de utilidade pública deve entender-se toda e qualquer limitação sobre o uso, ocupação e transformação do solo que impede o proprietário de beneficiar do seu direito de propriedade pleno, sem depender de qualquer acto administrativo uma vez que decorre directamente da lei. Na actualidade, são diversas as restrições de utilidade pública que podem surgir ao direito de propriedade, impostas pelas mais variadas razões e visando a protecção de interesses colectivos.

DGOTDU, 2011, p.12

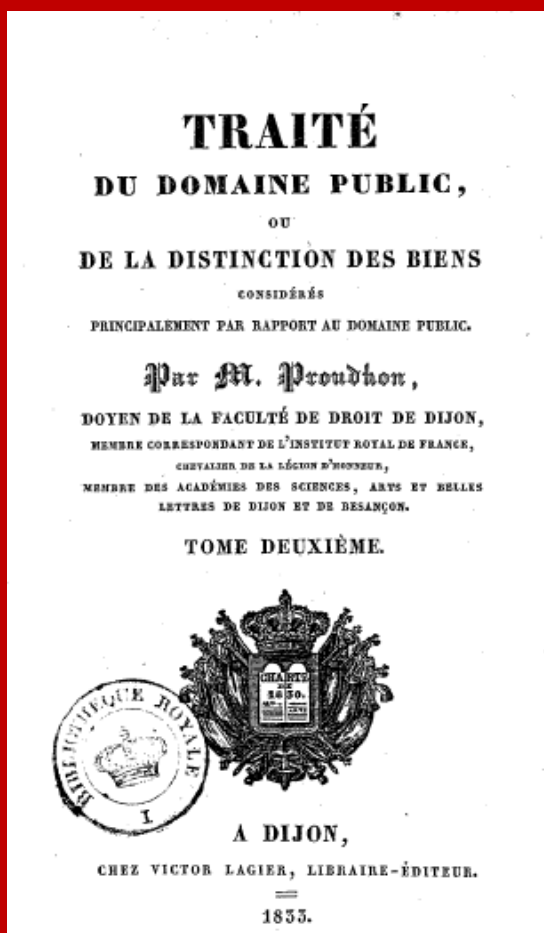


Fig. 59 Capa do "Tratado do domínio público", de Jean-Baptiste-Victor Proudhon (1758-1838), publicado em 1833.

Fonte: Gallica, *Traité du domaine public, ou De la distinction des biens considérés principalement par rapport au domaine public / par M. Proudhon,.... 1833-1834.* In <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5789175r/f8.item.r=espaces%20publics>, em 31 de Julho de 2017.

O atual regime das servidões e restrições de utilidade pública, publicado em 1988, 1995, 1999 e 2006 considera estar afetos o domínio público hídrico, os recursos geológicos, os recursos agrícolas e florestais, os recursos ecológicos, o património edificado, os equipamentos, as infraestruturas e as atividades perigosas. No fundo, as limitações sobre propriedade privada que coloquem em causa a natureza pública do acesso aos recursos materiais e necessários à vida humana e à soberania nacional. Segundo Condesso, as restrições e servidões são regidas pelo direito público. Existem algumas relacionadas com as operações urbanísticas e outras que **“visam a protecção especial de bens ou suas utilidades”** (Condesso, p.353). O regime de servidão de áreas de controlo urbano é constituído por decreto, em cada sede de distrito. Os imóveis de interesse público bem como os monumentos nacionais estão igualmente afetos a uma servidão com perímetro de 50 metros, sendo que qualquer operação urbanística que exija licença obriga a parecer do IPPAR. Já os edifícios públicos também podem ser afetos a medidas de proteção que limitem as operações urbanísticas particulares.

Segundo Alves e Carvalho, **“o conjunto das coisas e direitos públicos pertencentes à Administração formam o domínio público”** (Alves, 2010, p.2). Nesse sentido, **“as coisas públicas são também denominadas bens de domínio público”** (Alves, 2010, p.2). Segundo estes autores também estão incluídos no domínio público os direitos da AP sobre coisas particulares, nomeadamente as servidões administrativas. Alves e Carvalho defendem ainda que existem dois níveis de dominialidade – uma garantida pela lei e pela constituição e outra garantida pela lei ordinária, o que significa que as **“coisas consagradas como públicas pela Constituição ficam desde logo mais protegidas que aquelas que são consagradas pelas leis ordinárias, pois não podem, como estas, ser privatizadas pela simples lei ordinária.”** (Alves, 2010, p.2). É o caso do domínio aéreo e marítimo, que por exercício de soberania, pertencem constitucionalmente ao estado, conforme artigo 5º da CRP, e, ainda, artigo 80º, que se refere **“à propriedade pública dos recursos naturais e de meios de produção”**, de acordo com o interesse coletivo (CRP, 2015, p.37).

***o conjunto de coisas que, pertencendo a uma pessoa colectiva de direito público de população e território, são submetidas por lei, dado o fim de utilidade pública a que se encontram afectadas, a um regime jurídico especial caracterizado fundamentalmente pela sua incomerciabilidade, em ordem a preservar a produção dessa utilidade pública.***<sup>350</sup>

Fernandes, 1991, p. 166

---

<sup>350</sup> Definição de domínio público no Dicionário Jurídico da Administração Pública, publicado em 1991, por José Pedro Fernandes.

*a verdade é que ainda hoje persistem algumas questões relacionadas com a apropriação de espaços.*

Moniz, 2006, p.102

Assim, qual é o critério da dominialidade pública para o território? A dificuldade da dominialidade começa com a dificuldade da definição da coisa, ou do objeto afeto à dominialidade. E essa definição está dependente da realidade da coisa ou de uma determinação sobre os limites da coisa, bem como das suas características. Segundo Moniz é objeto de dominialidade o que careça de personalidade jurídica, que seja um bem, que possa ter suscetibilidade de submissão na sua totalidade, mensurável e fisicamente delimitável (Moniz, 2006, p.108). Acresce ainda os critérios da universalidade (artigo 206º do CC) e de publicidade. O critério para determinar a natureza pública da dominialidade é o da utilidade pública, na medida em que esta significa **“a satisfação das necessidades colectivas”**, apoiando-se Moniz na posição de Marcelo Caetano (Moniz, 2006, p.158).

Por outro lado, para Alves e Carvalho existem dois critérios de classificação preconizados por Caetano e Fernandes. O sustentado por Caetano considera os bens naturais e os que são construídos pela ação do Homem, dividindo-os em domínio público natural e domínio público artificial. Fernandes defende o critério da utilidade pública produzida pela coisa, da funcionalidade, ou seja, que na generalidade das legislações estão enquadradas no domínio da circulação e de defesa nacional, no domínio militar e no domínio cultural.

Ainda segundo Moniz, não existindo uma lei que determine quais os bens sujeitos ao domínio público pertencentes a cada uma das entidades, **“haverá que obedecer às indicações normativas vigentes no momento”** (Moniz, 2006, p.123). Nesse sentido, existem dois diplomas essenciais que servem de sustentação à determinação da dominialidade – a já referida CRP e o DL 477/80, de 15 de Outubro, que cria o inventário geral do património do Estado.

*No estado actual da questão, a identificação das coisas integrantes do domínio público é estabelecida por contraposição aos bens pertencentes ao domínio privado (indisponível e disponível) das pessoas colectivas públicas.*

Moniz, 2006, p.158

Moniz, adotando a perspectiva de Fernandes, sem, contudo, deixar de salientar que esta não é **“isenta de crítica”** (Moniz, 2006, p.167), considera a identificação da coisa pública no interesse da utilidade pública e da função. Ainda a este respeito, a autora sublinha que **“a identificação do critério da dominialidade pressupõe que tomemos a noção de coisa pública numa aceção objectiva”** (Moniz, 2006, p.280). Quer isto dizer que, um bem é



público porque fornece uma utilidade à coletividade pública. Por outro lado, mesmo dentro da propriedade de bens públicos e privados de entidades públicas é difícil estabelecer uma diferença, na medida em que a autora considera que ambas estão ao serviço do interesse público. Expondo a argumentação de outros autores, Moniz coloca a questão de se justificar precisamente aquela diferenciação numa eventual dominialidade dupla, na medida em que a dominialidade se colocaria numa difícil distinção do âmbito da propriedade pública, mais ainda quando sobre o domínio privado dos particulares também se exercem obrigações de direito público. Assim, podemos identificar dois âmbitos de dominialidade por parte de entidades públicas, que são a dos bens públicos e a dos bens privados dessas entidades. Podemos ainda identificar que a determinação da dominialidade está relacionada com a titularidade do bem público a cada uma das entidades públicas. Finalmente, devemos lembrar que o território do estado não se confunde com os terrenos sobre os quais este detém direitos, como é o caso dos pertencentes ao domínio público (Moniz, 2006, p.292). Em suma, a dominialidade pressupõe a apropriação para efeitos de proveito, e no caso da dominialidade pública, para efeitos de manutenção material do usufruto público coletivo<sup>351</sup>.

***Igualmente neste sentido aponta o Autor quando refere que é justamente a característica da raridade (de bens indispensáveis à satisfação daquele tipo de necessidades) que conduz a que determinadas coisas sejam apropriadas pela Administração, enquanto modo de assegurar a respectiva utilização colectiva.***

Moniz citando Moreira, "Do Domínio Público...", 2006, p.94

No que toca às limitações com a propriedade privada, Moniz destaca a dominialidade pública como algo **"integralmente modelado pelo direito público"**, e, por isso, não afeta a **"termos privatísticos"**, uma vez mais, porque se trata da defesa do bem perante o comércio jurídico<sup>352</sup>. O espaço público corresponde a uma parte dessa dominialidade pública que diz respeito à propriedade e à utilização pública do espaço geográfico.

---

<sup>351</sup> Ver referência a Domínio Público, em anexo. Já quanto à sobreposição do domínio público com a propriedade pública, resistem algumas posições conflituantes que não nos é oportuno abordar, uma vez que implica colocar em perspetiva os conceitos de *proprietas* e *dominium* no ordenamento jurídico atual, bem como da sobreposição do limite do direito público e do direito privado. A esse respeito, Moniz acrescenta ainda a sobreposição da dominialidade com o conceito de soberania e com o de propriedade pública (Moniz, 2006, p.328).

<sup>352</sup> "No fundo e sem surpresa, a distinção entre dominialidade e limitações (de direito público) à propriedade privada relaciona-se com as especificidades dos poderes (exclusivos e excludentes, como já observámos) exercidos pela Administração sobre os bens, poderes esses que intentam subtrair a coisa ao comércio jurídico privado, objectivo que, em caso algum, intenta o legislador prosseguir quando se circunscreve ao estabelecimento de limitações à propriedade privada." Moniz, 2006, p.338.

não pertencem ao leito ou alveo da corrente, nem estão no domínio publico, se á data da promulgação do código civil não houverem entrado nesse domínio por modo legal.

#### ARTIGO 381.º

São communis as cousas naturaes ou artificiaes, não individualmente apropriadas, das quaes só é permittido tirar proveito, guardados os regulamentos administrativos, aos individuos comprehendidos em certa circumscripção administrativa ou que fazem parte de certa corporação publica. Pertencem a esta categoria:

1.º Os terrenos baldios, municipaes e parochiaes:

2.º As correntes de agua, não navegaveis nem fluctuaveis que, atravessando terrenos municipaes ou parochiaes, ou predios particulares, vão lançar-se no mar em algumas curtas de navegavel ou fluctuavel, os lagos ou lagoas sitos em terrenos municipaes ou parochiaes, e os reservatorios, fontes ou poços construidos á custa dos concelhos ou parochias.

§ 1.º A corrente navegavel, que durante cinco annos consecutivos não servir á navegação, passará á categoria de corrente fluctuavel.

§ 2.º A corrente fluctuavel, que durante cinco annos consecutivos não servir á fluctuação, ficará incluída na categoria das correntes de uso commun.

§ 3.º O leito ou alveo da torrente ou corrente de uso commun, que atravessa um predio particular, ou nelle se ajenta ou nasce, forma parte integrante do dicto predio.

§ 4.º A propriedade do leito ou alveo de qualquer torrente ou corrente de uso commun, que passa entre dous ou mais predios, é attribuida aos mesmos predios com as fluctuações e servidões expressas neste código.

§ 5.º A cada predio pertence por virtude da lei o tracto do leito ou alveo, comprehendido entre a linha marginal e a linha media do dicto leito ou alveo, terminando superior e inferiormente, em relação ao curso da corrente, por duas linhas, caíndo perpendiculares da extremidade da linha marginal do predio sobre a linha media.

§ 6.º Os tractos dos leitos ou alveos das torrentes ou correntes de uso commun, attribuidos aos predios marginaes, ficam sujeitos a todas as servidões, que os regulamentos da policia geral hajam de impor-lhes, para a conservação, desobstrucção e limpeza dos mesmos leitos ou alveos.

§ 7.º Aos lagos naturaes de agua doce, circumdados de predios particulares, ou de predios particulares e terrenos incultos publicos, municipaes ou parochiaes, são applicaveis as

Fig. 60 Artigo 380º do Código Civil de 1867.

Fonte: [www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/.../Codigo-Civil-Portugues-de-1867.pdf](http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/.../Codigo-Civil-Portugues-de-1867.pdf), em 8 de Agosto de 2017.

Se Moniz coloca particularmente a determinação da dominialidade pública pela oposição ao domínio privado, então podemos afirmar que nessa determinação ainda persistem dúvidas quanto ao que pode ser nomeado público do ponto de vista do espaço, ou seja, que espaço pode ser considerado bem ou coisa pública, em situações onde haja cruzamento de utilizações ou titularidades ou confrontação de interesses públicos com igual peso entre si.

*São as ruas do domínio publico, porque fazem parte da viação publica ordinária. E classificadas assim, é incontestavel o direito que o governo tem de superintender na sua construcção, conservação e policia, não enfraquecendo a acção municipal ou cerceando as attribuições das camaras, senão mantendo-as e fortalecendo-as com os auxílios technicos e administrativos da auctoridade central.*

Diário de Lisboa, 13 de Janeiro de 1865, p.98

Conforme Moniz, o domínio público distinguia-se já dos bens patrimoniais da Coroa (Moniz, 2006, p.65), mas foi com o liberalismo que as duas vertentes ganharam definição. O Decreto 65 de 25 de Abril de 1821 determina que todos os bens da Coroa pertencem à nação. Em 1832, Mouzinho declara a extinção de bens da Coroa e estabelece a Administração como o governo doméstico e ainda que a propriedade pública é da nação<sup>353</sup>. E na propriedade pública enquadravam-se os espaços de uso e imprescindivelmente comuns, nomeadamente as ruas, praças, caminhos, fontes públicas, cais, portos e mercados. O domínio público e a propriedade pública, com “**antecedentes históricos (em França e na Alemanha)**” (Moniz, 2006, p.72)<sup>354</sup>, tiveram lugar privilegiado com o Código Civil de 1867. Sob influencia do jurista francês Proudhon<sup>355</sup>, distingue-se o domínio público do domínio privado, sendo que ao primeiro estão afetas duas grandes dimensões para a sua classificação – o uso público e a propriedade pública

<sup>353</sup> “Administrativamente falando, a propriedade é pública, ou constitui os bens dos cidadãos: a propriedade está ligada com a Administração pelo uso, pelos encargos para as despesas públicas, pelos trabalhos públicos, e pelo direito que tem a Nação de se adjudicar a propriedade particular necessária ao bem público, indemnizando o proprietário. A propriedade pública é ou geral, isto é, da nação, ou de certa provincia, comarca ou concelho. A propriedade pública da Nação em geral está a cargo do tesouro Público para ser conservada ou adquirida. A propriedade da provincia, comarca ou concelho está a cargo das respectivas administrações, e compreende os edifícios necessários para os expedientes administrativos e judiciários, e todos os objectos de utilidade comum, os caminhos, as ruas, praças e fontes públicas, cais, portos, mercados, etc., e as contribuições que formam a renda das Municipalidades. Nenhum individuo é proprietário da propriedade comum.; proprietária é a união dos habitantes; ninguém tem posse, todos têm direito de gozar.” Decreto de 16 de Maio de 1832 (Nº23), (Implantação do Sistema Administrativo), p.6.

<sup>354</sup> Segundo Moniz é com Otto Mayer na Alemanha e com Maurice Hauriou que nasce a noção de propriedade pública. O primeiro integra-a no direito administrativo, tendo em perspectiva a utilidade comum ou pública. O segundo, integra-o num direito de propriedade administrativa por oposição ao comércio privado, ainda que se conceba a desafetação. Moniz, 2006.

<sup>355</sup> Jean-Baptiste-Victor Proudhon, 1758-1838.

(Moniz, 2006, p.73), protagonizando a limitação do uso privado sobre determinados bens. O código civil português, de 1867, traduz essa diferenciação das coisas públicas tendo em conta precisamente aquelas duas dimensões, estando expressas no artigo 380º as coisas que se classificam de públicas, nomeadamente os baldios. Depois de 1864, a dominialidade pública das praias, leitos e margens passou a vigorar, integrando os terrenos de propriedade desconhecida. Depois de 1868, o Código Civil exclui do domínio público **“as faces ou rampas, e os capellos dos comoros, valados, tapadas, muros de terra ou de pedra e cimento, erguidos artificialmente sobre a superfície marginal do solo marginal”** (artigo 380º), indicando ainda, no artigo 382º, que as paróquias, estado e municípios são capazes de propriedade privada.

A Constituição de 1933 dedica, pela primeira vez, um conteúdo próprio ao domínio público e privado (artigos 49º a 52º), indicando quais são pertencentes ao domínio do estado<sup>356</sup>. Segundo Moniz, este diploma, aquando da revisão de 1951, faz ainda referência às colónias e províncias ultramarinas como constituindo pessoas coletivas de direito público (Moniz, 2006). Em 1934 o Decreto-lei 23565 classifica os bens do domínio público e privado do Estado para efeito da organização do cadastro, estabelece normas para se fazer a avaliação destes bens, e impõe aos organismos que os têm na sua posse ou superintendência a obrigação de fornecer à Direção Geral da Fazenda Pública os elementos para esse fim<sup>357</sup>.

Em 1961, a referida Lei 2110, estabelece, entre outros já mencionados, a servidão non aedificandi, além de definir no domínio público municipal as estradas, os caminhos municipais e vicinais. Em 1970, o Decreto-lei 468/71, de 5 de Novembro revê, atualiza e unifica o regime jurídico dos terrenos no domínio público hídrico, no qual se incluem os leitos e as margens das águas do mar, correntes de água, lagos e lagoas, de modo a facilitar o seu aproveitamento para as diversos usos de que são economicamente suscetíveis. É no preâmbulo deste diploma que se esclarece **“instaurar uma nova fase na exploração das riquezas contidas no domínio**

---

<sup>356</sup> Os jazigos naturais, as nascentes de águas mineromedicinais e outras riquezas no subsolo, as águas marítimas e leitos, os lagos, as lagoas e cursos de água navegáveis ou flutuáveis (incluindo leitos ou álveos) ou de reconhecível utilidade pública para produção de energia elétrica e para irrigação, as valas abertas pelo estado, as camadas aéreas superiores ao território, as linhas férreas de interesse público, as estradas e caminhos públicos, as zonas territoriais para defesa e quaisquer outros bens sujeitos ao regime do domínio público. O ponto 3º do artigo 49º indica que o estado procede à delimitação dos terrenos propriedade particular que confinem com bens do domínio público.

<sup>357</sup> No artigo 1º define-se que serão alvo de cadastro os bens do domínio público descritos no artigo 49º da CP (1933), as linhas telegráficas e telefónicas, as obras, canalizações e redes de distribuição de energia elétrica, os museus nacionais e as bibliotecas, os palácios nacionais, os monumentos nacionais, as obras de defesa, e principalmente “todos os demais bens que estejam no uso directo e imediato do público, à excepção dos enumerados nos nºs 2º, 3º e 5º do artigo 49º da Constituição” (CP, 1934, p.217). O artigo 5º obriga ainda a que as entidades responsáveis ou com o usufruto desses bens os declarem à Repartição do Património.

**hídrico nacional, atraindo mais intensamente os capitais e impondo critérios mais justos nas suas relações com o Estado”, e que no artigo 17º fica definido que com “o consentimento das entidades competentes, podem parcelas determinadas dos terrenos públicos referidos neste diploma ser destinadas a usos privativos.”**

O Decreto-Lei 449/88 de 10 de Dezembro vem estabelecer quais os setores fechados à introdução de capitais privados, considerando a manutenção da maioria do capital público, nos quais não se encontram refinação de petróleo, petroquímica de base e siderúrgica e ainda a diversas atividades como o serviço de produção e distribuição de gás e energia elétrica para consumo público, os serviços de telecomunicações complementares à rede básica, os transportes aéreos regulares interiores, os transportes ferroviários não explorados em regime de serviço público e os transportes coletivos urbanos de passageiros<sup>358</sup>. É no artigo 84º da atual CRP, depois da revisão de 1989, que se define que os bens territoriais que integram o domínio público da AP são definidos por lei<sup>359</sup>, conforme alínea v) do nº1 do artigo 165º, e que pertencem ao domínio público<sup>360</sup>. Conforme Machete, é neste diploma de 1989 que se elimina **“a proibição da iniciativa privada se desenvolver em outros sectores até aí reservados às pessoas colectivas empresariais de natureza pública e autorizou privatizações”**, permitindo-se a introdução de capitais privados, por exemplo, na distribuição e produção de energia (Machete, 2001, p.1394).

O Decreto-lei 207/94, de 6 de Agosto e o Decreto Regulamentar 23/95 de 23 de Agosto identificam os sistemas públicos de distribuição de águas e de drenagem de águas residuais que no primeiro caso compreendem todos os órgãos de captação e de distribuição de água, até ao limite da propriedade a servir incluindo-se ainda na rede pública os ramais de ligação (CCDRN, 2001). Em 2009, o DI 137 A/2009, de 12 de Junho autoriza a autonomização da atividade do transporte de mercadorias, através da cisão da CP, E.P.E. e constituição da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A..

Pela evolução do direito da dominialidade detetamos que coexistem dificuldades atuais do ordenamento jurídico da dominialidade no que toca à posição doutrinária positivista herdada

---

<sup>358</sup> “Entende, pois, o Governo, no desenvolvimento das orientações constantes do respectivo Programa, que se impõe alterar a lei de delimitação de sectores actualmente em vigor, por forma que a abertura à iniciativa privada de novos sectores de actividade venha também a contribuir para a prossecução, com êxito, dos objectivos de desenvolvimento económico e de modernização do País em que o Governo está particularmente empenhado. Com efeito, a integração de Portugal nas Comunidades Europeias obriga, cada vez mais, a posicionar a economia portuguesa num contexto que excede largamente as fronteiras nacionais.” Decreto-Lei 449/88 de 10 de Dezembro.

<sup>359</sup> Fica reservado à Assembleia da República a matéria do domínio público, bem como a identificação dos bens e regime jurídico. Moniz, 2006, p.120.

<sup>360</sup> Ver referência a CRP, em anexo.

de Marcelo Caetano. Se Machete define quatro períodos temporais para o direito da dominialidade em Portugal (antes 1864, até 1933, depois de 1933 até 1989 e depois de 1989), consideramos que estão relacionados com a transição politico-ideológica sobre a coisa pública em contextos específicos de apropriação dos recursos da produção socioeconómica. Assim, consideramos que a orientação de Machete quanto às necessidades de liberalização do mercado concorrencial e propositiva da contratualização pública, para efeitos de uso privativo do domínio público, coincide com a natureza meramente reguladora do estado em detrimento da natureza conservadora, restritiva e proibitiva precedente.

De forma semelhante, a posição de Moniz, expressa na citação, apresenta uma tendência discricionária na atuação da Administração (Moniz, 2006, p.155) para o que deve ser hoje classificado nos domínios públicos e privados das entidades públicas, bem como o que pode ser alvo de titularidade e desafetação<sup>361</sup>. Moniz considera, nesse sentido, uma tendência doutrinal contemporânea para a compatibilização dos usos privativos do domínio público, tendo em conta que não se coloca em causa nem a finalidade funcional ou teleológica da coisa, nem o uso comum, e que a titularidade daquele uso contém um benefício de que a Administração aufere (Moniz, 2006, p.460). Há, pois, uma conformação teórica no sentido da privatização temporária e titulada do domínio público que defende que **“as utilizações privativas concorrem para a valorização económica do domínio público e participam do desenvolvimento geral”** (Moniz, 2006, p.455) e que coloca em questão as **“possibilidades de rentabilização e exploração económica”** (Moniz, 2006, p.444). Assim, relativamente à dominialidade é pertinente abordar que se estabelece atualmente uma diferença entre titularidade e execução de direitos dominiais públicos. Quer isto dizer que a dominialidade pública, tendo em conta a figura da gestão, pode conter a delegação da gestão a entidades privadas com obrigação legal de sujeitarem a administração desses bens à prossecução do interesse público, nomeadamente tendo em conta as relações internacionais e a integração no âmbito jurídico nacional das orientações e diretivas europeias<sup>362</sup>.

---

<sup>361</sup> “Por outras palavras, a afetação pela entidade administrativa pressupõe que a coisa possua utilidades diversificadas e que, perante a previsão legal de um tipo (aberto) de bens como sujeitos ao domínio público em que a mesma se revela suscetível de ser incluída, se conclua que pertence à entidade administrativa decidir acerca do melhor destino daquela coisa para a prossecução do interesse público. Assim, v.g. quando a Constituição e a lei ordinária dispõem que integram o domínio público as estradas, o legislador concede que seja a Administração a decidir, movida por considerações de oportunidade e conveniência para o interesse público, de entre os espaços em que é possível transitar, quais deles que não-de considerar-se abertos ao uso colectivo, sendo certo que, por outro lado, a partir desse momento, apenas estes beneficiarão impreterivelmente de um regime jurídico-administrativo, visto para a aplicação do estatuto da dominialidade se revelar imprescindível que os bens em causa estejam a exercer a função (pública) em virtude da qual tal estatuto lhes é outorgado.” Moniz, 2006, p.155.

<sup>362</sup> Ver referência a Lei da Água, em anexo.

***A compreensão do instituto da dominialidade como destinado à adequada prossecução de uma função pública permite justamente uma sua flexibilização em termos de regime jurídico.***

Moniz, 2006, p.549

Finalmente, a evolução da dominialidade pública traduz uma alteração na natureza do exercício da propriedade, que coloca hoje, mais do que antes, nas mãos dos particulares a prossecução do interesse público quando está em causa a concessão da gestão do domínio público. Assim, apesar da garantia administrativa do cumprimento da finalidade pública, reveste-se de especial complexidade e controvérsia o conjunto de atribuições e responsabilidades que tanto à administração como aos privados cabe fazer cumprir, nomeadamente tendo em conta que **“a concessão de uso privativo gera um direito de natureza pública para o particular”** (Moniz, 2006, p.475). Nesse sentido, compreendemos que a dominialidade permanece pública, e que **“ao concessionário é conferido pela Administração um direito pessoal de gozo (público)”** (Moniz, 2006, p.477).

Esta questão é particularmente relevante no que toca ao reconhecimento do espaço público na dominialidade, uma vez que as mutações doutrinárias do direito da dominialidade caminharam no sentido da separação da propriedade relativamente à gestão, desde que garantida a imperturbabilidade do gozo do bem (Moniz, 2006, p.479). Afastando-se da posição oitocentista de natureza policial sobre a propriedade pública, a AP concebe a natureza da exploração dominial pública, apoiando-se **“nos mecanismos de defesa”** contra uma **“atuação ou inércia da Administração que faça perigar a função pública”** (Moniz, 2006, p.507). Para o efeito, constituem esses mecanismos de defesa a própria administração e os tribunais. Em síntese, que a estratégia afeta ao domínio público seja a da rentabilização económica. Ou seja, é preponderante que a questão da propriedade não torne impeditiva a concretização de explorações económicas, em contexto de liberalização, se estas estiverem de acordo e forem compatíveis com o interesse público no que toca à dominialidade do território. Concebemos que esta seja também uma justificação para que na evolução teórica e prática da dominialidade não se configure nenhum significado jurídico definitivo de espaço público, deixando à discricionariedade das entidades públicas a sua mesma identificação, apesar da densificação do corpo jurídico **“em matéria de garantia dos bens integrantes do domínio público”** (Moniz, 2006, p.506).

Em suma, não conhecemos uma definição definitiva de espaços públicos ou espaço público, ainda que estas duas expressões surjam 51 vezes no Regulamento do PDM de VNG.

No regulamento municipal de espaços verdes, publicado em 2010, o artigo 4º define que **“são espaços verdes públicos aqueles que estejam instalados em terrenos do domínio público municipal, das freguesias ou de outra entidade pública, e onde o acesso não seja limitado por qualquer forma”**. Já o Projeto de alteração ao regulamento municipal de defesa da paisagem, publicidade e ocupação de espaço público, publicado em DR 86/2013, Série II, de 6 de Maio, define que é espaço público **“todo o espaço que integra o Domínio Público, incluindo o subsolo, solo e espaço aéreo, nomeadamente, passeios, avenidas, alamedas, ruas, praças, caminhos, pontes, viadutos, parques, jardins, lagos, fontes e galerias”**.

Assim, se apresenta dúvida<sup>363</sup> uma definição de espaço público como todo o espaço coincidente com a dominialidade pública se considerarmos, à semelhança de Moniz, que nos traz a definição de caminho público de Varela e Pires de Lima, uma vez que **“constitui característica do caminho público a susceptibilidade de ser utilizado por um conjunto indeterminado e indeterminável de pessoas”** (Moniz, 2006, p.234). Para efeitos de planeamento territorial, é um espaço livre maioritariamente integrado pela dominialidade pública, que também coincide com o espaço de utilização do público em geral, apesar da possibilidade de essa utilização ser eventualmente afeta a ações, levadas a cabo exclusivamente pelas entidades públicas, de limitação, condicionamento, concessão ou pontualmente negada, com causas e efeitos de interesse comum. Excluem-se desta definição os espaços encerrados e privados de uso público, uma vez que, a exemplo dos centros comerciais, recai uma possibilidade legal de acesso restrito. O mesmo se passa com os espaços livres condominiais.

Seja pelo critério da finalidade pública, seja pela titularidade, o espaço público encontra uma primeira sustentação jurídica pela dominialidade pública, ainda que não seja definitiva uma definição absoluta de espaço público, ou que aquela sustentação seja total da natureza pública dos espaços públicos. Dessa forma, entendemos que se recorra à expressão coletivos (Portas, Domingues, Cabral, 2003, p.104), ainda que, a par da de espaços públicos, também não se encontra definida em glossário, salvo no que se refere a espaços urbanos e espaços verdes.

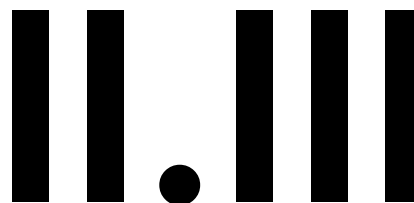
Podemos considerar ainda que o espaço público integra áreas afetas ao domínio público cuja consagração pertence a quem constitui a institucionalização desse regime e está dependente dos grupos politicamente dominantes<sup>364</sup>, sendo que em contexto da especialização de funções, a dominialidade do espaço torna-se uma questão estrutural no quadro jurídico.

---

<sup>363</sup> Ver referência a Dominialidade, em anexo.

<sup>364</sup> Se para Moniz a dominialidade “identifica um estatuto jurídico de uma coisa” (Moniz, 2006, p.287), o que implica a conformação pela constituição e pela lei, e conforme a mesma, a qualificação de bens afetos do regime jurídico do domínio público está “dependente de critérios de oportunidade e conveniência política” (Moniz, 2006, p.288).





ESPAÇO PÚBLICO NA GESTÃO URBANA

*Existem, assim, várias lógicas, distintas, de perspectivar a gestão urbanística, sendo que, em função de cada uma delas, se apresentam como prioritários diferentes instrumentos postos à disposição da Administração municipal.*

Oliveira, 2011, p.3

*Apenas uma visão estratégica da cidade permitirá identificar as relações de causalidade mais relevantes e, conseqüentemente, definir as opções prioritárias para a sua gestão.*

Ferrão in Portas, 2003, p.224

*O segundo problema, o da adaptatividade dos níveis e técnicas da regulação – nestes casos, da regulamentação – haverá que separar, privilegiar e experimentar os elementos mais estruturantes – ou, dito de forma mais clara, o traçado da infra-estrutura e do espaço coletivo e os limites ecológicos – traçados que são determinantes para outras ocupações a licenciar (estas mais sensíveis à conjuntura), ou que são articuladas na hora certa quando em presença de externalidades significativas a contratualizar.*

Portas, 2012, p.80

*Uma das maiores dificuldades da gestão urbanística, neste quadro de geração de iniciativas e orquestração das respostas dos agentes privados, é assegurar a coerência de conteúdos, doses e tempos destas três formas de intervenção dos poderes públicos.*

Viegas in Portas, 2003, p.270

*Um roteiro para a gestão não é um conjunto de receitas mágicas para assegurar a construção ou conservação de uma identidade. Será um método de “agendamento”, de negociação de interesse e motivações, em que a avaliação dos meios e dos resultados não se faz no tempo curto, nos efeitos “espectaculares” ou “milagrosos” de um espaço subitamente intérprete de vontade colectiva. Pelo contrário, é mais sábio e prudente encarar esta agenda, este roteiro, como um processo discreto, de tecer uma responsabilidade social sobre o espaço público, entendido como lugar da representação e da interacção, como construção da urbanidade.*

Brandão em DGOTDU, 2011, p.33

## **GESTÃO URBANÍSTICA DO ESPAÇO PÚBLICO NO PARADIGMA DA GOVERNANÇA TERRITORIAL**

*As duas linhas de debate anteriormente expostas (cultura político-institucional e administrativo-organizacional) focam as potencialidades decorrentes da aplicação das teorias da democracia deliberativa e do planeamento comunicativo ou colaborativo à missão dos especialistas em ordenamento do território, no primeiro caso, e dos serviços públicos, no segundo. Esta terceira linha de debate foca a sua atenção nos valores e na iniciativa dos cidadãos em geral. Nos três casos, contudo, é o mesmo desafio que se coloca: a transformação dos processos colaborativos de ordenamento do território em novas formas de governança. Envolvendo cidadãos, membros da administração e outros actores e grupos de interesse relevantes para o assunto em debate, o ordenamento do território colaborativo estimula mecanismos de partilha de conhecimento, aprendizagem social e capacitação cívica e institucional, proporcionando resultados certamente superiores, do ponto de vista qualitativo, aos dos processos formais de consulta pública previstos na legislação em vigor.*

Ferrão, 2011, p.73

Neste subcapítulo, procuramos estabelecer quais os mecanismos e instrumentos de gestão territorial existentes para a transformação do solo, bem como de que forma a execução urbanística está diretamente relacionada com a produção do espaço público.

Primeiro, concebemos o desenvolvimento do ordenamento jurídico nas políticas territoriais como parte de uma reforma transnacional da orgânica institucional pública que se materializa em formas de governança. Posteriormente, teremos uma abordagem às noções da gestão urbanística, no que toca aos IGT e à questão da programação financeira na execução urbanística em Portugal. Fazemos referência ao conjunto de teorias de âmbito territorial que estão hoje a problematizar a relação da qualidade de vida urbana com o espaço público, nomeadamente na perspetiva do crescimento urbano e do desenvolvimento territorial, tomando as novas referências no planeamento da gestão urbanística no contexto da privatização de funções públicas da administração.

*Os Estados-Membros subscrevem assim, pela primeira vez e como resultado de um processo intergovernamental informal, baseado na construção de consensos, uma perspectiva integrada e uma estratégia comum de desenvolvimento espacial para o espaço comunitário. Embora não vinculativa, esta decisão vai legitimar o estabelecimento de uma agenda discursiva que influenciará significativamente as opções e prioridades tomadas neste domínio pelos Estados-Membros e pela União.*

Ferrão, 2010, p.81

## 1. DESENVOLVIMENTO ESPACIAL POLICÊNTRICO E NOVA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO

- Desenvolvimento espacial policêntrico e equilibrado na União Europeia
- Cidades e regiões urbanas dinâmicas, atractivas e competitivas
- Desenvolvimento endógeno, diversidade e bom funcionamento dos espaços rurais
- Parceria cidade-campo

## 2. EQUIDADE DE ACESSO ÀS INFRA-ESTRUTURAS E AO CONHECIMENTO

- Uma intervenção integrada visando uma melhor ligação às redes de transportes e um melhor acesso ao saber
- Desenvolvimento policêntrico: um conceito para uma melhor acessibilidade
- Utilização eficaz e durável das infra-estruturas
- Difusão da inovação e do saber

## 3. GESTÃO PRUDENTE DA NATUREZA E DO PATRIMÓNIO CULTURAL

- Natureza e património cultural, factores de desenvolvimento
- Preservação e valorização da natureza
- Gestão do recurso água: um desafio prioritário para o desenvolvimento espacial
- Gestão criativa das paisagens culturais
- Gestão criativa do património cultural

Fig.61 Quadro 1. EDEC — Princípios Directores, publicado por Ferrão em "Ordenamento do território: 25 anos de aprendizagem".

Fonte: Ferrão, 2010, p.81.

Neste tópico são-nos particularmente determinantes publicações de Carvalho, Oliveira, Portas, Pardal, Lobo, Borja, Castells, Domingues, Lourenço, Fadigas, Rocha, Porto, Telles, Ferrão, Faludi, Moura e Sá, Oliveira, Carvalho. Entre estes autores encontramos a consolidação e a crítica multidisciplinar de um paradigma de planeamento e ordenamento do território que vem abordar as políticas públicas como um meio processual para cumprir com uma **“place-making agenda”** (Ferrão, 2011, p.39)<sup>365</sup>.

Do ponto de vista do planeamento territorial, as políticas territoriais contemporâneas traduzem-se na forma de governo que se apoia em noções de estratégia, flexibilidade e coordenação. Ou seja, e a nosso ver, e conforme outros autores (Harvey 2011) (1989 b), (Arantes, 2002), (Allmendinger e Twedwr, 1998), (Lojkine, 1981), uma destituição política das práticas de decisão sobre a transformação territorial, transferidas para modelos de participação e gestão pública que encaram o interesse público **“não como o agregado dos interesses individuais, mas como interesse comum dos cidadãos”** (Rocha, 2011, p.29) e onde, apesar de tudo, se considera que todo o **“planeamento é, portanto, um processo negociado entre partes afetadas”** (Friedmann, 1989, p.76)<sup>366</sup>.

Através de Friedmann, as noções de sociedade civil (Friedmann, 2002, p.112) e de espaço público sob a perspetiva filosófica de Arendt (Friedmann, 1989), (Friedmann, 2002) são retomadas na problematização do processo de planeamento. Para este autor, o planeamento deve construir uma teoria do planeamento contemporânea, repescando a noção aristotélica de polis e de relação do conhecimento com a moral, para levar a cabo um novo paradigma do planeamento e do papel do planeador numa sociedade relativizada. Uma filosofia do planeamento depois do que entende este autor como o fim da filosofia (Friedmann, 1989, p.74). O espaço público de debate reaparece para justificar uma conceção neo-humanista do planeamento, baseada na formalização da opinião e num novo empirismo que pretende reagir ao positivismo moderno e a uma nova vertente pragmática que lhe é coeva. Ou seja, retoma-se a natureza humanista do espaço público, especialmente pela revalorização da informação e do livre acesso aos atos da administração, o que, segundo Guillet, corresponde a um **“pressuposto da liberdade”** (Borja, 1987, p.211)<sup>367</sup>.

---

<sup>365</sup> “Por isso o planeamento terá de ser cada vez mais processual e estratégico, mais participado e responsabilizador.” Ferrão em Portas, 2003, p.225.

<sup>366</sup> Tradução da autora de: “All effective planning is therefore a negotiated process among affected parties who have different values, concerns, and interests at stake”. Friedmann, 1989, p.76.

<sup>367</sup> Para esta conceção, contribui a teoria de ação comunicativa de Habermas, referência recorrente de Friedmann (1987) e de Healey (1997, p.266), sobre a qual este autor sustenta a necessidade de diálogo como prática democrática e de forma cívica de empoderamento de grupos diversificados com interesses próprios, que se consolidam em crescentes movimentos de pressão e reivindicação. A visão habermasiana da esfera pública, renovada no final do século XX, como parte de uma

As perspetivas da sociedade do pluralismo e da advocacia de Davidoff (Faludi, 1984, p.285) e igualmente considerada de Habermas, revela uma análise naturalizada da sociedade dividida apenas por grupos de estilos de vida, diferenciados pela cultura e pela linguagem, ou seja, pela constituição identitária, tendencialmente apolítica. No caso específico do planeamento, vem construir uma geração de planeadores que defende tanto uma redefinição discursiva e jurídica dos processos de planeamento em favor da abertura destes aos cidadãos locais (Healey, 1997, p.304) (Healey, 2003)<sup>368</sup>, (Ferrão, 2003), como pela adoção de uma perspetiva de mercado da administração junto dos “consumidores de serviços públicos” (Rocha, 2011, p.62). A par deste discurso, convergente na participação pública, acresce uma abordagem cognitiva, fundada na pedagogia sobre a produção urbana e a democracia deliberativa (Ferrão, 2004, p.114)<sup>369</sup>.

*Assim, vê-se que a racionalidade voltou a estar na moda. Mas no contexto das mudanças introduzidas durante a década de 1980, a visão do "bem público" no planeamento foi moldada em formas de suporte ao mercado. À medida que as demandas de um maior investimento público no planeamento crescem a partir dos níveis de base, a UE e Nações Unidas e fontes académicas, a prática de planeamento vem sendo empurrada para procedimentos e o planeamento administrativo não é a única área onde houve uma maior mercantilização e centralização.*<sup>370</sup>

Allmendinger, 2001, p.119

Se o planeamento, refere Faludi, sofre um reposicionamento no final do século XX, especialmente durante toda a década de noventa, equivalente a outros serviços públicos(Healey, 1982, p.81), para Allmendinger não é mais do que um paradoxo do funcionamento racionalista

---

recuperação do programa moderno da sociedade iluminista, relativiza as condições materiais de cada indivíduo, dando primazia à razão comunicativa como pressuposto das relações.

<sup>368</sup> Sublinhando as suas influências teóricas, Healey refere-se, além de Habermas, a Giddens, na medida em que através deste reconsiderou os processos de realização da instrumentalização do poder no que toca ao planeamento territorial. Coexistem diferentes fontes de posicionamento teórico para Healey que lhe permitem identificar a prática da crítica discursiva e das relações de influência no planeamento territorial tornado governança. Na complexidade dos atores constituídos em organizações sem fins lucrativos, grupos políticos e indivíduos com enquadramentos sociais diferentes, Healey alude à necessidade de o processo de planeamento ser interativo e realizar o reconhecimento da multiplicidade social, das diferentes racionalidades e práticas que resultam em contextos de planeamento dispersos e difusos. (Healey, 2003, p.107).

<sup>369</sup> Ver referência a Ferrão, em anexo.

<sup>370</sup> Tradução da autora de: “Thus, rationality can be seen to be back in vogue. But in the hinterland of changes introduced during the 1980s the “public good” basis for planning has been re-cast in a market supportive form. As demands for greater public investment in planning grow from grass-roots levels, the EU and United Nations (e.g., Local Agenda 21) and academic sources (Healey, 1997, inter alia), planning practice is being pushed into procedures and administration planning are not the only areas where there has been an increased commodification and centralisation.” Allmendinger, 2001, p.119.

dentro de um mundo pós-moderno (Allmendinger, 2001, p.112) que, entre outros, reclamava uma nova preocupação pelo ambiente, contra o trabalho desenvolvido pelos planeadores, durante as décadas de 50 e 60. Allmendinger sublinha a utilização de conceitos como **“planeamento comunicativo”, “argumentativo”, “de debate”, “discurso inclusivo” e “planeamento colaborativo”** como resultado da influência habermasiana na filosofia do planeamento, que acompanhou a transformação discursiva do planeamento em prol do jargão económico e da gestão, segundo modelos previsionais que sustentam cientificamente a decisão política (Allmendinger, 2001, p.94). Por outro lado, Allmendinger enquadra este processo num contexto de legitimação do planeamento, que a nosso ver revela uma reação à moralização da opinião subjetiva e à deslegitimação da ciência na pós-modernidade, especialmente quando afirma que em muitas formas, **“o planeamento colaborativo é a antítese da abordagem pós-moderna”** (Allmendinger, 2001, p.190)<sup>371</sup>. Ou seja, e conforme Ferrão, Allmendinger **“classifica estas perspetivas como neomodernas, no sentido em que, distanciando-se das teorias pós-modernas mas radicais,”** procuram conciliar uma visão democrática com o entendimento dos **“microprocessos de poder, conflito, decisão e acção”** (Ferrão, 2011, p.70).

*Cito isto porque é sintomático da reorientação das posturas das governanças urbanas adotadas nas últimas décadas nos países capitalistas avançados. Em outras palavras, a abordagem “administrativa”, tão característica da década de 1960, deu lugar a formas de ação iniciadoras e “empreendedoras” nas décadas de 1970 e 1980. Nos anos recentes, em particular, parece haver um consenso geral emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento económico. Digno de nota é que esse consenso, aparentemente, difunde-se nas fronteiras nacionais e mesmo nos partidos políticos e nas ideologias.*

Harvey, 2005, p.167

Harvey, no final da década de oitenta, sublinha que o discurso sobre o planeamento se torna transversalmente consensual, especialmente no que toca a descentralizar a administração para os poderes locais, que aquele vê como forma de estabelecer uma nova capacidade institucional para **“controlar os fluxos financeiros das empresas multinacionais”** (Harvey, 2005, p.168), num contexto de transição de acumulação capitalista para um regime que Harvey

---

<sup>371</sup> Tradução da autora de: “Collaborative planning in many ways is the antithesis of a postmodern approach.” Allmendinger, 2011, p.190.

denomina de “**acumulação flexível**” (Harvey, 2005, p.169). A propósito, Montaña reforça este conceito de Harvey, o qual traduz três aspetos significativos da globalização e desregulação da produção que são a subcontratação, a terceirização e a externalização do trabalho (Montaña, 2014, p.3716) promovendo a informalidade das relações socioeconómicas ao nível jurídico.

Conforme Borja, a descentralização também faz parte de um processo de democratização (Borja, 1987, p.27), de crise de representação política, conforme a orgânica dos estados ocidentais se dilui com a diluição das relações económicas sem fronteiras territoriais. A competição no mercado livre exige a proximidade aos cidadãos, que deixando de ser utentes, passam a ser clientes dos serviços que agora são produtos de escolha e consumo livres, atuando para decidir sobre o que lhes convém ser produzido e consumido. A par de uma construção ideológica a favor do indivíduo como elemento estrutural das relações socioeconómicas, a democracia local ganha representação por, e conforme Castells, o município ser “**o instrumento de gestão mais diretamente ligado à realidade quotidiana de uma sociedade local**” (Borja, 1987, p.54). O planeamento moderno é colocado em causa, tanto pelas suas consequências na área do ambiente, como pelo fato de não apresentar eficácia na sua efetivação. Mas que efetivação é esta? É possível, conforme afirma Correia e Oliveira, existir planeamento, sem existir execução? (Correia, 1993, pp.64-65) (Oliveira, 2011). Ou, por outro lado, qual o papel da gestão urbana, perante a reforma transversal no planeamento e nas instituições dedicadas a este, num contexto de mercado do solo livre?

*As cidades forçadas a entrar na esfera da competição dos investimentos entre diferentes cidades adoptam frequentemente um estilo empresarial de gestão, com visões de curto prazo, e sobretudo objectivos ditados por aspectos financeiros, bem diferentes daqueles tradicionalmente associados à actividade dos poderes públicos locais, cuja função principal era a promoção do interesse público. Isto exprime-se, por exemplo, pelo desenvolvimento de numerosos partenariados público/privado, por um nítido compromisso com as abordagens e técnicas de “marketing” urbano ou pela procura de investimentos promocionais. Isto conduz, por vezes, os poderes públicos locais a negligenciar a participação do público nas políticas de urbanismo estratégico. Insuficiências da democracia poderão então emergir nas cidades que se apoiarem demasiado no sector privado para distribuir os benefícios sociais do desenvolvimento.*<sup>372</sup>

CEU, 2003

---

<sup>372</sup> Acerca da Nova Carta de Atenas de 2003 e d’ “A visão do conselho europeu de urbanistas sobre as cidades do século XXI”.



A introdução da noção de planeamento espacial vem reagir às limitações metodológicas e operativas, que os instrumentos de planeamento enfrentaram no final do século XX, generalizadamente na Europa, especialmente pelas diferenças nas culturas de planeamento e ordenamento do território (Ferrão, 2011, p.38) (Friedmann, 1989, p.78) (Friedmann, 2003), bem como pela reação **“à existência do Estado centralizado”** (Borja, 1987, p.24). No sentido de favorecer a integração de políticas territoriais setoriais e fazer corresponder estratégias locais com as internacionais, tanto através da consonância concetual (homogeneização de definições e campos de ação) como das metodologias de análise e previsão, o ordenamento do território em Portugal traduziu, com algum atraso, a naturalização da teoria do planeamento colaborativo (Healey, 1997)<sup>373</sup> e da **“profissionalização da gestão”** (Rocha, 2011, p.54). No caso português, Rocha destaca ainda que o discurso oficial é de que a **“reforma da Administração Pública visa solucionar o problema orçamental”** (Rocha, 2011, p.155).

A convergência internacional de políticas públicas territoriais é sublinhada por Ferrão, no que se refere à integração discursiva, à construção de visões espaciais partilhadas e a práticas colaborativas. Segundo este autor, **“o Programa ESPON, criado no final de 2004, tem constituído uma plataforma particularmente eficaz para o desenvolvimento destes três mecanismos de difusão”** (Ferrão, 2011, p.75). Esta concertação de formas de planeamento, linguagem e objetivos comuns corresponde a uma institucionalização de um ordenamento territorial europeu que visa estabelecer coerências nas estratégias e intervenções relacionadas com o reforço da coesão territorial, através de competitividade e da integração regional comum, que se verifica, por exemplo, na construção de uma Agenda Territorial da União Europeia. Revela-se, desta forma, que a narrativa territorial ganha espaço no debate das políticas europeias, constituindo-se como um novo argumento estrutural para as relações entre membros, mas que, pela inexistência de um conhecimento comparativo das novas formas de governança, **“não parece, portanto, ter condições para se transformar numa metanarrativa unificadora do projecto europeu”** (Ferrão, 2011, p.80).

***Nesta perspectiva que tem vindo a ganhar expressão desde a década de 90 do século passado, o ordenamento do território é crescentemente encarado como uma forma de***

---

<sup>373</sup> Conforme Healey, “os planos de desenvolvimento, e especialmente, os planos estratégicos de “estrutura”, introduzidos em 1968 não seriam mais planos espaciais. Ao invés, tornaram-se declarações de princípios políticos e normas regulamentares para orientar o processo de desenvolvimento do território e da propriedade do solo.” Traduzido pela autora de: “Development plans, and especially the strategic ‘structure’ plans introduced in 1968, were no longer spatial blueprints. Instead, they had become statements of policy principles and regulatory norms to guide land and property development processes.” Healey, 1997, p.102.

***governança, considerada particularmente adequada à complexidade e pluralidade de actores, interesses e valores presentes nas sociedades ditas pós-modernas.***

Ferrão, 2011, p.39

Conforme Ferrão, sustentado essencialmente por Healey<sup>374</sup>, Friedmann (2002)<sup>375</sup> e Faludi (Healey, 1982)<sup>376</sup>, assiste-se a uma relativização dos interesses, tomados como individuais, numa conjuntura ideológica que é favorável a acordo dos cidadãos entre si e a administração, onde **“o interesse público deixa de ser uma noção “quase eterna”, definida por lei, sendo frequentemente objecto de negociação”** (Ferrão, 2011, p.49). Ora, remete-se para um novo nível de entendimento a separação dos processos socioeconómicos que determinam polarizações e organizam a produção urbana, dos processos políticos de decisão legitimada pelas populações através da eleição de programas ideológicos, tratando-os como domínios independentes, que se opera dentro de uma renovação do objetivo comum, do novo interesse público negociado no momento do jogo do mercado e do poder (Allmendinger, 2001, p.97). Para Allmendinger, a introdução, no caso britânico, do programa Carta do Cidadão, traduz precisamente o novo modo administrativo de avaliação e objetivação dos serviços públicos com enquadramento orientado para o mercado (Allmendinger, 2001, p.118).

***Tewdwr-Jones and Harris (1998) fazem uma distinção entre o período anterior a 1990 no planeamento se referenciar em políticas e o posterior em procedimentos.***<sup>377</sup>

Allmendinger, 2011, p.118

Se, segundo Ferrão, **“falar de gestão urbana significa perceber em que medida é possível e desejável intervir nesse sistema complexo de relações.”** (Portas, 2003, p.223)<sup>378</sup>,

---

<sup>374</sup> Ver referência a Healey, em anexo.

<sup>375</sup> Para Friedmann, a manifestação subjetiva das necessidades de cada no seu quotidiano é uma conquista particular da democracia local no final do século XX. Dessa forma, reforça a capacidade de mobilização política e cívica em favor da consolidação de campos específicos de educação e inovação no planeamento regional, como sejam a habitação, os transportes, equipamentos coletivos, desenho urbano. Friedmann, 2002, p.153. Ver referência a Friedmann, em nexos.

<sup>376</sup> Em 2012, Faludi sublinha a definição alargada de governança de Healey, na qual cabem todos os intervenientes no processo de planeamento territorial. Conforme o próprio: “Governance thus refers to all processes influencing societal decision-making.” (Faludi, 2012, p.199)

<sup>377</sup> Traduzido pela autora de: “Tewdwr-Jones and Harris (1998) make a distinction between the pre-1990 changes to planning as being concerned with policies, while the post-1990 changes concerned procedures.” Allmendinger, 2001, p.118.

<sup>378</sup> “Neste caso, é a conjugação da cidade das redes e da cidade cosmopolita que permite avaliar os aspectos de acessibilidade, mobilidade e conectividade não apenas como factores imprescindíveis a um funcionamento eficiente da cidade, mas também como condições para partilhar informação e conhecimentos, e capacitar pessoas e organizações. Se a paisagem constitui um bom barómetro da saúde da cidade e a democracia um excelente revelador da sua vitalidade, então a abertura aos outros reflecte, sem dúvida, o potencial de criatividade e inovação que cada aglomeração urbana possui.” Ferrão em Portas, 2003, p.223.

não fica claro qual o papel do planeamento como política pública num contexto de destituição material das instituições públicas àquele dedicadas, de agenciamento de várias funções institucionais relacionadas com a gestão urbana e ainda do exercício da função urbanística por particulares (Miranda, 2012). Acrescentamos ainda, e conforme o autor, que apresentar o mote de que **“uma conceção keynesiana de estado”** seja substituída por uma **“visão mais schumpeteriana da acção pública”** (Portas, 2003, p.225), no que toca às políticas territoriais, ou seja, promover o empreendedorismo como prática primordial e pautada pelo cumprimento de objetivos. O que numa captura de meios próprios para a promoção urbana, representa uma dificuldade, senão mesmo uma impossibilidade, tendo em conta o contexto urbano que o próprio caracteriza em decadência, carente de um estado-providência e determinado pela concorrência interurbana.

Primeiro, porque o posicionamento dos diferentes agentes e intervenientes na produção urbana que é conhecidamente, à partida, estrategicamente diferente, eventualmente contraditório e incompatível. Segundo, porque o desenvolvimento económico sustentado pela valorização tecnológica e pela inovação corresponde a fatores de diferenciação que se alimentam de relações especulativas com base nas diferenças geográficas, para o qual o ordenamento pode contribuir negativamente. Terceiro, porque a participação<sup>379</sup> no processo de planeamento não garante por si só que não haja uma predominância de outros fatores, nomeadamente financeiros, para privilegiar determinadas operações urbanísticas em detrimento de outras, apesar da sua pertinência (social, cultural ou ambiental) no ordenamento territorial. Assim, torna-se antinómico considerar que na pluralidade das relações abertas e participadas não prevaleça, apesar da participação, apesar da enumeração de opiniões, conforme Viegas define, **“bem articuladas sobre temas complexos”** (Portas, 2003, p.264), uma tendência para que a execução urbanística se efetue em função do maior peso político, económico e financeiro.

***A visão holística do funcionamento da cidade tem, pois, de encontrar tradução em sistemas cruciais para a sua gestão. De facto, a única maneira de, tirando partido dos grandes valores urbanos, imprimir inteligência e sustentabilidade aos três ingredientes básicos da cidade é através da configuração de sistemas de governança e de financiamento adequados. (...)***

Ferrão em Portas, 2003, p.224

---

<sup>379</sup> Ver referência a Crespo, em anexo.

A propósito do desenvolvimento de instrumentos de execução, a teoria do planeamento apresenta uma posição liberal que se adequa às necessidades da produção urbana protagonizadas pela iniciativa privada e pela promoção local reconsiderada como mais um ator com interesses particulares. Conforme Montaña, o estado é tido como mais um participante, agora esvaziado da sua natureza formativa que é o confronto de posições ideológicas acerca dos modos de produção socioeconómica, instrumentalizando a sociedade civil que renasce como conceito operativo (Montaña, 2014, p.514).

*O neo-urbanismo apoia-se numa atitude mais reflexiva, adaptada a uma sociedade complexa e a um futuro incerto. [...] É ao mesmo tempo estratégico, pragmático e oportunista. [...] O projecto é igualmente um instrumento de análise e de negociação. [...] Desta forma, o neo-urbanismo revoluciona as antigas cronologias que encadeavam o diagnóstico, a identificação das necessidades e elaboração eventual de cenários, a programação, o projecto, a realização e a gestão. O neo-urbanismo substitui esta linearidade por elementos heurísticos, iterativos, incrementais e recorrentes, ou seja, por actos que servem ao mesmo tempo para elaborar a testar hipóteses, através de realizações parciais que modificam o projecto e tornam possíveis procedimentos mais cautelosos e duradouros através de avaliações que pressupõem feedback e que traduzem eventualmente pela redefinição de elementos estratégicos. A gestão urbana estratégica não é, portanto, um urbanismo aligeirado e de ideias frágeis; encontra-se no oposto das teses espontaneístas, dos postulados do caos criativo, das ideologias simplistas do predomínio do mercado. Pelo contrário, ela procura explorar os acontecimentos e as forças mais diversas de forma positiva em relação com os seus objetivos estratégicos.*

Acher, 2012, pp. 80-81

No início do século, para Ascher, o novo paradigma no planeamento passa pela valorização estratégica dos estados da coisa territorial, segundo uma atitude reflexiva, aceitando as novas formas urbanas e territoriais, ou seja, **“organizar da forma mais urbana e ecológica possível estes modos de habitat e de trabalho”** (Ascher, 2012, p.160). Ascher é um dos defensores pioneiros do paradigma da governança, entendendo-a como meio mais democrático de planeamento. Para Ascher, o planeamento deve cumprir objetivos, avaliar o desempenho (Ascher, 2012, p.81) e constituir-se na gestão urbana, tomando a realidade urbana pela sua complexidade e dimensão. Queremos dizer que Ascher, numa posição pragmática sobre a real

condição da produção urbana contemporânea se coloca a favor da revalorização do processo, da governança como modo de atuação. Entendemos que essa posição, por ir de encontro a uma naturalização desse estado da coisa, limita-se a prescrever uma formulação igualmente abstrata como solução para gerir o espaço da hipermodernidade e da metápolis. Ou seja, colocar a problemática do planeamento da produção urbana contemporânea precisamente nos novos princípios e compromissos urbanos que destaca numa das suas mais conhecidas publicações, sem com isso produzir uma crítica do porquê desta emergência de um paradigma novo no urbanismo. Consideramos que o seu contributo reside precisamente na consolidação de uma nova forma de agir perante um contexto de crescente desigualdade social, cultural, ambiental, sem, contudo, exercer uma relação entre todos os dados que apresenta e, que, por isso, determinam formas de gestão que se afastam da orgânica político-institucional anterior.

Contra esta perspetiva, para Harvey, a questão da gestão urbana surge dentro deste esquema teórico e prático do planeamento que se forma no discurso da **“política de coalizão”** (Harvey, 2005, p.171), e não do da tradicional luta de classes, onde as formas institucionais democráticas se travestem de atores coordenadores dos interesses e dos empreendedores locais e regionais. Se a descentralização também nasce de uma pretensão socialista, defendida especialmente pelas forças políticas de esquerda, vai tornar-se um dos mecanismos institucionais de reestruturação da produção urbana capitalista, uma vez que vai colocar, particularmente, sob esta formação local, a pressão do desenvolvimento de estratégias de financiamento, que passam pela competição em setores diferenciadores e a criação de uma imagem de mercado da cidade ou da conurbação (Domingues, 2017), (Harvey, 2014), (Arantes, 2002), (Ferrão, 2011), (Portas, 2003). A problemática da regionalização, considerada já na Constituição Portuguesa de 1976, constitui outra evidência da **“incapacidade desse modelo [Estado centralizado onnipresente] dar resposta aos novos desafios que a sociedade portuguesa enfrenta”** (Fadigas, 2015, p.158).

***Descentralização é, muitas vezes, uma ótima estratégia para manter o controlo centralizado.***<sup>380</sup>

Harvey, 2014, p.49

A concorrência interurbana e a promoção do território como fontes de rendimento para investidores conformam a retórica de legitimação do destino dos orçamentos e de receitas municipais, bem como da localização de determinadas operações urbanísticas que capitalizam

---

<sup>380</sup> Tradução da autora de: “Decentralisation is in any case often an optimal strategy for maintaining centralised control.” Harvey, 2014, p.49.

determinadas áreas, fachadas e espaços públicos, ignorando outras áreas urbanas e periféricas. Conforme Harvey, em 1989, **“o novo empreendedorismo urbano se apoia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento económico, por meio da construção especulativa”**, sem, contudo, promover a melhorias das condições materiais de determinado território (Harvey, 2005, p.174). A revalorização do meio urbano e dos centros administrativos antigos dá-se pelo investimento nos espaços públicos que sofreram uma diminuição funcional, exclusivamente nestas zonas, dado o fato de as atividades socioeconómicas terciárias e secundárias se fundarem noutras áreas territoriais com características formais que permitem dinâmicas de mobilidade maior, por exemplo, ou porque encontram terrenos mais baratos para se instalar, ou ainda, por apoios de concelhos vizinhos<sup>381</sup>.

*Por empreendedorismo urbano, entendo o padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, grupos comunitários, ONGs etc.) e interesses privados (empresariais e individuais), formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou outro.*

Harvey, 2005, p.230

O desenvolvimento de grandes programas de intervenção urbana, com natureza territorial, constitui uma oportunidade de investimento para o capital financeiro, patrocinado pela banca, orquestrado<sup>382</sup> pelos estados e municípios, que no final do século XX apresenta uma nova sobreacumulação, a par de um maior endividamento e dependência financeira dos estados. Conforme Harvey, referindo-se às novas formações de produção do imperialismo neoliberal, especialmente até à crise de 1997, o desenvolvimento de novos meios tecnológicos físicos e digitais permitiram, a custas dos estados e da sua orgânica instalada no território, **“oferecer um clima positivo aos negócios”**, e contribuir para promover **“o tipo de mobilidade geográfica do capital produtivo no qual o capital financeiro crescentemente hipervolátil podia se alimentar”** (Harvey, 2004, p.60). Em 2014, Harvey sublinha que a relação contraditória da

---

<sup>381</sup> Conforme Portas, “tornou-se lugar comum a hipótese de que o investimento na renovação do Espaço Público tem efeitos positivo – para além da própria funcionalidade – sobre a reanimação económica rua a rua, o cálculo das vantagens por parte dos “actores” em presença, na sua auto-estima e na própria imagem da administração local. Exemplos como a Expo'98, o Porto 2001, o programa Polis, etc., seguem essa hipótese.” Portas, 2003, p.103.

<sup>382</sup> “Eis o que frequentemente são máquinas de crescimento urbano em todas as partes: a orquestração da dinâmica do processo de investimento e a provisão de investimentos públicos chave, no lugar e tempos certos, para fomentar o êxito na competição interurbana e inter-regional.” Harvey, 2005, p.231.

produção-realização se manifesta na crescente gentrificação, cujas cidades com maior população e expansão de ocupação se veem a par com a procura de áreas mais suscetíveis de produzir mais-valia, mesmo que isso implique destruir ou reabilitar as formas existentes e provocar deslocalizações das populações (Harvey, 2014, p.83)<sup>383</sup>.

***São estas as consequências que vão levar ao aparecimento do modelo de governação em que, sem voltar ao modelo weberiano, o Estado tem que assumir a definição das prioridades e utilizar o utensílio orçamental como forma de exercer algum controlo em ordem a priorizar o interesse público. Mas para além das consequências em termos de fragmentação e desagregação do serviço público, não há evidência de que o modelo da agenciação seja mais eficiente.***

Rocha, 2011, p.86

A própria desmaterialização funcional dos estados ocidentais, nas suas instituições, e a construção de uma nova organização de poder e forças políticas internacionais, como sejam a União Europeia ou G20 (Harvey, 2014, p159), a par de um novo managerialismo e agencialismo municipal, correspondem a uma resposta de reconfiguração do capital num novo sistema de competição global que se funda na concorrência local entre entidades que se apresentam politicamente neutras. Uma nova superestrutura burocrática, técnica, científica e propagandista que reduza as capacidades económicas dos trabalhadores, que diminua direitos conquistados no esquema jurídico democrático e direcione o investimento para fora da produção, a favor de uma hegemonia monopolista (Harvey, 2014, p.264).

***Em resumo, a missão da governança urbana é atrair fluxos de produção, financeiros e de consumo de alta mobilidade e flexibilidade para o seu espaço.***

***Em resumo, desde o início da década de 1970, não há nada sobre o empreendedorismo urbano que seja antitético à tese relativa à mudança macroeconómica na forma e no estilo do desenvolvimento capitalista.***

Harvey, 2005, pp.180-181

---

<sup>383</sup> A propósito da reconfiguração da gentrificação, em "Capitalismo global e processos de regeneração urbana: homenagem a Neil Smith comentário sobre o colóquio internacional" diz Mendes que "Charnock *et al.*, debruçaram-se sobre as transformações no uso do solo para novas actividades produtivas, desconstruindo o modelo do projecto "Barcelona Smart" como exercício de captura de rendimentos de monopólio, impulsionada pela compulsão de instituições do sector público, entidades financiadoras, proprietários fundiários e promotores imobiliários para a maximização de lucros que exploram todas as oportunidades mediante mobilização da terra como um activo financeiro. Ver referência a Reabilitação Urbana, em anexo.

A gestão urbanística, assente numa nova relação com as políticas territoriais de âmbito internacional, surge dentro de uma reorganização institucional e jurídica que se adequa às pressões económicas e financeiras dos diferentes intervenientes na produção urbana<sup>384</sup>. Como a produção urbana pode e vai constituir novo meio de investimento do capital, a problematização das cidades como espaços vocacionados para a vida local é absorvida como pretexto para **“gerar sinergia suficiente no processo de urbanização, para que se criem e se obtenham rendas monopolistas tanto pelos interesses privados como pelos poderes estatais”** (Harvey, 2005, p.232). Quer isto dizer que a produção urbana constitui um eixo de desenvolvimento territorial local, com apetência global, uma vez que é na circulação de capital que se permite a produção de mais valor (Harvey, 2005, p.71), e que obriga a estabelecer novas relações institucionais e políticas que agilizam essa lógica de desenvolvimento capitalista. Nesta perspetiva, o espaço público surge associado a áreas de mobilidade urbana ou a áreas de valorização de marketing urbano, que ganham relevância para a vida económica e social muito localizada, dentro de uma hierarquia de cidades em concorrência a nível regional. No denominado por Harvey **“nexo estado-finanças”** (Marcuse, 2012, p.271), a produção do espaço público vai constituir uma particularidade transversal na gestão urbanística, desenvolvendo-se em dimensões muito superiores às que existiam, ou seguindo maioritariamente programas de revitalização dos centros antigos. Conforme Harvey, as mudanças no **“movimento molecular do capital estão a colocar pressões até à escala onde o poder pode ser construído”**, e a reterritorializações, como a da União Europeia, são mesmo uma necessidade económica, onde precisamente se assiste a uma mudança de escala da produção de capital escoltada pelos organismos públicos (Harvey, 2014, pp.158-159).

Segundo os próprios instrumentos jurídicos territoriais portugueses, a gestão urbanística reforça-se pela abertura a um paradigma de produção urbana condicionado pela legitimidade de aplicação dos investimentos através da rentabilidade que garantem e pela solidez financeira das instituições públicas, e não apenas na ótica da oferta de serviços administrativos que sejam necessários à melhoria da utilização. Ou seja, a inovação da gestão urbana contemporânea reside mais na procura de um agente financiador, na sua captura e manutenção, assumindo a AP o **“ónus dos custos da produção”** (Harvey, 2005, p.180).

---

<sup>384</sup> Diz Rocha que a “reforma administrativa constitui, pois, um processo de mudança destinado a ajustar as estruturas e o funcionamento administrativo em sintonia com as pressões do ambiente político e social, ultrapassando clivagens e a falta de comunicação nas relações entre cidadãos e a administração” Rocha, 2011, p.137.



Conforme Rankin, em **“Cidades para as pessoas e não para o lucro”**<sup>385</sup>, o planeamento desenvolveu um papel fundamental para legitimar o globalismo, ou seja, a retórica afeta à globalização, adotando ideologias como a da cidade criativa, que foram definitivas para deslocalizar populações pobres das localizações potencialmente favoráveis à dinâmica do capital na produção urbana e na mercadorização da imagem urbana. Noutro contexto, é o que Yiftachel chama de colonização urbana, que se caracteriza pela expansão de interesses dominantes, da exploração e marginalização de certos grupos, da essencialização de identidades e na segregação coerciva (Marcuse, 2012, p.158), que se revelam em contextos geográficos de expansão do capital que não as maiores metrópoles ocidentais.

A gestão urbana, construída na lógica do mercado imobiliário e do investimento financeiro, deixa de se constituir dentro de um processo de controlo e regulação do mercado de solos, para se constituir num processo de liberalização das mais-valias e da proposta de intervenção, tanto no seu projeto como na sua promoção. Este contexto global, que captura as instituições administrativas locais coletivas, desvirtua a natureza do conceito da autonomia local, que se torna liberal, gerencial, e o **“sistema urbano mais vulnerável às incertezas da mudança acelerada”** (Harvey, 2005, p.180). Apesar da salvaguarda normativa da participação e do acesso universal à informação sobre os processos, a gestão urbana encontra diferentes dificuldades para a concretização de novas propostas de intervenção urbana, se não se propuser a desenvolvê-las dentro de um esquema de legitimação política que corresponda aos interesses e direitos constituídos para todos os grupos, locais, imigrantes, residentes, trabalhadores, mulheres, crianças, jovens, estudantes, na mesma medida em que admite a colaboração com promotores com objetivos, maioritariamente, opostos àqueles. A gestão urbana procura legitimar intervenções baseada nos impactos económicos, no número de empregos que cria, mas dissimula a ocupação e uso do solo, a criação de mais-valias apoiadas pela urbanização de iniciativa pública e o aumento das desigualdades territoriais para aqueles que não tendo propriedade de solo, acabam por ser deslocalizados para áreas não dotadas de espaços público, equipamentos e acessibilidade. Assim, entre o direito à cidade constituído como o direito a estar, viver, habitar e usufruir nas várias formas possíveis o espaço urbano subsiste a necessidade de condicionar a produção urbana ao conjunto não apenas dos atores intervenientes, mas da sociedade no seu todo (Harvey, 2012, p.137)<sup>386</sup>.

---

<sup>385</sup> Tradução da autora do título da publicação: “Cities for People, not for profit - Critical Urban Theory and the Right to the City”, de Neil Brenner, de 2011.

<sup>386</sup> A este ponto é particularmente pertinente deixar aqui a questão que Harvey coloca em “Cidades rebeldes”, acerca da mudança de perspetiva sobre a luta de classes se mobilizar na produção urbana

O espaço público na gestão urbana adquire uma importância específica neste contexto, uma vez que é nas suas produção, manutenção e gestão que se revê a posição do estado, dos interesses objetivos dos promotores. Por um lado, apresenta modelos de privatização, direcionados para o consumo e reprodução social em centros comerciais periféricos, condicionado no acesso e na utilização vigiada. Por outro lado, apresenta novas soluções de reabilitação urbana, que promovem determinadas qualidades urbanas do próprio espaço público existente, mas essencialmente relacionadas com a construção de estilos de vida urbanos vocacionados para o consumo e comunicação pública desse consumo, que se limitam a pequenas áreas territoriais procuradas pelo mercado turístico. Assim, os espaços públicos afetos a atividades lucrativas encontram-se sujeitos a uma contradição inerente entre serem atrativos para os consumidores e minimizarem ou prejudicarem a utilização plural dos utilizadores. Entre responderem a funções sectoriais e introduzirem divisões territoriais, que têm impacto nas comunidades que vivem diariamente o espaço público que lhes resta ou que lhes serve na medida da reprodução social mínima.

Nesse sentido, a gestão urbana tem uma responsabilidade demonstrada na transformação do solo, no uso e ocupação, determinando a localização de intervenções no espaço público ou a sua indevida e exclusiva apropriação por apenas parte dos interessados. Além disto, e especialmente em contextos de expansão atual da produção urbana, coexiste uma pressão estatal e local sobre grupos indesejáveis que se caracteriza pela gestão da pobreza através da gestão do consenso social, evitando o confronto político<sup>387</sup> e tornando ilegítimo o discurso da parte do aparelho político que defende aqueles grupos marginalizados ou os habitantes locais, face à pressão do turismo desregulado, à falta de políticas públicas de habitação, a políticas públicas de produção urbana com estratégias alargadas e inclusivas.

---

- "porque não focar antes [a luta anti-capitalista] na cidade, ao invés na fábrica, como lugar primordial de produção de mais-valia? Harvey, 2012, p.129-130.

<sup>387</sup> Neste tema, França e Gomes, no contexto das metrópoles brasileiras, remetem para a gestão urbana a capacidade de enquadrar nos desígnios da liberalização a desresponsabilização das instituições públicas, bem como a privatização de serviços, tornados objetos de economia. A par disso, a cultura serve uma despolitização da sociedade, uma vez que é "Paradoxalmente, a cultura que se busca "ressemantizar" para promover a cidade e os espaços redesenhados aproveita-se do "tradicional" e do "particular" dessa mesma população: faz-se uso de seu "patrimônio cultural", mas dispensa-se a sua presença. A cultura é substituída pela fantasmagoria do simulacro – pela imagem autorreferente, que se cria pela livre arbitrariedade do mercado. É a partir desse registro que se observa a reconfiguração da intervenção social." França, Gomes, 2015, p.2.

## ESPAÇO PÚBLICO NA GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL EM PORTUGAL

*A década de 1985-1995 foi marcada por grandes investimentos públicos em infraestruturação do País, nomeadamente para o alargamento e modernização da rede viária, pela privatização de setores da economia ainda nacionalizados e por um alargamento do papel do mercado na vida económica.*

Fadigas, 2015, p.151

Esclarece-se que a gestão urbana a que nos referimos, e, conforme Oliveira, é a “**execução de planos municipais, nas mais variadas dimensões em que esta tarefa se traduz**” (2015, p.123). A reconfiguração deste sistema de gestão territorial trouxe um conjunto mais articulado de orientações e de normas que afetam diretamente a forma como a execução urbana é realizada localmente, apesar da sua dependência a um contexto de competitividade regional e suprarregional.

No que toca à reconfiguração no ordenamento português, Porto, já em 1995, a propósito da competitividade como desafio no ordenamento do território, coloca em perspetiva a relação do espaço urbano português na rede de produção e serviços internacionais, europeus (Porto, 1996, p.44)<sup>388</sup>. Mais tarde, também Ferrão sublinha a coincidência do espaço económico com a aglomeração urbana<sup>389</sup>, cujas definição e limites se tornam difíceis ou impossíveis de explicitar sem conhecer, consideramos nós, o conceito de produção urbana apresentado por Castells. Assim, a par de uma dependência de políticas externas e estratégias de ordenamento territorial europeias, as políticas territoriais em Portugal, mesmo depois da publicação da LBOTU, “**em pouco alteram o modo de organização, usos e gestão do território**” (Fadigas, 2015, p.160).

---

<sup>388</sup> Nesse sentido, Porto defende a desconcentração de serviços e a descentralização como meios para reforçar a promoção efetiva dos equilíbrios económico-financeiros entre as áreas metropolitanas e as cidades médias ou interiores, estabelecendo uma relação direta entre investimento estatal e municipal nas atividades económicas produtivas e tecnológicas, com a fixação de trabalhadores nas diferentes regiões nacionais. Ou seja, assiste-se a um contexto de desequilíbrio acentuado entre o PIB per capita das populações metropolitanas e as não metropolitanas, que contribui para diminuir a presença no mercado de determinadas áreas territoriais. A par de um crescimento de políticas direcionadas para incrementar a centralidade económica de algumas cidades, nomeadamente através daquilo a que Porto chama de renovação urbana (Porto, 1996, p.58), aumenta uma diferenciação socioeconómica para com outras áreas territoriais ou cidades, que se veem limitadas no acesso aos orçamentos.

<sup>389</sup> “O mapa da economia mundial coincide, cada vez mais, com o arquipélago formado pelas metrópoles e grandes cidades do planeta. E ao nível de cada um dos países são, uma vez mais, as cidades que se constituem como pólos privilegiados de acumulação de recursos estratégicos para o desenvolvimento e como nós de máxima conectividade no seio das redes de fluxos de pessoas, bens, capitais e ideias.” Ferrão em Portas, 2003, p.220.

Fadigas assinala a posição das políticas territoriais nacionais na competitividade entre cidades e regiões, colocando o **“urbanismo como fator de produção”**. Assim, dá-se o direcionamento dos **“investimentos públicos nas infraestruturas regionais e de acessibilidade”** (...) **“aproveitando os afluxos de fundos europeus de desenvolvimento regional”** (Fadigas, 2015, p.161), a par de uma ideologia do ambiente e da reabilitação direccionada para a revitalização de áreas degradadas, da qual a Expo 98 e o Programa Polis<sup>390</sup>, foram exemplo.

***Tal como no passado, mais que as políticas e as práticas do ordenamento do território e do urbanismo foram os investimentos em infraestruturas rodoviárias que mais influenciaram e determinaram a organização e a estruturação territorial e as linhas de força da expansão urbana.***

Fadigas, 2015, p.160

A gestão urbanística ganhou ênfase com uma alteração reformista dos IGT. Em 1987, Correia define que **“a gestão fundiária municipal consiste no conjunto das acções municipais que têm por condição a compatibilização entre a procura de solo e os recursos”** (Correia, 1987, p.20)<sup>391</sup>. Em 1998, Ruivo afirma que **“a gestão é executiva”** (Ruivo, 1998, p.75). Apesar da distância de uma década de instrumentos de planeamento entre si, é notória a perspetiva partilhada de ação proactiva e negocial da AP no que toca a executar a transformação territorial, contra a passividade observada, por ambos, nos anos antecedentes<sup>392</sup>.

***Trata-se, por um lado, de aproveitar os componentes com mais peso ou por serem áreas e elementos já consolidados, ou por estarem contratados, ou ainda por corresponderem a prioridades realistas do Município sobrepor ao tradicional zonamento, de natureza homogénea e passiva, um verdadeiro anteprojecto do espaço público estruturantes da forma geral dos aglomerados, ligando as suas partes históricas e as periféricas ou de municípios vizinhos com os quais se perspetiva o reforço do funcionamento em rede.***

Portas, 2012, p.66

---

<sup>390</sup> Ver referência a Programa Polis, em anexo.

<sup>391</sup> “Privilegiar o tema gestão significa dar uma maior ênfase aos aspectos de execução do processo de planeamento mas não dissociando dos aspectos de concepção e de formulação de planos.” Correia, 1987, p.22. “As decisões em planeamento municipal acabam por traduzir-se em decisões de gestão, isto é, em decisões sobre as acções municipais a executar com vista a compatibilizar a oferta com a procura nos vários sectores, embora nem sempre sejam explícitas as metas e objetivos de desenvolvimento municipal visados, nem sejam tidos em conta critérios de prioridade, oportunidade e equidade, e avaliados os meios a envolver e racionalizados os processos para a sua mobilização e utilização” Correia, 1987, p.55.

<sup>392</sup> Ver referência a Ruivo, em anexo.

Portas, em 1994, refere-se ao fato de o mandamento da política de solos, em Portugal, depois do final do século XX, ter como um dos pontos primordiais **“repor o défice de espaço público qualificado integrando-o na economia da produção”** (Portas, 2012, p.68). Na sua crítica à figura do PDM, no início daquela última década, Portas ataca o **“juridismo imperante no nosso sistema de planeamento”** (Portas, 2012, p.64). Para Portas a perspetiva do plano, particularmente a do municipal, é a da estratégia operativa, ou seja, o planeamento deve caminhar no sentido da operacionalização e constituir-se num âmbito de **“determinação variável”** (Portas, 2012, p.67)<sup>393</sup>.

Correia, da perspetiva jurídica, salienta a consideração do espaço e do tempo como elementos ligados ao processo de planificação urbanística<sup>394</sup>, bem como o fato de que **“a doutrina mais recente vem defendendo a necessidade de os planos, mormente os planos directores municipais, deixarem de ser instrumentos excessivamente “prescritivos e minuciosos”, devendo conter um certa indeterminação”** (Correia, 2012, p.356).

Contudo, e sublinhando, Correia opõe-se a uma flexibilização como desregulamentação do direito do urbanismo, a par de Miranda e Antunes (Correia, 2012, p.356). Em 1996, também Pardal atenta para a importância do espaço público nas políticas territoriais, para lá da gestão urbanística<sup>395</sup>. Ou seja, conduz a perspetiva da produção urbana como produção do território, onde os limites que essa caracterização diferenciadora faz deixam de ser operativos e se tornam contraproducentes à ordenação coletiva do território, uma vez que **“a cidade não se confina mais à mancha do seu perímetro urbano tradicional e configura-se num conjunto de pólos entre os quais se tecem relações agregadoras”**. O espaço público na cidade contemporânea deve atender a unificar percursos, qualificando a paisagem através de um **“jogo de desenho entre espaços interiores e exteriores, volumes edificados e espaços livres, maciços arbóreos e clareiras”**. Para Pardal é através do espaço público que se faz a comunicação, o encontro e a **“unificação do tecido urbano”**, onde o tempo é recurso, à semelhança de Portas e Correia, **“para desenvolver as ideias e a continuidade dos processos que conduzem à realização das obras”** (Pardal, 1996).

---

<sup>393</sup> Ver referência a Portas, em anexo.

<sup>394</sup> “O fenómeno da temporalização da planificação territorial é actualmente um dado adquirido no ordenamento jurídico português.” Correia, 2012, p.350.

<sup>395</sup> A este propósito, e noutra perspetiva, diz-nos Pardal que a “cidade desdobra-se para integrar os seus espaços de recreio (parques florestais, zonas desportivas, complexos turísticos, praias), subúrbios plurifuncionais, pólos terciários periféricos que competem com as tradicionais “baixas” e com os centros históricos. O que nos espanta é o modo, tão natural, como isto acontece à revelia dos planos, subvertendo-os e mostrando as limitações da instrumentalização burocrática, administrativista e meramente gestionária dos planos.” Pardal, 1996, p.5.

*E por isso tendam para ser mais selectivas e estratégicas, mais participadas em formas de parceria com outros agentes, buscando efeitos qualitativos e colectivos mais reprodutivos (ditos sinérgicos, catalíticos, de contaminação positiva, etc.)*

Portas, 2012, p.89

O conceito de projeto urbano é repescado por Portas, na medida em que representa um método de planeamento adequado às práticas contemporâneas de produção urbana, num contexto em que **“mudaram também os papéis económicos dos sectores público e privado”** (Portas, 2012, p.103), especialmente no panorama português. A preparação do território para as atividades que nele se desenvolvem deve enquadrá-las através do que é estruturante e infraestruturante, o que coloca, no discurso sobre a gestão urbanística, a importância do espaço público como solução de continuidade e colmatação naquilo a que Portas chama de **“cidade alargada”** (Portas, 2012, p.265) onde os tempos operacionais são desfasados. É nesse sentido que Portas denomina de sistema de espaços coletivos (SEC)<sup>396</sup> o conjunto de espaços de utilização universal que compõe o traçado urbano, e que, desta forma, têm preponderância nas fases processuais do planeamento pela sua capacidade de articulação daquelas operações urbanísticas existentes e que não são hoje passíveis de se modificar (Portas, 2012, p.82) (Portas, 2003, p.103). Apesar desta posição pragmática quanto às articulações jurídicas, ideológicas e técnicas do planeamento num momento de produção urbana estruturalmente capitalista, Portas defende que **“a operacionalidade não se confunde com arbitrariedade”** (Portas, 2012, p.84).

*Mais difícil será encontrar as formas do Sistema de Espaço Coletivo adequadas à descontinuidade e à complexidade funcional (ou modal) da urbanização extensiva. Dado o défice de infra-estrutura e de comunicação, bem como a falta de elementos de continuidade na ex-úrbia, os instrumentos de planeamento (desde os PDMs aos Pus) devem ter uma componente projectual que privilegie os traçados do SEC como base de referência para a disposição futura das edificações e para a programação das obras de urbanização municipais ou contratualizadas com os agentes privados que delas beneficiam.*

Portas, 2003, p.103

---

<sup>396</sup> “O instrumento de planeamento que define o SEC é o “traçado” ou o “projecto urbano” que, com reconhecido êxito, teve o seu papel antecipatório dos ensanches da cidade industrial na 2ª metade do século XIX e, que nas últimas duas décadas, tem vindo a ser retomado em preenchimentos ou extensões urbanas.” Portas, 2003, p.103.

Se já, em 2003, Portas sublinha a centralidade do espaço público no debate nas políticas urbanas, na década seguinte, o espaço público torna-se objeto de estudo no âmbito académico, prático e jurídico, especialmente relacionado com a dispersão e descontinuidade do território pós-moderno<sup>397</sup>. Dizem-nos Carvalho e Oliveira que o RJIGT surge em 1999 com o objetivo expresso de sublinhar a obrigação dos municípios programarem a execução dos planos, contrariando a dispersão da ocupação urbanística e a irracional expansão das infraestruturas que a servem (Carvalho, Oliveira, 2016)<sup>398</sup>. Entre os resultados descritos por estes autores desta conformação jurídica surge a insuficiência do espaço público como problemática de estruturação do território, uma vez que se reduz a sua produção a operações casuísticas e dispersas, que aguardam a negociação com os proprietários num contexto de crise de produção urbana. Se os IGT instituídos depois de 1999 colocam em perspetiva a produção de espaço público na transformação do solo, Gonçalves, ainda em 2012, verifica que:

***[...] só a execução dos PMOT através dos sistemas e instrumentos previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (execução sistemática), levada a cabo no âmbito de unidades de execução delimitadas pela administração municipal, impondo intervenções urbanísticas de conjunto, poderá garantir o adequado ordenamento do território e a perequação dos benefícios e encargos entre os particulares envolvidos.***

Gonçalves, 2012, p.32

Assim, a introdução do conceito de gestão, e conforme Correia<sup>399</sup>, vem traduzir uma necessidade premente de execução do planeamento, tendo verificado uma ausência da promoção privada em tempo oportuno ou uma dependência exclusiva ao RJUE.

---

<sup>397</sup> Ao defender a regulamentação variável e a formação de consensos, opondo-se às limitações do zonamento, Portas atende a uma perspetiva próxima da estruturação formal do espaço coletivo em articulação com as iniciativas particulares existentes e futuras. O seu discurso afeto à produção urbana se caracteriza pela reação às permissividades das zonas urbanizáveis e dos perímetros urbanos (Portas, 2012), (Carvalho, 2016), (Oliveira, 2015), defendendo a estruturação do espaço público e da conjugação da malha urbana, no sentido de reduzir as discricionariedades anteriormente permitidas pelas figuras de planeamento locais quanto à produção de espaços públicos inúteis.

<sup>398</sup> É também no preâmbulo do RJIGT atual, publicado em 2015, que se aponta a anterior deficiência jurídica dos instrumentos de gestão e a recorrência a uma prática quase exclusivamente baseada no quadro jurídico do RJUE.

<sup>399</sup> "A LBOTU, bem como o RJIGT, que regulamentou e desenvolveu aquela Lei de Bases, instituíram um "sistema de gestão territorial (cuja designação mais adequada seria, na nossa óptica, sistema de planeamento territorial, dado que a expressão "gestão territorial" ou "gestão do território" tem o significado de execução ou concretização dos planos) em que assenta a política de ordenamento do território e do urbanismo, o qual se organiza, num quadro de interacção coordenada, nos âmbitos nacional, regional e municipal." Correia, 2012, p.345.

***O sistema de gestão territorial em vigor neste período [1982-1999] tem características de um sistema misto, apesar de ter herdado alguns elementos de um sistema centralizado que vigorou no período anteriormente analisado.***

Crespo, 2003, p.8

Surge uma nova posição política e teórica sobre o processo temporal na concretização das propostas territoriais, que, devendo ser flexíveis (Oliveira, 2011), (Carvalho, Oliveira, 2016) e baseadas em relações de “**soft-power**” (Ferrão, 2011), se passam a constituir em processos associativos e agenciados (Miranda, 2010), (Oliveira, 2011) (2014) (2015), (Carvalho, 2012). É dessa forma que os instrumentos de gestão urbanística se vão apoiar nos institutos da expropriação, da contratualização e do reparcelamento, obrigando a uma adequação da relação orgânica dos departamentos de planeamento e de gestão urbanística. Assim, as programações assistemática e sistemática passam a traduzir os principais modos de gestão urbana, contemplados nos IGT, combinados com o RGEU, o RJUE e os regulamentos municipais.

***A opção por um Plano de Estrutura mais flexível, poderia, se acompanhada por uma gestão eficaz, conduzir a situações de uma urbanização mais adequada. Efectivamente, um Plano de Estrutura limita-se a definir os objectivos e as estratégias que as Autarquias se propõem utilizar para os atingir, explicitando quais os meios de que se servirá, incluindo eventualmente as áreas e as normas a observar preferencialmente. O problema é que, passada uma década, constatou-se que o desenho urbano, em especial dos espaços públicos, tinha vindo a ser menosprezado, com evidente empobrecimento da imagem urbana.***

Lourenço, 2003, p.98

O incremento da jurisdição nas políticas territoriais coincide com a abertura para a realização estratégica dos propósitos patentes nos IGT, condicionando, contudo, a efetiva produção urbana que se viu, nos últimos vinte anos, acercada por diferentes e conflituantes figuras jurídicas (Carvalho, Oliveira, 2016, p.40). A inscrição de uma diferença entre programas e planos na LBGPPSOTU, sendo que apenas estes vinculam os particulares, aparenta uma valorização da autonomia municipal, que é contrariada pelo fato de o programa poder impor aos municípios estratégias centrais, sem, contudo, existir participação municipal na elaboração dos mesmos. Para a nossa perspectiva interessa sublinhar esta mudança nos IGT como



demonstrativa de uma dificuldade do Estado na definição de uma relação horizontal com as entidades locais no que toca à conformação territorial<sup>400</sup>.

***Uma lógica mais recente de gestão urbanística, a que já fizemos referência, aponta para um papel mais activo dos municípios, que passam a programar e a coordenar as várias intervenções no território, assumindo a este propósito especial relevância as formas de execução sistemática dos planos por intermédio da delimitação de unidades de execução. É neste sentido que aponta o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).***

Oliveira, 2011, p.4

Segundo Oliveira, a legislação portuguesa atual explicita melhor como se desenvolve a execução programada, que desde 1999 inclui as unidades de execução. Para Oliveira, a gestão urbanística deve consistir na execução dos planos municipais, de forma programada e consistentemente integrada<sup>401</sup>, fazendo uma distinção clara entre as figuras de planeamento e a prática de gestão. Ou seja, a gestão urbanística não pode contrariar o estabelecido no plano, mas apresentar soluções de projeto que enquadrem os objetivos do planeamento e ser-lhe consequente. Assim, um plano territorial deve prever a sua execução material e temporal – operações urbanísticas a programar, sujeitos envolvidos a associar, processo e fases temporais e financiamento<sup>402</sup>.

***Ou seja, e em suma, existem agora novas exigências de sustentabilidade económico-financeira dos planos territoriais de modo a garantir a sustentabilidade económico-financeira dos processos de ocupação urbanística do território. Sem a garantia desta sustentabilidade, os planos não devem ser aprovados.***

Oliveira em Carvalho e Oliveira, 2016, p.42

---

<sup>400</sup> Do ponto de vista da produção urbana, corresponde a uma desresponsabilização central, acompanhada de uma pressão sobre as responsabilidades municipais, sem que isso se constitua em maiores financiamentos para cumprir com estas. Acrescenta-se ainda um processo de unificação de freguesias no início da segunda década e uma privatização na gestão de serviços municipais, colocando em causa a natureza primordial do serviço prestado, bem como as competências e recursos humanos e materiais das empresas municipais. Assim, revela-se paradoxal a situação contemporânea que concebe um papel protagonista da AP no que toca à gestão urbanística, que, em simultâneo, se opera em estruturas empresariais públicas, onde se coloca a questão do financiamento próprio e da obtenção de meios para desenvolver as operações urbanísticas necessárias.

<sup>401</sup> Conforme Oliveira, há, portanto, “uma mudança do paradigma de gestão das cidades, em que quem programa a ocupação territorial é o município em função das prioridades de interesse público que lhe cabe prosseguir, fazendo acontecer o que interessa a todos e à cidade, não se limitando apenas a permitir que aconteça o que somente interessa (e lucra) a alguns.” Carvalho e Oliveira, 2016, p.41.

<sup>402</sup> Conforme Oliveira, a programação dos IGT atuais deve “inscrever nos planos de atividades e nos orçamentos” as orientações para a execução. Carvalho e Oliveira, 2016, p.41.

Correia considera, ainda no início do século XX, que a gestão do território (depois do reconhecimento da realidade, da conformação do território e da conformação da propriedade) é a **“quarta função dos planos”**, na medida em que se traduz **“na inserção nos planos de disposições especificamente pensadas para a execução dos instrumentos planificatórios”**, e que **“encontra expressão em várias normas do RJGT”** (Correia, 2012, p.369). Daí que, Correia, se refira, ainda antes das últimas alterações jurídicas, à necessidade de relatório que explicita o programa de execução, as fontes e a estimativa de meios financeiros.

A gestão urbanística que o RJGT atual sublinha e consolida, implica uma reconsideração dos IGT existentes, no que toca à execução das propostas urbanísticas, mas também uma descrição e clarificação das responsabilidades inerentes aos promotores e proprietários na produção de espaço público, para lá dos seus direitos e deveres afetos à propriedade. Com isto, pretende-se dirimir tanto as propostas particulares que se fazem surgir casuisticamente, para o qual o RJUE é referência estatisticamente maior, e por isso, conforme critica Oliveira, antagónica aos objetivos de uma programação sistemática (Oliveira, 2015), mas preferencialmente constituir processos de execução que tenham em vista soluções de conjunto.

Conforme Oliveira, a gestão urbanística atual exige uma nova forma de agir que implica uma **“governança partilhada”** e **“fenómenos de concertação”** que conduzam a edilidade a alcançar a execução de forma oportuna para os interesses expressos nos IGT. Há, pois, uma tendência discursiva, que acompanha o preâmbulo da LBGPPSOTU para estabelecer uma relação direta entre o planeamento e gestão urbanística, ou seja, entre o uso do solo e as necessidades estratégicas que surgem primordialmente afetas, como iremos verificar, à mobilidade (Carvalho, 2016, p.76) e à racionalização da infraestruturação (Moura e Sá, 2015), encarando-as como parte de uma racionalização da ocupação do território. Acrescenta-se que, conforme referido por nós, a contratualização para a execução urbanística constitui parte deste novo paradigma da execução urbanística pública exercida por particulares sob coordenação da administração pública (Silva, 2017).

*Além do mais, a unidade de execução deve ser delimitada de forma a garantir a disponibilização de terrenos destinados ao espaço público, a equipamentos e a zonas verdes onde os mesmos sejam necessários, pelo que a sua localização deve ser decidida em estreita articulação com a hierarquia de prioridades e com a programação da ocupação territorial da competência da câmara, devendo ser acompanhada de um programa que reflita uma*

*estratégia de desenvolvimento que identifique as funções desejáveis, públicas e privadas. Nesta ótica, deve a Administração municipal, na sua tarefa de programação e de controlo dos processos urbanísticos através da delimitação de unidades de execução, distinguir as “áreas em que importa ou é prioritário intervir”, para uma maior estruturação e qualificação da cidade existente, das outras em que, mesmo admitida pelo plano, é despiciente, negativa ou até indesejada qualquer intervenção.*

Oliveira, 2015, pp.131-132

Os instrumentos jurídicos territoriais desenvolvem figuras adaptadas a esta necessidade de programação que deve condicionar a produção urbana dos particulares em função, tanto das estratégias gerais dos PMOT, como das prioridades estabelecidas para determinadas áreas com uma certa unidade morfológica ou funcional. A referida unidade de execução, que não sendo um instrumento de gestão territorial, é processual e tem **“como objetivo a sua programação para execução num momento determinado”** (Oliveira, 2015, p.134), sendo, em alguns aspetos, mais célere e flexível do que o PP (Oliveira, 2015, p.133), porque permite a execução, com efeitos registrais, partindo da delimitação da intervenção e do futuro ajuste cadastral promovido pela AP ou pela proposta apresentada pelos particulares. Ou seja, cabe à AP garantir a execução do projeto de urbanização e da infraestruturação pública, de preferência, com a associação proativa dos intervenientes na transformação do solo. Neste caso, verificamos uma aproximação ao conceito de projeto urbano de Portas, com o de unidade de projeto de Oliveira, sublinhando, contudo, as diferenças entre o projeto contratualizado e a discricionariedade para os promotores apresentarem um projeto diferente daquele que consta de um PP (Oliveira, 2011, p.10).

O RJGT prevê que para a execução da unidade de execução se possam aplicar além do sistema de associação, o sistema de cooperação e o de imposição administrativa. O reparcelamento deve ter conta o ajuste cadastral<sup>403</sup>, e não comprometer a justa repartição de encargos e benefícios pelos proprietários e a AP, salvaguardando as áreas destinadas a espaço público, equipamentos coletivos e áreas verdes. Todo o processo, de realização de unidade de execução é, desta forma, um compromisso contratualizado com a AP para efeitos de produção

---

<sup>403</sup> “A operação de reparcelamento traduz-se, por isso, num complexo conjunto de acções que se desdobram, como explica o referido Autor [Fernando Alves Correia], na formação do solo unitário, designado no direito alemão por *massa de concentração* (“Umlegungsmasse”) que, depois de saírem as zonas verdes, infra-estruturas e outros equipamentos, forma a *massa de distribuição* (“Verteilungsmasse”) a qual será partilhada, de harmonia com o critério seguido (sendo talvez o mais justo o da *repartição de valores*) e adjudicada aos proprietários e a terceiros.” Oliveira, 2011, p.13.

urbana, contornando as restrições dos limites cadastrais existentes, e ainda, permitindo fasear a ocupação dos lotes em consonância com a procura do mercado. A nosso ver, esta figura tem vantagens operativas, mas acima destas, de gestão urbanística, uma vez que antecipa a produção de espaço público e obriga ao cumprimento das obras de urbanização e de integração urbanística dos espaços públicos e privados que são gerados pela execução. Por outro lado, apesar da vocação desta figura para a execução, considera-se que a mesma deve estar enquadrada nas estratégias dos PMOT quanto à estrutura de espaço público, devendo as soluções apresentadas pelos particulares, e no caso de não ser a unidade de execução ser precedida de PP, estarem de acordo com aquelas. A possibilidade, de através da contratualização, se introduzirem transformações do solo que o constituam juridicamente para o domínio público é uma responsabilidade para a gestão urbanística que tem de garantir a legitimidade política da proposta. Não é por acaso que Oliveira reforça que **“o que se pretende com a unidade de execução é evitar que as operações ocorram ao sabor das iniciativas dos interessados”** e que por isso as intervenções **“respeitem a programação pública, definida pelos municípios”** (Oliveira, 2015, p.137). Uma vez que existe a hipótese de promoção de uma unidade de execução pelos particulares, cabe, contudo, à AP a sua delimitação, verificando a consonância com os restantes PMOT em vigor.

*Conclui-se, deste modo, que a delimitação da unidade de execução deve ir além da mera delimitação, em planta cadastral, dos limites físicos da mesma (n.º 1 do artigo 120.º do RJIGT), estabelecendo uma solução (programa) urbanístico de base na qual o município garanta, ainda, um traçado regulador, que estabeleça as desejáveis articulações com envolvente e preexistências.*

Oliveira, 2011, p.18

O papel da gestão apresenta-se dentro de uma necessidade de racionalização à qual o ordenamento deve responder, especialmente no sentido de, e Conforme Carvalho, **“atenuar contradições entre função social do solo e direito de propriedade e inverter a dinâmica edificatória expansionista e estruturar a ocupação existente.”** (Carvalho, 2012)<sup>404</sup>.

Em 2008, Carvalho refere-se ao fato de a

*infra-estrutura pública, características técnicas e respectivos custos associados à Dispersão é tema mais tangível e muito objectivo, mas que tem motivado pouca investigação, quase*

---

<sup>404</sup> Fonte: Jorge Carvalho, set 2014, Colóquio sobre a LBSOTU, CCDRC, Coimbra.

*apenas nos EUA e esta quase apenas às escalas regional ou metropolitana. Este facto é revelador dos caminhos essencialmente opinativos por onde tem andado a investigação sobre ordenamento do território.*

Carvalho, 2008

Carvalho coloca em perspetiva o papel da função social de propriedade, ainda mais no que toca à relação entre a propriedade do solo e a racionalização da infraestrutura. Assim, Carvalho inaugura uma linha de pensamento racional, dentro de um período de liberalização jurídica e de despolitização da governança territorial, que revaloriza a natureza política das decisões sobre a economia urbana<sup>405</sup>. Carvalho atende a evidenciar uma relação entre a morfologia da ocupação dispersa e o incremento dos custos da produção urbana, especialmente no que se refere às infraestruturas<sup>406</sup>. A relação de densidade linearizada que desenvolveu na publicação **“Ocupação dispersa – custos e benefícios”**, em 2008, defende a contenção da ocupação do edificado em função dos limites de infraestruturação existentes, reduzindo os perímetros urbanos e consolidando a implantação de edificado de colmatação. Assim, surge um discurso protagonizado por Carvalho, Moura e Sá e Oliveira, que se opõe à promoção da multiplicação de infraestruturas ingeríveis do ponto de vista financeiro e dos recursos municipais e estatais, a par de uma consideração sobre a integração dos territórios suburbanos na gestão urbana que foram demonizados pelo discurso predecessor sobre a cidade contemporânea ser eminentemente fragmentada e desconeta, e eventualmente prejudicial do ponto de vista dos custos ambientais.

---

<sup>405</sup> Contrariando a narrativa da liberalização do solo e reforçando o papel das políticas territoriais na transformação do solo, Carvalho recoloca a questão da propriedade, das rendas fundiárias e da apropriação das mais-valias no processo de planeamento e na gestão urbanística conduzida casuisticamente, sublinhando, a nosso ver, como aquelas foram cooptadas pelos discursos generalistas sobre a gestão urbana como parte benéfica e útil ao desenvolvimento socioeconómico, especialmente desde o início do século XXI.

<sup>406</sup> “A análise da rede viária é de particular relevância porque se assume como um dos sistemas mais condicionadores da capacidade edificatória da rede e porque, este subsistema de infraestruturas representa quase metade do custo de toda a infraestruturação (Carvalho, 2003b; Carvalho et al., 2013; Moura e Sá, 2010; Zmitrowicz & De Angelis Neto, 1997). A largura da rede, ou seja, o calibre do seu perfil transversal e a sua consequente capacidade de utilização, decorre de um processo de dimensionamento complexo e altamente variável em função das diferentes opções de morfologia urbana.” Moura e Sá, 2015, p.148.

**Desenganem-se os que acreditam que o urbanismo é reduzível a tabelas do tipo "x m<sup>2</sup>/habitante".**

Pardal, 1996

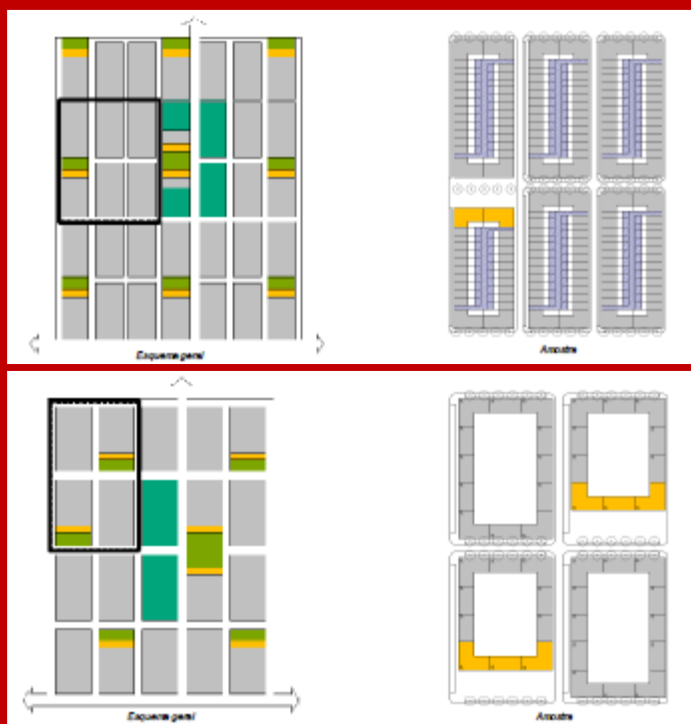


Fig. 62 Custos e benefícios da ocupação dispersa.  
Fonte: Sítio eletrónico: ordenaracidade.pt.

Infraestrutura	Nível de serviço A	Nível de serviço B	Nível de serviço C
<b>Espaço público</b>	Quanto baste	Quanto baste (diminuindo custo dos materiais)	Quanto baste (diminuindo área pavimentada)
<b>Rede pluvial</b>	Na generalidade das ruas	Quando recomendável	Apenas quando totalmente indispensável
<b>Rede de energia elétrica e iluminação pública</b>	Enterrada	Aérea	Aérea
<b>Rede de abastecimento de água</b>	Rede pública	Rede pública	Furos individuais
<b>Rede de águas residuais</b>	Sistema geral	Sistema geral ou sistema próprio com ETAR compacta coletiva	Sistema próprio com ETAR compacta individual
<b>Rede de gestão de RSU</b>	Recolha 3 vezes/semana incluindo bio resíduos recolha seletiva 1 vez/semana	Recolha 1 vez/semana excluindo bio resíduos recolha seletiva 1 vez/semana	Recolha 1 vez/semana excluindo bio resíduos recolha seletiva 1 vez/semana
<b>Rede de gás</b>	Rede geral de gás natural	Rede geral de gás natural	Aquisição individual de botija de gás butano
<b>Rede de telecomunicações (fibra ótica)</b>	Enterrada	Aérea	Inexistente
<b>Equipamentos coletivos de escala local</b>	Distância < 1km	Se possível, a distância inferior a 2km	Distância indeterminada

Fig. 63 Níveis de serviço, por nível de infraestrutura.  
Fonte: Sítio eletrónico: ordenaracidade.pt.

*É maniqueísta e falso sustentar que todos os espaços livres e "verdes" são desejáveis e, de sua natureza, bons, e seria insensato sustentar que tudo o que é construção e "betão" é mau. Mas esta ideia está subjacente a um conjunto diversificado de discursos rotulados de ecologistas ou ambientalistas e realmente eficazes na legitimação de interesses e poderes sobre o urbanismo e o ambiente perante a opinião pública.*

Pardal, 1996, p.1

Se por um lado, a recente dispersão da ocupação tem uma origem numa relação socioeconómica determinada pela propriedade e pelo mercado de solos, e por isso, incrementada pela democratização da mobilidade individual, por outro lado constitui uma evidência da colaboração involuntária das políticas territoriais na gestão urbana baseada na promoção privada e na especulação fundiária (Carvalho, Oliveira 2016), (Pardal, 1996). Assim, a investigação da relação entre custos e benefícios da infraestruturação, ao colocar o discurso das políticas territoriais dentro do tópico da economia urbana e da geografia do capital, sublinha a importância da transformação do solo e da produção de espaço público na produção urbana e no ordenamento do território<sup>407</sup>, nomeadamente quando está em causa a definição do que é solo urbano e do que não é. O atual enquadramento da classificação do solo promove a programação da produção do espaço público com a transformação do solo, uma vez que, através da Lei nº31/2014, se consolidou um quadro de referência que enquadra o solo urbanizável na classe de solo rústico, diminuindo a discricionariedade da classificação e limitando a atribuição de **“renda monopolista ao proprietário”** (Oliveira, Carvalho, 2016, p.53). Com isto, força-se a que seja executado o espaço público e demais infraestruturas coletivas apenas e obrigatoriamente dentro de execuções programadas dos planos. Considerar a infraestruturação na gestão territorial traduz uma preocupação com a sistematização do espaço público com os espaços públicos precedentes, seja com a sua forma, com a sua utilidade local, com a sua hierarquia no sistema de mobilidade intermunicipal ou com a sua dimensão e extensão em áreas de baixa densidade populacional.

Mas essa preocupação de ordenação deve ser igualmente entendida dentro do complexo e dinâmico processo de produção urbana capitalista, cuja primazia do económico coloca em controvérsia tanto a necessidade real de racionalização da ocupação, como a necessidade de

---

<sup>407</sup> “O objetivo final era o de, por via da programação, contrariar a forma de ocupação territorial que o modelo de gestão urbanística tradicional provocou – de insustentável dispersão e a expansão urbanas – e de promover uma ocupação mais racional e “poupada” do território – promovendo ou reforçando a contenção (consolidação) dos perímetros urbanos, o preenchimento (colmatação) dos espaços vazios dentro dos perímetros existentes e a revitalização (reabilitação) dos centros das cidades, designadamente dos centros históricos.” Oliveira em Carvalho, Oliveira, 2016, p.40.

reconfigurar os territórios de ocupação dispersa através de uma gestão urbana que enquadre essa ocupação com espaço público regular. Ou seja, evitar diabolizar uma situação existente com origem na reprodução do capital cuja dinâmica não é, ou não foi, racional do ponto de vista das necessidades coletivas, mas sim da produção de mais-valias nos processos de ocupação do solo. Especialmente onde o automóvel, ao responder como ferramenta individual de trabalho, traduz um consumo que se torna diferenciador no mercado de trabalho territorialmente alargado. Nesse sentido, os espaços públicos da mobilidade supramunicipal, regional e nacional que se desenvolveram e incrementaram nos últimos vinte anos em Portugal surgem precisamente de uma reação a uma metropolização das oportunidades de trabalho e habitação das populações trabalhadoras. Como identifica Marques da Costa, no incremento da taxa de motorização, entre 1998 e 2013, de 3% ao ano, e numa taxa próxima dos 50% dos ativos a trabalhar fora do concelho de residência<sup>408</sup> na AML (Marques da Costa, 2016).

*Carvalho (2003b, p.375-376) após inquérito alargado a inúmeros serviços de administração urbanística, relativo à apreciação de várias operações urbanísticas, destaca que as razões para indeferimento em Portugal estão sobretudo associadas à violação de disposições de planos ou de outros regulamentos (mais de 2/3 dos indeferimentos). Acrescenta ainda que os indeferimentos motivados pela afetação do património paisagístico ou edificado têm pouco significado (aproximadamente 20% dos casos) e que os indeferimentos por questões relativas às infraestruturas surgem como absolutamente menosprezados (cerca de 5% dos casos).*

Moura e Sá, 2015, p.243

Moura e Sá, em 2015, reforça precisamente a relação entre a gestão urbana e a manutenção de um quadro legal liberal que permite a ocupação assistemática e desenquadrada dos sistemas infraestruturais e do espaço público existente, diretamente executada para efeitos de mobilidade. Nesse sentido, na sua investigação, sobre o referencial da infraestrutura para o ordenamento do território, defende a alocação dos perímetros urbanos e da urbanização ao índice da infraestruturação existente nestes territórios dispersos. Segundo este autor, o espaço público representa o subsistema infraestrutural primordial do funcionamento da cidade e da **“organização dos restantes subsistemas de infraestruturas”**, e o mais oneroso, uma vez que **“mais de 50% dos custos”** associados à urbanização estão integrados na sua execução (Moura

---

<sup>408</sup> Ver referência a Marques da Costa, em anexo.



e Sá, 2015, p.127)<sup>409</sup>. Daí que considere determinante este sistema ser também o sistema preferencial para justificar procedimentos urbanísticos e auxiliar a gestão programada da produção urbana.

***A sistematização, segundo a localização dos elementos que compõem os diversos subsistemas, permitirá identificar, mais facilmente, o importante papel do espaço público enquanto plataforma de suporte aos dispositivos necessários para o funcionamento das infraestruturas urbanas.***

Moura e Sá, 2010, p.60

Para Moura e Sá, a rede viária coincide com parte maioritária do espaço público, constituindo um dos subsistemas infraestruturais mais responsáveis pela urbanização. Nesse sentido, o espaço público constitui uma componente do ordenamento que a gestão urbanística deve considerar no sentido de limitar a sua expansão indesejada, tanto do ponto de vista do investimento como da manutenção, uma vez que alberga ainda outros subsistemas infraestruturais<sup>410</sup>.

***De facto, numa época em que a distância entre lugares se mede em função do respectivo tempo de deslocação, a questão sobre qual a fronteira entre espaços públicos de âmbito geral ou local, é extremamente pertinente. Assim, e reconhecendo que as dimensões se interpenetram e complementam, considera-se que a escala geral é a que serve a cidade-região (grande parque urbano, estradas de grande capacidade, etc.), enquanto a escala local é a que está associada à dimensão vivencial e intimista das cidades, isto é, aos seus bairros e unidades de vizinhança***

---

<sup>409</sup> "Os subsistemas de infraestruturas, numa perspetiva edificatória, não têm todos o mesmo valor – a rede viária (ou num sentido mais lato, o espaço público) surge como o subsistema mais importante e oneroso, mais condicionante, e com maior potencial/valor;" Moura e Sá, 2015, p.141.

<sup>410</sup> "o enunciado vem demonstrar a oportunidade da ferramenta metodológica desenvolvida para qualificar a ação da gestão urbanística, principalmente porque ao explicitar a relação entre infraestruturização e edificabilidade se potencia e assegura uma maior compatibilidade funcional e formal (conformação física) entre as transformações do uso do solo que se vão sucedendo no tempo." Moura e Sá, 2015, p.260. Moura e Sá denuncia precisamente o funcionamento irracional das infraestruturas rodoviárias relativamente aos restantes subsistemas (água, gás, residuais, elétrica), na medida em que, e segundo a sua investigação, nas zonas consolidadas ou a consolidar que aborda, denota carência e escassez de espaço, onde o "perfil das vias é insuficiente para albergar as três funções consideradas: funções pedonais, circulação e estacionamento automóvel" (Moura e Sá, 2015, p.255), ao contrário de zonas de ocupação dispersa, onde denota a generosidade da dotação de infraestruturas. Para cada situação de desequilíbrio, aponta instrumentos de gestão urbana variados que se sintetizam no aumento da capacidade das infraestruturas, na colmatação face à dotação e na reabilitação. Nesse sentido, atribui uma operacionalidade à taxa de edificabilidade admissível que conste dos IGT para efeitos de gestão urbanística na atribuição de licenças para edificação, mas mais especificamente que aquela antecipe uma violação de planos pela situação local das infraestruturas locais ser de carência ou de excesso de dotação.

**(espaços usualmente associados a uma forte componente residencial e com carácter eminentemente pedonal).**

Moura e Sá, 2010, p.59

A sistematização do espaço público deve corresponder, em grande medida, à consideração de diferentes elementos urbanos coletivos que permitem a realização de diferentes interesses e direitos muitas vezes contraditórios, que passam, por exemplo, pela estadia e pela mobilidade, pela habitação e pelo turismo, pela habitação e pela recreação, pela acessibilidade e pela reserva de uso<sup>411</sup>.

***Haverá, então, que identificar insuficiências e potencialidades, de cada um dos elementos e da sua organização em rede e procurar, respectivamente, resolve-las e aproveitá-las. Para tal, deve perspectivar-se, sempre que possível, as linhas de água a céu aberto e pode-se aproveitar a potencialidade que representam todos os terrenos não edificados para a constituição de um contínuo verde, mesmo que totalmente artificial (não referenciável a estrutura biofísica pré-existente). De sublinhar que, nem todo o verde é estruturante; ser estruturante pressupõe continuidade, percurso linear, sem prejuízo da ocorrência de alargamentos.***

Carvalho, 2016, p.73

É pertinente sublinhar a mais recente posição de Carvalho quanto à metodologia de gestão urbanística apoiada em unidades territoriais e respetivas matrizes estruturantes, concebendo a continuidade edificatório (se convier essa continuidade), a sistematização do tecido urbano (no qual Carvalho inclui o espaço público, as parcelas, as edificações e o suporte biofísico), rede de infraestruturas coletivas, barreiras, funções, população (Carvalho, 2016, p.67). Ou seja, relativizar as áreas de intervenção e definir dificuldades e potencialidades encontradas, que passam, necessariamente, pela integração sistemática de todos os espaços públicos, independentemente dos seus limites funcionais, das barreiras que possam apresentar, da hierarquia viária a que estão sujeitos bem como das reservas que os IGT e demais normas lhes definem. Para este autor, à semelhança do plano de regulação variável que Portas defendeu em meados de década de noventa, há potencialidades imanentes na forma e estado da coisa na produção urbana existente que dependem principalmente de uma visão estratégica integrada e

---

<sup>411</sup> Carvalho faz notar o modo como no caso da REN, que supostamente deve qualificar uma determinada reserva, se permite uma convivência negativa e oposta àquela – “tem sido assumido pelos PDMs como mera servidão e, depois, aquando operações urbanísticas, é remetida para as traseiras dos edifícios, sem acesso, desqualificada, não raro servindo de lixeira” Carvalho, 2016, p.79.

partilhada dos espaços públicos. Contudo, nenhuma destas potencialidades advirá de uma reformulação exclusivamente física do espaço público existente, ou seja, de uma mera reabilitação material.

À gestão não cabe apenas a programação da execução urbanística e o desenvolvimento de operações urbanísticas que contenham como prioridade a execução de espaços públicos em conformidade com os IGT e outras normas legais e regulamentares. A gestão deve orientar-se por uma análise dos fatores socioeconómicos, culturais e ambientais que conduziram a práticas de uso e ocupação do solo não planeado, apesar de regulado, e consolidaram o afastamento das populações pobres aos espaços públicos planeados e o isolamento funcional de certas áreas de edificação servidas apenas por trilhos viários monofuncionais. Queremos dizer que, as alterações introduzidas na estrutura urbana para sistematização do espaço público devem considerar que a sua utilização plural e partilhada (Carvalho, 2016), (Moura e Sá, 2010) (Stussi, Babo, Ribeiro, 2011) não pode ignorar o mercado de solos e a política de solos na sua combinação com as políticas de mobilidade sustentável e intermodalidade. Ou seja, que os espaços públicos de fato fazem parte contraditória de uma apropriação territorial que divide e distancia cada vez mais as funções coletivas das funções particulares, na qual a gestão territorial tem um papel fundamental em contrariar. Nessa perspetiva, é pertinente defender uma contensão edificatória e uma estruturação do território direcionados para exponenciar tanto a gestão pública do espaço público ao nível da sustentabilidade económica e ambiental para o município e os habitantes, como para promover a inclusão das populações nesses espaços públicos. Os atuais IGT, alterados num contexto de crise imobiliária e de exiguidade de políticas de habitação pública, devem atender a uma programação da execução de espaço público em favor dos seus utilizadores maioritários, tendo em conta o que de em perverso se possa vir a constituir a liberalização da contratualização para feitos de gestão urbanística passado um período de reestruturação económica e financeira.

*Com a posse universal do automóvel o percurso médio casa-trabalho a ser coberto por dia estão ainda a crescer em toda a Europa (a motorização cresce mais no Sul e no Leste) com a percentagem de solo ocupado com infra-estrutura, que é de 10 a 15% na generalidade das áreas urbanas, sobe em países como Portugal para até quase 35% e a percentagem deste espaço destinada ao automóvel é quase 80% (Borja e Castells).*

Brandão in

"Manual de Metodologia e Boas Práticas para a Elaboração de um Plano de Mobilidade Sustentável", publicado em 2008.

Tramo, 2008, p.89

	1981		1991		2001		2011	
	Automóvel	Transporte Público	Automóvel	Transporte Público	Automóvel	Transporte Público	Automóvel	Transporte Público
<b>AML</b>	12,70	62,00	21,92	47,15	42,39	33,83	53,82	28,08
<b>Lisboa</b>	13,74	66,77	22,67	50,44	38,64	38,35	47,44	33,46
<b>AML Norte</b>	13,70	63,72	23,67	48,23	42,88	34,78	54,00	28,77
<b>AML Norte sem Lisboa</b>	13,67	61,47	23,27	47,15	44,38	33,52	56,17	27,22
<b>AML Sul</b>	9,02	55,65	21,22	46,49	41,00	31,12	53,32	26,21

Fig. 63 Deslocações casa-trabalho ou estudo na AML, por modo de transporte.

Fonte: Marques da Costa, 2016, p.22.

Na origem, a palavra refere-se ao que é do povo (populum), seja espaço de estar “em público” como num pub (bar), seja o que podemos designar por comum, ou “em comum” (commons), aquilo que se refere a “todos” é objeto de comunicação, ou publicitação, ou tornado público (published). Por aqui se chega à noção de que se trata do espaço de “todos”, isto é, a entidade colectiva, que origina uma “vida pública”. Na cidade é de “urbanidade”, isto é, da qualidade de ser urbano, que estamos a falar.

Brandão, 2013, p.30

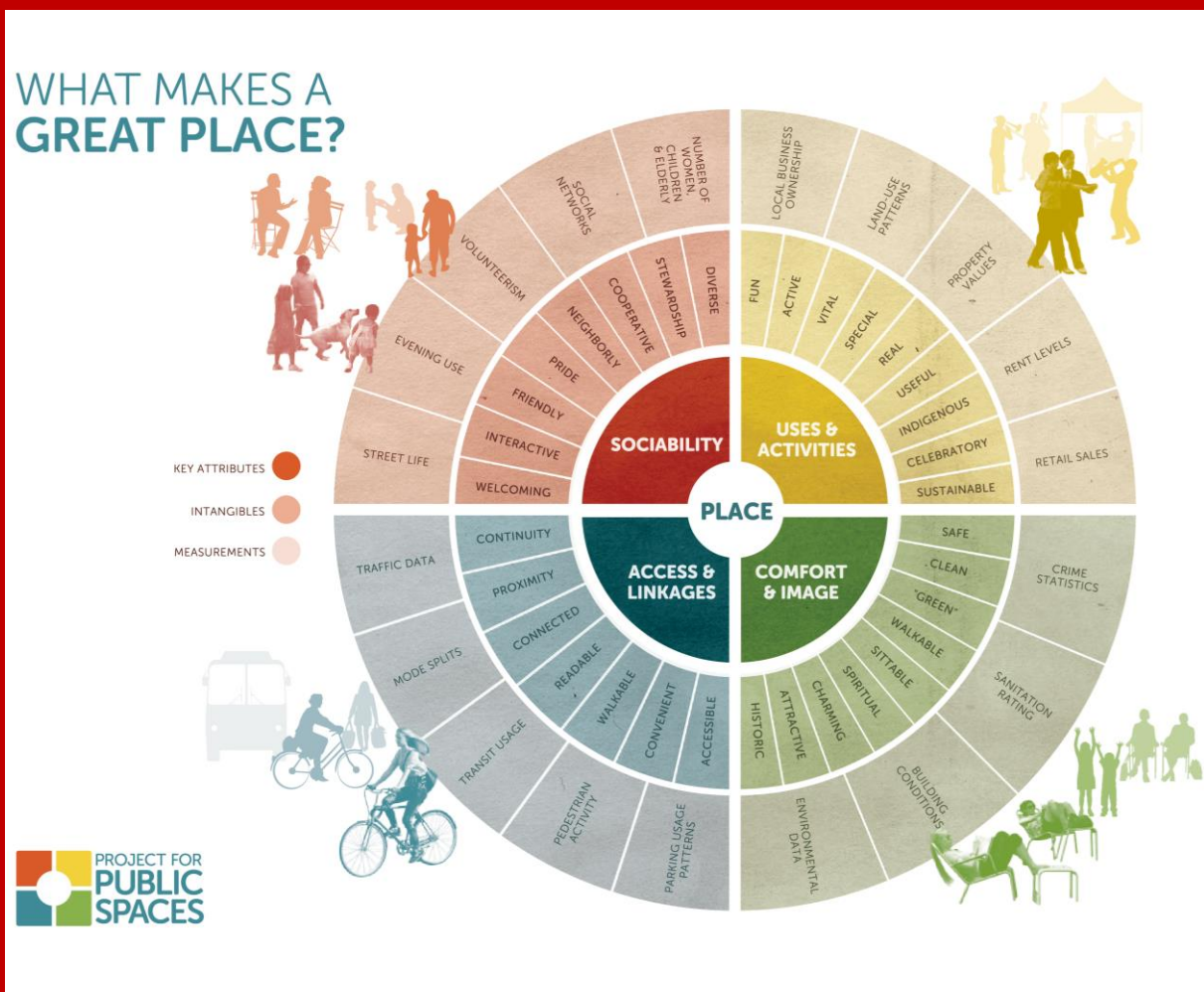


Fig. 64 Valores de qualificação do espaço público, segundo a PSS.

Fonte: <https://www.pps.org/reference/grplacefeat/>, em 10 de Outubro de 2017.

## ESPAÇO PÚBLICO COMO INDICADOR URBANO

*Uma concepção especializada de espaço público, percepcionado como “produto de qualidade”, estético-ambiental-simbólico, é simétrica da concepção tecnicista de mobilidade. Também ela é “comodificada” através da performance e dos standards quantitativos (capacidade de fluxo, reduzida emissão de poluentes atmosféricos, ruído e consumo energético), não se pondo em causa os efeitos estruturais – a fragmentação urbana, o consumo de solo, a (in)segurança - quando a sua dedicação exclusiva à função da mobilidade a priva de interações amigáveis com o uso no espaço público.*

Brandão in Tramo, 2008, p.91

O espaço público como indicador cabe na nossa abordagem, de forma sucinta, para enquadrar a possibilidade levantada, ao longo do século XX, de enquadrar critérios urbanísticos universalizados nas políticas territoriais. Assim, neste subcapítulo, interessa-nos sublinhar resumidamente os fatores de urbanidade que são constituídos como critérios urbanísticos e que, por aqueles autores, são associados à maior ou menor existência de espaço público, bem como da sua condição material. Na nossa metodologia de análise dos casos de estudo, haverá oportunidade apenas para a contabilização de alguns desses elementos.

É visível no crescente número de publicações sobre o processo de urbanização global uma reconsideração do espaço público nas maiores cidades europeias. Seja como metodologia de gestão urbanística ou como critério diferenciador da qualidade urbana, o espaço público tem sido associado especialmente à problemática ambiental, à caracterização paisagística dentro dos instrumentos de gestão territorial e a uma reformulação ampliada da formação científica do urbanismo em disciplinas direcionadas especialmente para a ecologia, a biologia, a ergonomia, a psicologia, o design urbano, a engenharia do território e a segurança e proteção civil. Inclusive, o planeamento urbano como planeamento do espaço público tem sido reafirmado pela defesa da natureza pública dos espaços livres, demonstrada a negação do acesso a espaços coletivos quando estes são limitados física ou juridicamente.

Steiner<sup>412</sup>, relembrando Solà-Morales, alude para a impossibilidade do espaço público total, sublinhando o fato de que cada função exige uma apropriação determinada e obrigatoriamente exclusiva, que exige, por isso mesmo uma **“negociação política”** (AAVV, 2010, p.42).

Bravo, na mesma publicação, refere-se a uma necessidade atual de relativizar conceitos associados ao espaço público, nomeadamente pela sua tipificação, uma vez que **“se o conceito de espaço público é definido pelo seu “sentimento” de urbanidade significa que é independente de formas e tipos, mas também de determinações no tamanho e na escala”** (AAVV, 2010, p.47). Não é por acaso que Brandão, na citação acima, se refere a um compromisso de pluralismo funcional do espaço público. Na evidência de uma preponderância do uso automóvel, considerar o espaço público democrático obriga às instituições da superestrutura a fazerem concessões a outros utilizadores e à sua segurança, tendo em conta não uma tipificação ou a introdução de modelos tipológicos de períodos antecessores, mas uma reconsideração da produção urbana alargada, que distingue o que é necessário separar, mas abandonando dicotomias obsoletas do que é urbano e do que é território, do que é paisagem do que é construído.

***O processo de programação, planeamento e desenho da rede de espaço público pode representar um instrumento valioso para a construção de espaços urbanos coesos e coerentes, constituindo-se em si mesmo como um instrumento de planeamento ao nível municipal.***<sup>413</sup>

Pinto et al., 2010, p.10

O espaço público como indicador urbano significa aquilo que este autor, no início do século chamava da nova **“prova do urbanismo”** (Brandão, 2000), recuperando a utilização do espaço urbanizado para todas as experiências coletivas que aí podem ter lugar. Para Borja, o espaço público **“é um dos melhores indicadores dos valores urbanos predominantes”** (Brandão, 2000, p.85). Mas e particularmente diferente deste autor, consideramos que a produção do espaço público deve contrariar a diferenciação entre o que é centro e o que é periferia, não apenas no sentido de **“socializar o centro”** e **“monumentalizar a periferia”** (Brandão, 2000, p.85), mas reduzir a expressão antidemocrática do espaço urbano não servido

---

<sup>412</sup> Dietmar Steiner, “A decade of awards”. “The public of public space is not a question of abstract relations of ownership, but is always a question of how power is exercised over that space.” AAVV, 2010, p.43.

<sup>413</sup> Tradução da autora de: “the processo of programming, planning and designing a public space network can represent a valuable instrument for the construction of cohesive and coherent urban spaces, presenting itself as an important tool for urban planning on a municipal level (...)” Pinto et al, 2010, p.10.

por espaços livres, espaços verdes e espaços reservados que contribuem para formar áreas de uso e usufruto coletivo, de promoção e propriedade pública, seja pela sua apropriação individual, seja pelos valores naturais ou artificiais que daí possam advir para todos.

***Como já dissemos, afirmamos que o luxo do espaço público não é um luxo mas sim um investimento económico e expressão de justiça social e os equipamentos mais necessários para a qualidade de vida e para a competitividade da cidade podem ser os mais simples.***

Borja em Brandão, 2000, p.88

De elemento estruturante e tipologia funcional, o espaço público, numa lógica de validação num contexto socioeconómico de competitividade, como vimos no subcapítulo anterior, passa a indicador urbano. Quer isto dizer que, o crescente discurso oral e as publicações especialmente dedicadas à cidade e ao território de urbanização alargada contam com o espaço público como critério de diferenciação no mercado fundiário e imobiliário, considerando uma valorização cultural e económica, que, por exemplo, o aumento da mobilidade e o turismo evidenciaram.

Brandão (2000) é o autor de destaque no que toca à relevância do espaço público como indicador de urbanidade. Através da sua imensa e continuada investigação, Brandão coloca em destaque a necessidade de se estabelecer o espaço público como critério primordial na produção urbana. Brandão posiciona-se num âmbito eminentemente humanista, de defesa do espaço público como espaço necessário para a comunicação presencial, partilhada, próxima e diversa, recuperando o sentido habermasiano da esfera pública e da conceção liberal da democracia no espaço urbano. Assim, coloca em perspetiva a romantização da identidade (defendendo que esta constitui o projeto do quotidiano, e não uma fantasia), a pertença (na medida em que se estabelece uma relação com a propriedade do espaço) e a interação (relação). Para Brandão o espaço público constitui a matriz fundadora das cidades e o elemento mais duradouro do tecido urbano. Segundo Brandão, o espaço público **“é responsabilidade dos cidadãos”**, e divide-os entre habitantes (utentes), parceiros e cidadãos. Brandão coloca ainda em questão qual a função particular do espaço público, tendo em consideração o alargamento metropolitano dos limites do urbano.

Há, neste autor, uma evidência do espaço público como elemento crucial de desenvolvimento da natureza urbana do espaço humano concentrado e a assunção de que através do espaço público e da qualificação do desenho urbano em rede se possa amenizar estados de exclusão e marginalização. É o que Brandão, juntamente com Pinto, Remesar e



Nunes da Silva, demonstram sobre a rede de espaços públicos em Lisboa, ao colocarem em evidência a permanência do espaço público na estrutura formal da cidade e da estrutura de espaços verdes (Pinto et al, 2010, p.8), coincidentes com os jardins e praças principais, que contribuíram para desenvolver positivamente a mobilidade e acessibilidade atual. Assim, parece-nos que existe uma objetificação do espaço público como indicador de conetividade urbana que tem de ser **“desenhado para ter papel construtor da identidade urbana”** (Brandão, 2003, p.14).

***O espaço público, é hoje reconhecido como um valor, objeto de uma acção social, política e cultural que impõem a estratégia de resistência: à privatização, à comercialização, à fragmentação, à desqualificação e à apropriação ou invasão do espaço público (pelo automóvel, pela publicidade). Mas o espaço público é também objecto da lógica de projecto, na fundação da urbanidade, impondo proactividade, iniciativa.***

Brandão, 2006, p.212

Para Steiner<sup>414</sup>, em entrevista de 2014, há que alterar também o paradigma de circulação automóvel, de segurança e de privatização que diminuíram as possibilidades de encontro pessoal e confronto social. Para este autor, a cidade deve ser construída a pensar na deslocação pedestre, livre e em espaços públicos, reagindo contra a privatização do espaço coletivo que oferecem os espaços comerciais encerrados.

***O espaço público – ou colectivo – tornou-se, em duas décadas, no centro de debate sobre as políticas urbanas ao ser tornado como um valor em si mesmo, como algo capaz de suportar ou desencadear outros processos económicos e culturais, embora nem sempre previsíveis no momento em que se desenha.***

Portas em Brandão, Remesar, 2003, p.16

Portas encontra três gerações de discursos sobre o espaço público. Segundo este autor, a regeneração do espaço público orientou a regeneração das áreas centrais antigas. Numa segunda fase, o espaço público constituiu mote de investimento associado ao evento urbano e localizada em determinada área. Por último, o espaço público integra uma componente de investigação científica sem precedentes sobre a cidade alargada que permite **“responder à nova**

---

<sup>414</sup> Entrevista com Dietmar Steiner (Vienna, Austria), acessada ao sítio electrónico “<https://vimeo.com/88988778>”, em 11 de Outubro de 2017, e publicado pela “publicspace.org” no sítio electrónico “<http://www.publicspace.org/en/post/the-distinguishing-feature-of-the-european-city-is-that-it-is-made-for-pedestrians>”.

escala e complexidade das extensões urbanas; às novas velocidades e modos de conexão; às novas dimensões ecológicas das paisagens; aos novos ambientes e lugares de sociabilidade, do trabalho e do ócio” (Portas em Brandão, remessar, 2003, p.16). É um papel de reestruturação que convém estabelecer para contrariar “a reprodução do dualismo “cidade de prestígio/cidade genérica”” (Portas em Brandão, remessar, 2003, p.18).

*Actualmente, a evidência de algumas manifestações de mudança climática indesejáveis, o aumento do custo da energia e o insucesso de um elevado número de soluções experimentadas em ambiente urbano cujo objetivo principal era à partida, a promoção de sustentabilidade e qualidade de vida, tem vindo a revelar, com clareza, que o erro está principalmente na perspectiva da análise. Ao separar a forma e a função urbana, o comportamento climático global e zonal do regional do local, e ao considerar separadamente os subsistemas climáticos indoor e outdoor à escala urbana, foi-se perdendo a possibilidade de avançar concertadamente com soluções eficazes para promover qualidade de vida sem beliscar substantivamente o modus operandi do sistema climático. Precisamente o que defendia Marcus Vitruvius Polio em De Architectura publicado em 1500 a.c. ou Albert Kratzer no Stadtklima editado em 1937.*

Monteiro, Fonseca em Rodrigues, 2013, pp. 19-20

Num contexto de expansão do debate académico sobre o papel do planeamento territorial para a mitigação dos efeitos provenientes das alterações climáticas<sup>415 416</sup>, o projeto do espaço público surge associado tanto às necessidades biológicas dos seres vivos, especialmente dos humanos em espaços construídos, como a novos critérios de ordenamento que garantam proteção civil face a ameaças climáticas. Estimando-se que mais de 60% da população mundial venha a viver em áreas urbanas em 2030, coloca-se a questão de qual a natureza dessas áreas urbanas que está patente nessa estatística, uma vez que 95% dessa nova população urbana surgirá em países em desenvolvimento, e hoje, dois terços da população mundial já vivem em assentos informais, favelas ou bairros abarracados<sup>417</sup>. Existe uma

---

<sup>415</sup> Em 2013, Costa refere-se ao fato de os “impactos territoriais associados ao aquecimento global são hoje uma realidade de incremento exponencial e os tecidos urbanos, a infraestrutura, o espaço público, os equipamentos, existentes e que venhamos a (re)fazer, tomarão nela o seu lugar.” Costa, 2013, p.169.

<sup>416</sup> O mesmo autor refere-se ainda ao Programa Europeu para as Alterações Climáticas desde 2000, que criou a “economia do carbono” (Costa, 2013, p.38), a qual Portugal integrou através do PNAC.

<sup>417</sup> Segundo a ONU, sobre o desenvolvimento sustentável definido no RIO+20, “a tendência em relação à urbanização tem enormes implicações nos esforços para reduzir a pobreza, gerir recursos naturais, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas. Enquanto cidades ocupam 2% da massa

contradição própria a esta produção urbana, que sendo antieconómica é igualmente antiecológica, apesar de integrar cada vez mais população no globo.

Assim, identifica-se a importância da intervenção na produção urbana, tanto do ponto de vista da reabilitação do edificado como da produção de espaço público, com a agenda da sociedade de risco, vocacionada para as mudanças climáticas drásticas e para cenários bélicos, com cerca de 67 milhões de pessoas com reconhecido estatuto de refugiado ou deslocado dos seus países de origem. Acresce a falta de acesso de várias populações aos recursos naturais essenciais, com mais de 180 milhões de pessoas sem acesso a água potável em áreas de conflito, mais de 600 milhões pessoas sem acesso a fontes de água e mais de 2 mil milhões de pessoas sem acesso a infraestruturas sanitárias, segundo dados da UNICEF<sup>418</sup>. Surge uma necessidade intrínseca ao ordenamento territorial, de desenvolver estratégias territoriais alargadas que devem atender a uma racionalização do espaço urbano, mas igualmente do espaço rural, nomeadamente tendo em conta a escala da economia rural, a prevenção de riscos associados à exploração económica do território e o combate às manifestações de risco como os incêndios e cheias.

***Depois de décadas de acumulação de evidências empíricas, provenientes de variados campos disciplinares, sobre a importância da presença de estruturas e processos naturais nas cidades, nos últimos anos têm vindo a emergir e a consolidar-se perspectivas integradas sobre o planeamento e a gestão dos espaços verdes nas cidades.***

Madureira, 2016

O espaço público tem de ser enquadrado como parte dessa estratégia de organização coletiva do território, tendo em conta o ciclo hidrológico, a ecologia das espécies e o trabalho humano realizado com essa ecologia. Assim, não é apenas para a produção e reabilitação de edificado e de infraestruturas territoriais que têm de surgir pautadas nos instrumentos de gestão as preocupações com a ecologia e a mitigação dos danos territoriais. As metodologias de conceção física dos espaços públicos, nomeadamente pela forma como se enquadram nas características biofísicas do território, urbano ou não, devem enquadrar a resiliência e a resistência dos materiais utilizados, bem como da vegetação mais própria. Os riscos associados especialmente às alterações climáticas são principalmente o crescimento acentuado de

---

de terra no mundo, elas produzem até 70% da emissão de dióxido de carbono." Fonte: <http://www.onu.org.br/rio20/cidades.pdf>, em 10 de Outubro de 2017.

<sup>418</sup> Fonte: <https://www.unicef.org/wash/>, em 10 de Outubro de 2017.

probabilidade de grandes e prolongados incêndios, e ainda, por outro lado, de cheias e subida do nível das águas fluviais e marítimas (Costa, 2013), ou seja, os riscos dinâmicos.

Brandão, em 2002, propõe um importante **“Guia de avaliação do design do espaço público”**, publicação que marca uma preocupação premente no planeamento e na gestão urbana do espaço público, mas que concebe a escala territorial dos elementos naturais e a necessidade de se fazer um reconhecimento destes em situações de desenho urbano extensivo. É o que Brandão denomina de **“elementos e estruturas naturais”** (Brandão, 2002, p.47) quando se refere à adequação das atividades e das utilizações ao solo, à água, à vegetação, à massa arbórea e à fauna no que toca ao quadro climático local e regional. Brandão concebe uma compatibilização das soluções em espaço público que atenda a diminuir o consumo de água, a conduzi-la, e a impedir a sua retenção.

O espaço urbanizado tem por isso uma nova oportunidade de se formular com respeito aos princípios da ecologia e da adaptação física aos ciclos da água, considerando um processo de litoralização da ocupação humana, onde aqueles têm mais probabilidade de provocar danos materiais e humanos<sup>419</sup>, e reabilitando antigas áreas de indústria portuária. Foi o que aconteceu no final do século XX com respeito a uma literatura emergente sobre cidades com frentes de água, apresentando exemplos em todo o globo do impacto da desindustrialização nestas áreas, e reposicionando estas áreas no laboratório da produção urbana direcionada para a mitigação dos efeitos da subida do nível da água, por exemplo. Segundo Costa, à dinâmica responde-se com flexibilidade, e nesse sentido, **“o sistema urbano da água constitui igualmente uma área de inovação e criatividade para o urbanismo e para a arquitectura, em particular para o projeto do espaço público”** (Costa, 2013, p.54).

***A estratégia do plano diretor municipal continua a ser fundamental e tem de ter em conta a cenarização demográfica e de alterações climáticas, ajustando o modelo territorial, a regulamentação e os sistemas de monitorização ao contexto de retração.***

Sá Marques,  
em Atas e Comunicações do Seminário da  
Classificação do Solo e Urbanismo, 2016, p.84.

---

<sup>419</sup> “60% da população urbana mundial está localizada em regiões expostas a pelo menos um tipo de risco de desastre natural. Cidades na América Latina e no Caribe, na América do Norte e especialmente na Ásia são normalmente localizados em regiões expostas a perigos naturais. Coletivamente, o setor da construção é responsável por cerca de 40% do uso dos recursos globais, incluindo 12% do uso de água doce, e produz mais de 40% de resíduos sólidos.” Fonte: <http://www.onu.org.br/rio20/cidades.pdf>, em 10 de Outubro de 2017.

Segundo investigação da **CABE Space**, no Reino Unido, em 2004:

- mais de **33 milhões** de pessoas visitaram **2,5 mil milhões** de vezes os espaços verdes urbanos;
- **85%** admite que a qualidade do espaço público e do ambiente construído tem um impacto direto na forma como se sentem e na sua qualidade de vida;
- em algumas cidades Holandesas, demonstrou-se que a adjacência de edifício à água ou jardim aumentava o preço em **11%**, a vista de parque, **8%**, e a proximidade **6%**;
- em Berlim, em 2000, proximidade a parques infantis em áreas residenciais aumentava o valor do solo em **16%**, e mais árvores plantadas, **17%**;
- a obesidade custa mais em saúde pública do que o consumo de cigarros, e em **15 anos** será a causa de mais mortes no Reino Unido;
- caminhadas ao ar livre podem reduzir ataques cardíacos em **50%**, diabetes em **50%**, cancro do colon em **30%** e fratura do fémur em **40%**;
- se **1%** da população realizasse exercício físico adequado poupar-se-ia **85 milhões de libras** por ano na Escócia;
- em Tóquio, há evidências de aumento de longevidade em **5 anos**, para os que passeiam em parques e ruas arborizadas;
- **7%** dos parques urbanos em Inglaterra são frequentados para atividades desportivas;
- **85%** das atividades desenvolvidas em espaço aberto e arborizado melhora o comportamento de crianças com distúrbios de défice de atenção;
- a segurança contra roubo e crime foi reduzida em alguns casos com a introdução de jardins e parques urbanos e parques infantis;
- a melhoria dos níveis de iluminação urbana e o aumento da largura do passeio, em Birmingham, reduziu em **70%** os roubos de carteiristas;
- verificou-se, em Los Angeles, em 1990, que a **localização, iluminação e visibilidade** das paragens de autocarros contribuiu para diminuir os rácios de crime, nomeadamente pela sua relocalização em áreas com edifícios habitados ou cuja utilização se prolonga durante a noite;
- um estudo em Chicago demonstrou que a sociabilização do espaço público aumenta com a sua **naturalização** e redução de intervenção artificial;
- segundo a Living Streets, a utilização de espaço público na deslocação pedonal das crianças desceu de **67%**, entre 1985 e 1986, para **53%** entre 1997 e 1999 e que o Reino Unido tem um dos piores recordes de pedestrianos infantis da Europa;

- a redução do limite de velocidade automóvel em áreas residenciais evitou que **13 mil** crianças por ano morressem ou fossem atropeladas;
- uma maior polifuncionalidade do espaço público incrementou o uso de bicicleta em **65%** desde 1970;
- na França, em Estrasburgo, o uso de transporte público cresceu **43%** desde 1990, com a introdução de **12,6 km** de vias para autocarro, significando um uso por **70 mil** passageiros diários em transporte público;
- num estudo americano, que avaliou três ruas de nível de tráfego diferente (2000, 8000, 16000 veículos por dia) verificou-se que nas ruas com menos carga urbana, os habitantes tinham **3 vezes mais** amigos do que nas restantes, e ainda, que, nas ruas de maior carga urbana o nível de rotação da ocupação habitacional era superior;
- em Brisbane, na Austrália, uma medição do comportamento pedestre e da interação humana descobriu que os condomínios privados aumentavam o tempo de deslocação dos residentes vizinhos, prejudicando a sua qualidade quotidiana, e ainda que, fora das áreas condominiais havia mais 30% de atividade no exterior, essencialmente pela presença de crianças, sendo que as crianças dos condomínios eram proibidas de utilizar os seus próprios espaços condominiais; ou seja, mais espaços livres não seriam suficientes em si para aumentar a vivência exterior, tinham de ser **espaços eminentemente públicos**;
- espaços com mais plantação arbórea têm uma maior capacidade de retenção do carbono e um nível de queda de águas pluviais mais baixo a saturar os sistemas de escoamento, e em situações onde a vegetação cobre mais de **50%** de determinadas áreas, relativamente a outras de 15%, por exemplo, demonstram uma redução de 7° no nível de temperatura ambiente;
- um estudo em Tel Aviv revelou que a presença de árvores numa rua de tráfego pesado produzia um arrefecimento de **1°** nessa área; o mesmo estudo indica o mesmo benefício sentido até **100 metros** dessa área;
- a presença de elementos naturais no espaço exterior contribui para o desenvolvimento de espécies e para a biodiversidade em ambiente urbanizado.

Consideramos que, e conforme alerta de Sá, para a crise demográfica e económica no contexto português, existe uma tendência para se gerarem situações de riscos territoriais e urbanos, que o planeamento deve antever pela “**estabilização de cenários**” e “**identificação de fatores de risco**” numa “**agenda de adaptação**” (Costa, 2013, p.138). Mas essa agenda tem de reconsiderar a propriedade e a política de solos, recuperando a unidade paisagística e a ecologia de sistemas (Odum, 2004) que está para lá da compartimentação anti-ecológica do território, que o cadastro e a forma como se implantam as atividades humanas setoriais promoveram nos últimos cinquenta anos.

Odum, na publicação “**Fundamentos da ecologia**”, de 1953, aponta o papel tanto da tecnologia e da ciência na compreensão desta dinâmica, onde a atividade humana é intrínseca ao sistema, como o do planeamento territorial como atividade humana capaz de reduzir a exploração dos recursos necessários ao desenvolvimento saudável da população humana e das restantes populações. Contudo, esta simultaneidade da ação humana dentro de uma visão holística da realidade é inerente de uma ação política a exercer sobre o desenvolvimento da produção social e da produção urbana que não pode ser naturalizada fora de decisões políticas e técnicas de natureza histórica. Quer isto dizer que é necessário sublinhar que o modo de produção humano não é senão uma consequência de formas de exploração dos recursos decidida coletivamente, ou pelo menos, socialmente. Odum é primordial em identificar que diversas disciplinas (geografia, biologia, sociologia, antropologia) contribuíram para construir uma disciplina integrada e autónoma que, no final do século XX, se veio a assumir como a ecologia.

*Planeamento regional do uso do solo (zonagem total), como meio de controlar o volume e a distribuição da população e de assegurar a existência de, pelo menos, um terço de espaço livre nas áreas metropolitanas novas e desenvolvidas; isto requer a criação de comissões ambientais com autoridade para levar por diante planos estatais, regionais e nacionais que tenham sido estudados a fundo, revistos e aprovados por processos democráticos (análogo ao “controlo territorial” nas populações naturais).*

Odum, 2004, p.822

Em 1966, Aloys Bernatzky (Bernatzky, 1966, p.32), no estudo sobre os espaços verdes como fator climático e respetiva função no urbanismo, apontava uma área de superfície de estrutura verde de 30 a 40 metros quadrados por habitante, considerando que cada ser-humano consome o oxigénio produzido por 150 metros quadrados de superfície foliar.

Em 2009, a média europeia deste índice era de 20 metros quadrados habitante, enquanto a da cidade do Porto era de 7 metros quadrados por habitante, com apenas 16% do total linear das ruas com vegetação arbórea plantada. Outros indicadores, dentro deste tema, consideram o de número de árvores por cada 100 habitantes. Ortega, em comunicação de 2011, refere precisamente o conflito na economia antiecológica dominante<sup>420</sup>, que modifica drasticamente o sistema emergético<sup>421</sup> e altera uma relação sustentável entre consumidores e decompositores, na cadeia de energia, no ciclo de produção natural.

***A infra-estrutura verde (IG) é fundamental para a saúde, a capacidade de vida e a sustentabilidade dos ambientes urbanos. Fortalece a resiliência das cidades para responder aos principais desafios atuais e futuros de crescimento, saúde, mudanças climáticas e perda de biodiversidade, bem como da segurança da água, da energia e alimentar.***<sup>422</sup>

Ely, Pitman, 2014, p.3

O projeto URGE team 2004<sup>423</sup>, promovido pela Comissão Europeia, que publicou um guia prático para a promoção de áreas verdes em espaço urbano, permitiu revelar o estado dos espaços verdes em onze cidades europeias tomadas como referências experimentais, conduzindo a uma investigação integrada com objetivos e critérios comuns, de forma a criar uma ação partilhada quanto aos espaços verdes urbanos públicos na Europa. Esta investigação analisa os espaços verdes urbanos públicos em função de quatro campos complementares e interdisciplinares: economia, ecologia, sociologia e planeamento. A análise considera que é importante para a validade dos resultados uma abordagem em dois níveis territoriais diferentes, sendo que dentro dos limites administrativos é observada toda estrutura verde concelhia (city level) e dentro cada área específica, são observados espaços verdes urbanos públicos individualmente (site level)<sup>424</sup>.

---

<sup>420</sup> "Ecological economics: the role of emergy methodology", proferida por Enrique Ortega no dia 26 de maio 2011, no Teatro da Vila, durante o TEDxVilaMadá, in visitada em 18 de outubro de 2017 no sítio electrónico <https://www.youtube.com/watch?v=JGm65E6JnEA>. Ortega, 2011.

<sup>421</sup> Segundo Ortega, emergia é o trabalho realizado pela natureza e o Homem (Ortega, 2011). Segundo Odum, e emergia é uma unidade de medida das entradas e produtos de um sistema, e define-se a emergia de um recurso como a soma do valor intrínseco da matéria original e de todo o trabalho realizado para produzir o recurso. A contabilidade emergética considera tanto o trabalho feito pela natureza quanto o trabalho feito pelos seres humanos. Odum, Odum, 2012,

<sup>422</sup> Traduzido pela autora de: "Green Infrastructure (GI) is critical to the health, liveability and sustainability of urban environments. It strengthens the resilience of towns and cities to respond to the major current and future challenges of growth, health, climate change and biodiversity loss, as well as water, energy and food security." Ely, Pitman, 2014, p.3.

<sup>423</sup> Ver referência ao Projeto URGE, em anexo.

<sup>424</sup> Ver referência ao Projeto URGE, em anexo.



O arquitecto Eiel Saarinen, no seu livro "The City (1943), liga a origem do declínio das cidades à substituição da arquitectura criativa pela inovação sem criatividade, falha de "correlação e ordem orgânicas" e ao declínio do interesse público pelo planeamento da cidade, resultante da sobrevalorização atribuída aos valores económicos.

Odum, 2004

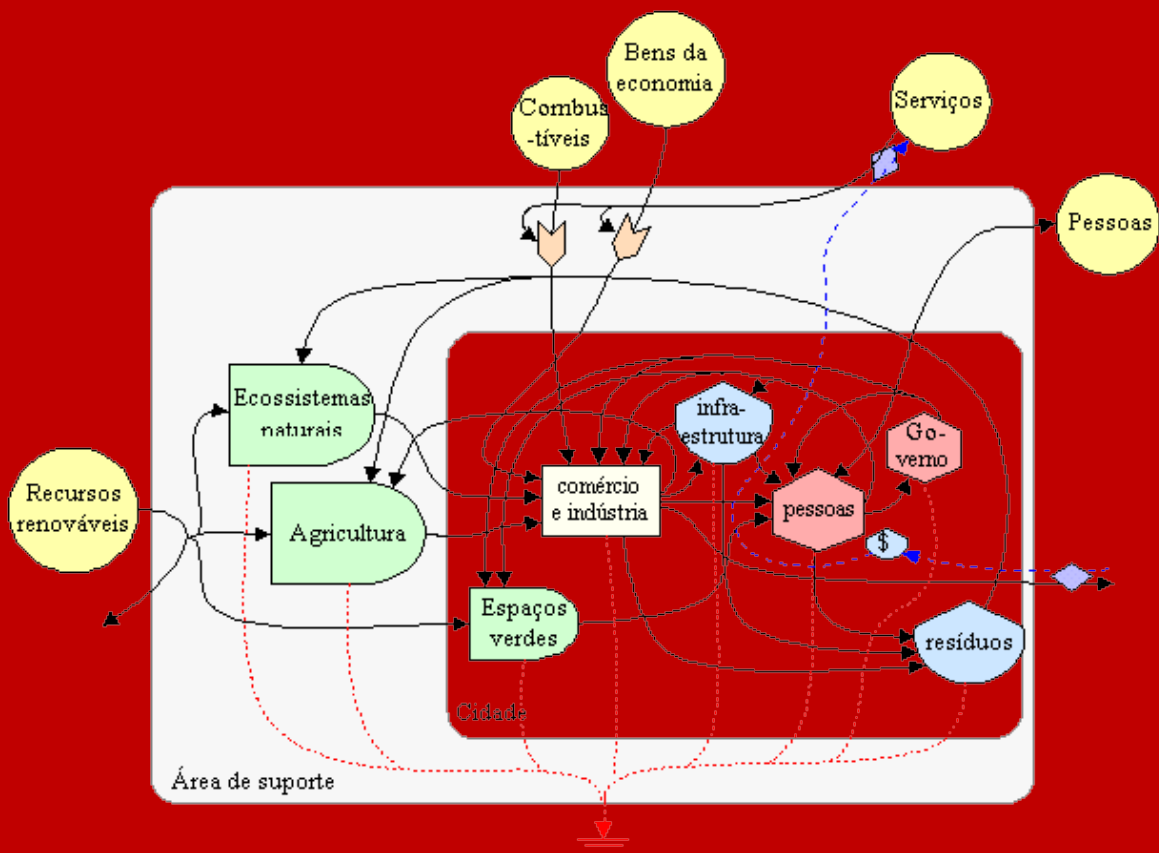


Fig. 65 Interação entre uma cidade e sua região de fornecimento de energia e materiais.  
Fonte: Ortega, 2004.













Biodiversity value		Comments
Inferior	Superior	
 Small patch of habitat	 Large patch of habitat	More species can persist in a large patch of habitat with more food and shelter resources and less disturbance. The larger a patch of habitat, the more diverse and resilient it is.
 Increased edges	 Decreased edges	Patches of habitat with a high proportion of edges offer less shelter for the species that inhabit them and allow greater disturbance through trampling and weed invasion.
 Fragmented habitat	 Intact habitat	Intact habitats function better than fragmented habitats. Boundaries prevent plants and animals from dispersing through urban environments to find food and shelter resources.
 Disconnected patches	 Connected patches	The interconnection of many small biodiverse areas can emulate the benefits of larger, more intact habitats. Corridors allow biota to disperse through urban environments.
 Simple structure	 Complex structure	A complex assemblage of vegetation is better for wildlife, adapts better to change, and is more highly appreciated by people than a simple assemblage.
 Immature habitat	 Mature habitat	A mature assemblage of vegetation provides habitat for wildlife in logs and tree hollows. It takes many years of succession to establish a complex and healthy ecosystem.

Fig. 66 Roetman e Daniels (2008) ilustram princípios de dimensionamento, forma e estrutura para promover a biodiversidade em áreas urbanas.  
Fonte: Martin, Pitman, 2014, p.311.

Segundo artigo publicado em 2015, sobre os efeitos da plantação de árvores no conforto térmico humano nos trópicos, Abreu-Harbich, labaki e Matzarakis referem que a metodologia de implantação e manutenção devem ter em conta a espécie utilizada, a forma de associação e ainda a quantidade. Segundo estes autores, que realizaram uma investigação sobre doze espécies em Campinas, existe uma relação entre a presença destas árvores em meio urbano e os valores registados quanto à temperatura e radiação. Assim, concluem que o tamanho e a forma da coroa da árvore podem promover o conforto térmico num microclima, tanto quanto o tamanho e forma das folhas, do tronco e a permeabilidade da coroa e que clusters de árvores podem aumentar os efeitos de arrefecimento de uma determinada árvore. Segundo estes autores, o planeamento tem de prever estas características e, da mesma forma, prever futuras alterações climáticas, considerando a plantação apropriada em passeios, faixas pedestres, praças e parques como forma de atenuar os efeitos térmicos prejudiciais à escala local. Demonstrada os benefícios da existência de massa arbórea em espaços livres, relativamente aos espaços sem plantação.

Fonte: Abreu-Harbich et al, 2015, p.108.

Este projeto representa uma tentativa de estabelecer critérios e indicadores transversais e multidisciplinares que definam uma classificação dos espaços verdes urbanos, permitindo que o reconhecimento das suas deficiências seja contrariado pela gestão urbana, tendo em conta precisamente um conjunto de dados socioeconómicos que até aqui eram setorializados e dispostos de forma arbitrária por cada um dos países ou promotores.

***O amplo reconhecimento da importância dos "serviços ecossistémicos urbanos" tem vindo a ser acompanhado por alterações nas abordagens ao planeamento e gestão das áreas verdes urbanas.***

Madureira, 2016, p.146

Em 2005, o conceito de serviços ecossistémicos (ecosystem services) é difundido pelo relatório da MEA (Madureira, 2016, p.145), sendo que continua a constituir a conceção mais **"amplamente aceite pela comunidade científica"** (Madureira, 2016, p.144)<sup>425</sup>. Segundo Madureira<sup>426</sup>, o conceito tem origem na década de sessenta passada, mas apenas no final de noventa, através da publicação de Constanza<sup>427</sup> é que o mesmo foi reconsiderado dada a relação estabelecida dos sistemas naturais com o capital económico potencial. Madureira alerta para uma dificuldade na estabilização deste conceito<sup>428</sup>, especialmente no que toca ao fato de nas políticas territoriais coexistirem também os conceitos de infraestrutura verde e estrutura ecológica. Dessa forma, há um debate presente sobre a integração destes conceitos numa leitura integrada do território dividido sectorialmente face à sua semelhança concetual<sup>429</sup>.

---

<sup>425</sup> Segundo a BISE, os serviços ecossistémicos são as contribuições diretas e indiretas dos ecossistemas para o bem-estar humano (TEEB D0). Estes apoiam, direta ou indiretamente, a nossa sobrevivência e qualidade de vida. Segundo a TEEB, dividem-se em sistemas de provisão, regulação, habitat e cultura.

<sup>426</sup> "Os "serviços ecossistémicos" e a "infraestrutura verde" são crescentemente apresentados como quadros conceptuais que prometem uma abordagem holística ao planeamento urbano." Madureira, 2016, p.157.

<sup>427</sup> "The value of the world's ecosystem services and natural capital".

<sup>428</sup> Ver referência a infra-estrutura verde em Madureira, em anexo.

<sup>429</sup> Madureira vê a capacidade de a introdução da investigação em serviços ecossistémicos poder "clarificar e estabilizar os conceitos de "funções" e "serviços" e, portanto, também o conceito de "multifuncionalidade", tendo em conta que o "planeamento de infraestruturas verdes tem como designio criar sinergias entre os serviços ecossistémicos de modo a ampliar os seus potenciais benefícios." (Madureira, 2016, p.153). Para isso, Madureira considera ser necessário continuar a desenvolver metodologias de avaliação dos benefícios e beneficiários dos sistemas, bem como garantir a operacionalidade dessa avaliação em políticas e gestão integradas: "As estruturas verdes são elementos paisagísticos fundamentais para a promoção e conservação da biodiversidade nas áreas urbanas ou urbanizáveis. Arquitetos paisagistas, arquitetos. Urbanistas e gestores ambientais devem estar aptos a desenvolver abordagens integradas que promovam as estruturas verdes urbanas de acordo com as atuais necessidades sociais, suportadas por um profundo conhecimento dos ecossistemas urbanos. Essas abordagens devem criar oportunidades para convívio de pessoas, plantas e animais. Em espaços públicos partilhados, com o mínimo conflito possível uma forma de atingir esses objetivos é através de um adequado ordenamento e desenho do espaço exterior e da paisagem, que reflita o desenvolvimento de uma matriz verde de habitats de uso múltiplo, acessos e equipamentos com significativa qualidade funcional ecológica e estética." Marques et al., 2011, p.7.

Reino Unido e Austrália reuniram, nas últimas duas décadas, um conjunto significativo e vanguardista de experiências de gestão de espaços verdes públicos, cujas práticas sustentáveis e participativas se tornam modelo para outras cidades. É o caso da promoção dos espaços verdes e da investigação destes em meio urbano realizada pela CABA (Commission for Architecture and Built Environment) no Reino Unido, a quem se associou a Design Council em 2011, promovendo a qualidade territorial e urbana através do desenho urbano dos espaços verdes e dos espaços públicos. O projeto CABA conduziu a duas publicações, que, desde o início do século XXI, têm contribuído para valorizar disciplinas científicas no planeamento público, organizado em função do incremento de atividade plurais ao ar livre, criando um conjunto de dados estatísticos sobre as evidências dos benefícios trazidos pelas infraestruturas verdes em espaço humanizado. Na Austrália, segundo a Botanic Gardens of South Australia, em documento de revisão e crítica literária sobre o projeto de Infraestrutura Verde, publicado em 2014, ficam demonstrados os benefícios da existência de espaços verdes e de estruturas ecológicas em meio urbano, e não só.

Em 2010, o Prémio Europeu de Espaço Público comemora dez anos. Na publicação que reúne os projetos premiados, oito autores resituam os conceitos de espaço público e de urbanidade, caracterizando, com maioritária convergência, o espaço público com espaço político, de possibilidade de ação e representação ou performatividade numa sociedade contemporânea que se expressa democraticamente no espaço urbano.

É nos pontos 24 e 58 da Carta Europeia do Urbanismo, assinada em Barcelona em Assembleia Geral do ECTP-CEU – Conselho Europeu de Urbanistas “”, em 2013, que estão contemplados a **“acessibilidade e gestão dos espaços públicos”**, para efeitos de apoio a atividades intergeracionais, e ainda o **“desenho urbano para proteger e melhorar/valorizar os espaços públicos (tais como arruamentos/vias, praças, circulações pedonais e “corredores verdes”)**”, para efeitos de integração espacial, tendo em vista a coesão cultural, social, ambiental e económica que “constitui a essência do ordenamento do território” na Europa organizada em cidades e territórios regionais integrados (ECTP-CEU, 2013, p.12; p.21).

Em 2016, a Green Flag Award, sediada no Reino Unido, comemorou vinte anos de existência, promovendo e premiando espaços verdes e parques urbanos segundo um conjunto de parâmetros, entre os quais a acessibilidade dos mesmos, bem como o seu planeamento e gestão direcionados para a frequência regular dos habitantes. Segundo relatório de 2016<sup>430</sup>, o

---

<sup>430</sup> “Launched in the UK in 1996, the Green Flag Award has transformed our country's green spaces. It was introduced to reverse the decline in the quality of our parks that had happened in the 1970s and 1980s and it has worked.” Green Flag Award, 2016, p.5.

estatuto Green Flag aumentou de sete para 1600 atribuições atuais neste período de existência, contribuindo para homogeneizar os critérios de qualidade de vários espaços verdes no Reino Unido e em outras cidades que se candidatam ao estatuto. Este estatuto é atribuído a espaços em diferentes situações funcionais, nomeadamente parques, hospitais, cemitérios, escolas, canais e linhas de água, reservas naturais.

***[...] examinamos uma emergente fronteira na justiça ambiental: o movimento que assegure que os serviços ecossistémicos urbanos e os benefícios de saúde que providenciam são equitativamente distribuídos a todos os segmentos da população.***<sup>431</sup>

Jennings, Larson e Yun, 2016, p.2

Jennings, Larson e Yun, em artigo publicado em 2016, no Jornal de investigação em Ambiente e Saúde Pública, apresentam um conjunto de estudos sobre o que denominam de UGS (urban green spaces) – espaços verdes urbanos. Segundo estes autores, a Healthy People 2020 considera determinante o contexto comunitário, o espaço construído e a classe social como fatores chave na promoção da saúde. Assim, espaços verdes providenciam direta e indiretamente benefícios para a saúde humana e o bem-estar que são descritos como parte dos serviços ecossistémicos. Segundo estes autores, existe uma crescente comunidade de cientistas e investigadores que corroboram o fato de o espaço verde regular a poluição do ar e da água, mitigar os efeitos de sobreaquecimento em meio urbano e permitir acesso a uma nutrição à base de frutas e legumes, encontrando na literatura abordada por estes mais de 70 índices que definem essas correlações. Por outro lado, continua a existir dificuldade ou pouco consenso no meio científico em medir a acessibilidade aos UGS.

Estes autores referem ainda que existem outras situações que podem ser integradas nos impactos intangíveis como o aumento da atividade física, a redução de riscos associados à obesidade e a problemas cardiovasculares, à redução do stress e a ainda à ansiedade e saúde mental. Segundo estudos citados por Jennings, Larson e Yun, existem dados que relacionam o aumento e manutenção de UGS com a diminuição do número de fumadoras, ou que há um maior engajamento social em áreas com mais acesso a UGS. Outros ainda relacionam níveis mais elevados de performance educativa ou de maior nível de memorização e foco em atividades intelectivas. Existe ainda outra vantagem associada ao cultivo e à agricultura em meio urbano. Assim, para estes autores existe uma inerente manutenção de uma justiça

---

<sup>431</sup> Traduzido pela autora de: "we examine an emerging frontier in environmental justice: the movement to ensure that urban ecosystem services and the health benefits they provide are equitably distributed among all segments of the population." Jennings, Larson e Yun, 2016, p.2.

ambiental relacionada com diferentes aspetos da saúde individual e coletiva dos habitantes urbanos no que toca à gestão sustentável de espaços verdes, que é verificável em estudos que demonstram menores salários para habitantes em áreas com menos massa arbórea nas ruas ou sem acesso a UGS. Estes autores referem dezenas de estudos realizados nos EUA, que estabelecem relação entre o aumento de espaços verdes que forneçam proteção de copa com uma diminuição em 12% do nível de crime. Outros estudos apontam relações entre atividades recreacionais ao ar-livre e a saúde mental.

Este conceito de justiça ambiental vem definir um conjunto de critérios e indicadores aos quais se pode associar o maior ou menor acesso a espaços verdes, bem como a forma da sua gestão, manutenção e acesso. Contudo, alertam para o fato de a proximidade física não corresponder diretamente a um uso maior, uma vez que existem fatores socioeconómicos que limitam a oportunidade e o tempo de utilização por parte de populações com maior carga laboral, por exemplo, ou com diferenças raciais socialmente identificadas. Ou seja, e segundo nossa interpretação, não basta a conformação territorial e urbana conceber a estruturação dos espaços verdes e das estruturas ecológicas, mas que estas façam parte de uma nova organização de produção coletiva que não a que foi desenvolvida nos últimos cinquenta anos e produziu espaços urbanos não urbanizados, ou espaços urbanizados não urbanos. Este é um ponto que queremos ver demonstrado na nossa análise empírica.

***Os governos nacionais deverão definir, difundir, promover e controlar as boas práticas no domínio dos instrumentos de integração da gestão, tais como ecogestão e auditoria, AIA, AAE e indicadores de sustentabilidade.***

CE, 1996, p.87

Especialmente em Portugal, uma primeira escola de paisagistas, que, em meados do século XX, foi fundada por Francisco Caldeira Cabral, contribuiu para estabelecer nacionalmente os conceitos herdados de continuum naturale e de homeostasis<sup>432</sup> (Cabral, 1980), surgidos ainda no final do século XIX na Europa. Ilídio de Araújo, Ribeiro Telles, Viana Barreto e mais recentemente Leonel Fadigas, Teresa Andresen e Sidónio Pardal protagonizam a interação destas disciplinas com os processos de planeamento urbano e de ordenamento do território em Portugal.

---

<sup>432</sup> Ver referência a Definições Territoriais, em anexo.

1. Caracterização do 'lugar' como paisagem	Elementos naturais e artificiais, panorama, relevo, vegetação, luz.	Reforçar o conhecimento, no sentido da revelação do lugar; Realçar os elementos distintivos originais (geradores) do espaço.	Conservar elementos naturais de grande qualidade (árvore, fonte, ribeiro); o ecossistema natural contribui para a identidade da transformação referindo um projecto ao lugar de que faz parte.
2. Carácter como cultura urbana	Ruas, edifícios notáveis, 'grão' urbano, materiais, escala.	Melhorar a compreensão dos motivos/sentidos da forma construída; Reforçar elementos distintivos da humanização do lugar; Evidenciar o desenvolvimento histórico da forma urbana.	Num projecto de transformação, integrar estruturas urbanas prévias (não apenas o elemento fachada), ajuda à continuidade do tecido, retendo elementos de escala distintiva do ambiente urbano.
3. Continuidade e abertura	Relações edifícios-espacos, público-privado, alinhamentos.	Definir os limites público-privado e os elementos de transição; Estimular as relações de complementaridade entre espaços, eliminar zonas mortas, sem uso ou sem controlo.	As aberturas de edifícios para o espaço público, os espaços semipúblicos ou semi-privados, criam zonas de continuidade, protecção, e controlo de acesso (frentes recuadas, pátios, 'parkings').
4. Atracção, segurança e conforto	Sentido de protecção, da tranquilidade, da boa aparência.	Promover espaços atractivos para o uso de toda a sociedade com estímulo da sensação de segurança; Estimular a limpeza, bom acabamento, facilidade de utilização, adequação ao uso.	Edifícios em pontos notáveis com comércio e esplanadas atractivos contribuem para a identidade e segurança. Os equipamentos públicos, como rede de socialização, devem oferecer conforto ao utente.
5. Movimento, acessibilidade	Intensidade do acesso a meios de deslocação diversos.	Assegurar a permeabilidade e interconexão de diferentes espaços, acesso a meios de diferentes velocidades, colectivos ou individuais; ruas e passeios ligados a percursos frequentes e alternativos.	Novos percursos pedonais devem integrar os existentes incluindo acesso aos sistemas de transporte público e vice-versa; as junções de percursos devem ligar pontos de diferentes tipos de mobilidade.
6. Visibilidade e orientação	Vistas, pontos de foco, permeabilidade visual, clareza visual.	Conferir aos lugares uma imagem clara e reconhecível de e para; Facultar elementos facilitadores do reconhecimento e da orientação (vistas, luz, informação, sinalização).	Possibilidade de avistar os principais percursos e a partir destes os marcos visuais. Actividades mais intensas localizadas em locais mais legíveis conferem identidade.
7. Adaptabilidade e diversidade	Usos temporários, eventos, usos mistos e articulados.	Facilitar mutações por factores sociais, técnicos ou económicos; Possibilitar escolhas na apropriação colectiva do espaço; Eliminação de obstáculos à mudança, adaptação de escala, infra-estruturas flexíveis.	Adaptabilidade dos elementos chave do espaço público – pisos térreos, esquinas, passagens (pés direitos, acessos) a mudanças de uso, usos mistos, possibilidades de escolha.
8. Comunicação, significado e simbolismo	Elementos comunicacionais, monumentais, de estetização.	Evidenciar as qualidades e sentido do espaço; Favorecer a qualidade da informação disponível em função de necessidades; Melhorar a percepção dos significados e valores identitários (toponímia, arte).	As actividades colectivas são em si mesmas simbólicas da comunidade devendo ser localizadas em locais destacados. A comunicação deve ter por referências estes locais, de carácter monumental-artístico.
9. Participação	Ações de diagnóstico, sistematização de necessidades e/ou opinião colectiva (método UDA).	Envolvimento dos utentes em acções de conhecimento, divulgação, desfrute, conservação, gestão ou mobilização na transformação do espaço.	A cooperação e a interacção devem sustentar a relação de parceria de todos os actores; Programas de objectivos estratégicos em diálogo entre população, técnicos e Administração.

Fig. 67 Roteiro para a gestão do processo de identidade no espaço público.  
Fonte: Brandão em DGOTDU, 2011, p.32.

Espaços verdes urbanos		Espaços verdes urbanos	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desempenham um papel fundamental no lazer, aumentam a qualidade de vida de quem vive e trabalha em zonas urbanas e fornecem localizações para diferentes actividades de lazer, desporto e jogo</li> <li>• Ajudam a promover estilos de vida saudáveis</li> <li>• Contribuem para a inclusão social, desenvolvimento da comunidade e cidadania e proporcionam condições para a realização de eventos sociais e culturais</li> <li>• Como recurso educativo, dão apoio à educação ambiental e contínua e ajudam a desenvolver uma melhor compreensão dos processos ecológicos e ambientais</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Protecção de recursos naturais</li> <li>• Proporcionam habitat para a vida natural e afectam positivamente a diversidade das espécies</li> <li>• Diminuem o stress ambiental associado ao clima urbano, pelos efeitos ecológicos de regulação, absorção de emissões, redução de ruído, redução da poluição atmosférica, controle de erosão hidrológica, sendo importantes elementos para gestão de inundações e drenagem de sistemas urbanos sustentáveis</li> </ul>	
		Funções sociais	Funções ecológicas benefícios ambientais
Espaços verdes urbanos	Benefícios económicos	Design e planeamento	Espaços verdes urbanos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• São factores importantes na localização de empresas</li> <li>• Revigoram o comércio local e a economia do bairro atraindo turistas e investimentos</li> <li>• Oferecem oportunidades de emprego directo para os que planeiam, gerem e mantêm os espaços</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definem a estrutura urbana</li> <li>• Contribuem para a identidade e carácter do local, fornecem paisagens distintas e dão legibilidade e estrutura ao tecido urbano</li> <li>• Contribuem para a identidade estética, histórica e cultural da cidade, fornecem um equilíbrio natural às formas construídas e podem desenvolver-se como uma rede assegurando o contacto com o mundo natural</li> </ul>	

Fig. 68 Funções, usos e benefícios dos espaços verdes urbanos. Projeto URGE.  
Fonte: Espaços Verdes, 2005, p.29.



***As cidades são também, elas próprias, habitats ecológicos. O desenvolvimento urbano reduz geralmente a biomassa e a diversidade biológica ao construir, desalojando populações animais e vegetais. No entanto, também pode criar novos habitats e nichos. O carácter e a estrutura dos espaços verdes urbanos, as interligações, a interacção com os edifícios, as formas como são geridos, os níveis de ruído e poluição, os padrões de comportamento humano, tais como as actividades recreativas, irão influenciar conjuntamente as qualidades das cidades enquanto habitats.***

CE, 1996, p.42

Os conceitos de estruturas ecológicas, de corredores verdes, de áreas de proteção e de salvaguarda materializam as intenções de enquadramento jurídico e prático quanto ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável em Portugal, apoiado no equilíbrio funcional do território e propondo a ligação sistémica de áreas verdes também em contexto urbano<sup>433</sup>.

***A complexa geometria das superfícies urbanizadas, a forma e orientação dos edifícios, as propriedades térmicas dos materiais utilizados, a impermeabilização do solo ou o calor libertado pelas diversas actividades antrópicas, são alguns dos contributos decisivos para alterar o balanço energético nas cidades (Quadros XXXV e XXXVI).***

Monteiro, 1993, p.190

A Constituição da República Portuguesa, nos seus artigos 9º e 66º, desde 1976, prevê o papel do Estado na preservação do ambiente, por forma a empreender políticas de manutenção ecológica equilibrada e promover a melhoria da qualidade de vida. Em 1971, surge a figura do Domínio Público Hídrico (DPH). Em 1983, surge a figura da Rede Ecológica Nacional (REN), materializando o conceito de “**continuum naturale**” e da condição sistémica do território e

---

<sup>433</sup> Esta alteração de paradigma, sustentada por alterações na legislação, especialmente sob orientação internacional e europeia, vem reforçar a aplicação dos conceitos científicos daquela disciplina e de outras paralelas ao ordenamento territorial português, nomeadamente quanto às políticas de conservação das espécies e dos habitantes em meios urbanos. Para a investigação da Carta Verde da Cidade do Porto, a propósito da Estrutura Ecológica Urbana diz Monteiro, em 2001: “Remonta aos finais da década de 80 e surgiu, oficialmente, quando o presidente da Commission on Americans Outdoors (1987), defendeu a necessidade de cerzir as áreas rurais e urbanas com um sistema de circulação natural e ambientalmente equilibrado, acessível a todos os cidadãos. A planificação destes sistemas de circulação, ambientalmente, equilibrados terá de considerar, desde a sua concepção, as características do suporte biológico e físico, bem como do contexto climatológico onde se vão desenvolver. Dentre estes, salientaremos, ao longo desta reflexão, a importância da climatologia regional e local, quer para o sucesso do puzzle biológico a reservar/conservar, quer para a eficácia do(s) desempenho(s) ao qual se destina. É necessário reconhecer que a água, o ar, as plantas ou os animais, não são, exclusivamente, objectos decorativos mas, podem e devem ser, também, reguladores climáticos, hóspedes do ecossistema, fontes de diversidade, geradores de paisagens multifuncionais, etc.” Monteiro, 2001, p.19.

seus utilizadores. Em 1989, surge a Directiva Habitats listando áreas protegidas de interesse europeu que, mais tarde, dá origem à Rede Natura. Em 1996, surge a Lei de Bases do Ambiente e, em 1999, através do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), estabelece-se a definição de estrutura ecológica municipal (EEM) enquanto atribuição do plano diretor municipal (PDM). Nos anos 80 do século XX, o LNEC apresentou os estudos sobre espaços exteriores em novas áreas residenciais (LNEC, 1986, p.82), dos quais se concluiu sobre a vantagem na diminuição dos custos de manutenção em situações de maiores áreas permeáveis face às áreas pavimentadas.

***As áreas da cidade mais poluídas, onde o metabolismo urbano evidencia maior vitalidade e os bairros são de enorme compactidade, evidenciam a presença muito frequente de ilhas de calor. Correspondem à Baixa e à área Cedofeita-Pç. Carlos Alberto-Cordoaria.***

Monteiro, 2001-2002, p.23

Em 1993, Ana Monteiro de Sousa demonstra que os impactos da urbanização na alteração radical das condições climatológicas na área urbana do Porto e Gaia são evidentes e devem ser reconsiderados uma vez que foi possível detetar o agravamento do efeito de estufa e da ilha de calor provocados, hipoteticamente, pela crescente atividade noturna e aumento da produção de fontes de calor no meio urbano central e periférico<sup>434</sup>. Em conclusão de artigo publicado em 2002, Monteiro observa ainda que **“a vegetação, desde que adequadamente seleccionada e (re)localizada pode contribuir para promover a Limpeza da Atmosfera e a atenuação das anomalias térmicas positivas.”** Monteiro, 2001-2002, p.24). Esta autora demonstra que a relação entre edificado e espaço público e até mesmo espaço de logradouro é deficitária e constitui, nas localizações descritas, fator de diminuição da qualidade do ar, além de limitar as funções coletivas que ainda possam existir, contribuindo inclusive para o incremento das temperaturas em determinadas situações. Consideramos que estes resultados são demais pertinentes, uma vez que coloca em questão fatores de qualidade ambiental que devem e têm de ser considerados numa escolha tipológica e morfológica na produção urbana, além do fator da gestão e dos custos económicos associados à tese da consolidação urbana e concentração do edificado proposto por Carvalho e Moura e Sá. Nesse sentido, referir a sustentabilidade, apoiada no trinómio da sociedade, ambiente e economia, requer contrariar

---

<sup>434</sup> “Estas duas “ilhas de calor” coincidem com o centro da cidade, do ponto de vista administrativo e funcional. A primeira, delimita a coalescência do CBD principal, localizado na Av. da Liberdade, com o CBD secundário em torno da rotunda da Boavista. A segunda, engloba os pontos mais utilizados da rede viária, de melhor acessibilidade à “Baixa”, que serve a área E da cidade, para além de ser uma área onde a função residencial coexiste com um grande número de pequenas e médias indústrias.”

processos de produção urbana que priorizem apenas uma destas categorias, face à definição de pressupostos quantitativos no ordenamento do território.

A Carta de Aalborg, publicada em 1994, comprometeu as entidades locais com a estratégia da Conferência Rio, bem como o desenvolvimento da Agenda Local 21, discutida em Lisboa em 1996. Em 1996, o Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano, organizado pela Comissão Europeia, e incumbido de orientar a preparação do relatório “Cidades Europeias Sustentáveis”, que tinha como representante português, pela DGOTDU, Poeira, diz acerca dos princípios da gestão urbana sustentável:

***O princípio da precaução significa que as actividades humanas têm de ser desenvolvidas dentro dos limites impostos pelo ambiente natural, o que exige processos políticos destinados a gerir – isto é, reduzir ou reorientar – determinadas necessidades, em vez de as satisfazer (que tem sido a abordagem tradicional dos serviços públicos) ou encontrar um ponto de equilíbrio entre necessidades contraditórias (como acontece em muitos sistemas de gestão do espaço). (...) ao nível do poder local, esta finalidade global está reflectida na necessidade de conciliar a prossecução da sustentabilidade com os objectivos e pressões da prestação de serviços no dia-a-dia, e as expectativas dos habitantes locais. Para isso, são necessários mais dois princípios – a eficiência ambiental e a eficiência do bem-estar.***

CE, 1996, P.39

A Agenda 21 orienta globalmente um programa multinacional de desenvolvimento sustentável, com implicações a nível local quanto à sua implementação através da Agenda 21 Local. Em Portugal traduz-se numa política territorial sustentável dirigida para o diagnóstico do existente e programação de ação, onde a gestão urbana municipal assume especial protagonismo na execução. Na avaliação do diagnóstico, os espaços verdes ganham lugar de análise e investigação em meio urbano e espacialmente se integrados em espaço público. As estratégias pro ambientais são colocadas no âmbito dos PMOT, sob orientação dos PROT.

Partidário, em 2000, em publicação da DGOTDU, é primordial a estabelecer como indicador da categoria de qualidade urbana da paisagem urbana o espaço público. Mas também define o espaço verde e o espaço verde público como indicadores para uma hipótese de metodologia de quantificação da qualidade do ambiente urbano. Esta autora, num estudo desenvolvido ainda na década de noventa passada, apresenta-nos um panorama da introdução de indicadores de qualidade do ambiente urbano no início do século (2000) em Portugal, especialmente quanto à gestão ambiental, que tiveram preponderância depois da década de

80<sup>435</sup>. De qualquer forma, segundo esta autora, ainda persistia, à data da sua publicação, uma certa insegurança em relação à formulação de indicadores no domínio do ambiente.

***Ao Programa ECOXXI deve ser reconhecido um triplo mérito. Em primeiro lugar, a definição de uma bateria sólida de indicadores de sustentabilidade local, permitindo operacionalizar ao nível dos municípios um conceito de natureza abstrata e multidimensional. Em segundo lugar, a postura colaborativa adotada desde o início, através do envolvimento ativo de múltiplas entidades da administração e do ensino superior. Em terceiro lugar, a forma eficiente como conseguiu induzir um número significativo de municípios a concorrer publicamente tendo por base o seu desempenho em termos de boas práticas de sustentabilidade ambiental.***<sup>436</sup>

Ferrão, como testemunho no ECOXXI

O programa do ECOXXI, implementado em Portugal em 2006, integra hoje 21 indicadores para a sustentabilidade local, envolvendo uma componente fundamental de educação e promoção da participação num projeto comum e de homogeneidade na gestão sustentável, além de procurar “**aferir a qualidade do desempenho do município**” (ECOXXI)<sup>437</sup> nesse projeto.

Vila Nova de Gaia, um dos concelhos participantes, encontra-se entre o conjunto de seis municípios que se encontram classificados no intervalo de 70% a 80% de cumprimento de indicadores de sustentabilidade<sup>438</sup>, ou seja, no índice ECOXXI, sendo que apenas 14% dos concelhos participantes têm esta classificação. Em 2014 alcançou o índice de 89%.

Esta posição leva-nos a questionar não apenas sobre quais são especificamente os subindicadores analisados para este concelho, mas se igualmente o espaço público contribui como indicador. Uma vez que os próprios IGT locais definem uma insuficiência de espaço público na área do concelho, podemos considerar, que para efeitos de atribuição daquela

---

<sup>435</sup> Para esta autora, os indicadores dividem-se entre o conjunto dos equipamentos, da estrutura verde urbana, da habitação, da infraestrutura, dos meios hídricos, da ocupação do espaço urbano, da paisagem urbana, dos resíduos sólidos, dos riscos naturais, do ruído e dos transportes coletivos. Cada categoria destes subdivide-se em indicadores cuja função é quantificar por rácio per capita ou por superfície, cada um destes.

<sup>436</sup> Referência de recurso eletrónico em <https://ecoxxi.abae.pt/sobre/testemunhos/>, em 26 de Outubro de 2017.

<sup>437</sup> Em sítio eletrónico do programa quanto ao município de Vila Nova de Gaia é referido que “ O contributo do Projeto ECOXXI na avaliação dos projetos municipais, por especialistas independentes, faz com que o Município de Vila Nova de Gaia participe, desde o ano de 2005, neste projeto, pois considera-o uma excelente ferramenta de monitorização que permite avaliar a estratégia de desenvolvimento do Concelho, em termos de sustentabilidade ambiental.” ECOXXI, Relatório de Atividades de 2016, [recurso eletrónico].

<sup>438</sup> Ver referência aos indicadores Sustentabilidade 21, em anexo.

classificação não estão a ser consideradas as estruturas de espaço público e a sua gestão do ponto de vista da estrutura ecológica, da infraestrutura verde e como espaço de usufruto público<sup>439</sup>.

Nos IGT promovidos nas primeiras décadas do século XXI, o espaço público tende a adquirir uma natureza científica (Costa, 2013) e um valor de direito dentro de uma conceção de justiça ambiental (Jennings, Larson, Yun, 2016). É neste contexto, que começa a verificar-se como indicador no estado do território e a caracterizar soluções de reposição do continuum naturale e da compatibilização das atividades humanas com o espaço geográfico. Ou seja, que as transformações ocorram dentro das limitações materiais, tendo em conta os meios ecológicos de produção energética e de diminuição dos encargos e meios necessários à sua manutenção.

No relatório da DGOTDU, de 2011, para **“a identidade dos lugares e a sua representação colectiva (bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público)”** (DGOTDU, 2011), o espaço público surge como área temática para a implementação da Política de Cidades. Brandão, autor deste caderno, aponta o fato de que à gestão cabe a formulação de uma relação identitária do coletivo com o espaço público, construindo, nesse sentido, uma metodologia aberta. Nessa metodologia observa que os critérios e os indicadores identificados em **“O chão da cidade”**, publicado em 2002, e já aqui citado, continuam atuais e são primordialmente: a identidade, a permeabilidade (continuidade), a segurança, conforto e apazabilidade, a acessibilidade e mobilidade, a diversidade e adaptabilidade, a robustez, a sustentabilidade. Neste último, enquadra a viabilidade do valor produzido, o baixo impacto ambiental (na construção e na manutenção), a promoção da equidade social e o reconhecimento dos significados. São conceitos inerentes à formulação do espaço público e ao entendimento da gestão urbana direccionada para esse espaço público que será o garante da **“nova identidade, à escala metropolitana, com atracção, conforto para os utentes numa nova rede de socialização”** (DGITDU, 2011, p.40), quando se refere ao metro do Porto.

---

<sup>439</sup> Segundo Boletim mensal, de abril de 2014, VNG estaria inserida na classificação atribuída pela demonstração de resultados quanto ao indicador 17 (valorização do papel da energia na gestão municipal), especialmente quanto ao consumo próprio de energia e pela dinamização de boas práticas, nas quais destaca a reabilitação da urbanização Vila d’Este, bem como a instalação de sistema solar térmico num complexo desportivo. Em proposta futura, afirma o mesmo Boletim que serão promovidas medidas para a quantificação de energia envolvida nas emissões de CO<sub>2</sub>, com uma previsão, até 2020, de uma redução em 20% das emissões concelhias, considerando 60% dessas emissões relativas à área dos transportes e 30% na área dos edifícios. Assim, podemos reivindicar que a quantificação do espaço público possa vir a pertencer como indicador na categoria de ordenamento do território no índice ECOXXI, fazendo parte de uma qualificação pro ambiental nas políticas territoriais, e que colocaria a classificação num outro patamar de validação.

No entanto, segundo Fainstein, a competitividade não é apenas uma questão de negócio, ela também nos remete ao pluralismo cultural e à diversidade social. Tudo consiste em direcionar a inclusão do número máximo de indivíduos na dinâmica económica, evitando limitar-se a um processo de “pacificação”, através de uma simples encenação da sociedade de consumo. Nesta perspetiva, a competitividade pode contribuir para a coesão social.<sup>16</sup>

Ghorra-Gobin, 2011, p.76



Fig. 69 e 70 Imagens de espaço público em meio urbano.  
Fonte: Woolley, H., Carmona, M., Freeman, J., Rose, S., 2004.

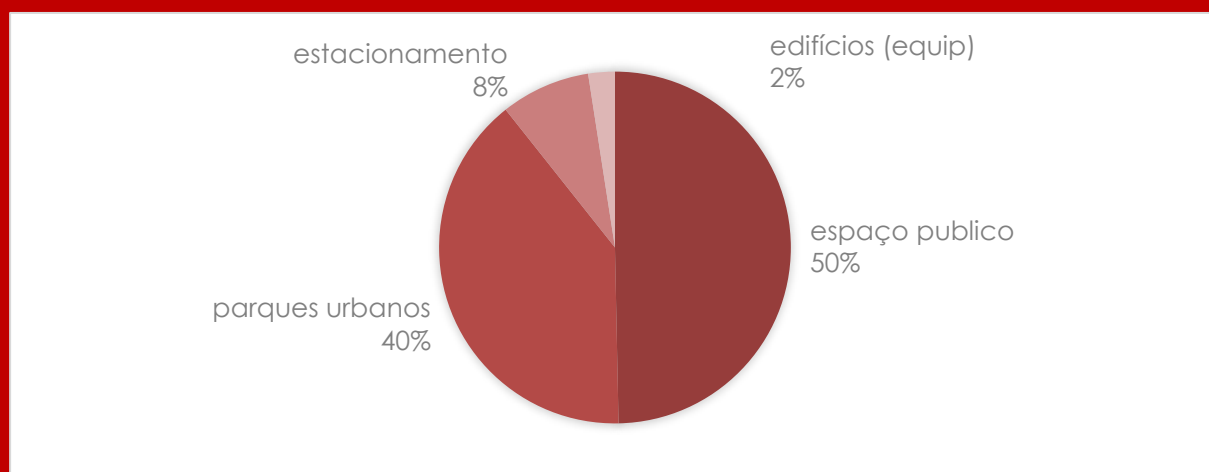


Fig. 71 Rácios de áreas para espaços e equipamentos coletivos referentes ao Programa Polis de 10 cidades, num conjunto de 563 ha, cuja intervenção global foi de 1700 ha. Acresce 27 km lineares em frente marítima e 10 km lineares em frente fluvial.  
Fonte: Autora, segundo Programa Polis, Outubro 2008.

<sup>16</sup> Tradução da autora de: “Sin embargo, segun precisa Fainstein, la competitividad no es solo una cuestion de business, tambien nos remite al pluralismo cultural y a la diversidad social. Todo consiste en ponerse como objetivo la inclusion del maximo de individuos en la dinamica economica, evitando limitarse a un proceso de ‘pacificacion’ , a traves de una simple escenificacion de la sociedad de consumo. Desde esta perspectiva la competitividad puede contribuir a la cohesion social.” Ghorra-Gobin, 2011, P.76

# CAPÍTULO. III

METODOLOGIA

## METODOLOGIA

*A classificação e a afectação de usos do solo devem encontrar a sua fundamentação no âmbito de um processo de análise e de decisão onde deve estar presentes todos os factores biofísicos, sociais, económicos e políticos. (...) Acontece porém que a responsabilidade e o poder político são coarctados e subjugados por uma profusão de conceitos fraudulentos com disfarce em fraseados furtivamente extraídos da linguagem científica.*

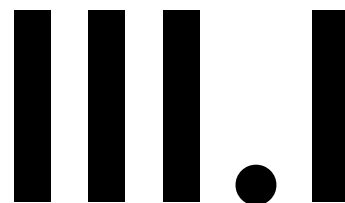
Pardal, 2006, p.7

A metodologia de análise ao espaço público adotada propõe-se como meio de encontrar evidências que demonstrassem a nossa tese, através da resposta à questão geral e da problematização teórica elaborada na primeira parte. Quer isto dizer que, a nossa análise particular do concelho gaiense apresenta evidências sobre a natureza do espaço público, enquadrado na sua forma e nos instrumentos criados para a regulação e gestão urbanísticas. A análise pretendeu encontrar relações entre a formação do espaço público com o seu planeamento, partindo da análise exaustiva do espaço público, conforme foi considerado pela revisão do PDM, estimando ainda a sua evolução desde meados do século XX até ao final do século XX, marcando quatro períodos analisados.

Enquadramos a nossa investigação numa metodologia mista, quantitativa e qualitativa, não intervencionista, exclusivamente direccionada para a confronto entre documentos oficiais e o levantamento cartográfico e fotográfico da situação existente, face às situações precedentes.

Estabelecemos duas etapas de análise – uma análise referente ao concelho, e respetivo contexto na AMP; e uma análise localizada às áreas onde foram previstos instrumentos de planeamento urbanístico e territorial. Essas etapas estão diretamente relacionadas com as ferramentas de análise usadas, nomeadamente com a análise sintática e com o levantamento de critérios locais. Interessa-nos identificar dissonâncias entre as propostas de planeamento e a efetiva produção do espaço público em contexto de planeamento e projeto. Ou seja, colocar em evidência os paradigmas de planeamento e os paradigmas de espaço público na efetiva produção do território, verificando os seus efeitos na produção de espaço público.





## PROCESSO METODOLÓGICO

## **Processo Metodológico**

### **Objeto**

Considerámos rigorosamente o espaço público que foi institucionalmente definido em fase de revisão do PDM de VNG, em 2009, e que nos foi fornecido pela CMVNG, em formato digital, vetorial e editável, para a elaboração da análise.

Tendo em conta a necessidade de conjugar dados estatísticos e dados cartográficos, a escolha de um dado lugar territorial teve de considerar a unidade mínima político-administrativa que constitui o concelho. Contudo, a análise não omite as relações estruturantes do espaço público, fora e dentro dos limites administrativos, considerando as relações de produção e reprodução socioeconómica no contexto alargado da região norte, onde se destaca a AMP.

Da morfologia urbana, enquadrámos uma análise da forma geral do espaço público, alargado ao concelho, utilizando o mapa axial. Quantificámos e mapificámos as áreas de espaço público existente, segundo os tipos levantados. Na análise localizada, identificámos ainda alguns aspetos referentes à forma do espaço público, na sua tridimensionalidade, e reunimos vários critérios comparáveis de entre as áreas selecionadas.

Da regulação urbana, enquadrámos todos os diplomas e instrumentos de planeamento previstos para o concelho e para as áreas selecionadas.

Da gestão urbanística, enquadrámos todos instrumentos de gestão territorial previstos para o concelho e para as áreas selecionadas.

### **Processo de análise**

A análise divide-se entre macroanálise e microanálise, sendo que da primeira fazem parte o diagnóstico, a formação e evolução da formação, o planeamento. Da segunda, a análise particular do espaço público. Ou seja, estabelecemos uma primeira etapa de macroanálise, para que pudessemos comparar a situação existente e passada com as áreas selecionadas, que constituem a etapa da microanálise.

A análise sobre o espaço público começa com uma crítica ao diagnóstico apresentado pela CMVNG, aprofundando-o, tendo em conta a sua quantidade e distribuição pelo concelho, e estabelecendo comparações entre os tipos identificados. Assinalámos possíveis falhas ou desvios encontrados entre essa tipificação e o nosso levantamento, salvaguardando o fato enunciado pela própria CMVNG de não existir, em alguns tipos, correspondência do levantamento toponímico com o levantamento morfotipológico. Este nosso diagnóstico do diagnóstico permitiu-nos estabelecer a condição atual do espaço público, do ponto de vista

quantitativo e qualitativo, denunciando padrões de desenvolvimento da forma do espaço público.

Posteriormente, em fase de macroanálise, e tendo em conta a modelação diacrónica, recolhemos informação estatística e cartográfica sobre a totalidade do espaço público em VNG. Nesta fase, foram determinantes dados estatísticos e cartográficos atuais do concelho e da análise do espaço público realizada pela própria edilidade. Dividimo-la entre os capítulos específicos para a formação e para o planeamento. No primeiro, da formação, desenvolvemos a análise sobre a mancha de espaço público em planta, identificando e separando os tipos estabelecidos pela CMVNG. Esta etapa integra ainda uma segunda fase reconhecimento do espaço público que surgiu nas diferentes épocas consideradas em função da cartografia recolhida, que é toda a existente para análise, situada entre o período de 1945/48 a 2009, nos anos de 1974/75, 1996/97 e 2012/13. Para período anterior, até ao final do século XIX, consideraremos a situação hipotética do espaço público em VNG, extrapolada por nós através da cartografia existente do concelho vizinho Porto que cobre parte do limite norte do nosso concelho de estudo. Contudo, este levantamento encontra-se oportunamente integrado em anexo, dada a particularidade dos planos estudados se situar na segunda metade do século XX.

A escolha daquelas datas é dependente de dois fatores fundamentais e decisivos – a existência e acesso a cartografia oficial e, ainda, a periodização jurídica dos processos de planeamento desenvolvidos para VNG. Assim, ainda que não haja sempre coincidência exata entre as datas respeitantes ao levantamento de época e as alterações jurídicas, não consideramos estes fatores impeditivos de uma análise honesta, uma vez que existem desajustes temporais dentro do processo de planeamento que se desenvolvem em períodos mais alargados do que as datas oficiais documentadas. Sublinhamos que o levantamento do espaço público na sua representação bidimensional projetada não considera, a esta etapa, a edificação e outros elementos urbanos que têm lugar na segunda etapa. Através desta análise diacrónica detetámos interferências e coincidências entre situações anteriores e posteriores à transformação do território operadas no espaço público.

Para a fase de microanálise foi decisivo que na macroanálise fossem identificadas e contextualizadas as áreas que constituem casos de estudo alargado ou ocorrências significativas para uma análise comparada. Nesta fase, integramos o desenvolvimento dos planos de cada área no dos planos gerais, tendo em conta o desenvolvimento municipal e regional proposto para VNG e concelhos vizinhos. Assim, foi-nos determinante encontrar ocorrências representativas dentro de cada período referido. Nesta fase, além da análise específica do espaço público também fazemos o levantamento da edificação, considerando unidades tipo-morfológicas e

atividades predominantes, nomeadamente habitação, equipamentos coletivos, comércio e serviços, indústria.

Em síntese crítica, estabelecemos a comparação entre os critérios levantados para as áreas dos casos de estudo alargado, tendo em conta os critérios correspondentes à situação formal do espaço público, à situação regulamentar e à situação da gestão. Em suma, constituir um inquérito à execução efetiva tendo em conta os dados que podem ser recolhidos em cada uma das áreas e comparar com o estabelecido em plano, quando aplicável. Nesta fase foram fundamentais documentos oficiais, escritos e desenhados, que demonstrem tanto o processo de planeamento dessa área, como a sua dimensão física atual, a sua dimensão jurídica do ponto de vista dos IGT e ainda a sua condição do ponto de vista da gestão no contexto do concelho.

As plataformas digitais utilizadas para elaboração da representação vetorial são comercialmente nomeadas por QGIS, Autocad e Archicad.

A microanálise foi desenvolvida tendo em conta os critérios definidos no subcapítulo seguinte.

### **Critérios de seleção das áreas da microanálise**

A criterização para a seleção das áreas que são afetas a casos de estudo alargado atende a dois objetivos: o de garantir uma amostra credível e o de permitir o desenvolvimento da investigação dentro dos prazos estabelecidos, dada a extensão do concelho e da quantidade de intervenções levantadas.

Partindo da situação atual, a seleção das áreas a aprofundar na segunda etapa atendeu aos seguintes critérios:

- a) periodização;
- b) dimensão física e/ou qualitativa no contexto do concelho e da região metropolitana;
- c) morfotipologia;
- d) entidade promotora pública ou público/privada;
- e) elementos empíricos disponíveis (cartografia, peças escritas, peças desenhadas, fotografias, registos de documentos oficiais);
- f) áreas afetas a PMOT, para intervenção estratégica no espaço público.

A periodização e a dimensão física foram prioritárias na decisão. As limitações na quantidade e qualidade dos elementos empíricos levantados, nomeadamente de documentos oficiais disponíveis para realizar uma análise do processo de planeamento, determinam a escolha de ocorrências.



DADOS E PRODUÇÃO DE ELEMENTOS EMPÍRICOS

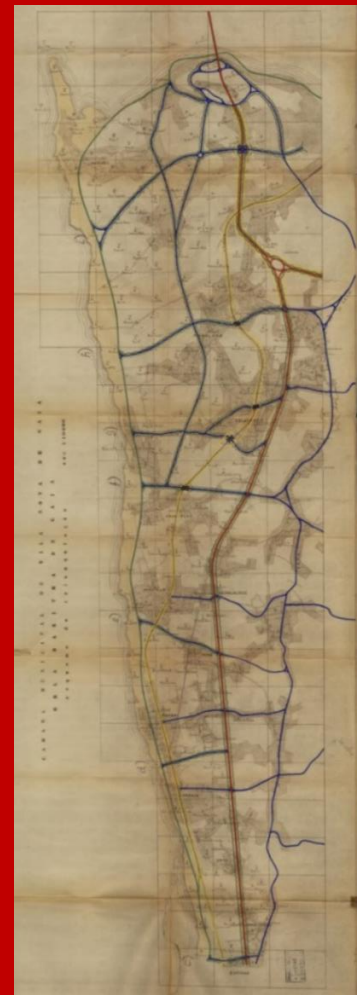


Fig. 72 Planta do Plano Geral de Desenvolvimento da Zona Litoral entre Vila Nova de Gaia e Espinho, 1957.  
Fonte: AHDGT.



Fig. 73 Carta Militar de VNG, nº 122, 2013, adquirida ao IGEOE.  
Fonte: IGEOE.

As bases cartográficas e estatísticas utilizadas foram cedidas pela CMVNG e pelo Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner, sedeadas no concelho, respetivamente na Avenida da República e na Rua Conselheiro Veloso da Cruz. A carta militar mais recente, datada de 2012/2013, foi solicitada por nós, ao IGEOE, e fornecida segundo contrato de cedência onerosa de utilização, contra pagamento, para utilização exclusiva e referenciada no âmbito da nossa investigação académica. A legislação antiga consta de bibliografia do âmbito, bem como de sítios eletrónicos destinados para o efeito.

Das bases cartográficas diretamente utilizadas na análise:

- a) carta militar do concelho, publicada em 1945/48, à escala 1.25000, fornecida pela CMVNG;
- b) carta militar do concelho, publicada em 1974/75, à escala 1.25000, fornecida pela CMVNG;
- c) carta militar do concelho, publicada em 1996/97, à escala 1.25000, fornecida pela CMVNG, sistema de referência cartográfico PT-TM06/ETRS89;
- d) conjunto de cartas militares do concelho, publicadas em 2012 e 2013, à escala 1.25000, fornecido pelo IGEOE, sistema de coordenadas UTM WGS84 – cartas nº122, 133, 134, 143 e 144;
- e) ortofotomapa, à escala 1.5000, de 1988, fornecido pela CMVNG;
- f) ortofotomapa, à escala 1.5000, de 2000, fornecido pela CMVNG;
- g) ortofotomapa, à escala 1.5000, de 2012, fornecido pela CMVNG;
- h) raster, à escala 1.5000, de 1977/78, fornecida pela CMVNG;
- i) cartografia do concelho, de 2012 e de 2009, em formato vetorial, produzida e fornecida pela CMVNG;
- j) cartografia do espaço público do concelho, de 2012, em formato vetorial, produzida e fornecida pela CMVNG;
- k) plantas e informação sig relativas aos IGT de 1994 e de 2009, publicados pela CMVNG e disponíveis no portal digital da informação geográfica e geoestatística de VNG, webplanos <http://sig.gaiurb.pt/websig/>;
- l) cartografia do limite administrativo de freguesias e do concelho de VNG, fornecida pela CMVNG;

Das bases estatísticas utilizadas:

- a) estatísticas produzidas pelo INE, a ser oportunamente referenciadas;

- b) estatísticas produzidas pela CMVNG, em sede de revisão do PDM e constantes do portal digital da informação geográfica e geoestatística de VNG, “<http://www.gaiurb.pt/geoportal2.html>”;
- c) estatísticas produzidas em sede de planeamento constantes de documentos oficiais, de data variável, a referir oportunamente;

Das bases processuais utilizadas:

- a) processos de arquivo público, levantados no AMSMB, cedidos para fim de investigação académica;
- b) processos de arquivo público, disponíveis no AMSMB, através da plataforma digital “GISA”;
- c) processos de arquivo público, disponíveis no ArqMP, através da plataforma digital “GISA”.
- d) processos de arquivo público, disponíveis no Acervo Histórico da DGT, através da plataforma digital “[http://www.dgterritorio.pt/sistemas\\_de\\_informacao/snit/arquivo\\_historico\\_de\\_igt\\_ah/](http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/arquivo_historico_de_igt_ah/)”. Dos processos levantados e planos identificados no acervo, para efeitos de análise, nomeamos o:
  - PRN, de 1945
  - Antepiano Regional do Porto, de 1946;
  - Plano Geral de urbanização, de 1949;
  - Plano Parcial de Urbanização da Zona do Cabo-Mor, de 1948 e 1953 e Arranjo Parcelar, de 1966;
  - Plano Geral de Desenvolvimento do Litoral entre Vila Nova de Gaia e Espinho, de 1953;
  - Plano Geral de Desenvolvimento Litoral entre Vila Nova de Gaia e Espinho, de 1953;
  - Antepiano de Urbanização da Quinta do Cedro, de 1958;
  - Antepiano de Urbanização do Planalto da Afurada, de 1960;
  - Vila Nova de Gaia no Plano Regional, de 1963;
  - Antepiano de Desenvolvimento Urbanístico do Noroeste Português, de 1964;
  - Arranjo Parcial de Urbanização da Zona do Liceu, de 1967;
  - Plano Parcial da Quinta de Maravodi e do Campo da CUF, de 1967;
  - Plano Regulador do Concelho de Vila Nova de Gaia, de 1967;
  - Loteamento da Lavandeira, de 1968;



- Arranjo da Zona Envolvente à Quinta das Camélias, de 1968;
- Arranjo Urbanístico da Vertente Sul do Monte da Virgem, de 1968, 1969 e 1970;
- Ordenamento do Nó dos Carvalhos, de 1969 / 1970;
- Plano Geral de Urbanização da Região do Porto, de 1973 (não identificado).
- Plano de Pormenor do Centro Cívico, de 1992;
- Elementos constantes do PDM de 1993 e da revisão do PDM de 2009, nomeadamente os estudos e relatórios precedentes.

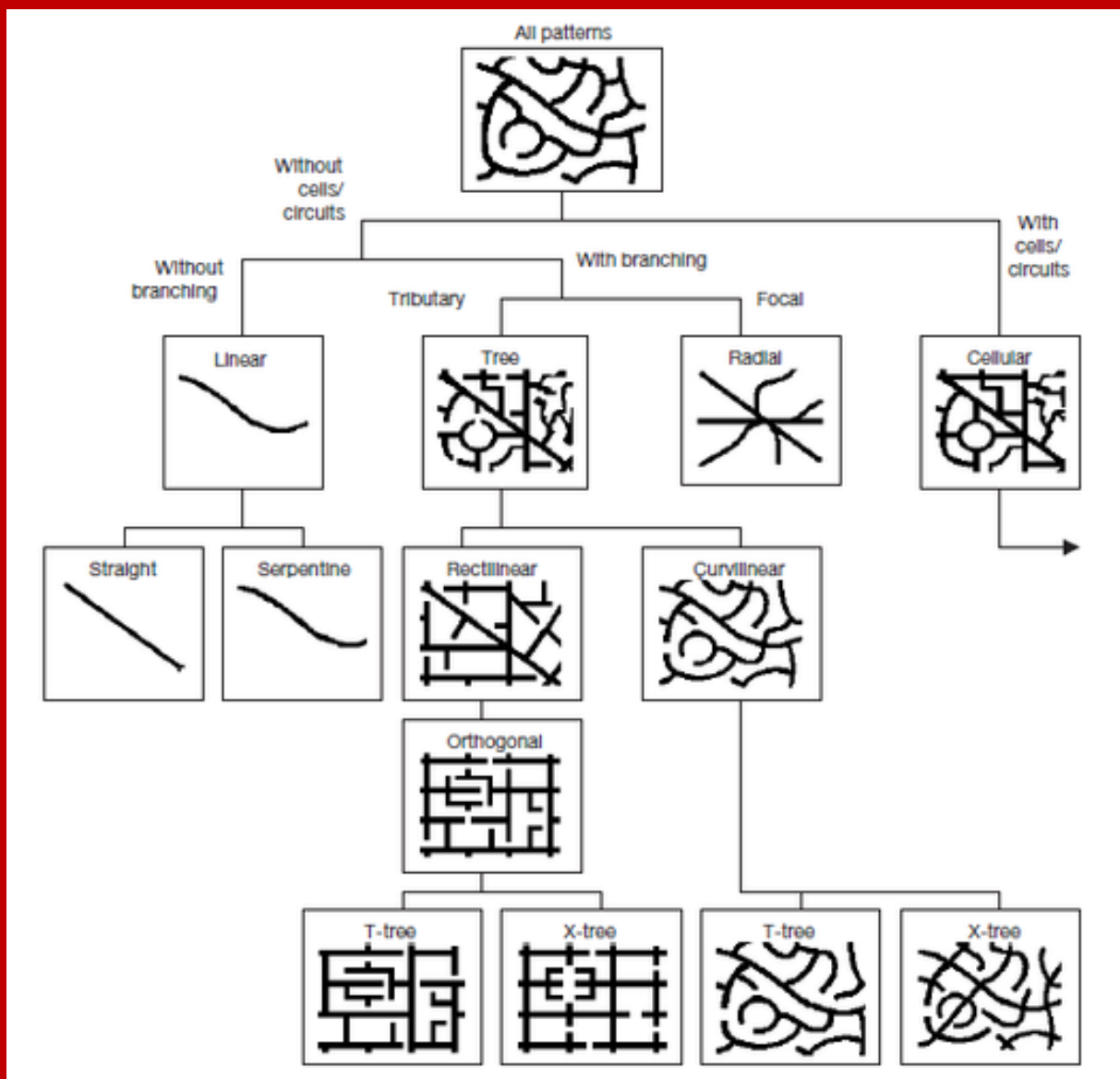


Fig. 74 Taxonomia de padrões de espaço público, por Marshall.  
Fonte: Marshall, 2005, p.93.

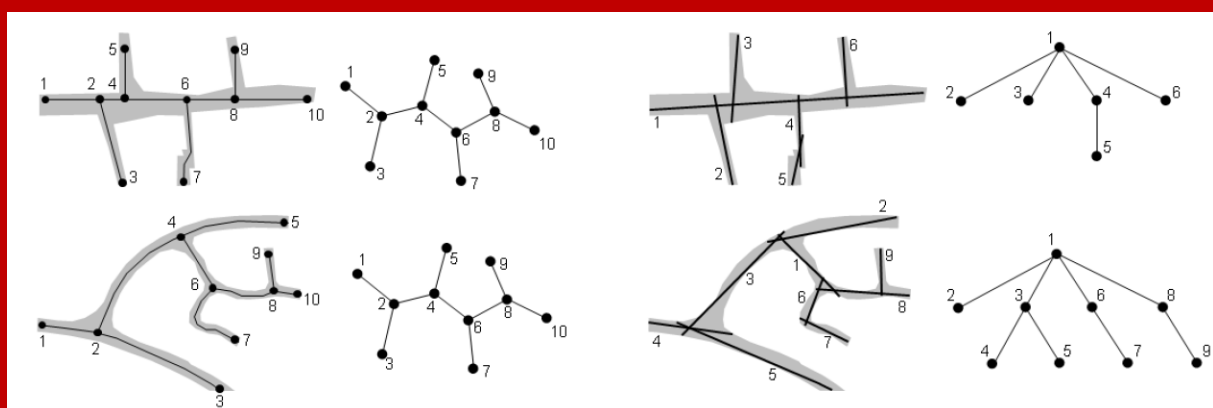
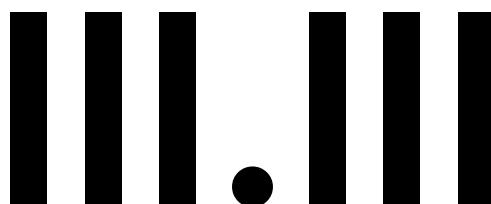


Fig. 75 Representação de rede de ruas segundo uma modelação convencional por grafos (à esquerda) e uma modelação axial (à direita). Adaptado por Serra, de Marshall, 2005.  
Fonte: Serra, 2013, p.34.



MÉTODOS ANALÍTICOS SELECIONADOS



Fig. 76 Mapa axial da AMP, onde se insere o mapa axial de VNG, fornecido pelo autor.  
Fonte: Serra, 2013, p.72.

*Se os métodos da morfologia urbana clássica têm na escala urbana local o seu "ambiente analítico" natural, as técnicas que compõem a abordagem espacial analítica ocupam o oposto do espectro das escalas urbanas, estudando a forma global de territórios metropolitanos inteiros.*<sup>440</sup>

Serra, 2013, p.23

### **Análise morfológica**

A utilização deste método, especialmente na primeira fase da análise empírica, e que a seguir explicitamos, prende-se com a capacidade técnica da análise espacial para realizar estudos morfológicos à escala metropolitana. Conforme Serra (2013), se a morfologia tradicional introduziu conceitos de análise da forma urbana, nomeadamente pela identificação de elementos da forma urbana, como sejam a rua, o lote e o edifício, associados por sistemas de ruas, por outro lado apresenta limitações em contextos metropolitanos contemporâneos. Uma vez que as análises tradicionais das escolas de morfologia urbana já referidas se constituem em focar determinadas áreas ou em realizar avaliações qualitativas sob um discurso semântico que tende a ser divergente, e, por isso, conforme Serra, tender a ter uma menor formalidade nos resultados apresentados, a análise sintática surge, nos últimos anos como um método bastante eficaz para estabelecer algum tipo de formalidade numérica.

O alargamento territorial das relações de produção e reprodução socioeconómica e a diluição da relação espaço-tempo no quotidiano, obrigam a recorrer a métodos que possam garantir não apenas uma análise de vários escopos, mas e principalmente de uma maior abrangência direcionados para a escala da região metropolitana. E nessa perspetiva, a análise espacial sintática enquadra processos geométricos e numéricos que se traduzem numa tentativa de se afastar do discurso de autor (Serra, 2013) e aproximar do discurso científico, através de quantificação e da medição.

A análise espacial pode apresentar-se como uma técnica de descrição da forma urbana, como uma técnica de modelação numérica, baseada na quantidade dos elementos gráficos levantados, e como uma técnica de avaliação quantitativa da configuração urbana, baseada na relação estrutural entre pontos, ou seja, a sintaxe espacial.

Segundo Serra (2013), a representação da forma urbana, pode, através da análise espacial configuracional, ser feita pela delimitação da estrutura espacial que se define na forma

---

<sup>440</sup> Tradução da autora de: "If the methods of classical urban morphology have in the local urban scale their natural "analytical environment", the techniques constituting the spatial analytic approach occupy the opposite and of the spectrum of urban scales, studying the global form of entire metropolitan territories." Serra, 2013, p.23.

do espaço urbano, pelo mapa axial e pelo grafo axial. Assim, a análise sintática traduz as características topológicas de uma determinada configuração espacial, usando-se da teoria do grafo, sendo que essa configuração espacial é essencialmente definida pela forma dos elementos que constituem o espaço público, ou eventualmente, o espaço livre. A investigação de Serra abre caminho para a nossa aproximação a VNG, que colaborando com outros métodos por nós desenvolvidos, permite demonstrar com maior rigor a situação configuracional do tecido deste concelho e ainda da sua relação com a AMP, tendo em conta a natureza temporal da análise<sup>441</sup>.

Serra (2013) sublinha precisamente que a análise sintática pode proporcionar, do ponto de vista teórico, uma avaliação mais capaz de situações complexas de desenvolvimento urbano e territorial, considerando que o espaço urbano tende a criar continuidades e a constituir-se como um todo cada vez mais variável e extensivo. Daí que, numa análise sintática está subjacente a necessidade de salvaguardar as limitações próprias do método de análise e de representação, visto que esta é realizada sob a criação de perspetivas parciais desse todo e que, por outro lado, esse todo não tem representado em absoluto todo o território. Assim, a representação axial, desenvolvida por Serra para a AMP constituirá um elemento importante na nossa análise, uma vez que aquela permitiu estabelecer mapas axiais do território onde se inclui VNG. Esta representação axial é uma representação teórica, da geometria das linhas de conexão mais longas de cada espaço público, ou seja, uma representação do sistema espacial no sentido da maior perceção do espaço público, ou, pelo menos, do espaço livre<sup>442</sup>. Resulta, daqui que construir um mapa axial requer desconsiderar outras dimensões da realidade como o perfil de uma rua, os elementos urbanos que não constituem obstáculo dessa geometria, eventualmente outras utilizações desse espaço, e, inclusive, a escala. Ou seja, e segundo Serra, as linhas axiais, sendo representações unidimensionais do espaço, representam o número mínimo de mudanças de linhas visuais máximas, permitindo compreender quais as relações estruturais, e, por isso,

---

<sup>441</sup> Hillier identificou precisamente esta relação funcional entre o espaço urbano e a sua composição e configuração, na medida em que mostrou evidências de que esta é mais determinante do que propriamente a posição da massa edificada (Serra, 2013). Há, pois, uma finalidade possível e potencial deste tipo de análise morfológica, uma vez que se aproxima de uma leitura das propriedades estruturais dos espaços de comunicação. Também, este último tipo de análise é, para nós, particularmente útil, sendo ainda o tipo de análise que Serra desenvolveu para enquadrar uma análise integrada da morfologia metropolitana, no território metropolitano do Porto.

<sup>442</sup> Marshall refere-se a este método como resultante da influência da teoria do grafo, um ramo da matemática “que permite meios de análise da estrutura de relações entre elementos” (Marshall, 2005, p.108). Citando Lowe e Moryadas, acerca da geografia do movimento, este autor explicita ainda que o sistema de grafos constitui o esqueleto da configuração, ou seja, reduzindo a representação do espaço às suas linhas de ligação (links) e aos pontos ligados (nodes) encontra-se a relação potencial que está contida naquele. Com isto, Marshall identifica que a configuração urbana se constitui nesta relação geométrica, que ignora outros aspetos determinantes do espaço que não estejam relacionados diretamente com aquela relação.

independentes das variações reais locais, entre os elementos entre si e com todos os outros elementos em simultâneo.

Para a AMP, em sede de investigação de doutoramento, Serra desenvolveu uma modelação diacrónica e uma análise sintática a partir das quais apoiaremos parte da nossa observação. Nesse sentido é necessário definir como estes dois métodos foram desenvolvidos por aquele autor. Salvaguardamos que os dados que foram obtidos dentro da investigação daquele autor são rigorosamente aplicáveis à nossa investigação, e se encontram corretos e atualizados.

Conforme referido, o mapa axial constitui a pedra de toque na análise sintática (Serra, 2013, p.67)<sup>443</sup>. A sua realização depende da utilização de programas vetoriais e SIG, onde são desenhados os eixos e suas intersecções, tendo em conta os dados cartográficos disponíveis, constituindo um processo lento e gradual (Serra, 2013, p.71). Assim, apesar do rigor matemático associado ao cálculo topológico, a decisão sobre os elementos que surgem identificados por um eixo, bem como a maior ou menor aproximação da localização deste à realidade depende da natureza dos objetivos de cada mapa<sup>444</sup>.

O modelo axial foi construído numa plataforma SIG, sobre ortofotomapas de alta resolução, referentes a 2011 (Serra, 2013, p.70). A interseção visível dos eixos corresponde a interseções reais e a sobreposições. Para salvaguardar esta situação, os eixos que aparentam estar intersectados, sendo que na realidade não exista intersecção de nível mas sobreposição, estão desassociados (Serra, 2013, p.71). Outra questão é o sentido de circulação e o número de vias, que não são considerados neste tipo de análise topológica; ou a existência de rotundas, que produzem interferências nos resultados obtidos, e por isso foi considerada na mesma medida que uma interseção de nível. O mapa axial final resulta de uma crescente redução do número de eixos realizada para se encontrar um modelo plausível (Serra, 2013, p.71). Ou seja, na realização deste mapa, Serra compreende que uma menor informação analítica traduz resultados mais evidentes no que toca à escala metropolitana.

A plataforma SIG permite associar informação cumulativa, através de atributos tabelados, e, desta forma, garantir representações temporalmente diferentes, tendo em conta os

---

<sup>443</sup> Ver referência a Serra, em anexo.

<sup>444</sup> Assim, e segundo Serra, foram mantidos os mesmos critérios ao longo do levantamento axial de toda a área afeta. Foram considerados na representação axial apenas os espaços de circulação de veículos ou mista (veículos e peões), tendo em conta a maior simplificação dos eixos definidos entre edificado, ou quando inexistente, pela economia de eixos. Todo o espaço respeitante apenas a peões não foi representado, o que significa que esta análise está direcionada para leituras metropolitanas do espaço público de comunicação (Serra, 2013, p.70).

levantamentos de cartografia, à escala 1.25000, publicada pelo IGEOE (Serra, 2013, p.76). Segundo Serra, na análise efetuada, distinguida em períodos (t) entre quatro datas fundamentais – 1948-54, 1974-78, 1997-99 e 2011, foi atribuído o valor 1 para eixos existentes, em cada uma destas datas, e atribuído o valor 0 para eixos inexistentes. Este processo de modelação do mapa axial pode combinar diferentes leituras que são possíveis fazer tendo em conta a seleção dos atributos que ali estão armazenados. Neste caso, foram considerados os diferentes períodos temporais, tendo como ponto de partida a situação existente em 2011, e os quatro tipos de transformações sofridos pelas linhas axiais, que se operaram entre cada período. Serra denomina-nos de “criação”, “demolição”, “extensão” e “interrupção”, exemplificando-os, respetivamente, com a produção nova de uma rua, a sua demolição, o eventual prolongamento da mesma, e sua interrupção, por sobreposição de outra (Serra, 2013, p.76). Desta forma, foi possível obter uma base de dados associada a cada elemento, dentro de um mesmo ficheiro, ou conjunto de ficheiros, a qual se pode sempre manipular e incrementar de forma a produzir o que Serra denomina de “outputs” do processo metodológico. Ou seja, um mapa axial para cada período (t). Extraímos exclusivamente os eixos que dizem respeito a VNG, para efetuar uma contabilização tanto do número de ocorrências, como da sua dimensão, fazendo representar os eixos que digam respeito àqueles valores e ao tipo de transformações ocorridas. Com estes dados, podemos realizar comparações entre o concelho e a AMP.

### **Critérios de análise morfológica**

Os critérios da análise morfológica são definidos em função da decomposição de elementos urbanos, e tendo em conta a fase de microanálise a que corresponde o levantamento. Nesse sentido, nas áreas a focar, que foram afetadas a planeamento formal, a mancha de espaço público será analisada tendo em conta a implantação do espaço público, relativamente à mancha de edificado e aos limites do cadastro, no período atual e no anterior ao planeamento. Os elementos urbanos a considerar são o traçado, como representação bidimensional do tecido (Coelho, 2013, p.31), a parcela, materializada no edifício ou em limites murados, e o edifício. Uma vez que a análise recai precisamente sobre os efeitos do planeamento, a delimitação do caso de estudo é realizada em função dos limites da própria intervenção identificada em plano, independentemente da possível continuidade dos elementos existentes. A decomposição dos elementos é representada pelo isolamento, em planta, do:

- espaço público, diferenciado por utilização;
- edificado, diferenciado por uso e tipologia, com a indicação de edifícios públicos e coletivos;



- mapa axial, tendo em conta o mapa axial do concelho e da AMP, salvaguardadas as diferenças entre o levantamento do mapa axial cedido por Serra e o nosso levantamento;

São levantados ainda:

- uso dominante e secundário do espaço público;
- perfis transversais;
- dimensões lineares máximas, bidimensionais e angulares;
- tipologia dominante e uso do edificado dominante;
- elementos definidores de limites, inclusive alinhamentos naturais;
- tipos de espaço público;
- materiais, particularmente de pavimento;
- elementos naturais;
- elementos notáveis construídos, artísticos e honoríficos.

O levantamento destas manchas e a identificação destes dados permite estabelecer critérios de comparação quantitativa:

- os rácios entre dimensões, relativamente ao total da intervenção e ao total do concelho;
- o rácio da estimativa do uso e da tipologia dominante;
- o rácio da estimativa população residente para o espaço público considerado na intervenção;
- a variabilidade formal do espaço público, tendo em conta os perfis transversais e a composição dos elementos existentes (naturais e construídos);
- a variabilidade tipológica do espaço público, tendo em conta os tipos levantados;
- a síntese da morfologia do espaço público, na relação com a massa edificada, ou seja a massa de espaço público;
- a preponderância de elementos notáveis.

### **Critérios de análise da regulação**

Os critérios da análise jurídica têm em conta quatro aspetos fundamentais abordados no capítulo anterior relativos à regulação:

- o contexto legal urbanístico aplicável;
- o regime jurídico e da regulação de dimensionamento do espaço público respeitante à intervenção, nomeadamente o que consta do plano;
- a dominialidade, tendo em conta a entidade tutora e/ou concessionária;
- as servidões, se aplicáveis;
- o cumprimento de regulamentos municipais aplicáveis;

Esta análise verifica o cumprimento da regulação, no âmbito jurídico da regulação coeva ao plano e no âmbito jurídico da situação existente. Assim, pretende-se identificar as inconsistências existentes, bem como criar uma grelha comparativa entre as diferentes regulações encontradas em cada um dos casos de estudo. Nesse sentido, esta análise é predominantemente descritiva, e apresenta-se em síntese comparativa que diferencia:

- o nível de conformidade regular de cada espaço público, tendo em conta diferenças em afastamentos, alinhamentos e limites relativamente às referências;
- o regime de cedências;
- a quantidade e o tipo de domínios que integra cada caso de estudo.

### **Critérios de análise da execução urbanística e da gestão**

Os critérios desta análise são definidos em função da avaliação da situação urbanística e territorial realizada pelos atuais IGT. A situação jurídica de cada área afeta a plano ou proposta de projeto dá-nos, à partida, as prioridades estabelecidas para a execução do espaço público. Assim, é determinante que se tenha em consideração, em cada caso de estudo:

- o enquadramento atual nos IGT, e, particularmente nos PMOT;
- o enquadramento do espaço público na programação de projetos municipais vigentes para o espaço público, confinantes com aqueles;

Para avaliar a situação jurídica da programação da execução em cada caso de estudo, são identificados os seguintes critérios:

- qualificação do solo, em 2009;
- figuras jurídicas para execução;
- regime de edificabilidade e de perequação;
- a condição relativamente à EEM e à permeabilidade do solo.

Esta avaliação é ainda complementada com a avaliação do espaço público como indicador, e como tal são identificados, em cada caso de estudo:

- a distribuição da rede de transportes públicos e coletivos existente (autocarros, comboio, fluvial, bicicleta), considerando um rácio de distâncias ao centro da cidade;
- a distribuição das infraestruturas, serviços públicos e equipamentos que possam conferir utilidade coletiva;
- a distribuição de elementos naturais, mobiliário e suporte à mobilidade suave, lazer e exercício, ou qualquer outro elemento de uso público e coletivo.

# Parte II

ESPAÇO PÚBLICO EM ANÁLISE – VILA NOVA DE GAIA

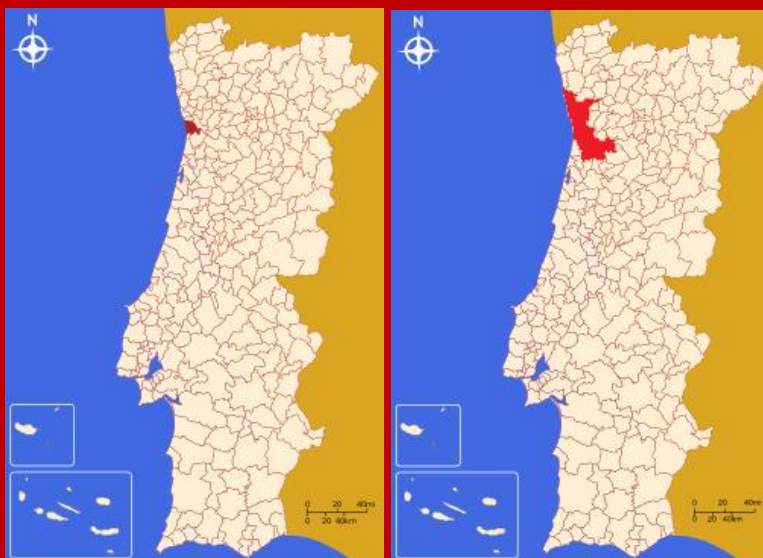


Fig. 77 Mapa Administrativo de Portugal Continental e Ilhas, com a indicação a vermelho da área correspondente aos limites administrativos de VNG.

Fig. 78 Mapa Administrativo de Portugal Continental e Ilhas, com a indicação a vermelho da área correspondente aos limites administrativos atuais da AMP.



Fig.79 Ortofotomapa do concelho de VNG, 2012.  
Fonte: GAIURB.

# CAPÍTULO. IV

## ANÁLISE DO ESPAÇO PÚBLICO EM VILA NOVA DE GAIA





# IV.1

## DIAGNÓSTICO DO ESPAÇO PÚBLICO EM VNG

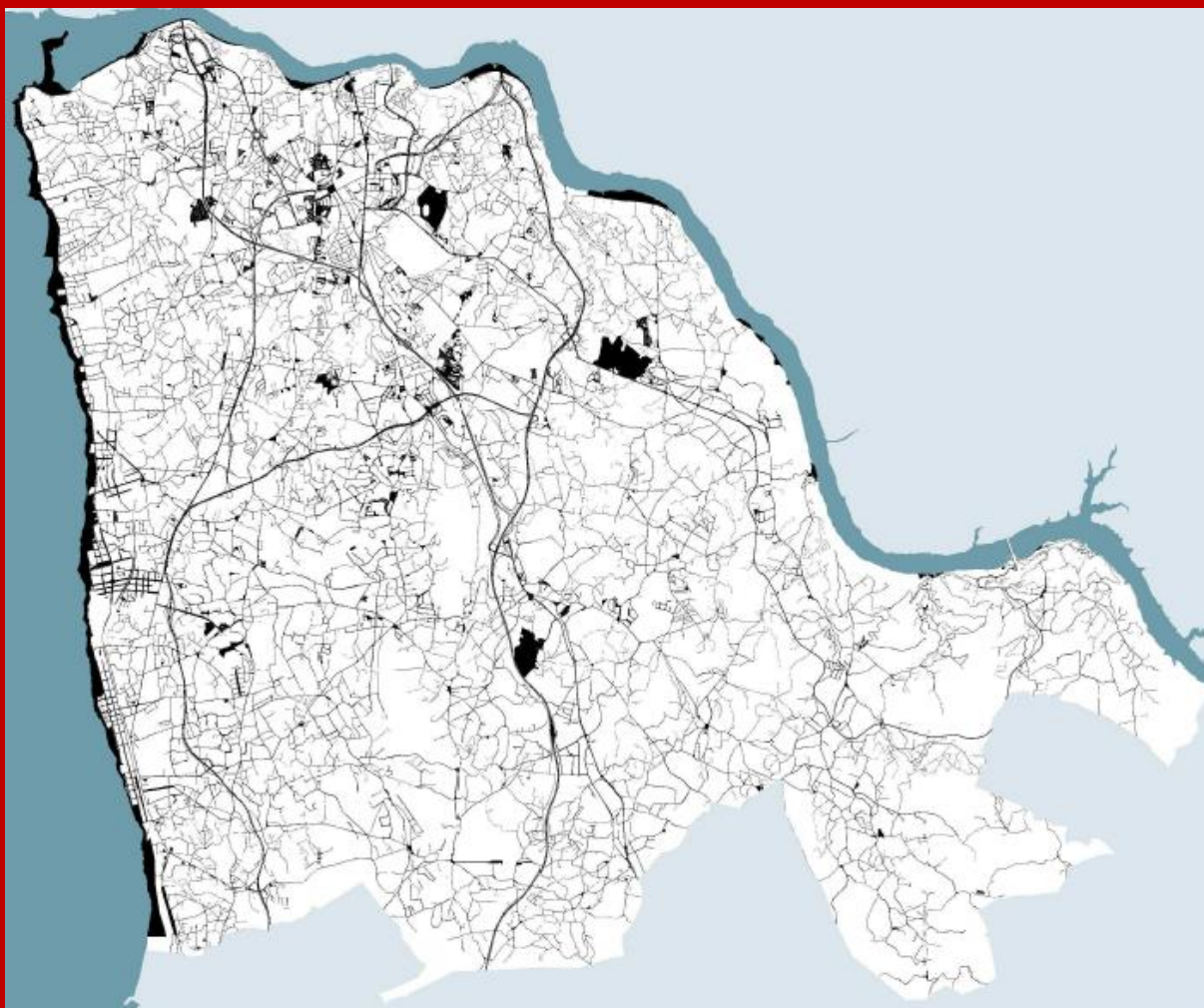


Fig. 81 Mapaficiação do espaço público, em VNG.  
Fonte: Relatório 2,7, p.20 e p.30.



*De facto, os espaços colectivos do urbano extensivo parecem não conformar um sistema estruturante. Ou, pelo menos, não são, de um modo geral, reconhecidos como capazes de conferir ordem ao edificado nem legibilidade ao território. Esta falta de reconhecimento é ao mesmo tempo consequência e causa da falta de qualificação e apropriação destes espaços e deve-se, em primeira instância, ao facto de eles serem sempre apreciados tendo por referência o desenho urbano canónico da cidade nuclear, sendo por isso entendidos como uma perda.*

Portas, Domingues, Cabral, 2011, pp.187-188

Com a revisão dos instrumentos de gestão territorial, especificamente o PDM, o concelho de VNG apresenta um conjunto de onze estudos temáticos que apoiam a mesma e acompanham o plano municipal em vigor. Um dos estudos realizados é o denominado **“Relatório 2.7 – Espaços Públicos”**<sup>445</sup> elaborado por Alberto Simões, David Montalvão e Arménio Ribeiro, datado de abril de 2005. É particularmente relevante o fato de se ter levado a cabo a diagnose dos espaços públicos do concelho, a par dos outros estudos temáticos apresentados, nomeadamente a evolução demográfica e base socioeconómica, a atividade económica, os transportes e mobilidade, a dinâmica do território e as morfotipologias de ocupação do território. Igualmente em fase do REOT, e segundo o relatório do mesmo, datado de 2011, os espaços públicos concelhios são apresentados como parte do património arquitetónico e como um potencial sistema que permite garantir qualidade social a par da segurança contra riscos urbanos. Nesse sentido, os espaços públicos passaram a ter um enquadramento alargado dentro das políticas territoriais municipais, fazendo coincidir com a qualificação da cidade, entre outros, a **“utilização plena do espaço público pelos cidadãos”**, nomeadamente com **“o investimento no domínio da mobilidade e acessibilidade no concelho”**, do qual faz parte a **“intensificação do uso pedonal”** do espaço público (REOT, 2011, p. 73). Já no PDM, se pretendia que a **“qualificação de espaço público”** (Relatório 2.7, 2009, p.5) fosse uma das bases do ordenamento, e que o mesmo se desenvolvesse no sentido da maior regulamentação, assumindo uma posição teórica de defesa da relação entre o domínio social e territorial, e da necessidade de o ordenamento fazer coordenar intervenções isoladas.

---

<sup>445</sup> “Este relatório é parte integrante do dossier – Sistema de Espaços Públicos (SEP) da fase de diagnóstico da Revisão de Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia.” Relatório 2.7, 2005, p.5.

*A estruturação territorial e o reforço da coesão social advêm de um sistema adequado de espaços públicos – uma situação de compromisso e de equilíbrio interno entre os domínios social e territorial. A dotação de espaços públicos em número e em quantidade, é então, uma premissa indispensável para uma nova forma de fazer cidade e da a viver. A qualidade urbana e consequente qualidade de vida está directamente relacionada com os espaços públicos – lugar de apropriação física, momento de actuação social.*

Relatório 2.7, 2005, p.5

Ainda segundo o REOT, o **“PDM veio assim reflectir a territorialização da estratégia de desenvolvimento do concelho, enquadrando as dinâmicas dos subsequentes planeamento e gestão urbanística municipais”**<sup>446</sup>. Contudo a sua abrangência efetiva revela-se parcial e pontual do ponto de vista da homogeneidade das intervenções públicas realizadas.

O processo de revisão do PDM<sup>447</sup> do concelho de VNG desenvolveu-se dentro de um novo paradigma de planeamento local com a criação de empresas municipais<sup>448</sup>, num contexto de desenvolvimento e reavaliação das políticas de cidade<sup>449</sup>, que se estabeleceu no final da década de noventa do século XX e no seguimento da publicação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo<sup>450</sup>, em 1998, que introduziu o conceito de gestão territorial. A par da realidade histórica e política posterior à integração de Portugal na Europa, em 1999, surge o RJIGT e o RJUE<sup>451</sup>. Estes diplomas revelam uma necessidade de coordenação dos diferentes níveis de planeamento e gestão territorial, procurando uma **“efectiva equidade territorial”**, uma **“regulamentação complementar no domínio da Política de Solos”** e uma **“articulação do ordenamento, a nível regional, com a estratégia regional de envolvimento económico e social constantes dos planos de desenvolvimento regional”** (Lobo, 2005,

---

<sup>446</sup> “Relatório do Estado do Ordenamento do Território, pelo Departamento de Planeamento Urbanístico, da Direcção Municipal de Urbanismo” (GAIURB, 2011, p.26).

<sup>447</sup> Publicado em Diário da Republica, 2ª Série, Nº 155, a 12 de Agosto de 2009, e Aviso Nº14327/2009.

<sup>448</sup> Lei nº 58/98, de 18 de Agosto. Da associação das empresas municipais GAIURB, GaiaSocial e SRU surgiu, em 2011, a empresa municipal GAIURB.

<sup>449</sup> “As questões relativas ao ordenamento do território assumiram, então, um papel público relevante neste período de transformação económica e territorial. A iniciativa de criação, em 1996, de um grupo de trabalho para o estudo de contributos para a elaboração de normas de base do ordenamento do território constitui um primeiro passo de concretização das políticas definidas pelo Governo. Do seu trabalho resultaram as propostas de enquadramento político e de integração dos instrumentos de ordenamento urbanístico e territorial que vieram a constituir a Lei nº 48/98, de 11 de Agosto (Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo).” (FADIGAS, 2015, p.153)

<sup>450</sup> Lei n.º 48/ 98, de 11 de Agosto.

<sup>451</sup> “A revisão dos regimes jurídicos do licenciamento municipal de loteamentos urbanos e obras de urbanização e de obras particulares constitui uma necessidade porque, embora recente, a legislação actualmente em vigor não tem conseguido compatibilizar as exigências de salvaguarda do interesse público com a eficiência administrativa a que legitimamente aspiram os cidadãos.” In “Diário da Republica, 1ª Série-A, Nº 291, de 16 de Dezembro de 1999, p. 8912”.

p.134). As políticas de cidade, traduzidas em programas multidisciplinares e de integração dos agentes públicos e privados interessados na produção urbana e na transformação do solo, indicam o paradoxo da soberania da gestão territorial em situação de subsidiariedade económica e financeira dos fundos europeus (Fadigas, 2015). Simultaneamente, surge, no PNR 2000, a necessidade de adaptação à rede ferroviária de alta velocidade, a integração da rede de metro e a criação das GAM452.

Através da sustentação operativa do espaço público nos instrumentos de planeamento, assiste-se à reconsideração da condição sistémica do espaço público planeado, conceito sublinhado por Portas (Portas, Domingues, Cabtal, 2011), captando o potencial das características de permanência e de estruturação que os espaços coletivos protagonizam na qualidade de funcionamento da cidade e do território.

Contudo, é na caracterização dos espaços públicos no concelho de VNG que se apresentam as primeiras incongruências entre os objetivos apostos aos instrumentos de planeamento e gestão e a realidade física. Essa caracterização constitui o ponto de partida da análise realizada pelo município e o da nossa análise, conduzida por nós a uma crítica simultânea ao desenvolvimento económico, social e territorial do concelho.

### **Tipificação do Espaço Público**

Apresenta o referido relatório dez intenções base para a realização do estudo, que passa pela caracterização e tipificação do espaço público dentro dos limites do concelho, baseado num processo tripartido de análise fatural, interpretação e proposta<sup>453</sup>.

---

<sup>452</sup> Lei 11/2003, de 13 de Maio. Depois da Lei nº 45/2008 de 27 de Agosto, subsistem as AMP e AML.

<sup>453</sup> A primeira, é estruturar o território e consequentemente reforçar a coesão social, com a identificação, interpretação e proposição dos elementos constituintes do sistema de espaços públicos e posterior sistema de espaços coletivos. Logo aqui estabelece uma diferenciação entre públicos e coletivos que não é, entretanto, esclarecida, a par da designação dos **"elementos constituintes"** (Relatório 2.7, 2005, p.7). A segunda, afirma valorizar a qualidade paisagística e ambiental através da construção, reconstrução e revitalização do espaço público urbano, contribuindo para a multifuncionalidade. Aqui, estabelece outra diferenciação relativamente àquilo que é espaço urbano, dentro do espaço público. A terceira e a quarta intenção referem-se à requalificação das frentes costeiras e ribeirinhas urbanas, a par da valorização das estruturas ecológicas. A quinta, define a promoção de novas centralidades, novos **"palcos de actuação"**, desenvolvendo mecanismos de inserção na cidade. A sexta, refere-se às áreas de expansão ou consolidação serem dotadas de espaços públicos, "por forma a promover a sociabilidade e a identificação das pessoas com o local que habitam" (Relatório 2.7, 2005, p.7), assumindo que essa identificação não existe ou que sequer se defina em que consiste essa identificação. A sétima, criar uma nova imagem das periferias no conjunto da cidade, distinguindo, dicotomicamente aquilo que é central do que não é. A oitava, refere-se às atividades de eventos garantindo um "sistema espacial de eventos" (Relatório 2.7, 2005, p.7), ou seja, uma distribuição das atividades de entretenimento nos espaços públicos existentes. A nona, inverter a degeneração social através da regeneração urbana, na qual a qualidade dos espaços públicos possibilite a mobilidade e integração, com pólos de desenvolvimento cultural. Finalmente, estabelecer um programa de intervenção ao nível do espaço público. Em suma, atribuir ao espaço público a capacidade de reverter a heterogeneidade da transformação territorial, do ponto de vista social, económico e cultural, nomeadamente pela sua qualificação material e promoção de uso.

No levantamento cartográfico do espaço público, realizado para a caracterização do mesmo, teve-se em conta, e em primeiro lugar, a distribuição toponímica, considerando a cartografia mais atualizada. Assim, o relatório identifica cinco tipos dominantes que estão associados a lugares com essa toponímica – **praça, praceta, alameda, largo, jardim/parque**. O primeiro tipo é referido como muito diverso e **“não tem correspondência formal e funcional com a ideia comum de praça”**, sendo, por vezes mais semelhante com o que se define ser um largo (Relatório 2.7, 2005, p.10). A designação praceta surge em troços de rua ou ruas em impasse e cul-de-sac, sendo **“nestes espaços que se nota a maior incongruência entre as características espaciais e a sua toponímia”** (Relatório 2.7, 2005, p.10). O tipo largo corresponde, segundo o relatório, a **“dilatações mais ou menos desenhadas na área mais urbana do concelho e são normalmente mais desqualificadas (no sentido da dotação de infra-estruturas) nas áreas mais interiores (rurais) do concelho”** (Relatório 2.7, 2005, p.11), e está associado a alargamentos viários. O tipo alameda surge na toponímia de ruas com perfil arborizado, mas também em ruas sem árvores. O tipo jardim/parque refere-se a áreas de equipamento de lazer, não se identificando no levantamento os espaços que se caracterizam como jardim<sup>454</sup>.

***Da análise da toponímia, conclui-se que existe uma grande desarticulação relativa às características espaciais e funcionais dos espaços públicos e uma deficiente classificação. O levantamento forneceu uma visão generalista e enganadora dos tipos de espaços públicos existentes no concelho de Vila Nova de Gaia.***

Relatório 2.7, 2005, p.12

A reclassificação apresentada redefine onze novos tipos – praça, praceta, largo, uso misto, terreiros, estacionamento relevante, arruamentos (ou viário), jardim, parque, alameda, praia. Na primeira, considerou-se que a dimensão espacial seria a característica fundamental, e que apenas um caso se enquadrava – a Praceta 25 de Abril, na Avenida. A praceta seriam

---

<sup>454</sup> Podemos nós corroborar esta posição, afirmando que há situações que poderiam ser enquadradas em outros tipos, como a de praça, e que são largos. Ou ainda outras situações em que a alameda é denominada de rua, ou a rua denominada de alameda. A exemplo, o Largo Miguel Bombarda, na frente norte ribeirinha, servido por uma rua, denominada avenida, e a alameda na urbanização Jardins D'Arrábida, que tem um perfil de arruamento local. Podemos, contudo, e em hipótese, sugerir que essa designação, sendo a atual correspondeu em tempos ao perfil original de fato, para o qual não temos elementos definitivos para confirmar. Por outro lado, levanta-se e questão de também poder significar o conjunto de intenções primárias pensadas para o tipo de espaço desenhado, que, entretanto, não tendo sido concretizado, não deu origem à mudança toponímica. Assim, o relatório demonstra que o levantamento toponímico é insuficiente ou contraditório, pelo que para a caracterização do espaço público se propôs uma nova grelha classificativa com um maior número de tipos, baseada na recolha e avaliação *in situ* das áreas de espaço público de fato encontradas.

espaços livres de pequena dimensão, contabilizando um total de 82. O largo são dilatações com capacidade de gerar identidade local, contabilizando-se 141. O uso misto refere-se a espaços que não cabem nas categorias anteriores, mas que pela sua quantidade foram enquadrados nas áreas de espaço público, sem, por isso, ser possível contabilizá-los individualmente, senão através de uma soma total das áreas. Os terreiros correspondem a áreas de alguma dimensão, com pavimento precário ou sem pavimento definido nas quais se desenvolvem atividades recorrentes ao ar livre. O estacionamento relevante corresponde a áreas de estacionamento público com dimensão significativa e demarcados ou diferenciadas materialmente da via de rodagem. Os arruamentos constituem 50% do espaço público levantado. Os jardins enquadram espaços de vegetação planeados ou recentemente intervencionados. O parque corresponde a cinco áreas determinadas, caracterizadas por áreas verdes de grande dimensão contínua. A alameda corresponde a ruas arborizadas, com “origem em estudos urbanísticos” (Relatório 2.7, 2005, p.18). A praia engloba as áreas marítimas e fluviais naturais.

Do levantamento realizado, concluiu-se que apenas 12% do espaço público foi desenhado ou conformado, e que de entre os tipos, os arruamentos representam 70% de todo o espaço público. O tipo uso misto, 10%. Se não se considerar os arruamentos e a praia, apenas 1,3% da área restante é pública. Com a programação e execução do Polis e dos planos de urbanização, aquele valor aumentou para o triplo – 3,9%. A área permeável dos espaços públicos é de 2% do total do concelho, e de 80% no total de espaços públicos, contribuindo para essa realidade o enquadramento do tipo praia no domínio público.

***Uma área em que a densidade de espaços canais – auto-estradas e caminhos de ferro – é maior, o que significa maior número de barreiras e por isso onde as segregações de urbanidade são mais evidentes.***

Relatório 2.7, 2005, p.28<sup>455</sup>

---

<sup>455</sup> O Relatório 2.7 apresenta ainda uma síntese crítica do levantamento realizado, no qual se conclui a preponderância do espaço público viário, especialmente na zona classificada como setor cidade. Se por um lado, o mesmo relatório se refere à maior continuidade e contiguidade dos elementos urbanos nessa área, especialmente naquela que está definida como Centro Histórico, por outro assume que é nesta área que “incide maior pressão urbanística, principiamente nas imediações da Av. Da República” (Relatório, 2005, p.28).

	tipos	ocorrências (uni)	área (m2)	totais parciais (m2)	%
1	praças	1	4128		0,03
2	pracetas	82	122457		0,77
3	largos	141	164413		1,03
4	mistos	248	399930		2,51
5	estacionamento relevante	76	134266	825194	0,84
6	arruamentos		11707840		73,53
7	terreiros	24	103292	12533034	0,65
8	alamedas	51	262676		1,65
9	jardins	119	239238		1,50
10	parques	10	830143	1332057	5,21
11	praia areal				
11.1	fluvial		255308		1,60
11.2	marítima		1699757	1955065	10,67
total			15923448		100,00

tipificação   dados absolutos e relativos_concelho/sectores					55441973		22257944		61417971		24996785	
		ocorrências (uni)	área (m2)	totais parciais (m2)	%	cidade	oia	interior centro		interior nascente		
tipos												
1	praças	1	4128		0,03	4128	1		0		0	
2	pracetas	82	122457		0,77	95869	61	7683	7	16490	13	
3	largos	141	164413		1,03	72963	64	22436	20	54336	47	
4	mistos	248	399930		2,51	294120	171	40246	25	62553	49	
5	estacionamento relevante	76	134266	825194	0,84						3011	
6 arruamentos			11707840		73,53	5005362		1848959		3808629	1044890	
7	terreiros	24	103292	12533034	0,65	43270	8	31868	5	22054	8	
8 alamedas		51	262676		1,65	36675	13	208369	34	18642	4	
9	jardins	119	239238		1,50	151910	81	30583	10	50394	23	
10	parques	10	830143	1332057	5,21	608710	7	41976	2	179457	1	
11 praia areal						1394671		399120		426765		
11.1	fluvial		255308		1,60	226967				23860		
11.2	marítima		1699757	1955065	10,67	881351		818406			4481	
total			15923448		100,00	88026	52	15969	10	22839	12	
			4215608			7508351	47%	3066485	19%	4259254	27%	
											7432	
											1089358	
											2	
											7%	

Fig. 82 Ocorrências de espaço público por tipo e Tipificação de espaços públicos.  
 Fonte: In "Relatório 2,7" dos estudos para a revisão do PDM, publicado em 2007, pela GAIURB.  
 PDM, Relatório 2,7, p.20 e p.30.

*Em Gaia o espaço público acompanha esta imagem de cidade: segue a lógica do sistema viário, é pontual, esparso e composto por partes não interligadas, revelando a forma dispersa da fixação no território. A lógica de fixação da cidade alargada não contempla referências fortes e hierarquizadas, o que notoriamente acontece no espaço público.*

Relatório 2.7, 2005, p.25

Através do entendimento do concelho em três formas distintas da forma da cidade – contínua, viária e rururbana, o relatório demonstra também uma diferenciação do que é urbano relativamente ao que é quase urbano ou rural, destacando uma perspetiva dicotómica sobre a transformação do solo, subjacente tanto à noção de **“perímetro de cidade”** como à **“promiscuidade”** (Relatório 2.7, 2005, p.27) entre espaços urbanos e rurais. Ou seja, que do ponto de vista desta análise, os espaços públicos são entendidos, à partida, numa diferenciação imprecisa de urbanidade e ruralidade, que viabiliza a distinção dos quatro setores definidos – cidade, orla, interior centro e interior nascente. Também não compreendemos o porque desta diferenciação não se estabelecer em correspondência com as cinco áreas biofísicas identificadas no Relatório 6.1, referente à caracterização biofísica do concelho, ou às áreas morfotipologias distintas que são identificadas e classificadas no Relatório 2.9, referente às morfotipologias de ocupação do território. De qualquer forma, é-nos útil sintetizar a avaliação realizada pelo Relatório 2.7 sobre os quatro setores territoriais, que, concluímos nós, se sustentará nas características urbanísticas predominantes naquelas áreas do território concelhio<sup>456</sup>.

---

<sup>456</sup> No relatório estabelece-se que o setor cidade abarca a área norte do concelho, tendo a EN1.18 a sul como limite. Nesta área encontra-se o maior número de áreas planeadas, mas também a maior densidade construtiva e populacional, insuficientemente suportada pelos espaços públicos existentes, nomeadamente na orla fluvial. O setor orla compreende a orla marítima a poente, que apresenta áreas **“consolidadas com origem em planeamento”** (Relatório 2.7, 2005, p.29). Por outro lado, revela ainda a **“génese rural”** e as consequências do atravessamento da EN 109, sem apresentar **“uma via marginal contínua”** (Relatório 2.7, 2005, p.29). O setor interior centro, de génese rural, é marcado pelo atravessamento da EN1, e a pulverização de lugares industriais, caracterizando-se por **“um tecido urbano irregular e débil que evolui de uma estrutura rizomorfa”** (Relatório 2.7, 2005, p.29), onde os espaços públicos aparecem associados a edifícios de referência pública, seja igrejas, juntas de freguesia, mercados, feiras e cemitérios. O setor interior nascente, sendo em relação ao tecido rizomático idêntico ao setor do interior nascente, caracteriza-se pela predominância do tipo arruamentos, com a demarcação do atravessamento da EN222 e de uma relação de nível com ruas de calibre inferior, com origem em caminhos rurais.

## Avaliação da quantificação da tipificação do espaço público

*A divisão do território em 4 sectores surge duma análise em macro escala em que se tenta, numa primeira abordagem, identificar e sistematizar características que possam reflectir o significado/vocação das diferentes zonas no território, assim como as suas insuficiências/potencialidades.*

Relatório 2.7, 2005, p.27

A avaliação apresentada, sobre o levantamento dos espaços públicos realizado pela CMVNG, revela algumas circunstâncias que é necessário referir. Da quantificação da área dos espaços públicos por tipos, foi verificado que, e apesar da preponderância do tipo arruamentos, viário, no global concelho, este não foi tido em conta na proporção com os outros tipos, tornando impercetível a prevalência do mesmo em cada setor. Esta relação pode evidenciar as relações dos tipos analisados face ao tipo arruamentos, e será calculada por nós. Assim, temos uma percentagem maioritária no tipo fluvial no total do concelho, fluvial no total do setor cidade e marítima no total do setor orla. O segundo tipo mais predominante na total do concelho é o parque, tal como no total do setor cidade e no setor interior centro do concelho. O terceiro tipo dominante no setor interior nascente é o uso misto. O tipo alameda tem alguma preponderância no setor orla. Os tipos praça, praceta e terreiros têm menor preponderância no total do concelho e no total dos setores cidade, orla, interior centro. No setor interior nascente há a preponderância do tipo largos.

No total, temos **15923448 m<sup>2</sup>** de área de espaço público distribuídos por **11707840 m<sup>2</sup>** para o tipo arruamentos, e o restante para os outros tipos, ou seja, **73,5%** do espaço público levantado está classificado no tipo arruamento. O segundo valor mais elevado pertence ao tipo marítimo (praia), com **1699757 m<sup>2</sup>**, ou seja, **10,67%**. Parques representam **5,21%**, com 830143 m<sup>2</sup>. O tipo mistos é o quarto maior, com **2,51%** da área total de espaços públicos, com 399930 m<sup>2</sup>. De seguida vem o tipo alameda, que representa **1,65%**, com 262676 m<sup>2</sup>. O tipo jardins representa **1,5%**, com 239238 m<sup>2</sup>. O tipo largos, **1,03%**, com 164413 m<sup>2</sup>. O tipo estacionamento relevante fica nos **0,84%**, com 134266 m<sup>2</sup>. Finalmente, os tipos praceta, terreiro e praça somam **1,44%** do total de espaços públicos, com 229877 m<sup>2</sup>.

O setor cidade tem 47% da área de espaço público, para 27% no setor interior centro, 19% na orla e 7% no interior nascente. Estes dados revelam uma heterogeneidade da distribuição das áreas de espaço público pelo concelho, evidenciando a sua preponderância na área do perímetro urbano, face ao restante concelho, mais ainda se nesse perímetro urbano



coincide a existência da frente fluvial e marítima, que foi integrada em área de espaço público. Conforme as nossas estimativas, segundo os valores inscritos no relatório (Relatório 2.7, 2005, p.31), temos uma prevalência do tipo arruamento em todo o concelho, sendo que no setor interior nascente corresponde a 95,9% de todo o espaço público ali levantado. O setor interior centro tem uma preponderância na ordem dos 88,4%, o setor cidade 66,7% e o setor orla 60,3%. Isto significa que no setor interior nascente, havendo uma tão grande preponderância do tipo arruamento, para uma percentagem tão baixa de total de espaço público, podemos afirmar que esta área se caracteriza por espaços públicos exclusivamente viários. Similarmente, o interior centro apresenta uma percentagem de espaço público não viário ligeiramente acima da média, mas com uma proporção de espaço público viário na ordem dos 89,4%. As áreas cuja proporção é menos desequilibrada são o setor cidade e o setor orla, nas quais a percentagem de espaços públicos do tipo viário andam na ordem dos 66,7% e 60,3%, respetivamente.

Foram ainda identificadas as áreas impermeáveis e permeáveis do espaço público, tendo obtido uma percentagem de 7,7% de área impermeável, se se considerar o tipo arruamento, mas uma percentagem de apenas 0,6%, sem este tipo. O tipo parque, jardim, alameda e praia contribuem para 2% de área permeável do concelho. Resulta um total de 9,7% de espaços públicos impermeáveis da área total do concelho, e um total de 2,6% de espaços públicos permeáveis da área total do concelho.

***Espaços públicos de grande referência geográfica natural têm articulação deficiente com a rede supra-municipal.***

Relatório 2.7, 2005, p.31

O relatório identifica ainda as insuficiências e potencialidades para cada setor.

Para o setor cidade identifica a ausência de espaços públicos de referência, a acessibilidade precária, a presença de espaços canal, a transversalidade deficiente, uma deficiente relação entre as cotas baixa e alta e uma fraca mobilidade, especialmente do sistema de transporte público. Nesse sentido, apresenta-se a possibilidade de estabelecer continuidade **“ao nível da malha e do tecido existente”**, qualificando a marginal ribeirinha, as áreas de foz do Rio Douro, o património existente no Centro Histórico, promovendo a implantação do metropolitano de superfície e a edificação de unidades comerciais e de equipamentos e serviços, **“a integrar num futuro sistema de espaços coletivos”** (Relatório 2.7, 2005, p.33).

Para o setor orla identifica-se o perfil insuficiente da marginal de então, com ausência de pontos de paragem e **“vocacionada para a circulação automóvel”** (Relatório 2.7, 2005, p.32), faltando continuidade urbana, ligação arterial e atenção às linhas de água que desaguam

na frente marítima. Por outro lado, é necessário considerar os núcleos rurais ali consolidados, nomeadamente prevendo soluções de pedonalização. Assim, para o setor orla, reconhece-se o potencial das áreas planeadas e consolidadas, a proximidade ao caminho de ferro, a praia e a qualificação paisagística e ambiental das áreas afetadas aos talwegues e às bacias, cuja ocupação deve ser impedida, utilizando as linhas de água **“como elementos de conexão transversal [...] que amarre o interior concelhio com o litoral”** (Relatório 2.7, 2005, p.34).

O setor interior centro apresenta uma **“dispersão urbana forte”** (Relatório 2.7, 2005, p.33), a par dos espaços públicos, que são escassos, predominam os loteamentos avulsos, zonas industriais, cursos de linhas de água atrofiados e edificação em áreas enquadradas na RAN e na REN, sem espaços públicos dedicados. Como potencial, pode ter-se em conta o valor paisagístico das quintas, os núcleos rurais e suburbanos associados a edifícios religiosos e administrativos, a dotação de acessibilidades estruturantes concelhias e ainda possibilidade de constituir parques empresariais e industriais.

Ao setor interior nascente, relativamente ao interior centro, agrava o fato **“de ser mais afastado fisicamente da área central”**, além de um deficiente calibre viário **“que não aguentará também maior densidade habitacional”** (Relatório 2.7, 2005, p.33). Potencialmente, nesta área pode promover-se uma efetiva frente fluvial, onde as linhas de água sejam estruturantes e **“elementos de construção da paisagem”** (Relatório 2.7, 2005, p.34). Por outro lado, a génese rural pode ser preservada num princípio de valorização ambiental, a par de um enquadramento do sistema viário regional que ali existe, promovendo novas unidades de equipamento **“polarizadores de transformação urbana”** (Relatório 2.7, 2005, p.34).

***A definição de uma estratégia de actuação conduz a um programa de acções que determine e corporize as actuações para a transformação do território. Assim, definem-se um conjunto de apontamentos estratégicos, que advêm da valorização/reversão das potencialidades/insuficiências avaliadas na fase interpretativa.***

Relatório 2.7, 2005, p.35

A avaliação da quantificação e da análise do espaço público identificado em cada setor traduz-se, segundo o relatório, na necessidade de estabelecer estratégias que contrariem a situação existente. Assim, o relatório apresenta um conjunto de opções principais relativas ao que considera cinco domínios essenciais – tecido e malha urbana, ao suporte físico natural, às acessibilidades, à parametrização e à programação/faseamento.

*Como premissa estratégica de actuação apontamos o espaço público como o elemento por excelência que permite a actuação entre os vários fragmentos de cidade. O espaço público é também o elemento que permite fixar a identidade de cada área de cidade e contribuir decisivamente para a qualidade de vida da população utilizadora/residente.*

Relatório 2.7, 2005, p.44

No que diz respeito ao primeiro, e sucintamente, propõe-se no tecido da cidade contínua, a descompressão espacial, com a abertura de espaços públicos, a mistura funcional, o incentivo ao transporte público acompanhado de soluções de estacionamento enterrado ou em silos nas áreas mais consolidadas, o aumento da densidade populacional por subaproveitamento de infraestruturas que não crie um défice de espaço público, o aumento da permeabilidade do solo, a constituição de percursos verdes e a promoção equipamentos e serviços em áreas residuais de espaço público **“de modo a criar animação e vivência nos espaços”** (Relatório 2.7, 2005, p.36). No caso da cidade viária, defende-se a ligação espacial e a ampliação do uso das infraestruturas viárias à estadia e aos percursos pedonais **“à escala do homem”** (Relatório 2.7, 2005, p.36). Na cidade rururbana, defende-se a criação de espaços públicos de referência, de estadia e **“uma nova configuração espacial ao nível dos arruamentos”**, com a **“criação de referências ao nível do espaço público”** (Relatório 2.7, 2005, p.37). No caso da orla marginal marítima, propõe-se a criação de parques de estacionamento periférico à linha de costa, promovendo trajetos pedonais e estabilizando a possibilidade de uso coletivo das áreas non-aedificandi.

No que diz respeito ao suporte físico natural, propõe-se a estruturação verde, conforme os conceitos adotados pelo **“Centro de Estudos e Planeamento - CEP”** (Relatório 2.7, 2005, p.38) para estrutura verde principal e secundária, como parte do sistema de espaços públicos. Segundo o relatório, encontra-se uma grande quantidade de espaços que podem ser integrados na estrutura verde secundária, nomeadamente pequenos jardins, canteiros, espaços verdes não públicos e ainda **“áreas fronteiras aos pisos de rés-do-chão comercial de edifícios multifamiliares”** (Relatório 2.7, 2005, p.38). Assim, **“serão talvez dos elementos constituintes mais importantes – para a criação de um sistema de espaços públicos bem articulado”** (Relatório 2.7, 2005, p.38).

Quanto às acessibilidades, a estratégia de intervenção, baseada nos princípios da Carta Urbana Europeia para os espaços públicos, é diferenciada para as áreas consolidadas e para as áreas em expansão. Assim, nas primeiras, deve-se controlar e restringir o tráfego automóvel, implementar uma dinâmica de aproveitamento e qualificação de todo o espaço público,

aproveitar as áreas expectantes e integrar espaços privados de utilização pública. Nas segundas, deve integrar-se o automóvel, hierarquizar novos arruamentos, criar estacionamento e promover espaços públicos de estadia, **“que permita a interacção social”** (Relatório 2.7, 2005, p.40).

Quanto à parametrização, considera-se premente estabelecer parâmetros entre o índice de edificabilidade e quantidade de espaço público, dotando o espaço público de funções vocacionadas, cujo uso seja continuado. Particularmente nos loteamentos, devem ser constituídos espaços **“verdadeiramente públicos de livre acesso e uso”**, rejeitando a cedência de espaços que não possibilitem o uso público integrado ou que amentem **“gastos de manutenção desnecessários e irracionais”** (Relatório 2.7, 2005, p.41).

Finalmente, quanto à programação e faseamento, realizar **“estudos urbanísticos dedicados que permitam estabelecer um desenho adequado e eficaz”** (Relatório 2.7, 2005, p.42). Assim, considera-se premente a articulação dos espaços públicos em vias de grande acessibilidade, a ampliação de espaços públicos já existentes pela urbanização, a ligação entre espaços públicos de uso misto já existentes, a promoção de espaços públicos em equipamentos municipais.

## **SÍNTESE** **AValiação MUNICIPAL DO ESPAÇO PÚBLICO**

*No município de Gaia a rua é o espaço público por excelência, tendo um peso nos indicadores obtidos da análise muito grande. Faz sentido, avaliar uma estratégia de actuação e forma de intervir neste tipo de espaço público.*

Relatório 2.7, 2005, p.39

O levantamento do espaço público e a respetiva avaliação constituem inovações do ponto de vista do reconhecimento efetivo do espaço público e da cidade em geral nos instrumentos de planeamento locais. Não conhecendo um processo de avaliação semelhante em Portugal, nomeadamente que abranja uma área territorial concelhia completa, podemos afirmar que o primeiro passo para uma intervenção legítima é precisamente o de conhecer quantitativa e qualitativamente o estado do espaço público existente. Esse reconhecimento deve ser total, enquadrado no território alargado das relações socioeconómicas e não apenas estabelecido aos limites administrativos. Para isso, é necessário conhecer de fato os limites físicos do domínio público e do espaço público face às áreas constituídas juridicamente como propriedade privada, às áreas estabelecidas como coletivas pelas normas urbanísticas e ainda à dominialidade. Esses limites podem ser difíceis ou impossíveis de determinar em tempo útil de aplicação dos instrumentos de gestão territorial, produzindo conflitos de uso, gestão e responsabilidade relativamente aos direitos e deveres. Assim, consideramos pertinente identificar algumas omissões, fazendo uma crítica sobre os resultados descritos no Relatório 2.7.

Da fase do levantamento, podemos sublinhar omissões que devem ser consideradas metodologicamente na investigação realizada por nós, uma vez que o mesmo não foi efetivamente realizado por nós. Constituindo a base da nossa macroanálise, e, em parte, da microanálise, temos de reconhecer e identificar as incongruências encontradas neste levantamento, para que sejam consideradas na discussão e nos nossos resultados de forma rigorosa e honesta.

Encontramos, na fase de microanálise, áreas de espaço público que não constam da mancha levantada, nomeadamente passeios, jardins e largos. Ou seja, há, provavelmente, uma maior quantidade de espaço público que falta contabilizar e que não foi considerada no levantamento. Acresce, a esta contagem por defeito, a falta de diferenciação, dentro do tipo arruamentos, do perfil exato, quando exista. Ou seja, uma identificação mais precisa dos limites cadastrais com o domínio público, dos limites dos pavimentos e um levantamento preciso dos elementos que o constituem e são bens do domínio público. O levantamento dos bens do

domínio público também deveria ocorrer nos outros tipos, particularmente no que se refere à vegetação arbórea, aos elementos honoríficos e ao mobiliário urbano, para não referir a iluminação, os telefones públicos, os pontos de recolha de resíduos sólidos urbanos, os pontos de combate a incêndios, elementos de acesso infraestrutural e outros elementos de utilização coletiva que constam da regulamentação e da gestão municipal.

O levantamento não esclarece ainda se a contagem das manchas dedicadas aos tipos alameda e arruamento, sobrepostas, se se consideram independentemente, uma vez que, segundo os nossos cálculos, o valor é duplamente contabilizado. O levantamento não esclarece também o que pode ser enquadrado no tipo largo, tendo detetado um largo com essa toponímia (Largo do Montinho) e formalmente criterizável no tipo largo, que não consta do levantamento. O levantamento não distingue escadas ou outro tipo de acesso ou diferença de nível. O levantamento não compreende também a área interior afeta às rotundas, denunciada pela falta de preenchimento de algumas destas áreas na mancha de espaço público.

Consideramos ainda três omissões que necessitam de esclarecimento. A primeira, diz respeito à falta de definições prévias dos tipos, sendo que são enquadrados os tipos numa descrição de critérios que se supõe caracterizá-los. A segunda, é o desconhecimento dos critérios metodológicos para excluir outras áreas de espaço público que sabendo nós que existem, não constam daquele, nomeadamente baías de estacionamento. Assim, a bom rigor, gostaríamos de conhecer o critério que define a qualidade de **“relevante”** nesta categoria. Finalmente, a atribuição da classificação nas situações onde há critérios dúbios de caracterização, nomeadamente nas situações de terreiro e jardim, ou de usos mistos, e, ainda, de praia ou avenida.

Da classificação dos tipos gostaríamos de deixar a crítica à utilização da designação usos mistos, o que, na nossa perspetiva, é uma designação que melhor representa a dificuldade em definir espaços que Portas refere como não canónicos. Ao se referir à falta de reconhecimento dos espaços coletivos do urbano extensivo, Portas coloca em evidência a dificuldade em enquadrar etimologicamente todos os espaços públicos que existem, especialmente aqueles que se caracterizam por outras formas, relações visuais, usos não canónicos e de outra dominialidade. Quer isto dizer, que esta classificação dos tipos, tanto do uso misto como dos restantes, apresenta já de si uma dificuldade em estabelecer critérios definitivos para os espaços públicos da cidade de produção moderna e contemporânea, quando se esgotam ou se tornam obsoletas a reprodução das formas canónicas, ou melhor, das formas urbanas associadas à produção urbana pré-capitalista, e que o relatório denomina de **“espaço público tradicionalmente desenhado”** (Relatório 2.7, 2005, p.38). É necessário, pois,

estabelecer mais este ponto de partida sobre a diagnose do espaço público. Resulta, desta forma, uma impossibilidade de considerar no discurso sobre o espaço público todo o espaço que de fato pertence ao domínio público, independentemente da sua origem, forma, proporção, dimensão, uso ou, inclusive, natureza tecnológica, e que promove, conforme Portas, um entendimento de perda relativamente às características referenciais dos espaços públicos planeados noutros períodos históricos. Um entendimento de perda, é, a exemplo, o que está associado à lógica da estrutura viária, como sinónimo físico de uma lógica do automóvel, diminuindo, ou até demonizando, a sua presença na produção urbana, quando essa lógica não é considerada dentro de um panorama global da produção urbana como produção socioeconómica.

Do ponto de vista da intervenção, o relatório defende ainda a atribuição de funções que definam usos para espaços públicos não integrados, e, simultaneamente que se estabeleçam regulamentações quantitativas nas operações urbanísticas, permitindo **“uma vivência continuada e vigilância do espaço público”** (Relatório 2.7, 2005. P.40). A nossa crítica a esta posição passa por pretender conhecer os critérios ou bases científicas que fundamentem esta relação, ou que evidenciem que esta relação é de fato sempre benéfica, e que aparenta traduzir a condição natural do espaço público constituir, por si só, fator de conexão social. Este é, pois, um dos pontos fundamentais da nossa crítica, e que, através da nossa análise, explanaremos.

Há ainda outra questão que não foi referida pelo relatório e que nos parece fundamental, que é o fato de esta análise não comportar uma abrangência territorial além dos limites concelhios, mesmo tendo em conta a natureza municipal do estudo. O relatório não se refere à conformação do espaço público tendo em conta os concelhos vizinhos. Queremos com isto sublinhar a importância de a nossa análise apresentar dados na escala territorial metropolitana, considerando a continuidade efetiva do espaço público para lá dos limites e domínios formais que são politicamente estabelecidos.

Na análise do espaço público levantado é também ausente uma caracterização material profunda, que tenha em conta outros atributos físicos das ocorrências identificadas em cada tipo, nomeadamente topografia, volumetria e elementos preponderantes desse mesmo espaço, como sejam limites e barreiras físicas, massa arbórea, revestimentos das superfícies e, eventualmente, a distinção dos usos ou funções particularmente desenvolvidas em cada uma. Consideramos, desta forma, ser fundamental conhecer a tridimensionalidade do espaço público, que passa pelo levantamento fotográfico e pela representação de outras dimensões do mesmo.

Finalmente, é inexistente qualquer referência ao contexto de planeamento territorial prévio ao PDM de 1994, nem conhecemos nenhum estudo municipal que caracterize morfológicamente o desenvolvimento urbano em VNG, nomeadamente no que se refere ao espaço público e às operações urbanísticas municipais que constam do Arquivo Municipal, desde meados do século XIX. Assim, contamos com a realização da nossa proposta inédita de evolução morfológica, a apresentar no capítulo seguinte.

Tendo em conta as incongruências e omissões apresentadas, consideramos necessário realizar a nossa própria análise com o aprofundamento dos dados quantitativos levantados, associando dados estatísticos concelhios. Além disso, serve-nos ainda realizar um estudo aprofundado de áreas específicas, nos pontos que acima assinalamos como fundamentais, em conformidade com a metodologia estabelecida.



Fig. 83 Mapificação do espaço público, em área urbana e área não urbana.  
Fonte: Realização da autora.



# IV.11

## FORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM VNG

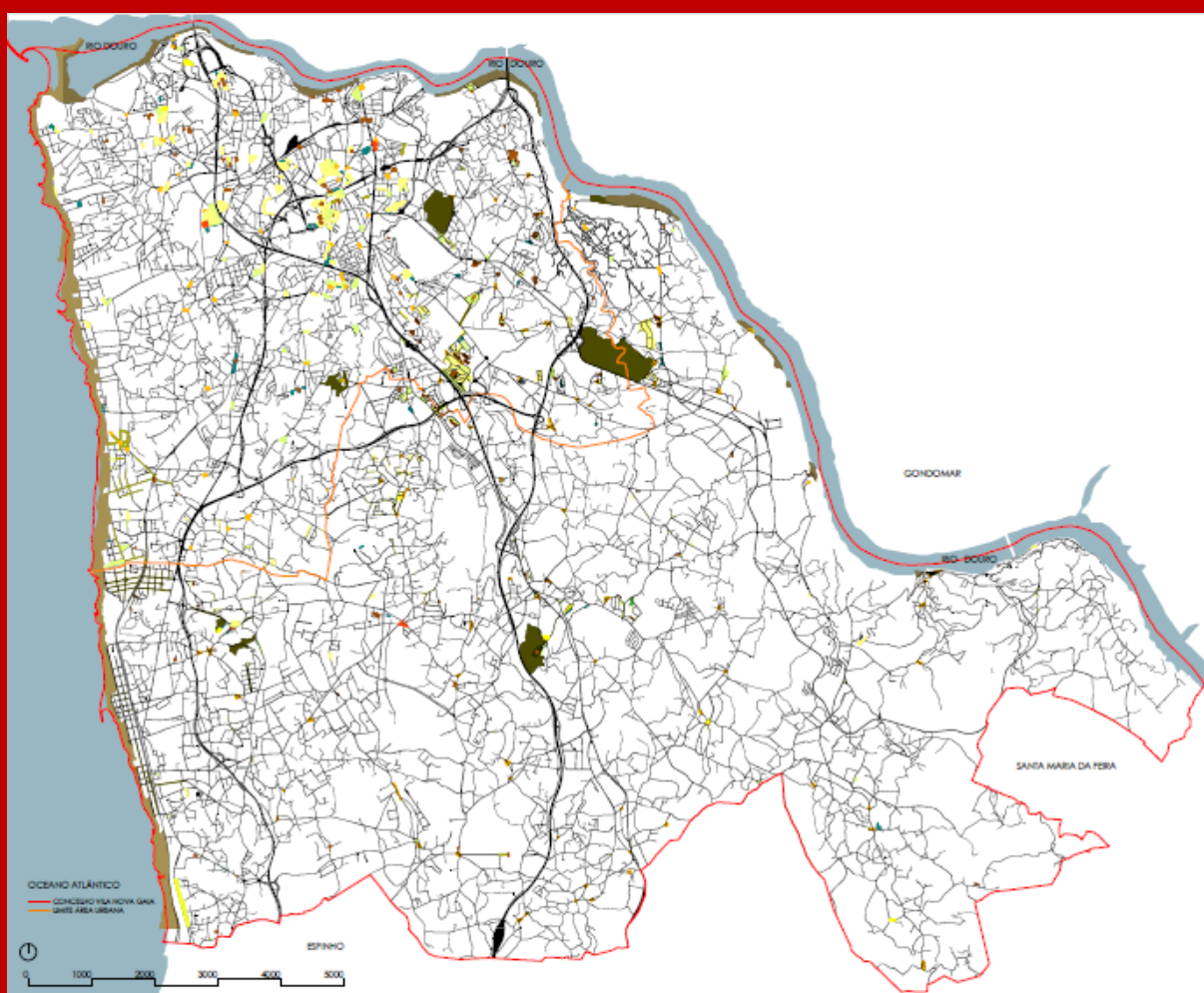


Fig. 84 Mapiificação do espaço público, por tipos.  
Fonte: Realização da autora.

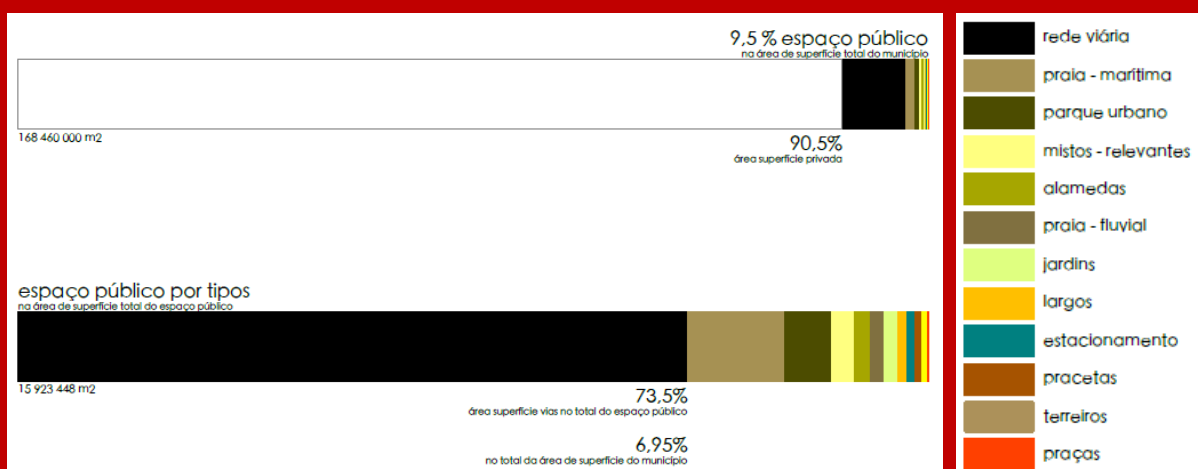


Fig. 85 Quantificação relativa do espaço público por tipos, por total do concelho e por total da área de espaço público.  
Fonte: Realização da autora.

## **Análises Morfológicas em VNG**

O concelho de VNG verifica a capacidade de requalificação urbana de que foi alvo na última década, com particular investimento público no espaço público já existente e na produção de novas áreas de propriedade e utilização públicas, nomeadamente através de programas localizados e temáticos. De entre estes, destacamos a execução do Programa Polis e a elaboração e a execução de dois projetos municipais – Encostas do Douro e Avenida até ao Mar. Outros projetos de intervenção no espaço público foram igualmente executados na primeira década do século XXI, segundo propostas de natureza municipal e particularmente destinadas a reabilitar pavimentos e revestimentos, permitindo incrementar o conforto da utilização humana. Contudo, assinalamos uma escassa informação sobre a condição histórica do espaço público, particularmente em áreas do concelho onde não existe qualquer instrumento de planeamento vocacionado para a execução, ou onde não houve intervenção de reabilitação. Aliás, são igualmente escassos os estudos sobre o concelho, em geral, cuja literatura se compõe maioritariamente de textos produzidos individualmente a propósito de edifícios ou lugares culturalmente significativos, ou figuras promotoras do desenvolvimento socioeconómico nas diferentes freguesias. Assim, parece-nos imprescindível estabelecer esta base de análise para VNG, tendo em conta a disponibilidade cartográfica e os estudos realizados sobre o concelho, cuja natureza tenha utilidade para nossa investigação. Assim, além do levantamento do espaço público em períodos distintos, e da apresentação de hipóteses da sua evolução formal, apresentamos o levantamento dos estudos referentes às atividades económicas, à evolução demográfica e à evolução do edificado, na medida dos dados publicados.

***Identificar os diferentes componentes presentes na ideia canónica de espaço público (função, forma, signo e suas subdivisões), para, a partir daí, os procurar nos territórios do urbano extensivo parece ser um caminho que vale a pena percorrer. Para tal será necessário proceder ao levantamento, contextualização e classificação dos espaços existentes.***

Portas, Travasso, 2011, p.190

Em 2011, na publicação Políticas Urbanas, Portas e Travasso advertiam para a importância do reconhecimento dos espaços coletivos existentes, enquadrando nesta terminologia os espaços públicos e os não públicos que permitem a apropriação coletiva. VNG constitui um exemplo de estudo particular destes autores, a propósito da constituição de um Sistema de Espaço Coletivos, nomeadamente porque **“é o conjunto de espaços que o sujeito**

percorre e a partir dos quais lê e percebe a cidade, é a malha que organiza a edificação e que perdura para além dela.” (Portas, Domingues, Cabral, 2011, p.187). Assim, a avaliação do espaço público em VNG, em sede de revisão do PDM, traduz, segundo aqueles autores, uma necessidade de “conferir inteligibilidade a uma urbanização extensiva e desregulada que caracteriza grande parte do território nacional” (Portas, Domingues, Cabral, 2011, p.187). Travasso descreve a possibilidade de organização da ocupação do território, no caso de VNG, através da Estrutura Ecológica, procurando estabelecer articulação entre os elementos da urbanização e aquela. De forma a tornar visível esta articulação, um conjunto de medidas interseccionais foram executadas no que se refere à vertente poente da área marítima do concelho, estabelecendo, pela primeira vez, uma marginal atlântica com ligações às linhas de água que ali desagüam. Esta coordenação das intervenções urbanas à escala territorial intermédia, representou uma mudança histórica no planeamento concelhio, com o reconhecimento efetivo das potencialidades geográficas existentes face à ocupação de edificação, que se ali cresceu nas últimas quatro décadas. Enquadrado na programação das frentes fluviais e marítimas<sup>457</sup>, a produção de espaço público foi antecedida de um conjunto de critérios e salvaguardas respeitantes à condição biofísica desta área da cidade, compatibilizados com a estruturação das funções urbanas prementes, nomeadamente circulação viária e pedonal. Podemos afirmar, que a análise morfotipológica da ocupação do território em sede de revisão do PDM, em 2005, permitiu anteceder e preparar a atuação urbanística, constituindo a produção de espaço público o paradigma de produção e reabilitação urbana, numa área caracterizada morfologicamente pela edificação individual e multifamiliar, avulsa e dispersa<sup>458</sup>.

Podemos situar as análises morfológicas de VNG num período mais recente, face às primeiras caracterizações territoriais realizadas pelos estudos que antecederam e acompanhavam as propostas de planos para área envolvente ao Porto, nomeadamente o Plano Regulador de 1947 e o Plano Regional de 1963, onde, em ambos, a análise a VNG se concentrava preferencialmente na área urbana e nos aglomerados urbanos e rurais. Podemos ainda distinguir dois grandes grupos de análise – um direcionado para a análise tipológica, observando uma

---

<sup>457</sup> Reabilitação da Marginal Atlântica Litoral de Salgueiros, concluída em 2008,

<sup>458</sup> O reconhecimento da condição morfológica de VNG é, pois, muito recente, nomeadamente em estudos de diversas disciplinas que avaliam a ocupação do território gaiense, dentro de âmbitos alargados à área metropolitana ou ao Grande Porto. Quer isto dizer que, apesar de conhecermos estudos académicos sobre VNG, direcionados para certas intervenções concelhias realizadas desde o final do século XX e algumas publicações de natureza histórica, a evolução morfológica de VNG foi sendo caracterizada em função do desenvolvimento territorial do Porto, particularmente em referência ao Centro Histórico. Identificamos, no estado da arte sobre VNG, uma lacuna no que se refere a análises científicas de planeamento urbano, que considerem o território concelhio num todo, ou exclusivamente direcionados para este, exceto aquelas que foram desenvolvidas em sede de planeamento municipal.

escala mais próxima do território, e outro, que se enquadra numa abordagem da escala territorial regional, que tende a estabelecer relações com outros concelhos e com intervenções supramunicipais. No primeiro, integramos Queiroz (2009), Fernandes (2014), Abrunhosa (2008), Oliveira (Marta) (2002) e Oliveira (2013). No segundo, integramos Pinho (2000), Serra (2012) e Portas (2011).

*Claramente marcado por uma expansão urbana espontânea difusa, com marcas de ruralidade, evidencia uma vitalidade demográfica comum a outros municípios mais dinâmicos envolventes ao núcleo central e uma progressiva densificação da ocupação urbana. Corresponde a um território de confluência, na qual sobre o desenvolvimento urbano axial e a herança histórica de povoamento rural-disperso, com forte parcelamento, se sobrepõe a lógica das grandes artérias viárias. Neste espaço territorial coabitam, por isso, formas urbanas que testemunharam claras preexistências e outras que resultaram de transformações recentes reveladoras das diferentes etapas do processo de crescimento e recomposição urbanos.*

Pinho, 2000, p.37

Manuela Pinho, descreve, em 2000, num estudo sobre a área do nó rodoviário da Afurada, que apresenta à Faculdade de Letras do Porto, a situação formal da urbanização em VNG, sublinhando o fato de a área urbana se ter estendido sobre áreas de uso rural, numa configuração difusa que, e segundo a própria, cita dos **“vários especialistas no contexto nacional”**, sendo tema que tinha **“ocupado um lugar de destaque na compreensão das dinâmicas e formas urbanas a ela associada”** (Pinho, 2000, p.15). Neste estudo, Pinho elabora uma relação entre o desenvolvimento da ocupação com a mobilização populacional promovida pela introdução das vias estruturantes que servem a AMP, e apoiada pela localização de serviços e comércio privados. Esta dinâmica é particularmente evidente naquela área da Afurada, onde se verifica uma forte densificação da urbanização dispersa a par de uma densidade construtiva na imediação das infraestruturas rodoviárias. Pinho conclui que a morfologia urbana gaiense é marcada pelo **“trunfo forte no marketing imobiliário”**, que **“corresponde, na sua maioria, a formas urbanas de densidade, cêrceas e desenho contrastante com os tecidos preexistentes”**, e que o crescimento urbano se faz por **“fragmentos, funcionalmente especializados e morfologicamente descontínuos”** (Pinho, 2000, p.208-209). Para isso contribui, definitivamente a elaboração das vias de ligação que

naquela zona estabeleceram a circulação rodoviária com o centro administrativo e as áreas de comércio regional, até aí limitada às ruas preexistentes e de perfil obsoleto.

*A partir do último quartel do século XVIII, começa a estabelecer-se um conjunto de armazéns e de unidades fabris têxteis e de cerâmica, em Vale da Piedade, entre as quais têm especial importância, para a zona em estudo, as fábricas de cerâmica do Cavaco, do Cavaquinho e do Monte Cavaco, que se implanta à face do caminho da FAurada, depois de este deixar a margem fluvial, na subida ao alto do monte.*

Oliveira, 2002, p.12

Marta Oliveira, em 2002, apresenta, em “**Elementos de formação urbana da Afurada**”, um conjunto de dados históricos acerca do lugar da Afurada, particularmente anteriores ao desenvolvimento urbanístico do final do século XX. Segundo esta autora, a edificação na Afurada surge por “**movimento imigratório**” (Oliveira, 2002, p.29) de comunidades piscatórias oriundas de Espinho, Ovar e Murtosa, e a sua consolidação dá-se pelas obras de melhoramentos da barra do Porto, no final do século XIX. A atividade piscatória e de comercialização de conserva, face ao decréscimo da população empregue na agricultura, cativam a fixação de populações autónomas na margem sul do Rio Douro, cujas ligações viárias, entretanto, foram promovidas, estabelecendo continuidade entre a Vila e São Paio. A primeira de que há registo é a rua marginal, com plano de 1884<sup>459</sup>. O bairro, contudo, desenvolve-se em fileiras duplas com ruas paralelas e perpendiculares, cuja implantação viria a determinar a redução da largura da Rua 27 de Fevereiro (Oliveira, 2002, p.33). A ocupação deste bairro constitui uma primeira, e pouco repetida, solução de organização e densificação do lote urbano individual, à face da rua mais larga, em VNG, contrariando a anterior situação de ocupação avulsa sobre ruas sinuosas e estreitas, que acompanhavam as curvas de nível.

---

<sup>459</sup> “Plano d’uma rua nova, no logar da Aforada”, data de 1884. AMSMB, ID 18883.

***Podemos, então concluir que Vila Nova de Gaia nasce sobretudo como um arrabalde do Porto e não como um arrabalde da antiga urbe de Gaia: os indícios arquitectónicos e urbanísticos são claríssimos quanto a isso. Aliás, não seria de esperar outra coisa, já que a fase de expansão urbana medieval radicada no incremento do comércio surge na região quando o antigo burgo de Gaia estava já em decadência, razão pela qual este burgo nunca teve grande pendor comercial. Era sobretudo um pólo administrativo, o qual também foi perdendo rapidamente a sua importância. Como excepção apontem-se as Escadas da Boa Passagem, as quais, pro óbvios motivos toponímicos e pela própria morfologia urbana, foram em outros tempos local com algum comércio, sobretudo enquanto não se construíram as primeiras pontes sobre o Douro.***

Queiroz, 2009, p.136

Em 2009, Queiroz expõe uma particular preocupação com a situação urbana do Centro Histórico de VNG, cujas observações são importantes para reposicionar o estudo da forma deste concelho. Uma delas é precisamente a importância da evolução do espaço público como demonstrativo das dinâmicas territoriais, determinadas fundamentalmente pelas relações socioeconómicas. Para Queiroz, o desenvolvimento das relações comerciais à cota baixa promoveu a consolidação das ruas ribeirinhas e da antiga Rua Direita, provavelmente coincidente com a estrada romana do concelho, permitindo a circulação regional de produtos que chegavam via marítima<sup>460</sup>. A análise da evolução urbana desta área particular permite compreender a situação inédita da relação do cadastro com o espaço público, verificando-se uma monopolização extrema do solo, face às necessidades de utilização pública do mesmo. É também no trabalho de investigação de Abrunhosa que confirmamos esta tendência de ocupação e usurpação do espaço pela necessidade funcional da tipologia<sup>461</sup>.

---

<sup>460</sup> A anterior localização de atividades de apoio aos viajantes e comerciantes naquelas ruas é, pois, uma forte evidência de que este núcleo histórico servia precisamente às relações comerciais com o Porto, tendo-se consolidado com grandes áreas privadas destinadas ao armazenamento do Vinho do Porto.

<sup>461</sup> Conforme aquela autora, e como já referido no subcapítulo da morfologia, o desenvolvimento de um tipo específico de edifício destinado a albergar o vinho foi sendo aprimorado tendo em conta o dimensionamento do produto armazenado, bem como da necessidade da sua organização para rentabilizar o volume disponível (Abrunhosa, 2008). Sabemos, desta forma, que as caves implantadas nesta área urbana têm um tipo particular que se definiu naquela lógica de maximização do espaço interior, estabelecendo uma relação pontual e exígua com a rua, já que constituía uma função secundária. Em suma, na origem do desenvolvimento urbanístico naquela área, depois do século XVIII esteve a garantia de áreas disponíveis para a atividade económica, que limita qualquer plurifuncionalidade que se possa desejar, nomeadamente com a recuperação de vias ocupadas ou introdução de outras, que permitam estabelecer relações nas cotas intermédias, a poente e a nascente.

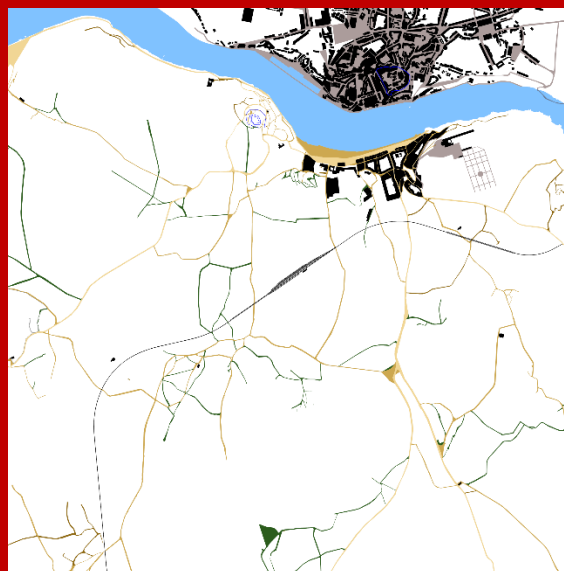
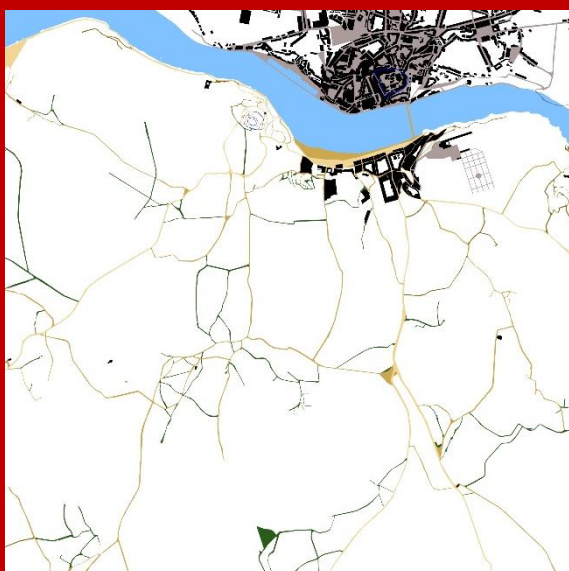


Fig. 8646 Proposta de evolução morfológica de VNG e Porto. Romanização, Idade Média, 1834, 1870, 1910.



Fernandes, em 2014, apresenta um conjunto de exemplos que aborda do ponto de vista morfológico a génese e forma dos traçados das cidades portuguesas. Porto e Gaia, segundo este autor, constituíram uma unidade morfológica, que deve ser assim considerada na área referente ao Centro Histórico. Contudo, nada adianta relativamente ao restante concelho, não estabelecendo qualquer hipótese de determinação deste traçado da área central com a evolução do traçado à cota alta.

Oliveira, em 2013, ao sintetizar o conjunto de ferramentas de análise da forma urbana em Lisboa e no Porto, identifica precisamente uma evolução morfológica precisada pela diferença entre levantamentos cartográficos. Da mesma forma, esta metodologia é relevante para identificarmos, em VNG, a evolução do espaço público, que, contudo, é também excluído daquela análise, bem como outros concelhos limítrofes ao Porto<sup>462</sup>.

**Os resultados da sintaxe espacial mostraram que as diferenças também estavam presentes ao nível configuracional. [...] A visualização dos padrões de integração global revela diferentes resultados estruturais entre as diversas áreas de estudo. Aquelas em que o crescimento concentrado era dominante (B, C e, em menor extensão, também A), produziam zonas urbanas coesas com hierarquias de centralidade claras. Enquanto nos casos em que prevaleceu o crescimento disperso (D e E) observamos a estagnação, ou mesmo a diluição, das hierarquias espaciais anteriores e a perda de diferenciação estrutural entre os espaços da grelha.**<sup>463</sup>

Serra, 2013, p.99

Serra apresenta uma análise morfológica sintática da AMP, conforme subcapítulo da morfologia, direcionada especificamente para a avaliação da estrutura espacial das ruas. Do ponto de vista do concelho de VNG, interessa-nos aplicar a metodologia da macroanálise

---

<sup>462</sup> É pertinente sublinhar o potencial desta análise, que, na nossa investigação, serve exclusivamente para a representação hipotética do espaço público em VNG, face ao desenvolvimento dos instrumentos de planeamento que se desenvolveram para o Porto. Esta periodização cartográfica foi, entretanto, aproveitada por Ferreira, na sua investigação sobre a construção do espaço público do Porto (Ferreira, 2012), estabelecendo uma avaliação qualitativa e quantitativa que serviu de exemplo primordial à nossa investigação. Sublinhamos que a avaliação apresentada se desenrola exclusivamente sobre a cidade do Porto e que avalia alguns indicadores como a deformação, a integração, a sobreposição, a torção, a polarização, a permeabilidade, a concavidade e convexidade, os quais não cabem no âmbito da nossa investigação sobre VNG, especificamente direcionada para as políticas territoriais.

<sup>463</sup> Tradução da autora de: "The space syntax results showed that differences were also present at the configurational level. [...] The visualization of the global integration patterns reveals different structural outcomes among the several study areas. Those in which concentrated growth was dominant (B, C and to a lesser extent also A), produced cohesive urban zones with clear centrality hierarchies. While in the cases where dispersed growth prevailed (D and E) we observe the stagnation, or even the dilution, of previous spatial hierarchies and loss of structural differentiation between grid spaces." Serra, 2013, p.99.

baseada na construção do mapa axial, quantificando os eixos, que surgem em períodos diferentes do levantamento cartográfico. Esta análise, é, pois, bastante útil à nossa investigação na medida em que permite estabelecer um diferencial da quantificação dos eixos produzidos e suportar uma avaliação topológica do concelho, além daquela que Serra apresenta para a área metropolitana. Segundo Serra, é em VNG, particularmente na área estudada<sup>464</sup>, que se deteta uma distribuição mais dispersa relativamente às outras áreas periféricas metropolitanas que incluiu na investigação. Do resultado da sua análise, Serra demonstra que há diferenças qualitativas naquilo que denomina de processos morfogenéticos na construção dos sistemas de vias ao longo do tempo, e que os efeitos da produção urbana se revelam em escalas diferentes da análise. Quer isto dizer que a morfologia de operações urbanísticas individuais, afeta a evolução global das estruturas espaciais e que essa relação pode ser topologicamente medida, especialmente pelo indicador da inteligibilidade<sup>465</sup>. No caso do desenvolvimento de áreas suburbanas, que **“representam um desafio à morfologia urbana”** (Serra, 2013, p.103). Serra sustenta a correspondência do indicador da inteligibilidade com a coesão da estrutura de vias, indicando um maior potencial para o seu funcionamento. Posto isto, parece razoável propor que a análise topológica integre as políticas territoriais, especialmente aquela que se refere à execução urbanística, tendo em vista a urbanização e produção de espaço público integrado, considerando que a projeção dos valores de conectividade da malha existente com a proposta possa sustentar a nova configuração daquele. Em suma, e conforme Serra, os padrões urbanos podem ser explicados do ponto de vista dos padrões de centralidade espacial, isto é, da mobilização que é feita tendo em conta espaços referenciais, e que se apresentaram heterogeneamente. No caso de VNG, a um crescimento urbano não correspondeu, naquela área específica, a uma configuração que potenciase uma conectividade específica.

Estes resultados, de certa forma, corroboram as posições anteriormente definidas nas análises morfológicas desenvolvidas nos últimos vinte anos para VNG, nomeadamente no que se refere à ocupação dispersa e ao solipsismo das operações urbanísticas na produção de espaço público.

---

<sup>464</sup> A área que corresponde à letra E na citação é a da Avenida da República e suas imediações.

<sup>465</sup> Este indicador corresponde ao parâmetro que é expresso pelo coeficiente entre os valores da integração local e global. Quanto maior for o resultado, maior é o potencial de integração nas escalas territoriais locais e globais. No caso de VNG, verifica-se precisamente uma diminuição deste grau no período de maior incremento axial, indicando uma evolução das operações urbanísticas desligadas da estrutura espacial previamente existente.

## MODELAÇÃO DIACRÓNICA DO ESPAÇO PÚBLICO EM VNG

### Quantificação do espaço público

A modelação diacrónica do espaço público em VNG foi realizada conforme metodologia proposta, e apresenta-se como complementar à análise primordial realizada pela CMVNG, em sede de revisão do PDM. Entendemos que através de uma comparação quantitativa das áreas levantadas e calculadas, elevamos a nossa análise às particularidades da distribuição do espaço público, tendo em conta a contabilização dos tipos, além da já feita descrição da quantificação do espaço público. Para tal, foi necessário realizar a nossa própria medição de áreas por tipo, mapificando essas mesmas áreas e verificando a sua distribuição no concelho. Além da divisão por zonas de ocupação dada pela análise da CMVNG, a nossa análise partiu da delimitação da área urbana atual, permitindo-nos contabilizar as áreas de espaço público por tipo, e, também, por área urbana e área não urbana. De sublinhar que a nossa análise estatística teve em conta o levantamento de todas as ocorrências, pelo que é possível comparar entre si espaços públicos na mesma categoria. A quantificação de áreas foi realizada tendo em conta a medição de cada uma das ocorrências levantadas de espaço público, em formato digital, pelo que temos garantido o rigor do próprio levantamento municipal, à grandeza da unidade em metros quadrados. Para visualizar os resultados obtidos é indispensável consultar todas as figuras que acompanham a descrição textual daqueles, uma vez que desenvolvemos, além da representação estatística, uma representação correspondente em mapas sínteses. Estas figuras são apenas uma seleção de toda a representação visual e estatística realizada e que está integrada em anexo, permitindo esclarecer sobre todos os dados obtidos.

No sentido de facilitar o entendimento da nossa análise, dividimo-la em dois momentos. Um primeiro, onde identificamos os tipos e apresentamos a quantificação e as relações entre as quantificações. Um último momento, onde apresentamos a modelação diacrónica do espaço público. Em anexo, apresentamos mapas e esquemas de maior dimensão na **Síntese da Macroanálise**, para auxiliar a descrição a seguir apresentada.

Os tipos de espaço público apresentam-se no levantamento distinguidos por manchas opacas de cor. Desta forma, torna-se evidente a distribuição de cada tipo pelo território, uma vez que a cada cor corresponde um tipo diferente, conforme legenda que acompanha o mapa, (Fig. 84). Considerámos a mancha preta para o espaço público do tipo arruamento (viário), para potenciar a sua visualização na escala do mapa do concelho, que corresponde a **73,5%** de todo o espaço público levantado.

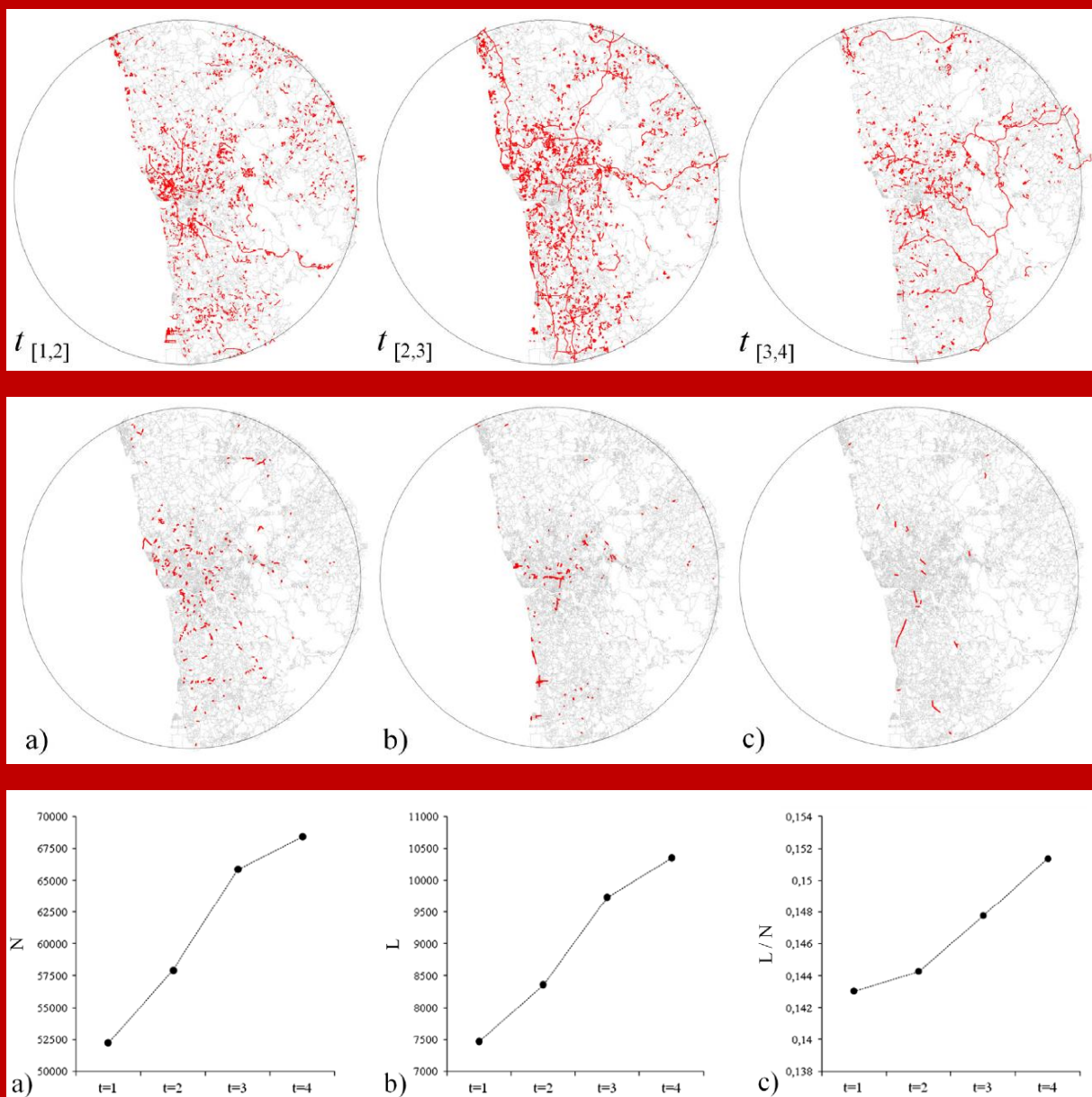


Fig. 87 Análise topológica, por Serra, da AMP.

Eixos criados ou transformados em cada intervalo. Eixos transformados ao longo do total dos períodos, por tipo de transformação: a) demolidos, b) estendidos e c) interrompidos.

Evolução do número de eixos, do comprimento total e do rácio entre estes, por período.

Fonte: Serra, 2013, p.79; Fonte: Serra, 2013, p.82; Serra, 2013, p.78.

Relativamente á área de superfície total do concelho, a área de espaço público total não chega a representar **9,5%**, e relativamente à área urbana, representa apenas **28,8%**, ou seja, cerca de **1/3** da área urbana é espaço público. Associado ao fato de a área urbana do concelho representar apenas **32,7%** da área total, temos uma maior concentração de área de espaço público em área urbana, particularmente no que se refere aos tipos não viários. No total, a área de espaço público fora da área urbana é de **67,3%**.

No total da área do concelho, e por ordem decrescente, o espaço público do tipo viário representa **6,95%**, o do tipo marítimo, **1,01%**, o do tipo parques, **0,49%**, o do tipo mistos, **0,24%**, o do tipo alamedas, **0,16%**, o do tipo fluvial, **0,15%**, o do tipo jardins, **0,14%**, o do tipo largos, **0,1%**, o do tipo estacionamento, **0,08%**, o do tipo pracetas, **0,07%**, o do tipo terreiros, **0,06%**, e finalmente, o do tipo praça, **0,002%**.

No total da área do espaço público, e por ordem decrescente, o espaço público do tipo marítimo representa **10,67%**, o do tipo parques, **5,21%**, o do tipo mistos, **2,51%**, o do tipo alamedas, **1,65%**, o do tipo fluvial, **1,6%**, o do tipo jardins, **1,5%**, o do tipo largos, **1,3%**, o do tipo estacionamento, **0,84%**, o do tipo pracetas, **0,77%**, o do tipo terreiros, **0,65%**, e finalmente, o do tipo praça, **0,026%**. Assim, conseguimos detetar a mesma proporção de espaços públicos por tipo tanto na área total do concelho como na área total de espaços públicos.

A distribuição por tipos em mapa traduz a realidade mais rigorosa possível do espaço público existente, permitindo-nos compreender onde se localizam determinadas intervenções e que tipo de espaço público foi produzido nessas mesmas áreas (Fig.88). Assim, e segundo a distribuição do espaço público mapificada temos que:

- os tipos **marítimo** e **fluvial** combinados se encontram maioritariamente em área urbana, na orla costeira e na frente fluvial, e representam **2,41%** da área urbana, sendo que **68%** destes tipos se implantam em área urbana, com preponderância de **68%** do tipo marítimo;

- os tipos **parque** e **jardim** combinados se encontram maioritariamente em área urbana, representando **1,63%** da mesma, com **84%** da sua área dentro dos limites urbanos, sendo que no tipo jardim **59%** da área total desta categoria se encontra em área urbana, e, no tipo parque, temos uma preponderância de **92%** em área urbana;

- o tipo mistos tem **72%** da sua área total em área urbana e significa **0,52%** dessa mesma área;

- o tipo alamedas situa-se **36%** em área urbana, representando apenas **0,17%** dessa mesma área, com preponderância da localização deste tipo na transição para a área não urbana e na frente marítima;

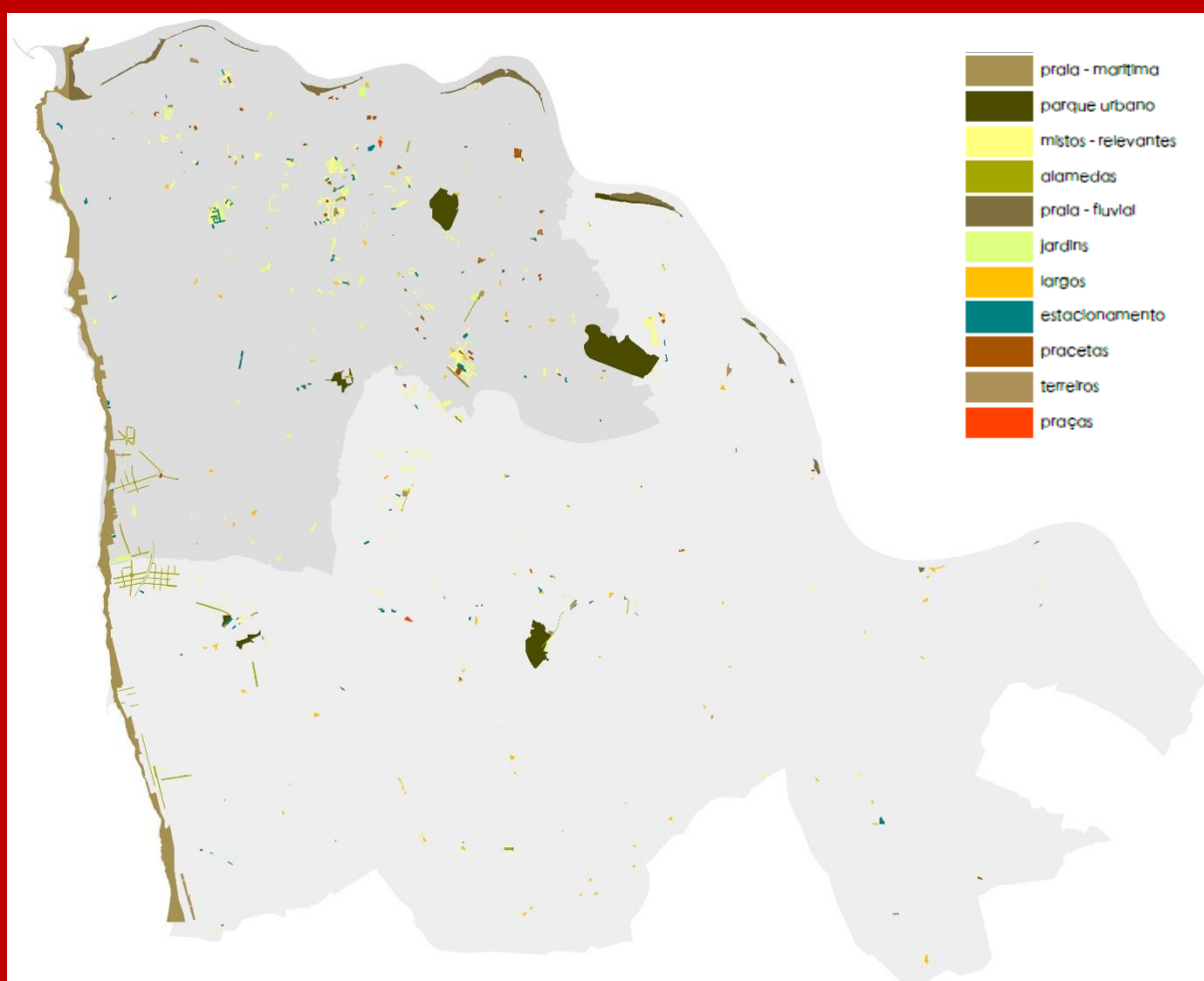


Fig. 2788 Espaço público, em VNG, por tipos, exceto tipo viário.  
Fonte: Realização da Autora.

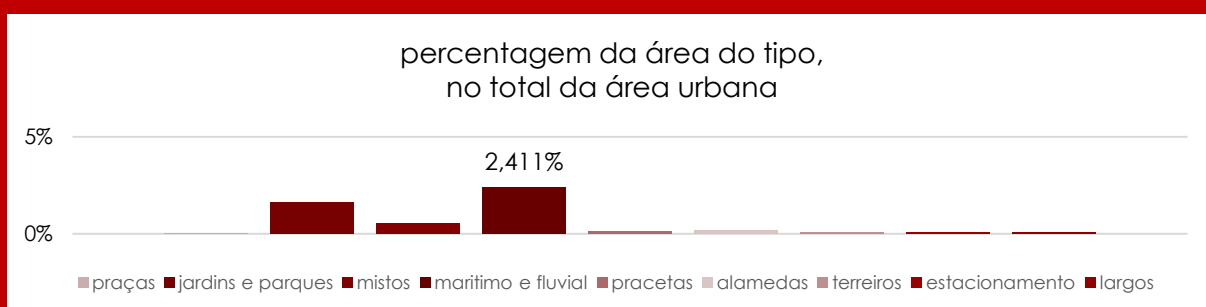
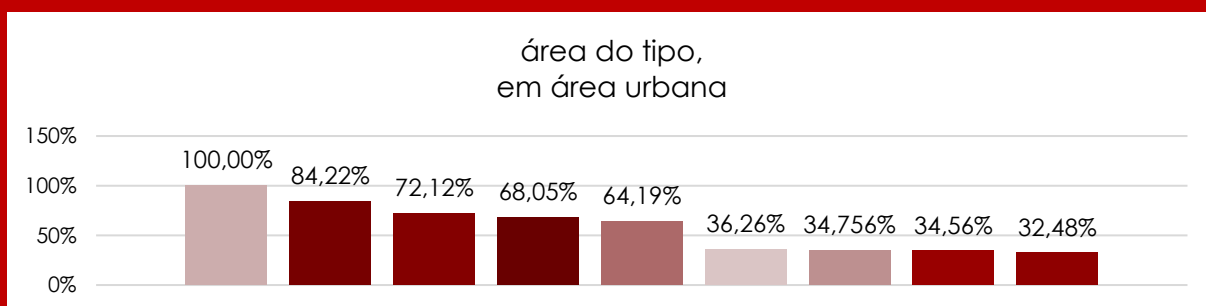


Fig. 89 Percentagem de área de cada tipo, em área urbana e no total da área urbana.  
Fonte: Realização da Autora.

- do total do tipo largos, **32%** encontra-se em área urbana, correspondendo a **0,1%** dessa mesma área;
- o tipo estacionamento encontra-se **65,4%** em área urbana, sendo que representa **0,08%** dessa mesma área;
- os tipos combinados de praceta e terreiro encontram-se **51%** em área urbana, representando **0,21%** dessa mesma área;
- o tipo praça encontra-se 100% na área urbana, representando 0,007% dessa mesma área;
- na contabilização de espaços públicos promissores, ou seja, aqueles que constam do levantamento, por tipo, mas que ainda não foram executados ou transformados para corresponder à tipificação apesar do espaço público existir, temos a previsão de mais **13,9%** do total combinado de jardins, parques, largos, pracetas e praças, e mais **0,11%** no total da área do concelho;
- o tipo promissor jardins prevê crescer mais 41%, o que representa mais 0,06% em área de jardim no total de área do concelho;
- o tipo promissor parque prevê crescer mais **0,77%**, o que representa mais **0,04%** em área de jardim no total de área do concelho;
- o tipo promissor largos prevê crescer mais **30,59%**, o que representa **0,03%** do total de área do concelho;
- o tipo praceta prevê crescer mais **18,54%**, o que representa mais **0,013%** no total de área do concelho;
- o tipo promissor praça prevê crescer mais **256,78%**, que representa mais **0,006%** em área de jardim no total de área do concelho;
- os tipos que apresentam ocorrências, isoladas ou em conjunto, das maiores áreas medidas encontram-se em área urbana, exceto o tipo marítimo, que apresenta uma distribuição homogénea ao longo do território urbana e não urbano;
- as ocorrências isoladas de maior dimensão em cada tipo encontram-se em área urbana, à exceção do tipo marítimo, do tipo misto, do tipo fluvial, do tipo alameda e do tipo largo;
- os tipos que apresentam maiores aglomerações das respetivas ocorrências ou mais ocorrências com maiores dimensões são a alameda, o parque, os mistos, o jardim, o largo, o estacionamento, a praceta, o terreiro e a praça;
- o tipo misto e o tipo estacionamento são os que apresentam ocorrências maiores dentro do seu tipo em aglomeração;

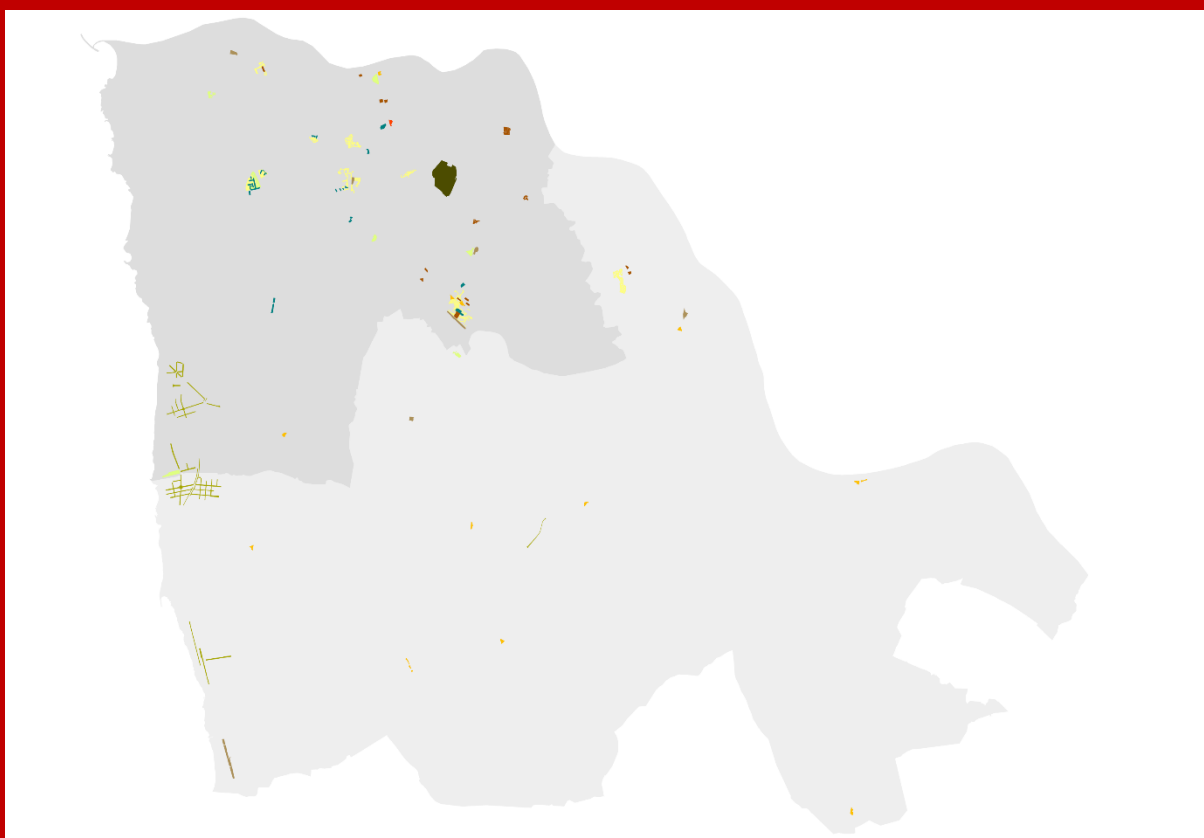


Fig. 90 Conjunto de ocorrências de maior dimensão de espaço público exceto viário, por tipo, em VNG.  
Fonte: Realização da Autora.



Fig. 91 Ocorrência de maior dimensão de espaço público, por tipo, exceto viário, em VNG.  
Fonte: Realização da Autora.



- as ocorrências isoladas de maior dimensão em todas as categorias, excluindo a viária pela impossibilidade de determinar uma área isolada maior, representam **18,3%** do total de área dos espaços públicos, incluindo a viária, e representam **1,7%** da área total do concelho;

- a maior ocorrência do tipo marítimo representa **55%** do total das ocorrências de maior dimensão, seguido por larga diferença pelo do tipo misto, com **21%**, do tipo parque, com **17,6%**, do tipo fluvial, com **3,67%**, do tipo jardim, com **0,47%**, do tipo alameda, com **0,44%**, do tipo praceta, com **0,42%**, dos tipos terreiro e largo, ambos com **0,41%**, do tipo estacionamento, com **0,31%** e finalmente do tipo praça, com **0,14%**;

- de entre as ocorrências de maior dimensão, o maior tipo marítimo tem uma área de cerca de **160 ha**, o maior tipo misto tem cerca de **61 ha**, o maior tipo parque tem cerca de **51 ha**, o maior tipo fluvial tem cerca de **10,6 ha**, o maior tipo jardim cerca de **1,4 ha**, o maior tipo alameda tem cerca de **1,3 ha**, o maior tipo praceta tem cerca de **1,21 ha**, o maior tipo terreiro tem cerca de **1,2 ha**, o maior tipo largo tem cerca de **1,19 ha**, o maior tipo estacionamento tem cerca de **9000 m<sup>2</sup>**, o maior tipo praça tem **4100 m<sup>2</sup>**.

- do ponto de vista da distribuição territorial, podemos identificar um menor desequilíbrio das ocorrências nos tipo **largo, praceta, terreiros e vias**;

- do ponto de vista da distribuição territorial, podemos identificar um maior desequilíbrio das ocorrências nos tipos **alameda, mistos, estacionamento**, para não referir o fato de os tipos marítimo e fluvial serem da sua natureza concentrados nas áreas limites do concelho;

Quanto ao conjunto de ocorrências, por cada tipo, levantadas e medidas individualmente, e considerando a área da mancha respetiva, verificamos que:

- nas ocorrências do **tipo alameda**, a média das áreas é de cerca de **3400 m<sup>2</sup>**, sendo que a ocorrência de menor área tem cerca de **200 m<sup>2</sup>**, e uma moda de cerca de **900 m<sup>2</sup>**, acrescentando o fato de metade das ocorrências serem inferiores a cerca de **2500 m<sup>2</sup>**;

- nas ocorrências do **tipo alameda** que se encontram na moda, localizam-se numa zona específica do território, entre Francelos e a Granja;

- nas ocorrências do **tipo alameda** a amplitude é de **12700 m<sup>2</sup>** e há uma assimetria positiva, o que nos diz que aquelas de menor valor são mais frequentes;

- nas ocorrências do **tipo marítimo e fluvial**, a média das áreas é de cerca de **147000 m<sup>2</sup>**, sendo que a ocorrência de menor área tem cerca de **2500 m<sup>2</sup>**, não se aplicando o valor de moda, e acrescentando o fato de metade das ocorrências serem inferiores a cerca de **48500 m<sup>2</sup>**;

- nas ocorrências do **tipo marítimo e fluvial**, predomina a concentração na proximidade do oceano e do rio, sendo que as ocorrências do tipo fluvial encontram-se dispersas

e isoladas em grandes manchas, ao contrário da do tipo marítimo, que se constitui como uma mancha única, contínua;

- nas ocorrências do **tipo marítimo e fluvial** a amplitude é de **733200 m<sup>2</sup>** e há uma acentuada assimetria positiva, o que nos diz que aquelas de menor valor são mais frequentes;

- nas ocorrências do **tipo parque**, a média das áreas é de cerca de **54700 m<sup>2</sup>**, sendo que a ocorrência de menor área tem cerca de **1400 m<sup>2</sup>**, e uma moda de cerca de **2400 m<sup>2</sup>**, acrescentando o fato de metade das ocorrências serem inferiores a cerca de **7600 m<sup>2</sup>**;

- nas ocorrências do **tipo parque**, as manchas levantadas encontram-se aglutinadas, tornando-se impercetível a correspondência com as áreas de parque que se encontram no valor da moda, assim, identificamos quatro valores superiores a cerca de **18 ha**, face aos restantes que têm valor inferior a cerca de **1 ha**;

- nas ocorrências do **tipo parque** a amplitude é de **328300 m<sup>2</sup>** e há uma assimetria positiva, o que nos diz que aquelas de menor valor são mais frequentes;

- mais ocorrências do tipo parque existem na área não urbana, apesar de constituírem a menor área do total;

- nas ocorrências do **tipo jardim**, muito mais frequentes do que as anteriores categorias, a média das áreas é de cerca de **1930 m<sup>2</sup>**, sendo que a ocorrência de menor área tem cerca de **10 m<sup>2</sup>**, e uma moda de cerca de **600 m<sup>2</sup>**, acrescentando o fato de metade das ocorrências serem inferiores a cerca de **1100 m<sup>2</sup>**;

- apenas se regista seis ocorrências do **tipo jardim** fora da área urbana, tendo a maior **6400 m<sup>2</sup>** de área total;

- nas ocorrências do **tipo jardim** a amplitude é de **19690 m<sup>2</sup>** e há uma assimetria positiva, o que nos diz que aquelas de menor valor são mais frequentes;

- nas ocorrências do **tipo mistos**, a média das áreas é de cerca de **1441 m<sup>2</sup>**, sendo que a ocorrência de menor área tem cerca de **10 m<sup>2</sup>**, e uma moda de cerca de **300 m<sup>2</sup>**, acrescentando o fato de a maioria das ocorrências serem inferiores a cerca de **800 m<sup>2</sup>**;

- no **tipo mistos** há mais ocorrências no mesmo valor, ou seja, há mais constância dos valores medidos para as áreas;

- nas ocorrências do **tipo mistos** a amplitude é de **11890 m<sup>2</sup>** e há uma assimetria positiva, o que nos diz que aquelas de menor valor são mais frequentes;

- fora da área urbana apenas se identificam **53** ocorrências do tipo misto, ou seja, cerca de **20%**, para cerca de 28% de área deste tipo em área não urbana;

- nas ocorrências do **tipo largo**, a média das áreas é de cerca de **1230 m<sup>2</sup>**, sendo que a ocorrência de menor área tem cerca de **200 m<sup>2</sup>**, e uma moda de cerca de **500 m<sup>2</sup>**, acrescentando o fato de metade das ocorrências serem inferiores a cerca de **1000 m<sup>2</sup>**;

- nas ocorrências do **tipo largo** a amplitude é de **3800 m<sup>2</sup>**, a **segunda mais baixa**, e há uma assimetria positiva, o que nos diz que aquelas de menor valor são mais frequentes;

- as ocorrências tipo largo são as que apresentam uma distribuição territorial mais homogênea, com **30%** das ocorrências em área urbana, face aos **32%** da área deste tipo que se encontram em área urbana, sendo que a área urbana representa **32,7%** do total da área concelhia;

- nas ocorrências do **tipo estacionamento**, a média das áreas é de cerca de **1769 m<sup>2</sup>**, sendo que a ocorrência de menor área tem cerca de **200 m<sup>2</sup>**, e uma moda de cerca de **1300 m<sup>2</sup>**, acrescentando o fato de metade das ocorrências serem inferiores a cerca de **1300 m<sup>2</sup>**;

- no **tipo estacionamento** há mais ocorrências no mesmo valor, ou seja, há mais constância dos valores medidos para as áreas;

- nas ocorrências do **tipo estacionamento** a amplitude é de **7400 m<sup>2</sup>** e há uma simetria, o que nos diz que a distribuição dos valores de menor valor é semelhante aos de maior valor, sendo que metade das ocorrências são inferiores **1300 m<sup>2</sup>**;

- existem apenas 25 ocorrências do tipo estacionamento em área urbana, ou seja 34%, sendo corresponde aos 34% da área deste tipo em área não urbana;

- nas ocorrências do **tipo praceta**, a média das áreas é de cerca de **1504 m<sup>2</sup>**, sendo que a ocorrência de menor área tem cerca de **10 m<sup>2</sup>**, e uma moda de cerca de **600 m<sup>2</sup>**, acrescentando o fato de a maioria das ocorrências serem inferiores a cerca de **1200 m<sup>2</sup>**;

- no **tipo praceta** há mais ocorrências no mesmo valor, ou seja, há mais constância dos valores medidos para as áreas;

- nas ocorrências do **tipo praceta** a amplitude é de **12090 m<sup>2</sup>** e há uma assimetria positiva, o que nos diz que aquelas de menor valor são mais frequentes;

- existem apenas **30** ocorrências do tipo praceta fora da área urbana, sendo que as ocorrências de maior dimensão identificam-se na área urbana;

- nas ocorrências do **tipo terreiro**, a média das áreas é de cerca de **4192 m<sup>2</sup>**, sendo que a ocorrência de menor área tem cerca de **10 m<sup>2</sup>**, e uma moda de cerca de **1000 m<sup>2</sup>**, acrescentando o fato de a maioria das ocorrências serem inferiores a cerca de **2700 m<sup>2</sup>**;

- nas ocorrências do **tipo terreiro** a amplitude é de **11999 m<sup>2</sup>** e há uma assimetria positiva, o que nos diz que aquelas de menor valor são mais frequentes;

- existem apenas **7** ocorrências do tipo **praceta** na área urbana, apesar de que as ocorrências de maior dimensão identificam-se na área urbana;
- nas ocorrências do **tipo praça**, e considerando a praça promissora, a média das áreas é de cerca de **4750 m<sup>2</sup>**, sendo que a ocorrência de menor área tem cerca de **4100 m<sup>2</sup>**, acrescentando o fato de existirem apenas duas ocorrências;
- nas ocorrências do **tipo praça** a amplitude é de **1300 m<sup>2</sup>** e há uma quase simetria;
- a praça existente e a praça promissora encontram-se em área urbana;

Em síntese, e na relação entre o dimensionamento das áreas de cada ocorrência, em cada tipo, temos:

- os tipos **fluvial** e **marítimo combinados** e **parque**, à exceção do indicador de moda, visto não se aplicar quanto ao tipo marítimo, são os que apresentam **os maiores valores** em todos os indicadores estatísticos;
- a média dos tipos **praça** e **terreiro**, sem considerar os tipos fluvial e marítimo combinados, são as mais altas e situam-se na ordem dos **4500 m<sup>2</sup>**, seguida da média do tipo alameda de cerca de **3400 m<sup>2</sup>**, sendo a mais baixa a do tipo largo;
- a média dos tipos **mistos**, **largo**, **estacionamento**, **praceta** e **jardim** situa-se na ordem dos **1500 m<sup>2</sup>** por ocorrência;
- a moda mais alta pertence ao **tipo parque**, na ordem dos **2400 m<sup>2</sup>**, seguido dos tipos estacionamento e terreiro, na ordem dos **1000 m<sup>2</sup>**, sendo que a moda mais baixa pertence aos tipos mistos e largo;
- a amplitude menor pertence aos tipos praça, largo e estacionamento;
- a amplitude maior pertence aos tipos marítimo e fluvial combinados, parque e jardim;
- a mediana mais elevada, além dos tipos marítimo e fluvial combinados e parque, pertence aos tipos praça, terreiro e alameda, respetivamente com **4750 m<sup>2</sup>**, **2700 m<sup>2</sup>** e **2500 m<sup>2</sup>**;
- a mediana menor pertence ao tipo mistos, na ordem dos 800 m<sup>2</sup>;
- a mediana e a média são proporcionais entre todos os tipos;
- o valor mínimo mais baixo pertence aos tipos **jardim**, **mistos**, **praceta** e **terreiro**, na ordem dos **10 m<sup>2</sup>**;
- os tipos **largo**, **estacionamento** e **alameda** têm como valor mínimo **20 m<sup>2</sup>**;
- o valor mínimo mais alto, excluindo os tipos marítimo e fluvial combinados e parque é o tipo **praça**;

- o valor máximo mais elevado, excluindo os tipos marítimo e fluvial combinados e parque, pertence ao tipo **jardim**, na ordem dos **19700 m<sup>2</sup>**;

- os tipos **alameda**, **praceta**, **terreiro** e **mistos** possuem os valores máximos na ordem dos **12000 m<sup>2</sup>**;

- os tipos **praça**, **estacionamento** e **largo** possuem os valores máximos mais baixos, na ordem de até **1 ha**;

Ainda quanto à distribuição, localização, composição e forma de implantação de cada ocorrência, temos que:

- as ocorrências do **tipo alameda** são todas retangulares, longitudinais, e a maioria encontra-se combinada em composição de malha ortogonal nas zonas territoriais acima identificadas, sendo que, do total, apenas 19 ocorrências constituem ocorrências isoladas, únicas;

- a ocorrência do **tipo alameda** mais extensa tem cerca de **850 m**;

- as ocorrências do **tipo marítimo** e **fluvial** destacam-se por os seus limites acompanharem uma delimitação geográfica ao longo das margens fluvial e marítima, são irregulares e longitudinais, e as fluviais identificam-se de forma isolada (sendo a mais comprida de **2200 m**), ao contrário da do tipo marítimo, desenhada numa única mancha contínua, com cerca de **14,5 km**;

- as ocorrências do **marítimo** e **fluvial** acompanham o limite geográfico e concelhio;

- as ocorrências do **tipo parque** são irregulares, concentradas em **sete áreas** específicas do concelho e constituem-se como as manchas isoladas da maior dimensão conjunta, de entre todos os tipos, exceto o viário;

- a ocorrência do **tipo parque** de maior dimensão inscreve-se num retângulo de **1300 m por 547 m**.

- as maiores ocorrências do **tipo parque** encontram-se na proximidade de vias estruturais, sendo por estas conformada ou mesmo delimitadas;

- as ocorrências do **tipo jardim** são muito mais inferiores em dimensão àquelas, assumindo várias formas, algumas regulares, quadrangulares ou semicirculares, sendo que apenas oito destas se encontram fora da área urbana, a maioria encontra-se na proximidade da zona do eixo da Avenida e A1, e o jardim do Morro, a norte da Avenida, é a maior ocorrência identificada;

- a ocorrência do **tipo jardim** mais extensa tem cerca de **240 m** de frente de rua;

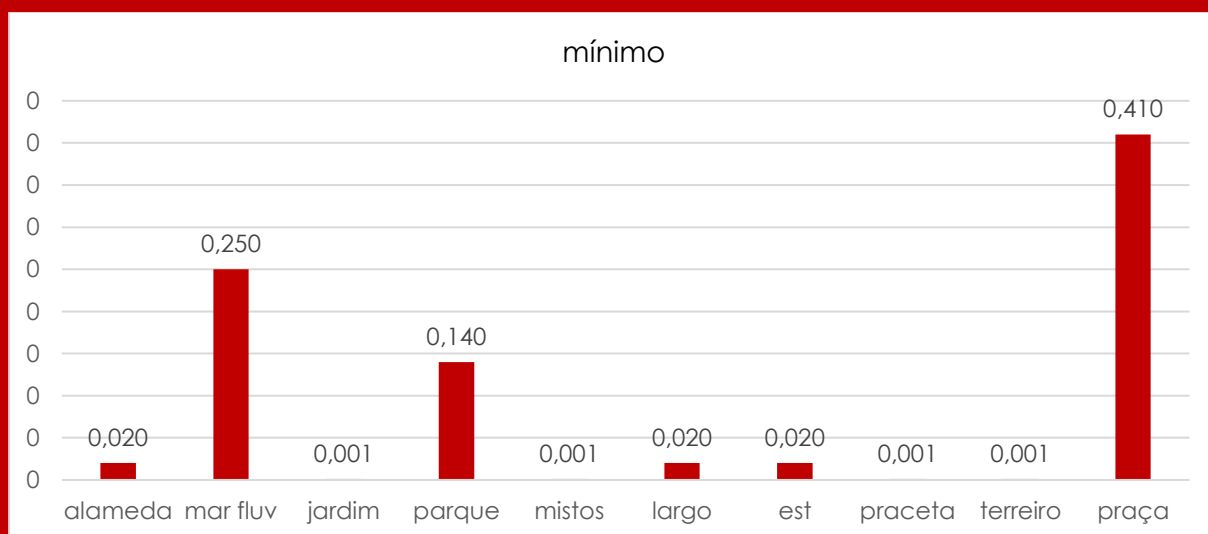
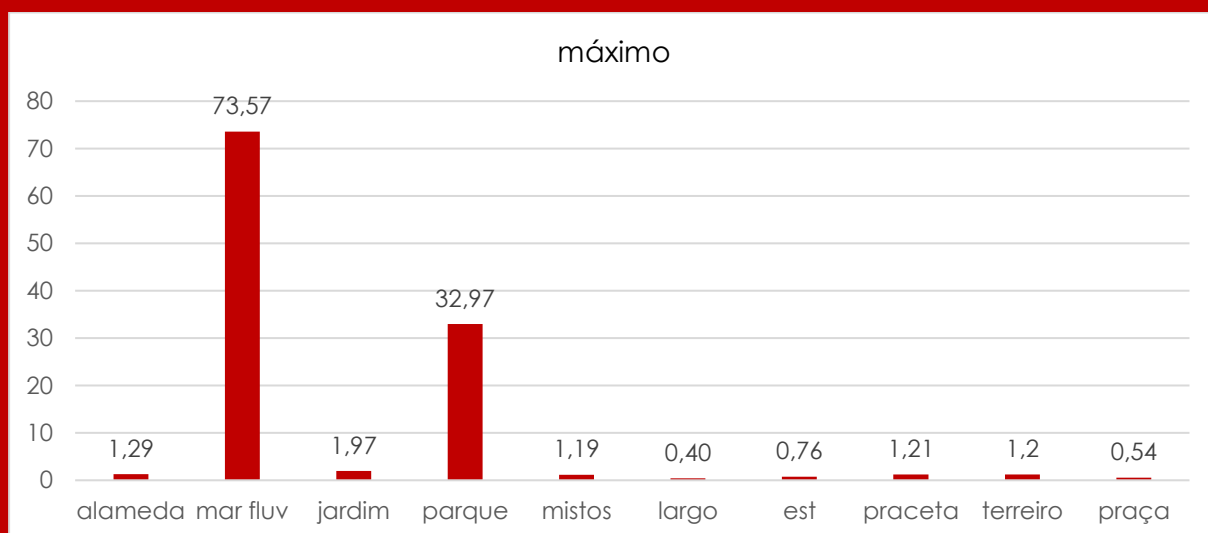
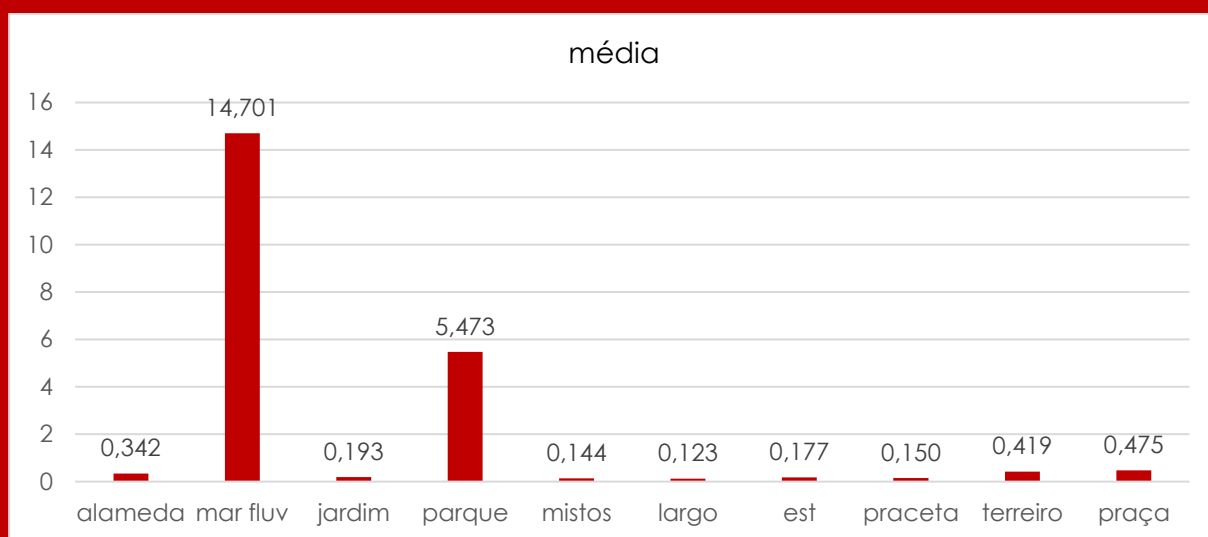


Fig. 92 Média, máxima e mínima dimensão por tipo de espaço público, exceto viário, em VNG.  
Fonte: Produção Autora.

- as ocorrências do **tipo jardim** localizam-se isoladamente na dependência de vias e edifícios, sendo, na grande maioria delimitadas por ambos;

- as ocorrências do **tipo mistos** são irregulares, tendencialmente longitudinais ou quadrangulares, e conformadas pelas vias e pelos edifícios, de tal forma que o recorte destes surge no interior da maioria das manchas identificadas;

- as dimensões de cada ocorrência do **tipo misto** são muito variáveis, apesar de identificarmos constância no dimensionamento do recorte, ou seja, nas distâncias da mancha do tipo mistos relativamente ao vazio dos seus recortes interiores;

- as ocorrências do **tipo mistos** são, além de três ocorrências das do tipo praceta, as únicas que apresentam esta especificidade, do recorte interior, na sua forma de implantação;

- o tipo mistos é o que apresenta mais combinações de ocorrências autónomas em composição conjunta ou pertencente ao mesmo conjunto urbanizado, ou seja, é o tipo onde se verifica maior número de aglomerações de várias ocorrências, ao invés de estas constituírem uma mancha única como nos restantes tipos;

- a ocorrência do **tipo mistos** mais extensa tem cerca de **275 m** de frente de rua (Avenida Infante D. Henrique), apesar de apenas **16 m** de largura, e as outras duas com extensão imediatamente superior têm cerca de **260 m** e localizam-se em Avintes, no Bairro do Estádio, e em Vilar de Andorinho, na urbanização de Vila D'Este;

- as ocorrências do **tipo mistos** distribuem-se maioritariamente e muito evidentemente, na área urbana que vai deste a Afurada de Cima até sul de Vilar de Andorinho, ou seja, na área vizinha à linha de fecho do concelho, que corresponde à implantação da A1;

- as ocorrências do **tipo largo** são irregulares, apesar de tendencialmente triangulares ou quadrangulares, distribuem-se homogeneamente pelo concelho e apresentam a menor variação em área entre elas;

- o **tipo largo** apresenta o maior número de ocorrências na classificação de largo promissor (47), logo seguido do tipo praceta (14), do tipo jardim (12) e praça (2);

- a ocorrência do **tipo largo** mais extensa, é também a menos larga, e tem cerca de **170 m** de comprimento, e corresponde, paradoxalmente, à Alameda da Praia de Arnelas, nas freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma;

- as ocorrências do **tipo estacionamento** são tendencialmente retangulares, longitudinais, e distribuem-se de forma semelhante às do tipo misto, apresentando algumas (26) destas fora da área urbana;

- as ocorrências do **tipo estacionamento** de maior dimensão e as ocorrências aglomeradas em composição situam-se em área urbana, na zona territorial acima referida;

- as ocorrências do **tipo estacionamento** de menor dimensão e implantadas isoladamente encontram-se heterogeneamente distribuídas na área não urbana;
- a ocorrência do **tipo estacionamento** mais extensas têm cerca de **190 m** e **170 m** de frente de rua e localizam-se, respetivamente, no maior aglomerado de ocorrências, na urbanização Quinta da Bela Vista, e na urbanização de Vila D'Este;
- as ocorrências do **tipo terreiro** são variáveis em forma, mas tendencialmente retangulares e com uma menor variação da dimensão em área;
- as ocorrências do **tipo terreiro** implantam-se isoladamente e heterogeneamente no território concelhio, sendo que se identifica um maior número destas fora da área urbana, ainda que as de maior dimensão se localizem em área urbana;
- a ocorrência do **tipo terreiro** mais extensa tem cerca de **475 m** de frente de rua e localiza-se na urbanização de Vila D'Este;
- as ocorrências do **tipo praceta** são variáveis em forma, apesar de tendencialmente quadrangulares, implantam-se maioritariamente isoladas e na área urbana da linha de fecho e da A44, especialmente as de maior dimensão;
- no **tipo praceta** identificamos **35** ocorrências fora da área urbana, que são igualmente as ocorrências mais irregulares e de menor dimensão;
- no **tipo praceta** as ocorrências mais regulares e de maiores dimensões encontram-se na área urbana;
- a ocorrência do **tipo praceta** mais extensa inscreve-se num retângulo de **150 m por 100 m**, e localiza-se em Oliveira do Douro, na urbanização do Campo de Oliveira do Douro;
- a única ocorrência do **tipo praça**, excluindo a classificação promissora, localiza-se na Avenida e tem forma irregular, representando, no conjunto de todos os tipos, a ocorrência mínima de maior dimensão e a segunda mais baixa de menor dimensão;
- ou seja, esta ocorrência, excluindo as dos tipos parque e marítimo e fluvial combinados, é a que apresenta **maior dimensão média**, e muito próxima da média do tipo terreiro.
- a dispersão é acentuadamente maior nas ocorrências do tipo parque e fluvial e marítimo combinados;
- a dispersão, excluindo os tipos acima referidos, é maior, quase o dobro das dos tipos seguintes (alameda e jardim), no **tipo terreiro**;
- a dispersão é próxima nos tipos praceta, estacionamento e mistos;
- os tipos com **menor dispersão** são a **praça** e o **largo**;



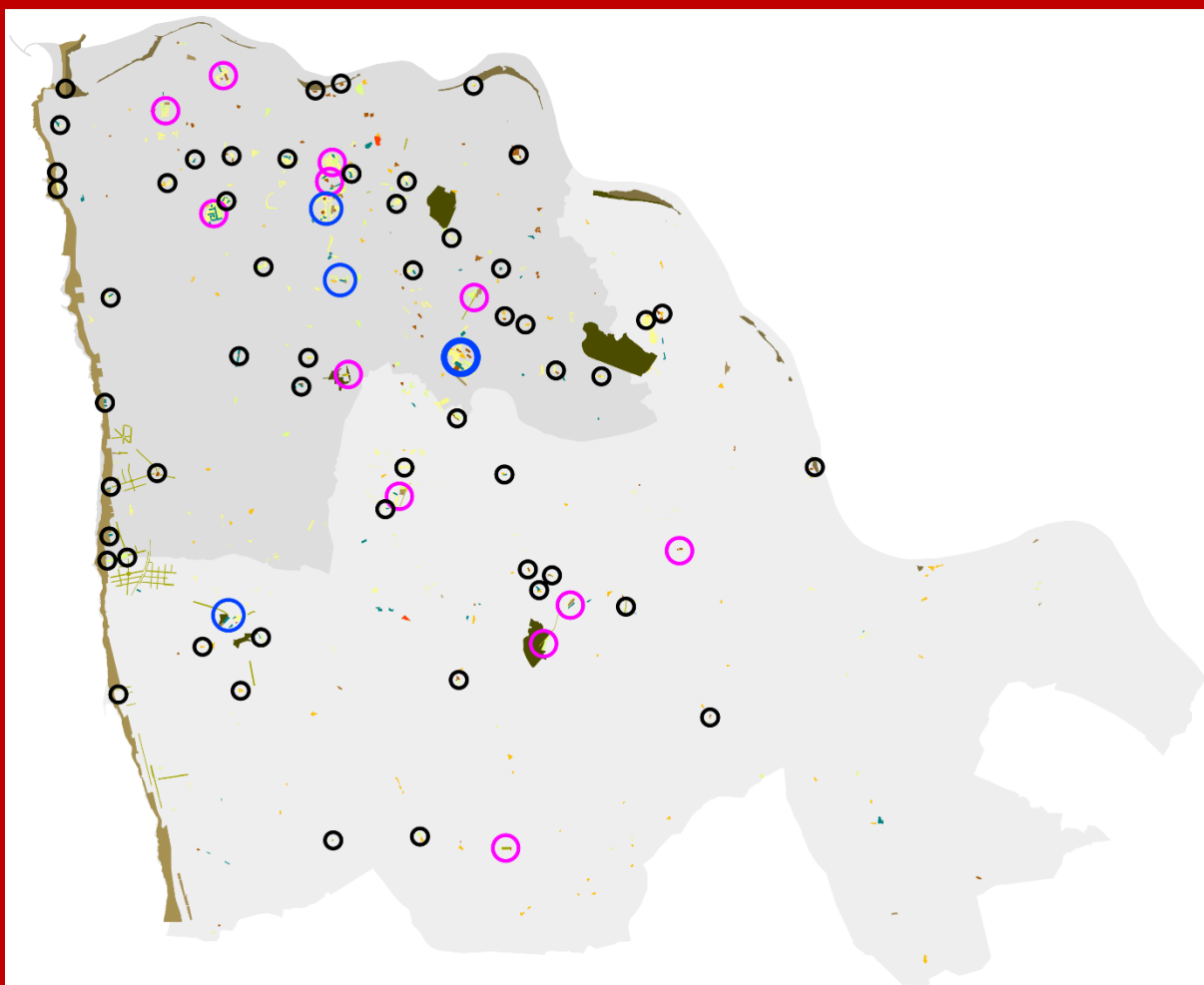


Fig. 93 Adjacências de ocorrências de espaço público, exceto tipo viário, em VNG.  
 Os círculos pretos referem-se a adjacências de dois tipos diferentes de espaço público, exceto o viário.  
 Os círculos rosa referem-se a até quatro tipos diferentes. Os círculos azuis isolados, a cinco tipos. Os  
 círculos duplos, a seis tipos. Conforme verificamos, apenas existe uma situação referente a este último  
 arranjo, que corresponde a todo o espaço público existente em Vila D'Este.  
 Fonte: Realização da Autora.

No conjunto da localização de todos os tipos entre si, podemos afirmar que:

- quase todas as ocorrências dos tipos **alameda** e **largo** se encontram localizadas independentemente de todos os outros tipos, exceto do tipo viário (sendo que as do tipo alameda lhe corresponde), identificando apenas duas ocorrências dos tipos alameda e largo adjacentes (Canelas) e outras duas de alameda e jardim (Monte Virgem) e, alameda e parque (Senhora Saúde);

- quase todas ocorrências do **tipo parque** se encontram localizadas independentemente de todos os outros tipos, exceto do tipo viário, sublinhando a adjacência acima referida, e outra ocorrência de adjacência do tipo parque com o tipo fluvial (Areinho);

- a maioria das ocorrências dos restantes tipos (mistos, praceta, terreiro, praça, jardim, terreiro) localizam-se independentemente de todos os outros tipos, exceto nos casos específicos, e assinalados em planta (Fig.93), particularmente o Bairro da Cooperativa em Canidelo, a urbanização da Quinta da Bela Vista, o Bairro de Cabo-Mor, a urbanização da Quinta de Maravodi, e a urbanização de Vila D'Este;

- identificamos apenas **12** situações referentes à adjacência de **dois a quatro tipos** diferentes (sem contar com o tipo viário);

- destas 12, **sete em área urbana;**

- destas 12, apenas **nove contêm o tipo jardim;**

- destas 12, apenas **sete contêm o tipo mistos;**

- destas 12, apenas **seis contêm o tipo estacionamento;**

- destas 12, apenas **cinco contêm o tipo terreiro;**

- destas 12, apenas **quatro contêm o tipo alameda;**

- destas 12, apenas **quatro contêm o tipo largo;**

- destas 12, apenas **três contêm o tipo praceta;**

- destas 12, apenas **uma contém o tipo parque;**

- destas 12, **nenhuma contém os tipos marítimo, fluvial e praça;**

- identificamos apenas **53** situações referentes à adjacência de apenas **dois tipos** diferentes (sem contar com o tipo viário);

- destas 53, apenas **vinte contêm o tipo mistos;**

- destas 53, apenas **quinze contêm o tipo praceta;**

- destas 53, apenas **dezoito contêm o tipo estacionamento;**

- destas 53, apenas **doze contêm o tipo jardim;**

- destas 53, apenas **doze contêm o tipo largo;**

- destas 53, apenas **oito contêm o tipo marítimo;**

- destas 53, apenas **três contêm o tipo fluvial**;
- destas 53, apenas **duas contêm o tipo terreiro**;
- destas 53, apenas **duas contêm o tipo alameda**;
- destas 53, **nenhuma contém o tipo praça**;
- destas 53, **nenhuma contém o tipo parque**;
- identificamos apenas **três** situações referentes à adjacência de **cinco** tipos, localizando-se duas destas em área urbana;

Identificamos apenas **uma** situação de adjacência com **seis** tipos, na urbanização de Vila D'Este (sem contar com o tipo viário), e encontra-se no limite da área urbana;

- não identificamos nenhuma situação onde haja **mais do que seis tipos adjacentes**;
- considerando o **tipo viário**, temos uma distribuição maioritária dos conjuntos de adjacência de até **quatro tipos** mais próxima da A1;

- considerando o **tipo viário** temos uma distribuição maioritária dos conjuntos de adjacência de até **dois tipos** afastada de eixos estruturais, mas próxima de eixos complementares;

- considerando o **tipo viário** temos uma distribuição maioritária dos conjuntos de adjacência de cinco e seis tipos mais próxima de eixos estruturantes;

- no **tipo viário**, e para aprofundar a nossa análise, distinguimos três níveis diferentes correspondentes a **avenidas**, **ruas** estruturantes (complementares no PDM) e vias **autoestradais**;

- no **tipo viário** contabilizamos um total de **44 avenidas e alamedas** (assinaladas em esquemas, Fig. 94), num **comprimento total** de cerca de **54 km**, com uma média de **1229 m** e uma mediana de **697 m** por avenida;

- no **tipo viário**, as **avenidas** apresentam uma média de largura de **16 m**, entre os **5 m** e os **30 m**;

- no **tipo viário** contabilizamos **85 ruas** em todo as freguesias do concelho (assinaladas em esquemas, Fig. 94), num **comprimento total** de cerca de **120 mil km**, com uma média de **1416 m** e uma mediana de **1068 m** por rua;

- no **tipo viário**, as **ruas** analisadas apresentam uma média de largura de **9,5 m**, entre os **6 m** e os **20 m**;

- no **tipo viário** contabilizamos um total de **seis autoestradas** (assinaladas em esquemas, Fig. 94), num **comprimento total** de cerca de **64,8 km**, e numa área total de cerca de **254 ha**, se considerarmos todas as existentes, e não apenas aquelas que estão representadas no levantamento realizado em sede de revisão do PDM;



Fig. 94 Esquema de localização do espaço público viários de maior dimensão, por nível de rua, avenida e autoestrada, em VNG. Respetivamente, os segmentos de cor rosa, carmim e azul.  
Fonte: Realização da autora.

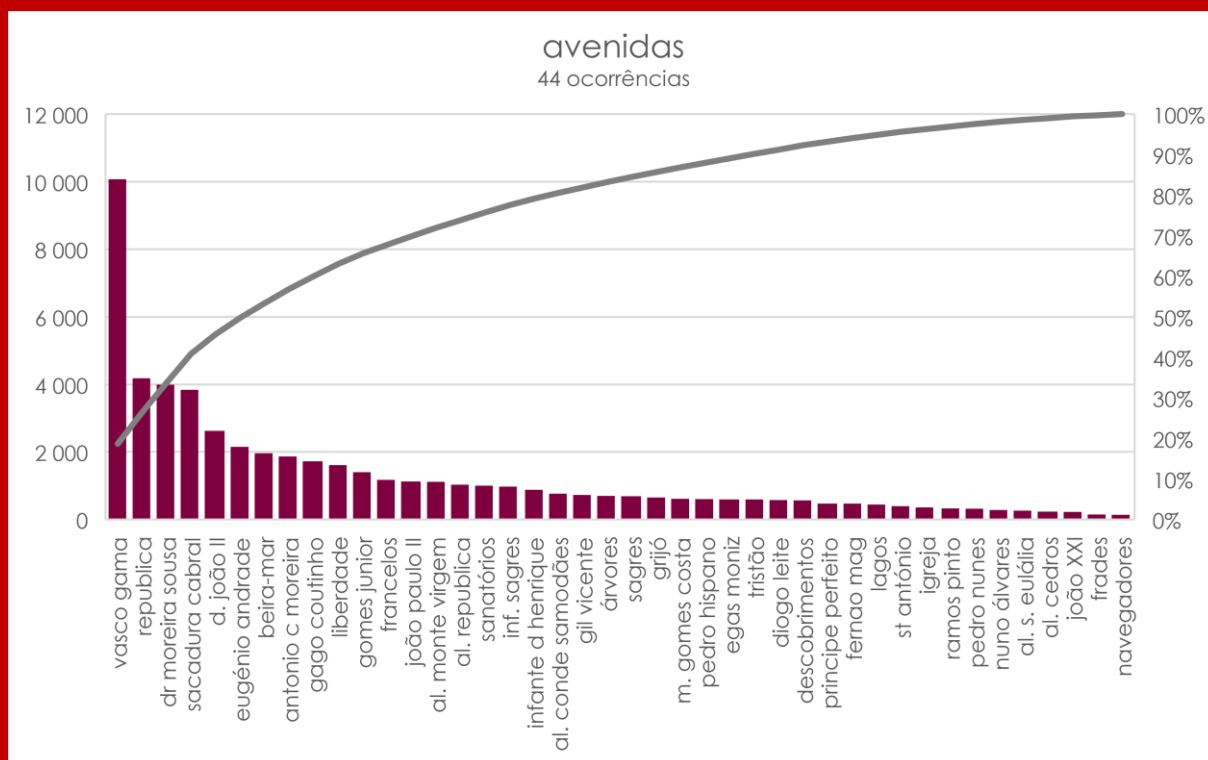


Fig. 95 Dimensão do comprimento das avenidas em VNG.  
Fonte: Realização da autora.

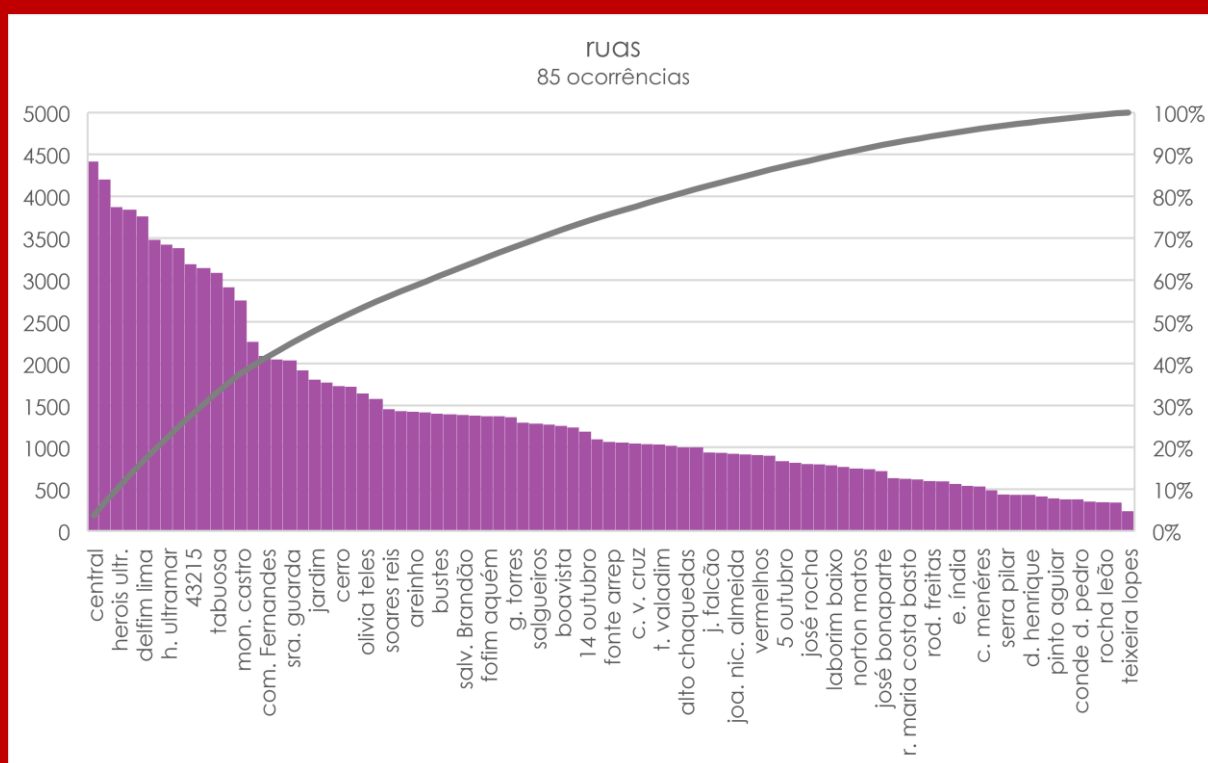


Fig. 96 Dimensão do comprimento de 85 ruas selecionadas, em VNG.  
Fonte: Realização da autora.

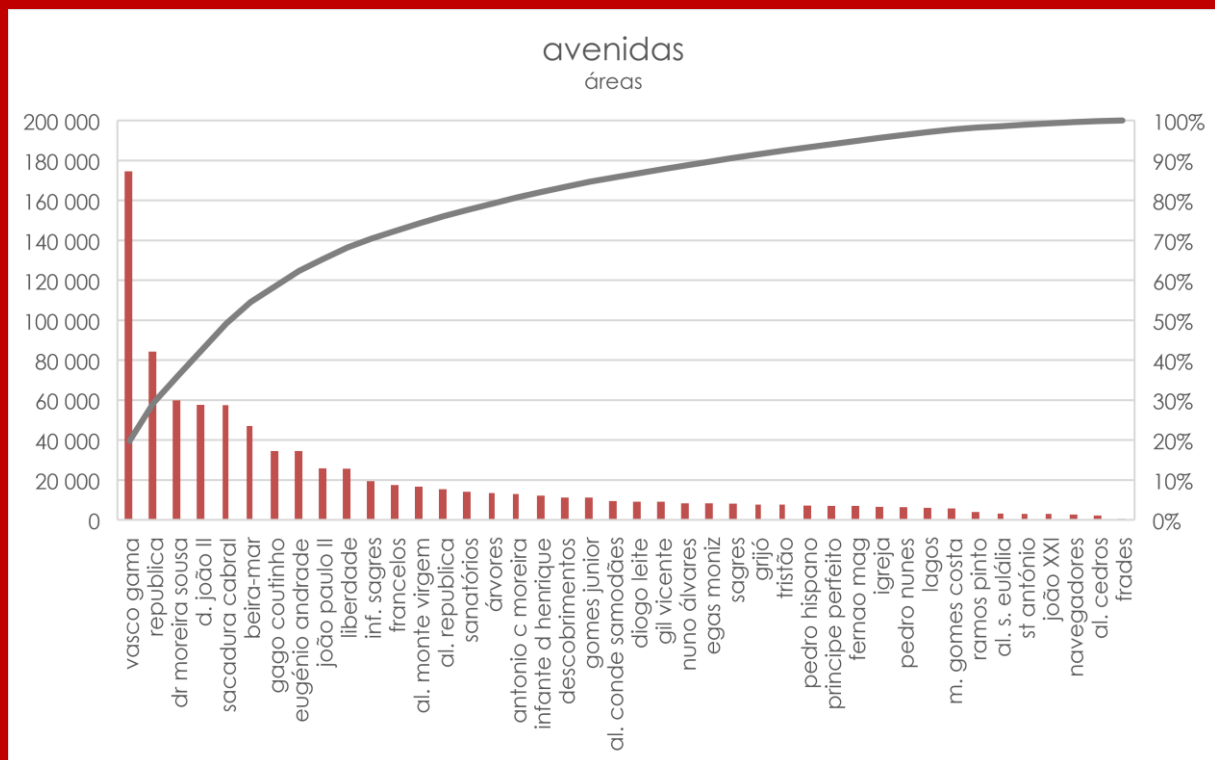


Fig. 97 Dimensão da área das avenidas, em VNG.  
Fonte: Realização da autora.

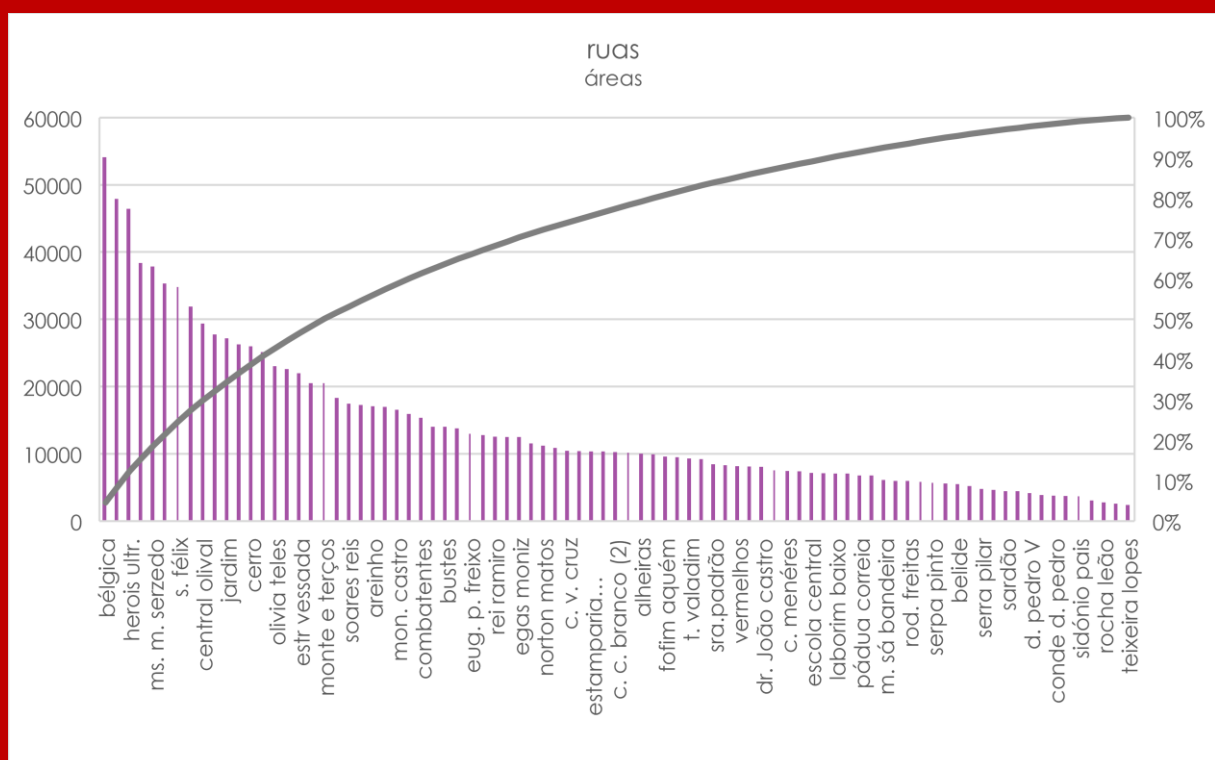


Fig. 98 Dimensão da área das 85 ruas seleccionadas, em VNG.  
Fonte: Realização da autora.

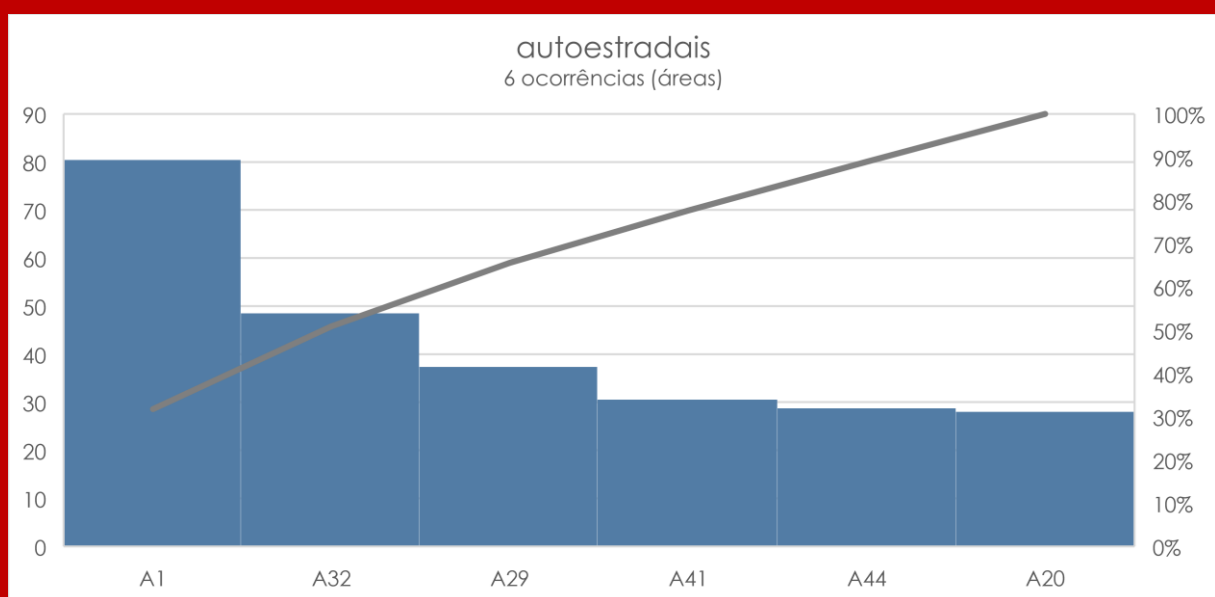
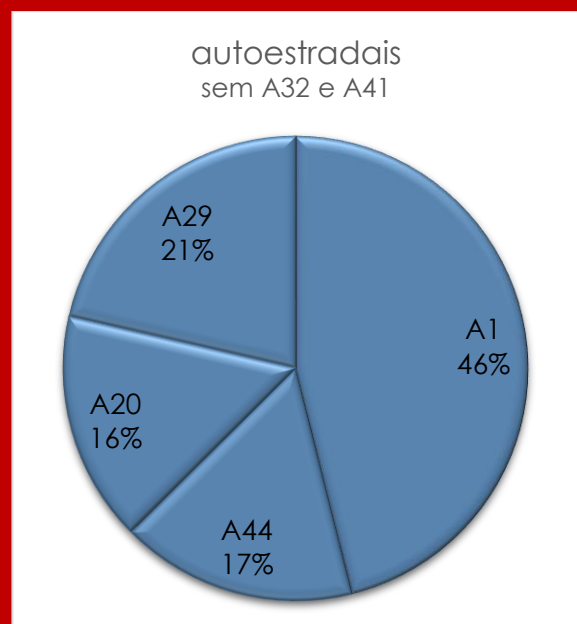
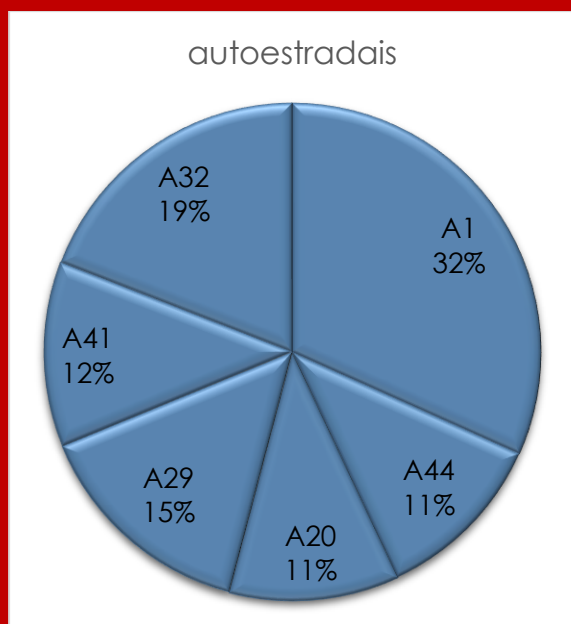


Fig. 99 Percentagem relativa da área de cada autoestrada, em VNG.  
Fonte: Realização da autora.

- no **tipo viário** se contabilizarmos apenas o total das quatro **autoestradas** (assinaladas em esquemas, Fig. 94) representadas no levantamento referido, temos um **comprimento total** de cerca de **48,8 km**, e uma área total de cerca de **175 ha** (Fig. 99);

- no **tipo viário** contabilizamos um total de **169** vias interrompidas por outras vias (Fig. 100) (Fig. 101), nomeadamente ferroviárias e autoestradais, sendo que **43** ficaram descontinuas, **92** foram mantidas por viaduto ou túnel, **34** correspondem à implantação do comboio, sendo que destas, **13** foram definitivamente descontinuas;

- no tipo viário as vias descontinuas pela **A1** representam cerca de **49% (21)** destas;

- no tipo viário, contabilizamos um total de **2050 vias sem saída**, que se distribuem homogeneamente pelo concelho, mas distinguindo-se uma maior concentração nas freguesias de Vilar de Andorinho, Mafamude e Vilar do Paraíso, Madalena e Canidelo na proximidade da A1 e da A29.

Em síntese, e conforme esta análise, podemos afirmar que:

- a área urbana do concelho condensa, além de **mais área de espaço público, mais tipos diferentes e mais adjacências de tipos diferentes**, nomeadamente no que se refere (além do viário) às dos tipos **mistos, jardim, estacionamento e praceta**;

- as áreas das ocorrências em cada tipo, especialmente tendo em conta os valores máximos, são geralmente muito baixas, comparando com valores máximos do mesmo tipo na cidade do Porto;

- a exemplo, a área total do tipo jardim do concelho é inferior à soma dos jardins da Cordoaria, Boavista e Palácio de Cristal, sendo que a ocorrência de maior dimensão do tipo jardim é menos de metade do da Boavista;

- as dimensões das ocorrências mais extensas são muito baixas, especialmente quando comparadas com as dimensões das dos mesmos tipos na cidade do Porto, como é o caso da do tipo mais extenso – alameda, sendo que, e apesar disso, também a este tipo cabem, excluindo os tipos marítimo e fluvial combinados e parque, os valores mínimos mais altos de entre todos os restantes tipos;

- existe uma evidente heterogeneidade de formas e dimensões nas ocorrências em cada tipo, bem como da respetiva localização e distribuição, sendo exceção, a esta, o **tipo largo**;

- os valores da dispersão indicam-nos que as ocorrências dos tipos **terreiro e alameda**, além do **marítimo, fluvial e parque** são as que têm áreas mais afastadas da média do tipo respetivo;



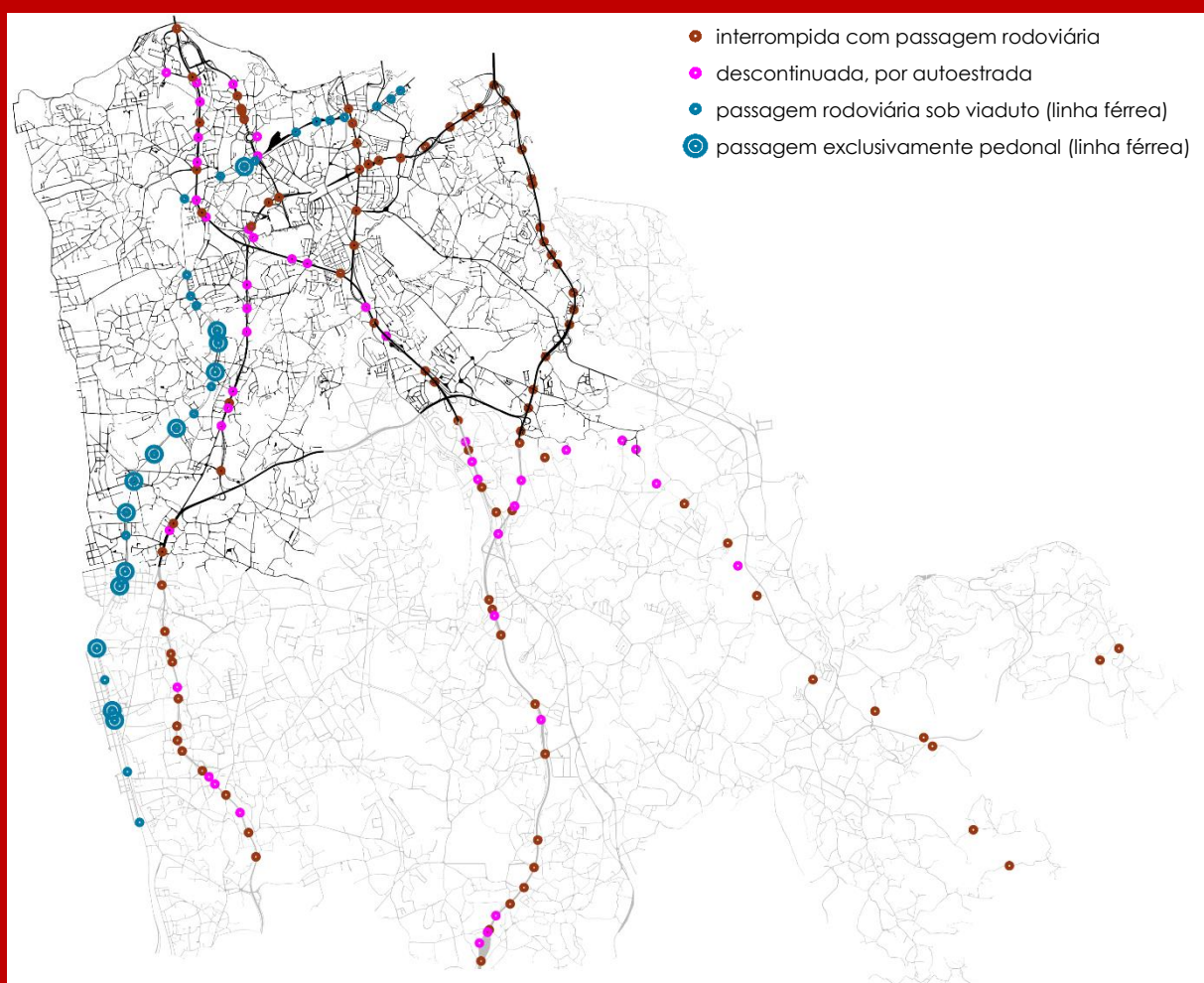


Fig. 100 Localização das vias interrompidas, descontinuadas e com passagem, em VNG.  
Fonte: Realização da Autora.

- os valores da dispersão estatística indicam-nos que os tipos **largos** e **praça** são mais próximos da média;
- há mais ocorrências de cada tipo distribuídas isoladamente, do que distribuídas em adjacência;
- **cinco** das ocorrências de maior dimensão, nos tipos **praceta, jardim, mistos, estacionamento** e **terreiro** localizam-se em grupos de adjacência de **dois tipos diferentes** e **seis tipos diferentes**, respetivamente;
- a situação de maior adjacência é também a que contém a ocorrência de maior dimensão de dois dos tipos – **terreiro** e **estacionamento**;
- o tipo **mistos** é o que apresenta mais ocorrências em adjacência, seguido dos tipos **estacionamento, praceta** e **jardim**;
- há mais adjacências com o tipo **parque** fora da área urbana;
- nas **seis** de **sete** situações de adjacências em área urbana, nas de três ou quatro tipos diferentes, encontramos as ocorrências acima de média do tipo respetivo;
- as ocorrências do **tipo alameda** coincidem com ocorrências do **tipo viário**;
- à exceção de algumas ocorrências dos tipos **alameda** e **mistos** mais nenhum outro tipo apresenta composição de malha ortogonal;
- as ocorrências de maior dimensão em área do **tipo viário** correspondem a vias estruturantes de natureza auto-estradal, sendo que **45%** destas se encontram na área urbana do concelho;
- as áreas das ocorrências do **tipo viário**, e que pertencem ao nível autoestradal, encontram-se na área urbana do concelho na seguinte percentagem – **A1, 53,3%, A44, 100%, A20, 76,4%, A29, 61% e A32 e A41, 0%**;
- as áreas das ocorrências assinaladas do **tipo viário**, considerando as A32 e A41 (não representadas no levantamento realizado em sede de revisão do PDM), dão-nos uma relação entre ruas estruturais, avenidas e autoestradais de **9,5%, 7,2% e 20,3%**, respetivamente;
- as áreas das ocorrências assinaladas do **tipo viário**, sem considerar as A32 e A41 (não representadas no levantamento realizado em sede de revisão do PDM), dão-nos uma relação entre ruas estruturais, avenidas e autoestradais de **10,2%, 7,7% e 14,9%**, respetivamente, o que nos diz da importância das áreas autoestradais mais recentes para o contexto geral do tipo viário;
- no **tipo viário** as relações das dimensões entre ruas e avenidas são heterogéneas, sendo que existem **quatro** avenidas mais curtas que a rua mais curta;

- no **tipo viário** a média do comprimento para avenidas é de cerca de **87%** da média das ruas, e a mediana de comprimentos para ruas é de **1068**, e de **697** para avenidas, ou seja, a maioria das ruas analisadas representa uma via de ligação mais longínqua e é 65% mais comprida do que a maioria das avenidas;

- no **tipo viário** a maioria das áreas de avenidas encontram-se concentradas na orla marítima e na área alta do Centro Histórico, considerando que entre as mais compridas, três destas correspondem, em parte ou na totalidade, à **EN109** (Sacadura Cabral), à **EN222** (Vasco da Gama) e ao **IC2** (EN 1 – Moreira Sousa);

- no **tipo viário** a segunda avenida mais comprida é também a segunda de maior área – a Avenida da Republica, antiga Avenida Marechal Carmona;

- no **tipo viário** a rua com mais área estimada é a **Rua da Bélgica** – rua estruturante nas freguesias de Canidelo e Santa Marinha, interrompida pela A1, com cerca de **5,4 ha**;

- no **tipo viário** as avenidas com mais área estimada, exceto a Avenida Vasco da Gama (EN222), localizam-se nas freguesias de Valadares e Gulpilhares, em Francelos, Miramar, Aguda e Granja;

- no **tipo viário**, existem duas ocorrências diferentes denominadas Avenida Vasco da Gama e Rua Heróis do Ultramar, sendo, coincidentemente, no primeiro caso a avenida mais comprida e com maior área, e no segundo caso, as segundas ruas com mais área;

- segundo dados toponímicos cedidos pela CMVNG, e do total de **5188** registos de toponímia, 3033 são ruas, 103 são avenidas, 42 são alamedas e 1049 são travessas;

- no **tipo viário**, e segundo a nossa contagem, existem **2050 vias sem saída** no total do concelho, o que significa que, no total de registo toponímico representa cerca de **68% das ruas, 49% do conjunto de ruas, avenidas, alamedas e travessas e 40% no total de registos**;

- as ocorrências do **tipo viário** apresentam uma heterogeneidade que revela variações na forma, na regulação e na gestão que demonstram a raridade de intervenções conjuntas e de carácter territorial, nomeadamente quando apenas cerca de **30%** das do nível avenida correspondem a intervenções integradas em malha ortogonal;

- as ocorrências de **tipo viário** descritas como **ruas sem saída** raramente são adjacentes de outras ocorrências de outros tipos, caracterizando um esquema viário onde metade das vias representam apenas um acesso automóvel e raramente a comunicação é realizada pedonalmente;

- as ocorrências de **tipo viário** descritas como **ruas sem saída** chegam a estar a menos de **seis metros** entre si, e na quase totalidade estão classificadas como ruas de provimento local, sem qualquer previsão nos IGT de colmatação;

- as únicas **quatro** ocorrências do tipo viário, de nível rua, que se formam numa única reta localizam-se em Miramar;

- as únicas ocorrências de **tipo viário** descritas como **ruas sem saída** que são adjacentes de outras ocorrências de outros tipos localizam-se em três áreas específicas que correspondem à urbanização da Quinta da Belavista, à urbanização de Cabo-Mor e à urbanização de Vila D’Este, sendo exceção a Rua Infante D. Henrique, que coincide com uma ocorrência do tipo alameda.



a), a1), a2), a3), a4), a5), a6), a7)



b1), b2), b3)



c1), c2), c3)



d1), d2), d3)





e1), e2), e3)



f1), f2), f3)



g1), g2), g3)



h1), h2), h3)



i1), i2), i3)





i4), i5, i6), i7), i8), i9)



j1), j2), j3)



k1), k2), k3)

Fig. 101 Fotos várias do espaço público e respetivas patologias e desconformidades, nomeadamente heterogeneidade do perfil viário e incompatibilização das intervenções executadas nos limites de propriedade e dominialidade, em VNG. Das alíneas a), espaço público do tipo viário, anterior ao século XIX. Das alíneas b), espaço público do tipo viários, de nível de avenida, a mais larga (Avenida Republica), só realizada no século XX. Das alíneas c), espaço público do tipo viário de nível ruas, com origem em estrada municipal, realizadas ou alargadas no início do século XX. Das alíneas d), espaço público do tipo viário, respeitante a frentes de urbanização de edificação depois de meados do século XX. Das alíneas e), espaço público do tipo alameda, de três períodos diferentes (meados século XX, finais do século XX e início do século XX. Das alíneas f), cruzamentos desnivelados em tipos viários de nível autoestrada e ferroviários. Das alíneas g), espaços públicos do tipo jardim. Das alíneas h), espaço público do tipo ferroviário. Das alíneas i), desconformidades várias dos perfis e compatibilização dos mesmos do espaço público dos tipos viário, jardim, mistos, praça e terreiro. Das alíneas j), patologias frequentes em todas as áreas fotografadas, nomeadamente nas oito áreas analisadas em sede de microanálise. Das alíneas k), exemplos de ruas sem saída.

Fonte: Realização da Autora.

## **Análise Diacrónica**

A análise realizada propôs-se a apresentar o estado do espaço público na sua situação atual, tendo em conta várias relações entre forma, dimensionamento e localização no contexto do concelho. Assim, não bastando conhecer aprofundadamente a condição do espaço público, exige-se conhecer as condições do espaço público em outras épocas, para que possamos avaliar a forma, o dimensionamento e a localização em cada uma daquelas. Torna-se necessária imediata conhecer a informação cartográfica disponível, montando uma representação cronológica da implantação de cada tipo de espaço público.

Verificamos da análise anterior que há determinadas áreas do concelho que concentram ocorrências de tipos específicos de espaço público, e que há um contexto geográfico comum para esses tipos. Verificamos também que existem ocorrências de diferentes tipos contíguas em determinadas áreas específicas, distribuídas heterogeneamente. Finalmente, verificamos que as áreas de espaço público do tipo viário são raramente conformadas e que as mesmas estão particularmente localizadas em áreas específicas. É-nos, pois, muito útil compreender a procedência das mesmas para que possamos estabelecer relações possíveis entre a sua formação e um determinado período histórico.

Extraímos, do levantamento cedido pela CMVNG, as áreas de espaço público que não estão cartografadas nas cartas referentes às datas de 1945/48, 1974/75, 1996/97 e 2012/13, resultando em vários mapas que sintetizam a evolução da sua implantação. Assim, temos:

- uma planta que representa o espaço público existente até 1948, em todos os tipos referidos;
- uma planta que representa o espaço público existente até 1975, referente a todos tipos de espaço público, exceto o viário;
- uma planta que representa o espaço público existente até 1997, referente a todos tipos de espaço público, exceto o viário;
- uma planta que representa o espaço público existente até 2012, referente a todos tipos de espaço público, exceto o viário;
- uma planta que representa todo o espaço público em 1948 e em 2012;
- uma planta que representa todo o espaço público em 1948 e em 1975;
- uma planta que representa todo o espaço público em 1975 e em 1997;
- uma planta que representa todo o espaço público em 1997 e em 2012;
- uma planta que representa o espaço público do tipo viário em 1948 e em 2012;
- uma planta que representa o espaço público do tipo viário em 1948 e 1975;
- uma planta que representa o espaço público do tipo viário em 1975 e 1997;



- uma planta que representa o espaço público do tipo viário em 1997 e 2012;
- uma planta que representa o espaço público do tipo viário, com a atualização da implantação das autoestradas A32 e A41, que não constam do levantamento de espaço público cedido pela CMVNG, e foram desenhadas por nós.

Da observação destas plantas podemos afirmar o seguinte:

- em **1948**, o espaço público do tipo viário apresenta uma distribuição concelhia homogeneamente dispersa, criando uma implantação do tecido muito semelhante por todo o território, de forma radicular;
- em **1948**, o espaço público apresenta o tecido mais comprimido nas vertentes urbanizadas a nascente e norte, na proximidade do Rio Douro, o que aumenta a área de espaço público face ao edificado representado, relativamente a outras áreas mais planas, onde entre o espaço público se estendiam áreas não urbanizadas, de natureza agrícola;
- do ponto anterior, excetuam-se as áreas de espaço público da linha férrea, das avenidas e ruas ortogonalmente implantadas entre Francelos e a Aguda, das ruas ortogonalmente implantadas no **Bairro nas Devesas, no Bairro da Serra do Pilar, no Bairro da Afurada e da Avenida do Mosteiro em Grijó**;
- em **1948**, o espaço público do tipo viário apresenta uma malha irregular e maioritariamente coincidente com as características topográficas do concelho, especialmente visível na sobreposição com a carta da rede hidrográfica de 1997<sup>466</sup>, onde o espaço público viário ocupa as cotas altas e médias das vertentes das bacias hidrográficas, desde as mais elevadas até às áreas mais planas, a poente, entre as linhas de água existentes;
- em **1948**, a quase maioria das ocorrências do espaço público do tipo **viário** referentes às avenidas e às ruas anteriormente analisadas **já existiam**;
- em **1948**, a quase maioria das ocorrências do espaço público do tipo **viário** referentes às autoestradais **ainda não existiam**;
- em **1948**, o espaço público existente era de cerca de **34%** do total existente, para cerca de **17%** do edificado;
- em **1948**, cerca de **43%** do espaço público do tipo **viário** já existia, sendo que este representava cerca de **91%** do total de espaço público à época;

---

<sup>466</sup> Relatório 2.6 do PDM, 2006, p.17.

- em **1948**, apenas existiam ocorrências do espaço público referentes aos tipos **alameda, largos, terreiro, jardim e praceta**, além do tipo viário, e o seu total representava cerca de **8%** do total de espaço público à época;

- em **1948**, existia apenas cerca de **10%** do espaço público não viário total existente;

- em **1948**, cerca de **93%** do espaço público do tipo **largo** já existia, para **50%** do total de ocorrências, ou seja, as ocorrências posteriormente produzidas são individualmente mais pequenas em área;

- em **1948**, cerca de **78%** do espaço público do tipo alameda já existia, para **80%** do total de ocorrências, ou seja, as ocorrências posteriormente produzidas têm dimensão em área semelhante;

- em **1948**, cerca de **24%** do espaço público do tipo **terreiro** já existia, para cerca de **35%** do total de ocorrências, ou seja, as ocorrências posteriormente produzidas são individualmente maiores em área;

- em **1948**, apenas cerca de **22%** do espaço público do tipo **jardim** existia, para cerca de **8,5%** do total de ocorrências, ou seja, as ocorrências posteriormente produzidas são potencialmente maiores, fora as exceções dos jardins do **Morro, do Monte da Virgem e da Senhora da Saúde**;

- em **1948**, apenas cerca de **14,9%** do espaço público do tipo **praceta** existia, para cerca de **22%** do total de ocorrências, ou seja, as ocorrências posteriormente produzidas são potencialmente maiores;

- em **1948**, o **Jardim do Morro** era a ocorrência com mais área de espaço público, dentro dos tipos não viários;

- em **1948**, as outras ocorrências com áreas mais elevadas eram do tipo jardim e alameda, além das do tipo viário, no qual se destaca a **Avenida da Republica** e a **Avenida Sacadura Cabral**;

- em **1975**, o espaço público do tipo **viário** produzido neste período concentra-se na área urbana, com cerca de **78%** da sua área dentro do atual limite urbano, ou seja, apesar de existirem novos espaços públicos viários em diferentes áreas do concelho, é na plataforma cidade que se desenvolvem as principais vias, de nível autoestradal e rua;

- em **1975**, e no espaço público do tipo **viário**, destaca-se uma diferenciação em dimensão e localização entre áreas destinadas a circulação autoestradal, face às vias de provimento local, sendo que as primeiras se implantam ao centro do concelho a norte e se espalham para nascente e poente a sul, sobre as cotas altas;

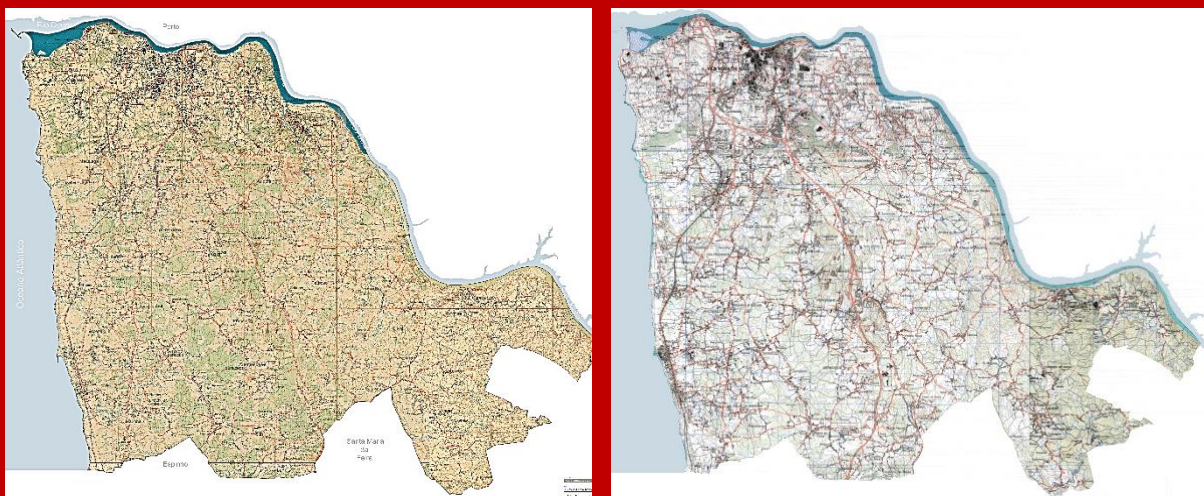


Fig. 102 Cartas Militares de 1945/48 e 1975/76, respetivamente, do concelho de VNG.  
Fonte: GAIURB.

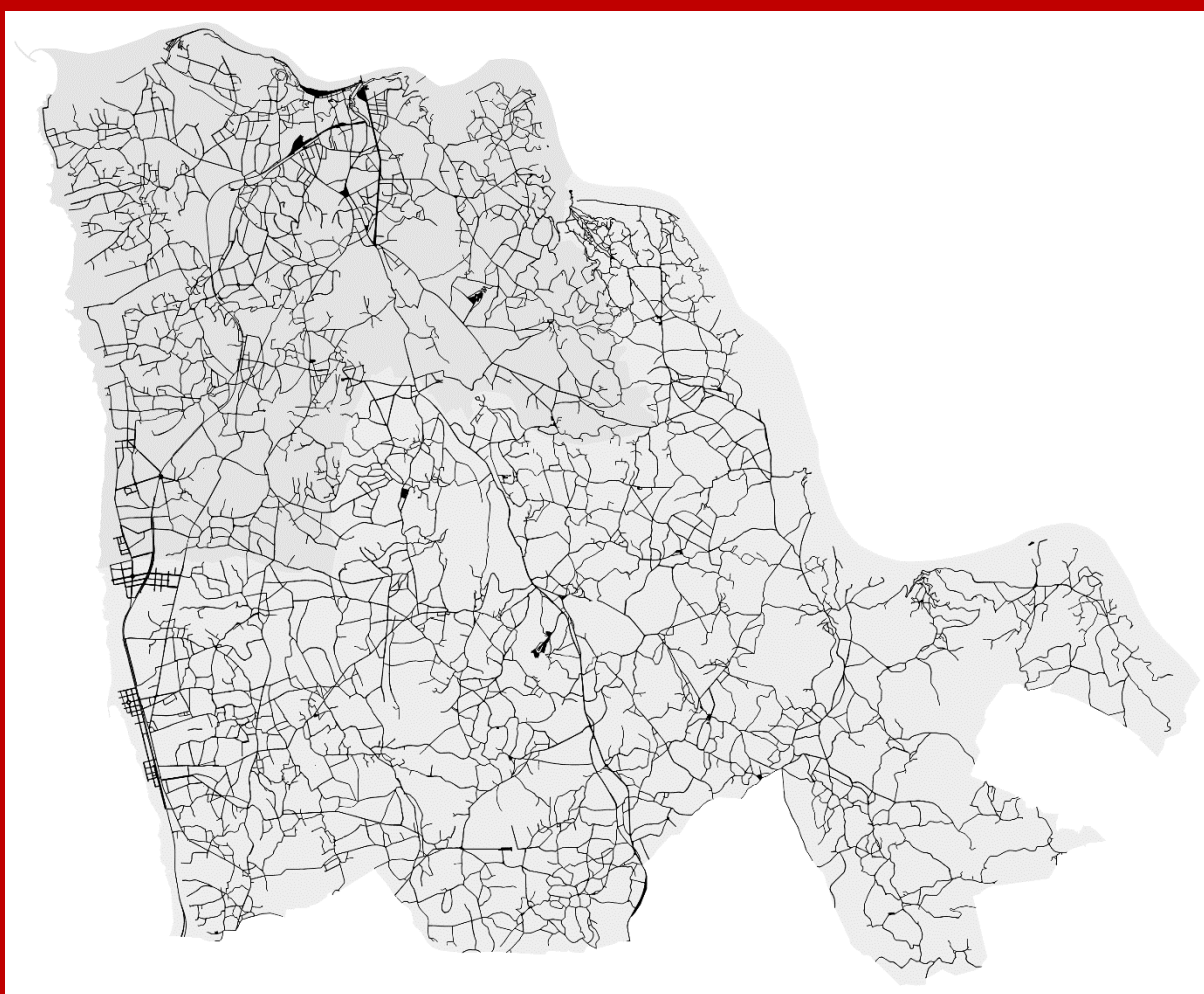


Fig. 103 Planta do espaço público do tipo viário estimado para 1948.  
Fonte: Realização da Autora.

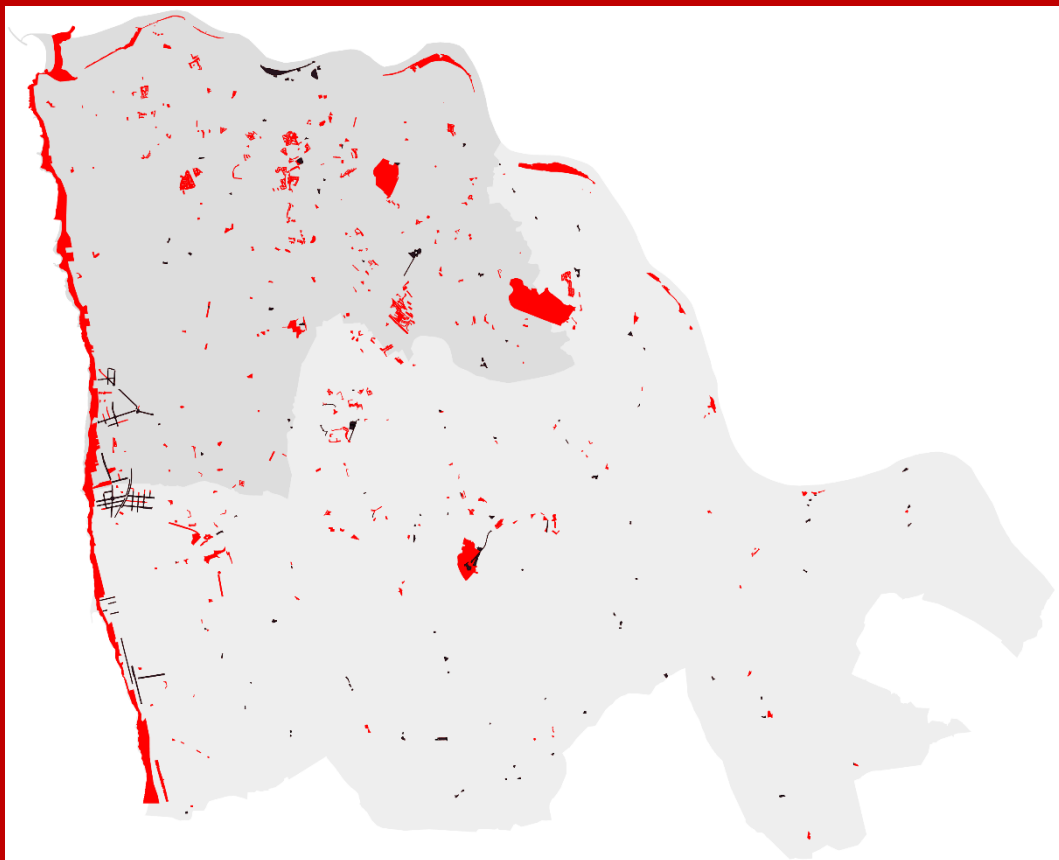
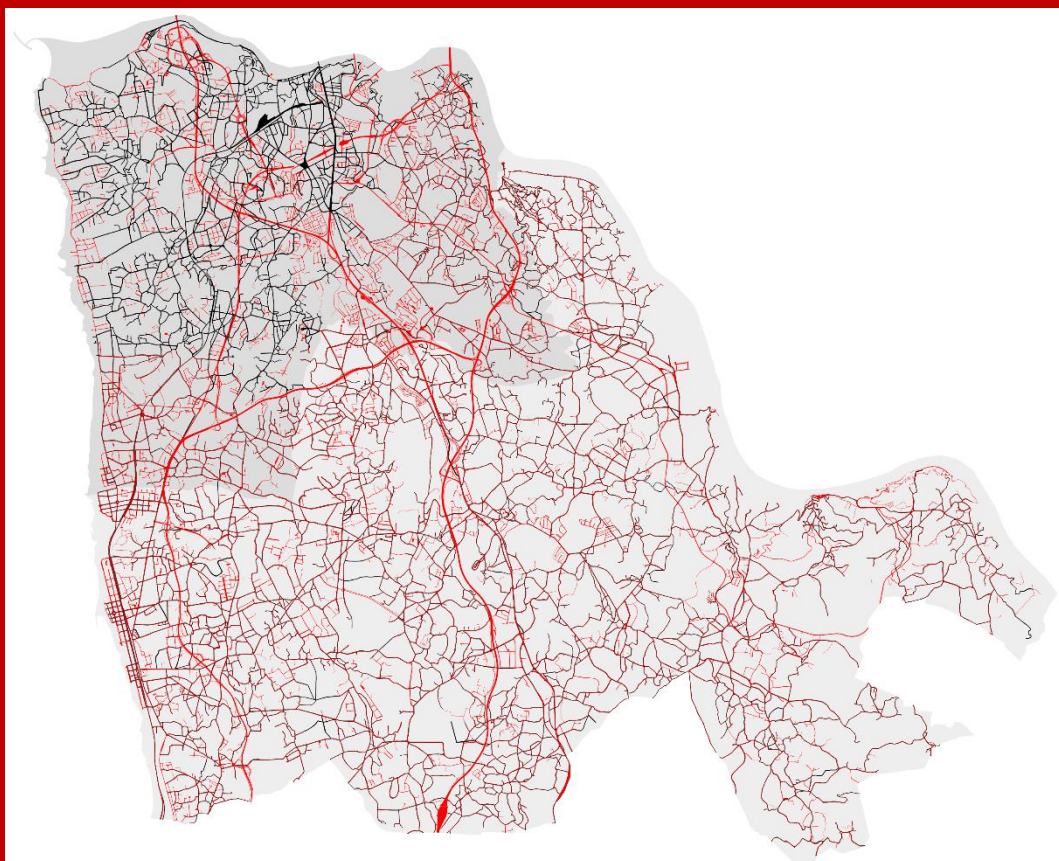


Fig. 104 Plantas dos espaços públicos, do tipo viário e sem o tipo viário, entre 1948 e 2012, em VNG.  
 Fonte: Realização da Autora.



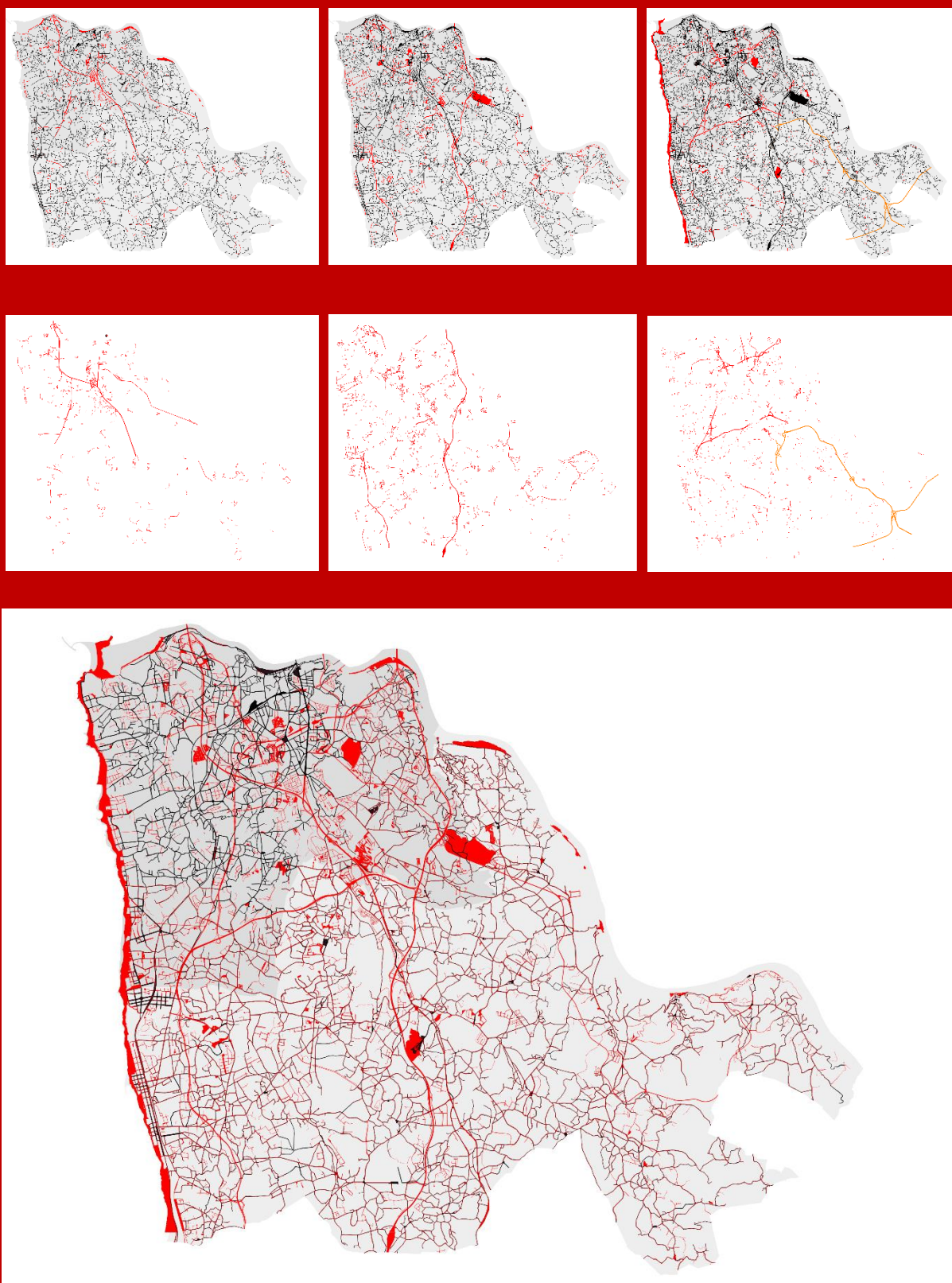


Fig. 105 Evolução do espaço público, por período, em VNG. Os primeiros três esquemas apresentam a diferença entre o espaço público existente e o espaço público registado à data de cada carta militar, respetivamente entre 1948 e 1975, 1975 e 1997 e 1997 e 2012. Os segundas três esquemas apresentam apenas o novo espaço público do tipo viário, para as mesmas datas. O último esquema apresenta a diferença global, entre 1948 e 2012, para todos os tipos de espaço público.  
Fonte: Realização da Autora.

- em **1975**, e no espaço público do tipo **viário**, as novas áreas de nível **autoestradal** correspondem maioritariamente à **A1**, executada até aos Carvalhos, destacando também parte da **EN109** e da **EN222**;

- em **1975**, registamos o surgimento da **Ponte da Arrábida** sobre o Rio Douro, bem como de parte das respetivas vias de acesso;

- em **1975**, e no espaço público do tipo **viário**, as novas áreas de nível **avenida** correspondem maioritariamente às avenidas de **Francelos**, **João Paulo II**, da **Republica** (continuação), **Infante D. Henrique**;

- em **1975**, e no espaço público do tipo **viário**, as novas áreas de nível rua correspondem essencialmente a duas situações diferenciadas – as ruas que surgem em limite da área urbana e na área urbana em conjuntos de urbanização única, e as ruas que surgem casualmente e de forma individual, localizadas dispersamente pelo concelho;

- em **1975**, e no espaço público do tipo **viário**, das novas áreas de nível rua dentro ou próximo do limite urbano coevo, destacamos, pela dimensão os bairros do **Cedro**, das **Pedras**, de **Cabo-Mor**, da **Tapada**, do **Liceu**, da **Lavandeira**, de **Rocha Leão** e de **Mariani**;

- em **1975**, e no espaço público do tipo **viário**, as novas áreas de nível rua fora do limite urbano coevo aumentaram relativamente ao período anterior, o número de **ruas sem saída**, ainda que a maioria tenha estabelecido ligação com a malha existente;

- em **1975**, o espaço público total novo representa cerca de **12%** do espaço público total atual;

- em **1975**, o espaço público do tipo viário novo representa cerca de **13%** do espaço público do tipo viário total atual;

- em **1975**, o espaço público não viário representa cerca de **13%** do espaço público não viário total atual;

- em **1975**, o espaço público do tipo não viário representa cerca de **29%** do espaço público total à época, ou seja, em proporção, o espaço público não viário não chegava a um terço do espaço público do tipo viário (71%), apesar das grandes áreas de espaço público na marginal fluvial;

- em **1975**, o espaço público não viário era essencialmente do tipo **fluvial**, seguido do tipo **jardim**, **mistos**, **largos**, **alamedas**, **terreiros**, **pracetas** e **praça**;

- em **1975**, ainda não se encontram ocorrências do tipo **estacionamento**, **parque** e **marítimo**;

- em **1975**, a quase totalidade das ocorrências de espaço público do tipo não viário encontra-se isoladamente localizada, exceto as que estão inseridas nos bairros do **Cedro** (Cedro

a sul da A1), de **Cabo-Mor**, de **Mariani** e da **Quinta das Camélias**, que deu origem à única praça existente e são, por ordem decrescente em dimensão, do tipo **mistos**, **jardim**, **praceta** e **terreiro**;

- em **1975**, o tipo **misto** é o que se apresenta como tipo eminente, com áreas relativamente maiores por ocorrências do que as dos restantes tipos, surgindo pela primeira vez na nossa contagem;

- em **1975**, nos espaços públicos não viários, as duas ocorrências de maior dimensão, exceto as do tipo fluvial, são do tipo **jardim** e **mistos**, e correspondem ao Bairro do Cedro (a sul da A1) e à urbanização de **Mariani**;

- o total das áreas de espaço público criado entre **1948 e 1975**, incluindo todos os tipos, representa cerca de **19%** do total de espaço público criado entre **1948 e 2012**;

- o período de **1948 a 1975** regista o menor valor de novo espaço público produzido ao ano, a cerca de **45%** do valor médio (cerca de 16,7 ha/ano);

- em **1997**, o novo espaço público do tipo **viário** localiza-se heterogeneamente no concelho, com particular destaque para as vias autoestradais referentes às atuais **A20**, **A44** e **A29**, bem como às áreas das vias de acesso às previamente existentes;

- em **1997**, o novo espaço público do tipo **viário** surge em várias áreas do concelho, sem hegemonia da área urbana, verificando-se uma alteração geral do tecido urbanizado com uma malha mais regular e maioritariamente sustentada nas ruas existentes;

- em **1997**, o novo espaço público do tipo **viário** apresenta um maior número de intervenções conjuntas, as quais revelam uma maior uniformidade no dimensionamento das vias, bem como na sua composição, tendencialmente ortogonal e paralela;

- em **1997**, a maioria das ocorrências do novo espaço público do tipo viário acima referido apresenta uma largura maior do que as anteriores vias existentes e encontram-se em áreas anteriormente não urbanizadas, reforçando particularmente as áreas de espaço público viário de nível de rua na proximidade da **EN109**, da **A1**, da **A20** e da **EN222**, com claro desenvolvimento para sul e poente da nova área urbana, bem como para sul do concelho;

- em **1997**, registamos o surgimento das **pontes São João** (comboio) e do **Freixo** (rodoviária) sobre o Rio Douro;

- em **1997**, denota-se que, a par do espaço público viário, crescem significativamente o número e a área das ocorrências dos restantes tipos, distribuídas pelo concelho, com evidência de maior concentração a norte, de nascente a poente deste;

- em **1997**, as ocorrências dos diferentes tipos de espaço público, mas particularmente dos tipos **mistos**, **jardim** e **estacionamento**, surgem em mais situações conjuntas, relativamente ao período anterior;

- em **1997**, dessas ocorrências conjuntas, podemos sublinhar as referentes à urbanização da **Quinta da Belavista**, de **Vila D'Este**, da **Quinta de Maravedi**, da **Cooperativa Tripeira**, de **Coimbrões**, da **Simopre** e ainda da área poente à urbanização de **Cabo-Mor**;

- em **1997**, entre outras intervenções de menor dimensão e com menos ocorrências conjuntas podemos sublinhar a urbanização de **Oliveira do Douro**, dos **Jardins da Arrábida**, da **Quinta do Sardoal**, de **Canelas**, do **Bairro do Meiral** (Canidelo), do **Bairro do Cedro** (a sul da A1) e ainda a ocupação do **Picão**, da **Madalena (Passadouro e Praia)**, do **Paniceiro**, do **Freixieiro**, da **Pedra Alta**, da **Rechousa**, da **Serpente**, da **Pedra Alva** (Arcozelo), de **Casais (Gulpilhares)**, de **Perosinho**, de **Pedroso**, de **Pisão**, de **Olival**, de **Avintes**, de **Lijó**, de **Laborim** (Clube Caçadores), da área industrial de **Grijó** e o **Bairro AUGI da Serra do Pilar**<sup>467</sup>.

- em **1997**, cerca de **31%** do espaço público correspondia aos tipos não viários, com preponderância do espaço público do tipo viário, sendo que a área do espaço público do tipo viário é **mais do dobro** da área total dos tipos não viários, ainda assim apresenta uma diferença menor relativamente à diferença dos dois períodos anteriores;

- em **1997**, o novo espaço público produzido corresponde a cerca de **22%** do total atualmente existente;

- em **1997**, o novo espaço público do tipo **viário** representa cerca de **22%** do total de espaço público viário atualmente existente;

- em **1997**, o novo espaço público do tipo não viário representa cerca de **25%** do total de espaço público não viário atualmente existente;

- em **1997**, o novo espaço público do tipo não viário é, por ordem decrescente, do tipo **parque**, **mistos**, **estacionamento**, **jardim**, **largos**, **praceta** e **terreiro**, sendo que o tipo **parque** representa, em área, cerca de **50%** do espaço público não viário e o tipo **mistos**, **23%**, ou seja, perto de um quarto;

---

<sup>467</sup> Este bairro, de génese ilegal, com origens anteriores a 1975, apenas surge representado em cartografia militar de 1997. Justifica-se, assim, a referência à origem destas vias no período imediatamente anterior a 1997, apesar da sua representação em mapa axial remontar a 1948. O ortofotomapa de 1988, disponível no sítio eletrónico Webplanos, da GAIURB, contém a totalidade das vias ali existentes.



- em **1997**, identificamos o **Parque Biológico** (ampliado para 35 ha nesse ano) como a ocorrência de maior dimensão do tipo não viário;
- em **1997**, a ocorrência de maior área, além das do tipo parque, corresponde a uma alameda, coincidente com a **Avenida João Paulo II** e com o terreiro a poente de **Vila D'Este**;
- em **1997**, apesar da área total do tipo mistos ser a segunda maior, as ocorrências deste tipo, neste período, são individualmente mais pequenas;
- o total das áreas de espaço público criado entre **1975 e 1997**, incluindo todos os tipos, representa cerca de **34%** do total de espaço público criado entre 1948 e 2012;
- o período de **1975 a 1997**, regista um valor médio equivalente à média de novo espaço público produzido ao ano, com cerca de **16,6 ha/ano**;
- o período de **1975 a 1997** é o segundo período de maior área para o total das áreas do tipo **estacionamento**;
- em **2012**, verificamos uma reconcentração da localização da área de espaço público a norte e ao centro do concelho, correspondente maioritariamente às vias **A29** e **A44**, bem como às respetivas vias de acesso;
- em **2012**, e considerando a área ocupada pela **A41** e **A32** (não representadas no levantamento cedido pela CMVNG) as áreas de espaço público viário de nível autoestradal predominam, representando cerca de **52%** do total de espaço público, sendo que **19%** corresponde àquelas vias;
- em **2012**, as ocorrências do tipo viário de nível de rua e avenida concentram-se a norte do concelho e parte destas apresentam-se conformadas em conjuntos ortogonalmente compostos, em intervenções de maior extensão que consolidam o tecido existente, pela colmatação da malha;
- em **2012**, e apesar do acima referido, a maioria das ocorrências do tipo **viário** de nível de rua e avenida encontram-se individualmente dispersas, produzindo ruas sem saída, em relação às vias criadas no período anterior;
- em **2012**, surgem algumas vias de perfil maior que correspondem a troços da execução das vias de ligação propostas em PDM, por integração das vias existentes ou a ruas variantes novas como é o caso da Avenida Eugénio de Andrade (VL7), da VL8, da VL9 (acesso à Ponte do Infante) e da variante de Sermonde a Serzedo (VL5) e ainda dos novos acessos da A1 e A29 à zona da Jaca (Vila D'Este);
- em **2012**, surge a **Ponte do Infante** sobre o Rio Douro, cujo acesso é realizado pela Avenida Dom João II, limite nascente da urbanização do Liceu, entre Mafamude e Oliveira do Douro, que integra a **VL9**;

- em **2012**, registamos, desta forma, um aumento de vias de acesso às vias de nível autoestradal existentes, bem como das vias de ligação entre estas e as novas implantadas – A29 e A44, que estabelecem, pela primeira vez, novas ligações rápidas na direção nascente-poente do concelho;

- em **2012**, os valores medidos das áreas das ocorrências do tipo **viário** dizem-nos que existe uma maior preponderância do tipo viário neste período relativamente ao anterior se considerarmos as áreas referentes à A41 e A32, o que significa que apenas com estas áreas o valor do tipo viário no período corrente é superior ao do período anterior;

- em **2012**, e considerando o referido no ponto anterior, podemos afirmar que as áreas do tipo viário correspondem maioritariamente a arruamentos de menor dimensão, dispersos e individualmente criados;

- em **2012**, a distribuição e localização das ocorrências do tipo **viário** de nível rua apresentam um afastamento relativamente às vias autoestradais, denotando uma subsequente ocupação de zonas servidas pelas vias de nível de rua criadas no período anterior;

- em **2012**, destacam-se, entre as zonas acima referidas, as urbanizações da **Fábrica** (Canidelo)<sup>468</sup>, de **Agro** (Av. Beira Mar)<sup>469</sup>, de **Rego de Água** (Gandara), das **Matas** (Coimbrões)<sup>470</sup>, da **Quinta de Vera Cruz** (Canidelo)<sup>471</sup>, da Rotunda da VL8<sup>472</sup>, da **Avenida dos Descobrimentos**<sup>473</sup>, da **Barrosa**<sup>474</sup>, de **Sidónio Pais**<sup>475</sup> e de **Oliveira do Douro**, da **Quinta do Pedrinho** (EN 222, Oliveira do Douro)<sup>476</sup>, da **Quinta de Cravel** (Mafamude)<sup>477</sup>, da Quinta do **Paço do Rei** (Mafamude)<sup>478</sup>, da **Cooperativa dos Trabalhadores dos Seguros do Norte** (Vilar Andorinho - A20)<sup>479</sup>, da Lavandeira<sup>480</sup>, da **Quinta da Mesquita** (Avintes)<sup>481</sup>, da última fase de **Vila D'Este**<sup>482</sup>, de **São Lourenço** (Praceta Heróis do Ultramar)<sup>483</sup>, de **Pinhal da**

---

<sup>468</sup> Alvará nº 16/2004.

<sup>469</sup> Alvará nº 10/1997.

<sup>470</sup> Alvará nº 09/2000.

<sup>471</sup> Alvará nº 4/2005.

<sup>472</sup> Alvará nº 12/ 2000, 13/2000, 14/2000 e 2/2009.

<sup>473</sup> Alvará nº 8/1990.

<sup>474</sup> Alvará nº 7/1999.

<sup>475</sup> Alvará nº 4/1998.

<sup>476</sup> Alvará nº 17/2000

<sup>477</sup> Alvará nº 1/2000.

<sup>478</sup> Sem referência.

<sup>479</sup> Alvará nº 10/1995 e 18/2004.

<sup>480</sup> Alvará nº 07/07.

<sup>481</sup> Alvará nº 11/2000.

<sup>482</sup> Alvará nº 06/99.

<sup>483</sup> Alvará nº 11/96.

**Serra**<sup>484</sup>, da **Quinta do Outeiral**<sup>485</sup>, da **Quinta do Mosteiro de Pedroso**, de alargamento de **Pisão**<sup>486</sup>, da **Quinta da Granja**<sup>487</sup>, e do loteamento industrial de **Canelas**<sup>488</sup>;

- em **2012**, registamos um diferencial significativo entre as áreas de espaço público do tipo viário e do tipo não viários, com preponderância do tipo **marítimo** a representar cerca de **34%** do espaço público produzido neste período, e os restantes tipos cerca de apenas **14%**;

- em **2012**, o tipo **marítimo** corresponde a toda a intervenção na orla marítima, com a execução de vários troços da marginal marítima, entre a Afurada e São Félix da Marinha;

- em **2012**, verificamos uma consolidação do tecido a poente e poente sul, na proximidade da marginal marítima, com a oclusão da malha viária de nível rua;

- em **2012**, o tipo **parque** é o segundo tipo não viário com mais área, seguido dos tipos **mistos, estacionamento, jardim e praceta**, representando cerca de **9%** do total de área de espaço público produzido no último período e cerca de **19%** se considerarmos apenas a totalidade dos espaços públicos não viários;

- em **2012**, as ocorrências do tipo **parque** correspondem ao **Parque da Lavandeira** (Parque da Cidade), ao **Parque de São Caetano**, ao **Jardim de Santa Maria Adelaide** em Arcozelo, e ao **Jardim do Santuário da Nossa Senhora da Saúde** em Pedroso;

- em **2012**, a ocorrência com maior dimensão, depois dos tipos não viários marítimo e parque, é a que corresponde ao **Jardim da Alameda do Sr. Da Pedra**, em Miramar, na freguesia de Arcozelo;

- em **2012**, as ocorrências do tipo misto de maior dimensão localizam-se no urbanização da já referida Quinta da Mesquita;

- o período de **1997 a 2012**, regista um valor duplo da média de novo espaço público produzido ao ano, com cerca de **33 ha/ano**;

- o total das áreas de espaço público criado entre **1997 e 2012**, incluindo todos os tipos, representa cerca de **47%** do parcial de espaço público criado entre 1948 e 2012;

- o período de **1997 a 2012**, regista o valor mais elevado para o total das áreas de espaço público, e o segundo para as áreas de espaço público do tipo viário;

- o período de **1997 a 2012**, apesar do referido no ponto anterior, apresenta um menor número de ocorrências em todos os tipos não viários, com exceção dos tipos parque e marítimo;

---

<sup>484</sup> Alvará nº 10/98.

<sup>485</sup> Alvará nº 05/03.

<sup>486</sup> Alvará nº 11/1999 e 13/2002.

<sup>487</sup> Alvará nº 18/1997.

<sup>488</sup> Alvará nº 5/95.

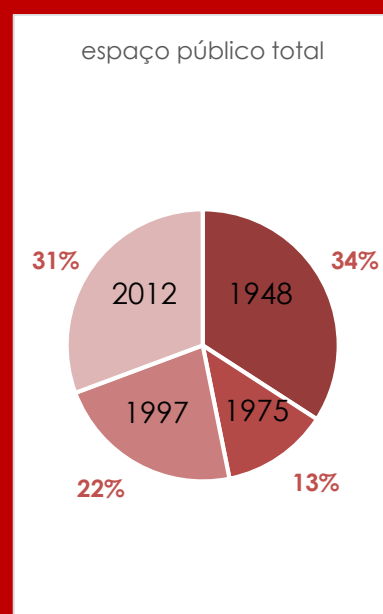
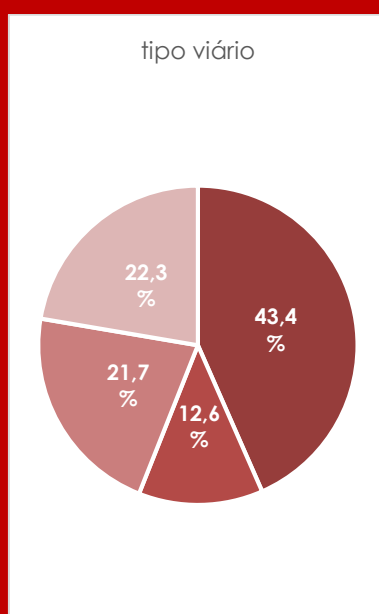
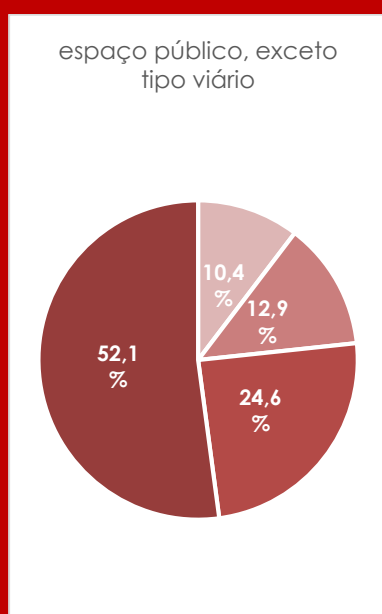
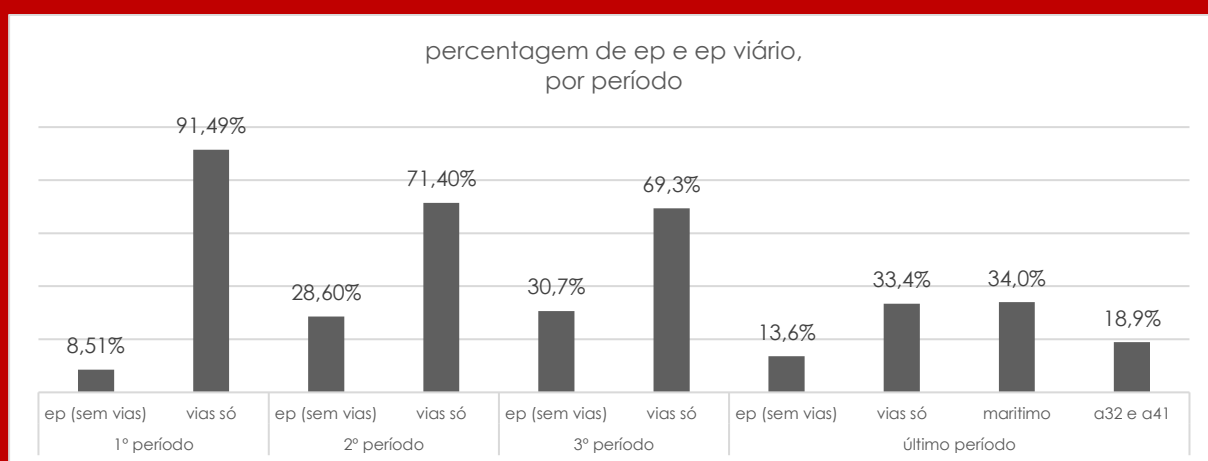
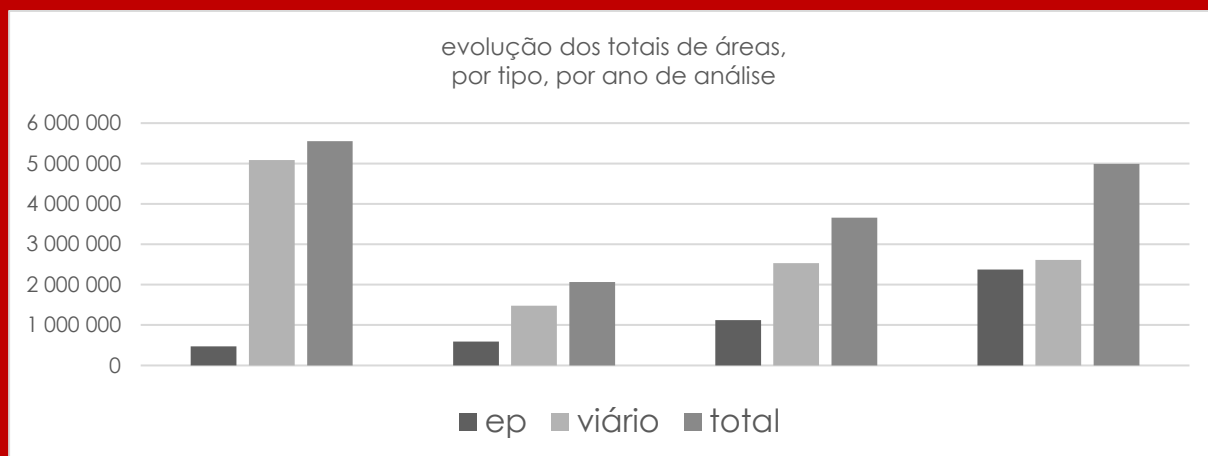


Fig. 106 Estimativas de evolução das áreas de espaço público por tipos, por período, em VNG.  
Fonte: Realização da Autora.

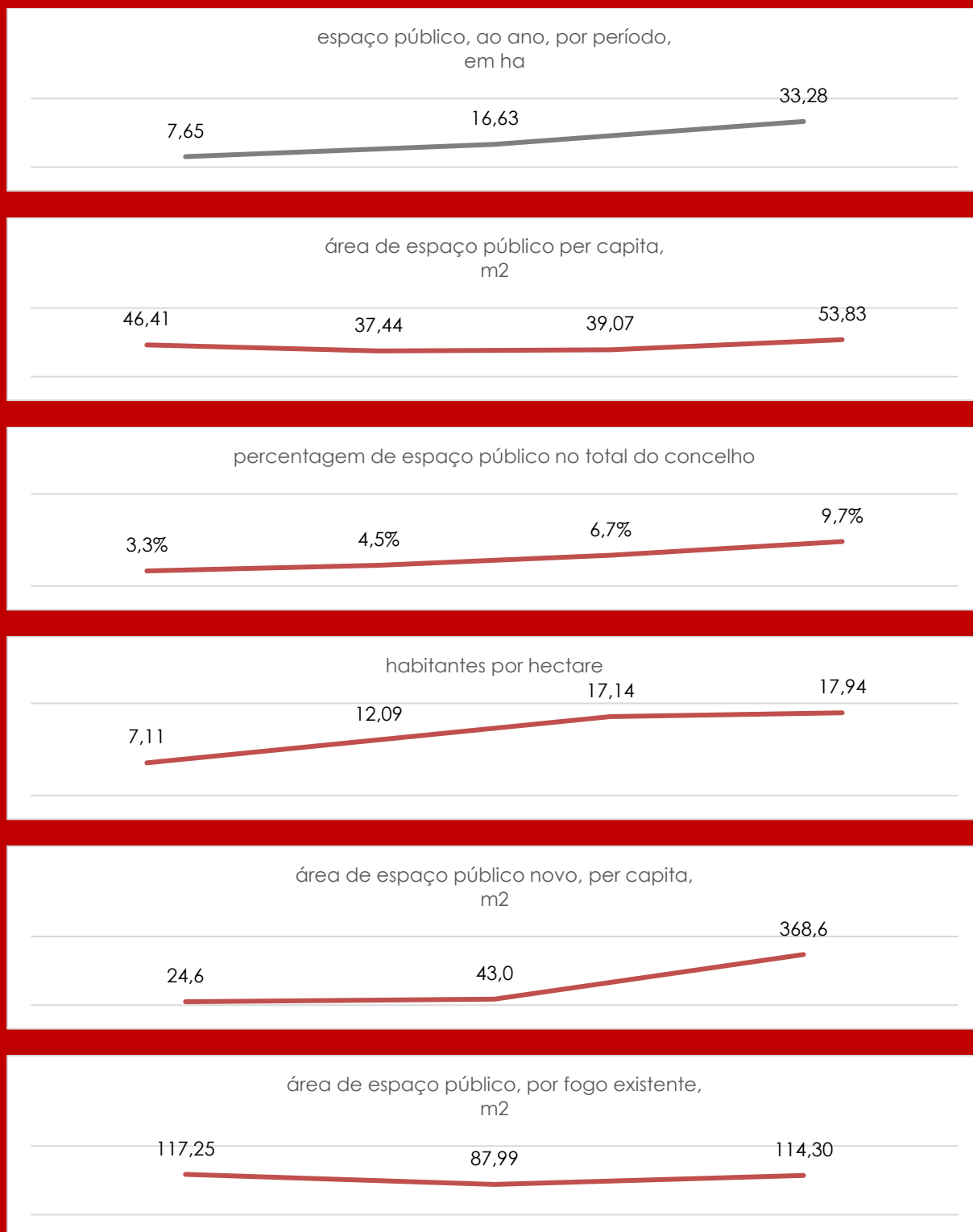


Fig. 107 Seis estimativas de áreas de espaço público por tipo, por período, per capita e por fogos, em VNG.

Fonte: Realização da Autora.

Podemos afirmar que a evolução histórica do espaço público em VNG se traduziu num crescimento contínuo das áreas entre os quatro períodos analisados, com preponderância do tipo viário, apesar da mesma ter sido menor no último período, que foi também o segundo na produção de espaço público. Uma breve síntese destes dados ser-nos-á útil para, de seguida, situar historicamente as operações urbanísticas e o papel dos planos na produção de espaço público (Fig. 103) (Fig. 104) (Fig. 105).

O espaço público atualmente existente resulta de um processo de transformação do solo privado em solo público em áreas que foram alvo de urbanização, maioritariamente, para habitação e equipamentos coletivos, e em menor expressão, para indústria. Esta evolução verifica-se na percentagem relativa a cada período, sendo que, em 64 anos de análise, entre 1948 e 2012, temos um crescimento total de cerca de **293%**, ou seja, estimamos que as áreas de espaço público triplicaram, representando cerca de **66%** do espaço público atualmente existente, e destes cerca de **25%** do tipo não viário. Ou seja, matematicamente, temos um incremento de espaço público, relativamente à condição primeira da análise (1948).

Em **1948**, estimamos que já existisse cerca de **34%** da área de espaço público atual, sendo que cerca de **91%** desse espaço público seria do tipo viário. Em **1975**, a área de espaço público produzida representa **13%**, e deste, o tipo viário representa cerca de mais de **71%**. Em **1997**, a área de espaço público produzida representa **22%**, e deste, o tipo viário representa cerca de quase **71%**. Em **2012**, a área de espaço público produzida representa **31%**, e, deste, o tipo viário representa cerca de **52%**. Quer isto dizer que a preponderância do tipo viário tem vindo a decrescer relativamente a outros tipos no conjunto de espaços públicos, se considerarmos que o tipo marítimo representa a introdução de espaços não viários, apesar de se tratar, efetivamente, de um perfil plurifuncional de marginal rodoviária e pedonal. Não existindo vias de nível autoestradal, verificamos que a condição das ocorrências do espaço público viário era, quase na totalidade, de nível rua, especialmente de ligação entre aglomerados distantes, e situadas extensamente em todas as freguesias e paróquias gaienses, com preponderância das da área urbana coeva (Santa Marinha e Mafamude) e das freguesias interiores de Oliveira do Douro, Avintes e Pedroso e das freguesias litorais de Gulpilhares, Valadares e Arcozelo. Estas ruas, e segundo verificação a realizar no capítulo seguinte, datam do século anterior à cartografia, o que indica que, tendo sido alvo de projeto ou obra municipal, foram reguladas com um perfil superior às ruas de ligação ou acesso local executadas já depois da Segunda Guerra. As ruas levantadas neste período apresentam, assim, uma heterogeneidade na composição, na forma e na finalidade.

No período mais longo da análise, de 27 anos, compreendido entre **1948 e 1975**, verificamos um incremento de área de espaço público de **37%** relativamente à área de espaço público existente em 1948. Se considerarmos o tipo viário temos um crescimento de **29%** relativamente ao período anterior. Se considerarmos os outros tipos temos um crescimento de **125%**. Comparando estes valores com os imediatamente acima descritos, temos que a proporção de espaço público produzida neste período é próxima de proporção entre o tipo viário e os restantes tipos, logo, foram as áreas do **tipo viário** que contribuíram para o aumento de espaço público, apesar do maior crescimento dos restantes.

No período de 22 anos, compreendido entre **1975 e 1997**, verificamos um incremento de área de espaço público de **177%** relativamente à área de espaço público existente em 1975. Se considerarmos o tipo viário, temos um crescimento de **171%** relativamente ao período anterior. Se considerarmos os outros tipos temos um crescimento de **190%**. Comparando estes valores com os imediatamente acima descritos, temos que a proporção de espaço público produzida neste período é próxima da proporção entre o tipo viário e os restantes tipos, logo, foram as áreas do **tipo viário** que contribuíram para o aumento de espaço público, apesar do maior crescimento dos restantes, relativamente aos períodos anteriores.

No último período, de 15 anos, compreendido entre 1997 e 2012, verificamos um incremento de área de espaço público de **136%** relativamente à área de espaço público existente em 1997. Se considerarmos o tipo viário temos um crescimento de **103%** relativamente ao período anterior. Se considerarmos os outros tipos temos um crescimento de **212%**. Comparando estes valores com os imediatamente acima descritos, temos que a proporção de espaço público produzida neste período é afastada de proporção entre o tipo viário e os restantes tipos, logo, foram as áreas do tipo **não viário** que contribuíram para o aumento de espaço público, com o maior crescimento destes.

No total do período, de 64 anos, compreendido entre 1948 e 2012, verificamos um incremento de área de espaço público do tipo viário de cerca de **230%** e de cerca de **965%** nos restantes tipos. Isto significa uma tendencial ampliação das áreas de espaço público do tipo não viário, que representa hoje quase o **décuplo** do de 1948, sendo que desta, mais de metade foi produzida no último período (52%), quando cresceu, no menor período analisado, cerca de cinco vezes relativamente a 1948. Já o tipo viário, apesar de um crescimento maior entre 1975 e 1997, viu o maior incremento em área em 2012, ainda que quase metade da sua área já existisse em 1948.

Finalmente, o período que regista menor área total de espaço público é o compreendido entre 1948 e 1975, e o que regista maior área total de espaço público é o compreendido entre

1997 e 2012, sendo que a percentagem de área de espaço público produzido nos dois períodos intermédios, entre 1948 e 1997, representa pouco mais de um terço de toda a existente, à semelhança dos primeiro e último períodos. Estes valores contemplam a execução da A32 e da A41, que apesar de não constarem do levantamento de espaço público cedido pela CMVNG, estão cartografados na carta de 2012, sendo, por isso, nosso dever e necessidade de rigor, integrá-los.

Podemos afirmar ainda que o aumento de área de espaço público, no período entre 1975 e 1997 se deve ao aumento do tipo viário, e, no período de 1997 a 2012, se deve aos tipos não viários, especialmente aos de nível autoestradal. Em 1975, a parte da A1 executada correspondia a cerca de **23%** do total de espaço público e a quase cerca de **32%** do tipo viário produzidos então. Em 1997, a A20 e a restante parte da A1 representavam juntas cerca de **17%** do total de espaço público e quase cerca de **25%** do tipo viário produzidos então. Em 2012, a A44, a A29, A 32 e A41 representavam juntas cerca de **29%** do total de espaço público e quase cerca de **57%** do tipo viário produzidos então. Em 2012, a diferença entre a área produzida do tipo viário e dos tipos não viários não chega a **5%**, sendo que destes últimos os tipos marítimo e parque representavam juntos cerca de **91%**, e metade do espaço público total então produzido.

Em média, e como já referido, temos uma produção média anual de espaço público de cerca de **16,7 ha**, com uma proporção de **6,4 ha** do tipo não viário, e de **10,3 ha** para o tipo viário, no total de espaço público produzido depois de 1948. Contudo, a média anual de produção de espaço público no primeiro período é de **7,2 ha** como uma proporção de **2,2 ha** para o tipo não viário e de **5,5** nos restantes tipos; no segundo período, a média sobe para **16,6 ha**, com uma proporção de **5,1 ha** para **11,5 ha**; e, finalmente, no período mais recente, a média sobe ainda para **33 ha**, numa proporção mais equilibrada, praticamente simétrica, de **15,9 ha** para **17,4 ha**.

No que se refere aos tipos de espaço público não viário temos uma preponderância maior do tipo largo no período anterior a 1948; do tipo fluvial, jardim e mistos no primeiro período; do tipo mistos no segundo; do tipo parque no terceiro e do tipo marítimo no último.

Em suma, a proporção entre os tipos diz-nos não apenas qual a preponderância do tipo viário na produção de espaço público em VNG, como a preponderância dos diferentes níveis do tipo viário e dos tipos não viários, situando-os historicamente na formação global de espaço público.

De seguida, numa escala macro, fazemos uma análise sintática do concelho, segundo o mapa axial desenvolvido por Serra, para podermos comparar os resultados acima descritos com aqueles que a evolução topológica do espaço público nos possa dar.



## **Análise Sintática no Contexto Metropolitano**

A análise sintática de Serra da AMP permite-nos verificar que a evolução do espaço público em VNG tem semelhanças e diferenças com a evolução do espaço público no contexto metropolitano, considerando particularmente o tipo viário. Afirmamo-lo tendo em conta a realocação histórica do espaço público viário nos municípios vizinhos e nomeadamente na cidade do Porto em relação a VNG<sup>489</sup>.

Serra deteta que no primeiro e segundo períodos, que decorre de meados de 1940 a 1990, existe um crescimento e transformação mais intensos, apesar de no primeiro período (aquele que corresponde ao intervalo de tempo entre 1951 e 1977) registar que o crescimento do número de eixos é maioritariamente representado por eixos de menor dimensão. Ainda que se verifique algumas áreas de concentração de eixos nas áreas centrais e outras áreas específicas, aquele crescimento é fruto de pequenas intervenções, dispersas (Serra, 2013, p.79).

No segundo período, a dimensão e concentração dos eixos aumentam, o que para Serra corresponde ao aumento das vias autoestradais regionais da década de noventa. No último período, a transformação é menos intensa, mesmo considerando que o período é mais curto. Aqui, verifica que apenas algumas intervenções saem fora das áreas centrais ou de outros centros urbanos metropolitanos. O desenvolvimento disperso é menor e verifica o surgimento de vias longas, de conexão longínqua e que completa o sistema de autoestradas iniciado no período anterior (Serra, 2013, p.79)<sup>490</sup>.

No último período a tendência deste padrão de crescimento é acentuada com a concentração nos centros urbanos e menos ao longo das vias que ligam os diferentes aglomerados urbanos. Este resultado pode ainda ser reforçado com a contagem dos metros produzidos por ano, e no fato de ter havido um crescimento dessa contagem no último período, relativamente ao imediatamente anterior. Serra faz corresponder esta diferença à presença de eixos mais longos e de intervenções localizadas com eixos de menor dimensão.

---

<sup>489</sup> Segundo Serra, a modelação diacrónica permite a extração de dados sobre a condição dos eixos produzidos e alterados em cada período. Feita a nossa mesma análise apenas para VNG, podemos contextualizar a condição topológica do espaço público do tipo viário do concelho relativamente ao do território regional. Através da leitura do mapa axial produzido por Serra, podemos identificar os eixos existentes em cada período e conjugá-los, de forma a consolidar a nossa estimativa de evolução territorial sustentada pela cartografia, não apenas entre períodos subsequentes, mas também entre períodos intercalados.

<sup>490</sup> Para corroborar estes resultados, Serra torna evidente a localização da concentração axial através da manipulação do mapa axial para gerar densidades de superfície. Ao fazê-lo, verifica manchas de concentração de intervenções mais dispersas no primeiro período, contrariada pela concentração de eixos em áreas muito específicas nos períodos subsequentes. Assim, no primeiro período temos um padrão de crescimento que é mais localizado, face ao segundo período que se apresenta mais heterogéneo e direcionado para uma estrutura viária metropolitana de longo alcance.

Segundo Serra, o número de eixos produzidos por período sobe em todos os períodos, com uma média de cerca de **261** eixos novos ao ano. No total, conta cerca de **16159** eixos novos produzidos desde final da década de quarenta, para toda a AMP. No primeiro momento da análise, conta cerca de **52240** eixos, e no último ano, cerca de **68399**, sendo que no total de quilómetros temos **7472** para **10354**, ou seja, um crescimento, em número de eixos, de **139%**. Quanto ao primeiro período, verifica-se um incremento de cerca de **110%** no número de eixos e **111%** no total de quilómetros. No segundo período, verifica-se um incremento de cerca de **113%** no número de eixos e de cerca de **117%** no total de quilómetros. No último período, verifica-se um incremento de cerca de **105%** no número de eixos e de cerca de **106%** no total de quilómetros. É, pois, evidente, e conforme atesta o gráfico de Serra (Fig. 87) (Serra, 2013, p.78), que, e apesar do incremento de número de eixos ter diminuído no último período, o incremento do dimensionamento diminui menos. Ou seja, a maioria dos eixos produzidos no último período é tendencialmente mais comprida no contexto da AMP.

Sobre os processos de transformação dos eixos, que divide em extensão, interrupção e demolição, Serra verifica que a demolição é o mais frequente e que acontece principalmente pela criação de autoestradas (Serra, 2013, p.82), seguida da instalação de urbanizações habitacionais de maior escala ou de plataformas industriais. A extensão corresponde a um processo de continuidade e consolidação da rede viária que consiste em dar continuidade segundo três tipos de ação, sucessivamente menos frequentes. Uma primeira onde eixos mais curtos são integrados em ruas existentes, reforçando uma ligação local ou concelhia. Uma outra onde a execução de ruas em relação com outras é feita a propósito da urbanização e da edificação. Finalmente, uma outra que aumenta a extensão de ruas existentes, mas que Serra verifica acontecer quase exclusivamente nos centros urbanos principais, ao contrário das anteriores, que verifica acontecer arbitrariamente por todo o território (Serra, 2013, p.82). O processo de interrupção acontece menos vezes e apenas nas ruas mais longas, que existem também em menor número, porque corresponde igualmente à implantação de autoestradas, que pelo fato de existirem mais eixos menores, dá lugar à demolição. Serra verifica ainda quais e com que frequência ocorrem estas transformações nos eixos, por cada período. Relativamente às demolições, Serra verifica que são mais raras no primeiro período, mais crescem significativamente no segundo, e são mais frequentes no último período (Serra, 2013, p. 83). A interrupção é ainda mais rara, mas igualmente frequente nos últimos dois períodos. A extensão apresenta uma frequência contínua em todos os períodos, demonstrando ser um processo transversal ou “**independente de circunstâncias históricas**” (Serra, 2013, p.83).

Na identificação de intervenções conjuntas, que aconteceram em simultâneo, resultado de um processo único de transformação dos eixos, Serra verifica ainda que a grande maioria destas surgem em aglomerados relativamente isolados. Serra conta **4170** intervenções individuais ao longo de todos os períodos e quais as que provocaram alterações nos eixos previamente existentes. Serra conclui que não existe um único exemplo de intervenção que não tenha produzido alguma demolição (Serra, 2013, p.88), e que a par das transformações por interrupção, aquelas são maioritariamente provocadas pela construção das autoestradas. Já o processo de extensão surge associado a grandes intervenções na malha local que ocorrem maioritariamente nos centros urbanos. Ainda relativamente à condição topológica destas intervenções individuais, Serra verifica uma tendência para o aumento das de maior dimensão e de maior número de eixos ao longo do tempo, apesar da contagem por ano ser quase igual nos primeiro e segundo períodos. Contudo, o comprimento de eixos produzidos por intervenções de maior dimensão seja significativamente maior, relativamente às intervenções de menor dimensão, no último período (Serra, 2013, p.229). Quer isto dizer que, se verifica o incremento de eixos de maior dimensão em intervenções mais extensas nos períodos mais recentes, e particularmente no último período, a par de intervenções menores distribuídas por outras áreas menos centrais. Este processo de desenvolvimento é diferente da suposição de crescimento contínuo desde os centros antigos, demonstrando uma evolução topológica do espaço público viário muito mais complexa e diversificada que resulta, à partida, de sinergias entre a produção de vias de nível autoestradal e, eventualmente, de urbanização pontual promovida particularmente fora daqueles.

Serra identifica ainda uma diferença significativa entre as intervenções que classifica de incrementais e não incrementais, e, dentro desta, as celulares. Apenas **3%** das intervenções dentro da AMP correspondem a intervenções não incrementais, apesar de serem muito mais longas, tenderem a uma maior linearidade geométrica e apresentarem maior conectividade externa, mas representando **26%** do total de comprimento construído pelas intervenções. As intervenções incrementais representam 93%, e destas, as lineares representam 85%, consistindo em conjuntos de ruas pequenas. As intervenções incrementais celulares são menos frequentes (12%), consistem em conjuntos maiores que promovem a formação de conexões internas e subdivisões de cadastro, mas representam 20% do comprimento total de novas ruas produzidas pelas intervenções.



Fig. 108 Mapas axiais de VNG, por período, respectivamente, em 1948 (castanho), 1975 (verde escuro), 1997 (verde lima) e 2012 (laranja).

Fonte: Realização da Autora, segundo mapa axial da AMP de Serra.

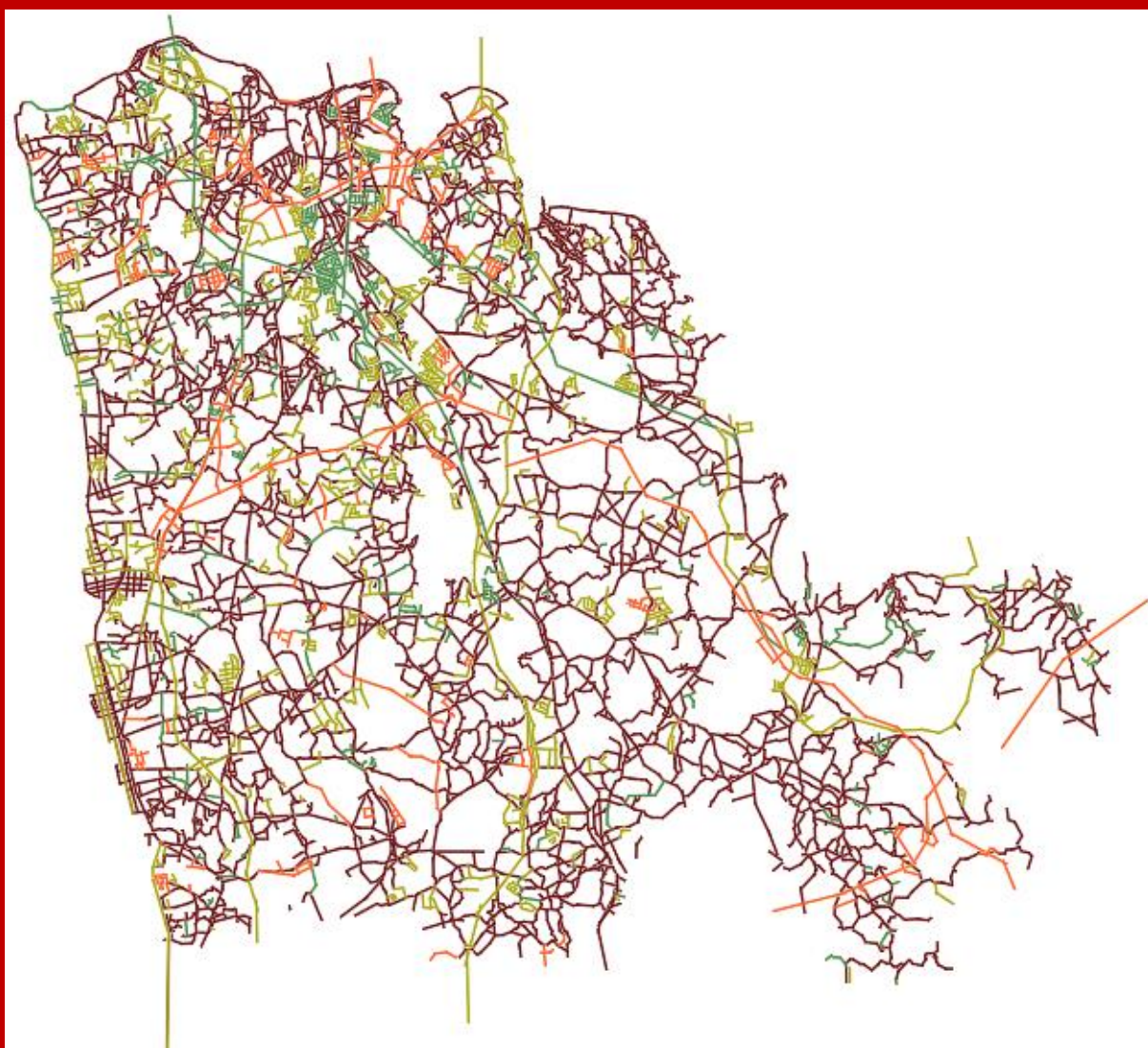


Fig. 109 Mapa axial de VNG, em 2012, com a sobreposição dos quatro mapas axiais de cada período respectivamente 1948, 1975, 1997 e 2012.

Fonte: Realização da Autora, segundo mapa axial da AMP de Serra.

Especificamente no concelho de VNG, e para comparação, contamos um total de **9886 eixos**, ou seja, **14,5%** do total da AMP. Destes, **2607 eixos** correspondem aos eixos produzidos desde a década de quarenta, ou seja, cerca de **26%** do total atualmente existente tem cerca de sessenta anos. Em 1975, contamos **8065 eixos**, mais **786 eixos** correspondentes ao primeiro período analisado. Em 1997, contamos **9459 eixos**, mais 1394 eixos correspondentes ao segundo período. E em 2012, contamos **9886 eixos**, mais **427 eixos** correspondentes ao último período. Quer isto dizer que contabilizamos uma média de **786 eixos** por período, ou cerca de **42 eixos** novos por ano, representando cerca de **16%** da média anual da AMP. No que se refere ao número de eixos, temos um aumento global de cerca de **142%** desde 1945 a 2012, superior ao aumento verificado na AMP. A percentagem de número de eixos relativamente ao período anterior é de cerca de **111%** para o primeiro período, de cerca de **117%** para o segundo período e de cerca de **105%** para o último período. Estes valores percentuais são quase idênticos aos valores verificados para AMP, com a diferença de que no último período o número de eixos novos cresceu menos em VNG do que no contexto metropolitano. Os eixos novos que foram produzidos no primeiro período representam **8%** do global atual. No segundo período, representam **14%**. No último período, representam **4%**. Sendo que em 1948 já existiam **74%** dos eixos atualmente existentes.

No que se refere às dimensões dos eixos, calculamos o comprimento total de eixos atualmente existente em VNG em cerca de **1529 km**, ou seja cerca de **15%** do total verificado para a AMP, considerando que VNG representa **8,3%** do território desta. Em 1945, verificamos um total de comprimento dos eixos existentes de cerca de **1076 km**, ou seja, temos um crescimento de cerca de **142%**, superior ao da AMP, que é de cerca de **139%**. No primeiro período, temos cerca de **1207 km**, ou seja, um crescimento de cerca de **112%**. No segundo período, temos cerca de **1438 km**, ou seja, um crescimento de **119%**. E, no último período, temos um crescimento de cerca de **106%**. O primeiro período representa cerca de **70%** do total de quilómetros atual em VNG. O segundo período, representa **9%**. E, o terceiro período, representa **6%**. Quer isto dizer que, o segundo período, até à década de noventa, representa o período de maior produção de novos eixos, bem como o maior incremento na soma de comprimentos, sendo que no final deste já **94%** do total de quilómetros estava executado. A média de quilómetros totais produzidos, por período, é de **131,35 km**, ou **7,3 km** por ano, o que representa **16%** da produção média dentro da AMP. O último período é o que apresenta um total de quilómetros produzidos mais baixo.



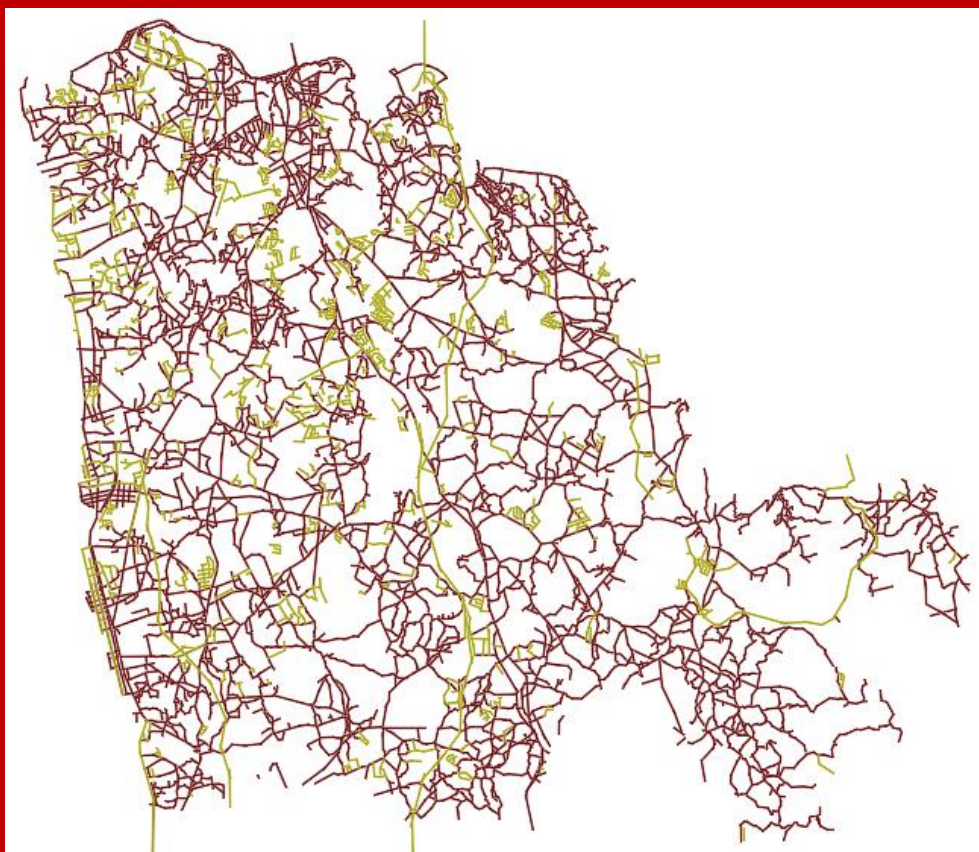


Fig. 110 Mapas axiais de VNG, sobrepostos, respetivamente de 1948 e 1997.  
 Fonte: Realização da Autora, segundo mapa axial da AMP de Serra.



Fig. 111 Mapas axiais de VNG, sobrepostos, respetivamente de 1975 e 2012.  
 Fonte: Realização da Autora, segundo mapa axial da AMP de Serra.

Em VNG, e no total, temos que o eixo com menor dimensão tem **10 m**, o de maior dimensão tem **2785 m** e a média de comprimento por eixo é de **158 m**. Sabemos ainda que a média de comprimento, por período, e referente ao total, é de **148 m** para a primeira carta, de **167 m** no primeiro período, de **166 m** no segundo período e de **212 m** no último período. No que se refere à média, incluindo o comprimento dos eixos existentes, e por período, temos um valor de **148 m** para a primeira carta, de **150 m** para o primeiro período, de **152 m** para o segundo período e de **155 m** para o último período. Significa isto que a média de comprimentos por eixo aumentou **143%** entre o primeiro e último período, mas a preponderância do total de comprimento dos eixos anteriormente produzidos é significativa, baixando a média subsequente. Sublinhamos ainda uma equivalência do valor médio de comprimento por eixo nos dois períodos intermédios.

Quanto às transformações por demolição ou extensão, no final do primeiro período, contamos **31** eixos alvo de demolição e **quatro** alvo de extensão. No segundo período, **11** eixos foram alvo de demolição e outros **11** eixos foram alvo de extensão. No último período, **57** eixos foram alvo de demolição e **três** foram alvo de extensão. No total, temos **99** eixos demolidos e **18** eixos que foram alvo de extensão, com uma subida acentuada no último período para os eixos demolidos. No que se refere aos comprimentos de cada um destes eixos, temos um total, no primeiro período, de cerca de **5,8 km** demolidos e de cerca de **2,1 km** estendidos. No segundo período, de cerca de **3,9 km** demolidos e de cerca de **6,3 km** estendidos. No último período, de cerca de **9,6 km** demolidos e de cerca de **0,51 km** estendidos. No total dos três períodos, demoliram-se **19,4 km** de eixos e foram estendidos outros **8,9 km**. Isto significa que houve uma média de cerca **1,6 eixos**, com cerca de **313 m** no total, demolidos ao ano. Para os estendidos temos uma média aproximada de **um eixo** a cada quatro anos, com **8,4 m** ao ano, ou **33,4 m** por eixo. No contexto da AMP, a média anual para eixos demolidos é de oito eixos, e para eixos estendidos é de dois. Ou seja, VNG representa cerca de **20%** dos eixos demolidos ao ano, e de **14%** dos eixos estendidos ao ano, no global da AMP<sup>491</sup>.

---

<sup>491</sup> Segundo a mapaficação destes eixos demolidos e transformados (Fig. 112), na nossa análise axial relativa a VNG, podemos verificar que, no primeiro período, os eixos demolidos correspondem quase na totalidade àqueles que se encontram na implantação da A1 e naquela que é hoje a EN109, antiga EM N°7, de primeira classe, constante do Esquema de Estradas Municipais da década de trinta. No segundo período, temos menos eixos demolidos, mas mais comprimento por cada um, que correspondem à implantação de parte dos acessos entre a A1 e A20, de acessos à A29 na Granja e na EN222, na Avenida Vasco da Gama. No último período, temos uma dispersão dos eixos demolidos, com um aumento significativo dos mesmos, mas claramente identificáveis, e por ordem decrescente, no lugar de implantação da A44, A29, A32 e da A41, mas também dos acessos à A44 (IC23), na VL8. No que se refere aos eixos estendidos, temos, no primeiro período, a maior dimensão para a Avenida da República, no segundo período, temos algumas ruas a nascente norte da Avenida e várias outras na orla costeira e, no último período, sublinhamos a extensão da Avenida Eugénio de Andrade.

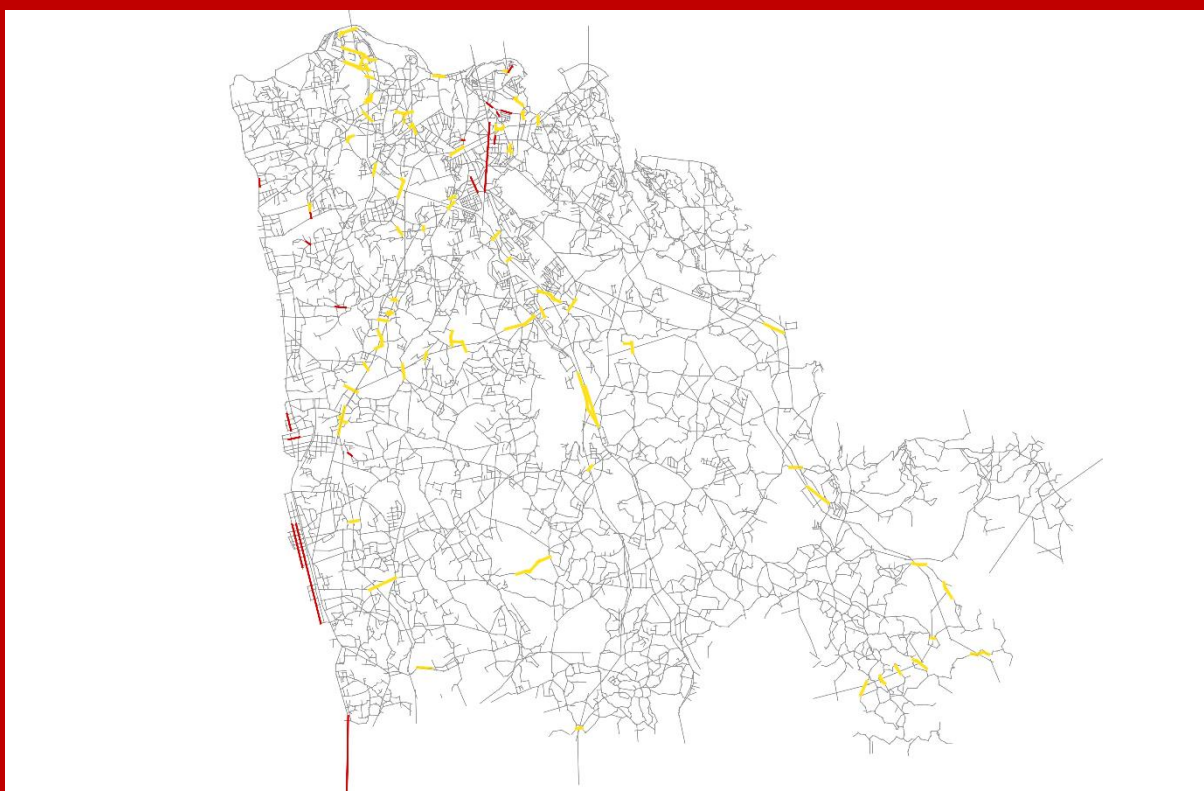
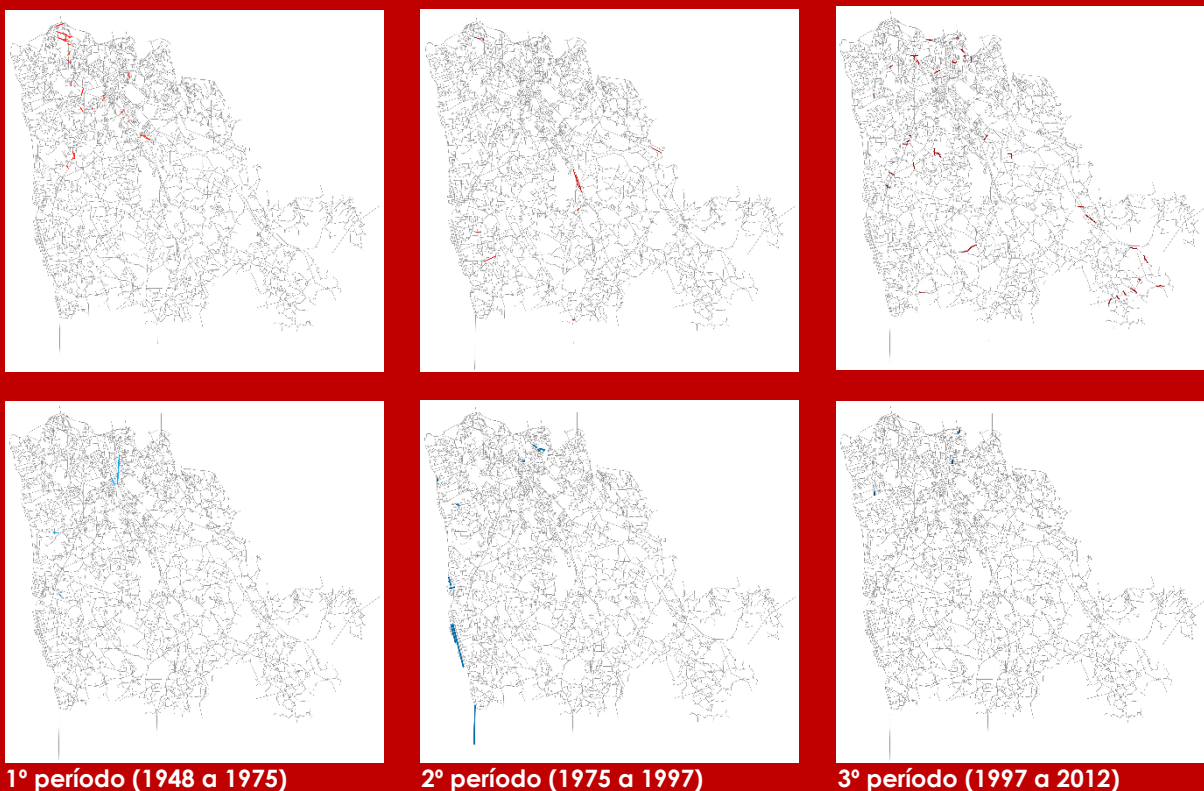


Fig. 112 Mapa axial com os eixos demolidos (amarelo) e os eixos estendidos (vermelho), no total dos períodos analisados.

Fonte: Realização da Autora, segundo mapa axial da AMP de Serra.



1º período (1948 a 1975)

2º período (1975 a 1997)

3º período (1997 a 2012)

Fig. 113 Evolução de cada transformação, em cada período.

Os eixos vermelhos referem-se às demolições, e os eixos azuis às extensões.

Fonte: Realização da Autora, segundo Serra, 2013.



Assim, a situação de transformação axial no contexto concelhio gaiense é semelhante à do contexto metropolitano no que se refere ao padrão de demolição e extensão, tendo sido aquele o concelho com mais transformações, de entre todos os dezasseis municípios considerados por Serra (Serra, 2013, p.82). A distribuição territorial de eixos demolidos apresenta-se pontualmente dispersa em várias áreas dos diferentes concelhos, à semelhança de VNG. No caso das extensões, surgem mais rarefeitas e heterogeneamente dispersas, correspondendo a um menor número de intervenções e também mais pontuais do que as demolições, ainda que, e por comparação, as extensões realizadas em VNG e no Porto sejam de dimensão igualmente superior às dos outros concelhos.

A condição topológica do espaço público do tipo viário de VNG permite-nos verificar que a cada período corresponde uma produção de eixos com dimensão e localização diferentes relativamente ao período anterior, nomeadamente reforçando a tese do crescimento do espaço público dependente da dinâmica de ocupação de parcelas do solo para efeitos de habitação individual. E que esta dinâmica faz o espaço público localizar-se mais heterogeneamente ao longo do território, não necessariamente mais próximo de pólos socioeconómicos mais preponderantes, mas criando ligações que densificam a condição topológica mais antiga de dispersão. Esta situação torna-se evidente, se fizermos coincidir mapas axiais de períodos não subsequentes, verificando que a relação topológica é de fato mais complexa e determinada local e historicamente, apesar da sucessiva introdução de mais e maiores eixos nos períodos mais recentes. Se considerarmos a conjugação dos mapas axiais entre períodos não subsequentes, verificamos que, entre o primeiro mapa e o mapa da década de noventa, a produção de novos eixos é essencialmente dependente, não apenas da estrutura viária anteriormente produzida, mas da estrutura viária mais antiga, nomeadamente daquela que têm um perfil heterogéneo e serpenteado, produzido antes da implantação das vias de nível autoestradal. Se considerarmos a conjugação dos mapas axiais da década de setenta e do mais recente, verificamos que a criação de novos eixos é independente entre si, apresentando, em ambos os períodos, vários eixos isolados e dispersos por todo o concelho, sem qualquer ligação estabelecida entre estes. Finalmente, se considerarmos a conjugação do primeiro mapa e do mapa mais recente, encontramos algumas ligações dependentes entre os dois períodos, mas também uma implantação de eixos de maior dimensão em áreas desprovidas de estrutura viária.

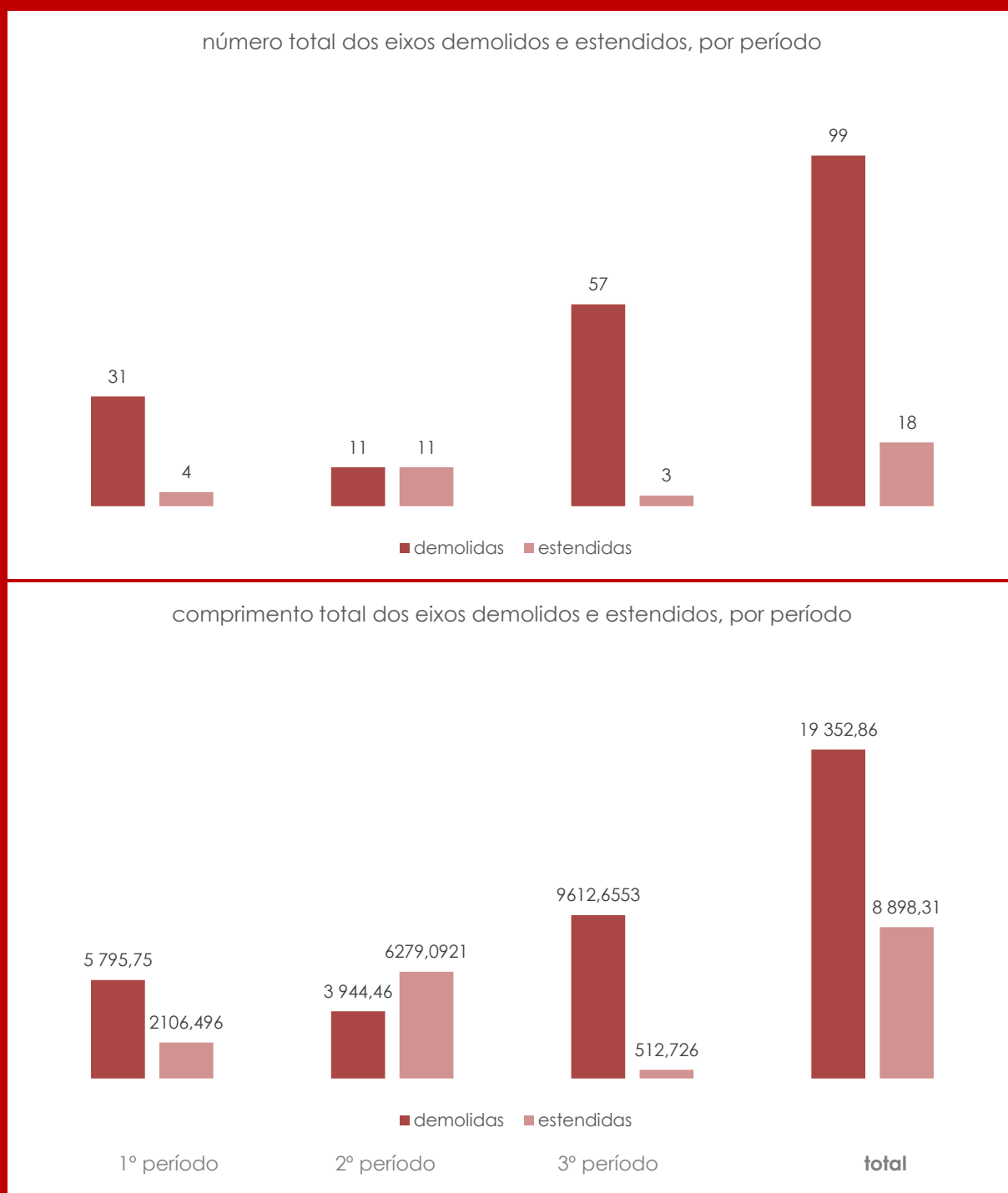


Fig. 114 Contagem do número e comprimento dos eixos transformados, por período, em VNG.  
Fonte: Realização da Autora.

A produção do espaço público não foi cronologicamente linear, porque não se estabeleceu através de ligações imediatas ou próximas entre as existentes e as novas, particularmente no período de maior produção, correspondente ao intervalo entre 1975 e 1997, e que produziu, no concelho de VNG, mais transformações de demolição do que de extensão (Fig. 114). Observando os mapas axiais, o concelho de VNG, à semelhança de outros concelhos periféricos ao concelho do Porto, apresenta uma evolução topológica própria de um território onde a estrutura viária municipal antiga, de base fundiária aristocrata, potenciou a dispersão em momentos de maior produção urbana. No período de maior produção axial, estabeleceram-se mais conexões com os eixos primitivos, se assim podemos chamar-lhes, do que com os eixos produzidos imediatamente antes. Quer isto dizer que, e do ponto de vista do espaço público do tipo viário, a programação territorial não foi apenas diferente ou interpolada, ao longo dos diferentes períodos, foi também contrária à criação de uma malha conexas e potencialmente ligada entre períodos cronologicamente subsequentes. Se num primeiro momento, o espaço público do tipo viário cresceu em áreas especificamente identificáveis e particularmente no perímetro urbano, no período subsequente verificamos uma desvinculação entre a implantação dos eixos de maior dimensão com a dos de menor dimensão. Num segundo período, até meados da década de noventa, esta desvinculação é contrariada com o aumento de eixos de menor dimensão em áreas onde já existiam outros eixos próximos. No último período, verificamos a implantação de eixos de ainda maior dimensão, correspondentes a novos troços de vias de nível autoestradal ou de ligação estruturante (Fig. 104 e Fig. 105).

A par das conjugações acima referidas, podemos realizar outras conjugações entre os mapas axiais e os esquemas de análise diacrónica que realizámos para VNG. Através destas, verificamos uma relação de proximidade e de contiguidade dos espaços públicos não viários com a localização de eixos, mas maioritariamente dos eixos de menor dimensão. Assim, a acompanhar a condição interpolada da evolução topológica do espaço público do tipo viário, está também a distribuição de espaços públicos, que verificamos ser de maior dispersão justamente no período assinalado, entre 1975 e 1997, se considerarmos todos os tipos não viários no total parcial naquele período. É, também neste período, de consolidação da dispersão viária, que se verifica o aumento e prevalência da produção do tipo mistos. Ou seja, temos uma lógica de produção do espaço público do tipo viário que suporta a produção de outras ocorrências de espaços públicos, nomeadamente de ocorrências isoladamente localizadas, sendo que as situações de adjacência que surgem são muito especificamente localizadas, conforme verificado na análise diacrónica do espaço público, no subcapítulo anterior.



Fig. 115 Contabilização do número de eixos, por período, na AMP e em VNG.  
Fonte: Realização da Autora.

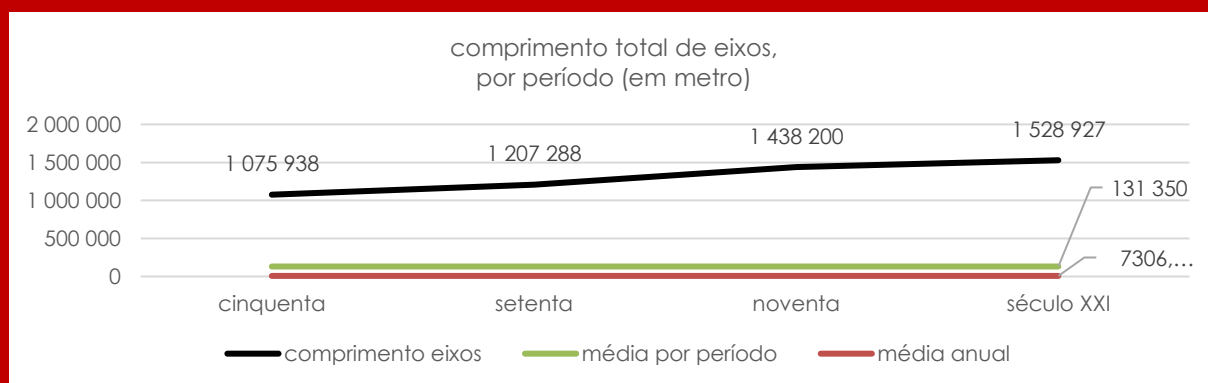
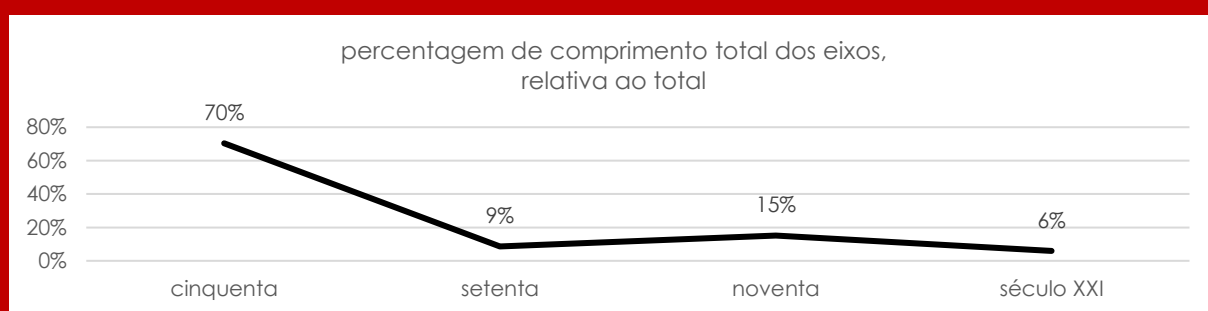
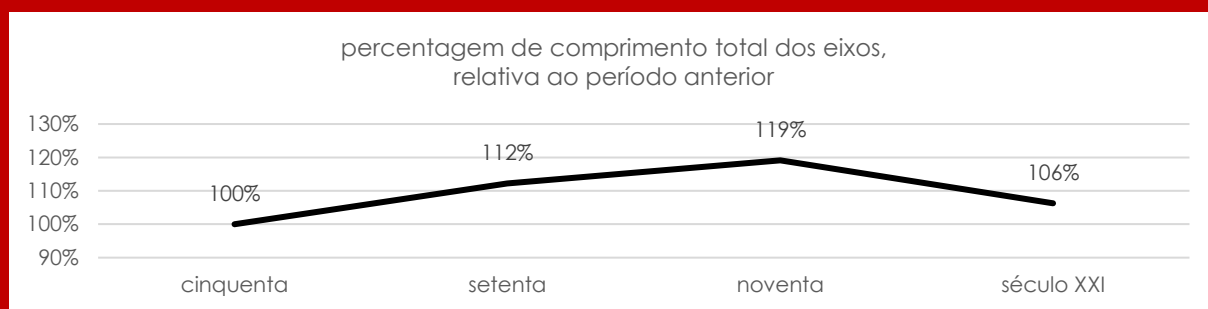


Fig. 116 Dimensão do comprimento, parcial e total, dos eixos produzidos, por período, em VNG.  
Fonte: Realização da Autora.

Com a contextualização da condição topológica de VNG na AMP, verificamos uma evolução cronológica do espaço público que confere ao tipo viário a preponderância na estruturação deste território alargado. VNG apresenta valores próximos e acima da média dos da AMP no que se refere à produção de eixos entre períodos subsequentes. Apresenta também ocorrências de espaço público do tipo viário que são das maiores no contexto metropolitano, contribuindo para isso o fato de ser um dos concelhos de maior dimensão e contíguo ao concelho do Porto. Nesse sentido, quase metade de toda a produção nova de espaço público viário em VNG foi determinada pela implantação de vias autoestradais regionais e nacionais, e respetivos acessos, quando, a outra metade foi determinada ao nível estritamente concelhio, em intervenções pontuais locais, ainda que desfasadamente.

Também esta condição é semelhante à descrita por Serra para as diferentes escalas territoriais na AMP. Tendo apresentado evidências objetivas da existência de três níveis de escala, ou “**scopes**”, para a AMP (Serra, 2013, p.146) – a local (ao nível da vizinhança), a municipal (ao nível da cidade) e a regional (ao nível a área metropolitana, neste caso), Serra introduz uma análise integrada que eficazmente descreve os processos que, nas diferentes escalas, acontecem em simultâneo. Como resultado, consegue traduzir as diferentes condições topológicas desta área alargada, sem excluir os processos locais, ou outros mais afastados entre si. Um dessas condições, e que nos interessa particularmente, é aquela a que se refere sobre o padrão de distribuição metropolitana das diferentes intervenções realizadas ao longo dos períodos analisados. Assim, se num primeiro período regista uma prevalência de intervenções maiores no centro da AMP, correspondendo particularmente aos concelhos do Porto, de Matosinhos e de VNG, e de intervenções menores na periferia destes, num segundo período, esta condição dilui-se. Ou seja, verifica uma clivagem entre pequenas e grandes intervenções, sendo que estas surgem agora também na periferia, a par das primeiras, mais afastadas do centro. Por último, a situação inverte-se, relativamente ao primeiro momento. Quer isto dizer que os processos de ocupação das diferentes intervenções estão eminentemente relacionados com ciclos de implantação de estruturas viárias de conexão regionais, mas não se produzem obrigatoriamente novas estruturas de conexão locais, entre os diferentes momentos.

VNG também apresenta semelhanças com este padrão de dispersão dos eixos, bem como dos espaços públicos não viários quando conjugados com aqueles. No primeiro período, podemos identificar uma proximidade ao centro do concelho das intervenções de maior dimensão topológica. No segundo período, verificamos concentrações de intervenções de maior dimensão para lá do perímetro urbano. E, no último período, uma dispersão de intervenções de menor dimensão topológica. Assim, podemos fundamentar uma estrutural dispersão da

urbanização local que é, simultaneamente, condicionada por uma estrutura viária prévia local, observável na existência de uma configuração de eixos mais intrincada e com maiores distâncias topológicas apesar da menor distância geométrica, e, por uma estrutura regional, que é observável nos eixos introduzidos nos dois períodos subsequentes, que promovem distâncias topológicas menores, apesar de possuírem maior distância geométrica entre as respetivas interseções (Fig. 117 e Fig. 118).

A par daquelas, e quase coincidentemente, fixam-se as áreas de espaços públicos não viários, que, no período de maior produção de espaço público do tipo viário, correspondem ao tipo mistos. Ou seja, e potencialmente, as ocorrências deste tipo, e dos tipos que se lhe seguem em preponderância, são topologicamente mais distantes entre si e da estrutura viária de nível autoestradal, apesar de esta tender a diminuir as distâncias topológicas e, eventualmente, as geométricas no contexto metropolitano. Tende a verificar-se um aumento do número de eixos, mas não de mais do que uma interseção entre estes, promovendo uma condição topológica fechada, que se verifica numa circulação com menos alternativas por área de espaço produzido.

Acresce o fato de o número de ruas sem saída ter aumentado, na AMP, entre os períodos analisados, mas particularmente no penúltimo, à semelhança de VNG. Quanto a este resultado, e segundo a nossa contagem, identificamos **729 ruas sem saída**, na primeira carta, **958** no primeiro período, ou seja, um crescimento de cerca de 131%, **1964** no segundo período, ou seja, um crescimento de cerca de 205%, e, finalmente, **2052** no total de 2012, ou seja, um crescimento de cerca de 105%. Relativamente à primeira situação, o número de ruas sem saída em 2012, quase triplicou, com uma média de **21 novas ruas sem saída ao ano**. O período de 1975 a 1997 é o que conta o maior crescimento de ruas sem saída, tendo duplicado, relativamente ao anterior. No último período verificamos o menor crescimento entre todos os períodos analisados. Estes resultados são coincidentes com a crescimento efetivo de eixos neste período, nomeadamente daqueles de menor dimensão e localizados em áreas relativamente afastadas das grandes vias e mais próximas da estrutura viária primitiva.

Assim, podemos verificar que, e ao ano e em média, para metade dos eixos produzidos, desde 1948, temos uma rua sem saída. Estes valores reforçam a nossa leitura sobre a configuração do espaço público do tipo viário e a localização do espaço público dos restantes tipos, que acontece no mesmo período e nos mesmos lugares. Conforme a nossa mapificação do ponto de remate destas ruas sem saída, podemos afirmar que a condição topológica do concelho piorou significativamente naquele período e ainda mais no período mais recente. Se num primeiro momento, as ruas sem saída representam cerca de **10%** do número de eixos existentes, no primeiro período representam cerca de **12%**, no segundo período e

último período representam cerca de **21%**, quase o dobro do período anterior. Se num primeiro momento as ruas sem saída estavam quase homogeneamente distribuídas pelas diferentes freguesias, e as maiores concentrações destas correspondem maioritariamente a acessos a quintas ou espaços agrícolas, fora da área urbana, onde verificamos que a edificação afeta é essencialmente individual e isolada, já no fim do primeiro período cresce a concentração de ruas sem saída na área urbana, a par da edificação afeta. No segundo período acentua-se esta localização, enquanto verificamos mais concentrações de ruas sem saída, a sul do concelho, na proximidade da A1, da A29, da antiga EN1 e da A32. No último período as ruas sem saída estão relativamente distribuídas por todas as freguesias, com evidência clara da sua concentração sobre os eixos produzidos nos penúltimos períodos. De entre as ruas sem saída identificamos também aquelas que foram interrompidas (círculo castanho), as que foram interrompidas sem restabelecimento de qualquer ligação alternativa (círculo rosa), destacando as que foram interrompidas pela via férrea (círculos azuis) (Fig. 100) (Fig. 119). Podemos, pois, verificar que a introdução da A1, e em menor medida, da A29, produziram mais interrupções do que qualquer outra via autoestradal, sendo que as mais recentes foram executadas com a manutenção das vias existentes em viaduto.

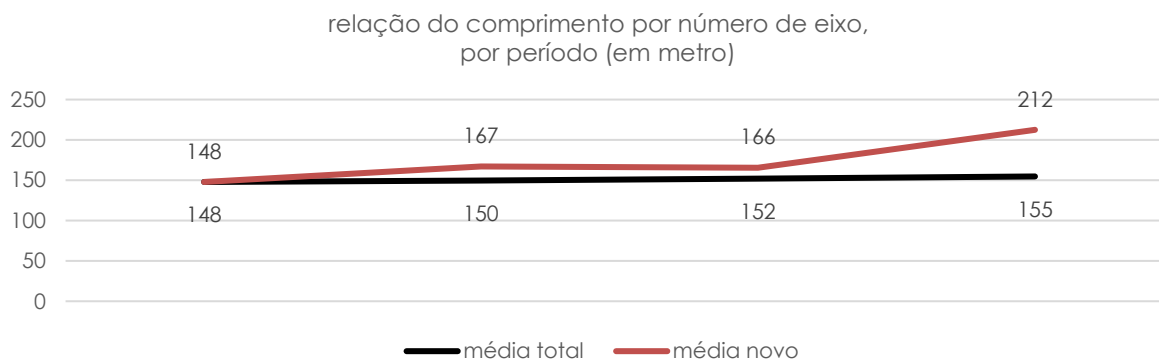


Fig. 117 Proporção da dimensão pelo número de eixos produzidos, por período, em VNG.  
Fonte: Realização da Autora.

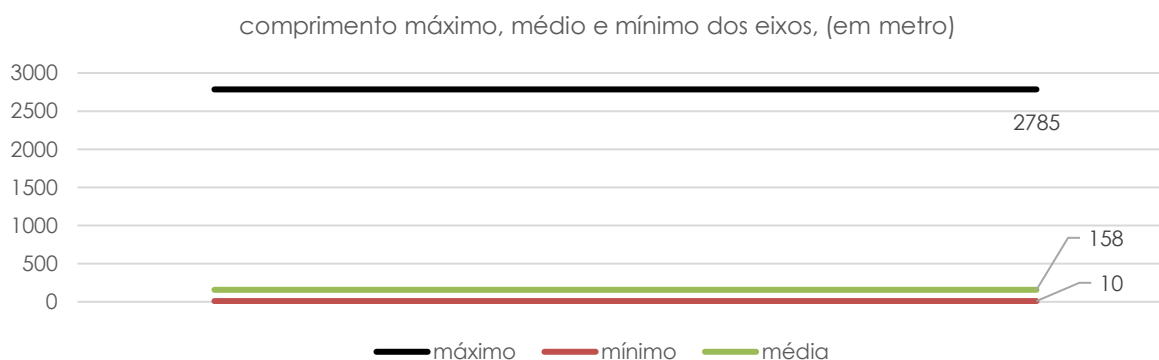


Fig. 118 Valores máximos, médios e mínimos da dimensão dos eixos produzidos, no total dos períodos, em VNG.  
Fonte: Realização da Autora.



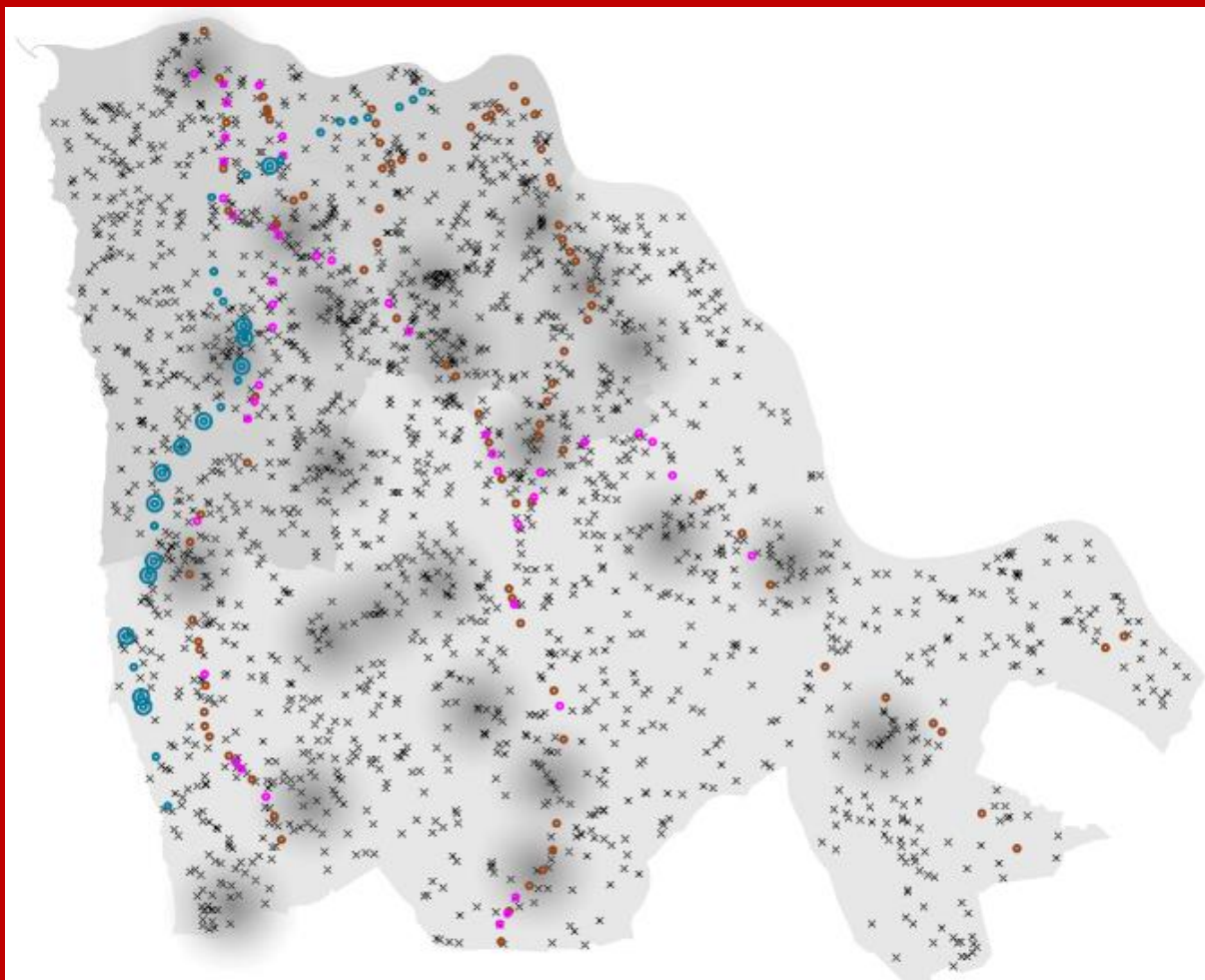


Fig. 119 Mapificação das ruas sem saída, em 2012, em VNG.  
Fonte: Realização da Autora.

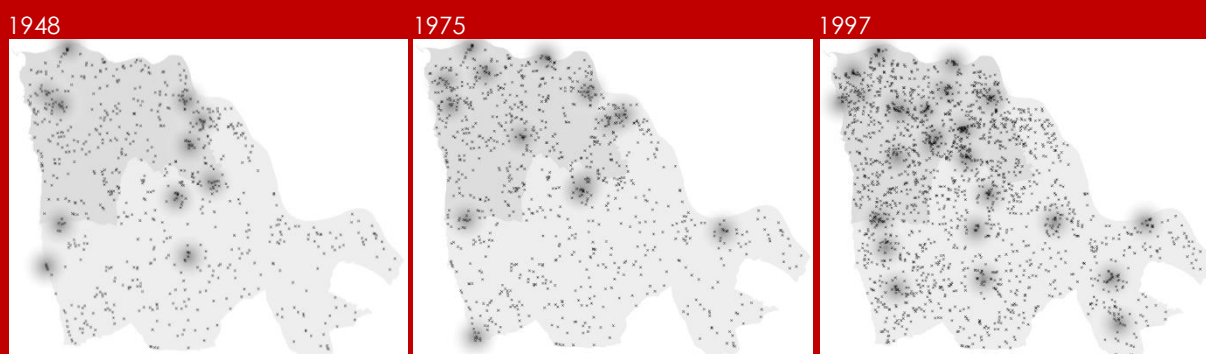


Fig. 120 Mapificação de ruas sem saída, por período, em VNG.  
Fonte: Realização da Autora.

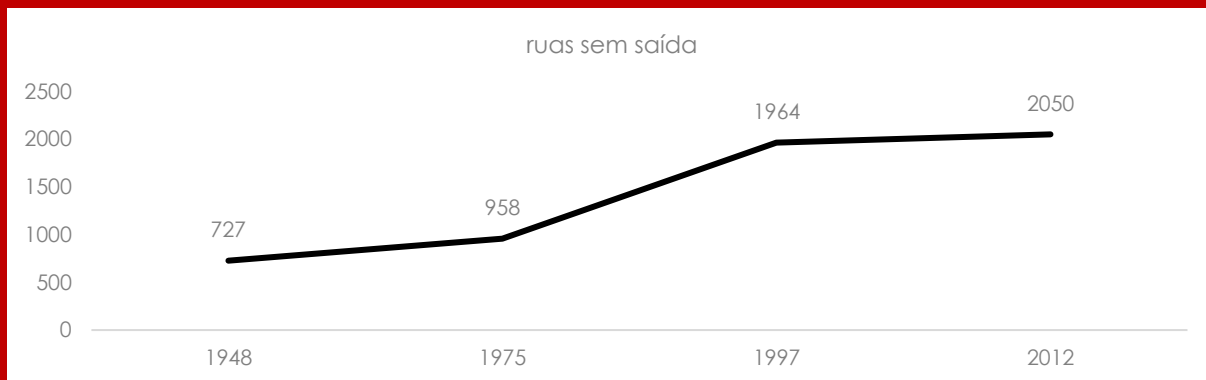


Fig. 121 Contabilização de ruas sem saída, por período, em VNG.  
Fonte: Realização da Autora.

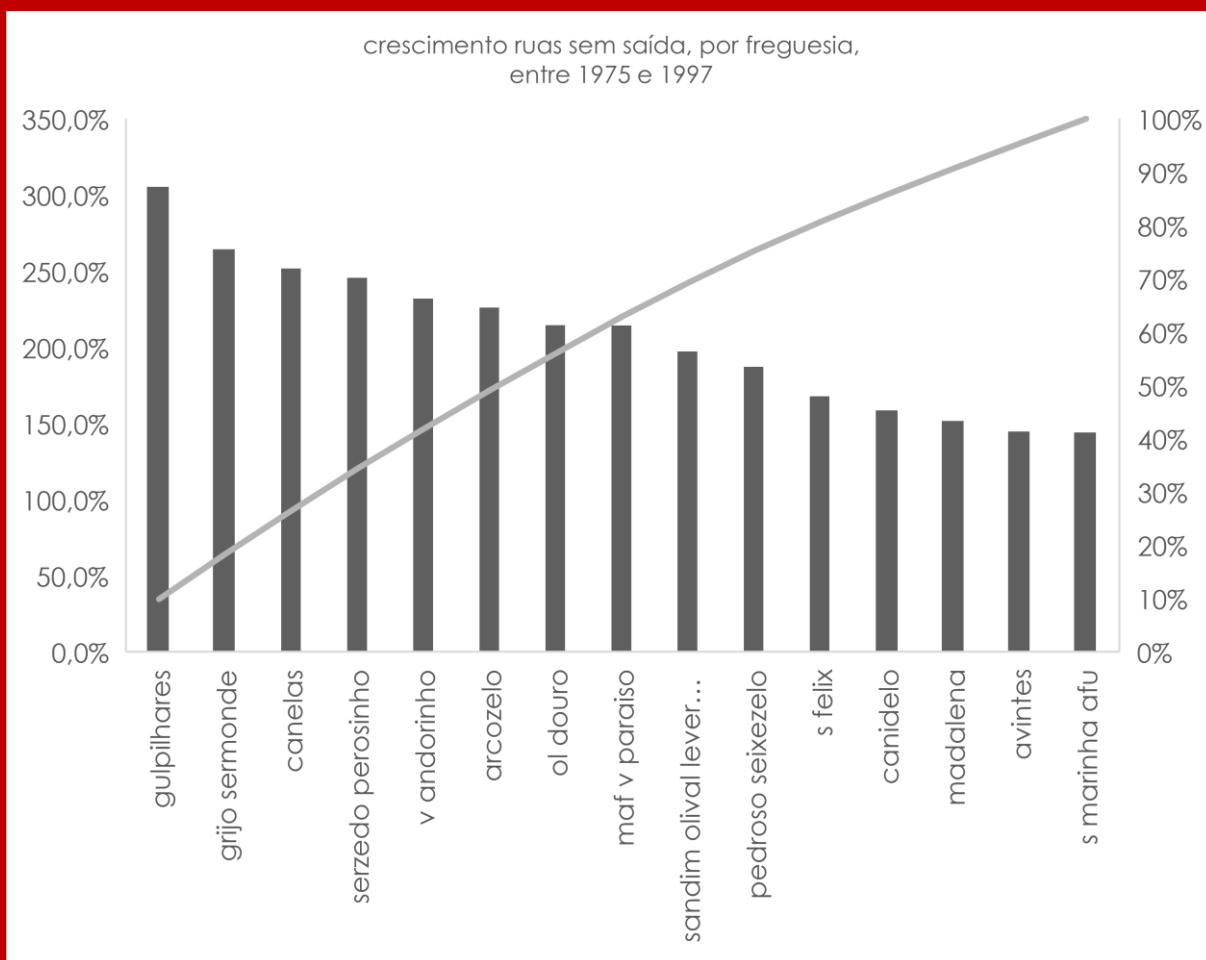


Fig. 122 Contabilização de ruas sem saída, por período e por freguesia, em VNG.  
Fonte: Realização da Autora.





Fig. 123 Fotografias retratando situações de espaço público em área urbana e não urbana e industrial, em VNG, em 25 de Agosto de 2018. A maioria refere-se a ruas sem saída, sem passeios e sem arborização, além da heterogeneidade do perfil.  
 Fonte: Realização da Autora.

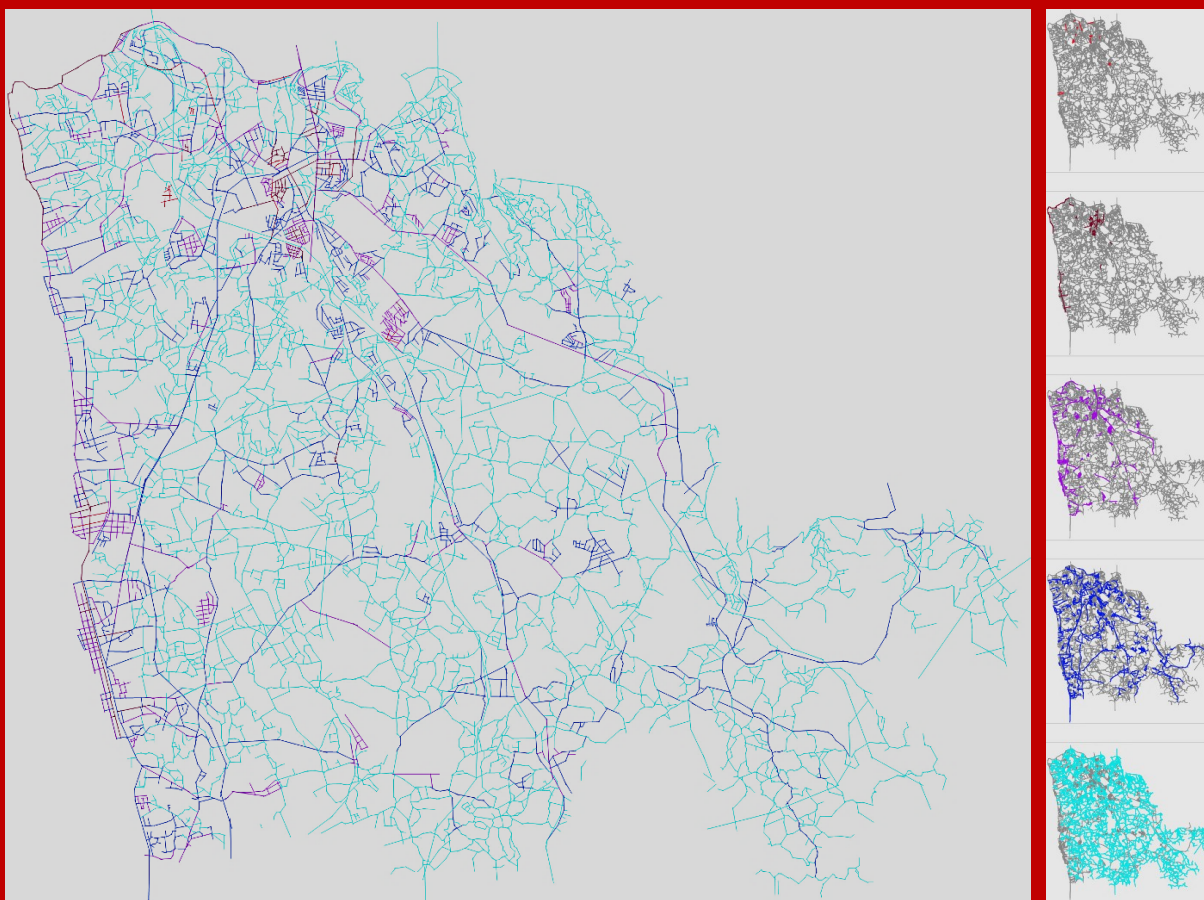


Fig. 124 Mapa axial síntese da qualificação segundo os cinco níveis de qualidade do espaço público. À direita, mapas axiais, cujos eixos retratados pelo nível de qualidade estão diferenciados sobre base cinzenta, desde a qualidade máxima (em cima) à qualidade mínima (em baixo). A cor azul cian, representa o de qualidade mínimo, a azul escuro, o de qualidade inferior, o roxo, o de qualidade média, o vermelho escuro, o de qualidade superior e o vermelho vivo, o de qualidade máxima (por ordem ascendente na imagem à direita).

Fonte: Realização da Autora.

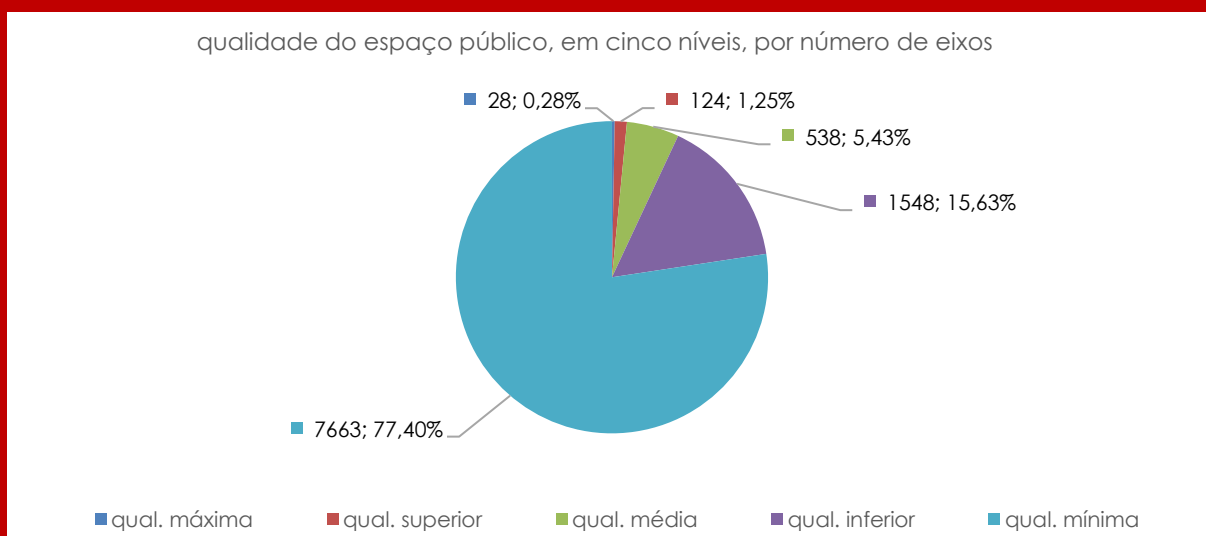


Fig. 125 Representação gráfica do mapa da qualificação dos eixos, segundo a mesma legenda cromática, exceto o nível de qualidade máxima, a azul escuro. As áreas de qualidade mínima estão representadas nas fotografadas da Fig. 120.

Fonte: Realização da Autora.



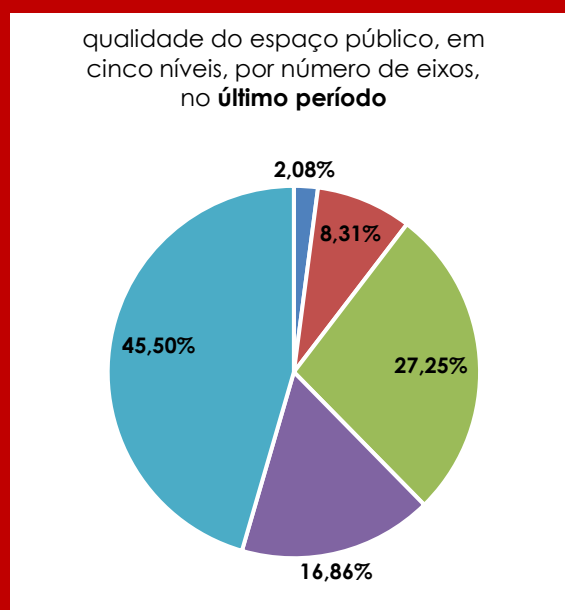
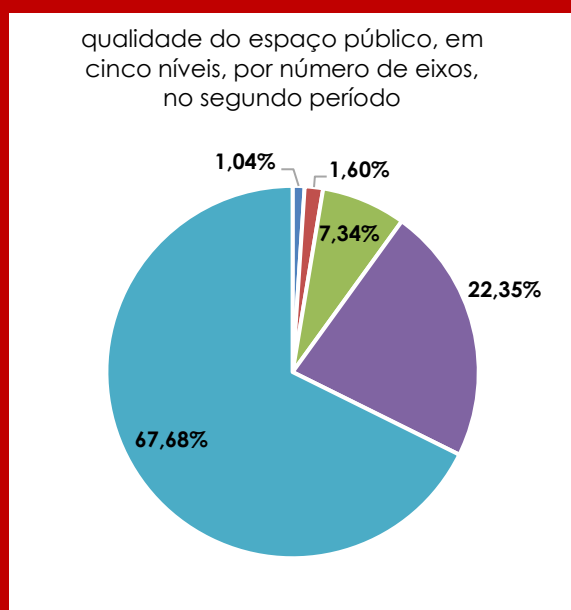
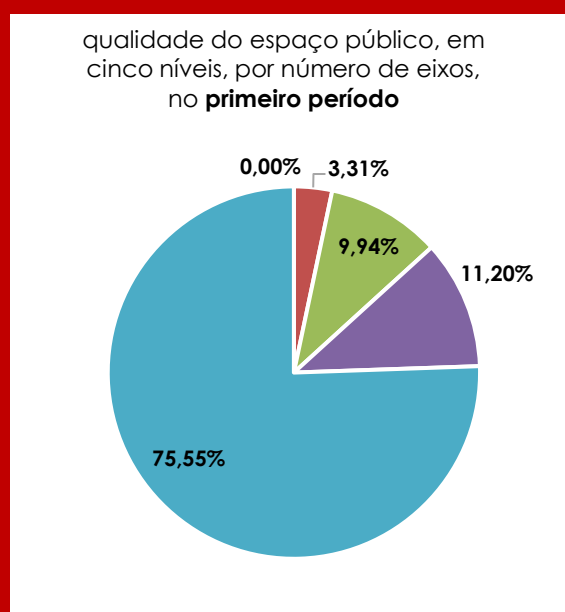
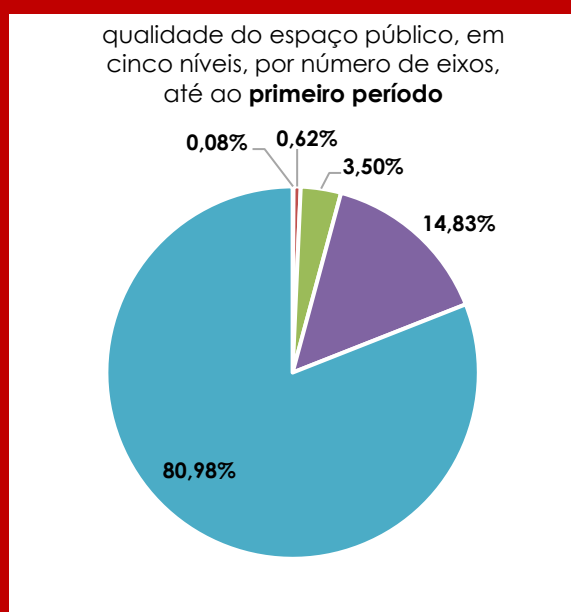


Fig. 126 Representação gráfica da qualificação dos eixos, tendo em conta a sua data de produção, correspondentes aos quatro momentos levantados, e segundo a mesma legenda cromática, exceto o nível de qualidade máxima, a azul escuro.  
Fonte: Realização da Autora.

Toda a análise quaitativa, anteriormente realizada sobre a quatificação topológica do espaço público, permitiu-nos conhecer os vários aspectos físicos referidos, além da forma bidimensional do espaço público, identificados pela cartografia. Para alargar esse conhecimento efetivo, dentro das possibilidades da investigação, e reforçar a leitura de algum padrão de produção, estabelecemos, brevemente, uma qualificação de todo o espaço público do concelho. Assim, além de uma noção quantitativa e estatística da morfologia do espaço público, considerámos determinante criar uma qualificação de cinco níveis. Esses níveis estão relacionados os critérios que serão utilizados na microanálise, realizando, previamente, uma síntese da qualidade do espaço público atualmente existente de todo o concelho. Contudo, é determinante sublinhar que esta qualificação resulta da nossa atribuição de um nível de qualidade a cada eixo levantado por Serra, pelo que, representa uma aproximação média à realidade geral de cada área de espaço público contida nesse eixo, e não num efetivo levantamento<sup>492</sup>. Entre o nível mínimo (o de pior qualidade - 1) e o nível máximo (o de maior qualidade - 5) distinguimos três outros níveis intermédios que variam na quantidade daqueles critérios<sup>493 494</sup>.

---

<sup>492</sup> Assim, conhecemos e sublinhamos as limitações desta breve análise precisamente pelo fato de a mesma representar uma aproximação e não definir pormenorizadamente o espaço público e respectiva relação deste com o edificado. A qualificação foi apurada tanto através de meios de representação (cartografia, ortofotomapa, imagens satélite) como por visita ao espaço público do concelho.

<sup>493</sup> Considerámos cinco níveis de espaço público. Essencialmente, consideramos o dimensionamento do perfil, o que o contém (elementos construídos, naturais, honoríficos, mobiliário urbano) e o tipo ou uso que possibilita além da relação com o edificado. O primeiro é o de qualidade inferior, apresentando padrões mínimos de dimensionamento, sem passeios, excusivamente do tipo viário/pedonal, edificado sem afastamento à via, limites heterogéneos ou perfil indefinido, ou seja, um volume constrangido de espaço público, sem qualquer elemento natural, área de estar ou mobiliário urbano, materiais de revestimento inexistentes ou em estado avançado de degradação e inexistência de qualquer elemento notável ou honorífico. O de qualidade baixa (2º) diferencia-se do anterior pela manutenção de distanciamentos regulamentares mínimos, por apresentar mais do que um tipo, com alguma área de dilatação ou com algum e pontual afastamento maior entre limites de propriedade, alguns elementos naturais, ainda que sem mobiliário urbano, com revestimentos heterogéneos e sem elementos notáveis. O terceiro nível, denominado de médio apresenta dimensionamento acima do exigível, com passeios de um ou dos dois lados, afastamentos do edificado à via, um perfil homogéneo com áreas de tipo variado, alguns elementos naturais ou áreas de estar, algum mobiliário urbano (paragens, jardim, zonas de estacionamento definidas, revestimentos contínuos e estado mínimo de conservação ainda que sem elementos notáveis. O nível quatro integra mais de quatro ou cinco tipos de espaço público, várias tipologias de edificado, diferentes e maiores afastamentos à via, com áreas de dilatação, disponíveis para uso público, arborização, além de vegetação, mobiliário urbano de uso diferenciado, iluminação própria, materiais de revestimento projetados ou em estado de conservação suficiente e, eventualmente algum elemento notável. O nível cinco corresponde à máxima qualificação atribuível, que além de conter todos os pontos assinalados no nível anterior, acresce elementos honoríficos, materiais de revestimento de maior valor, onde podemos identificar desenho do chão, enquadramento de espaços verdes e água, além de um nível de manutenção permanente, nomeadamente com integração de iluminação noturna.

<sup>494</sup> Sublinhamos que a atribuição é realizada por nós, desconhecendo o estado ou a condição material original de cada área que cada eixo representa, exceto, e eventualmente, no que se refere ao dimensionamento.

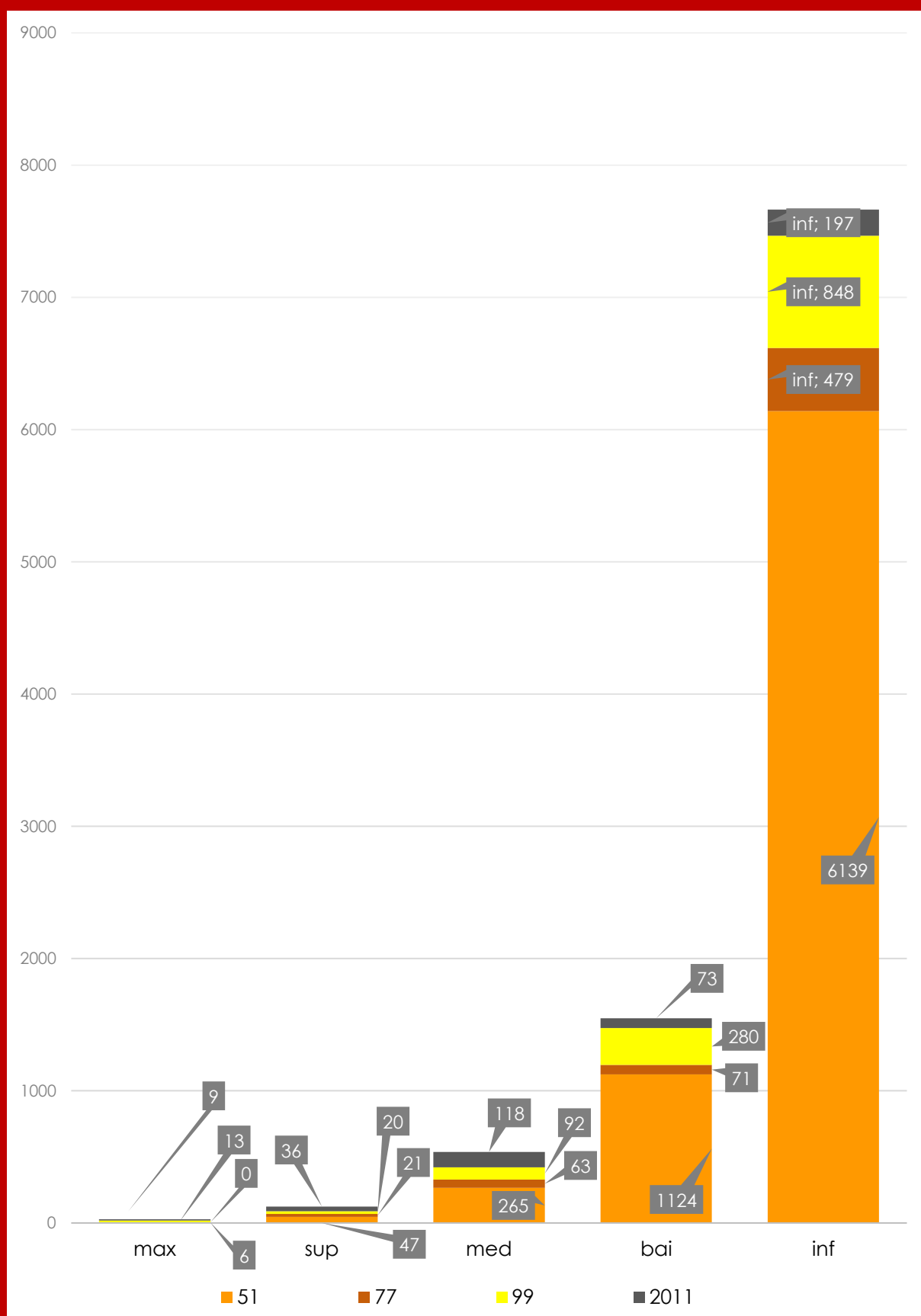


Fig. 127 Representação estatística da distribuição dos eixos qualificados, por período.  
 Fonte: Realização da Autora.

Esta abstração é importante para podermos estabelecer um comparativo da qualidade geral do espaço público do concelho e das áreas afetas a planeamento selecionadas em sede de microanálise. Através desta simplificação, conseguimos compreender qual a distribuição qualitativa do espaço público pelo concelho e por períodos.

O que verificamos é que a imensa maioria, cerca de **77%** dos eixos levantados, corresponde ao nível inferior, largamente distante do nível seguinte, o de qualidade baixa ou mínima, que corresponde a **15%**. Os eixos de cor azul cian distribuem-se uniformemente por toda a área do concelho, nos quais incluímos os eixos autoestradais. A qualidade máxima só se encontra pontualmente (**Fig.124 e Fig.125**), na zona central a norte e a poente, em Miramar, representando apenas cerca de **0.28%** dos eixos levantados. A qualidade média representa apenas cerca de **5%** (Fig. 125) e tem distribuição semelhante com os eixos que representam áreas qualificadas como superior, cerca de **1,25%**. Ou seja, detetamos que **1/3** dos eixos de qualidade superior localizam-se em quatro das áreas afetas a planos urbanização analisados em sede de microanálise e **1/2** constituem resultado de urbanização promovida publicamente ou por cooperativa.

Conhecendo o período a que correspondem os eixos qualificados podemos verificar que, ainda que a sua condição material possa ter piorado ou melhorado sem que tenhamos dados para o verificar, existe uma predominante qualidade mínima ou inferior no período inicial da análise. Segundo a **Fig. 126, os eixos de qualidade inferior** representam cerca de **81%** do período inicial. Isto não significa que 81% do espaço público, à luz dos critérios referidos, fosse totalmente enquadrável no nível inferior, mas que as áreas com origem anterior à década de cinquenta apresentam, hoje, poucos ou nenhuns critérios de qualidade baixa, seja algum tipo de regulamentação, plantação arbórea ou área de uso não viário. No nível mínimo estão qualificados os eixos autoestradais, que são a exceção à análise. Executados nos últimos períodos, representam uma parte ínfima dos eixos de menor qualidade, ainda que alguns destes eixos correspondam a áreas de pior qualidade. Também no que se refere aos eixos de nível baixo, pertence a este período uma percentagem semelhante ao do último período – 14,83% e 16,86%, respetivamente. Ou seja, verificamos uma menor variação na proporção de eixos de qualidade inferior ao longo do tempo, ainda que os de qualidade mínima tenham vindo a reduzir em proporção até perto de metade entre os quatro momentos de análise. Através da Fig. 124 podemos constatar que em 1999 se registou a maior proporção de eixos de qualidade inferior relativamente aos de qualidade mínima, e a maior percentagem destes eixos, em geral, com **22,35%** (Fig. 123). Os **eixos de qualidade inferior** coincidem, do ponto de vista da sua distribuição concelhia, com parte dos eixos produzidos na década de setenta e noventa.



Da mesma forma, **os eixos de qualidade média** coincidem com os eixos produzidos até à década de setenta, ainda que neste período não se registem eixos de qualidade máxima. Os eixos de qualidade média, **1,25%** do total, apresentam um crescimento de 500% no período da década de setenta, representando aí cerca de **3,31%** dos eixos qualificados. Nos períodos seguintes este nível apresenta sempre subida, com o maior valor registado na primeira década do século XXI – cerca de **27,25%** dos eixos totais são de qualidade média. Estes eixos surgem, conforme Fig. 121, junto ao sul da área central urbana e à costa marítima sul. No último período, os eixos de nível médio representam a segunda maior qualificação, a seguir à mínima. Por outro lado, também a este período e ao primeiro, corresponde a maior quantidade de eixos de nível superior e máximo, com a menor diferença proporcional entre os cinco níveis no último período (Fig. 124) (Fig. 125) (Fig. 126) (Fig. 127).

Os **eixos de qualidade superior** apresentam um decréscimo significativo entre a década de setenta e a de noventa, apesar do seu aumento no último período. Estimamos uma média de **31 novos eixos deste nível entre períodos**, relativamente aos de qualidade média (135), aos de qualidade inferior (387) e aos de qualidade mínima (1917). Quer isto dizer que a proporção de produção de áreas de espaço público de qualidade superior não chega a representar cerca de **1%** entre cada período. Contudo, podemos situar a sua produção no último período e nas áreas próximas à Avenida da República, ou seja, em área urbana e no CH de VNG, e ainda na marginal marítima entre Aguda e Granja. Apesar da diminuição dos eixos qualificados como mínimos no último período, a soma dos eixos de nível de qualidade máxima, superior e média é inferior ao número de eixos de qualidade mínima e inferior.

Os **eixos de nível máximo de qualidade** são escassos e distribuem-se pontualmente a norte e poente do concelho, imediatamente enquadrados por outros de nível superior. Representam apenas 0,3% dos eixos produzidos, com predominância nos dois últimos períodos, além dos que foram produzidos antes da década de cinquenta. Assim, a década de noventa regista o maior número de eixos de qualidade máxima, da mesma forma que regista o maior número de eixos produzidos de qualidade mínima e inferior, somados ou não, relativamente aos outros níveis. Por outro lado, o último período representa, nos dois níveis de maior qualidade – superior e máxima, a maior percentagem somada entre todos os períodos. Ou seja, existe uma tendência recente de equilíbrio na qualificação dos eixos produzidos, especialmente nas áreas onde se verifica o surgimento de intervenções municipais, estatais ou loteamentos de maior dimensão.

Depois desta qualificação podemos circunscrever, com maior segurança, as áreas afetadas a planeamento, atestando a evolução da sua qualidade no próximo subcapítulo.

## SÍNTESE FORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Segundo dados publicados em sede de revisão do PDM, estima-se uma produção total de solo urbano de cerca de **1296 ha**, desde 1964, dos quais **47 ha** foram cedidos para equipamentos em sede de operação de loteamento. Isto significa uma média de um **hectare ao ano**, até 2012, e, em média, de 3,6% da área urbana, em cada operação, só para equipamentos.

Estimamos uma produção de mais **1071 ha** de espaço público em todo o concelho, ao longo dos três intervalos de tempo analisados, ou seja, cerca de **17,3 ha ao ano**. Estimamos que a percentagem de espaço público cresceu em todos os períodos, com crescimento mais acentuado no período de 1975 a 1997, sendo que do total da área do concelho, a percentagem de espaço público evoluiu de **3,3%**, para **4,5%**, para **6,7%** e, finalmente, para **9,7%**.

Estimamos que a densidade populacional do concelho que subiu nos três intervalos de tempo, mas mais naquele período, com uma média de **7,11 hab/ha** em 1948, de **12,09 hab/ha** em 1975, de **17,14 hab/ha** em 1997 e, em 2012, de **17,94 hab/ha**.

Estimamos uma média de área de espaço público per capita de **46,41 m<sup>2</sup>**, que baixou para **37,44 m<sup>2</sup>**, subiu ligeiramente para **39,07 m<sup>2</sup>** e se encontra, em 2012, na ordem dos **53,83 m<sup>2</sup>**. Ou seja, temos uma evolução positiva da área de espaço público produzida, mas que ficou **abaixo do valor médio per capita** (44,19m<sup>2</sup>) no período de maior produção de espaço público e de edificação. Se considerarmos, ainda, apenas a diferença do espaço público produzido em cada período pela população que surge, verificamos uma proporção muito maior no último período, que atesta a maior produção de espaço público per capita, na medida em que várias áreas de grande dimensão, como é exemplo a área de espaço público do tipo marítimo, são quantificadas neste intervalo. Segundo nosso apuramento, entre 1997 e 2012 temos uma média de **368,6 m<sup>2</sup>** per capita de espaço público, se considerarmos apenas o novo espaço público produzido e a nova população, significando um acréscimo de espaço público muito superior àquele que foi do de população neste período, mas que não se revela drasticamente nos valores médios dada a menor quantificação de espaço público dos períodos anteriores. Por fogo existente e por intervalo, temos uma evolução da área de espaço público de cerca de **117 m<sup>2</sup>**, para **88 m<sup>2</sup>** e de **114 m<sup>2</sup>**.

Conforme mapa axial qualificado por nós, podemos verificar que os eixos revelam maioritariamente uma qualidade inferior e que as áreas de maior qualidade se encontram na área urbana norte e a poente, na proximidade de Arcozelo (Aguda e Granja) e pontualmente na proximidade das áreas com maior crescimento de urbanização. Ainda, se confrontarmos a

qualificação por níveis, apresentada no final deste capítulo, com toda a análise da condição topológica dos eixos, nomeadamente a sua configuração, a dimensão, a localização, e, ainda, com o levantamento das ruas sem saída da análise precedente, podemos afirmar que o segundo período, da década de setenta até 1999, foi o que registou o maior aumento de áreas de espaço público de qualidade mínima (848 eixos de qualidade mínima) ou inferior (280 eixos de qualidade inferior). Acresce o aumento de número de ruas sem saída (1006 ruas sem saída no segundo período), precisamente quando se registou também o maior aumento de eixos produzidos, desde a década cinquenta. Podemos também observar uma coincidência entre o surgimento de áreas de espaço público de menor dimensão como de menor qualidade, apesar de neste mesmo período terem sido produzidas outras áreas que se caracterizam, hoje, como de qualidade máxima, como sejam a área do Jardim do Sr. da Pedra, parte da Marginal Fluvial, de Vila D'Este, de Simopre e da Bela Vista.

Finalmente, analisada a condição do espaço público em VNG, segundo várias perspetivas, e, segundo diferentes métodos combinados, propomos seguir para a microanálise, garantindo que a leitura de casos concretos confirme os resultados aqui estabelecidos para o contexto alargado do município e, eventualmente, da área metropolitana.

Antes, situaremos o planeamento do concelho, na segunda metade do século XX, sendo que as intervenções realizadas anteriormente se encontram retratadas em Volume Anexos, para maior aprofundamento.

# IV.1.1.1

## PLANEAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO



Fig. 128 Extrato de Plano Topográfico do Porto, de 1832.

É visível a condição da ocupação rural do concelho de VNG. Área a norte, entre o cais e a Serra do Pilar e o planalto da Afurada (à esquerda).

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, cota CC-1351-R, sob o título: "Plano topographico da cidade do Porto impresso em Londres em 1813, e continuado aos seus suburbios em 1832, no qual se mostra pela orla roxa a linha de fortificação, e suas baterias recentemente construidas em circuito da dita cidade.", em <http://purl.pt/27625>, em 14 de Agosto de 2018.



Fig. 129 Caves de VNG, em cerca de 1850. Podemos verificar a diferença de ocupação entre esta área e a periferia rural, entretanto ocupada já no início do século seguinte.

Fonte: AMPorto, ID 309915.

## **PLANEAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO EM VNG**

### **Políticas territoriais e obras municipais**

A pertinência deste capítulo prende-se com a necessária referência a obras municipais e operações urbanísticas particulares, com destaque para as obras de urbanização, loteamentos e ocupações ilegais. É determinante apresentar sinteticamente uma perspetiva das políticas territoriais do concelho, expondo, de forma inédita, os estudos desenvolvidos por Arménio Losa e Antão Almeida Garrett para VNG, e, nomeadamente, aqueles que sustentaram o Plano Geral de Urbanização de 1949 (PGU). Esta abordagem corresponde a uma diferenciação e contextualização do planeamento no concelho de Vila Nova de Gaia, tendo em vista a promoção pública, direta ou autorizada, de transformação do solo, que começa ainda antes dos períodos analisados na macro análise. Imaginamos que essa transformação do solo é, pois, o resultado de políticas territoriais que consubstanciam o espaço público, traduzindo não apenas a posição ideológica afeta à produção urbana, como a forma de organização social. Finalmente, apontam-se os diferentes instrumentos de gestão territorial que tiveram lugar depois do estabelecimento da política de solos em 1970 e da publicação do DL 560/71 de 17 de Dezembro<sup>495</sup> e do DL 208/82, de 26 de Maio<sup>496</sup>.

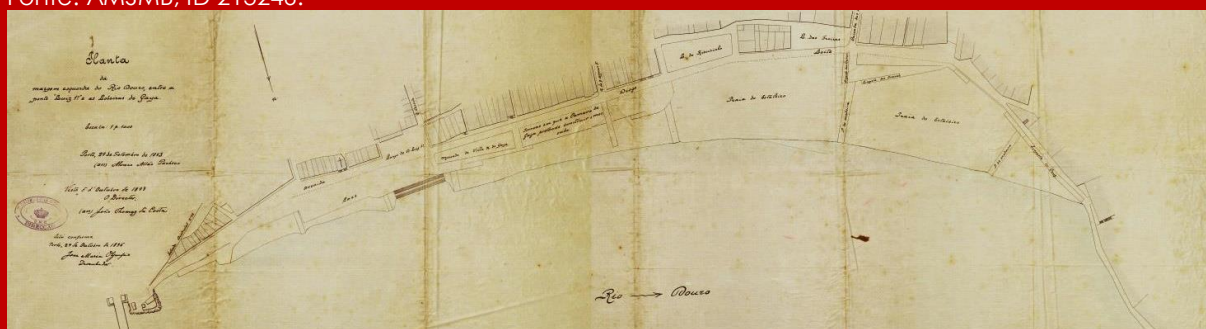
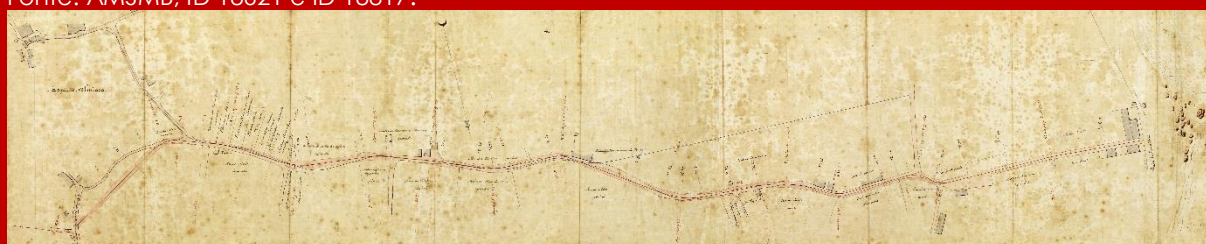
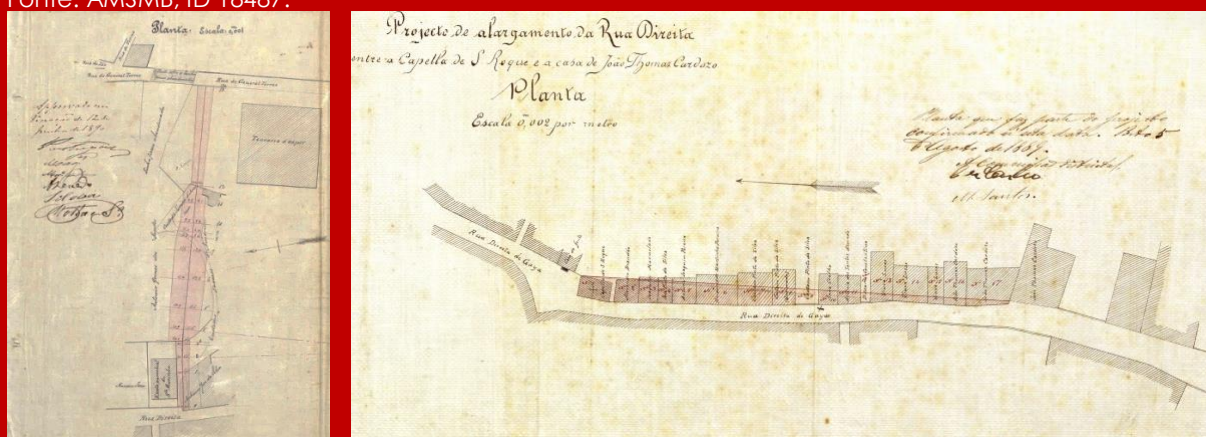
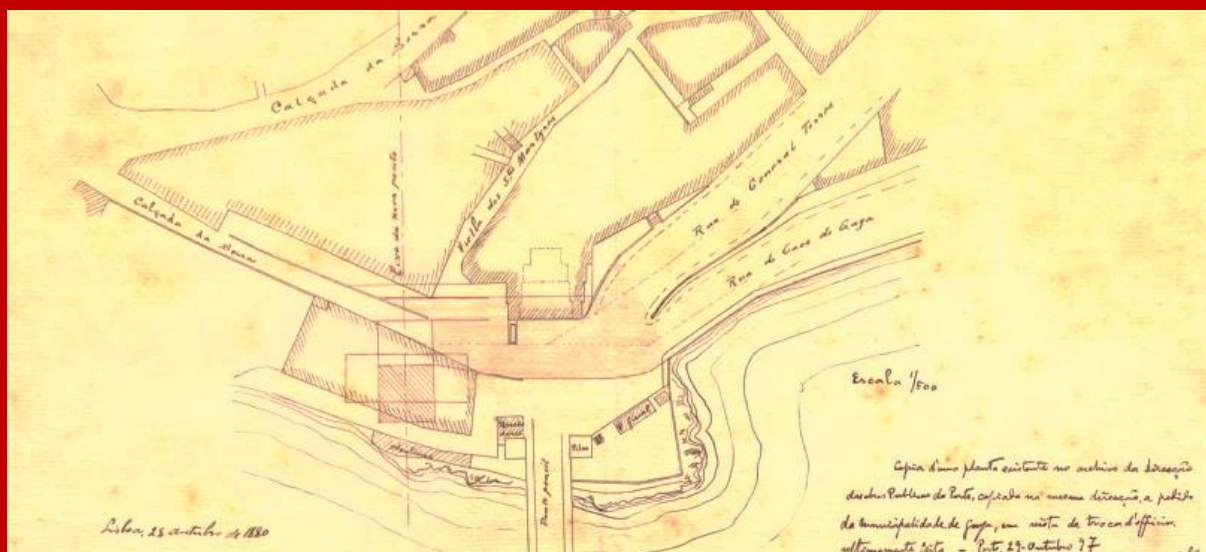
Sublinhamos que, em anexo, poderá ser consultado todo o conjunto de obras municipais realizadas, em cronologia, até aos planos de seguida apresentados, nomeadamente no que se refere à implantação das infraestruturas viárias, principais bairros operários e lugares de produção industrial, desde o século XIX até à década de quarenta do século passado. Além deste, apresentamos as propostas de planeamento de Garrett, Losa e Muzio, para a área norte e poente do concelho de VNG. A identificação dos planos de urbanização apresentados pode ser consultada em Volume Anexos, com numeração e identificação na ficha do processo, acompanhada de uma seleção de peças escritas e desenhadas.

---

<sup>495</sup> "Determina que as câmaras municipais do continente e ilhas adjacentes sejam obrigadas a promover a elaboração de planos gerais de urbanização das sedes dos seus municípios e de outras localidades, em ordem a obter a sua transformação e desenvolvimento segundo as exigências da vida económica e social, da estética, da higiene e da viação, com o máximo proveito e comodidade para os seus habitantes." In Diário do Governo - 1ª Série, Nº 294, de 17.12.1971, p. 1921.

<sup>496</sup> "Decorre das atribuições das autarquias e da competência dos seus órgãos consagradas na lei a necessidade da sua participação no processo de planeamento territorial, de forma a assegurar o desenvolvimento harmonioso e a coordenação das políticas sectoriais nacionais, regionais e locais." In Diário da República - 1ª Série, Nº 119, de 26.05.1982, p. 1402.





## Anteplano Regional do Porto de 1946

*cremos por isso – contrariamente à opinião de muitos – mais nas vantagens dum Porto regional bem orgânico, do que na ampliação crescente e avassaladora da cidade capital, desligadamente da vasta região em que exerce incontestável influência.*

APRP, 1946, p.4

O Anteplano Regional do Porto de 1946 apresenta uma estratégia de relação entre as condições locais de cada cidade e a região, num longo relatório onde se destaca a referência aos espaços públicos, às vias de comunicação e à implantação de áreas industriais, para as quais revela dificuldade em encontrar. Assim, considerando as previsões de crescimento populacional para este território – incremento de 300 mil habitantes até 1970, num total de um milhão de habitantes, o plano propunha a criação de várias zonas de expansão urbana. Estas zonas de expansão estavam intrinsecamente dependentes do posicionamento da indústria de maior dimensão e da execução dos objetivos propostos no PRN, publicado no ano anterior. Assim, observa-se uma tendência para assumir um embrionário policentrismo regional, baseando-se na valorização urbana de cada aglomerado e na estruturação territorial entre estes, mantendo o protagonismo da cidade do Porto. Sublinhamos o fato de VNG ser considerada apenas no limite da área urbana norte, cujo perímetro continha uma área de cerca de 17% da área urbana atual.

As comunicações regionais são estabelecidas maioritariamente em relação ao Porto, considerando o aumento da rapidez nos percursos pendulares da população trabalhadora. Aqui se estabelece a **“Via Norte”** como ligação preferencial entre Porto e os concelhos mais a Norte. A sul, VNG seria contemplada com o melhoramento da ligação da EN1 até Picoto, de forma a **“libertar das dificuldades actuais provocadas pelas construções marginantes e os muitos arruamentos”** (ARP, 1946, p.77). Segundo o APRP, a **“rêde rodoviária actual é má”**, com o perfil tortuoso e incompatível **“com o volume do transito e a sua natureza, para que ele se possa fazer com segurança e rapidez”** (APRP, 1956, p.56). Estava explícita a necessidade fundamental de implantar uma nova travessia sobre o Rio Douro, e estabelecer vias de penetração entre o norte e sul da região, com a proibição de construções marginantes e de passagens de nível. Segundo o APRP, a zona da Arrábida tinha as características necessárias. A Ponto Luíz I constituía o único lugar de passagem, francamente desadequado para vias arteriais de ligação entre as áreas em expansão.



Disse-se no Preâmbulo que a região do Porto se assemelhava, numa primeira visão, a uma grande cidade-jardim. Não há, pela verdade desta impressão, um grave problema regional, de falta de espaços livres. No promenor [sic], porém, quando se desce ao estudo desses espaços livres, nota-se a falta da sua organização quanto ao aproveitamento urbanístico. Se se atenta nas manchas do casario dos maiores agrupamentos (centro da Cidade do Porto e da Vila de Matosinhos), não é difícil verificar uma deficiência de área de distribuição dos espaços verdes públicos, aqueles que melhor podem e devem contribuir para o recreio e repouso de grandes massas de gente pobre, gente essa que é forçada a habitar em casas minúsculas e infectas, onde muitas vezes há apenas um acesso estreito e com má insolação. O mal agrava-se ainda, com o preenchimento dos espaços vazios da área central e próxima (...). E por que a gente aumenta, e os donos da terra não facilitam a venda em parcelas – porque mantê-la é capitalizar sempre pelo seguro – (valor crescente dos terrenos com excesso da procura sobre a oferta e as peias camarárias) só uma eficiente e activa urbanização municipal ou estadual poderá resolver a dificuldade, a bem da comunidade. O problema dos espaços verdes públicos e privados põe-se, portanto, mais em escala local que regional, a ter em conta, nos respectivos planos de urbanização.

APRP, 1946, p.26



Fig. 134 Anteplano Regional do Porto, 1945, de Antão de Almeida Garrett. Gráfico de concentração de fogos e desenho do anteplano.  
Fonte: Acervo DGT.

VNG definia-se em importância socioeconómica para a cidade do Porto segundo três aglomerados diferentes, constituindo cerca de 43% do total de fogos relativamente à cidade do Porto, e de cerca de 13% relativamente ao distrito (APRP, 1946, p.33). Um primeiro aglomerado que integrava as freguesias urbanas e de maior concentração populacional – Mafamude, Santa Marinha e Canidelo. Um segundo denominado de agrupamento de praia – “**costa sul**”, que integrava as freguesias e lugares costeiros – Madalena, Valadares, Francelos, Miramar, Aguda, Granja. Um terceiro que integrava zonas de ocupação dispersa, mas com potencial de densa população – Oliveira do Douro, Avintes, Vilar de Andorinho e Arcozelo.

À semelhança da maioria dos planos desenvolvidos para este concelho e para a região onde este se insere, este plano apresenta um reconhecimento das particularidades geográficas e da ocupação da construção já existente em cada concelho. Sublinha particularmente a desordenação das construções, a sua má insolação e a deficiente rede de esgotos.

Da análise socioeconómica é possível identificar o crescimento da população operária relacionada com a metalurgia e a construção civil, sendo que VNG e Matosinhos correspondiam aos concelhos com maior concentração populacional, depois do Porto. Para a cidade do Porto previa-se um aumento de oitenta mil trabalhadores operários. Para VNG previa-se um aumento de sessenta mil habitantes, distribuídos nas freguesias fluviais e costeiras mais a norte.

Quanto à habitação, este plano apresenta uma preocupação constante da localização de novos bairros na proximidade da indústria e do artesanato, delimitando a expansão da ocupação e evitando a ocupação das periferias existentes e denominadas de “campo”. As ditas “unidades residenciais” deveriam prever e distribuir dez mil a quinze mil habitantes cada. Junto destas previa-se, em diferentes hierarquias, índices de espaços verdes públicos tendo em conta a sua maior proporção à medida que o afastamento ao Porto fosse maior. Estes valores variavam entre 0,12 ha e 0,9 ha por cada mil habitantes, sendo que este último valor corresponderia ao rácio de 10 m<sup>2</sup> por habitante. A situação dos espaços verdes urbanos na cidade do Porto era tida como insuficiente, contrariamente aos espaços verdes regionais. As áreas com vertente superior a 20% deveriam ser destinadas a plantação arbórea, e as mais planas destinadas a ocupação agrícola

Também no que se refere ao aproveitamento hidroelétrico o APRP refere o fim do âmbito regional da produção elétrica, tendo em conta a constituição do programa estatal de aproveitamentos hidroelétricos nacionais em 1945.



Fig. 135 Peça desenhada pertencente ao Antepiano de Urbanização de VNG, de 1949. Planta do conjunto urbanização.

Fonte: Exposição Arménio Losa, Cassiano Barbosa, Biblioteca Municipal Almeida Garrett, 2008.



Em capítulo próprio, denominado **“Espaços Livres”**, o APRP diferencia terra ocupada de terra livre, terra viva de terra morta e terra pública de terra particular (APRP, 1946, p.26), não conhecendo definições específicas para cada um destes conceitos. Ali define claramente orientação para fixar uma percentagem de área disponível para os espaços verdes públicos. Estabelecia 3% a 4% da área territorial total para os centros dos agrupamentos importantes e 6% a 8% para o restante território urbano. Segundo as densidades de população, por cada mil habitantes ter-se-ia 0,12 ha para o centro do Porto, 0,27 ha para os bairros circundantes e 0,9 ha para os bairros periféricos (ARPR, 1946, p.26). Ainda assim **“estas áreas são modestíssimas em relação ao que se preconiza na América e na Inglaterra, ficando em cêrca de 1/10 dos valores desses países”** (ARPR, 1946, p.26)<sup>497</sup>. No Porto, segundo o APRP, aquele primeiro índice é inferior a 2% e, em muitas freguesias, inferior a 1%. Em Matosinhos, a 2,7%.

*Segundo a moderna técnica urbanística, desde as grandes reservas florestais, aos grandes parques suburbanos, aos parques urbanos, aos jardins de bairro, aos terrenos de jogos e de desportos, aos jardins de infâncias, todos estes espaços de verdura deverão estar ligados por caminhos de parque, avenidas-parque, avenidas e ruas arborizadas, de forma a constituírem uma massa de fundo onde se flutuem todos os outros elementos citadinos: casas, fábricas, armazéns, etc.*

APRP, 1946, p.28

A organização do edificado deveria pautar-se pela criação de unidades de residência de dez mil habitantes, servidos por parques e áreas verdes públicas além de outras áreas de reserva, áreas delimitadas, mais com uma certa “elasticidade” (APRP, 1946, p.28), destinadas a possibilitar a posterior dinâmica de demarcação **“para que os contornos sigam as correntes da vida, que, muitas vezes, não são suficientemente previstas pelo urbanista, que mais útil é que o que se marca se adapte sem perda de concepção a essas realidades do que fique vencido por elas e sem valor algum todo o trabalho”** (APRP, 1946, p.28).

---

<sup>497</sup> E continua: “Na América, chegam a reservar 8 hectares por 1000 habitantes e na Inglaterra, de menores possibilidades financeiras, é corrente dar nos bairros reconstruídos, 6 hectares e nos novos 7 hectares.” APRP, 1946, pp.26-27.

### **Anteplano de Urbanização de 1949 (PGU)**

Em 1949, foi realizado o Anteplano de Urbanização de Gaia, constando do mesmo uma memória de 123 páginas e várias plantas e esquemas, salientado uma planta esquemática, que indica três zonas diferentes de densidade populacional. Aqui é possível identificarmos uma perspetiva de crescimento nas áreas já referidas em sede de APRP, em 1946, mas reforçadas aqui com a proposta de reorganização formal das unidades de vizinhança e da regularização das vias de comunicação (ver em anexo, ficha de identificação).

***A maior largura recentemente fixada para as estradas não resolve o problema. Uma bicicleta só toma conta de uma faixa de rodagem, e os peões, quando em grupo, não cabem pelas bermas.***

PGU, 1949, p.30

Segundo o que consta das peças escritas, com a realização do plano surgiram dificuldades relativamente aos levantamentos topográficos existentes, tanto pela informação escassa como pela sua insuficiente abrangência territorial. A memória descritiva aponta as diferenças de critérios na produção topográfica existente, tendo em conta os diferentes autores e organismos que os desenvolveram. Resumem-se os principais problemas metodológicos encontrados pelos autores do anteplano: incoerência de escalas e limites dos levantamentos; inexistência ou desconhecimento de inquéritos realizados, nomeadamente quanto à circulação de veículos, de ciclistas e de peões, quanto às características das habitações e sua localização exata e quanto à evolução do comércio e indústria.

O Anteplano<sup>498</sup> era constituído por peças escritas (análise, memória descritiva e justificativa e esboço de regulamento) e por peças desenhadas (esquemas auxiliares da análise - toponímicos, planta da região, relevo e linhas de água, seleção do terreno, distribuição das edificações, distribuição dos armazéns de Vinhos do Porto, edifícios públicos, localização do comércio de retalho, distribuição das instalações industriais, circulação atual, zona de influência dos transportes coletivos; esquemas auxiliares do Anteplano – circulação principal, transportes coletivos, zonamento, distribuição e densidade da população, organização das unidades residenciais, zonas verdes, planta da região; planta do conjunto na escala de 1.2500 – em quatro folhas denominadas A, B, C, D e E; perfis longitudinais das principais artérias projetadas).

Os princípios patentes no desenho e na justificação das opções formais, tipológicas e funcionais na estruturação do território revelam a influência direta da conceção moderna do

---

<sup>498</sup> As peças escritas encontradas estão disponíveis no Acervo Histórico da DGT e no Centro de Documentação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

planeamento. Desta forma, é determinante a análise detalhada do que foi o primeiro plano oficial da cidade de VNG, construído sobre as regras da mobilidade coletiva e particular, destacando o papel da estrutura viária para o funcionamento económico que se previa vir modificar definitivamente a morfologia urbana desta e das cidades vizinhas. Em 1940, a zona de Vila Nova contava com 34423 habitantes, sendo, à época, superior a qualquer cidade do País, excetuando Coimbra e Setúbal e com um crescimento populacional maior do que o da cidade do Porto<sup>499</sup>.

Em 1949, Fernando Távora<sup>500</sup> e Viana de Lima, autores dos projetos para a zona de expansão do Campo Alegre, apresentavam, segundo Nuno Portas, uma proposta **“solidamente fundada nos princípios universalistas do Movimento Moderno, constituindo uma das primeiras propostas de desenho urbano fundadas na exaltação de uma vida social de características vigorosamente urbanas.”** (Portas, 1961, p.12).

***Gaia não possui um único parque público digno deste nome. Beneficia felizmente da existência de numerosos jardins e parques particulares e de enorme superfície de terrenos livres, consequência da grande dispersão do aglomerado urbano. É um dos poucos “males que vem por bem”. (...) A infância e a juventude de gaia está completamente privada de espaços para os seus jogos e folguedos, invadindo por isso as ruas onde se expõe aos perigos do trânsito.” (p.41) Relativamente aos espaços de recreio, desporto, lazer e cultura os autores focam a Serra do Pilar e o Monte da Virgem como lugares privilegiados para a implantação de parque público, além das margens do rio, depois de “uma futura regularização das margens”.***

PGU, 1949, p.41

Um dos pontos de análise mais significativo para a compreensão do estado do tecido urbano de VNG na década de quarenta é o capítulo XVIII – distribuição das edificações. Neste ponto foi referida a dispersão generalizada da construção, nomeadamente para sul e para poente,

---

<sup>499</sup> Um dos efeitos efetivos do desenvolvimento do Anteplano foi a construção da Ponte da Arrábida. Os estudos que vieram a dar origem à ponte atual foram diversos tanto na forma do tabuleiro, como nos materiais a utilizar, como nas funções que deveria integrar, nomeadamente quanto ao duplo tabuleiro. Por dificuldades na relação com as margens foi abandonada o projeto do tabuleiro ferroviário, construindo-se o tabuleiro superior rodoviário, com diferenças significativas quanto tanto ao plano para a margem de VNG, no cimo da Afurada, como ao plano para o Campo Alegre, no Porto.

<sup>500</sup> “construção de uma paisagem nitidamente urbana a uma dezena de metros de altura sobre o Douro. Viveriam aí uns 6000 mil habitantes com o seu equipamento e tráfego próprio independentemente do tráfego de passagem, uma grande praça e uma avenida de peões permitiria uma intensa vida social. Procurava-se que a solução tivesse um grande sentido cívico, uma grande expressão de presença. Eu via esta solução do Campo Alegre como um acto perfeitamente portuense, capaz de produzir um grande “impact” (mas o trabalho ficou no esqueleto, o que lhe dá um certo ar esquemático e frio a que se acrescentava a inexperiência na matéria)”. Lôbo, 1996, p. 102.

apoiadas nas fracas estradas de serviço, desconexas e “**distribuídas ao acaso**” (PGU, 1949, p.44). Para essa dispersão eram apontados duas razões: a falta de planificação urbana e a implementação de linhas longínquas de transportes coletivos. O núcleo dos aglomerados rurais mais distantes, como Coimbrões e Candal, continuavam isolados da relação com o Porto e com um crescimento “**dispersivo, inteiramente desorganizado, caótico**” (PGU, 1949, p.45) Este crescimento dispersivo ocupava áreas livres, em detrimento de outras por características geográficas. A exemplo, a urbanização do Monte da Virgem - Club dos Caçadores, realizada sob uma simples divisão fundiária, não estabeleceu áreas de espaço público e equipamentos, sendo servida por ruas estreitas e sem passeio. Outro problema apontado à dispersão era a dificuldade em intervir em zonas consolidadas mistas:

*Certo número de unidades industriais tem sido construídas em pleno campo, em terrenos baratos, longe dos aglomerados urbanos e, portanto, longe também dos condicionamentos que qualquer propósito de orientação ou organização implicaria. Se, por um lado, podem apontar-se vantagens ao isolamento de certas indústria (incómodas ou tóxicas), o certo é que a dispersão incontrolada das fontes de trabalho acarreta a dispersão da habitação, tornando impossível qualquer organização das populações e o estabelecimento das comodidades e dos serviços comuns.”*

PGU, 1949, p.46

Todo o sistema de transportes coletivos se basearia na implementação de trolley-buses, tendo em conta as indicações do Serviço de Transportes Coletivos do Porto (STCP). As linhas propostas integrariam zonas altamente povoadas, sendo que a sua exploração não seria deficitária e qualquer proposta deveria prever a coordenação com os planos parciais de urbanização das unidades residenciais. Apenas duas linhas seriam internas. As restantes serviriam em simultâneo a cidade do Porto. O sistema seria complementado com ascensores, um em cada ponte. Com a Nova Ponte<sup>501</sup>, entre o Candal e a Arrábida, surgiria um novo terminal ferroviário de linha dupla. As estações e apeadeiros seriam posicionados em função do parecer das entidades competentes. A linha atravessaria zonas acidentadas. Previa-se a eletrificação da

---

<sup>501</sup> A proposta desta linha dependeria do Plano Regional. O local da nova ponte estaria definido há muito tempo (PGU, 1949, p.82) Contudo, não seriam conhecidos o local exato, as cotas do tabuleiro e o perfil transversal. Estariam previstos no Antepiano dois tabuleiros (rodoviário com quatro faixas e à cota 58m; ferroviário de linha dupla e à cota 66m), apesar do projeto da ponte em betão apresentar apenas um. Ao lado do tabuleiro ferroviário existiriam passadiços para ciclistas e peões. A ponte seria um modelo de eficiência e segurança da mobilidade e intermodalidade urbana. Existiriam várias Unidades Residenciais na proximidade das zonas sul e norte da ponte.

linha do Norte. A nova estação General Torres seria o término. Seria criada uma Zona Industrial Linear, com ramal de Valadares. Quanto ao porto fluvial, seriam estabelecidos, na margem esquerda gaiense o cais dos armazéns, do Cavaco e da Afurada. A regularização da cota da margem evitaria os danos causados pelas cheias e permitiria a atividade piscatória em relação com a marginal. Os espaços criados e ajardinados seriam destinados a usufruto dos trabalhadores.

O capítulo do zonamento fundamentava a separação funcional – evitar prejuízos diretos entre as mesmas, restringir as atribuições de cada zona, concentrar serviços e comodidades comuns a cada zona e comuns à população, evitar a dispersão de equipamentos e habitação, criar cinturas verdes (PGU, 1949, p. 85). As zonas eram classificadas segundo: principais ou de expansão (residenciais, armazéns, industriais), especiais (portuária e ferrovia) e zonas livres (áreas verdes e cinturas de protecção rural). Existiram centros de atividades – centro cívico e administrativo, centro cultural e de ensino, centro social e de negócios, centro desportivo. As zonas residenciais seriam constituídas por unidades residenciais, complexos funcionais que integravam serviços diários indispensáveis à vida doméstica (jardim de infância, campo jogos, áreas de recreio, centro social, centro religioso). As circulações pedonais seriam independentes e seguras quanto à circulação automóvel.

***As edificações residenciais distribuem-se no meio da vegetação, em quarteirões abertos, bem isoladas e tão altas quanto possível. Obtém-se assim elevadas densidades populacionais, sem prejuízo da salubridade geral, e preservam-se as condições existentes da natureza."***

PGU, 1949, p. 87<sup>502</sup>

Quanto à região os autores referem a elevada densidade demográfica e a intensiva cultura do solo. As zonas altas impróprias para exploração intensiva estariam cobertas de matas e eucaliptos. A rede de estradas encontrava-se deficiente e com necessidade de profundas alterações, tendo em conta a intensidade e variedade de tráfego que suportava. Além disso, a rede era de utilização mista, suportando viação de carácter regional, municipal e nacional em simultâneo. As características geográficas também foram referidas como sendo importantes, nomeadamente alguns espaços de planeamento privilegiados que deveriam ser recuperadas face às ocupações que destruíram esse potencial, em zonas miradouro. A relação da cidade com o

---

<sup>502</sup> A análise patente no Antepiano referenciava, por capítulos, vários pontos como: a região, a situação da vila, o solo, o clima, a salubridade e higiene, o rio, o porto fluvial, a economia, a circulação, os transportes coletivos, o caminho de ferro, o ensino, a cultura e recreio, o desporto, parques e jardins, os monumentos e obras de arte, a assistência, a população, características especiais e a nova ponte.



rio era descrita como de dependência, embora que enfraquecida pela construção do porto de Leixões.

Quanto ao tecido urbano, surgia caracterizado como definido pela geografia, nomeadamente pela construção de habitação ao longo das encostas e vales, nos quais se fazia o acesso entre a zona alta e o rio Douro. A construção de **“residências modestas ou pobres”** ao longo das **“velhas ruas e estradas”** (PGU, 1949, p.21) representava a condição geral da zona da antiga Vila Nova. Propunha-se a sua demolição para dar lugar à armazenagem para novas firmas e promover a habitação salubre em zonas novas. Segundo os autores, **“no final da última guerra havia armazenadas em Gaia duzentas e sessenta mil pipas, tantas quantos os habitantes da cidade vizinha.”** (PGU, 1949, p.24).

Quanto à circulação, era descrita como de atravessamento para a cidade do Porto, misturando deslocações locais com deslocações das populações rurais ao centro da Vila, em função dos locais de trabalho. Quanto a transportes públicos salientava-se o facto de não existir um planeamento urbano concertado, existindo zonas servidas por linha de eléctrico que não tinham construção, mas intensivamente construídas outras zonas semirurais, entre **“velhos caminhos e servidões”** (PGU, 1949, p.31) Além desta situação, os lugares Afurada e Candal não dispunham de transportes coletivos regulares, bem como a ribeira, que não tinha ligação com o Porto. O facto de as carreiras estarem afetas a concessão aumentava as dificuldades de gestão pública. Faz-se ainda referência ao extinto elevador dos Guindais, no Porto, que permitia a ligação, à cota baixa, entre as duas cidades, transportando a população que chegava à ribeira para a praça da Batalha. A planificação dos transportes coletivos constitui uma preocupação latente na relação que se considerava desejável entre o centro comercial e administrativo e as zonas rurais periféricas, tendo em conta a necessidade de se evitar a **“provocar a dispersão desorganizada das cidades, desorganizando igualmente as zonas rurais.”** (PGU, 1949, p.33).

O Ante-Plano, de 1949, referia ainda características especiais de Vila Nova de Gaia tais como: a ausência de um centro (com a concentração de alguns serviços e do edifício dos Paços do Concelho); a dependência à maioria dos serviços do Porto, fossem de carácter privado, fossem quanto ao transporte e à distribuição de águas; expansão anárquica pelas estradas; baixa densidade demográfica; carência de serviços comuns; grandes extensões agrícolas, de fácil urbanização (p.51). VNG não era provida de hospital nem de qualquer centro de saúde, apesar da existência de asilos e de três clínicas sanatoriais – o sanatório Marítimo de Francelos, o de D. Manuel II e a clínica Heliantia. (PGU, 1949, p.43).

***Todas as vias novas do Ante-Plano, destinadas à circulação mecânica, foram traçadas à margem dos aglomerados ou zonas que atravessam. As edificações não dependem delas, não são por elas servidas, nem se subordinam aos alinhamentos que elas definem.***

PGU, 1949, p.65

As novas vias seriam dotadas de faixas de separação vegetal. As estradas existentes seriam alvo de correção pontual e proibida a edificação de novo edificado que sobrecarregasse a sua condição. O terceiro capítulo referia-se à circulação, propondo como princípio fundamental a separação dos tipos de trânsito, especialmente o local e o de passagem rápida ou atravessamento. Assim, estabeleciam-se artérias de dois níveis e ligações complementares entre estas (previstas no antepiano), além de se propor faixas de ciclistas e passeios para peões independentes das rodoviárias (a definir em futuros planos de execução). A estrutura viária urbana seria classificada em principal e complementar, sendo que quanto à primeira existiriam dois níveis (vias atravessamento – A e vias concelhias - B) e quanto à segunda existiriam vias locais – C e vias de ligação aos extremos - D. A estrutura viária interurbana seria constituída pelas estradas que entroncavam no sistema principal. (PGU, 1949, p.64). Previa-se ainda estacionamento para particulares e coletivos. As vias interurbanas propostas não teriam servidões, acautelando-se o futuro desvio das estradas interurbanas existentes (Oliveira Douro e Monte Virgem). A implantação das vias rápidas pressupunha alterações físicas do solo, recorrendo a viadutos, pontes, escavações ou aterros. A implantação das vias lentas (peões e ciclistas) seria determinada pela geometria do solo existente, prevendo-se complementar para as zonas de maior declive escadas e rampas paralelas<sup>503</sup>.

---

<sup>503</sup> Segundo o PGU, e porque nos será útil em sede de microanálise, sublinhamos a referências às seguintes vias e respetiva proposta de execução de plano:

- Av. Marechal Carmona (A2) – correção do perfil transversal, supressão de carris, implementação dos “trolley-buses”, aumento da faixa de rodagem nos entroncamentos, supressão do cruzamento de nível em Stº Ovídio, recuo das novas edificações, criação de ruas de servidão interiores e supressão do comércio a instalar em zonas próprias (PGU, 1949, p.67);
- Via Marginal (C1) – alargamento faixas de rodagem, criação parques estacionamento para cargas e descargas, concordância com a rua General Torres;
- Rua Barão Corvo (C3) – expropriação e demolição das construções existentes entre a rua e o caminho de ferro, alargamento e criação de servidões em um dos sentidos;
- C.M. às Devezas (C4) – alargamento para ambos os lados, supressão dos carris, concordância com a via C2;
- Pontão Coimbrões (C6) – duplicação do pontão;
- Rua do Candal (C7) – alargamento e alinhamentos;
- Rua Rei Ramiro (C8) – alargamento do perfil transversal (PGU, 1949, p.68);
- Estrada Oliveira Douro – eliminação do comércio, alargamento do perfil transversal, redução das servidões;
- Estrada Monte Virgem – alargamento na zona urbana, redução das servidões existentes e proibição de novas servidões;
- Estrada de Lavadores – variante de passagem inferior à via A1;

***Na Avenida Marechal Carmona, (A2), pouco antes do seu extremo superior, duas ou mais faixas de rodagem mergulham para passarem inferiormente em S.º Ovídio, entrocando logo em seguida com a via (A3). S.º Ovídio transformado em praça, fica liberto do principal movimento de passagem. É o centro comercial local, comum a duas Unidades Residenciais.***

PGU, 1949, p.73

A cada fase de execução corresponderia um plano parcial ou projeto de urbanização. Esperava-se das unidades residenciais a capacidade de correção do estado das condições locais. Propunha-se ainda a transferência de indústrias para locais afastados das unidades residenciais, a concentração construtiva sob tipologias em altura para habitação coletiva, a demolição de construções insalubres e a concentração económica dos serviços comuns como os transportes coletivos, centros cívicos e parques. As distâncias seriam reduzidas para promover deslocações pedonais<sup>504</sup>.

---

- Via A1 (sistema principal) – estrada à Nova Ponte, passagens inferiores, acessos desnivelados, interceções à saída e entroncamento com a B1, dois sentidos para cada lado, separador central, estacionamento localizado, ladeada por jardins e parques, com visibilidade sobre o Rio Douro;

- Via B1 – estrada urbana, ligação oriente-ocidente, ligação entre pontes, atravessa fortes declives, entronca com a Av. Marechal Carmona (A2) e a via A1; uma das vias mais importantes da circulação interna, ladeia a nova estação de passageiros e cruza com a Avenida. Passeios laterais para peões. Implica expropriação de armazéns, a execução no terreno é dispendiosa (exigindo muitas obras de arte);

- Via B2 – estrada urbana, ligação Candal, Cabo-Mor e Mafamude; atravessa zonas livres de edificação, passeios e pistas adequadas ao trânsito lento (PGU, 1949, p.70);

- Via C2 – Ligação Devezas – Marginal; via principal com maior pendente, praticamente livre de edificações, a zona que atravessaria implicaria encargos menores de execução; perfil transversal com passeios laterais e faixas de ultrapassagem;

- Via C5 – Ramal de B1- faixas de rodagem, sem passeios, estabelece cortina de vegetação para isolamento das indústrias face às habitações próximas;

- Via C6 – Ramal C3 a C5 - ligação superior entre zonas separadas pela linha férrea;

- Via C9 – Derivação da Nova ponte – circulação local à Unidade Residencial próxima, acumulando trânsito da Afurada (D1);

- Via C10 – Variante à estrada de Espinho – troço urbano da estrada nacional, atravessa superiormente dois arruamentos da Unidade Residencial do Cabo-Mor,

- Via D1- Estrada à Afurada;

- Via D2 – Estrada à Marginal – zona ribeirinha;

- Estrada Nacional N.º 1 – Itinerário Principal – Variante à estrada atual e prolongamento das vias A2 e A3, dependente do Plano Regional (JAE);

- Estrada Nacional N.º 109 – Estrada Costeira – via do plano regional, entronca as vias do sistema principal A1 e A3, canalizadas para as pontes sobre o rio Douro;

- Estrada Nacional N.º 222 – Gaia-Avintes – variante à estrada atual;

- Estrada Industrial – diretrizes do Plano Regional (zona industrial Madalena), perfil sem passeios, afastamento previsto dos estabelecimentos a construir;

- Estrada das Praias – diretrizes do plano da orla marítima (em estudo), entronca na Afurada no sistema complementar – C1 e D1;

- Circulação de Ciclistas e Peões – os percursos destes são independentes dos veículos, sendo que por vezes se separam;

<sup>504</sup> “Economia de execução, comodidade, tranquilidade e eficiência, serão as características mais salientes das unidades residenciais novas.”. PGU, 1949, p.92.

A distribuição das zonas industriais surgia no ante-plano com critérios relacionados com a proximidade à linha férrea e a máxima concentração e organização dos tipos de produção e do trabalho. Uma das zonas seria estabelecida entre o Fojo e as Devezas, propondo inclusive a proteção e a delimitação dos armazéns do Vinho do Porto. Outra indústria concentrada em Vila Nova era a produção cerâmica, que empregava 1500 operários, mais 250 nas freguesias contíguas.

***A área dos terrenos que o Ante-plano destina a parques, jardins, etc., e que no conjunto constitui a Zona Verde, não é calculada em função do número dos habitantes da Vila. Este critério de fixar determinado número de metros por habitantes, não é facilmente ajustável a todas as circunstâncias e conduz à elaboração de plano teóricos, difíceis de pôr em prática.***

PGU, 1949, p. 98

O processo de elaboração do PGU foi relativamente longo e praticamente contemporâneo do Plano de Urbanização de Cabo-Mor, do mesmo autor, realizado entre 1946 e 1953, ano em que a CMVNG prescinde dos serviços destes autores<sup>505</sup>. Em 1945, a CMVNG dava comunicação a Bonfim Barreiros para realizar o Plano de Urbanização com Losa, tendo sido assinado contrato nesse ano. Em novembro de 1949, Losa e Bonfim Barreiros apresentam as respetivas peças escritas e vários perfis longitudinais das vias supracitadas, acompanhadas do prévio inquérito. Em 1952, Bonfim Barreiros e Losa questionam a CMVNG sobre a aprovação do antepiano e as correções ao contrato.

Apesar do desenvolvimento do Antepiano de 1949 e dos projetos parciais de urbanização previstos, a ocupação urbana a norte de VNG revela-se crescente desde a construção do Nó da Arrábida, depois da conclusão da Ponte da Arrábida<sup>506</sup>, em 1963. O contexto nacional de investimento<sup>507</sup>, o crescimento populacional dos maiores centros urbanos, o crescimento económico resultante do aumento do investimento nos sectores secundários e o desenvolvimento do sector terciário associado permitiram parte do alargamento das realizações urbanísticas anteriormente previstas. Em VNG, segundo Oliveira (1996, p. 571) foi realizado

<sup>505</sup> Documento nº 53 do processo PT FAUP/CDUA/AL-CB/APROF /URB/003, no Centro de Documentação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

<sup>506</sup> Por proposta dos autores do Ante-Plano de 1949, foi submetida ao Conselho Superior das Obras Públicas, em 1950, a opção de construção. Decidiu-se avançar com uma ponte mista (rodoviária e ferroviária) na zona da Arrábida, mas estudos posteriores levaram à opção de manter o caminho-de-ferro independente da estrada, em face das dificuldades com as ligações às redes de um e de outro lado. Edgar Cardoso foi então incumbido, em 1952, de proceder à elaboração de anteprojectos para a ponte rodoviária. A ponte integrava, como imaginado no Antepiano, quatro elevadores verticais de acesso pedonal, que possibilitariam a circulação entre margens.

<sup>507</sup> Ver referência a Planos de Fomento, em anexo.

investimento estatal no município, durante o Estado Novo, em 123 obras, com uma comparticipação direta de 44,9 % <sup>508</sup>. Em 1959, as linhas de carros elétricos foram definitivamente substituídas pelas linhas de troleicarros, ou denominadas por Arménio Losa, no Antepiano de 1949, como trolley-buses. Esta alteração permitiu a ampliação da rede de transportes em VNG. Surgiram algumas linhas de troleicarros complementares pelo tabuleiro inferior da Ponte Luiz I e uma linha de autocarros que subia da marginal fluvial até ao Candal, pela Rua Rei Ramiro. Estas linhas são complementadas a partir da abertura da Ponte da Arrábida, em 1963, com outras que circulam nesta nova área de expansão, em direção ao Candal e daí até Canidelo e à Madalena. Nesta época, foi edificado o Hospital da Misericórdia, junto da Câmara Municipal, projetado pelo mesmo arquiteto António Neves. Outro hospital foi promovido nos anos quarenta e ampliado nos anos cinquenta – o Sanatório D. Manuel II, obra do Estado Novo e localizada no Monte da Virgem.

A construção habitacional, na zona central e a sul do edifício dos paços do concelho, na Avenida Marechal Carmona, tornou-se recorrente, cerca de 1945, por alguns empreendedores imobiliários sob vários projetos do Engenheiro Afonso Proença. O mesmo projetou prédios de rendimento, no Bairro da Serra do Pilar, e diversos bairros de moradias e casas bi-familiares. De entre estes destacam-se o Bairro João Félix, entre o Jardim do Morro e o Lugar da Fervença (1950-55), o Bairro de Quebrantões, junto à Quinta de São Salvador (1952-54), e o Bairro da Quinta das Pedras, a sul da igreja de Mafamude (1954-61). Estes bairros de iniciativa privada foram construídos sob os princípios dos bairros de casas económicas construídos pelo Estado Novo. Com efeito, em VNG foram realizados menos conjuntos habitacionais de rendas económicas do que no Porto e em Matosinhos, apesar das previsões de crescimento populacional patentes no PGU. Em meados dos anos cinquenta o município iniciou a urbanização de dois bairros importantes para a consolidação de novas zonas de expansão

---

<sup>508</sup> Segundo Oliveira (Oliveira, 1996), Vila Nova de Gaia estava entre os primeiros municípios com mais número de obras realizadas, aproximando-se de Elvas, Tomar, Beja, Guimarães e Braga. Relativamente ao concelho do Porto, este teve uma comparticipação estatal, durante o Estado Novo, em 354 obras, com uma comparticipação de 35,7%. Vila Nova de Gaia terá recebido do Fundo de Desemprego o valor de 16027544 escudos e do Fundo de Melhoramentos Rurais o valor de 3043764 escudos.

habitacional, designadamente a Quinta do Cabo Mor<sup>509</sup> e a Quinta do Cedro<sup>510 511</sup>, os quais são edificadas entre 1957 e 1970. A sul da Quinta do Cedro, e com ligação viária sob a autoestrada, foi construído o Bairro para a Federação das Caixas de Previdência, constituído por casas de rendas modestas. Tal como no Cabo Mor, também os terrenos da Quinta do Cedro foram colocados em hasta pública. Todavia, e ao invés do primeiro, estes foram procurados na sua maioria pelos mesmos promotores imobiliários que edificaram os bairros João Félix, de Quebrantões e da Quinta das Pedras. Durante a década de 1960 os primeiros bairros foram ampliados, verificando-se a construção de edifícios de apartamentos, seguindo tipologias semelhantes.

Na zona sul da Avenida é mais tarde criada uma outra urbanização, na Quinta de Paço de Rei, onde são edificadas o Liceu (1964-67) e a Biblioteca Municipal (1972-79). Outras urbanizações são efetuadas na zona do Arco do Prado e na Quinta de Maravedi. Todas estas urbanizações são demoradas, tendo sido apenas concluídas já na década de 1990, suplantando a volumetria inicialmente projetada<sup>512</sup>. Ainda nesta época verificou-se o desaparecimento de muitos dos palacetes marcantes da Avenida da República, com a sua substituição por edifícios de apartamentos, com vários pisos, constituindo uma diferenciação formal que comprometerá o perfil do espaço de circulação. Entre estes encontram-se os que ocupam o quarteirão fronteiro ao edifício da Câmara Municipal, edificadas pelo promotor imobiliário português Joaquim Ferreira dos Santos, criando uma praça por afastamento ao alinhamento de rua. Esta praça é a única ocorrência que corresponde ao tipo praça, no levantamento do espaço público em VNG.

---

<sup>509</sup> A Quinta do Cabo Mor, localizada junto do Largo Soares dos Reis, foi urbanizada no contexto da construção próxima do novo edifício da Escola Industrial e Comercial de VNG. Como tal, foi desenvolvido um conjunto de ruas com o loteamento dos novos quarteirões, tendo sido vendidos os terrenos em hasta pública. Este bairro é constituído essencialmente por moradias isoladas e uma frente única de edifícios de apartamentos no limite nascente. No limite posterior desta urbanização foi construído o Bairro da Federação das Caixas de Previdência, constituído por vários blocos residenciais, envolvidos por espaço com vegetação, integrando a escola primária.

<sup>510</sup> A Quinta do Cedro foi urbanizada tendo em conta o seu atravessamento pela nova autoestrada, dividindo, de norte a sul, em duas zonas. Apresenta uma localização privilegiada entre a estrada para o litoral e o Largo de Santo Ovídio. A esta altura a igreja de Santo Ovídio tinha sido deslocada, por forma a dar lugar à rotunda e ao cruzamento desnivelado com o fim da Avenida da República e a ligação à autoestrada. A porção norte da quinta foi dividida segundo um esquema de ruas semelhante ao da urbanização de Cabo-Mor, com protagonismo do equipamento social local – a escola primária implantada no centro do plano, e projetada pelo arquiteto Fernando Távora, em colaboração com os serviços urbanos da câmara municipal, enquadradas no plano nacional das escolas dos centenários.

<sup>511</sup> AMSMB, ID213917, AMSMB, ID213549.

<sup>512</sup> Estas urbanizações apoiar-se-iam em estradas projetadas pelo gabinete técnico municipal mas que só mais tarde vêm a ser construídas, sendo que no caso de Maravedi, não foi concretizada a prevista via variante à Rua da Rasa.

O Regulamento das Geral das Edificações Urbanas<sup>513</sup>, apesar de estabelecer princípios modernos na organização do edificado e obrigar ao condicionamento regulamentar da habitação e dos equipamentos, vem contribuir para a validação da atividade urbanística particular fora dos limites de aplicação territorial – urbano e rural de proteção. Anteriormente, o Código Administrativo, de 31 de Dezembro de 1940 (1936), atribuía competências às câmaras municipais para ordenar a demolição ou beneficiação das construções que ameaçassem ruína ou oferecessem perigo para a saúde pública, para conceder licenças para a edificação, reedificação ou quaisquer outras obras em terrenos confinantes com as ruas ou outros lugares públicos, sujeitos à jurisdição municipal ou paroquial e para conceder licenças para habitação dos edifícios construídos, reconstruídos ou que tivessem sofrido grande modificação, precedendo verificação de habitabilidade, por peritos em construção e salubridade<sup>514</sup>. Com o RGEU, consolidou-se a autoridade do estado sobre a demolição de edifícios insalubres ou desocupados, principalmente se estes confinassem com estradas nacionais.

---

<sup>513</sup> Decreto-Lei nº 38382, de 7 de Agosto de 1951.

<sup>514</sup> Código Administrativo de 1940, Artigo 51º, nº 18, 20 e 21.

## PLANEAMENTO URBANO ATÉ 1974

### Urbanização de Cabo-Mor de 1953 a 1969

*Somos de opinião ser indispensável elevar esta densidade populacional – excessivamente baixa pela generalização das habitações unifamiliares – para tornar possível a manutenção dos serviços e instalações de interesse geral. Será impossível, senão impossível, que uma população reduzida dispersa em grande área, sustente e faça prosperar, não só o comércio local como sobretudo, os novos transportes em comum indispensáveis.*

PPU Cabo-Mor, 1948, pp.13-14

A zona denominada Cabo-Mor (Fig. 136) corresponde à expansão à cota alta da cidade, entre a zona sul ponte da Avenida Marechal Carmona (atual Avenida da República) e aquela que viria a ser a zona de acesso à futura AE Norte (atual A1), sendo delimitada pela EN 15, o Jardim Soares dos Reis e a Rua Marquês Sá da Bandeira. Constitui uma área de maior densidade populacional, em função da qual posteriores urbanizações tiveram efeito, e, a sul da qual foi realizado um plano de urbanização – o Plano de Urbanização da Barrosa, onde se inserem os edifícios do centro comercial Gaiashopping. O perfilamento destas vias estava já em conformidade com os pressupostos do PRN de 1945.

Esta área, correspondente à municipalização dos antigos terrenos da Quinta de Cabo-Mor, foi alvo de três planos – o Plano Parcial de Urbanização de 1948, um segundo estudo em 1953 e um plano de Arranjo Parcelar de 1966. A situação existente coincide em grande parte com o desenho estabelecido neste último plano, nomeadamente no que se refere à existência de edifícios multifamiliares e ao desenho de perfil dos arruamentos. O plano de 1948, estabelecia os traços gerais dos arruamentos, propunha a programação dos equipamentos colectivos e definia afastamentos e a criação de áreas verdes.

Em 1953, a urbanização desta área, já identificada no anterior plano parcial de 1948, corresponde inicialmente à execução dos acessos envolventes, nomeadamente a estrada EN 1-15. O troço a intervir e perfilar deveria integrar a rede de esgotos e de abastecimento de águas. Apresentam-se as expropriações necessárias à realização dos arruamentos constantes do plano, com alterações significativas no desenho e implantação do edificado. O valor orçamentado para esta intervenção estava calculado em 1696270 de escudos, sendo que 403290 escudos eram respeitantes ao perfilamento do troço da EN 1-15, cerca de 24%.





Fig. 136 Planta de urbanização de Cabo-Mor, relativo à proposta de Losa e Barreiros, de 1948, em VNG.  
Fonte: Arquivo DGT.

Em 1966 regista-se um aditamento ao plano que correspondia a uma alteração ao anterior Plano Parcial de Urbanização da Zona de Cabo-Mor, introduzindo um aumento da área de estacionamento e relocando a escola primária e o mercado. Na descrição do plano quanto à situação existente nesta área referem-se a construção de habitação antiga ao longo dos traçados primitivos de ligação para o sul, o arranjo do Jardim Soares dos Reis e a urbanização parcialmente realizada em colaboração com a Federação das Caixas de Previdência. A delimitação existente e condicionada pelos arruamentos entretanto concretizados, como seja a EN 1-15 e a Rua da Rasa, permitia estabelecer aqui uma unidade residencial própria, apoiada pela Escola Industrial. A variação tipológica do edificado e dos espaços verdes é descrita como forma essencial de valorização duma futura zona habitacional promovida pelo município. O plano parcial previa uma ocupação de 2817 habitantes numa densidade de global de 130 hab/ha. O plano previa o faseamento da construção por sub-zonas e proibia por regulamento o licenciamento de construções em fases diferentes daquela que estivesse em vigência. Os espaços públicos constituíam 40% da área total de implantação da unidade residencial e a área de edifícios públicos 7,5%.

### **Plano Geral de Desenvolvimento do Litoral entre Vila Nova de Gaia e Espinho de 1953**

Este plano corresponde a uma proposta de qualificação da EN 109 e de estruturação dos eixos viários e ferroviários na zona litoral dos referidos concelhos, preconizada pela comissão da CMVNG, presidida por Antão Garrett e constituída por Manuel Aguiar da DGSU, por Januário Godinho, José Chedas Bogarim, Nicolau Carvalho, Mário Amaral, João de Brito e Cunha e por António Alcoforado. Do mesmo dispomos de poucos elementos, destacando a planta que contém o esquema de triangulação, e no qual é possível identificar o conjunto de vias a implantar a oeste do concelho, alinhadas com a localização dos lugares mais ocupados, a ponte da A1 e da via férrea, como sejam Lavadores, Afurada de Cima, Sampaio, Pedra Alta, Alumiará, Meiral, Viso, Paniceiro, Gandara, Madalena, Choupelo, Valadares, Francelos, Gulpilhares, Miramar, Arcozelo, Pedra Alva, Aguda, Granja, São Félix e Juncal.

Os objetivos primordiais do plano seriam o planeamento da marginal marítima, com a urbanização de zonas habitacionais a esta relacionada, além de dotar a zona ocupada entre esta e a ENº1 de eixos viários locais. A realização desta proposta implicaria esforços de âmbito nacional e regional, incluindo também o concelho de Aveiro, e um estudo estratégico da sua implicação jurídico-económica (PGDL VNG-Espinho, 1957, p.10).



Fig. 137 Peças desenhadas do PGDLVNGE, de 1957.

A verde a marginal, a azul as vias propostas de ligação à EN 1-15 (linha azul Norte-Sul), a vermelho a futura EN 109 (derivada daquela que viria a ser parte de A1), a amarelo a via-férrea e a preto as passagens superiores das vias propostas sobre a via-férrea. As manchas cinzentas denunciam a ocupação do edificado nas diferentes freguesias e lugares identificados e assinalados com ponto.

Fonte: Arquivo DGT.

A marginal marítima corresponderia a uma avenida intermunicipal que limitasse a construção na proximidade no oceano e permitisse uma ligação rápida e contínua entre a Afurada e a Ria de Aveiro, passando por Espinho. A outra via interior, correspondente ao traçado da EN 109, conceber-se-ia como um eixo “park way” (PGDL VNG-Espinho, 1957, p.4) de distribuição da população ao longo desta área litoral, prevendo faixas arborizadas de afastamento. Esta via seria complementar ao eixo de alta velocidade que atravessaria no futuro a Ponte de Arrábida, integrado no sistema fundamental de comunicações Norte-Sul. Assim, propunha-se uma artéria entre a marginal e a via-férrea (incluída já no Plano Regional) entre Francelos e planalto do Candal, da qual derivaria também um acesso às zonas baixa e alta da Afurada. Resumimos a proposta:

- a implantação de uma via média ou industrial, no Planalto da Afurada até á transversal de Francelos;
- a ligação direta de Lavadores à A1, uma vez que o nó do Candal não estava executado;
- uma via transversal da Madalena a Santo Ovídio;
- uma via entre Miramar e Aguda, desde a marginal à EN 1-15;
- uma transversal da costa à EN 109, entre Aguda e Granja;

É neste plano que, de forma assumida, se expressa a necessidade de estabelecer ligações este-oeste, permitindo a comunicação entre as várias unidades geográficas do concelho. Estas vias de conexão entre a marginal, a EN 109 e a EN 1-15 teriam um perfil arborizado, de cinquenta metros e atravessariam a via férrea em passagem superior, à exceção da última, que ligaria Lavadores ao Candal.

Foi dada atenção especial à proximidade da urbanização com a via-férrea estipulando os distanciamentos previstos para a futura eletrificação. A passagem desta via implicaria também alterações no Plano de Urbanização de Espinho. A par deste objetivo de comunicação local, estava a consolidação de zonas de residência permanente na faixa litoral, evitando aqui a localização de indústrias ou a destruição de áreas arborizadas existentes a poente da EN 109. Estas áreas residenciais pretendiam igualmente estabelecer zonas de densidade populacional variáveis para a expansão urbana da cidade se dirigir para esta área geográfica. É de salientar a proposta de um bosque sub-urbano entre Valadares e Lavadores.

Podemos considerar que esta proposta acolhe as orientações apontadas nos anteriores planos de carácter regional, e preconiza a estrutura viária que suporta a edificação dispersa existente ao nível local nesta extensa área costeira, atribuindo-lhe uma condição urbana numa nova relação de proximidade com o sistema fundamental de comunicação nacional e regional. Não conhecemos previsões ou estimativas populacionais e de densidade construtiva.





Fig. 138 Esquema Geral de Giovanni Muzio para VNG, em 1941. Carta do engenheiro Almeida Garrett dirigida a Giovanni Muzio acompanhando o envio de várias plantas dos concelhos de Matosinhos e Gaia. Maço 22: estudos de Vila Nova de Gaia e de Matosinhos: enviado a 3 de fevereiro de 1942. Fonte: AMPorto, ID 592017.



Fig. 139 Fotografia obtida durante a construção da Ponte da Arrábida, em 1961. Fonte: <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/04/os-planos-para-o-portodos-almadas-aos.html> », em 25 de Maio de 2015.

### **Urbanização da Quinta do Cedro de 1958**

Este plano propunha a divisão da anterior Quinta do Cedro e parte da Quinta da Corga, localizadas na zona sul da Rasa, freguesia de Mafamude. O antepiano de urbanização desta área foi promovido João Pinto Félix, sendo que o mesmo foi aprovado pelo município em 18 de Julho de 1956. Nesta urbanização, as obras de urbanização foram promovidas pelo proprietário, com uma divisão em lotes diversos, constituindo obra particular nos arquivos municipais. Aqui foi implantada a Escola do Cedro, como já referido, da autoria de Fernando Távora, que prestou serviços nesta câmara no ano de 1958, apesar do anteprojecto de João Andersen.

A urbanização enquadra-se numa zona de expansão, na proximidade do topo Sul da então Avenida Marechal Carmona e na zona da futura conexão desta com a A1. Esta urbanização não contém espaços públicos não viários, conforme levantamento da CMVNG, apesar de termos detetado a existência de algumas ocorrências dignas de registo e que constam da microanálise (ver em anexo, ficha de identificação).

### **Antepiano de Urbanização do Planalto da Afurada de 1962**

***Os planos parciais das novas Unidades não encontrarão senão pequenas sujeições a condicionar o seu traçado. Podem, portanto, ser concebidos com suficiente liberdade, adaptando todos os ensinamentos da ciência, da arte e da técnica do urbanismo contemporâneo."***

APUPA, 1960, p.24

Este antepiano, da autoria de Antão Almeida Garrett, enquadra-se no plano de execução da Ponte da Arrábida, conectando VNG ao Porto, entre o planalto da Afurada e o morro da Arrábida, respetivamente. À época, a Ponte de Arrábida estava em construção, tendo sido inaugurada, como já referido, em 1963. Esta área enquadra-se entre a Ponte da Arrábida e o Candal, conforme Plano Regional de 1963, do mesmo autor (ver em anexo, ficha de identificação).

As duas margens foram alvo de projetos distintos. A necessidade de construção de uma segunda ponte rodoviária fora anunciada desde o início do século XX, especialmente pelos planeadores que desenvolveram diversos planos e projetos para a expansão urbana da cidade do Porto. À data deste plano, o lugar da Arrábida tinha previsto um plano de ocupação que sofreu várias alterações até ao desenho atual, decidido por uma proposta de Januário

Godinho<sup>515</sup>. Na margem sul do rio Douro torna-se decisivo uma intervenção planeada que estructure o crescimento da ocupação na proximidade do novo eixo viário, de âmbito local e nacional, fazendo coincidir na mesma via tráfego local e tráfego intermunicipal. É possível identificar, através das cartas militares disponíveis que a existência deste troço de autoestrada associada ao DL 46673 de 29 de novembro de 1965, e mais tarde ao DL 166/70 de 15 de Abril, constituíram os moldes de ocupação de iniciativa particular, especialmente nesta área da foz do Douro, até à vigência do Plano Diretor Municipal, publicado em 1994.

O desenho de implantação do nó da Afurada foi particularmente criticado no plano de urbanização, apontando o efeito sectário do eixo afeto à JAE, que se desenhava na área mais indicada para a implantação de edificado. A hipótese de se afastar o nó para nascente permitiria aproveitar a posição panorâmica desta via e proporcionar a localização das unidades residenciais em planalto contínuo, dentro da lógica anunciada pelo plano de que a **“Economia de execução, comodidade, tranquilidade e eficiência, serão as características mais salientes das unidades residenciais novas”** (APUPA, 1960, p.25).

Uma das preocupações mais significativas quanto ao sistema de espaço público era a criação de uma estrutura viária com alternativa de percursos pedonal e ciclista entre margens e entre as cotas alta e baixa de cada uma. Os elevadores da Ponte da Arrábida funcionaram até à década de oitenta, com o pagamento de taxas estipuladas por lei, desde 1963, ligando as vias para circulação não automóvel na faixa de rodagem.

Na proposta da tipologia edificada, apontava-se a necessidade de promover a maior densidade populacional possível e o serviço partilhado de equipamentos, espaços verdes e transportes coletivos. A rede de transportes coletivos seria constituída por trolley-carros que poderiam utilizar as vias de circulação rápida e alcançar pontos de paragem protegidos. As vias de comunicação dividiam-se em três categorias, sendo que uma delas estaria restrita à circulação automóvel. O perfil tipo variava consoante a sua utilização e proximidade ao edificado.

As especificidades apontadas pelo plano serão aprofundadas em capítulo próprio de microanálise. Contudo, é de adiantar que na descrição da solução proposta os critérios essenciais de organização social e arquitetónica continham uma diferenciação tipológica na distribuição socioeconómica das populações identificadas no plano para aquela área. Segundo

---

<sup>515</sup> Entre os que apresentaram esta preocupação destacamos o Plano de Urbanização do Porto de Ezequiel de Campos, de 1932, o Plano Regulador de A. A. Garrett, de 1947, os estudos de Muzio de 1942, o Plano do Campo Alegre de Távora, de 1949, o Plano Parcial do Campo Alegre de Januário Godinho, de 1954, o Plano de Melhoramentos de 1956 e o Plano Diretor de Auzelle, de 1962.

a solução do plano, as unidades residências albergariam 17 mil habitantes, em 3933 fogos, com uma densidade média de 170 hab/ha, inferior à estipulada no plano regulador. As unidades residências afetas ao plano de urbanização desta área eram as UR 9, UR 13, UR 15 e UR 16<sup>516</sup>.

***Procurou-se uma organização de cada unidade e do conjunto de unidades seguindo os preceitos em uso devidamente moldados à nossa maneira de e não apenas seguindo um figurino estranho. Só nos resta lastimar que os rendimentos camarários, excessivamente baixos para a extensão do concelho, não permitam seguir um caminho paralelo ao do município do Porto – expropriar tudo para fazer depois.***

APUPA, 1960, p. 43

A solução apresentada para a urbanização deste planalto previa a instalação de vários equipamentos diferenciados em tipo conforme a unidade residencial. Entre os quais destacavam-se o centro cívico, o centro administrativo com regedoria e junta de freguesia, o centro comercial, escola para ensino técnico, parque com piscina, estação de CTT, esquadra da polícia, bombeiros, igreja paroquial, centro social com cineteatro, sala exposições, garagens, estação central rodoviária, estação de serviço, pousada, hotéis e restaurante.

Os espaços verdes públicos foram contemplados no plano em capítulo próprio, definidos como todo o espaço municipal não afeto à ocupação e venda. A área existente no plano para este efeito estava consagrada como parte fundamental de serviço às unidades residenciais.

Para todos os efeitos, o regulamento do Antepiano Regulador anteriormente aprovado constituía o principal instrumento de organização.

---

<sup>516</sup> Como critério comparativo refere-se que a realização dos bairros municipais no Porto, promovidos desde 1956, permitiram a criação de 6 mil fogos nos dez anos seguintes. Desta forma, pode concluir-se da necessidade premente de habitação na região, sendo que desde 1933 esforços estavam a ser desenvolvidos para a realização de grupos de casas para pobres. No caso de Vila Nova de Gaia, o investimento para a realização destes bairros foi bastante inferior em número de fogos relativamente àqueles que se promoveram anteriormente no Porto e em Matosinhos. A Casa dos Pescadores do Porto, sediada na Afurada, promoveu o Bairro de Pescadores, na encosta poente entre o planalto e a baixa, próximos do nó da Afurada. Este conjunto constitui um dos exemplos mais significativos de promoção habitacional desta época em VNG, projetado, em 1946, por Camilo de Paiva Soares.



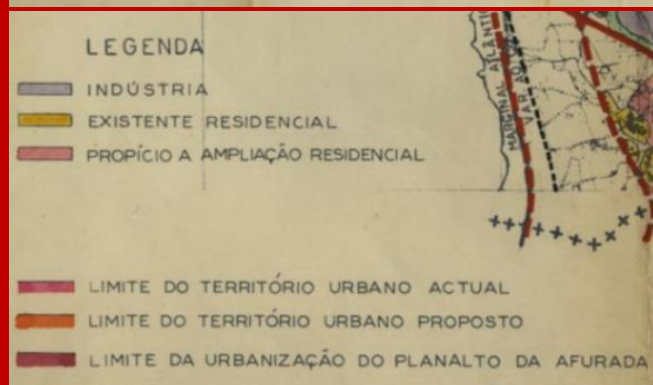
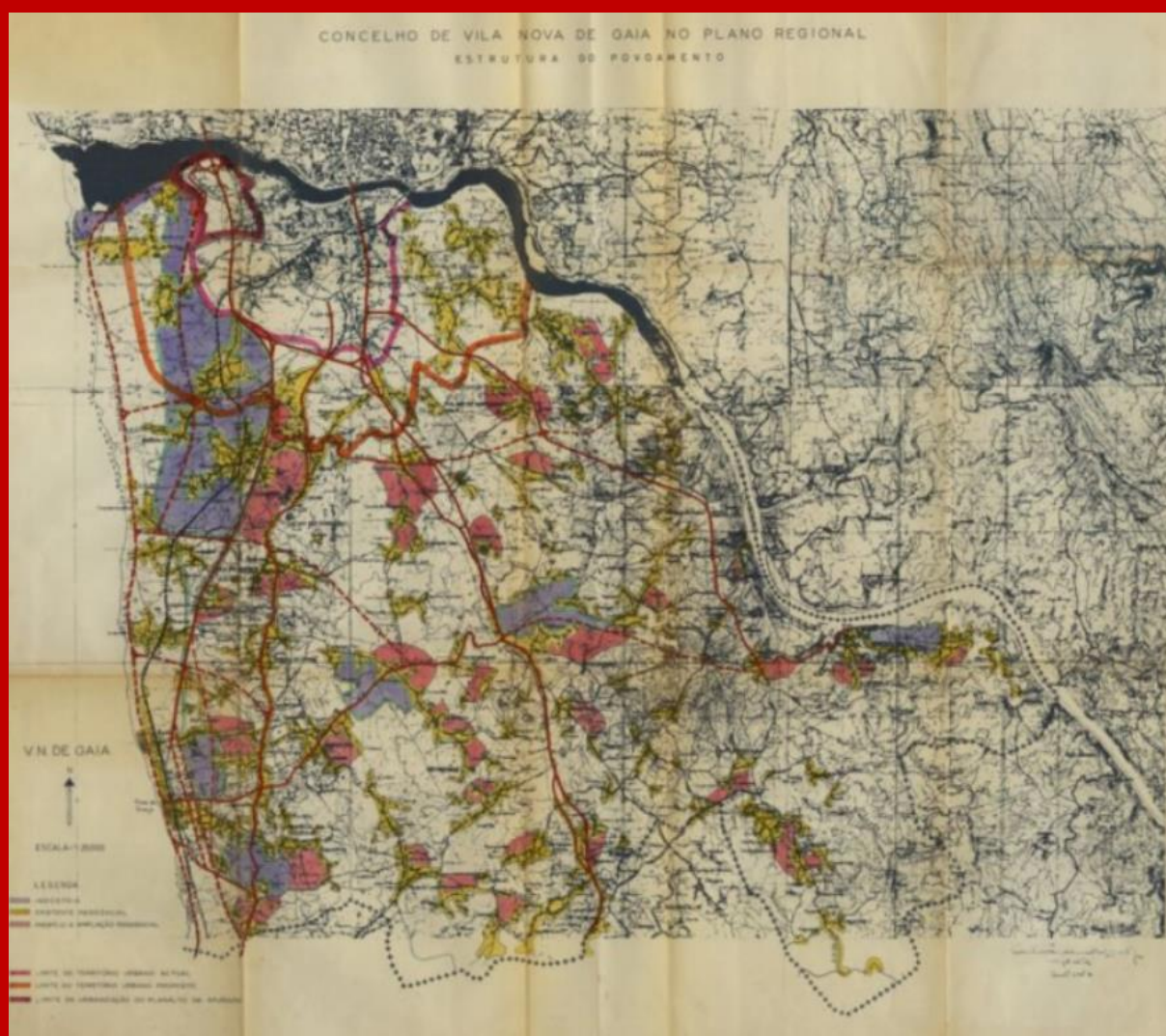


Fig. 140 Estrutura de povoamento em VNG, no Plano Regional de 1963, e respetiva legenda ampliada.  
Fonte: Acervo DGT.

### **Plano Regional de 1963**

A estrutura de povoamento apresentada no Plano Regional de 1963, da autoria de Antão Almeida Garrett, permite revelar três estratégias significativas para o planeamento do concelho de VNG, e, especificamente, para a área correspondente à área urbana e seus limites próximos. A esta época, e segundo planta de estrutura do povoamento, a área urbana mais que duplicaria, abrangendo freguesias a poente, sul e nascente do concelho<sup>517</sup>. Uma das estratégias é a delimitação urbana na proximidade do anterior limite urbano, prevendo uma densidade populacional superior nesta área (Fig. 140). Outra estratégia é a criação e manutenção de uma nova centralidade urbana no planalto da Afurada, tendo em conta a localização geográfica e das atividades de maior empregabilidade ao longo da EN 109 e da linha férrea. Outra estratégia é a de consolidação das zonas de ocupação dispersa existentes, delimitando o futuro crescimento na sua envolvência e promovendo a continuidade entre estas.

### **Anteplano de Desenvolvimento Urbanístico do Noroeste Português de 1964**

*Em tese apresentada ao XXIV Congresso Internacional de Habitação e Urbanismo de Liedge, em Setembro de 1958, pretendeu-se mostrar que a fixação de uma faixa de terrenos circundando um aglomerado, destinada a protegê-lo de fugas às exigências regulamentares nele existentes, não se compadecia: primeiro, com a largura de faixa fixada arbitrariamente; e, em segundo lugar, com disposições de ocupação taxativas e aplicáveis em qualquer caso.*

APDUNP, 1964, p.1

À semelhança do Plano Regional, o presente plano demonstra uma preocupação quanto aos limites da urbanização, verificado um acentuado crescimento de população e atividades, como no caso de Lisboa, Porto, Braga, Évora e Beja. Estando VNG integrada na relação de crescimento com a cidade do Porto, o relatório deste plano identifica a problemática das zonas rurais de proteção. A descrição que é apresentada desta região distingue três tipos de povoamento mais frequentes: povoamento concentrado, povoamento disperso e povoamento misto. Identifica ainda os aglomerados urbanos em condição rural que poderão ser alvo de plano parcial para o desenvolvimento de unidades residenciais.

---





<sup>517</sup> Estimamos, por aproximação às peças desenhadas constantes do plano, que em 1963, a área urbana rondaria os mil hectares, e o aumento do perímetro urbano significava cerca de 19,5%, para perto de 2900 hectares.

*E em Vila Nova de Gaia tem o seu contorno urbano, que se propõe seja [sic] alargado em relação ao que lhe fôra fixado há mais de 10 anos, dado o fluxo crescente de gente que alarga a ocupação.*

APDUNP, 1964

POPULAÇÃO PROVAVEL EM 1990 SEGUNDO DISTÂNCIA AO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO DA CIDADE DO PORTO					
CONCELHOS:	< 5 Km	de 5 a 10Km	de 10 a 15Km	> 15Km	Totais
MATOSINHOS	21.000 (12.517)	144.000 (68.155)	17.000 (8.893)	5.000 (1.364)	187.000 (90.929)
MAIA	6.000 (4.500)	45.000 (25.850)	45.000 (23.293)	-	96.000 (53.643)
GONDOMAR	14.000 (10.856)	103.700 (60.994)	10.795 (6.187)	14.105 (6.562)	142.600 (84.599)
VALONGO	-	29.600 (13.457)	40.700 (19.843)	-	70.300 (33.300)
V.N. DE GAIA	124.711 (70.951)	64.800 (42.656)	80.600 (39.521)	6.000 (4.229)	276.111 (157.357)
TOTAIS	165.711 (98.824)	387.100 (211.112)	194.095 (97.737)	25.105 (12.155)	772.011 (419.828)
Aumento de 1960/1990	66.887	175.988	96.358	12950	352.183

Nota: os n.ºs entre ( ) referem-se ao ano de 1960

 ZONAS RESIDENCIAIS PREVISTAS  
 " INDUSTRIAIS  
 " FERROVIÁRIAS  
 LIMITE DA ZONA RURAL DE PROTECÇÃO

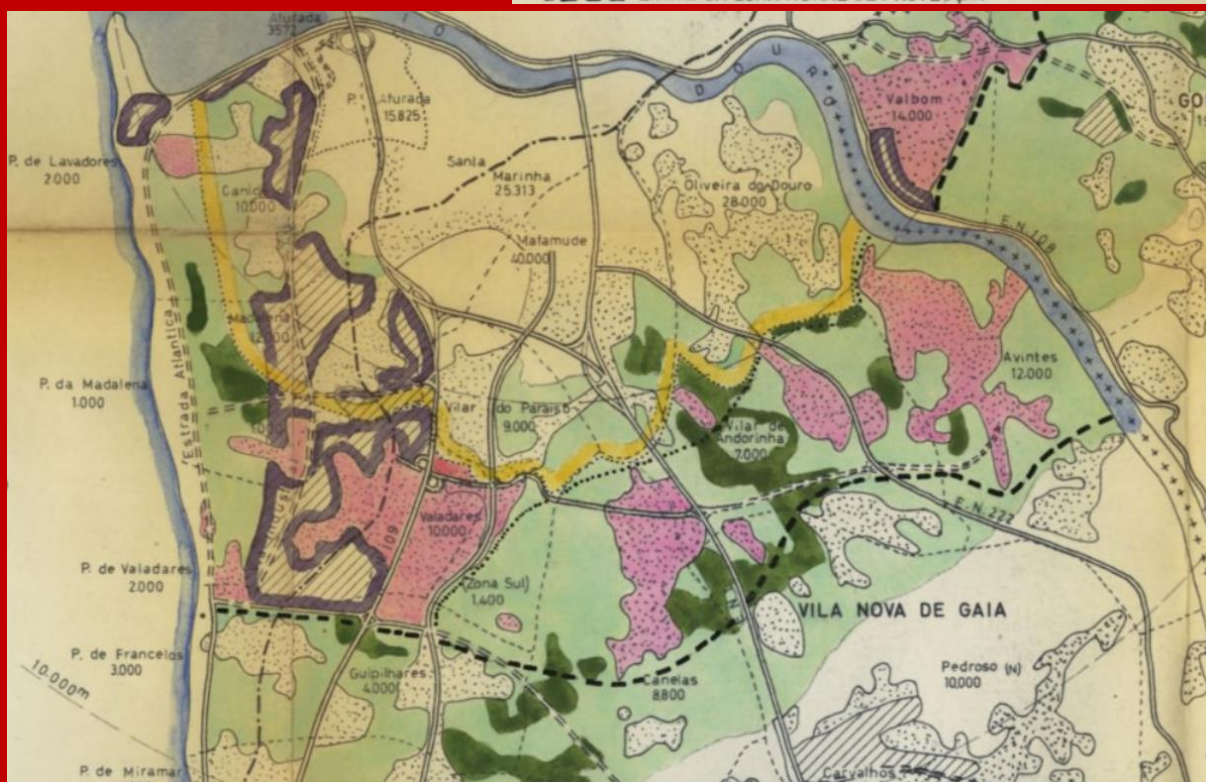


Fig. 141 Estrutura de Povoamento em VNG no ADUNP, de 1964 e respectiva legenda ampliada. A população calculada para este concelho, em 1991, foi de 248565 habitantes.  
Fonte: Acervo DGT.



O destino destas áreas de expansão e consolidação da construção teriam em vista a localização de áreas verdes, espaços públicos e equipamentos coletivos que não teriam possibilidade de existir dentro de cada aglomerado (Fig. 141). Destaca-se ainda a necessidade de delimitar e localizar as áreas industriais em crescimento, prevendo um aumento de 322 ha de área de ampliação das zonas industriais. Conforme peças escritas, a proximidade de VNG ao Porto de Leixões e o crescente aproveitamento fluvial do Rio Douro, são fatores primordiais para a instalação de áreas industriais na Afurada, Valadares e Francelos, prevendo-se ainda a ampliação das zonas industriais de Crestuma (50 ha), Carvalhos (80 ha), Brandariz (80 ha) Arcozelo (48 ha) e Granja-S. Félix da Marinha (64 ha), no total acima referido.

Objetivamente, o ADUNP previa o zonamento e a fixação de novos limites urbanos, de áreas de proteção e de núcleos determinados em função de densidade e **“carácter urbano”** (ADUNP, 1964), e que à semelhança do Porto, atingiam uma largura de até cinco quilómetros em algumas direções, mas, especificamente, para Valadares, Canelas, Vilar de Andorinho e Avintes. As áreas periféricas a estabelecer com estes núcleos criariam **“uma zona urbano-rural de tipo especial”** (ADUNP, 1964). Em VNG este limite estabelecia-se na EN 622, entre Valadares e Francelos, envolvendo Canelas e Vilar de Andorinho, até à EN 109, cruzando a EN 222 até ao Rio Douro e passando a sul de Avintes. As praias também teriam uma regulamentação especial. Esta limitação pretendia evitar a urbanização dispersa, sobre a estrutura viária rural, e a transformação da ocupação do solo, **“ficando todo o território envolvente no seu estado actual de rural, onde só são permitidas construções ligadas à lavoura”** (ADUNP, 1964), consolidando um policentrismo assumido entre as diferentes unidades residenciais satélites, com **“parcelas necessárias à horticultura, aos bosques de utilidade colectiva, aos parques de campismo, etc.”** (ADUNP, 1964).

Em suma, o plano executava uma política de estabilização da população, concentrada na sua ocupação e urbanização, com serviços e equipamentos autónomos compatibilizados com a produção agrícola e indústria próximas, criando **“unidade-paróquia”** de cinco mil habitantes cada, prevendo uma forte tendência para o crescimento do setor terciário em função do declínio do primário, sendo que o secundário absorveria as migrações rurais<sup>518</sup>. Prevvia, com isto, a criação de 190 mil empregos, para um crescimento populacional estimado em 360 mil pessoas até 1990, com 50% da população ativa no setor secundário.

---

<sup>518</sup> “Com a industrialização nos concelhos apenas se pretende diminuir as forçadas deslocações habitação-trabalho-habitação, cada vez para maior número de pessoas e cada vez a maiores distâncias. Essa industrialização processará inevitavelmente uma maior estabilidade e uma elevação do nível da nossa gente, ganhando com isso a colectividade e a Nação.” ADUNP, 1964.

### **Arranjo Parcial de Urbanização da Zona do Liceu de 1967**

Este plano é o primeiro que conhecemos a ter execução depois da publicação do DL 46673, de 29 de Novembro, em 1965. A pertinência deste plano estaria relacionada com a aquisição por parte do município de terrenos para a prévia edificação do equipamento escolar. Assim, prossegue a linha de planeamento administrativo em processo e enquadra-se numa zona delimitada pelas principais comunicações concelhias, constituindo uma área de importância fulcral para o desenvolvimento urbano e a consolidação da construção na Avenida Marechal Carmona. O plano apresenta uma solução específica de implantação dos edifícios e de índices que são aprofundados em sede de microanálise dada a relevância do mesmo para a transformação do solo nesta área da cidade de VNG.

A área de intervenção é de 35,32 ha e suportaria dez mil habitantes, constituindo uma unidade residencial autónoma. Somando todas as áreas contempladas para circulação automóvel e pedonal incluindo áreas verdes públicas o plano previa um índice médio de 19 m<sup>2</sup> por habitante, numa densidade populacional de 280 hab/ha.

Este plano previa faseamentos e planos subsidiários para as diferentes subzonas, tendo início nas áreas subjacentes ao perímetro da área do Liceu (ver em anexo ficha de identificação).

### **Plano Parcial da Quinta de Maravodi e do Campo da Cuf de 1967**

Esta área, pela sua localização e geografia, permitiria obter uma disposição arquitetónica privilegiada. É referido no plano a necessidade de preservação dos espaços verdes existentes e de consolidá-los com as áreas de declive impróprio para construção.

As soluções tipológicas propostas bem como o desenvolvimento de áreas de circulação permitiam estabelecer altos índices de densidade populacional servidos pelo equipamento escolar. As ligações viárias seriam estabelecidas faseadamente. À semelhança do APUZL, este plano será abordado em sede de microanálise (ver em anexo, ficha de identificação).

## **Plano Regulador do Concelho de Vila Nova de Gaia de 1967**

***Da análise de todos este [sic] valores que acabamos de referir podemos concluir que para Vila Nova de Gaia está reservado um papel de grande relevo, dentro da região do porto e no próprio País.***

PRCVNG, 1967

Este plano, de natureza municipal, apresenta critérios de localização dos equipamentos escolares, das áreas industriais e uma análise profunda do esquema viário existente em Vila Nova de Gaia, considerando o concelho no contexto alargado da região do Porto. Tendo em conta os anteriores planos desenvolvidos para as comunicações viárias no concelho e na região, nomeadamente o Plano Geral de Desenvolvimento entre Espinho e Vila Nova de Gaia e o Antepiano Regional do Noroeste Português, este plano dá continuidade às intenções de definir uma marginal marítima e estabelecer, com esta, ligações à A1. Refere-se ainda a execução em curso do Plano da Orla.

O Plano Regulador refere a futura ligação das circulares de Porto e Vila Nova de Gaia ao nó dos Carvalhos, resultando numa sistematização regional dos eixos de alta velocidade com as radiais que servem os vários aglomerados concelhios. Esta premissa reforça a anterior estratégia de direccionar o tráfego nacional para as vias de alta velocidade e retirar dos centros urbanos das maiores cidades a circulação de pesados. O objetivo essencial desta esquematização viária seria a concretização de circulares alargadas à região do Porto, aumentando a capacidade de circulação Norte-Sul e a relação com os concelhos a Nascente, especialmente com a construção da Hidroelétrica do Douro, em Crestuma. Este plano refere ainda a futura intenção de urbanização do Monte da Virgem, em Rechousa, a construção da Ponte do Freixo e a descativação da Ponte D. Maria. A EN 222, recentemente inaugurada, promoveu o avanço da urbanização a este do concelho, regularizando os acessos entre os aglomerados anteriormente dispersos. Assim, resumimos a proposta de estruturação viária:

- classificação das vias fundamentais – A1 e Via urbana, que ligaria a futura Ponte do Freixo, prevista pelo Plano Diretor Municipal da Cidade do Porto;
- o prolongamento da EN 109 para sul de Miramar, constituindo percurso da “Estrada Atlântica”;
- ruas marginais desde o Cais até à Afurada;
- ligação das Devesas à Ponte da Arrábida;

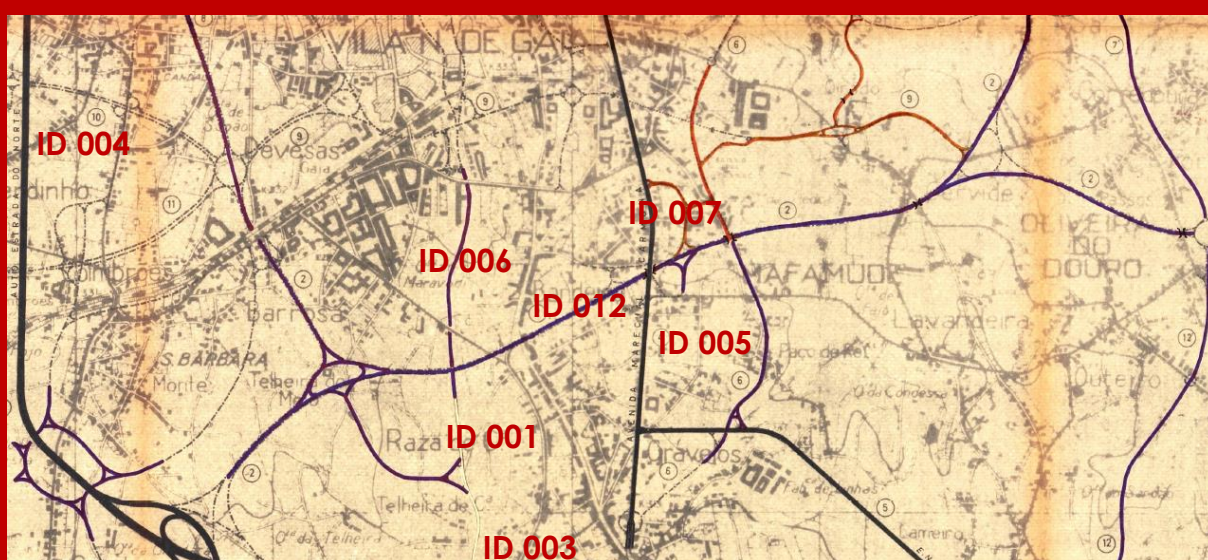


Fig. 142 Plano Regulador do Concelho de Vila Nova de Gaia, de 1967.  
 Aproximação ao plano, na zona identificada, contendo as áreas ID 001, ID 003, ID 004, ID 005, ID 006, ID 007, ID 012, que foram analisadas na microanálise.  
 Fonte: Acervo DGT.

- implantação da transversal nascente-poente 9, desdobrando a ligação entre as devesas e a EN 1-16;
- continuidade da via 9 para Alumiara e Canidelo, sob a A1;
- implantação da Via Industrial, 12, com a Via 13, entre a Madalena e Ateães, servindo Laborim, Serpente e Vilar de Andorinho;
- classificação das grandes circulares, a exemplo a Via 13, que parte do Planalto da Afurada até à Rechousa, em direção a Avintes e Oliveira do Douro;
- implantação da Via 14, ligação de Espinho-Granja-Corvo, com nó futuro nos Carvalhos;
- implantação da Via 15, nos limites de Gaia e Espinho;
- classificação das vias complementares, como a implantação da Via 16, ligação entre a Via 13 e Via 14;
- finalmente, a implantação da Via 17, como beneficiação da EN 109 e de EN 532 para Crestuma e Lever, prevendo a construção da Barragem de Crestuma.

A localização das áreas industriais e acessos a otimizar com as novas áreas urbanas e o Porto verificam-se numa crescente população empregue no setor secundário em VNG, especialmente na produção têxtil, calçado, metais e minerais, além da construção, traduzidas pelo Inquérito Industrial de 1959 e apresentado com o Plano Regulador.

A expansão dos núcleos existentes à data da realização deste plano, e já contemplados no Antepiano Regional do Noroeste, é reforçada tendo em atenção a extrapolação calculada do crescimento da população nas diferentes freguesias urbanas e semiurbanas, as quais coincidem, em facto, com a população apontada pelos censos de 1991 e 2001. Dentro de cada área subdividida pela malha poderiam vir a prever-se unidades residenciais com planos parciais próprios.

Este plano reúne as diferentes necessidades viárias, entre os concelhos periféricos ao Porto, e preconiza as estratégias que viriam a tornar-se em grande parte definitivas e concretizadas no início do século XX, relativamente a VNG e ao Porto. Privilegiando a programação do esquema viário, é sobre este que várias das vias que se vieram a realizar se sustentam, ainda que não na localização ali exatamente definida, permanecendo, até à publicação do PRN de 1985 e da elaboração dos estudos para o PDM.

A Avenida e o reforço da A1 como eixo estrutural representam a herança dos planos anteriores na definição estratégica do Plano Regulador, consolidados agora com a introdução de novas vias e a integração de outras existentes em eixos de maior capacidade, “**integrando-**



os por completo ao serviço da região, coordenando e desenvolvendo os estudos já realizados” (PRCVNG, 1967, p.38).

O Plano Regulador não esquece ainda a necessidade de rever as ligações regionais ao aeroporto Pedras Rubras, e a capacidade do transporte ferroviário, nomeadamente pela construção de uma segunda ponte de via férrea e da ligação das Devesas à Afurada. Não é por acaso que aqui se refere a desafetação da ponte D. Maria da circulação ferroviária e a possibilidade de nesta se passar a realizar a circulação rodoviária, constituindo parte de uma variante à Avenida Marechal Carmona.

Sublinhamos ainda a necessidade, proposta pelo Plano Regulador, de realizar os acessos à Ponte da Arrábida na Afurada. Assim, no ano seguinte, são apresentadas as condições de concurso para a sua execução pelo Gabinete de Urbanização da CMVNG. No mesmo, acompanham as peças desenhadas que incluem a proposta de ligação da A1 à então denominada Via 2, atual A44, e que hoje se denomina de VL8, então, Via 8.

Outro âmbito de planeamento territorial deste plano era a distribuição de equipamentos coletivos, tendo em conta a localização das zonas residenciais de expansão dos aglomerados existentes. Não é por acaso que, a acompanhar o plano, se distingue um caderno próprio para equipamentos referindo que para a realização destes pólos, a que se refere o APDUNP, de 1964, **“além de medidas administrativas especiais e serem eventualmente tomadas, muito deverá contribuir o equipamento que lhes for atribuído para a prestação de diversos serviços, designadamente no que respeita ao ensino secundário”** (PRCVNG, 1967).

### **Loteamento da Lavandeira de 1968**

Este plano enquadra-se na consolidação ordenada e proposta nos anteriores planos para a ocupação ao longo da EN 222 (ver em anexo, ficha de identificação 010). Surge num contexto específico de dinamização crescente da promoção privada, com resultados visíveis de ocupação especulativa, nas áreas periféricas às cidades com maior concentração socioeconómica. Nesta área de mais de cinco hectares estariam previstos 750 habitantes num total de 165 fogos, com um índice de 22 m<sup>2</sup> por habitante.

O Loteamento da Lavandeira surge sob as diretrizes do DL 46673 de 29 de Novembro de 1965, no sentido de ordenar os terrenos originais de parte da Quinta da Lavandeira cedidos à JAE, para a execução da EN 222. Esta operação de urbanização constituía uma ação da administração local, em função do que previa a legislação quanto à autonomia do município para autorizar licenciar loteamentos urbanos sob planos de urbanização, anteriormente aprovados pela DGSU.

As particularidades deste loteamento refletem a aplicação do RGEU e da diversidade de tipologias edificadas, contemplando habitação em edifícios multifamiliares e unifamiliares, distribuídos por uma área de espaços verdes e servidas por uma rua de serviço paralela à EN 222. Em 1969, foram introduzidas alterações, sob aditamento, favorecendo o aumento da densidade populacional e reduzindo o número de arruamentos interiores.

### **Arranjo da Zona Envolvente à Quinta das Camélias de 1968**

Este plano, de promoção municipal, propõe uma alteração morfológica numa área de importância cívica e de alta concentração populacional, a nascente da então Avenida Marechal Carmona, próximo do edifício da câmara municipal (ver em anexo, ficha de identificação 007). Esta área surge da aquisição pelo município da Quinta das Camélias, para a qual é proposta um loteamento com diferentes edifícios em altura que reservam áreas exteriores coletivas ao nível do piso térreo.

Diferente do perfil que se consolidava ao longo desta avenida, este plano apresenta uma maior concentração populacional, onde os edifícios, destacando-se do alinhamento de fachada de rua, proporcionam enquadramentos formais que viriam a servir de exemplo para posteriores ocupações a sul.

Enquadrando-se nas preexistências e considerando a expansão urbana para Nascente, este plano propõe ordenar uma área que estaria sob pressão comercial, com a substituição das casas unifamiliares por edifícios com vários pisos de altura, mantendo o desajustado perfil oitocentista do espaço público e das dimensões da avenida que os servem.

Pela sua especificidade, aprofundaremos a abordagem a este plano em sede de microanálise.

### **Arranjo Urbanístico da Vertente Sul do Monte da Virgem de 1968**

*Definida assim a zona de habitação, procurou-se distribuir esta em duas unidades de vizinhança tendo cada uma o seu equipamento necessário e localizando-se na unidade maior o equipamento destinado a toda a célula.*

AUVSMG, 1970, pp.7-8

Este antepiano prefigura legalmente a intenção de três proprietários distintos de urbanizar uma área significativa a sul do Monte da Virgem, decorrente da aplicação do DL

46673, de 29 de Novembro de 1965. Com aproximadamente 25 hectares de extensão, entre o Sanatório D. Manuel II (Hospital Santos Silva) e a EN1, esta área estaria anteriormente contemplada em parecer da DGSU de 1964 para a edificação, tendo sido planeada posteriormente pelo Gabinete de Urbanização da CMVNG, segundo vários critérios de implantação, volumetria e distribuição socioeconómica das tipologias (ver em anexo, ficha de identificação 008 e 008\_2).

A área localiza-se próxima dos eixos viários de circulação regional e nacional, e corresponde a uma área de expansão a consolidar tendo em conta a crescente urbanização ao longo da Rua Conceição Fernandes, no sentido da zona do Club dos Caçadores e de Vilar de Andorinho. As áreas seleccionadas para construção afastavam-se da zona non aedificandi onde se inseria o Sanatório D. Manuel II. O plano apresenta um estudo das vertentes onde seria possível a construção, diminuindo as alterações de solo necessárias e implantando as construções e as vias de circulação segundo as curvas de nível.

Programaticamente, previa-se a instalação de vários equipamentos e a delimitação de áreas exteriores públicas, especialmente a praça central e o centro comercial. Para a escola primária estava prevista uma área específica. Estariam ainda previstos centro social e de assistência, centro cultural, equipamento religioso, posto de correios, equipamento desportivo e espaços de estacionamento.

Este plano, tendo em conta o seu carácter embrionário, previa o futuro desenvolvimento de estudos individuais para cada subzona ou fase, reforçando a importância das obras de urbanização e de todas as infra-estruturas necessárias para qualificar e estruturar uma futura área habitacional, calculada para albergar 12 mil habitantes num total de 3 mil fogos e uma densidade relativa até 400 habitantes por hectare. Estariam previstas duas unidades de vizinhança, com serviços comuns.

Em 1970, surge uma versão do antepiano de urbanização sob as orientações aprovadas da anterior proposta de 1969. Esta versão apresenta as volumetrias e o desenho definitivo das áreas, distribuição tipológica e socioeconómica e ainda o reperfilamento dos arruamentos anteriormente apontados pelo Gabinete de Urbanização da câmara municipal.

Na década de setenta, a promotora NÍASSA conduz grande parte dos lotes definidos em plano de loteamento de 1977, que constituirá o desenho definitivo da implantação e localização do edificado e dos equipamentos principais. Vila D'Este é o nome pelo qual vem a ser conhecida esta urbanização, que pela sua dimensão, processo e complexidade constitui um caso a ser aprofundado em sede de microanálise.



## Ordenamento do Nó dos Carvalhos de 1969

*Seria de muito interesse para a Junta conhecer o estudo do zonamento ao longo da A.E. onde se integra o plano parcial apresentado, pois que é fundamental para uma acção tendente a evitar outros males, o estabelecimento de cortinas de construção que prejudiquem o valor paisagístico da A.E., onde a presença de manchas verdes de grande beleza começa a estar comprometida quer por construções existentes, quer por aquelas que já se anunciam em tabuletas e em locais cujo manto vegetal se julga deveria ser mantido.*

ONC, 1969, p.9

Este plano, de natureza municipal, deriva de um estudo de ordenamento que estabelece os princípios de utilização e ocupação do solo da área compreendida entre o sul da Avenida Marechal Carmona e o Nó da AE Norte nos Carvalhos, ao longo da AE Norte (ver em anexo, ficha de identificação 009). O mesmo teria por finalidade definir áreas aptas à construção e preservar as de carácter rural e florestal, criando zonas rurais de proteção agrícola. Tomando a relação desta zona com as potencialidades envolventes, promovia o ordenamento futuro da ocupação urbana que se manifestava crescente, tendo em conta o número de pedidos de licenciamento e um efetivo aumento da população nos anos anteriores, em todas as freguesias afetas. A massa de floresta cobria várias áreas acidentadas entre os lugares da Jaca e dos Carvalhos.

O estudo recaía sobre uma área de mil hectares, 7% da área do concelho, englobando as freguesias de Mafamude, Vilar de Andorinho, Pedroso, Canelas e Vilar do Paraíso, com uma variação brusca entre planícies e elevações, registando-se nesta área os maiores valores de altimetria do concelho. O estudo define ainda que 55% da área correspondia a ocupação florestal intensa e que 52,5% da área agrícola do concelho estavam dentro dos limites da intervenção.

O panorama socioeconómico desta região apontava o crescimento exponencial de população nos sectores secundário e terciário, com perdas para a ocupação agrária. A ocupação de edificado industrial entre a Rechousa e S. Caetano constituía 10% da área em estudo. O aumento previsto para a população era de mais de seis mil habitantes, sendo que para o conjunto das freguesias, correspondentes à área em estudo, previa-se mais de sete mil habitantes. Até 1990, expectava-se atingir 13 mil habitantes dentro da área em estudo. As zonas residenciais constituiriam 30% do total da área de ordenamento, distribuídas por quatro núcleos principais (Rechousa, Canelas, Venda de Cima e Monte Grande), com uma densidade aproximada de 67

hab/ha. As ligações entre os núcleos estavam previstas como intermediárias entre a AE Norte e a rede local, sendo que a área de intervenção era atravessada também pelas Vias 12 e 13, e limitada pelas Vias 14 e 16.

O estudo previa ainda zonas de expansão habitacional, dependentes da concentração industrial expectada, com uma capacidade populacional na ordem dos 30000 habitantes. Desta forma, atendia-se à necessidade de promover estudos de pormenor nas diferentes áreas nucleares. O zonamento previa também diferentes critérios para cada um dos núcleos. A exemplo, para o núcleo da Quinta do Monte Grande, localizado na zona suburbana da Vila (ONC, 1969, p.15), e integrado neste por existir à época um estudo de urbanização em aprovação, admitia-se uma densidade de 250 hab/ha, com uma lotação de 10000 habitantes. As ligações a este núcleo deveriam ser asseguradas em relação à Via 12 e à EN 630. O núcleo tinha ainda previsto uma zona de expansão imediata, com realização até 1990.

### **Plano Geral de Urbanização da Região do Porto de 1973**

*Decorrido o prazo de três anos após a entrada em vigor do presente diploma, nenhuma expropriação por utilidade pública para a abertura de novas ruas ou para a execução de outros trabalhos de urbanização será autorizada pelo Governo sem que se demonstre que o trabalho projectado faz parte de um plano geral ou parcial de urbanização ou de um plano de pormenor, elaborado e aprovado nos termos deste decreto-lei.*

DL 560/71, 17 Dezembro, artº 11, alínea 1

O plano para a Região do Porto, de 1973, segue de uma recomendação, **“formulada pelo Conselho Superior de Obras Públicas”** (DL 124/73, 1973), para estender aos concelhos do Porto e Matosinhos e outros concelhos limítrofes, a elaboração do plano territorial a que estavam obrigados os concelhos pelo DL 560/71, de 17 de Dezembro. Este diploma mais antigo define uma hierarquia dos planos de urbanização que se pretendem mais gerais e menos rígidos. Atribuía, desta forma, mais poderes para a aprovação dos planos de urbanização de pormenor, cujos requisitos de ordem técnica vieram a ser definidos em diploma subsequente, da mesma data. Referia o artigo 5º, deste diploma, que as camaras municipais de dois ou mais concelhos vizinhos se poderiam associar para procederem à elaboração de planos de urbanização de zonas que compreendessem terrenos pertencentes a todos eles. Contudo, os organismos locais não poderiam empreender a realização de qualquer parte do plano sem a respetiva aprovação pelo Ministro das Obras Públicas. Para as áreas já providas de planos de urbanização, poderiam as

camaras municipais elaborar planos de pormenor, sendo que aqueles seriam obrigados a integrar as diretrizes regionais estabelecidas pelo Governo. O financiamento cedido pelo Governo consistia, pois, a limitação maior à realização, uma vez que as comparticipações poderiam atingir apenas 50% e constariam de programas a aprovar pelo Ministério. Dentro do terceiro Plano de Fomento, orientado precisamente para a liberalização e internacionalização comercial e industrial, na prática urbanística foi promovida a colaboração com os privados, num momento de necessário investimento na construção como estratégia de produção e desenvolvimento económico interno.

Na segunda metade da década de 70 do século XX, depois de publicada a Lei dos Solos, pelo Decreto-Lei 576, de 24 de Novembro de 1970, a política de solos enquadrava as áreas críticas de recuperação urbanística. É neste contexto político e financeiro que a elaboração do Plano Regional surge como instrumento de orientação da produção industrial nos concelhos afetos, e da distribuição da população afeta aos setores produtivos, que em VNG se revela especificamente na promoção da educação básica<sup>519</sup> e na promoção da habitação a baixos custos, poucos anos depois da criação do FFH<sup>520</sup>. A promoção privada da habitação em Vila D'Este decorre precisamente desta configuração legal.

Para elaboração do plano seria constituída uma comissão, bem com um Gabinete específico do Plano da Região do Porto, dentro da DGSU. Em 1976, o DL 344/75, de 3 de Março, prorroga o prazo para a elaboração do planeamento urbanístico da região do Porto. E em 1977, o DL 361/77 prorroga novamente a elaboração até 1978.

Entre 1974 e 1976, no concelho de Vila Nova de Gaia, assiste-se a uma diminuição drástica do número de processos de obras particulares, com uma retoma crescente depois de 1976, atingindo um máximo em 1977 e outro em 1981. Em 1976, foi publicada a Constituição da República Portuguesa, estabelecendo, entre outros, os princípios de promoção do ordenamento do território, do desenvolvimento equilibrado, tendo em conta as potencialidades naturais e as condições regionais e locais<sup>521</sup>, atendendo a uma descentralização das competências e atribuições para os municípios.

---

<sup>519</sup> Em 1973, contamos a intervenção ou construção de 45 edifícios escolares nas freguesias onde maioritariamente se instalava a indústria, nomeadamente nos Carvalhos e em Arcozelo. AMSMB, ID214561.

<sup>520</sup> Na alínea g) do artigo 8º do diploma de 1972, DL583, de 30 de Novembro, que reorganizou o FFH lê-se: "Conceder a entidades públicas ou privadas, para execução de programas habitacionais de interesse social, subsídios, reembolsáveis ou não, bem como empréstimos, fixando as respectivas condições de juro e prazos de amortização;"

<sup>521</sup> CRP, 1976 - Artigo.º 9º, alínea e); Artigo.º 66º/2/b

***A criação, em 1976, da Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico (Decreto-Lei nº 117-E/76, de 10 de fevereiro), substituindo a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, criada em 1944, veio neste sentido, expressando uma clara vontade do Estado em assumir a gestão do território como uma condição de desenvolvimento do País e de melhoria das condições de vida das populações.***

Fadigas, 2015, p.134

Em contraste com vastas áreas ocupadas por habitação à face de rua, servidas exclusivamente por estas ou arruamentos marginais de perfil irregular de origem medieval, sem dimensões legais atualizadas e sem um esquema médio de distribuição local, a exemplo a Rua da Bélgica, em Canidelo, um conjunto significativo de operações de transformação do solo consolidou a concentração de população operária em zonas como a Afurada, Oliveira do Douro, Canidelo e Vilar de Andorinho. Associadas à comparticipação municipal, depois de 1969, e do FFH, fundado nesse ano, mais tarde IGAPHE e depois INH, surgem os grandes conjuntos habitacionais municipais caracterizados pela maior concentração populacional, pela existência de equipamentos colectivos, pela opção por tipologias em altura em espaços de enquadramento públicos e o desenvolvimento de espaços de estar, espaços de recreio e espaços desportivos.

Entre 1973 e 1994, no arquivo municipal de VNG, existem registos de cerca de setenta operações de urbanização diferentes para o concelho, especificamente para as freguesias que passariam a constituir o atual limite urbano e com maior densidade populacional. Além destas ainda crescem as de maior dimensão e concretizadas até à década de noventa – o Bairro de Simopre, de 1978 (Afurada) (Fig. 152), o Bairro de Vila d’Este, de 1976 (Vilar de Andorinho) (Fig. 153), o Bairro da Bela Vista, de 1985 (Canidelo, pela Urbicoop) (Fig. 150) e o Bairro da Cooperativa Tripeiro, de 1981 (Canidelo) (Fig. 151). Outros conjuntos habitacionais tiveram lugar em Avintes e na Madalena

Em 1988, o DL 455/88, de 13 de Dezembro transfere para as comissões de coordenação regional competências da extinta DGSU em matéria de construções de edificações fora dos perímetros urbanos.



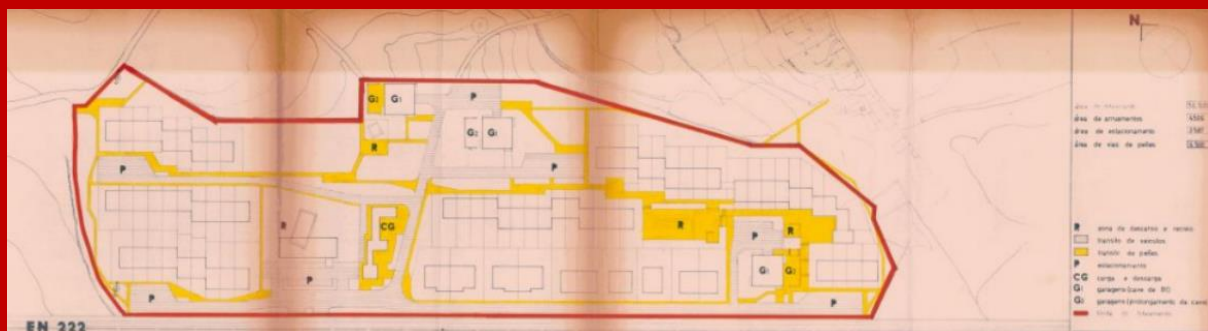


Fig. 144 Loteamento da Lavadeira, de 1969, na frente da EN222, em VNG.  
Fonte: Acervo DGT.

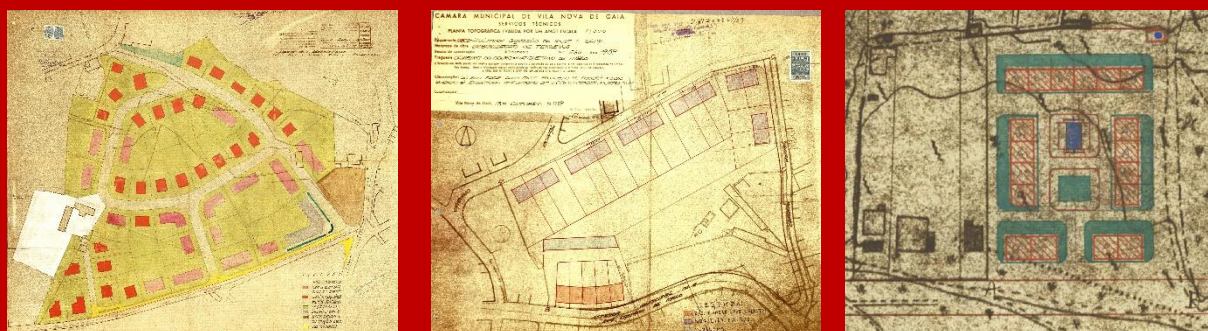


Fig. 145 Loteamentos vários em VNG. Respetivamente de 1956, 1959 e 1950.  
Fonte: AMSMB, ID 79838, ID 74250.

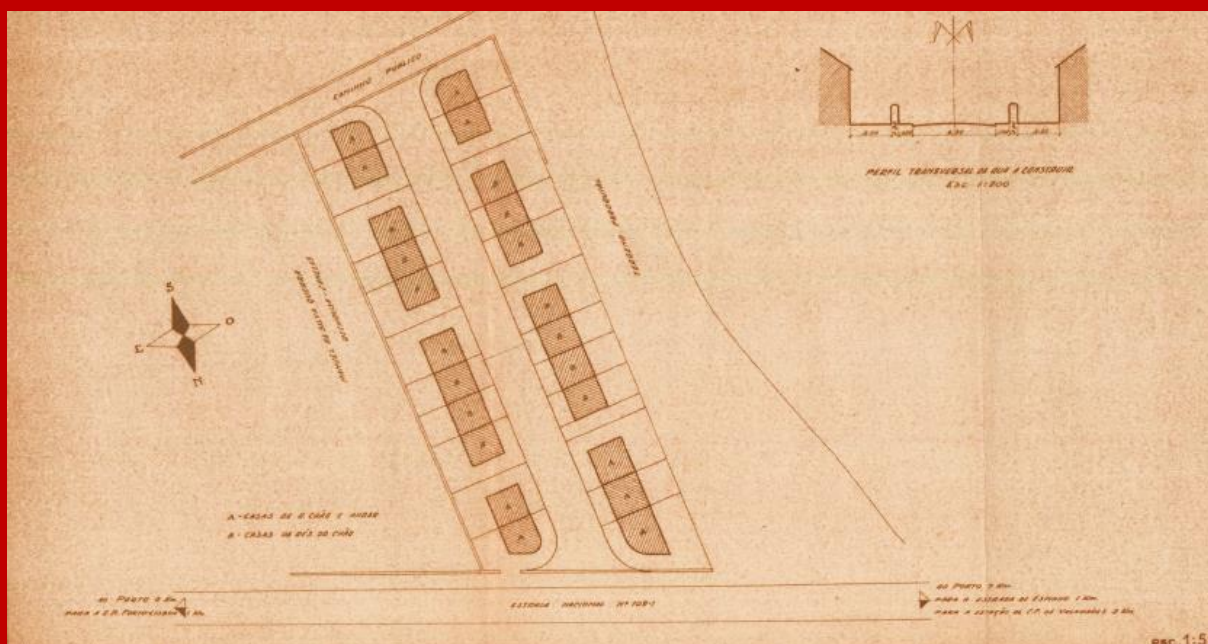


Fig. 146 Loteamento particular, de 1958, em Vilar do Paraíso, em VNG.  
Fonte: AMSMB, ID 73369.



Fig. 147 Urbanização Mariani, na proximidade da estação das Devesas e da Urbanização Maravodi, em VNG, de cerca de 1972.  
Fonte: AMSMB, ID 53591 e ID 53589.

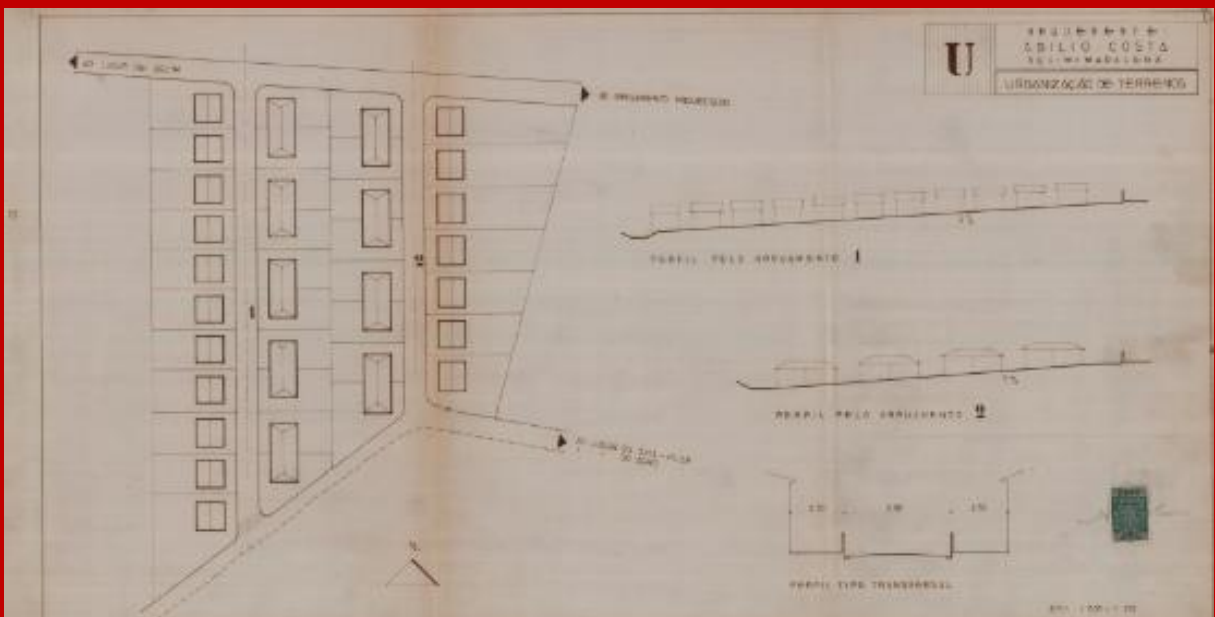


Fig. 14829 Loteamentos vários em VNG. Respetivamente de 1950, na Gândara, de 1951, em Mafamude (Quinta da Tapada), de 1958, na Madalena (Aguim).  
Fonte: AMSMB, ID 73157, ID 73946 e ID 74861.





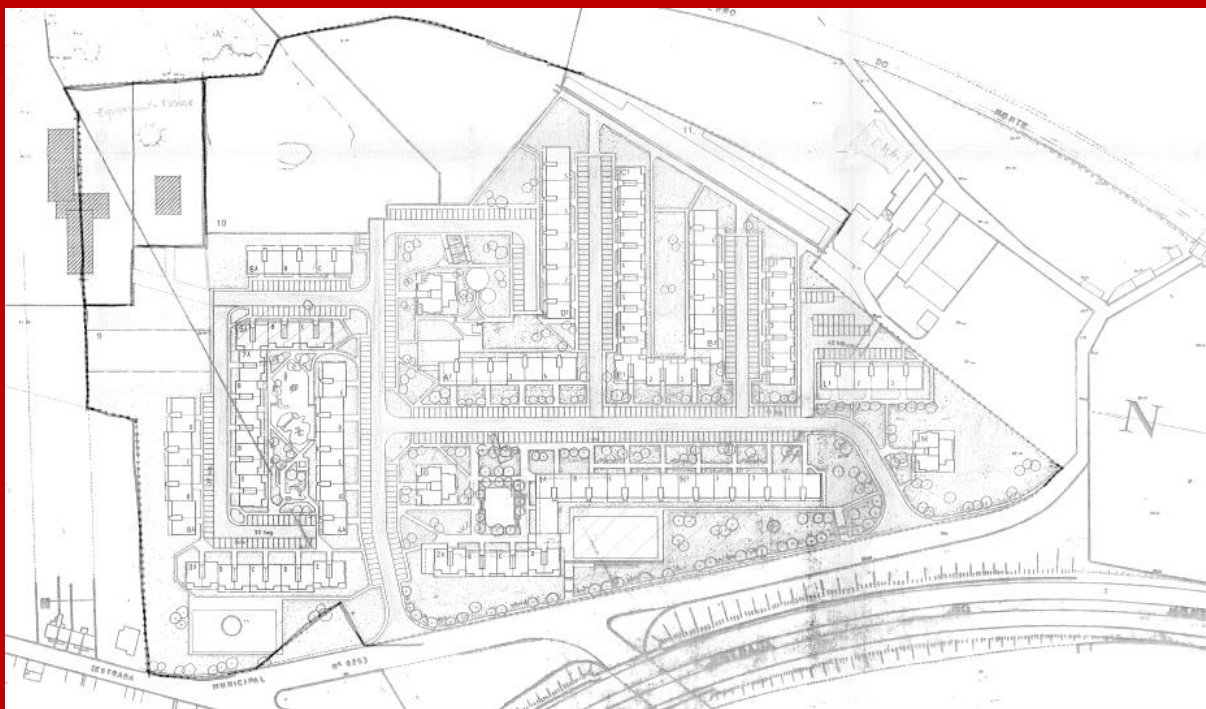


Fig. 150 Pormenor do loteamento da Quinta da Bela Vista, pela Urbicoope, em 1987, em VNG.  
Fonte: GIAURB, Alvará nº 56/87.



Fig. 151 Planta de infraestruturas do loteamento da CHE Tripeira, de 1987, na Rua do Emissor, em VNG.  
Fonte: GIAURB, Alvará nº 15/87.



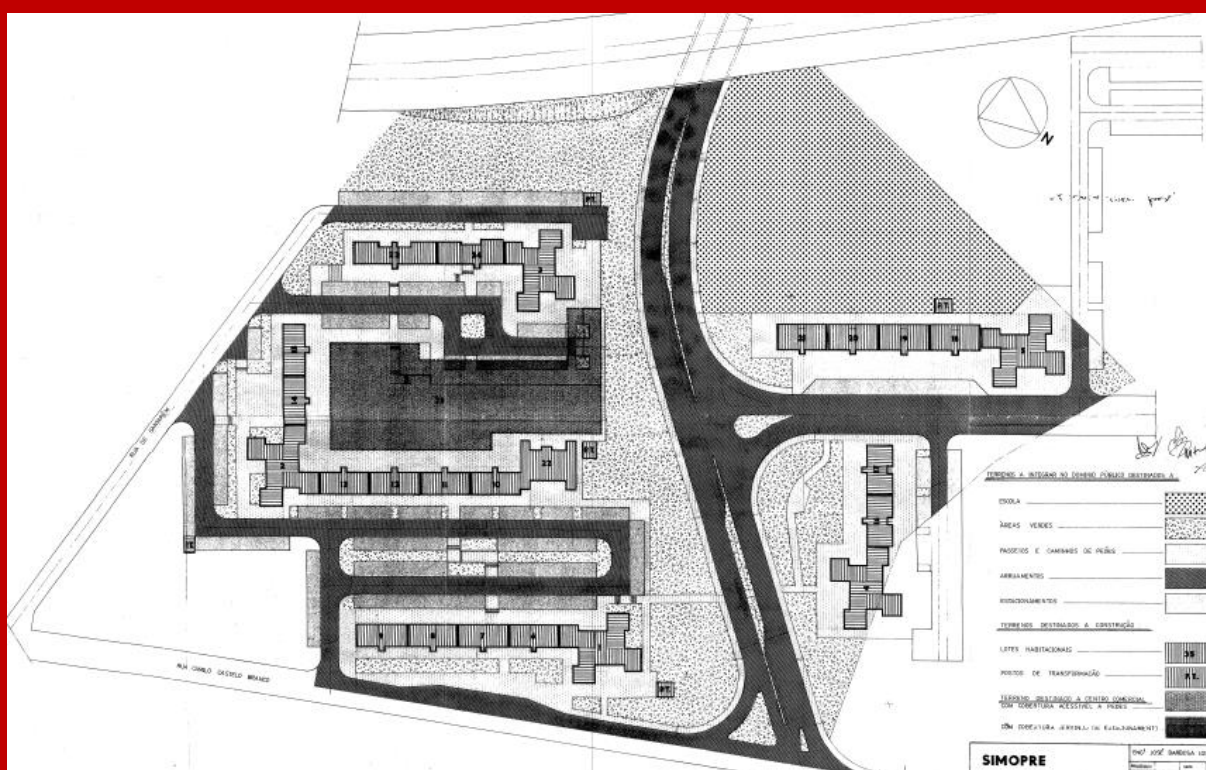


Fig. 152 Planta do loteamento da Simopre, na Afurada, de 1981, em VNG.  
Fonte: GAIURB, Alvará nº 73/81.



Fig. 153 Planta da primeira proposta de urbanização do loteamento de Vila D'Este, então Quinta do Monte Grande, de 1968, em VNG.  
Fonte: Acervo DGT.

**PLANEAMENTO URBANO E  
OPERAÇÕES URBANÍSTICAS  
POR PARTICULARES  
ATÉ À PUBLICAÇÃO DO PDM**

*Se bem que até à entrada em vigor do D.L. 560/71 tenham sido aprovados alguns Ante-Planos de Urbanização, estes apenas vinculavam a concessão de licenças para construção ou transformação de edifícios. Não permitindo às câmaras municipais o acesso a uma política de solos à «Duarte Pacheco» (Gonçalves. 1983). A reacção a este tipo de planeamento e à gestão resultante não se fez esperar e surge no sector privado um mercado paralelo de loteamentos. Tecnicamente clandestinos por ser legalmente negada a competência aos seus promotores, passando a ser aceites após 1965, e sendo imposta uma área mínima de cedência para equipamentos colectivos de 1973 a 1984. No entanto, até 1965, alguns loteadores já substituíam na prática o sector público, com o consentimento das câmaras e a aprovação da administração central (Gonçalves, 1978). Após 1965, a ausência de políticas de solos actvantes e articuladas com os planos de urbanização das principais áreas urbanas, visando assegurar atempadamente a disponibilidade em solo municipal para os equipamentos colectivos (...) bem como para os espaços canais concelhios e regionais, conduziu a carências generalizadas em equipamentos colectivos e infraestruturas, ou pelo menos a estruturas deficientes das áreas urbanas, afinal mais resultantes do somatório de iniciativas avulsas dos promotores privados do que da prossecução de metas explicitadas em planos.*

*Correia, 2002, p.203*

Com o processo revolucionário, depois de 25 de Abril de 1974, além do conjunto de preocupações patentes à ideia de estabelecer condições sociais de apoio à população em geral, verificou-se a necessidade urgente de suprir a falta de habitações suficientes. Neste contexto, de características nacionais, foi edificado o maior conjunto residencial da região do Porto, o Bairro de Vila d'Este ou Urbanização Niassa, na encosta sul do Monte da Virgem, a nascente do sanatório, agora transformado no Hospital Santos Silva. Este bairro, em grande parte edificado pela Construtora do Niassa, permitiu acolher rapidamente cerca de dezassete mil pessoas, grande parte provenientes da cidade do Porto. A sua localização periférica, fora das freguesias não urbanas mais densas, e a construção de baixa qualidade ditaram a rápida degradação das condições materiais.

Apesar do conjunto de equipamentos instalados e da existência de espaços exteriores de recreio, a situação económica da maioria dos habitantes e a legislação que veio agravar a aquisição de habitação própria contribuíram para a excessiva ostracização das populações que ali se instalaram.

No planalto da Arrábida foi construído um outro bairro, promovido pela Simopre, de menores dimensões, com recurso à construção em pré-fabricação. Nesta época, em contexto de promoção do acesso ao crédito bancário para habitação foram promovidos os primeiros bairros de iniciativa pública e coletiva no concelho, por iniciativa do FFH, permitindo a realização de vários conjuntos habitacionais que contribuíram para a manutenção de espaços verdes e espaços de recreio, em situações de alta concentração construtiva.

Durante a década de setenta e oitenta, verificou-se um aumento do investimento na construção de edifícios destinados à educação. Foram implantadas diversas escolas preparatórias, como as de Teixeira Lopes e Soares dos Reis, na sede concelhia, e a dos Carvalhos, em Pedroso, entre outras. Da mesma forma foram edificadas várias escolas secundárias, principalmente nas freguesias periféricas, como Canidelo, Valadares, Oliveira do Douro e Canelas. Durante um longo período, o investimento público promoveu a construção destes equipamentos de apoio à construção habitacional em massa que começava a adotar novas tipologias construtivas. Associada a esta situação, ao aumento substancial da circulação na Ponte da Arrábida e ao aumento populacional nessa década, Vila Nova de Gaia foi elevada a cidade, em 1984.

Todas as obras públicas, bem como a construção generalizada de iniciativa privada, que se estende quase uniformemente por todo o território concelhio, apoiam-se na estrutura viária existente e prevista, sem alterações significativas desde o final da década de sessenta, com única exceção para as vias de acesso à Ponte da Arrábida: a autoestrada entretanto prolongada para sul e a EN 109, de ligação a Espinho. A construção de novas vias efetiva-se a partir dos anos noventa, sob os estudos do Plano Diretor Municipal, publicado em 1993, que ainda importaram diretrizes estruturais do plano de 1949 e do Plano Regulador.

Em suma, e durante as últimas décadas de vigência do Estado Novo, o planeamento do território gaiense foi afeto às operações urbanísticas de iniciativa privada, e a programação da habitação em escala territorial, correspondeu a uma ínfima parte das necessidades reais<sup>522</sup>.

---

<sup>522</sup> “Apesar de o número de barracas e outros tipos de alojamentos precários terem aumentado em Portugal cerca de 33% de 1970 para 1981, o seu número tem pouco significado no total de alojamentos, se comparado com o peso que a construção clandestina atinge (a maior parte desta contabilizada como alojamento clássico no último Censo), principalmente na periferia dos dois principais centros

Segundo Matos (1990), a descativação do FFH, o aumento do IVA da construção para as cooperativas, a passagem de aquisição de habitação para políticas de crédito à banca, associados ao aumento exponencial dos valores imobiliários, diminuíram a capacidade económica das cooperativas e enfraqueceram o poder económico dos associados. As cooperativas revelavam-se importantes, na medida em que estabelecendo um compromisso entre a promoção pública e o mercado, aumentou-se a produção de espaço público, e garantia-se a posterior manutenção dos espaços exteriores, dos espaços comuns que serviam as habitações, e a permanência da atividade dos equipamentos sociais afetos.

Segundo os registos do arquivo municipal, entre o final dos anos setenta e oitenta do século XX, apresenta-se a maior recorrência de pedidos de obras particulares para edifícios de promoção participada, que tiveram, muitos destes, prolongadas fases de execução e conclusão já na década de noventa.

Considerando a estrutura de espaço público identificada em sede de revisão do PDM, pode afirmar-se que através daquelas intervenções, especialmente nas de maior escala populacional, se produziram alguns dos exemplos de organização urbana em VNG, integrando tardiamente os pressupostos modernos que os bairros planeados na cidade do Porto, no âmbito do Plano de Melhoramentos apresentavam, desde 1956.

Contudo, a transformação planeada do solo existente, dependente de uma relação entre a autorização institucional e a promoção privada, originou um desfasamento para com as realidades de expansão socioeconómica que estavam a ser promovidas centralmente, especialmente através dos Planos de Fomento. Em 1975, previa-se uma carência de 500 mil novos fogos no país (Matos, 1990, p.165), o que constituía uma necessidade para a qual o planeamento, mais do que se manifestar obsoleto, apresentava-se como parte decisiva na permissividade do agente privado de transformação.

Contrastando com os bairros clandestinos do Picão, em Canidelo e o da Madalena, surgindo fora da abrangência dos planos parciais existentes<sup>523</sup>, surgem as urbanizações

---

urbanos do país, Lisboa e Porto, estimando-se o seu número, a nível nacional, em cerca de 238 mil edifícios, o que representa 40% do total da construção realizada entre 1971-1981." Matos, 1990, p.3.

<sup>523</sup> "É sabido que uma das principais causas que leva à coexistência de dois tipos de submercados habitacionais (o legal e o clandestino), radica na questão da produção do solo urbano e das contradições inerentes à legislação que o regulamentam. (...) As leis urbanísticas impostas pelo Estado vão, na verdade, favorecer os interesses dos grandes proprietários e as populações de menores recursos que procuram instalar-se na cidade. As operações de transformação de usos do solo, isto é, a sua passagem de rural a urbano, faz-se essencialmente pelo processo de loteamento urbano, carecendo de licença obrigatória dentro dos perímetros urbanos e áreas de protecção fixadas para as sedes de concelho e outras localidades (com mais de 2500 habitantes) abrangidas pelos planos de urbanização, sendo estes da competência das autarquias, mas cuja aprovação depende da Administração Central." Matos, 1990, pp.154-155.



autorizadas e afetas às instruções dos planos, que permitiram a permanência de espaços exteriores de utilização coletiva que hoje constituem partes significativas da estrutura de espaço público e de espaços verdes em zonas de alta carga populacional e que estão contemplados no levantamento do espaço público não viário pela CMVNG<sup>524</sup>. Apesar de uma tendente melhoria das ruas de maior dimensão ou de maior ligação entre lugares, nomeadamente pela pavimentação e reperfilamento executados em sede de obras municipais, temos de convir que a infraestruturação municipal começou tardiamente e foi prejudicada pela intervenção dos particulares. A exemplo, é na década de quarenta, particularmente no final, que mais registos de arquivo encontramos referentes a escrituras ou a projetos de pavimentação e retificação das estradas municipais. Na década de trinta, encontramos mais registo relativos a estradas municipais mais antigas e estradas nacionais. É de 1931<sup>525</sup> o projeto de rede de esgotos do Jardim Soares Reis, tendo sido colocados coletores de esgotos em 1968<sup>526</sup>, e, em 1971, ter sofrido uma obra de remodelação e arranjo do jardim. Datam de entre 1961 e 1971, os registos de esgoto pluvial no concelho de VNG. Datam da década de sessenta, as obras de repavimentação de várias das ruas já existentes, especialmente daquelas que se encontravam fora do limite urbano.

Apesar das expectativas apresentadas nos diversos planos desenvolvidos até à Revolução de 1974, especialmente o Plano Regional do Porto de 1946 e de 1963 e o Plano Regulador de 1967, tanto quanto à população operária e população em idade escolar, como à necessidade de fogos, de equipamentos escolares, médicos e sociais associados, estas foram suplantadas com a ação extrapolada de urbanização particularizada. As áreas afetas ao plano que se desenvolveram em sede da iniciativa privada revelam as indicações constantes no desenho e perfilamento das vias e das implantações do edificado. Consideramos, portanto, alguma herança positiva do planeamento urbano para a existência de espaços exteriores de permanência de algumas destas operações, contanto que são porção mínima das operações que tiveram consequências definitivas na carência generalizada de espaço público que apresenta o concelho.

---

<sup>524</sup> Consideramos determinante a referência a este fenómeno da construção habitacional clandestina, com manifestações nacionais à época e em outros países como a Grécia, Turquia, Espanha, Itália e Jugoslávia (Matos, 1990). Esta alteração do solo clandestina, prejudicando as características existentes do solo agrícola sobre o qual o limite urbano se veio a estender mais tarde, originou graves lesas ao território, nomeadamente pela inexistência de infraestruturas básicas e a impermeabilização de linhas de água, entre os vales onde a ocupação foi mais intensa – freguesias limítrofes a norte, como seja Canidelo, Santa Marinha e Afurada, Madalena, Oliveira do Douro e Canelas.

<sup>525</sup> AMSMB, 18481.

<sup>526</sup> AMSMB, ID 274073.

## PLANEAMENTO URBANO SOB A FIGURA DO PDM E DOS IGT

*A Constituição Portuguesa de 1976, consagra a autonomia administrativa e financeira dos órgãos do poder local – Lei das Atribuições e Competências das Autarquias (Lei 79/77 de 25 de Outubro) e a Lei das Finanças Locais (Lei 1/79 de 2 de Janeiro). No mesmo sentido, as leis aprovadas no início da década de oitenta (DL 100/84 de 29 de Maio e DL 98/84 de Março), vieram consolidar o municipalismo, que apareceu associado à promoção do desenvolvimento, à salvaguarda do património ou à valorização das culturas regionais.”*

Domingues, 2006, p.23

Entre 1969 e 1994, cerca de 35 empresas cooperativas atuavam no concelho para a construção de edifícios habitacionais, com predominância de multifamiliares em altura, em torre ou blocos perpendiculares aos arruamentos de serviço, com zonas de estar diretamente relacionadas com a proposta morfológica de cidade moderna, em parte, resultante dos estudos do LNEC, publicados em 1985, sobre os espaços exteriores em novas áreas residenciais<sup>527</sup>. Um dos argumentos quanto a estas soluções prendia-se com a **“redução dos custos de impermeabilização do solo”** (Portugal, 1985, p.82), além da diminuição dos custos associados à distribuição de infraestruturas básicas. Uma característica essencial do contexto ideológico e político coevo foi o protagonismo da programação da habitação e da consideração das áreas de urbanização de génese ilegal como uma das atribuições do poder local. Até 1990, vários bairros pertencentes à segunda e terceira fase de investimento do anterior FFH foram concluídos. A construção de Vila D’Este, em Vilar de Andorinho foi faseada com uma parceria pública com promotores privados, no qual a Caixa Geral de Depósitos participou.

No contexto de desenvolvimento efetivo desta competência de planeamento e de programação da habitação municipal, surgem os planos municipais de ordenamento do território, sendo estipulado, pelo Decreto-Lei 79 de 25 de Outubro de 1977, a figura do Plano Diretor Municipal. Este diploma viria a ter efeito através da publicação do Decreto-Lei 208/82 de 26 de Maio e respetivo Decreto Regulamentar 91, de 29 de Novembro de 1982 e a Portaria

---

<sup>527</sup> As conclusões essenciais destes estudos corroboram uma nova relação do edificado com a paisagem, atribuindo conteúdo científico às decisões técnicas quanto às tipologias a adotar e à economia de meios necessárias à melhor qualidade de vida material em meio urbano.

989, do mesmo ano. Em 1990, o Decreto-Lei 69 de 2 de Março regulou a elaboração, aprovação e ratificação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território<sup>528</sup>.

Em VNG, em função da obrigatoriedade de produzir o Plano Diretor Municipal, deu-se início aos estudos prévios em 1984<sup>529</sup>, nos quais colaborou Nuno Portas.

Aquando da elaboração do PDM<sup>530</sup>, em 1993, Vila Nova de Gaia era constituída por 24 freguesias, tinha uma densidade populacional de 1537,5 hab/km<sup>2</sup> e uma população residente de 248565 indivíduos, dispondo de 87728 alojamentos clássicos<sup>531</sup>. Para uma comparação pertinente, segundo o Plano Regulador de 1967, para o concelho de Vila Nova de Gaia, e para a década de 1990, projetava-se um total de 260 500 habitantes, ou seja, uma diferença por excesso na previsão de apenas de cerca de doze mil habitantes. O PDM de 1994 previa ainda um total de 284405 habitantes para 1996, sendo que a esta data a situação real apresentava cerca de 10 mil habitantes a menos. Os estudos do PDM detetavam um crescimento demográfico, entre 1970 e 1981, de 25%, 5,5% mais alto do que o da recentemente criada AMP e 10,2% mais alta do que a continental. Em 1981, mais de 40% da população estava radicada no sector terciário, com uma predominância da faixa etária em idade ativa.

Os estudos para o relatório da situação existente foram elaborados entre 1978 e 1979, no sentido de uma suposta revisão do Plano Geral de Urbanização. Entretanto foi criada a CIAP (Comissão Interna de Apoio ao Plano) para otimizar os processos de informação nos serviços municipalizados. Foram constituídos grupos de trabalho para ações de gestão e preparação de materiais para a elaboração do PDM. O PDM foi elaborado pelo Gabinete do Plano Diretor

---

<sup>528</sup> A década de oitenta do século XX marca uma reconsideração do planeamento e o nascimento do conceito de ordenamento do território como política pública em Portugal. A década seguinte prossegue a consolidação da acção municipal e intermunicipal e o reconhecimento da escala territorial precedente do planeamento. O DL 181/70, de 28 de Abril estabelece as servidões administrativas, o DL 451/82, de 16 de Novembro estabelece a RAN, o DL 321/83, de 5 de Julho estabelece a REN, a Lei 11/87, de 7 de Abril estabelece a lei de bases do ambiente e o DL 19/93, de 23 de Janeiro estabelece a lei-quadro das áreas protegidas. Em 1999, o DL 555/99, de 16 de Dezembro estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, definindo que os projectos de loteamento devem prever áreas destinadas à implantação de espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos, cujos parâmetros de dimensionamento são os que estiverem definidos em plano municipal de ordenamento do território, de acordo com as directrizes fixadas pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e pelo plano regional de ordenamento do território. As áreas de cedência viriam a ser reguladas pela Portaria 1136/2001, de 25 de Setembro. Em 2008, surge a Portaria 216-B/2008, que revoga aquela e fixa o dimensionamento de áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva, entre outros.

<sup>529</sup> Neste ano, foi delimitada a área de Centro Histórico. Em 1986, foi publicada a Declaração de Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística de Vila Nova de Gaia. O Castelo de Gaia foi integrado em Plano de Salvaguarda, pelo então IPPAR, visando a beneficiação do espaço público, em função

<sup>530</sup> O município de Vila Nova de Gaia dispõe de Plano Director Municipal ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/94, de 10 de Março, publicada no Diário da República, 1.ª série-B, de 6 de Maio de 1994, parcialmente suspenso pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/97, de 15 de Maio, publicada no Diário da República, 1.ª série-B, de 9 de Junho de 1997.

<sup>531</sup> Segundo Censos, de 1991.

Municipal, no gabinete de urbanismo do município, com uma equipa constituída por quinze arquitetos, quatro engenheiros, um economista, um técnico segurança social e um arquiteto paisagista<sup>532</sup>.

Os objetivos apontados pelo PDM, de 1993, publicado e ratificado em 1994, resumiam-se a: potenciar o crescimento urbano do concelho no contexto de uma área metropolitana em estruturação; a diversificar funcionalmente; a modernizar a rede viária, com maior ênfase para os atravessamentos transversais com o pressuposto de que os atravessamentos norte/sul estariam a cargo do Estado; a estabelecer acessos perpendiculares dinamizadores com a marginal contínua no litoral, favorecendo determinados sectores da costa; implementar o metro ligeiro de superfície nos eixos da Avenida da República, até Santo Ovídio, e da Arrábida, até Devesas; criar múltiplas áreas industriais; induzir a localização de concentrações terciárias nas proximidades das acessibilidades; atrair equipamentos estruturantes nas faixas de novas centralidades ou seja, para os eixos Stª Marinha - Mafamude - Vilar de Paraíso, Arcozelo - Gulpilhares - Valadares - Madalena e Oliveira do Douro - Avintes - Olival - Crestuma; permitir flexibilidade na decisão para a gestão urbanística tendo em conta a diversidade cadastral e incerteza do comportamento do mercado fundiário e imobiliário; adotar das tendências de urbanização instaladas, embora pretendendo sustentar a dispersão, dificultando a execução de novas áreas de loteamento em áreas virgens, a favor da colmatação ou preenchimento; distinguir dois tipos de áreas: áreas urbanas e urbanizáveis e áreas não urbanas e de salvaguarda estrita.

Ao longo dos dez anos de vigência do PDM e das respetivas 22 UPOG, foram estabelecidas 58 áreas que incidiam sobre os aglomerados urbanos de maior dinâmica populacional e económica. Destas, 33 são PU que abrangem quatro parques empresariais, oito são PP, dos quais cinco estão enquadrados no Programa Polis e oito correspondem a áreas de estudo para campos de golfe. As restantes nove áreas do plano correspondem a Estudos Urbanísticos (EU's) cujo objetivo seria estabelecer estratégias ajustadas à realidade evitando processos de elaboração e aprovação demorados a que os PU ou PP estão sujeitos. Destes planos, estão em vigor o PU da zona envolvente à VL8, ratificado em 1997, o PU da área do Parque da Cidade, ratificado em 1998 e o PP da área envolvente ao cemitério de Vilar de Paraíso, ratificado em 2004. Durante esta década foram definidos dois Planos Especiais de Ordenamento, dos quais apenas um se encontra em vigor, o Plano de Ordenamento da Orla

---

<sup>532</sup> O PDM era composto por três volumes, contendo o Relatório Final, o Regulamento, a Planta Geral de Enquadramento (1/10000), a Planta Síntese (1/25000), as Plantas de Ordenamento (1/10000), as Plantas de Condicionantes (1/10000), as Plantas da Situação Existente (1/10000) e elementos adicionais.

Costeira (POOC) ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros em 1999, tendo sido deliberada uma alteração em 2004.

***A dinâmica do mosaico resultante passará pelo estabelecimento de redes, como a rede de equipamentos e serviços, a rede de comunicações e transportes, a rede de infra-estruturas básicas, a rede de aglomerados urbanos, ou rede urbana. A rede urbana, entendida como um sistema de distribuição espacial de centros ou aglomerados urbanos dum território, constituirá o esqueleto suporte e estruturante do espaço do Município. No âmbito do PDm, a caracterização da rede urbana assume uma importância fundamental pois permite, não só uma visão global de estrutura urbana do Município, como permite também escalonar as obras e, portanto, as despesas públicas no campo do equipamento social e das infra-estruturas.***

PDM, 1985, RU, p.12

Entretanto, foram implementados os Planos Sectoriais (PROF da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga – AMPEDV 2007) e Planos Especiais (POOC Caminha/Espinho 1999, alterado em 2007 e o Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever – POACL 2007). Foram também implementados vários PU e PP no âmbito das UOPG ou do Programa Polis<sup>533</sup>.

Realizaram-se vários projetos de âmbito municipal e supramunicipal nomeadamente, Projetos de Execução das Redes de Infraestruturas, Projeto da Rede Elétrica Nacional e Rede de Telecomunicações, Projeto da Rede Viária Municipal, Projeto do Metro de Superfície, Projeto da Rede Ferroviária de Alta Velocidade. Promoveu-se o Programa Especial de Realojamento (PER) e a Rede de Equipamentos Fundamental.

Da perspetiva da transformação do solo em solo público, uma das principais execuções do primeiro PDM foi a delimitação de área do Centro Histórico, com 147 ha, na qual se propunha uma estratégia autónoma de atuação. No seguimento da publicação do DL 274/76, de 5 de Novembro, foi classificada uma área correspondente ao vale dos armazéns do vinho do

---

<sup>533</sup> No total estabeleceram-se 23 UOPG: A\_ Frente Urbana da Ribeira; B\_ Eixo Urbano Devesas / Arrábida; C\_ Área Urbana Central da Barrosa, D\_ Interface de Santo Ovídio; E\_ Zona Nascente de Expansão da Cidade; F\_ Parque do Areinho de Quebrantões; G\_ Áreas de Estruturação Urbana de Oliveira do Douro, I e II; H\_ Núcleo Central dos Carvalhos; I\_ Zona de Expansão dos Carvalhos; J\_ Núcleo Central de Grijó; L\_ Zona de Expansão do Juncal / Espinho; M\_ Frente Urbana Miramar / Granja; N\_ Zona de Enxomil; O\_ Frente Urbana Francelos / Miramar; P\_ Núcleo Central de Valadares; Q\_ Zona de Equipamentos de Valadares; R\_ Frente Urbana; Madalena / Valadares; S\_ Frente Urbana de Salgueiros; T\_ Frentes de Mar e Rio; U\_ Zonas Industriais; V\_ Zona da Bela em Gulpilhares; X\_ Parque Biológico.

Porto e ao lugar do castelo. Desta classificação e depois de um processo demorado de estudo e acompanhamento foi desenvolvido o programa de intervenção na ACRRU, posterior ARU e atual URU<sup>534</sup>. Este processo integrou o investimento da Parque Expo<sup>535</sup> na execução da estratégia delineada em estruturar e capacitar o espaço público existente nesta área, por forma a garantir condições de salubridade, segurança e permanência dos habitantes. Esta qualificação só viria a ter efeito na primeira década do século XXI, refletindo uma mudança de paradigma no planeamento urbano no concelho.

***As acções tendentes à conservação e reabilitação do património Arquitectónico e cultural, não se devem circunscrever a uma única zona limitada (Centro Histórico), mas terão de se alargar a outras áreas, onde os valores patrimoniais e culturais, pela própria dinâmica se encontram disseminados, justificando-se assim, pontualmente, acções de recuperação e revitalização integradas numa estratégia global de ordenamento do território.***

PDM, 1985, CH, p.12

Outra realização efetiva, do ponto de vista da estruturação do espaço público e da sistematização viária, veio no seguimento das estratégias de atravessamento viário nascente-poente do concelho, patentes na estrutura viária no Antepiano de 1946, alteradas pelo PGU de 1949 e propostas, com uma localização próxima da atual, no Plano Regulador de 1967. Nos estudos para a elaboração do PDM, as Vias 2 e 8 constituíam prioridade máxima, estabelecendo as ligações que se vieram a executar depois de 2009, com o perfilamento da VL8 e as alterações do Nó da Arrábida. Estas vias realizaram os objetivos de ligação das anteriormente designadas no Plano Regulador de 1967, de V2 e V8, as quais correspondem à necessidade premente de conexão interior do concelho, relacionando localmente a zona sul de Mafamude com a zona da Afurada. A primeira zona, correspondente aos planos de urbanização de Cabo-Mor e da urbanização tardia da quinta da Barrosa, integrando ainda as intervenções da urbanização Mariani, desde o final da década de setenta.

---

<sup>534</sup> "Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 307/2009 foi estipulado (artº78º) um prazo de 2 anos para a conversão das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística em uma ou mais áreas de reabilitação urbana. Pelo facto de não se ter reconvertido a ACRRU até ao limite do prazo fixado (23 de Dezembro de 2011), urge agora promover a criação duma ARU – Centro Histórico." In PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) "CENTRO HISTÓRICO", Departamento de Reabilitação Urbana, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, 09 de Maio de 2013.

<sup>535</sup> "O instrumento eficaz para a concretização desta intervenção é a constituição de uma Sociedade de Reabilitação Urbana detida maioritariamente pelo Município (51%) e participada pelo Estado (49%), representado pelo INH ou pelo INH e Parque Expo." In "Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Vila Nova de Gaia – Estudo de Enquadramento Estratégico". Parque Expo, 2006, p.5.



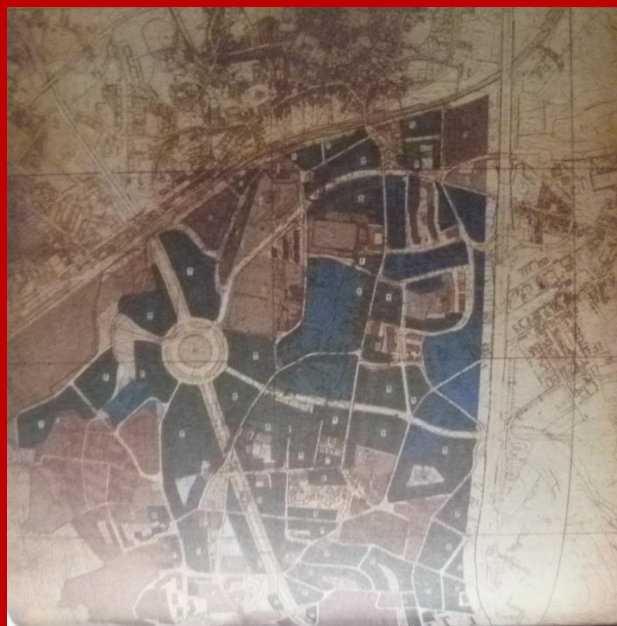
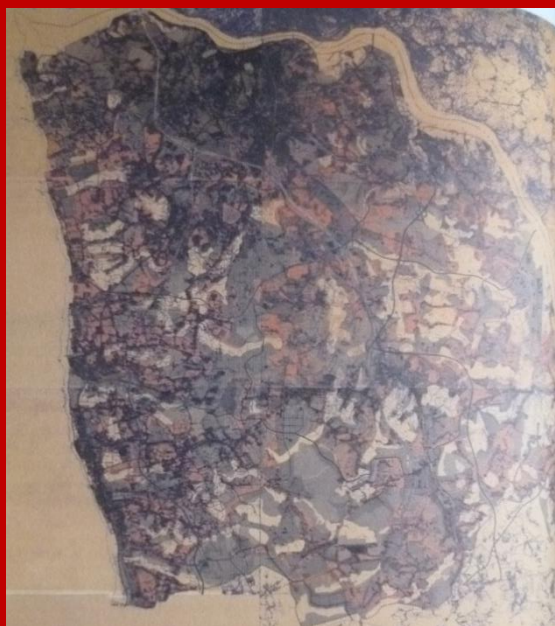


Fig. 154 Planta Síntese dos estudos para o PDM, do final da década de 1980. Planta de Ordenamento do PDM, de 1994, Planta do Plano da VL8.  
Fonte: Acervo DGT, ID28176; Portas, 2012, pp.394-396.

A comunicação viária destas áreas constituiu um dos objetivos primordiais de organização municipal durante todo o século XX, tendo sido efetivada depois da publicação de revisão do PDM, ainda que este nada tenha em comum com o contexto de investigação e projeto que levou à existência daqueles, décadas antes.

***Em 1974 havia 1900 ramais de ligação e as águas residuais eram lançadas directamente no Rio Douro. Actualmente existem ramais de ligação mas as águas continuam a ser lançadas no Douro, problema que exige uma especial atenção no âmbito dos estudos do PDM, com vista a encontrar-lhe solução satisfatória, que será, em princípio, a construção de uma ETAR.***

PDM, 1985, SB, p.15

Outra questão essencial preconizada pelo PDM foi a sistematização sanitária do concelho, avaliando a situação existente das infraestruturas e propondo soluções intermunicipais, nomeadamente com o concelho de Espinho, para a execução do exutor e da ETAR. Na conclusão sobre este capítulo refere-se a análise casuística de Planos de Urbanização e loteamentos aprovados de forma a avaliar as consequências da sua execução, além de propor a melhoria dos espaços verdes públicos existentes, cuja salvaguarda seria essencial como áreas de pulmão urbanas.

***Pretendeu-se dotar o plano de uma regulamentação com a necessária e suficiente flexibilidade, por forma a facilitar a adequação da gestão urbanística à evolução futura do concelho no contexto de uma Área Metropolitana em estruturação, dada a diversidade cadastral e a incerteza que caracteriza a proporção dos diferentes segmentos da procura e da própria oferta, que em parte a determina ou condiciona.***

PDM, 1993, p.1

Dos objetivos propostos no PDM, ao nível da transformação do solo, compreende-se uma estratégia redutora que se definia pela delimitação física entre espaços urbanizáveis e espaços não urbanizáveis e de salvaguarda estrita, com zonas de transição passíveis de ocupação sob necessidades imprevisíveis ao plano. A limitada ação de estruturação territorial proposta, não harmonizando as várias intervenções previstas, aumentou as dificuldades de intervenção nas zonas altamente ocupadas, com fracas ou inexistentes infraestruturas básicas.



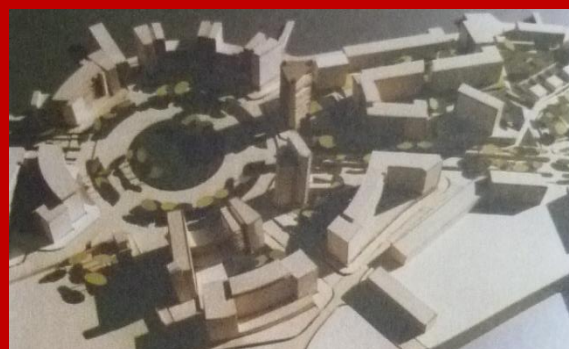
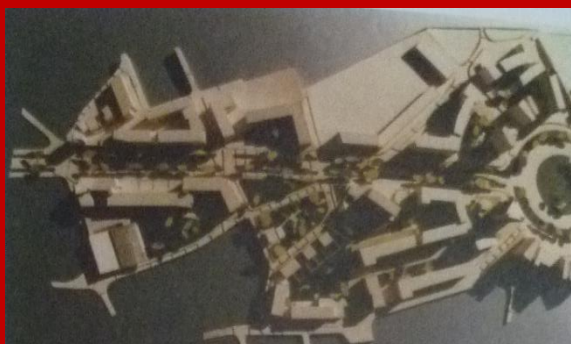


Fig. 155 Fotografias da maquete do plano para a VL8.  
Fonte: Portas, 2012, pp.394-396.

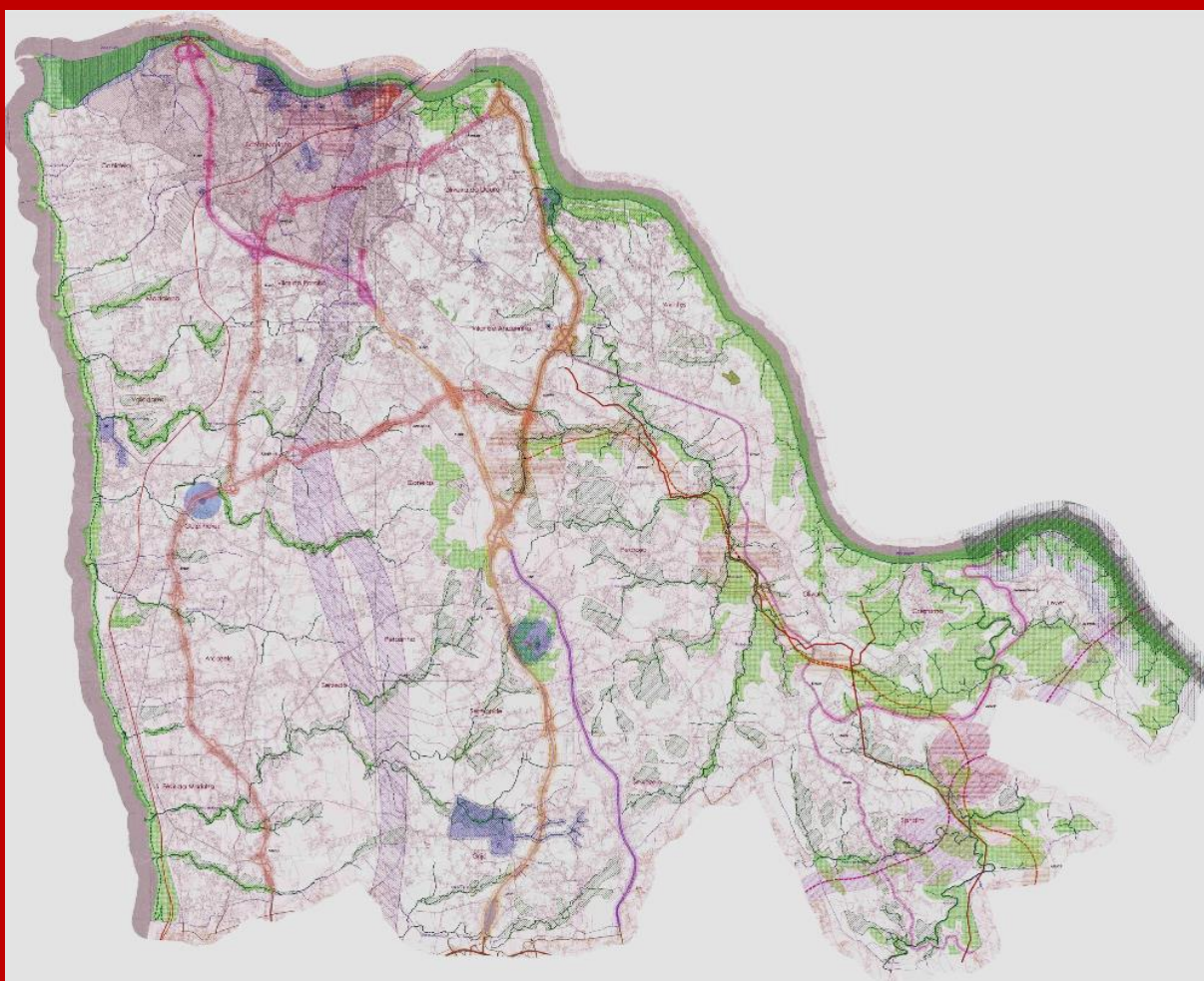


Fig. 156 Planta de Condicionantes do PDM de 1994.  
Fonte: GAIURB.

As zonas de transição (PDM, 1993, p.6) obrigavam à realização, pelos interessados, de obras de urbanização e a ligação às redes públicas existentes, pois que estas áreas não constituíam prioridade de execução para a ação municipal. A delimitação das áreas de servidão administrativa e restrições de utilidade pública, constante da legislação coeva, estava contemplada na planta de condicionantes.

Em síntese, o PDM propunha-se a uma gestão flexível, dependente da formação do mercado e da iniciativa privada, condicionando apenas a necessidade de relação das novas transformações de solo às vias existentes, segundo critérios estabelecidos pelo regulamento para a divisão dos loteamentos, baseados na morfologia e na continuidade física, não apresentando **“destinos de usos e índices de ocupação”** (PDM, 1993, p.7).

Quanto ao espaço público a produzir em sede de urbanizações, o plano impunha a definição do traçado em continuidade com os arruamentos existentes ou o seu perfilamento, **“procurando garantir a coerência na construção do espaço urbanizado”** (PDM; 1993, p.7). Esta natureza sugestiva do plano vinha de encontro com a possibilidade de se enquadrarem vários tipos formais do edificado e de morfologia urbana, dependentes da geografia de cada área e da necessidade de colmatar a estrutura do edificado dos aglomerados dispersos existentes.

O artigo 42º, relativo a áreas de valorização paisagística, delimitadas na planta de ordenamento, propunha um programa de ações concretas de valorização, sendo que as áreas afetadas seriam alvo de estudos complementares ao PDM, dos quais se destacava a Serra de Negrelos, o Monte Murado, Grijó e as áreas protegidas das encostas do Douro. Este artigo apontava ainda a promoção do **“fecho de malha urbana”** e da ortogonalidade da rede de circulação, limitava a realização de “culs-de-sac” em casos de impasse, defendia a criação de espaços exteriores passíveis de gestão condominial e a circulação pedonal.

***O recente processo de desenvolvimento de Gaia veio demonstrar que pela incapacidade de pôr em marcha todos os planos (PU's e PP's), como figuras de plena eficácia necessários para as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG's), visto que os estudos de conjunto (estudos de alinhamentos e cérceas, de volumes e formas, etc.) não encontram, na actual legislação, enquadramento que permita a sua operacionalidade e ainda pela permissividade característica do regulamento do PDM aliada à grande flexibilidade concedida à gestão urbanística, em grande parte casuística e arbitrária, não se conseguiu implementar os objectivos delineados para as referidas UO's.***

PDM, 2005, p.10



Fig. 157 Carta de execução do plano. Planta de Ordenamento.  
Fonte: GAIURB.

O PDM constituiu uma nova figura de planeamento integrado, numa lógica de promoção da atividade particular regulada, dentro das restrições aplicáveis à edificação promovida casuisticamente. Essa lógica, enquadrada numa perspetiva do mercado aberto e de uma nova relação económica com a Europa, contribuiu para diminuir a intervenção do estado social que se estaria a promover depois do processo revolucionário.

Foram exemplo, a diminuição do investimento do FFH na programação da habitação em VNG por surgimento de legislação de apoio financeiro bancário, transferindo para o mercado capitalista funções essenciais ao planeamento urbano. A procura de habitação tornou-se dependente das variações produzidas pela combinação de solo a custos reduzidos fora das áreas urbanizáveis, promotores e capacidade própria dos consumidores em obter crédito.

Contribuindo para a polarização de áreas altamente densas ou pelo contrário planeadas e infraestruturadas, e desse modo valorizadas no preço, o zonamento do PDM fabricou as condições materiais para a pontual valorização especulativa do solo, obrigando os pequenos investidores ou compradores com baixos rendimentos a adquirir habitação em situações de loteamento ilegal ou simples divisão parcelar, fora das zonas urbanizadas indicadas em plano.

Até à revisão do PDM, e no contexto da publicação profícua dos regulamentos associados ao ordenamento do território e aos regimes jurídicos das figuras de planeamento, VNG produziu vários estudos urbanísticos, pontualmente possibilitados pelo investimento da administração central e local.

Entre 1983 e 2008, constam os seguintes desenvolvimentos quanto ao planeamento e ordenamento do território aplicáveis ao concelho:

- Delimitação Centro Histórico – GHAVNG, de 1983;
- Estudos prévios para o Plano Diretor Municipal, de 1984;
- Candidatura ao Programa Reabilitação Urbano – DR II série, nº 29, de 1985;
- Constituição do GTL para reabilitação do Centro Histórico, de 1985;
- Regulamento do Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico de Gaia, de 1985;
- ACRRU (DL 794/76, 5 Novembro 1976) (DR 26/86, 1 Agosto), de 1986;
- Concurso Estudo Prévio Plano Pormenor Zona Ribeirinha – Ponte Luís I e Rua Rei Ramiro, de 1986;
- Reabilitação Posto Turismo – Avenida Diogo Leite, de 1987;
- Remodelação Largo Miguel Bombarda – Avenida Diogo Leite, de 1987;
- Inventário Património Classificado, de 1988;
- Escavações arqueológicas – Igreja do Bom Jesus de Gaia, de 1988;



- RECRIA, de 1988;
- Castelo de Gaia – IIP – D. 29/90, 17 Julho, de 1990;
- Novo Centro Cívico VNG - Paços do Concelho, de 1992;
- Igreja Santa Marinha IIP – D. 45/93, 30 Novembro, de 1993;
- Gabinete Técnico da Área Urbana Poente, de 1990 a 1994;
- PDM – 22 UPOG, 33 PU, 8 PP, de 1994;
- REHABITA – DL 105/96, 31 Julho, de 1996;
- RECRIPH – DL 106/96, 31 Julho, de 1996;
- Classificação Património Mundial Porto (Serra Pilar), de 1996;
- Ampliação das ACRRU, de 1997;
- PU VL8, de 1997;
- PU Parque Cidade, de 1998;
- Requalificação Largo Miguel Bombarda, de 1999;
- POOC – Caminha-Espinho, de 1999 a 2004;
- PNR – 2000, de 2000
- Programa POLIS, de 2001 a 2010;
- SOLARH – IHRU, de 2001;
- PBH – Bacia Hidrográfica, de 2001;
- Reabilitação do Convento Corpus Christi, de 2002;
- Reabilitação Marginal Fluvial – Ponte Luís I e Cais de Gaia, de 2002;
- Regime excecional Reabilitação Urbana – ACRRU – DL 104/2004, 7 Maio, de 2004;
- PP Vilar Paraíso, de 2004
- Masterplan CH VNG, de 2006
- PNPOT, de 2007
- PROF AMPEDV, de 2007;
- POACL, de 2007;
- POOC, de 2007;
- POOC, de 2008;
- PU Quinta da Boeira, de 2008.

Deste conjunto de planos, ou propostas de delimitação de atuação de planeamento em coordenação com as estratégias de ordenamento do território, destacam-se os PMOT em vigor

e os que foram executados – o PP dos Paços dos Concelho<sup>536</sup>, de 1992, o PP de Vilar do Paraíso<sup>537</sup>, de 2004, o PU da Quinta da Boeira<sup>538</sup>, de 2008, o PU da Barrosa<sup>539</sup>, de 2009. Depois da revisão do PDM, foram revogados o PU da VL8<sup>540</sup>, de 1997 e 2002, o PU do Parque da Cidade<sup>541</sup>, de 1998 e 2001, o PP da Zona Costeira entre Granja e Espinho<sup>542</sup>, de 1990.

### **PP do Centro Histórico**

Reforça-se aqui a ação municipal e estatal para a melhoria das condições de acessibilidade, dentro de uma morfologia datada e herdada da cidade mercantil setecentista e oitocentista, que fez permanecer as atividades industriais até ao final do século XX. Atualmente, a condição monopolizada da propriedade do solo é uma das dificuldades de transformação desta área, nomeadamente no que é previsto do ponto de vista de relação com o sistema de espaço público do restante município à cota alta.

### **Frentes Marítima e Fluvial**

Integrado no Programa Polis, abrange da faixa costeira ao rio numa área de 43 hectares. O desenvolvimento deste plano promoveu a reabilitação física do espaço público da marginal a jusante da Ponte Luís I. As áreas afetas à intervenção do POOC, do Programa Polis e dos Planos de Praia contribuíram para a qualificação ambiental de vastas áreas clandestinamente ocupadas, integrando uma nova estrutura física pública que possibilitou uma relação de compromisso entre as atividades humanas e as necessidades biofísicas desta unidade de território particular.

### **PU do Centro Cívico**

Um dos objetivos deste plano consistia no perfilamento de arruamentos na zona envolvente à câmara municipal, entre a Avenida da República e a Rua Álvares Cabral. Nesta área existe uma diferença de cotas que foi considerada no seu desenho, além da demolição de edifícios existentes para a transformação em espaços públicos com vegetação e de enquadramento. O plano previa ainda um edifício multifamiliar com comércio e serviços, o

---

<sup>536</sup> Ratificado por Despacho do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, de 2 de Janeiro de 1992.

<sup>537</sup> Resolução do Concelho de Ministros Nº 141/2004, de 9 de Outubro.

<sup>538</sup> DR 2ª Série, Nº 46, de 5 de Março de 2008, pelo Regulamento Nº 114/2008.

<sup>539</sup> DR 2ª Série, Nº 17, de 26 de Janeiro, pelo Regulamento Nº 54/2009.

<sup>540</sup> Resolução do Concelho de Ministros Nº 8/1997, de 16 de Janeiro. Alterado pela Declaração Nº 298/2002, de 30 de Setembro.

<sup>541</sup> Resolução do Concelho de Ministros Nº 64/1998, de 26 de Maio.

<sup>542</sup> DR 2ª Série, Nº 36, de 3 de Fevereiro de 1991.

qual não se encontra realizado. Foi previsto estacionamento subterrâneo e à superfície, constituindo esta área um ponto de intermodalidade central para os transportes coletivos. Pela sua especificidade e localização no contexto político e administrativo do concelho, esta área foi abordada em sede de microanálise (ver em anexo, ficha de identificação 012).

### **PU da Barrosa**

Este plano reveste-se de uma importância vital para a transformação do solo urbano nesta área, entre a zona de Cabo-Mor, o atual IC23 e a A1 (ver em anexo ficha de identificação 013). Os objetivos<sup>543</sup> deste plano refletem a necessidade de cumprimento das intenções apresentadas no plano dos acessos ao Nó da Arrábida, em 1967, no qual se estabelecia a ligação desta área com o Planalto da Afurada. O desenvolvimento urbano que se previa décadas antes para esta nova centralidade deu origem ao aumento da concentração populacional e à realização de uma estrutura viária eminentemente estradal. Apesar das intenções para a integração de ciclovias e espaços de circulação pedonal, uma grande extensa de natureza habitacional fica dependente da mobilidade individual, diminuindo as potencialidades desta centralidade do ponto de vista da utilização do espaço público.

Associada à presença de grandes superfícies comerciais<sup>544</sup> e de prestação de serviços de escala multinacional, a esta área corresponde uma possibilidade emergente de se estabelecer uma relação da malha local com a circulação regional que a circunda, hierarquizando os níveis de circulação viária. Em simultâneo, representa a oportunidade de planear uma nova área disponível que considere as estratégias de sistematização do espaço público, tão frequentemente apontadas nos estudos sobre o contexto dos espaços públicos no concelho, salientando a necessidade permanente da condição urbana em cada nova área que é programada e intervencionada. Essa condição urbana é garantida pela relação dos espaços públicos estruturantes e ligantes, que diminuem distâncias e permitem a uso por vários utilizadores, não exclusivas do transporte automóvel.

---

<sup>543</sup> "São objectivos do PUB: 1) Promover um correcto ordenamento desta zona da cidade, onde os espaços por construir, apesar de dispersos, ainda apresentam uma razoável expressão; 2) Impor regras objectivas para a consolidação e estruturação de uma área, predominantemente de comércio e serviços; 3) Clarificar usos e tipologias de forma a assegurar uma correcta articulação entre as diversas morfologias; 4) Consolidar o tecido urbano existente com a sua estrutura viária; 5) Promover uma correcta articulação entre solo urbano e solo de urbanização programada de forma a garantir uma correcta e coerente articulação entre ambas; 6) Promover a diversidade de usos de forma a evitar a monofuncionalidade; 7) Promover o fecho da estrutura viária de forma mais racional." In "Regulamento do PUB" (PUB, 2008, p.1)

<sup>544</sup> Decreto-Lei 190/89, de 6 de Junho e Decreto-Lei 258/92, de 20 de Novembro.





## **OUTRAS AÇÕES DE PLANEAMENTO E OPERAÇÕES URBANÍSTICAS POR PARTICULARES**

Segundo relatório da GAIURB<sup>545</sup>, verificou-se a emissão de 243 alvarás para operações de loteamento, incluindo dois municipais, com um total de 414 hectares de área loteada, correspondente a 2,52% da área do concelho, entre 1994 e 2004. As freguesias urbanas de Canidelo, Mafamude, Oliveira do Douro e Santa Marinha representaram cerca de 35% deste total. Contudo, apenas em 78 daqueles loteamentos houve áreas de cedência em conformidade com a lei.

Ainda segundo este relatório, VNG apresenta uma área de 3,3 m<sup>2</sup>/hab de espaços verdes de utilização coletiva, sendo que o valor de referência segundo a Eurostat, para as cidades Urban Audit, é de 26 m<sup>2</sup> por habitante e a média europeia situa-se, em 2009, nos 20 m<sup>2</sup> por habitante. A mesma relação para jardins em área urbana é de mais de dez vezes inferior, com apenas 1,1% de área verde no total da área do concelho de VNG<sup>546</sup>.

Do ponto de vista da produção do espaço público identificam-se os maiores investimentos privados nesta primeira década do século XX, que correspondem em larga escala à regulação já referida, aplicável desde 2001. Os exemplos de construção condominial ou de loteamentos de maior dimensão, que terão contribuído para a produção de solo público e integração e sistematização no espaço público resultante, constituem uma pequena parcela de toda a ação privada de transformação urbanística do solo. Contudo, revela-se a importância da atividade de planeamento público no condicionamento posterior das estratégias que foram adotadas pelas soluções dos privados, nomeadamente no que se refere aos níveis de concentração construtiva. Quanto a outras ações de planeamento que contribuíram para o aumento drástico de espaço público municipal qualificado acrescenta-se a alteração de paradigma quanto à mobilidade, introduzindo meios alternativos ao transporte individual, favorecendo a integração das linhas de transportes coletivos com a cidade do Porto, a exemplo a linha D do metro.

Finalmente, acresce-se o trabalho desenvolvido no âmbito do pelouro do ambiente na década noventa, que proporcionou a municipalização dos espaços que viriam a ser o Parque Biológico e o Zoo de Santo Inácio. A avaliação da qualidade dos espaços públicos referidos integra o concelho num atual contexto de planeamento direcionado para a reabilitação dos

---

<sup>545</sup> In "Relatório 2.8 - Dinâmica do Território 1994-2004", páginas 27 a 28.

<sup>546</sup> No concelho do Porto, cujo solo se encontra totalmente classificado como urbano, a proporção deste índice era, em 2009, de 7 m<sup>2</sup> por habitante, com apenas 16% do total linear das ruas com vegetação arbórea plantada.

espaços viários estruturantes. Além disto, acresce-lhe o carácter de proteção ambiental a que foi obrigado o PDM, que na sua revisão enquadrou na estrutura ecológica municipal, fundamental e complementar, todo o solo rural.

Em 2010, foi publicado o regulamento dos espaços verdes do concelho de Vila Nova de Gaia, definindo os espaços verdes públicos e privados de uso público como sendo **“aqueles que estejam instalados em terrenos do domínio público municipal, das freguesias ou de outra entidade pública, e onde o acesso não seja limitado por qualquer forma”**<sup>547</sup>.

Com a revisão e republicação do PDM, em 2009, contam-se os atuais instrumentos de planeamento e ordenamento do território em vigor:

- Revisão do PDM, publicada em 2009;
- Requalificação material das ruas GG Fernandes, Cândido dos Reis e Calçada da Serra, pela DRU, GAIURB, em 2009;
- PU da Barrosa, em 2009;
- Requalificação do Largo Santa Marinha, em 2009;
- PU da Quinta Boeira (alteração), em 2012;
- PDM (correção material), em 2013;
- PGBH (região hidrográfica), em 2013;
- Delimitação da ARU, em 2013; confirmar-vos-á
- ORU do Centro Histórico, em 2014;
- Plano de Urbanização da Soenga (em elaboração), desde 2010.

Refere-se ainda a conclusão de execução dos projetos de intervenção em espaços públicos como:

- a requalificação da Rua Rocha Leão e envolvente ao Jardim do Morro, em Santa Marinha, em 2010;
- o Largo da Praia do Bairro Japonês, Arcozelo, em 2010;
- a marginal de Salgueiros, em Canidelo, em 2008;
- a frente do bairro piscatório, na Aguda, em 2008;
- o Largo do Montinho, em Canidelo, em 2009;
- o Largo das Ameixoeiras, em Gulpilhares, em 2010.

---

<sup>547</sup> DR, 2ª Série, N.º92, de 12 de Maio de 2010.

Nos últimos dez anos, do desenvolvimento da ação de planeamento e do ordenamento do território<sup>548</sup> em VNG, assistiu-se a uma qualificação e produção de espaço público sem precedentes, nas áreas de maior concentração populacional e pressão urbanística, nomeadamente as zonas de frente de água. Segundo o município, foi realizada uma candidatura ao QREN 2007-2013, em 2013, com vista à valorização e reordenamento do Espaço Público do Litoral de Gaia<sup>549</sup>, no âmbito das “Acções de Valorização do Litoral” integradas no objetivo específico de “Valorização e Qualificação Ambiental” do Eixo Prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial<sup>550</sup>, a qual pretendia estabelecer uma estratégia de valorização da natureza atlântica do concelho, especialmente pela “fruição pública do território litoral, com base na requalificação do espaço público e do património ambiental”, assumindo a “Praia como espaço público de excelência no sistema urbano” e ainda “potenciar os recursos ambientais e paisagísticos” (EEE, 2010, p.2). Este estudo apontava a necessidade de perfilhamento dos acessos existentes, de forma a adequá-los aos diferentes tipos de vias e proporcionar circulação alternativa ao automóvel, nomeadamente com a conexão contínua de ciclovias e circulação pedonal.

Além das condições materiais do espaço de circulação humana, o sistema de espaço público adquire uma dimensão multifuncional, incluindo sistemas de vegetação contínuos, reabilitando o sistema dunar e o tratamento e condicionamento ambiental das áreas de proteção às ribeiras, que têm a sua foz na costa atlântica. Neste sentido, as operações urbanísticas previstas para a transformação do solo em solo público situaram-se e situam-se na demolição de edificado, na formatação do espaço público e na sistematização deste com os futuros espaços públicos, através da colmatção da malha urbana. A estruturação da marginal, fluvial e marítima, constitui-se de importância decisiva no contexto de crescimento económico do concelho, além de atribuir qualidades urbanas a uma área de recente expansão da construção e de densificação populacional.

Além das candidaturas aos quadros de referência, a atividade de planeamento municipal, incidindo sobre a qualificação do espaço público apresenta uma exploração construtiva das

---

<sup>548</sup> “As actuações propostas e em curso relativas a demolições de construções existentes decorrem da política municipal de reordenamento da faixa costeira, articulando-se com as directivas do POOC, assim como da implementação de novos traçados viários e da restante rede de espaços públicos.”. EEE, 2010, p.4.

<sup>549</sup> “prevê-se o desenvolvimento de intervenções concretas, focadas na requalificação do espaço público, que resultam das políticas assumidas nos instrumentos de gestão territorial vigentes, nomeadamente no PDM (Plano Director Municipal) e no POOC (Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho), e de outros estudos de planeamento urbanístico elaborados ou em curso.” In “Relatório do Estudo de Enquadramento Estratégico (EEE). DMU, DPU, Gaiurb EEM, Novembro 2010”. (EEE, 2010).

<sup>550</sup> PRON 2007-2013.

intenções e orientações da carta de execução do PDM em vigor<sup>551</sup>. Um dos projetos municipais em curso corresponde ao da ligação da Madalena a Santo Ovídio, integrando várias UOPG, cuja execução permitirá aumentar as potencialidades inscritas nos instrumentos de gestão territorial e na política nacional de ordenamento do território quanto à competitividade, equidade e desenvolvimento urbanístico do território concelhio. Esta proposta corresponde a uma estratégia de ligação Nascente-Poente numa área de colmatação da malha urbana, que remonta há década de oitenta do século passado e que surge definida, no PDM de 1994, como a via estruturante VL3<sup>552</sup>.

Para o desenvolvimento destas unidades de execução que englobam toda a área da intervenção proposta, estipulou-se o sistema de cooperação. Definiu-se ainda o reparcelamento como processo de alteração cadastral e de cedência ao domínio público das áreas correspondentes à passagem da via e respetivas ligações transversais, em conformidade com os índices legalmente aplicáveis e com o nível viário da avenida.

Quanto às restantes operações urbanísticas em VNG, decorridas depois da revisão do PDM, verifica-se que o condicionamento regulamentar da produção de espaço público, assegurado pelas várias figuras de planeamento e gestão territorial, possibilitou a realização de uma estratégia concelhia e interconcelhia globalizante, cujos resultados se revelaram tardios.

Contudo, salienta-se a execução dos diferentes estudos e propostas desenvolvidas nas últimas duas décadas, no sentido de ordenar a transformação do solo urbanizado e promover a maior e coordenada produção do espaço público, numa perspetiva descentralizada e de criação de pólos novos de produção socioeconómica.

No contexto da política nacional de ordenamento do território e no desenvolvimento dos instrumentos de gestão territorial em Vila Nova de Gaia, a dinâmica de ocupação, uso e transformação do solo segue uma tendência de valorização social, económica e comercial da existência de espaço público integrado. Na definição desse espaço público inclui-se todo o espaço tornado domínio público, com as respetivas infraestruturas, cuja natureza permita a

---

<sup>551</sup> "Assim, os principais objetivos do modelo territorial estabelecidos no PDM, e que mais se relacionam com a área do Projeto Municipal são: a progressiva consolidação do tecido urbano; a concretização duma estrutura verde, contínua e transversal ao concelho, nomeadamente através da execução de corredores verdes, em torno da requalificação das bacias hidrográficas; a realização de intervenções de qualificação do espaço público e de reabilitação urbana, com significativas intervenções no centro histórico da cidade e nas frentes urbanas marítima e fluvial; a articulação do centro concelhio com a sua área envolvente e com a Área Metropolitana, bem como a melhoria da mobilidade interna da Cidade." In "Execução Coordenada e Programada da Avenida até ao Mar, Janeiro de 2012, p.1"

<sup>552</sup> VL1 – Cabedelo-Canidelo; VL 2 – Devesas-Bélgica; VL3 – Avenida Madalena-Santo Ovídio; VL4 – Cintura Francelos-Avintes-Gondomar; VL5 – Miramar-Seixo Alvo; VL6 – S. Félix-Grijó; VL7 – Madalena-Canidelo; VL8 – Devesas-Arrábida; VL9 – Avenida Republica-Ponte Infante; Via Panorâmica – Santa Marinha.

utilização ou usufruto por toda a população, considerando-o como um sistema contínuo, independentemente da sua tutela, da sua abrangência por plano sectorial ou do regime e classificação, e, tendo em conta, as suas características biofísicas, a sua vocação funcional e potencialidade socioeconómica.

Numa perspetiva de desenvolvimento regional, de integração das diretivas europeias e internacionais e de execução dos planos sectoriais de natureza ambiental, VNG preconiza a crescente ação do planeador público. Seja pela municipalização do solo, como no caso da criação dos parques urbanos, seja pela exigência e fiscalização do cumprimento das cedências e das obras de urbanização em sede de iniciativas particulares, apesar das alterações introduzidas pelos planos de urbanização no PDM em vigor, promoveu-se a execução do investimento privado das operações realizadas para transformação do solo. A resistência do município, quanto à prossecução dos interesses públicos municipais, revela-se na programação e execução do novo espaço público e na reabilitação do existente, especialmente pela adequação dos instrumentos regulamentares ao contexto de cada área intervencionada.

Acompanhando a integração tecnológica na forma de utilização do espaço público, considera-se pertinente referir a intermodalidade viária e o desenvolvimento de soluções inovadoras de acesso ao transporte coletivo que permitem a mobilidade física, dentro de um concelho que se estabeleceu na lógica do transporte individual. Dependente da utilização viária automóvel, considera-se determinante a qualificação dos arruamentos, que representa a “principal expressão de espaço público concelho” (REOT, 2011, p.73) e a consolidação dessa rede pela concentração construtiva, diminuindo o efeito negativo na multiplicação de infraestruturas básicas.

Ao contrário dos concelhos do Porto e Espinho, VNG apresenta um crescimento populacional de 4%, inclusive dos maiores dentro da AMP, entre 2001 e 2011. Neste sentido, afirma-se a necessidade de prever a adequação desta situação com a crescente percentagem de pedidos de licenciamento para construção de habitação unifamiliar, entre 2000 e 2010. Esta realidade deriva não como anteriormente de uma desvalorização do solo face ao mercado imobiliário e fundiário no concelho do Porto, mas por uma sucessiva melhoria das características do espaço público planeado, da prestação de serviços públicos e ainda a proximidade relativa dos equipamentos públicos e o desenvolvimento da mobilidade coletiva.

Em VNG, a fixação da população concelhia é um facto relevante. A sua manifestação territorial na produção de espaço público dependerá da eficácia e atualidade do planeamento face às necessidades específicas da população, especialmente porque 92% dos pedidos de licenciamento obras particulares, desde 1994, correspondem a edificação de habitação.

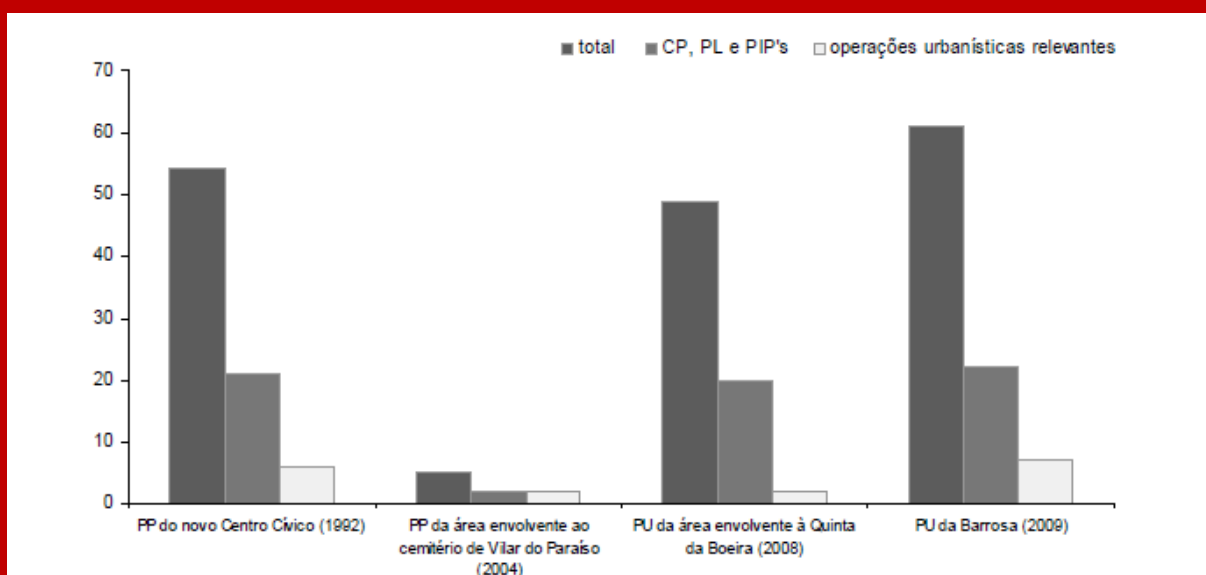


Fig. 159 Processos submetidos em áreas abrangidas por PU e PP, desde a data de vigor até 2010.  
Fonte: REOT, 2011, p.102.

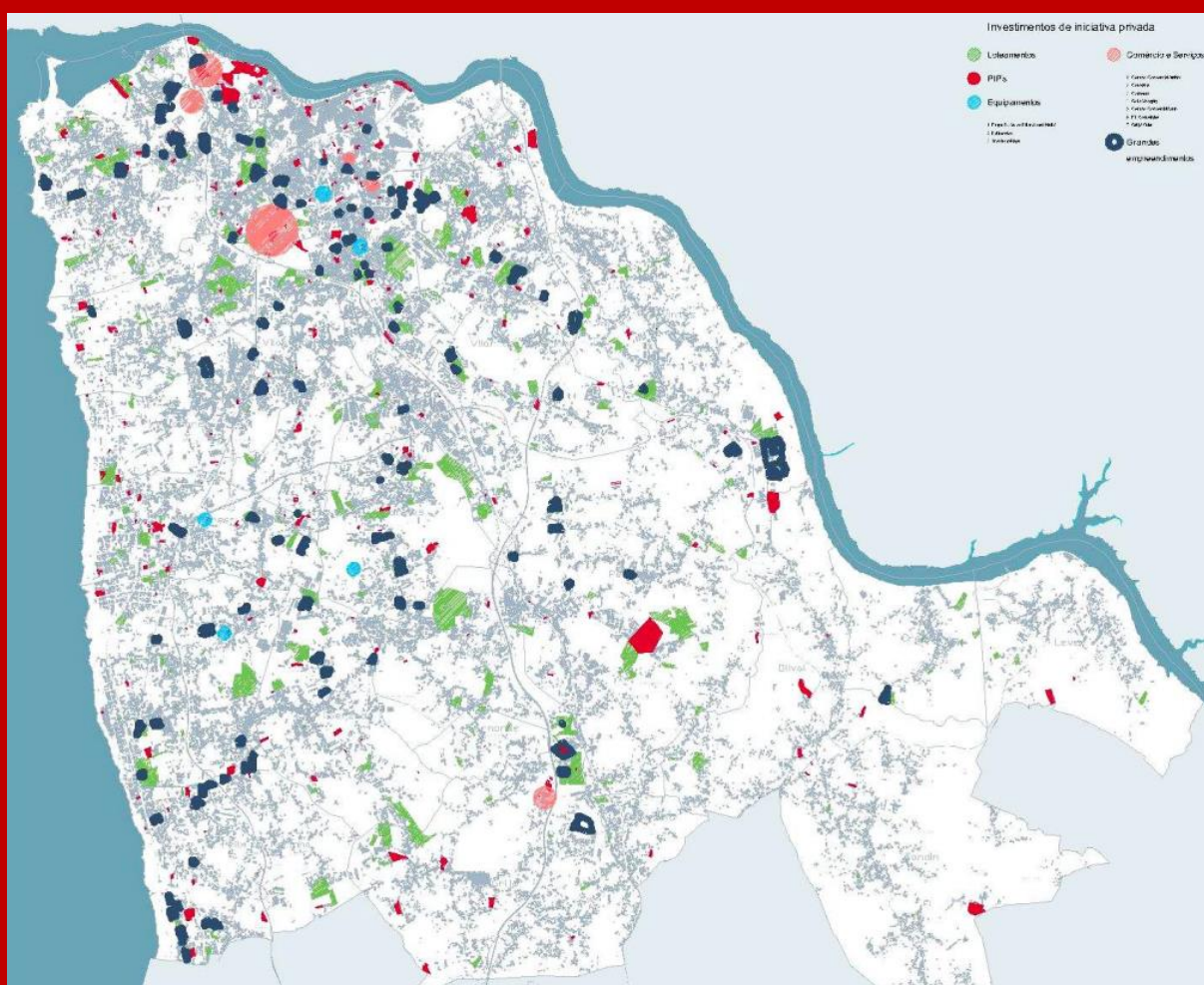


Fig. 160 Plantas de localização dos tipos de processos de licenciamento de operações urbanísticas, na revisão do PDM. Verde – Loteamentos; Vermelho – PIP; Azul Claro – Equipamentos; Rosa – Comércio e Serviços; Azul escuro – Grandes empreendimentos.  
Fonte: GAIURB.

## SÍNTESE PANORAMA ESTATÍSTICO EM VNG

### Tipologia Socioeconómica

*Cabe, sem dúvida, ao Porto o maior quinhão, que chega a atingir 10% de toda a contribuição do País, pelo que, de sempre, se chamou: a Cidade do Trabalho.*

APRP, 1946, p.38

Sabemos agora que VNG apresenta uma preponderância no contexto metropolitano do Porto que não é muito diferente nos diferentes períodos analisados relativamente aos concelhos vizinhos. Considerando os dados que recolhemos do planeamento em VNG, podemos fazer uma síntese, por períodos, da condição demográfica neste território<sup>553</sup>.

O APRP, de 1946, indicava um total de habitantes na região de 451093, em 1911, de 648779, em 1940, e, de 956200, em 1970. Em densidade, esperava-se que esta subisse de 620 hab/km<sup>2</sup>, para 890 hab/km<sup>2</sup> e 1310 hab/km<sup>2</sup>. As contabilizações por lugar, indicavam, em 1940, 34423 habitantes para Vila Nova de Gaia, seguido de Oliveira do Douro, com 8311, de Avintes com 7078, e de Valadares, com 4459. No Porto, no núcleo central, contabilizava-se 242370 habitantes. Ou seja, o concelho de VNG continha cerca de 22% da população que o Porto continha, e, no contexto da região, representava 8,4%. De sublinhar que a população analfabeta era uma realidade em decrescimento, o conjunto de mulheres ativas empregues registava crescimento e a população empregue na indústria constituía, em 1940, cerca de 17% do total da região do Porto. Em VNG predomina a população empregue na atividade do armazenamento do vinho e na indústria têxtil. Segundo o APRP, a distribuição da população era heterogénea, existindo freguesias com denso povoamento “**a caminho duma organização urbana**” e zonas rurais com lugares de variável número de fogos, em “**disposição muito dispersa**” (APRP, 1946, p.41). A densidade em VNG e nos concelhos limítrofes ao Porto era francamente inferior relativamente a este, o qual apresentava já densidades elevadas. Com efeito, a freguesia da Sé registava uma densidade de 400 hab/ha.

No APRP, verifica-se a condição tendencialmente industrial da produção, consolidando uma população operária crescente. Segundo este plano, o Porto tinha mais indústrias na sua circunscrição, e seria no sentido da “**prosperidade que a indústria dá**” que se deveria

---

<sup>553</sup> Se em 1864, e segundo o Inquérito, VNG tinha cerca de 47000 habitantes, isso significava já uma proporção de mais de 55% da população no concelho do Porto. Este ano é o que apresenta, contudo, a maior proporção populacional em VNG. Até 1920 esta proporção veio a descer, tendo voltado a subir até 1940.

promover a fixação das populações em “centros urbanos, bem organizados (...) criadores de mercados consumidores muito próximos e dando emprego aos seus excedentes do trabalho agrícola, sem necessidade de abandono dos lares familiares” (APRP, 1946, p.55).

Segundo o PGU, de 1949, o crescimento decenal de Gaia variou entre -2,8% (em 1920) e 28,4% (em 1930), com uma média de 16,5%, entre 1864 e 1940. Já o Porto apresenta valores de crescimento menos variáveis, com uma variação média de 16%. A área rural do concelho relativamente à Vila, em 1940, constituía cerca de 29% do total de 119697 habitantes. A previsão do plano era de 16% de crescimento decenal, sendo que em 1980 estimava 60000 habitantes na área urbana do concelho.

O Plano Regulador apresenta uma distribuição da população por quarenta atividades diferentes, sendo maioritariamente empregue na produção de têxteis, calçado e vestuário, metálicos, construção e transporte.

O Plano Regulador, informa que, em 1960, VNG contava com 45739 habitantes e 158357<sup>554</sup> no total do concelho. O Porto contava com 303424 habitantes. Ou seja, uma proporção de cerca de 52%. Para 1990, previa que viesse a existir um acréscimo de 105643 habitantes, perfazendo um total de 264000 habitantes. Segundo entes plano, em 1960, VNG já era o quarto concelho do país,.

Em 1981, os censos indicavam 226331 habitantes, com um crescimento de cerca de 144%. Em 1991, os censos traduzem aquilo que eram as previsões demográficas descritas nos estudos que acompanharam os planos de VNG durante a segunda metade do século XX para a década de noventa, com um total de 249000 habitantes, o que representava cerca de 21% da AMP. O Porto contava com 302472 habitantes. Ou seja, verifica-se uma diminuição da população do Porto, com a migração da população do concelho que fora mais populoso, para os concelhos limítrofes, mas particularmente para VNG.

Em 2001, o concelho de VNG supera a população do Porto, tornando-se o terceiro mais populoso do país, e conta com 288749 habitantes para 263131 habitantes no Porto. Em 2011, registou 302295 habitantes, e o Porto, 237591 habitantes.

Apesar desta evolução significativa, e considerando a perda de habitantes nos últimos dez anos, nas capitais metropolitanas, VNG, em termos relativos, é o quarto concelho mais povoado da AMP, com Porto, Matosinhos e Espinho à frente. Quer isto dizer que a sua densidade populacional média é inferior àqueles concelhos, apesar de registar lugares com uma densidade superior. Em 2005, segundo relatório de “Evolução Demográfica e Base Socio-

---

<sup>554</sup> Os censos de 1960 indicam menos mil habitantes do que o Plano Regulador.



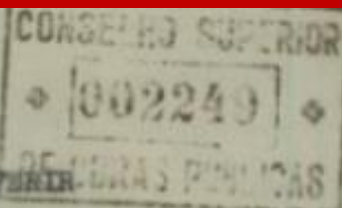
**Económica**” de VNG, a freguesia de Santa Marinha e Mafamude concentravam 24% da população, ou seja, cerca de 63000 habitantes concentrados numa área de 11,39 km<sup>2</sup>, com uma densidade populacional de 5531 hab/km<sup>2</sup>, ou seja, 55 hab/ha, sendo que a do concelho do Porto cerca é de 5700 hab/km<sup>2</sup>, ou seja 57 hab/ha. Considerando ainda uma população urbana de cerca de 180000 habitantes, temos uma densidade populacional inferior ao Porto, já que a área deste concelho é inferior à área urbana de VNG. Também, desde o início do século XXI, que VNG regista o crescimento da população jovem em idade ativa. Em 1991, a estrutura etária era semelhante à da AMP. Em 2005, aquelas freguesias são também as que detêm maior número de pessoas ativas no concelho.

A variância da distribuição da população, desde 1981, verifica um maior crescimento nas freguesias de Arcozelo, Canelas, Canidelo, Gulpilhares, Mafamude, Sermonde, Seixezelo, Vilar de andorinho e Vilar do Paraíso. Mas se atentarmos apenas aos valores desde 1991, as freguesias com um crescimento populacional mais recente são Canelas, Canidelo, Mafamude e Vilar do Paraíso. Considerando a distribuição da população pelas unidades residenciais do PGU, de 1949, que previa um aumento de densidade populacional nos lugares de Mafamude (sul), Santo Ovídio, Cabo-Mor e Bandeira, Candal, Coimbrões e na Afurada de Cima, com uma soma de mais 75000 habitantes relativamente a 1940, podemos confirmar que aquela distribuição da densidade populacional é muito semelhante à da atualidade.

Ainda segundo a análise concelhia de 1991, verificamos que a freguesia de Mafamude mantém a preponderância em população, apesar da variação positiva, na primeira década do século XXI, para as freguesias acima referidas que apresentaram na década anterior, um maior crescimento. Conforme relatório do INE, de 1991, verifica-se uma concordância da localização com a oposição dos dois tipos sociais distintos – **“os funcionários do sector terciário possuidores de instrução média ou superior e sem responsabilidades de chefia; por outro lado, o operariado industrial”** (INE, 2000, p.175). Associando este fator à variação negativa de edifícios construídos depois de 1981, torna-se evidente que a **“procura de habitação por membros do que aqui designámos por operariado industrial”** (INE, 2000, p.175) foi preponderante no crescimento da urbanização. A mapificação destes valores mostra uma maior concentração de funcionários do sector terciário nas subseções de Mafamude, Santa Marinha, Vilar do Paraíso, Vilar de Andorinho e Oliveira do Douro. Eventualmente, também nas freguesias de Gulpilhares, Arcozelo e em parte de Valadares e São Félix da Marinha. As subseções que apresentam maior população de operariado industrial são Lever, Crestuma, Sandim, Olival, Avintes, Grijó e Serzedo.

## QUADRO II

## POPULAÇÃO A TRANSFERIR



	Origem da população a transferir		Bairros para onde se transferem (por hipótese)	
			OCIDENTAL	ORIENTAL
Das zonas insalubres				
Castelo	300		300	
Senhord'Alem e Fervença	1.600	1.900		1.600
Das zonas de armazém				
Mareco	1.800		1.800	
Barroca e Devezas	1.800			1.800
Santa Marinha	200		200	
Cândido dos Reis	2.500	6.300		2.500
Das zonas industriais				
Coimbrões (apeadeiro, etc.)	1.200		1.200	
Fôjo	100		100	
Madalena	1.100		1.100	
		2.400		
	10.600		4.700	5.900

Fig. 161 População de VNG, segundo o PGU, de 1949.  
Fonte: PGU, 1949, p.114.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO PELAS UNIDADES RESIDENCIAIS						
U.R. na	Designação das U. Residenciais	População prevista	População existente 1940	População a instalar	Densidade /ha	Área Hect.
BAIRRO ORIENTAL	1 Serra do Pilar	2.400	2.000	400	200	12
	2	5.400	2.700	2.700	200	13,5
	2 A Igreja de Mafamude (Norte)	2.700	600	2.100	200	13,5
	3 Igreja de Mafamude (Sul)	4.600	700	3.900	200	23
	4 Craveiros - Club dos Caçadores	2.000	1.500	500	100	20
	5 Santo Ovídio (Poente)	4.100	1.600	2.500	200	20,5
	5 A Aguires	12.100	4.000	8.100	150	20,7
	5 B Cabo-Mór	4.000	0	4.000	200	20
	6 Bandeira	2.500	1.100	1.400	200	12,5
	6 A	5.200	1.000	4.200	200	8
	6 B	1.100	400	700	200	5,5
	7 Fervença - Sr. D'Além	1.700	1.200	500	200	8,5
Totais - BAIRRO ORIENTAL ..		33.400	13.800	19.600	187	177,7
BAIRRO OCIDENTAL	8 Castelo Regadas	1.700	800	900	100	17
	9 Candal (Norte)	3.500	1.700	1.800	250	13,2
	9 A Mareo	5.000	800	4.200	200	4
	9 B	900	600	300	200	4,5
	10 Colimbrões	4.700	3.800	900	150	31,3
	11 Afurada	2.400	2.200	200	200	12
	12 Candal (Sul)	6.800	700	6.100	250	27,2
	13 Candal (Poente) (Verdinho)	11.300	300	11.000	250	45,2
	14 Fôjo	1.300	300	1.000	100	13
	15 Nova ponte	8.400	100	8.300	300	28
Totais - BAIRRO OCIDENTAL ..		41.600	10.700	30.900	212	195,4
Totais dos dois Bairros ..		75.000	24.500	50.500	210	273,1

Fig. 162 Distribuição da população de VNG pelas novas unidades residenciais, segundo o PGU, de 1949. Fonte: PGU, 1949, p.115.

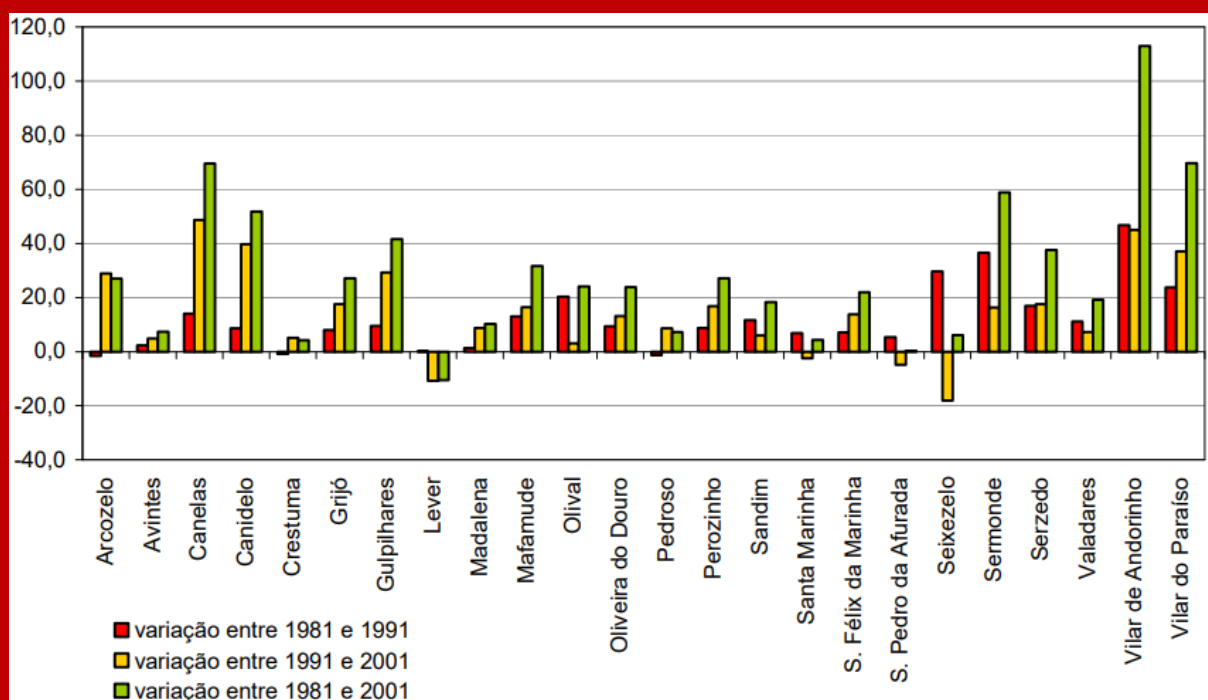


Fig. 163 Distribuição da variação de população de VNG, por freguesia, entre 1981 e 2001. Fonte: PDM, 2009, Relatório 2.1, p.10.

Fonte: PDM, 2009, Relatório 2.1, p.10.

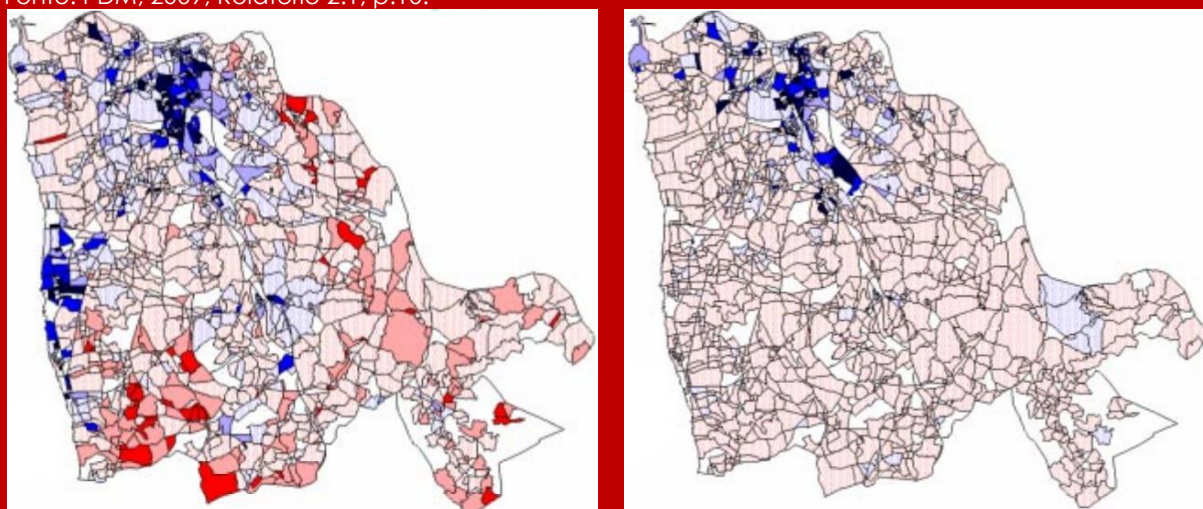
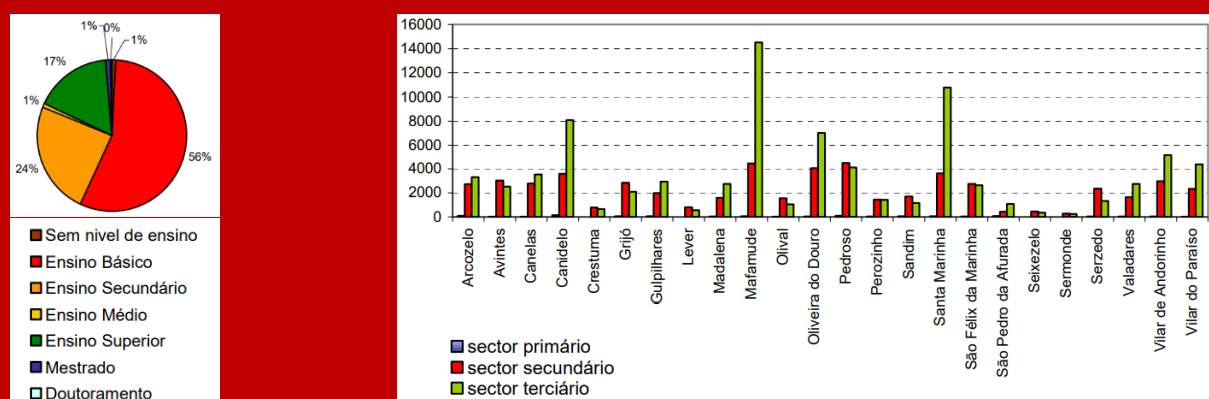


Fig. 164 Fator diferenciador de grupo socioeconómicos. Tipo de edifícios e densidade.

No primeiro mapa, as cores mais frias (azuis) representam a população residente com nível de instrução média ou superior, empregue nas atividades de educação saúde e ação social. As cores mais quentes (vermelhos) representam a população empregue na indústria. O tom representa o grau de aproximação aos extremos destas categorias. No segundo mapa, as cores mais escuras representam o rácio de tipologias de alojamento em edifícios com cinco pisos, respetiva densidade populacional e densidade de alojamentos, particularmente de alojamentos do próprio com encargos. As cores mais escuras representam o rácio de tipologias de alojamento em edifícios com um piso, exclusivamente residenciais e do próprio sem encargos.

Fonte: Pereira, Torres, 1999, p.62.



Sectores de actividade	Total (emprego r Porto)	Residentes no Porto	Total de entradas	V.N. Gaia	Gondomar	Matosinhos	Maia	Valongo	Penafiel	Paredes	Vila do Conde	Marco de Canavezes	Santa Maria da Feira	Amarante	Póvoa de Varzim	Outros Concelhos
Primário	100	25,8	74,2	6,1	5,4	5,2	2,1	1,6	3,2	2,8	0,7	1,2	0,1	0,9	1,8	43,2
Secundário	100	32,1	67,9	10,3	10,1	7,4	5,3	3,7	3,6	1,9	1,4	2,9	1,0	2,2	0,7	17,2
Terciário	100	42,6	57,4	13,8	11,7	9,4	6,4	4,4	1,1	1,3	0,9	0,3	0,7	0,2	0,6	6,6

Fig. 166 Repartição da população empregue no concelho do Porto, por concelho de residência, segundo setor de atividade. Dados do INE, referentes a 2003.

Fonte: PDM, 2005, Relatório 2.1, p.26.

Em 2001, cerca de 85% da população residente trabalhava por conta de outrem, e em 1993, o índice do poder de compra per capita era menos de metade do índice da população do Porto, tendo aumentado para cerca de 2/3, em 2015.

Em 2005, diz-nos o relatório da **“Evolução Demográfica e Base Socio-Económica”**, segundo dados do INE, de 2001, que a maioria da população gaiense pertence ao grupo que possui nível de escolaridade básico. Apenas 24% dos residentes empregados possui formação secundária, 17%, formação superior e 1%, formação pós-graduada. Em população residente e empregada por setor de atividade, destacam-se as freguesias de Canidelo e Pedroso, no setor primário. No setor secundário, que viu uma baixa de quase de 30% dentro da AMP, desde 2001, destacam-se, e por ordem decrescente, as freguesias de Pedroso, Mafamude, Oliveira do Douro, Canidelo, Santa Marinha, Arcozelo, Avintes e Vilar de Andorinho. No setor terciário, e em franca predominância, relativamente aos outros setores, destacam-se as freguesias de Mafamude, Santa Marinha, Canidelo, Oliveira do Douro.

Em análise relativa ao Porto, VNG representava, em 2003, 6,1% da população residente empregue no Porto no setor primário. No setor secundário, representava 10,3% e no setor terciário 13,8%, na frente dos concelhos restantes. Em 2003, e por atividade CAE, VNG apresentava a predominância da construção, seguida do comércio grosso, da restauração, de serviços a empresas e do imobiliário. A localização das atividades industriais era dispersa e existente fora das áreas industriais, mas identificava-se uma proximidade das mesmas ao sul da área urbana, na A1, particularmente nas freguesias de Canelas e Serzedo. Da mesma forma, os serviços localizavam-se por todo o território, mas verificava-se uma concentração nas freguesias centrais e ainda em Valadares, Canidelo, Avintes e Oliveira do Douro.

Em 2009, VNG constituía 25% da população da AMP, e 21% das sedes empresariais, para 26% de preponderância para o Porto. VNG representava ainda o terceiro município em exportações, tendo considerável peso de capitais estrangeiros no contexto da AMP.

Em 2011, contudo, revê-se a diminuição da população com formação básica para 25%, e o crescimento para 14% da população residente com formação secundária, a par de uma subida de mais de 65% da população entre os 25 e 64 anos. Acresce o fato de 27% da população da AMP beneficiária de RSI residia em VNG, e, no concelho esta população representava 9%, **“o valor mais elevado de todos os municípios do Grande Porto”** (Rodrigues, 2013, p.83). Em 2011, também era VNG o concelho do Grande Porto com maior número de beneficiários do subsídio de desemprego (cerca de 10000), tendo duplicado relativamente a 2001.

Em suma, a evolução socioeconómica do concelho de VNG revela não penas uma terciarização, com 2/3 das empresas instaladas, em 2003, nos setores de comércio e serviços,

como um deslocamento da mesma para subseções mais a sul da área urbana. A par, coexiste uma população pouco escolarizada em níveis médios e superiores, com preponderância destas localizadas naquelas áreas de maior concentração populacional, e que daqui **“se deslocam ao Porto para trabalhar”** (PDM, Relatório 2.1, p.32).

### **Tipologias de Urbanização e Edificação**

Em 1946, segundo o APRP, o número de fogos no distrito do Porto era de 219344, e, em VNG, 28282, distribuídos por 22544 edifícios. A composição familiar no distrito do Porto rondava as 4,4 pessoas por fogo, sendo que em VNG, a maioria relativa era de fogos com mais de cinco pessoas, e a maioria absoluta, cerca de 80%, era de fogos com mais de três pessoas. Ainda, refere este plano que cerca de 75% dos edifícios no distrito, excluindo o Porto, eram moradias.

Em 2000, da análise do tipo de edificado e respetiva densidade, realizado pelo INE em 1991, **“quase todo o concelho de Vila Nova de Gaia corresponde a zonas de fraca densidade de ocupação do território (...) onde predominam os edifícios com apenas um alojamento (moradias)”** (INE, 2000, p.177), sendo que tendencialmente são ocupados pelos proprietários sem encargos. Mafamude, Canidelo, São Pedro da Afurada, Santa Marinha e Vilar de Andorinho apresentavam-se como exceção, na medida em que nestas freguesias se verificava a maior proporção de edifícios com mais de cinco pisos e mais de cinco alojamentos. Ainda segundo a análise de padrão de ocupação dos alojamentos familiares, verificava-se uma oposição francamente evidente na mapificação entre os alojamentos familiares de residência habitual e os vagos ou ocupados, identificando-se uma distinta localização para o litoral poente de habitação secundária. Queria isto dizer, em correspondência com a vetustez dos edifícios, que existe um **“padrão onde é relativamente maior a proporção de alojamentos que não são de residência habitual (veraneio), construídos até 1945, a um outro padrão onde é relativamente maior a proporção de alojamentos que não são de residência habitual”** (INE, 2000, p.179). Dali, depreendia-se que a posse dos alojamentos de veraneio ou de habitação secundária corresponderia a um grupo socioeconómico de empregados com funções de chefia, localizados naquela zona litoral do território, em contrário das freguesias de Mafamude e Santa Marinha. Assim, destacam-se os lugares da Madalena, Arcozelo e Gulpilhares na preponderância de alojamentos secundários, face a Avintes, por exemplo, que **“se apresenta como uma zona onde residem sobretudo operários industriais”** (INE, 2000, p.180). As zonas ocidentais de Gulpilhares, Arcozelo e São Félix da Marinha apresentavam predomínio de população no setor terciário, ainda que as zonas mais afastadas da orla costeira,



destas duas últimas freguesias, apresentavam predomínio de população operária. Também as freguesias de Avintes, Pedroso, Olival, Crestuma, Lever, Sandim, Seixezelo, Grijó e Serzedo têm em comum **“é o facto de os operários industriais marcarem uma forte presença entre os seus habitantes”** (INE, 2000, p.181).

De sublinhar ainda, e segundo nossa análise, existe uma quase coincidência dos mapas estatísticos que identificam o fator de tipologia de alojamento e densidade com o fator diferenciador de grupos socioeconómicos, à exceção das freguesias no litoral sul, dada a sua baixa densidade construtiva. Quer isto dizer, que potencialmente, as áreas de maior concentração construtiva, onde os alojamentos com mais de cinco pisos ou alojamentos são preponderantes correspondem também a grupos socioeconómicos privilegiados, nomeadamente se especificarmos as subseções estatísticas da Afurada de Cima, de Cabo-Mor, do Sul de Santo Ovídio, de Maravedi, de entre Santo Ovídio e Laborim, e, especificamente aquelas que são delimitadas pela Avenida da República (INE, 2000, p.174). Por outro lado, sai fora desta previsão, além das áreas entre Francelos e a Granja, a urbanização do Monte Grande, cuja densidade é das maiores verificadas em VNG, acima do nível daquelas subseções estatísticas, e que no fator diferenciador de grupo socioeconómico se apresenta fora da população com formação média ou superior.

Em 1999, segundo o INE, existiam 57 046 edifícios exclusivamente destinados a habitação, com um total de 102 874 fogos. Isto indica uma subida de cerca de 219% do número de fogos, desde 1940.

Segundo o Relatório 2.1, de 2005, o parque habitacional de VNG era recente, com cerca de 53% do edificado com idade inferior a cerca de trinta anos, sendo que destes, 32%, em 2005, eram referentes ao período posterior a 1991. O nível de vetustez seria dos mais baixos da AMP, que tinha uma média de 42 anos, em 2011, sendo que o Porto tinha uma média de 61 anos. Ao contrário, no Porto, 60% dos edifícios existentes foram construídos antes de 1970.

Avintes, Mafamude, Santa Marinha, Pedroso, Canidelo e Oliveira do Douro eram as freguesias com maior número de edifícios, sendo também o período de 1991 a 2001 o que apresentava maior número de edifícios licenciados, atingindo um pico de 702 edifícios licenciados em construção, relativamente a 3553 na AMP, ou seja, cerca de 20%. O número de fogos também veio a aumentar entre 1994 e 1997, com um pico de 5905 em 1997, tendo diminuído até 1576, em 2002. Em 2011, e segundo Rodrigues (2013), 49% das famílias clássicas são compostas um ou dois elementos, sendo que 22% destas residem em VNG.

Verificamos, assim, que a tendência de crescimento da ocupação do solo, especialmente desde a última década do século XX, é coincidente com uma generalização da habitação

unifamiliar para famílias pouco numerosas, bem como de alguma habitação secundária, nos mesmos moldes, nas freguesias acima referidas. Simultaneamente, verificamos que já era nessas áreas de expansão desta tipologia habitacional, que se localizavam nove dos 37 bairros clandestinos que Matos identificou na AMP, em 1990, ou seja, 24% do total. É VNG, a par de Matosinhos, o concelho com mais construções e loteamentos clandestinos, que rondaram os 220 ha, e **“cerca de 5000 fogos, de primeira e segunda residência, com uma população aproximadamente de 25000 habitantes”** (Matos, 1990, p.224). Sublinhamos que esta situação precede a do crescimento de edifícios da década de noventa, justificável pela construção ilegal fora dos aglomerados urbanos, sem controlo camarário permanente ou com a **“cumplicidade da fiscalização e notários”** (Matos, 1990, p.227), aquando da liberalização da figura do loteamento. A formação resultante deste processo de constituição do lote é a de um tecido quase urbanizado, que promove a subdivisão máxima do cadastro de matriz rural, dando lugar a um edifício de pequena dimensão, executado segundo as **“disponibilidades financeiras e do tempo para a construção”**, acompanhado de logradouro ocupado por **“jardim, quintal e capoeiras para animais domésticos”** (Matos, 1990, p.228). As populações destes bairros clandestinos continham uma taxa de analfabetos elevada, as mulheres eram maioritariamente domésticas e as que trabalhavam empregavam-se **“nas indústrias tradicionais, têxtil e alimentar, caso por exemplo das conservas”** (Matos, 1990, p.228). A população masculina ocupava-se na construção civil, indústria metalúrgica, transportes, comércio, serviços e funcionalismo público. Os equipamentos resumem-se, maioritariamente ao tipo comercial, existindo minimercados e cafés.

Por outro lado, e conforme Sá (2000), o desenvolvimento urbano com prevalência do bloco existe em menor expressão. Ainda segundo o estudo apresentado à Junta Metropolitana do Porto, sobre a AMP, coordenado por aquele autor, VNG é representada de forma sintética em cinco usos e tipos de ocupação urbana (Sá, 2000, p.56). Claramente, e no início do século XXI, VNG apresentava uma predominância da urbanização extensiva fora das áreas urbanas centrais norte, compreendidas entre a A1 e Oliveira do Douro. Dentro destes limites, apresentava-se maioritariamente uma urbanização intensiva, acompanhada de uma maior concentração de equipamentos estruturantes. A urbanização de transição é menor e corresponde a áreas em pressão para a transformação do solo. As concentrações industriais localizam-se ao centro a nascente e a sul, e poente e a sul.

Em 2014, o INE apresenta uma análise da tipologia socioeconómica para as áreas metropolitanas, reforçando, relativamente às características territoriais, uma diferença significativa ocorrida na AMP, depois da revisão dos PDM. Comparando indicadores referentes



ao parque habitacional e à população, verifica que o processo de diferenciação entre centro e periferia reforçado pela suburbanização da AMP, se inverteu na primeira década do século XXI. Isto porque, verifica um aumento do dobro da população residente em áreas de classe suburbano novo qualificado, relativamente ao decréscimo para metade da população em áreas de classe suburbano não qualificados, do qual VNG é exemplo mais significativo. Esta classe caracteriza-se por **“territórios mais jovens, qualificados e densamente habitados”**, sendo que o rendimento destas populações advém do trabalho, a sua escolaridade é maior **“e que utiliza primordialmente o automóvel nas deslocações pendulares”** (INE, 2014, p.52). Trata-se ainda de um parque habitacional mais recente e de construção em altura, **“dada a presença significativa de edifícios com sete ou mais alojamentos”** (INE, 2014, p.52). Por outro lado, para a classe suburbano não qualificado, verifica-se uma maior densidade populacional, sendo que a **“população residente vivencia movimentos pendulares”** (INE, 2014, p.55).

Verificamos ainda, que segundo dados do INE, relativos aos censos de 1960, 1980, 2002 e 2011, existe uma queda do número de edifícios com um piso, relativamente ao crescimento de edifícios com entre dois a quatro pisos, a par dos de até sete pisos. Este dado é sintomático de uma potencial diminuição da urbanização em lote de habitação individual, ganhando importância a edificação coletiva.

### Transportes e Serviços Públicos

*Como aconteceu no passado, a demasiada sectorialização das obras públicas (portos, aeroportos, auto-estradas, comboio, etc.) impede a articulação das políticas urbanísticas. Ora, tratando-se de projectos com um elevadíssimo poder de polarização e de elevado impacte urbanístico, as razões urbanísticas seriam ainda mais fortes e exigiriam uma negociação mínima no âmbito metropolitano. Não existindo, tudo fica pulverizado em somatórios de efeitos locais (micro) de intervenções de escala alargada (macro) no meio de uma certa amnésia política onde não se encontram municípios nem tutelas do Estado Central. Num cenário de project financing, o autismo urbanístico destas grandes operações ainda pode ser maior, aumentando a fragmentação da urbanização.*

Portas, Domingues, Cabral, 2011, pp.105-106

A deslocação entre residência e habitação determinam a maioria da mobilidade urbana regional na AMP. Segundo o Relatório 2.4, de 2007, a AMP representava 600000 deslocações deste tipo.

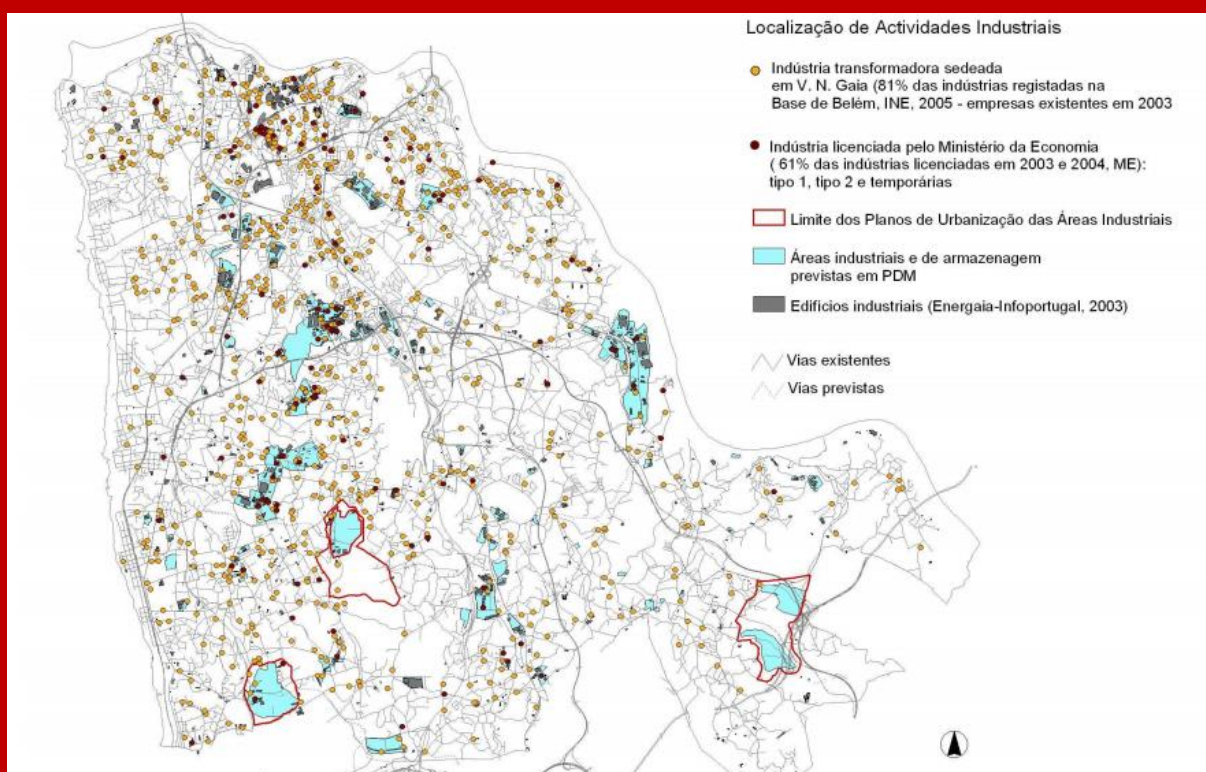


Fig. 167 Localização das empresas sediadas no concelho de V. N. Gaia, relacionadas com as Atividades Industriais, em 2003, indústria licenciada pelo ME, em 2003 e 2004, edifícios industriais e das áreas industriais definidas no PDM de 1993. Dados do INE, ME e Energia/InfoPortugal.  
Fonte: PDM, Relatório 2.2, p.17.

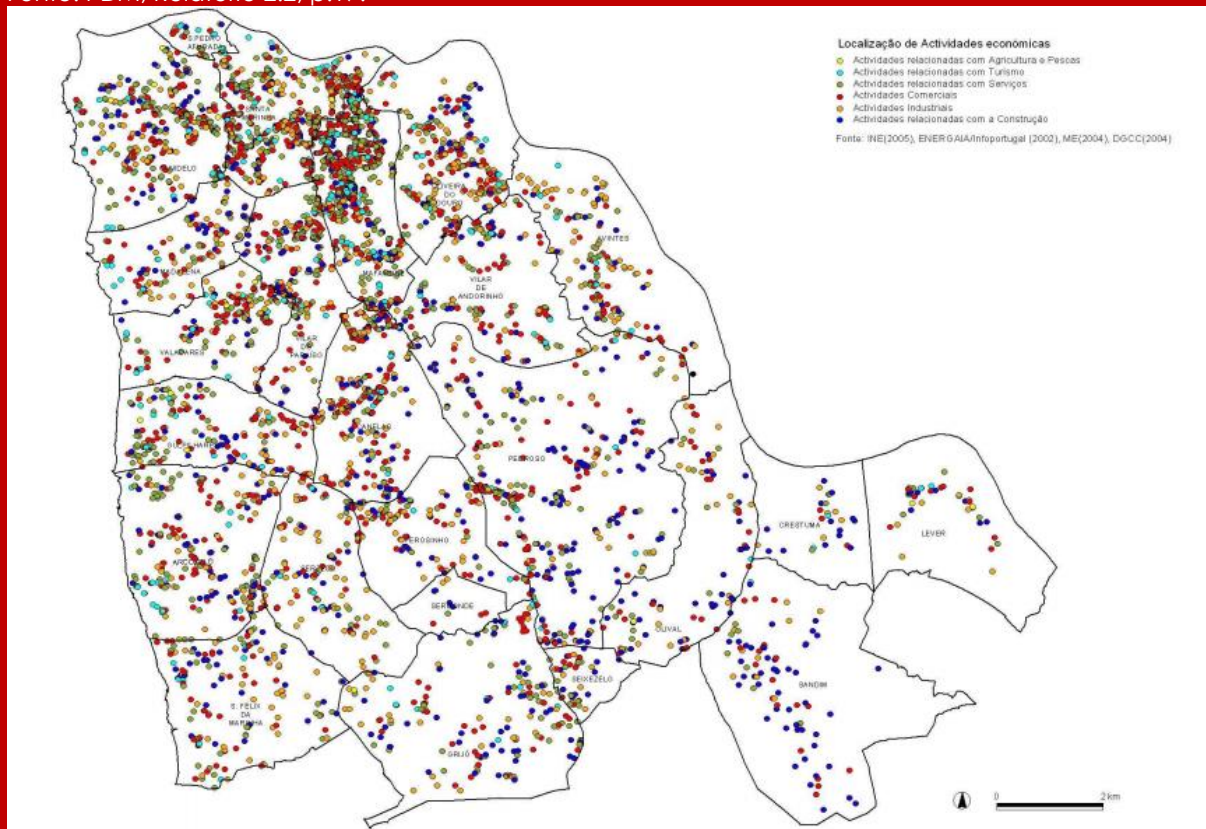


Fig. 168 Localização das atividades económicas presentes em V.N. Gaia, em 2003. Dados do INE, ME, DGCC e Energia/InfoPortugal.  
Fonte: PDM, Relatório 2.2, p.31.

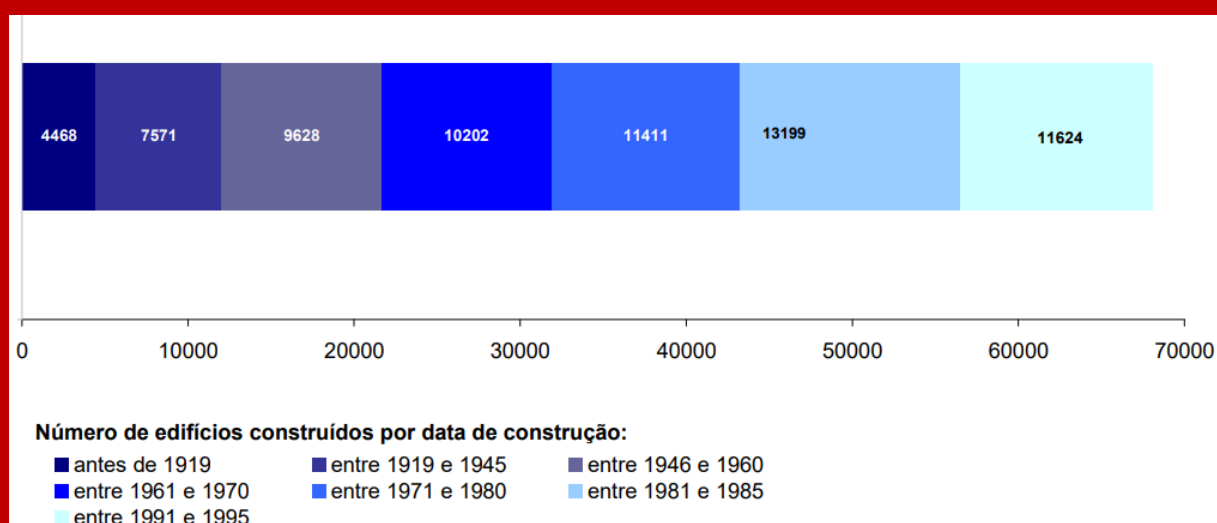


Fig. 169 Distribuição da variação de população de VNG, por freguesia, entre 1981 e 2001.  
Fonte: PDM, 2009, Relatório 2.1, p.21.

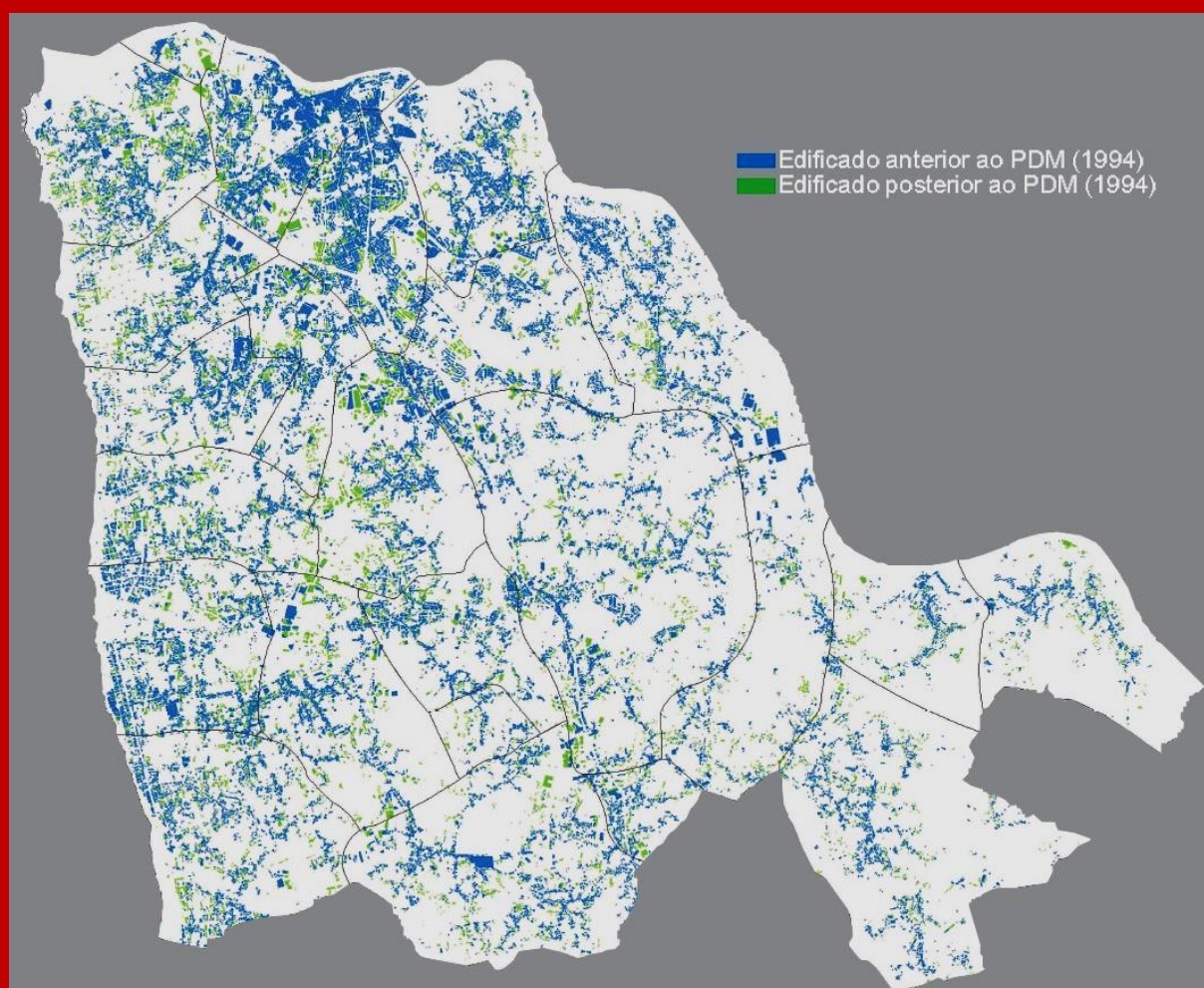
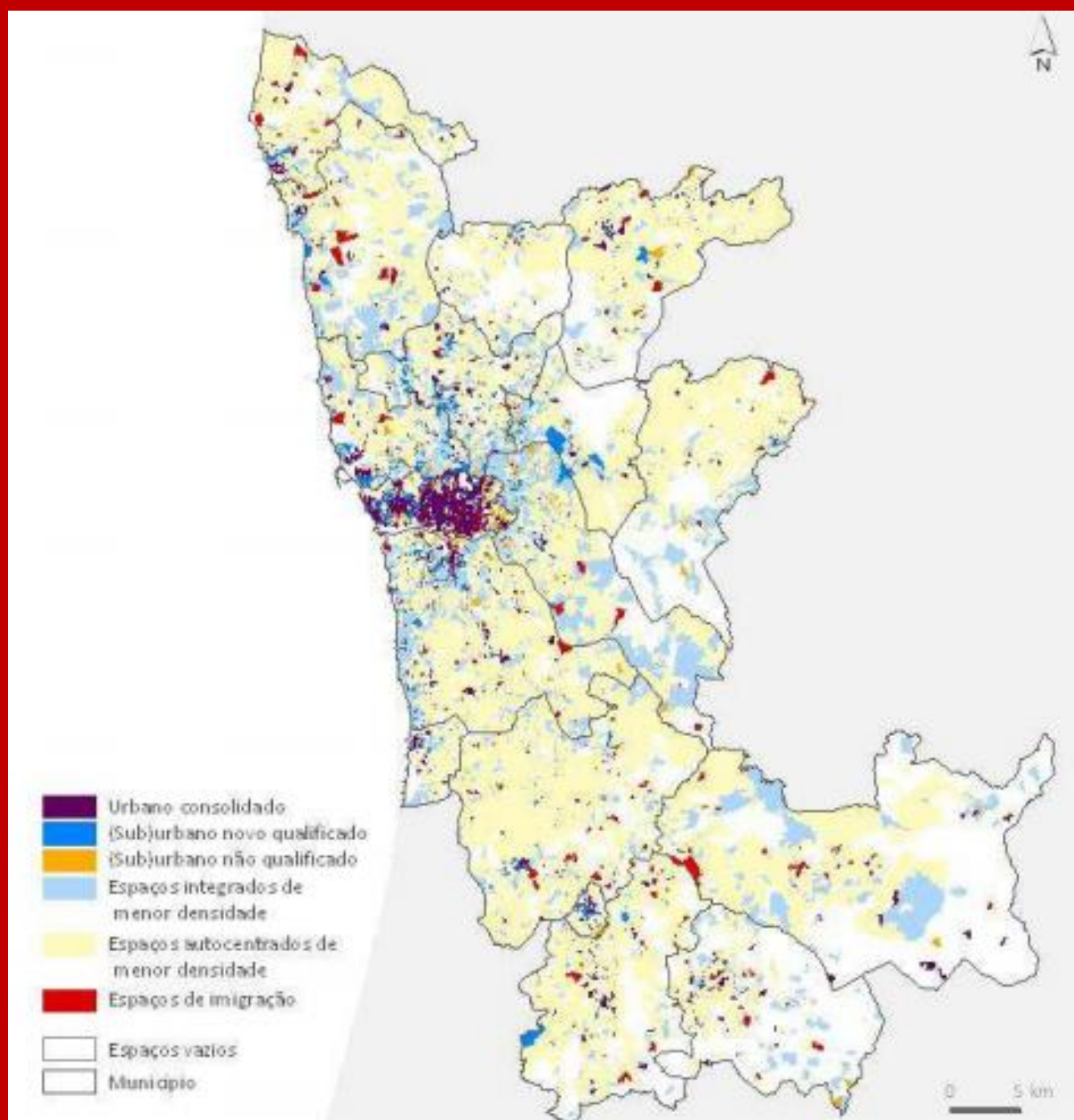


Fig. 170 Planta com a localização das formas edificadas em Vila Nova de Gaia, antes e depois de 1994.  
Fonte: "Ordenamento do Território de Vila Nova de Gaia em números", GAIURB, disponível em <http://www.gaiurb.pt/smit.htm>, em 20 de Junho de 2018.





	Urbano consolidado	(Sub)urbano novo qualificado	(Sub)urbano não qualificado	Espaços integrados de menor densidade	Espaços autocentrados de menor densidade	Espaços de imigração	Espaços vazios	Total
<b>Taxa de crescimento populacional (%)</b>	14,3	122,5	-57,5	32,1	-3,5	33,9	-10,4	<b>4,3</b>
<b>Subsecções estatísticas (N.º)</b>								
2001	4 419	2 140	7 119	8 199	12 968	2 445	11 351	<b>48 641</b>
2011	5 192	4 079	2 975	11 246	11 943	2 914	10 292	<b>48 641</b>
<b>Saldo</b>	<b>773</b>	<b>1 939</b>	<b>- 4 144</b>	<b>3 047</b>	<b>- 1 025</b>	<b>469</b>	<b>- 1 059</b>	

Fig. 171 Dimensão e evolução das classes socioeconómicas na AMP, entre 2001 e 2011.  
Fonte: Nunes, Vala, 2016, pp.18-19.

Verifica-se, em sede de revisão do PDM de VNG, que os fluxos representam a interdependência entre os diferentes concelhos. No contexto dos movimentos pendulares, as viagens casa/trabalho representavam, em VNG, cerca de 37% de todas as viagens, face a cerca de 47% para viagens por outros motivos. Assim, VNG apresentava valores de motorização superiores à AMP, com 56,6% das deslocações feitas em transporte individual motorizado. As deslocações a pé e em transportes públicos são semelhantes na ordem dos 22% das deslocações totais. Por outro lado, os transportes públicos de operadoras privadas têm, em VNG, o dobro do peso da média da AMP, sendo que no caso do Porto representam 0,5% das deslocações, e, em VNG, 10,6%, contra 9,9% referentes ao mercado da STCP no concelho gaiense.

A mobilidade móvel ronda os 86%, com clara superioridade do litoral sul e interior nascente. Já os movimentos pendulares diários revelam uma maior diferença entre as diferentes áreas geográficas do concelho, mas a preponderância das deslocações de outras viagens, seguida de viagens para o trabalho. A plataforma cidade representa a preponderância para outras viagens, seguida das viagens para o trabalho. A plataforma central detém o segundo lugar para outras viagens e viagens para o trabalho.

A modalidade varia de 68% para viagens de automóvel no litoral sul, para 2,9% para viagens de outros modos na plataforma cidade. As viagens de automóvel são maiores em todas as áreas do concelho, relativamente às viagens em transporte público e a pé.

Segundo o Relatório 2.4, em 2007, a AMP era servida por 32 empresas de transporte público, 31 destas privadas, com cerca de 400 linhas e um serviço público, a STCP, com 97 linhas. Destas linhas STCP, apenas doze linhas se dirigiam para o território gaiense, a par de outras cerca de 55 que são realizadas pelas outras treze operadoras privadas. Assim, a maioria das linhas destas operadoras têm origem ou término no Porto. O serviço noturno era realizado por duas linhas da STCP. Verificamos uma deficiência na quantidade deste serviço, que não apenas cobre uma parte reduzida do território gaiense, como apresenta tempos de espera superiores ao da restante rede. Acresce o fato de não existirem pontos de intermodalidade no concelho, como bem aponta o Relatório 2.4, com sobreposição não combinada dos serviços público e privado, apesar de uma distribuição homogênea dos lugares de paragem ao longo de todo o território. É nesse sentido que apresenta a proposta de corredores qualificados para autocarros. Se, por outro lado, nos referirmos a outras modalidades, as estações ou paragens estão exclusivamente concentradas na Avenida da República, e sobre a via férrea.

Atualmente, das seis linhas de metro existentes na AMP, apenas uma serve VNG, a linha amarela, com perfil na Avenida da República, e, cuja inserção, em 2005, implicou a redefinição do perfil daquela. Das 82 estações, cinco estão na Avenida da República, com

terminação em Santo Ovídio, estação inaugurada apenas em 2011. Esta linha tem o outro término no Porto, no Hospital de São João. O relatório de contas da Metro, SA, de 2016, verifica a preponderância desta linha no contexto da AMP. Segundo o mesmo, a linha amarela pertence aos cerca de 33% da oferta do sistema de metro que garante mais de 83% das validações, correspondente ao tronco central entre o Estádio do Dragão e a Senhora da Hora. Acresce o fato de ser também nesta linha que se registaram taxas de cobertura superiores a 100%, especialmente até à estação da CMVNG. Considerando que mais de 60% dos utilizadores são jovens até aos 35 anos e 30% são estudantes, podemos assumir uma preponderância da utilização desta linha para jovens estudantes, particularmente de formação superior, que realizam deslocações ao pólo universitário no Porto. Segundo estudo de procura da linha amarela, de final de 2017, a extensão da linha amarela até Vila D'Este, representa um acréscimo de 5,07% de passageiro/km transportados, ou seja, mais cerca de 17 milhões de passageiros/km ao ano, e em termos de validações, um incremento de 5,4% no primeiro ano de operação. Além desta proposta, existem outras duas de extensão desde a Ponte da Arrábida, passando pelas Devesas.

Os percursos fluviais são um potencial negligenciado, que o PDM reviu, propondo a definição de mais cinco cais, como interfaces, com área de proteção e estadia.

A estrutura ferroviária, que garantiu uma expansão a sul e poente do concelho, representava outra oportunidade de expansão, particularmente para travessia sobre o Rio Douro, no Planalto da Afurada. Desde o PGU que esta hipótese é debatida.

Tanto a pedonalidade como a circulação em bicicleta são seriamente comprometidas com a inexistência de perfis homogéneos e contínuos das vias de circulação, e com a inexistência de plataformas próprias de circulação sobre o Rio Douro, além de uma orografia heterogénea. Escapam a esta caracterização algumas avenidas, além da Avenida da República, que não sendo servidas por operadoras públicas, são as que apresentam perfis homogéneos para o efeito, encontrando-se, contudo, fora da área urbana.

O estacionamento é claramente deficiente, nomeadamente aquele que acompanha ou deveria acompanhar os equipamentos de transporte coletivo. As áreas de estacionamento dedicadas, apesar da sua referência no PGU de 1949, resultaram da obrigatoriedade de cedência, nas operações de loteamento, e a existência de lugares deve-se, em grande medida ao fato de os perfis de vias produzidas nos últimos períodos serem de maior calibre, permitindo a apropriação do caudal para o efeito. Existem ainda situações de ocupação de lotes para parques concessionados ou estacionamento não definido realizado na via.

Os serviços públicos estão maioritariamente concentrados na área envolvente da Avenida da República, tendo assistido a um decréscimo de balcões dos CTT disponíveis no resto do concelho. À exceção das juntas de freguesia, de sete postos de bombeiros voluntários, de cinco postos da GNR, seis postos da PSP, de catorze agências de CTT, os restantes serviços estão centralizados na área da Avenida de República, com o exemplo de todas os postos de turismo estarem concentrados ali e na baixa do Cais de Gaia. Também os equipamentos educativos, culturais e científicos se encontram ali concentrados, existindo alguns, que pela sua relação com o território específico que gerem, se encontram fora do perímetro urbano, nomeadamente o Zoo Santo Inácio e a Estação Litoral da Aguda.

Os empreendimentos de habitação social encontram-se distribuídos por todas as freguesias, sendo Canidelo e Vilar de Andorinho aqueles que apresentam mais de quatro cada. Com o envelhecimento da população, o PDM propõe a criação de equipamentos para novas necessidades, que devem ser compatibilizadas com utilizadores não residentes no concelho.

Segundo o Relatório 2.5, de 2005, **“diminuiu o peso do Estado na dotação de equipamentos e o sector privado tem uma lógica de mercado dificilmente compaginável com as necessidades de estruturação territorial que os equipamentos visam cobrir”** (Relatório 2.5, 2005, p.26). Assim, os indicadores ao nível dos equipamentos apresentam insuficiência, não se alterando significativamente esta situação desde o PGU de 1949.



Fig. 172 Implantação do serviço de trolley-carros, segundo pedido dirigido à DGT, em 1958. Podemos verificar a circunscrição da proposta, em VNG, à Avenida da República e à Rua Conselheiro Veloso Cruz, servindo Santo Ovídio (à direita, ao fundo) e Coimbrões (em cima, à esquerda).  
Fonte: AMSMB, ID 52765.





Fig. 173 Esquema de localização das linhas de operadoras privadas, e da STCP (laranja).  
Fonte: Relatório 2.4, 2007, p.35.

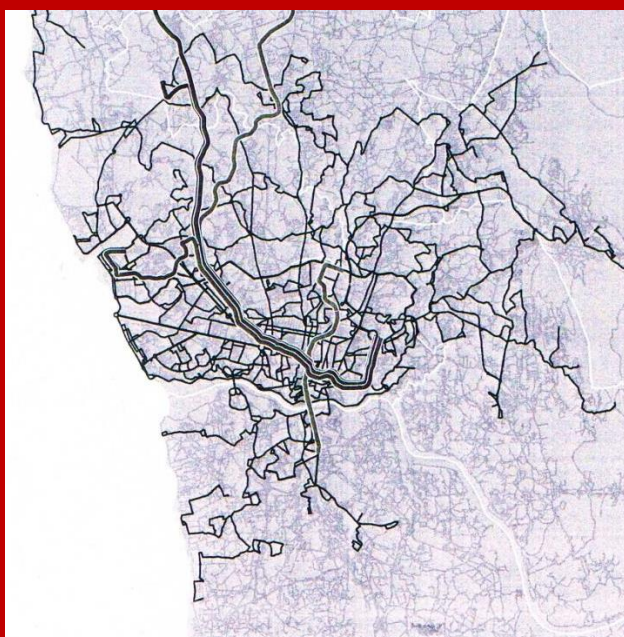


Fig. 174 Esquema de localização das linhas da STCP. Esquema do Metro do Porto, antes da extensão da linha amarela até Santo Ovídio.  
Fonte: Pinho, 2009, p.253; Relatório 2.4, 2007, p.21.

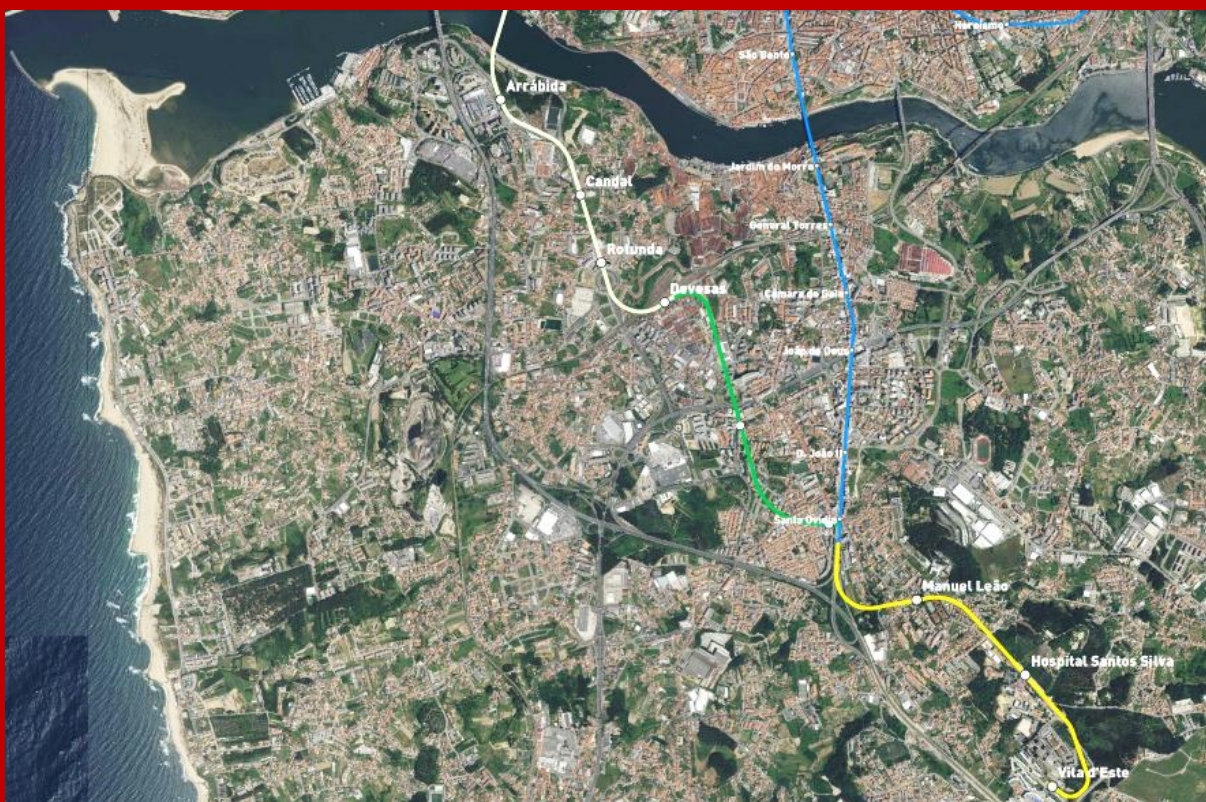


Fig. 175 Extensão das linhas de metro e implantação de novas, em VNG, por fase de programação.  
 Fonte: Metro do Porto, SA, em [https://www.metrodoporto.pt/frontoffice/pages/513?news\\_id=248](https://www.metrodoporto.pt/frontoffice/pages/513?news_id=248), em 21 de Junho de 2018.

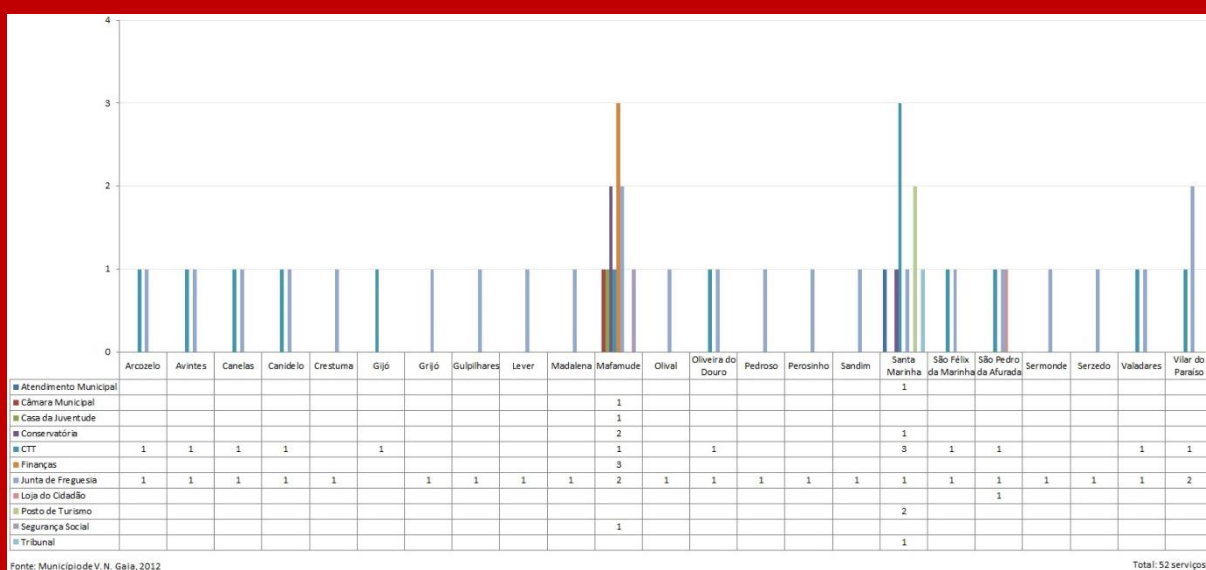


Fig. 176 Serviços Públicos, por freguesia, em VNG.  
 Fonte: GAIURB.



## **SÍNTESE PLANEAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO**

*A rede operada pela STCP em Vila Nova de Gaia é uma rede extensa que apresenta alguns constrangimentos regulamentares e físicos que não permitem que a empresa maximize convenientemente a sua oferta em correspondência com as necessidades das populações.*

AMP, 2011, p.22

Segundo a análise estatística aqui realizada, VNG representa, no contexto da região do Porto, um concelho particularmente importante, mas que, em vários aspetos referidos não é equitativamente considerado como o foram outros concelhos limítrofes do Porto, assumindo a predominância política regional deste.

É em VNG que se verifica o maior número de fogos em todos os três períodos analisados, considerando que depois de 1975, VNG ultrapassa o Porto neste critério. É no segundo período analisado, entre 1975 e 1997, que se dá um crescimento de cerca de 190%, ou seja, uma quase duplicação dos mesmos, com um pico de operações de loteamento em 1987. Acompanha o crescimento deste fator, o número de pessoas residentes, bem como de edifícios. Em 2001, em VNG, 70% dos alojamentos eram do próprio, apesar de uma população maioritariamente assalariada.

Esta evolução demográfica, da produção urbana e da produção económica é evidente nos gráficos apresentados. Para reforçar os resultados destes dados estatísticos, acompanhamos com um mapeamento, para cada período, dos tipos de edificado e urbanização, diferenciados por funções especificamente históricas de VNG. Para tal sobrepomos a cartografia dos três períodos analisados, com os mapas axiais de cada período, localizando a indústria, os lugares de culto, as quintas, os equipamentos educativos, culturais e associativos, lugares notáveis, equipamentos em geral, habitação de iniciativa pública, conjuntos habitacionais relevantes e bairros operários.

Com isto, verificamos uma coincidência da dinâmica económica territorial acima observada com a criação de eixos, que, corresponderam ao aparecimento do espaço público nos três períodos analisados. Da observação da evolução dos eixos e das áreas entre estes, podemos sintetizar, por período, as principais características morfológicas do território gaiense.

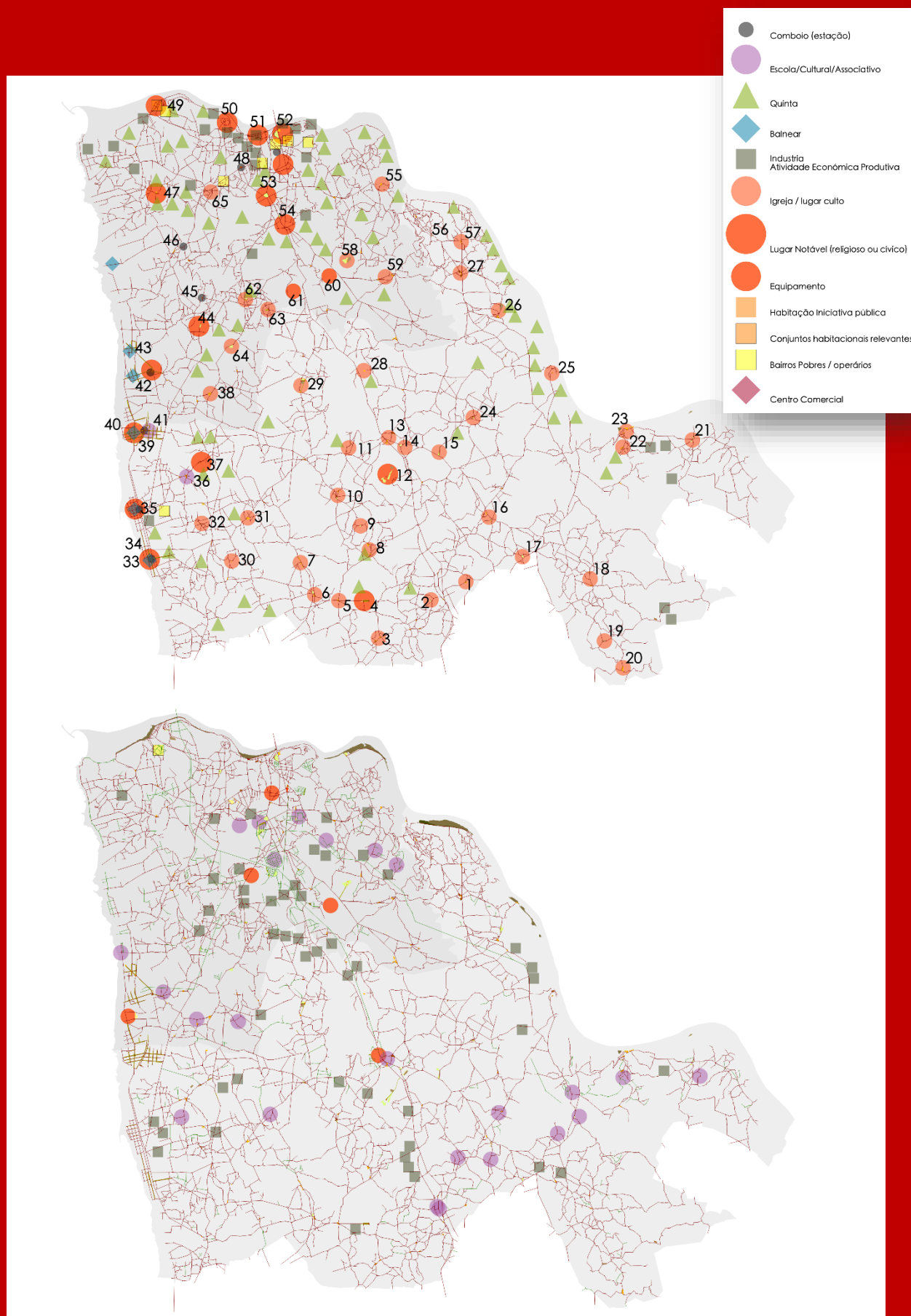


Fig. 177 Mapas axiais referentes a 1949 e 1977, respetivamente, com a localização das funções assinaladas em legenda, em VNG. (Para verificar a legenda numérica no primeiro mapa, ver anexo.)  
Fonte: Realização da Autora.

Num primeiro momento da análise, verificamos, uma predominância de áreas não urbanizadas, ou melhor, não ocupadas de edificação ou vias, que não as respeitantes às áreas muradas de quintas, fora da área urbana de então. A área urbana teria aproximadamente menos de 1000 ha, aproximadamente 860 ha.

É evidente a predominância das quintas e palacetes, contamos 75, relativamente distribuídas pelo concelho, mas com concentração a norte e nascente (Rio Douro), cujas cercas ainda estavam definidas na totalidade em carta, formando as tais áreas livres de ocupação. O cadastro definido por estas quintas, cujos muros de muitas destas ainda resistem, mesmo na área urbana, comprometeu a implantação dos caminhos que desde então se mantiveram. Este cadastro é de menor dimensão, no caso das quintas urbanas, de residência permanente da população aristocrata que tinha relações económicas com o Porto, relativamente ao cadastro maior das quintas ao centro e nascente do concelho, que se desenvolviam preferencialmente em áreas de planalto ou em socalco. A condição topológica do espaço público nas áreas que se encontram em maior declive é menor, apesar das distâncias geométricas serem inferiores. A carta de 1948, apresenta a representação do edificado pontilhado ao longo das vias principais e secundárias, com especial concentração, além da área urbana, nos lugares de Alumiar, Lavadores, Canidelo, Sampaio, Afurada, Paniceiro, Meiral, Aguim, Corredoura, Avintes, Valadares, Vilar do Paraíso (Monte), Souto de Megide, Jaca, Serpente, Rechousa, Perosinho, Lebre, Miramar, Aguda, Vila Chã, Agrela, Arcozelo, Brandiz, Perosinho, Carvalhos, Seixo Alvo, Crestuma, Sandim. As vias ao longo das quais verificamos mais edificado representado, fora da área urbana, são a Rua Tenente Valadim e a que lhe dava continuidade até ao Paniceiro, a Rua Domingos de Matos e a que lhe dava continuidade até à Madalena, e que foi entretanto interrompida pela A1, a Rua do Jardim, e a que lhe dava continuidade pela Chamorra (Valadares) até Espinho, a Rua Laborim de Baixo até ao Monte, a Rua Delfim Lima até à Aldeia de Negrelos, a Rua Heróis do Ultramar (antiga estrada de Vilar de Andorinho a Balteiro), Rua 5 de Outubro, até Avintes.

Na identificação dos alargamentos que quase na totalidade estão associados a edifícios religiosos ou edifícios cívicos, contamos 59, dos quais, dezasseis podem ser considerados pontos notáveis do concelho e treze correspondem a largos de igrejas paroquiais, próximas de cemitérios, cuja expansão é notória entre períodos (Fig. 177). Estes largos resultam da mera interseção de eixos, que correspondem aos cruzamentos de caminhos ou de caminhos com estradas, formando um espaço tendencialmente trapezoidal ou triangular, e que em algumas situações foi intervencionado para regularização do pavimento e de alinhamentos dos limites.

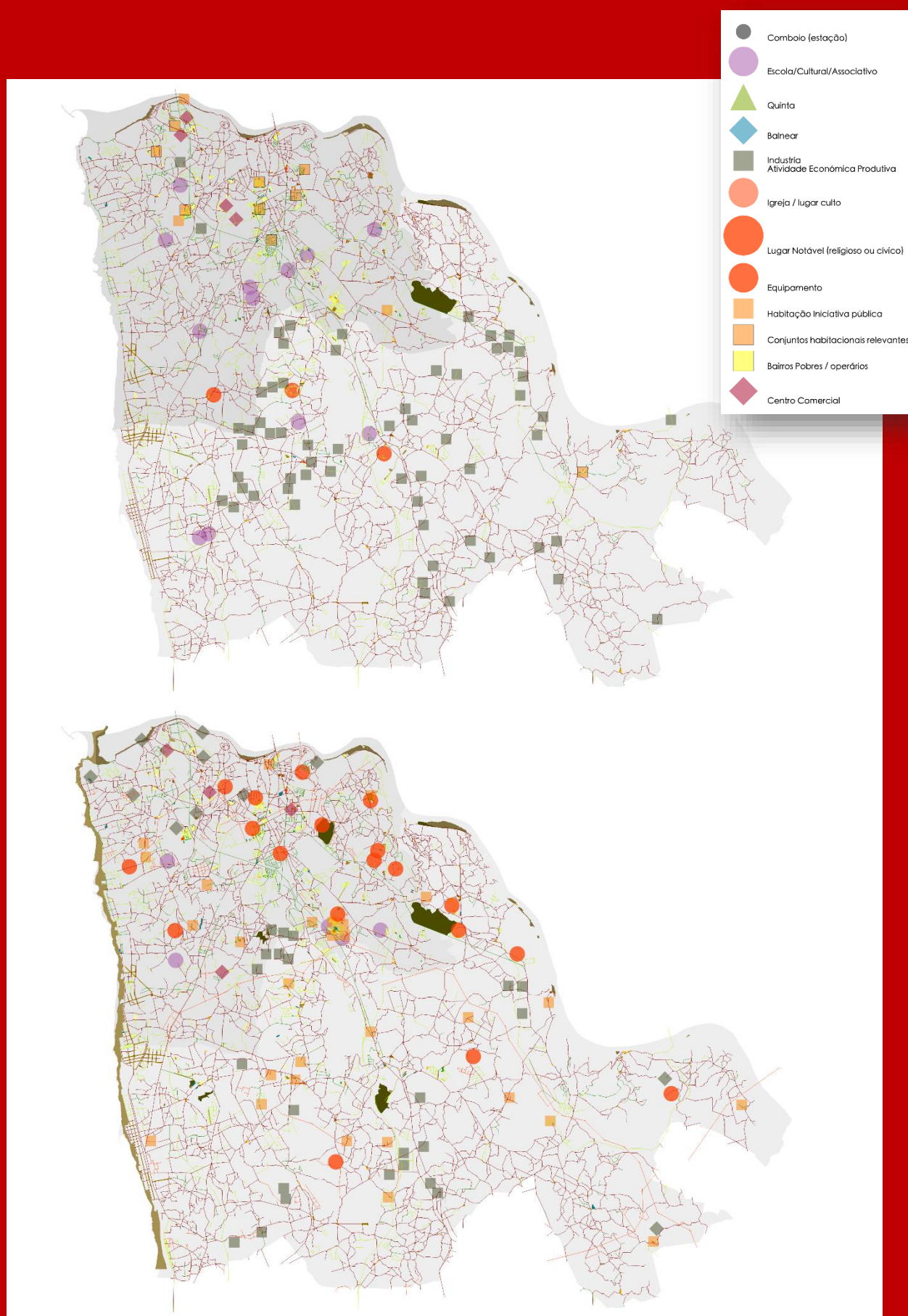


Fig. 178 Mapas axiais referentes a 1997 e 2012, respetivamente, com a localização das funções assinaladas em legenda, em VNG.  
 Fonte: Realização da Autora.

Além das igrejas paroquiais, destacamos as capelas ou santuários que pontilham a interseção dos eixos referidos, e que, já no primeiro período, foram intervencionadas para ampliação.

Identificamos cinco lugares de função balnear, que são aqueles que antes de 1948 estavam definidos em relação às estações de comboio a sul, segundo uma urbanização ortogonal ou de vias radiais, e que se encontram nos lugares de Francelos, Miramar, Aguda, Granja. Um outro, a colónia balnear da Madalena era ainda imberbe. A edificação na proximidade da via férrea, fora da área urbana, era escassa e resumia-se às estâncias balneares referidas, a Valadares e a Coimbrões.

Identificamos oito bairros destinados a classe operária, concentrados no norte do concelho, outro na Afurada e outro na Aguda, na Avenida Pedro Hispano, referente a uma fábrica de tecidos.

No que se refere a fábricas contamos 25 lugares, maioritariamente concentrados no norte do concelho, na área urbana e ainda em Lavadores, Canidelo, Afurada, com particular destaque para a Seca do Bacalhau, Cravelos, Castelo, Cavaco, Candal, Morro da Serra do Pilar, e Quebrantões, e ainda na Aguda, em Crestuma e Lever. Ou seja, a produção industrial, maioritariamente têxtil, concentrada imediatamente a sul do Rio Douro.

Em suma, e apesar da maior concentração da edificação e da sua maior dimensão no norte e centro do concelho, já verificamos uma dispersão da mesma ao longo das vias de ligação entre lugares mais distantes, e que integravam várias ruas ou toponímias. Aliás, grande parte destas vias são próximas dos limites administrativos das freguesias.

No primeiro período, até 1975, a diferença fundamental é na implantação da indústria e dos novos equipamentos, relativamente ao período anterior<sup>555</sup>. Contamos 66 novos edifícios que identificamos na cartografia como sendo fábricas ou edifícios de maior dimensão absoluta. A localização destes centra-se no centro norte do concelho, mais afastadas do centro antigo, e implantadas no limite daquele que foi o limite urbano estabelecido pelo Plano Regional, de 1963. Podemos, simultaneamente, verificar outra maior concentração ao longo da A1,

---

<sup>555</sup> Fazemos notar que, no período correspondente a primeiro Plano de Fomento, 68% do capital seria aplicado à realização de infraestruturas, de onde 36,4% se destinavam a transportes e comunicações, 30% a habitação e apenas 1,5% em energia<sup>555</sup>. Os dois Planos de Fomento seguintes mantiveram a proporção maioritária do capital para o setor produtivo e infraestruturas, mas a proporção para os transportes e comunicações veio a decrescer em prol da energia, habitação e urbanismo, e fundamentalmente da indústria. Em 1964, mais de 98% da estrutura industrial era constituída pela pequena empresa, representando esta 53% do total de operários empregues e 42% da produção líquida. Isto significa, uma tendência para a liberalização da indústria depois de meados do século XX, que se manifestou na dispersão da indústria familiar e de empresas de pequena dimensão, no concelho de VNG.



especialmente no triângulo compreendido entre Valadares, Laborim e Rechousa., outra ao longo da EN 222, em Avintes, outra em Arcozelo e outra, menor, em Canelas. Os novos equipamentos são as escolas básicas e secundárias ou industriais de primeira geração, dois hospitais (Maternidade e Sanatório D. Manuel II) e o Emissor Rádio, em Miramar. As escolas localizam-se na proximidade das novas fábricas, ou de novas urbanizações, no limite do perímetro urbano coevo. Verificamos um incremento destas funções para uma primeira área de expansão urbana, que acompanha a produção de novos eixos na proximidade dos edifícios ali implantados. É o caso do Bairro do Cedro, do Liceu, da Escola Industrial em Cabo-Mor, da zona industrial da Lavandeira e Fontelos (EN 222) e de Vilar do Paraíso (Junqueira).

No segundo período, de 1975 a 1997, verificamos um incremento maior, do que no primeiro período, de edifícios respeitantes a fábricas, visivelmente implantados fora da nova área urbana. Contamos sessenta pontos, ou seja, um crescimento de 122% relativamente aos edifícios existentes na carta de 1975. Aqui, a área urbana já representa mais de seis vezes a área de 1949. Reforçando a direção da expansão que o período anterior apresentava, podemos distinguir três grandes concentrações. Uma, que se implanta ao longo da A1, entretanto continuada, especificamente entre esta e o IC2. Aqui, verifica-se um incremento na zona da Rechousa (Zona Industrial das Lages), de Pedroso, dos Carvalhos e, mais a sul, de Grijó, da Feiteira e de Seixezelo, tendo continuidade, fora do concelho em Argoncilhe (Santa Maria da Feira). Uma outra, que se aproxima de nascente, coincidente com o desenvolvimento da EN 222. Aqui, verifica-se um incremento significativo em Pedroso (Arnelas) e Olival. Sublinhamos ainda a barragem em Crestuma-Lever. Uma outra, que se desenvolve no triângulo Canelas, Serzedo e Perosinho, com destaque para a Zona Industrial da Rainha.

Por outro lado, não é propriamente na proximidade imediata destes edifícios que se dá o incremento de produção de eixos. Pode esta situação ser explicada com o fato de o surgimento de novos eixos estar enquadrado em loteamentos ou urbanizações localizadas fora do âmbito das áreas industriais, mas relativamente próximas, o que poderá servir a nossa análise sobre a produção de eixos neste período. Ou seja, o espaço público viário, produzido depois de 1975, ligou-se com as estruturas viárias anteriores mais primitivas, uma vez viabilizada a deslocação individual automóvel da população operária, que procura habitar relativamente perto destas três grandes concentrações de indústria. Contudo, e apesar da distância geográfica entre casa e trabalho ter potencialmente aumentado nestas áreas, a distância topológica é diminuída com a introdução da estrutura autoestradal. Verificamos, desta forma, uma tendência de criação de novos eixos neste período que é compatível com a localização dos meios de produção e de novas áreas de habitação unifamiliar que os acompanham. Também, a confirmar esta hipótese,



temos uma segunda geração de escolas secundárias e básicas de maior dimensão e implantadas nestas concentrações, nomeadamente em Canelas, Valadares e Carvalhos<sup>556</sup>.

Acresce que, naquelas três áreas de maior concentração industrial, verificamos que os espaços públicos se reduzem, quase na totalidade, ao tipo viário, especialmente a acessos viários de perfil regular mínimo, e de dimensão total na ordem dos cem a duzentos metros, que se servem das outras vias primitivas de menor perfil ou de perfil irregular. Na freguesia de Canelas, Gulpilhares e Grijó verificamos precisamente a maior percentagem de crescimento de ruas sem saída, neste período, relativamente ao resto do concelho. Madalena, Avintes, Santa Marinha e Afurada tem o menor crescimento, neste período, relativamente ao resto do concelho. No período seguinte, até 2012, o maior crescimento de ruas sem saída, muito inferior ao do período anterior, dá-se em São Félix, Serzedo, Perosinho, Pedroso, Seixezelo, Sandim, Olival, Crestuma e Lever. Canidelo, Gulpilhares, Oliveira do Douro, Santa Marinha e Avintes registam decréscimo do número de ruas sem saída, no último período. Estando relacionado com o fato de no período seguinte, nestas áreas se ter aumentado o número de interseções dos eixos existentes com os eixos novos. Esta situação é evidente no mapa axial sobreposto de 2012.

A par, podemos considerar que as restantes áreas do concelho que apresentam crescimento de eixos no mesmo período, mas que não estão relacionados com o surgimento de novas indústrias, e referimo-nos especificamente à orla costeira, tendo como exemplo maior a área poente da freguesia de Gulpilhares e Valadares (freguesias entretanto integradas em perímetro urbano), se deve ao mesmo processo de extensão da dispersão, sob um fenómeno socioeconómico com uma variável diferente. Essa variável é a preponderância da população residente assalariada e não operária, particularmente empregue no setor terciário, e que estabelece deslocações aos novos centros de logística e comércio que, entretanto, se vieram a

---

<sup>556</sup> À semelhança do que Serra verifica em áreas dos concelhos limítrofes ao Porto, a maioria dos novos eixos introduzidos resulta de intervenções disjuntivas, com um ponto de interseção com os eixos existentes em 1948. Esta situação é particularmente visível a poente, na vertente da orla costeira - no Picão, na Madalena, em Gulpilhares, em Arcozelo, na vertente nascente - no Freixieiro, e, mais evidentemente no norte de Canelas (Terços, Lagarteira, Megide). Contudo, aquelas áreas de urbanização apresentam uma diferença tipológica, que não está somente relacionada com o fato de serem ou não urbanas, mas pela sua proximidade ao Porto ou a eixos que potenciam uma menor distância topológica nas deslocações pendulares e nas deslocações restantes que, e como vimos, são uma realidade maioritária neste concelho. Tanto as áreas urbanas como as não urbanas mais próximas dos antigos centros apresentam uma ocupação de edificado com mais do que um piso, e as áreas, mas afastadas, uma ocupação de baixa densidade, com habitações individuais em lote estreito, consolidando uma dispersão linear do edificado. A exemplo, as ocupações do Freixieiro e de parte de Canelas, apesar de apresentarem uma configuração dos eixos produzidos idêntica, neste período, nomeadamente com um perfil dessas ruas idêntico, apresentam valores de densidade edificada díspares em cada um. Ou seja, a proporção entre o espaço público e o edificado é potencialmente pior no Freixieiro.

localizar especificamente na Afurada e na Rechousa. Reforça a nossa conclusão, os dados do INE de 1991, que localizam naquelas freguesias, grupos socioeconómicos da categoria 8 e 10, ao contrário das freguesias onde se verificou a mesma expansão da urbanização, e o mesmo padrão de crescimento axial. É o caso da Madalena e do Picão (Canidelo).

Assim, neste período, temos um processo de produção do espaço público viário afeto a uma forma específica de produção urbana promovida particularmente por privados, e especificamente determinada pela mobilidade individual, mesmo nos grupos socioeconómicos com menores rendimentos. Não é, também, por acaso que a cobertura dos transportes públicos nestas áreas não existia ou era muito reduzida no período antecedente, tendo aumentado relativamente até ao final deste, somente para algumas destas áreas (Canidelo, Vilar Andorinho e Oliveira do Douro) e voltado a reduzir no último período. Podemos reconhecer que esta dispersão da urbanização é dependente da dispersão do espaço público viário, que foi ampliada neste período e que coincide com os picos de edificação e de processos de licenciamento submetidos. Ou seja, temos uma convivência da regulação, com os processos de planeamento e com a gestão urbanística no desenvolvimento de um padrão de crescimento do espaço público, que aumentou a heterogeneidade da condição topológica do território e potenciou a diferenciação da condição dos grupos socioeconómicos.

Estipulada a regulação da operação urbanística particular, na década de noventa, para efeitos de cedências, os espaços públicos resultantes deste período aumentaram em quantidade. Mas também aumentaram na mesma proporção as distâncias topológicas entre os mesmos, visto não estabelecerem entre si interseções alternativas. Mesmo que a criação de novos espaços públicos (viários e não viários) tenham diminuído as distâncias geométricas existentes entre os espaços públicos existentes. De referir ainda a proliferação de tipos de urbanização habitacional condominiais, neste período, especialmente nas áreas que se caracterizam por grupos socioeconómicos médios, superiores estabelecidos em atividades terciárias, educativas e científicas. Este dado é particularmente relevante, mesmo que não tenha sido por nós contabilizado em rigor, porque demonstra que naquelas áreas existiu uma tendência de exclusão topológica que o espaço público efetivou, ou agravou, se quisermos.

No último período (Fig. 178), verificamos o aumento de áreas terciárias de grande dimensão, concentradas no norte e centro do concelho, e como já referido na zona da Afurada e da Rechousa, ampliando os edifícios de comércio e distribuição moderna. Inclusive vemos algumas diferenças negativas nos edifícios industriais, entretanto desmantelados e urbanizados, como é o caso da fábrica de Lavadores, em Canidelo, das instalações da Seca do bacalhau, em Canidelo, da fábrica do Cavaco, entre Afurada e Santa Marinha, da fábrica do Fojo, em

Canidelo e da fábrica Eletrocerâmica, em Canidelo. Ou seja, a transformação das propriedades de produção industrial que ainda permaneciam, no início do século XXI, dentro do perímetro urbano nascente, em áreas de urbanização e edificação de habitação, nomeadamente coletiva e de densidade construtiva superior à do período anterior. Também cabe aqui a transformação de partes destas áreas em parques empresariais, cujo crescimento é confirmado pelas ações de promoção da CMVNG, especialmente na criação dos parques empresariais de São Félix Marinha, Perosinho e Sandim. Acresce, com a revisão do PDM, a elaboração de PU destinados a São Félix Marinha, Brandiz e Sandim. Em 1994, VNG já constituía cerca de 21% do parque empresarial da AMP, com uma variação de 26,4%, relativamente a 1985, e ligeiramente abaixo da média da AMP de então (28%)<sup>557</sup>. Estas evidências territoriais demonstram a tendência para a internacionalização, a captação de investimento estrangeiro e a formação tecnológica dos trabalhadores nas empresas locais.

Verificamos um ligeiro incremento de edifícios destinados à indústria ou serviços especializados que se localizam na proximidade dos anteriores, consolidando as três grandes áreas de concentração industrial referidas, com destaque para Canelas e Grijó (Feiteira).

Verificamos um significativo aumento de equipamentos, privados e municipais, concentrados maioritariamente no perímetro urbano, ainda que outros, pela sua especificidade funcional, se localizem em freguesias não urbanas. Referimo-nos maioritariamente a equipamentos desportivos, culturais e associativos, escolas de nível secundário, e equipamentos relacionados com a gestão de resíduos ou tratamento de águas. Os primeiros implantam-se maioritariamente no perímetro urbano. Contamos cerca de quarentas espaços destinados ao desporto, de âmbito municipal e regional, que neste período foram implantados ou reabilitados para a prática desportiva e cultural.

Neste período, registamos um pequeno decréscimo de ruas sem saída nas freguesias de Canidelo, Gulpilhares, Oliveira do Douro, Santa Marinha e Avintes. Esta situação é justificada pela introdução dos eixos de menor dimensão, relativamente ao contexto de produção de eixos neste período, que promovem a interseção com mais do que um dos eixos produzidos no período anterior. Quer isto dizer que as intervenções outrora dispersas tendem a aproximar-se e que os eixos produzidos neste período estabeleceram conexão com a estrutura viária existente.

---

<sup>557</sup> Segundo dados do INE, "Relativamente ao tecido industrial, o núcleo central constituído pelos concelhos do Porto, Maia, Matosinhos e V.N. de Gaia - os quatro municípios que em 1988 agregavam 84% do VAB industrial (cf. Planum et al., 1993) - mantém uma posição destacada, pese embora o maior crescimento do número de empresas registado nos concelhos mais periféricos, com especial incidência nos sectores que apresentam já uma forte especialização relativa a nível metropolitano." Carlos Oliveira, Gabinete de Estudos e Planeamento da Câmara Municipal do Porto.



a1, a2), a3)



b1, b2), b3)



c1, c2), c3)



d1, d2), d3)



e1, e2), e3)

Fig. 179 Fotografias de várias urbanizações. Das alíneas a), Aguda e Miramar; Das alíneas b), Simopre. Das alíneas c), respetivamente, Mariani, Cooperativa Tripeira e Cabo-Mor. Das alíneas d), respetivamente, loteamento nas Ruas de Bustes e Espinheiro. Das alíneas e), respetivamente loteamento da Quinta da Vera Cruz (2005), loteamento dos Jardins d' Arrábida e loteamento na Madalena.

Fonte: Realização da Autora, exceto a fotografia referente à urbanização Mariani (alínea c1)), obtida no AMSMB, ID 53591.

A exemplo, a urbanização da fábrica de Lavadores, em Canidelo, a do Agro e de Rego de Água, na Madalena, a da Lavandeira, de Santana e do Centro Social e Paroquial de Oliveira do Douro, a execução da Avenida D. João II e da VL8 em Santa Marinha, e da urbanização da Quinta da Mesquita, em Avintes.

Observando este padrão de crescimento dos eixos produzidos de menor dimensão, verificamos haver um desfasamento com o espaço público não viário. Registamos uma coincidência entre a promoção de áreas que correspondem a equipamentos de grande dimensão e alguns eixos de maior dimensão introduzidos neste período, como é o caso do Parque da Lavandeira, mas, por outro lado, quase nenhuma coincidência entre os espaços públicos não viários com os não viários em geral. Podemos adiantar que, e apesar da regulação obrigar à cedência, as áreas que vieram a ter novos eixos de menor dimensão não foram acompanhadas de outros espaços públicos, apesar do perfil notoriamente mais largos dos espaços públicos viários. Considerando que foi neste período que registámos um valor de comprimento médio mais elevado (212 m), podemos afirmar que existem dois padrões distintos de produção do espaço público neste período. Um, que está relacionado com a produção urbana exclusivamente local e outro, que está inteiramente relacionado com a execução setorial de novas vias de natureza nacional e metropolitana. Acompanha esta conclusão, o fato de, neste período, termos registado, conforme anteriormente referido, o mais alto número (e soma de comprimento) de eixos demolidos, cuja mapificação demonstra, precisamente, a implantação daqueles eixos de alta velocidade.

Ressalvamos igualmente a execução da marginal marítima que não foi considerada na produção de eixos neste período, mas que constitui um desvio a estes dois padrões, uma vez que se constituiu tanto sobre a produção de novos eixos como pela reabilitação de outros existentes, permitindo criar o espaço público viário não autoestradal mais comprido do concelho.

Quanto ao planeamento dos espaços públicos do tipo viário previstos desde meados do século XX, podemos dizer que existiu uma permanente lacuna na sua execução, acelerada pela publicação do RGEU, e, mais tarde, pela realização do primeiro PDM. Mas esta lacuna refere-se especificamente aos espaços públicos viários afetos ao domínio municipal depois de 1965. O mesmo não sucedeu com a execução das vias autoestradais, de domínio público estatal. Apesar de ser um elemento fundamental e constante nos diferentes estudos realizados para o concelho, particularmente até 1967, data do Plano Regulador, veio a perder presença até à publicação do primeiro PDM, e, mais especificamente do Regulamento Municipal. A heterogeneidade generalizada dos perfis viários, bem como a heterogeneidade da condição

material destes, ou seja, os materiais, as infraestruturas e o posicionamento de elementos pertencentes a serviços de natureza pública, coincide com uma heterogeneidade da regulação e da parametrização que coube a cada período e a cada intervenção, salvaguardando apenas algumas situações específicas de intervenções conjuntas. A evolução da localização das ruas sem saída reforça esta situação promovida pela regulação, a par da liberalização da urbanização. Na execução das vias de nível autoestradal verificamos uma tendência para minorar as interrupções das vias primitivas, situação que a implantação da A1 não previu ou não condicionou devidamente. Mas, também, a implantação destas, nos últimos dois períodos, apesar da manutenção da conexão na maioria das vias preexistentes, imprimiu alterações morfológicas que prejudicam ou impedem a mobilidade local, nomeadamente aquela que não seja realizada com transporte individual. Ou seja, e apesar de existir uma preponderância absoluta do espaço público do tipo viário, o seu planeamento foi direcionado para dois níveis – autoestradal e de provimento local, com a exclusão para a execução de vias locais, de nível concelhio, previstas já em PGU e em Plano Regulador. Verificamos uma generalizada descontinuidade formal dos espaços públicos viários, não apenas entre intervenções distintas, mas mesmo aqueles que resultaram, outrora, de intervenção ou urbanização conjunta. Excluem-se desta situação maioritária as áreas de espaço público viário conformadas antes daquele período e dependentes do esquema viário municipal e regional, e que ainda vieram a produzir efeitos na estruturação viária introduzida pelo PDM.

Quanto ao planeamento de espaços públicos não viários verificamos uma quebra significativa na sua quantidade e qualidade material generalizada, coincidente com a liberalização da promoção particular da urbanização e edificação nos últimos períodos. Apesar de no período de 1975 a 1997 ainda se verificar um efeito de retardamento que resultou na criação de mais espaços públicos afetos à urbanização, e, conforme vimos, do tipo mistos, verificamos uma clara ausência da sua disposição nos instrumentos legais subsequentes, nomeadamente com a introdução da obrigatoriedade das cedências para espaços coletivos e equipamentos. Quer isto dizer que, enquanto a definição projetual dos espaços públicos não viários constituiu parte explícita dos instrumentos de planeamento, em várias escalas de aproximação, nomeadamente até à definição dos limites de implantação e ocupação do edificado privado, o mesmo resultou em maior conformidade. Podemos ainda verificar que os espaços públicos não viários com a maior área de ocorrências adjacentes e contíguas foram produzidos entre o primeiro e o segundo intervalo (1948 e 1997) e correspondem a áreas afetas a planos de urbanização aqui referidos. É o caso das quintas de Cabo-Mor, de Maravedi e das Camélias. Também constam as áreas afetas a loteamentos de maior dimensão como é o caso de



Simopre, da Quinta da Belavista, da Cooperativa Tripeira, de Vila D’Este, estando parte destas áreas integradas na microanálise do Planalto da Afurada. Outras situações de quantificação acima da média, que são residuais no contexto de planeamento, constituem parte de intervenções a propósito do parque municipal de habitação de iniciativa pública, nomeadamente os que foram iniciados ainda no final do penúltimo período analisado – Quinta da Belavista, Cavaco e Bairro da Câmara.

Finalmente, interessa-nos que, de facto, e pelos dados levantados e analisados em conjunto, podemos afirmar uma clara periodização do planeamento da produção do espaço público no concelho. Esta periodização caracteriza-se por diferentes formas de produção urbana e de produção do espaço público, dependentes dos processos de planeamento aqui referidos, inclusive aqueles que derivaram de políticas territoriais nacionais e regionais. A condição socioeconómica acompanha esta diferenciação, na medida em que a produção económica e a transformação da natureza dos vários setores de atividades instalados no concelho se espacializam no mesmo sentido, a par do crescimento da população e da edificação.

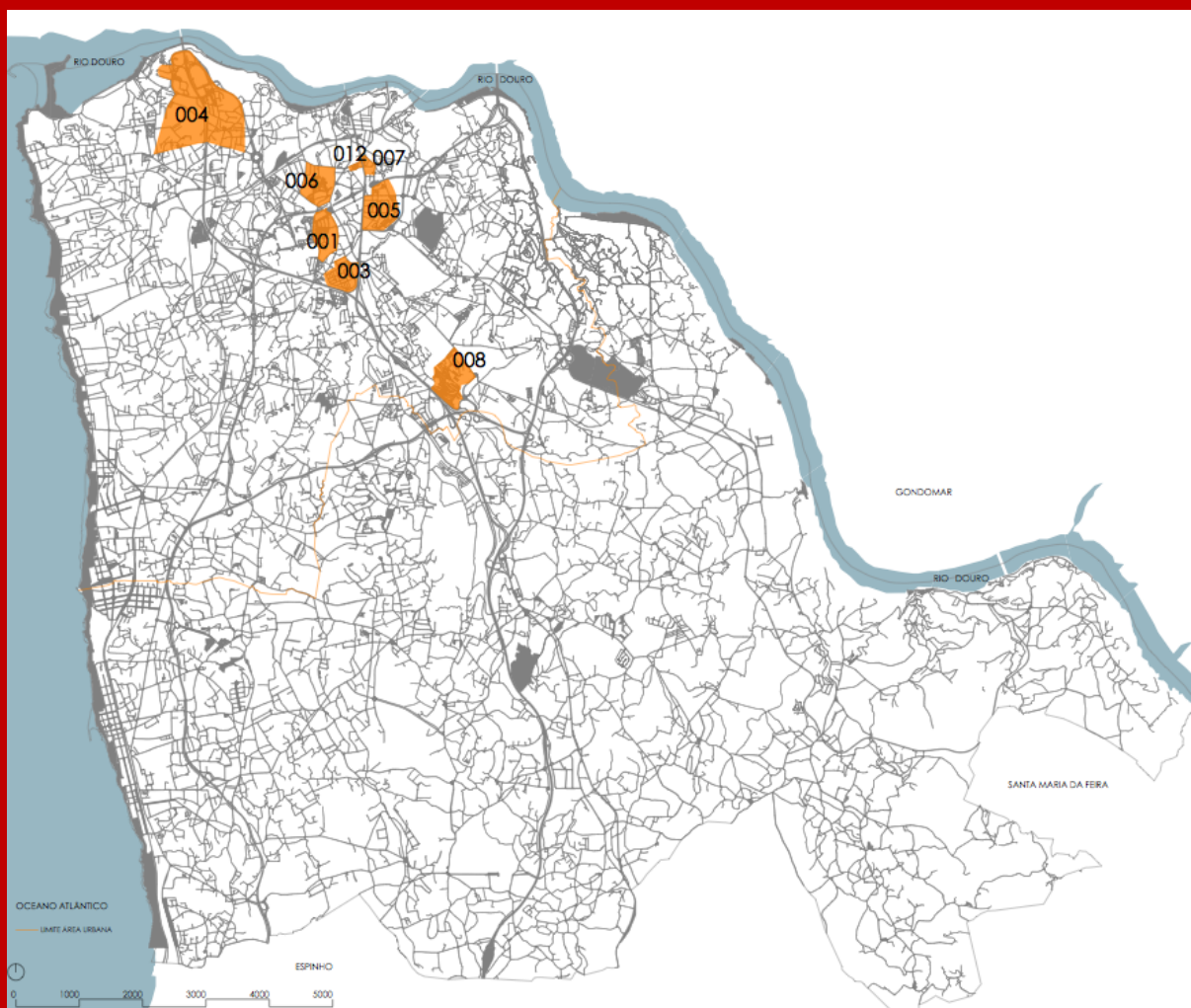


Fig. 180 Localização das áreas da microanálise, em planta de espaço público, em VNG. Respetivamente Cabo-Mor (ID 001), Cedro (ID 003), Planalto da Afurada (ID 004), Liceu (ID 005), Maravodi/Maravedi (ID 006), Quinta das Camélias (ID 007), Vila D'Este (ID 008) e Centro Cívico (Paços Concelho) (ID 012).

Fonte: Realização da Autora.

# CAPÍTULO. V

## ANÁLISE DO ESPAÇO PÚBLICO EM VILA NOVA DE GAIA



**V.I**

PLANEAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO - MICROANÁLISE

## IDENTIFICAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO

*Tornava-se agora preciso separar a terra ocupada pelas edificações urbanas da terra livre, e ainda a terra pública da terra particular, para poder pôr o problema dos espaços livres. Tal estudo constitui o terceiro capítulo com o título de Espaços livres. Não se foi nele tão preciso como se desejava, por carência absoluta de plantas actualizadas e em escala conveniente: a 1/50000, do I. G. e Cadastral, está longe de o ser. Mas sugerem-se as percentagens de espaços livres a adotar nos planos de urbanização a fazer, e chegou-se á conclusão de que convém chamar gente à industria por a terra já estar saturada e por de mais dividida.*

Garrett, APRP, 1946, p.2

Após a descrição e caracterização global da situação atual e da situação histórica do espaço público no concelho de Vila Nova de Gaia, segue a necessidade de encontrar relações particulares entre o planeamento e a produção do espaço público na produção urbana gaiense.

Na microanálise, destacamos oito áreas fundamentais que foram afetas a instrumentos de planeamento e realizamos um levantamento de dados segundo os critérios enquadrados na morfologia, na regulação e na gestão. Dos dezassete instrumentos de planeamento levantados e identificados apenas catorze se referem a planos com efetiva realização, ainda que se apresentem diferenças fundamentais relativamente ao que existe ou foi realizado. Assim, consideramos exemplificativo apresentar a microanálise de oito áreas que correspondem a oito instrumentos de planeamento definidos entre 1949 e 1992, mostrando diferentes áreas urbanas que surgiram em contextos socioeconómicos de programação diferentes e espaçados no tempo. Simultaneamente, estas áreas apresentam morfotipologias edificadas diferentes entre si e diferentes dentro da própria área de intervenção. Por outro lado, a seleção incide sobre áreas com maior concentração de áreas de espaço público identificadas pela revisão do PDM. Consideramos que por este motivo possam oferecer dados significativos sobre diferentes categoriais no conjunto global de um espaço público onde cerca de setenta e cinco por cento pertence à estrutura viária. Acresce o fato de estas áreas constituírem parte das freguesias mais populosas e com maior densidade populacional no contexto do concelho. Excetuando a instituição das áreas de parque urbano<sup>558</sup>, a intervenção pela melhoria dos espaços exteriores

---

<sup>558</sup> O Parque da Lavandeira, o Parque de Dunas da Aguda, a Reserva Natural Local do Estuário do Douro, o Centro Interpretativo do Património da Afurada, o Parque do Conde da Quinta das Devesas, o Parque Botânico do Castelo e o Parque Ponte Maria Pia.

nos bairros de promoção pública municipal<sup>559</sup>, e as intervenções realizadas em sede de programas estatais e sectoriais<sup>560</sup> que ocorreram maioritariamente desde o início do século XXI, as áreas seleccionadas registam a maior variação de categorias de espaço público.

Não é casual que as áreas seleccionadas se encontram quase na totalidade dentro da área urbana. Pela análise global do concelho detetámos heterogeneidade entre a área urbana e a não urbana, no que toca à distribuição das várias das categorias de espaço público identificadas na revisão do PDM, a qual coexiste com a uma maior homogeneidade da distribuição da categoria viária local. Esta situação constitui em si um dado relevante no entendimento da transformação territorial no concelho, e uma justificação para a seleção de áreas com planos especificamente desenvolvidos para estas.

Outro fator determinante é a periodização dos planos que estão na origem das áreas abordadas. Cada um dos oito casos escolhidos pertence a períodos históricos diferentes, com quadros jurídicos e políticos igualmente diferentes. Cada um deles se enquadra em áreas previamente estabelecidas, que conformam formas de produção urbana próprios. O que descobrimos é que as áreas seleccionadas podem ter organizado ligações com o tecido existente e, simultaneamente, provocaram hiatos que ainda hoje limitam a utilização de parte do espaço público resultante. Torna-se relevante averiguar se a posição e a relação formal e funcional que nestas áreas se adotou face ao tecido existente representa também, em si, períodos particulares de produção de espaço público. Daí que as áreas escolhidas contemplam sempre a proximidade com outras áreas de morfologia urbana distinta e que verificámos, através do reconhecimento territorial previamente realizado, terem pertencido a áreas de expansão e consolidação.

Não obstante a enorme pretensão de avaliar todos os planos e áreas de espaço público concelhia, a limitação de tempo e recursos leva-nos a definir esta estratégia de análise direccionada para as áreas que reúnem apenas estes critérios. Resulta, necessariamente, uma exclusão de outras áreas da microanálise que oportunamente e de futuro deverão ser igualmente avaliados e que não podemos deixar de referir. Excluimos as áreas de espaço público estabelecidas anteriormente à década de quarenta, considerando que o contexto específico em que surgiram tanto a estrutura viária primitiva e oitocentista, como a abertura das alamedas marítimas (em Arcozelo e São Felix da Marinha) e a planificação da Avenida da República

---

<sup>559</sup> O parque habitacional municipal conta com 36 bairros fundamentais, maioritariamente construídos depois da década de noventa.

<sup>560</sup> Referimo-nos ao programa Polis e aos programas de "Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial" que se destinaram ao tratamento ambiental das ribeiras de Gaia, acompanhado da criação de corredores próprios e perfilhamento viário para as faixas de circulação pedonal e de ciclovia.

constituem fenómenos isolados e específicos de promoção pontual. Excluímos da análise as intervenções mais recentes no espaço público no que se refere apenas à requalificação física do mesmo, quando não houve transformação morfológica. Excluímos planos de natureza regional<sup>561</sup>, estrategicamente desenvolvidos para efeitos de ordenamento territorial e que não tiveram uma natureza operativa ou um desenvolvimento efetivo na transformação urbana do concelho, tendo cabido a sua abordagem na análise global do concelho. Excluímos, à exceção de Vila d'Este, a edificação dos bairros municipais, uma vez que já se fez referência em análise global do concelho. Por outro lado, não dispomos de parte dos respetivos planos e apenas uma menor parte dos espaços públicos, maioritariamente os pertencentes à categoria viária, estão representados na planta de espaço público cedida pela CMVNG.

Assim, para esta análise foram selecionados o (Fig. 180):

- Plano Parcial de Urbanização da Zona do Cabo-Mor, de 1948 e 1953 e Arranjo Parcelar, de 1966, identificado por **ID 001**;
- Antepiano de Urbanização da Quinta do Cedro, de 1958, identificado por **ID 003**;
- Antepiano de Urbanização do Planalto da Afurada, de 1960, identificado por **ID 004**;
- Arranjo Parcial de Urbanização da Zona do Liceu, de 1967, identificado por **ID 005**;
- Plano Parcial da Quinta de Maravodi e do Campo da CUF, de 1967, identificado por **006**;
- Arranjo da Zona Envolvente à Quinta das Camélias, de 1968, identificado por **ID 007**;
- Arranjo Urbanístico da Vertente Sul do Monte da Virgem, de 1968, 1969 e 1970, identificado por **ID 008**;
- Plano de Pormenor do Centro Cívico, de 1992, identificado por **ID 012**;

---

<sup>561</sup> Como sejam o PGU, de 1949, ou o PGDL, de 1953, PR, de 1963, o ADUNP, de 1964, o PRCVNG, de 1967, ou o PGURP, de 1973.

## DETERMINAÇÃO E LEVANTAMENTO DE CRITÉRIOS

morfologia	<b>medição</b>
	eixo maior
	dimensões máximas
	altimetria
regulação	área total
	área e.p.
	dimensões maiores e.p.
	ainhamento [contínuo, alternado, ambos, vários]
gestão	materiais [pedra, betuminoso, cubo, betonilha, saibro, solo, outro]
	elementos [árvores, fonte, bancos artísticos, honoríficos, engenharia]
	<b>edificado</b>
	nº máximo pisos
regulação	nº mínimo pisos
	cércea
	uso dominante [habitação, serviços, comércio, indústria, circulação, escolar, hab. pública]
	tipologia dominante [limite rua, bloco, torre, frente rua]
gestão	<b>função</b>
	perfil [via/passeio, livre, alameda, auto-estrada]
	dimensão tipo viário [passeio, faixa, estacionamento, variável]
	limites [muro, desnívelis, barreira, pavimentos, escadas, socacos, túnel, outros]
regulação	modalidade [automóvel, pedonal, estar, exercício/lazer, estacionamento]
	<b>contexto jurídico</b>
	políticas territoriais
	cedências plano
gestão	dimensionamento
	<b>dominialidade</b>
	domínio [estatal, municipal, sectorial]
	servidão
regulação	limitações uso
	conformidade [regulamentar, existente/local]
gestão	<b>IGT</b>
	IGT aplicáveis
	categorias uso solo
	<b>execução</b>
regulação	programação
	figuras jurídicas
	regime perequativo
	<b>indicadores</b>
gestão	serviços públicos [mun., polícia, CTT, tribunal, junta, social, assoc., telefone]
	transportes públicos [STCP, outras linhas, comboio, metro, noturnos]
	paragens / estações
	nível infraestruturação [águas, esgotos, gás, iluminação pública, todas]
regulação	riscos
	EMM
	permeabilidade
	elementos [árvore, água, jardim, protegida, mobiliário, mob. suave, estacio/ pago]

A determinação dos critérios de análise foi ajustada à possibilidade de obter, o quanto possível, a mesma quantidade e qualidade de dados entre cada uma das áreas. Para garantir a uniformidade dessa recolha de dados determinámos critérios que derivam da subdivisão dos campos em análise: o da morfologia, o da regulação e o da gestão.

A microanálise da morfologia pretende estabelecer uma comparação entre a forma do espaço público, tendo em conta as categorias identificadas em sede de revisão do PDM, e a forma do edificado. Assim, subdividimos a morfologia em três outros âmbitos: um de medição física de áreas e dimensões lineares, outro que se refere ao edificado e finalmente, um que se refere às funções potenciais do espaço público em questão. Através da medição poderemos estabelecer proporções de quantificações de espaço público e respetiva área de abrangência, tendo em conta uma estimativa populacional, o uso dominante do edificado e as funções implícitas na forma do espaço público.

A microanálise da regulação pretende levantar o contexto regulamentar à época do plano e dos momentos posteriores de desenvolvimento do processo. Por outro lado, permite averiguar a condição regulamentar atual, bem como da dominialidade presente, limitações de uso e servidões associadas. Nesse sentido, serão comparadas as áreas tendo em conta as estratégias e princípios patentes à época, nomeadamente o que consta dos documentos oficiais disponíveis no que se refere aos rácios destinados ao espaço público.

A microanálise da gestão pretende estabelecer uma avaliação qualitativa dos instrumentos de gestão territorial na produção de espaço público, através do diagnóstico dos instrumentos de gestão territorial que estão hoje em vigor para cada área e do levantamento de indicadores fundamentais do espaço público. Nesse sentido são identificadas a programação prevista para a execução urbanística e as condições materiais do espaço público existente, nomeadamente o nível de serviços e infraestruturação públicos que cada área apresenta atualmente.

Para a microanálise foram realizados cinco tipos de representações, para cada uma das áreas, em formato vetorial e partindo da cartografia digital disponibilizada pela CMVNG. Primeiro, foi realizada uma representação planificada do espaço público, discriminado pelas categorias constantes do PDM, onde se diferenciou também o edificado por uso. Aqui, a cada categoria do espaço público foi atribuída uma cor própria, bem como à mancha dos edifícios. Distinguimos, no espaço público, a faixa, o passeio, o estacionamento, as áreas verdes, as áreas de jardim, as áreas de utilização pública pavimentadas e as árvores e manchas de vegetação significativas. Distinguimos, no edificado, a habitação unifamiliar, a habitação plurifamiliar, os equipamentos (públicos), o comércio e a indústria. Segundo, foi realizada uma planta sintética

do estado atual de cada área, com origem no levantamento cedido. Terceiro, foi realizada uma planta do espaço público identificado em cada um dos quatro períodos estudados na macroanálise – década de quarenta, década de setenta, década de noventa e século XXI. Quarto, foi realizada a mesma sequência em planta para o levantamento axial de cada área. Finalmente, foram realizados dois perfis esquemáticos de cada área, considerando a altimetria existente e identificando as áreas de espaço público na sua projeção vertical, de forma a evidenciar a forma tridimensional do mesmo.

A acompanhar estas representações, foram reunidas, em gráficos, os resultados das medições relativas aos valores quantitativos; e, o levantamento fotográfico mínimo, especialmente direcionado para a compreensão dos limites entre o espaço público e espaço privado, da diferenciação de materiais e da condição tridimensional do espaço público que a natureza e a escala das representações acima referidas não conseguem conter.

Em anexo, apresentamos a descrição exaustiva de cada área particularmente analisada, resumindo no nosso corpo de texto apenas os resultados obtidos, bem como a crítica aos mesmos. Antes, de cada síntese dos campos analisados, fazemos o enquadramento geográfico e o de planeamento para cada área. Sublinhamos, ainda, que para cada área selecionada existe uma Ficha da Operação Urbanística ou Territorial, na qual se reúnem todos os dados necessários à sua compreensão, nomeadamente localização no concelho, autor, promotor, data e elementos obtidos sobre a mesma.



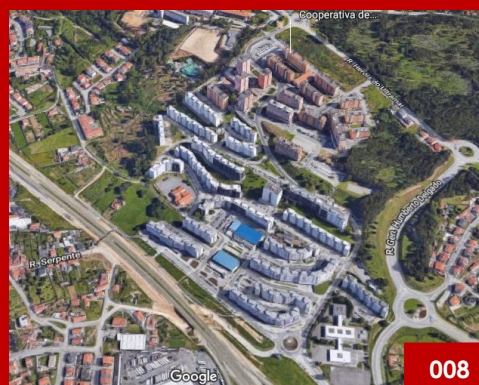
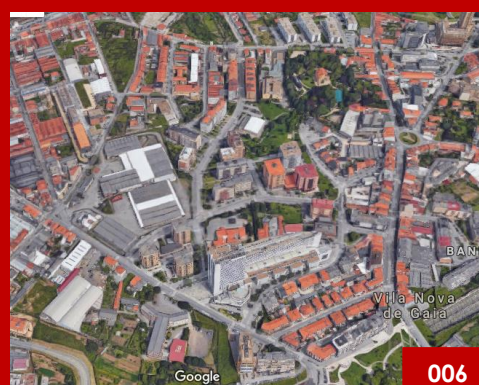
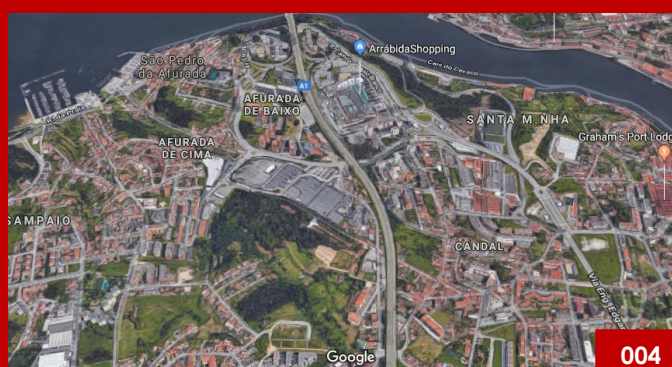


Fig. 181 Vista tridimensional, orientada a norte, das áreas de microanálise, em VNG.  
 Fonte: GoogleMaps, em <https://www.google.pt/maps/@41.0895419,-8.59365,1343a,35y,39.06t/data=!3m1!1e3>, em 17 de Agosto de 2018.



## ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

À exceção da área ID 008, correspondente ao plano de Vila D'Este, todas as áreas seleccionadas encontram-se dentro da unidade biofísica denominada Zona Norte. Vila D'Este encontra-se na transição da entre as unidades biofísicas da Encosta Litoral e do Rio Febros. Assim, e conforme a caracterização biofísica em sede de revisão do PDM, aquela Zona Norte é **“definida pela linha de fecho principal e pela linha de fecho que passa em Oliveira do Douro e separa as bacias hidrográficas dos afluentes do Rio Douro, no seu troço final e a Bacia do Rio Febros”** (PDM, 2009, p.47). Esta área geográfica encontra-se naturalmente limitada e caracterizada pela vertente para Norte, em direção do Rio Douro. Apesar da existência dos talwegues e das encostas abruptas perto daquele, é maioritariamente plana e apresenta declives suaves, existindo várias áreas em plataforma ou planalto. Seis destas áreas encontram-se numa situação de planalto ou são constituídas maioritariamente por planos horizontais, apesar da existência de declives médios.

A área ID 004 é a que apresenta maiores diferenças topográficas visto abranger mais de cinco vezes a área projetada média calculada entre as oito áreas, que é de 363 038 m<sup>2</sup>.

As áreas ID 001 e ID 004 estão limitadas por talwegues e próximas de linhas de água. Em ambos os casos, esta situação constitui uma característica fundamental na morfologia urbana gaiense, uma vez que implicou que a localização do espaço público e a ocupação do edificado fossem desviados das linhas mais fundas das vertentes. Esta situação é precisamente referida na análise das características da povoação central, a norte, realizada para o PGU, a propósito da fraca exposição solar das habitações que já ocupavam. Na memória descritiva e justificativa do PPU de Cabo-Mor, de 1949, explicava-se que **“o terreno a urbanizar é situado numa encosta que, no seu conjunto, se volta para Poente”** (1949, p.2) e que **“na parte mais voltada para a segunda linha de água, tem um valor médio de 18%, vai-se atenuando quando desce ou se caminha para Norte, conservando-se contudo no seu conjunto com um valor elevado.”** É ainda sublinhado o facto de que, para aquela primeira proposta, a orientação das ruas permitiria potenciar a exposição solar dos edifícios e reduzir a movimentação de terras.

As áreas ID 001, ID 004 e ID 006 também apresentam declive em parte ou na totalidade da intervenção. A intervenção na área ID 008 está totalmente implantada em vertente para poente, e as áreas correspondente à circulação viária desenvolve-se em conformidade com as curvas de nível. A influência da topografia na definição do espaço público e na sua planificação é um fator visível na situação atual do mesmo e que consta particularmente dos planos.



### **Enquadramento do planeamento**

A área de Cabo-Mor foi alvo de um dos primeiros planos parciais desenvolvidos para VNG, e, conforme já referido, teve diferentes fases de planeamento. A primeira proposta, apresentada por Arménio Losa e Bonfim Barreiros, por contrato de 1948<sup>562</sup> para a elaboração do PGU, pretendia estabelecer uma nova área de urbanização fundamentalmente habitacional e unifamiliar naqueles terrenos municipais. Segundo as peças escritas, a superfície total do PPU seria de 328835 m<sup>2</sup>, sendo que 196650 m<sup>2</sup> pertenceriam à Quinta de Cabo-Mor. Assim, após expropriação da área circunscrita<sup>563</sup>, e estando **“o Município de Vila Nova de Gaia de posse daquela Quinta [...] julgou chegada a oportunidade de urbanizar a referida área”** (1949, p.2), a zona de Cabo-Mor, estando longe de atividade industrial e comercial, seria destinada a residências individuais, implantadas em talhões de 25 m de profundidade. Nesta proposta, que viria a ser recusada pela CMVNG, as ruas foram orientadas ortogonalmente na direção norte-sul, estabelecendo ligações viárias com o Jardim Soares dos Reis e com a Avenida D. Pedro V, existindo a preocupação premente de executar a circulação principal à Escola Industrial. A proposta previa que a ligação ao elétrico que ali passava, vindo da Stº Ovídio, permitisse reduzir de 700 m para 300 m a distância percorrida pelos habitantes para utilizarem os transportes coletivos. Também **“não foi esquecido o estacionamento e a assistência a veículos”** (1949, p.6). Mas é no estudo de 1953, no PPU assinado por Antão Almeida Garrett, que a planificação se aproxima da situação atual. Aqui, as ruas infletem na direção norte-sul e estruturam-se segundo uma hierarquia de três eixos que conformam o Jardim Soares dos Reis e o terreno da Escola industrial na Avenida Nuno Álvares. As ruas interiores, em arco, dispõem-se análogas às curvas de nível e à Rua da Rasa. Conforme o Esquema das Estradas Municipais da década de trinta, uma delas corresponde à Estrada do Estado, a Nº10, em parte da atual Rua Soares dos Reis.

No projeto, estavam considerados a execução de 604 m de arruamentos a somar 189 m na parte referente à Estrada Nacional Nº10. Refere-se ainda que o perfil da EN 1-15, atual Avenida Infante D. Henrique, que permitia a ligação do Porto a Espinho, é muito irregular e propunha-se a respetiva regularização. A proposta de perfis propunha cumprir com o PRN,

---

<sup>562</sup> Identificador 2141 no GISA.

<sup>563</sup> Em Escritura de 1952, identifica-se a CMVNG como a proprietária dos terrenos da Quinta de Cabo-Mor. Escritura realizada para “Permuta de terrenos desanexados da Quinta da Barrosa pertença do Seminário e da Quinta do Cabo Mor pertença da Câmara Municipal, para construção pelo município da Escola Industrial Comercial de V.N. de Gaia”. AMSMB, ID 3653.

destinando às estradas nacionais de 1ª classe 16 metros, com 12 de faixa, ainda que para efeitos de expropriação fossem de considerar 3 m para cada passeio. A rua de acesso à Escola industrial teria um passeio mais largo, de 2,5 m, na proximidade do Jardim e diminuía para 1,5, a poente da urbanização. A pavimentação seria em paralelepípedo de segunda escolha, os passeios em betonilha esquartelada e guias de cantaria (1954, p.5)<sup>564</sup>. Estavam ainda previstos muros de vedação **“nas propriedades vedadas e atravessadas pelo traçado”** (1954, p.6).

*Em cumprimento de deliberação anterior, relativa ao Plano Parcial do Cabo Mor esclarece o Gabinete de Urbanização que foram respeitados o mais possível as vias e infra-estruturas existentes, com excepção apenas dos troços dos arruamentos que seriam comprometedores, sob o ponto de vista urbanístico, para o bom funcionamento do conjunto geral do plano.*

Arranjo Parcelar, 1966, p.14

Em 1966, na deliberação sobre o Arranjo Parcelar da Quinta de Cabo-Mor, propunha-se manter o nível populacional existente e preservar o carácter residencial evitando o trânsito de atravessamento. Este arranjo parcelar, proposto pelo Gabinete de Urbanização, provavelmente por Mário Azevedo, vem alterar formalmente o edificado e a implantação dos edifícios na orla da EN 1-15 e na área central da intervenção. A nova proposta apresenta uma maior variação de edifícios multifamiliares a par das casas individuais, organizando estas em banda ou conjuntos de casas geminadas resultando num **“contraste entre os edifícios baixos e as torres, bem como as possibilidades de arranjos dos espaços verdes, públicos ou particulares”** (1966, p.3)<sup>565</sup>. Propunha-se assim a implantação de blocos e torres ladeados por **“grandes áreas vedadas ou jardins públicos”** (1966, p.3), tendo em conta a existência do aglomerado da Federação das Caixas de Previdência a Sul da AEN, atual Bairro do Cedro, criando uma continuidade funcional entre estas duas grandes áreas residenciais. A execução das diferentes áreas de implantação e cêrcea estavam programadas em oito fases e afetas à realização de ante-projetos de volume, constantes da venda dos respetivos lotes. Estavam também condicionados os acabamentos exteriores, **“de forma de ficar assegurada a unidade arquitectónica de cada zona”** (1966, p.6). A venda dos lotes e das habitações estava, desta forma, afeta à constituição de propriedade horizontal e da delimitação, pela câmara, dos espaços públicos e dos espaços privados que pertenceriam aos blocos e às torres. É de salientar que as

<sup>564</sup> Peças escritas do “Projecto de Urbanização da Quinta de Cabo-Mor”, de 22 de Janeiro de 1954.

<sup>565</sup> Memória Descritiva e Justificativa do Arranjo Parcelar da Quinta de Cabo-Mor, de 1966.

construções também teriam de ser precedidas da abertura dos arruamentos e instalação infraestrutural, cobradas as mais-valias e os encargos com a conservação das áreas ajardinadas.

Segundo a tabela de números característicos (1966, p.13), a população total estimada para todas as fases era de 2617 habitantes, com uma proporção de áreas livres totais entre 13, 4 a 30,9 m<sup>2</sup> por habitante, consoante a fase. No total previa-se a existência de 83537 m<sup>2</sup>.

***Finalmente, permitimo-nos ainda pedir a atenção para a zona a Norte da Escola Primária prevista em que as torres, sofreram uma rarefação, reduzindo-se a sua densidade o que permitirá manter em melhores condições o pinhal existente.***

Aditamento, 1969, p.2

Em 1967, o plano do arranjo sofreu um aditamento por sujeição às orientações do MOP na retificação da revisão da localização da escola primária e do mercado e para o aumento de áreas de estacionamento. Assim, a planificação ficou mais próxima da situação atual, onde se pode verificar a realocação dos depósitos de água, bem como da implantação dos edifícios com até doze pisos a sul daqueles. Para áreas de estacionamento foram consideradas as áreas próximas dos edifícios em altura e garagens cobertas anexas. Reduziu-se o número de torres implantadas, aumentando o número de pisos.

A área a sul, onde hoje terminam as ruas Diogo Cão e Gil Eanes, do ponto de vista dos espaços públicos está próxima deste plano, apesar da diferente implantação do edificado.

Uma vez que não dispomos de cartografia intermédia, em 1974/75, as áreas do espaço público desta área já estavam conforme a situação atual. Nem numa das plantas da proposta das Vias de Acesso à Ponte de Arrábida, de 1967, nem na planta do Plano Regulador de 1967, estava cartografada qualquer proposta da transformação que viria a ser realizada, nesta área. Dessa forma, a execução do espaço público, anterior à edificação, estima-se ter apenas ocorrido no início da década de setenta.



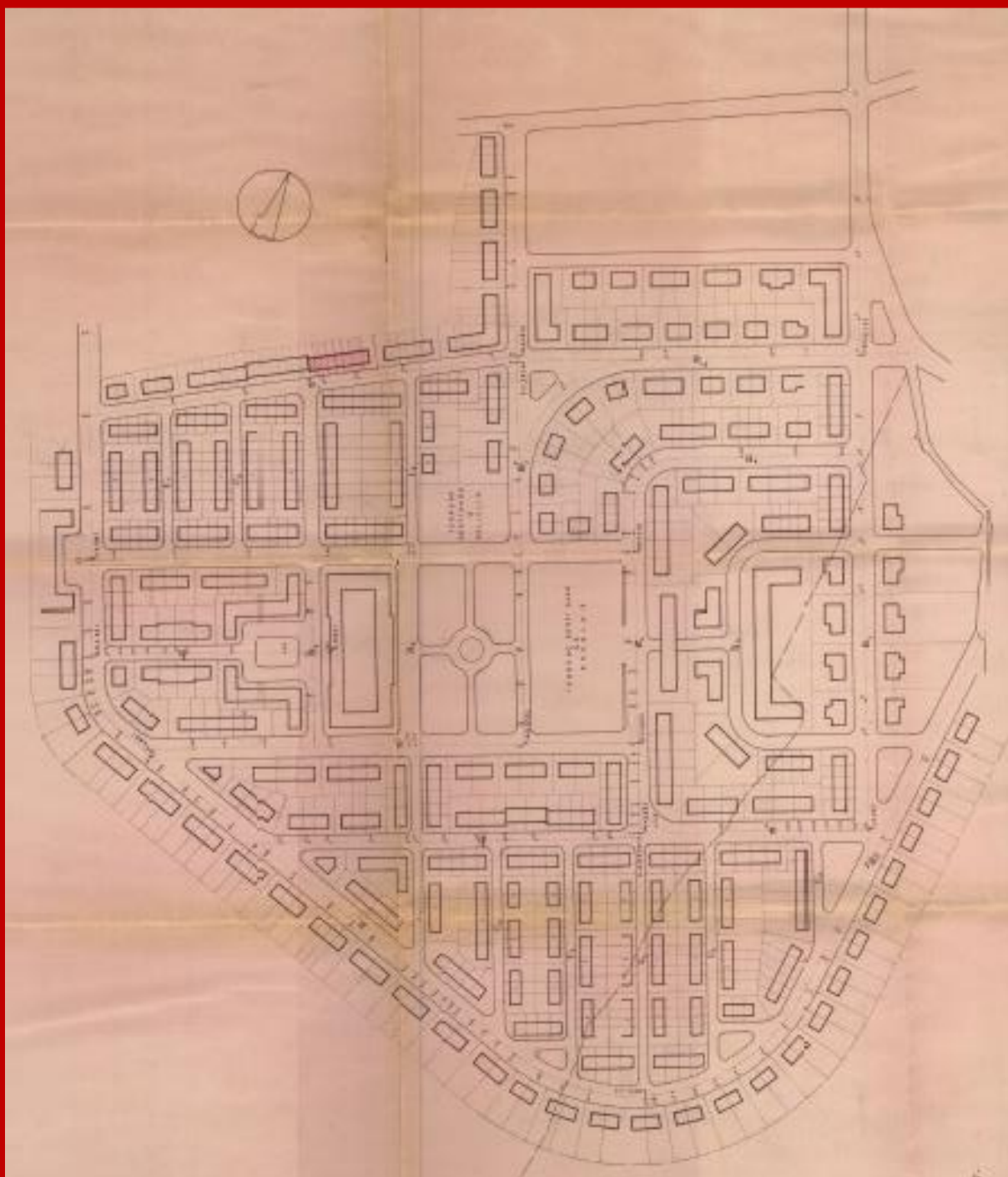


Fig. 184 Planta da urbanização da Quinta do Cedro.  
Fonte: AMSMB, ID 69713.

### **Enquadramento do planeamento**

A área do Cedro foi alvo de um dos maiores anteplos de urbanização do concelho, aprovado, segundo escritura, em 18 de Julho de 1956. A promoção privada desta urbanização, em nome de João Pinto Félix, proprietário da Quinta do Cedro que ali existia, foi alvo de aditamento em 1958, tendo sido aprovado o anteplo em 1958, com a cedência de 8 mil m<sup>2</sup> de terreno destinado **“à construção de um jardim e de uma escola primária”**<sup>566</sup>. Apenas em 1965 foi realizada a escritura de empreitada de obras de urbanização. Juntamente com João Pinto Félix, Camilo Vaz, proprietário da vizinha Quinta da Corga, promoveram a abertura de ruas ortogonais, orientadas norte-sul, fazendo parte das suas obrigações contratuais a execução e pagamento de todos os arruamentos e infraestruturas de águas e saneamento, além da construção de um aqueduto a fazer na linha de água entre as duas propriedades, em conformidade com as indicações dos serviços técnicos da CMVNG. Foi fixado o prazo máximo de 6 anos para a execução total dos trabalhos de urbanização. Os muros de vedação seriam colocados na linha divisória entre lotes e estava proibida a utilização diferente dos terrenos daquela prevista no plano aprovado. Os muros de vedação voltados para os arruamentos não poderiam exceder os 1,2 m. Se a fachada não excedesse os 5 m de altura, os muros confinantes com a rua não poderiam exceder os 25 cm, **“acima dos quais só serão permitidas vedações transparentes ou vivas”** (1958, p.76)<sup>567</sup>. As cores e revestimentos a empregar seriam fixados pela Comissão Municipal de Estética e seria proibida a construção de empenas definitivas, bem como de qualquer outra construção anexa na frente dos edifícios, estando esta área destinada a jardim e não a qualquer outro fim de exploração agrícola. Os alinhamentos estavam fixados no plano, excepcionando-se as escadas e as varandas abertas. O afastamento mínimo para fachadas de 3 e 4 pisos era de 3 m.

Segundo a planta geral do plano<sup>568</sup> é possível verificar que a proposta de espaços públicos, essencialmente viários, previa uma área central, que antecedia a entrada da escola, bem como de outros alargamentos a nascente, que, entretanto, não se concretizou. A implantação dos espaços públicos era determinada estruturalmente pela retícula viária, axialmente simétrica face ao edifício escolar.

---

<sup>566</sup> Escritura de aprovação do ante-projecto de urbanização da Quinta do Cedro. AMSMB, ID2800 e ID 2414.

<sup>567</sup> AMSMB, ID 2414.

<sup>568</sup> AMSMB, ID 69713.



Fig. 185 Planta do APUPA, constante do sítio eletrónico da GAIURB, Fotografia da maquete do APUPA.  
Fonte: GAIURB; Acervo DGT.



Foram propostos três perfis distintos para a estrutura viária. Apenas dois destes contemplavam passeio. A implantação do edificado obedece ao afastamento proposto relativamente aos limites murados. Assim, a cada edifício corresponde uma área privada circundante de igual profundidade. Todas as ruas comunicam entre si, e estabelecem continuidade com as ruas previamente existentes, sendo que a orientação das novas ruas foi determinada pela direção da preexistente Rua Pinto Aguiar, a partir da qual se estabeleceu a malha de ruas perpendiculares. A organização hipodâmica desta área é semelhante a outras intervenções promovidas por João Pinto Félix no concelho, nomeadamente o Bairro das Pedras<sup>569</sup>, vizinho da área selecionada ID 007, denominada Quinta das Camélias, próxima da Avenida da República e do Bairro da Rua Particular João Félix<sup>570</sup>, próximo do Jardim do Morro, na qual se estabelece um perfil único de rua com lotes igualmente distribuídos e destinados exclusivamente a habitação unifamiliar, mas organizada em edifício conjunto, com acesso direto. Em todas as três promoções de João Pinto Félix, executadas entre meados da década de sessenta e meados da década de setenta, há uma homogeneidade na distribuição dos lotes, cujo acesso é realizado por rua, por vezes sem passeio, e logradouros no afastamento à via e no afastamento tardoz aos edifícios implantados na rua oposta.

**ID 004**

**Afurada**

### **Enquadramento do planeamento**

***Deverão ser definidos os arruamentos, arranjos locais, talhamento e o regulamento das zonas, o plano de precedência dos trabalhos e uma estimativa dos custos dos mesmos. [...] O estudo dos arruamentos deverá basear-se em levantamentos taqueométricos de suficiente rigor para a execução das terraplanagens necessárias. [...] O preço acordado será de mil duzentos e cinquenta escudos por hectare estabelecendo-se***

---

<sup>569</sup> A primeira referência encontrada ao Bairro das Pedras data de 1959. Em escritura datada de 1965, refere-se a doação de duas parcelas de terreno, como comparticipação da parte nos trabalhos de urbanização do Bairro das Pedras (AMSMB, ID 2802). No "Estudo das vias envolventes ao Bairro das Pedras em ligação com as vias do esquema viário", datado de 1967, e realizado pelo Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Gaia, verifica-se, em planta, a proposta da urbanização desenhada no seu estado atual, com a respetiva denominação toponímica. Contudo, a planta do Plano Regulador de 1967 não tinha qualquer desenvolvimento do mesmo bairro, apresentando apenas a indicação, no local, do Bairro das Pedras. AMSMB, ID 222669.

<sup>570</sup> A primeira referência encontrada sobre este bairro data de 1955 e consta do "Processo de Obras Particulares em nome de João Pinto Félix", relativo à edificação de dezenas de fogo na Rua Particular João Félix. AMSMB, ID 66842.

**desde já que a área abrangida pelo estudo, será, no mínimo, de oitenta hectares.**<sup>571</sup>

Escritura, 1955, p.3

A área do Planalto da Afurada, assim designado no antepiano de 1962, foi alvo do primeiro plano parcial desenvolvido, para VNG, por Antão Almeida Garrett. A primeira menção à urbanização da Afurada de Cima data de 1955, e refere-se ao contrato estabelecido entre a CMVNG e Antão Almeida Garrett<sup>572</sup>. Neste contrato ficou estabelecido que seria elaborado o “**estudo da urbanização das zonas de Afurada e Canidelo influenciadas pela construção da ponte de Arrábida**”. Nas peças escritas do APUPA, podemos encontrar uma descrição da área conforme se encontrava. Antão Almeida Garrett descreve uma:

**escassa ocupação marginal e o conjunto piscatório da Afurada, algumas casas se agarram às precárias vias de subida da beira-rio até ao planalto nitidamente agrícola de terras de sementeira e alguns maciços de pinhais. É terreno virgem de ocupação urbana e são quintas, algumas até só com casas de caseiros. Depois, nota-se para o lado do mar, uma ocupação a princípio dispersa, não estruturada, no lugar de Sampaio, para tomar uma feição um pouco mais ordenada nos lugares de Alumiara e Lavadores, com a sua praia. Para sul, os lugares de Meiral, Paço, Viso, Paniceiro e Canidelo aproximam-se a formar uma mancha de ocupação semi-urbana, isolada em meio rural. Para nascente, o aspecto muda; mostra uma ocupação mais contínua a cavalo da ligação N-S, que abrange os lugares de Castelo – Regadas e Candal e se estende até Coimbrões – ultrapassando a via férrea da C.P.. Coimbrões é a testa das ligações por troleycarros à cidade do Porto e define a extrema do território que se pode considerar urbano de Vila Nova de Gaia. O planalto da Afurada é assim uma larga extensão rural entre a raia-poente da Vila e a zona costeira de Lavadores; entre a ocupação urbana e a ocupação da praia, com Lavadores no início da Costa Verde.**

APUPA, 1962, p.2

O APUPA consistia numa proposta formal de ocupação de uma área fora dos limites urbanos gaienses até aí considerados, No contexto de conceção de uma segunda travessia sobre o Rio Douro, que estabelecesse ligação viária e ferroviária entre VNG, particularmente as

---

<sup>571</sup> “Escritura de contrato para o estudo da urbanização das zonas de Afurada e Canidelo influenciadas pela construção da ponte de Arrábida”, realizada em 1955. AMSMB, ID 2128.

<sup>572</sup> AMSMB, ID 2128.

Devesas, e o Porto de Leixões, aquela área prestava-se a constituir lugar de expansão preferencial da área urbana, tanto de VNG como do Porto.

***A auto-estrada com a ponte da Arrábida sobre o Douro – ambas em construção – virão a ligar os planaltos fronteiriços – Arrábida, na margem direita e Afurada de Cima, na margem esquerda, o que acarretará, como consequência inevitável e integração dos ditos nos territórios urbanos, respectivamente do Porto e de Vila Nova de Gaia.***<sup>573</sup>

1962, p.1

Não se pode ignorar este fato de consolidação das periferias concelhias do Porto com as intervenções realizadas em sede do Plano de Melhoramentos de 1956, bem como de todos os planos regionais que estavam na iminência de ser implementados, aquando da previsão de ocupação desta área. Assim, como Antão Almeida Garrett trabalhara para o Porto, em VNG propunha garantir uma nova dinâmica entre as duas margens, proporcionada pela implantação da Ponte da Arrábida, sendo **“incontornável que o planalto da Afurada de Cima ficará muito mais próximo em tempo de percurso do primeiro do que do segundo”** (APUPA, 1962, p.3). Torna-se fácil compreendermos que a urbanização do planalto constituía uma oportunidade única para reconsiderar modelos de urbanização modernos, que atendessem a um paradigma de concentração construtiva e populacional, dentro da lógica da deslocação interconcelhia. Não é por acaso que Antão Almeida Garrett se refere precisamente ao corte a meio deste planalto pela auto-estrada, situação que se pretendeu evitar com uma primeira proposta de uma via panorâmica que contornava a saliência topográfica. Não foi esta a proposta aprovada. A auto-estrada foi implantada na linha de fecho, e os respetivos acessos desenvolveram-se nas zonas mais planas, antes do declive acentuado da escarpa a norte. Para Antão Almeida Garrett, a bordadura do planalto seria excecional como miradouro, definindo que todas as vertentes tivessem de se deixar em zona verde (APUPA, 1962, p.4).

***A localização dos blocos residenciais deverá ter em conta que uns não tiram as vistas aos outros para regalo de muita gente que os irá ocupar. Julgou-se conveniente colocar nos locais mais apropriados miradouro públicos com possibilidade de estacionamento para viaturas, para aproveitamento desses encantadores panoramas por aqueles que não vivam aí. Com vista para a barra e o mar, colocou-se um miradouro ligado ao braço poente do nó da ponte***

---

<sup>573</sup> “Anteplano de urbanização do Planalto da Afurada de Cima”, AHDGT, 1962.

*por um desvio; com vista para a duas margens, a enfiar o rio, localizou-se um miradouro saliente servido pela Via B2. Ambos estes miradouros, com posição excepcional, são vastos para poderem ser utilizados por bastante gente e terem parque para as viaturas fora da via de acesso.*

APUPA, 1963, pp.4-5

Relativamente às comunicações existentes, identificou-se uma **“falta de hierarquia das actuais ruas, sendo poucas as que têm pavimento em bom estado, e bastantes as que o têm mau.”** (APUPA, 1962, p.17). Refere ainda a existência de ruas sem saída, de serventia particular, e a importância da Rua Camilo Castelo Branco como artéria de serventia a nascente da auto-estrada, enquanto outras vias da malha fundamental não eram postas ao serviço da população (APUPA, 196, p.17).

Do ponto de vista da estruturação viária, e segundo a planta de zonamento do APUPA, pretendia-se estabelecer três vias principais que se localizavam na menor pendente entre o planalto e os lugares de Coimbrões, Candal, Canidelo e Castelo. Uma das vias, denominada “Via industrial”, a nascente da auto-estrada, faria a ligação estrutural entre o planalto e a Rua da Bélgica<sup>574</sup>, uma das ruas mais compridas e antigas de VNG, e uma das poucas que estabelece ligação nascente-poente, permitindo a circulação entre as Devesas e Lavadores. Esta via foi concebida com um **“perfil conveniente”** de 16 m de largura total (APUPA, 1962, p.20), contando com dimensão para passeios para ciclistas e peões, mas que poderiam ser eliminados **“quando o tráfego pesado o venha a exigir”** (APUPA, 1962, p.20). Segundo o plano, a terminação desta via, no encontro com a Via B1 (a sul, da área da intervenção)<sup>575</sup>, estaria localizada, atualmente, no encontro da Rua da Bélgica com a Rua do Emissor. A Via B2, limite nascente da intervenção, permitiria a ligação do planalto com a área urbana antiga. Segundo o plano passa **“a Norte da Fábrica da Electro-Cerâmica e dirige-se para Sul atravessando o Candal e indo a uma passagem inferior da linha do comboio de ferro, próxima da actual passagem, junto da fábrica do Carvalhinho. Continuará para Sul e irá passar junto à Escola Industrial de Soares dos Reis.”** (APUPA, 1962, p.21). Esta via teria ainda duas ligações à Via Marginal<sup>576</sup>, sendo uma delas, através da Rua Rei Ramiro, o que hoje acontece no que se refere à ligação de cotas entre a marginal fluvial e o planalto.

<sup>574</sup> Em Ata da CMVNG, de 1914, foi atribuído o nome de Rua da Bélgica a esta via, por homenagem ao heroísmo do povo Belga. AMSMB, ID 272049.

<sup>575</sup> A Via B1, no prolongamento da Rua de Camões, “encontrará a B2 numa giração na Rua de Castro Portugal, passará inferiormente à auto-estrada na Fonte Lodoso, para ir encontrar a Via Industrial D1 na giração da Rua da Bélgica.” APUPA, 1962, p.21.

<sup>576</sup> “Vários têm sido os estudos feitos pelas entidades competentes – Administração dos Porto do Douro e Leixões e Direcção da Hidráulica – para o aproveitamento das margens do Douro.” APUPA, 1962, p.18.

Do ponto de vista do sistema viário, Antão Almeida Garrett considerava fundamental a criação de um sistema viário local, articulado com o geral e anteriormente descrito. Deveria existir ligações diretas entre unidades vizinhas e dar-se preferência à construção de **“prédios altos de habitação colectiva e tanto quanto possível de rendas económicas – com o objectivo fundamental de se obterem as mais altas densidades populacionais, e, assim, um elevado número de habitantes em áreas restritas.”** (APUPA, 1962, p.24) As edificações deveriam situar-se de forma a permitir a proximidade da população a transportes coletivos, e os serviços comuns, de recreio, desporto ou outros localizados em função dos percursos máximos admissíveis, permitindo ainda que unidades vizinhas se associassem para sustentar a exploração de serviços. Os terrenos menos propícios a edificação deveriam ser destinados a parques e jardins.

*Nas novas unidades, as construções não têm necessariamente de subordinar-se ao alinhamento das ruas. Circulação e edificação podem tornar-se independentes. Os edifícios, sobretudo os de habitação em altura, libertos dos condicionamentos das vias de trânsito, podem adoptar a orientação mais conveniente à boa insolação e à salubridade geral, elevando-se no meio da vegetação. Os terrenos circundantes não precisam também de ser fraccionados, pulverizados em pequenas parcelas particulares, vedadas por muros; serão os terrenos de recreio da população, os caminhos pedestres, os parques públicos contínuos.*

APUPA, 1962, p. 25

Em suma, estas três vias estruturais preparavam a circulação viária esperada, promovendo novas continuidades sob a auto-estrada e integrando algumas das ruas existentes na nova dinâmica de circulação trazida pela Ponte da Arrábida. A largura das ruas foi estipulada segundo uma hierarquia de artérias de circulação principal rápida, de distribuição de circulação local e de circulação eventual. A Via Industrial teria 16 m, conforme referido. A Via B2 e a B1, 17m. As artérias locais, 12,6 m. As de circulação eventual, 7 m. O estacionamento far-se-ia em baías próprias e parques de estacionamento junto dos edifícios. A circulação pedonal não é atravessada pelas ruas de circulação automóvel. Propunha-se locais ajardinados e arborizados organizados em alamedas de passeio, inacessíveis aos veículos, para aprazimento e convívio. A rede de transportes coletivo seria efetivada por trolley-carros em pontos de convergência, com paragens em alpendre protegido (APUPA, 1962, p. 27).

Agora os talhões destinados às vivendas unifamiliares para a classe trabalhadora e os quintais ligados às casas em cordão para a classe operária, todo o restante terreno não coberto pelas edificações será municipal. As autorizações para as construções implicam a prévia cedência à C.M. de Vila Nova de Gaia do terreno não coberto pelas edificações que lhe correspondem. Os espaços verdes públicos de recreio são os jardins ligados aos centros sociais e comerciais, como que alamedas ajardinadas, e o grande parque da U.R.13 com a área de 7,45 ha. Dada a grande extensão das zonas de blocos e a sua distribuição pelo território das U.R. não se julgou necessário aumentar para maiores áreas os espaços verdes públicos de recreio. Em jardins dos centros, no Parque, no Centro desportivo e nas escolas a área atinge 17,7 ha.

APUPA, 1962, p.39

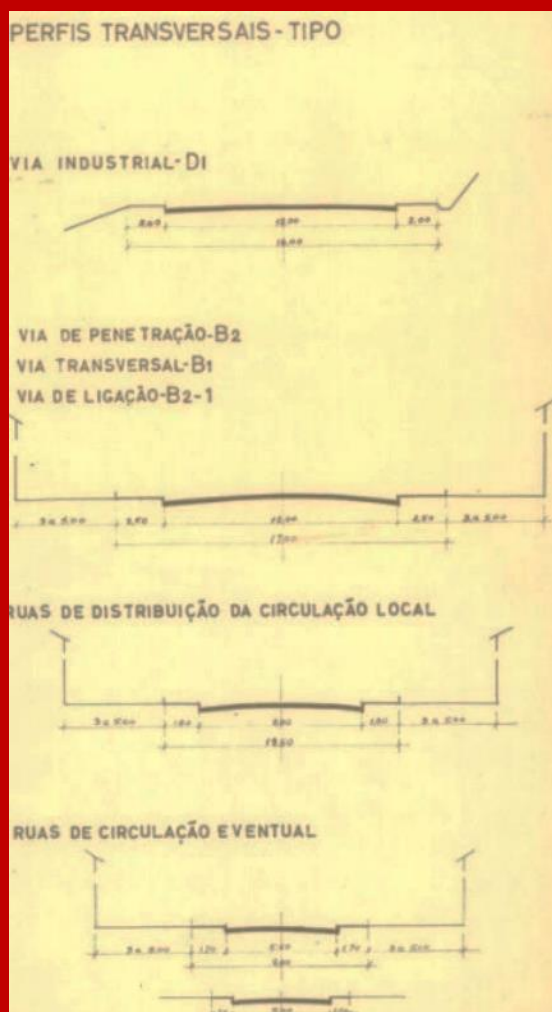


Fig. 186 Perfis das vias, constantes do APUPA.  
Fonte: Acervo DGT. APUPA, 1962, pp.30/31.

*Uma vez admitida esta malha fundamental das grandes comunicações, traçada por onde o terreno o permitia e a resistência oferecida pelas construções existentes era menor, o território do planalto em estudo fica dividido em seis parcelas que designaremos pelas Unidades Residenciais que mais de acordo estão com o zonamento admitido pelo antepiano de urbanização de Vila Nova de Gaia.*

APUPA, 1962, p.22

O APUPA aponta ainda o inquérito à população, determinante para caracterizar as classes socioeconómicas dominantes nesta área. Segundo aquele, a população operária variava entre 100% (na Afurada de Cima) a 72% (no Candal), constituindo, assim, a grande maioria da população residente. Conforme Antão Almeida Garrett, a urbanização da Afurada de Cima deveria ter em **“escala maior a habitação média e a habitação rica em correcção das elevadas percentagens de ocupação operária existente nestes lugares envolventes do planalto.”** (APUPA, 1962, p.17)<sup>577</sup>. As unidades residenciais<sup>578</sup> constituíam a nova forma de organização do edificado. Mas visível na fotografia da maquete, do que na própria planta de zonamento, aquelas estavam definidas para uma densidade populacional de 200 a 300 habitantes por hectare. Para o cálculo da população habitante admitiu-se 4,5 pessoas por fogo, segundo Garrett, a média da região (APUPA; 1962, p.29). No total da proposta, previam-se 3933 fogos, para 17700 habitantes, ou seja, 170 habitantes por hectare, em proporção de 45% destinada à classe operária, 49% à classe média e 6% à classe abastada (APUPA; 1962, p.25).

Finalmente, e destinando um capítulo pequeno aos espaços verdes públicos, Garrett (Fig. 186), defende a apropriação do solo pela edilidade municipal, permitindo que toda a nova intervenção, que não constituísse solo edificado, permanecesse visualmente aberta. Demonstrando um conhecimento aprofundado e particular dos condicionamentos existentes em cada um dos lugares de aglomerados operários, ao longo desta extensão de 143,36 hectares, Garrett consolida uma posição científica do planeamento urbanístico, especificamente com a transformação do solo em função da propriedade coletiva do mesmo. Nesse sentido, o espaço público resultante, ainda que considerado genericamente nas categorias de estrutura viária, praças e espaços verdes públicos, somaria 22,2 hectares.

---

<sup>577</sup> “Procurou-se não fazer uma segregação total por classes, muito inconveniente no aspecto social; mas também não se caiu no exagero duma promiscuidade desagradável.”

<sup>578</sup> Segundo Antão Almeida Garrett, “o sentido atribuído às Unidades Residenciais, é mais vasto, designando no seu conjunto todos os aglomerados definidos topograficamente, pelos acidentes do terreno ou pelas grandes linhas de comunicação que servem fronteiras, quer comportem uma ou várias escolas”. APUPA, 1962, p. 26.





Fig. 187 Ortofotomapa de 1988, da área do APUPA. É possível identificar à direita da A1, a implantação do loteamento de Simopre. À esquerda da A1, os trabalhos de urbanização dos Jardins D'Arrábida. Fonte: GALUR, WEB Planos, em <http://sig.gaiurb.pt/websig/>, em 5 de Abril de 2018.

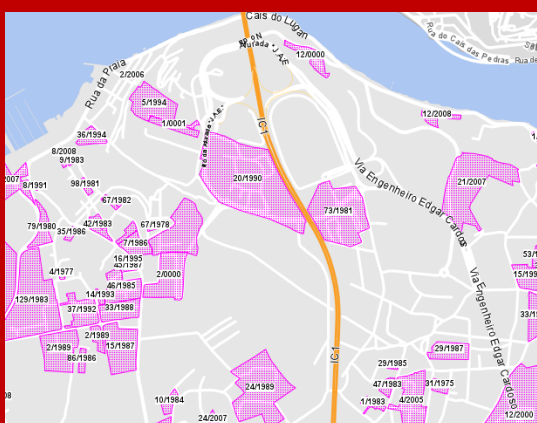


Fig. 188 Processos de loteamento disponíveis para consulta, na área ID 004.  
Para consultar alvarás nesta área, ver em anexo, "Microanálise de Critérios Morfológicos" do ID 004.  
Fonte: GAIUR, WEB Planos, em <http://sig.gaiurb.pt/websig/>, em 5 de Abril de 2018.

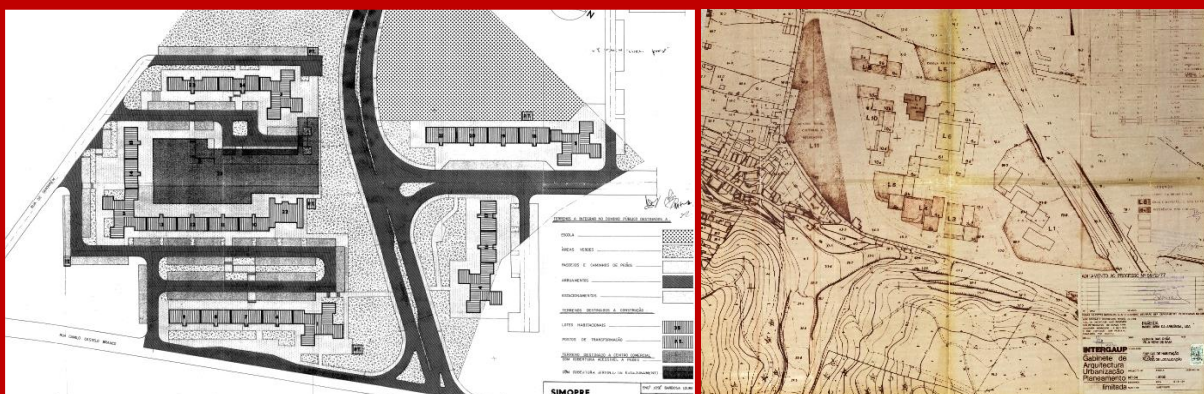


Fig. 189 Planta Geral da Urbanização da Quinta do Monte (Simopre), em 1981 e Planta de Implantação dos Jardins D'Arrábida, de 1990, ambos relativos à área ID 004. Respetivamente, Alvará nº73/81 e Alvará nº 20/90. O loteamento de 1981 é particularmente específico das áreas afetadas ao espaço público. No loteamento dos Jardins D'Arrábida é possível identificar, na mancha mais escura a poente da área, a referida zona destinada a centro cívico, que não se realizou, bem como a antiga Rua Ribeiro de Magalhães, a sul, entre o que viria a ser o atual Centro Comercial Gaia Jardim e os Jardins D'Arrábida. Fonte: Alvará 73/81. GAIURB, WEB Planos; AMSMB, ID 113046.



## Enquadramento do planeamento

*O Plano Parcial que agora se apresenta é o desenvolvimento de estudos anteriores já realizados para esta importante área da zona alta do aglomerado urbano de Vila Nova de Gaia, onde actualmente já se encontra em funcionamento o novo edifício do liceu local.*

PPUZL, 1967, p.1

A área do Liceu foi alvo de um plano parcial de urbanização, de 1967. Conforme planta do levantamento topográfico, à época, o edifício do liceu estava já executado. Este plano tem precedentes num plano de 1965, que desconhecemos, e no qual se estipula a cedência dos terrenos à CMVNG para a implantação do liceu<sup>579</sup>, dada a previsão de albergar cerca de 800 alunos no ensino primário e 380 no ensino secundário. Assim, parte desta área estava afeta a compromissos com os proprietários. Com a urbanização pretendia-se ampliar a oferta de fogos e edifícios para comércio e serviços públicos, **“compensando em altura o desafogo procurado na superfície”** (PPUZL, 1967, p.2). Condicionada pelo traçado das vias fundamentais da vila, esta área ficaria definida e servida por quatro vias fundamentais, nomeadamente a Avenida da República (Marechal Carmona) e a EN 222, integrando ainda o arranjo necessário à envolvente da igreja e do cemitério de Mafamude. Segundo memória descritiva e justificativa, a área tinha uma extensão de 35,32 ha, estimando-se uma população futura de 10000 habitantes, ou seja, uma densidade de 280 habitantes por hectare (PPUZL, 1967, p.10). A execução do plano seria efetuada por planos locais que deveriam atender **“às circunstâncias topográficas”** (PPUZL, 1967, p.6).

Os arruamentos envolventes do liceu foram objeto de comparticipação financeira do estado, estando em execução as redes infraestruturais de esgoto, águas, eletricidade. Data de 22 de julho de 1966, a primeira escritura para a empreitada de urbanização, atribuída, por concurso a Aníbal Nunes, sócio da Empreitadas do Balio, Lda.<sup>580</sup>. A sul da área, encontra-se a EN 222, projetada com 15 m de largura. A norte, a Via Urbana 2, que faria a ligação entre a futura ponto do Freixo e a A1, em Coimbrões, com 25 m, passando inferiormente à Avenida da República.

<sup>579</sup> A criação do liceu de VNG data de 1964, ao Decreto-lei 45636, de 31 de Março, que diz no artigo 2º que “são criadas secções femininas nos Liceus de D. Pedro V, Garcia de Orta e D. Duarte e nos de Setúbal, Cascais, Oeiras e Vila Nova de Gaia, sem desdobramento dos serviços administrativos e de secretaria, mas com quadros próprios de pessoal docente.” Com esta publicação, o atual Liceu Almeida Garrett passa dispor também de uma ala feminina e mais graus avançados de ensino.

<sup>580</sup> AMSMB, ID 2119.

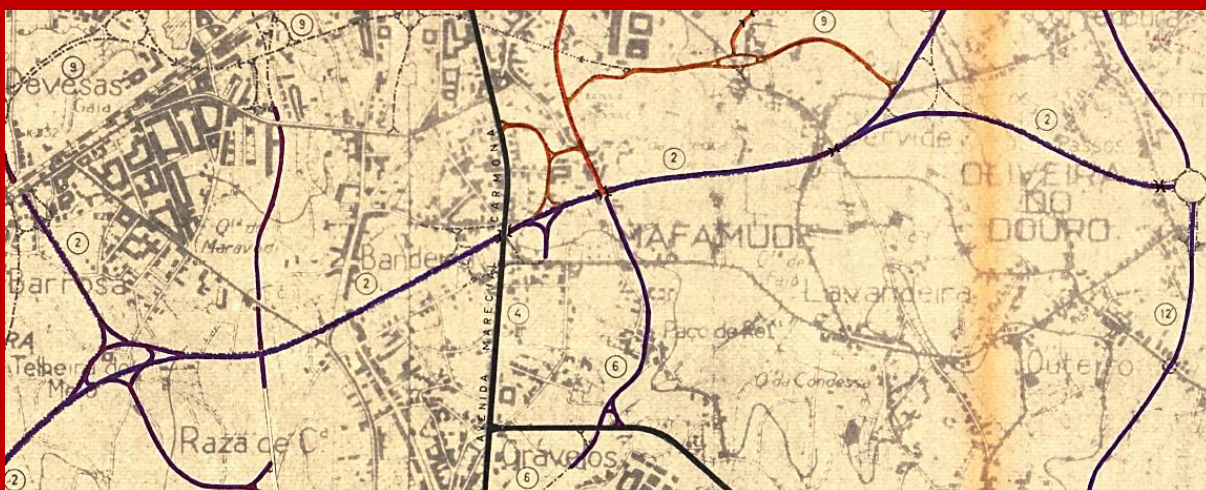


Fig. 190 Planta do Plano Regulador do Concelho de Vila Nova de Gaia, de 1967. Zona ampliada do PPUZL.

Fonte: AMSMB, ID 222670.

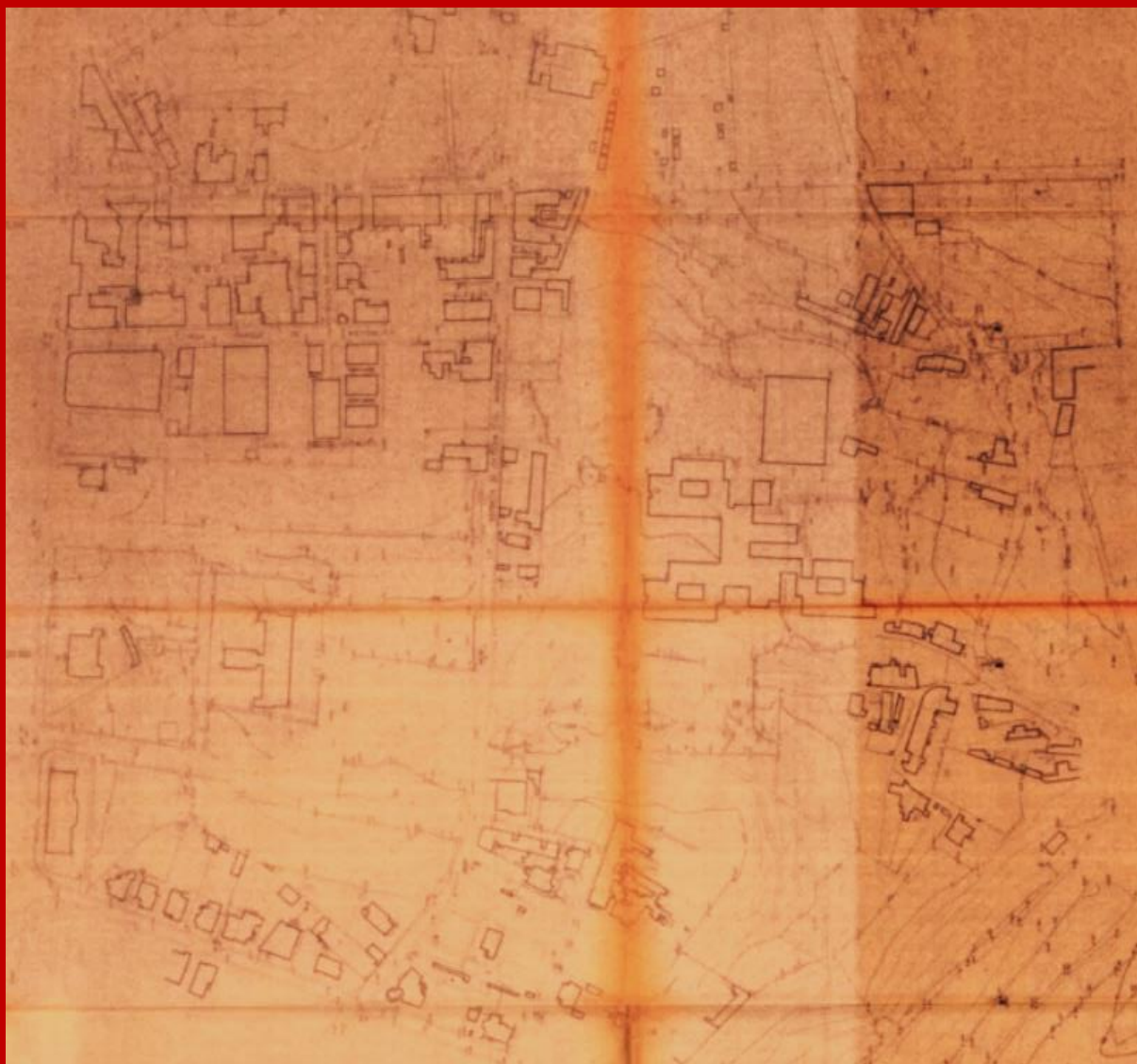


Fig. 191 Planta do levantamento da área do liceu.

Fonte: Peças desenhadas do PPUZL, de 1967. Acervo DGT.

A nascente, a zona rural de proteção, separada pela Envolvente 6 do Esquema Viário do Concelho. As vias interiores foram concebidas tendo em conta a menor pendente possível e o acesso ao liceu, estimando-se vias com faixas de rodagem de 9 m e de 7 m, fossem principais ou secundárias. Foram considerados passeios e baías de estacionamento para automóveis.

Conforme peças escritas, a proposta do plano para os espaços livres pretendia estabelecer áreas articuladas entre si<sup>581</sup>, envolvidas por conjuntos edificados de várias alturas, proporcionando **“panoramas e deixando entre si amplas perspectivas”** (PPUZL, 1967, p. 7). Assim, a área foi considerada como conjunto de unidade residencial, distribuída por dezasseis setores, identificados de A a Q. Estava prevista uma praça central, na frente da futura biblioteca e museu municipais. Os edifícios de cada setor seriam elevados e ligados entre si por corpos baixos térreos, e, eventualmente com cave para estacionamento das habitações e comércio (PPUZL, 1967, p.6). Estavam previstos blocos com até doze pisos, especialmente distribuídos na envoltura da área, nas pendentes mais acentuadas, bem como na vizinhança do cemitério e do liceu. Uma linha de habitações unifamiliares distribuíam-se pelo limite sul e nascente. Os edifícios de habitação multifamiliar encontram-se implantados no interior dos setores, definindo sempre uma frente livre e representada a amarelo e verde com o limite da via, representada a vermelho. Previa-se ainda instalações paroquiais, zona desportiva e instalações comerciais, nos edifícios a sul da biblioteca e na Rua Raimundo de Carvalho<sup>582</sup>.

Quanto à ocupação do solo, é esclarecido que os espaços não cobertos dos talhões dos edifícios públicos foram considerados como verdes públicos e, na zona de compromisso, considerados 80% de área verde particular. Assim, e segundo o quadro sinóptico do plano, para circulação, foi determinada a percentagem de 5,64 m<sup>2</sup>/hab para automóveis, 2,21 m<sup>2</sup>/hab para estacionamento e 5,84 m<sup>2</sup>/hab para peões. Para áreas verdes, 5,3 m<sup>2</sup>/hab seriam públicas e 8,87 m<sup>2</sup>/hab particulares. No total, previam-se 18,99 m<sup>2</sup> de áreas livres públicas, para 20 m<sup>2</sup> de habitação por habitante, ou seja, cerca de 53,7% da área total. Se considerarmos a área verde particular, teríamos cerca de 78,9% de áreas livres, sempre com 15% da área total destinada a área verde pública. Na posterior execução do plano, entre 1977 e meados da primeira década, esteve a Sociedade José Mariani e Filhos, Construções Morama, Imoprol, Socidouro, entre outros.

---

<sup>581</sup> “O conjunto das circunstâncias apontadas conduziu a uma composição livre, adaptada ao esquema viário previsto para o local, aproveitando as condições excepcionais do sítio e triando partido, na medida do possível, das condições topográficas existentes.” PPUZL, 1967, p.6.

<sup>582</sup> “Observa-se que o troço inicial da rua Raimundo de Carvalho já na actualidade possui tendências comerciais. O centro previsto no sector D resultará assim integrado na renovação deste sector, em que está a ser praticado um recuo de fachadas de 10,00 m.” PPUZL, 1967, p.9.



Está prevista a utilização de elementos vegetais, isolados ou em conjunto, como árvores, ajardinamentos, placas e taludes relvados, etc., contribuindo em larga escala para tornar mais atraente o ambiente local, como ainda para se obter uma perfeita fusão entre os arranjos das diversas zonas.

PPUZL, 1967, p.6

X PAVIMENTOS	m <sup>2</sup> /hab.	PLANO PARCIAL DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO LICEU
HABITAÇÃO	20.00	
EDIFÍCIOS PÚBLICOS	2.38	
Y SOLO COBERTO	7.45	C. M. DE GAIA GABINETE DE URBANIZAÇÃO
Z ÁREAS LIVRES	27.86	
P-PEÕES	5.84	
Q-MISTA E ESTACIONAMENTO	2.21	
R-CIRCULAÇÃO AUTOMÓVEL	5.64	
S-ÁREA VERDE PÚBLICA	5.30	
T-ÁREA VERDE PARTICULAR	8.87	

SINOPSE DE OCUPAÇÃO	DESENHO N.º
	ESCALA
	DATA AGOSTO 1967

Fig. 192 Sinopse de ocupação da área do Liceu, ID 005.  
Fonte: Peças desenhadas do PPUZL, de 1967. Acervo DGT.

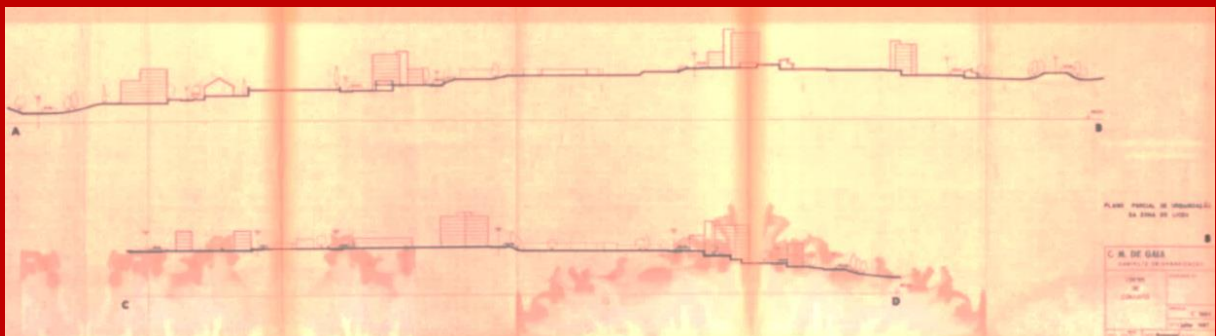


Fig. 193 Cortes de conjunto do PPUZL, de 1967.  
Fonte: Peças desenhadas do PPUZL, de 1967. Acervo DGT.

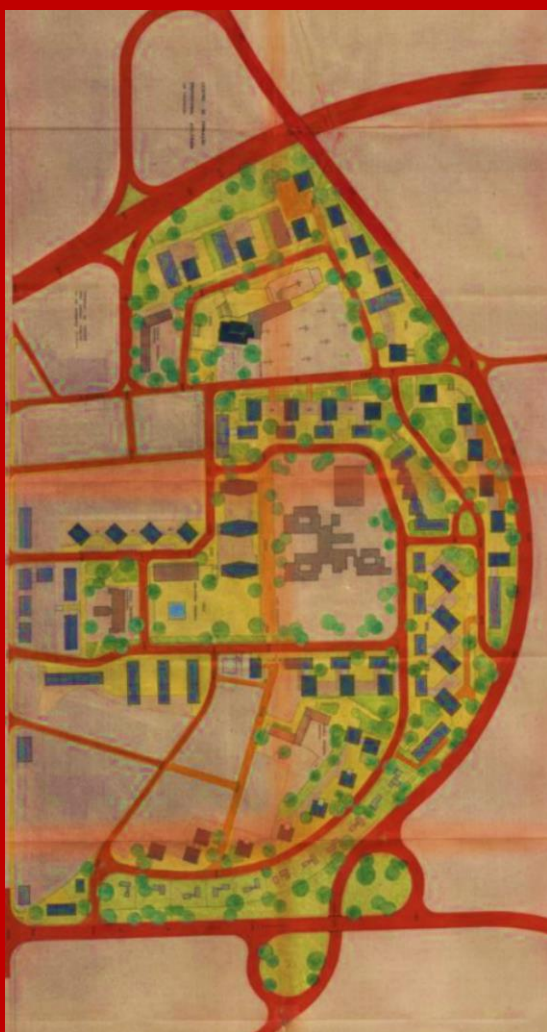


Fig. 194 Planta do PPUZL, de 1967. Ortofotomapa da área do liceu, de 2012.  
Fonte: Acervo DGT. GAIURB.

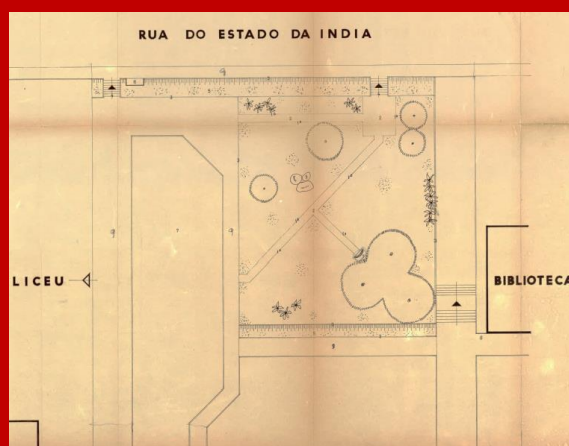


Fig. 195 Planta do Alvará de Loteamento de 1984, que deu origem à ocupação da parte norte desta área, acima da Rua Raimundo de Carvalho.  
Fonte: GAIURB, SIG, WEB Planos.

Fig. 196 Arranjo da Zona do Liceu, relativo à zona envolvente da Biblioteca, de 1979. Podemos identificar o talude e as escadas que permitem acesso pedonal entre a Praceta Dr. José Sampaio e a Rua Estado da Índia.  
Fonte: AMSMB, ID 216185.





Fig. 197 Planta do PPUQMCC, de 1967.  
Fonte: Acervo DGT.

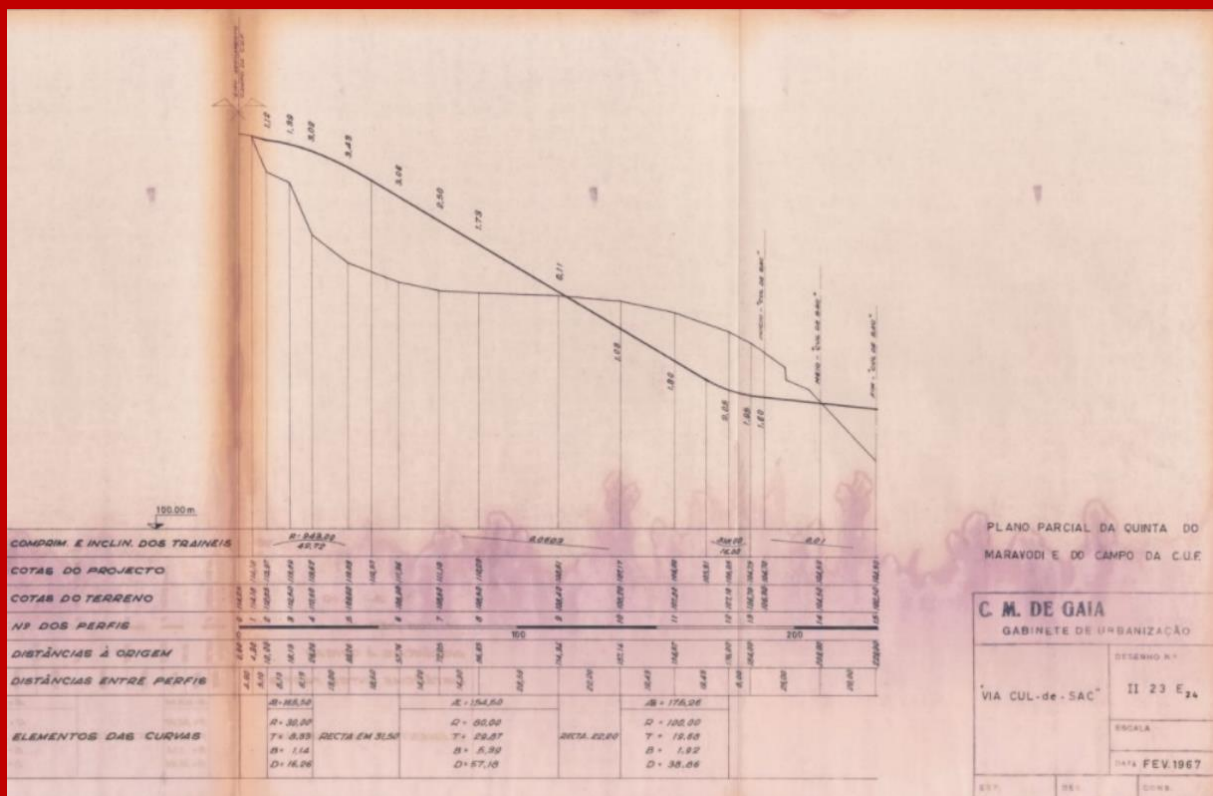


Fig. 198 Perfil da via cul-de-sac, no PPUQMCC, de 1967.  
Fonte: Acervo DGT, ID II23E15.

## **Enquadramento do planeamento**

*A zona abrangida pelo presente plano parcial abrange várias propriedades, três das quais foram motivo de estudos apresentados pelos próprios interessados. Aqueles estudos foram elaborados sem terem atendido a uma prévia coordenação que lhes permitisse uma interligação que fomentasse uma mútua valorização. Houve que ser elaborado um estudo geral que atendesse aos interesses de ordem particular e aos princípios de ordem geral, de estruturação viária, equipamento, relações humanas, etc.*

PPQMCC, 1967, p.2

A área da Quinta de Maravodi e do Campo da CUF foi alvo de um plano parcial de urbanização, de 1967. O plano incide sobre uma área de propriedade privada, pertença, em parte, de José Correa Pacheco, e que cedeu para domínio público, juntamente com a casa antiga, no processo de loteamento da quinta. O nome da quinta deriva, segundo Soveral, de um desvio da palavra “maravedi”, moeda de ouro muçulmana, cunhada na Península Ibérica<sup>583</sup>, mas a quinta surge denominada de maravodi em vários documentos oficiais, nomeadamente no PPQMCC. Por outro lado, o campo da CUF encontrava-se onde hoje se implanta o Hotel Holiday Inn, imediatamente a sul da quinta, que se manteve. Conforme planta do Plano Regulador, à época, além dos edifícios das ruas Almeida da Costa e Particular às Árvores, apenas as quintas da Boeira e Maravodi se implantavam nesta área, originalmente agrícola.

A área está delimitada a norte pela Rua Conselheiro Veloso da Cruz, antiga estrada municipal nº8, a nascente pelas ruas Teixeira Lopes e Marquês Sá da Bandeira, cujas referências de arquivo vão até 1870, e a sul pelo Jardim Soares dos Reis, especificamente pela Rua Artur Rangel, segundo planta da proposta que acompanha o PPUQMCC.

Datam de 1970, tanto uma primeira escritura de contrato de empreitada da obra de urbanização do campo da CUF, como de empreitada da obra de construção de um coletor de saneamento<sup>584</sup>. Em 1973, outra escritura refere-se ao contrato de empreitada da obra de construção de um coletor de saneamento na Rua Mouzinho de Albuquerque até à Rua Almeida da Costa, “para ligação do prédio da Misericórdia de Gaia e de outro na Urbanização da

---

<sup>583</sup> Manuel Abrantes de Soveral refere-o, no artigo “Quinta do Maravedi. Subsídios para a sua História”, publicado no Gaia 1994 e visitado em <http://www.soveral.info/historia.htm>, em dezembro de 2017.

<sup>584</sup> AMSMB, ID 274677 e ID 274766.

zona do Campo da Cuf”<sup>585</sup>. Não havendo certezas sobre os limites anteriores destes dois terrenos – a quinta e o campo de jogos, a área de intervenção integra, ainda que seja posterior, a urbanização a sul, entre a Travessa da Barrosa e o Jardim Soares dos Reis, que, à data do plano, estava já executada. Nos documentos do PPUQMCC encontra-se uma planta com a indicação da rua a realizar a norte daquela urbanização, e que, atualmente se denomina de Rua Diogo de Macedo. Esta rua estabelece a ligação entre as ruas Sá da Bandeira e Visconde das Devezas, sobre parte da Travessa da Rasa. Também a Travessa da Rasa resulta de uma expropriação da edibilidade, que reporta a 1928, dos edifícios existentes entre o nº311 e nº319 da Rua Marquês Sá da Bandeira, permitindo o acesso à futura escola da Bandeira. A antiga escola da Bandeira, situada na Rua Marquês Sá da Bandeira, começou por ser masculina, e tem data de referência de 1959<sup>586</sup> para beneficiação para aumento dos sanitários. Contudo, há uma escritura de 1924, relativa a obra municipal de compra de edifício para escola<sup>587</sup>.

Podemos afirmar, que a pretensão da câmara foi criar condições para elaborar o plano de urbanização de uma área urbana relativamente desocupada, e já convenientemente servida de vias estruturais, dando continuidade à consolidação do edificado desta grande área entre a A1 e a Avenida da República. Continuidade entre Cabo-Mor e as Devezas, estabelecida também pela criação de espaço público novo, integrado nas vias existentes, suportado pela implantação dos edifícios escolares. A proposta de urbanização apresenta uma via que constituiria um prolongamento da Rua da Rasa, denominada “variante da Rua da Rasa”, a qual tinha início imediatamente a norte da Rua Diogo de Macedo e prosseguia até à Rua Conselheiro Veloso da Cruz, com ligação à Rua Almeida da Costa.

O terreno é descrito como **“bastante acidentado apresentando possibilidades muito diferenciadas para a sua utilização”** (PPUQMCC, 1967, p.3). As partes mais fundas (a norte) foram desconsideradas para edificação, e destinadas a zonas verdes, a par da mata que **“constitue um factor de valorização duma zona habitacional”** (PPUQMCC, 1967, p.3), estabelecendo entre as zonas verdes e as zonas de construção um plano de plantação **“que integra todo o conjunto”** (PPUQMCC, 1967, p.3). Esta mata teria de ser preservada, **“não só pela sua função de salubridade”** e prolongar-se pela continuidade da vegetação proposta, evitando ser um elemento segregado **“e isolado do ordenamento urbano”** (PPUQMCC, 1967, p.4) (Fig. 197).

---

<sup>585</sup> AMSMB, ID 275407.

<sup>586</sup> AMSMB, ID 214542.

<sup>587</sup> AMSMB, ID 290728. Em 1936, fez-se a beneficiação da escola, que









*Os aspectos fundamentais que orientam os estudos no Plano Parcial são os seguintes: a) – Condições do sítio, b) Preservação de espaços verdes, c) Relação de percursos de peões, d) População, e) Equipamento, f) Volumes construídos, g) Faseamento.*

PPUQMCC, 1967, p.4

O plano apresenta uma preocupação preponderante com a localização e os enquadramentos panorâmicos que aquela área permite. Torna-se evidente que a diferenciação das tipologias edificadas estava relacionada com a posição geográfica que ocuparia cada edifício. Nesse sentido, o plano define uma organização das vias e dos espaços verdes que deve ser atendida ao longo da futura execução do plano e da edificação. Segundo o plano, a escola existente e os centros comerciais propostos constituiriam os principais pólos de travessia de peões, considerando, dessa forma, que os percursos pedonais deveriam ser privilegiados.

Previa-se uma população de 2668 habitantes, com uma densidade populacional de 200hab/ha, apesar da densidade global, considerando a população já existente a sul e norte-poente, ser de 170hab/ha. Para assegurar a escolaridade desta nova população, propunha-se a ampliação para doze salas, numa superfície total de 5655 m<sup>2</sup>. Para o comércio, previa-se 900 m<sup>2</sup>, distribuídos por doze lojas a edificar ao longo do tempo de execução do plano.

A volumetria pretendia adaptar-se às condições topográficas, à “**variedade de programação de habitantes**” e à “**capacidade populacional com vista ao equipamento**” (PPUQMCC, 1967, p.7). As cérceas rondavam entre um a oito pisos, destinados a habitação unifamiliar e multifamiliar, dando-se preferência à tipologia torre (Fig. 197) (Fig. 198).

*Embora o estudo haja sido desenvolvido numa forma global, a primeira fase foi desenvolvida com mais profundidade ajustando as cérceas com o perfil longitudinal projectado, conforme se encontra representado no desenho respectivo. As fases seguintes serão ulteriormente estudadas em profundidade com vista a uma concretização escalonada no tempo em função da sucessão prevista no desenho de Faseamento.*

PPUQMCC, 1967, p.8

A memória descritiva do plano refere ainda a necessidade de determinar os valores coevos das propriedades, através de um estudo económico “**com vista a servir de base a ulteriores estudos de mais valias**” (PPUQMCC, 1967, p.9). Os proprietários futuros deveriam conhecer os encargos referentes à “**criação [sic] de espaços livres, arruamentos e demais trabalhos de urbanização em conformidade com o DL 46673**” (PPUQMCC, 1967, p.9).

De assinalar que a proposta propunha ainda estabelecer uma ligação através do atual portão da Quinta da Boeira, além da já existente na Rua António Correia Carvalho (sob edifício), além do novo atravessamento da Rua Diogo de Macedo. Não é evidente se a proposta incluía a manutenção da Casa da Quinta da Boeira, apesar dos arranjos exteriores atuais coincidirem com os originais, representados na cartografia de 1976/81, e disponibilizada em sítio eletrónico pela CMVNG. A carta militar de 1948 não é esclarecedora. Contudo, entre estes arranjos exteriores e a restante intervenção os espaços públicos seriam contínuos, conforme atesta a planta do plano, onde é possível reconhecer a continuação do percurso entre a zona identificada na planta do plano como D e a dita Quinta da Boeira. Este loteamento, que veio ocupar a zona D, tem Alvará nº8, datado de Agosto de 1970, requerido pela Aguiar Barbosa e C<sup>a</sup>, Lda.. A sua execução consolidou o limite nascente da intervenção, com a implantação de habitações de dois pisos, em conjuntos de banda sem frente de rua, e com lote traseiro, respeitando o perfil da então Rua Serafim Rocha (parte da atual Rua António Correia Carvalho). Ainda assim, contrariando logo aqui o plano, a área de praça proposta para servir estas habitações individuais não estabelece continuidade efetiva com a quinta, havendo registo de uma compra de uma parte da área de domínio público a norte do loteamento, para, e segundo o alvará, a **“regularização do seu lote e à correcção do alinhamento com a via pública.”** (Alvará 78/78, p.1). Assim, resultou um acesso rodoviário em cul-de-sac, onde se executou posteriormente uma pequena rotunda, com a denominação de Praça António Correia Carvalho. O loteamento posterior, de 1976<sup>588</sup> (Fig. 203), e implantado a nascente da nova variante, próximo da zona B, é executado com a obrigação de ceder para logradouro público a área de 1028,3 m<sup>2</sup> por cada uma das três torres, com três fogos por cada um dos dez pisos, incluindo habitação para porteiro. Uma área de 614 m<sup>2</sup> seria destinada a comércio, a instalar em edifício a implantar **“nos terrenos adjacentes às torres”**<sup>589</sup>. É com o loteamento de 1991, Alvará nº 35/91 (Fig. 202), que se propõem fundamentalmente as condições formais do espaço público atual, bem como das tipologias implantadas, o qual teve parecer favorável em julho de 1987<sup>590</sup>. Contrariando a distribuição proposta no plano, e de certa forma, as condições topográficas existentes, o loteamento apresenta quinze novos edifícios com um incremento da área bruta de construção, bem como da área implantada, divididos em dezasseis lotes. A ocupação do solo dá-se para norte, sobre a demarcação da zona de proteção da variante, prevista

---

<sup>588</sup> Alvará nº 30/76.

<sup>589</sup> Alvará nº 30/76.

<sup>590</sup> “em reunião conjunta entre a Secção de Urbanização e a Direcção de Planeamento Urbanístico do Norte.” Alvará 35/91, 1991, p.2.

em plano de 1967, além de prever a edificação a norte-nascente daquela variante. Além das importâncias requeridas para comparticipação no fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água e saneamento, foram pagos 467861 escudos “**para pagamento de mais-valias**”<sup>591</sup>, acrescidos de 54853000 escudos, “**para garantir a execução das obras infraestruturais**”<sup>592</sup>. Os arranjos exteriores envolventes dos vários lotes, nomeadamente passeios e jardins eram da responsabilidade dos proprietários. Para execução de áreas livres públicas:

*Foi cedida a esta Câmara Municipal uma parcela, de 65048 m2, “sendo 2991 m2, para baía de estacionamento, 21073 m2, para zonas verdes, 13149 m2, para equipamento escolar, 26015 m2, para passeios, arruamentos e alargamento de ruas e 820 m2, para instalação de Posto de Transformação e dois postes de seccionamento de BT.*

Alvará 35/91, 1991, p.4

---

<sup>591</sup> Alvará 35/91, 1991, p.2.

<sup>592</sup> Alvará 35/91, 1991, p.2.

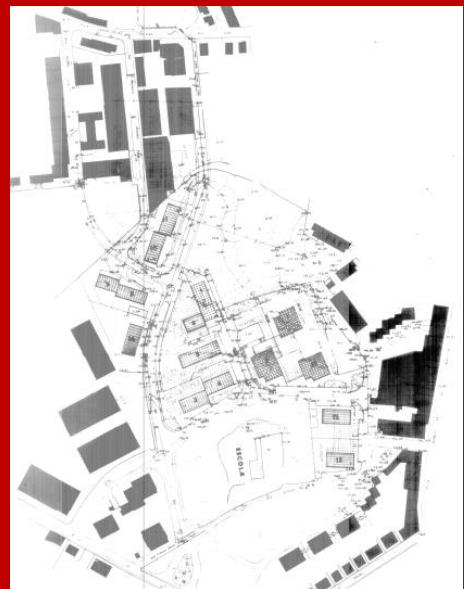
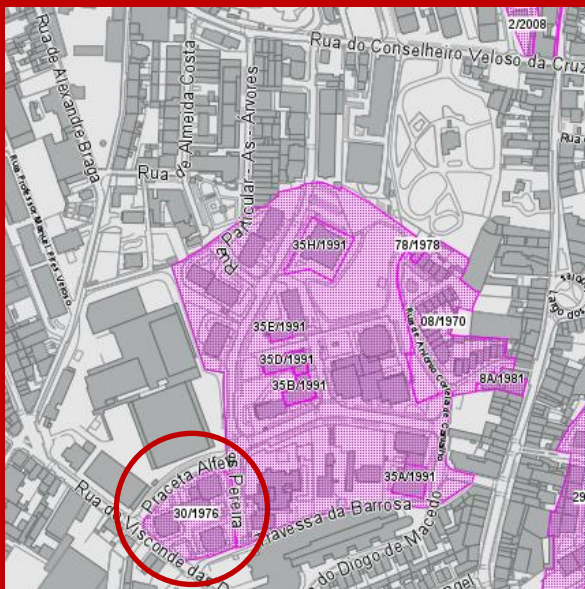


Fig. 202 Processos de loteamento disponíveis para consulta, na área ID 006. Loteamento com o Alvará nº 35/91, referente à implantação dos edifícios existentes a norte da Avenida António Ferreira Gomes.  
Fonte: GAIURB, WebPlanos.



Fig. 203 Planta do Loteamento com Alvará nº 30/76, de 1976, que deu origem à Praceta Alfere Pereira, e assinalada na anterior Fig. 198.  
Fonte: GAIURB, WebPlanos.

ID 007

Quinta das Camélias

### Enquadramento do planeamento

*Nesta zona pretende-se conjugar o aproveitamento dos terrenos com um ordenamento de conjunto em perfeita coordenação com as previsões viárias de Vila e suas relações com o Concelho. Trata-se pois de uma zona de muito interesse pela proximidade de edifício da Câmara Municipal praticamente o centro cívico, onde ainda prevalece uma grande desorganização sob o ponto de vista urbano onde ainda é possível acudir-se. A dificuldade do presente estudo parcial reside sobretudo em ter-se em conta a existência de velhas e recentes construções que haverá necessidade de respeitar.*

AZECQ, 1968, p.2

A área da Quinta das Camélias, ou do Palacete Cal Brandão, foi alvo de Arranjo Parcial e Urbanístico, promovido pela CMVNG, a propósito do qual se fez o loteamento dos terrenos entre a Rua 14 de Outubro e a Avenida da República. Em escritura de 1966, refere-se uma doação gratuita de parcela de terreno de 24 m<sup>2</sup> para um posto de transformação na Quinta das Camélias<sup>593</sup>. Em 1972, outra escritura refere-se à empreitada da obra de construção de um coletor na “**zona envolvente à Quinta das Camélias**”<sup>594</sup>. É referido nas peças escritas do AZECQ, de 1969, que esta área pertencia a dezenas de proprietários e que o arranjo deveria ter em conta os compromissos assumidos com os “**arruamentos previstos de estruturação geral viária do Concelho**”<sup>595</sup>. Entre estes estava a Rua 14 de Outubro, importante eixo de ligação norte-sul, a nascente da Avenida, entre a Serra do Pilar e a Rua Raimundo de Carvalho. Esta rua fora pavimentada a cubos em 1963 e 1973. Em 1973, a par a zona do liceu, foi alvo de construção de coletor de saneamento<sup>596</sup>. Esta rua iria constituir parte de uma via desenhada no Plano Regulador, a já referida<sup>597</sup>, Via 6, que serviria toda a área da vertente nascente da Avenida, permitindo comunicação entre a zona norte-nascente do concelho e a atual EN 222, a 200 m a norte de Santo Ovídio. Assim, não tendo qualquer cartografia que identifique a situação anterior a 1948 destes terrenos, podemos identificar uma consolidação das ruas existentes.

---

<sup>593</sup> AMSMB, ID 2256.

<sup>594</sup> AMSMB, ID 275029.

<sup>595</sup> APZECQ, 1969, p.1.

<sup>596</sup> AMSBM, ID 276510.

<sup>597</sup> Esta Via 6 é designada no PPUZL, uma vez que constituiria o limite nascente deste plano parcial.





Fig. 204 Planta da Carta Militar de 1948. Ortofotomapa de 1988.  
Fonte: IGEOE, GAIURB, WebPlanos.

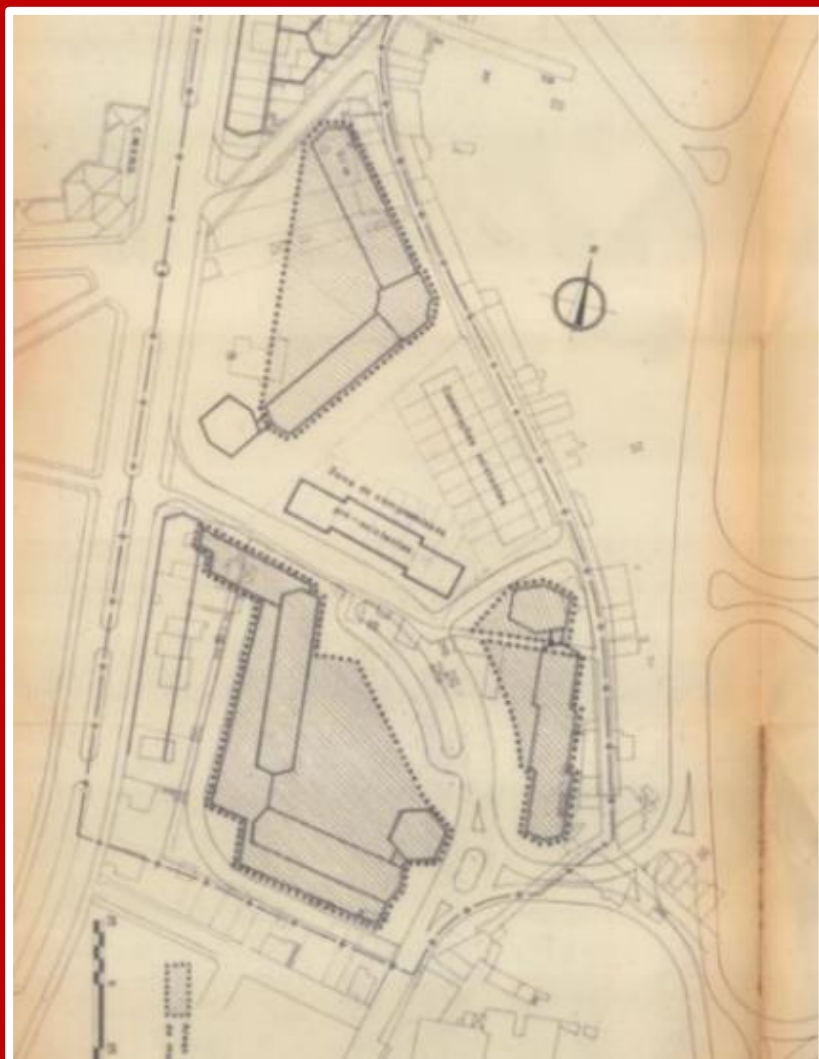


Fig. 205 Planta do loteamento da Quinta das Camélias, de 1968, na qual é possível identificar as diferenças entre o espaço público proposto e o existente.  
Fonte: Acervo DGT.



A proposta apresenta a implantação em três quarteirões definidos pela interseção da Via 6 com a Rua das Camélias e a nova Travessa das Camélias, advinda com o loteamento. Segundo o AZEQC, a ocupação destes quarteirões procurou **“não perder de vista a hierarquização de valores, nas estruturas dos arruamentos”**, tendo havido ainda **“o cuidado de criar grandes espaços com frentes de comércio, espaços esses a organizar, como locais de convívio, sem os inconvenientes da interferência directa de trânsito automóvel e possibilitando o seu estacionamento ao ar livre”** servidos por **“amplas caves”** para estacionamento e lojas comerciais ao nível do rés-do-chão (AZEQC, 1969, p.1) (Fig. 205). Cada quarteirão assim definido tem implantados blocos isolados, alinhados a um dos lados e afastados da via, criando áreas livres dentro dos limites originários. A adopção desta tipologia e da forma de implantação diferem paradigmaticamente da morfologia da Avenida e da envolvente, caracterizadas essencialmente pela implantação perpendicular e à face de rua, em lote estreito. A proposta, em perfil, consistia na implantação de blocos de cinco a seis pisos, pontuados por torres de até catorze pisos, destinados a habitação multifamiliar, comércio e serviços, com garagens em cave. Nos terrenos a sul da Travessa da Barrosa, previam-se dois blocos de três pisos para habitação multifamiliar, afastados à via, mas paralelos à mesma, com áreas de frente de rua, hoje ocupadas por estacionamento automóvel.

Podemos considerar que a ocupação concebida neste plano, nomeadamente pelos perfis apresentados, privilegiava a produção de espaços públicos numa proporção entre a área construída em altura e as áreas livres, tendo consciente uma recente subida de utilização de automóvel e uma necessidade de adequar o espaçamento ao estacionamento e à implantação de espaços comerciais e de serviços. Juntamente com o plano de Maravodi, esta proposta abre precedentes significativos no processo de produção de espaço público nesta área da cidade, que será manifesto nas propostas dos projetos de 1970 para o troço a norte do edifício da CMVNG e a Rua Diogo Cassels, e igualmente no plano da zona alta da Avenida (Moura, 2015), ambas, propostas municipais. Estas propostas, não concretizadas, pretendiam estabelecer a galeria como tipo edificado propício à terceirização da Avenida, permitindo a coexistência de funções num mesmo edifício. Assim, por cima da passagem pedonal pública e coberta, constrói-se mais área privada, para rentabilizar a área de implantação face à impossibilidade de aumentá-la para nascente ou poente, dependendo do caso. Esta área privada, nos dois primeiros pisos, é essencialmente destinada a comércio e serviços. Os outros pisos, destinados a habitação. Em suma, o tipo galeria permitia aumentar a área bruta de construção, mantendo ou aumentando a dimensão do perfil destinado a passeio. No caso do arranjo da Quinta das Camélias, a galeria permite estabelecer um percurso coberto na frente dos espaços comerciais, independente da

Avenida, uma vez que se constitui outra cota para esta galeria e respetiva praça, a única praça identificada no levantamento de espaço público, designada 25 de Abril. Quer isto dizer, que este plano, bem como os estudos realizados pela edilidade na década de setenta, para a Avenida, tinham a pretensão de maximizar a área construída, sem, com isso, limitar a continuidade do espaço público existente destinado a peões. Contraditoriamente, a produção de espaço público, na edificação dos edifícios que vieram a ocupar os quarteirões formados pela interseção das vias transversais com a Avenida, naquela área próxima dos paços do concelho, foi limitada à utilização deste recurso tipológico, reforçando a utilização intensiva da Avenida como canal viário, em prol das ruas transversais, paralelas e, possíveis alargamentos, como exemplificado pela proposta do AZEQC. Os lotes resultantes daqueles quarteirões, e particularmente os que não confrontam com a Avenida, permanecem desocupados. A nascente da Avenida, os edifícios foram construídos ao limite de rua, com perfis de largura mais pequena. Na frente tardoz do lote onde se implanta o edifício da Praceta 25 de Abril, o passeio é reduzido, e na Travessa das Camélias, nulo num dos lados da via de sentido único. A relação tipomorfológica permite aumentar a dimensão de fachada do edifício, que a define em trapézio, e com isto aumentar a exposição solar e diminuir o condicionamento visual do edifício.

Finalmente, o AZEQC constituiu um modelo de produção de espaço público que vem na evolução do planeamento municipal direcionada para a consolidação da Avenida como área de concentração populacional, mas segundo uma relação morfotipológica diferente daquela que até aí vinha sendo realizada.

*Os volumes que se propõem, foram estudados com a finalidade de obter conjuntos agradáveis, a observar de vários ângulos perspécticos. Não se esqueceu também a racional ocupação de todos os terrenos particulares abrangidos pela área em estudo, pensando-se assim ter encontrado solução para os vários problemas pendentes (...). Prevê-se que este estudo preliminar seja desenvolvido através do respectivo plano e, posteriormente, em função das necessidades e com a colaboração dos interessados, nos planos parciais de execução. Oportunamente será elaborado um estudo de mais valias e um regulamento de construção para o presente plano.*

AZEQC, 1969, p.2

**ID 008**  
**Monte Grande ou Vila D'Este**

**Enquadramento do planeamento**

*O presente antepiano parcial resulta da revisão conjunta e consequente fusão de três estudos parcelares anteriores, apresentados individualmente por Joaquim de Oliveira Castiajo, Francisco César Barros da Costa e Armando Artur Sampaio, para terrenos vizinhos uns dos outros, situados na vertente sul do Monte da Virgem, em Vila Nova de Gaia, entre o Santuário D. Manuel II e a antiga E.N.1, sobre cuja ocupação a D.G.S.U. em sua informação nº 254, de 18 de Agosto de 1964, informou não haver inconveniente, desde que fossem respeitados os condicionamentos das zonas de protecção vizinhos Observatório Astronómico e Sanatório D. Manuel II.*

APPAUMV, 1968, p.1

A área da Quinta do Monte Grande<sup>598</sup> foi alvo de um processo longo de planeamento que começou no Antepiano Parcial de Urbanização, de 1968 (Fig. 206) (Fig. 207), com alterações em 1969 e versão final em 1970. Esta última versão, da autoria de Carlos Garcia e José França, é a mais similar à urbanização realizada, bem como, no que se refere à edificação. A edificação durou mais de vinte anos e foi realizada por diferentes sociedades, através de promoção privada, segundo a figura de loteamentos, tendo-se constituído por duas grandes fases. Conhecemos três processos de estudo e antepiano, relativos a 1968, 1969 e 1970.

O plano de 1968 refere que a área de intervenção não tinha nenhum levantamento topográfico oficial, sendo determinante os interessados fazerem-no. Segundo a memória descritiva e justificativa, a área em estudo tinha 25 hectares e era **“exceptionalmente bem exposta para sul”** (APPAUMV, 1968, p.1), e pela proximidade a Santo Ovídio e Oliveira do Douro (Fig. 202), constituía **“um prolongamento lógico da parte alta do aglomerado urbano de Vila Nova de Gaia”** (APPAUMV, 1968, p.1) (Fig. 208). Este plano era parte integrante do arranjo geral do Monte da Virgem, cujo objetivo era estabelecer limites à expansão residencial incontrolada e sem infraestruturas que **“tendem a formar-se na periferia das regiões metropolitanas, como é o caso de Vila Nova de Gaia”** (APPAUMV, 1968, p.2).

---

<sup>598</sup> “A Quinta do Monte Grande atualmente é uma zona rural, junto a um aglomerado em expansão, sendo a sua exploração agrícola, semelhante à praticada na região do Porto. (...) Os acessos no interior da propriedade fazem-se por azinhagas, a que vem afluir as serventias da casa principal.” Em Memória Descritiva e Justificativa do Ante-Plano de Urbanização da Quinta do Monte Grande, de 1969. Acervo DGT, ID 1.



Do ponto de vista do esquema viário, previa-se a proximidade à Via 12, uma via nascente-poente, que ligava a Madalena à Quinta do Monte Grande, passando em parte da EN 1, em passagem inferior à A1, que nunca chegou a ser realizada. As novas vias locais seriam definidas em função da ligação dos arruamentos existentes, estabelecendo uma praça central e “**percursos secundários para peões**” (APPAUMV, 1968, p.3), tendo em conta o terreno acidentado, no que resultaria em ruas com 8,7%.

***Este arranjo urbanístico é dominado pelo traçado curvilíneo dos arruamentos, dando acesso a fiadas de construções de alturas diversas, acompanhando quasi sempre as linhas de nível, como excepção encontramos construções isoladas ou geminadas nos locais de maiores pendentes. (...) Além do interesse deste arranjo a ser realçado pelo movimento das envolventes construídas, com ritmos diversos, há ainda a considerar os motivos arquitectónicos especiais deste arranjo, tais como uma praça central a maio da composição, o edifício para a escola primária excepcionalmente bem situado e, na zona baixa o “centro comercial” e os edifícios elevados já referidos.***

APPAUMV, 1968, p.4

Este plano concebia um terreno de 4630 m<sup>2</sup> para escola primária, prevendo uma ocupação de 7260 habitantes. Previa igualmente uma área comercial importante. Para efeitos de área bruta construída estimava 24 m<sup>2</sup> por pessoa, com 15,27 m<sup>2</sup>/hab de zonas verdes privadas e 0,82 m<sup>2</sup>/hab para zonas verdes públicas, ou seja, cerca de 2996 m<sup>2</sup>. Acrescia 2,28 m<sup>2</sup>/hab de arruamentos e 7,88 m<sup>2</sup>/hab para peões e automóveis. No total, estimava uma densidade de 240 hab/ha.

***Não dispomos de um inquérito válido, para analisar as fontes de trabalho situadas nesta zona e o número de empregados que engloba. Admitamos, que fará facultar, à população que futuramente procurar o seu trabalho nas fábricas de montagem de automóveis que estão previstas para a zona, o seu problema de habitação, além do pessoal operário das fábricas já existentes. Mas será essencialmente uma célula em formação de Vila Nova de Gaia.***

APPAUMG, 1969, p.5

O APPAUMG, de 1969, constituiu-se como uma nova proposta de unidade de vizinhança para a Quinta do Monte Grande, na qual se apresenta o respetivo zonamento em aditamento à primeira proposta.



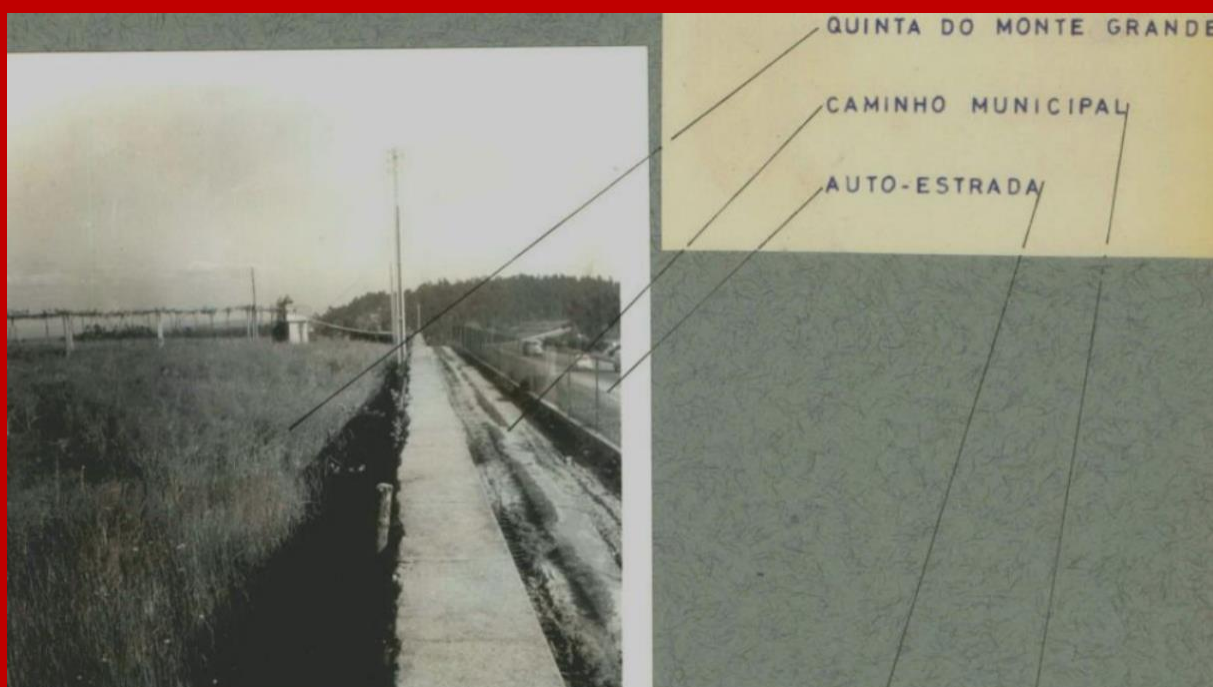


Fig. 207 Perspetivas da Quinta do Monte Grande, antes da intervenção, constante do plano de 1969.  
Fonte: Acervo DGT, ID 1.

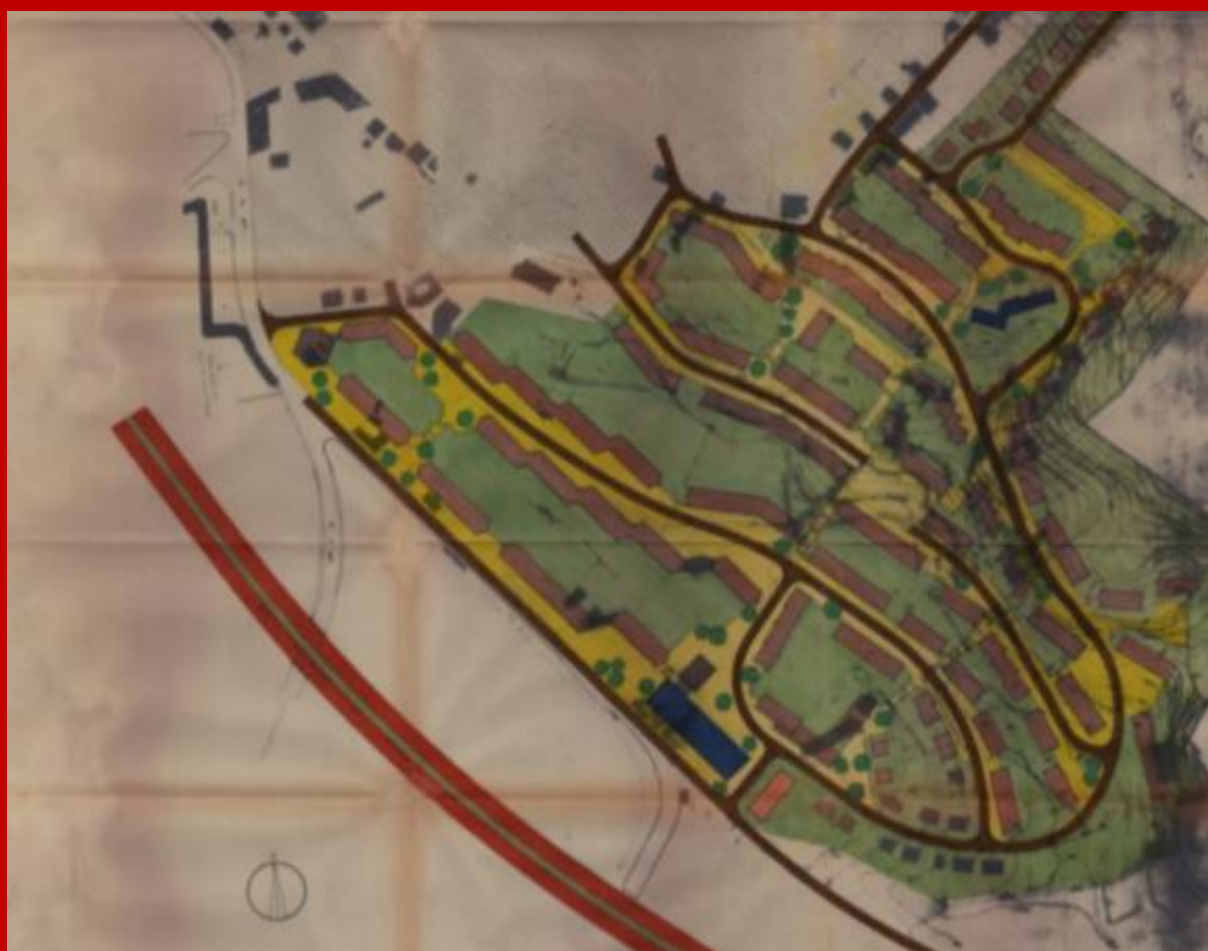


Fig. 208 Primeira proposta de implantação da Quinta do Monte Grande, do plano de 1968.  
Fonte: Acervo DGT, ID desconhecido.

Nesta, verifica-se alterações significativas na estrutura viária apresentada, nomeadamente porque a mais recente não tem pretensão de realizar ligações com as vias existentes a meia encosta, conforme estava patente na primeira proposta. A nova proposta estima ainda uma área de construção maior por habitante, e uma densidade de 300 a 400 hab/ha. No total, 10000 a 12000 habitantes ocupariam um máximo de 3000 fogos. As premissas orientadoras e determinadas nas peças escritas passavam por procurar zonas de concentração de atividades e de densidade coletiva, e especificamente quanto à organização dos espaços livres, libertar **“assim áreas destinadas ao equipamento geral (escolas, centros comerciais, parques, etc.)”**, ligadas ao esquema viário de Vila Nova de Gaia, **“pela abertura de novas vias de penetração, a partir da qual se faça toda a rede viária de serventia e de distribuição”** (APPAUMG, 1969, p.6). Além disto, **“prever uma rede para peões independentemente, com caminhos mais directos e curtos, a par de um centro cívico e centro comercial, “numa concepção de rua-centro, com domínio do peão, sem travessia do automóvel”** (APPAUMG, 1969, p.6) (Fig. 209).

***O centro cívico será, o principal centro activo, de encontro e de convívio da população. Será o local principal das actividades culturais e recreativas, de mercado, armazéns, cafés, cinema e de serviços públicos administrativos.***

APPAUMG, 1969, p.8

A edificação coletiva deveria ser evitada nas zonas com pendente superior a 15%, e a ocupação da edificação, bem como a volumetria, em geral deveriam considerar o potencial paisagístico da área, **“sem alterar os aspectos essenciais do terreno”** e dispor **“os edifícios em torres nos pontos altos ou de forma a propiciar uma leitura rítmica das cumeadas”** (APPAUMG, 1969, p.7). A tipologia predominante seria o bloco e torre de habitação multifamiliar, com uma distribuição na ordem dos 5% para T1, 25% para T2, 45% para T3, 15% para T4, 8% para T5 e para T6. Uma distribuição focada para a habitação de famílias alargadas (Fig. 210) (Fig. 211).

Esperava-se que o comércio fosse a atividade predominante do centro cívico, pelo que seriam necessárias áreas exteriores cobertas e espaços de administração, além de praças. Os parques automóveis seriam previstos de acordo com **“as necessidades de cada sector e o seu tipo (temporário ou permanente)”** (APPAUMG, 1969, p.8), com uma percentagem de um automóvel para cada fogo, ou seja, mil veículos. A acompanhar estas funções também foi pensado equipamento religioso, biblioteca municipal, cineteatro e parque desportivo.



Fig. 209 Fotografia da maquete da proposta de 1970, constante do processo do APPAUMG, e da autoria de José França e Carlos Garcia. Planta da mesma proposta.  
Fonte Acervo DGT, ID 2.



Do ponto de vista dos arruamentos estabeleceu-se dois perfis tipo – um para via de penetração da célula, e, outro, para via de circulação local. A primeira, com faixa de rodagem de 9 m e passeios de 2 m. A segunda, com faixa de rodagem de 7 m e passeios de 2 m (Fig. 206).

***O programa inicialmente indicado no estudo de zonamento, foi parcialmente modificado, dado os condicionamentos que foram indicados e o traçado de vias já previsto, servindo, no entanto, como permissa orientadora do estudo.***

APPAUMG, 1970, p.2

A versão final do plano, de 1970, vem de encontro aos princípios anteriormente estabelecidos, definindo, contudo, a localização precisa da implantação e definição das áreas livres dos lotes, nomeadamente o destino a zona verde e desportiva do espaço entre o arruamento principal e a autoestrada. A rede viária foi definida tendo em conta não apenas as curvas de nível, dada a diferença de cotas desde a Rua Heróis do Ultramar e a A1, a ordenação “económica e salubre” dos volumes das construções e, ainda, a circulação independente dos peões, “de forma que o trânsito automóvel” fosse “mínimo dentro de cada núcleo” (APPAUMG, 1970, p.7.). Estava previsto a elaboração de estudos dos espaços verdes, especialmente dos dedicados a crianças, garantindo a respetiva “durabilidade e baixo custo de conservação”, já que passariam a ser de posse municipal e se pretendia evitar “sobrecarregar os encargos camarários” (APPAUMG, 1970, p.8.). Os espaços verdes foram distribuídos por toda a célula, “procurando-se manter algumas das características mais relevantes da paisagem local” (APPAUMG, 1970, p.78), mantendo as espécies arbóreas existentes e propondo nova plantação.

***Os edifícios de habitação colectiva disporam-se em blocos agrupados, procurando evitar um urbanismo pavilhonário, com retalhamento dos logradouros colectivos, parques públicos, jardins de recreio e zonas verdes, em benefício do logradouro privativo, que traduz o isolamento do homem. Desta maneira criaram-se praças, jardins e parques, como uma importante função social, de encontro e convívio da população. (...) Não podemos esquecer, que eles [os espaços verdes] são prolongamento da habitação, constituindo pontos de atracção importantes, para a população, constituindo locais aprazíveis e acolhedores. Além de que as zonas verdes desempenham um importante papel na ordenação paisagística e para a poluição atmosférica.***

APPAUMG, 1970, p.8

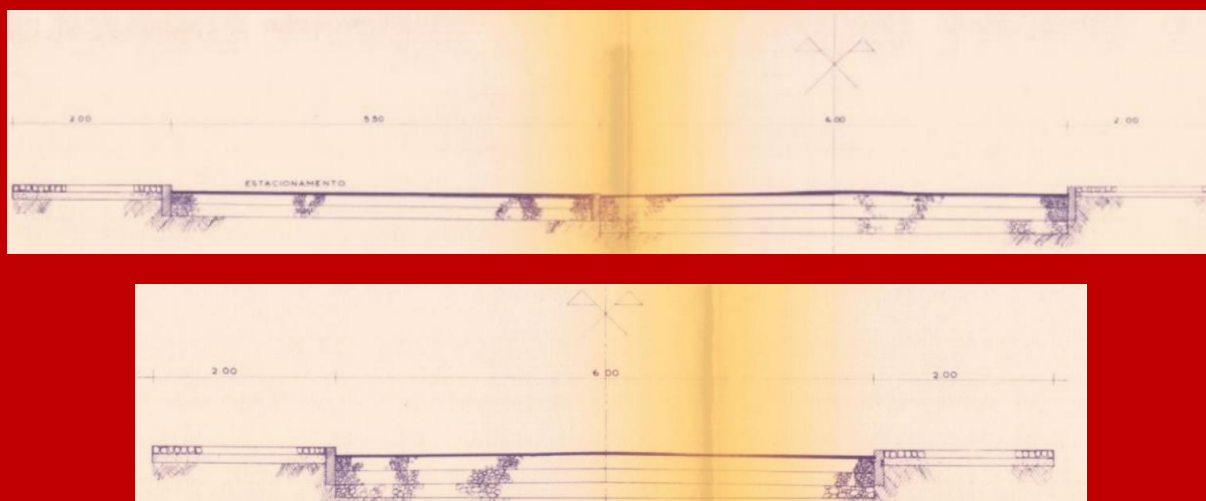


Fig. 210 Perfis de arruamentos no APPAUMG, de 1970.  
Fonte: Acervo DGT, ID 2.








GÉNERO	TIPO DE ASSOCIAÇÃO DE FOGOS	Nº DE LOTES	Nº DE PISOS	Nº DE FOGOS POR PISO	Nº. TOTAL DE FOGOS	ÁREA COBERTA POR LOTE	ÁREA TOTAL COBERTA	ÁREA TOTAL HABITACIONAL	Nº DE HABITANTES POR FOGO	Nº TOTAL DE HABITANTES	
MORADIA		14	2	1	14	120m <sup>2</sup>	1.680m <sup>2</sup>	3.360m <sup>2</sup>	4	56	
HABITAÇÃO COLECTIVA BANDA CONTÍNUA	 TIPO A	27		3	591	253m <sup>2</sup>	6.831m <sup>2</sup>	49.841m <sup>2</sup>	4	2364	
		11	4	188			14.499				
		12	4	312			24.312				
	 TIPO B	73		2	1.110	221m <sup>2</sup>	16.133m <sup>2</sup>	122.655m <sup>2</sup>	4	4440	
		16	4	192			21.316				
		54	4	864			99.472				
TORRES	 TIPO C	31		2	444	282m <sup>2</sup>	8.742m <sup>2</sup>	62.604m <sup>2</sup>	4	1776	
		14	4	188			23.488				
		15	4	240			33.840				
	 TIPO D	4	8	2	64	276m <sup>2</sup>	1.104m <sup>2</sup>	8.832m <sup>2</sup>	4	356	
 TIPO E	8	8	2	128	285m <sup>2</sup>	2.280m <sup>2</sup>	18.240m <sup>2</sup>	4	572		
TORRES	 TIPO F	6	15	4	360	500m <sup>2</sup>	3.000m <sup>2</sup>	45.000m <sup>2</sup>	4	1640	
TOTAL		163									

Fig. 211 Tipologia edificada, segundo a associação de fogos e número de pisos.  
Fonte: Acervo DGT, ID 2.

Esquemáticamente, a via principal garante a distribuição às vias secundárias que servem bolsas de edifícios, criando “**impasses que dão acesso ao interior dos núcleos, sem contudo atravessarem este**” (APPAUMG, 1970, p.9). Esta solução permite que a circulação pedonal, realizada pelos arruamentos, pracetas e jardins, “**que constituem os espaços livres públicos**” (APPAUMG, 1970, p.79), possa ser realizada sem interferência da circulação automóvel. O estacionamento seria realizado em bolsas, impedindo o estacionamento ao longo das vias, estando previsto três garagens subterrâneas com dois pisos, numa percentagem de 420 lugares cobertos para o total de 1065 lugares.

A propriedade seria dividida em 181 lotes, com quatro formas de ocupação, distribuídos por seis tipos de implantação e volumetria<sup>599</sup>, deixando como área de espaço público 254029 m<sup>2</sup>, dos 300000 m<sup>2</sup> de área total. Assim, temos uma proporção de área proposta em plano de 84,7% destinada a espaços públicos, e uma densidade média de 400 hab/ha. A área de espaço público por habitante proposta seria de 21,17 m<sup>2</sup>.

O primeiro alvará<sup>600</sup>, referente à primeira fase de loteamento da Quinta do Monte Grande, foi promovido por António Lage, em 1981, com parecer favorável da “Circunscrição de Urbanização do Norte”, em 18 de novembro de 1975. Apenas em 1987 é dado parecer favorável à proposta em planta que é anexa ao alvará de 1981. Este loteamento previa a constituição de 113 lotes, com a cedência de parcelas para equipamentos escolares, parque infantil, jardim urbano e centro cívico comercial de cerca de 51165,25 m<sup>2</sup>. Os encargos com a urbanização e infraestruturação seriam da responsabilidade da CMVNG, dada a extinção do FFH em 1982.

O alvará de 1987<sup>601</sup>, igualmente promovido por António Lage, constituiu o início da segunda fase da urbanização da Quinta do Monte Grande, e do qual não dispomos peças desenhadas. Neste alvará foram prescritos 47 lotes, mais de 90% para edificação de habitação multifamiliar. Uma parcela de 132170,05 m<sup>2</sup> de área total foi cedida para efeitos das primeira e segunda fases, destinada a baías de estacionamento, passeios, zonas verdes e arruamentos. Foi dada garantia financeira, pelo Banco Borges e Irmão, para a execução das obras de infraestruturas, a estar integralmente realizadas em junho de 1989.

---

<sup>599</sup> Segundo o Quadro I, que acompanha as peças escritas do plano de 1970 da Quinta do Monte Grande, as seis tipologias diferenciavam-se pela associação de fogos, número de pisos e área de implantação. Para moradia unifamiliar estavam destinados 14 fogos, com dois pisos, e 56 habitantes. O tipo A consistia numa associação de três fogos com acesso verticais, com uma previsão de 591 fogos e destinado a 2364 habitantes; o tipo B, C, D e E numa associação de dois fogos com acessos verticais, somando um total de 1736 fogos, destinados a 7228 habitantes. Finalmente, o tipo F, numa associação de quatro fogos com acessos verticais, previstos para 360 fogos e destinados a 1440 habitantes.

<sup>600</sup> Alvará nº 102, de 1981.

<sup>601</sup> Alvará nº 55/87, de 1987.



Fig. 212 Ortofotomapa de 1988, onde é possível verificar a execução da primeira fase da urbanização da Quinta do Monte Grande.  
Fonte: GAIURB WebPlanos.

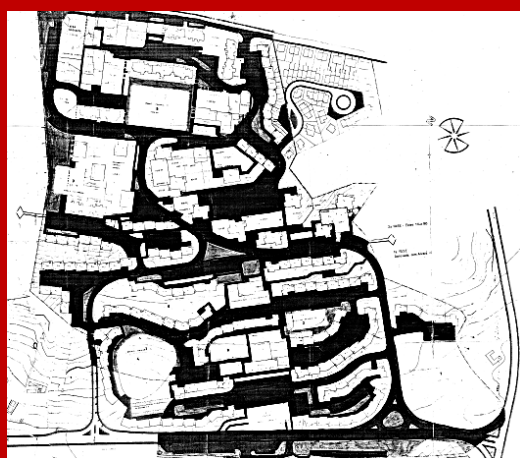


Fig. 213 Planta do Alvará nº 102, de 1981.

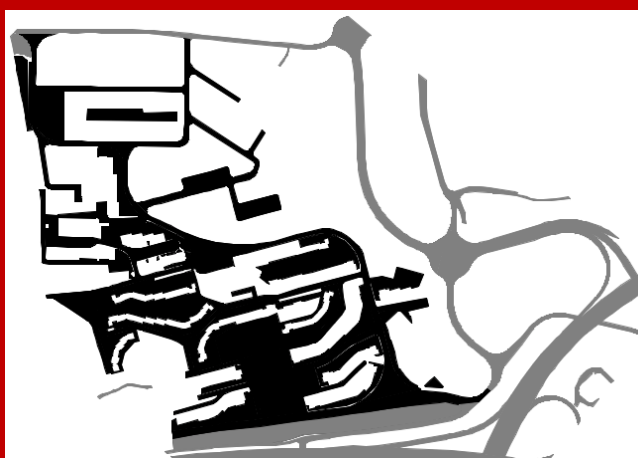


Fig. 214 Planta do espaço público atual.

Fonte: GAIUR, WEB Planos. Alvará nº 102, de 1981. Produção da autora, segundo cartografia cedida pela GAIURB.

O alvará de 1999<sup>602</sup> (Fig. 216) (Fig. 217), promovido por Joaquim Moreira, veio estabelecer mais dez lotes de terreno destinados a habitação coletiva, num total de 20686 m<sup>2</sup> de área de superfície, para 54368 m<sup>2</sup> de área de pavimentos de habitação e 472 fogos, dentro de uma área total de 39235 m<sup>2</sup>, com um índice de ocupação de 1,44. Os edifícios a implantar tinham previsto cave para garagem, piso térreo e seis pisos mais um piso recuado, num total de oito pisos, acima da entrada. Para integração no domínio público foram cedidos 12519 m<sup>2</sup>, distribuídos por 4405 m<sup>2</sup> para arruamentos, 4303 m<sup>2</sup> para estacionamento, 3170 m<sup>2</sup> para passeios, 489 m<sup>2</sup> para espaços verdes públicos, 72 m<sup>2</sup> para depósito de lixo e 80 m<sup>2</sup> para Posto de Transformação. Para equipamentos foram cedidos 6030 m<sup>2</sup>, constantes como propriedade privada do Património Municipal. Previam-se uma densidade de 481 hab/ha, ou seja, 1885 habitantes, com uma proporção de espaço público de 32% da área afeta, com 6,6 m<sup>2</sup> de área de espaço público por habitante<sup>603</sup>. Do ponto de vista das obras de urbanização, a licença de utilização estava dependente da execução da pavimentação, a cargo dos proprietários e realizada **“sob as condições técnicas a fornecer pelos respectivos Serviços”**<sup>604</sup>.

Em sum, o total de áreas destinadas a espaço público contabilizavam 82020,05 m<sup>2</sup> na primeira fase, e 50150 m<sup>2</sup> na segunda fase, sendo que nesta última, temos 61,1% da primeira. Na proposta de loteamento, e para a primeira fase, temos a preponderância dos arruamentos com 42,8% do total de espaço público, seguidos dos passeios, com 38,3%. Na proposta de loteamento para a segunda fase, temos uma proporção menor de arruamentos, 35,1%, e a preponderância dos passeios. No que se refere às zonas verdes, temos uma subida de 5,5% para 7,6%, da primeira para a segunda fase, representando com a diminuição da percentagem de áreas destinadas a estacionamento de 13,4% para 11,8%, e para metade, dos arruamentos.

Atualmente contam-se 109 edifícios, distribuídos por dezoito blocos, com 2085 fogos e 76 espaços comerciais.

---

<sup>602</sup> Alvará nº 06/99, de 1999.

<sup>603</sup> Planta do Alvará nº 06/99, de 1999, constante na página 5.

<sup>604</sup> Citado da página três do Alvará nº 06/99, de 1999.



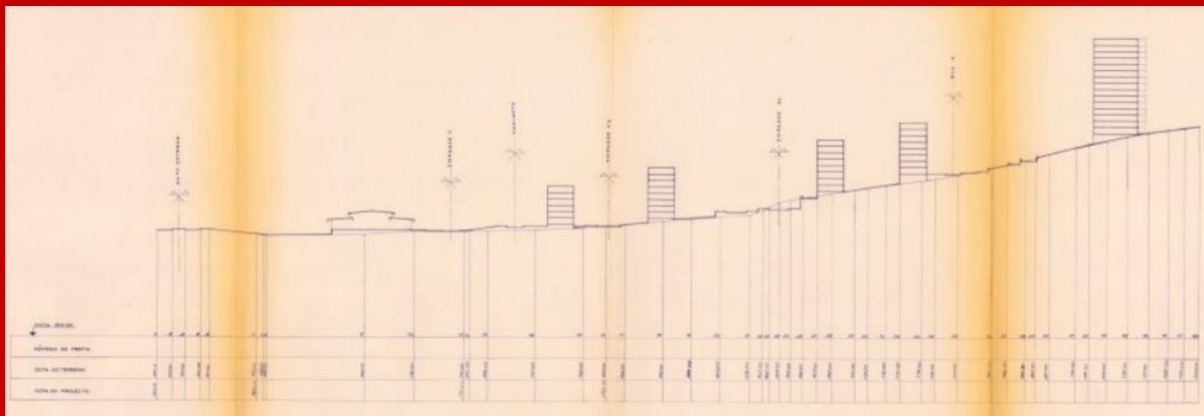


Fig. 215 Perfil constante do Antepiano de Urbanização da Quinta do Monte Grande de 1970.  
Fonte: Acervo DGT.

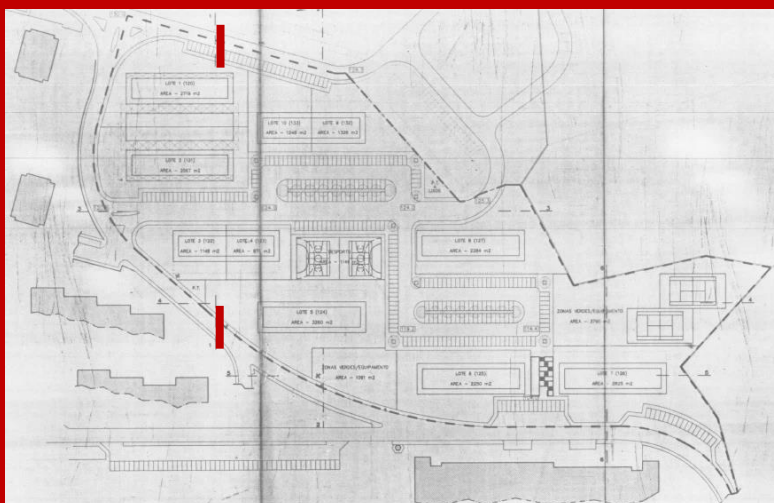


Fig. 216 Extrato da planta do Loteamento com o Alvará nº 06/99. Indicação do corte a vermelho.  
Fonte: GAIURB, WebPlanos.

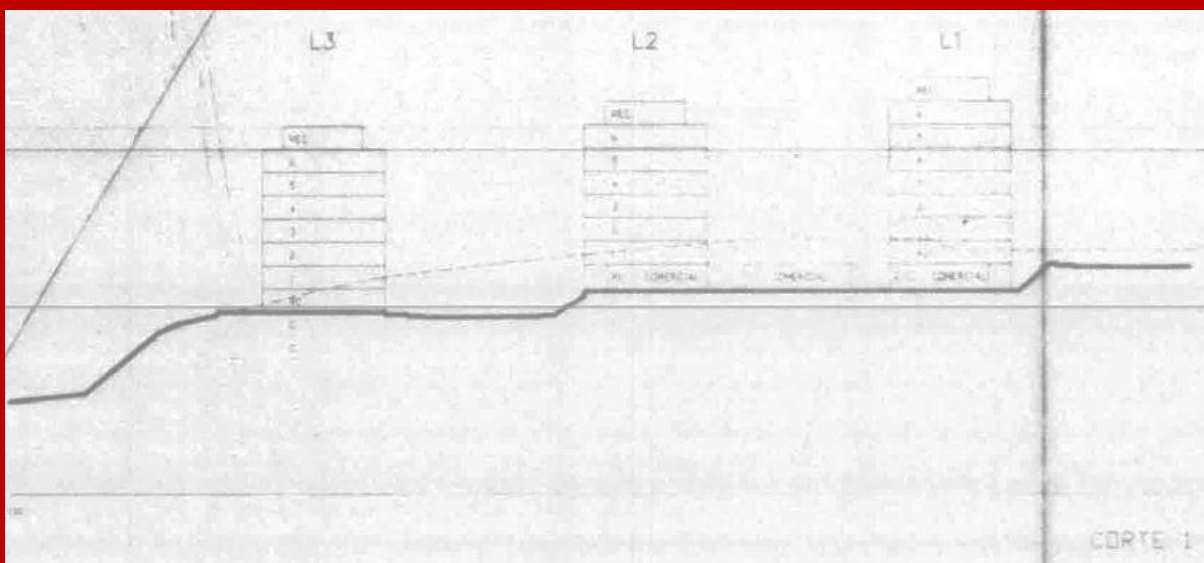


Fig. 217 Corte referente à figura anterior.  
Fonte: GAIURB, WebPlanos.

### **Enquadramento do planeamento**

***“O objectivo principal deste estudo será o de conseguir um espaço amplo em redor dos Paços do Concelho, procedendo-se, para o efeito, às seguintes alterações: a) Supressão de parte das Ruas de Pinto Mourão e de Álvares Cabral; b) Abertura de novo troço de arruamentos inflectindo ara sul, a partir da parte mentida da Rua Álvares Cabral com ligação à Avenida da República; c) Desenvolvimento da zona envolvente ao Município, com destaque para as áreas afectas ao acesso de munícipes.***

PPNCC, 1992

A área do Centro Cívico foi alvo de Plano de Pormenor do Novo Centro Cívico, de 1992, que ratificou o Estudo Urbanístico da Zona Envolvente aos Paços do Concelho, de 1991. Este plano, pertence, desta forma, a um novo ciclo político e jurídico, e é parte integrante da primeira geração de planos municipais. No regulamento do PPNCC é referido que a execução das obras de urbanização e o tratamento dos espaços públicos são da responsabilidade da CMVNG. Estas obras vêm no sentido da instalação dos serviços camarários em edifício anexo, a poente do edifício original, prevendo-se a construção de um parque de estacionamento em cave de três pisos, destinado a 500 lugares. Do regulamento consta ainda a tipologia e o número de pisos a considerar, além dos acabamentos exteriores. A planta que acompanha o regulamento define os limites da edificação a realizar no centro da área, considerando os limites estabelecidos pela Rua Pinto Mourão, a Rua Álvares Cabral, o lote do que veio a ser a Casa da Presidência e a Avenida da República. À data da elaboração do estudo urbanístico esta área estava já assim definida, tendo, a intervenção realizada depois da revisão do PDM, afetado a continuidade da Rua Pinto Mourão, bem como a Rua João de Deus.

A Casa da Presidência é obra promovida por Alice Ferreira Mariani, proprietária, com projeto apresentado à CMVNG em abril de 1921, e da autoria de Manuel Gonçalves da Silva<sup>605</sup>, quando o edifício vizinho da câmara se encontrava em construção<sup>606</sup>.

---

<sup>605</sup> AMSMB, ID 75048 (POP 733).

<sup>606</sup> O projeto é da autoria de Francisco de Oliveira Ferreira, datando a aprovação da sua empreitada de 1927 (AMSMB, ID 48945), e o primeiro projeto de 1916 (AMSMB, ID 18569).

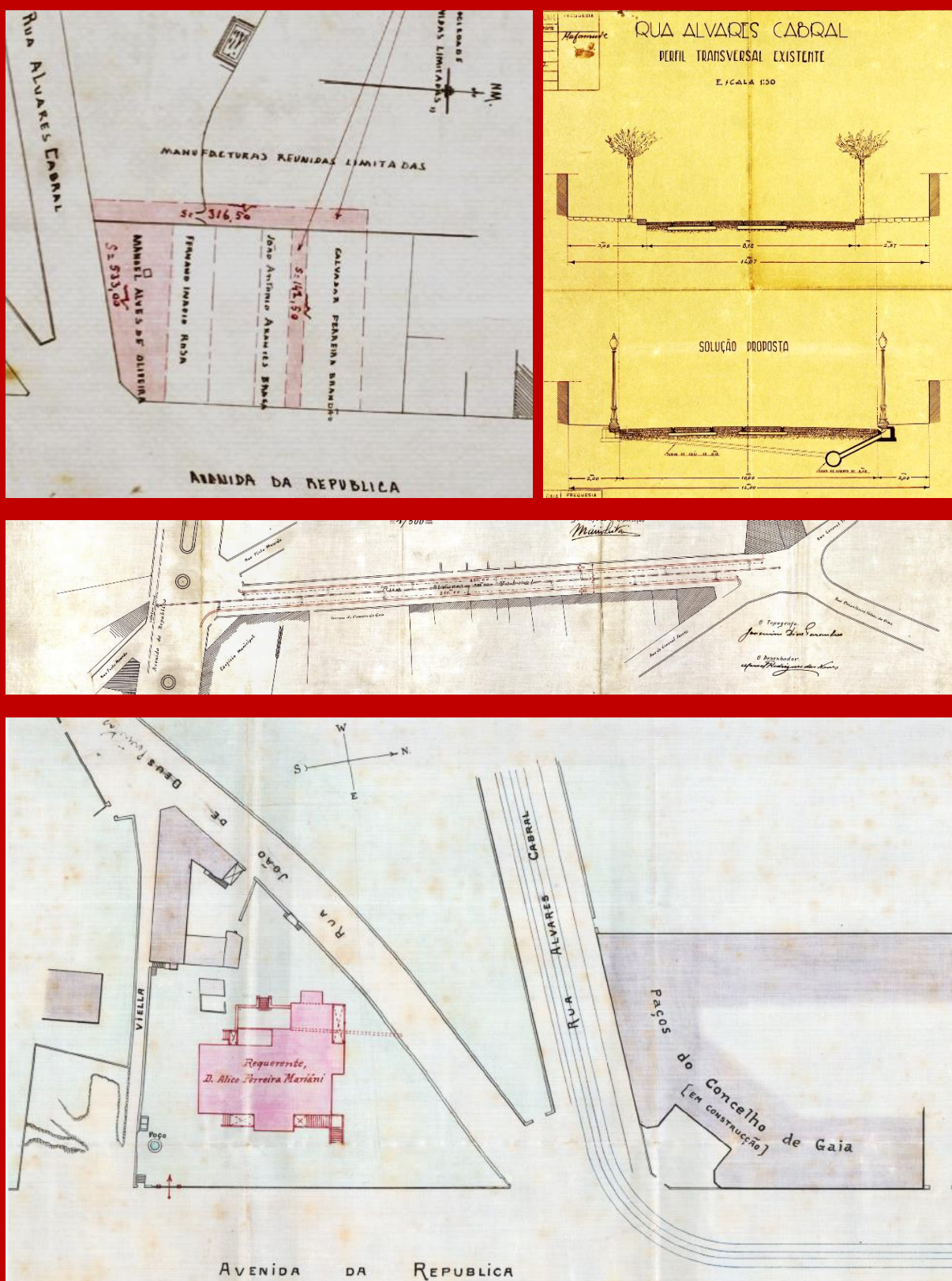


Fig. 218 Conjunto de processos municipais relativos à área do Centro Cívico, ID 012. Planta anexa à escritura de 1915. Perfil anexo à "Obra municipal de instalação do colector de esgotos de águas pluviais e sua regularização na Rua Álvares Cabral", de 1937. Planta topográfica da Rua Álvares Cabral, de 1937. Projeto da Casa da Presidência, antiga residência de Alice Mariani, datado de 1921 e assinado por Manuel Gonçalves da Silva. Fonte: AMSMB, ID 3238; AMSMB, ID 18531; AMSMB ID 18529 e AMSMB, ID 75048.



É de 1915, a primeira escritura para expropriação dos terrenos na Avenida da República para implantação do edifício dos novos Paços do Concelho, seguindo-se outras em 1916<sup>607</sup>, 1921<sup>608</sup> e 1922<sup>609</sup>. Em 1933, foi levada a cabo a obra municipal de pavimentação da Rua Álvares Cabral<sup>610</sup>. Em 1937, foi realizada a instalação de coletor de esgotos de águas pluviais e a respetiva regularização desta rua. Em 1975, foi assinada **“Escritura de contrato de empreitada da obra de rectificação do perfil transversal no gaveto da Rua Álvares Cabral e General Torres, freguesia de Mafamude”**<sup>611</sup>. A Rua Pinto Mourão, a sul desta área, sofreu alterações profundas, na medida em que, até ao arranjo da Quinta das Camélia, existia em continuidade até à Rua 14 de Outubro. Paralela a este troço da Rua Pinto Mourão, a nascente da Avenida, existia parte do aqueduto da Serra do Pilar, **“inserido em muro de suporte”**, e adquirido pela CMVNG ao Ministério da Guerra em agosto de 1934, segundo comunicação de Antão Almeida Garrett<sup>612</sup>. Na cartografia de 1948 é visível a existência desta rua, bem como dos terrenos onde se implantavam os palacetes. Em 1970, surge um projeto de **“Arranjo da Zona Envolvente dos Paços do Concelho”**, com o objetivo primordial de **“Criação de um Centro Administrativo e Cívico, na Sede do Concelho de Vila Nova de Gaia”**, onde a população concelhia pudesse deslocar-se, além de garantir **“alojamento condigno dos Serviços da Repartição de Finanças e da Tesouraria da Fazenda Pública”**<sup>613</sup>.

*No sentido de concretizar a ideia que há muito a Câmara alimenta, foi adquirida uma vasta área de armazéns, contíguos aos terrenos envolventes do actual edifício. A esta área serão somadas, as a ceder ao domínio público pelas propriedades particulares ao longo da ra Álvares Cabral e futuro arruamento a poente, as resultantes do desvio da rua General Torres e dos terrenos onde está instalado um depósito de águas. Assim, obtém-se áreas suficientemente folgadas para a implantação de edifícios de carácter públicos e os espaços urbanos adequados às suas funções.*

AZEPC, 1970, p.4

---

<sup>607</sup> AMSMB, ID 3239.

<sup>608</sup> AMSMB, ID 2043.

<sup>609</sup> AMSMB, ID 2044.

<sup>610</sup> AMSMB, ID 18523.

<sup>611</sup> AMSMB, ID 282396.

<sup>612</sup> AMSMB, ID 290726.

<sup>613</sup> AMSMB, ID 216242.



Fig. 219 Foto da Rua Álvares Cabral, vista da Avenida da República. É possível identificar o palacete, antes da sua demolição, do lote situado entre a extinta Rua João de Deus e a Rua Pinto Mourão, além da existência da linha destinada a trolleycars. Esta área, estava, assim, delimitada e murada.  
Fonte: AMSMB, ID 53533.



Fig. 220 Foto da Rua Álvares Cabral, vista de poente, para sul. É possível identificar o referido palacete, bem como a estação da Mobil, ali instalada em 1964.  
Fonte: AMSMB ID 62074.

O arranjo traduz uma necessidade antiga de produção de espaço público na proximidade de edifícios administrativos e a equipamentos fundamentais, que vinham a ocupar tanto a Rua Álvares Cabral, como a Avenida, nomeadamente o hospital distrital e o tribunal<sup>614</sup>, ambos representados na cartografia de 1974/75. Assim, previa-se a edificação de outro edifício das instalações da câmara, um outro para tribunal e a **“criação de uma praça pública entre o edifício dos Paços do Concelho e futuro Tribunal”** (AZEPC, 1970, p.5). Resulta, da negociação da expropriação dos terrenos, delimitados e à época ocupados, a área livre que hoje se encontra entre o troço tornado exclusivamente pedonal da Rua Álvares Cabral e a Rua Pinto Mourão. Negociação essa que foi determinada, muito mais tarde, pelo PPNCC, de 1992, ignorando os estudos realizados anteriormente e que previam uma alteração significativa no cadastro existente e na configuração das vias.

*Ver-se-á mais adiante, a necessidade da coordenação entre os interesses particulares entre si e entre estes e os públicos, como condição de se poder vir a alcançar qualidade formal e valorização económica. Este raciocínio contrapõe-se à ausência de condicionalismo que levariam ao comprometimento da solução geral, atingindo tanto os interesses particulares como os públicos.*

AZEPC, 1970, p.6

No AZEPC, a preocupação fundamental foi dotar de um espaço de **“caráter representativo”** e de enquadramento e de desfogo os edifícios a implantar e o edifício dos Paços do Concelho (AZEPC, 1970, p.7). A implantação dos edifícios demonstra um paradigma de libertação do solo e aumento de densidade construtiva, direcionado para a consolidação da ocupação populacional, na proximidade de serviços públicos. Segundo a planta geral deste plano, todos os edifícios novos propostos se implantariam livremente ou afastados ao limite do lote. A Rua General Torres sofreria um desvio significativo para uma nova via, paralela, mas com fim a meio da fachada norte do hospital, aumentando a área em plataforma a norte da rua Álvares Cabral. Ao longo do lado poente daquela via, e obliquamente, fixavam-se blocos de habitação multifamiliar, de oito pisos. Do lado nascente, um edifício denominado de “centro comercial”, de dois pisos, rodeado de uma imensa área verde e delimitado por passeios perimetrais largos, com estacionamento oblíquo.

---

<sup>614</sup> Referência de 1973, quanto à escritura de contrato de empreitada da obra de adaptação do edifício adquirido para instalação do tribunal. AMSMB, ID 276494.



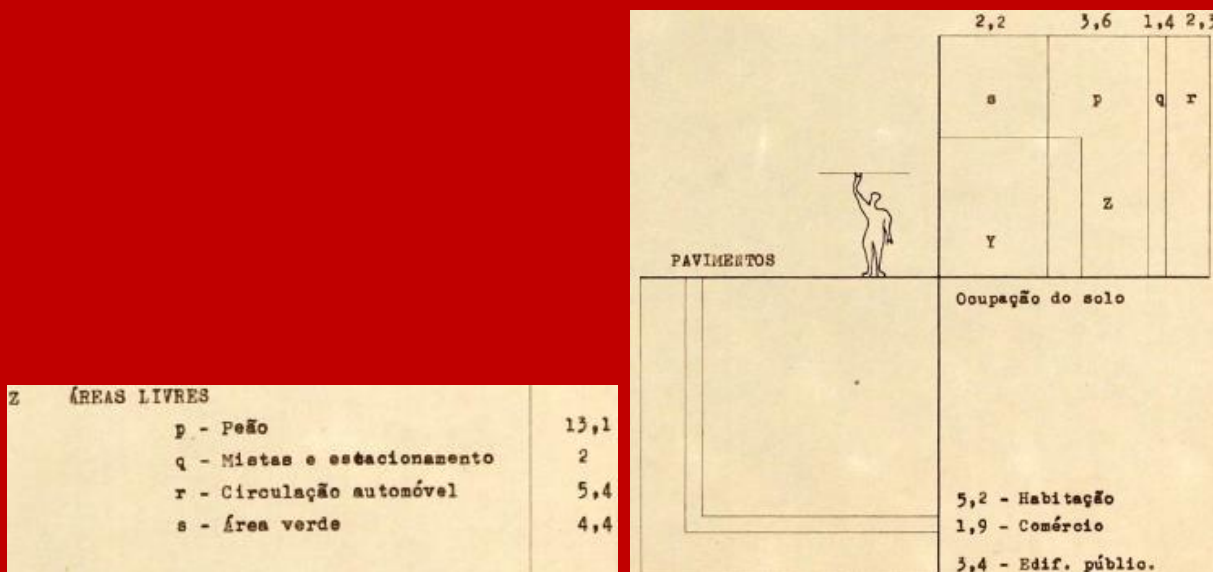
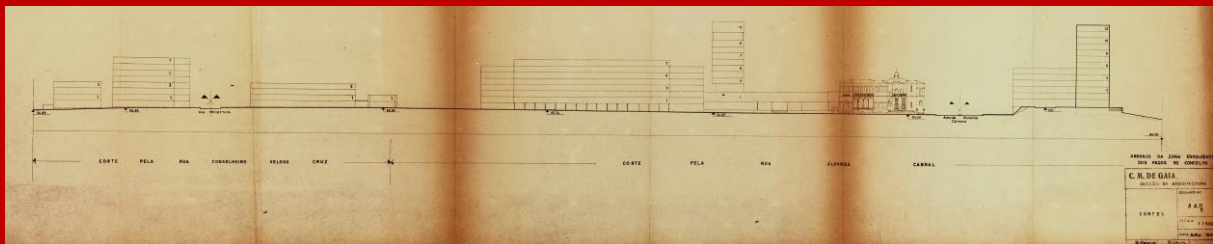


Fig. 221 Proposta de implantação, cércea e programação de áreas livres do AZEPC, de 1969. Na planta (primeira imagem), é possível identificar a sobreposição da proposta do AZEPC, sobre a cartografia do estado existente. Esta proposta é morfológica e programaticamente diferente de toda a sua envolvente, caracterizada pela divisão cadastral de lote estreito e perpendicular às vias públicas. Fonte: AMSMB, ID 216242.

Toda a área imediatamente a norte e a poente dos Paços do Concelho seria livre e destinada a espaços públicos, de circulação e estar, definidos tendo em conta a diferença substancial de cotas entre a Rua Álvares Cabral e a Rua General Torres. A área restante deste lote, onde se encontra a CMVNG, seria ocupada em parte por dois edifícios de equipamentos públicos, além de um bloco paralelo à Rua Álvares Cabral, com oito pisos, sendo o térreo destinado a áreas comerciais.

A Rua Álvares Cabral sofreria uma ligeira inflexão para sul, permitindo o alargamento do passeio na frente do edifício dos Paços do Concelho. A sul da Rua Álvares Cabral, implantavam-se dois grandes edifícios, residenciais e comerciais, um deles com oito pisos. Outro, serpenteava-se entre os quarteirões a sul da Rua Pinto Mourão e aquele que resultava da expropriação dos palacetes, sobrepondo-se em balanço à Rua Pinto Mourão. Neste quarteirão, e sensivelmente a meio, propunha-se uma nova rua que estabelecia comunicação entre as ruas Álvares Cabral e Dr. Ferreira Macedo. Nesta planta é ainda visível a proposta de ocupação dos terrenos afetos à Quinta das Camélias, pelo que o AZEPC continha o estudo da área do Centro Cívico e dos terrenos envolventes, a nascente, divididos pela posição das ruas entretanto executadas. No quarteirão definido pelas Rua 14 de Outubro, Avenida e Travessa das Camélias revela-se a posição da proposta do plano em elevar os edifícios implantados até aos doze pisos e libertar o terreno pertencente ao novo cadastro para área de espaços públicos. Na legenda da planta é possível identificar esta área como tal, que corresponde, hoje e aproximadamente, à denominada Praceta 25 de Abril. A nascente e sul, até à Rua Particular Honório Tavares Costa, estendia-se a intervenção do arranjo, abrangendo a área onde hoje se implanta o nó de acesso à A44, e na qual se propunha a implantação de blocos residenciais, à semelhança daqueles previstos para a Rua General Torres.

***Houve a preocupação de conseguir as maiores extensões possíveis para o fim em vista [circulação dos peões], tanto na zona fronteira aos Paços do Concelho e do Tribunal, como nas respectivas áreas. A segurança e comodidade dos peões serão asseguradas pelas passagens inferiores, pelo desafogo dos passeios, bem como pela protecção resultante dos corpos balançados, a criar, em alguns edifícios, a partir do rés-do-chão, e por vastas áreas pavimentadas.***

AZEPC, 1970, pp.7-8

O perfil da Rua Álvares Cabral seria alargado para quinze metros, passando a contemplar espaço de estacionamento de veículos de transporte público e outros serviços. O estacionamento estava previsto para um total de 520 lugares, em “**estacionamento coberto**

para 350, sobre a praça a construir entre os Paços do Concelho e o Tribunal.” (AZEPC, 1970, p.8).

Estavam estimados 2700 habitantes para a zona em estudo, e através do “aproveitamento intenso das propriedades particulares, mediante a possibilidade de edifícios para habitação, e comércio”, a densidade populacional seria de 600hab/ha, a mais alta de entre todas as propostas conhecida, ainda que na tabela que acompanha o estudo, surja o valor de 320hab/ha. No que toca aos rácios estipulados, estimava-se uma ocupação de 1/6 de comércio nos pisos térreos dos edifícios, bem como um automóvel por cada sete habitantes. No que se refere às áreas de cedência, propunha-se 38339 m<sup>2</sup> de área destinada a terrenos públicos, do total de área de 83579 m<sup>2</sup>, com um índice de ocupação de 0,7 para os edifícios públicos ali implantados. Por habitante, estimava-se um total de 24,9 m<sup>2</sup> de áreas livres, sendo 52,6% destinada a peões e 15% a áreas verdes. Assim, pelo rácio de área livre por habitante, temos uma totalidade de área livre de 67230 m<sup>2</sup>, ou seja, 80% da área de estudo.

***Para que os interesse individuais se preservem e contribuam para alcançar a unidade e qualidade reclamada pelo ambiente urbano a estabelecer, é fundamental, desde o início, satisfazer os seguintes pontos: - Comprar ou expropriar as parcelas designadas n.ºs 7 e 16 da planta cadastral. - Limitar a profundidade dos terrenos do bloco A a trinta e dois metros e meio (32,5 metros) contados a partir das actuais frentes para a rua Pedro Álvares Cabral e cedência ao domínio público dos restantes metros de cada talhão. Garantir unidade arquitectónica dos diferentes blocos A; B; C; D; E; F; G; H; I pela integração das iniciativas individuais em partidos arquitectónicos a estabelecer para cada bloco. - As possíveis fases de construção de cada bloco, deverão ter dimensão suficiente para garantir a instalação de garagens na cave e comunicação verticais, com economia.***

AZEPC, 1970, p.10

O AZEPC não chegou a ser executado, e, em 1972, dá-se a empreitada da obra de construção de passeios na Rua Pinto Mourão e da que veio a ser a Rua Ferreira de Macedo<sup>615</sup>. Em 1979, em alvará de loteamento<sup>616</sup>, com parecer favorável da Circunscrição de Urbanização do Norte, define-se a ocupação dos terrenos constituindo dois lotes de 1330 m<sup>2</sup> e 3470 m<sup>2</sup>, na metade poente desta área de intervenção. A planta que acompanha esta escritura ainda apresenta

<sup>615</sup> AMSMB, ID 275367.

<sup>616</sup> Alvará n.º 48/78. GAIURB, WEB Planos, em <http://sig.gaiurb.pt/websig/>, em 18 de abril de 2018.

a posição da antiga Rua Pinto Mourão, sob a proposta do AZEPC, com a demolição dos palacetes e dos jardins respetivos. Em alvará de 1984<sup>617</sup>, foram constituídos três lotes no gaveto entre as ruas Álvares Cabral e Pinto Mourão, a nascente da Casa Zeferino, no lugar da Mobil, onde se edificou uma torre de habitação unifamiliar, com embasamento comercial. O alvará estava sujeito às condições de cércea e programa ali constantes, tendo sido exigido a cedência de 737 m2 para integração no domínio público, e **“destinada a rectificação do arruamento e zona de peões”**, além de 50 m2 para implantação de um posto de transformação (Alvará nº3/84, 1984, p.1).

***Assim sendo o actual Plano não desafoga o espaço, relativamente ao Plano inicial como facilmente se verifica pela sobreposição de ambas as “manchas”, indo ao arrepio daquilo que tinha prometido o Sr. Presidente, com a nossa total anuência, para a realização de um novo Plano que abrisse mais espaço ao público e restringisse a ocupação pela construção ao mínimo.***<sup>618</sup>

Com a aquisição pela CMVNG dos terrenos entre estas ruas, desde o início dos anos oitenta, e, nomeadamente do Palacete Mariani, desde 2006 que se desenvolveram estudos para tornar a área expropriada exclusivamente pública. Abandonando qualquer proposta relativa ao AZEPC, a execução da solução atual derivou de alterações aos loteamentos apresentados, nomeadamente com a expropriação da capacidade construtiva atribuída pelo primeiro PDM ao lote vizinho do palacete, para a edificação de um edifício de doze pisos. Em 2015, o atual autarca propôs a negociação do contrato de promessa de compra e venda daquele lote, datado de 1999, de forma a manter no domínio público a área verde criada, bem como o parque de estacionamento.

---

<sup>617</sup> Alvará nº 3/84. GAIURB, WEB Planos, em <http://sig.gaiurb.pt/websig/>, em 18 de abril de 2018.

<sup>618</sup> Intervenção dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, em documento de proposta de alterações ao PPCC, em reunião pública de 20 de dezembro de 2004, na GAIURB, e registado em Ata de Sessão.



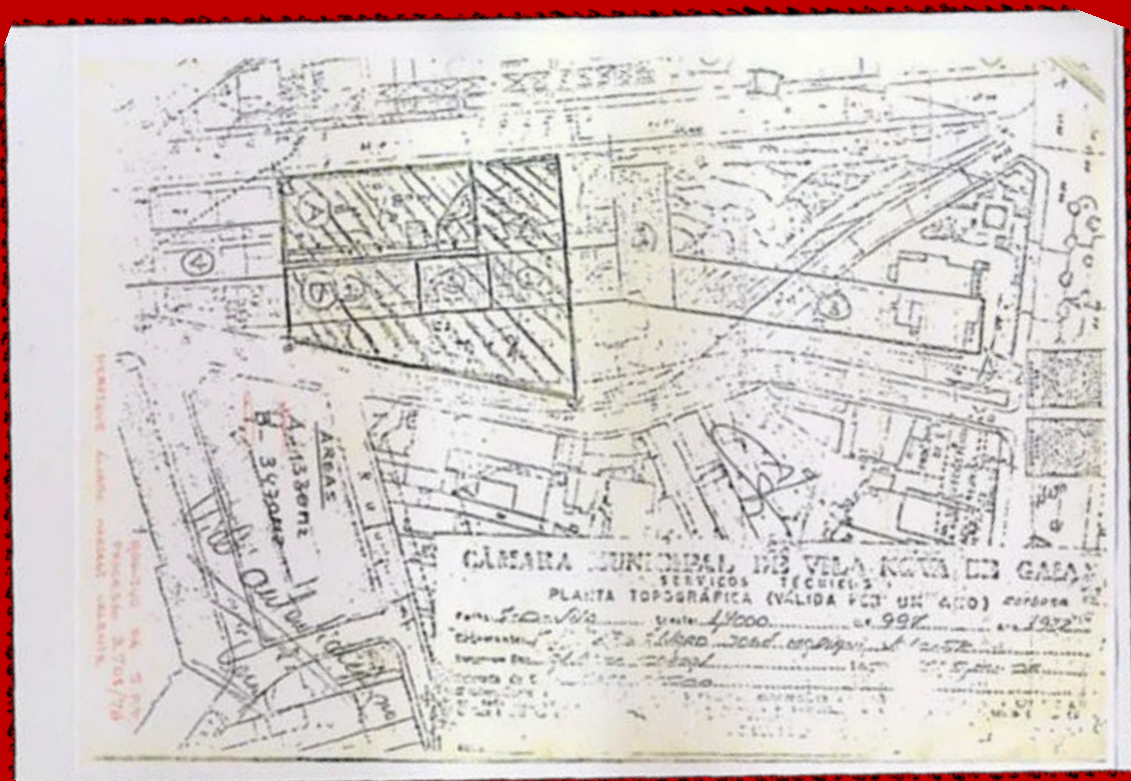


Fig. 222 Planta constante do Alvará de 1979, referente ao Centro Cívico.  
Fonte: GAIURB, WebPlanos.

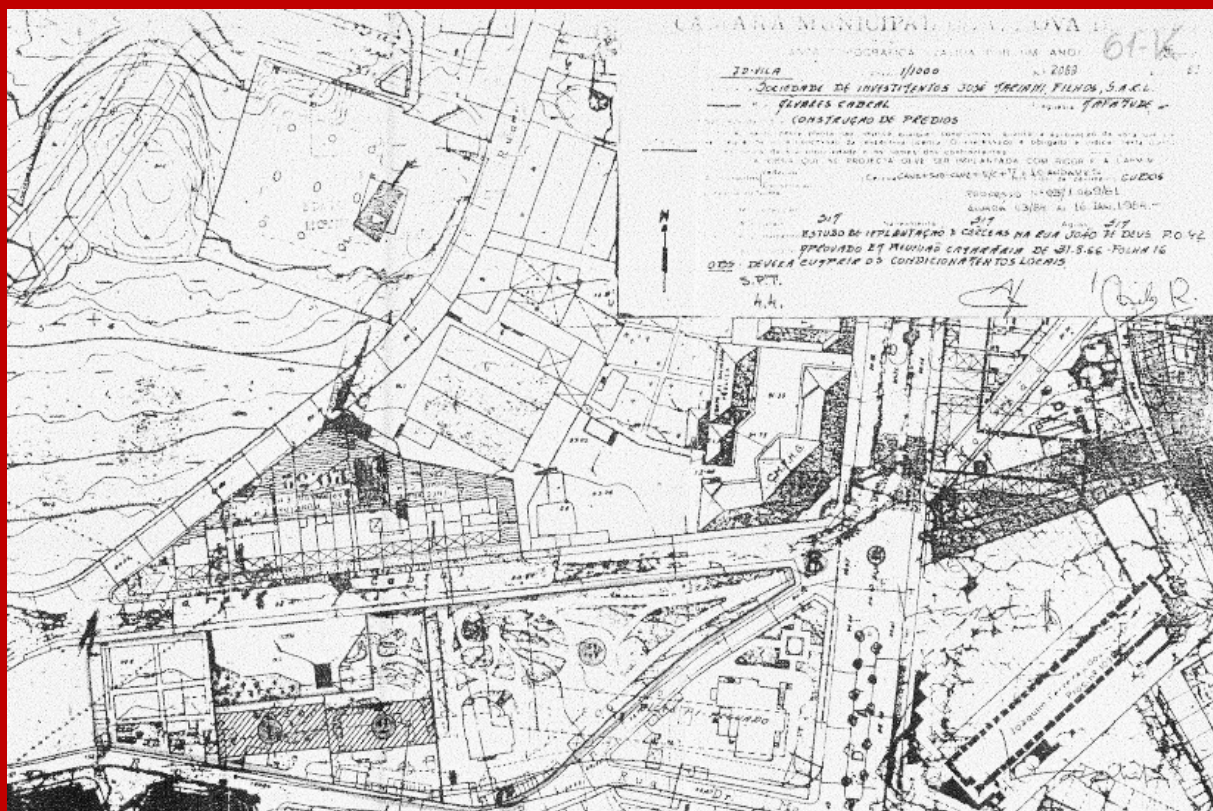


Fig. 223 Planta constante do Alvará de 1984, referente ao Centro Cívico.  
É possível identificar ainda os jardins do Palacete, a sul da Avenida Alvares Cabral, a ponte da Avenida da República (à direita) e a norte da Rua Pinto Mourão (em baixo).  
Fonte: GAIURB, WebPlanos.





Fig. 224 Fotografia da Rua Álvares Cabral, vista do Hospital.

É possível identificar a ocupação dos três lotes que deram origem à área de centro cívico, pelos palacetes.

Fonte: AMSMB, ID 66156.

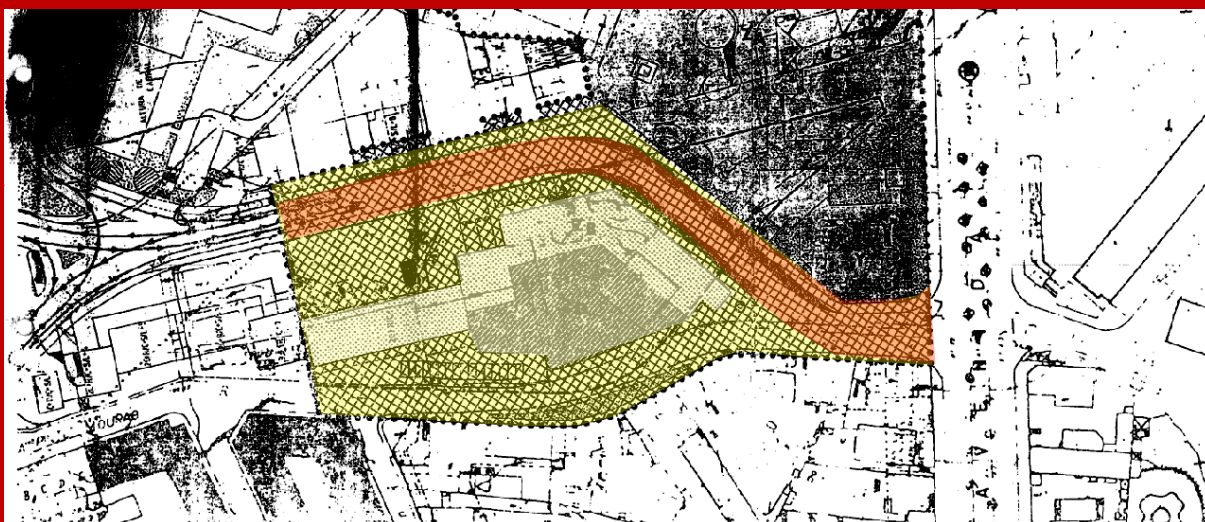


Fig. 225 Planta constante do Regulamento do PPNCC, de 1992, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 77, de 1 de Abril.

A mancha amarela delimita a área adquirida, e destinada a espaços públicos, a criar o edifício multifamiliar de oito pisos (mancha clara), a área de garagem sob regime de direito público de superfície (mancha escura dentro da mancha clara) e a área de arruamento (mancha laranja). O lote da Casa Mariani permanece na condição anterior.

Fonte: Produção da autora, sobre planta do Estudo Urbanístico do Novo Centro Cívico de Vila Nova de Gaia, . DR II, 1-4-77, nº77 e disponível em <http://www.cm-gaia.pt/pt/informacao/ordenamento-do-territorio-pmot/plano-de-pormenor-do-novo-centro-civico/>, em 17 de abril de 2018.

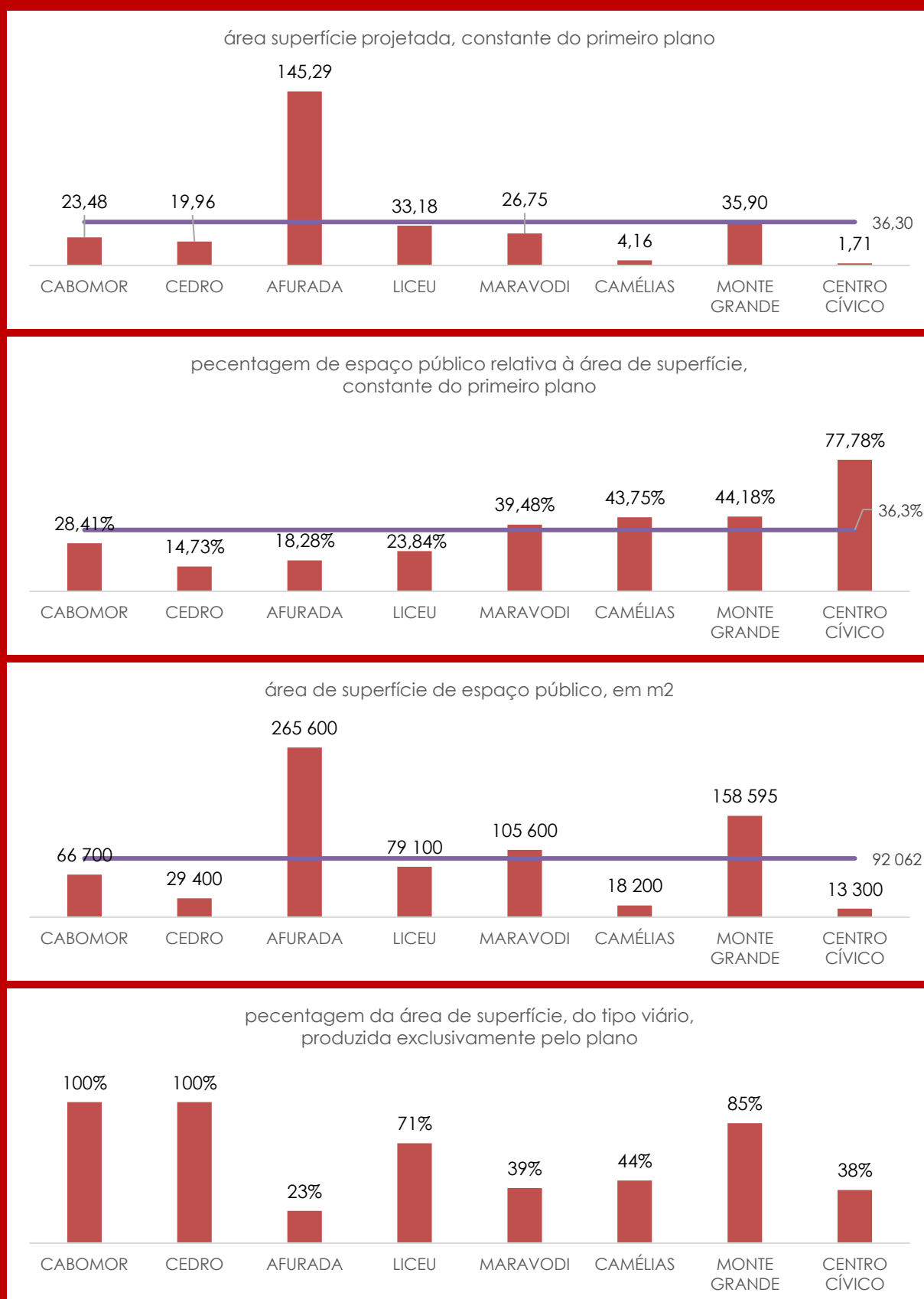


Fig. 226 Caracterização da dimensão relativa entre as oito áreas.  
Fonte: Realização da Autora.

## SÍNTESE CASOS DE ESTUDO

A análise que apresentamos de cada uma das oito áreas aprofunda intensivamente vários critérios que enquadramos na morfologia, na regulação e na gestão. Simultaneamente contextualizamos os instrumentos de planeamento que lhes deram origem. Essa análise é agora confrontada com a nossa análise para o concelho, permitindo-nos evidenciar o papel dos diferentes processos de planeamento na produção de espaço público em áreas particulares. Assim, fazemos uma síntese dos diferentes critérios de cada um dos oito casos de estudo, confrontando-os com os dados que foram oportunamente considerados em sede de macroanálise.

Apenas uma das áreas analisadas não pertence à unidade biofísica da zona norte, evidenciando uma concentração dos instrumentos de planeamento de escala parcial ou de natureza urbanizadora no perímetro urbano até ao final do século XXI, mesmo considerando o seu alargamento. Os planos de escala concelhia ou regional tiveram consequências indiretas na medida do desenvolvimento específico de cada uma das áreas. A exemplo, Cabo-Mor, Liceu, Planalto da Afurada, Maravodi e Vila D’Este foram considerados como fazendo parte das áreas autorizadas de expansão, nomeadamente tendo em conta o posicionamento da estrutura viária prevista pelo APRP, pelo PGDZL, pelo Plano Regional, pelo ADUNP e posteriormente pelo Plano Regulador.

Na microanálise, denominamos as áreas pela designação que utilizámos até aqui. Atentamos, igualmente, para os gráficos que acompanham lateralmente o texto.

Apresentamos, no **Volume Anexos**, todos os esquemas realizados e que sintetizam, na **Síntese do Levantamento de Critérios da Microanálise**, a descrição apresentada a seguir, bem como a análise descritiva de cada uma das oito áreas.

As **Fichas de Identificação** de cada uma das áreas afetas a planeamento encontram-se igualmente no final do corpo do **Volume Anexos**.

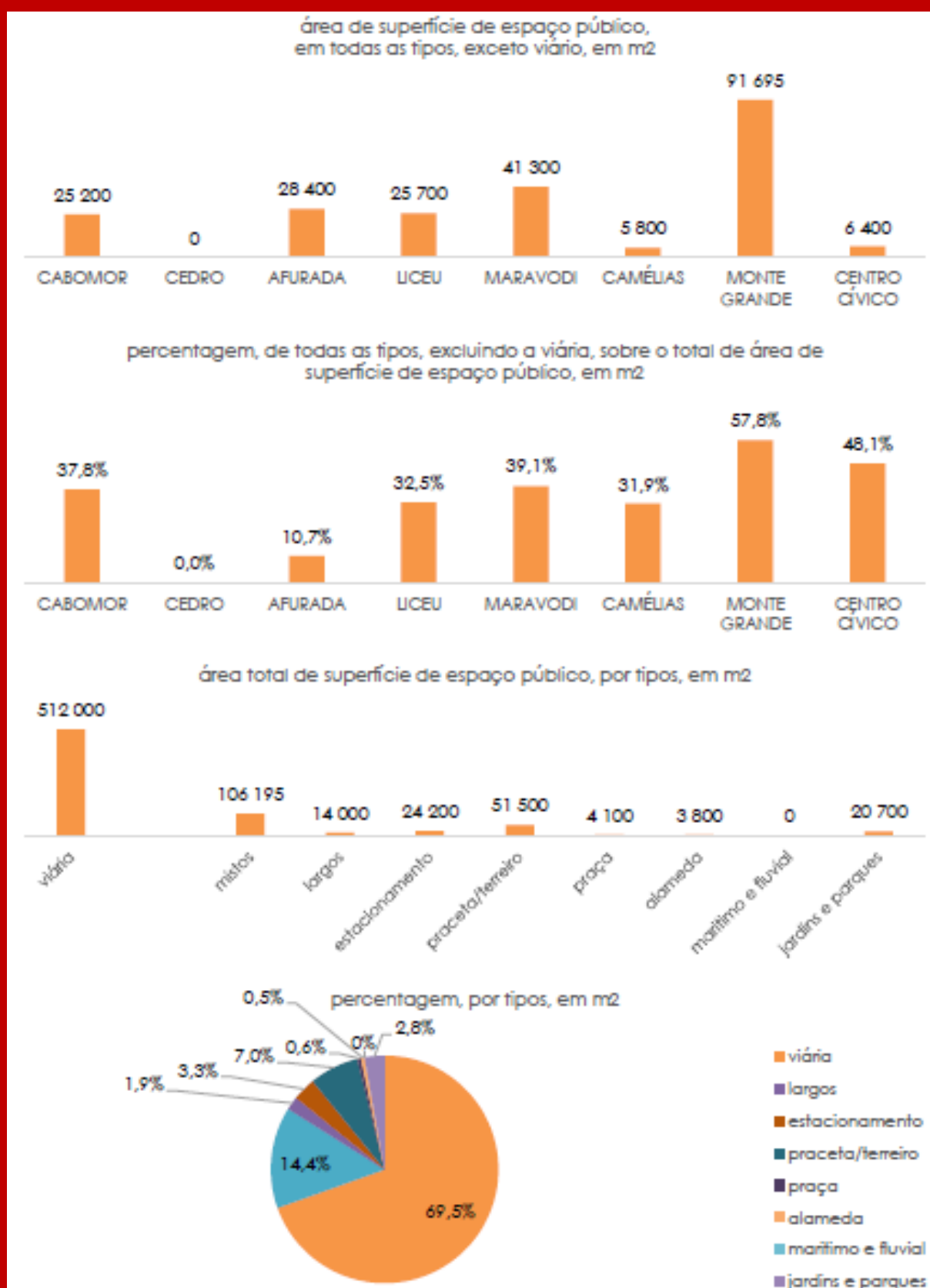


Fig. 227 Caracterização do dimensionamento das áreas, por tipo, nas oito áreas.  
Fonte: Realização da Autora.

## MORFOLOGIA

### Medição

Do ponto de vista da análise morfológica existem vários critérios a considerar, começando pela quantificação das áreas e pela condição topológica de cada uma das áreas relativamente ao concelho (Fig. 226) (Fig. 227).

A **Afurada** constitui a maior área de entre todas as intervenções analisadas, sendo provavelmente a maior que alguma vez foi considerada para efeitos de urbanização no contexto global do planeamento concelhio até ao último período analisado. Contém também a maior área de espaço público, em larga distância relativamente ao segundo na tabela – Vila D’Este, constituindo cerca de **36%** do total de espaço público produzido nestas oito áreas. A média da área das áreas analisadas é de cerca de **36,3 ha**. A média de área de espaço público é de **9,2 ha**.

A **Afurada** é a que apresenta a segunda maior área produzida de espaço público do tipo viário, mas a **primeira na área total** (existente e produzida). Contém também o **eixo de maior dimensão** de entre todas as áreas, com cerca de **800 m**, correspondendo a um troço da A1. Considerando que a média dos maiores eixos existentes nas oito áreas é de cerca de **366 m**, e que a média global do concelho é de **158 m** para todos os períodos, podemos considerar que tanto esta área, como outras três analisadas, contêm eixos maiores de dimensão acima da média – Cedro, Liceu e Vila D’Este.

A soma do número de eixos em todos os períodos é maior na **Afurada (148)**, seguida de Vila D’Este, Cabo-Mor e Maravodi, com uma média de cerca de **43 eixos por área**. No total temos **347 eixos**, ou seja, **3,5%** do total do concelho. Também aqui é maior a soma total do comprimento dos eixos. Considerando que a proporção de eixos por área do concelho é de cerca de **5,9%**, todas as áreas se encontram abaixo desta proporção, numa média de **2,3%**. Este valor é indicativo da relatividade de eixos existentes em determinada área, podendo significar, se mais elevado, uma maior e desnecessária proliferação de eixos, e, potencialmente, uma pior condição topológica, no caso de se o seu comprimento for também baixo.

O **Centro Cívico** é o que apresenta **maior percentagem** de espaço público relativa, com cerca de **77,78%**, sendo que a média, entre os oito casos, é de **36,39%**, um valor mais de três vezes superior ao da percentagem de quase **10%** de áreas. A área que lhe segue é **Vila D’Este**, com cerca de **44,18%**. Ou seja, o contributo destas oito áreas para a produção de espaço público é **triplemente proporcional** daquele que existe em outras áreas. Apenas o Cedro se aproxima deste valor, ainda assim com **14,73%** da sua área de espaço público, apesar de na totalidade ser do tipo viário.

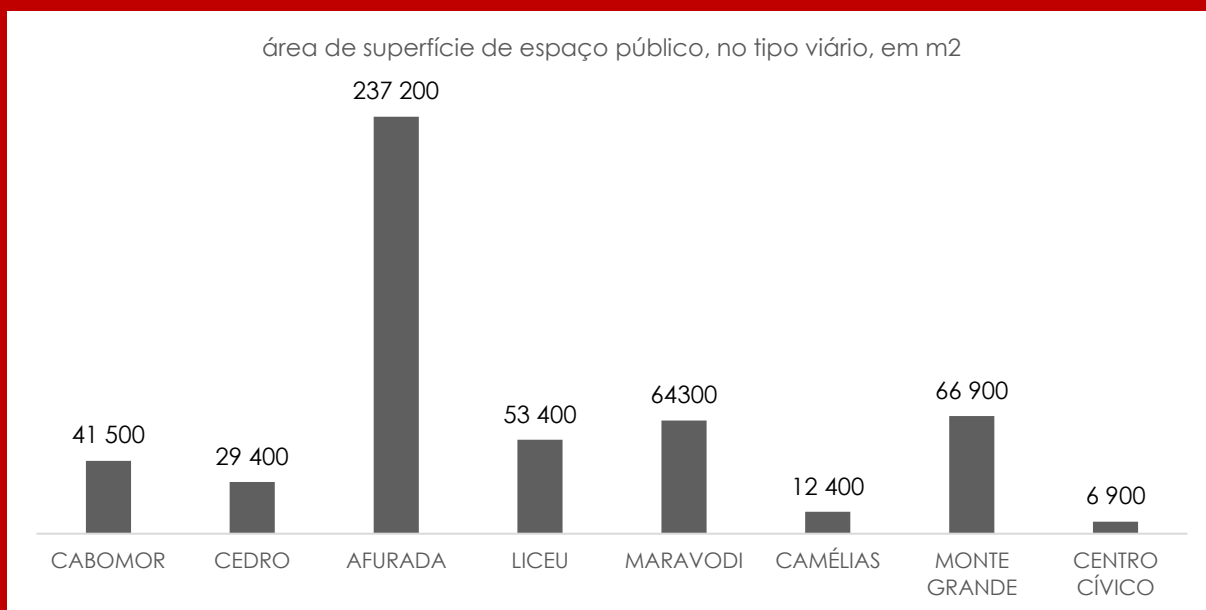


Fig. 228 Caracterização do dimensionamento do espaço público do tipo viário, nas oito áreas.  
Fonte: Realização da Autora.

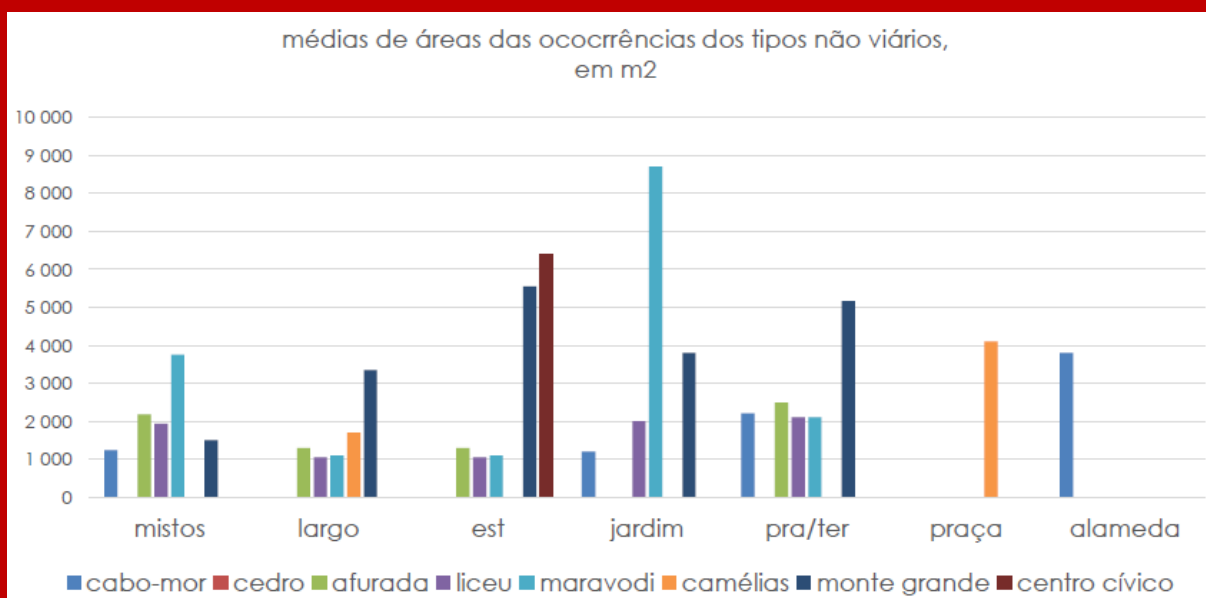


Fig. 229 Caracterização do dimensionamento das ocorrências dos diferentes tipos de espaço público, nas oito áreas.  
Fonte: Realização da Autora.

Contudo, em área absoluta, é a **Afurada, Vila D'Este** (Monte Grande) e **Maravodi** que contribuem com cerca de **3,33%** do total de espaço público, um valor relativamente elevado tendo em conta a dimensão do concelho, e tendo em conta o total de percentagem dos espaços públicos existentes nestas oito áreas – **4,63%**.

Por tipo de espaço público (Fig. 227), o viário **só não é predominante na área do Centro Cívico**, representando cerca de **69,5%** do total de espaço público, ligeiramente **abaixo da percentagem** global do concelho. Ou seja, estas áreas possuem menos área de espaço público viário relativa, contribuindo proporcionalmente com mais outros tipos de espaço público. Este tipo tem nestas oito áreas um parcial de cerca de **4,4%** do total do tipo viário no concelho, com a Afurada a constituir cerca de **87%** desse valor, ou seja, quase igual à soma das outras sete áreas.

O **segundo tipo** predominante é o **tipo mistos**, existente em cinco das áreas, e representando cerca de **14,4%** do total de espaço público nestas oito áreas. De sublinhar que este tipo, à exceção do tipo viário e do marítimo, é o predominante também na área urbana, logo seguido de jardins e parques, constituindo ambos cerca de **3,3% do total da área urbana do concelho**. Se considerarmos o marítimo e fluvial temos cerca de **6%** do total da área urbana do concelho. Assim, apesar deste tipo ter a mesma preponderância no concelho temos uma percentagem deste tipo nestas oito áreas muito superior à percentagem geral do espaço público total, quase seis vezes (2,51%).

Em **terceiro**, são os tipos **praceta e terreiro** juntos que detém mais área, cerca de **7%**, muito acima da percentagem deste tipo no contexto do concelho (1,42%), sendo que a sua posição aí é das mais baixas. Estes tipos são também os que detém menor área em perímetro urbano. Assim, podemos afirmar que grande parte das maiores áreas deste tipo se encontram nestas oito áreas, que são todas urbanas.

O tipo **estacionamento** constitui a terceira maior área, representando cerca de **3,3%** do total de espaço público, um valor igualmente acima da percentagem para o global de espaço público no concelho (0,84%). Este tipo tem mais área em **Vila D'Este**, que contém **84%** do mesmo. É seguido do **Centro Cívico**, de **Maravodi** e do **Liceu**. **Afurada** aparece em último lugar entre as áreas que dispõem deste tipo, o que revela uma grave insuficiência, relativa e absoluta, deste tipo, uma vez que contém a maior área de espaço público e do tipo viário. Logo, podemos verificar uma falta generalizada de espaços significativos especialmente dedicados para estacionamento, promovendo a proliferação de estacionamento indevido, ou à face da rua, se esta assim o possibilitar. No caso da **Afurada**, e não devendo menosprezar esta realidade,

são as unidades comerciais de grande dimensão que garantem o estacionamento em cave nas áreas de maior concentração populacional e comercial.

Os tipos **jardins e parques** representam cerca de **2,8%** do total de espaço público nas oito áreas, menos de metade da percentagem geral para a soma dos dois tipos combinados (6,72%), mas bastante acima no caso do tipo jardins (1,5%). Tecnicamente não existe o tipo parque nas oito áreas analisadas, devendo-se ao fato de este último tipo representar uma parte significativa do espaço público produzido desde o final do período de 1997, fora de operações urbanísticas de edificação e promovido municipalmente em áreas específicas. De qualquer forma, estes tipos apresentam-se em quantidade bastante inferior relativamente a outros tipos.

O tipo **largo** representa cerca de **1,9%** do total de espaço público entre as oito áreas, um valor acima da percentagem para o geral do concelho (1,03%). Esta valor é maior em Vila D'Este, com cerca de **48%** do valor total somado, seguido de Maravodi e Liceu. Todas as oito áreas analisadas contêm cerca de **8,5%** de parcial do tipo largo no concelho, significando uma parte substancial, tendo em conta a dispersão das ocorrências deste tipo, a sua origem histórica e o fato de não existir este tipo em três das áreas – Cabo-Mor, Cedro e Centro Cívico. Ou seja, as ocorrências que existem são substancialmente maiores que a média das áreas das ocorrências deste tipo no concelho (1230 m<sup>2</sup> por ocorrência).

O tipo **praça** surge precisamente na área da Quinta das Camélias, como ocorrência única, assim, pouco se pode assumir sobre o valor de que dispomos, adiantando o fato de que a área que lhe corresponde ser francamente baixa relativamente a todas as outras dos restantes tipos. Ainda assim, representa **0,6%** do total de espaço público existente nestas áreas.

O tipo **alameda** representa uma percentagem muito baixa, de cerca de **0,5%**, considerando que no contexto do espaço público concelhio este é o tipo em quinto lugar em área, se integrarmos o espaço público viário. Isto demonstra a heterogeneidade deste tipo, particularmente existente em áreas específicas de urbanização, com um perfil arborizado.

O tipo **marítimo** e o tipo **fluvial** são inexistentes, a par do tipo parque, conforme referido.

Do ponto de vista do **espaço público produzido pelo plano**, ou pelo projeto de loteamento, temos apuramento apenas para o tipo **viário**, visto que as áreas de espaço público dos restantes tipos não existiam antes da execução daqueles. Assim, temos:

- em **Cabo-Mor** e **Cedro** produziram a totalidade do espaço público viário atualmente existente;
- em **Vila D'Este** (Monte Grande), cerca de **85%**;
- no **Liceu**, cerca de **71%**;



- na **Quinta das Camélias**, **44%**;
- em **Maravodi**, **39%**;
- no **Centro Cívico**, **38%**;
- na **Afurada**, apenas **23%**, contanto que essa percentagem é maioritariamente relativa à A1 e respetivos acessos.

Ou seja, em quatro das oito áreas, o espaço público viário resultou dos instrumentos de planeamento afetos, e nas restantes constituiu pelo menos uma média de um terço do espaço público viário atualmente existente. Se considerarmos o período histórico de cada um, verificamos que os que pertencem a períodos mais antigos, nomeadamente Cabo-Mor e Liceu, resultaram de planos parciais de urbanização, onde o espaço público foi não apenas contemplado em forma de índice, mas também segundo um paradigma de organização do edificado que foi maioritariamente cumprido. Já não se reconhece o mesmo nos outros casos. Maravodi, Quinta das Camélias e Vila D'Este encontram-se num período de transição, correspondente ao final do primeiro período, depois da promoção privada ser liberalizada e a proposta de espaço público projetada ser passível de autorização pela edilidade local. Assim, vemos uma continuidade do efeito do plano de urbanização primordial, com ajustes propostos pelos promotores e aceites pela CMVNG, alterando não significativamente as áreas de espaço público resultantes (no que se refere às áreas, e não à configuração). As áreas executadas posteriormente, como é o caso da Afurada e do Centro Cívico traduzem a consolidação da proposta isolada e casual dos particulares, com prevalência da edificaçã. No primeiro caso, temos uma área primitivamente estruturada por espaços públicos viários e alguns do tipo largos sobre a qual se sustentam outras áreas de espaço público (exclusivamente do tipo viário, praceta, misto e estacionamento). No segundo caso, temos uma alteração da dominialidade sobre a área onde se edificou o parque subterrâneo e uma delimitação do espaço público e do espaço particular problemática, na medida em que toda a área de jardim atual estar comprometida com o edificado existente a poente do edifício da CMVNG, a norte e sul da Avenida Alvares Cabral.

Apenas duas áreas não têm o tipo mistos, duas áreas não contêm o tipo largos, três tipos não contêm o tipo estacionamento, três áreas não têm o tipo praceta e terreiro, apenas um contêm o tipo praça, somente metade contêm o tipo jardim, e apenas Cabo-Mor contém o tipo alameda. Se não considerarmos o tipo viário, temos uma proporção média dos restantes espaços públicos de **32%**, ou seja, as áreas de outros tipos são assumidamente, em proporção, acima do mesmo valor calculado para o geral do concelho (26,47%), demonstrando uma maior pluralidade de espaços públicos produzidos nestas áreas.

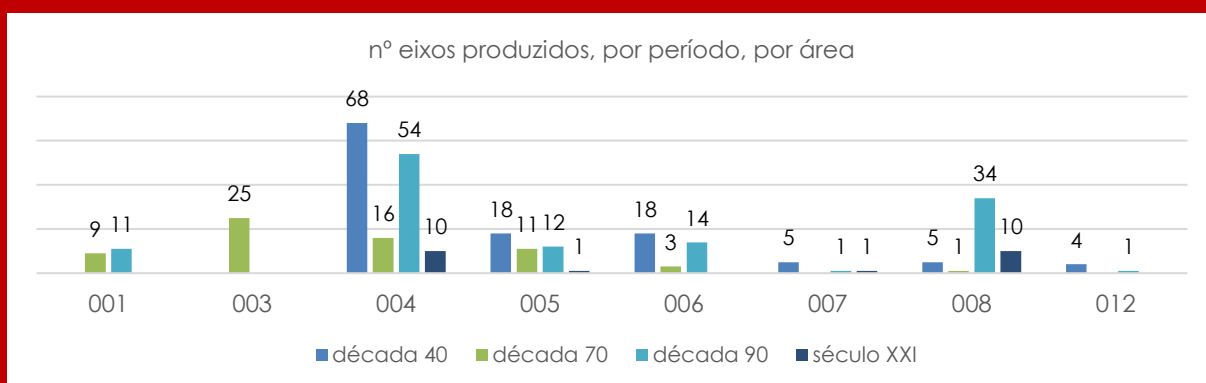


Fig. 230 Contabilização eixos produzidos, por período, nas oito áreas.  
Fonte: Realização da Autora.

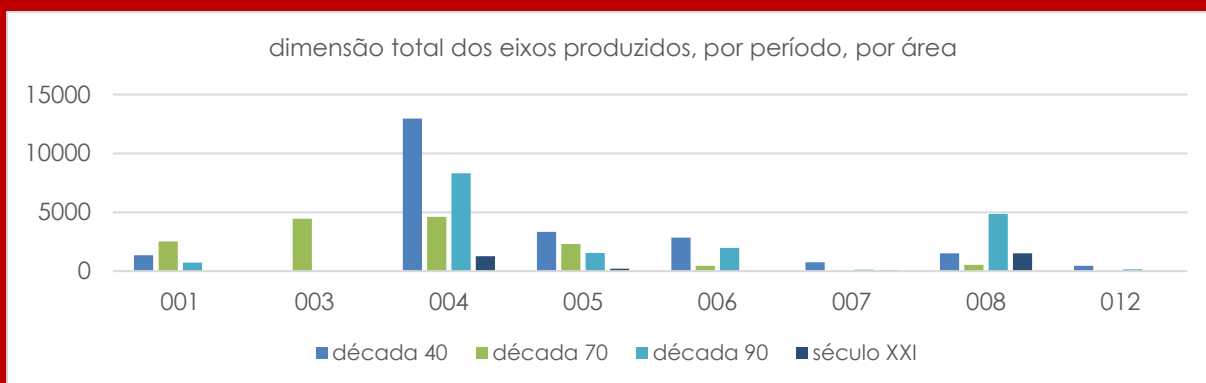


Fig. 231 Dimensionamento total dos eixos produzidos, por período, nas oito áreas.  
Fonte: Realização da Autora.

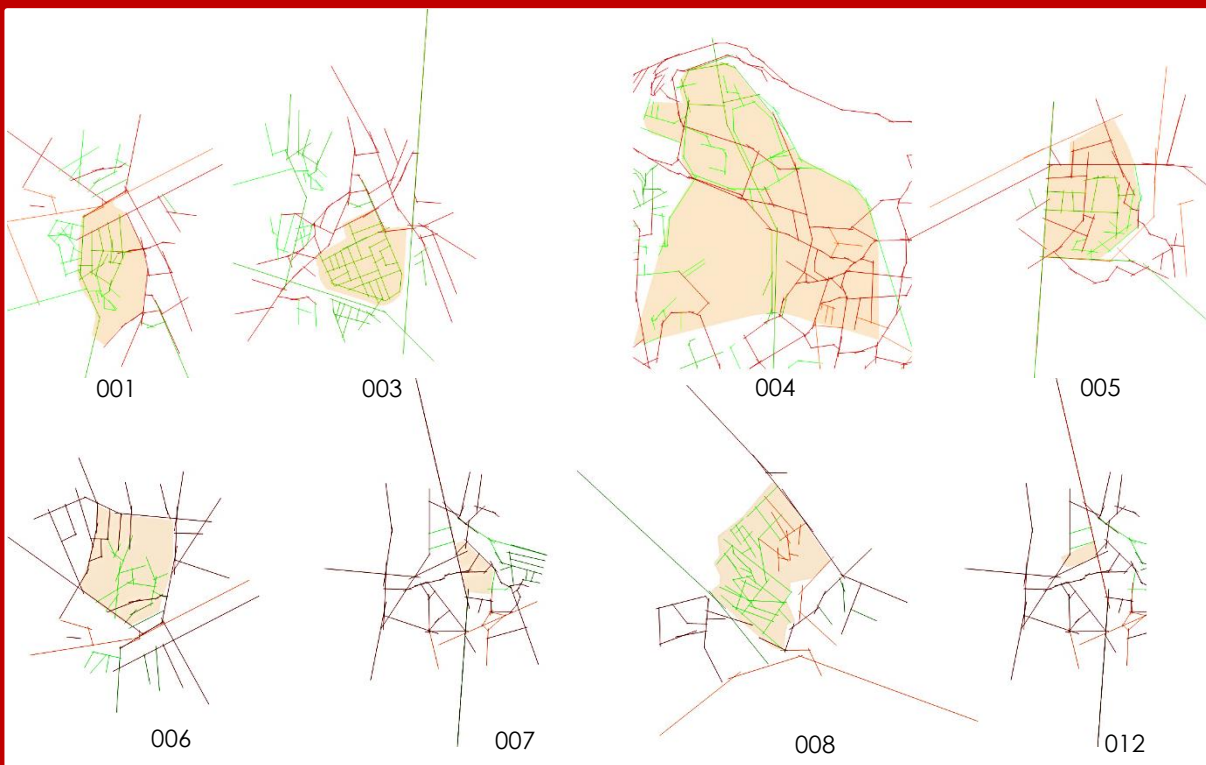


Fig. 232 Mapas axiais das oito áreas, diferenciados por período. Aplica-se a mesma legenda que a da Fig. 108. De 1948 (castanho), 1975 (verde escuro), 1997 (verde lima) e 2012 (laranja). A mancha bege representa a área da intervenção do primeiro plano proposto.  
Fonte: Realização da Autora.

Podemos ainda adiantar que essas áreas são maiores em **Vila D’Este, Centro Cívico, Maravodi e Cabo-Mor**, pertencentes ao final do primeiro período e início do segundo.

Ainda quanto às áreas médias das ocorrências, verificamos que quase todas as ocorrências existentes nas oito áreas, em todas os tipos, exceto o viário, **são maiores do que a média registada por ocorrência no contexto geral do espaço público do concelho** (Fig. 228) (Fig. 229) (Fig.92). Aliás, à exceção do tipo **praça**, nenhuma das ocorrências de todos os tipos de espaço público não viários existentes é a maior do seu tipo em absoluto, contudo, são das maiores, em termos relativos. Este dado é extraordinariamente importante, porque indica a importância destas áreas para a produção do espaço público de vários tipos, numa mesma intervenção, considerando ainda que, e apesar da predominância do tipo viário, estas se encontrem em adjacência. Conforme verificámos na macroanálise, são também em três destas áreas que se concentram as maiores adjacências registadas – Cabo-Mor, Maravodi e Vila D’Este, sendo que uma quarta integra a área da Afurada – Simopre. Assim, e apesar da Afurada registar a menor proporção relativa de espaços públicos não viários, contém das maiores ocorrências do tipo **mistos, praceta e terreiro**, integrados em edificação de alta densidade, como é o caso da Simopre, do edifício Eça e dos edifícios na Rua do Espinheiro.

Do ponto de vista da **análise axial**, verificamos que a produção de eixos tem uma média de cerca de **43 eixos por caso de estudo**, mas é na **Afurada** que se regista o maior número, seguida de **Vila D’Este, do Liceu, de Cabo-Mor e de Maravodi, do Cedro, da Quinta das Camélias e do Centro Cívico** (Fig. 226) (Fig. 227) (Fig. 228) (Fig. 229). Já no que resulta da sua soma, a ordem é igual, exceto Maravodi, que surge em quarto lugar, antes de Cabo-Mor. Isto significa uma dimensão maior do total do comprimento dos eixos naquela área, justificável pela introdução de ruas que estabelecem, por si só, ligações mais longínquas. Se tivermos em conta a média do comprimento por eixo em cada área, verificamos que, excluindo a Afurada (pela razão óbvia de conter troços autoestradais) o Cedro, o Liceu, Vila D’Este e Maravodi são as que apresentam valores mais altos (Fig. 230) (Fig. 231) (Fig. 232). Isto pode significar uma condição topológica potencialmente melhor nestas quatro áreas.

As ruas sem saída são **44**, ou seja, representam, estas oito áreas, **12,7%** do total de ruas sem saída no total de eixos aí existentes, um valor muito abaixo da proporção concelhia, que é de **20,8%** (Fig. 233). Ou seja, se em cada quatro eixos, um representa uma rua sem saída, metade destas áreas não contribuem decididamente para essa situação (Fig. 234). A **Afurada** é a que tem o maior valor absoluto de número de ruas sem saída, mas não o relativo. Em proporção aos eixos existentes, Vila D’Este e a **Quinta das Camélias** apresentam **maiores valores**.

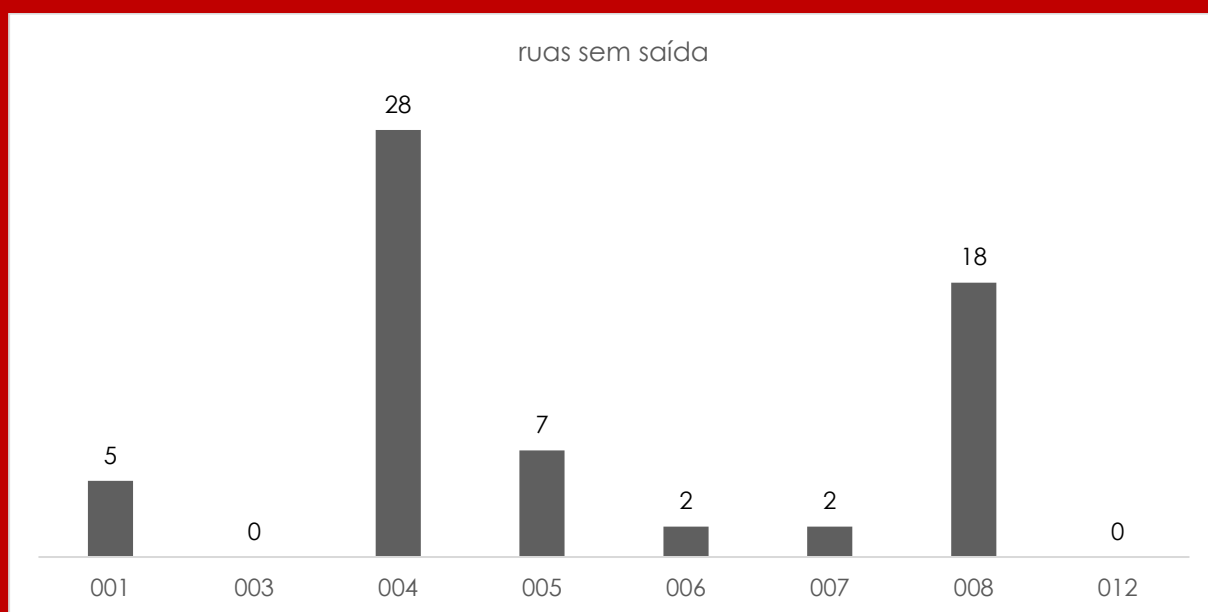


Fig. 233 Contabilização de ruas sem saída, nas oito áreas.  
Fonte: Realização da Autora.



Fig. 234 Rácio de número de ruas sem saída por eixo, nas oito áreas.  
Fonte: Realização da Autora.

Segue-se a Afurada, com cerca de **18,9%**, o Liceu, com cerca de **16,7%**, e Cabo-Mor, com cerca de **14,3%**. Abaixo da média encontramos o Cedro, Maravodi, Vila D’Este e Centro Cívico. No total, as ruas sem saída, existentes nestas oito áreas, representam apenas **2,1%** do total concelhio de ruas sem saída.

Podemos ainda referir as áreas e o período em que surgiram mais eixos. Se **Cabo-Mor** e **Cedro** têm o maior incremento no primeiro período, **Vila D’Este** e **Centro Cívico** têm-no no período de 1975 a 1997. As restantes áreas têm um decréscimo relativamente ao primeiro período, onde já existia o maior número de eixos e soma de comprimentos (Fig. 233). É o caso da área da Afurada, do Liceu, de Maravodi e do Centro Cívico. Isto evidencia o contexto preexistente destas áreas, relativamente às outras, onde as intervenções se fizeram sem que houvesse alguma estrutura primitiva.

Cinco dos casos apresentam alinhamentos variados, exceto o Cedro e o Centro Cívico, com alinhamentos especificamente definidos.

O revestimento dominante é o betuminoso. Segue-lhe o solo, existente em seis destas, o cubo, existente em cinco áreas, a betonilha (passeios), existente em quatro áreas, e a pedra, existente em apenas duas. A Quinta das Camélias apresenta cinco materiais diferentes. O Liceu e Maravodi apresentam quatro. Cabo-Mor, Centro Cívico e Vila D’Este apresentam três. O Cedro apresenta dois e a Afurada maioritariamente betuminoso e calçada.

Quanto aos elementos localizados em espaço público, e previstos em plano, apenas o **Liceu** contém árvores, fontes, bancos, elementos artísticos, elementos honoríficos, elementos de engenharia ou obras de arte. Em nenhuma das áreas existem elementos classificados ou de relevância patrimonial, à exceção do Liceu, com a instalação de “**motivo escultórico**” no Jardim da Biblioteca datada de 1979<sup>619</sup>. De salientar a existência de postos de transformação, nomeadamente no Cedro e no Liceu. As árvores só são comuns a **seis** destas áreas, não se registando no caso da Quinta das Camélias e do Centro Cívico. Os bancos são uma realidade recente, e apenas uma área não dispõe de nenhum (Cabo-Mor). Ressalvamos o fato de nesta área existir próxima a praça não contabilizada pelo levantamento de espaço público realizado pela CMVNG, e o Jardim Soares dos Reis, ambos com bancos distribuídos. As fontes ou bebedouros existem em três das áreas, nomeadamente Cabo-Mor, Liceu e Centro Cívico.

Destacamos o fato de Vila D’Este possuir edifícios próprios para a distribuição centralizada da correspondência, previstos no plano de urbanização.

---

<sup>619</sup> AMSMB, ID216185.



001



003

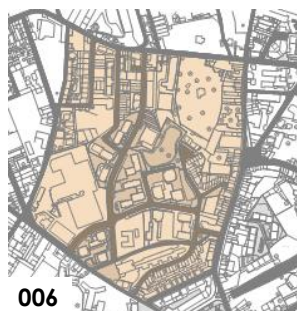


004



005

0 100 200 300  
metros



006



007



008



012

Fig. 235 Planimetria das oito áreas selecionadas. Orientação a norte, conforme norma.  
Fonte: Realização da Autora, segundo cartografia digital cedida pela GAIURB.



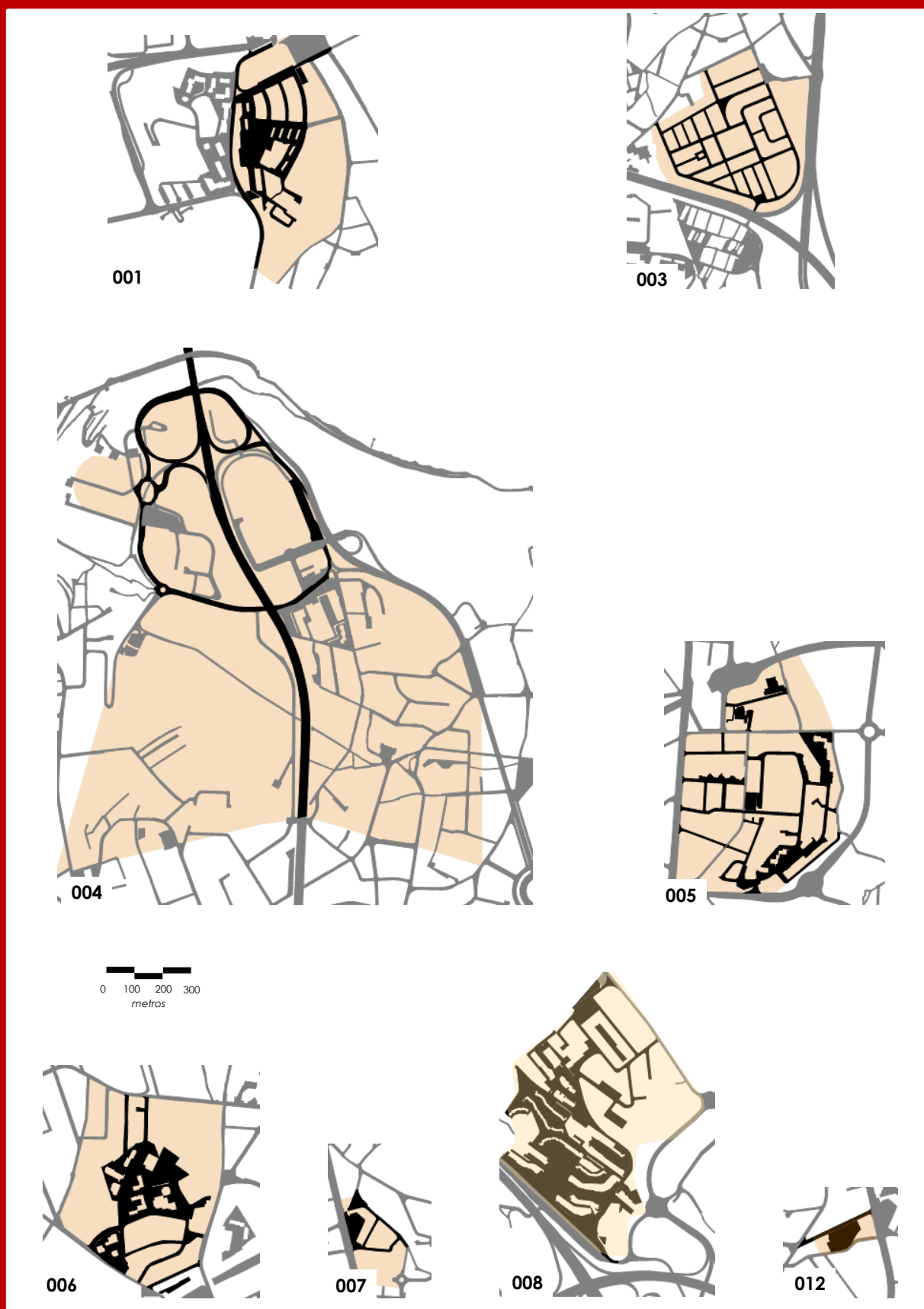


Fig. 236 Planimetria do espaço público total, nas oito áreas.  
Fonte: Realização da Autora.

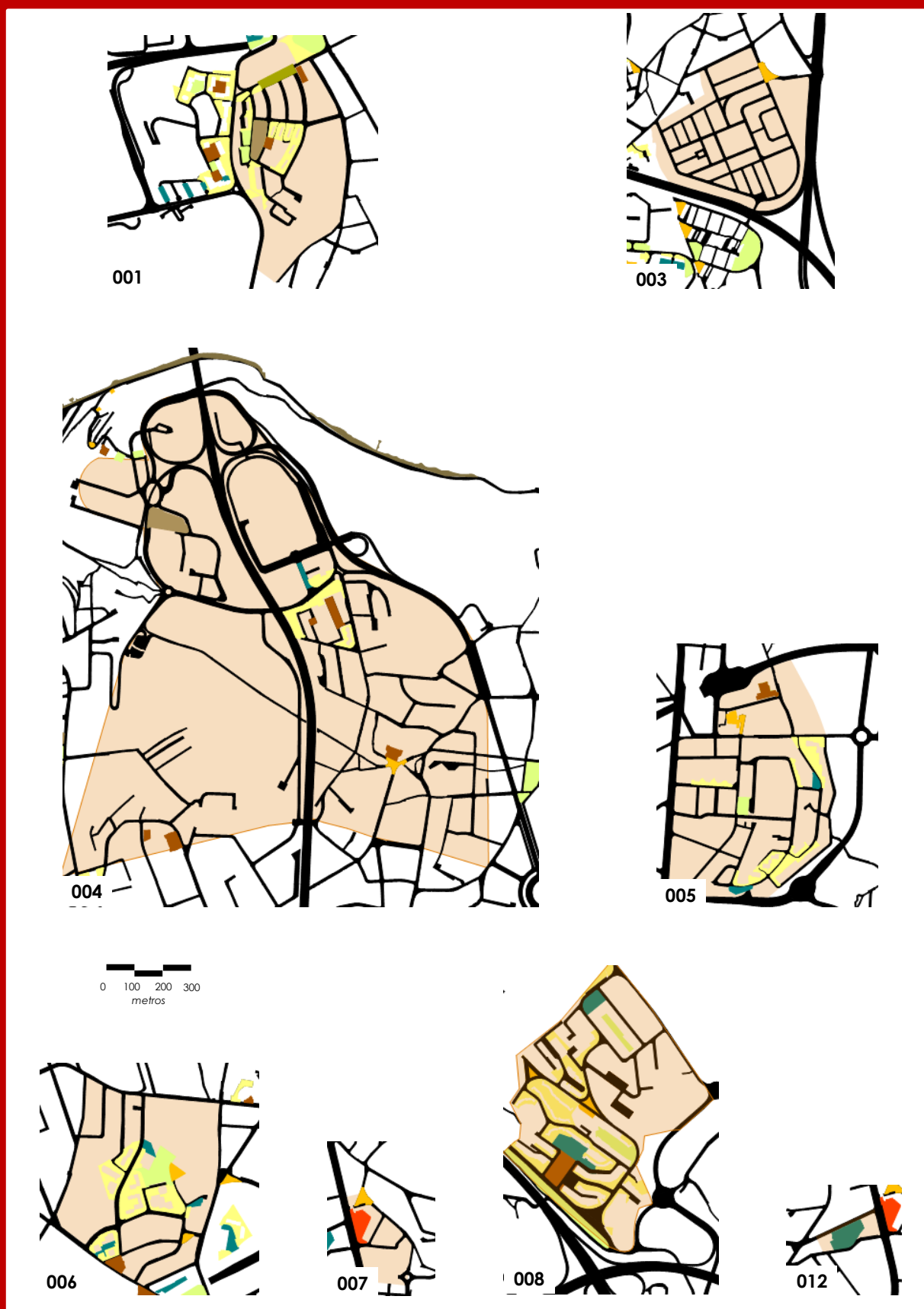


Fig. 237 Planimetria das oito áreas selecionadas, por tipo de espaço público. Orientação a norte, conforme norma. Legenda semelhante à da Fig. 88.  
 Fonte: Realização da Autora, segundo cartografia digital cedida pela GAIURB.



## Edificado

No conjunto das oito áreas (Fig. 235), temos uma média de número de pisos de seis a sete. Mas no que toca ao máximo o valor sobe para dez a onze, e no mínimo temos uma média de dois pisos. A área que apresenta edifícios com menos pisos é Cabo-Mor, entre os cinco e os dois, apesar de na Afurada existir edificado de um piso, nas áreas mais primitivas ou mesmo naquelas que foram edificadas na década de sessenta. Ainda assim, quase todas as áreas contêm edifícios com um piso, exceto Vila D'Este, que tem um mínimo de oito pisos para edifícios habitacionais e de dois pisos para equipamentos. A cércea destes varia de três a cerca de quarenta metros, existindo um grande desvio em todas as áreas relativamente à altura e volumetria dos edifícios. Quer isto dizer que todas as áreas integram edifícios de menor dimensão e edifícios de maior dimensão e área bruta construída, inclusive de equipamentos municipais. Significa, também, que as áreas analisadas sofreram uma transformação, via plano, de densificação construtiva, especialmente seguindo uma tendência de aumento da cércea nas áreas pertencentes ao final do primeiro período, e início do segundo, ou seja, entre 1970 e 1997. Posteriormente, verificamos uma descida das cérceas, revelando a regulação introduzida pelo PDM.

O uso dominante em todas as áreas é a habitação. Seguido de comércio e equipamentos escolares, que existem em todas as áreas, exceto na Quinta das Camélias. Os serviços também são transversais, mas em quantidade inferior. Nenhuma contém indústria. Apenas Cabo-Mor, Afurada e Vila D'Este apresentam edifícios de promoção pública da habitação. As tipologias edificadas dominantes são o bloco e a edificação à face de rua, que verificamos existir em seis das áreas. A torre surge em cinco das áreas. A frente de rua, com afastamento regular é também quase tão frequente em Cabo-Mor e Cedro. A Afurada é a área que contém mais diversidade tipológica, justificável pela dimensão e por abranger áreas de diferentes contextos morfológicos, a par do Liceu. Sublinhamos que em **Maravodi**, e via plano, foi apenas considerada a tipologia torre, ainda que existam tipologias de bloco nas operações de edificação mais recentes. Por outro lado, o **Centro Cívico** contém apenas tipologia de edificação à face de rua, apresentando consolidação dos lotes. Sublinhamos o fato de ser também nas áreas com a prevalência da tipologia torre e, em menor número, da tipologia bloco que verificamos uma maior proporção entre espaço público existente e espaço público proposto, além de esse mesmo espaço público conter mais tipos diferentes, nomeadamente com jardim ou áreas arborizadas. Ou seja, a volumetria do espaço público é superior à volumetria do espaço construído, mesmo considerando a volumetria do espaço livre privado. Esta situação acontece em Vila D'Este, Maravodi, Cabo-Mor, Centro Cívico e muito especificamente na Simopre da Afurada.

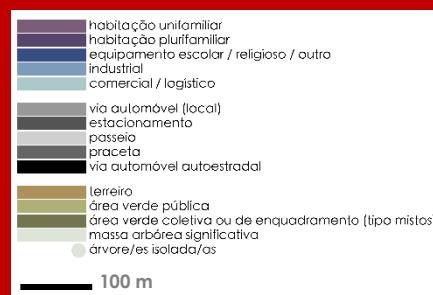


Fig. 238 Planta síntese de espaço público e edificado, segundo as funções e tipos identificados em legenda, para a área ID 001, Cabo-Mor.

Fonte: Realização da Autora.

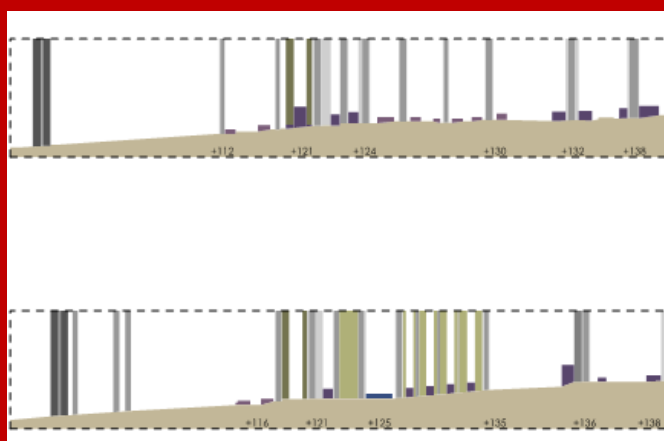


Fig. 239 Cortes síntese com a marcação do volume de espaço público, segundo as funções e tipos identificados em legenda. Identificados em planta síntese.

Fonte: Realização da Autora.

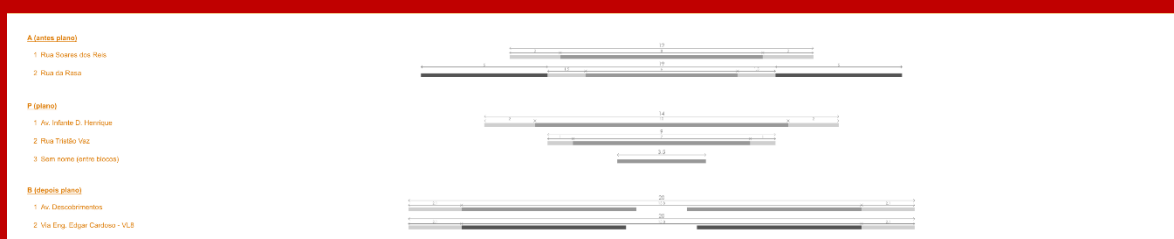


Fig. 240 Perfis das vias seleccionadas e identificadas em planta síntese.

Fonte: Realização da Autora.



Fig. 241 Planta síntese de espaço público e edificado, segundo as funções e tipos identificados em legenda, para a área ID 003, Cedro.  
Fonte: Realização da Autora.

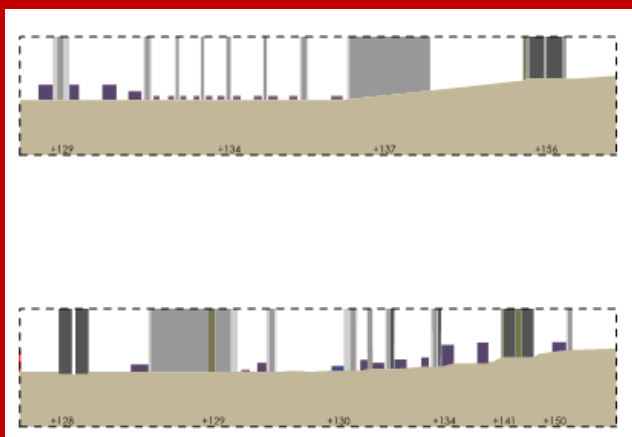


Fig. 242 Cortes síntese com a marcação do volume de espaço público, segundo as funções e tipos identificados em legenda. Identificados em planta síntese.  
Fonte: Realização da Autora.



Fig. 243 Perfis das vias seleccionadas e identificadas em planta síntese.  
Fonte: Realização da Autora.



Fig. 244 Planta síntese de espaço público e edificado, segundo as funções e tipos identificados em legenda, para a área ID 004, Afurada.  
Fonte: Realização da Autora.

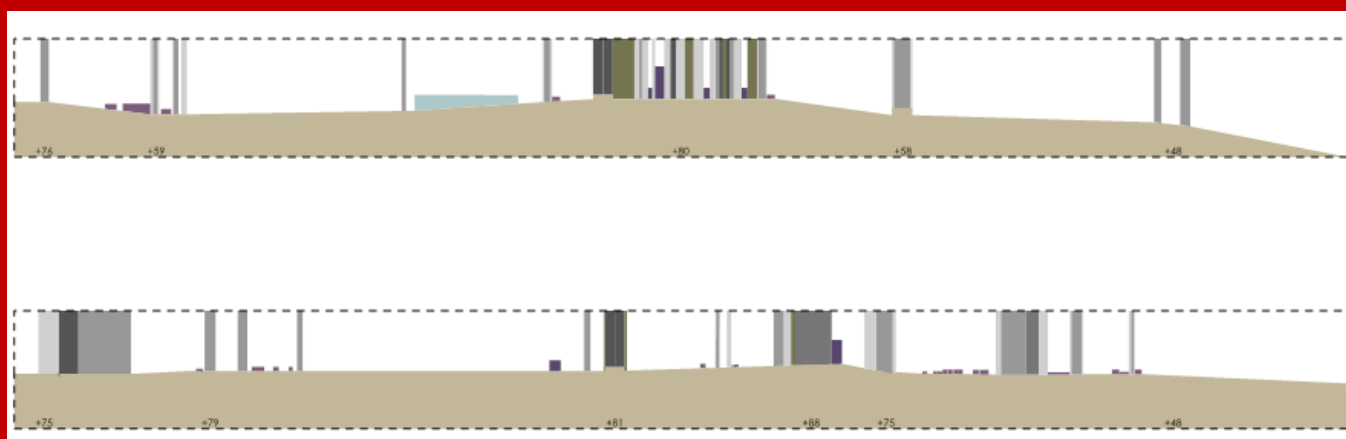


Fig. 245 Cortes síntese com a marcação do volume de espaço público, segundo as funções e tipos identificados em legenda. Identificados em planta síntese.  
Fonte: Realização da Autora.

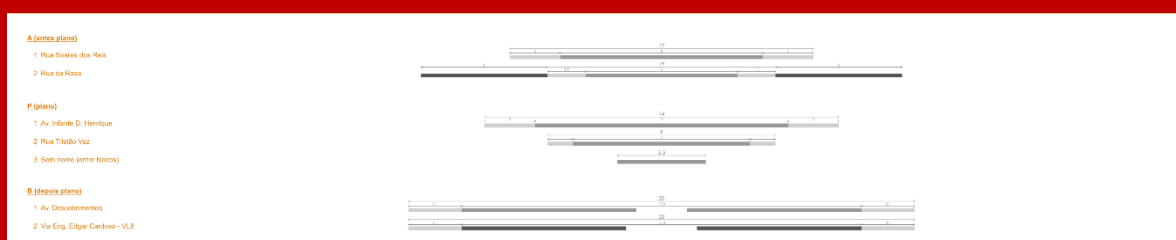


Fig. 246 Perfis das vias seleccionadas e identificadas em planta síntese.  
Fonte: Realização da Autora.



Fig. 247 Planta síntese de espaço público e edificado, segundo as funções e tipos identificados em legenda, para a área ID 005, Liceu.  
Fonte: Realização da Autora.

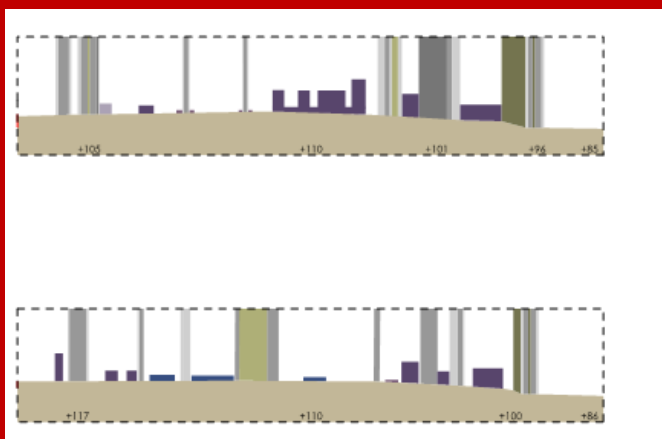


Fig. 248 Cortes síntese com a marcação do volume de espaço público, segundo as funções e tipos identificados em legenda. Identificados em planta síntese.  
Fonte: Realização da Autora.



Fig. 249 Perfis das vias selecionadas e identificadas em planta síntese.  
Fonte: Realização da Autora.





Fig. 250 Planta síntese de espaço público e edificado, segundo as funções e tipos identificados em legenda, para a área ID 006, Maravodi.  
Fonte: Realização da Autora.

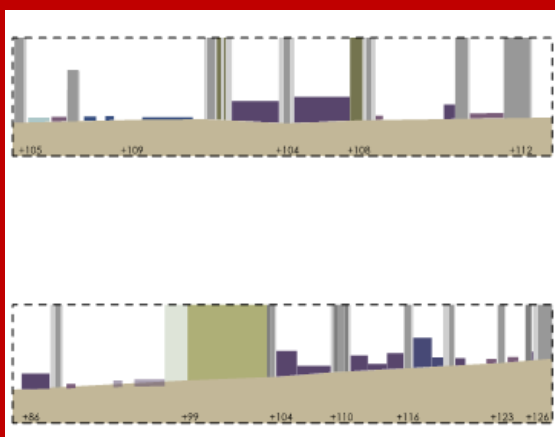


Fig. 251 Cortes síntese com a marcação do volume de espaço público, segundo as funções e tipos identificados em legenda. Identificados em planta síntese.  
Fonte: Realização da Autora.



Fig. 252 Perfis das vias seleccionadas e identificadas em planta síntese.  
Fonte: Realização da Autora.



Fig. 253 Planta síntese de espaço público e edificado, segundo as funções e tipos identificados em legenda, para a área ID 007, Quinta das Camélias.  
Fonte: Realização da Autora.

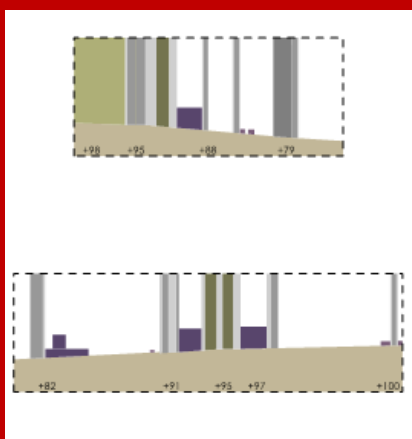


Fig. 254 Cortes síntese com a marcação do volume de espaço público, segundo as funções e tipos identificados em planta síntese.  
Fonte: Realização da Autora.



Fig. 255 Perfis das vias seleccionadas e identificadas em planta síntese.  
Fonte: Realização da Autora.





Fig. 256 Planta síntese de espaço público e edificado, segundo as funções e tipos identificados em legenda, para a área ID 008, Vila D'Este.  
Fonte: Realização da Autora.

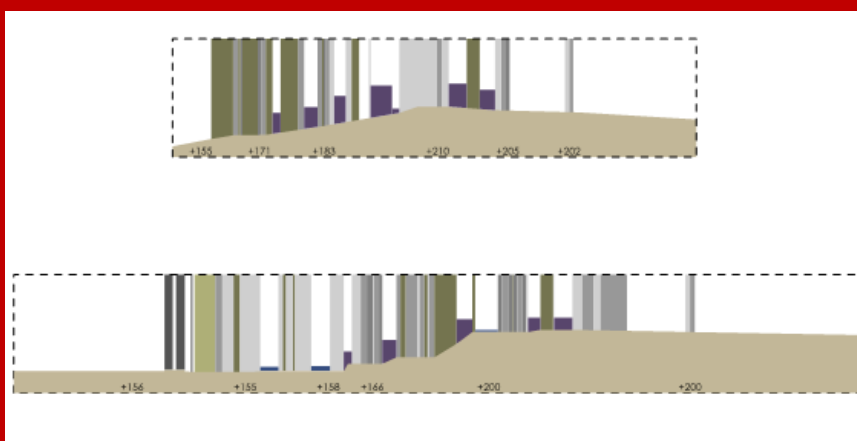


Fig. 257 Cortes síntese com a marcação do volume de espaço público, segundo as funções e tipos identificados em legenda. Identificados em planta síntese.  
Fonte: Realização da Autora.



Fig. 258 Perfis das vias seleccionadas e identificadas em planta síntese.  
Fonte: Realização da Autora.



Fig. 259 Planta síntese de espaço público e edificado, segundo as funções e tipos identificados em legenda, para a área ID 012, Centro Cívico.  
Fonte: Realização da Autora.

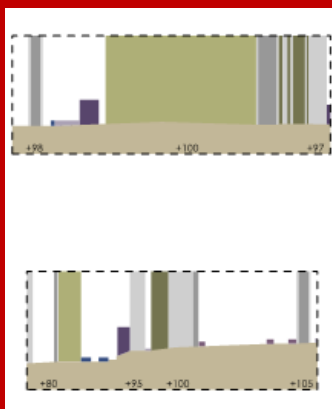


Fig. 260 Cortes síntese com a marcação do volume de espaço público, segundo as funções e tipos identificados em legenda. Identificados em planta síntese.  
Fonte: Realização da Autora.

## Perfil Funcional

Ainda que não contemplado no levantamento de espaço público realizado pela CMVNG, e considerando que a existência do mesmo possa ser resultado de intervenções muito recentes, o perfil funcional do espaço público é maioritariamente definido pela faixa de rodagem, com passeio, eventualmente passeio duplo. Nas áreas analisadas (Fig. 239 a 259), existe passeio contínuo em pelo menos um dos lados, sendo que Cabo-Mor é a única que apresenta passeio duplo em todas as vias. No Cedro existem faixas de rodagem sem passeio, com dimensão para apenas um automóvel. O mesmo se passa na Afurada, que apesar de possuir a maior proporção de espaço público viário contém várias vias sem passeio definido, ou se definido, não contínuo. Também aqui a faixa de rodagem é heterogénea na dimensão e nos materiais de revestimento. É também aqui que verificamos a maior quantidade de descontinuidade funcional, uma vez que os diferentes perfis existentes não estão compatibilizados, estão incompletos e denotam uma inexistente manutenção municipal, nomeadamente aqueles que pertencem a vias que se afastam das ruas complementares e têm natureza de provimento local. Esta situação pode ser confirmada na vertente poente da Afurada, nomeadamente no limite com a freguesia de Canidelo. O **Liceu**, **Maravodi** e **Vila D'Este** são as áreas que apresentam maior homogeneidade no perfil funcional, nomeadamente porque contêm, além da definição material de faixa de rodagem com passeio, contêm também vias de utilização pedonal, previstas em plano.

Apenas quatro destas áreas contêm estacionamento relevante definido materialmente – **Cabo-Mor**, **Liceu**, **Maravodi** e **Vila D'Este**. As restantes contêm áreas de estacionamento avulso, exceto no caso da Afurada, onde foi definida uma área específica de estacionamento pelo projeto de loteamento. Contudo, sublinhamos o fato de as vias previstas em plano naquelas quatro áreas terem sido definidas em função de uma previsão da taxa de motorização e da possibilidade de estacionamento no espaço público, conformando o perfil funcional do espaço público nesse sentido, nomeadamente com baías de estacionamento e arborização.

Os limites que definem o espaço público são muito variáveis, mas o elemento limite mais constante é o muro de delimitação do lote, que podemos verificar em cinco das oito áreas. Além deste, a diferenciação de pavimento e cota de pavimento marca o limite entre espaços públicos de espaços coletivos ou privados de uso público, acompanhado de pinos para impedir a usurpação pelo uso do automóvel. É o caso do Liceu e de Maravodi. Podemos verificar que existem diferenças topográficas que obrigam ao tratamento de socacos, barreiras e desníveis, que não foram considerados no caso da Afurada. Liceu, Maravodi e Vila D'Este apresentam soluções em plano prevendo esta situação. A recente introdução de túneis na área do Liceu não

considerou da mesma forma os limites de proteção e as áreas imediatamente resultantes. Da mesma forma, na edificação na proximidade da A1 não foi considerado nenhum afastamento que pudesse permitir futuras alterações do perfil funcional. Ou seja, a delimitação das áreas de espaço público resultantes do plano foi prejudicada pelas intervenções mais recentes, na maioria das áreas, ainda que em alguns casos (Afurada) a condição primitiva tenha contribuído para esse agravamento. Não existe nenhuma área cuja área de espaço público se apresente definida homogeneamente do ponto de vista dos limites executados, tendo em conta o estado atual, relativamente à situação proposta em plano. Mesmo em Maravodi e no Liceu podemos encontrar algumas situações de sobreposição de limites cadastrais sobre o espaço público existente, prejudicando ora a sua continuidade formal, ora a material. Sublinhamos o caso de Vila D'Este e da Simopre (Afurada) como os únicos que conservam fronteiras de espaço público que não impedem a utilização integral dos espaços coletivos ou privados de usos coletivo. Sublinhamos ainda a inexistência de qualquer tratamento especial do pavimento ou de arborização nestas áreas, que, contendo-as, são em menor e localizada existência.

A modalidade principal em todas as áreas é a rodoviária, seguida da pedonal. Quase todas as áreas contêm algum espaço de estar ou área que permite a permanência humana, pela seguinte ordem de grandeza – Vila D'Este, Maravodi, Liceu, Afurada (Simopre e Afurada de Baixo), Quinta das Camélias, Centro Cívico, Cabo-Mor e Cedro. Cabo-Mor não continha, dentro da área analisada, nenhuma área de permanência, ainda que existam áreas com esse potencial, ou proximidade imediata, ainda que não tenha sido considerado em plano. O estacionamento é predominante em Cabo-Mor, Cedro, Liceu e Maravodi, ainda que seis destas áreas contenham espaços especificamente vocacionados, como Vila D'Este.

## REGULAÇÃO

### Contexto Jurídico

Do ponto de vista da regulação podemos verificar que o contexto jurídico que deu origem aos planos que promoveram a execução destas áreas são distintas. Podemos organizar as áreas por grupos específicos de planeamento, sintetizando os princípios aí patentes.

**Cabo-Mor, Afurada, Liceu, Maravodi e Vila D'Este** pertencem ao grupo de planos promovidos municipalmente, num primeiro momento, segundo planos de urbanização, parciais, enquadrados nos planos regionais previstos – APRP, Plano Regional de 1963 e Plano Regulador de 1967.

Cabo-Mor foi o primeiro plano, contemporâneo do PGU, e o que sofreu maiores alterações ao longo do tempo, inclusive porque a primeira proposta apresentada por Losa foi abandonada, tendo sido dada continuidade à proposta desenvolvida pelo próprio Gabinete de Urbanização, iniciado em 1953. O plano sofreu alterações em 1953, em 1966 e um aditamento em 1969. Assim, o que começou por ser um plano particularmente destinado à urbanização de uma área adquirida para edificação de habitação em alta densidade, foi posteriormente alterado até à solução atual, que tem algumas semelhanças com o aditamento de 1969. Do ponto de vista da regulação do espaço público podemos verificar que a sua condição estava já determinada anteriormente, pelo menos no que diz respeito à área norte da intervenção, em 1966. As ruas estruturais estavam já delimitadas. Na área central a sul, prevista ser libertada com torres de até sete pisos, rodeadas de área pública, não foi executada nenhuma intervenção. A área sul, destinada a habitação individual agrupada em banda, também não foi executada. Assim, entre a área norte de Cabo-Mor e a Rua da Rasa podemos verificar a heterogeneidade e multiplicação das vias existentes, bem como a dificuldade em vencer cotas, com as mesmas ruas a terminar em barreiras. Esta situação tinha precisamente sido prevista no plano, com a implantação de torres na zona de maior declive, e com uma via circundante às curvas de nível, que se pode verificar no aditamento de 1969, tanto na peça escrita, como na planta que o acompanha. Também pelo aditamento se confirma a necessidade de definir áreas de estacionamento, inclusive privativas. A manutenção do pinhal existente a poente era uma necessidade premente do plano, bem como a distribuição viária no perímetro da área, conservando o caráter residencial da zona. Em suma, pretendia-se usar de tipologias várias para estabelecer uma forma de urbanização que permitisse estabelecer ligações viárias com as ruas existentes, nomeadamente com a Rua da Rasa e a Avenida Nuno Alvares, permitindo a utilização interna da área, com áreas de praça e percursos pedonais, especialmente equipada de escolas de vários níveis. O que não invalidava a hierarquização das vias introduzidas com a diferenciação dos

respetivos perfis, questão aprofundadamente descrita e desenhada. Finalmente, seria Cabo-Mor uma nova área de concentração populacional, no limite de uma expansão urbana que se programava acontecer, especialmente com a implantação da A1, que, entretanto, se verificou.

A Afurada estava precisamente afeta a uma reorganização socioeconómica que o plano do APUPA esclarece declaradamente. A organização do território daquele planalto, ainda livre de edificação na sua maioria, permitiria estabelecer unidades residenciais particularmente direccionadas para uma nova classe média trabalhadora no setor terciário. Feita uma análise à condição laboral da população nos lugares da Afurada, Candal, Sampaio, Alumiara, Meiral, Paço, Paniceiro, Viso, Verdinho, Coimbrões e Castelo, o plano propunha introduzir vias estruturantes que envolviam o planalto, estabelecendo comunicação destas populações com as áreas industriais ali localizadas, sob uma nova hierarquia que continha um nível regional e interconcelhio. Já neste plano se referia a existência de várias ruas sem saída de serventia particular. A reorganização da população e da produção económica no concelho estava especialmente direccionada para esta área, onde se verificava um incremento populacional e de fogos indicativo. Mas essa reorganização pretendia-se realizar através da concentração construtiva, propondo a densificação populacional na parte alta da Afurada, contornando as áreas edificadas de baixa densidade e criando áreas livres de espaçamento entre as diferentes áreas morfológicas, se quisermos. A regulação das vias demonstra a atenção particular à circulação viária autoestradal e ao estacionamento, a par da pedonalização, especialmente no que se refere à circulação das crianças. A utilização do espaço público seria facilitada pela arborização, espaços de estar e paragens protegidas. Mas não foi o que foi executado. A ponte foi inaugurada em 1963, com acessos regularizados apenas em 1967, e toda a futura intervenção deu-se segundo operações particulares de loteamento e emparcelamento. Simopre é uma exceção naquele território, executada num momento histórico particular do planeamento urbanístico e da promoção privada da habitação social, a par de Vila D'Este, nomeadamente com a publicação do regime jurídico dos contratos de desenvolvimento para a habitação, em 1977<sup>620</sup>, pouco antes da extinção do FFH. Aqui, a produção de espaço público foi promovida não tendo apenas em conta a regulação viária, mas a necessidade de estabelecer novas áreas de comércio e serviços, especialmente dirigidos para os habitantes.

---

<sup>620</sup> Diz o artigo 1º do dL nº 412-A/77: "O Fundo de Fomento da Habitação (FFH), a Caixa Geral de Depósitos, a Companhia Geral do Crédito Predial Português e a Caixa Económica de Lisboa - Montepio Geral poderão celebrar com quaisquer entidades que se dediquem à construção civil contratos para a execução de projectos específicos ou para reorganização e expansão de actividades visando a construção de habitações sociais e equipamentos colectivos ou a produção de componentes e materiais que a eles principalmente se destinem, em contrapartida de benefícios que nos referidos contratos se estipulem, de entre os que se prevêem neste diploma."

A situação histórica do planeamento nas áreas do Liceu e de Maravodi, apesar corresponder a promoção municipal, é significativamente diferente das anteriores, uma vez que as áreas de espaço público já foram executadas aquando da liberalização do loteamento em Portugal. Isto significava uma dificuldade acrescida do município em realizar totalmente a urbanização que acompanha a edificação, na medida em que deixa de cobrar as mais-valias necessárias à execução do espaço público e dos equipamentos coletivos. Contudo, considerando a precedência do plano, inclusive por exigência de desenvolvimento do estudo preliminar pela DGSU, e de financiamento participado pelo estado na realização das infraestruturas, o espaço público da área do Liceu ficou conforme estabelecido em plano, dentro do primeiro limite estabelecido pela intervenção. Em Maravodi, o papel da CMVNG foi de obrigar à manutenção das áreas verdes existentes e de execução da variante à Rua da Rasa, estabelecendo percursos em galeria comercial. As mais-valias seriam oportunamente estudadas, de forma a financiar a produção do espaço público. Quanto a esta área apenas conhecemos os loteamentos entretanto apresentados, nos quais é possível verificar a proposta de espaços públicos, seguindo uma lógica de alta densidade construtiva e de oferta de habitação para grupos socioeconómicos médios e superiores, sendo que o perfilamento dos espaços públicos foi dirigido para integrar estacionamento automóvel privativo e exterior, e permitir áreas de estar entre os edifícios, nomeadamente com áreas de jardim e de enquadramento. Podemos afirmá-lo também na medida em que tanto os tipos de revestimento como as dimensões dos espaços privados são superiores àquelas consideradas no APUPA, por exemplo, indicando uma mudança no público alvo da promoção da edificação que aqui se pretendia levar a cabo. Assim, temos uma promoção particular que, em consonância com as exigências camarárias e seguindo a integração na estrutura viária prévia, nomeadamente com a implantação da via prevista em plano parcial, concebe a prioridade dos espaços públicos e dos espaços coletivos afetos à edificação na valorização económica da mesma.

Vila D'Este é uma área de intervenção tardia, relativamente ao início do processo de planeamento operado pela CMVNG. Com a falência da construtora Niassa, parte dos fogos ali construídos foram ocupados, adquiridos pela edilidade ou pelos credores. Contudo, em 1988, segundo ortofotomapa, estavam definidos os espaços públicos conforme o loteamento de 1979, mas o seu tratamento viria a prolongar-se até ao início do século XXI, nomeadamente com a arborização e plantação das áreas ajardinadas<sup>621</sup>. Os espaços públicos de fato foram quase na

---

<sup>621</sup> "Paralelamente, a Câmara Municipal detetou um conjunto de incompatibilidades que afetavam o espaço público e que urgia resolver, não só pela melhoria da qualidade urbana e ambiental mas, principalmente, social. Foi elaborado o projeto de Arranjos Exteriores para promover a requalificação



sua totalidade realizados conforme prescrito no primeiro antepiano de urbanização, apesar da condição material destes ter sido sujeita a diferentes intervenções até à mais recente com início em 2008.

O Centro Cívico é resultado do primeiro plano de pormenor, depois do estabelecimento da autonomia municipal e anterior à publicação do primeiro PDM. Este plano propunha-se especificamente a tornar público ou de usufruto público a área imediatamente a sul do edifício da CMVNG. Desta feita, e alcançada a negociação com os particulares, a área ocupada por edificação e os jardins dos palacetes foi transformada em solo em regime de direito público, sendo que os arruamentos a executar ficariam sujeitos a utilização de arruamentos públicos. A execução posterior do projeto da praça municipal expandiu a área pública envolvente. Aqui, a necessidade de regulação do dimensionamento do espaço público só poderia ser feita tendo em conta as alterações de perfil funcional da Avenida Alvares Cabral e do reperfilamento da Avenida para a implantação do metro. Assim, podemos dizer que o plano foi estabelecido especificamente para alterações jurídicas de regime e dominialidade, não prevendo um projeto específico de espaço público para aquela área, nem nenhuma obrigatoriedade de diminuir índices de ocupação ou de perfilamento. Acresce a dominialidade do metro afeta à Avenida.

Podemos dizer que, a execução dos espaços públicos existentes nas áreas afetas aos instrumentos de planeamento resultou efetivamente dos mesmos, combinados com a regulação viária. Mas a sua condição regulamentar foi sendo alterada, não apenas por limitações cadastrais, mas também por inexistência de uma relação institucional e disciplinar na integração das áreas afetas a cada tipologia de espaço público. Podemos precisamente verificar estas situações de desconformidade com o plano e com a regulação coeva na dominialidade.

Todas as áreas de espaço público, mesmo maioritariamente afetas a dominialidade municipal, integram ou são adjacentes de áreas sob dominialidade estatal ou setorial. Afurada, Liceu, Camélias, Vila D'Este e Centro Cívico contém áreas afetas a servidão, ou que se encontram próximas de áreas de servidão, especialmente as que se relacionam com outros espaços públicos. Afurada e Liceu são as que apresentam situações mais graves do ponto de vista da conformidade regulamentar, nomeadamente a propósito da dominialidade setorial e da servidão imposta aos territórios adjacentes das autoestradas e respetivos acessos. Assim, em momentos históricos diferentes, temos o cumprimento coevo da regulação afeta a cada área de

---

do espaço público, com orientações para a criação de soluções de repavimentação, recuperação e criação de áreas de circulação pedonal, arborização e zonas verdes, iluminação pública, redesenho dos espaços envolventes aos edifícios e alteração do mobiliário urbano." In "A nova Vila D'Este", [www.cm-gaia.pt/fotos/editor2/a-nova-vila-deste.pdf](http://www.cm-gaia.pt/fotos/editor2/a-nova-vila-deste.pdf), em 28 de Junho de 2018.

espaço público, que se constituiu tendo em conta a obrigatoriedade das normas direcionadas exclusivamente para o estabelecimento de vias, mas que não são, entretanto, compatibilizadas entre si. Assim, e apesar de termos avaliado que a conformidade interna dos planos analisados é quase total, e maior do que a prevista, mesmo no que toca à obrigatoriedade de cedências, verificamos que as maiores desconformidades advêm da integração local, potenciadas pela dificuldade em estabelecer a dominialidade ou em programar a articulação. Resulta que, mesmo nas áreas onde verificamos um maior número de espaços públicos não viários, as áreas de espaço público destes que foram afetadas a servidão ou alteração de dominialidade passaram a estar em desconformidade, nomeadamente porque prejudicaram distanciamentos entre edificações, introduziram acentuados desníveis ou impediram a circulação ao nível local (pedonal e rodoviária). Quer isto dizer que, não só verificamos incompatibilidade regulamentar dentro do próprio enquadramento jurídico, como verificamos uma ausência de instrumentos de planeamento para colmatar as irregularidades introduzidas nos espaços públicos existentes, pelos projetos subsequentes. Existe, pois, uma diferente hierárquica de princípios afetos a cada tipologia de espaço público, que não sendo compatibilizada, resulta na desconformidade regulamentar entre intervenções e na descontinuidade do perfil funcional dos espaços públicos existentes. É o caso da introdução da VL9 e da A44 na área do Liceu, ou ainda da A44 na zona de Cabo-Mor, e da VL8 em Canidelo. Nestas três situações, que dizem respeito às áreas analisadas por nós, verificamos o prejuízo dos diplomas mais antigos da edificação, como seja o RGEU, bem como a incompatibilização dos limites cadastrais com a proposta do plano.

## **GESTÃO**

### **Planeamento e Execução**

Do ponto de vista dos instrumentos de gestão territorial aplicáveis a estas áreas, o espaço público constitui uma prioridade explícita apenas para o Centro Cívico e a Avenida. Não é por acaso que só se faz referência ao mesmo em dezasseis situações no PDM, sendo que no mesmo não é clara a definição de espaços públicos, que podemos encontrar apenas no regulamento municipal de publicidade. Quer isto dizer que, e à exceção dos projetos municipais levados a cabo nas últimas décadas, os planos de urbanização e de pormenor existentes não se constituem na elaboração de estratégias globais dos espaços públicos concelhios, salvo aquelas contempladas de forma genérica nas UOPG ou UE. Quanto à execução dos espaços públicos, refere o artigo 37º do PDM que o município pode determinar a cedência, em casos legalmente previstos, de áreas necessárias à retificação de arruamentos, nada referindo sobre estratégias gerais de intervenção, nomeadamente nas áreas aqui analisadas, que comportam uma percentagem de população residente e que se encontram em área urbana. Sublinhamos a expansão do metro em VNG como uma das intervenções a ter efetividade num futuro próximo em parte das oito áreas analisadas (Vila D'Este) e é consentânea com a política nacional e regional de promoção da mobilidade coletiva. Assim, fora o prescrito nos IGT de carácter geral relativamente à obrigatoriedade de ceder as áreas destinadas a integrar os espaços públicos, estas estão dependentes das propostas particulares, bem como da sua morosidade e eficácia ao longo do tempo, já para não referir o carácter dúbio da sua dominialidade nos diplomas que as definem.

Esta situação revela um condicionamento da produção dos espaços públicos tanto à agenda das instituições não locais como à da dinâmica do mercado imobiliário e habitacional. Parece-nos existir, pois, uma contradição do efeito decorrente das políticas nacionais, metropolitanas e locais direcionadas para a mobilidade e acessibilidade, bem como de valorização e qualificação ambiental, que vêm sido integradas nos instrumentos de gestão locais, com a impossibilidade ou ausência de planeamento e execução dos espaços públicos nos instrumentos de planeamento locais. Especialmente num contexto de expansão da mobilidade interconcelhia e de desenvolvimento de projetos inclusivos e de promoção da mobilidade suave, que os vários relatórios, que deram sustentação técnica à revisão do PDM, apresentam. Mesmo considerando a proliferação da elaboração de instrumentos de gestão ao longo do concelho, e abrangendo o território mais distante das áreas urbanas e centrais, a gestão dos espaços públicos, na perspetiva do planeamento e execução programada, continua a ter efeitos localizados, dependentes de financiamento europeu e de elaboração de figuras jurídicas particularmente

assentes na reabilitação urbana. Esta realidade é contraditória das políticas integradas de desenvolvimento estratégico na AMP<sup>622</sup>, na medida em que o potencial funcional dos perfis viários existentes, bem como dos restantes espaços públicos, não é considerado num contexto global de mobilidade concelhia e interconcelhia, seja por não apresentar soluções alternativas e globais para modos suaves, seja por reduzir investimento em serviços coletivos fora da área urbana. Estas evidências são traduzíveis no conjunto de indicadores que analisámos para cada uma das áreas e que resumimos a seguir.

### **Indicadores**

Do ponto de vista da gestão urbanística interessa compreender, e depois de realizado o levantamento de diferentes indicadores, que a execução urbanística programada em VNG é uma realidade antecedente da sua contemplação nos IGT e na política territorial atual. Quer isto dizer que, ao incluir a diferenciação da gestão dentro do processo de planeamento estamos a assumir um desfasamento temporal no processo de planeamento que muitas vezes foi prejudicial na produção do espaço público. Assim, consideramos que, ao analisar os indicadores para as oito áreas, a programação da execução urbanística sofreu um revés, ao contrário daquilo que poderiam ou desejariam expressar os instrumentos de planeamento e de gestão.

O que os indicadores nos dizem é que em oito áreas analisadas apenas duas comportam mais do que três serviços públicos ou coletivos ali disponíveis – Afurada e Centro Cívico. O Cedro não apresenta nenhum serviço coletivo, ao tempo da nossa análise, exceto um edifício de natureza associativa local, com espaço público afeto. De sublinhar que, no caso da Afurada, parte destes serviços municipais ou estatais são efetivos no espaço comercial Arrábida Shopping, onde é possível reserva de acesso. Apenas três dispõem de posto da PSP e de posto dos CTT. Ao tempo desta análise, o posto dos CTT existente em Vila D’Este foi encerrado, sob reivindicação da população. No total temos 23 espaços dedicados a estes serviços, com uma média de cerca de três equipamentos por área analisada.

Todas as áreas são servidas de equipamentos coletivos, e especialmente escolares. A área com menos equipamentos ou nenhum é o Cedro. Vila D’Este, Liceu Afurada e Maravodi são as áreas que concentram mais equipamentos coletivos de natureza escolar, desportiva e cultural. Apenas Vila D’Este, Cedro e Liceu integram edifícios religiosos.

---

<sup>622</sup> “de modo a potenciar sinergias com o ordenamento e planeamento do território, a estratégia de mobilidade deverá ser representada por um conjunto coeso de propostas, capaz de agregar os diferentes subsistemas de transporte, numa ótica de integração, interoperabilidade e coerência, sem nunca perder de vista os objetivos fundamentais da eficiência do serviço e qualidade do ambiente urbano.” Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da AMP, Relatório Final, Março 2016, p.79.

Do ponto de vista dos transportes públicos apenas três destas oito áreas dispõem de mais do que duas linhas STCP, ainda que todas sejam servidas por linhas noturnas. Vila D'Este é a área com menor serviço de transporte coletivo STCP, não havendo indicação de outras operadoras nas paragens locais. De referir que o serviço de transportes rodoviários é imprescindível em áreas onde o espaço público tem características morfológicas impróprias para a circulação pedonal ou ciclável, como é o caso, dada a topografia. Assim, parece-nos insuficiente uma área com tão alta densidade populacional ter disponível apenas este serviço. No total contamos 58 serviços realizados por nove linhas de STCP diurnas e noturnas, mais um de metro, para o total das oito áreas (900, 901, 902, 903, 905, 906, 907, 10M, 12M), com uma média de sete serviços por cada uma. Também as linhas que servem estas áreas apresentam outra particularidade, que é o fato de todas fazerem passagem sobre o Rio Douro, e não existir nenhuma que seja interna ou opere para lá do limite urbano, onde se situa Vila D'Este. O número de paragens total é de 66, com uma média de oito paragens por área. A área com mais paragens é Afurada, com 27, contra três na Quinta das Camélias e Centro Cívico. Vila D'Este dispõe de apenas cinco. A maioria das paragens não são protegidas, e somente assinaladas.

O nível de infraestruturação é total nas oito áreas, exceto no que concerne à iluminação noturna. Registamos carência neste aspeto, especialmente em Vila D'Este, Liceu e Maravodi.

Apenas duas áreas estão inseridas em estrutura ecológica municipal – Liceu e Maravodi, e Afurada contém parte da mesma. Isto é indicativo da fraca relação entre as urbanizações aqui analisadas e a áreas verdes de equipamento ou áreas de verde urbano, e eventualmente das áreas verdes de enquadramento que as áreas de espaço público possam constituir. Esta situação não é considerada pelos IGT locais, nomeadamente no que se refere às áreas de Vila D'Este e Afurada. A par, apenas **Cabo-Mor** e **Vila D'Este** são consideradas, em parte, áreas do concelho permeáveis. Todas as restantes áreas são impermeáveis. Isto é indicativo da **baixa permeabilidade** destas urbanizações, considerando que as mesmas já pertencem a um tipo de urbanização com baixo índice de ocupação do solo, nomeadamente Maravodi, Cabo-Mor e o Liceu.

O nível de arborização é muito baixo em todas as áreas, mesmo naquelas onde houve uma plantação significativa – Cabo-Mor, Liceu e Vila D'Este, bem como a disponibilidade de áreas ajardinadas para usufruto pedonal. Neste ponto podemos ainda afirmar um desconhecimento efetivo do património natural arbóreo total, bem como a inexistência de uma classificação ou quantificação das árvores existentes no concelho, especialmente as que fazem parte do domínio público. Entre todas as áreas consideradas apenas duas não dispõem de massa arbórea significativa – Cabo-Mor e Quinta das Camélias. A plantação das áreas ajardinadas é

rara e pouco diversa. Apenas uma rua destas oito áreas é perfilada com linhas de árvores na sua totalidade – a VL8. Liceu, Maravodi e Simopre, na Afurada, são as únicas que dispõem de zonas de estar, com mobiliário urbano sob árvores. Vila D’Este tem esse potencial.

A água é um elemento raro, e apenas uma das áreas possui fonte ao ar-livre incorporada numa floreira ajardinada – Quinta das Camélias.

As áreas de jardim formais só existem no Liceu e na Afurada de Cima (Rua Mártir S. Sebastião). As áreas ajardinadas ou relvadas existem em todas as áreas, ainda que o seu tratamento seja menor na Afurada e Vila D’Este, nomeadamente com a delimitação de sebes arbustivas que limitam o seu uso e manutenção.

Nenhuma área contém elementos naturais ou culturais protegidos, exceto o monumento escultórico no Jardim da Biblioteca, no Liceu.

O mobiliário urbano é raro e consiste maioritariamente em bancos de betão isolados.

Não existe nenhuma área que contenha pista ciclável, interfaces modais suaves ou pontos de abastecimento elétrico.

O estacionamento é pago no Liceu e em Maravodi.

Apenas Simopre, na Afurada, e Vila D’Este dispõem de parque de recreio infantil exterior.

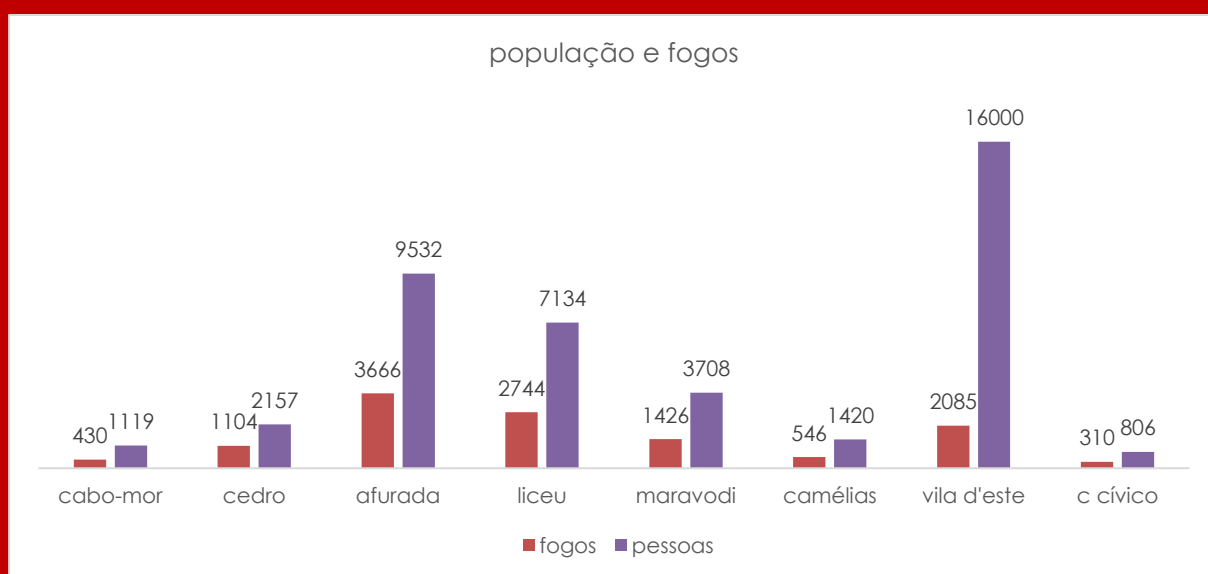
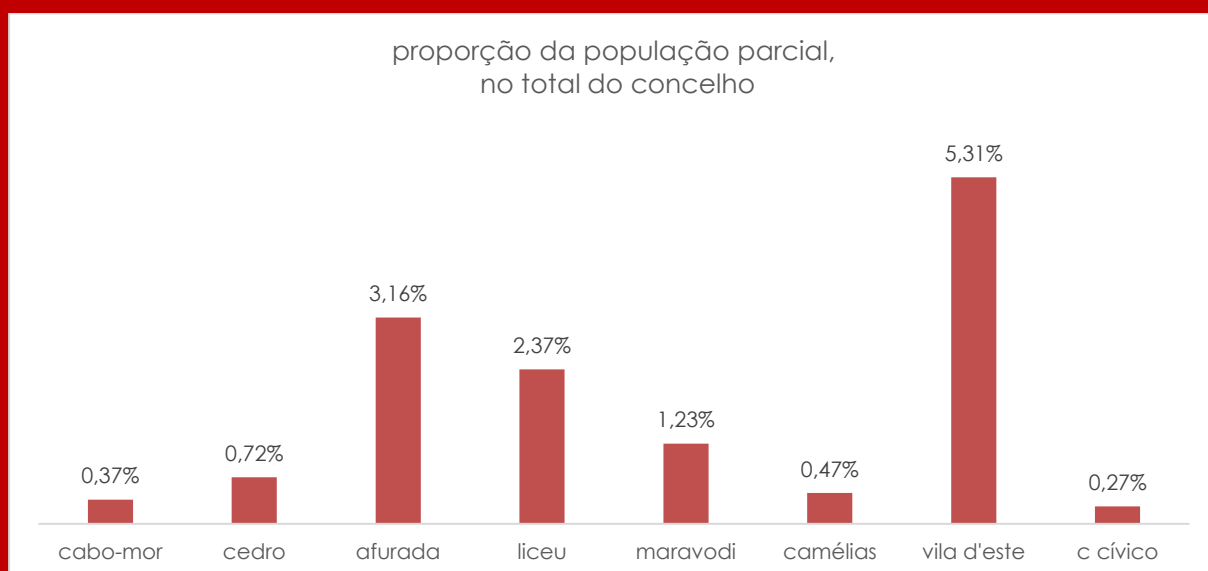
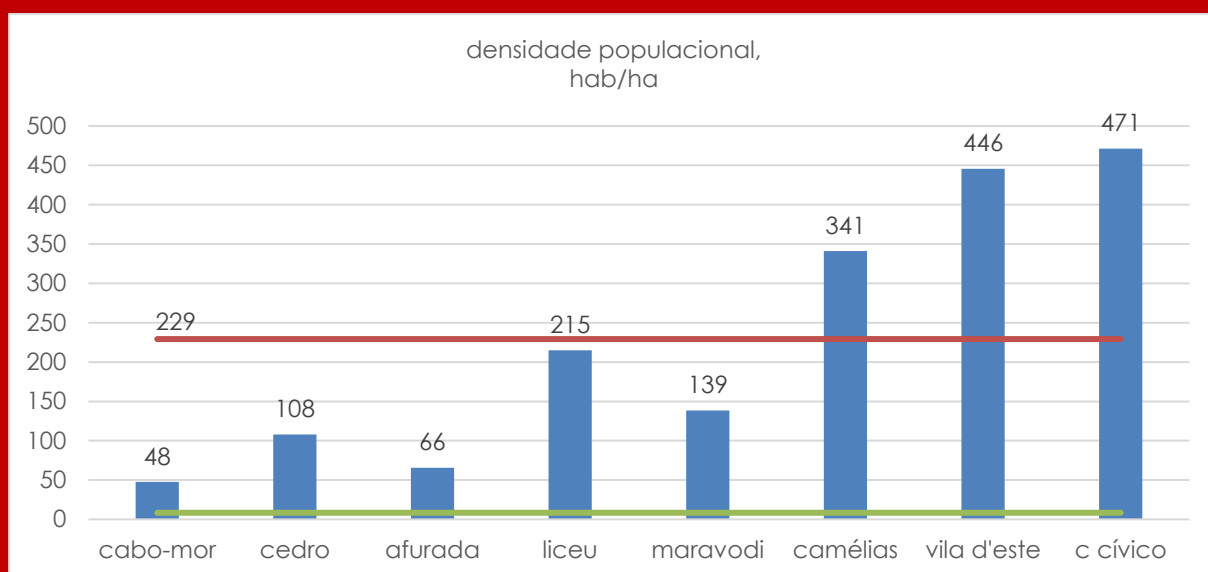


Fig. 261 Síntese estatística nas oito áreas analisadas, em VNG.  
Fonte: Realização da Autora.



### Síntese Estatística

Finalmente, temos uma população estimada por defeito, no total das oito áreas, de cerca de **42000 habitantes**, considerando uma ocupação média por fogo, em VNG, de **2,6** pessoas<sup>623</sup>, ou seja, cerca de **14% da população concelhia habita nestas oito áreas**, sendo que **Vila D’Este e Afurada** contribuem com **mais de metade** deste valor (cerca de 61%). Por outro lado, é a **Afurada e o Liceu** que contribuem com mais de metade dos fogos.

Estimamos um total de cerca de **12312 fogos**, distribuídos por cerca de **290,4 ha**, o que indica uma densidade média de cerca de **42 fogos por hectare**, dentro das oito áreas. Ou seja, um valor quase **cinco vezes superior** a este indicador no concelho. Contudo, para este valor médio, contribui a **Afurada** com quase cerca de **30% dos fogos**, seguida do **Liceu**, de **Vila D’Este** e **Maravodi**. De referir que quase cerca de **9% dos fogos de todo o concelho se encontram reunidos nestas oito áreas**. A exemplo, **Simopre** detém quase tantos fogos como toda a área de Cabo-Mor, ou quantas habitações em moradia individual existem na área da Afurada. Este dado é importante porque relativiza a ocupação do solo face à disponibilidade de espaço público de usufruto à edificação.

A densidade populacional média nestas oito áreas é de **144 hab/ha**, ou seja, cerca de **oito vezes superior** à densidade populacional, de cerca de **17,9 hab/ha**. Mas a densidade populacional, considerando toda a área e toda a população, é de cerca de **229 hab/ha**, ou seja, ainda muito superior, no conjunto das intervenções. Contribui para a diferença deste indicador, relativamente ao concelho, as três áreas com as maiores densidades populacionais – **Centro Cívico**, de cerca de **471 hab/ha**, a de **Vila D’Este**, de cerca de **471 hab/ha** e a da **Quinta das Camélias**, de cerca de **341 hab/ha**.

A proporção de espaço público por pessoa, nestas oito áreas, é de cerca de **18m<sup>2</sup>/pax**, valor abaixo do estimado para o concelho – cerca de **53m<sup>2</sup>/pax**. Acima deste valor concelhio encontramos apenas **Cabo-Mor (60m<sup>2</sup>/pax)**. Acima do valor referencial para as oito áreas encontramos a **Afurada** e **Maravodi** (ambas com cerca de **18m<sup>2</sup>/pax**). **Vila D’Este** é a área com o menor valor desta referência, cerca de **10 m<sup>2</sup>** por pessoa, apesar de conter a segunda maior área absoluta entre as oito restantes. Já na proporção de espaço público por fogo, temos cerca de **111 m<sup>2</sup> para cada fogo no concelho**, e apenas **60 m<sup>2</sup>** para os fogos considerados nas oito áreas. **Cabo-Mor** apresenta o valor mais alto desta referência, com **155m<sup>2</sup>** por fogo, seguido de **Vila D’Este**, com cerca de **76 m<sup>2</sup>** de espaço público por fogo.

---

<sup>623</sup> Dados do INE.

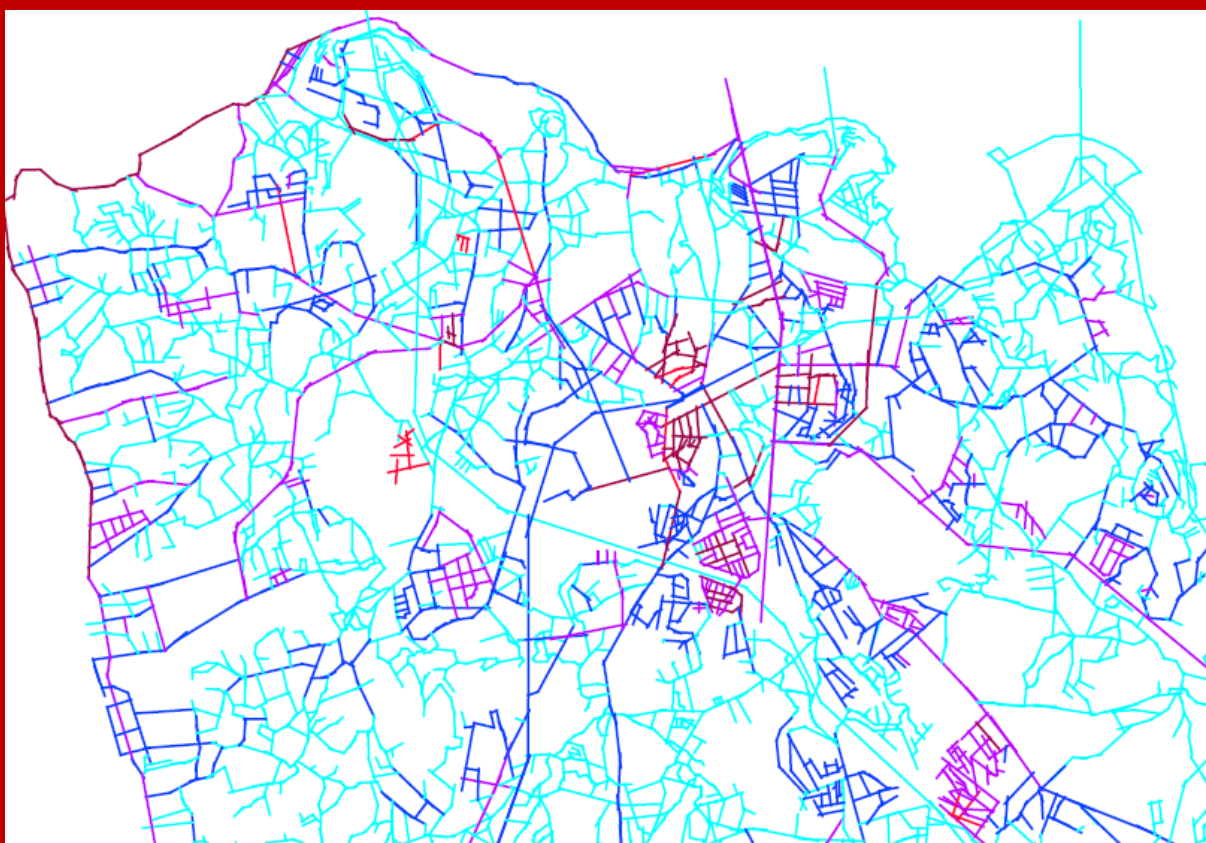


Fig. 262 Qualificação dos eixos das oito áreas analisadas.  
Fonte: Realização da Autora.

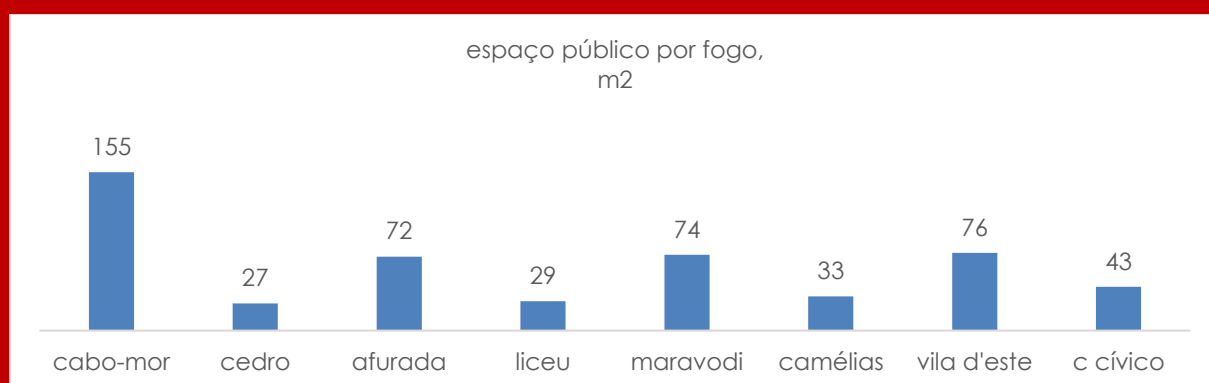
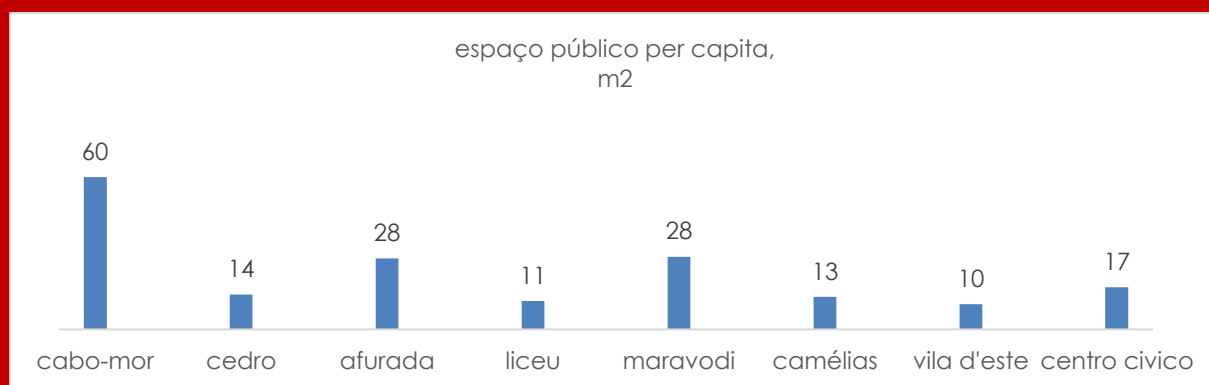


Fig. 263 Síntese estatística relativa ao espaço público, nas oito áreas analisadas, em VNG.  
Fonte: Realização da Autora.

Considerando os dados acima apresentados, podemos afirmar que as áreas onde detetamos uma maior quantificação de espaço público e inclusive de vários tipos e maiores adjacências são aquelas onde existe uma densidade populacional média ou alta, proporcionada por tipologias de bloco e torre, ainda que o valor per capita do espaço público possa ser inferior. Quer isto dizer que, podemos considerar existir um valor otimizado de área de espaço público que deve ser enquadrado não apenas na densidade populacional, mas igualmente na densidade edificada. Cabo-Mor é disso exemplo, uma vez que detém o valor de densidade populacional mais baixo de entre todas as áreas analisadas, conseguindo uma disponibilidade de área de espaço público muito superior. Contudo, também na Afurada, no Liceu e em Vila D'Este conseguimos obter a mesma quantidade e pluralidade de espaço público, sem comprometer a ocupação privada do solo, apesar de, e no caso da Afurada, este valor seja conseguido à custa de uma considerável área de espaço público viário autoestradal. A Quinta das Camélias também é um exemplo a sublinhar, uma vez que apresenta uma densidade construtiva elevada (a terceira), mas apresenta uma disponibilidade muito baixa de espaço público, além de uma proporção de ruas sem saída relativamente alta (28,6%). A proporção daquelas duas referências – espaço público per capita e espaço público por fogo, encontra-se em desequilíbrio.

Podemos ainda verificar o fato de os valores de densidade populacional estarem aquém da previsão da maioria dos respetivos planos, indicando a capacidade dos mesmos em fazer cumprir com as áreas disponibilizadas para espaço público na transformação do solo. Em Cabo-Mor, temos uma previsão muito superior para a população, que não foi claramente ultrapassada (2817), e, por isso uma previsão inferior de espaços públicos numa média de cerca de 25m<sup>2</sup> por habitante. A densidade populacional estimava cerca de 120 hab/ha, valor muito acima daquele que podemos encontrar (48hab/ha). Na Afurada, previa-se 3933 fogos, para cerca de 222000 m<sup>2</sup> de espaço público, considerando um total de 10000 a 15000 habitantes. Os valores de espaço público per capita são atualmente superiores a este, visto a previsão populacional ser superior à que encontrámos. De qualquer forma, previa-se uma densidade populacional na ordem dos 200 a 300 hab/ha, densidade muito superior àquela que hoje encontramos (66 hab/ha). No caso do Liceu, temos uma disponibilidade de espaço público inferior à prevista em plano (cerca de 19 m<sup>2</sup>), bem como uma população menor (10000 habitantes previstos) e uma densidade populacional menor (280 hab/ha). Em Maravodi previa-se 3000 habitantes, com uma densidade de 170 hab/ha, acima da densidade atualmente estimada. Em Vila D'Este, a estimativa atual de espaço público per capita é praticamente igual à prevista (10,96 m<sup>2</sup>/hab), mas a densidade populacional é superior em cerca de 65% (292 hab/ha).

A condição topológica de Cabo-Mor, Afurada, Liceu, Maravodi e Vila D’Este foi agravada pela introdução de ruas sem saída nos dois períodos mais recentes. De sublinhar que parte das ruas sem saída em Vila D’Este correspondem a ligações expectantes, previstas em plano de urbanização, mas, entretanto, não executadas. Ainda assim, podemos considerar que, e apesar da elevada proporção de ruas sem saída, Cabo-Mor, Maravodi e Vila D’Este são as áreas que apresentam uma maior qualidade relativa de espaço público.

# Parte III

CONCLUSÕES E CONTRIBUTOS

# CAPÍTULO. VI

CONTRIBUTOS PARA O PLANEAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO

## CONCLUSOES

### Espaço Público como Paradigma em Crise

*São vários os fatores que vêm apontando para a valorização do espaço público, como área de projeto disciplinar. Esta mudança está a ocorrer por alteração das necessidades económicas e sociais, por alteração da função reguladora do Estado, por alterações das expectativas sociais e culturais das populações e a nível técnico, por alteração dos preconceitos a respeito das relações plano-projecto. O espaço público não é um entretém para países ricos que já construíram tudo o que precisam e agora se dedicam a desenhar o espaço não construído. Seja no grande projecto (jogos olímpicos, capitais da cultura, festivais) seja na pequena comunidade, o espaço público é a nova cultura da cidade.*

Brandão, 2000, p.55

O posicionamento que as práticas de planeamento territorial apresentam sobre o espaço público vai no sentido da defesa universal da sua produção na produção urbana, desde o final do século XX, decorrido um período de crítica e reconstrução concetual quanto às formações suburbanas num período caracterizado como pós-industrial. Essa crítica é particularmente fluente em destacar a insuficiência ou inexistência de espaço público, face a uma condição maioritária de áreas urbanizadas e edificadas que pertencem à primeira e seguintes gerações de transformação do solo que tiveram lugar no último século. Assim, a conceção de espaço público, que floresceu no final do século XX, agrega teorias neohumanistas que veem na inexistência ou deficiência daquele um dos problemas fundamentais do desenvolvimento desigual entre partes diferentes da cidade, nomeadamente sustentada no binómio do centro e periferia, e do urbano e rural. Acresce o facto de a avaliação do espaço público ser tendencialmente realizada na perspectiva de o mesmo constituir condição *sine qua non* da coesão territorial e na produção urbana, sendo matéria de debate e da gestão urbana a promoção do procurado objetivo agregador do espaço público. Nesse sentido, o espaço público constituiu, conforme Brandão (2008), a nova cultura da cidade até ao período mais recente de reforma administrativa e do direito do urbanismo.

A nossa posição é diferente, e, provavelmente nova, em método e conteúdo. Nós consideramos que esta conceção do espaço público é de natureza particularmente subjetiva, que atribui funções democratizantes ao espaço público sem apresentar evidências dessa relação.



Também aquilo que denominamos de saudosismo perante a ausência das tipologias ditas canónicas, assinalado inclusive por Portas (2011, p.11) como formas menos consensuais e por Brandão (2000, p.87) como parte de uma dicotomia redutora entre centro e periferia, traduz um sintoma próprio de uma construção teórica que não considera a morfologia urbana emergente, num processo de desenvolvimento exponencial da urbanização na proximidade de pólos socioeconómicos distanciados, onde o espaço público ganha preponderância em novas ou outras tipologias, categorizadas inclusivé como não-lugares.

Parte dessas construções teóricas também fazem parte do desenvolvimento da cultura do projeto urbano, do design do espaço público, entendido como o **“projeto do chão”** (Brandão, 2002) e, que, ganhou ênfase nas políticas territoriais mais recentes. Conforme outros autores – Harvey (2005, p.71), Muxi e Montaner (2014, p.152), a consolidação do desenho do espaço público nas políticas territoriais tem sido realizada num contexto ideológico de marketing urbano, capitalizado para a competição entre territórios urbanos, mais do que para debater a produção urbana sob novos paradigmas (Brandão, 2000, p.57). No compromisso com as novas políticas liberais, a prática do planeamento do espaço público entra em contradição com a natureza das políticas territoriais atuais, orientadas para a regulação e gestão da propriedade privada, especialmente pela atribuição de índices construtivos e regulação do edificado.

O espaço público, apesar de ganhar autonomia teórica, não ganha autonomia como forma construída na nova produção urbana. Verificámos essa contradição no facto de que, apesar da crescente inscrição do espaço público nos instrumentos de gestão territorial e da qualificação material de algumas áreas urbanas em processo de obsolescência funcional e económica, sob programas de reabilitação especialmente destinados àquelas, a maioria dos espaços públicos existentes encontra-se em ignorância de conhecimento e intervenção. Acresce que a sua execução tarda nos processos de gestão territorial, num período de diminuição da ação municipal na promoção da transformação do solo, seja através da falta de municipalização ou na parametrização das mais-valias (Pardal, 2006). Acresce, no caso de VNG, o facto de a área de espaço público aumentar a cada ano, num período de mais de sessenta anos.

Brandão, na viragem do século, assinala precisamente os pontos fracos e fortes na reflexão sobre o espaço público, encetando uma crítica contra a novas formas de privatização **“de um bem colectivo”** (Brandão, 2000, p.55) e contra o paradigma contraditório operado pela produção tematizada do espaço público, resultante de intervenções programáticas, por exemplo, levadas a cabo por ocasião das exposições universais contemporâneas ou de programas direcionados para os denominados centros históricos. Paralelamente, o espaço público, no

início deste século, é criticado por se ter transformado num produto de consumo, a par de uma lógica de produção urbana, que assenta na valorização do solo e do edificado, para efeitos de exploração financeira, num contexto dialético de construção da luta pelo direito à cidade que Harvey denominou de **“romanticismo revolucionário urbano”** e que assinalou não estar de todo contra as lógicas de mercado neoliberal (Harvey, 2012, pp.xvii-3). Como assinala, a produção de espaço público, ou a sua reabilitação, permitem restabelecer o valor do solo.

Esta teorização demonstra precisamente a lacuna, a nosso ver, fundamental, na forma como a formulação do espaço público foi colocada no final do século XX. Essa lacuna é a incompreensão da natureza estrutural do espaço público na produção urbana sob o modo de produção capitalista, que revela o afastamento ao carácter económico e político da produção territorial, tendo em conta a necessidade de explorar os recursos territoriais. Ou seja, a política de solos, a questão das mais-valias e a ineficiência da programação perante a volatilidade do mercado fundiário e imobiliário.

O espaço público passou a constituir objeto autónomo nas políticas territoriais, porque também passou a ser monopolizado, dependendo do tipo, para exploração financeira por si só, a par do que já se passava com a propriedade fundiária e imobiliária. Ou seja, consideramos que o paradigma do espaço público nos discursos da forma, da regulação e da gestão urbanas em Portugal é o da possibilidade abstrata da independência deste face à produção territorial, dado o reconhecimento das limitações ao financiamento do planeamento territorial. Corroborando Harvey, quanto à contradição entre propriedade privada e Estado (2014, p.146), o espaço público constitui a nova hipótese de capitalização num contexto da produção urbana contemporânea, onde a cultura, sob diferentes aspetos, é a mercadoria. O espaço público permite constituir um novo meio de rentabilidade, seja por via da valorização estética, ambiental ou cultural, seja por via da concessão destes espaços a certos operadores ou a certos prestadores privados de serviços coletivos que se situam no mercado em situação de monopólio, precisamente porque a obtêm do fator localização, ou seja, da vantagem territorial (Harvey, 2012, p.95). O projeto e a requalificação física do espaço público passaram a estar incluídos na agenda política, estatal e municipal, mas especificamente direcionados para aquele que já existe ou está conformado, permanecendo a inoperatividade face à produção nova, expectante da realização de instrumentos de gestão territorial de escala executiva. Este posicionamento é ainda mais evidente nas recentes alterações aos diplomas territoriais, nomeadamente a LBGPPSOTU, publicada em 2014, que coloca o acesso aos espaços públicos como um dos objetivos do sistema de gestão territorial, que visa executar a política de solos. Assim, com o projeto do espaço poderia inverter-se a obsolescência funcional, promover a coesão territorial

ou assegurar “a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas”, como bem patente na alínea c) do 2<sup>a</sup> artigo daquele diploma. Contrariamente, verificámos antes o afastamento às condições económicas e financeiras da produção territorial na medida em que esta, e no caso de VNG, o seu desenvolvimento se deu de forma antieconómica, ou seja, contra a racionalização infraestrutural, a favor da manutenção da condição do cadastro. Ainda que registemos alterações na programação urbanística no último período analisado a favor da racionalização da execução do espaço público, permanece na realidade medida a discrepância entre os diferentes espaços públicos produzidos por diferentes agentes estatais e privados que reforçam o afastamento de grande parte da população ao espaço público como “suporte de urbanidade”, para lá da de mobilidade (Brandão, 2008, p.92).

Consideramos que esta situação de diferenciação qualitativa do espaço público, cujas evidências apresentamos nas conclusões sobre a macroanálise de VNG, é resultado primordial do desenvolvimento das contradições internas da noção de público sob a qual se apresenta a sociedade ocidental do século XX. Ou seja, que a produção de espaço público envolve os mesmos processos socioeconómicos que produzem o público como conceito operacional na sociedade contemporânea ocidental. Assim, e conforme Althusser (1977, p.91) acerca do Estado como constitutivo de qualquer diferenciação entre privado e público, o conceito de público tem afeta a estruturalidade de governar a sociedade de indivíduos, da mesma forma que o espaço que é determinado por esse público como público tem afeta a estruturalidade de organizar o território individualizado. Resumindo, sem espaço público não teria sido possível sustentar a propriedade do solo, nas condições históricas em que o desenvolvimento capitalista da sociedade europeia e portuguesa vieram a realizar-se, que foi o da expansão das relações económicas e de modos de produção mais eficientes à obtenção do lucro.

Apurámos que a deslocação ou a mobilidade se apresentam distintamente relevantes neste período de desenvolvimento da urbanização, desde meados do século passado, não só porque constituem parte útil no processo de socialização global da produção socioeconómica, como garantem, simultânea e necessariamente, a exploração privada do solo nesse processo, a distâncias oportunas à rentabilidade do investimento. Este processo de desenvolvimento, e conforme Harvey acerca da geografia do capital (2005), é complexo e especialmente inconstante, mas possível de se explicar sob os princípios de obtenção de mais-valia no qual todos os sujeitos produtores e consumidores são envolvidos em escalas diferentes e, sublinhamos, em ações contraditórias. Com a democratização do acesso ao transporte motor individual, a questão espaço-tempo é ultrapassada na medida das circunstâncias mais ou menos

diferentes no processo de distribuição de bens, pessoas e serviços. A produção urbana apresenta-se com cada vez maior expressão territorial e económica, na medida em que a mesma é meio de produção económica, da qual fazem parte o consumo habitacional e o fundiário. Não é por acaso que o surimento de serviços de natureza pública ou privada coincide com o alargamento das estruturas política e administrativa locais e regionais, reforçando mais uma lógica concorrencial de mercado onde a possibilidade de escolha é fundamental, por mais pequena que, efetivamente, seja, para o cliente ou utente. Promover a **“capacidade de movimento”** (Lopes, Pontes, 2010, p.379), que é direito e não obrigação (Sabaté, 2008)<sup>624</sup> foi essencial para a valorização do solo como mercadoria. Neste caso, a relativamente escassa infraestruturação, numa primeira fase, bem como a produção mínima de espaços públicos na grande maioria do território gaiense permitiu a fixação de população com menos recursos económicos nessas áreas, onde os seus rendimentos obtidos do primeiro e segundo sectores poderiam suportá-la. Assim, no que se refere à produção de espaço público, tanto as políticas de habitação como as políticas de emprego constituíram os fatores mais relevantes, tendo apurado a coincidência entre o pico de maior surgimento de novos espaços públicos, com a maior fase de produção de habitação própria, aquando do apoio financeiro à aquisição de habitação própria, entre as décadas de setenta a final de noventa. Isto significa, para nós, que o espaço público cumpre com a sua função operacional num sistema complexo e relativamente elástico de fluxos de pessoas, trabalhadoras – operárias, no primeiro período de análise, e terciárias, num segundo e terceiro período de análise.

Em suma, a crise a que se referem os autores citados sobre o espaço público, remetendo para a necessidade de o mesmo ser revisto e reposicionado nas políticas territoriais portuguesas reside na dificuldade em compreender a forma de produção urbana, em geral, e, a estruturalidade do espaço público, em particular, num contexto espacial e temporal alargado. Assim, contrapomos, às políticas territoriais direcionadas para a intervenção no espaço público, a própria produção de espaço público, no contexto em que veio a ser realizada em VNG. Dessa observação, constatámos uma evolução dos modos de planeamento territorial que atribuíram ao espaço público diferentes designações e funções socioeconómicas, sem que a transformação do solo sob a existência da propriedade privada fosse diretamente questionada. Antes, o espaço público, operacionalizado sob diferentes formas e configurações, permitiu a ocupação territorial

---

<sup>624</sup> Citação de capa em “Manual de Metodologia e Boas Práticas para a Elaboração de um Plano de Mobilidade Sustentável”, produzido em 2008, pelos Municípios do Barreiro, Loures e Moita, conjuntamente com a empresa Transitec Portugal, Engenheiros – Consultores, no âmbito do Sub-Projeto TRAMO - Operação Quadro Regional MARE.

que temos hoje e que não só consideramos própria da área específica do concelho de VNG, como podemos considerá-la representativa de várias áreas da AMP. Esta ocupação territorial, que foi precisamente patrocinada pela produção do espaço público, é potencialmente excludente e constitui-se na diferenciação socioeconómica do solo, na predação de espaços públicos, na dificuldade em estabelecer dominialidades e no progressivo afastamento da ocupação da habitação aos lugares de representatividade política. Podemos resumir as evidências desta afirmação em quatro pontos essenciais.

Primeiro, verificámos que a compatibilização formal e material dos diferentes tipos de espaço público é comprometida com os processos de liberalização e contratualização que acompanharam a produção urbana contemporânea, realizada através da gestão urbanística quase exclusivamente promovida pelos proprietários individuais tornados agentes urbanísticos. Em segundo, a produção de espaço público foi tendencialmente limitada à disponibilidade na negociação dos intervenientes e a sua execução ocorreu numa diferenciação de base socioeconómica distinta que foi sucessivamente desconsiderada nas políticas territoriais mais recentes e que coloca os interesses dos que decidem, ou podem decidir, contra aqueles que, apesar da inclusão dos processos participativos, não têm capacidade financeira, negocial ou de outro género para estabelecer as suas soluções. Em terceiro, a especialização funcional e tutelar da produção territorial, inclusive na diferenciação entre organizações estatais e municipais impõe dificuldades de compatibilização entre a execução, manutenção e uso do espaço público existente, verificadas nas desconformidades regulamentares e limites dominiais que o espaço público em VNG apresenta. Em último, verificámos que não há tendência de diminuição de alguns espaços públicos, mas de desqualificação dos existentes para outros usos que não a circulação, notando um aprimoramento funcional de outros em períodos e situações muito especificamente identificáveis. Os espaços públicos, neste concelho, apresentam-se como espaços públicos mínimos, unifuncionais e maioritariamente destituídos de características qualificadoras. Ao contrário do defendido pela literatura no âmbito, o espaço público aumentou significativamente, mas nesta função e em níveis de qualidade inferior e média. Ou seja, a qualificação do espaço público só se constituiu como valor para alguns setores da população, e, desta forma, se revelou antes como meio próprio da suburbanização, dada a monofuncionalidade predominantemente observada fora das áreas urbanas, onde o espaço público é topologicamente mais estrutural.

## Do Público Como Produtor do Espaço

***De facto as crises do espaço público e da cidade articulam-se com a impossibilidade de se continuar a olhar a cidade como lugar por excelência de convivência humana, de estar-entre e ser-com; quer isto dizer com o facto de a urbanização difusa obliterar a urbanidade. Mas a perda da urbanidade respeita sobretudo, julgo, à incapacidade pensar [sic].***

Pereira, 2009, p.215

A questão da urbanidade afeta ao sentido público do espaço, colocada por Pereira (2009) e também por Brandão (2008), revela a condição dissimulada na procura de uma nova racionalidade do comum, que, se apresenta, segundo alguns punhados de autores que abordámos, sem qualquer racionalidade visível e homogénea dominante. Mas a ideologia do fim das narrativas é uma narrativa em si, que ganha resiliência à medida que a diluição da natureza política da esfera pública moderna se vai expondo. O público como produtor do espaço manifesta-se especialmente na produção de espaço público precisamente porque aí verificámos a ausência de uma denominação universal, a ausência de uma norma universal e a ausência de uma programação universal para o mesmo. O que descobrimos foi a sua parte operativa nas relações complexas que envolvem o desenvolvimento capitalista de parte significativa do território, destacando as tentativas de introduzir a universalidade como vontade global, à medida que a figura do cidadão ganha mais individualidade através da posse do solo. Dois autores muito distintos reforçam a necessidade desta performance da partilha de valores iguais para a expansão do mercado global (Harvey, 1990) e para a desafetação de massas às ideologias políticas, veiculando a paz social (Lipovetsky, 1983). No mesmo sentido reage a conceptualização da ação comunicativa habermasiana, que, focando-se na defesa do processo de debate alargado, ignora as circunstâncias materiais de onde saem os protagonistas do debate e as suas relações sociais precedentes. Não é por acaso que Castells (1997) sublinha o anonimato ideológico de quem adere a uma rede ou a coletivo fictício, sem obrigatoriedade associativa ou política, e cuja utilidade para a desresponsabilização social das organizações políticas, face à liberalização da ação individual, é também sublinhada por Harvey (2012, p.93). Bauman (2009, p.257) acrescenta, o sintoma novo da transformação estrutural entre capital e trabalho. A democratização da opinião individual e o exercício da racionalidade crítica, ao contrário do que Habermas propunha, não se revelou numa maior determinação política nos grupos tornados atores sociais pela mobilização cívica. A constituição da cidadania e a garantia de direitos e deveres iguais poderá ter-se traduzido numa aparente maior igualdade formal, que

agrava a desigualdade socioeconómica, a distribuição dos bens produzidos, do solo ou a oportunidade do lugar urbanizado pelo espaço público para debater uma razão comum. Isso não significa que apesar do uso dos meios digitais para a expressão cívica e a reivindicação contra os principais ataques aos direitos humanos e constitucionais mais fundamentais, como a habitação, a saúde, a alimentação e a educação, determinados tipos de espaço público físico não mantenham o protagonismo nos momentos mais participativos de manifestação e de revolução, assumindo, se não sempre, uma dimensão urbana (Harvey, 2012, p.xiii). E também não significa que não haja um posicionamento novo no que se refere à inclusão de direitos a grupos identitários que, entretanto, conquistaram o espaço público através dos novos meios de publicidade, nomeadamente pela democratização e multiplicação de canais em meios de comunicação passíveis de ser promovidos e utilizados por qualquer pessoa, independentemente da sua formação, especialização ou ideologia inconsciente. Quer isto dizer que, apesar de um progressivo compromisso dos estados com diferentes grupos ou indivíduos civis, para atender aos seus anseios, nomeadamente em matérias legislativas, essa situação também manifesta o paternalismo latente do que resta de estado social, ao proporcionar a manutenção da paz social sob a imagem da heterogeneidade e da permissividade aparente. Os factos da desigualdade salarial, da desigualdade de direitos e de acesso a serviços básicos demonstram precisamente que sem igualdade substantiva, que dentro da sociedade capitalista é particularmente a igualdade financeira, a igualdade formal é superficial e perigosa. Assim, encontramos a contradição fundamental na formulação do público contemporâneo. Ao estabelecer para todos o acesso a si, promovendo a individualização da publicidade, o público democratizado, ou alargado, produz aquilo que Lipovetsky denominou de **“desmobilização do espaço público”** (Lipovetsky, 1983, p.41). Um dos maiores efeitos desta ideologia do indivíduo, ou da privacidade, foi precisamente, e como assinala este autor, a abolição da ideologia da luta de classes ((Lipovetsky, 1983, p.201). O público tem maior pretensão de generalidade do que aquela que realiza ou pode realizar na prática. Como critério de verdade, o que se constitui como público dissimula a exclusão dos que, por qualquer motivo, não lhe pertencem, nem podem pertencer, contrariando a crença na capacidade da neutralidade trazida pelo enquadramento jurídico competente e pela técnica racional na mediação das necessidades individuais ou grupais nem debate ou em âmbito de conferência.

O crescimento da pluralidade de públicos, ou de um público não monolítico, coincide com a transformação da dimensão e da variação de indivíduos atuando em seu favor ou em favor de um grupo representativo, mas sem que isso signifique uma independência socioeconómica proporcional. O público contemporâneo, na exigência pela democratização,



diluiu-se na mera altercação de ideias e de opiniões em grupos informais e constituiu-se como meio de desmobilização dos grupos formais, conforme Badiou, “**próprio da democracia inactiva**” (Vidal, 2005, p.32). A formação do público decorre de uma relação socioeconómica prévia assimétrica, que resulta em coação de grande parte da população.

A noção de público desenvolve-se na contradição interna da mesma, uma vez que esteve e está afeta à condição de classe dos indivíduos que nela existe e se debatem, mas que foi anulada pela criação da noção de indivíduo como sujeito independente e perfeitamente autónomo nas suas decisões. Assim, o público como interesse da maioria ou da população é produto histórico, particularmente necessário no desenvolvimento do capital numa primeira fase de progresso contra o status quo precedente. O estado burguês, representante do público, precisamente na democracia, na constitucionalidade dos direitos e no seu maior alargamento de base, não deixa de ser produto de uma luta, que se constituiu na relação social e económica do capital, que se funda, logo à partida, na transformação do território. Conforme Harvey, ao denunciar uma das contradições do capital, o regime de direitos afetos à propriedade privada é no que se funda todo o capital (Harvey, 2012, p.41) e daí que haja a necessidade de estabelecer regulações ao carácter excludente da mesma. O público que operacionaliza os interesses de uma ou mais classes, revela-se na apropriação efetiva do território segundo a criação de valor de solo, evitando prejudicar o processo de transformação do mesmo. O espaço público é determinante, perante a inexistência até hoje, de melhor solução, de realizar a manutenção da propriedade privada, direito fundamental do homem cidadão. Isto é mais visível na garantia da acumulação de direitos afetos ao solo, sem que isso se traduza num dever ou numa função social por si só, exceto em períodos balizáveis da nossa investigação.

O público produtor de espaço sofreu a transformação estrutural da sociedade organizada na grande propriedade fundiária para a sociedade organizada na produção e consumo de bens, onde o solo participa duplamente. O público da produção urbana é o conjunto dos diferentes promotores imobiliários, estado e edilidades locais incluídos. Quer isto dizer que, mais e determinadas partes da população passaram a constituir-se também como produtores territoriais através da propriedade do solo, para a qual definir um espaço comum é necessário. Ao defini-lo traduz-se o interesse direto do público que lhe dá origem, demonstrado pela proliferação de tipos variados de espaço público em forma e uso. A uma produção e reprodução que encerra a manutenção nuclear da família e do indivíduo privado corresponde o mesmo processo de privatização do solo. A nosso ver, o processo de transformação política do público como produtor do espaço revela-se nesta alteração de natureza do espaço público, onde os deveres associados à produção territorial são minorados face aos direitos salvaguardados à propriedade

privada, e onde determinados tipos de espaço público são proporcionalmente muito mais predominantes face a outros.

O espaço público é este mecanismo de preservação da propriedade privada, e, como tal, é-lhe proporcional em quantidade e qualidade a respetiva natureza pública do seu público produtor. As qualidades sociais associadas a alguns tipos de espaço público desaparecem quando as qualidades rentistas ou de exploração do solo servem melhor o seu promotor. Parece-nos, pois, nada fundamentado permanecer na defesa do espaço público *per si* como um indicador da democracia ou da promoção da coesão territorial, nomeadamente quando associado ainda, e conforme Pereira (2008), à urbanidade difusa e à desconstrução do que é urbano, num contexto de reforço socioeconómico e produtivo de territórios classificados como periféricos.

Defendemos, e conforme os dados que apresentámos sobre VNG, que os públicos que produziram os diferentes espaços públicos se organizaram de uma forma diferente para a produção e reprodução socioeconómicas, e, que, a captura pública da reprodução social deixou de interessar nos moldes em que se fez, desde as últimas décadas do século XX. Quer isto dizer que, a promoção do espaço público na produção territorial passou a estar dependente principalmente do seu potencial de capitalização, valorizando o solo e a extração de mais-valias, o que implicou que, em diferentes áreas ou para diferentes funções, este seja mais ou menos qualificado, integrado e valorizado funcionalmente. O espaço público concebido antes deste processo de agudização das contradições do crescimento do capital, promovido estatalmente e municipalmente, implicava precisamente a nacionalização e a municipalização do solo, contribuindo para estabelecer as áreas afetas à produção e à reprodução socioeconómica. Aqui, os interesses dessa organização coincidam maioritariamente com a qualificação da produção urbana conforme não apenas com os equipamentos coletivos, mas com um conjunto de espaços públicos além daqueles destinados à circulação viária. Não é que se tenha dado um empobrecimento do poder do estado, mas que as práticas e programações se tenham passado a dar em função do capital financeiro e dos obrigacionistas, mais do que dos cidadãos (Harvey, 2014, p.158), e o estado desempenha aí um novo papel.

Tal como o público sofreu um processo de democratização, mas direcionado maioritariamente para o poder de consumo, o espaço público na produção territorial sofreu um processo de democratização direcionada para o consumo de urbanidade. Ou seja, a sua existência não só passou a ser determinada maioritariamente pelo mercado privado da produção territorial, mantido por indivíduos particulares, mas suportados jurídica e financeiramente pelas instituições eleitas, como pela capacidade aquisitiva dos indivíduos que podem participar desse

mercado como utilizadores/consumidores de espaço público, e não mais como utentes. O espaço público consubstanciado num produto comercial e financeiro fica afeto às variações de mercado para a sua execução, deixando de pertencer à categoria de serviço público, executado previamente pelo Estado num primeiro período de legitimação política do mesmo. Sublinhamos este ponto específico, porque sabemos que o que mudou na formulação do espaço público nas políticas territoriais não foi tanto a sua quantidade, mas mais a qualidade e a natureza, e que só foi possível assumirmos este argumento com uma quantificação e qualificação do espaço público produzido ao longo de períodos alargados, em VNG.

No que toca à produção do espaço público nos tipos necessários à reprodução social, podemos verificar, e conforme Harvey, uma externalização dos custos para os indivíduos, através da privatização das atividades domésticas e da comercialização de serviços associados ao tempo livre não-produtivo pagos pelos residentes (Harvey, 2014, p.192), sendo que a maioria era realizada no espaço público e nos equipamentos coletivos que o acompanhava ou nele se implantavam. Estas atividades foram tomadas como oportunidades de exploração económica, segundo a constituição da propaganda da customização do serviço feito à medida de cada pessoa. O público como produtor do espaço público é, em grande parte, o público consumidor dos novos espaços públicos qualificados, enquanto novos equipamentos privados suportam a inexistência de espaço público na maioria do território habitado. Não sendo o mercado da produção territorial um mercado igualitário, que tende à monopolização e à acumulação, temos um resultado casuístico da produção de espaço público nos períodos mais recentes, acentuado especialmente pelos termos do planeamento institucional e da promoção privada que aquele vem suportando. Também esta constatação vem de encontro à constatação da objetificação do espaço público realizada no ponto anterior, onde o espaço público é tomado como um produto de mercado por si mesmo. Esta situação tem lugar precisamente na constituição do público como consumidor de uma ideia ou tipo de espaço público, onde o projeto de autor e a programação parcial como função principal do planeamento territorial são fatores de diferenciação económica, e não de democratização.

### **Macro-Análise em Vila Nova de Gaia**

A nossa análise empírica começou com o reconhecimento e o diagnóstico da situação do espaço público atual, alargou-se para a modelação diacrónica, a análise sintática e a análise qualitativa, que se inserem na macroanálise. Em fase de microanálise colocámos em destaque as áreas afetadas a planos de urbanização ou outros instrumentos de planeamento, no que se refere ao espaço público, em forma e qualidade. A macroanálise, fundamentalmente quantitativa,

partiu do levantamento da condição real atual do espaço público, e da estimativa da sua condição em quatro períodos passados, sem perder de vista o contexto do concelho na área metropolitana. Entre uma e outra, pudemos comparar que espaço público foi produzido por cada tipo de iniciativa, contexto jurídico e sobre que estado primordial do território. Desta forma, garantimos dados quantitativos aprofundados a várias escalas e em períodos diferentes da configuração do espaço público que, cruzados com outros dados socioeconómicos nos permitem defender a nossa tese primordial, identificada na introdução. É importante ressaltar que alguns destes dados, nomeadamente dos que se referem à análise sintática, são comparáveis aos da AMP, sendo que VNG é representativa de processos semelhantes de produção territorial em outros concelhos, a ver, a quantidade de eixos produzidos por período. Contudo, apenas um levantamento igualmente profundo do espaço público de cada um desses concelhos poderia suportar outras semelhanças no processo de desenvolvimento da produção territorial.

Em suma, estes dados dizem-nos, especificamente, que as formas de planeamento previstas no primeiro período analisado contribuíram não só para a existência de mais áreas do tipo não viário, como permitiram também a maior existência de ocorrências e adjacências daquelas, apesar de na globalidade o espaço público per capita ser maior no período seguinte. Por outro lado, o espaço público por fogo é menor nos períodos intermédios, denunciando uma menor concentração populacional nas áreas não urbanas aquando da maior produção de novo espaço público. Associado a este dado, e ao facto de as ruas sem saída apresentarem um aumento muito significativo (mais de entre 1975 e 1997, podemos afirmar que a produção de espaço público resultou do compromisso desigual e desligado entre as diferentes promoções privadas. Face ao crescimento de edificação fora das anteriormente definidas áreas de urbanização, este período constituiu o período de mais discrepância no nível de qualificação, tendo observado a criação de espaços públicos de maior qualidade, face à generalização do tipo viário em nível mínimo de qualidade. Um dado particularmente relevante que atesta os anteriores é o maior número de novos eixos produzidos entre 1975 e 1997, apesar do comprimento dos eixos ser maior no período posterior. Podemos, com isto, avançar que a produção de espaço público veio a obedecer às regulações impostas, depois de 1992, pela Portaria 1182.

Outro aspecto fundamental registado foi o de que nas áreas urbanas se localizam mais áreas do tipo não viário em adjacências; e, que, nas áreas não urbanas, especialmente naquelas que pertencem às freguesias e lugares com maior concentração de atividades industriais, é também onde se regista uma maior distribuição de atividades empresariais individuais. Estes resultados, associados ao facto de existirem mais eixos de menor dimensão nestas áreas

industriais e a estas periféricas, sustentam uma relação direta entre a condição topológica do espaço público e a sua utilidade básica às populações com menores rendimentos do trabalho.

Outro aspecto fundamental é a composição ortogonal ser rara e se reportar a períodos anteriores a 1948, exceto no que diz respeito a uma das áreas analisadas – o Cedro. Quanto à sucessão dos eixos, por sobreposição diacrónica, podemos afirmar que a produção do espaço público não foi linear, realizada por continuidade ou ajuste, mas por adição e de forma intercalar. Assim, ao invés de uma programação do espaço público com a da edificação ou condicionamento do cadastro, temos uma profusão da densidade populacional e construtiva na periferia das primeiras áreas não urbanas, que pouco altera a condição do cadastro existente anteriormente a 1948. Se considerarmos que 53% do edificado existente em VNG é posterior a 1970 e anterior a 2008, que constitui o de menor vetustez da AMP e que 73% dos fogos são propriedade dos habitantes, conseguimos definir o impacto das políticas de habitação para a produção do espaço público neste concelho, nomeadamente com a transformação do solo por particulares para a edificação de habitação própria em contexto de prévia ocupação dispersa.

Será possível organizar um território onde o espaço público representa menos de 10% da sua área total? Ou seja, mais de 90% do território de VNG está privatizado. O Relatório apresentado em vésperas de revisão do PDM, em 2005, dá a constatar uma percentagem de apenas 12% do espaço público planeado, e que mais de 73% do mesmo representa o tipo viário, inclusive com preponderância em todas as quatro áreas geográficas assinaladas, constituindo 6,95% do total de área do concelho. No setor interior, que inclui a área sul urbana e parte norte da não urbana do concelho, temos particularmente mais de 95% do espaço público do tipo viário. Todos os outros dez tipos cabem na diferença. A preponderância do espaço público na área urbana é-nos também evidenciada por uma percentagem de cerca de metade do total, e de 28,8% na área urbana, quando esta significa apenas um terço do território. Acresce o facto de a sua distribuição ser igualmente heterogénea naquelas quatro áreas geográficas diferentes. O tipo praça tem uma única correspondência, que significa um milésimo da área do concelho.

De forma genérica, o espaço público cresceu em quantidade para o triplo desde 1948, sendo que o tipo viário cresceu dez vezes mais, constituindo o nível autoestradal cerca de metade do total de área do espaço público e sendo que perto de metade deste nível se encontra em área urbana. Quer isto reforçar a nossa tese sobre a estruturalidade do espaço público, especialmente entre 1948 e 1975, quando o tipo viário representou mais de noventa por cento, e quando as políticas territoriais geraram dois níveis distintos de urbanização – a de nível local e a de nível extra concelhio. Outra evidência desta já referida bicefalia é a A1 constituir um terço deste nível viário e ter produzido metade das descontinuidades de vias existentes. Depois de

1975, e durante duas décadas, os tipos mistos e parques surgem e crescem em maior área. Anteriormente aos períodos de investigação, as alamedas e largos já se identificavam na cartografia, tendo conhecimento da execução das primeiras ainda durante o início do século XX. De assinalar que também neste período podemos indentificar o surgimento de áreas de estacionamento significativas, com maior predominância na área urbana. Se recordarmos o referido nos parágrafos anteriores sobre a dispersão da edificação, podemos verificar que, em algumas situações assinaláveis de maior promoção imobiliária, a produção de espaço público de facto acompanhou as necessidades de reprodução, nomeadamente porque foi também aqui que encontrámos o maior nível de qualificação. Podemos relembra alguns dos maiores loteamentos já citados, além das oito áreas analisadas. Da macroanálise, podemos ainda especular uma correspondência entre a formação do espaço público e a configuração estrutural do território, e que essa produção do espaço público é crescente, na qualidade e nos tipos, ao contrário do que é amplamente defendido sobre a crise de produção do espaço público. Ou seja, o nível de qualidade do espaço público não só melhorou lentamente no tempo, como no espaço, registando uma maior ocorrência de eixos mais qualificados nos últimos períodos, fruto de intervenções específicas de requalificação, sob promoção estatal ou autárquica, que raramente estiveram associadas às áreas de urbanização de baixa densidade construtiva.

Podemos considerar que a produção do espaço público apresenta tipos preferenciais em cada período, que estão diretamente relacionados com os processos de promoção da urbanização. O que verificámos em VNG é precisamente um direcionamento da produção do espaço público para o tipo viário, mas acompanhado do crescimento de áreas de outros tipos, nomeadamente do tipo mistos e estacionamento no segundo intervalo, e do tipo parque e marítimo, no último intervalo. A par, registámos uma evolução axial que agrava a condição topológica entre períodos sucessivos, consolidando-se no período de 1975 a 1997, a condição dispersa já reconhecida desde o PGU, nomeadamente com a maior proliferação de eixos com apenas uma interseção. Acresce o facto de ser neste período que verificámos um incremento populacional e construtivo nas novas áreas de implantação industrial e terciária.

A situação do espaço público atual a sul do limite urbano de 1948, resulta de novas relações entre a distribuição populacional e a respetiva situação socioeconómica no contexto produtivo do concelho, e que resultou da edificação em lote individual, potenciada pela propriedade do solo rural, num concelho cuja população residente se tornou pequena proprietária de habitação. Depois de uma primeira fase de realocização produtiva nestas áreas, verificável na maior quantidade de indústrias registadas cartograficamente, bem como na regularização do perfil das ruas de ligação entre aquelas e o comboio, o desenvolvimento do

setor secundário é acompanhado da fixação da população nas áreas para onde este se implantou, afastado do limite administrativo da área urbana de então. Esta fixação foi possível pela transformação do solo rural em lotes já sem ou com poucos encargos, uma vez que estes pertenceriam aos proprietários de então, ou seriam relativamente acessíveis à população operária. Esta situação é verificável na dispersão das atividades empresariais e industriais unipessoais, de pequena dimensão e situadas precisamente em lotes idênticos e contíguos aos das habitações vizinhas, que ainda hoje encontramos. Quando os processos de produção de espaço público se acentuaram com os da edificação, depois da década de sessenta, já se encontrava uma situação de dispersão económica pelo concelho, onde o anterior espaço público garantia apenas o mínimo acesso pedonal ou viário local, para lá das áreas mais dilatadas de cruzamento ou alargamento viário. Com a concentração das atividades económicas produtivas, nomeadamente industriais, a produção de espaço público passou a servir uma maior densidade populacional, integrando áreas próprias para o estacionamento, nomeadamente porque as distâncias geométricas, e não topológicas, entre aqueles lotes de habitação e o novo local de trabalho aumentaram. Contudo, no aumento da terciarização dos empregos, acentua-se este processo de deslocamento entre aquelas áreas habitadas, de baixa densidade, e as áreas de maior densidade construtiva e populacional. Neste ponto, a implantação autoestradal e o perfilamento de vias estruturantes contribuiu para diminuir topologicamente essas distâncias, promovendo a revalorização do solo. As interseções dos novos eixos maiores com os eixos primitivos identificados na análise sintática são demonstrativos deste processo de ligação, que diminuiu as distâncias temporais nas deslocações de uma nova população empregue no sector terciário.

Na relação dialética entre a reorganização produtiva e reprodutiva, surgem e desenvolvem-se os diferentes tipos de espaço público, segundo o potencial de cada em manter sustentável aquela relação. Ou seja, verificamos um sucessivo acentuar da produção do espaço público, dentro de uma malha consolidada pela edificação de baixa densidade, que aumenta a heterogeneidade da quantidade, qualidade e distribuição dos diferentes tipos em cada área geográfica. Acresce a consolidação da matriz primitiva de espaço público com a consolidação da edificação em diferentes aglomerados pelo concelho, bloqueando o potencial para a qualificação futura do mesmo. Este processo, relativamente genérico ao concelho, é mais evidente na proximidade dos acessos autoestradais, mas simultâneo da produção de outras áreas particularmente qualificadas promovidas por promotores com maior capital, nas quais podemos verificar a existência de áreas do tipo não viário. Daí que seja visível um maior número de eixos interrompidos, descontinuados, realizadas por infraestruturas rodoviárias supramunicipais e que o binómio urbano e não urbano seja evidente na distribuição dos tipos não viários.



## Planeamento Territorial em Vila Nova de Gaia

***A reorganização visa o aperfeiçoamento das actividades industriais, com o fim de satisfazer as necessidades do mercado nacional em qualidade, quantidade e preço, as exigências dos mercados externos quanto às mercadorias de exportação e, de modo especial, a baixa de preço dos produtos para a melhoria das condições de vida, designadamente do trabalhador.***

Lei nº 2:005, Diário do Govêrno, Nº54, 1945

Fizemos uma descrição exaustiva dos instrumentos jurídicos e de planeamento territorial que VNG desenvolveu municipalmente e que são, em grande parte, desconhecidos no âmbito da academia e da própria edilidade. Podemos concluir que o planeamento municipal apresenta quatro momentos, que são particularmente coincidentes com períodos socioeconómicos específicos do país e do município. VNG, segundo o enquadramento socioeconómico dado pelos próprios planos, nomeadamente do PGU e do APUPA, constitui precisamente um concelho determinante na reorganização produtiva e reprodutiva nacional, particularmente no contexto da industrialização da região norte.

Um primeiro período, até 1948, que antecede os três intervalos de tempos, situados entre 1948 e 2012, e que se caracteriza pela intervenção segundo a regulação dos limites da propriedade, especialmente nas estradas e ruas que permitiam ligações da baixa do cais às partes altas e a sul, ainda que não conheçamos factualmente que as posturas do vizinho Porto fossem aqui aplicadas. A expropriação era a figura jurídica mais recorrente para garantir alinhamentos, curvaturas, alargamentos e homogeneidade de pendentes, contando cerca de cem documentos em arquivo municipal relativos a expropriações especificamente destinadas a projetos de estradas desde o final do século XIX. De qualquer forma, no período entre a década de setenta do século XIX até à obrigatoriedade de produzir os planos gerais de urbanização no século XX, é significativo o incremento de obras municipais direccionadas para a regularização das vias, cerca de cinquenta, que acompanham os investimentos em parcerias públicas e privadas para a implementação das vias de comunicação de maior calibre, e inclusive daquelas que garantiam o acesso ao comboio. Podemos situar uma implementação de serviços de abastecimento de água logo desde os finais do século XIX, que se prolonga até à década de trinta do século passado, nomeadamente com a construção de fontes em largos ou cruzamentos. A implantação de edifícios para a edilidade e para uso civil é realizada em todas as freguesias, nomeadamente com a obrigatoriedade dos mercados, dos matadouros e dos cemitérios, onde se dão as maiores

ocorrências do tipo largos ao longo do concelho. Ao estabelecer a ligação ferroviária e viária a duas cotas com o Porto, consolidou-se a edificação em lote à face de rua, na periferia do vale das caves, usufruindo da exclusividade desta situação até à abertura da estação de São Bento, em 1896. Neste ponto, as intervenções urbanísticas são particularmente incisivas nesta área, dada a predominância do cadastro fundiário das quintas. Claramente, as alterações jurídicas sustentam a conformação da propriedade privada onde esta interessa ser reorganizada, mantendo as áreas industriais, as caves ao centro e limitando as expropriações à regularização das vias, que, entretanto, tinham recebido o estatuto de públicas. A conquista do solo, pela burguesia industrial, antes ocupado pela organização agrícola no centro/norte do concelho traduziu-se numa transformação estrutural, suportada pela abertura de vias, criando uma área morfológica distinta da do cais, que se limita topograficamente entre o Castelo e a Serra do Pilar, e que se caracteriza pela conformação da rua pública pelas fachadas dos edifícios. Também, as maiores urbanizações de configuração ortogonal, com lote perpendicular à rua, foram promovidas neste período, nomeadamente o Bairro da Serra do Pilar, o Bairro na Afurada, e a Granja. Ainda neste período, verificamos a promoção de habitação operária na imediata periferia do então limite urbano, que surge em circunstâncias historicamente difíceis para o concelho, que sofreu uma perda significativa de população interna na Grande Guerra.

Um segundo período, depois da década 1940, onde tem início a realização de planos propriamente ditos, com propostas de urbanização, que vem na continuidade de um novo período de infraestruturação e promoção habitacional, começada depois de 1945, particularmente com promulgação da Eletrificação do País, em 1944, e a Reorganização Industrial, em 1945, onde o governo assume o apoio financeiro à promoção industrial nacional. Em 1966, já a população empregue no setor secundário excede a do primário, no mesmo ano em que se promulga o regime de condicionamento industrial. Assim, VNG encontra-se considerada no planeamento deste período como território preferencial de expansão da produção industrial no contexto da região do Porto, apesar da sua economia rural e individualizada, e de uma estrutura morfológica primitiva, definida pelas áreas de produção agrícola que ainda hoje se mantém contíguas a áreas urbanizadas. A figura de expropriação acompanha a reorganização industrial do Estado Novo, permitindo ser feita por utilidade pública sobre os imóveis indispensáveis à conveniente instalação das industriais. A instalação da Seca do Bacalhau em Lavadores, a ponte, representa um exemplo claro deste contexto de programação económica, a qual promoveu a fixação da população operária nesta área, e onde se viriam a construir os bairros clandestinos do Picão e da Madalena. O complexo industrial continha vários equipamentos, nomeadamente capela e creche, dada a ausência destes serviços

públicos. Também o APDUNP, de 1964, estimava o aumento de 322 ha em áreas industriais a realizar nos lugares de Afurada, Valadares, Francelos, Carvalhos, Arcozelo, Granja-S. Félix da Marinha e Brandariz. Maioritariamente os que vieram a registar um aumento de edificação, de espaço público e que em 1991 continham, maioritariamente, grupos socioeconómicos empregues na indústria.

Ou seja, temos uma coincidência histórica da formulação do APRP, do PGU, e mais tarde do PGDZL, do Plano Regional e do APUPA, que enquadram as carências do concelho levantadas nas propostas de organização territorial, destinada a relocalizar a habitação, os serviços e a produção em áreas especificamente zoneadas e, claro, ligadas por uma nova estrutura viária municipal e regional. Essas carências, relatadas, como vimos, pelos próprios planos e seus autores, eram principalmente a ausência de uma estrutura de áreas verdes públicas, de parques, de estacionamento e de vias com perfil útil, a par da habitação em condições de salubridade, mencionando raramente as palavras espaços públicos. Acrescia a inexistência de transportes públicos para as áreas previstas de expansão no Plano Regional de 1963, que se resumiam então à Avenida, para o edifício da câmara, e a Coimbrões, primitiva área de concentração da residência operária. Daí que as áreas afetadas a planos de urbanização, nomeadamente Cabo-Mor e Liceu, coincidissem com a mobilidade intermunicipal proposta no esquema viário prévio do concelho, que o Plano Regulador de 1967 continha. A par, os planos de urbanização até meados da década de sessenta propõem a estrutura tipológica com uma morfologia urbana oitocentista. Assumem-se como protótipos de alta densidade populacional e construtiva, com a diferença de que o solo seria maioritariamente municipalizado, disponibilizado para áreas verdes e equipamentos, predominando o escolar, de várias faixas etárias. A introdução da tipologia torre e bloco é trazida por um conjunto de autores que traduzem a formulação do Movimento Moderno na produção territorial. VNG deveria constituir a oportunidade de densificar áreas não urbanizadas, mantendo a sua condição geográfica e os cobertos arbóreos que caracterizavam a maioria dos declives e talvegues onde se veio a implantar a edificação no final do século XX. Paralelamente, tinham a estrutura viária e os espaços públicos, disponibilizados pela expropriação, de conceber a articulação com as ruas primitivas vizinhas, o que é particularmente visível no APUPA. Para tal, a forma do espaço público estaria em consonância com as diferentes funções necessárias à vida individual, num sistema de produção planeado e racionalizado, permitindo a densificação, concentração dos meios produtivos e contrariar a dispersão primitiva, sem que se pusesse em causa a continuidade da função viária das principais vias. Esta forma pode ser identificável, em parte, ao tipo mistos e caracteriza-se essencialmente por serem áreas livres, ajardinadas ou não, destinadas ao que

a exemplo o APUPA determinava como áreas verdes (APUPA, 1963, pp.4-5). A forma do espaço público era colocada em causa pela primeira vez desde o final do século XIX, ultrapassando a promoção do tipo rua, e promovendo a libertação do solo para fins coletivos. Este é o ponto fundamental da proposta urbanística moderna, que coincide momentaneamente com os interesses de reorganização produtiva da região. Ou seja, o compromisso entre o planeamento urbanístico e o planeamento económico, patrocinado pelo Estado. O espaço público adquire configurações nunca experimentadas, associado a funções coletivas exteriores também nunca patrocinadas na escala massificada a que se propunha no quadro de planeamento.

Com a adesão à EFTA, surge o redirecionamento na planificação económica, que se verifica na necessidade de concluir a execução de redes de estradas nacionais, garantindo a circulação nacional ao Porto de Leixões e ao Aeroporto Pedras Rubras. Com a livre circulação de pessoas e capital entre os países aderentes da EFTA, passam aqueles a constituir os principais importadores de mercadorias portuguesas (Ferreira, 1975, p.32). A Ponte da Arrábida, inaugurada precisamente em 1963, resulta desta política territorial, paga pelo segundo Plano de Fomento, constituindo um fenómeno particular de realocação das novas áreas habitacionais, integradas naquela estrutura viária, e compatibilizada em calibres diferentes. Não esquecendo, contudo, que numa primeira fase, as mesmas se destinavam às classes operárias e assalariadas do setor terciário, e mais tarde vieram a destinar-se principalmente às deste setor. Não é acaso que com a promoção da indústria corporativa e a limitação concorrencial, vinha a Lei 2.005 referir a previsão de renovação da mão de obra especializada, bem como a adoção de métodos de organização científica do trabalho. As áreas de Cabo-Mor e do Liceu constitui-se como exemplos diretos desta política, com origem precisamente na aquisição de terrenos municipais para as instalações do ensino médio e secundário que acompanham a implantação de habitação coletiva de média e alta densidade.

Num terceiro período, depois de 1965, mas que no nosso caso tem efeitos mais evidentes na cartografia entre 1975 e 1997, enquadram-se as promoções de urbanização particulares, à sombra da liberalização dos loteamentos, num contexto de emigração concelhia que cresceu até à década de setenta do século XX, e que diminuiu o número de trabalhadores especializados. Isto traduziu-se numa subida genérica de salários na indústria, a par de um desequilíbrio da concentração populacional em várias áreas, face ao despovoamento rural noutras. O planeamento municipal limitou-se à compatibilização de parte da estrutura viária entretanto realizada, particularmente aquela que diz respeito às estradas nacionais, com as áreas já determinadas pelos planos de urbanização. Assim, temos um maior desequilíbrio na distribuição da população operária, que se manteve fixada nas áreas de estrutura primitiva,

dentro da complementaridade da economia de subsistência rural, apesar das propostas de concentração populacional. O Plano Regulador de 1967 refere este desequilíbrio, ao sublinhar o afluxo exagerado de população em Oliveira do Douro, Mafamude, Valadares e Afurada naquela década. A população prevista por máximo, neste plano, para 1990, de 275500 habitantes, ficou a cerca de 27 mil da população recenseada em 1991. Consideramos que a implantação da estrutura autoestradal e dos equipamentos escolares de nível médio contribuíram para esta situação, dado o facto de não ter sido acompanhada com a realocização da habitação ou a municipalização do solo na maioria dos planos. Ao contrário do Plano Regulador, de 1950 e do Plano de Melhoramentos, de 1956, que no Porto se desenvolveram, com financiamento do Estado, organizando novos aglomerados urbanos para 6000 fogos, na periferia do que viria a ser mais tarde a VCI, VNG não viu nenhuma intervenção desta dimensão, resumindo-se à integração de fogos comparticipados em Cabo-Mor, no Bairro do Cedro (sul), na Afurada (Bairro dos Pescadores em Craveira Lopes), e na primeira fase de Vila D'Este. VNG, no início do século XXI contava com 2497 fogos de promoção pública, representando Vila D'Este cerca de 84% desse total.

Posteriormente, podemos enquadrar o incremento da figura de loteamentos, que teve lugar precisamente nas áreas fundamentais previstas pelos planos reguladores e pelo APUPA, e que não viram nenhuma das suas propostas para o espaço público desenvolvidas. Este período coincide com a abertura ao capital estrangeiro e a diminuição do condicionamento industrial com a crise da planificação económica nacional, antes de 1974. Simultaneamente, com o regresso das populações migradas, verificamos uma coincidência com o aumento de alojamentos vagos a sul/poente do concelho, e uma acelerada transformação do solo com a proliferação da edificação de habitação individual em lote individual. Os processos de obras particulares constantes do arquivo municipal, que não representam todo o universo de obras licenciadas, apresentam uma subida permanente desde 1967, que teve picos em 1973, 1977, 1981 e 1987. Ou seja, a fraca qualificação dos eixos coincide tanto com este momento como com o desenvolvimento de mais eixos curtos e ruas sem saída. Quer isto dizer que, a maior parte do espaço público desenvolvido resultou da necessidade de acesso viário mínimo, onde se localizaram as populações mais pobres, ou, pelo menos, com menos rendimentos do trabalho.

Apresenta este período uma tendência para a concentração de capital em alguns investidores particulares, inclusive com a sucessiva entrada de capitais estrangeiros (Ferreira, 1975, p.38) que contrasta com a condição de carência da generalidade da população concelhia, sendo que os primeiros vão precisamente localizar os seus investimentos na urbanização e na edificação. Maravodi representa o exemplo específico deste contexto, onde as diferentes

propostas de planeamento que foram sendo alteradas, deram origem a uma urbanização diferente daquela que seria prevista, mas nem por isso com menos espaço público do que aquele que o município pretendia em relatório. Este fenómeno da capitalização da urbanização dá-se paralelamente à diminuição da rentabilidade de outros setores, nomeadamente da indústria transformadora, e a promoção imobiliária de grande escala torna-se cativante para investimento. Assim, a disponibilidade de capital próprio, e articulado com crédito bancário e estatal, permitiu promover urbanizações como Vila D’Este e Maravodi, prosseguir com as áreas a nascente do Liceu e a poente de Cabo-Mor, potenciando a rentabilidade da aquisição do solo com a edificação em tipologias de bloco e torre. Foi em 1983 que se consolidou a lógica de apoio à aquisição de habitação própria, depois de em 1977 se ter definido o regime do crédito à habitação, com amortizações na ordem dos 25 anos. Contudo, o esforço financeiro do investimento inicial limitou o acesso ao crédito dos grupos mais pobres, situação que o DL 435/80, de 2 de Outubro tentou salvaguardar com o alargamento de prazos de amortização e maior cobertura. Em 1983, por portaria, a política de habitação social passou a ser, objetiva e declaradamente, a de proporcionar o acesso à **“propriedade, estimulando a poupança privada”**<sup>625</sup>. Isto reflete-se imediatamente na promoção particular e cooperativa de edificação que registámos no concelho, especialmente desde o início da década de oitenta. Se por um lado, nas áreas afetas ao plano ou próximas destas, mesmo depois da crescente promoção da edificação, se consolidou um espaço público de maior dimensão, diferenciação tipológica e munido de mais elementos que prestam algum tipo de serviço coletivo, nas áreas de crescimento do número de edifícios e onde não foi previsto nenhum plano de urbanização, verificamos a diminuição relativa da quantidade e qualidade do espaço público. Resumindo, o espaço público operou a espacialização da diferença de classes, restando às populações com menos recursos, espaços públicos de qualidade mínima. Ao contrário, e segundo a nossa qualificação de eixos que realizámos no fim da análise sintática, nos dois últimos períodos, as áreas definidas por eixos qualificados com nível superior ou máxima coincidem com as áreas onde se localizam as populações com mais rendimentos. Este paralelismo não pode ser reduzido à relação direta entre espaços públicos menos qualificados e residentes pobres, mas a um processo de produção de espaço público que tende a ser excludente, nomeadamente pela valorização do solo e pelas atividades desenvolvidas no espaço público por certas classes. Conjungando a crítica do

---

<sup>625</sup> Portaria 580/83, de 17 de Maio.

quotidiano de Lefebvre<sup>626</sup>, especialmente no que se refere à condição alienante do trabalhador, com a produção urbana, podemos verificar que a execução do espaço público estava dependente das atividades aí realizadas pelos seus habitantes mais frequentes. O espaço público como espaço coletivo, lúdico ou social, não representava uma necessidade primordial, a par da habitação e da infraestrutura básica num território carente de ambas.

No final deste período, verificamos ainda a dificuldade dos novos instrumentos de gestão urbanística, na perspetiva da execução do espaço público, nomeadamente porque a natureza estratégica do PDM remete para sede de promoção particular a sua execução. Os instrumentos de gestão territorial que se formam na transição do século XX para o XXI tornam-se particularmente insuficientes e até contraproducentes no planeamento do espaço público concelhio. Numa primeira fase, o planeamento municipal depara-se com uma situação de dispersão primitiva, consolidada pela dispersão do espaço público. No regulamento do PDM, de 1994, encontramos a incompatibilização dos termos em que os espaços públicos, com capítulo próprio, adquirem no seu descritivo. Há sete referências escritas aos espaços públicos, sem os definir, e enquadram-se no conceito de espaços exteriores de utilização coletiva. Refere-se ainda que, a par do espaço público, devem ser considerados passeios, estacionamento, árvores e outros, sem propriamente elucidar que outros podem ser estes, ou quem tem competências para os projetar, programar e realizar. Ainda assim, este diploma sublinha a necessidade de cada promotor prevenir a transição do perfil a executar, devendo o particular assegurar a continuidade, a segurança e a comodidade dos peões tendo em vista a compatibilização com a circulação rodoviária e o estacionamento. Ora, estas considerações, por demais generalistas, em nada evitaram que as operações urbanísticas se dessem sem consideração com o espaço público existente, nomeadamente porque nenhuma estratégia de interesse coletivo, muito menos projeto urbano, acompanhava a publicação do regulamento. Acresce o fato de não conhecermos qualquer tipo de programação de execução de diferentes tipos de espaços públicos que não aqueles que eram determinados centralmente pelo Estado, e

---

<sup>626</sup> Em 1947, Lefebvre escrevia: "No reino da necessidade, as necessidades humanas foram degradadas. Elas representavam "as tristes necessidades da vida cotidiana". As pessoas tinham que comer, beber, encontrar roupas... para que pudessem trabalhar. Mas gente cuja única razão para trabalhar é manter o corpo e a alma juntos não tem nem o tempo nem vontade para qualquer outra coisa. Elas apenas continuam a trabalhar, e as suas vidas são gastas apenas para permanecerem vivas. Isto, em poucas palavras, tem sido a filosofia da vida cotidiana - e ainda é." Traduzido, pela autora, de: "In the realm of necessity, human needs became degraded. They represented 'the sad necessities of everyday life'. People had to eat, drink, find clothes ... and so they had to work. But people whose only reason for working is to keep body and soul together have neither the time nor the inclination for anything else. So they just keep on working, and their lives are spent just staying alive. This, in a nutshell, has been the philosophy of everyday life - and it still is." Lefebvre, 1991, p.173.

que foram precisamente os afetos ao tipo viário de nível autoestradal, dada a economia da motorização individual.

Podemos concluir que, a par de uma liberalização da economia, a utilidade do espaço público nas operações urbanísticas concelhias passou a estar determinada exclusivamente pela valorização do solo que aquele poderia potenciar face ao público alvo da promoção. Ou seja, o fim da planificação económica estatal, e ao contrário dos períodos precedentes, coincidiu com o fim da planificação urbanística e o ordenamento do território públicos, no sentido da planificação do espaço público dos tipos não viários. Inclusive, estes não estão objetivamente considerados nos atuais instrumentos de gestão territorial, que não sob a forma da cedência de solo, em algumas operações urbanísticas, cuja natureza dominial é assumidamente dúbia e discricionária. Nem mesmo nos regulamentos municipais encontramos qualquer estratégia de programação integrada e multidisciplinar direcionada para os espaços públicos. Ou seja, existe uma primeira formalidade concetual associada ao discurso sobre o espaço público que não procura nem reconhecimento do existente nem pretensões do seu desenvolvimento.

O que nos dizem os valores do espaço público municipal, principalmente quando observamos a sua evolução desde meados do século XX, e que foram quantificados na macroanálise do concelho de VNG, é que foi feita a transferência para o mercado imobiliário daquilo que seriam os diretos urbanísticos afetos à reprodução social. Nestes, enquadrava-se não apenas a habitação, mas, e principalmente, os espaços públicos destinados à manutenção do tempo reprodutivo, entretanto, privatizados sob a forma de serviços realizados pelo setor terciário. Ou seja, precisamente quando passa a existir uma política local de produção urbana baseada na iniciativa privada, juntamente com políticas estatais de valorização ambiental e investimento em áreas costeiras, aumenta-se a diferença na qualificação do espaço público entre os dois tipos de iniciativa. Não podemos deixar de referir os esforços recentes de municipalização dos parques urbanos e de intervenção de carácter ambiental nas áreas de frente de água, as quais inverteram, momentaneamente, e no fim do período da nossa análise, a condição quantitativa e qualitativa daqueles espaços públicos. Ainda assim, parece-nos suficiente, com os dados apresentados, assumir que o espaço público, como parte operacional da organização territorial da propriedade nunca poderá constituir-se como espaço de democracia ou espaço de convergência, se na sua base está uma diferenciação qualitativa que se revela na forma de valorização do solo. O espaço público, serviu, pois, para garantir o funcionamento das lógicas de produção, reprodução e consumo, que apresentam vários níveis territoriais, dependentes de estratégias locais e nacionais, que, muitas vezes, produziram efeitos contraditórios. Se por um lado existiu a necessidade de se criar uma rede viária de carácter



concelho numa fase mais recente, por outro, essa mesma promoção concorreu com o nível local existente. Da mesma forma, dada a variação de tipos de espaço público encontrados, conseguimos distinguir que a natureza do espaço público também sofreu uma evolução, particularmente afeta à habitação. Podemos verificar que o surgimento de formas de espaço público várias, com maior amplitude desde o segundo período analisado, depois de 1975, advém da dinâmica entre as condições conjunturais da promoção da transformação do solo e a expansão do mercado imobiliário.

Estruturalmente, o espaço público foi vocacionado para o acesso individual, numa sociedade tendencialmente suportada na democratização nuclear da família e da propriedade do solo, tendencialmente mais pequena em dimensão. Todas as outras funções que outras formas ou dimensões de espaço público proporcionaram, e que surgiram afetas a planos de urbanização ou loteamento de maior dimensão em área ou população, foram conjunturais dentro da estratégia de desenvolvimento do planeamento urbano, afeta aos diferentes objetivos das políticas territoriais ao longo de sessenta anos. Na generalidade desta área alargada de VNG, o espaço público produzido apresenta uma configuração excludente do seu uso, o que, para nós, significa que o mesmo participa da geografia do capital que aqui se desenvolveu, tendo como consequência um afastamento geográfico e topológico das populações, a par da massificação da homogeneização das práticas de consumo no processo quotidiano de produção e reprodução sociais.

### **Microanálise do Espaço Público em Vila Nova de Gaia**

Servimo-nos da forma do espaço público como objeto de análise, na escala do concelho, para compatibilizar os resultados no contexto da AMP e no contexto das oito áreas analisadas na microanálise. Concluimos que não só o planeamento do espaço público nestas oito áreas contribuiu para a maior quantidade e qualidade de espaço público, face ao contexto médio contabilizado para o concelho, como são estas áreas que ainda conservam um potencial acrescido de transformação e atualização do espaço público às novas necessidades reivindicadas hoje. Acresce o fato de termos uma área de espaço público maior em proporção às áreas privadas, e uma densidade populacional superior, na maioria dos casos. Ou seja, uma economia de espaço público que não colocou em causa as possibilidades oferecidas para a condição plural do espaço público, seja do ponto de vista do seu uso, seja do ponto de vista da sua capacidade para integrar, por exemplo, a estrutura ecológica municipal, equipamentos coletivos locais ou elementos de apoio a práticas desportivas ou culturais, e, eventualmente,

comerciais. A regulação desse espaço público determinou objetivamente a sua forma, nomeadamente pela aplicação dos calibres viários estabelecidos tanto pelo PRN como pelo Esquema Viário Prévio, e pela obrigatoriedade de cedências e mais-valias pagas para a execução da urbanização e infraestruturação. A par do perfil viário, as áreas de espaço público não viário estavam definidas não apenas de forma estratégica e generalista nas peças escritas, mas na execução do plano de urbanização, como projeto, ou como plano-imagem. Detetámos alterações significativas entre a área de espaço público, mas pontuais e mais frequentes nos planos mais recentes, que se deram mais pela permanência do cadastro e delimitação das áreas envolventes aos edifícios, do que por motivos topográficos, como poderia ser esperado.

As oito áreas encontram-se dentro do limite urbano atual, ainda que Vila D'Este tenha sido integrada no segundo alargamento do perímetro. A densidade populacional em todas as áreas é muito superior à do concelho, 18 hab/ha, numa média de 229 hab/ha<sup>627</sup>. Estimámos que as oito áreas contêm cerca de 14% da população, para cerca de 8,6% dos fogos concelhios. Calculámos uma percentagem média de espaço público per capita nestas áreas abaixo da média concelhia, com exceção de Cabo-Mor, com 60m<sup>2</sup>/hab de espaço público. Daqui, concluímos que a quantidade relativa de espaço público para usufruto de cada pessoa é menos determinante do que a sua qualidade formal e funcional, dada a condição genérica do espaço público concelhio, o qual apresenta, atualmente, uma média per capita de espaço público de cerca de 53,83m<sup>2</sup>, onde apenas cerca de 27% corresponde a tipos não viários. Ao contrário, nas oito áreas temos uma maior proporção destes tipos, apesar daquele índice ser inferior ao concelho, dada a maior densidade populacional. Nas oito áreas, o índice de espaço público por fogo também é cerca de metade do do concelho, o que indica, compatibilizando com o índice anterior, não uma carência quantitativa de espaço público no concelho, mas uma produção antieconómica do mesmo, dada a baixa densidade do edificado, mesmo considerando as áreas mais densas (população e número de fogos) nas freguesias da Afurada, Canidelo, Santa Marinha, Mafamude, Vilar do Paraíso e Oliveira do Douro. Do ponto de vista da qualificação, acresce que pelo menos três áreas da microanálise contêm eixos de qualidade máxima e maioritariamente de qualidade superior e média. Quer isto dizer que, as populações servidas por este espaço público são privilegiadas relativamente a outras, não apenas pelas distâncias topológicas e geométricas que apresentam, como pela possibilidade de aí se realizarem atividades diversas, além da viária.

---

<sup>627</sup> O valor mais baixo cabe a Cabo-Mor, com 48 hab/ha, e os mais altos ao Centro Cívico e a via D'Este, respetivamente, 471 hab/ha e 446 hab/ha. Cabo-Mor, aproxima-se, contudo, do valor da densidade populacional naquela freguesia, de cerca de 50 hab/ha. Maravodi apresenta-se ainda muito acima do valor da freguesia, de cerca de 48 hab/ha, com cerca de 139 hab/ha.

## Da Forma

A análise da forma do espaço público permitiu-nos não só a quantificação como a qualificação do espaço público, tendo em conta os diferentes dados extraídos da análise diacrónica e sintática. O que concluímos da análise da forma, no espaço e ao longo dos quatros momentos históricos, é que desta importam outros elementos mais do que apenas a sua planta, especialmente no que se refere ao volume de espaço público e respectiva implantação geográfica. A complementaridade das análises que realizámos traduziu-se num reconhecimento global do espaço público no conjunto do concelho e na sua envolvente com a AMP. Assim, numa primeira fase, tratou-se de compreender todo esse espaço público e não focarmo alguns espaços públicos como representativos do todo. Desse reconhecimento resultou precisamente a possibilidade de verificar como a transformação do solo se processou e que quantidade e qualidade de espaço público foi produzido por quem e quando. Essa quantificação passou precisamente pela medição dos dados existentes em cartografia, cedidos e/ou levantados por nós.

Da medição, podemos concluir que 25,4% das oito áreas planeadas correspondem a espaço público, ou seja, mais do dobro da percentagem quantificada para média no total do concelho, com uma média de cerca de 36% de área de espaço público por área, e um máximo de cerca de 78% de espaço público no caso do Centro Cívico. Se excluirmos Afurada, a proporção sobe acima do triplo, dada ser esta a segunda área com menos área relativa de espaço público, apesar de maior em termos absolutos. No total, estas oito áreas contribuem com cerca de 5% do total do espaço público, quando representam no total da área do concelho apenas cerca de 2%, sendo que Afurada, Vila D'Este e Maravodi representam mais de 66% dessa percentagem. Ou seja, uma proporção que podemos considerar muito superior de espaço público relativamente à generalidade do concelho, ainda mais se considerarmos que os tipos não viários representam, em percentagem do espaço público parcial, cerca de 32,2%, para 26,5% desse valor no contexto global do concelho, mesmo incluindo os tipos que nestas áreas não existem, como o marítimo e o parque. Se compararmos os tipos, encontramos ainda maiores evidências do que afirmamos no anterior parágrafo. O espaço público do tipo viário predomina em todas as oito áreas, mas numa proporção inferior aos valores estipulados para o concelho, constituindo cerca de 69,5%, e numa condição formal diferente. Verificamos ainda que 2,2% do espaço público do tipo viário existente no concelho foi produzido pelo planeamento destas oito áreas, ainda que o espaço público do tipo viário, nestas oito áreas, constitua 4,4% do total deste tipo no concelho, e a Afurada participe de 87% daquele valor percentual. A percentagem relativa de espaço público, em todos os tipos não viários, é de cerca de 32,2%, quando no

contexto concelhio. O espaço público do tipo mistos encontra-se em maior quantidade nestas oito áreas, e constitui, também, o seguinte tipo em maior quantidade nas oito áreas, com 14,4% do total de espaço público, quando no global do espaço público concelhio o tipo misto representa apenas cerca de 2,51%<sup>628</sup>. Ou seja, o tipo misto é quase seis vezes maior em proporção nestas áreas. Os tipos *praceta* e *terreiro*, cinco vezes. O tipo *estacionamento*, quatro vezes. O tipo *jardins* quase duas vezes. O tipo *praça*, vinte vezes. Mas o tipo *alameda* representa 1/3, estando em menor percentagem, a par dos tipos *marítimo*, *fluvial* e *parque* que não existem nestas oito áreas. Cabo-Mor e Cedro são ainda as áreas onde todo o espaço público existente foi produzido pelo plano, e em Vila D'Este e Liceu, temos respetivamente 85% e 71% do espaço público produzido pelo plano. As médias das áreas medidas por ocorrência de cada tipo não viário estão acima das médias estimadas para todo o concelho em 73% daquelas, com especial destaque para os tipos mistos, *largo* e *jardim*. O tipo *estacionamento* contém três ocorrências abaixo da média para duas acima da média, e os tipos *praceta* e *terreiro* têm uma ocorrência de *praceta* e *terreiro* muito acima da média concelhia, ainda que as outras quatro estejam ligeiramente abaixo da média. Vila D'Este é a única das oito áreas onde todas as médias das ocorrências dos tipos não viários são superiores, em franca diferença, às médias concelhias.

Na contabilização do número de eixos, as oito áreas representam 3,5% do total do concelho, estando abaixo do valor médio por área do concelho, para uma soma de comprimentos acima da média do concelho, o que poderá indicar provavelmente uma melhor condição topológica do espaço público, ou, pelo menos, uma intenção mais alargada de integração do tipo viário em áreas mais longas do que as precedentes. As ruas sem saída também são relativamente menores nestas oito áreas, representando cerca de 2,1% do total de ruas sem saída no concelho, e uma média de 15% por eixos produzidos por área, ou seja, abaixo dos 21% concelhios. Cedro e Centro Cívico são as únicas sem ruas sem saída; Vila D'Este apresenta mais em termos relativos, dada a expectativa de ligação a duas áreas adjacentes e norte e a sul, e Afurada é a que apresenta mais em termos absolutos, que atribuímos à complexidade dominial ali existente. Os alinhamentos são diversificados, o material predominante é o betuminoso, seguido do cubo ou bloco e da betonilha. As árvores surgem no espaço público destas oito áreas em maior proporção que na envolvente, nomeadamente perfilando eixos viários e acompanhando áreas de estar ou lazer, não havendo, contudo, referência de contabilização concelhia para estes elementos. Apenas o Liceu integra elementos honoríficos ou artísticos no

---

<sup>628</sup> Os tipos *praceta* e *terreiro* representam 7% do espaço público, quando no concelho representam 1,42%. O *estacionamento* representa 3,3%, contra 0,84% no concelho. O tipo *jardins* representa 2,8%, contra 1,5% no concelho. O tipo *alameda* 0,5%, contra 1,65%. O tipo *praça* 0,6%, contra 0,03%.

espaço público. Sublinhamos ainda que são estas oito áreas que integram as maiores adjacências de ocorrências de vários tipos, e Vila D'Este é a única que conta com seis tipos de espaços públicos diferentes conjugados entre si.

Do edificado, considerando que no contexto concelhio, cerca de 44% do total de edifícios tem apenas um piso e 80% dos edifícios têm dois ou menos pisos, e que apenas 2% têm sete ou mais pisos, as oito áreas contribuíram decisivamente para a diminuição desta diferença, na medida em que, em média, os edifícios nas oito áreas têm cerca de seis pisos, num máximo de treze pisos. A tipologia dominante é o bloco, seguido do limite de rua, torre e frente de rua. O uso dominante é de habitacional, seguido de comércio e serviço. Seis das oito áreas têm equipamentos escolares. Do perfil funcional é primordial o espaço público viário, com passeios na maioria das oito áreas, e estacionamento definido em plano em todas estas, ainda que a sua delimitação física seja mais recente.

Da análise da morfologia do espaço público, verificámos que o espaço público, na sua configuração e qualificação, resultou maioritariamente do planeamento centralizado, ora porque as áreas particularmente planeadas destinaram ao espaço público diferentes possibilidades de uso, ora porque as que foram apenas reguladas promoveram a monofuncionalidade. A par deste ponto, e tendo em conta a distribuição da população por rendimentos, apresentada em síntese estatística, podemos assumir uma correspondência entre a distribuição das áreas de menor dimensão e qualidade de espaço público com as da edificação promovidas individualmente e consequentemente afastadas entre si, especialmente na proximidade das áreas industriais e agrícolas de maior dimensão.

### **Da Regulação**

Concluimos que a regulação teve um papel muito mais efetivo do que aquele que esperávamos na produção do espaço público, contrariando a narrativa dominante sobre a aleatoriedade ou espontaneidade da produção urbana nas últimas décadas em Portugal. Dentro da perspetiva da regulação abordámos o estabelecimento da propriedade privada do solo no que concerne à definição dos seus limites construtivos e dos dominiais também. Destes pudemos fazer corresponder a períodos específicos de políticas territoriais diferentes tipos de regulação que, definiram a quantidade e a forma real do espaço público. Assim, dos loteamentos referidos em microanálise e dos planos de urbanização, conseguimos perceber que as áreas estipuladas para espaços públicos foram, na maioria, cumpridas.

O contexto jurídico do planeamento que deu origem a cada uma das oito áreas analisadas proporcionou a execução dos espaços públicos conforme hoje existem ou aproximados em

quantidade e qualidade. Ou seja, mesmo não tendo sido realizado o APUPA, por exemplo, o espaço público resultante tem origem na regulação mínima dos arruamentos, ainda que contradizente em diferentes diplomas (RGEU, PRN e Regulamento PDM)<sup>629</sup>. Já nos restantes casos, afetos a planos projeto, as áreas de espaço público, mesmo não tendo sido exatamente executadas conforme o desenho proposto, foram mantidas como áreas livres, cujo potencial pode ou poderia ser explorado. O dimensionamento do perfil viário introduzido pelo plano nem sempre correspondeu a aumentos do mesmo, mas antes a uma homogeneização. Cedro, Afurada, Maravodi e Vila D'Este apresentam médias de largura de vias maiores com a introdução do plano, que se mantiveram posteriormente ou foram ainda aumentadas com intervenções municipais posteriores. O dimensionamento viário de Cabo-Mor e Liceu foi resultado de uma hierarquia de calibres, que sofreu uma diminuição no período de execução da urbanização, mas manteve ou aumentou no período seguinte. Tendo em conta a média do perfil estimado para as ruas levantadas, 15m, registamos que nas áreas afetas a plano esse valor foi superado, em média, pelo plano, com cerca de 16m, e, mais tarde, novamente superado, com cerca de 25 m, dadas as intervenções municipais na introdução de vias de maior calibre na proximidade ou adjacência destas áreas. É o caso de Vila D'Este. Assim, não podemos concluir sobre a tendência única de aumento do perfil, porque existem áreas onde este diminui com o plano (Cabo-Mor, Liceu e Camélias), mas verificamos que o espaço público viário produzido pelo plano tendeu a uniformizar larguras e aumentá-las na medida das limitações e hierarquias viárias preexistentes, que verificamos ser maiores precisamente naquelas áreas. A regularização implicou também a prévia integração das baías de estacionamento, como é o caso de Vila D'Este, além de permitir que as ruas ali definidas possam estabelecer continuidade futura. Este aspeto é particularmente determinante, demonstrando o entendimento processual da transformação das áreas envolventes a estes planos. Raramente encontrámos circulação circular, que teve maior produção depois do aumento da motorização das populações trabalhadoras. Da mesma forma, o alinhamento de face de rua inverteu em algumas das áreas analisadas, tendo persistido limites cadastrais que afetam a regularidade do tipo viário.

As cedências constituíram de facto parte definida nos planos de urbanização, e, posteriormente, dos processos de loteamento analisados. Ainda que com uma definição e nomenclatura ligeiramente diferente à atual, as áreas de espaço público existentes resultaram, em termos numéricos, da aplicação dos índices previstos em regulamento à época de cada plano

---

<sup>629</sup> Um caso particularmente indicativo é o loteamento da Quinta das Chãs, na Afurada, que apresenta uma cedência para cumprimento do perfil viário mínimo, não estabelecendo qualquer ligação contínua com a estrutura existente, dada a não exigência dessa mesma possibilidade.

analisado. Podemos concluir que as áreas cedidas estão, maioritariamente, de acordo com as exigências dos planos de urbanização e também com as portarias que vieram a ser publicadas no final do século XX. Podemos confirmar esta situação com as cedências para solo de dominialidade municipal afetas aos loteamentos de Maravodi, que cederam, em média, cerca de 76,9%, da Simopre, que cedeu 78%, da Cooperativa Tripeira, que cedeu 40%, dos Jardins da Arrábida que cederam 48,6%, do Liceu, que cedeu 64,5%, das Chãs, que cedeu 12,1%, do Candal (de 2005), que cedeu 45,4% e da Rotunda da VL8, que cedeu 61,4%. Contudo, nestas áreas cedidas verificamos a proporção maior destinada ao tipo viário, a representar os designados “**espaços verdes**” apenas cerca de 23% dessa cedência, quando existe. Podemos concluir que a conformidade com o plano é efetiva, ainda que verifiquemos uma alteração substancial na aplicação da regulação para as cedências nos loteamentos mais recentes, dada a atualização dos diplomas legais e a publicação dos regulamentos municipais que recaíram sobre este aspeto.

Quanta à dominialidade, concluímos sobre a impossibilidade da articulação das diferentes tutelas no que toca à execução regulamentar dos diferentes espaços públicos. Ou seja, a diferença dominial entre edilidades determina a qualificação mais precária de parte do espaço público existente nestas oito áreas, mas com particular destaque para Cabo-Mor, Liceu e Afurada. Aqui, com a introdução de espaços públicos setoriais, de natureza administrativa central, prejudicou-se a anterior condição da estrutura viária e aumentou a desconformidade, diminuindo a integração primitiva que ali existia. Para demonstrá-lo estão as ruas sem saída provocadas pela implantação da VL8 e da sua descontinuidade de perfil até à Avenida dos Descobrimentos, ou a desafetação de dominialidade pública na implantação do El Corte Inglés, na área norte do Liceu. Estas circunstâncias, promovidas já no início do século XXI, vêm contrariar uma evolução significativa na programação do espaço público que o planeamento urbanístico, já em contexto de autonomia municipal, vinha a fazer, nomeadamente com o desenvolvimento de algumas das vias de ligação, a introdução do metro na Avenida e a requalificação de parte da frente fluvial e marítima, que se inseria num conjunto de intervenções de escala territorial referentes ao POOC Caminha-Espinho.

Da conformidade, concluímos que, apesar das desconformidades regulamentares serem maiores nas situações de maiores sobreposições dominiais e de maior divisão cadastral, as áreas afetas a planos de urbanização contribuíram com maior homogeneização dos espaços públicos no contexto concelhio. Mesmo que a sua execução não se tenha dado de todo, como é exemplo o APUPA na Afurada, nas áreas onde se desenvolveram loteamento de maior dimensão, ainda que desfasadamente no tempo, a delimitação mínima de espaço público teve em conta a

racionalização entre o espaço público e a edificação, assegurando mais do que o distanciamento regulamentar, determinando áreas de diferentes usos potenciais. Afurada, pelo seu exemplo atípico no conjunto das oito áreas, reforça por si mesmo este argumento, dada a evolução da regulação e dos seus efeitos na quantidade e qualidade física do espaço público. Aqui, encontramos mais interrupções viárias provocadas pela implementação da A1, um valor médio de ruas sem saída acima da média concelhia para a data de 1975, a segunda maior diferença do dimensionamento viário entre o antes e depois do plano e a maior ocupação de edificação em área *non aedificandi*. Também aqui verificamos a interrupção de vias previamente definidas, sobre as quais se sobrepuseram outras de carácter auto-estradal. Ou seja, um território cuja condição do espaço público sintetiza o processo genérico de produção do espaço público concelhio, nomeadamente porque podemos verificar toda a periodização de transformação territorial ocorrida desde finais do século XIX. Com exceção do planeamento urbanístico moderno, que não teve senão pelo financiamento central dos acessos à autoestrada e à PA, Afurada apresenta um território de segunda expansão industrial e primeira do setor terciário, onde a propriedade foi intensivamente dividida no segundo período analisado. O espaço público aqui produzido acompanhou essa expansão, tendo efeitos mais recentes apenas sob as figuras de loteamento e da obrigatoriedade de cedências. Acresce o facto de termos detetado maior desintegração nas áreas onde predominavam espaços públicos primitivos com edificação consolidada, como é o caso de Afurada, Liceu e Camélias. Ou seja, a preponderância da propriedade privada preexistente determinou que a condição regulamentar fosse inferior à das outras áreas, mesmo considerando que as operações urbanísticas que ali se desenvolveram tenham sido realizadas no sentido da maior rentabilização da ocupação do solo. Esta condição regulamentar é também a que limitou a integração entre espaços públicos de função e promoção diferentes, nomeadamente com a incompatibilização da estrutura viária entre si, e desta com as áreas de espaço público de tipos não viários. Esta incompatibilidade é visível não apenas nas interrupções da estrutura viária primitiva, como na heterogeneidade da mais recente, e na respetiva relação física entre uma e outra, que são precárias naquelas três áreas. Não deixamos de sublinhar a permissividade de edificação na proximidade ou em espaços públicos, que pela sua natureza, exigiam, na sua origem, afastamentos maiores ou desocupação permanente.

Em suma, a regulação constituiu uma determinação fundamental à existência de espaço público de diferentes usos, mas que advém de estratégias de transformação do solo afetas a estratégias socioeconómicas de escalas territoriais diferentes e até contraditórias. Para nós, expressa sintomas do conflito imanente entre as necessidades de programação territorial das classes estatais relativamente às que se desenvolvem localmente. Assim, “a **admissibilidade**



de o conteúdo dos poderes da Administração sobre os bens dominiais não se cifrar necessariamente num direito de propriedade pública” (Moniz, 2006, p.550) revela-se também na configuração heterogénea e desqualificada dos espaços públicos nas margens do (des)encontro dessas responsabilidades, para nós, condição expressiva da dificuldade, ou impossibilidade, de uma reconciliação das tutelas do território como bem público, face à dificuldade em estabelecer a neutralidade, imparcialidade ou universalidade dos públicos.

### **Da Gestão**

A análise da gestão do espaço público está relacionada com a sua execução pelos instrumentos de natureza territorial. Podemos afirmar que a execução do espaço público gaiense resultou maioritariamente do planeamento determinado em geral para o concelho e em particular para cada área de estudo, precisamente sobre contextos de gestão territorial diferentes. Ou seja, apesar dos planos de urbanização estudados terem sido descontinuados, sucessivamente alterados ou ignorados, a transformação e ocupação do solo foi prosseguida no âmbito da execução prevista naqueles planos, para a maioria das áreas, e prosseguida pela regulação genérica das cedências e da regulação viárias no restante concelho. Nas áreas onde o planeamento divergiu dos momentos de execução, especialmente por alterações jurídicas no decorrer do processo, a produção do espaço público mais recente coube à promoção privada. Aliás, até à publicação do dimensionamento das áreas de espaços coletivos, em 1992, persiste uma indefinição dos parâmetros de dimensionamento, apesar da obrigatoriedade de os terrenos para construção terem, entre outros, de ser servidos por arrumamento público já desde a Lei de Solos de 1970. Assim, parece-nos bastante evidente que a desqualificação da maior parte do espaço público produzido depois deste diploma se tenha ainda prolongado até depois de 1992. Podemos adiantar que a execução do espaço público até ao final do século XX, e depois de 1965, foi particularmente desenvolvida pelos promotores particulares, e que fora das áreas anteriormente definidas por planos de urbanização, a desqualificação é maior (Fig. 124) e Fig. 262).

Da execução das áreas afetas a planos, e atualmente, à exceção do Centro Cívico e da Avenida, nenhuma das áreas apresenta qualquer instrumento de gestão territorial de nível executório ou de programação do espaço público específico, estando afeto ao zonamento de zonas urbanizadas do PDM, que prevê a realização avulsa das operações urbanísticas previstas no RJUE, ou de urbanizada programada, que prevê a elaboração de PP ou UE. Assim, fica à discricionariedade municipal a autorização de soluções que assegurem **“uma correcta articulação formal e funcional”** (PDM, 2009, p.50), mas sob condicionamentos financeiros e

jurídicos que colocam em contradição os termos em que a execução se apresenta no planeamento territorial municipal. As figuras jurídicas, segundo a reforma recente dos IGT, retomam a contratualização entre as iniciativas privadas e públicas nas operações urbanísticas, sem que isso seja acompanhado de uma programação efetiva, nomeadamente em áreas de edificação consolidada. O zonamento inscrito nos PMOT municipais reforça a situação física dos padrões de urbanização existentes, apesar da denunciada dispersão, nomeadamente com a limitação regulamentar da cércea, impedindo a introdução de outras tipologias que possam alterar a condição morfológica de áreas urbanas. Quer isto dizer que, os instrumentos de gestão territorial limitam a própria conformação do espaço público e a introdução de diferentes relações formais entre os espaços livres e espaços edificados, reproduzindo o tipo de ocupação de baixa densidade do solo. O regime de perequação municipal define um índice combinado para áreas de cedência que representa uma parte significativa de cada área afeta à operação urbanística. Mas se estas cedências não estão enquadradas numa proposta global de execução programada do espaço público resultam contra os interesses públicos estratégicos definidos pelo planeamento municipal de **“reforço de uma componente residencial de alta qualidade”**, de **“qualificação do uso na Estrutura Ecológica Municipal em solo urbano”** e da **“qualificação ambiental e paisagística do território”** (PDM, 2009, p.11), precisamente porque escassa a visão de globalidade na programação de execução do espaço público. Podemos verifica-lo na diminuição de áreas programadas para projeto como instrumento de execução nos dois últimos períodos analisados, e na indefinição temporal da execução do espaço público, particularmente depois da revisão do PDM.

Podemos ainda verificar entre estas áreas e a sua envolvente uma clara clivagem em alguns dos indicadores levantados<sup>630</sup>, nomeadamente no que toca à existência de serviços públicos e na disponibilidade de áreas de espaço público de mais do que um tipo que a envolvente imediata não apresenta. Apesar de todas as áreas contemplarem equipamentos escolares, nenhuma, à exceção de Vila D’Este e da Afurada, somente na Simopre, contempla espaços públicos ou edifícios particularmente destinados a funções complementares, como parque infantil. A acessibilidade aos transportes públicos verifica-se em todas as áreas, mas nem todas as paragens apresentam proteção ou estão devidamente assinaladas ou fisicamente definidas, assim como a maioria daquelas que existem no concelho. Apenas duas integram EEM e são parcialmente permeáveis. A presença de plantação arbórea sistemática ao longo da via só

---

<sup>630</sup> Do conjunto de indicadores levantados entre as oito áreas, concluímos que existem diferenças significativas nos serviços que oferecem, ainda que estes resultados não possam ser comparados objetivamente com os municipais, dada a inexistência de dados efetivos.

se verifica em duas situações: VL8 e Cabo-Mor. Nenhuma das oito áreas apresenta espaços públicos destinados a mobilidade suave ou garante conexão para alimentação de transporte elétrico individual. A plantação de jardim é particularmente definida em Cabo-Mor, Liceu e Afurada, na Simopre, sendo que as massas arbóreas de maior dimensão e com maior variedade de espécies correspondem aos espaços exteriores dos equipamentos escolares. As operações urbanísticas enquadradas nas áreas de plano, ou que lhe são adjacentes reduziram ou anularam a presença de árvores. Até ao final dos períodos analisados, nenhuma área continha fontanário ou o elemento água, à semelhança do que existe nos largos de maior dimensão no concelho, especialmente na área urbana. O mobiliário urbano é raro, e o que existe foi implantado na final do último período, não constituindo parte original do projeto de espaço público, com exceção de Liceu e Vila D'Este. Acresce o facto de se ter dado à concessão o estacionamento em duas destas áreas,

Podemos concluir, que do ponto de vista da gestão, o espaço público em sete das oito áreas não constitui prioridade imediata, ainda que seja nestas oito áreas que se concentre uma percentagem considerável de habitantes, e que exista nas mesmas a possibilidade de integrar uma estratégia ambiental, cultural, recreativa e comercial local, como foi exemplo Vila D'Este. Esse potencial é definitivamente possibilitado pela maior condição topológica, regulamentar e material dos espaços públicos ali existentes, ainda que o seu usufruto predominantemente seja a circulação. Neste ponto, podemos afirmar uma clara distinção qualitativa entre estas áreas e a condição diagnosticada para o concelho, se não considerarmos as intervenções programáticas desenvolvidas já no século XXI, que se focaram particularmente nas frentes de águas e nas linhas de água a poente, introduzindo mais do que o perfil viário nas vertentes marítima e fluvial, a poente do concelho.

Finalmente, e conforme observámos, pudemos afirmar que a execução do espaço público concelhio realizada angravou as diferentes qualificações do mesmo. O facto de VNG se ter tornado num concelho onde a maior parte dos residentes é proprietária antes da capacidade económica da promoção fundiária ter tido lugar, seja na forma de plano seja na forma de loteamento, é significativa da limitação que a pequena propriedade privada veio a impor à execução do espaço público mais qualificado, que só veio a reverter, pontualmente, depois da imposição do dimensionamento mínimo de cedências, e da definição, em plano, das estratégias locais para a gestão urbanística.

*A necessidade de continuidade dos fluxos geográficos de dinheiro, bens e pessoas exige que toda esta diversidade se entreteça por intermédio de sistemas eficazes de transporte e de comunicações. A consequente geografia da produção e do consumo é profundamente sensível ao tempo e aos custos da mobilidade no espaço. As inovações tecnológicas e organizacionais e os custos decrescentes da energia têm reduzido muito estes tempos e custos. Presentemente, as fricções da distância restringem cada vez menos a mobilidade geográfica do capitalismo, o que não quer dizer, no entanto, que as diferenças geográficas tenham deixado de ser importantes. Passa-se precisamente o oposto: o capital dotado de uma enorme mobilidade presta imensa atenção a diferenças locais, ainda que muito ligeiras, nos custos, porque isso lhe rende lucros superiores.*

Harvey, 2011, p.178



Fig. 264 Fotografia do viaduto da linha férrea, no limite norte do Centro Histórico de VNG, fotografada sobre a Via Rosa Mota.

Fonte: Realização da Autora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar o espaço público é abordar as suas variedades formais que constituem um todo efetivo, mas menos sistemático do que o que se pretende afirmar ou imaginar ao promover a produção de um sistema de espaços coletivos nas políticas territoriais atuais. O espaço público foi entendido sob uma construção teórica *à priori* que consubstanciou como espaço público certos tipos, ignorando a sua totalidade, continuidade, abrangência e variedade funcional e formal, no tempo e no espaço. Consideramos que este posicionamento dominante, que surge tanto na morfologia, como na regulação e na gestão, reflete a limitação das políticas territoriais atuais no enquadramento do real espaço público e da sua estruturalidade.

Verificámos que não basta exigir uma sistematização dos espaços coletivos, classificação que a nosso ver traz uma neutralidade técnica do espaço público, mas contestar esse posicionamento que se instalou, nas políticas territoriais nacionais, quanto à produção de espaço público. A produção do espaço público corresponde a uma necessária transformação do solo, que evoluiu com a contradição económica entre a propriedade privada e a disponibilidade física de parte do território para a circulação, no processo de produção capitalista. Ou seja, a estruturalidade do espaço público é a de potenciar a relação entre produção, reprodução e consumo, garantindo a apropriação individual do solo nessa relação. O espaço público mantém uma relação dialética com espaço privado, sendo o espaço que permite manter as relações sociais baseadas na organização na família individual liberal.

Consideramos que a unidade que a propriedade privada e a pública representam na cidade de produção capitalista é reforçada pela naturalização da organização familiar privada, como se o edifício privado fosse condição *sine qua non* da transformação do solo, e não um resultado dos processos sociais que determinam como essa transformação pode ser realizada. Ou seja, porque temos um espaço que se chama e precisa de ser regulado como público em primeira instância? O público tem uma relação dialética com o privado, operada pelo Estado, que se constitui precisamente pela contradição entre as garantias individuais do sujeito e as garantias de todos ou quase todos, incluindo a parte da sociedade que consubstancia o Estado. Ou seja, a natureza do espaço público não é neutra, nem isenta de interesse diversificado e contraditório ao longo da sua hierarquia administrativa. O espaço público são muitos espaços públicos, tantos quantos os seus promotores e executores, mais ou menos legitimados, de âmbitos nacional e local. A tendência universalizante e social que se pretendeu dar ao espaço público foi conjuntural, dependente da correlação histórica entre grupos, dada a sua posição socioeconómica no processo de desenvolvimento económico. Se relembrarmos os objetivos

constantes do planeamento moderno e do planeamento surgido já depois da Segunda Guerra Mundial, onde se alargou o tipo de utilizadores do espaço público – crianças e mulheres, por exemplo, podemos verificar uma estratégia conducente à reprodução social que se foi transferindo para outros lugares, inclusive, não públicos, ainda que de uso coletivo.

Da análise das formas do espaço público, concluímos sobre a presença constante da regulação particularmente direcionada para os limites sobre espaços públicos viários. Verificámos a evolução dessa regulação no concelho no perfilamento viário, que dominou as obras municipais gaienses até à década de trinta do século XX. Em VNG, foi na cidade industrial oitocentista que se acentuou a formulação do estruturalidade do espaço público no planeamento territorial, dada a necessidade de circulação na organização do território urbanizado segundo os interesses da produção e distribuição económica modernas. As áreas baixas na frente norte do Rio Douro são intervencionadas para dar lugar a espaços de circulação, demolindo propriedade feudal. Isto porque, as primeiras preocupações modernas de infraestruturação se traduziram na limitação à propriedade privada existente, operando tanto uma rutura, como um compromisso com os espaços de representação pública do antigo regime. Assim, o perfilamento do espaço público é recorrente no projeto urbano, direcionado para a diminuição das distâncias, dos tempos de viagem, da segurança viária e da segurança pública, além da proteção civil, enquadrando nestas outras áreas de natureza pública já existentes, como sejam fontes ou cruzamentos. A compatibilização da propriedade privada do solo com as necessidades de circulação seria assegurada com a definição intensiva de novos, mais largos e mais longos eixos viários, demolindo sempre que necessário. A cidade burguesa é o produto mais consistente da organização da produção industrial de primeira geração, enquadrando os objetivos de rentabilização do solo e da edificação. O espaço público, com a função imediata e primordial de organizar estas populações e a sociedade civil, acompanha o mercado de solos e a promoção da iniciativa privada na urbanização, sendo considerado num conjunto de diferentes tipologias, mas com predominância da rua e da avenida, preocupações latentes nos estudos encontrados em arquivo municipal<sup>631</sup>.

---

<sup>631</sup> Um maior espaço público permitia aumentar cêrceas e incrementar o lucro do investimento realizado sobre a edificação. A tecnologia da mobilidade rápida e massificada coincide com a tecnologia da construção moderna, em altura, integrando os produtos standardizados da indústria, nomeadamente aqueles que permitem coletivizar esgotos, abastecimento de água, ventilação ou extração de gases e regularizar aberturas de vãos. O solo privado reduz-se à implantação do edifício, e verificamos a tendência para reduzir logradouros, criar galerias sob o avanço dos pisos superiores à rua. A natureza pública dos jardins e das praças corresponde a um novo paradigma, perante a sua domínialização face à anterior propriedade real ou aristocrata. A vida noturna é também garantida, com a iluminação do espaço público. A iluminação elétrica na habitação tornou-se uma realidade para parte destas áreas.

Com a instituição das políticas territoriais nacionais depois da Segunda Guerra, os espaços públicos, assim não denominados, estavam definidos nos primeiros instrumentos de planeamento desenvolvidos municipalmente segundo as áreas destinadas para “**espaços livres**”, “**circulação**”, “**passeios**”, “**áreas verdes públicas**” ou “**estacionamento**”. Neste período, o espaço público começou por apresentar nova variabilidade tipológica quando foi entendido como parte fundamental da execução urbanística promovida localmente. Ou seja, quando passou a ser enquadrado como direito afeto à habitação em massa, e não apenas aos espaços e edifícios da Administração ou à habitação das classes capitalistas ou aristocratas.

Nos períodos particularmente analisados, desde meados do século XX, podemos confirmar que uma maior densificação populacional e edificada se traduziu num incremento da quantidade e qualidade de alguns tipos de espaço público. Essa qualidade resulta da combinação dos critérios analisados nas oito áreas afetas aos planos de urbanização: o maior número de áreas de vários tipos, a maior área livre entre o edificado, a capacidade de construção em altura, a distribuição livre do mesmo ou a inexistência de limites físicos, a menor interferência dos limites de propriedade prévios ou dos que se vieram a definir, o menor número de eixos para uma maior dimensão dos mesmos no que se refere ao mapa axial, o maior número de interseções destes, o menor número de ruas sem saída, o menor número de tutelas dominiais, o maior número de elementos constantes desses espaços públicos, a maior combinação de usos, nomeadamente o pedonal e a maior qualificação em geral. Podemos identificar que as soluções tipológicas de edificado e espaço público produzidas nas áreas de Maravodi, Vila D’Este, Liceu e Cabo-Mor possibilitam um maior potencial de usos do espaço público. Todos os critérios levantados individualmente para cada área evidenciam que uma nova relação formal entre a propriedade privada e a propriedade pública, proposta no planeamento moderno, produziu espaços públicos com mais pluralidade de usos, como essa pluralidade de usos apresentou um pico em determinados processos de transformação do solo, em períodos e áreas concelhias diferentes. As áreas afetas a plano de urbanização conservaram parte ou maioritariamente os espaços públicos ali definidos, correspondendo às maiores manchas de espaço público não viário, bem como à maior contiguidade de tipos diferentes. As áreas produzidas para garantir espaço públicos viários dividem-se entre aquelas que foram estatalmente financiadas, e as que foram localmente executadas segundo a promoção particular, suportada na estrutura primitiva de vias municipais, caminhos vicinais e caminhos florestais de largura relativamente inferior.

No último período, verificámos não um abrandamento da produção do espaço público, mas uma consolidação do tipo viário a escalas regionais e nacionais, que se materializou na implantação de espaços públicos viários seja ao nível autoestradal, seja no enquadramento do

metropolitano, seja na criação de parte de novas vias estruturantes, que suportam a ligação entre a estrutura primitiva e aqueles. A par, definiram-se domínios municipais de parques e da frente marítima que incrementaram drástica a área de espaço público existente, desequilibrando a proporção média entre os tipos não viários e viários, dos períodos anteriores. Também não podemos afirmar que esse aumento por inclusão direta destas áreas seja artificial, na medida em que as mesmas passaram de facto a constituir-se como áreas de propriedade pública contínua, depois que as anteriores ocupações privadas até à costa foram expropriadas. Se não considerarmos esta situação de desequilíbrio, verificamos que a sucessiva transformação do solo, acompanhada pelo incremento de áreas de espaço público não viário, resultaram maioritariamente do planeamento municipal afeto a políticas territoriais que objetivamente enquadraram a sua produção na produção urbanística, e na recuperação ambiental, de parte do território ocupado por edificação ou usos incompatíveis. As áreas industriais de maior preponderância fogem desta planificação, apresentando desqualificação do espaço público.

Se concluímos sobre a estruturalidade do espaço público como sendo a da manutenção de um espaço de circulação, qual a utilidade particular na produção de espaços públicos de tipo não viário, no primeiro intervalo de tempo, entre 1949 e 1975? Consideramos que a alteração morfológica urbana, permitida pela introdução de tipologias como o bloco e a torre, proposta pelos instrumentos de planeamento territoriais modernos atendia à planificação da reprodução social, especificamente determinada pela organização familiar de rendimentos médios, dada a necessidade de estabelecer uma nova racionalização económica do Estado, tendo em conta a expansão regional da produção e de quadros técnicos e técnicos superiores, que seriam parte constituinte da administração pública. A produção do espaço público tinha de ser enquadrada neste contexto socioeconómico de industrialização do sul do concelho, por forma a consolidar novas áreas de habitação densificadas, rentabilizando o solo municipalizado e contrariando, segundo os próprios instrumentos, a dispersão que o concelho já apresentava. A promoção da reprodução social tinha o contexto particular de permitir diminuir custos de produção, com a necessariamente maior deslocação das populações. A introdução do espaço público não viário, acompanha a necessidade de densificar a população num determinado contexto urbanizado, servido de diferentes funções coletivizadas e realizadas no espaço público, organizando o tempo não produtivo, que resultara como conquista social na Europa do pós-guerra. Podemos confirmar uma pretensão económica do planeamento neste primeiro período, que teve efeitos na produção do espaço público até depois da liberalização da promoção urbanística, em suportar os processos de socialização da produção, que resultava na transferência, das populações operárias e terciárias da economia rural primitiva concelhia, para as novas áreas de expansão



industrial, no limite urbano. Sublinhamos esta leitura com o facto de outros bairros financiados centralmente terem sido desenvolvidos com uma produção do espaço público semelhante, como é o caso do Bairro do Cedro, projetado pelo mesmo autor de parte dos edifícios construídos em Cabo-Mor. Este processo volta a ser evidente na produção de espaço público não viário de maior dimensão e diversidade contígua, no segundo período, depois de 1974, com a comparticipação na promoção de habitação cooperativa, de custos controlados e social no concelho, e, no último período, com a promoção municipal de habitação, que no caso de VNG é mais tardia do que a do Porto ou a de Matosinhos.

A forma que o espaço público apresenta no desenvolvimento da economia industrial é a que garante melhores condições para a circulação, nomeadamente a circulação motorizada, que exige hierarquia e segurança, consubstanciadas no calibre e na forma das interseções. Num primeiro momento, ainda no século XIX, essa circulação acompanha a própria edificação. A produção, a distribuição, a habitação e o consumo ainda são realizados numa proximidade útil aos proprietários dos meios de produção. Num segundo momento, particularmente depois da Segunda Guerra, a forma do espaço público tende a constituir-se sob um aprofundamento das necessidades individuais, que acompanha a reivindicação popular, o poder organizado dos trabalhadores e a crescente libertação da mulher do trabalho reprodutivo. A transição para a programação moderna traduz a procura de respostas à expansão da distribuição produtiva e reprodutiva no território alargado, considerando a necessidade de organizar o tempo não produtivo, que paulatinamente deixava de ser afeto às populações femininas. O espaço público no planeamento moderno atende à compatibilização daquela com o processo de superpopulação, de alta densidade construtiva e de massificação do consumo de habitação e de automóvel, instrumento de trabalho prioritário no contexto de alargamento geográfico dos locais de trabalho e de consumo. Mais do que uma correspondência à democratização do espaço organizado coletivamente, o espaço público formulado no início do século XX e patente nas políticas territoriais durante meados do século XX, atende à reorganização do capital, segundo a uniformização dos produtos, especialmente da habitação também assim entendida. Ou seja, o sincronismo entre a planificação económica e a territorial. Para isso, a coletivização do solo torna-se premente.

VNG apresenta soluções de planeamento urbanístico direcionadas para esta terceirização na área urbana e o aumento da população suburbana, no limite urbano coevo. No final deste período, a especialização disciplinar, o desenvolvimento científico e o tecnológico acompanham as necessidades produtivas estendidas numa área metropolitana em processo de alargamento, onde o território é também o novo objeto da produção. Os efeitos da concentração

de capital em promotores imobiliários particulares permitiu manter esta fórmula de rentabilização do solo nas propostas de urbanização e edificação que tiveram continuidade nas áreas afetas a planos de urbanização, como é exemplo Maravodi, Liceu e Afurada, e em outras, onde ainda se mantiveram áreas destinadas a espaços públicos, como a urbanização Mariani e a Quinta da Bela Vista. Estes exemplos são relativamente menos importantes, no que se refere à quantidade produzida de espaço público naquele período, mas não podem ser esquecidos, dada a particularidade de terem seguido o mesmo paradigma de alta densidade construtiva e populacional, dispondo além de áreas verdes plantadas, de áreas de estar e mobiliário urbano, de equipamentos coletivos e de centros comerciais locais. Num terceiro momento, acentuam-se os processos de internacionalização do capital, onde a promoção imobiliária passa a desempenhar uma parte substancial na absorção de capital excedente. A promoção particular da urbanização e da edificação, bem como o espaço público concelhio crescem neste período, em dois sentidos – concentração construtiva, quando o capital está concentrado e dispersão da edificação; e, a duas escalas – a de promoção central e a local. A concentração terciária e comercial em grandes centros comerciais constitui uma nova fase de organização do consumo individual, onde a privatização dos espaços coletivos acompanha a edificação de habitação coletiva, tendencialmente em urbanização condominial. O espaço público da cidade oitocentista deixou de interessar, porque o espaço de consumo e, eventualmente produtivo (escala local) separou-se deste. Esta alteração da relação do consumidor com os novos espaços de consumo interiorizados, que decorre do crescente monopólio no setor retalhista, da redução dos custos de distribuição local, da concentração dos grupos do setor e da concentração financeira, passa a determinar também a função comercial dos espaços públicos onde aquela tinha sido planeada. A geografia do trabalho na AMP, diz-nos que perto de 1/3 da população passou a exercer atividade fora do concelho de VNG, no início da década de noventa, o que é confirmado com a necessidade do sucessivo aumento de linhas de transporte público mais alargadas e da motorização individual, que passou a corresponder a cerca de 20% das deslocações no concelho. A par, foi entre 1981 e 2001 que VNG registou o maior aumento de população entre os 25 e 64 anos de todo o século XX. Contudo, a relação habitação-trabalho continuava preponderantemente localizada no interior do concelho, principalmente com a periferização do setor secundário da AMP, para o limite urbano de VNG. Ou seja, a promoção da concentração dos espaços de consumo e da nova fase de industrialização, no final do segundo período analisado, produziu aquilo que o planeamento moderno previra – um novo padrão de concentração das atividades e da habitação, em determinadas áreas do concelho, mas segundo condições que limitaram a produção de espaço público do tipo não viário, dado o equilíbrio

entre a rentabilização edificativa do solo e a sua disponibilidade para outras funções. Essa limitação acentuou a diferenciação do valor do solo, e manteve ou acentuou uma diferenciação da estrutura socioeconómica no concelho, particularmente visível no padrão dos espaços públicos não viários afetos à locação de habitação. Quer isto dizer que, dada a complementaridade de rendimentos afetos à propriedade da habitação individual ou de atividade particular para o conjunto de trabalhadores que se tornaram disponíveis para os setores terciário e secundário, a relação entre produção, reprodução e circulação fez-se segundo formas espaciais enquadradas na dispersão existente, não apresentando, como fez notar Vazquez, **“um quadro de centrifugação do uso residencial do solo”** (1992, p.297).

O que a análise da distribuição tipológica do espaço público nos demonstrou, especialmente nos dois últimos períodos, é que as incompatibilidades e as desconformidades regulamentares que apresenta a sua condição física, resultam da adição e sobreposição destas formas espaciais, realizadas fundamentalmente a duas escalas, e ambas suportadas pelos respetivos instrumentos de planeamento territorial. Estas novas configurações espaciais resultaram tanto das políticas de ordenamento territorial, que por sua vez derivam das estratégias económicas de produção, enquadradas e financiadas pelo Estado, como de processos de urbanização locais, realizados pelos proprietários rurais ou suburbanos, enquadradas na ocupação casuística nos períodos onde verificámos maior produção de espaço público viário local. Quer isto dizer que, na produção de espaço público competiram duas classes específicas – o Estado, como organizador dos interesses nacionais e supranacionais, e os particulares, dada a inoperância municipal num contexto de produção de espaço público enquadrada pelas cedências para espaços e equipamentos coletivos. Assim, quem produziu o espaço público existente naquele período produziu-o na medida das suas possibilidades ou estratégias de mercado, resultando no período que apresenta a maior assimetria na configuração topológica<sup>632</sup>.

No último momento, a produção do espaço público ficou particularmente restrita à ação municipal, perante as estratégias de financiamento ou de programação central, nomeadamente afetas a quadros de investimento europeu. Convergem para a produção do espaço público os particulares, com o enquadramento jurídico das cedências e do RJUE, e as intervenções municipais, numa lógica concorrencial e de gestão urbanística. Ou seja, uma estratégia de política territorial direcionada para concertação na promoção da produção territorial, e onde o planeamento municipal se mantém num nível estratégico expectante no que diz respeito à

---

<sup>632</sup> A maior produção de eixos qualificados como mínimos (848) e inferiores (280) é simultânea à dos qualificados como máximos (13, a maior entre todos os períodos).

produção de espaço público de domínio municipal. Uma tendência para o monopólio da produção ou simples requalificação do espaço público, entendido como meio para reativar a valorização do solo, em áreas onde as funções anteriores do edificado se tornaram obsoletas. Os resultados particularmente relevantes desta política é a heterogeneidade qualitativa do espaço público entre as áreas afetas a intervenções e as restantes. Temos, neste último período, uma distribuição desequilibrada da produção de espaços públicos não viários, concentrada em áreas particularmente apropriadas pelo uso turístico, como seja o Centro Histórico e as marginais, face à condição generalizada da produção de espaços públicos exclusivamente viários, de provimento rodoviário local, no restante concelho. Assim, encontramos uma maioria dos habitantes servida por um espaço público monofuncional, face a uma minoria que detém o privilégio do espaço público polifuncional na sua área residencial. As demais funções que o espaço público organizado poderia oferecer estão contidas no ambiente privado dos centros comerciais, nos parques, nas frentes de água ou em áreas de espaço público intervencionadas para sua reabilitação física, particularmente executados na última década. E ainda naquilo que são os domínios setoriais, de uso condicionado e monofuncional. Acresce o facto de, parte da qualificação dos espaços públicos analisados ter tido lugar já no século XXI, cuja intervenção serviu para se enquadrarem áreas de recreio, passeios, iluminação homogénea e vegetação arbórea.

O que podemos concluir da nossa análise morfológica é que, e recuperando a racionalidade da cidade como estrutura espacial, o espaço público assumiu formas próprias da utilidade no sistema produtivo moderno e contemporâneo que devem ser assumidas, estudadas e monitorizadas. A procura de tipos ou a introdução artificial de tipos de espaço público em determinadas áreas urbanas, se não acompanhada de uma alteração das práticas sociais, do quotidiano produtivo das populações que servem, dos seus tempos de utilização essencialmente determinados pela relação produção, reprodução e consumo, não é somente inútil ou ingénuo, é contraproducente. Também, propor solucionar a alegada inutilização de alguns espaços públicos com a defesa de tipos como a praça e a rua, é ignorar a origem histórica e formal do uso desses outros tipos, nomeadamente quanto ao sentido que eles podem ter na organização social atual, nas formas de consumo em contexto de liberdade de mercado. Defender a continuidade da morfologia urbana oitocentista, ou atribuir estatutos patrimoniais preferencialmente a determinadas áreas morfológicas urbanas, é ignorar tanto a condição da produção territorial que lhe deu origem, como a condição daquela que é agora emergente, e onde o papel de novas formas de espaço público do tipo viário e não viário foi essencial. A contradição da morfologia urbana que nos interessa sublinhar é a de procurar uma autonomia

conceitual da forma construída, uma formulação abstrata da forma do espaço público, entendida na separação dos elementos que a constituem, mas, muitas vezes sem problematizar a utilidade socioeconómica desses elementos e da sua composição, reforçando leituras excludentes dos processos materiais que estão na base não tanto do que diferencia pontualmente uma produção urbana da outra, mas aquilo que lhe é mais comum e pode ser essencial a ambas. Daí resulta uma semiologia dos espaços públicos que consolida também a parcialidade e a subjetividade sobre o que é considerado canónico, sobre o que é uma forma preferencial para as funções coletivas, para o exercício de reunião, encontro, confronto ou conflito. No que se refere ao espaço público, este paradoxo traduz-se na dificuldade em enquadrar-se todas as expressões territoriais da propriedade pública, nomeadamente aquelas que surgem com a cidade alargada, moderna e pós-moderna, e que têm de ser abrangidas pela leitura igualmente criteriosa da forma territorial. Assim, resulta, para nós, uma insuficiência da morfologia urbana no que respeita aos processos de planeamento, apesar dos seus avanços em metodologias mais automáticas e rápidas de percecionar a forma da ocupação territorial. Se os processos de transformação, ocupação e uso do solo parecem mais complexos, também as formas de reconhecimento podem ser tão rápidas e complexas, como dialéticas, nomeadamente com o levantamento crítico da condição atual do território com metodologias digitais.

Do ponto de vista da análise da regulação do espaço público, verificamos a incoerência nos regulamentos municipais que defendem textualmente a manutenção da condição cadastral, dos limites físicos e da relação entre o espaço privado e o espaço público. O próprio PDM gaiense define a preservação prioritária de alinhamentos de muros na conformação projetual das operações urbanísticas. O muro permanece como um elemento obrigatório da urbanização e, se sob enquadramento de proteção municipal, deve ser mantido nas condições existentes. A referência à produção de espaços coletivos é genérica e contradiz a função social da propriedade na transformação do solo. A dominialidade contradiz a realidade executada em várias situações encontradas, promovendo a desresponsabilização tanto na gestão como na manutenção dos espaços públicos que se dividem entre diferentes tutelas e propriedades privadas com uso coletivo. A permissividade de projetar arruamentos de provimento local sem saída, seja de carácter definitivo, seja numa situação expectante de continuidade física, aumenta a probabilidade de cada operação urbanística piorar a condição topológica do espaço público existente e agravar a sua qualificação material futura. As limitações impostas à cêrcea, enquadradas com os índices urbanísticos, promovem padrões de urbanização de baixa densidade construtiva e contrariam objetivamente a consolidação construtiva e populacional. O RMUE, que atende à necessidade de o promotor regularizar o espaço público, é comprometido

a cada intervenção individualizada, resultando numa permanente e nova heterogeneidade da condição física do espaço público, agravando a recuperação do seu perfil e do seu uso. Finalmente, a contradição imanente do posicionamento da regulação sobre o espaço público é a de que este é secundarizado na produção territorial, apesar de inscrito nos regulamentos municipais, particularmente se esta diz respeito ao exercício da função urbanística por particulares. A regulação do espaço público reduz-se à determinação mínima de perfis viários, naturalizando a condição maioritariamente monofuncional daquele. Assim, mesmo que se possa desejar ampliar o seu potencial, o atual enquadramento regulatório limita-o ou impede-o efetivamente. Acresce a dificuldade em encontrar instrumentos de níveis de execução da urbanização, sendo que para o particular resta a sua capacidade para enquadrar tanto o espaço público que promove como o que já existe.

Da análise da gestão, podemos concluir que o paradigma da gestão como parte inerente do planeamento urbanístico acompanha à priori uma reformulação do papel das instituições públicas na produção territorial. Quer isto dizer que, o processo de transferência para os particulares da execução urbanística coincide com uma diminuição dos recursos humanos e técnicos afetos ao planeamento e à gestão municipais, bem como da dificuldade de financiamento para a produção territorial promovida pela edilidade. A execução do espaço público fica exclusivamente depende da transformação do solo pelos particulares, ou de parte da produção territorial que tem prioridade sobre outras realizada pelo município. Este contexto não é diferente daquele que a liberalização de 1965 trouxe à produção urbanística. Do ponto de vista do espaço público, os atuais instrumentos de gestão acentuam a diferenciação qualitativa do espaço público, assumindo-a como resultado natural da diferenciação qualitativa das atividades desenvolvidas no território e da sobreposição de intervenções pontuais e casuísticas. O espaço público é enquadrado genericamente tanto em planos de escala municipal, como nos planos de pormenor e de urbanização, ficando o promotor afeto à obrigação de manter a sua condição ou melhorá-la, sem, contudo, apresentar uma proposta coerente e que estabeleça continuidade com a **“malha urbana estruturada e ambientalmente qualificada”** (PU Barrosa, 2009, p.17). Da alegada rigidez dos planos formais, criticada ao longo do final do século XX, consta agora a rigidez da propriedade e dos limites fundiários, garantidos aos particulares na execução urbanística. Essa rigidez da propriedade privada é expressa precisamente na rigidez dos limites cadastrais que mantêm o espaço público exíguo, limitado nas suas hipóteses de uso e privado de ordenamento ambiental. Acresce a contradição da obrigação municipal de execução desses limites sob a forma de muros ou barreiras.

Face à necessidade de restabelecer paradigmas territoriais onde a execução do espaço público possa realizar-se, promovendo uma coerência ou intelegibilidade da malha, incrementar o seu potencial de uso, diminuir custos operacionais dos transportes coletivos e de infraestruturação, e condicionar a atuação dos particulares na produção territorial, o levantamento e reconhecimento das suas irregularidades tem de constituir uma função primordial das instituições públicas. Acompanhado desse reconhecimento efetivo, uma estratégia de projeto de execução, que não cabe na escala operativa dos PMOT, nem na atuação individualizada de cada promotor. Nesse sentido, a estratégia associada àquilo que é passível de ser a vocação primordial do espaço público que se manifesta nomeadamente nos transportes, públicos e individuais, tem de coincidir com o desenvolvimento da gestão urbanística. Ou seja, que as políticas territoriais não sustentem um interesse que seja antagónico das políticas de transporte e de promoção das atividades e do emprego, ao contrário do que acontece atualmente, onde a distribuição do acesso aos transportes é heterogénea e precedente de uma situação de concentração populacional que, entretanto, se alterou. Isto significa que, do ponto de vista da gestão, e a propósito da deslocação dos habitantes, é difícil reverter a condição extensiva do uso do solo, e reconsiderar a execução do espaço público com a edificação, nas suas tipologias e densidade construtiva, porque a introdução de outros paradigmas de ocupação do solo pode colocar em causa o mercado da execução territorial. De nada serve permanecer no discurso da extensão e da difusidade, se os próprios instrumentos de gestão territorial negam a condição histórica e económica desta morfologia urbana e persistem em permitir formas urbanas extensivas ou manter a baixa densidade da urbanização como meio único de regulação. Os instrumentos de gestão territorial passaram a ser, neste ponto, promotores do conflito entre as pretensões do promotor particular e a edilidade, tendo em vista a necessidade de aumentar a economia de meios, conforme Moura e Sá, seja pela rentabilização infraestrutural, seja pela justiça tributária, particularmente quando se verificou maior permissividade fiscal na dispersão (2015, p.251). Esta contradição revela-se nas limitações da economia de mercado impostas pela regulação que, ao invés de promover uma maior estratégia de execução que obrigue à confluência dos promotores, e não aguarde por ela, resulta na maior individualização, menor dimensão e separação física das propostas.

A gestão urbanística enfrenta ainda a contradição do carácter processual da produção urbana. O espaço público é primeiramente afetado por esta dinâmica, dada a ineficiência da edilidade em garantir a continuidade daquele ou em aguardar pela sua execução tardia. Assim, os instrumentos de gestão territorial que se vieram a implantar são um primeiro entrave, reforçando a desresponsabilização, a inação e a indefinição material do espaço mais

fundamental ao processo de desenvolvimento urbanístico em contexto de mercado fundiário. Ou seja, uma demonstração *per si* da necessidade última de mitificar o público como entidade capaz da gestão do conflito de interesses, numa sociedade tendencialmente organizada por privados, com diferentes capacidades financeiras e agendas administrativas e financeiras. A gestão territorial enfrenta, como mera execução, a inépcia prática das suas pretensões teóricas neoliberais, e no que nos podemos referir ao planeamento físico do espaço público revela especificamente as limitações da relação produtor/consumidor na produção urbana. Harvey regista a contradição da propriedade privada e do monopólio dentro da ética liberal da economia capitalista (Harvey, 2014, p.82), na qual o desenvolvimento capitalista desigual é fruto, vendo-se nas políticas de governo a narrativa da competição territorial. A introdução do conceito de gestão dissimula esta alteração ideológica fundamental nas políticas territoriais, que é a construção teórica da produção urbana como resultado de um compromisso, e a desconstrução de que resulta do desequilíbrio permanente de classes promotoras da exploração do solo, dos recursos e privilégios àqueles afectos (Harvey, 2014, p.xiii)<sup>633</sup>. Resumindo, a gestão como política neoliberal repesca o seu mito fundacional (Harvey, 2014, p.132) do contributo individual para melhorar o que é comum, ignorando as condições conjunturais que levam precisamente ao desenvolvimento desigual da transformação do solo, que é operado na contradição do monopólio e da competição pelo valor do solo (Harvey, 2014, p.138).

Em VNG, precisamente no momento de maior transformação estrutural das políticas territoriais, onde é criado o sujeito do direito à cidade e do direito à habitação, encontrámos um território particularizado, dividido e expandido onde aquele, como produtor, fomentou a configuração, que consideramos excludente, do espaço público. A maioria da população, parte da qual passou a ser promotora, veio a habitar nos níveis mais baixos de qualificação do espaço público. A correspondência entre a desqualificação territorial, do ponto de vista da qualidade do espaço público, e a distribuição das populações com rendimentos da sua atividade própria ou com rendimentos mais baixos, ainda que pequena proprietária dos prédios que urbaniza, não só é historicamente evidente, como corrobora a natureza teórica do público na produção territorial. Como defendemos na primeira parte da investigação, o público como conceito estrutural da burguesia opera o branqueamento do conflito de grupos existentes, aparentando uma univocidade entre os agentes existentes, que se assumiu sob diferentes quadros jurídicos e

---

<sup>633</sup> Conforme Harvey, "a resposta do capital às condições da crise global depois de 2007 foi colocar em prática um plano draconiano de austeridades global que diminui a oferta de bens públicos" (2012, p.165) Traduzido da Autora de: "The response on the part of capital to the global crisis conditions after 2007 has been to implement a draconian global austerity plan that diminishes the supply of public goods [...]". Harvey, 2012, p. 85.



administrativos desde meados do século XX. Na mesma medida, a execução urbana surge sob diferentes políticas territoriais nos quatro períodos analisados, e assume com a gestão uma evolução para a destituição dos deveres associados à propriedade privada, aproximando-se da estratégia política de depois de 1965. No último período, a produção do espaço público sob o espectro da gestão constituiu-se como um programa autónomo, e, por isso, separado nas suas diferentes escalas territoriais e vocações ou usos preferenciais, tendo como consequência o desfasamento entre a efetiva execução de cada tutela. Isto é mais visível no conflito de integração das estratégias ecológicas e de continuidade natural, que pertencem a objetivos estatais e internacionais das políticas territoriais e lhes precede alguma disciplina teórica e científica, com a condição de transformação do solo, eminentemente anticientífica e antieconómica, realizada individualmente. Resumindo, a gestão urbanística revela, particularmente pela programação do espaço público, que a produção urbanística é contraditória da estruturação económica e social no contexto de liberalização da transformação do solo.

Finalmente, a estratégia do espaço público como indicador pode fazer sentido para, de forma reativa, promover a melhoria das condições do espaço público, ou, pelo menos, aumentar a consciência comum da sua ineficácia ou insuficiência, nomeadamente no que diz respeito à sua forma, dimensão, volumetria, conteúdo e materiais de revestimento. Contudo, não deixa de pertencer à fórmula de avaliação competitiva nas políticas territoriais neoliberais. Por um lado, exige atribuir a alguns tipos de espaço público uma certa dignidade, cujo mérito advém, por si mesmo, de um preconceito vigente sobre o espaço público e os seus tipos preferidos ou considerados social ou culturalmente úteis; por outro lado, reforça a particularidade de algumas áreas estudadas, esquecendo o desenvolvimento global e expansivo característico da produção territorial capitalista. No caso de VNG, as últimas alterações de programação municipal na introdução dos parâmetros ambientais, fazendo corresponder aos programas nacionais de qualificação urbanística e ambiental, foram fundamentais para estabelecer um reconhecimento das condições efetivas do espaço público do concelho. Aqui, a produção de espaço público asusmiu a figura de espaço de uso público e de infraestrutura ambiental em simultâneo, ainda que momentaneamente e pontualmente, aguardando o restante território na exígua definição da programação municipal.

## Proposições teóricas e práticas sobre o Espaço Público

***Todos os projetos espaciais públicos são precisamente isso no sentido do conceito público e administração. Mas nem todos constituem espaços de urbanidade nos sentidos civil, político e figurativo que acompanham a boa cidade. Alguns são espaços para o público e outros são espaços públicos urbanos.***<sup>634</sup>

Sóla-Morales in AAVV, 2010, p.30

Se Sóla-Morales alegou a impossibilidade do projeto do espaço público, nós alegamos a impossibilidade de a produção territorial sob o modo de produção capitalista poder constituir um modelo cuja natureza pública seja democrática *per si*, ou se traduza com significado coletivamente benéfico. Para demonstrá-lo estão as mais recentes intervenções no concelho de VNG de base territorial, localizadas em áreas específicas que se delimitam dentro de um programa financiado esporadicamente pelo Estado, escasso na reorganização morfológica do cadastro, do edificado e das atividades rurais que restam além dos limites de cada projeto urbano. Isto não é muito diferente da pretensão reguladora de alguns dos planos analisados para VNG, mas com a diferença substantiva de se terem constituído também de acordo com a regulação económica estatal.

O espaço público formalmente legal é o tal espaço para o público? Consideremos que não. Arrogamos a contradição estrutural do planeamento do espaço público num contexto de natureza liberal da economia. A pretensão de considerar os espaços públicos como coletivos representa precisamente a dificuldade da universalidade do que é público, ou, pelo menos da possibilidade de o espaço público constituir lugar de realização coletiva, quando a morfologia urbana apresenta uma configuração excludente e segregadora da ocupação do território.

Nas diferentes fases de desenvolvimento económico do concelho, o espaço público serviu essa estruturalidade, mas sob diferentes expressões político-administrativas, ou seja, segundo três naturezas de público distintas. Inicialmente, com a ascensão da burguesia num território maioritariamente condicionado pela propriedade fundiária, o espaço de circulação motora foi o mote das principais e secundárias transformações operadas a norte e poente do concelho. A transformação do solo na perspetiva da produção de espaço público para lá do da

---

<sup>634</sup> Tradução da Autora de: "All public space projects are precisely that in the sense of public conception and administration. But not all of them constitute spaces of urbanity in the civil, political and figurative senses that go with the good city. Some are spaces for the public and others are urban public spaces." AAVV, 2010, p.30.

circulação teve maior importância com o movimento moderno, depois de uma transição histórica da organização da economia industrial perante a feudal. Mais do que a proposta tipológica e construtiva da habitação coletiva e da densificação destas, as políticas neoliberais atacam, ainda que sem o conseguir referir diretamente<sup>635</sup>, a proposta de coletivização do solo, ou seja, a possibilidade do solo se prestar às funções sociais, na qual o espaço livre seria fundamental. A conquista permanente do solo público foi, neste período, uma tarefa particular dos que representavam uma noção de público apoiada na instrumentalização das funções sociais que o ordenamento do território e o planeamento urbanístico deveriam prestar com a rentabilização do solo urbanizado. O que lemos nos planos desenvolvidos para o concelho neste período demonstra a flexibilidade das intervenções previstas e uma capacidade de adaptação às estruturas preexistentes, possíveis precisamente com a sistematização do desenho do espaço público. O planeamento urbanístico passaria a ser expressivo da estratégia de apropriação do solo pelo Estado, num primeiro compromisso explícito entre as programações territoriais do pós-guerra com o planeamento da economia de massa, destinada ao novo cidadão produtor económico, que não era o produtor territorial. Se ao estado convinha condições mínimas ou aprazíveis para esses novos segmentos sociais, não deixou de o fazer sob a forma da urbanização e do espaço público, cujo carácter científico da distribuição da densidade construtiva e populacional, associados ao impacto das mesmas na qualidade do seu uso e na condição da paisagem existente, produziu áreas substancialmente maiores e mais qualificadas de espaço público. A compatibilização entre as áreas afetas a urbanização e as infraestruturas rodoviárias era assegurada pela hierarquia desenhada para o conjunto de vias de circulação. Até à década de setenta, os novos espaços públicos traduziam ainda interesse na produção de diferentes formas ou tipos, afetos à valorização das áreas onde a edificação era centralmente autorizada, nomeadamente com a integração artística no processo construtivo da edificação e do espaço público, considerando ainda a introdução de produtos industriais aplicados à construção em altura. O esquema de organização viária proposto ao longo da década de sessenta representa a necessidade de transformação a propósito da esperada ocupação edificada do solo, conhecendo os aglomerados existentes e prestando-lhes o devido condicionamento paisagístico.

Depois deste compromisso, onde coincidiam interesses de produção económica com a melhoria das condições de vida dos habitantes, aumenta a democratização da pequena e média propriedade privada que o conjunto de promotores individuais, com maior capital, e na década

---

<sup>635</sup> Também, defendemos nós, que por não ter suporte científico e, eventualmente, reconhecimento de todo um maior panorama de urbanização promovido sob influência dos princípios modernos em vastas áreas do território nacional.

de setenta, vai promover. São excepção à produção monofuncional do espaço público as áreas inscritas na promoção imobiliária onde a concentração de capital se comprometeu com urbanização moderna, na perspectiva do que esta lhe apresentava de mais vantajoso – a valorização do produto imóvel pela diferenciação de qualidade, introduzindo espaços afetos à utilização próxima ao edificado, e independente dos limites cadastrais. Este momento é o que apresenta maior diversificação em quantidade, configuração topológica e tipológica do espaço público concelhio.

O compromisso posterior, enquadrado na liberalização das políticas territoriais e no aumento da regulação avulsa e até contraditória, diminuiu a produção do espaço público naquilo que são as suas funções coletivas, que pudessem de facto atender a diferentes necessidades além da viária. Por outro lado, o registo de aumento crescente, no último período, de áreas afetas a espaço público contraria a idealização do fim do espaço público, surgindo outros espaços públicos que não são mais do que respostas efetivas à realocização dos aparelhos produtivos e de consumo, onde participa o tipo viário de nível autoestradal. O restante território fica afecto à regulação geral da iniciativa particular, e a execução do espaço público sofre um gradual aumento na quantidade e qualidade eposteriormente à primeira portaria de parametrização dos espaços coletivos.

Apesar do desenvolvimento de estudos locais que suportam a inscrição do espaço público nos instrumentos de gestão territorial, a produção do espaço público não está determinada do ponto de vista projetual com prioridade global no concelho, excepto em áreas onde intervenções recentes tiveram lugar. O que nos demonstrou a análise do planeamento municipal é que a planificação do espaço público enquadrada nas políticas territoriais incrementou a sua qualidade, e que a regulação, ainda que escassa, providenciou mais área de espaço público nas situações estudadas, onde confirmamos a existência de áreas de cedências em conformidade. A restante produção do espaço público, na sua generalidade monofuncional e ausente de elementos qualificadores, resultou do contrário dessa programação, dada a sua execução segundo práticas socioeconómicas, que o planeamento tanto previu e não executou, como patrocinou, posteriormente. Torna-se evidente que a inexistência ou raridade de formas canónicas do espaço público resulta da resposta imediata às necessidades quotidianas das populações da configuração generalizada de espaços públicos. Na qualidade de populações utilizadoras foram também as suas produtoras mais diretas, e que, não podendo exigir ou executar outra configuração, reforçaram a condição do espaço público existente. Na grande maioria a produção de espaço público do concelho acompanhou a produção infraestrutural na mesma medida em qualidade e quantidade, num contexto tardio de urbanização difusa,

associado também à diminuição e escrutínio da capacidade financeira local no que diz respeito ao mercado de solos e numa condição generalizada de baixos rendimentos da população.

A produção do espaço público traduz o conflito latente da organização social com o território sob o modo de produção capitalista. Perante uma nova maturidade do planeamento, em reação aos efeitos de períodos anteriores, a produção do espaço público deve ser recuperada não sendo o único objeto do urbanismo<sup>636</sup>, mas sendo parte da reformulação da função social do planeamento. Perante as evidências da necessidade de preservação de outros ecossistemas territoriais, de onde homens e mulheres se realizam, essa recuperação é no sentido da criação e manutenção coletiva de funções necessárias à vida, que a produção territorial, no modo de produção do capital, usando-se do espaço público, permanentemente compromete. Reposicionar o espaço público nas políticas territoriais é uma obrigação primordial das instituições eleitas que tutelam a produção territorial sendo que as suas quantificação e qualificação são fundamentais para um reconhecimento efetivo da sua condição.

A produção do espaço público tem de considerar também novas relações tipológicas do edificado que criem solo público. Ou seja, agir contra a formalidade legal dos instrumentos de gestão territorial sustentados na rigidez do mercado fundiário e imobiliário, cuja natureza tende a afastar-se de uma racionalização económica do território em prol da manutenção do *status quo* do território urbanizado.

Quando a produção do espaço público não foi compatibilizada com o ordenamento social e económico produtivo, ou seja, com a forma como as pessoas se organizam para produzir, habitar e consumir, o próprio desenvolvimento capitalista promoveu as necessárias reconfigurações do espaço público no sentido da obtenção maior do lucro, pela figura dos seus promotores financeiramente legitimados. Em última instância, podemos imaginar fazer perder o espaço público como operador da produção territorial do modo de produção capitalista, projetando uma reconfiguração coletiva da apropriação económica do território, onde a diferenciação constitutiva público/privado seja superada.

---

<sup>636</sup> Portas, 2012, p.315

# BIBLIOGRAIA

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ABREU-HARBICH**, LOYDE VIEIRA, **LABAKI**, LUCILA CHEBEL, **MATZARAKIS**, ANDREAS, "EFFECT OF TREE PLANTING DESIGN AND TREES ON HUMAN THERMAL COMFORT IN THE TROPICS",

**ADORNO**, THEODOR, **HORKHEIMER**, MAX, "A INDÚSTRIA CULTURAL: O ILUMINISMO COMO MISTIFICAÇÃO DE MASSAS. IN: LIMA, LUIZ COSTA. TEORIA DA CULTURA DE MASSA. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 2002.

**ALLMENDIGER**, PHILIP, "PLANNING IN POSTMODERN TIMES", ROUTLEDGE, LONDON, 2001.

**ALTHUSSER**, LOUIS, "POSIÇÕES", LIVROS HORIZONTE, LDA, LISBOA, 1977.

**ALTHUSSER**, LOUIS, "ON MARX", EARLY WRITINGS, THE SPECTRE OF HEGEL, TRANSLATED BY G. M. GOSHGARIAN; PUBLISHER: VERSO, 1997.

**ALVES**, FERNANDO MANUEL BRANDÃO, "AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO: PROPOSTA METODOLÓGICA", FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, LISBOA, 2003.

**ALVES**, JORGE; **CARVALHO**, JOÃO, "OS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO EM PORTUGAL", UNIVERSIDADE DOS AÇORES, PONTA DELGADA, 2010.

**AMARAL**, DIOGO FREITAS DO [ET AL], "DIREITO DO URBANISMO", 1ª EDIÇÃO, OEIRAS, INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 1989.

**AMARAL**, DIOGO FREITAS DO, E **MONTEIRO**, CLÁUDIO, *MANUAL DE DIREITO DO URBANISMO*, POLICÓPIADO, LISBOA, 2002.

**AMP**, "ADEQUAÇÃO DA OFERTA DA REDE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO", DESPACHO N.º 13371/2011, DO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES, 2011.

**ANDRESEN**, TERESA (2004), "ESTRUTURA ECOLÓGICA DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO", PORTO: ICETA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AGRÁRIAS E AGRO-ALIMENTARES.

**ARAÚJO**, ILÍDIO, *PROBLEMAS DA PAISAGEM URBANA*, D.G.S.U., LISBOA, 1961.

**ARANTES**, OTÍLIA, "A CIDADE DO PENSAMENTO ÚNICO – DESMANCHANDO CONSENSOS", 3ª EDIÇÃO, EDITORA VOZES, PETRÓPOLIS, 2002.

**ARENDT**, HANNAH, "A CONDIÇÃO HUMANA", 10ª EDIÇÃO FORENSE UNIVERSITÁRIA, RIO DE JANEIRO, 2007.

**ARGAN**, GIULIO CARLO, "HISTÓRIA DA ARTE COMO HISTÓRIA DA CIDADE", MARTINS FONTES, 4ª EDIÇÃO, 1998.

**ASCENSÃO**, JOSÉ DE OLIVEIRA, *O URBANISMO E O DIREITO DE PROPRIEDADE*, IN *DIREITO DO URBANISMO*, I.N.A., OEIRAS, 1989.

**ASCHER**, FRANÇOIS, "NOVOS PRINCÍPIOS DO URBANISMO SEGUIDO DE NOVOS COMPROMISSOS URBANOS: UM LÉXICO", PREF. NUNO PORTAS; TRAD. MARGARIDA DE SOUZA LOBO E ANA VALENTE, 3ª EDIÇÃO, LIVROS HORIZONTE, LISBOA, 2012.

**ATENAS**, CARTA DE, "CARTA DE ATENAS", PUBLICADA NA REVISTA ARQUITECTURA, Nº 20, 1948-1949.

**AUGÉ**, MARC, "NÃO-LUGARES: INTRODUÇÃO A UMA ANTROPOLOGIA DA SOBREMERNIDADE", TRAD. MIGUEL SERRAS PEREIRA, EDITORA 90º, LISBOA, 2005.

**BARTHES**, ROLAND, "SADE, FOURIER, LOIOLA", EDIÇÕES 70, LISBOA, 1971.

**BASTOS**, FERNANDO EVANGELISTA, "A ABULIA DEMOCRÁTICA COMO ESTRATÉGIA IDEOLÓGICA DE REDUÇÃO DO HUMANO" PUBLICADO NA REVISTA UTOPIA Y PRAXIS LATINOAMERICANA, AÑO:20, Nº. 70 (JULIO-SEPTIEMBRE), 2015, PP 115-126.

**BASTOS**, FERNANDO JOSÉ RODRIGUES, "ARQUEOLOGIA(S) DO PODER - ESPAÇO PÚBLICO: UM PROJECTO POLÍTICO, ANTROPOLÓGICO E POIÉTICO", DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO GRAU DE DOUTOR EM FILOSOFIA, FLUP, PORTO, 2010.

**BAUDRILLARD**, JEAN, "A SOCIEDADE DE CONSUMO", EDIÇÕES 70, ARTE E COMUNICAÇÃO, RIO TINTO, 1995.

**BAUMAN**, ZYGMUNT, "A SOCIEDADE INDIVIDUALIADA", TRADUÇÃO JOSÉ GRADEL, ZAHAR, RIO DE JANEIRO, 2009.

**BAUMAN**, ZYGMUNT, "AMOR LÍQUIDO – SOBRE A FRAGILIDADE DOS LAÇOS HUMANOS", TRAD. CARLOS ALBERTOMEDEIROS, RELÓGIO D'ÁGUA EDITORES, 2006.

**BAUMAN**, ZYGMUNT, "MODERNIDADE LÍQUIDA", TRADUÇÃO PLÍNIO DENTZIEN, ZAHAR, RIO DE JANEIRO, 2001.

**BENEVOLO**, LEONARDO, "HISTÓRIA DA CIDADE", TRAD. SILVIA MAZZA, 4ª ED., ED. PERSPECTIVA, SÃO PAULO 2005.

**BENEVOLO**, LEONARDO, "AS ORIGENS DA URBANÍSTICA MODERNA", EDITORIAL PRESENÇA, VILA DA FEIRA, 1981.

**BERMAN**, MARSHALL, "TUDO O QUE É SÓLIDO SE DISSOLVE NO AR", EDIÇÕES 70, VILA NOVA DE GAIA, 1989.

**BERNATZKY**, ALOYS (1966), "LES ESPACES VERTS EN TANT QUE FACTEUR CLIMATIQUE ET LEUR FONCTION EN URBANISME", ANTHOS: ZEITSCHRIFT FÜR LANDSCHAFTSARCHITEKTUR - UNE REVUE POUR LE PAYSAGE, 5, PP. 29-34.

**BORJA**, JORDI, "REVOLUCIÓN URBANA Y DERECHOS CIUDADANOS: CLAVES PARA INTERPRETAR LAS CONTRADICCIONES DE LA CIUDAD ACTUAL", FACULTAD DE GEOGRAFÍA E HISTORIA DE LA UNIVERSIDAD DE BARCELONA, BARCELONA, 2012.

**BORJA**, JORDI, **MUXÍ**, ZAIDA, "EL ESPACIO PÚBLICO: CIUDAD Y CIUDADANÍA", ELECTA, BARCELONA, 2003.

**BORJA**, JORDI, **CASTELLS**, MANUEL, "LOCAL AND GLOBAL – MANAGEMENT OF CITIES IN THE INFORMATION AGE", EARTHSCAN PUBLICATIONS LTD, LONDON, 1997.

**BORJA**, JORDI, **CASTELLS**, MANUEL, **DORADO**, ROBERTO, **QUINTANA**, IGNACIO, « LAS GRANDES CIUDADES EN LA DECADA DE LOS NOVENTA », EDITORIAL SISTEMA, FFE, MADRID, 1990.

**BORJA**, JORDI, « MANUAL DE GESTIÓN MUNICIPAL DEMOCRÁTICA », INSTITUTO DE ESTUDIOS DE ADMINISTRACION LOCAL , MADRID-BARCELONA, 1987.

**BORJA**, JORDI, "LES MOUVEMENTS SOCIAUX URBAINS EN ESPAGNE », ESPACES ET SOCIETES, 19, PARIS, 1975.

**BOURDIEU**, PIERRE, "A DOMINAÇÃO MASCULINA", TRADUÇÃO JULIA FERREIRA, RELÓGIO D'ÁGUA, LISBOA, 2013.

**BOURDIEU**, PIERRE, "O PODER SIMBÓLICO", TRADUÇÃO FERNANDO TOMAZ, DIFEL, LISBOA, 1989.

**BOURDIN**, ALAIN, "O URBANISMO DEPOIS DA CRISE", TRAD. MARGARIDA SOUZA LÔBO, LIVROS HORIZONTE, LISBOA, 2011.

**BRANDÃO**, PEDRO, "NOVAS COLETIVIDADES - PERSPETIVAS CRÍTICAS", ENTREVISTA POR LUIS SANTIAGO BAPTISTA E PAULO MELÂNEO, PUBLICADA NA REVISTA ARQA, LISBOA, NÚMERO MAIO/JUNHO, 2013.

**BRANDÃO**, PEDRO, "O SENTIDO DA CIDADE: ENSAIOS SOBRE O MITO DA IMAGEM COMO ARQUITECTURA", LIVROS HORIZONTE, LISBOA, 2011.



**BRANDÃO**, PEDRO, "A IDENTIDADE DOS LUGARES E A SUA REPRESENTAÇÃO COLECTIVA - BASES DE ORIENTAÇÃO PARA A CONCEPÇÃO, QUALIFICAÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO", DGOTDU, LISBOA, 2011.

**BRANDÃO**, PEDRO, IN "MANUAL DE METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL", PUBLICADO PELOS MUNICÍPIOS DO BARREIRO, LOURES E MOITA, CONJUNTAMENTE COM A EMPRESA TRANSITEC PORTUGAL, ENGENHEIROS – CONSULTORES, NO ÂMBITO DO SUB-PROJECTO TRAMO - OPERAÇÃO QUADRO REGIONAL MARE, 2008.

**BRANDÃO**, PEDRO, "A CIDADE ENTRE DESENHOS: PROFISSÕES DO DESENHO, ÉTICA E INTERDISCIPLINARIDADE", PREF. ANTONI REMESAR E NUNO PORTAS, HORIZONTE, LISBOA, 2006.

**BRANDÃO**, PEDRO, **REMESAR**, ANTONI, "DESIGN DE ESPAÇO PÚBLICO – DESLOCAÇÃO E PROXIMIDADE", CENTRO PORTUGUÊS DE DESIGN, LISBOA, 2003.

**BRANDÃO**, PEDRO, "O CHÃO DA CIDADE: GUIA DE AVALIAÇÃO DO DESIGN DE ESPAÇO", CENTRO PORTUGUÊS DESIGN, LISBOA, 2002.

**BRANDÃO**, PEDRO, **REMESAR**, ANTONI, "ESPAÇO PÚBLICO E A INTERDISCIPLINARIDADE", CENTRO PORTUGUÊS DE DESIGN, LISBOA, 2000.

**BUSQUETS**, JOAN, *CITIES X LINES, A NEW LENS FOR THE URBANISTIC PROJECT*, HARVARD UNIVERSITY GRADUATE SCHOOL OF DESIGN, NICOLODI EDITORE, 2006.

**CABRAL**, FRANCISCO CALDEIRA (1980), "O «CONTINUUM NATURALE» E A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA", LISBOA: SERVIÇOS DE ESTUDOS DO AMBIENTE, 1980, PP. 35-54.

**CABRAL**, FRANCISCO CALDEIRA; **TELLES**, GONÇALO RIBEIRO, "A ÁRVORE EM PORTUGAL", LISBOA: ASSÍRIO & ALVIM, 1999.

**CÁLIX**, TERESA E SÁ, MANUEL FERNANDES, IN "PERSPETIVAS DEBATE SOBRE TEMAS FUNDAMENTAIS EM MORFOLOGIA URBANA – O ENSINO DA MORFOLOGIA URBANA NA FAUP", [HTTP://PNUM.FE.UP.PT/PT/INDEX.PHP/DOWNLOAD\\_FILE/VIEW/246/](http://pnum.fe.up.pt/pt/index.php/download_file/view/246/), 2015.

**CAMHIS**, MARIOS, "PLANNING THEORY AND FILOSOPHY", TAVISTOCK PUBLICATIONS, LONDON, 1979.

**CAMHIS**, MARIOS, "“PLANNING THEORY AND FILOSOPHY”, ANTIPODE, VOLUME 10, ISSUE 2, AUGUST, 1978, PAGES 44–63, IN <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.1978.tb00106.x/full>, EM 14 DE MARÇO DE 2017.

**CANIGGIA**, GIANFRANCO, *STRUTTURE DELLO SPAZIO ANTRÓPICO*, STUDI E NOTE, 4ª RISTAMPA ALINEA, 1992.

**CARMONA**, MATTHEW, **CARMONA**, SARAH, **CLARKE**, WENDY, "THE VALUE OF GOOD DESIGN", LONDON, CABE, 2002.

**CARRILHO**, FERNANDA, "DICIONÁRIO DE LATIM JURÍDICO", ALMEDINA, COIMBRA, 2010.

**CARVALHO**, JORGE, **OLIVEIRA**, FERNANDA PAULA, "CLASSIFICAÇÃO DO SOLO NO NOVO QUADRO LEGAL", ALMEDINA, COIMBRA, 2016.

**CASTEX**, JEAN, "HISTOIRE URBAINE, ANTHROPOLOGIE DE L'ESPACE", INTRODUCTION DE DANIEL LE COUEDIC, PARIS, CNAS, 1995.

**CASTILHO**, JOSÉ ROBERTO FERNANDES, *DISCIPLINA URBANÍSTICA DA PROPRIEDADE: O LOTE E SEU DESTINO*, EDITORA PILLARES; 4 EDITION, AUGUST 20, 2013.

**CASTELLS**, MANUEL, «THE INFORMATIONAL CITY», ECONOMY, SOCIETY AND CULTURE, OXFORD, BLACKWELL, 2002.

**CASTELLS**, MANUEL, «A QUESTÃO URBANA», TRADUÇÃO DE ARLENE CAETANO, PAZ E TERRA, SÃO PAULO, 2000.

**CASTELLS**, MANUEL, « THE CITY AND THE GRASSROOTS: A CROSS-CULTURAL THEORY OF URBAN SOCIAL MOVEMENTS », EDWARD ARNOLD, LONDON, 1983.

**CASTELLS**, MANUEL, « CRISIS URBANA Y CAMBIO SOCIAL », SIGLO VEINTIUNO DE ESPAGNA EDITORES, MADRID, 1981.

**CASTELLS**, MANUEL, « LA QUESTION URBAINE », ED. REV., PARIS, FRANÇOIS MASPERO, 1975.

**CASTRO**, ANTÓNIO PAES DE SANDE E, "A GRANJA DE TODOS OS TEMPOS. DESDE A GRANJA DOS FRADES DE GRIJÓ E DA GRANJA DOS AYRES, ATÉ À PRAIA DA GRANJA DOS NOSSOS DIAS. INTRODUÇÃO, NOTAS E LEGENDAS DE ALFREDO AYRES DE GOUVÊA ALLEN", GAIA. CMG, 1973.

**CATALDI**, GIANCARLO, "SAVERIO MURATORI AND THE ITALIAN SCHOOL OF PLANNING TYPOLOGY", IN URBAN MORPHOLOGY, 6(1), PP. 3-14, UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI FIRENZE, ITALY, 2002.

**CAVACO**, CRISTINA, "FORMAS DO HABITAT HUMANO – TIPOLOGIAS E MODELOS RESIDENCIAIS NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA", PROVA DE DOUTORAMENTO, FAUL, 2009.

**CCCB, ACTAR**, "IN FAVOUR OF PUBLIC SPACE – TEM YEARS OF THE EUROPEAN PRIZE FOR URBAN PUBLIC SPACE", CONSORTIUM OF THE CENTRE DE CULTURA CONTEMPORÀNIA DE BARCELONA, BARCELONA, 2010.

**CCDR/LVT**, SEMINÁRIO "CLASSIFICAÇÃO DO SOLO E URBANISMO", ATAS DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO, 2016.

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

**CE**, "CIDADES EUROPEIAS SUSTENTÁVEIS - RELATÓRIO", GRUPO DE PERITOS SOBRE O AMBIENTE URBANO, BRUXELAS, 1996.

**CEFA**, URBANISMO E PODER LOCAL : COMUNICAÇÕES / JORNADAS INTERNACIONAIS, 1ª ED., COIMBRA, 1989.

**CERASI**, MAURICE, "EL ESPACIO COLECTIVO DE LA CIUDAD: CONSTRUCCIÓN Y DISOLUCIÓN DEL SISTEMA PÚBLICO EN LA ARQUITECTURA DE LA CIUDAD MODERNA", PROL. DE LUDOVICO QUARONI, VER. CAST. ADA LLORENS, 1ª ED., BARCELONA, OIKOS-TAU, 1990.

**CERDÀ**, ILDEFONS, "TEORIA GENERAL DE LA URBANIZACION, Y APLICACION DE SUS PRINCIPIOS Y DOCTRINAS A LA REFORMA Y ENSANCHE DE BARCELONA, TOMO I", IMPRENTA ESPAÑOLA, TORIJA, BAJO, 1867.

**CHOAY**, FRANÇOISE, "A REGRA E O MODELO: SOBRE A TEORIA DA ARQUITECTURA E DO URBANISMO", TRAD. TIAGO MARQUES, CASAL DE CAMBRA, CALEIDOSCÓPIO, 2007.

**CHOAY**, FRANÇOISE, "O URBANISMO – UTOPIA E REALIDADES – UMA ANTOLOGIA", PERSPECTIVA, 2003.

**CHOAY**, FRANÇOISE, "HAUSSMAN ET LES SYSTEMS DE ESPACES VERTS", IN REVUE DE L'ART, 1975.

**CHOAY**, FRANÇOISE, "L'URBANISME : UTOPIES ET REALITES UNE ANTHOLOGIE", PARIS, DU SEUIL, COP. 1965.

**CNA**, "1º CONGRESSO NACIONAL DE ARQUITECTURA", EDIÇÃO FAC-SIMILADA, ORDEM DOS ARQUITECTOS, LISBOA, 2008.

**CÓDIGO CIVIL**, 19 EDIÇÃO, ALMEDINA, COIMBRA, 2015.

**COELHO**, CARLOS ET AL, "O TEMPO E A FORMA. CADERNOS DE MORFOLOGIA URBANA. ESTUDOS DA CIDADE PORTUGUESA", ARGUMENTUM, LISBOA, 2014.

**COELHO**, CARLOS ET AL, "OS ELEMENTOS URBANOS. CADERNOS DE MORFOLOGIA URBANA. ESTUDOS DA CIDADE PORTUGUESA", ARGUMENTUM, LISBOA, 2013.

**COELHO**, CARLOS (COORD.) E LAMAS, JOSÉ, "A PRAÇA EM PORTUGAL – AÇORES", SRAM, DROTTH, NOVA GRÁFICA, PONTA DELGADA, 2005.

**COELHO**, ANTÓNIO J. M. BAPTISTA; CABRITA, ANTÓNIO M. REIS (1985-1986), "ESTUDOS SOBRE ESPAÇOS EXTERIORES EM NOVAS ÁREAS RESIDENCIAIS", LISBOA: LNEC - LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL, 1983 (?).

**COLLECTION**, THE HULTON GETTY PICTURE, 150 YEARS OF PHOTO JOURNALISM, KÖNEMANN, KÖLN, 1995.

**CONDESSO**, FERNANDO, *RESENHA DIACRÓNICA E SINCRÓNICA DA NORMAÇÃO URBANÍSTICA*, IN DIREITO DO URBANISMO: NOÇÕES FUNDAMENTAIS. (LIÇÕES). COLABORAÇÃO DE CATARINA ALEXANDRA AZEVEDO CONDESSO, LISBOA, QUID JURIS, 1999.

**CORREIA**, FERNANDO ALVES, *MANUAL DE DIREITO DO URBANISMO*, VOLUME I, 4ª EDIÇÃO, ALMEDINA, COIMBRA, 2012.

**CORREIA**, FERNANDO ALVES, PROBLEMAS ACTUAIS DO DIREITO DO URBANISMO PORTUGUÊS, CEDOUA, ANO 1, VOL. 2, 1998.

**CORREIA**, FERNANDO ALVES, "AS GRANDES LINHAS DA RECENTE REFORMA DO DIREITO DO URBANISMO PORTUGUÊS", ALMEDINA, COIMBRA, 1993.

**CORREIA**, PAULO, "GESTÃO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO – ESTRATÉGIAS FUNDIÁRIAS", LISBOA, 1987.

**COSTA**, JOÃO PEDRO, "URBANISMO E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – AS FRENTES DE ÁGUA", LIVROS HORIZONTE, LISBOA, 2013.

**COUTINHO**, CARLOS NELSON, "ATUALIDADE DE GRAMSCI", 1997. EM [HTTP://WWW.ACESSA.COM/GRAMSCI/TEXTO\\_IMPRESSAO.PHP?ID=293](http://www.acesa.com/GRAMSCI/TEXTO_IMPRESSAO.PHP?ID=293)

**CRESPO**, JOSÉ LUÍS, "PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NO PLANEAMENTO MUNICIPAL. ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, 1990-2000", UNIVERSIDADE DE LISBOA, FACULDADE DE LETRAS, 2003, [COMUNICAÇÃO DE DATA DESCONHECIDA].

**CULLEN**, GORDON, *PAISAGEM URBANA*, TRAD. ISABEL CORREIA E CARLOS MACEDO, EDIÇÕES 70, LISBOA, 2004.

**DAVIS**, MIKE, "PLANET OF SLUMS", VERSO, LONDON, 2007.

**DAVIS**, MIKE, "ECOLOGY OF FEAR: LOS ANGELES AND THE IMAGINATION OF DISASTER", 1ST EDICADOR, LONDON, 1999.

**D'AZEVEDO**, FRANCISCO PEREIRA, "HISTORIA DA PROSTITUIÇÃO E POLICIA SANITARIA NO PORTO: SEGUIDA DE UM ENSAIO ESTATISTICO DOS DOUS ULTIMOS ANNOS, TABELLAS DE COMPARATIVAS, ETC." EM CASA DE F. GOMES DA FONSECA, PORTO, 1864.

**DEBORD**, GUY, "A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO", EBOOK, 2003. EM [HTTPS://WWW.MARXISTS.ORG/PORTUGUES/DEBORD/1967/11/SOCIEDADE.HTM](https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.htm), EM JANEIRO 2016.

**DELGADO**, MANUEL, "O ESPAÇO PÚBLICO COMO REPRESENTAÇÃO. ESPAÇO URBANO E ESPAÇO SOCIAL EM HENRI LEFEBVRE", REVISTA PUNKTO, 2014 [CONFERÊNCIA PROFERIDA NO ÂMBITO DO CICLO «A CIDADE RESGATADA» ORGANIZADO PELA OASRN. MUSEU DE SERRALVES, 15 DE MAIO DE 2013.].

**DELEUZE**, GILLES, **GUATTARRI**, FÉLIX, "ANTI-ÉDIPO – CAPITALISMO E ESQUIZOFRENIA", TRADUÇÃO JOANA MORAES VARELA, MANUEL MARIA CARRILHO, ASSÍRIO E ALVIM, LISBOA, 1995.

**DIÁRIO DE LISBOA**, FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ, MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA, REPARTIÇÃO CENTRAL, 13 DE JANEIRO DE 1865.

**DOMINGUES**, ALVARO, **ABRUNHOSA**, MARIANA, "WORLD OF WINE: A VISTA DO PORTO PARA GAIA COM MAIS UM CHIRINGUITO", PUBLICO, 16 DE JUNHO DE 2017, VERSÃO ONLINE.

**DUNDAR, S.G. ET AL**, "NEW FACES OF HARBOR CITIES", CAMBRIDGE SCHOLARS PUBLISHING, CAMBRIDGE, 2014.

**ECOXXI**, 2017, <https://ecoxxi.abae.pt/sobre/testemunhos/>, em 26 de Outubro de 2017 [recurso electrónico].

**EISENMAN, PETER**, "POST-FUNCTIONALISM", OPPOSITIONS 6, FALL 1976.

**ELY, MARTIN, PITMAN, SHERYN**, "GREEN INFRASTRUCTURE LIFE SUPPORT FOR HUMAN HABITATS - THE COMPELLING EVIDENCE FOR INCORPORATING NATURE INTO URBAN ENVIRONMENTS", PREPARED FOR THE GREEN INFRASTRUCTURE PROJECT, BOTANIC GARDENS OF SOUTH AUSTRALIA, DEPARTMENT OF ENVIRONMENT, WATER AND NATURAL RESOURCES, JUNE 2014.

**ENGELS, FRIEDERICH**, "PARA A QUESTÃO DA HABITAÇÃO", OBRAS ESCOLHIDAS EM TRÊS TOMOS, EDITORIAL "AVANTE!". PUBLICADO SEGUNDO O TEXTO DA EDIÇÃO DE 1887. TRADUÇÃO: TRADUZIDO DO ALEMÃO POR JOÃO PEDRO GOMES. TRANSCRIÇÃO E HTML: FERNANDO A. S. ARAÚJO, JANEIRO 2009 EM <https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/habita/index.htm>, EM DEZEMBRO 2014.

**ENGELS, FRIEDERICH**, "DO SOCIALISMO UTÓPICO AO SOCIALISMO CIENTÍFICO", 1880 EM <https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm>, EM DEEMBRO 2014.

**ENGELS, FRIEDERICH**, "A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO", 9ª EDIÇÃO, TRADUÇÃO DE LEANDRO KONDER, PERSPECTIVAS DO HOMEM, RIO DE JANEIRO, 1984.

**ENTERRÍA, EDUARDO GARCÍA**, *JUSTICIA Y SEGURIDAD JURÍDICA EN UN MUNDO DE LEYES DESBOCADAS*, CIVITAS EDICIONES, S.L, REIMPRESSÃO, 2006.

**ESPAÇOS VERDES**, "CRITÉRIOS E INDICADORES DE ESPAÇOS VERDES URBANOS – APLICAÇÃO DO MODELO URGE A ESPAÇOS VERDES EM PORTUGAL", 1ª ED. ESPAÇOS VERDES, PROJECTOS E CONSTRUÇÃO, LDA, LISBOA, 2005.

**EYCK, ALDO VAN**, "ALDO VAN EYCK – THE PLAYGROUNDS AND THE CITY", ED. LIANE LEFAIVRE, INGEBORG DE ROODE, NAI PUBL, ROTTERDAM, 2002.

**FADIGAS, LEONEL** (2011), "ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DA PAISAGEM", LISBOA: EDIÇÕES SILABO, LDA.

**FALUDI, ANDREAS**. "TERRITORIAL COHESION BEYOND STATE TERRITORIALITY. CIST2014 - FRONTS ET FRONTIÈRES DES SCIENCES DU TERRITOIRE", MAR 2014, PARIS, FRANCE. PROCEEDINGS DU 2E COLLOQUE INTERNATIONAL DU CIST, PP.179-183, 2014.

**FALUDI ANDREAS**, "MULTI-LEVEL (TERRITORIAL) GOVERNANCE: THREE CRITICISMS", PLANNING THEORY & PRACTICE, 13(2), PP. 197-211, 2011.

**FALUDI, ANDREAS**, "A READER IN PLANNING THEORY", EDITED BY ANDREAS FALUDI, PERGAMON PRESS, OXFORD, 1984.

**FERNANDES, JOSÉ PEDRO**, "DOMÍNIO PÚBLICO", IN DICIONÁRIO JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, VOL. IV, S.E., LISBOA, 1991.

**FERNANDES, MARIO GONÇALVES**, "URBANISMO E MORFOLOGIA URBANA NO NORTE DE PORTUGAL, VIANA DO CASTELO, PÓVOA DE VARZIM, GUIMARÃES, VILA REAL, CHAVES E BRAGANÇA ENTRE 1852 E 1926", FAUP EDIÇÕES, PORTO, 2005.

**FERNANDES, SÉRGIO**, "GÉNESE E FORMA DOS TRAÇADOS DAS CIDADES PORTUGUESAS – MORFOLOGIA, TIPOLOGIA E SEDIMENTAÇÃO", PROVA DE DOUTORAMENTO, FAUL, 2014.

**FERRÃO, JOÃO**, "O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO COMO POLÍTICA PÚBLICA", FCG, SERVIÇO DE EDUCAÇÃO DE BOLSAS, LISBOA, 2011.

**FERRÃO**, JOÃO, "ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: 25 ANOS DE APRENDIZAGEM", EUROPA NOVAS FRONTEIRAS, REVISTA DO CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA JAKES DELORS, Nº 26/27, JANEIRO/DEZEMBRO, PP.77-84, 2010.

**FERRÃO**, JOÃO, "A CIDADE COMO AGITAÇÃO SOCIAL - PEDIDO DE AJUDA DE UM GEÓGRAFO AOS COLEGAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS", CIDADES, COMUNIDADES E TERRITÓRIOS, N.º 8, PP. 111-117, JUN. 2004.

**FERREIRA**, DE EDUARDO DE SOUSA, "A DECADÊNCIA DO CORPORATIVISMO", CADERNOS LIVRES Nº8, LIVRARIA SÁ DA COSTA EDITORA, 1975.

**FINISTERRA**, REVISTA PORTUGUESA DE GEOGRAFIA, "ORLANDO RIBEIRO, SUZANNE DAVEAU, ILÍDIO DO AMARAL", VOL. 1, Nº1, LISBOA, CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS, 1966.

**FOUCAULT**, MICHEL, "SEGURANÇA, TERRITÓRIO, POPULAÇÃO", TRADUÇÃO EDUARDO BRANDÃO, MARTINS FONTES, SÃO PAULO, 2008.

**FOUCAULT**, MICHEL, "HISTÓRIA DA SEXUALIDADE 1 – A VONTADE DE SABER", RELÓGIO D'ÁGUA, 1994.

**FOUCAULT**, MICHELLE, "MICROFÍSICA DO PODER", [ENTREVISTA DE 1975].

**FOURIER**, CHARLES, "EL FALANSTERIO", EDICIONES GODOT, BUENOS AIRES, ARGENTINA, 2008.

**FOURQUET**, FRANÇOIS, **MURARD**, LION, "LOS EQUIPAMIENTOS DEL PODER – CIUDADES, TERRITORIOS, EQUIPAMIENTOS COLETIVOS", EDITORIAL GUSTAVO GILI, BARCELONA, 1978.

**FRANÇA**, BRUNO ALVES, **GOMES**, MARIA DE FÁTIMA CABRAL GOMES, "NOVAS FORMAS DE GESTÃO URBANA E RECONFIGURAÇÕES DA INTERVENÇÃO SOCIAL", IN JORNADA INTERNACIONAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFMA, SÃO LUÍS/MARANHÃO, BRASIL, 25 E 28 AGOSTO 2015.

**FRANÇOIS**, QUESNAY, TABLEAU OECONOMIQUE / [PAR FRANÇOIS QUESNAY]. SUIVI DE EXTRAIT DES OECONOMIES ROYALES / DE M. DE SULLY, 1759 IN <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k106140h.r=fran%C3%A7ois%20quesnay?rk=64378;0> EM 13 DE JULHO D 2017.

**FRIEDMANN**, JOHN, WHY DO PLANNING THEORY", SAGE PUBLICATIONS, LONDON, THOUSAND OAKS, CA AND NEW DELHI, VOL 2(1): 7–10, 2003.

**FRIEDMANN**, JOHN, "PLANNING IN THE PUBLIC DOMAIN – DISCOURSE AND PRAXIS", JOURNAL OF PLANNING EDUCATION AND RESEARCH, 8, 1989, ASSOCIATION OF COLLEGIATE SCHOOLS OF PLANNING.

**FRIEDMANN**, JOHN, « PLANNING IN THE PUBLIC DOMAIN – FROM KNOWLEDGE TO ACTION", PRINCETON UNIVERSITY, PRESS, 1987.

**GARNIER**, TONY, "UNE CITE INDUSTRIELLE: ETUDE POUR LA CONSTRUCTION DES VILLES", PHILIPPE SERS, PARIS, 1988.

**GARNIER**, TONY, UNE CITE INDUSTRIELLE, PHILIPPE SERS EDETEUR, PARIS, 1988.

**GARNIER**, TONY, « L'OEUVRE COMPLETE », DIR. ÉDITION CLAUDE EVENO, PARIS, CENTRE GEORGES POMPIDOU, [COP.1989].

**GASPAR**, M.P., "O VINHO DO PORTO: ENTRE O ARTESANATO E A AGROINDÚSTRIA", IN HISTÓRIA, REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS, III SÉRIE, VOL. 6, PORTO, PP. 185-191, 2005.

**GAUTHIER**, PIERRE AND **GILLIAND**, JASON, "MAPPING URBAN MORPHOLOGY: A CLASSIFICATION SCHEME FOR INTERPRETING CONTRIBUTIONS TO THE STUDY OF URBAN FORM", IN URBAN MORPHOLOGY, 10(1), PP. 41-50, 2006.

**GHORRA-GOBIN**, CYNTHIA, "DESIGNING SUBURBAN AND PERICENTRAL PUBLIC SPACES IN THE EUROPEAN CITY: IS LEFEBVRE'S RIGHT TO THE CITY STILL RELEVANT?", "LAS IMPLICACIONES DE LA ORDENACIÓN DE LOS ESPACIOS PÚBLICOS SUBURBANOS Y DE BORDE CENTRAL EN LA CIUDAD EUROPEA: ¿ES PERTINENTE RECURRIR AL 'DERECHO A LA CIUDAD' DE HENRI LEFEBVRE?", TRADUCCION: FERNANDO ROCH PEÑA, IN URBAN, SET 2011- FEB 2012, FECHA DE RECEPCIÓN: 03.05.2011, FECHA DE ACEPTACIÓN: 18.06.2011, PP.67-80, 2011.

**GEHL**, JAN, **SVARRE**, BIRGITTE, "HOW TO STUDY PUBLIC LIFE", ISLAND PRESS, WASHINGTON, COVOLO, LONDON, 2013.

**GEHL**, JAN, "LIFE BETWEEN BUILDINGS – USING PUBLIC SPACE", TRANSLATED BY JO KOCH, THE DANISH ARCHITECTURAL PRESS, SKIVE, 2010.

**GEHL**, JAN, "LA HUMANIZACIÓN DEL ESPACIO URBANO: LA VIDA SOCIAL ENTRE LOS EDIFICIOS" PRÓL. ENRIQUE PEÑALOSA, TRAD. MARÍA TERESA VALCARCE, BARCELONA, REVERTÉ, 2005.

**GEHL**, JAN, **GEMZOE**, LARS, "PUBLIC SPACES, PUBLIC LIFE", THE DANISH ARCHITECTURAL PRESS, THE ROYAL DANISH ACADEMY OF FINE ARTS, SCHOOL OF ARCHITECTURE PUBLISHERS, COPENHAGEN, 1996.

**GEORGE**, HENRY, "PROGRES ET PAUVRETE : ENQUETE SUR LA CAUSE DES CRISES INDUSTRIELLES ET DE L'ACCROISSEMENT DE LA MISERE AU MILIEU DE L'ACCROISSEMENT DE LA RICHESSE, LE REMEDE", TRAD. DE L'ANGLAIS SUR L'ED. DE 1886, [1887], FONTE : BIBLIOTHEQUE NATIONALE DE FRANCE, DEPARTEMENT PHILOSOPHIE, HISTOIRE, SCIENCES DE L'HOMME, 8-R-8239, [HTTP://CATALOGUE.BNF.FR/ARK:/12148/CB30497253R](http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/CB30497253R), EM 20 DE OUTUBRO DE 2016.

**GIDDENS**, ANTHONY, "CAPITALISMO E MODERNA TEORIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS OBRAS DE MARX, DURKHEIM E MAX WEBER", TRAD. MARIA DO CARMO CARY, 3ª ED., PRESENÇA, LISBOA, 1990.

**GOLDSMITH**, SELWYN, "DESIGNING FOR THE DISABLED – THE NEW PARADIGM", ROUTLEDGE, NEW YORK, 2010.

**GOLDSMITH**, SELWYN, "UNIVERSAL DESIGN – A MANUAL OF PRACTICAL GUIDANCE FOR ARCHITECTS", ARCHITECTURAL PRESS, OXFORD, BOSTON, 2000.

**GONÇALVES**, FERNANDO, "OS INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO", FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO, 2012.

**GRAMSCI**, ANTONIO, "CADERNOS DO CÁRCERE" VOLUME 1, TRADUÇÃO DE CARLOS NELSON COUTINHO, CIVILIZACAO BRASILEIRA, RIO DE JANEIRO, 1999.

**GRAMSCI**, ANTONIO, "OS INTELECTUAIS E A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA", TRADUÇÃO DE CARLOS NELSON COUTINHO, 4ª EDIÇÃO, EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, BOTAFOGO, RIO DE JANEIRO, 1982.

**GUIMARÃES**, GONÇALO "O PÓLO INDUSTRIAL DA SERRA DO PILAR" ([HTTP://LER.LETRAS.UP.PT/UPLOADS/FICHEIROS/5292.PDF.](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5292.pdf)) ACCESSED 10 MAY 2015, DATA DESCONHECIDA.

**HABERMAS**, JURGEN, "UM ENSAIO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA EUROPA", EDIÇÕES 70, LISBOA, 2012.

**HABERMAS**, JURGE, "THE STRUCTURAL TRANSFORMATION OF THE PUBLIC SPHERE, AN INQUIRY INTO A CATEGORY OF BOURGEOIS SOCIETY", THE MIT PRESS, USA, 1991.

**HABERMAS**, JURGEN, "TENDÊNCIAS DA JURIDICIZAÇÃO", TRADUÇÃO DE PIERRE GUIBENTIF, SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS. CIES-ISCTE / CELTA, LISBOA, 1987.

**HABERMAS**, JURGEN, "THE THEORY OF COMMUNICATIVE ACTION - LIFEWORLD AND SYSTEM: A CRITIQUE OF FUNCTIONALIST REASON", VOLUME 2, TRANSLATED BY THOMAS MCCARTHY, BEACON PRESS, BOSTON, 1985.

**HAYDEN**, DOLORES, "THE POWER OF PLACE: URBAN LANDSCAPE AS PUBLIC HISTORY", 2ND ED., THE MIT PRESS, CAMBRIDGE, 1996.

**HAYDEN**, DOLORES, "WHAT WOULD A NON-SEXIST CITY BE LIKE? SPECULATIONS ON HOUSING, URBAN DESIGN, AND HUMAN WORK", *SIGNS*, VOL. 5, NO. 3, SUPPLEMENT. WOMEN AND THE AMERICAN CITY (SPRING, 1980), PP. S170-S187.

**HALL**, EDWARD T., "A DIMENSÃO OCULTA", TRADUÇÃO DE MIGUEL SERRAS PEREIRA, RELÓGIO D'ÁGUA, LISBOA, 1986.

**HALL**, PETER; WARD, COLLIN, "SOCIABLE CITIES", JOHN WILEY E SONS, LTD, INGLATERRA, 2002.

**HALL**, PETER, "URBAN & REGIONAL PLANNING", 3<sup>RD</sup> EDITION, ROUTLEDGE, NEW YORK, 1992.

**HARVEY**, DAVID, "SEVENTEEN CONTRADICTIONS AND THE END OF CAPITALISM", PROFILE BOOKS, LONDON, 2014.

**HARVEY**, DAVID, "REBEL CITIES – FROM THE RIGHT TO THE CITY TO THE URBAN REVOLUTION", VERSO, LONDON, 2012.

**HARVEY**, DAVID, "O ENIGMA DO CAPITAL", TRADUÇÃO DE MARIA CARVALHO, BIZANCIO, LISBOA, 2011.

**HARVEY**, DAVID, "THE RIGHT TO THE CITY", *NEW LEFT REVIEW*, 53, SEPTEMBER-OCTOBER, 2008.

**HARVEY**, DAVID, "A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO", TRADUÇÃO CARLOS SZLACK, ANNABLUME EDITORA, SÃO PAULO, 2005.

**HARVEY**, DAVID, "THE CONDITION OF POSTMODERNITY: AN ENQUIRY INTO THE ORIGINES OF CULTURAL CHANGE", BASIL BLACKWELL, OXFORD, [COP.1989], 1990.

**HARVEY**, DAVID, "THE URBAN EXPERIENCE", BASIL, BLACKWELL, OXFORD, 1989.

**HARVEY**, DAVID, "FROM MANAGERIALISM TO ENTREPRENEURIALISM: THE TRANSFORMATION IN URBAN GOVERNANCE IN LATE CAPITALISM", *GEOGRAFISKA ANNALER*, 71 B (1): 3-17, 1989 (b).

**HARVEY**, DAVID, « THE URBANIZATION OF CAPITAL, STUDIES IN THE HISTORY AND THEORY OF CAPITALIST URBANIZATION 2 », BASIL BLACKWELL, OXFORD, 1986.

**HARVEY**, DAVID, « THE URBANIZATION OF CAPITAL, STUDIES IN THE HISTORY AND THEORY OF CAPITALIST URBANIZATION », BLACKWELL, OXFORD, 1985.

**HARVEY**, DAVID, « LE ECONOMIE POLITIQUE DE L'URBANISATION AUX LES ETATS UNITS », *ESPACES ET SOCIÉTÉS*, 17-18, PARIS, 1976.

**HAUSSMANN**, GEORGE-EUGÈNE, "MEMOIRES DU BARON DE HAUSSMANN", VOLIII, [1893]. EM BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE.

**HAYS**, MICHAEL, "MODERNISM AND THE POSTHUMANIST SUBJECT : THE ARCHITECTURE OF HANNES MEYER AND LUDWIG HILBERSEIMER", CAMBRIDGE, MASS., THE MIT PRESS, 1992.

**HARNECKER**, MARTA, "CONCEITOS ELEMENTARES DO MATERIALISMO HISTÓRICO I", BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDITORIAL PRESENÇA, LDA, VILA DA FEIRA, 1976.

**HEALEY**, PATSY, "COLLABORATIVE PLANNING IN PERSPECTIVE", SAGE PUBLICATIONS, THOUSAND OAKS, CA AND NEW DELHI), VOL 2(2), 101-123, LONDON, 2003.

**HEALEY**, PATSY, "COLLABORATIVE PLANNING: SHAPING PLACES IN FRAGMENTED SOCIETIES", DEPARTMENT OF TOWN AND COUNTRY PLANNING, UNIVERSITY OF NEWCASTLE UPON TYNE, MACMILLAN, LONDON, 1997.

**HEGEL**, GEORG WILHELM FRIEDRICH, "PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA DO DIREITO", TRADUÇÃO ORLANDO VITORINO, MARTINS FONTES, SÃO PAULO, 1997.

**HERTZBERGER**, HERMAN, "LESSONS FOR STUDENTS IN ARCHITECTURE", TRAD. BY INA RIKE. - ROTTERDAM : 010 PUBLISHERS, 1991.

**HILBERSEIMER**, LUDWIG, N° ESPECIAL DA REVISTA RASSEGNA, N°27, AGOSTO DE 1986.

**HILBERSEIMER**, LUDWIG, "LA ARQUITETURA DE LA GRAN CIUDAD", TRADUÇÃO PEDRO MADRIGAL DEVESE, GUSTAVO GILI, BARCELONA, 1979.

**HILBERSEIMER**, LUDWIG, "THE NEW CITY – PRINCIPLES OF PLANNING", PAUL THEOBALD, CHICAGO, 1944.

**HOWARD**, EBENEZER, "GARDEN CITIES OF TO-MORROW", FABER AND FABER, LONDON, 1970.

**HUGHES**, JONATHAN, **SADLER**, SIMON, "NON-PLAN : ESSAYS ON FREEDOM PARTICIPATION AND CHANGE IN MODERN ARCHITECTURE AND URBANISM", 1ST ED., ARCHITECTURAL PRESS, OXFORD, 2001.

**INE**, "TIPOLOGIA SOCIOECONÓMICA DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO: À ESCALA DA SUBSECÇÃO ESTATÍSTICA", ED. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, PORTO, 2000.

**INE**, "TIPOLOGIA SOCIOECONÓMICA DAS ÁREAS METROPOLITANAS DE LISBOA E PORTO, ED. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA IP, LISBOA, 2011.

**INNERARITY**, DANIEL, « O NOVO ESPAÇO PÚBLICO », TRADUÇÃO MANUEL RUAS, TEOREMA, LISBOA, 2010.

**JENNINGS**, VINIECE, **LARSON**, LINCOLN, **YUN**, JESSICA, "ADVANCING SUSTAINABILITY THROUGH URBAN GREEN SPACE: CULTURAL ECOSYSTEM SERVICES, EQUITY, AND SOCIAL DETERMINANTS OF HEALTH, INTERNATIONAL JOURNAL OF ENVIRONMENTAL RESEARCH AND PUBLIC HEALTH, 2016, [HTTPS://DOI.ORG/10.3390/IJERPH13020196](https://doi.org/10.3390/IJERPH13020196) [RECURSO ELECTRÓNICO].

**JULIAN**, RENE, "TONY GARNIER, CONSTRUCTEUR ET UTOPISTE", PARIS, PHILIPPE SERS, 1989.

**KÖHLER**, DANIEL, "THE MERELOGICAL CITY: A READING OF THE WORKS OF LUDWIG HILBERSEIMER", TRANSCRIPT | INTERNATIONAL ACADEMIC PUBLISHING, 2016.

**KIRSCHENMANN**, JORG C., "VIVIENDA Y ESPACIO PÚBLICO – REHABILITACIÓN URBANA Y CRECIMIENTO DE LA CIUDAD", EDICIÓN CASTELLANA, GG, BARCELONA, 1985.

**KOOLHAAS**, REM, "SMALL, MEDIUM, LARGE, EXTRA-LARGE: OFFICE FOR METROPOLITAN ARCHITECTURE", 1ST ED., 010 PUBLISHERS, ROTTERDAM, 1995.

**KRIER**, LEON, "HOUSES, PALACES, CITIES", LONDON, ARCHITECTURAL DESIGN, 1984.

**KRIER**, ROB, "LO SPAZIO DELLA CITÁ", CLUP, MILANO, 1982.

**KROPOTKIN**, PETER, "MUTUAL AID: A FACTOR OF EVOLUTION", [1902] EM [HTTPS://WWW.MARXISTS.ORG/REFERENCE/ARCHIVE/KROPOTKIN-PETER/1902/MUTUAL-AID/CH07.HTM](https://www.marxists.org/reference/archive/kropotkin-peter/1902/mutual-aid/ch07.htm)

**LE CORBUSIER**, "POR UMA ARQUITECTURA", EDITORA ERSPECTIVA, SÃO PAULO, 2002.

**LAMAS**, JOSÉ M. RESSANO GARCIA, "MORFOLOGIA URBANA E DESENHO DA CIDADE", EDIÇÃO, FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, FUNDAÇÃO PARA A CIENCIA E TECNOLOGIA, PORTO, 2004.

**LE CORBUSIER**, "URBANISMO", 2ª EDIÇÃO, MARTINS FONTES, SÃO PAULO, 2000.

**LEFEBVRE**, HENRI, "O DIREITO À CIDADE", 1ª EDIÇÃO, LIVRARIA LETRA LIVRE, LISBOA, 2012.

**LEFEBVRE**, HENRI, « THE URBAN REVOLUTION », FOREWORD BY NEIL SMITH, TRANSLATED BY ROBERT BONONNO, UNIVERSIT OF MINNESOTA PRESS, MINNEAPOLIS, LONDON, 2003.

**LEFEBVRE**, HENRI, « LA PRODUCTION DE L'ESPACE », ÉDITIONS ANTHROPOS, PARIS, 1974.

**LEFEBVRE**, HENRI, "LE MONDIAL ET LE PLANÉTAIRE", ESPACES ET SOCIÉTÉS, 8, PARIS, 1973.

**LEFEBVRE**, HENRI, "O PENSAMENTO MARXISTA E A CIDADE", TRADUÇÃO MARIA IDALINA FURTADO, ULISSEIA, PÓVOA DE VARZIM, 1972, EM <https://www.youtube.com/watch?v=z4klH4Hz3yg>, EM 24 DE JANEIRO DE 2017.

**LEFEBVRE**, HENRI, « ENTRETIEN AVEC HENRI LEFEBVRE » REALIZAÇÃO DE MICHEL RÉGNIER, L'OFFICE NATIONAL DU FILM DU CANADA, 1972 (B).



**LENINE**, VLADIMIR ILITCH, "O ESTADO E A REVOLUÇÃO", EDIÇÕES AVANTE, 2011. EM [HTTPS://WWW.MARXISTS.ORG/PORTUGUES/LENIN/1917/08/ESTADOEREVOLUCAO/CAP1.HTM#11](https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/cap1.htm#11)

**LIPOVETSKY**, GILLES, «A ERA DO VAZIO - ENSAIO SOBRE O INDIVIDUALISMO CONTEMPORÂNEO», TRADUÇÃO: MIGUEL SERRAS PEREIRA E ANA LUÍSA FARIA, ANTHOPOS, EDITIONS GALLIMARD, 1983.

**LOCKE**, JOHN, "SEGUNDO TRATADO DO GOVERNO", FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, COIMBRA, 2007.

**LYNCH**, KEVIN, "THE IMAGE OF THE CITY", 6TH ED. THE MIT PRESS, CAMBRIDGE, 1970.

**LYOTARD**, JEAN-FRANÇOIS, "O PÓS-MODERNO", TRADUÇÃO RICARDO CORREA BARBOSA, 3ª EDIÇÃO, JOSÉ OLYMPIO EDITORA, RIO DE JANEIRO, 1988.

**LOBO**, MANUEL DA COSTA, *PLANEAMENTO URBANÍSTICO EM PORTUGAL*, LISBOA, 27 DE JUNHO DE 2011.

**LÔBO**, MARGARIDA SOUZA, PLANOS DE URBANIZAÇÃO, A ÉPOCA DE DUARTE PACHECO, 2ª ED. PORTO, FAUP PUBLICAÇÕES, 1995.

**LOJKINE**, JEAN, "O ESTAD CAPITALISTA E A QUESTÃO URBANA", TRADUÇÃO ESTELA DOS SANTOS ABREU, MARTINS FONTES, SÃO PAULO, 1997.

**LOW**, SETHA M., **SMITH**, NEILSON V., "THE POLITICS OF THE PUBLIC SPACE", ROUTLEDGE, 2006.

**LOPES**, A. SIMÕES E **PONTES**, J. PEDRO, "INTRODUÇÃO À ECONOMIA URBANA", FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, LISBOA, 2010.

**LOPO**, JÚLIO CARLOS LACERDA DE CASTRO, "EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA - INDEMNIZAÇÃO - MAIS-VALIAS", Nº 34, 2ºTRIMESTRE DE 1988, REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Nº33-34, P.74-77.

**LOURENÇO**, JULIA MARIA, "EXPANSÃO URBANA – GESTÃO DE PLANOS-PROCESSO", FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, FCT, MCES, FCG, 2003.

**MACHADO**, CARLA, "AS CEDÊNCIAS MUNICIPAIS E O ADEQUADO CRESCIMENTO DAS CIDADES", ALMEDINA, COIMBRA, 2014.

**MACHETE**, RUI, "O DOMÍNIO PÚBLICO E A REDE ELÉCTRICA NACIONAL", REVISTA DA ORDEM DOS ADVOGADOS, ANO 61, 2001, LISBOA, CIT., P. 1367 E SS..

**MADUREIRA**, HELENA, "PROMOVER OS SERVIÇOS ECOSSISTÉMICOS URBANOS COM INFRAESTRUTURAS VERDES", IN: GEOGRAFIA, PAISAGEM E RISCOS: LIVRO DE HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR ANTÓNIO PEDROSA - 2016. (SÉRIE RISCOS E CATÁSTROFES: ESTUDOS CINDÍNICOS; 3) - P. 141-161. [RECURSO ELETRONICO]

**MANGIN**, DAVID, "LA VILLE FRANCHISEE: FORMES ET STRUCTURES DE LA VILLE CONTEMPORAINE, ÉDITIONS DE LA VILLETTE, PARIS, 2004.

**MARCUSE**, PETER, **BRENNER**, NEIL, **MAYER**, MARGIT, "CITIES FOR PEOPLE, NOT FOR PROFIT", ROUTLEDGE, NEW YORK, 2012.

**MARQUES**, TERESA SÁ, "CLASSIFICAÇÃO DO SOLO E URBANISMO - ATAS E COMUNICAÇÕES", COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, 2016.

**MARQUES DA COSTA**, NUNO MANUEL SESSAREGO, "ACESSIBILIDADE E TRANSPORTES", IN ROCHA, J. (ED.) ATLAS DIGITAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (PP.73-88), CEG, LISBOA, 2016.

**MARQUES**, PAULO FARINHA, ET AL., "MORFOLOGIA E BIODIVERSIDADE NOS ESPAÇOS VERDES NA CIDADE DO PORTO", CIBIO, FCUP, FCT, PORTO, 2011.

**MARSHALL**, STEPHEN, "STREETS AND PATTERNS", SPON PRESS, LONDON, 2005.

**MARX**, BURLE, "ARTE E PAISAGEM", ORGANIZAÇÃO JOSÉ TABACOW, STUDIO NOBEL, SÃO PAULO, 2004.

**MARX**, KARL, "CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA", TRADUÇÃO E INTRODUÇÃO DE FLORESTAN FERNANDES, 2ª EDIÇÃO, EXPRESSÃO POPULAR, 2008.

**MARX**, KARL. "A IDEOLOGIA ALEMÃ: CRÍTICA DA MAIS RECENTE FILOSOFIA ALEMÃ EM SEUS REPRESENTANTES FEUERBACH, B. BAUER E STIRNER, E DO SOCIALISMO ALEMÃO EM SEUS DIFERENTES PROFETAS", TRADUÇÃO, RUBENS ENDERLE, NÉLIO SCHNEIDER, LUCIANO CAVINI, SUPERVISÃO EDITORIAL, LEANDRO KONDER, MARTORANO, SÃO PAULO, BOITEMPO, 2007.

**MARX**, KARL E ENGELS, FRIEDERICH, "MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA", TRADUÇÃO DE JOSÉ BARATA MOURA, EDITORIAL "AVANTE!", LISBOA, PORTUGAL, 1997.

**MARX**, KARL, "THE CIVIL WAR IN FRANCE", FIRST PUBLISHED: 1871, ENGLISH EDITION OF 1871, TRANSCRIPTION/MARKUP: ZODIAC & BRIAN BAGGINS; [THE PARIS COMMUNE], [1871].

**MASSEY**, DOREEN, "SPACE, PLACE AND GENDER", UNIVERSITY OF MINNESOTA PRESS MINNEAPOLIS, 2001.

**MASSEY**, DOREEN, "SPACE, PLACE AND GENDER", UNIVERSITY OF MINNESOTA PRESS MINNEAPOLIS, 2001.

**MASSEY**, DOREEN, "A GLOBAL SENSE OF SPACE" FROM "SPACE, PLACE AND GENDER", MINNEAPOLIS, UNIVERSITY OF MINNESOTA PRESS, 1994.

**MATOS**, MARIA FÁTIMA LOUREIRO (2001), "A HABITAÇÃO NO GRANDE PORTO - UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA DA EVOLUÇÃO DO MERCADO E DA QUALIDADE HABITACIONAL DESDE FINAIS DO SÉC. XIX ATÉ AO FINAL DO MILÉNIO", TESE DE DOUTORAMENTO EM GEOGRAFIA HUMANA, PORTO: FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO.

**MATOSINHOS**, CÂMARA MUNICIPAL (1991), "PLANO DIRECTOR MUNICIPAL", MATOSINHOS: DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO – C.M./C.E.F.A.

**MERRIFIELD**, ANDY, "METROMARXISM – A MARXIST TALE OF THE CITY", ROUTLEDGE, LONDON, 2002.

**MÉSZÁROS**, ISTVÁN, "O SÉCULO XXI, SOCIALISMO OU BARBÁRIE?", TRADUÇÃO: PAULO CEZAR CASTANHEIRO, 2002.

**MINGIONE**, ENZO, "URBAN POVERTY AND THE UNDERCLASS", ENZO MINGIONE, BLACKWELL AND INTERNATIONAL JOURNAL OF URBAN AND REGIONAL RESEARCH, OXFORD, 1996.

**MIRANDA**, JOÃO, "A FUNÇÃO PÚBLICA URBANÍSTICA E O SEU EXERCÍCIO POR PARTICULARES", COIMBRA EDITORA, COIMBRA, 2012.

**MONIZ**, ANA RAQUEL GONÇALVES, O DOMÍNIO PÚBLICO – O CRITÉRIO E O REGIME JURÍDICO DA DOMINIALIDADE, ALMEDINA, COIMBRA, 2006.

**MONTAÑO**, CARLOS, **DURIGUETTO**, MARIA LUCIA, "ESTADO, CLASSE E MOVIMENTO SOCIAL - COL. BIBLIOTECA BÁSICA DE SERVIÇO SOCIAL - 3ª ED., [2011], VERSÃO DIGITAL KINDLE, 2014.

**MONTANER**, JOSEP MARIA, **MUXI**, ZAIDA, "ARQUITETURA E POLÍTICA – ENSAIOS PARA MUNDOS ALTERNATIVOS", GUSTAVO GILI, BARCELONA, 2014.

**MONTANER**, JOSEP MARIA, "A MODERNIDA SUPERADA – ARQUITECTURA, ARTEE PENSAMENTO DO SÉCULO XX", EDITORIAL GUSTAVO GILI, SA, BARCELONA, 2001.

**MONTEIRO**, ANA, "IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS VERDES PARA A PROMOÇÃO DO CONFORTO BIOCLIMÁTICO E DA QUALIDADE DO AR NA CIDADE DO PORTO", RELATÓRIO TÉCNICO PARA A CARTA VERDE DA CIDADE DO PORTO – ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA, 2001-2002. [RECURSO DIGITAL NO REPOSITÓRIO ABERTO DA UNIVERSIDADE DO PORTO].

**MONTEIRO**, CLAUDIO, O DOMÍNIO DA CIDADE, A PROPRIEDADE À PROVA NO DIREITO DO URBANISMO, DOUTORAMENTO EM DIREITO, U.L.F.D., LISBOA, 2010.

**MONTEIRO**, CLAUDIO, PROPRIEDADE, PRIVACIDADE E CONSTRUÇÃO URBANA NO DIREITO MEDIEVAL MUÇULMANO E CRISTÃO, MORFOLOGIA URBANA NOS PAÍSES LUSÓFONOS, ATAS DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL PNUM, 2012-PORTUGUESE NETWORK OF URBAN MORPHOLOGY, ISCTE-IUL, LISBOA, 5 E 6 DE JULHO DE 2012.

**MORENO**, AUGUSTO. DICIONÁRIO COMPLEMENTAR DA LÍNGUA PORTUGUESA, ED. PORTO: EDITORA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1997.

**MORRIS**, WILLIAM, "THE SOCIALIST IDEAL" [1891] EM [HTTPS://WWW.MARXISTS.ORG/ARCHIVE/MORRIS/WORKS/1891/IDEAL.HTM](https://www.marxists.org/archive/morris/works/1891/ideal.htm)

**MOURA E SÁ**, FREDERICO, "A INFRAESTRUTURA COMO REFERENCIAL PARA O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM ARQUITECTURA, FAUP, 2015.

**MOURA**, MANUEL EDUARDO DA SILVA, "A EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA DA AVENIDA DA REPÚBLICA, EM VILA NOVA DE GAIA. DA PONTE LUIS I À ROTUNDA DE SANTO OVÍDIO – UMA REFLEXÃO DO PASSADO AO PRESENTE", FCT, UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO, 2015.

**MOURATO**, JOÃO MORAIS, O TERRITÓRIO E A (IR)RACIONALIDADE DA DECISÃO, FINISTERRA, N.88, LISBOA, 2009. [HTTP://WWW.SCIELO.OCES.MCTES.PT/SCIELO.PHP?PID=S0430-50272009000200009&SCRIPT=SCI\\_ARTTEXT](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0430-50272009000200009&script=SCI_ARTTEXT), em 25 de maio de 2014, às 20h.36m

**MULLER**, VERNER E **VOGEL**, GHUNTER, ATLAS DE ARQUITECTURA VOLUME 1, ALIANZA, 1999.

**MUMFORD**, LEWIS, "LA CULTURA DE LAS CIUDADES", EMECÉ, BUENOS AIRES, 1945.

**NESBIT**, KATE [ED], "THEORIZING A NEW AGENDA FOR ARCHITECTURE – AN ANTHOLOGY ON ARCHITECTURAL THEORY", 1<sup>ST</sup> ED. KATE NESBIT, PAP, NEW YORK, 1996.

**NIETZSCHE**, FRIEDRICH, "CREPÚSCULO DOS ÍDOLOS – OU COMO FILOSOFAR COM O MARTELO", [1888] EM [HTTP://WWW.AFOICEEOMARTELO.COM.BR/POSFSA/AUTORES/NIETZSCHE,%20FRIEDRICH/FRIEDRICH%20NIETZSCHE%20-%20CREP%C3%BASCULO%20DOS%20C3%8DDOLOS.PDF](http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/nietzsche,%20friedrich/friedrich%20nietzsche%20-%20crep%C3%BAsculo%20dos%20C3%8Ddo%20lo%20s.pdf), EM 23 DE SETEMBRO DE 2016.

**NOGUERA**, JULI ESTEBAN, "ELEMENTOS DE ORDENACIÓN URBANA", EDICIONS UPC, BARCELONA, 1998.

**NUNES**, CÁTIA, **VALA**, FRANCISCO, "A CONSTRUÇÃO DE UMA TIPOLOGIA SOCIOECONÓMICA PARA AS ÁREAS METROPOLITANAS DE LISBOA E PORTO: 2011 E EVOLUÇÃO 2001 -2011", INE, GET JOCLAD 2016, 1 ABRIL.

**OCKMAN**, JOAN, "ARCHITECTURE, CRITICISM, IDEOLOGY - SYMPOSIUM AT THE INSTITUTE FOR ARCHITECTURE AND URBAN STUDIES", PRINCETON ARCHITECTURAL PRESS, NEW JERSEY, [COP. 1985].

**ODUM**, E. P., **ODUM**, ELISABETH T., "O DECLÍNIO PRÓSPERO – PRINCÍPIOS E POLÍTICAS", TRADUÇÃO PARA O BRASIL POR , EDITORA VOZES, RIO DE JANEIRO, 2012.

**ODUM**, E. P., "FUNDAMENTOS DE ECOLOGIA", 6ª ED. SÃO PAULO: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 2004.

**OLIVEIRA**, FERNANDA PAULA, "DIREITO DO URBANISMO. DO PLANEAMENTO À GESTÃO", 2ª EDIÇÃO, AEDRL, NEDAL, BRAGA, 2015.

**OLIVEIRA**, FERNANDA PAULA, "NOTAS E COMENTÁRIOS À REVISÃO DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL", ALMEDINA, COIMBRA, 2015 (B).

**OLIVEIRA**, FERNANDA PAULA, "NOVAS TENDENCIAS DO DIREITO DO URBANISMO", ALMEDINA, COIMRA, 2012.

**OLIVEIRA**, FERNANDA P., "EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL E MECANISMOS DE COMPENSAÇÃO (PEREQUAÇÃO)", ESTUDOS DE DIREITO DO AMBIENTE E DE DIREITO DO URBANISMO , 1: 237 – 266, PUBLICAÇÃO SOB A COORDENAÇÃO DE MARCELO REBELO DE SOUSA E CARLA AMADO GOMES, INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS IN ESTUDOS DE DIREITO DO AMBIENTE E DE DIREITO DO URBANISMO (SELECÇÃO DE INTERVENÇÕES NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO URBANISMO), 2011.

**OLIVEIRA, MARTA**, "ELEMENTOS DE FORMAÇÃO DA AFURADA", RELATÓRIO CIENTÍFICO INTEGRADO NO PLANO DE PORMENOR DA AFURADA. ESTUDO PRÉVIO, PELO ATELIER 15 ARQUITECTOS. (PROJECTO DESENVOLVIDO NO ÂMBITO DO PROGRAMA VIVER VILA NOVA DE GAIA: PROGRAMA POLIS, GAIAPOLIS SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA POLIS EM VILA NOVA DE GAIA), 2002.

**OLIVEIRA, VÍTOR**, "A ABORDAGEM HISTÓRICO- GEOGRÁFICA DA ESCOLA CONZENIANA", WORKSHOP PNUM, GALLAECIA, VILA NOVA DE CERVEIRA, 2016.

**OLIVEIRA, VÍTOR MANUEL ARAÚJO DE**, "A EVOLUÇÃO DAS FORMAS URBANAS DE LISBOA E DO PORTO NOS SÉCULOS XIX E XX, U. PORTO EDITORIAL, PORTO, 2013.

**OLIVEIRA, VITOR**, "MORPHO, A METHODOLOGY FOR ASSESSING URBAN FORM. URBAN MORPHOLOGY". 17,149-61, 2013.

**ORTEGA, ENRIQUE**, "A IMPORTÂNCIA DA ECOLOGIA COM VISÃO SISTÊMICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – MATERIAIS DIDÁTICOS", UNICAMP, SÃO PAULO, 2004 IN

**OSTROM, ELINOR**, "GOVERNING THE COMMONS, THE EVOLUTION OF INSTITUTIONS FOR COLLECTIVE ACTION", CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, NEW YORK, 1990.

**OWEN, ROBERT**, "UMA NOVA CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE", TRAD. E NOTAS POR LUISA LEAL DE FARIA, FACULDADE DE FILOSOFIA, BRAGA, 1976.

**PACHECO, ELSA**, "ALTERAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES E DINÂMICAS TERRITORIAIS NA REGIÃO NORTE: EXPECTATIVAS, INTERVENÇÕES E RESULTANTES - DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO APRESENTADA À FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO PARA A OBTENÇÃO DE GRAU DE DOUTOR EM GEOGRAFIA.", PORTO, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, GEDES, 2004.

**PACHECO, HÉLDER**, "PORTO E GAIA SÃO FACES DE UMA SÓ MOEDA", IN INFORMAÇÃO MUNICIPAL, Nº65, CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, VILA NOVA DE GAIA, PP.12-15, 2013.

**PARDAL, SIDÓNIO; LOBO, MANUEL DA COSTA; CORREIA, PAULO V. D.**, *NORMAS URBANÍSTICAS, VOLUME IV – PLANEAMENTO INTEGRADO DO TERRITÓRIO*. DGOTDU/UTL, 2000.

**PARDAL, SIDÓNIO**, *A APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO*, INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA, UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA, ORDEM DOS ENGENHEIROS, INGENIUM EDIÇÕES, LDA, AGOSTO 2006.

**PARDAL, SIDÓNIO**, "O CONCEITO DE ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE MODERNA - OS PARQUES E OS JARDINS, SÍMBOLOS DE LAZER E DE HARMONIA", COMUNICAÇÃO PROFERIDA NO XXIII CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE MUNICÍPIOS, 1996 EM [HTTPS://WWW.SIDONIOPARDAL.COM/CONFERENCIAS](https://www.sidoniopardal.com/conferencias), EM 27 DE JULHO DE 2015.

**PARTIDÁRIO, MARIA DO ROSÁRIO**, "INDICADORES DE QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO", DGOTDU, LISBOA, 2000.

**PATO, JOÃO HOWELL**, "HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ABASTECIMENTO E SANEAMENTO DE ÁGUAS EM PORTUGAL", ERSAR, LISBOA, 2011.

**PEREIRA, ANTÓNIO EDUARDO, TORRES, SÓNIA**, "ESTATÍSTICAS & ESTUDOS REGIONAIS - REGIÃO NORTE - Nº 19", INE, 1999, P. 41 – 64.

**PEREIRA, CATARINA RUIVO**, "AS FORMAS SOCIAIS DA ARQUITECTURA : O USO COMO BASE PARA UMA ANÁLISE FORMAL DA HABITAÇÃO COLECTIVA PORTUENSE NO SÉCULO XX", PROVA DE MESTRADO, FAUP, 2014.

**PEREIRA, M. ABRUNHOSA**, "AS ARQUITECTURAS DO VINHO DE UM PORTO MONOFUNCIONAL" IN HISTÓRIA, REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS, III SÉRIE, VOL. 9, PORTO, PP. 169-192, 2008.

**PEREIRA**, RUI, "A PRAÇA EM PORTUGAL, AÇORES: INVENTÁRIO DE ESPAÇO PÚBLICO = SQUARES IN PORTUGAL, AZORES: A PUBLIC SPACES INVENTORY", REV. ANA FEIJÓ, FOT. NUNO SOARES, TRAD. ROBERT DOUGLAS RUSSEL, DAVID HARDISLY, GRAHAM JAMIESON, SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR, PONTA DELGADA, 2005.

**PEREIRA**, PAULA, "ESPAÇO PÚBLICO, VARIAÇÕES CRÍTICAS SOBRE URBANIDADE", EDIÇÕES AFRONTAMENTO, PORTO, 2012.

**PEREIRA**, PAULA, "CONDIÇÃO HUMANA E CONDIÇÃO URBANA", EDIÇÕES AFRONTAMENTO, PORTO, 2011.

**PEREIRA**, PAULA, "HABITAR E ACOLHER", ARGUMENTOS DE RAZÓN TÉCNICA, SÉRIE ESPECIAL, Nº2, 2009, PP.211-219.

**PGU**, ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DE VILA NOVA DE GAIA, POR ARMÉNIO LOSA E [?], DGOTDU, 2008 [1949].

**PINHO**, MANUELA, "O NÓ RODOVIÁRIO DA AFURADA EM VILA NOVA DE GAIA: A TRAJECTÓRIA RECENTE DE UM PROCESSO DE CATÁLISE URBANA", DISSERTAÇÃO À FLUP, PORTO, 2000.

**PINTO**, ANA JULIA, **BRANDÃO**, PEDRO, **REMESAR**, ANTONI, **NUNES DA SILVA**, FERNANDO, "PLANNING PUBLIC SPACES TOWARDS URBNA COHESION", 46<sup>TH</sup> ISOCARP CONGRES, 2010.

**PINTO**, MARIANA ABRANCHES; **SILVA**, VILMA (2008). "PDM GAIA – ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL: MEMÓRIA DESCRITIVA", DISPONÍVEL EM [WWW.GAIURB.PT/REVPDM/MEMORIA.PDF](http://WWW.GAIURB.PT/REVPDM/MEMORIA.PDF), CONSULTADO A 05/03/2015.

**PINTO**, MIGUEL NOGUEIRA, "PROPRIEDADE PRIVADA – ENTRE O PRIVILÉGIO E A LIBERDADE", FFMS, LISBOA, 2010.

**PORTAS**, NUNO, "OS TEMPOS DAS FORMAS – A CIDADE IMPERFEITA E A FAZER", EAUM, GUIMARÃES, 2012.

**PORTAS**, NUNO, "OS TEMPOS DAS FORMAS – A CIDADE FEITA E REFEITA", DAAUM, GUIMARÃES, 2005.

**PORTAS**, NUNO; **DOMINGUES**, ÁLVARO AND **CABRAL**, JOÃO, "POLÍTICAS URBANAS II – TRANSFORMAÇÕES, REGULAÇÃO E PROJECTOS", FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, LISBOA, 2011.

**PORTAS**, NUNO; **DOMINGUES**, ÁLVARO AND **CABRAL**, JOÃO, "POLÍTICAS URBANAS - TENDÊNCIAS, ESTRATÉGIAS E OPORTUNIDADES", FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, LISBOA, 2003.

**PORTO**, CÂMARA MUNICIPAL (2009), "ESPAÇOS VERDES DA CIDADE E O PDM DO PORTO: REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DO PORTO - 30 DE ABRIL DE 2009", DISPONÍVEL EM [WWW.SLIDESERVE.COM/JAYDEN/ESPA-OS-VERDES-DA-CIDADE-E-O-PDM-DO-PORTO](http://WWW.SLIDESERVE.COM/JAYDEN/ESPA-OS-VERDES-DA-CIDADE-E-O-PDM-DO-PORTO), CONSULTADA A 05/03/2015.

**PORTO**, CÂMARA MUNICIPAL - BALCÃO VIRTUAL (2012), "REGULAMENTO PDM", DISPONÍVEL EM [HTTP://BALCAOVIRTUAL.CM-PORTO.PT/PT/CIDADAOS/GUIATEMATICO/PLANEAMENTOORDENAMENTO/PDMPLANO%20DIRETOR%20MUNICIPAL/REGULAMENTO%20PDM/PAGINAS/ACTIVIDADE.ASPX](http://BALCAOVIRTUAL.CM-PORTO.PT/PT/CIDADAOS/GUIATEMATICO/PLANEAMENTOORDENAMENTO/PDMPLANO%20DIRETOR%20MUNICIPAL/REGULAMENTO%20PDM/PAGINAS/ACTIVIDADE.ASPX), CONSULTADA A 05/03/2015.

**PORTO**, CÂMARA MUNICIPAL, "REGULAMENTO DE SALIÊNCIAS DAS EDIFICAÇÕES URBANAS, SEPARATA DO BOLETIM MUNICIPAL Nº 1144, DE 15 DE MARÇO DE 1958, PORTO, 1958.

**PORTO**, CÂMARA MUNICIPAL, "REGULAMENTO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DA CIDADE DO PORTO", MARTINS E IRMÃOS, PORTO, 1954.

**PORTO**, CÂMARA MUNICIPAL, "INSTALAÇÃO DO SANEAMENTO URBANO", IMPRENSA SOCIAL, PORTO, 1926.

**PORTUGAL**, DL 794/76, DE 5 DE NOVEMBRO.

**PORTUGAL**, REGULAMENTO GERAL DAS ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS, IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA, 1961.

**POULANTZAS**, NICOS, "AS CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO DE HOJE", TRADUÇÃO ANTÓNIO ROBERTO NEIVA BLUNDI, ZAHAR EDITORES, RIO DE JANEIRO, 1975 [1974].

**QUEIROZ**, F. AND **PORTELA**, A.M., "CONSERVAÇÃO URBANA E TERRITORIAL INTEGRADA. REFLEXÕES SOBRE SALVAGUARDA, REABILITAÇÃO E GESTÃO DE CENTRO HISTÓRICOS EM PORTUGAL", LIVROS HORIZONTE, LISBOA, 2009.

**QUINTAS**, ANDREIA V. QUINTAS; CURADO, MARIA JOSÉ CURADO (2010), "ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA: SISTEMA MULTIFUNCIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO", ACTAS DO XII COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, PORTO: FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO.

**RAPOPORT**, AMOS, "ASPECTOS HUMANOS DE LA FORMA URBANA: HACIA UNA CONFRONTACIÓN DE LAS CIENCIAS SOCIALES CON EL DISEÑO DE LA FORMA URBANA", TRAD. JOSEP MUNTANOLA I THORNBORG, GUSTAVO GILI, BARCELONA 1978.

**RAPOSO**, ISABEL, **PASTERNAK**, SUZANA, "DA IRREGULARIDADE FUNDIÁRIA URBANA À REGULARIZAÇÃO: ANÁLISE COMPARATIVA PORTUGAL BRASIL", BÓGUS, EDUC, SÃO PAULO, PP. 143-159. 2011.

**RAVINA**, A. GUIMERÁ, "EL VINO E LOS PUERTOS DE LA EUROPA ATLÁNTICA: BURDEOS E OPORTO (SIGLOS XVIII A XIX)", IN DOURO – ESTUDOS E DOCUMENTOS, VOL. VII (14), PP. 237-255, 2002.

**RELATÓRIO 2,7**, "ESPAÇOS PÚBLICOS", REVISÃO DO PDM EM VILA NOVA DE GAIA, 2005.

**RGEU**, "REGULAMENTO GERAL DAS EDIFICAÇÕES URBANAS", DISLIVRO, LISBOA, 2008.

**REPÚBLICA**, ASSEMBLEIA, "100 ANOS DE PARLAMENTO", ASSEMBLEIA DA REPUBLICA, LISBOA, 2003.

**RIBA**, "THE TOWN PLANNING CONFERENCE (LONDON, 1910): TRANSACTIONS, THE ROYAL INSTITUTE OF BRITISH ARCHITECTS, LONDON, 10-15 OCTOBER, 1910.

**RIBEIRO**, \ORLANDO – INQUÉRITO DO HABITAT RURAL. 2. ED. COIMBRA: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1939.

**ROCHA**, J.A. OLIVEIRA, GESTÃO PÚBLICA – TEORIAS, MODELOS E PRÁTICA", ESCOLAR EDITORA, LISBOA, 2011.

**RODRIGUES**, EDUARDO VITOR RODRIGUES, "EIXOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL – O CASO DE VILA NOVA DE GAIA", EDIÇÕES OMNISINAL, PORTO, 2013.

**ROSE**, CAROL M., "THE COMEDY OF THE COMMONS: COMMERCE, CUSTOM, AND INHERENTLY PUBLIC PROPERTY" FACULTY SCHOLARSHIP SERIES, YALE LAW SCHOOL LEGAL SCHOLARSHIP REPOSITORY, 1986.

**ROSSI**, ALDO, "THE ARCHITECTURE OF THE CITY", OPPOSITIONS BOOKS, MIT PRESS, CHICAGO, 1984.

**ROUSSEAU**, JEAN-JACQUES, "TRATADO SOBRE A ECONOMIA POLÍTICA., ROUSSEAU E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS." TRAD. SÉRGIO BATH. SÃO PAULO: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, 2003.

**ROUSSEAU**, JEAN-JACQUES, "DISCURSO SOBRE A ORIGEM DA DESIGUALDADE (1754)". TRAD. MARIA LACERDA DE MOURA, EDIÇÃO RIDENDO CASTIGAT, 1999.

**RUIVO**, CESAR DE JESUS, **CUNHA**, JULIO PEREIRA DA, "ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA", EDIÇÃO DA ATAM, BRAGA, 1998.

**RUSKIN**, JOHN, "THE POLITICAL ECONOMY OF ART", [1857] EM [HTTP://WWW.OURDECLINE.COM/SMARTBOARD/SHOP/RUSKINJ/ART/INDEX.HTM](http://www.ourdecline.com/smartboard/shop/ruskinj/art/index.htm)

**SÁ**, FERNANDES (COORDENAÇÃO), "ÁREA METROPOLITANA DO PORTO: ESTRUTURA TERRITORIAL, O PRESENTE E O FUTURO", CENTRO DE ESTUDOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, PORTO, 2000.

- SAALMAN**, HOWARD, "HAUSSMANN: PARIS TRANSFORMED", NEW YORK, GEORGE BRAZILLER, 1971.
- SALINAS**, ROBERTO DONOSO, "APROXIMACIÓN A HENRI LEFEBVRE", REVISTA VEREDAS, PP.28-39, 2001.
- SADLER**, SIMON, "THE SITUATIONIST CITY", 1ST ED., MASS.: THE MIT PRESS, CAMBRIDGE, 1999.
- SARTRE**, JEAN-PAUL, "O EXISTÊNCIALISMO É UM HUMANISMO", VERGÍLIO FERREIRA, 4ª ED., PRESENÇA, LISBOA, 1978.
- SAUNDERS**, PETER, "URBAN POLITICS – A SOCIOLOGICAL INTERPRETATION", UNIVERSITY OF SUSSEX, HUCHINSON, LONDON, 1984.
- SAUNDERS**, PETER, "SOCIAL THEORY AND THE URBAN QUESTION", 2<sup>ND</sup> EDITION, ROUTLEDGE, LONDON, NEW YORK, 1986.
- SENNETT**, RICHARD, "THE CONSCIENCE OF THE EYE, THE DESIGN AND THE SOCIAL LIFE OF CITIES", FABER AND FABER LIMITED, LONDON, 1990.
- SENNETT**, RICHARD, "THE FALL OF THE PUBLIC MAN", PENGUIN BOOKS, LONDON, 1977.
- SERRA**, MIGUEL, "ANATOMY OF AN EMERGING METROPOLITAN TERRITORY – TOWARDS AN INTEGRATED ANALYTICAL FRAMEWORK FOR METROPOLITAN MORPHOLOGY", TESE DOUTORAMENTO À FEUP, PORTO, 2013.
- SERRA**, MIGUEL, **PINHO**, PAULO, "THE SPATIAL MORPHOLOGY OF OPORTO'S URBAN FRINGE", D. MALKINSON ET AL. (EDS.), PUBLICADO EM "MODELING OF LAND-USE AND ECOLOGICAL DYNAMICS, CITIES AND NATURE", PORTO, 2013, PP.81-106.
- SERRA**, MIGUEL, **PINHO**, PAULO, "DYNAMICS OF PERIURBAN SPATIAL STRUCTURES: INVESTIGATING DIFFERENTIATED PATTERNS OF CHANGE ON OPORTO'S URBAN FRINGE", ENVIRONMENT AND PLANNING B: PLANNING AND DESIGN, VOL 38, 2011, PP.359-382.
- SETHA**, LOW, **SMITH**, NEIL, "THE POLITICS OF PUBLIC SPACE", ROUTLEDGE, LONDON, 2006.
- SILVA**, DAVID MOREIRA DA, *SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DO CÓDIGO URBANÍSTICO PORTUGUÊS*, PORTO, 1962.
- SILVA**, DIANA ALMEIDA, "EXECUÇÃO, PEREQUAÇÃO E INDEMNIZAÇÃO - ESPAÇO PÚBLICO NAS SOLUÇÕES DE GESTÃO URBANÍSTICA EM VILA NOVA DE GAIA", EM "ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, URBANISMO E CIDADES, QUE RUMO?, COORDENADO POR FERNANDA PAULA OLIVEIRA, 2017.
- SILVA**, F. RIBEIRO, "OS INGLESES A AS CIRCUNSTÂNCIAS POLÍTICAS DO NEGÓCIO DOS VINHOS DO PORTO (1756-1800)", IN O VINHO DO PORTO EM GAIA E COMPANHIA, EDIÇÕES AFRONTAMENTO, PORTO, PP. 111-126, 2005.
- SITTE**, CAMILLO, "CONSTRUCCION DE CIUDADES: SÉGUN PRINCIPIOS ARTISTICOS", TRAD. DE LA QUINTA EDICIÓN ALEMANA POR EMILIO CANOSA, EDITORIAL CANOSA, BARCELONA, 1927.
- SMITHSON**, ALISON AND PETER, "THE CHARGED VOID: URBANISM", THE MONACELLI PRESS, NEW YORK, 2005.
- SOUSA**, FERNANDO DE, "O PRIMEIRO INQUÉRITO PORTUGUÊS À EMIGRAÇÃO (1843)", CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE, CEPESE, ENTRE MARES, O BRASIL DOS PORTUGUESES, P.275-283, [9999] EM [HTTP://WWW.REMESSAS.CEPESE.PT/REMESSAS/MOD/ITSGLOSSARY/VIEW.PHP?ID=8&GID=144](http://www.remessas.cepepe.pt/remessas/mod/itsglossary/view.php?id=8&gid=144)
- STUSSI**, ROBERT, **BABO**, ANTÓNIO PEREZ, **RIBEIRO**, SOFIA HENRIQUES, "ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E LOGÍSTICA URBANA", DGOTDU, LISBOA, 2011.
- TAFURI**, MANFREDO, "PROJECTO E UTOPIA: ARQUITECTURA E DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO", TRADUÇÃO DE CONCEIÇÃO JARDIM E EDUARDO NOGUEIRA, LISBOA, PRESENÇA, 1985.

**TAFURI**, MANFREDO, "TEORIAS E HISTÓRIA DA ARQUITECTURA", TRAD. ANA BRITO E LUIS LEITÃO, PRESENÇA, LISBOA, 1979.

**TAFURI**, MANFREDO, "ARQUITECTURA CONTEMPORÂNEA", FRANCESCO DAL CO, LUIS ESCOLAR BAREÑO, AGUILAR, MADRID, 1978.

**TAFURI**, MANFREDO, "SOCIALDEMOCRACIA Y CIUDAD EN LA REPUBLICA DE WEIMAR", TRAD. BEATRIZ COLOMINA ELIAS, ADA LLORENS GERANIO, ETSBA, BARCELONA, [1971], 1975.

**TELES**, PAULA, "GUIA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE PARA TODOS", PORTO, 2007.

**TEMUDO**, A, PADRÃO, "OS INGLESES E O VINHO EM VILA NOVA DE GAIA", IN O VINHO DO PORTO EM GAIA E COMPANHIA, EDIÇÕES AFRONTAMENTO, PORTO, PP. 127-140, 2005.

**TRAMO**, "MANUAL DE METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL", ED. CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO, CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES, CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA, MOITA, 2008.

**UNWIN**, RAYMOND, "TOWN PLANNING IN PRACTICE: AN INTRODUCTION TO THE ART OF DESIGNING CITIES AND SUBURBS" 4TH ED., LONDON, 1914.

**VALE**, CLARA, "CÓDIGOS DE POSTURAS DA CIDADE DO PORTO ENTRE O LIBERALISMO E A REPÚBLICA. INFLUÊNCIAS E REFLEXOS NA FORMA DE CONSTRUIR CORRENTE", I CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA, VITÓRIA DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL, 4 A 6 DE SETEMBRO DE 2013.

**VAZQUEZ**, ISABEL MARIA FERNANDES RIBEIRO BREDIA LACERDA, "O PROCESSO DE SUBURBANIZAÇÃO NO GRANDE PORTO : A EVOLUÇÃO DA CIDADE DO PORTO E A ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL DOS CONCELHOS PERIFÉRICOS.", DISSERTAÇÃO PARA DOUTORAMENTO EM ENGENHARIA CIVIL NA FEUP, 1992.

**VENTURI**, ROBERT, "APRNDIENDO DE LAS VEGAS: EL SIMBOLISMO OLVIDADO DE LA FORMA ARQUITECTÓNICA", STEVEN IZENOUR, DENISE SCOTT BROWN, TRAD. JUSTO G. BERAMENDI, 1ª ED., GUSTAVO GILI, BARCELONA, 1978.

**VIANA**, DAVID L., "A MORFOLOGIA URBANA NA ESCOLA SUPERIOR GALLAECIA (ESG)", IN REVISTA DE MORFOLOGIA URBANA, 3(1), PP. 51-82, ESG, VILA NOVA DE CERVEIRA, 2015.

**VIDAL**, CARLOS, "SOMBRAS IRREDUTÍVEIS: ARTE, AMOR, CIÊNCIA E POLÍTICA EM ALAIN BADIOU", EDI VENDAVAL, VISEU, 2000.

**WAGNER**, OTTO, TRIVISOLI, ROBERT, 2ªED., EDITORI LATERZA, ROMA, 1997.

**WALTHER**, INGO F., "GAUGUIN", TASCHEN, KÖLN, 2003.

**WEBER**, RAYMOND, "CULTURE AND NEIGHBOURHOODS - STRASBOURG : COUNCIL OF EUROPE", 1995.

**WOOLLEY**, H., **CARMONA**, M., **FREEMAN**, J., **ROSE**, S., "THE VALUE OF PUBLIC SPACE: HOW HIGH QUALITY PARKS AND PUBLIC SPACES CREATE ECONOMIC, SOCIAL AND ENVIRONMENTAL VALUE", LONDON, CABE SPACE, 2004.

**WHITEHAND**, JWR, "BRITISH URBAN MORPHOLOGY; THE COENZIAN TRADITION", IN URBAN MORPHOLOGY, 5, PP.103-109, 2001.

**WIEBENSON**, DORA, "TONY GARNIER – THE CITÉ INDUSTRIELLE", LONDON : STUDIO VISTA, [195?].

**WRIGHT**, FRANK LLOYD, "THE LIVING CITY", HORIZON PRESS, NEW YORK, 1958.

**WRIGHT**, FRANK LLOYD, "THE DISAPPEARING CITY", HORIZON PRESS, NEW YORK, 1932.

**YORK**, NEW, "WORLD CLASS STREETS: REMAKING NEW YORK CITY'S PUBLIC REALM", NEW YORK, 2008.



**ZEVI**, BRUNO, "A LINGUAGEM MODERNA DA ARQUITECTURA - GUIA AO CÓDIGO ANTICLÁSSICO", TRAD. MARGARIDA PERIQUITO, EDIÇÕES 70, LISBOA, 2002.

**ZEVI**, BRUNO, "SABER VER A ARQUITECTURA", ED. MARTINS FONTES, 2001.

**ZYGAS**, PAUL AND JOHNSON, LINDA NELSON, "THE PHOENIX PAPERS", TEMPE, ARIZONA STATE UNIVERSITY, 1995.

**ZOLA**, EMILE, "TRAVAIL", [1904]. EM [HTTP://GALLICA.BNF.FR/ARK:/12148/BPT6K80521Z/F2.IMAGE](http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/BPT6K80521Z/F2.IMAGE)

#### **ENTREVISTAS:**

**MASSEY**, DOREEN, "SHARED SPACE", ENTREVISTA A DOREEN MASSEY, GEÒGRAFA, EN EL MARC DEL PREMI EUROPEU DE L'ESPAI PÚBLIC URBÀ, BARCELONA, JUN, 2013.